HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

NELSON SENRA



volume 3

ESTATÍSTICAS ORGANIZADAS (C.1936-C.1972)

BULHÕES CARVALHO NA ESTATÍSTICA BRASILEIRA 1907-2007

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

NELSON SENRA

Prefácio por Angela de Castro Gomes

volume 3

ESTATÍSTICAS ORGANIZADAS

(C.1936-C.1972)

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Luiz Fernando Pinto Mariano

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

NELSON SENRA

Prefácio por Angela de Castro Gomes

volume 3

ESTATÍSTICAS ORGANIZADAS (C.1936-C.1972)

Rio de Janeiro
2008

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240- 3873-X (obra completa - meio impresso)

ISBN 85-240- 3874-8 (v.1 - meio impresso)

ISBN 85-240- 3875-6 (v.2 - impresso)

ISBN 85-240- 3876-4 (v.3 - impresso)

ISBN 85-240- 3881-0 (v.2 - CD-ROM)

ISBN 85-240-3882-9 (v.3 - CD-ROM)

© IBGE. 2008

Elaboração do arquivo PDF
Roberto Cavararo

Produção da multimídia
Marisa Sigolo Mendonça
Márcia do Rosário Brauns

Capa
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Palácio do Catete, sede do governo brasileiro até 1960, onde foi instalado o IBGE quando da sua fundação. Foto de Rosenfeld.
In: EICHNER, Erich (org.) Cidade e Arredores do Rio de Janeiro - A jóia do Brasil. Rio de Janeiro: Kosmos, s.d.

Foto colorizada e tratada eletronicamente a partir de original branco e preto por Eduardo Sidney - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Folhas de Guarda

O Porto do Rio: lâmina relativa a 1930. In: O Porto do Rio (1608-2002) - Um passeio no tempo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Arcos da Carioca: lâmina relativa a 1958. In: Arcos da Carioca (1755-1988) 4. ed., 1991. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

A

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS

In Memorian

Sumário

Apresentação

Prefácio por Angela de Castro Gomes

Introdução geral à obra

Informação estatística: forma de saber, fonte de poder
- Uma noção de poder
- Uma noção de saber
- A natureza das estatísticas
- As estatísticas brasileiras
- Intenções de trabalho

Introdução ao volume

“Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser”
- Um Estado que demanda estatísticas
- Um Estado que produz estatísticas
- Tributo a Bulhões Carvalho
- A importância das estatísticas
- A demanda por história
- Divisão deste tempo: quatro seções

PARTE 1

Criação do Instituto (c.1936 – c.1951)

Capítulo 01

Em sete anos, a luz da nova ordem: breve visão de fatos e nomes

1936, ano zero da nova ordem
O estado anterior das estatísticas brasileiras
A promessa venturosa do Instituto
Homens notáveis moldam um destino incrível

Capítulo 02

INE (logo IBGE): “federação de repartições” ou “consórcio federativo”

Em 1934, nasce o INE (sem o “C” ou “G”)
Em 1937-1938 o “G” se junta ao “E”, e surge o IBGE
Estrutura orgânica original (dita *sui generis*)
Renasce o serviço gráfico
E o IBGE se torna a “Casa do Brasil”
As crises vindas de fora
As crises vistas de dentro
Luiz Simões Lopes: um ibegeano no Palácio do Catete,
por Alexandre de Paiva Rio Camargo

Capítulo 03

Convenção Nacional de Estatística: a “Carta Magna”, a “Pedra Angular” da Estatística brasileira

Decisão de Estado, a convocação da Convenção
A realização da Convenção, um exercício de diplomacia
O sistema estatístico é configurado; o instrumento convencional
Conselho Nacional de Estatística, o topo do sistema estatístico
Ao longo dos tempos, o espírito da Convenção inspira o sistema estatístico

Capítulo 04

Os anos heróicos – 1936-1939: as primeiras assembléias gerais do Conselho Nacional de Estatística, por Marco Aurélio Martins Santos

Primeiras sessões, primeiras contendas
Teixeira brilha
Resultados de 1920 postos em dúvida
O “E” convida o “G”

A Assembléia acelera a conclusão dos trabalhos
Grandes vultos lembrados para o CNE
Assembléia de 1937 no edifício A Noite
Censo em pauta
Em 1938, a terceira Assembléia Geral
1939: o Conselho consolidado

Capítulo 05

Agências municipais de estatística, alicerce do sistema estatístico

Proposta grandiosa com limitados resultados
Pegando carona na defesa nacional
A defesa nacional necessita de estatísticas
As estatísticas econômicas na segurança nacional
A euforia na criação das agências
A questão dos recursos: o selo e o fundo
As inspetorias regionais
Ordem nas agências; perfil dos agentes
E os agentes atingem o paraíso

Capítulo 06

A ordem no programa estatístico. O progresso nas campanhas estatísticas

O programa estatístico no âmbito do sistema criado
A concepção das campanhas estatísticas
A realização das campanhas estatísticas
Em torno das estatísticas econômicas
Estatísticas sociais, uma curiosa e erudita reflexão

Capítulo 07

Formação e capacitação continuadas: a força do sistema estatístico

Estatígrafos (base), estatísticos (meio), estatistas (topo)
Teoristas estatísticos, estatísticos analistas, estatísticos elaboradores
Estatístico matemático, estatístico analista, estatístico administrador
Formação acadêmica: reflexão nacional
Formação acadêmica: recomendações internacionais
Formação na prática (em serviço)
A Sociedade Brasileira de Estatística
Livros e revistas a serviço da formação (consultores)
Amostragem: idéias sem ações

Capítulo 08

1940 e 1950, os primeiros censos feitos pelo IBGE (quinto e sexto do País). O Censo das Américas

Pontos iniciais (inclusive histórias)
As legislações censitárias de 1940
As legislações censitárias de 1950
Censo das Américas (1950), e os organismos internacionais
A atividade censitária
A divulgação dos resultados censitários

Capítulo 09:

Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro de propaganda dos censos..., por Marco Aurélio Martins Santos

“Corrente pra frente”
Folhas tantas
Nas ondas do rádio
Os dez mandamentos
A propaganda no Censo de 1950
O censo nas folhas
“Ajude a fazer o Censo!”
O censo em cartaz
“Nossos comerciais, por favor!”

Capítulo 10

Aquarela dos números: a questão racial nos censos em perspectiva histórica, por Alexandre de Paiva Rio Camargo

O pecado original e a absolvição: 1890-1920
A)Do escravismo ao racismo: ciência mestiça
B)Estatística e racialização das relações sociais
O Censo de 1920
A)Mestiços dissimulam a raça; estatísticos, o racismo
B)Oliveira Viana: a tese da arianização em
“O povo brasileiro e sua evolução”
Os novos tempos e o ideal de harmonia étnica
As cores no Censo de 1940
A)”A cultura brasileira”, de Fernando de Azevedo
B)Recenseamento de 1940: obra de propaganda e censura sobre a cor
Recenseamento de 1950: algumas questões
Pontos finais

Capítulo 11

O Ideário Cívico do IBGE: reformas sociais de base e Projeto de Brasil aos olhos da estatística, por Alexandre de Paiva Rio Camargo

Construção do Estado Nacional, políticas públicas e intelectuais na Era Vargas

O funcionamento orgânico modelar do IBGE e a reorganização administrativa das instituições públicas

O novo funcionalismo: as ressonâncias na dimensão ético-política

Dos levantamentos à ação planificada: a centralidade da rede estatística para a transformação social

O município, célula da vida nacional: das agências municipais de estatística aos grandes projetos sociais

A redivisão territorial

Teixeira de Freitas, o educador
A) Estatística e propaganda
B) Educação rural
C) O papel das Forças Armadas
D) O sentido do catolicismo

Pontos finais

PARTE 2

Críticas internas: sombras e luzes (c.1951-c.1956)

Capítulo 12

Crise no IBGE (I): Lourival Câmara inspira Polli Coelho, que fala demais, e no lugar errado; as chefias reagem indignadas

Polli Coelho assume
O CNE em dezembro de 1951, segundo Waldemar Lopes
Lourival Câmara faz um “exame crítico da estatística brasileira”
Polli Coelho tropeça nas páginas dos jornais
Lourival Câmara faz uma “proclamação aos estatísticos brasileiros”
A crise no *Diário de Notícias* (manchetes)
Pontos finais

Capítulo 13

Crise no IBGE (II): Teixeira de Freitas e Waldemar Lopes rebatem “as calúnias e as mentiras”; o governo interfere

Teixeira de Freitas envia carta a Vargas, que reage
Teixeira de Freitas bate-se “em defesa da ‘estatísticas brasileiras’”
As razões dos demissionários

Refutação ao folheto de Polli Coelho
Rafael Xavier lembra o passado
Pontos finais

Capítulo 14

Crise no IBGE (III): Comissão presidida por Themistocles Cavalcanti fecha a crise. E o IBGE segue em frente

O modo de trabalho da comissão de avaliação
A estrutura e o conteúdo do relatório da comissão
Polli Coelho contesta o relatório da comissão
Florêncio de Abreu alcança a presidência
A) A EBE logo ENCE
B) A ESEB, na Bahia
Elmano Cardim alcança a presidência
A) Reuniões Internacionais de Estatística, organização e delegações
B) Reuniões Internacionais de Estatística, discursos e resoluções
Macedo Soares reassume a presidência
Jurandyr Pires Ferreira alcança a presidência

Capítulo 15

Giorgio Mortara – a excelência em Demografia chega ao IBGE, por Marco Aurélio Martins Santos

Primeiros estudos
Consultor do Censo de 1940
Laboratório de Estatística
Alguns de seus principais trabalhos

Capítulo 16

Teixeira de Freitas: figura solar do sistema estatístico, por Marco Aurélio Martins Santos

Na DGE, o contato com a estatística
Teses históricas
Estatística e território
Teixeira e o seu discurso na instalação do INE
Presidente do Instituto Interamericano de Estatística
O discurso de Goiânia
Teixeira na RBE: o papel das estatísticas
Teixeira na RBE: a educação
Glórias merecidas, mas recusadas
A mística de Teixeira de Freitas
Entre a estatística e a historiografia: as revelações do Fundo Teixeira de Freitas por Alexandre de Paiva Rio Camargo

Capítulo 17

Um homem de fronteiras: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares, por Alexandre de Paiva Rio Camargo

"Revoltoso" ou "benemérito"? A formação intelectual e as filiações políticas
A) O revoltoso
B) O benemérito
Um homem de Rio Branco
A vida intelectual: no IHGB, na ABL e SGRJ
O primeiro presidente do IBGE
O "Batismo Cultural" de Goiânia
Pontos finais

PARTE 3

Críticas externas: luzes e sombras (c.1956-c.1967)

Capítulo 18

1958: Seminário diagnostica deficiência e insuficiência nas estatísticas econômicas

Iniciativa e estrutura do seminário; principais participantes
A questão das técnicas e dos técnicos
A questão das agências municipais de estatística
A questão da reforma estrutural
Reação às críticas e sugestões
A questão do programa estatístico
Pontos finais

Capítulo 19

Em 1960, sétimo Censo Geral: novas técnicas (a novidade da amostragem) e novas máquinas (o "cérebro eletrônico")

Base legal dos censos
Conteúdo dos censos
A base, a coleta, a crítica
Após dois anos, crise no censo
A introdução da amostragem
A aquisição do "cérebro eletrônico"
Após seis anos, o estado do sistema de apuração
A complexa divulgação dos resultados
Pontos finais
Fatos relevantes do Censo de 1960, por Manoel Antônio Soares da Cunha

Capítulo 20

1962: Comissão considera essencial a ampliação do programa estatístico

Iniciativa dos trabalhos; principais participantes
Balanço do Seminário de Estatística realizado em 1958
Avaliação da atividade estatística brasileira
Propostas de reformas de estrutura
Críticas ao programa estatístico
Novo programa estatístico
Ponto final

Capítulo 21

1964: Tulo Hostílio Montenegro analisa o sistema estatístico brasileiro

O autor, a origem e o objetivo do trabalho
Na entrega do relatório, a lembrança de Teixeira de Freitas
Avaliação da atividade estatística: I síntese das idéias
Avaliação da atividade estatística: II detalhes das idéias
Mudanças imediatas (emergenciais)
Mudanças mediante avaliações
Mudanças estruturais
Mudanças funcionais
Ponto final

Capítulo 22

1966: Comissão especial desenha a reforma do sistema estatístico brasileiro

A origem e objetivo dos trabalhos
A glória da origem
O estado da produção
A situação das agências
Formação e capacitação, o papel da ENCE
Problemas e deficiências
Indicações de mudanças
Pontos finais

PARTE 4

Criação da Fundação (c.1967-c.1972)

Capítulo 23

O surgimento da Fundação IBGE, 1967.
A Presidência Sebastião Aguiar Ayres (primeiro ibgeano na função)

Ao apagar das fracas luzes do IBGE...
Ao acender dos holofotes da Fundação IBGE...

Valdecir Freire Lopes trata do IBGE
A legislação de formação da Fundação
O estatuto da Fundação
A Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas - CONPLANE
Pontos finais

Capítulo 24

**1ª Conferência Nacional de Estatística – CONFEST (em 1968).
Nasce o Plano Nacional de Estatísticas Básicas**

Preparação e organização
Programação da conferência
Discursos na instalação da conferência
Recomendações aprovadas
O Plano Nacional de Estatísticas Básicas
O encerramento da conferência
Obrigação e sigilo
Ponto final

Capítulo 25

**A Fundação é refundada com Isaac Kerstenetzky na presidência.
Novo olhar de Tulo Hostílio Montenegro**

Com Isaac Kerstenetzky na presidência, um novo tempo iniciaria
Nova ordem no programa estatístico; estatísticas primárias e derivadas
Sistema estatístico e planejamento; as estatísticas derivadas
Novo olhar de Tulo Hostílio Montenegro
A)Aspectos do relatório anterior (1964)
B)Como findar o Censo de 1960?
C)Pano de fundo: estrutura
D)Pano de fundo: cotidiano
Valdecir Freire Lopes aborda a questão de pessoal
A Fundação é reinventada, sua nova legislação
Isaac Kerstenetzky avalia as mudanças
Na Fundação reinventada, seu novo estatuto
Pontos finais

Capítulo 26

**Em 1970, oitavo Censo Geral: “Retrato fiel do País”
ou “manancial de informações”**

O Censo na I CONFEST, estudos e análises
O Censo na I CONFEST, recomendações
O Censo por Tulo Hostílio Montenegro
A legislação censitária

Dois aspectos polêmicos: religião e cor
A etapa da coleta
Carlos Drummond de Andrade, um cidadão assanhado
Os resultados divulgados
Ponto final

Capítulo 27

2ª Conferência Nacional de Estatística – CONFEST (em 1972). Nasce o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas

Preparação e organização
Documentos apresentados (e divulgados)
Discursos na instalação das conferências: Isaac Kerstenetzky e Reis Velloso
Recomendações aprovadas (na área de estatística)
O Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
Ponto Final

Síntese - linha do tempo

Referências

Anexo - lista de imagens

Índice de assuntos

Índice onomástico

Apresentação

A publicação da História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002), obra de fôlego, em quatro volumes, narra a trajetória da atividade estatística brasileira, desde nossa Independência. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma História do Brasil vista pela ótica do querer e do fazer as estatísticas, uma trajetória que, entre outros enfoques possíveis, configura uma sociologia das estatísticas. Seu autor, Nelson Senra, vem se dedicando, há alguns anos, ao estudo desta trajetória, tomando as estatísticas como objeto de estudo, e não, como é o mais comum, como meio de análise.

Uma obra desta dimensão é mais uma contribuição do IBGE para a sociedade brasileira, sempre atendendo à sua missão institucional de "retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania". Entendemos que, para melhor conhecer a realidade atual, é sumamente importante compreender o que a antecedeu, pois quem despreza o seu passado, se perde no presente e não constrói o seu futuro. Com esta obra, damos um novo passo na criação de uma linha da pesquisa histórica entre nós.

Neste terceiro volume, que abrange o período de 1936-1972, deu-se a definitiva afirmação do sistema estatístico brasileiro, tendo o IBGE por fulcro. Idealizado e animado por Mário Augusto Teixeira de Freitas, que jamais esmoreceu diante das muitas dificuldades enfrentadas, contou como seu primeiro e longevo presidente com a figura notável de José Carlos de Macedo Soares, intelectual e diplomata consagrado, afora várias outras pessoas: Luiz Simões Lopes, Waldemar Freire Lopes, Rafael Xavier, entre outros. Ao final do tempo em questão, emerge a figura de Isaac Kerstenetzky, e que será o foco do quarto e último volume desta coleção.

Teixeira de Freitas, nosso fundador, quando da instalação do IBGE, a 29 de maio de 1936, no Palácio do Catete, diante de Getúlio Vargas, rendeu merecida homenagem a José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, dizendo-se seu discípulo. Nessa linha, o Conselho Diretor do IBGE houve por bem declarar 2007 o "Ano Bulhões Carvalho da Estatística Brasileira" marcando o centenário de sua assunção ao comando da estatística brasileira (1907-2007).

Eduardo Pereira Nunes
Presidente do IBGE

Prefácio

Estatísticas organizadas, ou como se constrói uma instituição: o IBGE e o Brasil moderno

Prefácio vem do latim *praefacio* e significa "o que se diz no começo". Trata-se de uma prática de escrita, mais precisamente de apresentação de um texto, que pode ser realizada pelo próprio "autor" (seja uma pessoa ou instituição), ou por um "outro" convidado a fazê-lo. Em qualquer dos casos há determinadas regras literárias em relação à produção de prefácios, como há regras para a produção de qualquer tipo de texto. Eles devem ser breves e claros, não cansando o leitor, nem se adiantando por demais ao conteúdo do que vai ser lido. Portanto, precisam ter um certo tamanho e tom, pois devem, fundamentalmente, alcançar alguns objetivos simultâneos: apresentar o texto, suscitando o interesse do leitor e "orientando" sua leitura.

Quando escritos pelo próprio autor, como é muito comum – ganhando então, geralmente, o nome de "apresentação", os prefácios revelam as intenções que presidiram à escrita do texto e, em decorrência, suas características. Eles justificam as escolhas realizadas e revelam as intenções objetivas e até subjetivas do autor. Suas idéias principais, suas referências teóricas, os limites do texto, suas dificuldades e realizações. Explicam, assim, o que se quis e o que não se quis fazer, e se dirigem ao público e à crítica, antecipando objeções ou respondendo diretamente a elas, sobretudo quando escritos para novas edições. São, nesse sentido preciso, práticas de "escrita de si", com feições autobiográficas, sobretudo quando se trabalha com a questão da auto-construção de uma trajetória intelectual, de um "auto-retrato de autor".

Prefácios oferecem, considerando tudo isso, um campo de análise muito especial para os que se dedicam à "história do livro e da leitura", sendo crescentemente objeto de seu interesse e pesquisa. Eles são compreendidos como um espaço privilegiado para se conhecer sistemas literários: autor, obra, crítica e até público. Nesses dois últimos casos, dão acesso à recepção de textos em determinados contextos, o que é reconhecidamente de difícil execução. São, dessa forma, muito preciosos, não sendo de menor valia quando escritos por prefaciadores. Estes têm pela frente uma tarefa difícil, mas sempre prestigiosa, pois, em princípio, escrever prefácios é

indicador de reconhecimento: ao mesmo tempo que legitima quem escreve, ao redigir um prefácio, o prefaciador se legitima. Por todas essas razões, prefácios podem ser aproximados (e têm sido) de um outro gênero de escrita: a correspondência. Ou seja, podem ser entendidos como cartas mais ou menos explicitamente dirigidas aos leitores, permitindo ao próprio autor e ao prefaciador um "contato direto" com seu público. Mas um contato que não tem resposta imediata, ocorrendo por meio da leitura "orientada", que será feita e refeita.

Assumir que prefácios sempre incorrem em uma orientação, não significa ignorar que a leitura é uma prática cultural de atribuição do leitor, que não é um sujeito passivo e nunca está completamente submetido às inúmeras estratégias de marcação de um texto, sejam elas prefácios, títulos de capítulos, subtítulos, ilustrações etc. Nesse equilíbrio instável, um prefaciador precisa saber que está oferecendo ao leitor tão-somente a "sua" leitura do texto em dado contexto, o que, no limite, pode ser um abuso ou até uma "invasão de privacidade". Mas é isso que ele sempre faz, preferencialmente, de forma humilde e consciente. O prefaciador sugere, destaca, assinala. Ele, digamos, tenta desenhar um mapa, uma representação simbólica que localize o leitor no texto que anuncia.

A imagem e a idéia do prefácio como mapa não é obviamente ingênua quando se deve anunciar um livro que trata da história das estatísticas do Brasil, ainda mais das estatísticas "organizadas" do Brasil. O que se quer dizer com tal designação? Assumindo minha função, já devidamente esclarecida, o primeiro aspecto que gostaria de destacar é minha leitura do título deste volume. Ele é o terceiro de um conjunto de quatro, todos destinados a, com palavras e, surpreendentemente, com pouquíssimos números, traçar a história da constituição de um campo do saber e da produção de seus profissionais: os "estatistas", como se chamavam, ou estatísticos, como são chamados e se reconhecem hoje. O volume, alentado em tamanho e conteúdo, cobre um largo período de tempo. Seus limites cronológicos partem de 1936, ano simbólico e decisivo na história das estatísticas, pois assinala a criação do Instituto Nacional de Estatística, o INE, um dos núcleos e a base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, este de 1938. E se encerram em 1972, quando o IBGE, não mais uma autarquia, e sim uma fundação (desde 1967), passa por profunda reformulação em sua organização e atuação, o que justifica, para os autores, a demarcação de um novo tempo para a instituição.

Dessa forma, fica evidente que, a partir deste volume e deste tempo por ele recortado, a história das estatísticas do Brasil está indissoluvelmente ligada à história de uma instituição: o IBGE. E como não há instituições sem pessoas, essa história se articula com a presença de vários atores, a começar pelos presidentes da instituição, com evidentes destaques.

O período se inaugura com a duradoura presidência de José Carlos de Macedo Soares, que permanece no cargo de 1936, quando Getúlio Vargas era presidente constitucional do Brasil, até 1951, quando Eurico Gaspar Dutra era o novo presidente constitucional, eleito diretamente pelo povo após o fim do Estado Novo, em 1945.

São 15 anos de presidência, que podem ser entendidos como os anos de construção organizacional do IBGE e de definição e consolidação de um padrão de atuação técnica e política, que se alteraria com o passar do tempo, mas deixaria suas marcas, especialmente na memória coletiva do IBGE. Ao lado do presidente, certamente do lado esquerdo, pois é o lado do coração, estaria o secretário-geral e maior ideólogo da instituição, Mário Augusto Teixeira de Freitas. Dominando esse período, mas influindo com suas idéias, valores e experiências muito tempo depois, esses dois homens são, sem dúvida, as grandes figuras do volume e os dois heróis da história que é aqui contada. Uma história que, como uma epopéia, onde há obstáculos quase intransponíveis a vencer, mas há vontade e apoios capazes de fazê-lo, recupera e consolida uma memória institucional, tornando o volume e a coleção um "lugar de memória", no dizer de Pierre Nora (1993).

Os anos 1950 e praticamente 1960, são tempos de crises e de enfrentamento dessas crises, vale dizer, de debates e de críticas, internas e externas, ao modelo adotado nos anos 1930, quer no tocante ao aspecto organizacional, quer, e talvez mais ainda, no tocante ao aspecto político. Isso significa confrontos abertos, lutas por posições de poder, prenhes de disputas por idéias e valores, tanto científicos, que se querem técnicos e "neutros", como ideológicos, claramente mobilizadores e politicamente engajados. É como se o leitor, passadas as aventuras da conquista do espaço institucional, e tendo assistido à ação dos desbravadores ampliando o mapa, mergulhasse numa viagem cheia de perigos, capazes de ameaçar os limites já estabelecidos, o território já ocupado.

Mas, como freqüentemente aprendemos, a tradição permanece, quando é capaz de se renovar, de mudar. A tradição é móvel; pode ser mantida, exatamente quando pode ser transformada. Aí reside, paradoxalmente, sua força. E é mais ou menos isso que ocorre na história das estatísticas e do IBGE na segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970. Ela e ele, após turbulências, ganham novo formato – o de uma fundação, com todos os desdobramentos que isso significa – e, a seguir, um novo presidente: Isaac Kerstenetzky. Um novo tempo, um novo espaço, um novo grande nome para a história e a memória do IBGE. E aí, encerra-se e recomeça a história das estatísticas.

De 1936 a 1972, elas foram batizadas de "organizadas". As palavras não são ingênuas, e "organização" era uma das palavras mágicas do vocabulário político-ideológico que dominava o Brasil da Primeira República e do pós-1930. Ela freqüentava os discursos, falados e escritos, de políticos e intelectuais, liberais e autoritários, todos desejando "melhorar" o Brasil. O Brasil tinha inúmeros e graves problemas, que envolviam causas naturais (secas, fronteiras abertas, espaços vazios) e políticas (falta de saúde, de educação, de vias de comunicação). Era "atrasado" e a superação desse atraso residia, em boa parte, em tarefas de "organização". Tratava-se de organizar o território, o povo e também o governo. Dizer "organizar" significava, portanto, definir e produzir um novo território, povo e governo. Significava ter uma pauta de diagnósticos e de prognósticos: o que não devíamos ser e o que desejávamos ser. Significava

acreditar que era possível uma ação criadora por parte do governo / Estado – intervencionista e forte –, e que esse Estado construiria um novo Brasil.

"Organizar" era uma espécie de palavra símbolo, pois remetia a um sentido político: ter conhecimento dos nossos problemas e enfrentá-los. Mas esse conhecimento devia ser de novo tipo, isto é, devia ter fundamentos científicos, o que, na época, implicava recorrer não mais a um "saber bacharelesco", mas a outros saberes: sociológico, geográfico, histórico e, sem dúvida, estatístico. Os Estados quase sempre e quase desde sempre quiseram se informar sobre seu território e seu povo. Quantificar, mensurar, mapear são operações que sustentam o conhecimento do "real" e permitem as ações políticas de controlar e tributar, isto é, de exercer o que é próprio dos Estados modernos: o monopólio da violência física e simbólica. Esta última, crescentemente desejada, pois nela se assenta a legitimidade, cada vez mais fundamental para o governo das modernas sociedades, urbanizadas e industrializadas.

O Estado brasileiro, durante a Primeira República, viveu intensamente essa questão, que foi formulada e enfrentada na teoria e na prática. Embora a historiografia sobre a Primeira República ainda insista em lhe atribuir características que lhe foram imputadas pelos ideólogos autoritários do pós-1930, a de uma experiência marcada por um Estado fraco, inoperante e ineficaz, estudos nem tão recentes têm revisto e buscado superar tal visão. Nesse sentido, a Primeira República vem sendo reconhecida como um período estratégico para a construção do Estado como um "ator" político central. É então que ele se afirma e atua de forma decisiva, antes mesmo da formação de outros atores do campo da política moderna, como empresários e trabalhadores, por exemplo.[1]

Esse Estado, ao longo das primeiras décadas do século XX, aumentou sua capacidade de extrair recursos da população, de montar suas forças armadas e de instituir políticas nas áreas da saúde e do trabalho, avançando seu poder de governabilidade e alterando os limites até então impostos pelo regime federativo. Tudo isso se fazia, com freqüência, com o apoio e sob demanda das próprias lideranças oligárquicas. A reforma constitucional de 1926 é um bom indicador dessas transformações, apontando para o crescente poder da União, a despeito das dificuldades para se conseguir a cooperação das forças políticas estaduais. Não é sem razão que as críticas ao "excessivo" federalismo da Primeira República são elaboradas ainda no pré-1930, florescendo completamente no Estado Novo, quando ela passa a ser designada como irremediavelmente "Velha". Quer dizer, como ultrapassada, inútil e desprezível, particularmente por seu liberalismo e federalismo, associados a uma ameaça de separatismo e de desintegração política territorial e funcional.

"Organizar" no vocabulário desse tempo era transformar e modernizar, pela via da intervenção de um Estado capaz de gerar informações e fazer uso delas através

[1] Vários textos poderiam ser citados como exemplos do que se deseja assinalar. Entre eles estão REIS, Elisa Pereira. Poder privado e construção do Estado sob a Primeira República. In: PROCESSOS e escolhas: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Gênese e apocalipse. **Novos Estudos**, São Paulo: Ceprab, n. 20, mar. 1988; GOMES, Angela de Castro. A República não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, n. 3, maio 1995.

do traçado de políticas públicas. Um Estado que planejasse suas ações e obrigasse aos demais atores políticos a se submeter a elas. Com muita freqüência, um Estado politicamente centralizado e intervencionista, mas não em todos os projetos postulados, um Estado forte e autoritário. A dicotomia "Brasil legal x Brasil real", que data desse momento e se perpetua no imaginário político brasileiro, traduz de forma exemplar a formulação do dilema que se enfrentava e, em decorrência, do conjunto de propostas elaboradas para sua solução. As "estatísticas organizadas" são parte fundamental da resposta que então se produziria para enfrentar e superar os problemas do Brasil. Um país que não conhecíamos, mas que não queríamos, pois era "atrasado". Do ponto de vista do povo, era pobre, ignorante e doente. Do ponto de vista do território, era vazio, sem meios de comunicação e sem capacidade de produzir riquezas, embora "bonito e rico por natureza".

O Brasil "real" precisava de dados científicos para se conhecer; dados de várias procedências e tipos para planejar um novo povo e um novo território. Quem faria isso era o Estado, reestruturado e modernizado. Esse foi um dos motes do discurso do pós-1930, quando reforma política passou a significar, cada vez mais, reforma do aparelho do Estado: sua expansão em tamanho e em poderes de intervenção sobre a sociedade. Isso significava alterar seu desenho, criando novos órgãos e formando uma burocracia, selecionada e orientada por critérios meritocráticos (concursos e carreiras) e não apenas clientelísticos. O INE e o IBGE integram a lógica dessa grande reforma modernizadora do Estado ocorrida após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Uma reforma que começou a se articular no imediato pós-1930, mas que, para ganhar impulso, teve que esperar o País sair da guerra civil de 1932, bem como da grave crise econômica vinda de 1929, o que só ocorreria a partir de 1933.

A criação do INE em 1936, ainda durante o governo constitucional de Vargas, eleito indiretamente pela Assembléia Constituinte de 1933-34, e a posterior formatação do IBGE, em 1938, já no Estado Novo, e mais precisamente no ano em que se inicia o grande programa de "nacionalização" do Brasil, são indicadores das continuidades e descontinuidades que permeiam o período conhecido como o primeiro governo Vargas. Nesse sentido, é preciso começar destacando que todo esse desenho tem uma dimensão organizacional e também uma dimensão ideológica, o que significa dizer uma arquitetura política preenchida por valores e crenças, que se destinam a mobilizar agentes governamentais e o "povo" em geral em torno de um projeto de nação.

Essas duas dimensões são, na verdade, inseparáveis e apenas por razões analíticas podem ser tomadas de per si. Se elas têm uma lógica profundamente ancorada na conjuntura política das décadas de 1930/40, seus desdobramentos ultrapassam em muito esse momento histórico, constituindo experiências, socializando pessoas, enfim, produzindo uma identidade ao mesmo tempo para a instituição e para seus integrantes. Produzindo uma identidade para os de "dentro" e os de "fora", fossem estes os consumidores diretos (públicos e privados) do que o IBGE produzia, ou um público em geral, que devia aprender a conhecer e a reconhecer a importância dessa

nova instituição. Assim, se a história das estatísticas não começou nos anos 1930, contando, já nesse momento, com eventos a serem lembrados e desbravadores a serem homenageados – como é o caso de Bulhões Carvalho –, é só a partir de então que essa história ganha um "lugar" efetivo para construir seu presente, seu futuro e, inclusive, seu passado.

A compreensão da montagem da dimensão organizacional de qualquer instituição diz muito sobre os desafios técnicos e políticos que ela enfrentou, quando de sua montagem em uma conjuntura específica. No caso do INE e do IBGE, talvez se possa dizer que a palavra-chave para esse entendimento – palavra que é uma categoria do discurso político dos anos 1930 –, é "federalismo". Foi, efetivamente, contra o federalismo, mais precisamente contra os "excessos de federalismo" atribuídos à Primeira República, que se buscou alternativas organizacionais para a estruturação do IBGE. Era preciso vencer as resistências que os estados federados opunham às investidas da União no terreno da produção de estatísticas, quer pelo seu despreparo logístico, quer pela baixa taxa de cooperação política então existente. Um fato que já fora diagnosticado como um dos maiores óbices à efetividade dos esforços empreendidos pelo Estado republicano antes da Revolução de 1930. Esforços que os principais envolvidos no novo projeto conheciam muito bem, pois deles participaram diretamente, apontando falhas e buscando soluções, como era o caso de Mário Augusto Teixeira de Freitas com sua experiência no estado de Minas Gerais ainda nos anos 1920.

O federalismo era um constrangimento a ser contornado, mas era igualmente um dado da realidade política nacional. Isso se tornou claro especialmente quando a Constituição de 1934, mais uma vez, garantiu boas doses de autonomia política aos estados, embora não nas mesmas bases da Constituição de 1891. Essa era a situação que presidiu à formação do INE. Mas mesmo em 1938, sob o Estado Novo, centralizado e autoritário, o poder das elites estaduais não desapareceu, apesar de ter sido duramente atingido, bastando lembrar que os chefes dos governos estaduais eram os interventores nomeados pelo presidente Vargas, e não mais eleitos diretamente. Ainda assim, tais interventores não agiam num "vazio" político, tendo que se articular com lideranças diferenciadas, muitas das quais com bases políticas antigas e sólidas em municípios e estados. Nesse sentido, se o poder do novo centro político era muito grande, ele não podia tudo; principalmente, não podia ignorar que os custos do enfrentamento aberto eram freqüentemente maiores que os da negociação política.

Ou seja, se o federalismo, durante o Estado Novo, fora golpeado profundamente, o poder das elites estaduais continuava precisando ser contornado com estratégias de negociação. Estas se materializavam, muitas vezes, em desenhos institucionais, como o do IBGE, bem como na montagem de sua própria forma de atuação: o "sistema estatístico" então articulado. E o que era esse sistema? De forma bastante simplificada, talvez um tanto simplista, tratava-se da "invenção" de um modelo de articulação entre municípios, estados e União, capaz de ser suficientemente forte e eficaz para obrigar estados e municípios a produzir cooperação, e suficientemente flexível

para que tal cooperação comportasse doses de adesão voluntária, até porque o Estado Novo, sem descurar da coerção física, queria alcançar legitimidade entre seus parceiros governamentais, assim como junto à população. A solução foi o que se chamou de "consórcio interadministrativo de base municipalista". Um nome comprido, que queria dizer um sistema cuja cabeça era um órgão nacional, definido como uma autarquia, diretamente vinculado à Presidência da República. Esse sistema agregava entidades federais, numa Junta Executiva Central, e entidades estaduais, em Juntas Executivas Regionais, mas seus pés eram as Agências Municipais de Estatística, que deviam ser numerosas e eficientes, mas só se tornariam realidade em 1942, portanto, alguns anos depois da concepção do modelo e, sem dúvida, bafejadas pelos imperativos da Segunda Guerra Mundial.

Mais uma vez as palavras não são ingênuas e fornecem pistas que levam aos significados dessa articulação organizacional. Pistas que nos fazem perceber a presença do ideário ou da ideologia nacionalista que preside esse sistema estatístico. Em primeiro lugar, o IBGE é um órgão nacional e não federal, o que nos remete não mais a questões de ordem político-administrativa, mas a projetos político-ideológicos de um Estado que se chamava Novo, porque se queria Nacional, isto é, unificado, sem "divisões" (sem descentralização política), que podiam levar ao separatismo, à guerra civil etc. Pela mesma razão e também para aumentar sua eficiência e poder, o IBGE não se subordinava a qualquer ministério, e sim ao poder central do Estado Novo: o Executivo, encarnado na pessoa do presidente Vargas. Porém, e de forma muito interessante, esse órgão se desenha como um "consórcio", no qual municípios, estados e órgãos federais atuam de forma conjugada, cooperando para produzir informações em todos os níveis. Uma autêntica "obra de relojoaria", na bonita imagem construída para dar conta da delicadeza e precisão necessárias a seu funcionamento, bem como a seu destino: produzir um novo tempo, que acelerasse o ritmo do Brasil, tirando-o do "atraso" e projetando-o para a "modernidade" sustentada em bases científicas (mensuráveis quantitativamente) .

Por essa razão, é fundamental registrar aqui que a cúpula desse órgão não é, ela mesma, a produtora das informações, mas a sua orientadora e gestora. Essa cúpula sabe que depende de todo esse "sistema" para gerar tais informações: para fazer estudos, para aplicar pesquisas, para coletar e enviar dados. Daí a centralidade dos municípios, onde efetivamente deveriam existir as "agências estatísticas". Mas os municípios estão nos estados, nos quais (e mais uma vez de forma reveladora) existem Juntas e Inspetorias "regionais", com as quais tais agências se relacionam. Assim, é o poder político dos estados que precisa ser atacado, não seu poder administrativo, no qual um esquema de descentralização pode se sustentar, sem ferir as bases do Estado Nacional. Nacionalismo não convive bem com federalismo, sobretudo o federalismo exacerbado de nossa tradição republicana; mas é bom companheiro de "consórcios interadministrativos", que utilizam a terminologia das "regiões e da nação". Por sinal, é esse o momento da invenção formal, pelo IBGE, das regiões geográficas, que não casualmente são também socioculturais. Os primeiros mapas oficiais que representam o Brasil dividido em regiões, muito próximos dos que existem até hoje, datam de 1942,

embora o geógrafo e historiador Delgado de Carvalho as postulasse em seus escritos desde a Primeira República.[2]

Pode-se pensar nesse "sistema estatístico" como um dado do "realismo político" do Estado Novo, absolutamente ciente de seu poder centralizado, mas não menos cônscio dos limites do construtivismo político, em função da existência de "realidades sociológicas e políticas". Estas precisavam ser conhecidas e levadas em conta, para a melhor eficácia de políticas públicas, aliás sempre muito grandiosas e, talvez por isso mesmo, com resultados muito aquém do imaginado por seus planejadores. A montagem do IBGE e do "sistema estatístico", portanto, não se faz sem essa criativa articulação. Nada mais próximo da ciência e da técnica, inclusive das estatísticas, do que as idéias e os valores políticos.

Tanto Macedo Soares como Teixeira de Freitas são homens de seu tempo, vale dizer, homens envolvidos com a produção de um novo campo do saber e de seus profissionais, que vêem suas idéias desabrocharem e ganharem concretude. É por essa razão tão óbvia que se torna valioso examinar a categoria por eles mesmos utilizada para se reconhecerem e serem reconhecidos nesse momento estratégico: "estatistas". Uma categoria, na terminologia dos antropólogos, nativa, e que, na minha leitura, remete a uma dupla inserção: homens das estatísticas e homens do Estado. Dessa forma, quero destacar a possibilidade de se pensar o IBGE e seus profissionais, como sugerido no próprio volume, como um *locu*s de produção de conhecimentos sobre o Brasil, sob orientação de um "ideário cívico" (outra categoria nativa), o que significa dizer, o *locus* de uma práxis: de idéias indissociáveis de ação política.

Dessa forma, pode-se pensar nesses atores políticos como *state-makers*, isto é, como homens que, ao mesmo tempo, pensam e produzem diagnósticos, e constroem "soluções".[3] Se não são propriamente arquitetos de instituições (exceto do próprio IBGE) e de um conjunto de leis, são implementadores de planos governamentais, quando não, seus próprios formuladores. Essa junção, para o bem e para o mal, marca as "origens" do IBGE, constituindo-se em uma de suas tradições: organizacionalmente e ideologicamente. Não é casual que Macedo Soares, o presidente do IBGE, e Teixeira de Freitas, o secretário-geral, sejam as grandes figuras da história que é contada neste volume, a cada um sendo dedicado um capítulo, denso e inovador pelo que contribui para a trajetória do IBGE e do pensamento social brasileiro. Não cabe ao prefaciador, como já observado, antecipar ou repetir tão simplesmente o que vai ser lido. Mas, neste caso, correndo alguns riscos, vale a pena comentar alguns aspectos da ação dessa dupla. Ambos, ainda pouco contemplados pelos estudos acadêmicos, ganham contornos novos, complementando-se, surpreendentemente, no IBGE e neste volume.

Macedo, o político paulista aristocrata, era a evidência de que em São Paulo nem tudo foi antigetulismo. Embaixador, liberal – com as contradições e limites do

[2] Sobre a questão das relações entre federalismo e regionalismo, ver: GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

[3] A categoria *state-makers* é de Charles Tilly. Por exemplo, ver: COERÇÃO, capital e estados europeus. São Paulo: Edusp, 1996.

liberalismo e dos liberais durante o Estado Novo –, foi o encarregado das negociações políticas, abrindo caminhos junto a Vargas e junto às elites nacionais e internacionais. Teixeira de Freitas, certamente, era o protótipo do que Vargas chamava e desejava que fossem os "técnicos" do Brasil do pós-1930. Bem ao estilo das ambigüidades varguistas, técnicos eram aqueles que controlavam conhecimentos especializados e fundamentais ao planejamento de políticas públicas, sem se curvar a "interesses", sobretudo os locais. Técnicos eram os homens de "ciência", respeitados pelo mérito de seu saber. Mas técnicos eram também os que se engajavam, ainda que com certas resistências, que precisavam ser toleradas, no interior da proposta estado-novista de Brasil novo.

No caso específico que examinamos, esses eram os que compartilhavam do discurso da "Marcha para Oeste", da conquista e ocupação do território pelo povo brasileiro, de preferência o povo do interior, pobre, mas trabalhador. Teixeira de Freitas é tudo isso e muito mais, com seus projetos de um "serviço civil", de colônias agrárias para a fixação do homem do campo, com ajuda das forças armadas e de propaganda que mobilizasse corações e mentes. Ele é, sem dúvida, um importante e bem pouco estudado ideólogo do Estado Novo, que deixou contribuições para questões diversas, como a do municipalismo e da educação rural, entre outras. Ambos, portanto, são produtores de um discurso político-ideológico sobre o espaço e o povo brasileiro, que funcionou re-significando o conceito de fronteira e apontando o ideal de interiorização do Estado. A partir de então, e evidentemente devido à ação de muitos outros pensadores, fronteira deixou de ser um acidente natural que funcionava dando limite a uma entidade político-jurídica. Fronteira passou a ser entendida como uma "região" que tinha realidade sociocultural e devia ser ocupada. Assim, ganhou o sentido de uma categoria com força retórica no discurso político que então se articulava sob o slogan da Marcha para Oeste, construindo todo um imaginário sobre a grandeza e também sobre a miséria do País, marcado, na época, pelo nacionalismo de um Estado autoritário.

Mas tal discurso e tal imaginário políticos têm duração na história do Brasil, sendo reativados nos anos 1950, sob um regime democrático, com a construção de Brasília e o slogan "50 anos em 5", do presidente JK. Mais uma vez, em condições de autoritarismo, durante o regime militar, ele seria reativado pelas políticas de construção de estradas e de cidades no Centro-Oeste, quando a fronteira da nação volta a ser oferecida à ocupação dos brasileiros. Os que se deslocaram e eram pobres e trabalhadores, como sempre, frustraram-se, tanto ou mais, certamente, do que no período do primeiro governo Vargas.

É, por conseguinte, compreensível que a saída de Macedo Soares da presidência do IBGE em 1951 funcione como um marco simbólico e anuncie novos tempos para a instituição. Tempos de crise, que se prolongariam por toda a década de 1950, só sendo sanados, praticamente, com transformações profundas no "sistema estatístico" adotado até então e com a adoção de um novo desenho institucional para o IBGE, que de autarquia torna-se uma fundação, em 1967.

Poder-se-ia então pensar em um outro recorte para a história do IBGE (e das estatísticas), uma vez que de 1936 a 1966, evidentemente com alterações variadas

e momentos de maior afirmação ou maior dificuldade, cumpre-se um ciclo de experiências. Nesse ciclo de 30 anos, quase a metade foi ocupada por uma longa e delicada discussão sobre as possibilidades de renovação do órgão, colocando-se em foco seus objetivos, sua estruturação interna, seus contatos com os usuários, enfim, seu "ideário" e sua lógica organizacional. Essa verdadeira travessia, que o volume acompanha detidamente, está sintetizada na fórmula, que é um diagnóstico e ao mesmo tempo uma crítica: "o relógio está atrasado". Isto é, no início da década de 1950, quando o contexto político era o da democracia, embora ironicamente uma democracia presidida por Getúlio Vargas, o ex-chefe do Estado Novo, a questão não era mais acelerar o ritmo de um Brasil "atrasado", mas acertar os ponteiros do próprio IBGE, cujo "sistema estatístico" estaria dando sinais de graves problemas.

Esse diagnóstico seria reafirmado, sucessivamente e de maneiras variadas, por personagens diferentes em momentos distintos. Em 1951/52, com o que se chama de "crise Polli Coelho", que dividiu e assustou um IBGE até então, ao menos aparentemente, tranqüilo e unificado. Em 1958, quando essa crise transbordou para um debate maior e passou a preconizar uma nova metodologia de pesquisa, a da amostragem, e um novo rearranjo de atores, em que se destacavam os consumidores dos serviços da instituição. Em 1962, durante o governo João Goulart, em momento particularmente tenso da vida política nacional, quando o desejo de reformas estruturais – para as quais os dados do IBGE seriam estratégicos – era uma bandeira. Mas um processo de radicalização política, à esquerda e à direita, paralisou possíveis tomadas de decisão e desembocou no movimento civil e militar de março de 1964. Ainda mais uma vez, já no regime militar, sob o governo do General Castelo Branco, quando um novo momento autoritário, não mais comportando adiamentos e debates da questão, trouxe uma solução para o longo debate.

Dessa forma, é possível pensar o desenvolvimento do debate em duas frentes interligadas. De um lado, os que criticavam o "atraso" do relógio e diziam que ele se devia a uma espécie de dispersão da atuação da instituição, que, por isso, "fez muito, mas não fez muito bem". Dito em outras palavras, o IBGE exorbitara de suas funções, dedicando seus recursos financeiros e humanos, nem tão abundantes e cada vez mais escassos, a trabalhos que não eram nem deveriam ser de sua alçada. Isso acabava por ocasionar um desempenho abaixo do desejado e mesmo do possível, no enfrentamento do que era, realmente, de sua competência específica.

Tratava-se, portanto, de uma crítica ao ideário cívico da instituição, formulada *pari passu* a seu desenho organizacional, e fortemente vinculada à atuação de seus fundadores, como Teixeira de Freitas e mesmo Macedo Soares. Um ideário que tinha plena intelegibilidade quando do Estado Novo e que, sem dúvida, perdera força e terreno após a redemocratização de 1946, a despeito de uma releitura do nacionalismo sob o segundo governo Vargas e também com JK e Brasília. Essa crítica atingia a dimensão expressiva, político-ideológica do órgão, na medida em que sua construção, nos anos 1930/40, exigira e aplaudira esse tipo de engajamento, que fazia parte da modernização do Estado nacional brasileiro da época.

Não é difícil entender a grande reação que tais argumentos provocavam, pelas questões que colocavam em debate e pelas pessoas que se sentiam diretamente atingidas por eles. Essas pessoas eram, de fato, as construtoras do IBGE e de todo o seu passado, sentindo-se feridas por observações que, além de parecer minimizar seu papel, faziam-se públicas, tendo as páginas dos jornais como palco. E tais pessoas ainda estavam na instituição, materializando dedicação e entusiasmo pelo trabalho que ali se fazia, além de sustentar toda uma tradição que já se tornava visível e reconhecida e que se via ameaçada – ameaçada por fraturas internas que eram expostas externamente. Havia, então, elementos que deviam ser mantidos e glorificados e havia os que precisavam ser revistos e descartados. Mas, em certo sentido, as virtudes e os vícios estavam no mesmo lugar, ligadas às mesmas pessoas e aos valores que elas sustentavam. Como separar o joio do trigo?

De outro lado, o "atraso do relógio", ainda na perspectiva dos que formulavam as críticas ao longo do tempo, devia-se a razões de ordem funcional, técnica mesmo, indicando a necessidade de modernização das formas de atuação e relacionamento do IBGE. Nessa frente, alguns aspectos se destacam. Entre eles está a reafirmação das estatísticas "básicas" e do trabalho de elaboração de censos, cada vez mais aperfeiçoados, ao lado da produção de novos dados, fundamentalmente de natureza econômica, para melhor satisfazer à demanda dos consumidores com os quais a instituição pouco de relacionava. Era preciso, então, rever o próprio programa de estatísticas em múltiplos aspectos, desde a adoção da amostragem, até a utilização de uma estratégia de maior centralização na elaboração de todo o material, que deveria ficar sob a responsabilidade do órgão central e não mais descentralizado, como no modelo do "consórcio interadministrativo". Além disso, ao longo dos anos 1950 e no início da década de 1960, questões como a da dotação de recursos, da elaboração de um plano de carreira, e de mecanismos que permitissem o efetivo diálogo com os consumidores tornavam-se recorrentes.

Na verdade, o acompanhamento dessa travessia permite dizer que, desde os primeiros momentos, havia razoável clareza de que o IBGE precisava se reorganizar. Em relação a certas propostas, como a de criação de uma Escola Brasileira de Estatística, nunca houve divergências. Ela foi saudada, quando de sua proposição, como uma iniciativa que fortalecia o campo desse tipo de saber, qualificando melhor o próprio IBGE, onde se estabeleceria.

De certa forma, pode-se aventar que essas críticas tenham impactado mais a instituição pela maneira como vieram – envolvendo autoridades do IBGE e ganhando a imprensa –, do que pelas próprias questões que explicitavam, sobretudo considerando-se seus momentos iniciais. Os vários aspectos que esse diagnóstico apontava, ao longo de todo esse tempo, mesmo com variações de ênfases e tom, indicava uma necessidade de transformação. O que se buscava era aumentar a autonomia técnica e administrativa da instituição, aumentando também a eficiência de seu trabalho, por meio de melhores contatos com usuários e da utilização novas metodologias e tecnologias.

É nesse sentido que se pode entender melhor as propostas de mudanças das estatísticas até então elaboradas. Elas eram, inicialmente, gerais e censitárias, fundadas em registros administrativos de base municipal. Não é de espantar, portanto, que a rede de agências municipais também ficasse na alça de mira desse processo de revisão: ela passa a ser entendida como muito cara e pouco eficaz. O IBGE não podia mais se estruturar a partir delas, precisando estabelecer hierarquias para sua ação, combinado as estatísticas gerais (regulares e contínuas) com outras formas de coleta e processamento de dados.

Um ponto nodal em tudo isso era, assim, a própria arquitetura do IBGE e seu "lugar" na administração pública. Por isso, são marcos fundamentais desse tempo de transição tanto a subordinação do IBGE ao Ministério do Planejamento e não mais à Presidência da República, quanto sua definição jurídica como fundação e não mais autarquia, o que ocorre em meados dos anos 1960. Centralizava-se o modelo organizacional e findava-se o "consórcio". O novo momento autoritário do país, como nos anos 1930/40, precisava de um IBGE mais operante; suas razões – desenvolvimento econômico, segurança nacional e planejamento estatal –, também não eram muito distintas.

A década de 1970 e a entrada em cena de um outro importante personagem para a história das estatísticas e do IBGE encerram este volume. Trata-se de Isaac Kerstenetzky, que se torna presidente da nova Fundação em março de 1970 e nela permanece até agosto de 1979, logo, por quase uma década. Como é clássico afirmar, para entender com mais abrangência o que acontece na história, é preciso examinar "o homem e suas circunstâncias". O homem era experimentado nos assuntos do IBGE, pois nele convivia havia cerca de duas décadas, tendo acompanhado seus momentos de crise mais aguda e, principalmente, os debates que explicitaram as críticas e insatisfações, internas e externas, com o funcionamento da instituição. Suas circunstâncias, ao menos inicialmente, eram as do governo do General Médici, nas próprias palavras do presidente, tempos em que o "Brasil ia bem e o povo ia mal". De nada saudosa memória, o governo Médici lançou o País numa terrível noite de repressão política, enquanto promovia o que se convencionou chamar de "milagre econômico". Como milagres são difíceis, e este não contou com a ajuda de nenhum santo, durou pouco, fazendo o Brasil crescer muito, mas não distribuindo renda, nem reduzindo desigualdades sociais. A Médici sucedeu outro general, como de costume. Ernesto Geisel, ainda com mão dura, iniciou o conhecido projeto de "distensão lenta e gradual", promovendo a pavimentação de algumas estradas, entre as quais aquela que possibilitava a saída dos militares do poder. Isto é, inaugurou, também com firmeza, o processo de transição do autoritarismo. Nessa inflexão de governos, e tomando-se o ponto de vista dos agentes governamentais do IBGE, a situação política ficou mais leve, e a demanda por um crescente e mais moderno funcionamento da instituição certamente aumentou bastante. Afinal, o governo Geisel acalentava projetos econômicos grandiosos, e o IBGE, nos anos 1970, já estava consagrado como uma das agências mais importantes para a produção de informações indispensáveis à concepção, implementação e controle de políticas públicas no campo econômico-social.

O novo presidente, para ser breve, promoveu o que, dentro do IBGE, é entendido como a "reforma da reforma". Assim, se pelo Decreto-lei n° 161, de 13 de fevereiro de 1967, o IBGE se "transformou" formalmente, alterando inclusive seu nome com a incorporação da designação Fundação, pela Lei n° 5.878, de 11 de maio de 1973, ele é realmente "refundado", acelerando sua modernização interna, mas mantendo suas tradições. É bom ressaltar que se trata de uma operação extremamente relevante do ponto de vista organizacional e memorialístico, ambos indissolu-velmente ligados. Ou seja, o IBGE (sem Fundação no nome) vai, ao mesmo tempo, "acertar as contas com o passado", realizando a operação seletiva típica da memória – vai escolher o que vai ser lembrado e monumentalizado – e, sobre esse solo decantado, vai poder acelerar sua definitiva mudança. Vai ser outro IBGE, porque realizou essa "operação de luto", dolorosa mas imprescindível, tanto para a memória individual como para a coletiva.

Dessa forma, o terceiro volume desta coleção faz o que se costuma chamar de uma "viagem redonda". Ele se inicia com os esforços de desbravadores para construir uma instituição, dotando-a de um certo formato organizacional e ideológico, e se conclui com essa instituição reinventada nesse duplo aspecto. Muito se transforma, mas muito também permanece, sobretudo o desejo de manter uma tradição, que se conforma nas "origens" e é reinventada através do tempo pelo "trabalho da memória", especialmente dos integrantes da instituição. Um trabalho que ganha lugar de relevo neste volume de muitos capítulos, densos e minuciosos no acompanhamento das glórias e dos infortúnios dessa trajetória. Para realizá-lo, muitos documentos foram consultados e são citados ao longo do texto, havendo anexos particularmente valiosos e capítulos que se destacam por sua originalidade e pelo interesse que podem despertar. De toda forma, muitas poderão ser as leituras e os usos possíveis do volume, certamente fundamental para futuras pesquisas, quer sejam elas sobre as estatísticas e o IBGE, quer sejam sobre muitas outras questões de nossa história política e de nossa história cultural.

Angela de Castro Gomes
Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ
Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense
Pesquisadora Sênior do CPDOC-FGV.

Informação estatística: forma de saber, fonte de poder

Introdução geral à obra

Nota do autor:

Na redação deste capítulo, moldura teórica desta obra, nos valemos do livro: SENRA, Nelson. **O saber e o poder das estatísticas:** uma história das relações dos estaticistas com os estados nacionais e as ciências**.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n.1).

"Toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção" (BLOCH, 2001, p. 79).

"O historiador tem que ter uma idéia na cabeça e um documento na mão" (CARVALHO, 2003, p. 51).

Os Estados desde (quase) sempre quiseram enumerar, mensurar, quantificar suas populações, suas riquezas, seus recursos; quiseram as estatísticas. De início, com vistas às guerras, para tributar e para recrutar; depois, para além disso, com vistas a legislar e administrar inúmeros aspectos das esferas pública e privada. No tempo, diversificou e sofisticou a demanda por estatísticas, num movimento contínuo e intenso.

Em contraparte, no que tange à oferta, por muito tempo, diante da pobreza dos métodos, decorrente da fragilidade das instituições, e, circularmente, decorrendo-a, o fruto dos ingentes esforços resultava insuficiente e insatisfatório; mas nem por isso se ignorava e se dispensava as estatísticas. Pouco a pouco, com o avanço das ciências e das técnicas e, sobretudo, com suas assimilações à elaboração das estatísticas os resultados ganham robustez, assim, mais e mais, sustentando discursos de verdade, vale dizer, integrando o vocabulário e a gramática dos governos dos Estados Nacionais, quando do triunfo das forças centrípetas sobre as forças centrífugas, ao fim e ao cabo da longa Idade Média. Então, no contexto dos Estados Nacionais, com seus governos centrais, emergem e se consolidam os monopólios fiscal, militar e policial, se lhes associando uma burocracia continuada, essencial, fortemente papeleira, que a tudo e a todos, a todo instante, registrava e sintetizava, inclusive e sobretudo pelas quantidades.

Vemos o Estado Nacional como uma organização de natureza política atuante sobre um território específico, claramente demarcado, que controla e sustenta pela posse legítima da violência (policial e militar), para tanto, deve poder contar com um aparato regular e eficiente de natureza administrativa, com uma hierarquia de funcionários especializados, fazendo registros e registros, de todos e de tudo, dessa forma, figurando a nação, ou seja, a coletividade, por certo não monolítica, existente naquele território e sujeita ao aparato estatal. Doutra forma, configura-se o Estado, com "E" maiúsculo, na medida em que se registra os estados, com "e" minúsculo, das pessoas e das coisas; esses muitos registros maravilhosos e suas incríveis sínteses permitem, ontem e sempre, saber-se e pensar-se e governar-se, porquanto tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; o saber para o poder. Pensa-se uma população, em si mesma, bem assim, em sociedade, num território.

Uma noção de poder

Poder: capacidade transformadora, de atuação em cenários específicos, com vistas a alterá-los ou conservá-los inalterados, em parte ou no todo; pense-se e tenha-se o poder como uma efetiva e distinta capacidade de se influenciar o desenrolar dos acontecimentos. De forma ampla, deter poder é dispor da capacidade de controlar os outros, preferentemente com seus consentimentos voluntários e pacíficos; o poder é tanto mais intenso e durável quanto mais se faz sutil, quanto mais se o exerce de modo silencioso, através de práticas repetitivas cristalizadas, devidamente institucionalizadas. Num exercício dialético, natural, às estratégias de controle se contrapõem, mais cedo ou mais tarde, estratégias alternativas de controle; então, o poder deve estar em renovação permanente, de modo a permanecer, enfrentando seus desafiantes. Para tanto, há de se ampliar e se renovar sempre os saberes que o amparam e o sustentam..

Na linha de *Michel Foucault* (1926-1984), o "poder sobre a vida" se funda e se exerce sobre dois pólos, simultâneos, o das disciplinas e o das regulações. Disciplina-se o corpo do homem, enquanto máquina produtiva: o homem é adestrado, com o fim de se ampliar suas aptidões, tendo em mente o aumento paralelo de sua utilidade e de sua docilidade. Regula-se a espécie humana, analisando-se e estudando-se seus processos biológicos: o homem é dissecado segundo a mecânica do nascimento e da mortalidade, segundo a duração da vida, a longevidade, segundo a saúde, dentre outras condições biológicas, culturais e sociais. Esse duplo "poder sobre a vida" se apoia na Economia Política, tomando-a como tecnologia de governo, e tendo a informação, em especial a informação estatística, como privilegiada tecnologia de distância.

A disciplina promove a dominação política do corpo, respondendo ao imperativo de sua utilização econômica; em termos racionais procura-se transformar o corpo em força de trabalho, que seja, ao mesmo tempo, útil e dócil. Organizam-se, para tanto, espaços funcionais, hierárquicos, arquiteturais que facilitem a circulação e estabeleçam vinculações operatórias, com vistas a uma crescente economia de gestos e de tempo. Transformam-se as multidões, confusas e perigosas, errantes e por isso inúteis, em múltiplos organizados num espaço e num tempo coletivos. Os corpos, são assim moldados às necessidades do capitalismo industrial, fazendo-se a passagem do trabalhador artesão, senhor absoluto de seu tempo e de seu espaço, ao trabalhador fabril, servo absoluto de um tempo e de um espaço que escapam de seu domínio; os indivíduos ajustam-se ao fazer das novas máquinas, sob uma nova organização.

A disciplina registra, registra continuamente, modelando os indivíduos (as pessoas, elas mesmas, bem assim, suas coisas, suas posses) numa gigantesca quantidade de documentos administrativos. O fazer esses registros, formando arquivos intensos, essenciais, não configura atividade grandiosa, ao contrário, configura uma atividade singela e simples. Os registros, eles próprios, são, não raro, simples e singelos, sendo, contudo, eficientes o bastante para fixarem os detalhes e as minúcias das realidades dos indivíduos, revelando-os como população, vale dizer, como coletividades (ao fim e ao cabo, como nação). Fatos, eventos, acontecimentos são revelados, permitindo predições, com vistas a animações, intervenções, estimulações; saber para poder.

Pois os olhares que observam, registram (anotam), sintetizam (resumem) e analisam, são os mesmos que transferem saberes para os mais altos pontos e postos do poder. Mas isso não será simples, nunca o será, seja pelo volume dos registros, seja pela qualidade das inscrições neles contidas, nem sempre as melhores, seja à falta de padrões, sobremodo de métodos, seja à falta de pessoal qualificado. Seu caráter simples, singelo, seu fazer humilde, descentralizado, envolvendo um sem números de burocratas, nem sempre preparados, refletirá na geração das sínteses, em sua qualidade e, por conseqüência, em sua utilidade. A tarefa revestia-se de humildade.

Sem diferença, a elaboração das estatísticas a partir desses mesmos registros, continuamente idealizados e ordenados pelos Estados, exigiu paciência, e raramente revestiu-se de grandeza; fez-se como atividade burocrática, sem dúvida com técnicas, mas com pequeníssima participação científica, não raro não indo além de simples contagens de freqüência; não obstante, valerá lembrar que muito dos avanços das ciências ocorreu por mergulho dos cientistas (naturais e sociais) nesses mesmos registros, deles derivando evidências para suas pesquisas (é o caso de *Charles Darwin*, de *Karl Marx*, de *Émile Durkhein*, de *Gregor Mendel*, dentre outros).

Com o desenvolver do capitalismo, par a par com a prática disciplinar, no campo das grandes políticas nacionais, emergem as difíceis questões da natalidade, da mortalidade, da longevidade, da saúde pública, da habitação, da migração, dentre outras.

Segundo Braudel (1996, p. 21): "Se fosse preciso acertar o relógio do Ocidente, eu assinalaria um aumento prolongado da população de 1100 a 1350, outro de 1450 a 1650, mais um a partir de 1750. Este último já não iria conhecer regressão". Passa-se, então, à espécie, à sua regulação (o novo polo do "poder sobre a vida").

Desde então a idéia de população ganhará clareza. Adam Smith (1723-1790), lançando os alicerces da Economia Política em sua obra prima **A riqueza das nações**, publicada em 1776, irá destacar o trabalho como fonte maior da riqueza. Logo depois, *Thomas Malthus* (1766-1834), em seu **Ensaio sobre a população**, publicado em 1798, enunciará a conhecida afirmação de que, em certo tempo, a oferta de alimentos cresceria em progressão aritmética, enquanto que a população cresceria em progressão geométrica; um dilema assustador, de certo modo ainda presente[4].

Pois, nessa situação, os governos renovaram suas preocupações com a segurança e o controle sociais, surgindo o que Michel Foucault (1926-1984) chamou de biopolítica das populações, a atenção na espécie humana, a valorização e a distribuição das suas forças. Essa gestão da espécie humana, não implicou um descuidar-se da gestão do homem como máquina de produção, ao contrário, a dimensão disciplinar terá mais e melhor visibilidade e contextualidade, será mais e melhor problematizada. De fato, a gestão completa da população implica vê-la tanto no todo, como nas partes, vale dizer, nos detalhes e nas minúcias, matéria natural da disciplina.

[4] Como ilustração, naquele mesmo ano, 1776, acontecerá a Declaração de Independência dos Estados Unidos, e, pouco depois, 1789, terá lugar a Revolução Francesa, focando os direitos humanos, tudo isso em meio a uma inaudita efervescência populacional. No Brasil, em Minas Gerais, vivia-se o ciclo do ouro, com forte influência na monetização européia; em 1789, aquela região irá viver a chamada Inconfidência Mineira. E será no rastro desses grandes eventos que a América espanhola e a América portuguesa irão se tornar independentes, no início do século XIX (o Brasil em 1822), revelando heróis e fazendo surgir países.

Assim, seja no sentido das disciplinas, seja no sentido das regulações, na onda dos tempos, os domínios dos governos dos Estados são revistos, tendo como centro, sempre, as pessoas (os indivíduos). Busca-se pensá-los em relação aos territórios, aos recursos naturais, às riquezas produzidas, às rendas geradas, etc., também em relação ao viver, aos costumes, aos hábitos, às decisões, etc., também em relação às catástrofes, às desgraças, aos acidentes, às epidemias, à fome, à morte, etc. Enfim, busca-se pensá-los em si mesmos e em suas relações intrínsecas e extrínsecas, nos espaços distantes, onde estão, de modo a fazê-los presentes, sem contudo aproximá-los; e se o faz, tanto mais aos domínios dos governos dos Estados possa-se aplicar o quadro teórico e prático da Economia Política (depois, com o tempo, visto como Ciência Econômica).

> A estatística revela e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população apresenta características próprias em seu conjunto e que esses fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias, as expansões endêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra igualmente que, por seus deslocamentos, por suas maneiras de fazer, por sua atividade, a população tem seus efeitos econômicos específicos. A estatística, permitindo quantificar os fenômenos próprios à população, revela uma especificidade irredutível ao pequeno quadro da família (FOUCAULT, 1994a, p. 651, tradução nossa)[5] .

Em reforço, o filósofo e economista Jeremy Benthan (1748-1832), inglês, ofereceu conceitos utilíssimos à elaboração das estatísticas, como as noções de maximização e de minimização, bem assim, as noções de custo e benefício, tudo isso, sem olvidar que a ele se devem os estudos do panoptismo, tão essencial à formação das instituições disciplinares (como a prisão, o hospital, a escola, o hospício, a fábrica, o quartel, o convento, dentre outras). Para ele, dentre várias idéias, governar era proporcionar o maior bem-estar ao maior número de pessoas, o que passa, naturalmente, por haver muitas estatísticas definidoras das populações.

Contudo, apesar dessa posição privilegiada, em seus primórdios, o pensamento econômico (Economia Política) dava pouco auxílio concreto às decisões dos governos. Apesar da riqueza industrial, a pobreza grassava; os governos se viam impotentes, se sentiam confusos; os economistas diziam que era assim mesmo, que não havia muita coisa a fazer, a não ser uma vaga idéia de educação para as massas, querendo-se, dessa forma, aumentar-lhes as oportunidades; não sendo, portanto, de se estranhar a alcunha de ciência lúgubre colada à Economia Política; sem que isso, ao menos aparentemente, incomodasse aos economistas. O liberalismo, consagrado no pensamento econômico, na sua luta contra o excesso de governo, inibia as atuações políticas necessárias à compensação daquela situação de pobreza; inibia, é certo, mas não as impediu de emergirem, como se deu com as leis dos pobres (Poor Laws); uma vez mais, impunha-se conhecer a pobreza e tentar entender a efetividade da legislação adotada, donde, impunha-se conhecer mais e melhor a população, e é quando *Sir*

[5] Desse autor, veja-se ainda: FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatin: vers une critique de la raison politique. In: _____. **Dits et écrits**: 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994b. v. 4: 1980-1988. p. 134-161. (Bibliothèque des sciences humaines); e FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 168 e seguintes.

Willian Petty (1623-1687) e *John Graunt* (1620-1674) surgem com força, fazendo estatísticas a partir de registros administrativos, dando-lhes específicos ordenamentos (é o tempo da fundação da Aritmética Política, da qual falaremos em capítulo próximo).

Embora a alcunha de ciência lúgubre, ao que parece, não aturdisse o espírito da maioria dos Economistas, a alguns, contudo, incomodava. É o caso de *John Stuart-Mill* (1806-1873) que com seu genial **Princípios de economia política**, publicado em 1848 (ano também da divulgação do **Manifesto comunista,** por *Karl Marx*, 1818-1883, e por *Friedrich Engels*, 1820-1895), ao afirmar que somente a produção, com certa técnica, num certo tempo, seria inexorável, não a distribuição que poderia ser diferente por vontade política. E as mudanças necessárias seriam feitas pela via parlamentar, por iniciativa dos governos; advogava uma revolução parlamentar, com a qual promoveria uma refundação do pensamento econômico, dessa forma, reforçando a posição da Economia Política (depois Ciência Econômica) como tecnologia de governo; para tanto, era óbvio, precisava-se das estatísticas, muitas mais, mais e melhores. Contudo não era fácil e simples produzi-las, à falta de saberes, técnicos e científicos, enfim, à falta de métodos, o que só virá muito tempo depois, já na segunda metade do século XX. Além disso, a dificuldade também vinha da natureza dos Estados Liberais, que temiam ser grandes, contudo, a elaboração das estatísticas sempre exigiu muita gente e sempre demandou muitos recursos, técnicos e tecnológicos, e financeiros. Dilema cruel!

Uma noção de saber

O poder, sem dúvida nenhuma, supõe um saber, muitos saberes. Exercer poder, no sentido de administrar acontecimentos, e, tanto quanto possível, para além disso, de intentar-se planejá-los, impõe antever, conhecer. Ora, o poder se exerce sobre mundos (sempre) distantes, distantes e desconhecidos, imprevisíveis; pessoas e coisas sempre distantes (mesmo a pequena distância). Assim, tornar esses mundos conhecidos, para então conseguir pensá-los, e, pensando-os, governá-los, conforma extamente a equação política dos governos dos Estados. Saber, como visto, tornando próximo o distante, presente o ausente, conhecido o desconhecido; saber para poder.

Isso terá, por longo tempo, a marca dos amadores, entre eles, não raros sábios, mas sempre amadores, algo intuitivos. Assim será até que se possa contar com as ciências atuantes em organizações especializadas, como as bibliotecas, os laboratórios, enfim, os centros de cálculo. Métodos são desenvolvidos e são consolidados; saem de cena os amadores, ainda que sábios, e entram os pesquisadores.

Ao longo do tempo, sem descanso, sem esmorecimento, aventureiros e curiosos, amadores e sábios, alcançando-se os pesquisadores, irão empenhar-se verdadeiramente para tornar o mundo móvel, transportando-o estavelmente; pouco a pouco, supera-se o intuitivo, o sugestivo, passando-se ao científico. Pessoas (e suas coisas) nos mundos distantes serão selecionadas e observadas e registradas, sendo

assim tornadas visíveis em alguns aspectos essenciais (previamente escolhidos). Além de observar e registrar, é preciso transportar com estabilidade (sem prejuízo de significação) o observado e o registrado; transporta-se, dessa forma, parte dos mundos a pontos distantes. Primeiro, realiza-se uma redução do mundo, privando-se de sua exuberância, e se empobrece a realidade; depois, juntados diversos extratos de vários mundos, de modo contínuo e sistemático, alcança-se um conhecimento inobservável nas realidades, quando vistas em suas dimensões primitivas e nativas. Agora, pela ação das instituições especializadas, os centros de cálculo (no dizer de Bruno Latour), promove-se uma ampliação dos mundos distantes antes reduzidos; um exemplo, simples e completo, é o da borboleta retirada do seu habita natural, o que lhe tira a exuberância, mas que, quando posta num quadro de borboletas, ganha a potência da classificação, o que a faz mais e melhor conhecida, e mesmo permite melhor vê-la numa segunda visita ao seu habita natural[6].

Reduzir para ampliar. Extrai-se, elabora-se, distribui-se informações, mais e mais, com tempo, através de métodos refinados. A cada instante, em laboriosos processos de trabalho, cientificamente explicáveis e defensáveis, as informações geradas querem-se capazes de se transformarem em conhecimentos. Tudo se inicia com inscrições simplificadas, conforme as necessidades, segundo orientações científicas; depois, passa-se aos centros de cálculo (gabinetes, escritórios, laboratórios; comissões, comitês) onde são combinadas e comparadas, configurando inscrições superiores, mais e mais refinadas e sofisticadas. Aparecem nos relatórios, nos artigos, nos livros, tendo a forma de textos, de desenhos, de imagens, de tabelas, de gráficos, de mapas, dentre outras, conforme as circunstâncias[7]. Ao cabo desse ciclo, informações potentes e robustas oferecem-se ao conhecimentos necessários ao exercício atento do poder. Tem-se os saberes desejados e desejáveis; sabe-se, pensa-se, governa-se.

Essas ações produzirão inúmeras coleções sobre os mundos distantes. Por exemplo, os animais nos zoológicos, as plantas nos hortos e jardins botânicos (jardins de aclimatação), os animais empalhados e as plantas desidratadas nos museus naturais, enfim, artefatos diversos em museus variados e temáticos[8]. Pois, par a par com esse conhecer da natureza, buscou-se conhecer os territórios e as populações, suas riquezas e seus recursos, todos e tudo trazidas do distante, sob métodos intensos, através das estatísticas, postas em tabelas, em gráficos, em cartogramas, como suas linguagens de representação. Por tudo isso, consegue-se conhecer os diversos e variados

6 Para as idéias do autor, veja-se: LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Tradução de Ivone C. Benedetti; revisão de tradução de Paula Assis. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000a. 438 p. (Biblioteca básica); e LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000b. p. 21-44.

7 Mais cedo ou mais tarde, as informações e os conhecimentos serão de ordem a simular-se as realidades; por exemplo, simulam-se as forças das ondas e das marés com vistas a edificar-se barreiras, sem que seja preciso, o que seria absurdo, fazer experimentações na realidade. Sondas serão criadas, capazes de colher amostras, fazer análises e transmitir informações; o que o homem devia fazer, ao vivo e a cores, agora uma máquina feita pelo homem, faz por ele. No caso das estatísticas, tanto aumenta a informação e o conhecimento sobre as populações que se torna possível projetar seu futuro.

8 Nesse contexto também se enquadram os gabinetes de curiosidades e ainda os gabinetes de horrores, tão comuns ao longo dos séculos. Hoje, doutra forma, não se olvide os museus de cera, como exemplo também dessa exposição coletiva de aspectos dos mundos distantes.

mundos, permitindo pensá-los e governá-los. Governar, valerá marcar, é controlar, monitorar, fiscalizar, ordenar; vigia-se, regula-se, disciplina-se; norteiam-se as condutas. Para tanto é preciso informação e conhecimento, é preciso saber.

No caso do Brasil, veja-se a carta de *Pero Vaz de Caminha*, escrivão da frota de *Pedro Álvarez Cabral*, como a inscrição de primeira ordem sobre o território, a população, as riquezas, os recursos. É pouco, é frágil, mas é então o possível. Depois, não tardará, virão os diários das expedições de reconhecimento, com *Américo Vespúcio*, com *Gonçalo Coelho*, com *Martim Afonso de Souza*, dentre outros. Agora já haverá esboços da costa e eventuais vislumbres interioranos. Virão depois os governantes (*Tomé de Souza*, *Duarte da Costa e Mem de Sá* serão os primeiros), os missionários (*Manoel da Nobrega e José de Anchieta* entre os primeiros); haverá os bandeirantes (*Fernão Dias*, *Raposo Tavares*, *Borba Gato*, dentre outros); virão os invasores (franceses, espanhóis, holandeses); todos, uns mais outros menos, usarão e buscarão informações e conhecimentos. Em níveis distintos, não importa, farão registros, escreverão narrativas, cuidarão de desenhar e cartografar, tudo indo para Lisboa, Madri, Paris, Nápoles, Gênova, Florença, Amsterdan e Antuérpia; além desses escritos, farão circular alhures, mundo afora, espécimens animais e vegetais (inclusive nativos índios).

Virá o tempo dos sábios viajantes: entre os ingleses: *Thomas Lindsey*, *John Mawe*, *John Luccock*, *Henry Koster*, *Richard Burton;* entre os alemães e austríacos: o príncipe *Maximiliano* da família Habsburgo[9], von *Spix* e von *Martius* (ambos na Missão Austríaca que veio com a princesa *Leopoldina*, futura primeira imperatriz); depois será a vez dos franceses: *Rugendas*, *Debret*, *Saint-Hilaire* (todos na Missão Francesa promovida pelo Príncipe Regente); dentre muitos outros[10]. Todos deixarão registros refinados, que não nos deixa jamais de encantar; escreverão narrativas, farão desenhos admiráveis, fixando costumes, tipos, plantas e animais, farão registros cartográficos. Essa informação e conhecimento, dará aos governantes maior e melhor conhecimento sobre o país, onde, em 1808, se instalará a sede da monarquia portuguesa. Além disso, dará aos europeus (principalmente) melhores condições de visitarem o país, estabelecendo negócios vários

Com a chegada do Príncipe Regente, futuro *D. João VI*, o Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, ganha fumos de centro. O Jardim Botânico é criado, missões artísticas e culturais são promovidas, trazendo a iluminação das civilizações; biblioteca e escolas de artes e ofícios, imprensa e museus serão criados. Passa o tempo, e com o país tornado independente, desde 1822, sob a influência da Imperatriz Leopoldina, coleções de história natural são feitas, florestas são refeitas, expedições são promovidas (novos sábios, alguns nacionais). Vemos mais, sabemos muito mais. Mesmo assim, o país é muito grande e ainda demorará bastante tempo até saber-se o necessário; da população, por exemplo, tem-se números estimados, sempre parciais,

9 O príncipe Maximiliano (1832-1867) era primo do Imperador D. Pedro II. Foi Imperador do México (1864-1867) na frustrada tentativa francesa de ali instalar uma monarquia.

10 Infelizmente as autoridades portuguesas não autorizaram a entrada no País do maior de todos os sábios, Alexander won Humboldt, que tentou nos visitar em 1800.

localizados, frágeis e erráticos, fruto de amadores, os autores de incríveis corografias (sem olvidar a tradição portuguesa das enumerações censitárias); só mais tarde, cinqüenta anos após a independência, em 1872, é que virá a maturidade institucional. Iniciada tardiamente, contudo, a elaboração das estatísticas não perderá o caminho inexorável do progresso (BUENO, 2002).

A natureza das estatísticas

As estatísticas, valerá realçar, configuram coletividades organizadas, servindo aos governos nas suas ações diretas e indiretas. As estatísticas revestem-se de distinção pelo caráter objetivo que recebem dos números. Na verdade, construções que são, as estatísticas não expressam objetividade, mas sim objetivação (objetividade objetivada). Como seja, sendo bem feitas, no amparo das ciências, têm enorme potência; servem à maravilha aos governantes, em suas argumentações.

No seio desses coletivos organizados, as individualidades, variadas e múltiplas, naturalmente ingovernáveis e incontroláveis, tornam-se individualizações, configurando identidades realçadas no interior dos grupos sociais, dessa forma, tornam-se governáveis e controláveis. Como tudo na ciência e na pesquisa (naturais e sociais), as estatísticas são mensurações construídas das realidades, e isso não lhes tira o caráter objetivo, justo o que lhes empresta especial relevância e importância.

Dito doutra forma, as estatísticas configuram aglomerados previamente organizados, expressando-os na linguagem dos números, que se quer, na tradição científica ocidental, objetiva e universal. Em seu processo produtivo, agregam-se (superam-se) registros ou anotações ou inscrições individuais (relativo a um ser, objeto ou situação; relativo àquilo que é único); tomam-se e agregam-se os aspectos observáveis e registráveis (o que for passível de mobilidade com estabilidade) das individualidades, e, ao agrupá-los, passa-se a pensar e a dizer do todo (do conjunto, do coletivo) e não mais das partes. Ora, tenha-se presente que essas partes, por serem diferentes, heterogêneas, não são agregáveis, em si mesmas, a menos que se lhes atribua, que se lhes marque algum aspecto comum, por meio de algum princípio de equivalência; dessa forma, serão observados e registrados os aspectos individuais que previamente configuraram os aglomerados organizados[11].

Embora num primeiro instante reduza-se e diminua-se a realidade, perdendo-se a exuberância das individualidades, num segundo instante se a amplifica; se é fato que se perde a riqueza das unidades também é verdade que se ganha a riqueza do coletivo; as estatísticas, valerá observar, tem uma dupla força: sintática (como signo, números que são) e semântica (com o sentido da construção científica). As coletividades estatísticas, com suas individualizações (individualidades individualizadas), atendem em especial aos governantes, que não governam individualidades, pura e simplesmente, mas sim individualidades coletivizadas. Saber vital!

[11] Que fique claro: só se mensura o mensurável (como diria o encantador conselheiro Acácio, figura distinta da galeria queirosiana); ou, diríamos, “c’est la verité de La Palice”

Não por acaso, assim sendo, as estatísticas são entendidas como tecnologias de distância, encaixando-se à maravilha como tecnologia de governo e de poder. Pessoas e coisas distantes são trazidas à presença dos decisores (às suas mesas) na forma de algumas tabelas e de alguns gráficos, quiçá, sempre que possível, na forma de mapas (cartogramas). Por exemplo, toda uma população, em sua complexidade, nos é revelada por inteiro (em aspectos seletivos) em poucas folhas de papel (o mundo real se faz um mundo de papel!), de modo a permitir que ações sejam promovidas e estimuladas, que decisões sejam tomadas. Pelas estatísticas, por sua objetividade, fazem-se discursos de verdade! Mais e mais, os discursos perdem as letras, e ganham os números.

Sob essa visão, seja ao promover ações, seja ao estimular ações, o poder é visto como a ação de uns sobre outros, sendo exercido sobre pessoas livres, sem sujeitá-las, o que seria violência, e tendo-se o cuidado de preservá-las em suas liberdades. Pois, as estatísticas, ao eliminarem as individualidades e ao promoverem as individualizações, no interior de coletivos estruturados previamente, o fazem sem imposição, deixando aos indivíduos a liberdade de não aceitarem as sugeridas comparações. Contudo, como bem dito por *Ian Hacking*, as estatísticas afetam tanto a forma como vemos nossa sociedade, quanto a forma como vemos nossos vizinhos; as estatísticas transformaram profundamente "o que desejamos fazer, quem tentamos ser, e o que pensamos sobre nós mesmos" (HACKING[12], 1995, p. 3, tradução nossa). Nos vemos nos outros, através dos coletivos estatísticos; com força, os números integram nossos cotidianos (nossos inconscientes).

Por muito tempo, a elaboração das estatísticas fundou-se nas informações individuais existentes nos antigos registros administrativos; esse longo tempo marca uma produção pautada num contexto técnico-político, com conotações fortemente administrativa, algo burocrática. Uma produção pautada num contexto técnico-científico tem início só há pouco tempo, cinqüenta anos, quanto muito; enfim, são recentes os registros estatísticos, a outra fonte fundadora das estatísticas.

Os registros com finalidade administrativa eram abundantes, criados na esteira da formação dos Estados Nacionais; como visto antes, os Estados inscrevem os estados, para efeito de se inscreverem; o exemplo mais acabado são os registros ditos civis (nascimento, falecimento, casamento), devidamente laicizados. Mesmo os censos, de antiga origem, tinham um caráter de registro administrativo, inscrevendo as famílias, seus membros e seus bens, tudo para efeito de tributação e de conscrição.

Diante dos Estados Nacionais, poderosos, tendo a posse legítima da violência, as informações eram obtidas e anotadas, os registros elaborados. No início, a prática é obrigatória, sem espaço de negações. Vencidos os primeiros instantes, pouco a

[12] A propósito, valerá apontá-lo como um dos grandes historiadores da ciência estatística e dos processos de produção das estatísticas.

pouco, os indivíduos percebem a importância de estarem inscritos, tornando-se cidadãos, e até passam a revelar-se voluntária e, fator relevante, corretamente. Em suma, alguns registros seguem sendo feitos por obrigação, outros tornaram-se voluntários; ademais, obrigatórios ou voluntários, com o tempo, a cada registro se definirá limites nos seus usos, vale dizer, se lhes aditará algum sigilo. Nada disso se fará de modo linear, e simples, pacífico; ao contrário, haverá idas e vindas, haverá lutas, e ainda as há, hoje em dia; haverá avanços e recuos, encontros e desencontros.

Registros em profusão são pensados e impostos. Deles derivam-se números, as estatísticas; por muito tempo, nesse fazer, terá realce sua natureza administrativa, seu caráter contábil. Virão as antigas enquetes, tão caras a *Jean-Baptiste Colbert* (1619-1683), ao tempo de *Luís XIV*, algo como censos nacionais com conteúdos limitados, ou, as sondagens, tão caras a *Frédéric Le Play* (1806-1882) ao tempo do *Napoleão III*, algo como censos locais com intensos conteúdos. Avanços na plêiade de registros; afora censos (na origem e por longo tempo, tendo natureza administrativa e sendo de caráter contábil). Tradicionais ou inovadores, aos registros se associava a potência dos Estados, sendo atendidos pelos indivíduos geralmente por obrigação.

Esses registros foram, por longo tempo, a fonte principal das informações individuais para elaboração das estatísticas. Esses novos olhares, alheios à origem dos registros, devem atentar zelosamente pelos limites associados às informações individuais. Os técnicos envolvidos, geralmente servidores públicos, dada a razão inicial desses registros, devem agir com zelo, algo que pode levar à noção de ética. Pois a idéia de zelo (estando implícita, talvez, a noção de ética) está posta nos debates dos Congressos Internacionais de Estatística, havidos no século XIX, em suas nove reuniões plenárias, sobretudo na sétima delas, havida em Haia, em 1869, quando se advoga que aos governos competiria promover a capacitação e assegurar o extremo zelo dos empregados das instituições nacionais de estatística, cujas criações e existências são, então, laboriosamente defendidas e definidas; são vitais, em suas resoluções. Em vários capítulos, trataremos desses congressos.

Pois, ao longo do século XIX, as estatísticas ganham visibilidade, na esteira, não mais da formação (pura e simples) dos Estados Nacionais, mas sim da sua sofisticação instrumental, que, mais e mais, se quer racional, no amparo das ciências. Com o passar do tempo, chegando à segunda metade do século XX, ontem, a bem dizer, as instituições estatísticas nacionais, públicas e oficiais (as primeiras originadas no século XIX), se consolidam e se transformam em instituições de pesquisa, tanto quanto possível científicas. A demanda cresce, em resposta ao planejamento nacional, de um lado, e, de outro, a oferta pode agora crescer, como nunca, com a criação dos registros estatísticos através das pesquisas amostrais; ademais, a oferta se estrutura fortemente através da contabilidade nacional, que também a articula com a demanda (num papel intrínseco de coordenação). A trajetória acanhada de criação dos registros estatísticos

se sofistica e se diversifica; as técnicas de amostragem amadurecem e são assimiladas pelas instituições estatísticas; os registros estatísticos, feitos sob métodos refinados e rigorosos, ganham o cenário (já os registros administrativos, perdem o estrelato, retirando-se aos bastidores; passam a segundo plano).

As realidades complexas, a serem percebidas e apreendidas, implicam a demanda de melhores estatísticas, o que motiva a admissão de diferentes profissionais (economistas, sociólogos, demógrafos, dentre outros). Esses profissionais, até então ausentes das instituições estatísticas, passam a atuar par a par com os estatísticos que, ainda que quase sempre presentes, com as técnicas amostrais exigidas, passam a oferecer melhores qualificações. Dessa forma, conforma-se um profissional específico, os estaticistas, aqueles que produzem as estatísticas.

Pouco a pouco, com novas noções chaves, além da noção de crescimento econômico (desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável, dentre outras) cresce a demanda por registros estatísticos; os estaticistas pontificam. A elaboração das estatísticas passam a ser feitas num contexto técnico-científico, não mais no contexto técnico-político.

As estatísticas brasileiras

Na história das estatísticas brasileiras, cobrindo o período de 1822 a 2002, então, 180 anos da história nacional, podemos identificar, numa primeira aproximação, dois grandes tempos, como segue:

- 1822 a 1972, quando domina a produção técnico-política das estatísticas, com a forte presença dos registros administrativos;
- 1972 a 2002, quando domina a produção técnico-científica das estatísticas, com a forte presença dos registros estatísticos;

Ao tempo da produção, o domínio de uma dada forma técnica, bem assim, de uma dada forma de registro (informações individuais) não podem e não devem ser vistas de modo absoluto, mutuamente exclusivas. De fato, ao final do primeiro tempo acima, já haverá atuações técnico-científicas (por exemplo, os primeiros passos das técnicas amostrais), bem assim, ao longo do tempo segundo ainda haverá atuações técnico-políticas (por exemplo, a existência pesquisas idealizadas externamente, para a simples aplicação dos questionários, sem apuração e sem análise). Contudo, tendo em mente os domínios assinalados, no primeiro tempo as instituições estatísticas terão por demais um caráter administrativo, contrariamente, no segundo tempo ganharão distinta solidez como instituições de pesquisa, no amparo das ciências.

O primeiro grande tempo acima, 150 anos, não terá caráter monolítico, mas antes uma sucessão de mudanças, na busca ingente da continuidade. Claudica-se; copia-se e, por certo, se cria, no humor dos tempos; ora tem-se força e realce social, ora se é fraco, vivendo-se na decadência, amargando-se esquecimentos. O trabalho tem natureza administrativa, só muito raramente tem natureza científica; sua nature-

za administrativa, não atrairá cientistas (pesquisadores), mas apenas burocratas, não raro por indicação e influência política. Contudo, a par com homens medíocres, que emperram sempre os avanços dos tempos, houve homens notáveis, marcando a história, herdeiros intelectuais daqueles amadores do passado, por certo, sábios, embora diletantes. Pois esse longo período comporta três subdivisões, como segue:

• 1822 a c.1889: o tempo do Império, quando as estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis **[Estatísticas desejadas]**;

• c.1889 a c.1936: o tempo da primeira República, até a criação do IBGE, quando é legislada a elaboração das estatísticas **[Estatísticas legalizadas];**

• c.1936 a c.1972: o tempo de atuação do IBGE até sua transformação numa instituição de pesquisa **[Estatísticas organizadas]**.

Na primeira subdivisão, a produção terá caráter amador, e será algo intuitiva. Ser amador, à época, não significava estar improvisando sem conhecimento; não, muitos eram muito sábios, vindo da tradição dos viajantes dos séculos anteriores. Não eram especialistas, mas eram, não raro, estudiosos, em amplo espectro de matérias, bem assim, na difícil questão da elaboração e utilização das estatísticas. Pouco a pouco, percebeu-se a importância de uma revelação numérica do Brasil; primeiro, em alto e bom som, no parlamento, para legislar-se, depois, em resposta, no executivo, com ações concretas na elaboração das estatísticas. Mas, partir à ação era muito difícil, em todas as nações do mundo; o rumo era errático, com idas e vindas. Não obstante, ficará fixada a importância das estatísticas, e o seu desejo não perderá espaço, jamais.

Na segunda subdivisão, o desejo fixado no Império, é reforçado no positivismo republicano; contudo, a produção continuará marcada pelo amadorismo, pese haver, agora, muitas experiências acumuladas. Distinto, nesse tempo, será a atuação de usuários analíticos, críticos rigorosos dos resultados alcançados; com destaque aos demógrafos-sanitaristas (dentre eles *Bulhões Carvalho*). Pautados nas ciências, lançam olhares atentos, rigorosos e exigentes, sobre a produção e sobre as instituições produtoras; fazem reparos às estatísticas disponibilizadas; pela força política, induzem mudanças. De fato, em atenção às críticas, as instituições estatísticas demandam a renovação das legislações pertinentes, bem assim, demandam estruturas melhores, com mais recursos (humanos, materiais, financeiros).

Na terceira subdivisão, a condição de produção, iniciada no período anterior, é reforçada pela coordenação institucional. Não há, ainda, contudo, a presença intensa das ciências, mas, já há a presença de estudiosos sofisticados, refinados em saberes, em tudo e por tudo, autênticos cientistas (dentre vários nomes, citemos *Teixeira de Freitas, Giorgio Mortara*); a ciência estatística começa a ensaiar os passos da amostragem, e vários nomes surgem (por exemplo, *Lourival Câmara, Viveiros de Castro*); mas falta ainda um amálgama profissional, que virá apenas adiante.

Coisa nova será a emersão das condições de utilização continuada e articulada, por diferentes produtores, dos registros administrativos, derivando-lhes estatísti-

cas; numa palavra, surgirá o instituto operacional da coordenação, razão da criação do IBGE. A coordenação praticada estará centrada na dimensão sócio-política, formando-se as coletividades organizacionais, o que não será bastante, logo emergindo sua fragilidade; sem dúvida, logo será percebido, faltavam as condições cognitivas na forma de instrumentos técnico-científicos. Mas a instituição estatística ganha maturidade.

Voltemos ao segundo grande tempo, c.1972 a 2002, com sua seqüência (mais ou menos) monolítica, quando a elaboração das estatísticas ganha formalidade científica **[Estatísticas formalizadas]**. As estatísticas são, já na origem, informações, vale dizer, têm significado já no nascedouro, dessa forma, tanto estão no plano da sintática (signos que são) quanto estão no plano da semântica (com seus significados). No ambiente institucional vige uma indiscutível especialização, com a presença simultânea e a cooperação de diferentes indivíduos, com diversas formações; há, em suma, uma comunidade profissional socialmente legitimada, sendo sólidas as carreiras, e há, também, por parte da sociedade uma evidente valorização do trabalho realizado, uma clara aceitação do produto oferecido. Tem-se credibilidade e legitimidade.

> As organizações sempre resultam da intenção dos atores que as criam, estão pautadas por teorias acerca das formas pelas quais as atividades podem ser organizadas, teorias estas que se associam sempre ao manuseio de recursos e à existência de um sistema de autoridade próprio. [...] Organizações são produto da vontade dos atores e de sua pauta de crenças e valores em operação sobre os recursos e a tecnologia social disponível; refletem antes os valores e interesses dos homens do que a vontade de uma invisível mão que põe ordem às coisa e à anarquia (NUNES, 1977, p. 121).

Três fatos fazem a glória desse tempo: o planejamento nacional, inserido no contexto da economia keynesiana, provocando uma demanda jamais vista, seja em volume, seja em variedade; a contabilidade social, há muito tempo estudada e desejada pelos economistas, como síntese das medições das atividades econômicas; a técnica da amostragem, que, depois de longo tempo, é tornada operacional, viabilizando pesquisas em profusão, dessa forma gerando registros estatísticos em abundância. Depois, haverá muitas crises internas no contexto da grande crise dos Estados Nacionais; as instituições estatísticas, até então fortes, amargarão fraquezas, e sofrerão inúmeras concorrências, até que voltarão a ser potentes, isso com o imperativo da comparação internacional, bem assim, sobremodo, com a percepção de que os Estados Nacionais para serem pequenos devem ser fortes, exigindo a existência de estatísticas confiáveis, elaboradas sistemática e continuamente. Mas, a coordenação resultará em aberto, a desafiar o futuro.

Intenções de trabalho

Quer-se relatar tanto quanto analisar.

Para além de se apreciar o manifesto, será preciso apreciar-se os silêncios, as metáforas, as figuras de retórica, enfim, as contradições, a despeito das dificuldades inevitáveis e inerentes. Os autores e atores sociais, nas várias épocas, serão vistos em suas posições, suas ligações políticas, suas visões de mundo, suas histórias. Trabalho

árduo, mas essencial à narrativa tanto quanto à compreensão dos acontecimentos: narrar e comparar, comparar e compreender.

> "Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador" (BLOCH, 2001, p. 82).

> "O documento é importante, mas não fala, o historiador é quem faz o documento falar" (CARVALHO, 2003, p. 51).

Esta obra, **História das estatísticas brasileiras**, cobrindo o período de 1822 a 2002, com 180 anos de história, estará dividida nos volumes vistos antes, valendo repetir: 1º volume: **Estatísticas desejadas** (1822-c.1889); 2º volume: **Estatísticas legalizadas** (c.1889-c1936); 3º volume: **Estatísticas organizadas** (c.1936-c.1972); e 4º volume: **Estatísticas formalizadas** (c.1972-2002).

Na fixação desses títulos, matéria de intensa atenção nossa, pudemos contar com a reflexão valiosa de ***José Murilo de Carvalho***, sempre paciente nas trocas de notas, a apontar insuficiências por nós desapercebidas. Afora nisso, pudemos contar com sua atenção, sempre afável e gentil, nos momentos de impasse na apreensão dos fatos. Mas não lhe cabe nenhuma responsabilidade pelo que aqui ficou, seja no conteúdo, seja na forma; as escolhas, sobremodo aquelas erradas, foram nossas.

Os volumes estão divididos, para efeito de exposição, em seções; definidas em períodos, seus conteúdos podem, contudo, ultrapassar os períodos definidos.

As inúmeras citações feitas vão além de reforçarem a argumentação; tem-se a intenção de divulgá-las, em si mesmas, levando à leitura dos textos das épocas.

Nas citações, há várias partes grifadas (sublinhadas); quer-se, com isso, atrair a atenção para seus conteúdos, estimulando suas leituras inteiras.

Além da iconografia, quadros com perfis de pessoas, com sínteses legislativas, e com sínteses dos conteúdos censitários, por certo, enriquecem os textos.

Por fim, num CD-ROM estão textos integrais, relatórios e legislações, permitindo aos pesquisadores contradizerem a narrativa feita, fazendo outras.

Esta obra não teria sido feita sem que David Wu Tai, na direção do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, do IBGE, a todo tempo, a tivesse aceitado e apoiado. Seu estímulo foi essencial nos inevitáveis momentos de cansaço, e até de desânimo, inerentes a todos os processos de pesquisa. A ele, então, registramos um contundente reconhecimento e agradecimento.

Nelson Senra
Pesquisador e Professor no Programa de Mestrado da
Escola Nacional de Ciências Estatísticas, do IBGE,
onde leciona a disciplina Sociologia das Estatísticas,
Doutor em Ciência da Informação (ECO/UFRJ),
Mestre em Economia (EPGE/FGV) e Economista (UCAM).

“Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser”

Introdução ao volume

Vencida a Primeira República, o Estado resultante da revolução lhe seria muito diferente. Antes, a federação dominava, e predominava; a esfera federal era acanhada, e tinha atuação limitada; quando atuava, não raro era ignorada, desrespeitada. E, como seria natural, isso se daria também na atividade estatística. Embora houvesse uma instituição estatística federal, sua força era pífia, suas atuações eram ignoradas e suas estatísticas eram descontínuas e assistemáticas, pese o grande esforço de seus técnicos. Suas atuações, técnicas e políticas, pese os esforços em contrário, eram tidas pelas instituições estatísticas estaduais como concorrentes, só de raro em raro como uma soma positiva de esforços. Embora existisse, e isso se desse antes do mais pelo preceito constitucional que obrigava ao Estado fazer o censo, sua existência seria titubeante, com mais baixos do que altos. Seu primeiro momento positivo ocorrerá no governo *Affonso Penna,* que queria governar, mas que, por fado triste, morreu no mandato; seu segundo momento favorável ocorrerá no governo *Epitácio Pessoa*, menos por querer governar, e mais pelo imperativo de se comemorar o Centenário da Independência; por fim, um terceiro momento se ensaiava no governo de *Washington Luís*, com seu lema "governar é abrir estradas"; em todos esses momentos pontificará a notável figura de *Bulhões Carvalho*. O elo entre um Estado presente e a demanda por estatísticas, bem assim, a melhoria nas condições de se produzi-las, é sempre natural e já ocorrera na Monarquia nos gabinetes presididos pelo *Marquês de Monte Alegre*, no anos 1840-1850, e pelo *Visconde do Rio Branco,* nos anos 1870, em ambos havendo intenções de mudanças (por certo conservadoras, mas ainda assim mudanças). Pois com a nova República, a partir de *Getúlio Vargas* a coisa seria outra, e o Estado teria vontade de governar, e para tanto precisaria ter estatísticas, já se sabia. O Estado central e forte, que logo teria lugar, daria as melhores condições à elaboração das estatísticas, e faria surgir um órgão central especial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que renovaria a atividade estatística; na verdade, mais que um órgão central, faria surgir um sistema estatístico. E é esse o tema deste volume, no qual paira o espírito de *Teixeira de Freitas,* idealizador e animador do processo.



Vargas fardado com simpatizantes da revolução de 1930.

Um Estado que demanda estatísticas

A extrema federação republicana, que dificultava a atividade estatística, a partir dos anos 1930 sofre controle e limitação. O governo provisório, 1930-1934, após a vitória da revolução encabeçada por *Getúlio Vargas*, já daria mostra de querer governar, e novos órgãos de cúpula surgiriam, sobremodo os dedicados ao trabalho, à educação, à saúde, e vários outros. O Estado federal, que desde a "política dos estados" (ou, como é melhor conhecida, a "política dos governadores"), trazida por *Campos Salles*, para consolidar (ou mesmo refundar) a República, pouco, ou quase nada, atuava, mostrava, agora, vontade de governar; a esfera federal seria, em diante, operante. Com *Vargas* terá lugar mudanças profundas, pouco a pouco ao tempo do governo provisório; depois, bem menos, com a luta paulista pela normalidade constitucional, e a certa volta aos modos do passado; até que em 1937, quebrando a normalidade constitucional, emerge o Estado Novo (sob nova carta), e ele faz reviver os vitoriosos de 1930.

Temas sociais estarão presentes, o progresso econômico será idéia dominante. Nesse ambiente, o Estado central e forte dará ensejo a uma intensa demanda por estatísticas; serão vitais como forma de se saber o real, e de nele se atuar; desde há muito, eram vistas como forma de saber e como fonte de poder; diziam o que fazer, e onde, por isso, devendo-se produzi-las, muitas e boas, em oferta contínua e sistemática. Pois, para atender à crescente demanda, uma agência central e forte, seria criada, e teria a melhor das atenções do Estado, também central e forte, vale marcar. Enquanto a federação predominou, não houve espaço para a produção continuada e sistemática das estatísticas, para tanto sendo valiosa a formação de um Estado central e forte, o chamado Estado Novo, muito superior à federação. Mas, dadas as formas de produção das estatísticas, tendo por fontes os registros administrativos, a agência central deveria praticar um convívio federativo; que grande paradoxo!

O IBGE teria como papel central a articulação, melhor dizendo, a coordenação. Não seria um órgão produtor, a menos de ocasiões especiais. Os produtores seriam os serviços federais de estatística, em estreito vínculo com os serviços estaduais de estatística, por demais impondo-se incorporar os municípios, onde, em última instância, estavam os registros administrativos, ou, em não existindo, seriam criados. Eis então o IBGE da origem, uma instituição coordenadora; uma instituição moldada pelo esquema da cooperação interadministrativa, dando-se unidade às três esferas políticas brasileiras: a federal, a estadual, e a municipal.[13] Por essa forma, as estatísticas serão ofertadas de forma contínua e sistemática, atendendo-se a demanda. Esta, terá dois tempos: primeiro, ao ser traduzida em programa pelos produtores, sendo eles, afinal, seus maiores usuários, e analistas; segundo, quando os usuários, ao ganharem uma autônoma conformação, serão ouvidos, e, pouco a pouco, acatados.

[13] Por isso, o IBGE seria um órgão da presidência da República, só assim, com essa vinculação, teria liberdade de diálogo com todas as áreas temáticas federais (ministérios e repartições), e com os estados e municípios; bem assim, só dessa forma teria a necessária autonomia de decisão.



Vargas discursando, anunciando pelo Rádio a Constituição de 1937, com Dutra ao fundo.

O Estado estava disposto a governar, e, por demais, planejou: Plano Salte, Plano de Metas, Plano Trienal, PEG, PED, PNDs[14]. Num primeiro momento, os planos foram muito simples, quase informais, distintamente improvisados; apenas faziam indicações, faziam sugestão de mudanças. Num segundo momento, com os avanços nas técnicas de planejamento, os planos se tornaram mais científicos, mais objetivos e precisos; com propostas de mudanças, numa clara atuação de governo. Como seja, antes ou depois, houve demandas por estatísticas, mas apenas no segundo momento, movido pelo crescimento econômico houve demandas específicas por estatísticas, fortemente focada no aspecto econômico; então, dito de outra forma, as estatísticas econômicas foram demandadas intensamente, por elas o IBGE chegou à glória, depois de passar por crise, que lhe levou à mudança de natureza, vale dizer, virando uma Fundação e iniciando um novo tempo, como centro de pesquisa.

Um Estado que produz estatísticas

Em 6 de julho de 1934, ainda no Governo Provisório, pelo Decreto nº 24.609, é criado o Instituto Nacional de Estatística - INE. Antes, desde 1930, *Teixeira de Freitas* lutara pela criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, mas, por razões políticas, tivera que ajustar sua proposta para conseguir aprová-la. Então, tendo-a aprovada, na forma do Instituto Nacional de Estatística, empenha-se por sua efetivação, o que só se daria em 29 de maio de 1936, com *Macedo Soares* assumindo sua presidência, perante *Getúlio Vargas* no Palácio do Catete, onde seria instalado.

Ato contínuo, *Macedo Soares* dará posse a uma Junta Executiva provisória, à qual caberia formatar o Instituto Nacional de Estatística. Por sua ação, logo se daria a Convenção Nacional de Estatística, aprovada pelo Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936, pela qual criou-se, entre outras coisas, o Conselho Nacional de Estatística, cujo início formal de operação ocorreria pelo Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936, no contexto da sua primeira Assembléia Geral. Em 24 de março de 1937, pelo Decreto nº 1.527, seria criado um Conselho Brasileiro de Geografia agregado ao Instituto; pouco depois, a 26 de janeiro de 1938, pelo Decreto-lei nº 218, este Conselho seria nacional, ao mesmo tempo que o Instituto passava a ser o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para completar a concepção, faltaria apenas a criação das Agência Municipais de Estatística, e que virão no contexto do esforço de guerra (Decreto nº 4.181, de 16 de março de 1942), em demanda às estatísticas econômicas.[15]

[14] Vale ainda lembrar a coordenação e mobilização econômica havida quando do esforço de guerra (II Guerra Mundial), em cujo contexto, aliás, serão criadas as Agências Municipais de Estatística (como será visto adiante, em capítulo específico).

[15] Por força desse vínculo municipal, o IBGE faria sempre pesquisas completas, ou seja, com caráter censitário. E sentiria limites formais e legais em praticar pesquisas por amostragem; na verdade, não haveria nenhum impedimento, desde que adotasse um sistema misto de cobertura.



Banquete de posse do governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, no Teatro Santa Isabel. Recife, em 15 de abril de 1935.

Surgia um sistema estatístico, do qual o IBGE seria o cabeça: "federação de repartições" ou "consórcio federativo"; seria um órgão nacional, e não federal. O Conselho Nacional de Estatística, entidade parlamentar, agregando produtores (federais e estaduais; públicos e privados) e usuários (então chamados de consumidores) seria o órgão chave do sistema. Vários seriam seus braços executivos: nas esferas estaduais haveriam as Juntas Executivas Regionais, agregando produtores estaduais, e na esfera nacional (e não federal, vale marcar) a Junta Executiva Central (agregando os diretores dos serviços federais de estatística). Esta Junta Central, dando-lhe continuidade, escolhia entre seus membros um Secretário-geral que logo seria também do Instituto, tal a essência daquele Conselho (vis-à-vis o de Geografia). *Teixeira de Freitas* teria essa função de 1936 a 1948, e lhe seria a alma, o espírito dominante.

Para acesso aos registros administrativos, impunha-se alcançar os municípios, e, para tanto, neles devia haver agências de estatística, braços avançados da atividade estatística. Por serem uma estrutura dispendiosa, só seriam criadas havendo recursos especiais, e que viriam apenas no contexto do esforço de guerra; então, para atender à demanda por estatísticas econômicas, e por isso leia-se a localização e a existência dos recursos de guerra, optou-se pelo avanço do IBGE com as agências sendo-lhe agregadas. *Teixeira de Freitas* lutou por essa saída, e teve o concurso de *Macedo Soares* junto, primeiro, a *Goes Monteiro* e, depois, a *Eurico Dutra*; venceram a tentação de se criar uma estrutura paralela, à margem do IBGE, e o País ganhou na escala, com o IBGE sendo aumentado e se consolidando. Grande momento histórico! Daí em diante, se dúvida ainda restasse, o IBGE estaria consolidado definitivamente[16].

[16] Pouco a pouco as agências municipais de estatística foram sendo, como seria dito, ibgeizadas, passando à sua completa autoridade.

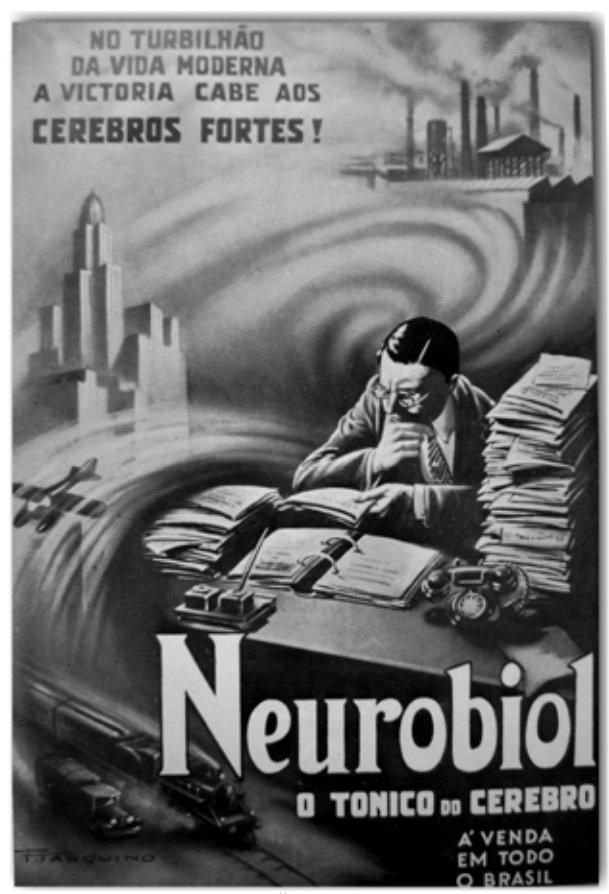
Havia um programa estatístico, que daria um retrato da população, em si mesma, e em sociedade, num território. Anualmente, a Junta Central desenhava uma Campanha Estatística, figurada por "cadernos" (questionários), a serem aplicados pelas Agências Municipais de Estatística (feitos em várias cópias). Os cadernos, e, claro, a campanha, eram aprovados em Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística; depois de aplicados eram conferidos, e avaliados, pelos órgãos estaduais de estatística. Suas aplicações eram controladas pelas inspetorias regionais (leia-se estaduais) que logo foram criadas, e que faziam a presença ibgeana nos estados. Suas apurações eram descentralizadas, ou seja, cada caderno era apurado por seu interessado.

A prioridade era inexistente, melhor dizendo, era a mesma a prioridade, e era natural que fosse assim, ou seja, em cada órgão produtor suas estatísticas eram naturalmente importantes e prioritárias. Tudo bem se os recursos fossem abundantes, mas... se não fossem, ficava sempre difícil expandir o programa, e é o que ocorrerá quando se impuser a produção das estatísticas econômicas, das estatísticas derivadas, e das pesquisas por amostragem. Nesse caso, só mesmo fazendo mudanças na atividade estatística, e por certo no IBGE, e é o que será feito nos anos 1960-1970, depois de intensa crítica externa às bases do sistema; o princípio federativo será abandonado, e o IBGE passará a produtor, a apregoada coordenação será figura de retórica; mais grave, o sistema estatístico, nacional e não federal, será um sistema ibgeano, federal.

Tributo a Bulhões Carvalho

No 29 de maio de 1936, depois dos discursos de *Getúlio Vargas* e de *Macedo Soares*, caberá a palavra a *Teixeira de Freitas*. Irá falar em nome dos estatísticos brasileiros, por certo uma figuração, até aquele momento, mesmo se tomando a expressão livremente. Falaria o mentor, e que seria o grande animador da instituição; idealizador histórico do IBGE, mais ainda, do sistema estatístico brasileiro. Por sua visão, o IBGE seria e faria a história brasileira; as estatísticas lhe revelariam um retrato, e lhe levaria às mudanças necessárias. Seu otimismo é contagiante.

> O Instituto que se acaba de instalar, sob tão promissores auspícios, não é uma organização improvisada, de emergência ou de simples encenação. Não são efêmeros os seus propósitos, não é artificial a sua estrutura, não são unilaterais nem pessoais os pontos de vista que ele consubstancia. Bem ao invés, representa ele a etapa final de formação e unificação da estatística brasileira, logicamente



Anúncio de Neurobiol, [s.d.].

> decorrente dos imperativos da vida nacional fielmente interpretados e obedecidos. E porque exprima assim o sistema definitivo que a Nação encontrou para integrar a evolução normal dos seus serviços estatísticos, base da administração pública e mesmo das próprias atividades privadas, não é o Instituto somente uma criação que permanecerá, senão também que se expandirá com vitalidade poderosa. Porque as suas raízes se encontram nas raízes mesmas da formação nacional, histórica e geograficamente falando, e o seu dinamismo tão entrelaçado está, alternadamente como causa e efeito, com as próprias fontes de vida da Nação, que, estimulando-as constantemente, por elas será também excitado e mantido, na admirável harmonia das criações evolutivas que surgem na vida dos povos com características nitidamente orgânicas (FREITAS, 1990, p. 103-104).

O Instituto que passaria a funcionar, afirma, gratificado e emocionado, daria corpo e sistema, com as devidas adaptações, "às nossas condições administrativas e políticas, realizações e medidas já vitoriosamente ensaiadas e praticadas entre nós mesmos e em vários outros países cultos". E segue adiante, dizendo: "o Instituto não é mais do que a sistematização feliz e necessária do conjunto de medidas indispensáveis à eficiência de que se quer investir a estatística brasileira" (FREITAS, 1990). E rende honra a *Bulhões Carvalho*, o gigante da estatística brasileira, ou seja, diz que o que naquele instante ganhava as condições de funcionamento e funcionalidade, por ele fora antes pensado, e mesmo testado, e se não tivera sucesso, fora pelas razões já superadas e removidas, qual seja, a federação extremada. O novo tempo do Brasil fazia um novo tempo da estatística brasileira, que, depois, faria um novo Brasil, melhor informado e conhecido.

> E nós outros que o vamos movimentar, temos, pela nossa experiência, a convicção de que ele corresponderá aos seus fins. E quando não tivéssemos a consciência disso, poderíamos afirmá-lo, em confiança à inteligência e ao extraordinári senso profissional de *Bulhões Carvalho*, que com a autoridade eminentíssima de criador da estatística geral brasileira, de realizador do grande censo geral de 1920, de tratadista consagrado na matéria e de técnico de reputação mundial como membro vitalício que é do Instituto Internacional de Estatística, preconizou e ensaiou todas as realizações que o plano do nosso Instituto sistematizou.
>
> Os acordos inter-governamentais; o Conselho de Estatística; as delegações regionais e locais para inquéritos diretos; a especial franquia postal-telegráfica para os serviços estatísticos; a organização do Anuário Estatístico Brasileiro; o preparo das publicações especializadas de estatística e ainda das que são preparatórias ou complementares daquelas; a cartografia estatística; a colaboração dos serviços estatísticos na cartografia geográfica, na obra de vulgarização científica ou educativa e na publicidade informativa; as exposições de estatística; as conferências de estatística; a organização e o amparo da Associação Brasileira de Estatística; a criação da Revista Brasileira de Estatística; a colaboração do Brasil nas iniciativas internacionais ligadas à estatística; – tudo isto que é o principal no plano de organização ou de operação do Instituto, tudo também foi objeto de iniciativas, de realizações, de ensaios, de demonstrações, de apelos de Bulhões Carvalho. Logo, tal a força demonstrativa que os êxitos da exemplar e fecunda carreira de 30 anos de vida pública desse grande brasileiro dão a estas diretivas por ele praticadas ou lembradas, podemos bem ter como certo que o Instituto é precisamente o grande sistema que deve ser e não poderá falhar à sua missão. Esta é a fé inabalável dos estatísticos brasileiros, que vemos em Bulhões Carvalho, mestre querido de todos nós, nosso modelo, nosso guia, nosso oráculo.
>
> E os eminentes homens públicos que lançaram a iniciativa desta instituição, – Francisco Campos em primeiro lugar, apresentando ao Governo o seu primeiro esboço e provocando sobre este os primeiros pronunciamentos dos técnicos; Juarez Távora, depois, fazendo organizar por uma comissão inter-ministerial de especia-

> listas o respectivo projeto de lei; Macedo Soares, por fim, que, como seu primeiro presidente lhe preparou a instalação e lhe vai dirigir os destinos, – mantenham sua confiança no generoso ideal que os moveu.
>
> Confie V. Excia., igualmente, Sr. Presidente, em que não se terá iludido quando acolheu com entusiasmo o plano do Instituto e lhe encaminhou a realização até esta expressiva e inesquecível solenidade (FREITAS, 1990, p. 108-109, grifo nosso).

O antes se fazia nesse depois, naquele instante. Falando do passado, do qual fora parte, aprofunda essa avaliação, dando seu próprio testemunho: "Dispersos, desestimulados, tolhidos de todos os modos, com limitadíssimos meios de estudo, de trabalho e de eficiência, não tínhamos nenhum sentimento de grupo, nenhum espírito de solidariedade" (FREITAS, 1990, p. 106). E seria outro o futuro, pouco a pouco, produzindo solidamente as estatísticas, contínuas e sistemáticas, e, sem sombra de dúvidas, constituía uma comunidade; dava-se, então, o que diria Edson Nunes (futuro presidente) em tempo próximo (não do IBGE, mas a ele se aplicando):

> As organizações sempre resultam da intenção dos atores que as criam, estão pautadas por teorias acerca das formas pelas quais as atividades podem ser organizadas, teorias estas que se associam sempre ao manuseio de recursos e à existência de um sistema de autoridade próprio. [...] Organizações são produto da vontade dos atores e de sua pauta de crenças e valores em operação sobre os recursos e a tecnologia social disponível; refletem antes os valores e interesses dos homens do que a vontade de uma invisível mão que põe ordem às coisa e à anarquia (NUNES, 1977, p. 121).

Pois, a mão visível nesse processo, moldando a organização, seria expressa e animada por *Teixeira de Freitas*, que, na expressão de *Fernando de Azevedo*, passaria a vida ensinando, doutrinando e pregando. Incansável produtor de discursos, de ensaios, de estudos e monografias, infatigável conferencista, grande missivista e mais ainda conversador; homem de idéias, passava rápido à ação, em suas famosas campanhas, sempre com solicitude e tenacidade; conquistava e persuadia com maestria. Tinha, no dizer de *Lourenço Filho*, devoção à estatística. Lutou o sonho impossível, e o fez possível, lutou e venceu, e se tornou um homem cósmico, emblemático; ao ter sua biografia desenvolvida, por mãos destras, será revelado "um intérprete do Brasil", a par com homens notáveis com quem dialogou em igualdade.

A importância das estatísticas

A frase título deste capítulo, que bem falou ao tempo, é de *Teixeira de Freitas*, e foi dita na 4ª sessão da Assembléia Geral (primeira realizada; no final de 1936) do Conselho Nacional de Estatística; na ata, note-se, não tem ainda a redação com a qual entrará na história (e é a que está no título):

> Referindo-se [Teixeira de Freitas] à incompreensão ainda reinante, em certos setores, em relação ao extraordinário papel que a estatística representa na administração, como uma das mais prementes necessidades do mundo moderno, relatou fatos ilustrativos a esse respeito e relembrou que, recentemente, tivera conhecimento de uma frase proferida alhures sobre a estatística e que, em vez de demonstrar espírito, antes revelava superficialidade de julgamento: 'Ou o Brasil acaba com a estatística ou a estatística acaba com o Brasil'. A essa frase se deveria contrapor esta outra, que encerra uma verdade: 'Faça o Brasil a estatística como deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser' (BRASIL, [1938?], p. 2-3, grifo nosso).

Aos 15 anos do IBGE, 1951, na sessão solene presidida pelo Governador fluminense *Amaral Peixoto*, no Teatro Municipal de Niterói (presente *Polli Coelho*, segundo presidente recém empossado, que logo daria ensejo a uma crise no IBGE), Teixeira de Freitas insere a frase no seu discurso, já agora na redação que fez história:

> Ora, Senhores, como não hão outro meio para salvar o Brasil do marasmo, da estagnação, ou mesmo do retrocesso, que o tem ameaçado; se outro remédio não há senão o de atender aos anseios, aos reclamos, aos imperativos da sua vívida realidade interior; se é preciso olhar para as gravíssimas necessidades de ordem, equilíbrio e propulsão governamental; se outro recurso ou caminho não existe, para salvar e engrandecer o Brasil, senão o caminho e o conteúdo da verdade, em relação ao homem e no que se refere à terra, conforme os apontam a Geografia e a Estatística, – se assim é, então fique-nos a certeza de que todo este singelo mas luminoso ideário há de estar realizado um dia. Creio que esse dia não está longe, e já o antevejo nos planos próximos da História. E esse conciso mas ambiciosos esquema de renovação do Brasil, inferido das observações dos Agentes Municipais, e evangelizado pela Estatística apoiada na Geografia, há de dar à nossa gente a felicidade que ela merece. Porque, meus Senhores, esta é a verdade que, faz muito, foi dita, mas apraz-me repetir agora: "Faça o Brasil a Estatística que deve ter, e a Estatística fará o Brasil como deve ser" (DÉCIMO-QUINTO..., 1951, p. 260, grifo nosso).

Dois anos depois, Moacyr Malheiros, ao fim do ano letivo de 1953, na ainda da Escola Brasileira de Estatística (futura Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE), em seu discurso refere-se ao "espírito divinatório de Teixeira de Freitas", quando lhe lembra a autoria da frase: "'faça o Brasil a estatística que deve ter (isto é, como deve ser feita, cientificamente) e a estatística fará o Brasil como dever ser', isto é, a grande potência material (que já começa a ser)" (ESCOLA..., 1953, p. 377).

Desde então, e em várias ocasiões, vem sendo repetida. É dita como frase síntese de um tempo, sendo marca do espírito ibgeano, talvez ainda mais, como marca mesmo do sistema estatístico então implantado. Sim, aquele tempo, nos idos de 1936 (1934 ou 1938), criou o IBGE, por certo, mas o criou como cabeça do sistema estatístico, sem dúvida, uma grande inovação. Este, não existia em absoluto; aquele, sendo, como era e é, uma instituição estatística, bem ou mal, tinha passado e similaridade.

A demanda por história

Já na primeira Assembléia Geral, em dezembro de 1936, ficou decidido que suas resoluções, bem assim, as resoluções das Juntas Executivas, Regionais e Central, seriam numeradas em seqüência e, de imediato, publicadas amplamente, seja no âmbito do Conselho, em publicações independentes e específicas, seja no Diário Oficial. Com isso, tem-se, hoje, à disposição dos estudiosos, 862 resoluções das Assembléias Gerais, e 910 outras da Junta Executiva Central[17] (as resoluções das Juntas Executivas Regionais não nos são disponíveis, no acervo ibgeano, mas existirão alhures[18]). Sem olvidar os volumes com as atas manuscritas das Assembléias Gerais (1936-1966), das quais emanavam as principais resoluções que ordenava a atividade estatística.

[17] Todas elas estão encadernadas no acervo do IBGE, e conformam uma preciosa legislação autônoma da estatística. Há um sem número de estudos a serem feitos.

[18] Rápidas notícias do havido no período 1937-1950 são encontradas nos relatórios anuais elaborados pela alta-direção do IBGE, e enviados ao Presidente da República. As resoluções propriamente não são aí divulgadas, mas há pistas que podem levar a elas, em buscas mais intensas (e difíceis).



Mapa do Brasil , [s.d.].

Esse material, que cobre o período 1936-1967 (até que o IBGE tornou-se uma Fundação), abre inúmeros caminhos de pesquisas históricas. De fato, inúmeras resoluções registram interesse por pesquisas, seja para aquele período, seja para o período anterior; para tanto, fizeram inserir nos anais da casa, diversos documentos entendidos como vitais à história da atividade estatística brasileira[19]. Tudo isso, mais além de fazer registrar as decisões que afetavam o cotidiano da atividade estatística, o que configura a história daquele tempo, quando o sistema estatístico foi consolidado. Usamos bastante esse material, mas não o esgotamos obviamente.

Além dessa fonte, há várias outras. Há telegramas e ofícios (cartas, também), utilizados nas comunicações (e tudo está encadernado), quando se revela um intenso diálogo com os poderes e os poderosos da República. Há uma coleção completa dos boletins de serviço (também encadernada), onde se pode seguir a dança das cadeiras internas, afora outros pontos da rotina. E há as coleções da *Revista Brasileira de Estatís-*

[19] Em 31 anos, 17 resoluções de Assembléias Gerais recuperaram documentos históricos, fazendo-os constar dos anais; houve ainda uma resolução da Junta Executiva Central nesse mesmo sentido. A escolha e a indicação dos documentos a serem salvados da sanha do tempo era errática e, não raro, personalista; pese essa falta de método, o resultado é bastante valioso, e merece aplausos. Pena que nos anos seguintes, já ao tempo da Fundação, tenha-se perdido essa prática, o que faz penosa as pesquisas históricas recentes.

tica (desde 1940)[20], da *Revista Brasileira de Geografia* (desde 1939), da *Revista Brasileira dos Municípios* (1948-1968)[21], algumas com índices sínteses. Há os relatórios anuais (1937-1950) elaborados pela alta-direção do IBGE e enviados ao Presidente da República, nos quais todas as alas do instituto eram noticiadas. Há os Anuários Estatísticos, há os boletins de divulgação das estatísticas; afora as coleções censitárias. E há vários textos avulsos, seja no acervo da biblioteca, seja no acervo da Memória Institucional. Um copioso material, ainda por ser melhor explorado.

Na redação deste volume (e na dos anteriores) nos valemos desse material, mas não os exploramos exaustivamente, dada nossa intenção de conteúdo e nosso limite de tempo. Muito está apenas sugerido ou indicado, a espera de olhares novos. Por exemplo, pouco vimos sobre as sociedades científicas associadas, de Estatística e de Geografia (também de Cartografia); não exploramos devidamente os conteúdos das revistas, elas próprias a merecerem investigação. Ficaram sombras em assuntos estudados, como o período, mais ou menos de limbo, entre 1934-1936, como o conteúdo e o significado das conferências de estatística realizadas no Brasil (1955), como as presenças brasileiras em reuniões técnicas no exterior, como os papéis do Laboratório de Estatística e da Escola, entre vários outros. E as há também nas ações de várias pessoas, como *Juarez Távora*, *Gustavo Capanema*, *Luiz Simões Lopes*, *João Carlos Vital*, e vários outros. Há episódios que, embora tratados com detalhes, bem merecem retomadas.

Faltam, por demais, alguns estudos biográficos, em especial de *Teixeira de Freitas*. Suas atuações técnicas, embora bastante exploradas, ainda abrem chances de estudos valiosos. Suas atuações políticas, não partidárias, valerá enfatizar, é um campo escuro; por certo, sua presença no cenário político foi muito maior do que se imagina (sendo, talvez, tão grande quanto a de *Macedo Soares*); seu diálogo com homens públicos, de vários tempos, merece reflexão, por exemplo, com *Fernando de Azevedo*, com *Lourenço Filho*, com *Anísio Teixeira*, com *Segadas Vianna*, com *Gustavo Capanema*, com *Juarez Távora*, e tantos outros. Seus múltiplos interesses, tendo sempre centralidade nas estatísticas, merece análise detida: na educação, na redivisão territorial, na renovação dos municípios, no homem do campo, na urbanização, na interiorização, e sem olvidar suas reflexões filosófico-religiosas, bem assim matemáticas, e a questão do Esperanto (melhor que os números, tidos como configurando uma linguagem universal, fossem expressos num idioma também universal)[22]. E em diante...

O IBGE, em tempos recentes, já lhe rendeu duas grandes homenagens. Uma, numa sessão de júbilo, no seu centenário de nascimento, em 1990, na gestão de *Eduardo Augusto Guimarães*; outra, numa sessão de saudade, no seu cinqüentenário

[20] De 1936 a 1939 houve uma Revista de Economia e Estatística tida como antecessora da Revista Brasileira de Estatística. A mudança de nome ainda está por ser estudada.

[21] Quase não usamos a riqueza desta revista; aliás, pouco estudamos das relações ibgeanas, e de ilustres ibgeanos com os municípios. Vale recordar que o Dia do Município (1º de janeiro, a ser comemorado nos anos de milésimo nove e quatro, e criado pelo Decreto-lei nº 846, de 9 de novembro de 1938) foi uma iniciativa do IBGE, bem assim, que o próprio Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (criado em 1952) teve aqui sua raiz.

[22] Um vasto fundo, com seus textos (artigos, recortes de jornais, cartas, etc.) estão no Fundo Teixeira de Freitas, depositado no Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional e o IBGE estão ultimando a classificação dessa documentação, sua microfilmagem e digitalização. Espera-se, ainda este ano, colocar este manancial à disposição dos interessados, através de várias mídias.

de falecimento, em 2006, na gestão de *Eduardo Pereira Nunes*. Ademais, este volume, terceiro de quatro, lhe é dedicado *in memoriam* (também a Macedo Soares); mais que isso, a redação desta História das Estatísticas Brasileiras faz honra a ele, e aos demais homens que foram pioneiros dessa trajetória de renovação da atividade estatística brasileira. Mas estas ações ainda são isoladas, ainda ficam a depender de vontades pessoais, de haver noção de história na direção. Melhor seria, vital mesmo, que pudesse tornar-se um projeto institucional, com recursos humanos e materiais, e financeiros, alocados, e esse é o sentido da discussão que sugerimos ocorresse no "II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais", realizado em agosto de 2006, aos 70 anos do IBGE.[23]

Divisão deste tempo: quatro seções

Fechando este preâmbulo, tratemos da divisão, para efeito de exposição, deste tempo que vem de c.1936 e vai até c.1972; vemos quatro seções, como segue:

- c.1936 a c.1951, com foco na criação do Instituto
- c.1951 a c.1956, com foco em críticas internas
- c.1956 a c.1967, com foco em críticas externas
- c.1967 a c.1972, com foco na criação da Fundação

Essas quatro seções, perpassam a organização da atividade estatística, e refletem, de alguma forma, a história republicana. Tentemos explicitar uma ligação.

No primeiro período, a disposição de governar, expressa pelo Estado, atuando-se na população, em si, e em sociedade, no território, levou, naturalmente, o Estado a demandar estatísticas. A concepção departamental, localizada num ministéministério, de pronto adotada, não teria futuro, já que não evoluía, ao contrário, retrocedia, e mostrava evidente fraqueza no diagnóstico dos problemas do período passado. A luz virá com *Teixeira de Freitas* (lado do saber) e com *Juarez Távora* (lado do poder), sem olvidar a atuação de pessoas como *Luiz Simões Lopes*, *Gustavo Capanema*, *Macedo Soares*, e o próprio *Getúlio Vargas* (em sua filiação ao castilhismo positivista). Criado e posto a funcionar, o INE-IBGE, terá a presença no âmbito interno de *Teixeira de Freitas* e de *Macedo Soares*, e no âmbito externo *Getúlio Vargas* e *Eurico Dutra*.

O tempo que segue, embora curto, foi intenso. Foi o tempo de uma crise que teria a tudo destruído, não fosse a atuação persistente de *Teixeira de Freitas*, secundado por discípulos valorosos. A crise acabará vencida em grande estilo, e será superada numa sucessão de pacíficas gestões; assim no plural, essas gestões poderiam ter gerado um processo descontínuo, mas o acaso quis o contrário. Como seja, os sucessivos presidentes, desde *Polli Coelho*, cujo nome é a crise, até os demais que lhe seguiram: *Florêncio de Abreu*, *Elmano Cardim*, e, em retorno, *Macedo Soares*. Nesse tempo, e em prol da pacificação, surgirá uma Escola, e serão feitas as reuniões de estatística,

[23] Valerá realçar que em 11 de agosto estaremos comemorando os 70 anos da Convenção Nacional de Estatística, dita a "Carta Magna" ou ainda a "Pedra Angular" da atividade estatística brasileira.

dois gloriosos momentos. É quando, 1956, desaparece *Teixeira de Freitas*; e o Instituto, sem seu fundador, ficará sem defesa de seus princípios, e ficará mais sujeita às críticas.



Waldemar Lopes e Arthur Ferreira da Silva , [s.d.]

O terceiro período verá um presidente personalista, *Jurandyr Pires Ferreira*, negando os colégios de decisão (o primeiro foi, sem dúvida, *Polli Coelho*), mas sem gerar uma crise. Até porque do mundo lá fora já nos vinha uma crítica enorme, muito centrada na demanda às estatísticas econômicas; a figura do usuário, ainda chamado de consumidor, se faz atuante, e pede para falar, e fala; uma sucessão de críticas advirão, nem sempre factíveis, até porque descolada das realidades dos processos técnicos; dito de outra forma, as mudanças, por mais fundas que sejam as críticas que as motivem, exigem praticidade, e isso passa por haver assunções nos cotidianos institucionais; sempre serão melhores as mudanças percebidas e sustentadas interiormente, mas quase nunca as instituições têm autocríticas. Mas as críticas externas serão contundentes.

O quarto e último período, registra a solução, qual seja a mudança do estatuto jurídico do Instituto, que então se torna uma Fundação. A Fundação surgirá em 1967, e logo passará por recriação no início dos anos 1970. Uma nova estrutura, um novo programa estatístico, uma nova prática de ouvir-se os usuários; a unidade estará marcada na centralidade das atividades; a amostragem se populariza, e as estatísticas econômicas, sob a égide das estatísticas derivadas, serão feitas. O sistema estatístico se afilia ao sistema de planejamento; estatísticas para planejamento, planejamento para crescimento, crescimento como desenvolvimento. O tempo é de glória, e a instituição estatística, central, será forte pela técnica, como um centro de pesquisa. Retrai seu âmbito político, só sendo legitimada na expressão da demanda fundadora (ex ante), no mais, ao tempo da oferta (produção e disseminação) a autonomia, a independência, enfim, o convívio com as ciências e com os processos de pesquisa.

Desde a feitura do primeiro volume desta coleção, ***Marco Aurélio Martins Santos*** atuou como assistente, com extrema dedicação. Neste volume, coube-lhe a redação dos capítulos 4 ***(Os anos heróicos – 1936-1939: as primeiras Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística)***, 9 ***(Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro de propaganda dos censos)***, 15 ***(Giorgio Mortara – a excelência em demografia chega ao IBGE),*** e 16 ***(Teixeira de Freitas: figura solar do sistema estatístico)***, bem assim, a elaboração dos perfis de várias vidas (em boxes), e outros textos (sempre nomeados)[24].

[24] No CD-ROM, com introdução de **Marco Aurélio Martins Santos,** colocamos como capítulo especial, a solução que Teixeira de Freitas deixou do Teorema de Fermat.

Neste volume contou-se, ainda, com a competente participação de ***Alexandre de Paiva Rio Camargo***, historiador e mestrando em História. Coube-lhe a redação dos capítulos 10 ***(Aquarela dos números: a questão racial nos censos em perspectiva histórica)***, 11 ***(O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e Projeto de Brasil aos olhos da estatística)***, e 17 ***(Um homem de fronteiras: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares)***, bem assim, alguns outros textos (em boxes)[25].

Quanto à leitura dos originais, capítulo a capítulo, ninguém melhor o fez do que ***Manoel Antônio Soares da Cunha*** (também redigiu um texto sobre certos heróis anônimos do Censo de 1960), ilustre ibgeano, com sua fidalguia inolvidável. Desta feita, ademais, contamos com a prestimosa colaboração de dois outros ilustres ibgeanos, ***Artur Ferreira da Silva*** (antigo Inspetor Regional) e ***Waldemar Freire Lopes*** (antigo Secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística, e ator de ponta na reação à crise do IBGE nos anos 1950); ambos nos municiaram de documentos, e ambos nos deram rumos em vários instantes. Suas diversas sugestões, sempre pertinentes, enriqueceram o conteúdo, e tornaram melhor a forma do texto. A eles um grande agradecimento.

***

Este volume estava pronto quando ***Waldemar Freire Lopes*** faleceu em Recife, a 21 de outubro de 2006, aos 95 anos. O IBGE rendeu-lhe merecida homenagem, fazendo-lhe um necrológico em Boletim Informativo (n. 110, de 23 de outubro). Nós, de nossa parte, novamente, lhe manifestamos agradecimentos. Por seu desvelo, sempre carinhoso, por sua sempre disposta dedicação, nos foi possível apreender momentos complexos da História das Estatísticas Brasileiras, municiando-nos com documentos por ele preservados. Sem ele, a história contada não teria a merecida grandeza. Fica nossa saudade, ao grande ibgeano, ao grande intelectual, e ao ser humano inigualável.

[25] Alexandre de Paiva Rio Camargo selecionou documentos de Teixeira de Freitas existentes no Arquivo Nacional (num total de 11 mil), que nos deu ensejo de preparar alguns poucos apêndices de capítulos, bem assim, nos permitiu preparar o capítulo especial antes referido.

Criação do Instituto
(c.1936 – c.1951)

PARTE 1

Em sete anos, a luz da nova ordem: breve visão de fatos e nomes

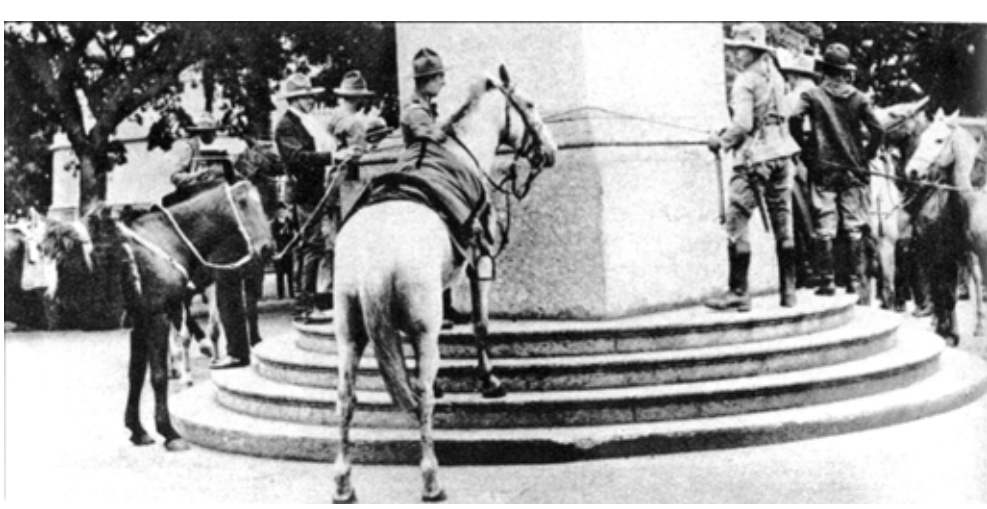
Capítulo 01

Em outubro de 1930, um movimento revolucionário põe fim à República proclamada em novembro de 1889, com a queda da Monarquia. Terminava como começara, pela força militar. Tal e qual se dera no início da República, após a queda da Monarquia inolvidável, é formado um governo provisório, então, tendo à frente o gaúcho *Getúlio Vargas*, o líder daquele movimento revolucionário. Em ambos aqueles instantes, a atividade estatística recebeu especial atenção.

Ao tempo da fundação da República, já em janeiro de 1890, em nem dois meses, a Diretoria Geral de Estatística - DGE, que no Império virara uma seção, caindo de *status*, sem mínimas condições de um apropriado funcionamento, é restaurada e aumentada, logo recebendo a atribuição de fazer o Censo de 1890, previsto na legislação monárquica. À frente dessas ações, estiveram *Aristides Lobo*, Ministro dos Negócios Interiores, e *Timóteo da Costa*, como diretor daquela Diretoria, ambos afiliados ao positivismo.

Agora, ao se reiniciar da República, haverá a extinção daquela Diretoria, em fevereiro de 1931, dando origem ao Departamento Nacional de Estatística, ao qual se somará a Diretoria de Estatística Comercial (criada em meados do Império). A mudança intentava aprimorar a elaboração das estatísticas brasileiras, tidas como essenciais às mudanças pretendidas, não fora a liderança da revolução, a começar de *Getúlio Vargas*, discípulo do castilhismo, vertente brasileira do positivismo.

Contudo, a mudança estivera errada e fracassaria. A atividade estatística continuaria emperrada, descontínua e assistemática. Algo novo devia acontecer, e logo, já em 1934, aconteceria com *Teixeira de Freitas*, a face do saber da profunda renovação implementada, com respaldo de políticos notáveis (a face do poder daquela



Gaúchos amarrando os cavalos no obelisco, [s.d.].

profunda renovação) como *Francisco Campos* ("Chico Ciência") e, sobretudo, *Juarez Távora*, sem olvidar *Getúlio Vargas* e, logo depois, *Macedo Soares*. Surgiria o Instituto Nacional de Estatística - INE, pouco depois tornado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

1936, ano zero da nova ordem

No contexto da reforma do governo, é constituído o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio[26]. Na estrutura desse ministério é incorporado um Departamento Nacional de Estatística, criado pela junção da antiga Diretoria Geral de Estatística (até então afeta ao extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) e da Diretoria de Estatística Comercial (do Ministério da Fazenda)[27]. O diretor desta última Diretoria, *Leo de Affonseca*, é chamado a dirigir o novo órgão (o diretor daquela Diretoria, ao longo de 15 anos, *Bulhões Carvalho*, se aposenta do serviço público).

A atividade estatística ficava ainda mais centralizada, ao incorporar o comércio exterior, e temas afins, da competência do Ministério da Fazenda, pelo controle tradicional das alfândegas, às diversas temáticas inerentes aos diferentes ministérios, já por antiga tradição juntadas noutro ministério. Essa ascendência de um ministério sobre os outros, em matéria estatística, que nunca satisfez, se agravava, e punha em cheque uma temática, tão vital, quanto difícil, qual seja, a das estatísticas econômicas e financeiras. Salvou-se do desastre por ser *Leo de Affonseca* o diretor do recém-criado Departamento, ele que bem conhecia a natureza daquela temática.

Assim, o novo órgão subia um ponto na escala das dificuldades. E não ocorreu a ninguém enfrentar a difícil questão do acesso às fontes de dados, quais sejam, os registros administrativos, por natureza funcional descentralizados. Para usá-los, desde sempre, das duas, uma: ou se pedia cópia dos mesmos para que em um órgão central fossem agregados, ou se "dava" aos seus "donos" a incumbência de, eles próprios, derivar-lhes as estatísticas, agregando-os. Na primeira situação, o órgão central submergia em montanhas de documentos primários, decidindo *a posteriori* como agregá-los; na segunda situação, o órgão central deveria, *a priori*, evidenciar sua competência, elaborando os formulários de agregação temática (o que era raro).



Macedo Soares (em pé), entre Getulio Vargas e Franklin Delano Roosevelt, 1936.

Em ambas as situações, o órgão central "impunha" a outros tarefas adicio-

[26] Isso é feito através do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930.

[27] Criado através do Decreto nº 19.669, de 4 de fevereiro de 1931, e regulado (só um ano depois) através do Decreto nº 21.047, de 18 de fevereiro de 1932.



Francisco Campos , [s.d.].

nais, fora de suas rotinas, seja para fazer as cópias de seus registros, seja para preencher os formulários de agregação. Nesse caso, como o órgão central, não raro, pouco sabia das diversas temáticas, acabava por se desacreditar, ficando, cedo ou tarde, desmoralizado. A, por assim dizer, "desobediência", total ou parcial, dos órgãos receptores, "donos" dos registros, às ordens vindas do órgão central de estatística, campeava, sobremodo num regime federativo desordenado, como reinante na Primeira República.

Como seja, numa realidade indiscutível, os registros administrativos (as fontes primárias das estatísticas) eram descentralizados, e ninguém melhor do que os seus "donos", que bem os conheciam, para derivar-lhes estatísticas. Afora deverem ser motivados a elaborá-las de modo contínuo e sistemático, como parte de um plano geral, importava que o fizessem segundo normas comuns, em tudo figurando uma articulação sistêmica. Nesse mundo, muitos seriam os produtores, inevitavelmente, sob atenta e cuidadosa coordenação, uma coordenação parlamentarista.

Em lugar de um órgão federal, produtor, como vinha ocorrendo, com poder sobre outros, a questão das fontes dos dados pedia haver um órgão nacional, competente para coordenar as atividades estatísticas praticadas em vários órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal. Uma coordenação sem imposição, mas por aceitação negociada; um coordenador com autoridade delegada, por cessão de vontade dos coordenados, e é isso que virá com o Instituto Nacional de Estatística, logo tornado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; mas antes houve outros fatos.

Ao tempo da junção das repartições estatísticas existentes, como visto antes, ao se constituir o Ministério da Educação e Saúde Pública, nele se criava uma repartição de estatística autônoma e independente. Para criar e chefiar a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, o Ministro *Francisco Campos* ("Chico Ciência") convida a *Teixeira de Freitas*. Ainda que fosse baiano, vivera uma década mineira, os anos 1920, onde afiara régua e compasso; em seu laboratório experimental, sem as limitações do federalismo, moldou um sistema estatístico. Lá faria diversas amizades valiosas, entre as quais a do jovem e já notável ministro, que o trazia de volta.

Ao trazer sua experiência e vivência mineira à esfera nacional, ainda que sobre uma temática específica: a educação e a saúde, de novo triunfaria, fazendo crescer seu nome. Em dezembro de 1931, inspira e promove a realização do "Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais"[28], com grande sucesso. Mostrava que o caminho mineiro, agora trazido ao nacional temático (educação e saúde), seria o melhor caminho para toda a atividade estatística brasileira, num sistema de cooperação federativa, num novo modelo de relações políticas.

[28] Por decisão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística foi posto nos Anais do IBGE como anexo à Resolução nº 115, de 14 de julho de 1939.

Era mais um passo na gestação de uma instituição estatística nacional. Um outro passo fora dado antes, vindo de *Alvim Pessoa*, antigo chefe de seção na extinta Diretoria Geral de Estatística, e agora subordinado a *Teixeira de Freitas*. Em maio de 1931, em ofício interno advoga haver uma "Lei de Estatística", com ênfase na questão da obrigação da prestação de informações, por parte dos "donos" das fontes de dados. Essa seria a saída, a seu juízo; *Bulhões Carvalho* perseguira a obrigação, através de decretos, bem assim, através de acordos estaduais bilaterais, mas sem sucesso. Agora se a poria numa forma mais ampla, no âmbito de um sistema nacional.

Teixeira de Freitas apoia a idéia, e o faz sob o amparo de *Francisco Campos* (em ofício de julho de 1931). Prepara uma avaliação minuciosa do estado das artes, e faz sugestões expansivas (fevereiro de 1932). Em sua análise, percebe, e o declara, terem os registros um típico caráter federativo a ser respeitado; vale dizer, a simples imposição da obrigação não resolveria o *imbroglio* reinante. Os "donos" dos registros deviam fazer, eles próprios, com seus recursos, sapiências e competências, suas estatísticas temáticas, mas sob princípios uniformes, sistematicamente. Antes que haver um órgão produtor, devia haver um órgão voltado à coordenação.

No contexto desse arrazoado, *Teixeira de Freitas* propõe a criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia, com uma direção colegiada, fortemente parlamentar. A cartografia, também chamada cartografia geográfica, era vista como a chave da elaboração controlada das estatísticas; a essa base territorial se ajuntariam os necessários cadastros (prediais e domiciliares, entre outros). A idéia não vinga[29]; contudo, *Teixeira de Freitas* segue atento, com olhos e ouvidos despertos, a busca de melhor momento, de um fato novo. É profunda sua convicção, e sua determinação; ele tem na atividade estatística seu motivador de existência.

O fato novo virá com *Juarez Távora*, em dezembro de 1932, que, ao assumir o Ministério da Agricultura, sentindo a necessidade de estatísticas, pede ajuda a *Teixeira de Freitas*, já um homem de renome, para estruturar no ministério uma repartição especializada. Ele o faz em muito pouco tempo, com sua indiscutível competência, e sugere *Rafael Xavier*[30] como diretor. A esse tempo, estreita vínculos de amizade com *Juarez Távora*, um dos líderes do movimento revolucionário que empolgara o poder com *Vargas*; suas visões de Brasil talvez fossem comuns. E a ele pede ajuda para fazer andar suas idéias de solução da atividade estatística brasileira[31].

Juarez Távora endossa a proposta, e a mostra a *Vargas* que a apoia. Então, por ele autorizado, constitui uma comissão de trabalho para debater a matéria (em junho de 1933), com representantes dos ministérios; a instala na ante-sala de seu gabinete no ministério. *Leo de Affonseca* a coordena, sob a secretaria executiva de *Teixeira de Freitas*;

---

29 Segundo informação passada ao autor por Artur Ferreira da Silva, antigo ibgeano, a idéia não vingou por reação contrária da Academia Brasileira de Ciência, tendo à frente Alberto José Sampaio, que queria criar um órgão nacional de geografia; pois a idéia de Teixeira de Freitas poria obstáculo a essa pretensão que acaba não se concretizando, por falta de recursos financeiros.

30 Foi ele que recebera em Recife a Bulhões Carvalho, quando este fora fazer uma das conferências de propaganda do Censo de 1930. A conferência proferida, depois posta nos anais do IBGE (Resolução nº 117, de 14 de julho de 1939, do Conselho Nacional de Estatística), foi proferida no Teatro Santa Isabel (conforme informação recebida do Dr. Vicente Bento, ilustre ibgeano).

31 Francisco Campos, então, já deixara o ministério, sendo substituído por Washington Pires, que não tinha sua visão de mundo, ficando centrado na alçada temática do ministério.

o relatório é entregue em outubro de 1933, e dele saem os ajustes no projeto de criação do Instituto Nacional de Estatística (antes feito por *Teixeira de Freitas*). A idéia segue rumos burocráticos, e corre riscos de fracassar ao recebe pareceres contrários de diversos ministros. *Juarez Távora*, contudo, não desiste e os rebate, um a um, e leva, por fim, o projeto a *Getúlio Vargas* que o aprova[32].



Vargas, Oswaldo Aranha e Juarez Távora. (Charge, em 1930).

É assinado o Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934. Houve pressa para fazê-lo antes da outorga da Constituição da República, prestes a ocorrer (e que se daria a 16 de julho)[33]. Se feito depois, teria que passar por longas discussões no congresso, com desgastes, delongas e prováveis desvirtuamentos.

Para ser posto em operação previa-se a realização de uma Convenção Nacional de Estatística, onde as várias partes envolvidas e interessadas, nas três esferas políticas (federal, estadual e municipal) se acordassem, assumindo direitos e deveres. Mas isso é adiado, envolto no atropelo de promover-se a uniformização das estatísticas comerciais brasileiras, numa intensa atividade no Palácio do Itamaraty (sede do Ministério das Relações Exteriores), no final de 1934 e no início de 1935, sob o comando do Ministro *Macedo Soares*. Tratava-se de uma imperativa necessidade para a economia.

Vários homens públicos são chamados à discussão da matéria. Entre eles, sem sombra de dúvidas, *Teixeira de Freitas*, que se vale da ocasião para insistir na instalação definitiva do Instituto Nacional de Estatística. Procura mostrar que com ele, com o sistema estatístico funcionando organicamente, as estatísticas brasileiras teriam forma contínua e sistemática, donde, crises como aquela estariam afastadas.

Teixeira de Freitas com o vigor das idéias, sem esmorecer, catequizava. Falava e atuava, sendo, por certo, um membro especial daquela comissão. Dela, enfim, surge, em 1935, a obra **Brasil**: recursos, possibilidades, desenvolvimento, estatísticas[34], em cujo prefácio, assinado por *Sebastião Sampaio*, chefe dos Serviços Comerciais do

[32] Ver os capítulos 29 e 30 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[33] A constituinte e a constituição vieram na esteira da Revolução Constitucionalista havida em São Paulo, com início em julho de 1932. Assim, os paulistas que haviam perdido nos campos de batalha, ganharam no campo político. Contudo, seria passageira a Constituição de 1934, logo vindo o golpe de 1937, e com ele uma nova constituição (a famosa polaca) de autoria de Francisco Campos.

[34] Localizamos uma publicação semelhante datada de 1933, o que sugere haver uma série, por certo para suprir a falta dos Anuários Estatísticos, que só com o IBGE ganharia continuidade. Ver: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Serviços Comerciais. **Brasil:** recursos, possibilidades, desenvolvimento: estatísticas e diagramas. Rio de Janeiro: Fluminense, 1933.



Ministério da Educação e Saúde Publica

Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1933.

Exmº Amigo, Major Juarez Tavora

Atenciosas saudações.

Recebo neste momento o seu telegrama de ontem, determinando lhe sejam enviadas de avião duas cópias do projeto de criação do Instituto Nacional de Estatística.

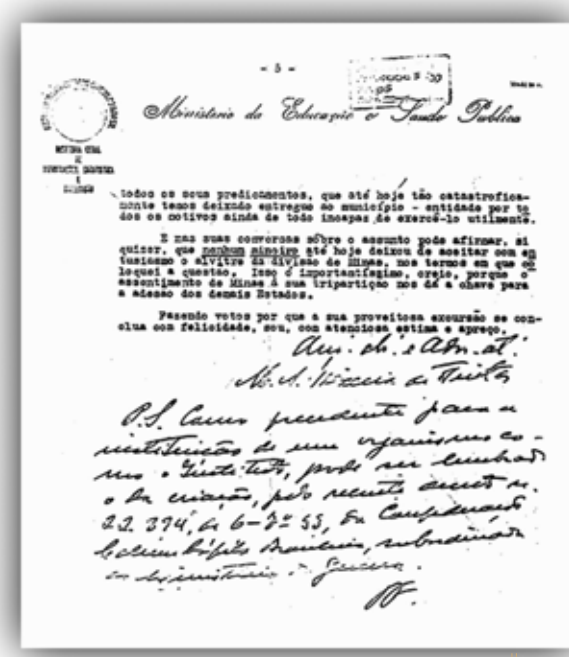
Como está sendo acabada de copiar uma nova redação dada ao projeto para o fim de se lhe incluirem várias alterações importantes, deixarei a remessa para amanhã, pois assim enviarei o novo texto, que lhe levará a forma já quasi definitiva do nosso trabalho.

O telegrama que lhe solicitei, aos Ministros do Exterior, da Fazenda, da Justiça, do Trabalho e da Educação, será muito útil, porque provocará o pronunciamento deles sobre o projeto ainda em tempo de nos permitir adaptá-lo aos pontos de vistas que irreductivelmente se oporam às diretivas que fixamos, evitando-se assim que o nosso trabalho precise ser novamente remodelado depois de apresentado ao Governo.

Já tínhamos ciência de três objeções.

Uma, do Ministério da Fazenda, relativa ao Fundo Especial de que cogitava o nosso primeiro esboço, visto se projetar alí (e ao que ver com sacrifício de grandíssimos interesses de administração) a supressão de todos os Fundos de tal natureza.

Outra, do Ministério do Trabalho, que se opõe à transfe-



- 5 -

Ministerio da Educação e Saude Publica

todos os seus predicamentos, que até hoje tão catastroficamente temos deixado entregue ao município - entidade por todos os motivos ainda de todo incapaz de exercê-lo utilmente.

E nas suas correrias sôbre o assunto pode afirmar, si quizer, que ninguem ainda até hoje deixou de acreditar com entusiasmo o alvitre da divisão de Minas, nos termos em que colocou a questão. Isso é importantissimo, creio, porque o assentimento de Minas á sua repartição nos dá a chave para a adesão dos demais Estados.

Fazendo votos por que a sua proveitosa excursão se conclua com felicidade, sou, com atenciosa estima e apreço.

Am. ob. e Adm. at.

M. de Teixeira de Freitas

P.S. Como presidente [illegible] de um organismo como o Instituto, [illegible] a criação, pelo recente decreto nº 22.394, de 6-I-933, do Conselho Federal de Comércio Exterior, [illegible] Ministerio das Relações Exteriores.

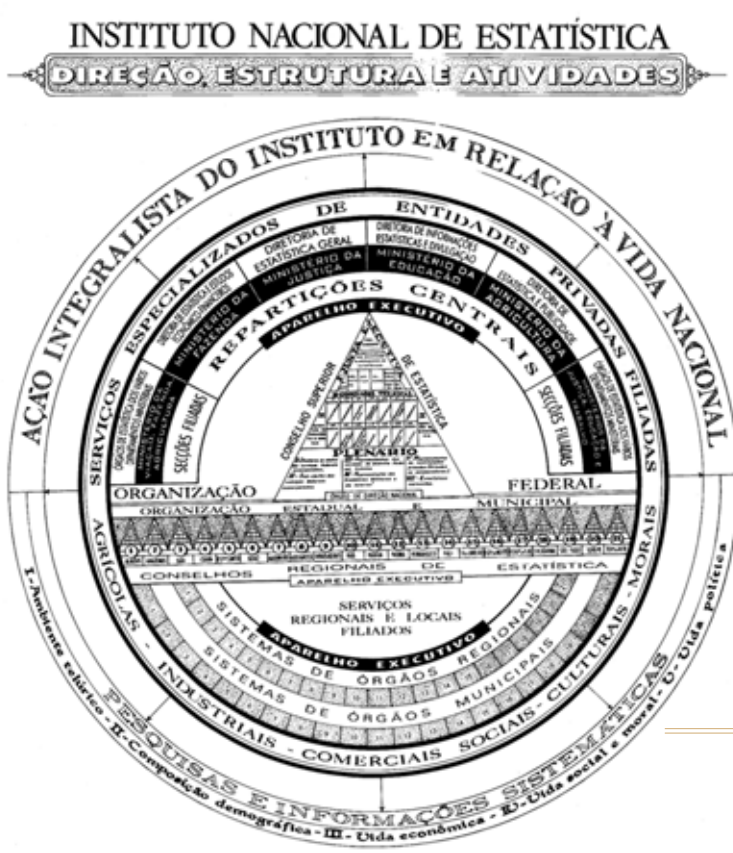
Imagem com início e fim da carta de Teixeira a Juarez, com data de 19 de setembro de 1933.

Ministério das Relações Exteriores, e datado de setembro de 1935, obtêm-se valiosas informações, como segue:

> Por iniciativa de Sua Ex. o Snr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Conselho Federal de Comércio Exterior estudou detalhadamente o problema da unificação das estatísticas federais do Brasil, não só com o fim de evitar o conflito aparente ou real de cifras entre duas ou mais repartições públicas, mas também para que, com a referida unificação, cesse a multiplicação de publicações semelhantes dos diferentes Departamentos da União, multiplicação que em nada facilita, mas, antes, prejudica a clareza das informações desse gênero. Atendendo a um pedido do Conselho, quando este resolveu sobre o assunto, Sua Ex. o Sr. Ministro das Relações Exteriores consentiu em presidir e dirigir pessoalmente o trabalho da Comissão de Técnicos, composta dos Snrs. Diretores das principais repartições de estatística do país. Os Serviços Comerciais do Itamaraty tiveram a honra de auxiliar a Sua Ex. e á Comissão nesse trabalho. O presente volume constitui um resumo, ou melhor, uma síntese do que já foi conseguido até agora por essa Comissão. Todas as informações nele contidas foram hauridas em fontes estritamente oficiais e controladas pelas Diretorias respectivas. Impresso em português e inglês[35] e divulgado imediatamente, este volume evitará a desatualização das referidas estatísticas. O livro completo, convenientemente ilustrado, sobre o Brasil e com as suas estatísticas, conservando das nossas edições anteriores tudo quanto a experiência aconselhar, será publicado em começo de 1936, e conterá todo o trabalho realizado e a maior parte do que ainda for feito este ano pela Comissão referida. Esse livro será já publicado sob os auspícios do Instituto Nacional de Estatística,[36] novo serviço permanente criado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que concretizou desse modo a obra da unificação dos nossos trabalhos censitários. E em boa hora o Excelentíssimo Senhor Presidente Getúlio Vargas confiou a organização e a direção desse Instituto a Sua Ex. o Snr. Ministro José Carlos de Macedo Soares, que poderá, assim, completar a

35 Veja-se que não há o francês, idioma ainda muito comum, à época.

36 Essa obra terá sido: BRAZIL 1938: a new survey of brazilian life. Rio de Janeiro: IBGE, 1939. O prefácio desta edição em inglês é assinado por José Carlos de Macedo Soares, como Presidente do *Brazilian Institute of Geography and Statistics*. Além das tabelas com números, em minucioso sumário, bem próximo do esquema oferecido na publicação: **Brasil:** recursos, possibilidades, desenvolvimento, estatísticas (1935)**;** há um conjunto de 13 textos assinados, a saber: "Síntese da evolução política", por Azevedo Amaral; "Anchieta", pelo Padre Leonel Franca. S. J.; "Bartolomeu Lourenço de Gusmão", por Affonso de E. Taunay; "Caxias", pelo General Goes Monteiro; "Fronteiras", pelo Coronel Renato B. Rodrigues Pereira; "Café", por Jayme Fernandes Guedes; "Açúcar", por Barbosa Lima Sobrinho; "Saúde Pública e Serviços Sanitários", por Décio Parreiras; "Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos", por Lourenço Filho; "Literatura", por Alceu Amoroso Lima; "Pintura", por Flexa Ribeiro; "Música", por Mário de Andrade; "Teatro", por Santa Rosa.



Anteprojeto do Instituto Nacional de Estatística, elaborado por Teixeira de Freitas, em 1933.

> obra que já era trabalho seu, e de que teve a própria iniciativa[37]. O trabalho técnico da organização deste volume coube a um dos meus melhores companheiros nestes Serviços Comerciais, o Senhor Cônsul Carlos Alberto Gonçalves, que nas publicações semelhantes dos anos anteriores já se havia feito um especialista nestes assuntos (BRASIL, 1935, grifo nosso)[38].

A pregação de *Teixeira de Freitas* daria fruto. E *Luiz Simões Lopes*, à frente do Departamento Administrativo do Serviço Público, por ordem de *Vargas*, convida *Juarez Távora* a assumir a presidência do Instituto Nacional de Estatística, ele que tanto lutara por sua criação. Mas, tendo escolhido priorizar sua carreira militar, declina do convite, é ele próprio quem o declara em suas memórias.

O nome seguinte, por razões óbvias, por sua atividade no Itamaraty, como visto acima, surge na figura de *Macedo Soares*. *Vargas* o convida, ele recusa; *Vargas* o nomeia à revelia, e ele reluta em assumir[39]. A nomeação acontece em decreto de 19 de

37 Obviamente o prefaciador está se referindo ao trabalho em execução, no âmbito do Conselho Federal de Comércio Exterior, e não ao próprio Instituto.

38 Há um "Esquema fundamental para a ordenação lógica dos assuntos da estatística brasileira" (um esquema em ramificação horizontal), com a seguinte informação: "O esquema infra, organizado pelo Dr. Mário [Augusto] Teixeira de Freitas, Diretor Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação, destina-se a orientar a seriação dos assuntos nas publicações brasileiras de estatística geral. Apoia-se o mesmo na divisão da estatística expositiva proposta por Angelo Messedaglia e prestigiada pela preferência de Filipo Virgilli e Oziel Bordeaux. A distribuição dos capítulos do presente trabalho obedeceu, o quanto possível, o citado esquema" (BRASIL, 1935, p. 6). Os níveis primeiro e segundo são: I Situação física (A Âmbito geográfico; B Ambiente geomorfológico; C Ambiente climatérico; D Riquezas naturais); II Situação demográfica (A Demografia estática; B Demografia dinâmica); III Situação econômica (A Produção; B Circulação; C Distribuição e consumo); IV Situação social (A Vida intelectual; B Vida moral); V Situação administrativa e política; (A Aspectos administrativos; B Aspectos políticos). Alguns níveis dois, têm um nível três; no nível quatro há, ao todo, 63 aberturas (variáveis).

39 Ele mesmo o anuncia no discurso de ressunção da presidência do IBGE (NA PRESIDÊNCIA..., 1955), no governo Nereu Ramos (novembro de 1955 a janeiro de 1956).

julho de 1935. Contudo, fazendo sucessivos adiamentos[40], só em 29 de maio de 1936, tomaria posse, em solenidade no Palácio do Catete. Ato contínuo, empossa uma Junta Executiva provisória, sendo *Teixeira de Freitas* escolhido Secretário-Geral.

Cabe-lhe, de pronto, fazer acontecer a Convenção Nacional de Estatística que daria contornos ao Conselho Nacional de Estatística, peça chave da direção do Instituto. A convenção é convocada pelo Decreto nº 946, de 7 de julho de 1936, e tem lugar no Palácio do Itamaraty, junto ao gabinete de *Macedo Soares*, de 27 de julho a 9 de agosto; a 11 de agosto, pelo Decreto nº 1.022, é aprovada pelo Governo Federal. Em 17 de novembro, pelo Decreto nº 1.200, o Conselho Nacional de Estatística, derivado da Convenção, é regulado, e já no mês seguinte é instalado numa Assembléia Geral[41]. Donde, 1936, é, de fato, o ano zero da nova ordem.

Mas duas mudanças ainda ocorreriam. Em 24 de março de 1937, pelo Decreto nº 1.527, é formado o Conselho Brasileiro de Geografia vinculado ao Instituto Nacional de Estatística. Estava próxima a realização da proposta inicial de *Teixeira de Freitas*, a criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. Virão várias discussões nas Assembléias Gerais dos dois Conselhos, resultando na proposta firmada no Decreto-lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, em que o Conselho Brasileiro de Geografia passa a Nacional e o Instituto Nacional de Estatística passa a Brasileiro e também de Geografia (sucedâneo da Cartografia). A criação estava concluída, mas *Teixeira de Freitas*, depois da criação, não descansaria, ao contrário, se faria ainda mais ativo e presente, dando rotina à criação, burilando os processos, detalhando sua teorização. Seu idealismo, sua tenacidade, sua persistência, sua compreensão, sua transigência, virtudes que possuía, seriam vitais daí à frente, como foram até aquele momento.

O estado anterior das estatísticas brasileiras

Ao longo do Império, vários gabinetes aplicaram esforços na elaboração das estatísticas, e o primeiro volume o mostrou, valendo realçar os anos de 1852, quando se tentou fazer um censo, e de 1872, quando se o conseguiu finalmente realizá-lo, através da criação da Diretoria Geral de Estatística, afeta ao Ministério dos Negócios do Império. Haverá, ainda, os instantes de moldagem da Sociedade Estatística do Brasil, sem frutos maiores; de presença num Congresso Internacional de Estatística, na pessoa do Barão (e depois Visconde) de Porto Seguro, *Francisco Adolfo de Varnhagem*; de balanços das situações vigentes e de propostas de mudanças, por exemplo, com *José Cândido Gomes*, com *Joaquim Norberto de Sousa e Silva*, com *Sebastião Ferreira Soares*, para ficarmos nas presenças mais marcantes.

À época, o plano estatístico estabelecido era grandioso e abrangente; assim sendo, integrava a tradição alemã, das descrições exaustivas dos estados, com algum tempero da tradição inglesa, da chamada Aritmética Política, marcante nos discursos fundadores da atividade estatística brasileira. Essa ambição, por demais exaustiva,

[40] Não dispomos de informações explicativas desses sucessivos adiamentos.

[41] Trata-se de uma Assembléia extraordinária. As Assembléias ordinárias ocorriam em junho ou julho.



Teixeira de Freitas, [s.d.].

pressupunha a existência de registros (como fontes de dados), bem assim, pressupunha a existência das condições de derivar-lhes estatísticas. Esses pressupostos raramente ocorriam, resultando em frustrações. Contudo, houve o avanço da fixação, nas mentes dos homens públicos, da importância das estatísticas, pese a enorme dificuldade em utilizá-las nas decisões. Ao fim do Império, contudo, por dificuldades orçamentárias, só havia uma Seção de Estatística, não uma Diretoria; era tudo precário.

Não obstante, em termos legais, um novo censo em 1890 era previsto. Sim, a Monarquia legaria à República essa decisão, que, apesar das precárias condições existentes, cometeria a verdadeira imprudência de implementá-la. A ordem imperial, de quase 80 anos, tendo à frente a moderação do Imperador, fora desfeita rapidamente, sem uma necessária reconstrução. Nesse contexto, o novo censo tinha tudo para fracassar, e fracassaria, ainda que se tenha antes restaurado e aumentado a Diretoria Geral de Estatística. Numa federação "desobediente", "rebelde" às decisões federais, na atividade estatística o dominante seria a hesitação, com acúmulo de fracassos, como os censos de 1890 e 1900. É o que foi visto no volume segundo.

Não havia dados, ou, como se dizia então, faltavam as informações. Os registros existentes, e não eram muitos, e, não raro, eram ruins, estavam nos estados (e nos municípios), que não se sentiam obrigados a atenderem às demandas federais; daí, o naufrágio freqüente da repartição de estatística. Na verdade, mesmos os estados, por deverem socorrer-se aos municípios, ficavam à deriva em matéria estatística; e, de fato, boa parte dos registros estava mesmo no interior, nos municípios. Diante desse quadro, apesar dos esforços, da energia e dos recursos despendidos, eram mínimos e precários os resultados, com oferta por demais errática.

O Registro Civil, o mais intenso desses registros, ao qual se dera tanta atenção, era precário na maior parte do País, donde quase nada se sabia da dinâmica da população, configurando as estatísticas demógrafo-sanitárias (depois chamadas bio-estatísticas), em época de intensa reforma das grandes cidades, com ênfase em suas condições sanitárias. Havia um vazio. E, pior, pouco se sabia da composição da população (seu estoque), já que os censos de 1890 e 1900 haviam fracassado, e em 1910 se não o fizera (apesar do preceito constitucional; e dos muitos recursos despendidos); de fato, até haver o censo de 1920, censo de valor só o de 1872.

Em 1941, em um balanço das atividades do Conselho Nacional de Estatística aos cinco anos do IBGE, *Teixeira de Freitas* volta atenção ao passado. A seu juízo, antes do IBGE, dominava uma "paisagem desértica, ainda que pontilhada de aprazíveis oásis", e diz mais: "agindo os nossos técnicos nesse ambiente e sob tão desfavoráveis condições, fizeram o que puderam. E os frutos do seu labor pertinaz são, deveras, dignos de admiração e respeito" (SESSÃO..., 1941, p. 746). Eis sua visão, com realce à questão da cartografia estatística, que pinta em cores vivas, em sua precariedade:

> No que concerne à literatura estatística, a obra de Ferreira Soares, em 1885, foi um grande acontecimento[42]. Os trabalhos de Candido Gomes[43], do Barão de Ourém[44], de Pedro Muller[45] e Silva Pinto[46], também representaram contribuições altamente meritórias. Da edição do compêndio de Filipo Virgilli, traduzido por Dias Carneiro em 1907, e em tão boa hora editado por iniciativa de Bulhões Carvalho, resultou por muito tempo, o único livro em português estudado pelos que queriam conhecer alguma coisa do método estatístico[47]. Não pode ser esquecido o admirável parecer de Oziel Bordeaux Rego, de 1910, que se tornou o *vademecum* dos profissionais patrícios desejosos de algo conhecer sobre a organização dos serviços estatísticos não só no Brasil como no mundo[48]. E também deve ser lembrado o pequeno compêndio de Afonso Celso Parreiras Horta, aparecido em 1926[49]. Mas o intenso movimento literário – ou melhor, doutrinário – cujo surto a estatística reclamava para firmar o seu prestígio entre as nossas elites culturais, – este não encontrava ambiente, pela simples razão de que lhe faltariam leitores (SESSÃO..., 1941, p. 745)[50].
>
> Como cartografia geral do Brasil, as contribuições mais notáveis – as de Beaurepaire Rohan, de Candido Mendes, do Barão Homem de Melo[51] e do Clube de Engenharia, esta última com Paulo de Frontin e Francisco Bhering à testa, apresentavam-se insuficientes, se bem traduzissem extraordinária benemerência dos seus ilustres autores. As medições das áreas estaduais só tiveram expressão suficientemente aproximada quando o país estava às vésperas do Centenário da Independência. Mas os âmbitos municipais, sem cuja mensuração nenhum significado relativo teriam as estatísticas brasileiras nas suas particularizações segundo a divisão administrativa, não eram, via de regra, sequer delimitados, e muito menos conhecidos, não passando, pois, de uma remota aspiração a sua planimetria. Estimativas muito grosseiras eram tentadas aqui e ali; mas a primeira, um pouco menos empírica, e que – se bem ainda muito imperfeita – teve a grande virtude de ser geral e sistemática, foi a de Araripe de Macedo, operoso e competente cartógrafo da Diretoria Geral de Estatística, que conseguiu desenhar, em 1922, uma carta do Brasil com o registro aproximado das configurações municipais cujas áreas foram então medidas. Mas os benefícios desse imenso esforço tiveram efêmera duração, porque a instabilidade dos quadros circunscricionais e a sua defeituosa fixação impedia a atualização das estimativas da área para o efeito das comparações estatísticas. E sem remédio permaneceu esse *handicap* contra a estatística brasileira, até 1936 (SESSÃO..., 1941, p. 746).

Vale realçar nessa análise, o caráter deletério da federação republicana, diante da incrível autonomia dada às antigas províncias monárquicas. Nesse ambiente, os enormes esforços dos técnicos, com muita energia despendida, era, infelizmen-

---

42 A ele dedicamos o capítulo 17 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

43 A ele dedicamos o capítulo 8 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

44 Tratamos de seu relatório no capítulo 18 do volume1**: Estatísticas desejadas (1822-c.1889**), desta coleção.

45 Afonso de E. Taunay, em 1923, ao prefaciar a reedição do **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo** (primeira edição em 1838), reivindica para Daniel Pedro Muller (1769-1842) o título de Patriarca da Estatística Brasileira. A aludida reedição teve o patrocínio de Washington Luiz Pereira de Sousa, enquanto na presidência de São Paulo. Tudo leva a crer que o devíamos ter rendido homenagem no volume 1**: Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção, mas isso nos escapou, e fica este *mea culpa*. Seu perfil está na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 289-291, abr./jun. 1940.

46 Não sabemos quem possa ter sido.

47 Tratamos desse livro no capítulo 27 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936**), desta coleção.

48 Analisamos o referido relatório no capítulo 11 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

49 Trata-se dos **Apontamentos de metodologia estatística**, depois, reeditado na REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 37, p. 49-71, jan./mar. 1949. Dele tratamos no capítulo 7 deste volume.

50 Vendo o período seguinte, Teixeira de Freitas afirma: "Aparece em primeiro lugar o belo tratado de Bulhões Carvalho [que vimos no capítulo 27 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936**), desta coleção], seguido de perto por outros trabalhos meritórios, como sejam os de J. P. Fontenelle, Milton da Silva Rodrigues, [Jorge F.] Kafuri, Paulo Acioli de Sá, Lauro Sodré Viveiros de Castro, etc." (SESSÃO..., 1941, p. 747).

51 Desses atlas tratamos no capítulo 7 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889),** desta coleção.



Deputado Daniel de Carvalho, [s.d.].

te, desperdiçada, com seus parcos resultados. Eis como o disse *Alvim Pessoa*[52]:

> No período monárquico, a centralização, favorecida nas leis pela forma de Governo, defrontava praticamente os embaraços que lhe opunha as contingências geográficas da extensão territorial do país, agravadas pela deficiência de transportes e vias de comunicação. Com a proclamação da república e a implantação do sistema federativo, as antigas províncias foram investidas de autonomia política e, pela aplicação dada ao conceito dessa autonomia no terreno administrativo, operou-se uma descentralização que reverteu em prejuízo dos interesses da União, sacrificando os mais relevantes aos melindres exagerados de um regionalismo mal compreendido (PESSOA, 1940, p. 86, grifo nosso).

Em 1930, na expressão de *Alexander de Morais*, do gabinete técnico do Serviço Nacional de Recenseamento (Censo de 1940), havia "dispersão de esforços, excesso de dispêndio, divulgações contraditórias ou incoerentes, comparabilidade comprometida", fatores "tanto mais sensíveis quanto mais extenso o território abrangido e menos fáceis os meios de comunicação no respectivo âmbito" (MORAIS, 1942, p. 599).

Em dois tempos, 1907-1909 e 1915-1930, *Bulhões Carvalho*, na direção da Diretoria Geral de Estatística, tentara resolver essa situação. Com seu jeito afável, mas firme, bateu-se por garantir a obrigação na prestação de informações, o fez por decreto específico[53], e tentou acordos bilaterais com as unidades da federação, para livre acesso aos registros. E, em adição, tentou compor um Conselho Superior de Estatística, pelo qual os "donos" dos registros seriam chamados à colaboração. Apesar do fracasso resultante, pelas razões do tempo, o caminho traçado estava certo; a existência de um governo federal acatado e respeitado pelas unidades da federação era precondição, e isso viria com *Vargas*; mas, mesmo atendida essa precondição, só se teria bons frutos se não se negasse a dimensão federada dos registros. E viria o IBGE.

Em 1928, *Daniel de Carvalho*, deputado mineiro, proporia à Câmara dos Deputados o Projeto nº 152 de reforma da Diretoria Geral de Estatística. Na elaboração desse projeto, "o embrião de que veio a nascer o IBGE", como seria afirmado em Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (Resolução nº 119, de 14 de julho de 1939), declara ter podido contar com "a colaboração de Teixeira de Freitas, a cujas luzes então recorri" (CARVALHO, 1950, p. 555-556). O ilustre deputado orgulhava-se dessa contribuição na renovação da atividade estatística brasileira, e o dizia assim:

> Destas iniciativas [as que promovera como parlamentar], a mais interessante, tanto por entender com uma atividade fria e objetiva, pouco atraente em um país

[52] Ele que, recorde-se, em ofício de início de 1931, propusera a Teixeira de Freitas haver uma "lei de estatística", para dar cobro à questão da obrigação, agora, num contexto de sistema estatístico.

[53] Recorde-se, em especial, o Decreto nº 1.850, de 2 de janeiro de 1908, visto no capítulo 9 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

> de arraigadas tradições beletristas, como por depender do espírito cooperativo do público e das autoridades, foi, sem dúvida, a organização da estatística brasileira (CARVALHO, 1950, p. 553, grifo nosso).

O IBGE, para funcionar solidamente, devia chegar aos municípios, onde haviam os registros, vale dizer, as fontes de dados. Assim, haver agências municipais de estatística era fundamental, tornando contínua a coleta de dados. Isso fora previsto na Convenção Nacional de Estatística, mas conseguir implantá-las, e fazê-las operar de forma contínua e sistemática, estava difícil, e só viriam mesmo adiante, no contexto das discussões de segurança nacional. *Teixeira de Freitas*, sempre atento, trata disso; esse tema ficará para adiante, por ora, contudo, valerá extrair algumas passagens de sua avaliação do estado das artes antes da criação do Instituto, tema desta seção. Afora isso, seu texto, em frases precisas, de rara beleza, expressa a importância das estatísticas, e das informações geográficas (cartográficas). Vejamos:

> Se um Estado *conhece* a sua ambiência geográfica em todas as características e no exato potencial de condições favoráveis ou desfavoráveis à vida dos habitantes; se esse Estado *sabe* de modo positivo o que significam quantitativamente os diferentes aspectos da sua composição, e o que vale nas suas inúmeras aptidões e virtualidades, o povo que personifica, – a Nação corporificada nesse organismo político tem o seu destino nas próprias mãos; determina com precisão os seus rumos históricos; adquire consciência da sua missão; precavem-se a tempo dos perigos que a ameaçarem; dirige com segurança sua política demográfica, sua economia, suas realizações sociais e culturais; reajusta sabiamente a própria estrutura às exigências da sua vida interna e das relações internacionais que as circunstâncias lhe impuserem.
>
> Mas se tal Estado não tem esse conhecimento, ou o possui incompletamente, bem incerto será o seu destino. Não tendo consciência do que vale, do que possui, do que lhe é necessário ou conveniente, do que pode ou não pode esperar do livre jogo das suas próprias energias ou das circunstâncias que lhe forem impostas, mover-se-á na escuridão ou na meia luz da intuição dos seus dirigentes. E tudo resolvendo "sem conta e sem tento", embora favorecido pelo acaso durante algum tempo ou por circunstâncias externas que, por sorte sua, neutralizem os perigos a que estiver exposto, não tardará que se lhe depare a fatídica barreira histórica, onde os seus destinos se jogarão, em lances trágicos, na mais dolorosa das incertezas, quando não na certeza – ainda mais dolorosa – do fracasso humilhante, da impotência e da servidão.
>
> "Conhecer para prever" e "prever para prover", – se são axiomas condicionantes de toda atividade humana, – já para as Nações assumem o caráter de "imperativos categóricos", de cuja desobediência resultarão, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, as mais penosas conseqüências.
>
> O Brasil, infelizmente, tardou muito a compreender, em toda extensão e força, essa grave e eloqüente verdade. O conhecimento da suas realidades existenciais não teve, até bem pouco, a precedência que deveria ter entre as preocupações dos nossos estadistas. Não é que não viéssemos de longos anos procurando obter o conhecimento da nossa "terra" e da nossa "gente". Mas os esforços que a isso dedicávamos, além de insuficientes, sem continuidade e sem espírito de sistema, – eram malbaratados pela inconformidade deles com as determinantes que lhe impunham as condições físicas, sociais e políticas do país.
>
> Do erro gravíssimo que estávamos displicentemente cometendo, apercebeu-se afinal a Segunda República. E a essa fase política ficamos devendo uma iniciativa deveras transcendente para os destinos nacionais: a que enquadrou em grande sistema – e exatamente no sistema *necessário*, em estrutura e virtualidade – todas as atividades e todos os recursos que a Nação houver de dedicar à aquisição da consciência de si mesma.



Exposição de mapas municipais, Alvim Pessoa (na primeira fila), com as mãos para trás, ao lado de Cristovam Leite de Castro (de terno branco), Manoel Timóteo da Costa (atrás de Cristovam), Lauro Sodré Viveiros de Castro (o mais alto da primeira fila), em 1940.

> Esse sistema – fruto da clarividência política do Presidente Getúlio Vargas e da admirável aptidão realizadora do Embaixador Macedo Soares – tem hoje o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
>
> Nas mãos dessa instituição, dada a sua dupla e harmônica finalidade – geográfica e estatística, – estão, assim, depositados aqueles interesses vitais da Nação Brasileira que dependem do conhecimento exato dos seus dois suportes político – o Território e o Povo (FREITAS, 1990, p. 100-101, grifo nosso)[54].

A promessa venturosa do Instituto

O IBGE devia figurar um sistema estatístico, em suas vertentes organizacional e informacional, e o devia coordenar atentamente, em cooperação livremente consentida. Teria autonomia e autoridade dadas pelas partes, em ação voluntária de cessão de direitos e de assunção de deveres; atuaria, promovendo harmonias, nas três esferas políticas: federal, estadual e municipal. Seria um órgão nacional, não um órgão federal; para tanto, ficando vinculado não a um ministério, mas à própria Presidência da República, única entidade com legitimidade de ação em todas as esferas políticas.

Teixeira de Freitas, falando pela Sociedade Brasileira de Estatística, no discurso que proferiu no Palácio do Catete, diante de Getúlio Vargas, a 29 de maio de 1936, logo depois do discurso de Macedo Soares, já empossado na presidência, antevê o futuro do Instituto, expressando expectativas grandiosas, e, por certo, demasiado arriscadas, em vista do passado recente. Lutas viriam, e seriam muitas; Teixeira

[54] Trata-se de uma publicação *fac-similar* de textos de Teixeira de Freitas, daí a data de 1990.



Teixeira, Cristovam, Vargas, Artur Americano, segundo aniversário do IBGE, em 1938.

de Freitas iria ao bom combate, e venceria os inimigos invencíveis; seus sonhos seriam realidade.

Um crítico anônimo[55], em documento de um arquivo guardado neste palácio, atacou severamente, certa vez, a administração brasileira e as suas diretivas. Também o Instituto lhe foi objeto de acrimoniosas referências. E condenando-o, disse dele, exatamente, por uma deformação curiosa de visão, o que mais o poderia elevar no apreço da Nação como aparelho de observação e medida, que se destina a ser.

"Obra de relojoaria"... apostrofou o crítico.

Pois outra coisa ele não pretende ser. E consintam os fados amigos que isso rigorosamente ele possa ser.

"Obra de relojoaria" na multiplicação conveniente das peças, no primoroso acabamento de cada uma e de todas, no seu ajustamento integral, no engrenamento harmonioso do seu mecanismo, na sua perfeita obediência às molas de propulsão.

"Obra de relojoaria", sim, seja ele com as suas cento e tantas peças de hoje e as duas mil que terá amanhã – mas obra de alta precisão – para efetuar todas as medidas de extensão, de profundidade e de peso, e a determinação de todos os tensores, da complexa realidade de constituição, de vida e de ambiente em que se move a Nação. Esta "obra de relojoaria" ele há de ser, sem a qual o Brasil não terá consciência do que é, do que vale, do que deve fazer, para caminhar de olhos abertos, corações ao alto e espírito alerta, ao encontro dos seus definitivos destinos (FREITAS, 1990, p. 109-110, grifo nosso).

Palavras de grandezas, sujeitas ao fracasso. Entretanto, *Teixeira de Freitas*, se usarmos expressão do pensador *Alceu Amoroso Lima*, católico engajado, um dos primeiros consultores do Instituto, dera adeus à disponibilidade, vale dizer, se engajara, de corpo e de mente, na formação quase artesanal daquela que seria (e é) uma bela "obra de relojoaria". Com seu espírito cristão, católico fervoroso, por certo não deixaria a família de lado, mas, não menos certo ainda, em sua família entraria o Instituto, e, por ele, pelo conhecimento decorrente das informações estatísticas, também o Brasil, ao qual lançaria olhares de utopia (no seu melhor sentido semântico).

Sua disposição na efetivação da proposta, sua segurança de que teria sucesso, vinha de sua experiência no laboratório mineiro, depois ampliado no laboratório nacional na temática da educação. Sem sombra de dúvidas, "Minas fora o campo de experimentação onde o grande mestre da estatística nacional ensaiara as suas idéias, verificara as reações do meio, retificara os erros e pudera conceber um plano exeqüível para o Brasil" (CARVALHO, 1950, p. 555).

O Instituto triunfaria, mas muitos negariam a proposta. A idéia era bela, bela e acertada, como o tempo mostraria; mas era nova, o que, como costuma acon-

[55] Quem terá sido? A história não revelou seu nome, infelizmente. Talvez ainda esteja em algum arquivo, à espera de venturosa descoberta.

tecer, assustava e envolvia sua beleza em brumas. Era preciso dissipar as brumas, revelando os horizontes; *Teixeira de Freitas* o fazia com força de catequista. E, bem ao caso, cabe um relato, inusitado, vindo de *Alvim Pessoa*, em franqueza incomum, ele que, oito anos antes, ajudara a criar o novo modelo[56].

> Figurando no número dos misoneístas[57] que, na aurora do novo regime, duvidaram, com os olhos na experiência do passado, do êxito propugnado pelos idealistas de ação, o signatário deste artigo se desvanece em reconhecer o próprio erro com a satisfação de ver desmentidos os prognósticos sombrios que inspirava o futuro desenvolvimento da campanha hoje vitoriosa aos que a supunham condenada ao malogro por exceder, na grandiosidade dos seus objetivos, à capacidade, mal julgada, dos homens públicos do Brasil (PESSOA, 1940, p. 99).

> Em 1940, *Teixeira de Freitas* em oração aos chefes dos Governos Regionais, que visitavam o Instituto, assim mostrou sua missão, e, novamente, expressou sua confiança e admiração pela obra em curso. Além do feito no passado recente, ainda pouco, mas por certo admirável, o futuro se lhe aparecia venturoso. Novamente, aproveitando a oportunidade, face-a-face com aqueles homens públicos, saía a exaltar a essência das estatísticas, na condução e nas mudanças dos destinos do Brasil.

> Nenhuma tarefa se oferecia aos nossos governantes mais urgentemente do que esta – de verificar as condições de vida e de trabalho em que se encontrava a Nação. Nenhuma se afigurava mais difícil, pela extensão e complexidade do labor a empreender, afim de dar sentido real e alcance prático aos esforços que o País vinha empregando na justa preocupação de conhecer-se a si próprio. Nenhuma se apresentava mais delicada, por isso que era mister dobrar a uma disciplina severa e comum, – mas livremente aceita e praticada, – atividades de governos autônomos e impulsionados por premissas lógicas e históricas diferentes, dispondo de recursos não proporcionados ao empreendimento e conduzidos por exigências do meio físico e do ambiente social, profundamente diversificado no seio do grande complexo nacional.

> Mercê de Deus, as diretrizes que o Decreto-lei nº 24.609, de 6 de julho de 1934, ofereceu ao Pacto Convencional, estavam virtualizadas por esse pensamento de objetividade, de cooperação e de equilíbrio, que é o segredo da obra governativa de Getúlio Vargas. E estritamente segundo a letra e o espírito da Convenção, sob as vistas atentas e os concitamentos oportunos do Chefe do Governo, ajustou-se como por encanto esse organismo imponente e vigoroso – criação inédita da nossa cultura política – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

> Mas não surgiu como encenação artificiosa, fadada a uma atuação efêmera. Erigiu-se, sim, como aquela grande torre de que nos fala o Evangelho, previdentemente construída com material abundante e ótimo, segundo plano e orçamento prévios. Torre do alto da qual, na perenidade dos tempos, se observará o fecundo dinamismo da vida brasileira, para lhe caracterizar todos os movimentos, todos os entraves, todas as tendências, e assim, apontar-lhe, a tempo e a hora, os impulsos favoráveis à sua vitoriosa direção, rumo aos mais altos destinos (FREITAS, 1990, p. 273, grifo nosso).

A experiência do nosso Instituto, deste Instituto, que é vosso, porque é tanto do Governo Federal quando dos Governos Regionais e Municipais, por força de cujas autonomias harmonizadas ele surgiu como instituição nacional, em um sentido

[56] Nos referimos ao ofício que enviara a Teixeira de Freitas propondo a existência de uma "Lei de Estatística" com vista à obrigação na prestação de informações.

[57] Aversão a tudo quanto é novo: idéias, costumes, formas de arte etc., não por motivo bem fundado, mas tão-só porque não correspondem ao estabelecido. Conforme Mestre Aurélio, (FERREIRA, 1986)..

de totalidade nunca visto nesse continente; – essa experiência é uma página inédita de nossa vida política, uma tentativa sem símile em nossa história administrativa, um capítulo recém-aberto do nosso direito público.

> Ela reconcilia a autonomia federativa com a Unidade Nacional; a descentralização executiva com a centralização de orientação técnica e de resultados. Virtualiza ao máximo as atividades das três órbitas de governo, para integrá-las num todo mais expressivo, mais rico e mais harmônico. Oferece às iniciativas do Poder Público a colaboração leal e bem ordenada da iniciativa particular. Dando-lhes mútua compreensão e interpenetração, aproxima os interesses de todas as regiões, de todas as classes e de todos os grupos. E com ela colaboram estreitamente as forças que criam a riqueza – a agricultura, a indústria e o comércio; e as que elevam, cultivam e sublimam o espírito – a educação, a cultura e a religião. No seu seio articulam com justeza seus interesses, auxiliando-se mutuamente, a administração civil e a militar – a gestão e a defesa do Estado. Numa palavra, – o Instituto utiliza, estimula, virtualiza todas as *pluralidades*; nelas se apoia, racionaliza-lhes a diversificação, e com elas constrói a *unidade orgânica* da sua estrutura e a *unidade lógica* do conhecimento exato da realidade viva da Pátria, que só assim orientará conscientemente os seus destinos. E com isto está apresentando à nação uma larga e magnífica avenida por onde seus esforços construtivos podem penetrar Brasil a dentro, na verdadeira "marcha para oeste", levando-lhe, eficazmente, a assistência que lhe é devida em matéria de fomento econômico, de estradas, de recursos sanitários e de educação, e despertando, afinal, o "gigante adormecido" para a caminhada vitoriosa a que o conclamam todos os signos históricos (FREITAS, 1990, p. 274-285, grifo nosso).

Homens notáveis moldam um destino incrível

É de hábito atribuir-se a *Teixeira de Freitas* a força da fundação primeiro do Instituto Nacional de Estatística, e pouco depois, da sua mudança no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Não foram poucos os que reconheceram seus inegáveis méritos, sua inesgotável criatividade na solução cotidiana dos problemas inevitáveis. Era um parlamentar, e era um diplomata: gentil e firme. O sistema à época criado exigia energia de diálogo: determinação e temperança, vale dizer, um espírito imanente, já que se estava moldando uma instituição de pesquisa, apoiada nas ciências, mas também, pelas espinhos nos caminhos, um espírito transcendente, dir-se-ia mesmo religioso.

Mas não atuou sozinho, o que seria impossível, ainda que fosse um trabalhador incansável. Entre vários nomes, ele mesmo rendia homenagem ao Embaixador *Macedo Soares*, o homem que, reconhecia, realizara seu sonho de vida. De fato, sem *Macedo Soares*, apoiando o Instituto e o sistema criados, muitas das resistências, das solertes rasteiras, dos golpes baixos mesmo, não seriam superados. Mas ele lá estava, sempre atento, pronto a atender aos destinos do Instituto; seu nome de homem público, de intelectual consagrado, seja como membro da Academia Brasileira de Letras[58], seja como membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB[59],

[58] Em 1938 foi eleito para a cadeira nº 12, vaga com a morte de Vitor Viana.

[59] Em 1939 foi eleito seu Presidente Perpétuo. Coube ao IHGB, editar sua bela obra: **Fronteiras do Brasil colonial**, infelizmente esgotada, a espera de uma merecida reedição.

instituições das quais chegou à presidência, ajudaram sobremodo[60]. Na verdade, fizeram uma dupla de valor, dois homens notáveis afinados, no dizer de *Waldemar Lopes*:

> Dentro de certa perspectiva histórica, é possível avaliar-se com precisão o acerto do ato que colocou na presidência do Instituto, na primeira hora, um homem do prestígio pessoal e das extraordinárias qualidades de José Carlos de Macedo Soares. Mais: pode-se reconhecer, sem risco de lisonja, o que representou para o bom êxito da instituição a presença em seu comando "político" de um homem dotado da largueza de vistas e das virtudes que lhe caracterizavam a personalidade, inclusive em sua maneira de ser, íntimo e distante, capaz de inspirar, simultaneamente, a maior estima e, também, o máximo respeito.
>
> Não seria fácil, para quem não possuísse tais predicados, ter sob sua autoridade, no principal posto executivo da instituição, isto é, como seu Secretário-Geral, um "produtor de idéias" – para lembrar a feliz classificação de Raul Lima – da excepcional categoria de Teixeira de Freitas. É fenômeno comum, no campo da administração pública, que os mais sinceros idealistas, os mais pertinazes defensores de idéias renovadoras, se tornem, no conceito de muitos, incômodos ou impertinentes. São bem mais agradáveis, dentro de certos padrões, os chamados "yes-men", prontos sempre a subordinar-se às diretrizes alheias, mediante a cômoda renúncia ao esforço de pensar por conta própria; de lançar iniciativas; de preocupar-se com alterações no "statu quo"; de defender idéias contrárias à rotina estratificada.
>
> Ao contrário disso, Teixeira de Freitas era, por temperamento e formação, um pensador político de rara vitalidade; punha obstinação de apóstolo na defesa pertinaz, constante, insistente, de seu "ideário cívico" – conjunto de sugestões para resolver-se o que chamava "os problemas de base do Brasil"; redivisão territorial; transferência – afinal realizada – da capital da República para o Planalto Central; consórcios intermunicipais; instituição de grandes sistemas de cooperação interadministrativa, a exemplo do que se fizera com a Estatística e a Geografia, também nos campos da educação, da saúde, do fomento econômico, da arrecadação fiscal, das comunicações rodoviárias; criação do Departamento do Governo, destinado a planificar a ação administrativa, unificando-se mediante a articulação dos objetivos pertinentes aos diversos Ministérios (idéia, aliás, em parte concretizada, com a posterior criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral); racionalização do quadro político-administrativo e judiciário do país; e, por fim, todo um plano de renovação social, em cujo esquema se previa, como primeiro passo, a profunda reforma da classe do funcionalismo federal.
>
> A rigor, eram idéias pessoais, frutos da meditação de um espírito idealista e patriota, no melhor sentido da palavra. Algumas, certamente viáveis a curto prazo; outras, de difícil consecução, em qualquer tempo, pela inevitável resistência de interesses políticos estabelecidos, da inércia ante a audácia das reformas sugeridas, do apego a tradições consagradas. Em alguns casos, poderiam ser consideradas até – e certamente o foram por muitos – pura utopia de uma grande inteligência insatisfeita ante as realidades do país e empenhada em contribuir para transformá-las, mas esquecida em suas concepções teóricas da prudente advertência do filósofo: mata-se o natural e ele volta correndo...
>
> Eram idéias pessoais, dizia, mas, ao poder de sua vigorosa capacidade de argumentação, de seu fascinante idealismo, da reconhecida pureza de seus objetivos, Teixeira de Freitas conseguiu que o IBGE, cuja concepção e organização também eram obra sua, as fosse gradativamente absorvendo e adotando, até assegurar-lhes o apoio integral de seus órgãos de direção superior. José Carlos de Macedo Soares foi perfeito na solidariedade a seu ilustre colaborador (LOPES, 1968, p. 6-7, grifo nosso).

[60] Além dessa tríplice presidência, por duas vezes também ocupara o Ministério das Relações Exteriores, e uma vez o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sem esquecer que governara São Paulo.

Ambos, em dupla notável, não atuaram sozinhos. Puderam contar com nomes como *Heitor Bracet* e *Rubens Porto* nas direções sucessivas da repartição de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Por conta dos muitos afazeres de *Macedo Soares*, como Ministro das Relações Exteriores, ou de Justiça e Negócios Interiores, e em especial no governo de São Paulo, que lhe impunha ausências, foi por eles, em diferentes momentos, substituído na presidência do Instituto, e de seus órgãos colegiados, sempre com lealdade e competência. A *Heitor Bracet* se deve muito do sucesso daqueles primeiros momentos, tempos difíceis, os anos heróicos, sobretudo na condução das primeiras assembléias; a *Rubens Porto* se deve papel chave na "criação"[61] da gráfica, o que remete a *Renato Americano* que a pôs em funcionamento.

> Uma instituição como o IBGE, destinada a romper, sob tantos aspectos, com a passividade e o conformismo no panorama administrativo do país, não se poderia implantar e pôr-se em marcha sem enfrentar inevitáveis reações. Mesmo entre os técnicos, muitos haveriam de receber com reserva, pelo menos nos primeiros tempos, os esquemas de ação de Teixeira de Freitas. No plano político-administrativo, impunha-se uma atuação prestigiosa e esclarecida junto às altas autoridades federais e aos Governos dos Estados, para que o processo de reforma, ampliação e aperfeiçoamento dos serviços estatísticos e geográficos do país, desencadeado com a instalação do IBGE, encontrasse da parte de todos a necessária receptividade.
>
> José Carlos de Macedo Soares teve um papel de excepcional importância na obtenção de apoio à obra empreendida. O natural respeito que a todos impunha por seus títulos de homem público, já com tantos serviços prestados, não só ao Brasil, mas também à paz do Continente, imprimia extraordinária força moral a qualquer gestão que promovesse, como presidente dos órgãos colegiados do IBGE – o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia. O prestígio de seu nome removia as dificuldades na execução dos planos de reforma, na esfera estadual; quanto ao Governo da União, fácil lhe era o diálogo no mais alto nível, inclusive porque em mais de uma oportunidade foi a um só tempo presidente do IBGE e Ministro de Estado.
>
> Quando outros compromissos o obrigavam a permanência mais longa fora do Rio de Janeiro, assumia a presidência do Instituto seu substituto eventual, o diretor dos serviços de Estatística do Ministério da Justiça. Durante anos, foi esse posto ocupado por Heitor Bracet, um homem fino e amável, que, em sua longa vida pública, há de ter conquistado apenas afeições; veio depois Rubens Porto, cujo dinamismo e ânimo realizador já haviam sido postos à prova em outros cargos, inclusive na direção da Imprensa Nacional, de cuja reforma foi o eficiente executor. Ambos mantinham, na presidência, a mesma elevada orientação do titular e os períodos de sua interinidade se sucediam sem qualquer impacto de transição (LOPES, 1968, p. 8, grifo nosso).

Ainda no âmbito da atividade estatística, será de justiça realçar alguns nomes. A *Rafael Xavier*, que seria futuro presidente do Instituto no governo *Jânio Quadros*, e que sucederia a *Teixeira de Freitas* na Secretaria Geral; apaixonado municipalista. A *Waldemar Lopes*, intelectual de nomeada, igualmente na Secretaria Geral, a quem se deveu a reposição da verdade na crise *Polli Coelho*. A *Carneiro Felipe*, físico notável,

[61] Na verdade, a chamada gráfica do IBGE, instalada no subúrbio carioca de Lucas, é uma continuação, por certo muito modernizada, da velha gráfica instalada por Mendes da Rocha em 1894, no âmbito da antiga Diretoria Geral de Estatística. Quando do processo de extinção daquela Diretoria, a antiga gráfica, no bairro da Urca, embora houvesse ficado na esfera do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, atuava mesmo para o novo órgão, o INE (logo IBGE). Assim, ainda que Lucas seja um marco de renovação, há um grande componente de continuidade (sobremodo de recursos humanos, se não também de máquinas). Como seja, é uma história ainda por ser feita.

do quadro do Instituto de Manguinhos, genial criação de *Oswaldo Cruz*, sem cujo concurso no comando da Comissão Censitária, o Censo de 1940 seria muito difícil. A *Giorgio Mortara*, seja pelo Laboratório de Estatística que criaria, seja pela renovação da demografia brasileira. E a vários outros, os notáveis e os anônimos[62]. Já no plano externo nunca será demais lembrar e valorizar as presenças de *Francisco Campos* (como primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública), de *Juarez Távora* (como Ministro da Agricultura), e do inolvidável Presidente *Getúlio Vargas*.

> A fundação do Instituto vinha sendo planejada desde 1933, com os primeiros passos dados nesse sentido pelo então Ministro da Agricultura, hoje Marechal Juarez Távora, inspirado pelo Professor Teixeira de Freitas, cujas idéias e sugestões formariam mais tarde o arcabouço da instituição.
>
> Ligado ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares por laços de amizade e admiração recíproca, o Marechal Juarez Távora passou a consultá-lo freqüentemente sobre os decretos e regulamentos com que foi dando sua primeira estrutura ao sistema estatístico e geográfico brasileiro. Ao trocar idéias sobre o assunto com o então Ministro da Agricultura e com o Professor Teixeira de Freitas, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares mal poderia adivinhar que seria, três anos mais tarde, convidado pelo Presidente Getúlio Vargas para fundar o IBGE e assumir sua primeira presidência, que exerceria por quinze anos consecutivos.
>
> Para a direção do IBGE, Macedo Soares levaria uma equipe de homens ilustres e desinteressados, entre os quais figuram Rafael Xavier, Raul do Rego Lima, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Waldemar Lopes e Rubens Porto. Entre seus principais colaboradores destacava-se o próprio Mário Augusto Teixeira de Freitas, de saudosa memória, que daria à novel instituição o melhor de sua capacidade e esforço, numa ação que poderíamos qualificar com inteira justiça de apostolar, tal a devoção, o patriotismo e a dedicação com que trabalhou, até sua morte, pelo IBGE (SOARES, 1968, p. 11, grifo nosso)[63].

Vencida esta abordagem preliminar, genérica, passemos às minúcias nos próximos capítulos: sobre os textos legais de sua criação e evolução; sobre a Convenção que o formalizou; sobre as primeiras assembléias, nos anos heróicos, em especial a assembléia extraordinária que instalou o Conselho Nacional de Estatística; sobre a criação das agências municipais de estatística. E daí em diante.

---

62 Na área da Geografia, muitas foram as pessoas a atuarem, com especial destaque para Christóvão Leite de Castro, primeiro Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia; bem assim, Fábio de Macedo Soares Guimarães. Para uma lista desses nomes valerá uma leitura da valiosa tese de doutoramento de Roberto Schmidt de Almeida.

63 Para evitar dúvidas, note-se que o autor deste texto é o Embaixador José Augusto de Macedo Soares, irmão de José Carlos de Macedo Soares (presidente do IBGE).

Documento de Teixeira de Freitas: ofício enviado a Gustavo Capanema

Explicação do contexto

Criado em julho de 1934 (Decreto nº 24.609), o Instituto Nacional de Estatística estava no aguardo da indicação de seu presidente. A essa figura caberia nomear uma Junta Executiva provisória encarregada de ultimar-lhe a estrutura colegiada. Sabe-se que Juarez Távora foi convidado a assumir o cargo, mas recusou, querendo prosseguir em sua carreira militar (o convite lhe foi levado por Simões Lopes). Teixeira de Freitas, então, apela a Gustavo Capanema, o poderoso ministro, no sentido de levar Getúlio Vargas a escolher e nomear alguém, e sugere alguns nomes (ao final do ofício). O nome de Macedo Soares não consta da relação (por estar em serviço como Ministro das Relações Exteriores, o que seria, segundo afirma, um impedimento); os nomes que indica a Gustavo Capanema são de elevado prestígio, e ele bem sabia que só alguém notável poderia garantir uma produção estatística em bases apenas técnicas (e científicas). Contudo, ao fim e ao cabo, será ele, Macedo Soares, o escolhido, logo deixando o Ministério (mas não em razão da função ocupada no Instituto). Enfim, no ofício abaixo[64]*, Teixeira de Freitas repassa a história recente, e o faz, como é dito, em atenção a pedido de Gustavo Capanema, com que, então, terá conversado.*

***

Em 6 de fevereiro de 1935.

Senhor Ministro,

Dando cumprimento às ordens recebidas, trago a V. Excia., os esclarecimentos que se seguem sobre o Instituto Nacional de Estatística.

O plano de criação do Instituto foi organizado nesta Diretoria, tendo sido apresentado em 1931 ao Ministro Francisco Campos. A minha sugestão referia-se, porém, aos serviços de estatística e de cartografia geográfica.

Mandou S. Excia., que fossem ouvidos a respeito os nossos princípios técnicos naqueles assuntos, dos quais, os que se manifestaram foram favoráveis ao projeto.

Ainda assim a iniciativa não foi avante até que, em meados de 1933, o Ministro Juarez Távora, com autorização do Chefe do Governo Provisório, convocou uma comissão de representantes dos vários Ministérios (da qual fui relator) com a incumbência de organizar um projeto de sistematização dos serviços brasileiros de estatística – federais, estaduais, municipais e particulares.

[64] A digitação deste documento foi realizada por Célia de Lacerda Gil com a especial aquiescência de Maria Vilma Salles Garcia, em março de 2006. Foi utilizada a fotografia do documento feita no Arquivo Nacional por Alexandre de Paiva Rio Camargo.

Essa Comissão apresentou um anteprojeto de decreto criando o "Instituto Nacional de Estatística", aceitando como ponto de partida o esquema do meu plano, mas modificando-o sensivelmente, ora reduzindo-o, ora ampliando-o.

O respectivo relatório é o que se vê no volume do Boletim do Ministério da Agricultura – Ano 23º, ns. 4 a 6 (anexo nº 1), à pág. 255 e seguintes. Esse relatório foi também acompanhado do gráfico junto à presente (anexo nº 2).

O trabalho foi encaminhado ao Sr. Chefe do Governo, que sobre ele ouviu o Ministério da Fazenda.

Afinal foram determinadas verbalmente por S. Excia., algumas alterações, no sentido de introduzir simplificações, a mais importante das quais foi a que suprimiu os Conselhos Regionais de Estatística mas mandando incluir entre, as Repartições Centrais, o Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho.

O decreto assim redigido foi assinado, tomando o nº 24.690 de 6 de julho de 1934, sendo referendado por todo o Ministério. O seu texto consta do opúsculo "Atos oficiais (anexo nº 3), p. 99 e seguintes.

Esse decreto teve início de execução com a normalização da situação de algumas das Repartições Centrais, sendo para isso utilizada parte do crédito de 200 contos que ele próprio abrira.

Não pode, porém, ser organizada a Secretaria do Instituto nem ser convocada a sua Junta Executiva, pois essas providências dependiam da nomeação do Presidente da instituição, ato esse que não foi baixado até a presente data.

Neste momento, porém, o Conselho Superior do Comércio Exterior, tendo achado imprescindível a unificação das estatísticas brasileiras, pois que a dispersão e as contradições dos seus resultados dificultam a representação do Brasil nas publicações internacionais ou quando divulgados esses resultados em tais publicações, contribuem para o desprestigio da administração brasileira, reconheceu que a unificação desejável só poderá ser feita em satisfatórias condições pelo já criado e quase organizado Instituto Nacional de Estatística. E nesse sentido aprovou em sua última sessão uma moção ao Poder Executivo para que completasse quanto antes a instalação do Instituto.

Ocorrendo, porém, que o orçamento para 1935 não incluiu a verba correspondente às despesas da presidência do Instituto, pareceu a alguns que se não poderia completar a sua instalação no presente exercício.

Entretanto, se o Governo está autorizado a fazer essa instalação; se teve recursos para isso; se utilizou uma parte desses recursos; e se deles há um saldo que é mais do que suficiente para as despesas do Instituto no presente exercício; - parece, ao contrário, que o Governo pode nomear a qualquer momento o Presidente do dito Instituto, ficando a este a iniciativa das providências que normali-

zem a situação. E estas poderiam consistir apenas em promover uma mensagem ao Congresso solicitando, ou a necessária correção no orçamento, incluindo na verba do Ministério da Justiça a rubrica omitida por engano, ou a revalidação do saldo do crédito aberto no ano passado para o Instituto, ou ainda abertura de um crédito especial que bastaria ser neste momento de 32 contos apenas.

Esta, pois, a situação atual do Instituto Nacional de Estatística, para cuja integração não é preciso mais do que a nomeação do respectivo Presidente, por livre escolha do Governo, essa escolha só não podendo recair, por disposição legal, em pessoa pertencente ao funcionalismo ativo. E para esse cargo tem sido lembrados até agora, segundo as informações que possuo, os seguintes nomes:

- Dr. Bulhões Carvalho;
- Dr. I. Simões Lopes;
- Dr. Affonso Penna Júnior
- Conde de Affonso Celso;
- Dr. Francisco Mendes Pimentel;
- Dr. Félix Pacheco.

É o que posso trazer ao conhecimento da V. Excia.

[Teixeira de Freitas]

Em tempo:

Junto ainda o anexo nº 4, constituído por um gráfico que organizei com o concurso do Dr. Rafael Xavier, Diretor de Estatística do Ministério da Agricultura, no intuito de mostrar o que poderá ser a organização do Instituto de Estatística a Publicidade do Estado de São Paulo, filiado ao Instituto Nacional de Estatística.[65]

[65] Os anexos referidos não constam do documento existente no Arquivo Nacional..

INE (logo IBGE): “federação de repartições” ou “consórcio federativo”

Capítulo 02



Zeppelin sobre o Rio, com Pão de Açúcar ao fundo, 1936.

1936 foi o ano de criação do sistema estatístico brasileiro. Ano iluminado, emblemático, em que houve mudança profunda na atividade estatística brasileira. E daí, mudou o Brasil, que, de modo contínuo e sistemático, passou a ser mensurado e cartografado, revelando-se sua população, sua sociedade, seu território.

Macedo Soares, ao abrir a quarta assembléia ordinária do Conselho Nacional de Estatística, no quinto ano do IBGE, deu-lhe o nome de "Ano da Estatística"[66]. Pois, naquele discurso, "a vôo de pássaro", configura "o jornadear vitorioso do ideal que o Instituto representa" (SESSÃO..., 1941, p. 732).

> ... já era evidente, em 1933, que a imensa tarefa diante da qual se encontrava o Brasil, quanto ao conhecimento das suas próprias condições de vida e desenvolvimento, não se poderia realizar satisfatoriamente sem uma planificação geral, nem, sobretudo, sem a ampla e íntima coordenação da totalidade dos esforços voltados para aquele objetivo. Mas, ciente e consciente de que tal empreendimento deveria resultar, não de um rígida centralização administrativa, exorbitante dos princípios do regime político e dos imperativos decorrentes da extensão territorial da República, sim das próprias virtualidades do regime federativo em que vive a Nação Brasileira, – teve o Governo a concepção justa do problema. E magistralmente o resolveu, apelando para a livre determinação dos Governos Regionais e Municipais em face das exigências indeclináveis da unidade nacional. Daí o delineamento, naquele ano [1933], sob as vistas esclarecidas do Ministro Juarez Távora, do sistema destinado a articular e tornar convergentes todos os esforços dedicados no país ao conhecimento das suas condições existenciais. Instituindo os fundamentos desse sistema, o Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, deu lugar à instalação deste Instituto, no próprio Palácio da Presidência da República, a 29 de maio de 1936 – o chamado "Ano da Estatística" (SESSÃO..., 1941, p. 733, grifo nosso).

À frente dessa obra, apoiado em *Macedo Soares*, como visto antes, esteve um homem notável: *Teixeira de Freitas*. Em artigo no *Correio da Manhã*, a 25 de fevereiro de 1956, pranteando seu falecimento (a 22 daquele mês e ano), *Carlos Drummond de Andrade* disse assim da obra daquele homem notável, que, "sem governar o menor pedaço do Brasil, influía profundamente na sua evolução":

[66] A Assembléia Geral que teve lugar em dezembro de 1936, na qual se deu a instalação do Conselho Nacional de Estatística, foi uma assembléia extraordinária. Em 1937 a 1939 deram-se as três primeiras Assembléias ordinárias, sendo a quarta em 1941. Em 1940, por conta do Censo, a se realizar em setembro, não foi realizada uma Assembléia, conforme a Resolução nº 86, de 16 de fevereiro de 1940, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística; o "adiamento", como fora dito, teve que ser objeto de decreto do executivo.

> Antes dele, nossa estatística era um serviço à espera de uma fórmula, e essa fórmula foi ele quem a cunhou e fez aplicar: cooperação interadministrativa. Não teríamos nunca estatística brasileira por um esforço federal isolado, maciço que fosse; era necessário, transpondo montanhas de inibições, interessar no assunto todas as unidades políticas, chegar até o município, criar um sistema. O sistema está em pleno funcionamento, mau grado os golpes que a política lhe vibra. E se hoje nos conhecemos mais a nós mesmos, se é possível elaborar planos de governo com base em dados positivos, se a iniciativa particular na promoção de riquezas dispõe de elementos essenciais para conhecimento do meio social e econômico, tudo isso se deve a Teixeira de Freitas. Teve antecessores ilustres e colaboradores de grande porte, mas a idéia, repito, é dele, como também a prática, e dele a maior glória (O FALECIMENTO..., 1956, p. 63, grifo nosso).

Em 1934, nasce o INE (sem o "C" ou "G")

Pouco antes da nova Constituição da República em 16 de julho de 1934, que poria um ponto final no Governo Provisório, *Getúlio Vargas*, nos termos do Art. 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, decide pela criação do Instituto Nacional de Estatística. Isso se dará pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, cujo texto, redigido por *Teixeira de Freitas*, recebe o endosso decisivo de *Juarez Távora*, então Ministro da Agricultura, que o leva a *Vargas*[67].

O Instituto é criado como uma "entidade de natureza federativa", com vistas ao "levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais", mediante "a progressiva articulação e cooperação" das três esferas políticas da República: federal, estadual e municipal (Art. 1º); criava-se um sistema estatístico. A produção das estatísticas seguiria um plano anual, atendendo, tanto quanto possível, os "melhores padrões que a técnica da especialidade aconselhar ou já estiverem firmados por acordos internacionais, mas respeitadas as necessidades e contingências peculiares à vida brasileira" (parágrafo único do Art. 1º). Atuaria com "autonomia plena sob o ponto de vista técnico e a limitada autonomia administrativa" compatível com a legislação vigente (Art. 2º).



DECRETO N. 24.609 - DE 6 DE JULHO DE 1934

Cria Instituto Nacional de Estatística e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos

O Chefe do Govêrno Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930:

Considerando a conveniência de estabelecer, de modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos de interêsse geral, já existentes ou que vieram a existir nas várias esferas e dependências da administração pública ou em instituições privadas, e de fixar, bem assim as mais favoráveis condições para o progresso desenvolvimento técnico dêsses serviços;

E atendendo, outrossim, a que essa coordenação completará o programa que o Govêrno Provisório procurou realizar em benefício da estatística nacional;

Decreta:

Art. 1º Fica criado o Instituto Nacional de Estatística como entidade de natureza federativa, tendo por fim mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tècnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas ns estatísticas nacionais.

continua

Imagem da "certidão de nascimento" do IBGE.

O Art. 3º o dava tendo "duas classes de entidades": uma, as "repartições centrais" dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, da Fazenda, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Agricultura, e da Educação e

[67] Além do capítulo anterior, ver os capítulos 29 e 30 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.



Discurso de posse de Macedo Soares diante de Vargas.

Saúde Pública; outra, as "instituições filiadas", entre as quais, o serviço dos censos nacionais[68], do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; o serviço de atuária, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; os serviços de estatística do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Inspetoria Federal de Estradas, do Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Departamento de Aeronáutica Civil, todos do Ministério da Viação e Obras Públicas; bem assim, "quaisquer outros serviços de estatística já existentes ou que venham a existir na administração federal, excetuados os de fins privativos dos Ministérios da Guerra e da Marinha". Além dessa esfera federal, queria-se que viessem integrar o sistema as repartições de estatística existentes nos municípios e nos estados, como fruto de vontade manifesta livremente numa próxima Convenção de Estatística[69].

Na direção superior do Instituto estaria um Conselho Nacional de Estatística, o qual, nas suas funções estritas, agiria "com a mais ampla autonomia administrativa e técnica, diretamente subordinado ao Presidente da República" (Art. 9º). A definição de suas atribuições decorreriam da Convenção de Estatística, a se dar em até seis meses a partir da instalação do Instituto (que se daria em 29 de maio de 1936, com a posse de *Macedo Soares*). Até definir-se o Conselho, a condução do Instituto caberia a uma Junta Executiva provisória, formada pelo Presidente, pelos chefes dos órgãos federais de estatística (Art. 10). O Presidente do Instituto e do Conselho, uma única pessoa, seria de livre escolha do Presidente da República[70], tendo algum membro da Junta Executiva, eleito anualmente, como Secretário-geral (pouco depois a escolha dessa pessoa será de livre vontade do Presidente do Instituto e do Conselho)[71].

O pessoal próprio aos serviços mantidos pelo Instituto seria todo ele "admitido por contrato, em regime industrial[72]". Se para atender a serviços contínuos (permanentes), em que fosse necessário "habilitação e aplicação intelectual", seria

68 Ao ser criado, teria caráter temporário, e seria dirigido por uma comissão especial nomeada pelo Presidente da República (Art. 5º). Os resultados dos recenseamentos nacionais seriam submetidos à aprovação do Congresso Nacional (Art. 5º, § 2º).

69 E mais, veja-se os artigos seguintes: Art. 7º Os serviços estatísticos de qualquer dependência administrativa federal, que não forem inseparáveis de atividades especificas das repartições em que se executarem, poderão, mediante acordo autorizado pelo ministro competente, entre a respectiva direção e o Instituto, e utilizados recursos orçamentários previamente fixados, passar à responsabilidade exclusiva deste, que os organizará em forma industrial e racionalizada. Art. 8º Os serviços filiados ao Instituto facultativamente poderão ser por este organizados e mantidos mediante mera contribuição pecuniária das entidades a cuja esfera de competência pertencerem os ditos serviços.

70 As atribuições do Presidente do Instituto estão no Art. 11. Em seu § 1º é dito que "serão gratuitas e honoríficas as funções de Presidente do Instituto Nacional de Estatística, competindo ao ocupante do cargo, porém, uma verba para representação de 2:000$000", valor que Macedo Soares, enquanto foi presidente doou à Biblioteca do Instituto (LOPES, 1968, p. 7-8).

71 As atribuições do Presidente do Instituto estão no Art. 12. Em seu Parágrafo Único é dito que "as funções de Secretário-geral serão exercidas sem prejuízo das do cargo efetivo do seu titular, a este cabendo por isso a gratificação extraordinária de 1:000$000 mensais".

72 Isso quer dizer que o Instituto não seria formado por servidores públicos em quadro próprio.

admitido mediante concurso (provas de capacidade e idoneidade), e "só [seriam] confirmados na função depois de dois anos de trabalho regular e inteiramente satisfatório", a eles sendo aplicado "como estímulo à dedicação e ao mérito, um sistema de remuneração progressiva em função da antigüidade e do mérito" (Art. 21, item II). Se para atender a serviços temporários, seria admitido a "título precário, conforme as necessidades ocorrentes, e remunerados por tarefa" (Art. 21, item I).

O Instituto teria seu orçamento anualmente aprovado pelo Conselho (Art. 25). Os recursos financeiros decorreriam das "consignações que lhe estipularem os orçamentos da União, das unidades políticas e dos municípios", de "créditos que forem abertos a seu favor", bem assim, de receitas especiais na forma de "vendas de publicações, rendas de publicidade comercial nessas publicações e dos serviços especiais remunerados, etc.", e de doações diversas (Art. 24). Esses recursos custeariam os "serviços por ele instituídos" ou incorporados, os serviços das "entidades incorporadas federativamente", bem como, ao aperfeiçoamento dos equipamentos, às missões técnicas e científicas (em estatística, e em cartografia geográfica ou topográfica), à contratação de estrangeiros, à edição de revistas técnicas, e ao patrocínio da Sociedade Brasileira de Estatística (Art. 26)[73].

Três outros assuntos recebem destaque: a questão da coleta, peça chave no sucesso da atividade estatística (Arts. 13 a 15); a questão da publicação de resultados, com atenção aos veículos e aos conteúdos (Arts. 16 a 18); a questão da inserção científica da atividade e da formação de recursos humanos, por certo essenciais à melhoria das atividades (Arts. 19 e 20). Vejamos esses artigos:

> **Art.13.** A coleta estatística de caráter regional ou local obedecerá às seguintes normas gerais:
>
> I - Será realizada, tanto quanto possível, pela ação pessoal de mandatários ou funcionários do Instituto, visando o controle direto e imediato dos dados constantes dos formulários preenchidos, e só subsidiariamente, em caso de força maior, por qualquer meio de correspondência.
>
> II - Será centralizada, conforme a natureza de cada estatística e as suas exigências técnicas, parte na delegacia estadual ou territorial do Instituto ou na repartição regional de estatística geral a ele filiada, parte diretamente nos órgãos do Instituto de Jurisdição nacional;
>
> III - Terá a colaboração, que se considerará, estritamente obrigatória, sempre que for solicitada, dos diversos órgãos da administração pública, nos seus diferentes ramos e graus.
>
> **Art. 14**. A coleta de material informativo a que se refere o artigo precedente, que será dirigida em cada setor de pesquisas pelo órgão central competente, abrangerá:

[73] Nos termos do Art. 30, os serviços gráficos dos órgãos centrais de estatística atenderiam ao Instituto. E havia dois deles: um no Ministério da Fazenda e outro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Este, o da antiga DGE, criado em 1894/1895 aos tempos de Mendes da Rocha.

I - Os dados estatísticos propriamente ditos que forem necessários às elaborações constantes do plano nacional fixado pela Conselho Nacional de Estatística, mas com os acréscimos que o mesmo Conselho aprovar, quanto aos Estados ou Territórios e municípios aderentes ao Instituto, que pretenderem ampliar ou detalhar os inquéritos previstos;

II - Todos os elementos precisos para manter rigorosamente em dia os indicadores, ou cadastros que interessarem direta ou indiretamente a estatística nacional;

III - Monografias de natureza histórica ou geográfica, de caráter geral ou especializado, mas obedecendo sempre a planos sistemáticos;

IV - Os diplomas cartográficos já existentes, com referência a cada localidade, circunscrição ou região;

V - Dados de verificação cartográfica e levantamentos expeditos, a serem conseguidos com auxílio dos serviços de topografia porventura mantidos pelos Estados ou Territórios e municípios;

VI - As fotografias dos aspectos naturais mais interessantes, ou dos elementos que melhor caracterizam as condições do progresso da vida nacional;

VII - Boletins especiais sobre as possibilidades ou necessidades quaisquer de cada região ou zona, a juízo das fontes informativas mais autorizadas;

VIII - As informações que possam contribuir para facilitar ou desenvolver as excursões turísticas;

IX - Todas as publicações oficiais ou particulares que contiverem matéria relacionada com a vida de cada município, território ou Estado, ou que constituam a produção bibliográfica de cada circunscrição.

Art. 15. Nas Unidades Políticas em que a coleta estatística ficar a cargo de entidades da administração regional filiadas ao Instituto, poderão os inquéritos tanto regionais como locais sofrer os desdobramentos que, sem prejudicar a exeqüibilidade das indagações federais, forem sugeridos pelas ditas entidades e aprovados pela Junta Executiva, que se pronunciará também sobre a forma da publicação dos respectivos resultados.

Parágrafo Único. Nos municípios, igualmente, em que a coleta estatística for incumbida a serviços filiados ao Instituto, as indagações só poderão ser ampliadas em relação ao plano nacional ou regional fixado, depois de prévia audiência da Junta Executiva, ficando também a forma definitiva das tabelas a publicar dependente da aprovação da mesma junta.

Art. 16. Haverá perfeita regularidade na divulgação dos trabalhos elaborados pelo Instituto, afim de que as estatísticas de cada ano sejam publicadas no decurso do ano imediato.

Art. 17. Como obrigação essencial do Instituto e sob a responsabilidade direta da Diretoria de Estatística Geral e, solidariamente, da Junta Executiva, fica assentada, de modo expresso, a da publicação regular e uniforme da série dos anuários estatísticos do Brasil.

Parágrafo Único. Cumpre também ao Instituto promover a organização e divulgação anual de todos os indicadores e prontuários nacionais, bem como dos trabalhas gráficos, memórias, álbuns, etc., que devem completar a finalidade informativa e sistematizadora dos trabalhos propriamente estatísticos.

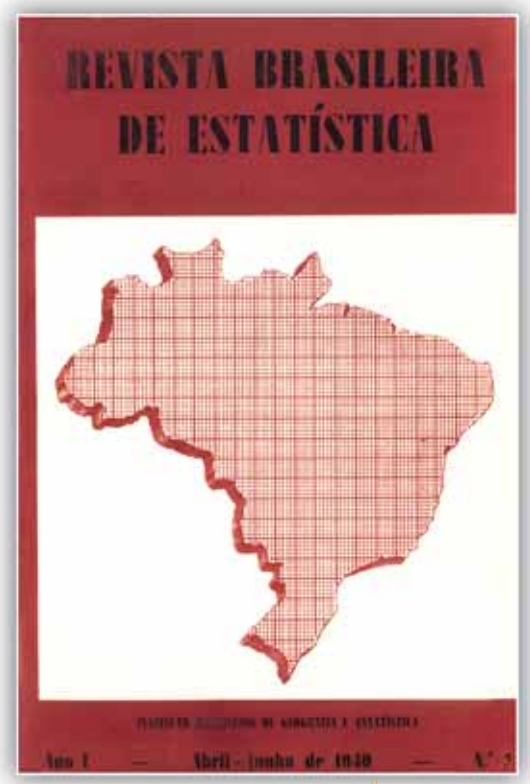
Art. 18. Pelos órgãos que constituírem o Instituto Nacional de Estatística serão prestados obrigatoriamente, sem ônus nem dependência de prévia publicação, todas as informações que lhes forem requisitadas pelos ministérios militares sobre coisas e serviços que interessem à defesa nacional.

Art. 19. Fica o Instituto Nacional de Estatística autorizado a patrocinar e favorecer o desenvolvimento dos trabalhos da Sociedade Brasileira de Estatística, proporcionando a essa instituição sede condigna e a impressão dos trabalhos que elaborarem e forem considerados de relevante significação para a estatística brasileira, desde que se comprometa a sociedade:

I - A manter a Revista Brasileira de Estatística, como órgão técnico da estatística nacional, e os Arquivos Brasileiros de Estatística;

II - A promover e convocar periodicamente, sob os auspícios do Instituto, as Conferências Nacionais de Estatística

Art. 20. O Instituto promoverá ou manterá cursos especiais de estatística, visando não só à formação ou ao aperfeiçoamento do funcionalismo de estatística nas suas várias categorias mas ainda com objetivos de extensão universitária ou alta cultura.



Capa da Revista Brasileira de Estatística.

§ 1º O Instituto promoverá também, pelos meios apropriados, a inclusão do ensino da estatística, em forma e graus adequados, nos programas oficiais de instrução primária e secundária, organizando ao mesmo tempo e distribuindo gratuitamente pelos estabelecimentos de ensino os textos orientadores, modelos, esquemas, gráficos, etc., para desenvolvimento dos temas a serem abordados em cada ramo do ensino.

§ 2º O Instituto colaborará, outrossim, com a intensidade que os seus recursos permitirem, utilizando os meios de vulgarização gráfico-estatística, na obra de educação popular, distribuindo, profusa e gratuitamente, de preferência as instituições docentes, os impressos adequados a esse objetivo.

§ 3º Ao Instituto caberá ainda aproveitar as oportunidades dos certames, tanto nacionais como internacionais, congressos, exposições, feiras, etc. - para divulgar em forma artística e impressiva, com as comparações apropriadas, as possibilidades, condições de vida e realizações da comunidade nacional (Grifo nosso).

Quanto à questão da coleta, os efetivos avanços só viriam quando da real criação das agências municipais de estatística, na década seguinte. Quanto à divulgação das estatísticas, de pronto o anuário tornou-se regular, e, pouco a pouco, conseguiu-se estabelecer um programa editorial maduro e sólido.

Quanto à questão da formação, houve vários cursos, com realce aos cursos de informação, dados à direção superior ("estado-maior", como se dizia) do Conselho Nacional de Estatística em suas assembléias; eram dados em forma de palestras, autênticas *lectures*, sobre temas escolhidos previamente[74].

[74] Várias dessas palestras foram sendo publicadas nas Revistas Brasileiras de Estatística ou de Geografia, do próprio Instituto, ou em obras avulsas.

Quanto à criação das revistas científicas, vieram as Revistas Brasileiras de Estatística e de Geografia, ainda em curso[75]; quanto à inserção científica, dedicou-se à instalação da Sociedade Brasileira de Estatística, da qual assim falou *Teixeira de Freitas*, como seu presidente, em 2 de maio de 1951:

> A Sociedade Brasileira de Estatística, que a todos os nossos "Soldados dos Números"[76] congrega e solidariza, é que coube, em sua segunda fase de existência, a tarefa de estabelecer um largo círculo de cooperação entre os que se dedicam à ciência ou à técnica – hoje tão indispensável uma quanto a outra, não só a qualquer obra de progresso, senão também à segurança nacional – da investigação e análise dos fenômenos de massa. Coube-lhe, assim, predispor o terreno para o advento do IBGE. Mas, em justa retribuição, já foi à sombra e por iniciativa desta magnífica organização, que à própria Sociedade se tornou possível entrar em seu terceiro período de atividade, fraternalmente amparada, e provida de recursos bastantes para desempenhar a sua nobre missão de solidariedade, no seio de um quadro profissional que se defronta com uma grande obra científica, cultural, administrativa e política a realizar (INSTITUTO..., 1951, p. 246, grifo nosso)[77].

Em 1937-1938, o "G" se junta ao "E" e surge o IBGE

Em 1932, como visto antes, *Teixeira de Freitas* dirige ofício a *Francisco Campos*, Ministro da Educação e Saúde Pública, com uma proposta de "estatuto orgânico" da atividade estatística brasileira. Em seu cerne, trata da criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia - INEC, e tece loas à união da estatística e da cartografia geográfica; ou seja, sem uma autêntica ordenação territorial, para fixar-se suas divisões política, policial, judiciária, eclesiástica, e tantas outras, seria difícil fazer-se estatísticas com uma defensável qualidade; aquelas divisões clássicas, desde sempre, ajudaram na atividade estatística, mas, para além disso, queria-se desenhar uma divisão de caráter estatístico, em trabalho contínuo e sistemático (os setores censitários).

A propósito, recorde-se que em setembro de 1930, nas teses a serem submetidas à Conferência de Estatística a realizar-se em outubro seguinte, como queria *Bulhões Carvalho*, tratara da vantagem dessa associação. Volta ao tema em 1932, e de novo em 1934, contudo, não havendo ouvidos prontos, não vingaria, e o INE não seria INEC. A idéia, contudo, não sairia do espírito de *Teixeira de Freitas*, pois a sabia essencial à atividade estatística – ter uma base geográfica ou cartográfica bem estabelecida –, e a faz renascer na Convenção Nacional de Estatística (julho/agosto de 1936), nas suas cláusulas 13ª a 15ª, em salto grande à aceitação.

Pouco depois, nos termos da Resolução nº 18, de 30 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, sabe-se que estava sendo

---

[75] O primeiro número da *Revista Brasileira de Estatística* é de jan./mar. 1940. O primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia* é de jan./mar. 1939.

[76] Essa expressão, "soldados dos números", talvez viesse ao espírito de Teixeira de Freitas por estar se dirigindo a um general, Polli Coelho, assumindo a presidência do IBGE. A diria a um civil?

[77] O primeiro tempo seria o dos anos 1930, quando a Sociedade não passava de uma intenção. O segundo tempo seria o dos anos 1940, quando a Sociedade foi estimulada e financiada pelo IBGE (vale marcar a Resolução nº 90, de 16 de abril de 1940, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que a reconheceu como "organização oficial dos Estatísticos brasileiros"). O terceiro tempo seria o que se iniciava com sua assunção à presidência, valorizando-a e propagando-a.

pensada a "organização do Conselho Brasileiro de Geografia, como órgão nuclear de um sistema coordenador das instituições geográficas nacionais", tendo como base a "seção de estatística territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, uma das repartições centrais do sistema federal do Instituto"[78]. Ocorrendo, seriam pesadas "as sugestões que devam ser levadas ao Governo relativamente à denominação do Instituto e à estruturação e funcionamento de sua direção superior" (Art. 6º).

Assim, emerge ao natural o Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937, criando o Conselho Brasileiro de Geografia e o integrando ao Instituto Nacional de Estatística[79]. Seu presidente seria o presidente do Instituto e do Conselho Nacional de Estatística.

> Art. 1º Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos Serviços Oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio.
>
> § 1º A cooperação dos serviços militares far-se-á sempre mediante aprovação dos respectivos Estados-Maiores; e a cooperação dos demais serviços oficiais obedecerá aos dispositivos regulamentares correspondentes; regulada a das instituições particulares por seus estatutos.
>
> § 2º Os serviços federais ficam obrigados a fornecer ao Conselho Brasileiro de Geografia um exemplar de cada livro, mapa ou outra qualquer publicação, referente a assuntos geográficos do Brasil, que não tenham caráter secreto, bem como a prestar a colaboração e as informações que forem solicitadas pelo Conselho, observadas as disposições regulamentares (Grifo nosso).

À frente do Conselho estaria um Diretório, e não uma Junta Executiva, como no Conselho Nacional de Estatística (Art. 2º). Ao Conselho Nacional de Estatística caberia dar-lhe organização e regulamento (Art. 5º), que logo viria pela Resolução nº 15 da sua Junta Executiva Central, em 16 de junho de 1937, pouco depois aprovada pela Resolução nº 31, de 10 de julho seguinte, da Assembléia Geral do mesmo Conselho.

Eis a composição de seu regulamento: I Constituição e atuação do Conselho Brasileiro de Geografia; II Atribuições dos órgãos do Conselho Brasileiro de Geografia; III Disposições gerais; IV Disposições transitórias. Seguia os moldes do regulamento do Conselho Nacional de Estatística, baixado pelo Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936 (e que será visto no capítulo seguinte). E se lhes unia as atuações.

> Art. 1º Instituído pelo Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937, como parte integrante do Instituto Nacional de Estatística, o Conselho Brasileiro de Geografia desempenhará, em relação às atividades geográficas, a mesma função de impulsionamento, coordenação e sistematização que, em relação aos serviços estatísticos, está atribuída ao Conselho Nacional de Estatística.

[78] Recorde-se que Rafael Xavier estava à frente daquela Diretoria, desde sua criação, por indicação de Teixeira de Freitas a Juarez Távora. Isso terá ajudado, se não mesmo conduzido, naquele desdobramento.

[79] É autorizada sua filiação à União Geográfica Internacional, aliás, para haver essa filiação, impunha haver um órgão central de caráter federal, o que terá ajudado na criação do referido Conselho.

Suas decisões também seriam na forma de "resoluções", como as da estatística (Art. 28). Ao diretor da Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, onde estava o serviço de Estatística Territorial (cujo Assistente-Chefe seria o Secretário Geral do Conselho), incumbiria representar o Conselho Brasileiro de Geografia junto ao Conselho Nacional de Estatística (Art. 11 e 33)[80]. As deliberações referentes à geografia prevista na Convenção Nacional de Estatística eram passadas ao Conselho Brasileiro de Geografia (Art. 30). Eventuais demandas ao Conselho Nacional de Estatística deviam ser acompanhadas de circunstanciadas fundamentações (Art. 31). Eis sua estrutura[81]:

> Art. 9º São órgãos do Conselho Brasileiro de Geografia:
>
> a) a Assembléia Geral;
>
> b) o Diretório Central;
>
> c) os Diretórios Regionais, nas capitais dos Estados e Território do Acre;
>
> d) os Diretórios Municipais, nas sedes dos Municípios, que não forem capitais;
>
> e) o corpo de Consultores Técnicos;
>
> f) o corpo de Informantes Municipais.

Na referida Resolução nº 31, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, em 10 de julho de 1937, dada a expansão do Instituto, com os serviços de estatística e de geografia passando a trabalhar em cooperação, em mútua atuação na "grande organização nacional dedicada ao estudo da terra e do homem brasileiro", sugere-se "um novo nome para o Instituto, passando a chamar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"; para tanto sendo solicitada à presidência que levasse aquela demanda ao Presidente da República (Art. 3º); logo sendo apoiada, em 13 de julho de 1937, pela Assembléia Geral do Conselho de Geografia, conforme sua Resolução nº 6:

> Considerando que a estrutura do Conselho Brasileiro de Geografia é análoga à do Conselho Nacional de Estatística, de tal forma que estes dois Conselhos constituem como que metades simétricas, em que se decompõe o Instituto Nacional de Estatística;
>
> Considerando que, presentemente, o Instituto tem que preencher duas altas missões equivalentes, uma, a coordenação das atividades estatísticas brasileiras, outra, a das geográficas, enfeixando-se ambas no sentido comum do conhecimento da terra e do homem do Brasil;
>
> Considerando que, nestas condições, a atual designação do Instituto não satisfaz, por não revelar a sua dupla finalidade;
>
> Considerando que o Conselho Brasileiro de Geografia está autorizado a aderir à União Geográfica Internacional e que para as relações internacionais e geográficas a designação "brasileiro" melhor convém que a "nacional" (Grifo nosso).

[80] Desde o início, seria o engenheiro Christóvão Leite de Castro, por muito tempo investido da função de Secretário-geral do Conselho de Geografia, sempre com boas relações com Teixeira de Freitas.

[81] A estruturação do Conselho Nacional de Estatística, está claro, é anterior, contudo, por razão de texto, só a veremos na próxima seção deste capítulo.

Finalmente, o Decreto-lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, muda o nome do Conselho Brasileiro de Geografia para Nacional, e o do Instituto Nacional de Estatística, com a devida ampliação, para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[82]. E assim se voltava ao espírito da proposta de *Teixeira de Freitas*. Eis seu modo de atuar: cedia, se os fins não estavam maduros, mas não os esquecia, ficando sempre atento à melhor ocasião para fazê-los aprovar; foi o caso da união ao "E" do "G" (como variação da cartografia geográfica), com resultados profícuos, como disse, em início de 1953, ao tomar posse como membro da Sociedade Brasileira de Geografia, presentes à solenidade, entre vários outros, *Florêncio de Abreu*, terceiro presidente do IBGE[83], o General (e futuro Marechal) *Cândido Rondon*[84] e o Almirante *Gago Coutinho*[85]:



Macedo Soares (entre Heitor Bracet e Leo de Affonseca) levando encadernações com trabalhos do IBGE para o presidente Getúlio Vargas.

> A Nação talvez ainda não tenha feito idéia justa do labor penoso, difícil, cheio de tropeços quase intransponíveis – que tantos sacrifícios exige e é tão mal recompensado – por ela atribuído aos seus Estatísticos e Geógrafos, das mais modestas às mais elevadas categorias. Eu o testemunhei, porém, desde 1907 e dele participei, no decurso de quase cinqüenta anos. E se a mim me coube exprimir-lhe os frutos muitas vezes, como resultado do trabalho anônimo de dezenas de milhares de servidores, que tudo deram de si sem nunca pensar em si, justo é que também seja eu quem receba e lhes transmita a homenagem, a eles realmente destina, desta Sociedade, o órgão mais alto que lhes poderia fazer justiça perante a História e perante a Pátria.
>
> Eu sei – e sei-o de experiência própria – o que custa aos Estatísticos e Geógrafos a dura tarefa que lhes é confiada. Seja nos recessos dos gabinetes, no planejamento das campanhas ou na análise dos resultados; nas seções em que se desenvolvem as tarefas mecanizadas ou as atividades elaboradas ou complementares, de rotina; ou, ainda, no trabalho externo, no serviço de campo, cujos agentes são rudemente experimentados, não só pelas incompreensões e incultura daqueles para quem apelam e que tudo temem do Governo ainda pelos perigos sem conta, carências e desconforto que todos enfrentam nas intermináveis viagens, durante as quais muitos encontram, por vezes, a invalidez, vezes outras, a morte por acidente ou traiçoeiras moléstias, – em toda a parte e de qualquer modo, o labor dos Geógrafos e dos Estatísticos é difícil e de graves responsabilidades.

[82] À época já vigia a nova Constituição da República, chamada de "Polaca", outorgada em 30 de novembro de 1937, tendo Francisco Campos como um dos seus autores (se não mesmo o único).

[83] De setembro de 1952 a setembro de 1954, portanto sob o governo de Vargas, após Polli Coelho. Será sucedido por Elmano Cardim, ao tempo de Café Filho, após o suicídio de Vargas.

[84] Em 18 de julho de 1939, pela Resolução nº 51, da Assembléia Geral, o Conselho Nacional de Geografia, concede ao "grande geógrafo e explorador" Cândido Mariano da Silva Rondon o título de "Civilizador do Sertão". Em 20 de julho de 1939, pela Resolução nº 132, da Assembléia Geral, o Conselho Nacional de Estatística solidariza com a homenagem.

[85] Carlos Viegas Gago Coutinho (1869-1959), Almirante da Armada portuguesa, era historiador, matemático e geógrafo. Com Artur Sacadura Freire Cabral (1880-1924), oficial de Marinha, fez de 30 de março a 17 de junho de 1922, em celebração ao Centenário da Independência, a primeira viagem aérea sobre o Atlântico Sul, de Lisboa a Recife (e depois ao Rio de Janeiro). Voaram 62 horas e 26 minutos, cobrindo uma distância de 8 383 quilômetros.



Presidente do Diretório Regional do CNG de São Paulo cumprimentando Getúlio Vargas, em 29 de maio de 1938.

Posso, pois, devo e quero dizer-vos, alto e bom som: os Geógrafos e Estatísticos são na realidade, sob o mais lídimo julgamento, beneméritos servidores da Pátria, seu merecimento cresce na razão direta da obscuridade e anonimato das labutas diárias, onde não falta o sacrifício ignorado, e que orfanam e desgraçam, não raro e sem remédio, inúmeros lares. Eles é que têm feito em verdade tudo que o Brasil possui como conhecimento do que é e do que vale, através das observações, pesquisas, estudos e levantamentos a que procedem.

A eles, meus Senhores, a esses heróis desconhecidos; a esses pioneiros incansáveis da grandeza do Brasil, é que eu, compreendo bem o sentido desta homenagem, transmito por inteiro a glorificação, o reconhecimento, o apreço vosso às atividades, feliz e definitivamente conjugadas, da Estatística e da Geografia brasileiras (M. A...., 1953, p. 206, grifo nosso).

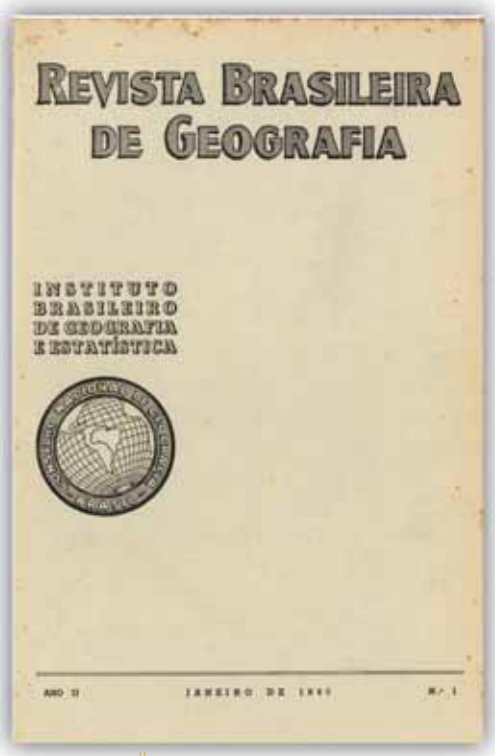
No espírito ibgeano, nada de fundo mudara, apenas uma sigla e um nome. Não houvera alteração na essência de sua criação, razão de se manter, desde o início, o 29 de maio de 1936, data da posse de *Macedo Soares* e da Junta Executiva provisória (na área da estatística), como sua data magna[86]. Sobre essa data, na sessão solene alusiva aos 15 anos do IBGE, presidida pelo Governador *Amaral Peixoto*, do Estado do Rio de Janeiro, no Teatro Municipal em Niterói, *Teixeira de Freitas* assim falou (estando presente, entre outros, *Polli Coelho*, empossado na presidência do IBGE a dois daquele mesmo mês):

> Esse dia, dedicado entre nós a aviventar a nossa consciência cívica e profissional, a afervorar os nossos sentimentos de zelo pelo bem público, a fortalecer o nosso "espírito de corpo", esse dia outro nome não poderia ter senão este: "Dia dos Geógrafos e Estatísticos"[87]. Pois solidários labutam, no Brasil, os que fazem a Geografia e a Estatística. E em cada carreira do Sol sob os signos do zodíaco, a jornada preferida para simbolizar a nossa fraternidade, a serviço da Pátria e da Humanidade, não haveria de ser outro, também, senão o histórico dia 29 de maio. Porque foi este o dia em que se instalou em 1936, a instituição criada pelo Presidente Vargas dois anos antes, o então "Instituto Nacional de Estatística", o qual, desde 1937[88], posta em prática, em sua plenitude, a idéia que o havia inspirado se transformou no "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", ou seja o nosso "IBGE", hoje tão familiar aos brasileiros de todos os quadrantes.
>
> Felicíssimo alvitre! O nosso "dia" é também o "Natal" da instituição a que nos dedicamos. A que nos dedicamos e de que nos orgulhamos. Porque essa entidade se fez a mais brasileira das organizações técnicas nacionais. No sentido, é claro, de estar presente não só em espírito, mas também em corpo e ação, na totalidade dos nos-

[86] Põe-se de lado, dessa forma, outros marcos também gloriosos: o 6 de julho de 1934, data do decreto de criação do Instituto Nacional de Estatística; o 11 de agosto de 1936, data da assinatura da Convenção Nacional de Estatística, vista como "carta magna" ou "pedra angular" da estatística brasileira; e o próprio 26 de janeiro de 1938, data em que surge a sigla Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

[87] O Dia do Estatístico foi instituído pela Resolução nº 190, de 22 de julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. O Dia do Geógrafo o foi pela Resolução nº 133, de 7 de julho de 1945, pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

[88] Na verdade, formalmente, desde janeiro de 1938. Teixeira de Freitas, ao se referir a 1937, realça as tratativas da formação do Conselho de Geografia.



Capa da Revista Brasileira de Geografia.

sos Municípios, entre os quais teceu, por via dos Convênios de Estatística Municipal, uma trama sutil, de indestrutível união.

Mantendo as torres mais altas do "grande observatório", que ele bem o é, nas metrópoles, cabeças das Unidades Federadas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fez-se igualmente mais um elo, de nobilíssimos fins, a lhes unir os destinos e a lhes unificar a consciência de solidariedade confraterna, para uma vida e um destino comum, no seio da nobre Pátria Brasileira (DÉCIMO-QUINTO..., 1951, p. 256-257, grifo nosso).

Estrutura orgânica original (dita *sui generis)*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na sua direção superior, contava com dois Conselhos Nacionais, o de Estatística e o de Geografia. Seu Presidente também presidia os Conselhos; *José Carlos de Macedo Soares* foi seu primeiro presidente, assumindo em 29 de maio de 1936 (era também o Ministro das Relações Exteriores e o seria até outubro de 1937), ficando no cargo até 27 de abril de 1951 (e só saiu porque o solicitou, por razões pessoais)[89]:

> Convidou-me, então, o Presidente Getúlio Vargas para dirigir o Instituto. Fiz-lhe ver que não estava devidamente habilitado para cumprir a missão. Por três vezes ele insistiu, recebendo sempre a mesma recusa. Com surpresa li nos jornais o decreto que me nomeava Presidente interino do novo órgão. Recusei-me durante meses a tomar posse do cargo, até que o Presidente Vargas, mandando esvaziar algumas salas do segundo andar do Palácio do Catete, m'as ofereceu para nelas instalar o Instituto.
>
> Foi próprio Presidente Vargas que, com indisfarçável satisfação, fez os convites para a cerimônia de minha posse. E diante do Ministério, convocado especialmente para o ato, e dos mais graduados elementos do funcionalismo público, pronunciou ele, ao dar-me posse, aquelas palavras que se tornaram oraculares: "Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhes dei a minha Casa e o meu Ministro"[90] (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 390, grifo nosso).

[89] Em alguns períodos de ausência, a presidência do Instituto foi exercida primeiro por Heitor Bracet e, segundo, por Rubens d'Almada Horto Porto, como diretores (sucessivos) da Diretoria de Estatísticas Gerais do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e assim membros do Conselho Nacional de Estatística. Pelo § 2ª, do Art. 11, do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, cabia àquele diretor a função de presidente substituto; depois, pelo Art. 9º da Lei nº 756, de 8 de julho de 1949 (que modificou a organização do IBGE, sobremodo de sua Secretaria-geral) cabia ao Presidente escolher seu substituto, entre os membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística ou do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

[90] No capítulo 30 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção, contamos essa história, da frase de Vargas, dizendo-a inserida na história oral do IBGE. À época ainda não nos caíra em mãos nenhum documento que a comprovasse. Agora o temos, em discurso do próprio Macedo Soares. Fica assim a correção. ADENDO: Este volume já estava em fase de documentação, quando na seleção da iconografia (janeiro de 2007) nos caiu em mãos uma outra fonte, mais antiga, em que esta história é contada, pelo próprio Macedo Soares. Trata-se de discurso por ele proferido na abertura da "Exposição Nacional de Mapas Municipais" (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, v. 2, n. 3, p. 448-461, jul. 1940, que, por oportuno, reproduzimos na íntegra no CD-ROM que acompanha este volume). Infelizmente, por gestão de tempo na elaboração dessa coleção passamos ao largo desta fonte, a *Revista Brasileira de Geografia*, editada pelo IBGE, desde 1939, até hoje. Ela fica a espera de uma futura redação da história da geografia / geociências no Brasil, ou no IBGE; por certo, ao se fazê-lo, muitas e ricas informações emergirão, talvez mesmo lançando novas luzes ao que aqui vimos vendo sobre as estatísticas, afinal, no IBGE, como a sigla revela, o "E" e o "G" estão sempre juntas.



Secretaria-Geral do IBGE, [s.d.].

No Conselho Nacional de Estatística, foco de nossa atenção, havia quatro tipos de órgãos, a saber, num crescendo temporal:

1) órgão administrativo (sua Secretaria Geral[91]);

2) órgãos deliberativos (a Assembléia Geral, a Junta Executiva Central e as Juntas Executivas Regionais);

3) órgãos opinativos (as Comissões Técnicas[92] e os Consultores Técnicos[93]);

4) órgãos executivos federais (*Repartições Centrais de Estatística* dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, da Fazenda, da Agricultura, do Trabalho, Indústria e Comércio, da Educação e Saúde Pública[94]; *Repartições Filiadas*, por exemplo, os serviços de estatística do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Getúlio Vargas, etc.[95]; *Repartições Cooperadoras*, isto é, os serviços de estatística dos diferentes departamentos administrativos); **órgãos executivos regionais** (*Repartições Centrais de Estatística* nas Unidades da Federação; *Repartições Filiadas*, por exemplo, o Instituto Baiano do Fumo, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, etc.; *Repartições Cooperadoras*); **órgãos executivos locais** (ou seja, as *Agências Municipais de Estatística*)[96].

Pouco a pouco, a Secretaria Geral cresceria. Em 1942, eram-lhe afetas cinco seções: "Expediente", "Contabilidade", "Publicações" (também as relações com a Imprensa[97]), "Sistematização" (a mais técnica, com o comando das Campanhas Estatísticas), "Documentação", afora o "Serviço Gráfico" (Resolução nº 133, da Junta Executiva Central, de 29 de maio de 1942). Em 1952, eram três as suas unidades, chamadas de diretorias: "Levantamentos Estatísticos", "Documentação e Divulgação", "Administração" (a "Gráfica" ganhara autonomia como superintendência); e se lhe somava o "Laboratório de Estatística", em seis turmas de estatísticas: "Metodológicas", "Demográficas", "Econômicas", "Sociais", "Culturais", "Administrativas" (Resolução nº 403, da Junta Executiva Central, de 11 de dezembro de 1952).

---

91 Até a Lei nº 756, de 8 de julho de 1949, o Secretário-geral era eleito pela Junta Executiva Central, um entre seus membros, e acumulava a Secretaria-geral do Instituto. A partir daí (Art. 5º) os cargos de Secretário de ambos os Conselhos passou a ser da escolha do Presidente do Instituto.

92 Em 1936, eram seis as Comissões Técnicas, em 1960, eram dez.

93 Em 1936, eram 32 os Consultores Técnicos. em 1960, eram 36.

94 Conforme os Ministérios foram sendo alterados, também mudavam os órgãos centrais.

95 Foram sendo filiadas ao Conselho ao longo do tempo.

96 As repartições filiadas só vieram ao longo do tempo.

97 As relações com a Imprensa, desde o início do IBGE, foram bastante especiais, num convívio distintamente harmonioso. A *Revista Brasileira de Estatística*, sob o título "Através da imprensa", sempre que oportuno reproduzia matérias atinentes a essas relações (vale realçar, como exemplo, as matérias repetidas no v. 17, n. 66, p. 149-154, abr./jun. 1956).

Nos anos iniciais, ocuparam a Secretaria-geral do Conselho Nacional de Estatística: *Teixeira de Freitas* (de 3 de junho de 1936 a 23 de agosto de 1948), *Rafael Xavier* (de 24 de agosto de 1948 a 2 de fevereiro de 1951)[98], *Waldemar Lopes* (de 3 de fevereiro de 1951 a 30 de abril de 1951, respondeu pela Secretaria, quando foi efetivado, ficando até 7 de janeiro de 1952)[99]. *Teixeira de Freitas* deixara a Secretaria-geral[100], mas não deixaria a atividade estatística, e só em dezembro de 1952, com 44 anos no serviço público, deixaria a direção do serviço de Estatística da Educação e da Saúde, do Ministério da Educação e Saúde (A APOSENTADORIA..., 1953, p. 84)[101]. E, até sua morte em início de 1956, atuaria na presidência da Sociedade Brasileira de Estatística, tornando-se um conferencista solicitadíssimo.

Quanto aos órgãos opinativos, os consultores técnicos seriam eleitos pelas Assembléias Gerais por dois anos, com possível reeleição. Deveriam ser "cidadãos de notável cultura e de reconhecida especialização na seção técnica que lhes for atribuída", nos termos da Resolução nº 20, de 30 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Cabia-lhes participar ativamente das Assembléias, dando cursos, e proferindo conferências[102]; entendia-se, tranqüilamente, ser uma honra (talvez um dever) ocupar essas funções. A seu turno, as comissões técnicas, cada qual com cinco membros, seriam objeto de regulação pela Resolução nº 34, de 14 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Renasce o serviço gráfico

Os serviços de tipografia, pelo Art. 30, do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, seriam feitos nas oficinas gráficas dos órgãos centrais do sistema estatístico, então constituído. Assim sendo, instalado o Instituto Nacional de Estatística, utilizou-se bastante a antiga gráfica da Diretoria Geral de Estatística, que ficara no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, remanescente do Departamento Nacional de Estatística. Mas logo depois, a 11 de agosto, na Convenção Nacional de Estatística, em sua cláusula 25ª, ficaria decidida a formação de "oficinas gráficas privativas do Instituto", o que seria reforçado na Resolução nº 12, de 30 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

---

98 A Resolução nº 483, de 10 de setembro de 1951, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, rende-lhe homenagem, quando deixa a Secretaria Geral (sem dizer as razões dessa saída). Nela, recebe tributo por sua atividade em prol do municipalismo.

99 Nas gestões de Elmano Cardim (de setembro de 1954 a novembro de 1955) e de Macedo Soares (de novembro de 1955 a maio de 1956) voltaria a ser Secretário-geral (de outubro de 1954 a junho de 1956). Sairia ao tempo com Jurandir Pires Ferreira que viria em maio de 1956.

100 Em 9 de setembro de 1950, pela Resolução nº 445, da Assembléia Geral, seria eleito membro vitalício do referido Conselho, ele que o idealizara, o implantara e o dirigira por tanto tempo. Não há indícios que se tenha feito amiúde presente, até pela crise Polli Coelho que logo viria, e que tanto o magoou. O ambiente pode não lhe ter parecido amistoso.

101 Nessa função será substituído por Alberto Martins (NOVO..., 1953, p. 85) que com ele trabalhou, por muito tempo, como Diretor de Administração (cargo antes ocupado por Benedito Silva, que faria carreira brilhante na Fundação Getúlio Vargas), na Secretaria Geral do Conselho e do Instituto.

102 A Resolução nº 38, de 14 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística determinou que cursos especiais seriam dadas aos dirigentes do sistema estatística, quando nas reuniões das Assembléias. Foram os já citados "Cursos de Informação", como "cursos de estado-maior".



Na gráfica do IBGE, Artur Americano recebe a visita de Macedo Soares e Getúlio Vargas, [s.d.].

Qual a razão dessa decisão? Em parte por não estar no comando imediato do Instituto, ainda que fosse parte de um órgão do mesmo; a história já o mostrara que estar associada a um ministério, cedo ou tarde, acabava levando a se utilizá-la em tarefas estranhas às atividades estatísticas; ou seja, *mutatis mutandis*, seria como estar usando os serviços da Imprensa Nacional, devendo concorrer com diversas tarefas. Em parte pela dimensão das demandas previstas, já que devia atender a todos os órgãos do sistema estatístico, o que seria de difícil resposta por uma tipografia não atualizada em tecnologias, e não centrada na atividade estatística. Daí, em 14 de março de 1938, a Resolução nº 38, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, dispõe sobre a criação dos serviços gráficos, sendo decidida a contratação de um técnico para dirigir o Serviço Gráfico, subordinado ao Secretário-geral.

Em dois discursos de saudades há referências históricas valiosas sobre o então recriado serviço gráfico. Um deles, em 1953, proferido por *Teixeira de Freitas* em memória de *Renato Americano*, quando da inauguração de seu busto em Lucas, aos dois anos de seu falecimento[103], no qual faz um elo com o velho serviço gráfico criado na gestão de *Mendes da Rocha*, em 1894-1895. Outro, em 1968, proferida por *Waldemar Lopes*, em memória de *Macedo Soares*, falecido em janeiro daquele ano, onde *Renato Americano* é igualmente relembrado. Vejamos alguns trechos:

> Um dos ideais que Renato Americano cultivava é que se escrevesse aqui mesmo no Serviço Gráfico a história movimentada e tão sugestiva, tão cheia de lances dramáticos, desse importantíssimo setor do Sistema Estatístico Brasileiro, instalado em 1895 pelo Dr. Mendes da Rocha, então diretor de Estatística. Não tivemos tempo de ver realizado esse *desideratum*, que acariciamos em comum. Mas estou certo de que o empreendimento mereceria também a simpatia da atual direção do Institu-

[103] Presente à solenidade o Desembargador Florêncio de Abreu, terceiro presidente.

to, realizando-se assim uma obra que evidenciará extraordinários valores humanos entre as centenas de profissionais digníssimos que por aqui passaram. Entre eles sempre evoco com imensa saudade e profunda veneração a figura incomparável de Antônio César Tupinambá, a quem Renato Americano também desejou prestar merecida homenagem. Mas não só isso, senão, também, lições de grande valia para a história administrativa do Brasil e, especialmente, para a história tão agitada – onde se registraram ascensões maravilhosas e quedas catastróficas – da Estatística Brasileira.

Estando essa história ainda por escrever, não tenho infelizmente à mão nomes, datas e fatos, precisamente indicados, que gostaria de evocar para melhor exprimir o pleno alcance dessa solenidade que ora nos congrega. Mas posso afirmar que foi uma história agitada, uma luta continuada, cheia de episódios dramáticos, principalmente nos lances de reivindicações em que não esmoreceu nunca o denodo dos que lutavam pela boa causa. Quero dizer: a causa da sobrevivência deste Serviço Gráfico, a fim de que com ele e graças a ele sobrevivesse a própria estatística brasileira.

A luta foi longa e porfiada. E se renovaria interminavelmente se dois requisitos não se verificassem, como afinal se verificaram. Um deles foi a declaração solene de que os nossos serviços de Estatística careciam, como condição de base, da existência desta oficina. Mas de maneira tal que, se acaso sobreviesse o desrespeito do ato declaratório (não é desarrazoada a hipótese no Brasil, infelizmente), fosse invocável então o embargo de um vínculo jurídico contra o qual se tornasse impotente o arbítrio destrutivo d qualquer alucinado detentor do Poder Público. E a outra condição seria a própria evidência dos fatos. Quero dizer: a organização modelar do Serviço como elemento integrante do sistema estatístico-geográfico brasileiro, de tal sorte que a sua produtividade e eficiência, pelo vulto e qualidade, deixassem a certeza de que nenhum outro serviço gráfico não especializado lhes poderia assumir a responsabilidade.

[...]

Em Renato Americano encontrei desde o primeiro momento, o amigo, o confidente, o auxiliar que mais denodadamente se colocou a meu lado, ajudando-me a ir idealizando e realizando, com a paciência que as circunstâncias exigiam, o plano que consubstanciasse o nosso *desideratum*. Sua ambição era ilimitada, mas os meios de realização era infelizmente bem restritos, como vos disse repetidamente, falando-vos sob o império da mais viva emoção, ao encarar um e outro aspecto do nosso problema.

Temi que não tivesse tempo nem meios para começar a fundo a execução do nosso plano. Mas Deus nos ajudou. E o Seu amparo se concretizou principalmente – devo declará-lo – através da colaboração leal, entusiástica, ardente, devotadíssima, de Renato Americano. Mais depressa do que talvez esperásseis, mais cedo do que eu próprio pensava, pudemos nós dois, eu e Renato Americano, cada qual a seu modo e no seu lugar, ajudar a Presidência do Instituto e o Conselho responsável direto pelo Serviço Gráfico, a realizar a parte principal do plano esboçado, com a aquisição, feita em hora felicíssima, deste magnífico estabelecimento, que a habilidade técnica de Dr. Rubens Porto construíra e organizara para a Agir, já na conformidade, aliás, de um belo plano de ação social.

Para aqui se passou, incorporando o seu patrimônio ao que fora adquirido daquela empresa, o nosso Serviço Gráfico, o qual, assim, o espero, aqui encontrou a sua "casa" definitiva, constituindo os fundamentos inabaláveis de que precisava, em matéria de indústria gráfica, o desenvolvimento da Geografia e da Estatística no Brasil. A eficiência técnica e artística que se "exigira" – é o termo – de Renato Americano, quando lhe fora confiada a direção desta Casa, já havia sido conseguida no período em que ela ocupou o porão que era a sua sede na Praia Vermelha (À MEMÓRIA..., 1953, p. 380-381, grifo nosso).

> Um dos setores do Instituto lhe merecia atenção especial: o Serviço Gráfico. Era comum ir visitá-lo, quase sempre de surpresa, sobretudo quando ainda na Praia Vermelha. Ficava durante horas na companhia de nosso caro Renato Americano, tão mineiramente simpático em sua palestra variada – teia de evocações, casos pitorescos, a-propósitos. (A ele devo, e a seu velho Ford, alguns dos primeiros contatos com a paisagem do "grande Rio" e da zona da mata de Minas Gerais, além do conhecimento pessoal de grandes figuras literárias de trinta anos atrás; por exemplo Afrânio Peixoto e Gastão Cruls, ambos de sua intimidade.) Bibliófilo, dono de uma das maiores bibliotecas particulares do País, o Embaixador Macedo Soares empenhava-se em fazer de alguns de seus livros verdadeiros padrões de arte gráfica, pelo caprichoso requinte das edições. Talvez por isso lhe agradasse o ambiente de tipos e tintas a que Renato imprimira desde a primeira hora, com um grave senso de ordem, as marcas de sua eficiência e capacidade de organização (LOPES, 1968, p. 9, grifo nosso).

E o IBGE se torna a "Casa do Brasil"

"Casa do Brasil", logo seria chamado o Instituto[104]; a casa onde o Brasil aparecia na medida dos números e nos traços dos mapas. Algo até então sempre tentado, mas jamais realizado com satisfação, pese as várias e sérias tentativas de inúmeros abnegados, tendo à frente desse grupo o grande *Bulhões Carvalho*. Medir e traçar o Brasil, impunha-se como necessidade imperativa à equação e à solução dos problemas brasileiros. Ei-lo, na sua essência revelado no discurso de *Macedo Soares* diante de *Getúlio Vargas*, no Palácio do Catete, no 29 de maio de 1939, aos três anos do IBGE:

> Os três objetivos fundamentais que o Estado lhe confiou correspondem hoje às suas três alas de órgãos deliberantes e executivos, todos bem articulados entre si e de ala para ala, funcionando em perfeito espírito de unidade, mas sem rigidez, antes numa admirável capacidade de iniciativa e de adaptação ao meio e às circunstâncias.
>
> Em todas as unidades federadas, em todos os municípios de cada uma delas e em todos os distritos de cada município brasileiro, está lançada a atividade estatística, censitária e geográfica. Essa atuação é unificada, tem um sentido nacional; mas, através de diferenciações coerentes e que não quebram a unidade do sistema, ela atende a todos os interesses e a todas as necessidades de cada região, de cada zona, de cada localidade.
>
> Municipal, estadual e federal simultaneamente – tanto importa dizer, *nacional* no sentido mais alto da expressão – é tal atividade; mas se exercida ao mesmo tempo, como é lógico e consentâneo com o espírito do regime, pelas três órbitas governamentais, não há nela dissonâncias, entrechoques, incertezas. Porque essa atividade é harmoniosa, é coerente e é solidária, seja no tempo, seja no espaço, seja na diferenciação dos âmbitos políticos e administrativos. E a força superior, o princípio de coordenação que consegue o milagre desta sintonia, deste sincronismo e desta solidarização, não é o poder de uma das esferas de Governo invadindo as demais. É, sim, um poder diferente, mas participante dos poderes das três ordens governamentais, pois que de todas elas emana, em virtude do próprio princípio de autonomia que lhes dá personalidade constitucional.
>
> Esse princípio e essa força, – são, em última análise, a força e o princípio da cooperação. Vale dizer: é a força, é o princípio da livre determinação e do livre consentimento em face da compreensão, da consciência e do desejo de uma solidariedade superior, necessária, indeclinável: – a comunhão nacional, a exigir identidade de fins mas diferenciações de meios, de processos e de agentes, tudo a serviço da grande vida da Pátria.

[104] Conforme expressão tanto de Teixeira de Freitas (INSTITUTO..., 1951, p. 247) quanto de Macedo Soares (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 389).

> Em outros termos ainda: autonomia e autoridade. A primeira gerando a segunda, e esta servindo àquela, na integração perfeita de um sistema, de um organismo vivo, de uma superior criação política (SOARES, 1940, p. 196, grifo nosso).

Em 1941, na abertura da 4ª Assembléia Geral ordinária, *Macedo Soares* lança um olhar aos cinco anos do IBGE. Em longo balanço, é otimista e é também prudente; ao final, apela ao descortino e à perspicácia dos conselheiros:

> Mas um outro dever impõe-se também a esta Presidência. É dirigir-vos, senhores Conselheiros, um alto e fervoroso apelo para que ao tomardes – como certamente tomareis – as providências e os pronunciamentos, tão prestigiosos quanto esclarecidos, que devem fixar as diretivas, ajustar os métodos e criar o ambiente propício ao feliz prosseguimento da nossa grande obra, – ao cumprirdes esse vosso tão belo e nobre dever, não percais de vista a necessidade de manter cada vez mais viva a chama sagrada do nosso grande ideal – a unidade, o progresso e a grandeza do Brasil. Mas num esforço prudente e tolerante: num ambiente de labor fecundo e tranqüilo; vendo e reconhecendo o lado bom dos acontecimentos e dos seus figurantes: sabendo relevar e esquecer, até onde o permitir o superior interesse da causa pública, as naturais deficiências daqueles com que houvermos de lidar e labutar; inspirados sempre nos sentimentos mais puros de solidariedade cívica e humana (SESSÃO..., 1941, p. 737, grifo nosso).

Mas as flores teriam espinhos. No âmbito interno faziam-se autocríticas; sabiam-se os problemas, e se os tratavam em evoluções contínuas. Contudo, críticas vindas de fora não só fariam difíceis essas mudanças, quanto abalavam e ameaçavam a própria essência do sistema estatístico como estruturado, para e pela federação.

As crises vindas de fora[105]

Em 1945, os Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, e a Comissão Censitária Nacional, em resolução conjunta, manifestam expressivo otimismo, seja pelo passado operoso, seja pelo futuro venturoso e promissor. Várias coisas por fazer são postas, outras, já em curso, são mostradas algumas emperradas; eram grandes os desafios, mas sempre haveria superação, era a crença vigente. Uma dura crise logo viria com a nova Constituição da República, promulgada em 18 de setembro de 1946; nela, para frustração de *Teixeira de Freitas*, o princípio da cooperação intergovernamental, que regia o IBGE, não fora consagrado; ele, que via aquela fórmula jurídica como a saída para os problemas brasileiros, ficaria profundamente decepcionado.

No novo contexto, não faltou quem achasse que a vigente organização estatística cerceava as autonomias municipal e estadual, e quisesse uma ampla revisão do modelo. *Teixeira de Freitas* não o aceita, e protesta; a seu juízo, as partes pactuadas na atividade estatística se coobrigaram à cooperação espontaneamente. De todo modo, para facilitar o exame dos fatos, como disse, solicita a *Macedo Soares*, em carta pessoal, expressa desejo de se retirar Secretário-geral; essa renúncia é rechaçada por *Macedo Soares* (O IBGE..., 1947, p. 730-731). Por ora a crise seria serenada, e não haveria mudanças, graças ao apoio direto do Presidente da República, *Eurico Gaspar Dutra*, a

[105] Aqui tratamos do estatuto jurídico do IBGE. Uma outra crise, esta quando a suficiência e mesmo a qualidade das estatísticas, virá com a demanda crescente das estatísticas econômicas para o planejamento, do final dos anos 1950 ao final dos anos 1960, à qual vários capítulos serão dedicados.

quem, como Chefe do Estado-maior do Exército, nos anos 1940, deveu-se a efetiva criação das Agências Municipais de Estatística, peça de base do sistema estatístico.

Mas, desde então, a crise seria latente. E em vários instantes, em diversas reformas administrativas, o Instituto seria visto como órgão federal, ao qual, assim sendo, se aplicariam dispositivos emanados do governo federal. No início da gestão Dutra, foi preciso discutir no contexto do Departamento Administrativo do Serviço Público (que tinha à frente a figura notável de *Luiz Simões Lopes*[106]), contra as proibições de reposição no quadro de pessoal (permanente), e de contratação de pessoal em caráter temporário, além de outras regras sempre em negação ao caráter *sui generis* do Instituto. Naquela ocasião, *Teixeira de Freitas* diria:

> Entre os órgãos subordinados diretamente à Presidência da República, ocupa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística situação à parte uma vez que os demais são "organizações federais". Isto é, estão vinculados exclusivamente à órbita administrativa da União, enquanto o Instituto assume posição especial, que se pode dizer mesmo, "sui generis", resultante do caráter político de que houve mister revesti-lo, como fundamento do seu destino técnico-administrativo.
>
> Esse "caráter político", que teve por objetivo dotar a instituição de ampla autonomia, emanada de simultâneos mandatos políticos, em condições de permitir-lhe atuar por delegação conjunta e solidária de todas as três órbitas de governo do regime constitucional brasileiro, foi o hábil e insubstituível recurso por meio do qual se tornou possível articular entre si, submeter a uma disciplina comum, e orientar segundo objetivos convergentes e normas técnicas uniformes, um numerosíssimo conjunto de repartições e serviços, tanto federais e estaduais, como também municipais, estes em número, atualmente, de nada menos de 1.668.
>
> Assim, a autonomia administrativa, no que se refere aos Conselhos do Instituto e aos órgãos destes diretamente dependentes, assume características especiais, decorrentes do pacto intergovernamental – a Convenção Nacional de Estatística – que teve exatamente a missão de investi-lo naquele solene mandato político apto a fazer funcionar extensas e mútuas delegações de autoridade no próprio plano dos poderes governamentais autônomos.
>
> Em virtude dessa ampla fórmula de coordenação de serviços, o Instituto não é uma "repartição", nem mesmo um "conjunto de repartições", dependente de um só Governo. Pois, em verdade, é um largo sistema de órgãos técnico-administrativos, de variadas categorias, tipos e finalidades específicas, que a um só tempo se originam e dependem – no exercício, todavia, de uma conveniente autonomia – de todos os Governos que imediata ou mediatamente aceitaram as normas fundamentais da "Convenção Nacional de Estatística" (EXPOSIÇÃO..., 1948, p. 108, grifo nosso).

À época a decisão fora favorável, atendendo à ótica do IBGE; o parecer do governo, via Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, foi posto nos anais pela Resolução nº 362, de 15 de julho de 1948, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Ainda outras crises viriam, que, para serem afastadas (e vencidas), mais e mais exigiam energias de argumentação e convencimento. Pela freqüência abalavam os alicerces do Instituto.

Ao final de várias batalhas, pouco a pouco perdidas, o IBGE seria visto como um órgão federal, mais exatamente, como uma autarquia ou entidade paraestatal.

[106] Criador da futura Fundação Getulio Vargas, e por muito tempo seu presidente.

Diversos pareceres de sucessivos Consultores Gerais da República, entre os quais *Themistocles Cavalcante*, *Carlos Maximiliano*, *Pontes de Miranda*, *Medeiros e Silva*, pouco a pouco, apuseram ao Instituto a natureza autárquica, e o DASP acabou por aceitá-lo; em meados da década de 1950 já não havia dúvidas nos pareceres[107].

A questão passava, então, ao saber o quanto essa decisão mudava sua existência. A 15 de junho de 1956, em notável parecer[108], o advogado *Alberto Raja Gabaglia* (1956), do IBGE, lançava luzes ao tema. Um parecer em quatro seções: 1 Antecedentes legais e históricos; 2 Pareceres e decisões sobre a conceituação do IBGE; 3 IBGE, autarquia; 4 IBGE: órgão federal, peculiaridades, sistema federativo. Um parecer perfeito, de raro valor, na exposição dos argumentos, e na defesa de posição.

Ora, o Instituto regia-se por suas normas, em formato de resoluções, feitas pelos seus órgãos coletivos (deliberativos); um corpo de "normas de natureza regulamentar ou supletiva da legislação federal que disciplinava o Instituto ou a ele era aplicável". Esse conjunto de normas vinha da tese – assimilada como pacífica durante longo tempo – de ter uma natureza federativa *sui generis*, como tal não estando sujeito às normas federais voltadas ao serviço público federal, centralizado ou descentralizado, "salvo na omissão dos dispositivos regulamentares baixados pelos seus órgãos deliberativos" (CABAGLIA, 1956, p. 3).

Na curta vigência da Constituição de 1934, foram mínimas as condições de se fazer exame crítico desta tese. No período ditatorial as dúvidas que emergiram não repercutiram, em virtude das condições históricas vigentes. A partir de 1946, a situação modificou-se sensivelmente, com a "tendência sempre mais acentuada do Legislativo de estender aos servidores dos órgãos autônomos, paraestatais ou autárquicos federais as normas vigentes para os servidores públicos federais". Daí, claro, surgiram problemas que não raro tiveram conclusão no judiciário.

Idas e vindas, o IBGE acaba sendo visto como um órgão federal natural, melhor dizendo, sendo visto como uma autarquia. "Toda entidade paraestatal ou autarquia é o resultado do desdobramento, por força de lei, de funções atuais ou potenciais do Estado e que deve ter personalidade jurídica de direito público, implícita ou explicitamente prevista em lei" (CABAGLIA, 1956). No caso do IBGE os textos legais explicitavam essa personalidade; contudo, o vínculo especial e direto ao Presidente da República, não raro, era usado contra seu sentido autárquico, o que acabava rebatido.

Ser um órgão federal, autárquico, não o fazia, vale marcar, um órgão unitário, mas antes, tendo em mente a natureza da estatística, um "órgão central orientador", realizando um interesse nacional.

> Não obstante, a aplicação da legislação federal ao IBGE, sobre ter que atentar às particularidades próprias do órgão descentralizado, terá – também – que aten-

[107] A Lei nº 756, de 8 de julho de 1949, introduziu mudanças na organização do IBGE: transformou os cargos de Secretário-geral em cargos em comissão, assegurou aos servidores efetivos dos dois Conselhos o direito à aposentadoria na forma da legislação prevista para os servidores da União, equiparou esses dois Conselhos às repartições públicas federais para fins de usufruir das prerrogativas, isenções e concessões, previstas na Constituição ou nas leis federais, para essas repartições.

[108] Disponível na biblioteca da unidade jurídica no IBGE.

> der à peculiaridade de estarem vinculados, federativamente, mediante convênios, ao sistema que coordena, órgãos das administrações estadual e municipal. Isto é, em relação a esses órgãos, será aplicável dentro dos limites dos convênios em vigor, ou desde que não contrarie os princípios constitucionais de distribuição de competência (CABAGLIA, 1956).

Por fim, ser um órgão federal não implicaria à sua necessária sujeição a alguma unidade do Executivo Federal, podendo subordinar-se diretamente à Presidência da República, como vinha se dando. Seu critério decidia sobre o IBGE[109].

As crises vistas de dentro

Internamente, predominava uma autocrítica saudável; sabia-se e dizia-se dos atrasos, das falhas, das faltas; e se faziam correções, como evidenciam as resoluções da Junta Executiva Central e das Assembléias Gerais, do Conselho Nacional de Estatística. Mas, cedo ou tarde, essas autocríticas perderam a unidade e tomaram os matizes de grupos; houve formas e formas, nas divisões, e algumas foram desastrosas. A maior crise viria com *Polli Coelho*, da qual falaremos bastante adiante, por ora, valerá realçar algumas palavras da saudação que lhe dirigiu *Teixeira de Freitas*, quando assumia a direção do IBGE (seu segundo presidente)[110]:

> ... a construção que Juarez Távora esboçou em 1933 e Macedo Soares lançou em 1936. Seguros eram os seus alicerces; excelentes os moldes. E os seus "princípios", a sua "alma", não ocorrendo desvirtuamento, resistiram a todas as críticas, a todos os embates, a quaisquer peripécias e vicissitudes, que não faltariam por certo a um cometimento de proporções e características inéditas na América – ou no mundo, poderia talvez dizer. A empresa estava talhada para desafiar o tempo, as incompreensões e os apetites – de pessoas ou de grupos – que não hesitam em sacrificar as maiores realizações, quando estas só têm por objeto o verdadeiro interesse da coletividade.
>
> Mas a instituição, se desafiava o tempo, não poderia suprimi-lo. Decorridos quinze anos, estava ainda, não podia deixar de estar – a não ser que se houvesse tornado um corpo sem alma, precocemente mumificado e enfaixado numa "perfeita" regulamentação – em fase de grande vitalidade e exuberante crescimento. Procurava ainda, laboriosa e vigilantemente – esta é a verdade –, os moldes melhores para a ousada concepção política que consubstanciava, numa instabilidade natural mas perigosa, que lhe oferecia o flanco a investidas possivelmente fatais à sua verdadeira destinação política. Somente uma direção de grande prestígio e que lhe resguardasse a um tempo a integridade da obra já realizada e a continuação do trabalho de expansão que haveria de revelar todas as virtualidades do sistema, – somente esse pulso prudente mais firme, poderia desviar os perigos que ameaçavam o audacioso sistema (INSTITUTO..., 1951, p. 246, grifo nosso)

Ou seja, tinha-se presente os problemas. Faltava muito por fazer, face às imensas tarefas em curso. Houve e haveria "pedras no caminho", no dizer de *Teixeira de Freitas*, por certo lendo *Drummond*. Que viessem as reformas, eis o apelo feito em alto e bom som; contudo, que não fosse ignorado o caminho trilhado, que não viessem levianas refundações. Mas veio a crise *Polli Coelho*, que deixou vítimas, sobretudo,

[109] Na biblioteca da unidade jurídica no IBGE, existem inúmeros pareceres de diferentes Consultores Gerais da República, sobre a aplicação de legislação federal ao IBGE.

[110] Teixeira de Freitas falou como Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística. Nesse discurso fez flagrante exaltação a Macedo Soares, a quem se refere várias vezes.

desgostos profundos em *Teixeira de Freitas*. Ao incêndio seguiu-se a fumaça, e ele, atento, assim falou ao se tornar membro da Sociedade Brasileira de Geografia:

> Há necessidade, pois, seja proclamado por quem tiver autoridade para tanto, que não está errada em ponto algum a estrutura atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Haverá nela é natural, inúmeros aperfeiçoamentos que devem ser introduzidos pouco a pouco, coerentemente com os seus justos princípios cardeais. Nas suas linhas essenciais, é fácil verificá-lo, não há nada que mudar, mas muito que realizar ainda. [...] O perigo imediato a afastar é a transferência do Instituto "para a jurisdição" de um Ministério, tal como, em virtude de um lapso lamentável, estabelece a projetada "reforma administrativa". Como um sistema intergovernamental de serviços geográficos e estatísticos, que pertencem simultaneamente como não podem deixar de pertencer, à União, aos Estados e aos Municípios, o Instituto possui, nitidamente, inconfundível caráter nacional, que ultrapassa o campo de jurisdição de qualquer Ministério a que fosse erradamente subordinado. Dar a um Ministério jurisdição exclusiva sobre ele, seria negar a jurisdição que também cabe, por sua própria natureza, estrutura e destino, a todos os demais, bem assim aos Estados e aos Municípios. Jurisdição coletiva, essa, que é exercida por intermédio dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, nos quais se fazem representar todos os Governos. Seria dar a um órgão da administração federal o direito de intervir em todos os Ministérios, e também no exercício de funções governativas que pertencem por igual aos Estados e Municípios. Tais funções não podem ser transferidas à União, porque isto seria indébita "intervenção federal". E ainda menos por ato unilateral da mesma União, o que seria manifestamente anticonvencional e anticonstitucional. Demais disso o Instituto é uma organização *sui generis*. Resulta de formais compromissos entre a União e as Unidades Federadas. Tais compromissos, firmados que foram solenemente, na Convenção Nacional de Estatística, assentaram de maneira iniludível a autonomia do sistema, expressa na subordinação direta ao Chefe da Nação, em virtude do livre assentimento dos Governos Compactuantes. Tal qual, aliás, está implícito na lógica das atividades do sistema estatístico-geográfico brasileiro, e tão ajustadamente corresponde, completando-o, ao alvitre de criação, no mesmo projeto da Reforma Administrativa do Conselho de Organização e Planejamento, diretamente subordinado ao Chefe de Governo. É mister que a atual subordinação prevaleça, porque ela é a chave de abóbada do sistema. Sem ela, a instituição se desvirtuará totalmente, deixando, a mais disso, atingindo um delicado ponto de ética política, uma vez que, dessa forma, a União estará denunciando, por ato unilateral, a Convenção Nacional de Estatística, não mais levando em conta os compromissos ali expressamente assumidos, aliás, independentemente de qualquer previsão de denúncia da sua parte (M. A...., 1953, p. 206, grifo nosso).

Com o tempo, antes que um órgão paralelo ao planejamento, como sugeria *Teixeira de Freitas*, o IBGE seria um órgão subordinado ao planejamento, e ao se respectivo ministério; em 1967 terá seu estatuto jurídico mudado, passando a Fundação. Nesse instante, o sistema estatístico, como até então existia, recebia um golpe de morte; embora seguisse presente nos discursos, na prática deixava de funcionar. De um sistema nacional, na verdade, torna-se um sistema federal; nessa mudança, a atividade estatística regional (nos estados e nos municípios) será deixada ao abandono (mas isso, não é para agora, sendo matéria do próximo volume).

Luiz Simões Lopes: um "ibgeano" no Palácio do Catete

Por Alexandre de Paiva Rio Camargo

Uma das infindáveis revelações desta pesquisa sobre a história das estatísticas dá conta de que o enlace entre Luiz Simões Lopes (1903-1994) e o IBGE é muito mais venturoso e substancial do que tem atribuído a tradição. Antigo conhecido de Teixeira de Freitas, desde que este assumira a Diretoria de Estatística, Informações e Divulgação do ministério da Educação e Saúde, Simões Lopes parece ter adotado como sua a idéia de criação de um órgão que coordenasse os trabalhos estatísticos do País. Mais: juntamente com Juarez Távora, manobrou nos bastidores para acelerar o estabelecimento da entidade e para consagrar a sua estrutura administrativa especial.

Teixeira parece ter acionado Simões Lopes com freqüência, para garantir a realização de sua maior empresa pessoal, o IBGE. Ressentindo-se da falta de estrutura adequada à criação de um órgão nacional de estatística, Teixeira apelou a Juarez Távora, então Ministro da Agricultura, fazendo-o ver o quão precária era a situação das estatísticas de produção. O próprio ministério sentia-se insatisfeito com elas, já que não ensejavam qualquer ação de governo. Percebendo com clarividência a oportunidade que se lhe apresentava, Teixeira de Freitas, diante da flagrada desordem cabal do sistema estatístico, fez de Juarez um fiel aliado nos escalões do poder para dar corpo ao Instituto. O próximo passo seria a formação de uma comissão inter-ministerial, com fins de elaborar extenso e minucioso relatório, evidenciando os desarranjos de nossa estatística. A insuficiência, sugeria o relatório, deveria ser suprida com a imediata criação do Instituto. O relatório, porém, extenso e rico em preciosismo técnico, dificilmente chegaria às mãos do destinatário, o presidente Getúlio Vargas. O mais provável é que o projeto de lei arquitetado pela comissão ficasse perdido em palácio, entre as pilhas de papéis e de ofícios recebidos e expedidos, preterido em relação a medidas urgentes, de difícil trânsito no regime constitucional (aproximava-se já o término do governo provisório).

Eis que surge o vulto de Simões Lopes, cujas intervenções mudariam o curso da história da estatística. Na primeira delas, destacou o projeto do limbo de papéis em que se encontrava e, com a assessoria de Teixeira de Freitas, deu-lhe feições mais reduzidas e transparentes para a correta apreciação de um olhar mais pragmático como o do chefe da República. Em seguida, facilitou o acesso do sucinto relatório ao presidente, obtendo grande êxito na empreitada. Triunfando a fórmula da cooperação interadministrativa, foi assinado o Decreto nº 24.609, a 6 de julho de 1934, prevendo a criação do Instituto Nacional de Estatística. A despeito da proteção legislativa, o Instituto carecia da efetivação prevista em lei. O quadro era bastante desfavorável à instalação da entidade, como nos mostra o discurso de Macedo Soares:

> De tropeço em tropeço o impulso nacional foi-se amortecendo, e aquela lei – a grande lei da estatística brasileira – já era tida e havida como letra morta. De nada teriam valido os esforços do Itamaraty para galvanizá-la, apelando para as pressões que recebia do exterior no sentido de conseguir uma expressão numérica satisfatória para a vida do país, e por meio de cujas tabelas tivesse o Brasil uma representação condigna nos trabalhos internacionais de estatística. Ainda uma vez mais de modo decisivo, e ainda uma vez de maneira espontânea, vos pusestes em campo e vos tornastes o paladino da grande idéia. Não havendo recursos orçamentários disponíveis nem local adequado em nenhuma dependência ministerial, para a instalação do Instituto, tomastes a iniciativa de expor a situação ao chefe do governo. [...] foi preparada a instalação do Instituto no ambiente mais confortável e faustoso possível, no próprio palácio presidencial. [...] Os primeiros passos de uma organização como o Instituto haveriam de ser necessariamente difíceis, encontrando a cada instante mil tropeços, e resistências – ativas ou passivas – não pequenas. Para conduzi-los sem derrotas em meio às incompreensões, aos imperativos de economia [...] era preciso que uma forte autoridade lhes fosse abrindo o caminho. A do ministro do exterior que o presidia nem sempre seria suficiente. Muitas vezes foi preciso que se fizesse sentir a do senhor presidente da república. Mas para estudar, preparar e decidir esta intervenção não bastavam as conferências normais do ministro com o chefe do governo. Tornava-se mister que certas intervenções mais delicadas fossem cuidadosamente preparadas por um oficial do gabinete da presidência que estivesse a par de todos os assuntos e estudasse com cuidado as soluções possíveis, facilitando ao presidente as decisões. E aí, nesses passos difíceis, fez-se sentir sempre, e sempre vitoriosamente, a assistência devotada de Luiz Simões Lopes (NO 5ª ..., 1968, p. 78-80).

A inspirada figuração de Macedo é lapidar. Apesar do esforço de uniformização das estatísticas, levado a cabo pela comissão do Conselho Federal de Comércio Exterior, especificamente nomeada para este fim e presidida pelo então chanceler Macedo Soares, tudo concorria para esvaziar por completo a letra da lei fundadora do Instituto. A atuação decisiva do à época chefe do gabinete da presidência da República obteve duplo sucesso. Por um lado, conseguiu que o órgão fosse diretamente subordinado à presidência, sem estar vinculado a qualquer ministério, como exigia o princípio de cooperação interadministrativa entre os níveis de poder. De outro lado, convenceu Vargas, com a proximidade de que gozavam sua pessoa e seu cargo, a abrigar a entidade em sua própria casa, o Palácio do Catete. Nascia o Instituto Nacional de Estatística, sob a égide da feliz imagem projetada por Getúlio Vargas e tornada possível pela ação incansável de Simões Lopes: “Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhe dei a minha casa e o meu ministro” (2ª..., 1968, p. 44-45).

Imediatamente após as emblemáticas palavras de Getúlio, realizou-se, na tarde do mesmo 29 de maio, a primeira reunião da Junta Executiva do INE, formada pelo presidente Macedo Soares e pelos “membros natos” Mário Augusto Teixeira de Freitas, Leo de Affonseca, Joaquim Licinio de Souza e Almeida, Heitor Bracet, Rafael Xavier e Oswaldo Costa Miranda. A ata da reunião sublima, sem qualquer hesitação, a participação de Simões Lopes na elaboração do decreto de criação e na instalação fundadora do Instituto. O último assunto em pauta, celebrando o encerramento da sessão, é sintomático:

> Por fim, o Sr. Presidente propôs que os presentes o acompanhassem ao gabinete de trabalho do Dr. Luiz Simões Lopes, afim de significar a este o apreço da Diretoria do Instituto e a gratidão da estatística brasileira pelo valor, tenacidade e patriotismo com que advogou a causa do Instituto e obteve o triunfo desejado, conseguindo, ou melhor, promovendo a integração do mesmo, depois de ter atuado decisivamente em benefício da sua criação. Sendo por todos aplaudida a proposta do Sr. Presidente, determinou este que o registro da ocorrência fosse reproduzido em documento autêntico e enviado com ofício ao homenageado. Em seguida, se dirigiram em bloco ao gabinete do Dr. Luiz Simões Lopes, a quem comunicaram, calorosamente, o desígnio daquela visita coletiva (DOCUMENTAÇÃO ..., 1968, p. 41-42).

A homenagem e a deferência a Simões Lopes nos induzem a afirmar que se é verdade que o braço político de Macedo Soares deu sustentação às propostas do IBGE, até sua efetivação na presidência da Casa, quem cumprirá o papel fundamental de agenciador das demandas do Instituto junto a Vargas é Luiz Simões Lopes. E sua contribuição, defendemos, não se limitou aos elos afetivos que tinha com Teixeira de Freitas, a dar concreção política aos seus apelos e às suas idéias. Tudo indica que a cessão da residência presidencial foi iniciativa e sugestão de Lopes, persuadindo Getúlio de que o gesto seria de um simbolismo político sem paralelo, favorável à propaganda do governo. Não seria difícil imaginarmos que Teixeira teria recebido a notícia com perplexidade. Agradável surpresa era aquela, que marcava tão bem os desígnios que antevia para o Instituto, sua criação.

Não seria difícil encontrarmos o vulto de Simões Lopes em todo o período ulterior, nos chamados anos heróicos e de consolidação. O próprio Macedo reconhece, no primeiro trecho que destacamos, que o seu trânsito na esfera política nem sempre fora suficiente para vencer as enormes dificuldades de ajustamento do sistema estatístico-censitário à configuração continental de nosso país. Neste sentido, a atuação de Lopes foi inolvidável, fazendo as vezes de articulador das propostas do Instituto. Vejamos alguns exemplos.

Foi Simões Lopes quem conseguiu o aumento das verbas destinadas ao Instituto e facilitou o financiamento do Recenseamento Geral de 1940. Do mesmo modo, sua contribuição foi capital na manutenção da organicidade administrativa do IBGE e do seu estatuto jurídico "dotado de autonomia financeira no seu conjunto, na sua personalidade jurídica como órgão de alguma sorte paraestatal", conservando o "pacto político" entre União, Estados e Municípios sacramentado na Convenção Nacional de Estatística. A razão de ser da instituição, "a manutenção integral dos foros, dos privilégios e da liberdade de movimento", chave da eficiência alcançada pelo Instituto, "a intangibilidade dos princípios institucionais e estatutários", segundo Macedo Soares, "devemo-lo ao espírito lúcido e patriótico do presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, que compreendeu o sentido da nossa obra, os superiores imperativos da sua missão, a *sacralidade* do princípio de autonomia decorrente necessariamente da inter-vinculação política das três ordens de governo" (NO 5º..., 1968, p. 80-81).

Ainda acorde com a preservação do princípio de cooperação entre os níveis de administração, novamente a ação de Simões Lopes se mostraria inestimável. No episódio de federalização dos serviços gráficos da União, ele interveio para manter a tradição do ramo estatístico, no recebimento e prestação das informações, ao "conservar as oficinas gráficas nas diretorias ministeriais de estatística" (NO 5º..., 1968, p. 82), garantindo para o IBGE a continuidade do seu serviço gráfico central.

Outra invectiva de Simões Lopes, ainda segundo Macedo Soares, se deu no sentido de efetivar a proposta de "elevação do padrão de remuneração dos diretores das repartições centrais de estatística" e da constituição "do sistema de Serviços Geográficos Nacionais como ala integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", especialmente "ao induzir nos conselhos do Governo" (NO 5º..., 1968, p. 83).

Seu apoio incondicional estendeu-se ao chamado "ideário cívico", conjunto de reformas de base proposto pelo Instituto para o desenvolvimento social do País, tema do capítulo 11. Lopes teria devotado seu empenho para promover as campanhas lançadas pelo IBGE. Nas diretrizes de rejustamento dos quadros nacionais e de ocupação do território, como em tudo o mais, teria havido de sua parte "uma atitude de simpatia, de compreensão e de encorajamento" (NO 5º..., 1968, p. 85).

Enfim, as intervenções de Luiz Simões Lopes longe de serem meramente pontuais, como se tem convencionalmente aceito, nos desvelam uma verdade um tanto desconhecida. O homem forte de Getúlio Vargas e eminente administrador público foi, afinal, tão ou mais importante que Juarez Távora nas fases preliminares à criação do IBGE. Foi figura chave nas articulações de Teixeira para substantivar seu instante idealismo. Sem ele, certamente o projeto do órgão se perderia ou ganharia forma num futuro mais tardio. Sem ele, com certeza, o ato de criação da entidade não seria revestido da *grandeur* que efetivamente teve. Não poderia contar o Instituto, ainda, com a contemplação que logrou para suas demandas, muitas das quais vitais para a conservação de suas funções e natureza. Pela responsabilidade que assumiu na concepção do órgão e pela sustentação contínua que deu às suas carências, em anos de instabilidade e consolidação, Luiz Simões Lopes revela-se um dos mais preclaros pioneiros do IBGE.

Na linha dos perfis biográficos, ver no
CD-ROM que acompanha este volume o texto:
Renato Americano, pai e filho: a excelência do Serviço
Gráfico em duas gerações, por Marco Santos.

Convenção Nacional de Estatística: a “Carta Magna”, a “Pedra Angular” da Estatística brasileira

Capítulo 03



Centro do Rio de Janeiro, no final da década de 1930, antes da abertura da Avenida Presidente Vargas a partir da Igreja da Candelária (que aparece no canto esquerdo, junto ao mar). Foto: Malta.

A efetiva operação do Instituto Nacional de Estatística, após a posse de *Macedo Soares*, dando forma ao sistema nacional de estatísticas, para e pela federação, exigia um acordo das partes, as esferas federal, estadual e municipal, cedendo direitos, e assumindo obrigações, em expressões voluntárias de vontades. Devia haver um pacto livre entre as partes, como viria da Convenção Nacional de Estatística[111].

Seu grande mentor, e animador, vinha sendo *Teixeira de Freitas*. Como nunca, estará presente nos momentos nevrálgicos da Convenção: a preparou, a conduziu, a concluiu. Não deixou perder-se nos debates a essência do seu sonho maior, como diria mais tarde, um sonho que parecia impossível. Lutava, sem trégua, sem se entregar ao cansaço; lutava, quando seria fácil ceder, num misto de Quixote e Quetelet.

Com seu sucesso, ganhou o Brasil, que passou a ter sua população, sua sociedade, seu território retratados nas estatísticas e nos traços dos mapas, de modo contínuo e sistemático, como jamais tivera até aquele instante. O documento resultante da Convenção Nacional de Estatística foi um divisor de águas: "carta magna" ou "pedra angular" da estatística brasileira.

Em novembro de 1955, passados quase 20 anos, *Macedo Soares*, na volta ao IBGE[112], ao tomar posse, ainda daria relevo à prática das convenções. A realça como "fórmula original", como "audaciosa inovação".

> A fórmula da cooperação interadministrativa, que o IBGE consubstancia, constituiu uma audaciosa inovação nos quadros da ação governamental. E justamente por ser uma fórmula original exigiu, de início, um longo trabalho de persuasão e esclarecimento, destinado a conquistar o apoio e a simpatia de todos os que a ela se opunham, por desconhecerem as suas magníficas virtualidades.
>
> Contudo, os obstáculos que se apresentaram à ação do IBGE foram admiravelmente vencidos, graças ao ímpeto idealista e à inquebrantável pertinácia dos pioneiros, dentre os quais quero ressaltar o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas, a cujo patriotismo e espírito apostolar devem ser rendidas todas as homenagens. À medida que se iam evidenciando as vantagens do sistema instituído, através, sobretudo, de iniciativa e realizações do maior alcance e importância, no campo da estatística e da geografia, mais se consolidava o prestígio do Instituto, quer nos círculos administrativos, quer perante as forças da opinião (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 389-390, grifo nosso)

111 A Convenção será referida na história em dois sentidos. Um, como um evento, uma reunião, como tal, sendo passageira. Outro, como um documento decorrente daquela reunião, como tal sendo permanente.

112 Nesse segundo tempo, a convite do Senador Nereu Ramos, no exercício da presidência da República (em tempo de fortes crises), Macedo Soares ficará na presidência apenas seis meses, de novembro de 1955 a maio de 1956. Sucedia a Elmano Cardim, indicado por Café Filho, depois do suicídio de Vargas, e será sucedido por Jurandyr Pires Ferreira, indicado por Juscelino Kubitschek.

Desde há tempos, o sucesso da Convenção, na regulação da atividade estatística, levaria *Teixeira de Freitas* a sugerir seu uso geral e amplo, como a solução possível a inúmeros problemas brasileiros. Realçava suas virtualidades.

> Tanto a obra educacional como a sanitária carecem de ser orientadas por diretrizes de significação nacional e conducentes a uma ampla coordenação e sistematização das atividades que lhes disserem respeito, sejam quais forem os âmbitos de autoridade autônoma a que estas mesmas atividades estiverem submetidas. No que excede a competência do governo federal, cumpriria que tais diretrizes e processos de sistematização resultassem de um acordo prévio entre os governos co-interessados, e sua execução deveria ter lugar por força e por obra de "convenções nacionais", do tipo da que instituiu o grande organismo que é hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aliás, essas convenções – tem-no demonstrado os nossos trabalhos – seriam aconselháveis em todos aqueles campos administrativos em que coexistirem, necessariamente, as iniciativas autônomas das três ordens administrativas. São eles pelo menos – além do da estatística e dos dois outros já citados – o que entende com a construção e conservação da rede rodoviária e o que visa estabelecer uma coordenação nacional das medidas de fomento econômico. (FREITAS, 1941, p. 94, grifo nosso).

Em 1945, essa idéia seria posta na resolução conjunta dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, e da Comissão Censitária Nacional. Eis o § 7º, do capítulo I, sobre "a estrutura e as atividades do Instituto em geral":

> A natureza federativa do Instituto, como imperativo decorrente do sistema político que preside a vida da Nação Brasileira, constituiu a fórmula eficaz e única para corrigir a dispersão de esforços e a falta de unidade administrativa que o próprio regime federativo e a autonomia municipal acarretavam para os serviços de geografia e estatística.
>
> Sendo tais serviços da competência simultânea de três ordens de governos autônomos entre si, não poderiam, sem contrariar as normas constitucionais, erigir-se em sistema, sob definida unidade orgânica, nem pela sua regulamentação em leis federais, nem tão pouco como resultado da ação de um simples órgão de natureza consultiva.
>
> A vinculação convencional da União, dos Estados e dos Municípios, para estabelecerem um sistema único abrangente dos respectivos serviços de Geografia e Estatística, corresponde praticamente ao que dessa articulação faziam esperar os aludidos postulados teóricos.
>
> A experiência, assim, oferece ao Governo da República um recurso novo e de eficácia comprovada, para enfrentar as dificuldades decorrentes do tríplice paralelismo de atividades em vários e importantes outros setores administrativos em que coexistem as competências das três órbitas de Governo, tais como sejam, rodoviação, o fomento agrícola, a educação popular e a arrecadação tributária (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 292, grifo nosso).

Decisão de Estado, a convocação da Convenção

Para completar a organização do Instituto Nacional de Estatística, em 7 de julho de 1936, pelo Decreto nº 946 promovia-se a realização da Convenção Nacional de Estatística, que teria início a 27 de julho[113]. Seu contorno resultaria do mecanismo

[113] Nos termos do Art. 10 do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, deveria ocorrer até 29 de novembro, seis meses a partir da considerada instalação do Instituto, a 29 de maio com a posse de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores, na sua presidência.

convencional, pela "livre determinação dos Governos que o vão instituir, levando-se em consideração suas prerrogativas e competências constitucionais, bem como o uso da faculdade outorgada pelo art. 9º da Constituição"[114].

Queria-se, sobremodo, conformar o Conselho Nacional de Estatística, tido "como órgão de direção superior do sistema federativo formado pelo Instituto", a ele filiando de imediato os órgãos regionais de estatística. Contudo, nos termos do decreto, queria-se muito mais, revelando uma percepção abrangente da atividade estatística:

> Considerando que, por outro lado, a esses objetivos se juntam, de modo fundamental, os que se referem a determinadas providências, iniciativas e normas tendentes a remover embaraços, ou criar condições essenciais de êxito às atividades dos serviços estatísticos, quais sejam principalmente as que dizem respeito à normalização da divisão territorial e ao conhecimento do âmbito geográfico das suas circunscrições; à eficiência e melhor aproveitamento dos registros públicos; à generalização do uso, no país, do sistema métrico decimal; à obrigatoriedade das informações estatísticas; à concentração de esforços necessária ao efetivo levantamento das estatísticas agrícolas e do comércio interestadual; à regularização das publicações estatísticas e à vulgarização dos seus dados em exposições periódicas; à mútua assistência entre os serviços cooperativamente ligados ao Instituto; à sistematização das operações censitárias; à criação, ao menos nas capitais, dos cadastros predial e domiciliário; à uniformização fundamental das estatísticas financeiras estaduais e municipais; e ao provimento dos recursos orçamentários requeridos para a execução da Convenção (Grifo nosso).

O decreto trazia a agenda da Convenção. De modo amplo, o que quer que afligisse a atividade estatística brasileira, que a embaraçasse, assombrasse e emperrasse, em seu cotidiano, era posto em debate. Tinha-se clareza do objetivo, qual seja, a criação de um sistema estatístico federativo, em que a dimensão nacional seria alcançada pela cooperação voluntária das três esferas políticas: federal, estadual e municipal.

Caberia ao Presidente do Instituto Nacional de Estatística convocar os delegados convencionais. Os estados deviam fazer-se representar por "uma alta autoridade da sua administração", de preferência por um dos seus Secretários de Estado, "ou, não sendo isto possível, por um dos membros das respectivas bancadas parlamentares", como seja, em qualquer situação, com seus poderes expressos em suas credenciais.

Em relação ao resultante instrumento convencional, do seu Art. 8º chegou-se ao cap. II, tratando do Governo Federal; do seu Art. 9º chegou-se ao cap. III, tratando dos Governos Regionais; do seu Art. 10 chegou-se ao cap. IV, tratando de ambos os governos. O cap. I atendia ao espírito do decreto ao delinear o Conselho Nacional de Estatística; o cap. V, imprevisível, seria fruto do espírito dos delegados.

Em 20 de julho, em reforço essencial, *Getúlio Vargas* pede o apoio das autoridades federativas, enviando-lhes uma circular, na qual realça o sentido da Conven-

114 Art. 9º da Constituição da República, de 16 de julho de 1934: é facultado à União e aos Estados celebrar acordos para a melhor coordenação e desenvolvimento dos respectivos serviços, e, especialmente, para a uniformização de leis, regras ou práticas, arrecadação de impostos, prevenção e repressão da criminalidade e permuta de informações.



Palácio do Itamaraty, [s.d.].

ção[115]. Ao se querer implantar uma coordenação cooperativa da atividade estatística, sem essa visão e atuação políticas, seria impossível alcançar-se êxito. Sem esse poder-fazer, de nada valeria o saber-fazer que *Teixeira de Freitas* detinha à grande; o poder-fazer, *Vargas* agora dava, pelas mãos de *Macedo Soares* e outros, como antes dera pelas mãos *de Juarez Távora* e de *Francisco Campos*. Eis o teor da circular[116]:

> As notícias que me chegam diariamente sobre a acolhida que estão merecendo de todas as Unidades da Federação as primeiras iniciativas do Instituto Nacional de Estatística, preparatórias da realização de seu elevado programa e, principalmente, sobre a cordial aceitação do convite do Governo Federal, para participarem todos os governos regionais da Convenção Nacional de Estatística, que se reunirá ainda este mês, me trouxeram a animadora certeza de que foram bem compreendidos os meus propósitos de promover a coordenação, dentro da força contratual, dos serviços estatísticos brasileiros, em benefício dos vitais interesses comuns às nossas três esferas governativas. Antes, porém, do início dos trabalhos da Convenção, a cuja instalação presidirei[117], desejo encarecer a todos os governos convidados para a reunião convencional alguns pontos que reputo essenciais e que pedem solução imediata. O primeiro é que os delegados à Convenção devem ter poderes amplos para vincular os respectivos governos aos compromissos que forem julgados liquidamente necessários à reorganização e integração do sistema estatístico brasileiro, mesmo que alguns desses compromissos importem em corajosas inovações ou exijam solicitação oportuna de recursos especiais ao Legislativo. Outro ponto é que os esforços do Instituto sejam secundados, vigorosamente, pelos governos regionais, no sentido de conseguir-se, ainda este ano, dos governos dos municípios a criação das respectivas agências municipais de estatística. O terceiro ponto, finalmente, consiste na ação persuasiva dos governos estaduais junto aos prefeitos municipais, afim de que estes façam organizar com urgência o trabalho cartográfico por agora possível, ainda que rudimentar, sobre o território dos seus municípios, destinado tal trabalho a ser incluído entre os elementos de sua participação na Exposição de Estatística e Educação, que se instalará nesta Capital em 20 de dezembro, sob o patrocínio do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística[118]. Sendo patente o extraordinário alcance, do concurso que, por essa tríplice forma, meu governo deseja obter do espírito de cooperação dos governos da unidades federadas, aguardo uma resposta de V. Excia. na expectativa de que possa contar com o seu afirme e decisivo apoio, para a consecução dos objetivos expostos. Atenciosas saudações. Getúlio Vargas. Palácio do Catete, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1936 (Grifo nosso).

115 Dá para sentir a redação de Teixeira de Freitas, naquela circular.

116 Esta circular integra o acervo da Memória Institucional do IBGE.

117 Ao fim e ao cabo, não a presidirá, por conta de seus muitos compromissos. Mas o ter dito que o faria, por certo ajudava na escolha dos delegados convencionais.

118 Esta exposição era uma das meninas dos olhos de Teixeira de Freitas, ele que estava à frente da elaboração das estatísticas da educação e correlatas, no Ministério da Educação e Saúde Pública.

A realização da Convenção, um exercício de diplomacia[119]

A sessão inaugural, com grande solenidade, foi realizada às 21 horas de 27 de julho de 1936, na sala de conferências do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, cujo titular, *Macedo Soares*, também presidia o Instituto, e, como tal, cabendo-lhe a presidência da Assembléia Convencional. Naquele mesmo dia, às dez horas, na sala de leitura do mesmo palácio dera-se a sessão preparatória, sendo recebidas as credenciais dos delegados federais e estaduais, e que foram os seguintes (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1936]):



Heitor Bracet, [s.d.].

Delegação Federal:

1. José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores e Presidente do Instituto Nacional de Estatística, bem como, da Assembléia Convencional.

2. Heitor Bracet, Diretor de Estatística Geral, representando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

3. Leo d'Affonseca, Diretor de Estatística Econômica e Financeira, representando o Ministério da Fazenda.

4. Luiz Joaquim da Costa Leite, Encarregado do Expediente do Departamento de Estatística e Publicidade, representando o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

5. Rafael da Silva Xavier, Diretor de Estatística Produção, representando o Ministério da Agricultura.

6. Mário Augusto Teixeira de Freitas, Diretor de Informações, Estatística e Divulgação, representando o Ministério da Educação e Saúde Pública.

7. Joaquim Licínio de Sousa Almeida, Presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas, representante do mesmo ministério.



Comandante Manuel Ribeiro Espíndola, [s.d.].

8. Tenente Coronel **Custódio dos Reis Príncipe Júnior**, representando o Ministério da Guerra.

9. Comandante **Manuel Ribeiro Espíndola**, representando o Ministério da Marinha.

10. Cônsul **Paulo Vidal**, representando o Ministério das Relações Exteriores

11. Desembargador **Alberto Diniz**, representando o Território do Acre.



Alberto Diniz, [s.d.].

119 Todas as citações desta seção são oriundas da publicação: CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Atas da Convenção Nacional de Estatística**. [Rio de Janeiro: IBGE, 1936]. Manuscrito.

Delegações das Unidades da Federação:

1. Cassiano Machado Tavares Bastos, Diretor do Gabinete do Prefeito do Distrito Federal, como Delegado do mesmo Distrito.[120]

2. José de Castro Azevedo, Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, como Delegado do mesmo Estado.

3. Deputado Federal **Alexandre Carvalho Leal**, como Delegado do Estado do Amazonas.

4. Álvaro Navarro Ramos, Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, como Delegado do mesmo Estado.

5. Rui de Almeida Monte, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, como Delegado do mesmo Estado.

6. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, como Delegado do mesmo Estado.

7. Benjamim da Luz Vieira, Secretário Geral do Estado de Goiás, como Delegado do mesmo Estado.

8. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, antigo Diretor Geral de Estatística do Brasil, como Delegado do Estado do Maranhão.[121]

9. Firmo Dutra, como Delegado do Estado de Mato Grosso.

10. Israel Pinheiro, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, como Delegado do mesmo Estado.

11. Leopoldo Pena Teixeira, Diretor Geral de Agricultura do Estado do Pará, como Delegado do mesmo Estado.

12. Celso Mariz, Secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, como Delegado do mesmo Estado.

13. Deputado Federal **Francisco Pereira**, como Delegado do Estado do Paraná.

14. Lauro Bezerra Montenegro, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, como Delegado do mesmo Estado.

15. Deputado Federal **Agenor Monte**, como Delegado do Estado do Piauí.

16. Fidelis Sigmaringa Seixas, antigo Secretário do Trabalho do Esado do Rio de janeiro, como Delegado do mesmo Estado.

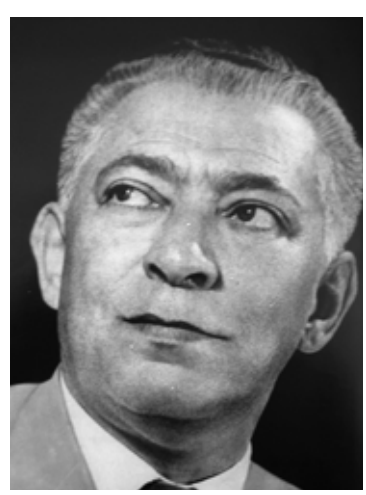
17. Senador Federal **Joaquim Inácio de Carvalho Filho**, como Delegado do Estado do Rio Grande do Norte.



Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, [s.d.].



Israel Pinheiro, [s.d.].



Fidelis Sigmaringa Seixa, [s.d.].

120 Antes, fora chefe de seção da antiga Diretoria Geral de Estatística.

121 Antes, e por cerca de 20 anos, fora o Diretor Geral da Diretoria Geral de Estatística. Sua nomeação ocorreu em 25 de julho de 1936, por ato do Interventor no Maranhão, Major Carneiro de Mendonça. (Essa referência nos foi passada por José Reinaldo Barros Ribeiro Júnior, técnico do IBGE/MA). Curiosa essa escolha, já que, ao que nos consta, Bulhões Carvalho não tinha elo com o Maranhão. Os estados podiam fazer-se representar por algum de seus secretários ou por algum de seus parlamentares.


Raul Pilla, [s.d.].

18. Raul Pilla, Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, como Delegado do mesmo Estado[122].

19. Celso Fausto de Sousa, Secretário da Fazenda e Agricultura do Estado de Santa Catarina, como Delegado do mesmo Estado.

20. Luiz Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, como Delegado do mesmo Estado.

21. Senador Federal **Augusto César Leite**, como Delegado do Estado de Sergipe.


Celso Mariz, [s.d.].

De pronto, foi apresentado à assembléia o anteprojeto de Convenção, dado pela Junta Executiva do Instituto, a ser discutido na primeira sessão ordinária. Depois, tratou-se da sessão inaugural, sendo *Rafael Xavier* eleito para orar em recepção às delegações estaduais, as quais, para agradecerem e expressarem suas expectativas, elegeram como orador o representante de Pernambuco, *Lauro Bezerra Montenegro* (por indicação do delegado de São Paulo, *Luiz Piza Sobrinho*). Então, *Heitor Bracet* propôs que a assembléia convencional aclamasse o Presidente da República, *Getúlio Vargas*, seu presidente de honra, o que foi aceito por unanimidade. Para ir ao Palácio do Catete, levando o convite a *Getúlio Vargas*, o presidente *Macedo Soares* designou uma comissão: *Raul Pilla*, *Israel Pinheiro* e *Heitor Bracet*. Por fim, a ata da sessão registrou a presença no recinto do Governador do Estado do Paraná, *Manuel Ribas*, saudado por *Macedo Soares*, e aplaudido pelos presentes. Tendo que se retirar, para atuar como Chanceler, *Macedo Soares*, ao final da reunião, passou a presidência a *Raul Pilla*.


Agenor Monte, [s.d.].

Recebido o convite, *Getúlio Vargas* nomeou o General *Francisco José Pinto* seu representante, que ocupou lugar à mesa, ao lado de *Macedo Soares*, na sessão inaugural, naquele mesmo dia. Também estiveram presentes os Ministros do Trabalho, Indústria e Comércio, *Agamenon Magalhães*, e da Marinha, Almirante *Henrique A. Guilhen*, além de várias autoridades diplomáticas.[123] Abrindo os trabalhos, *Macedo Soares* focalizou "a significação extraordinária do acontecimento administrativo". Seguiu-se o discurso de *Rafael Xavier*, que tratou das condições das estatísticas brasileiras, "cujos destinos o Governo Federal, convocando a Convenção Nacional de Estatística, deliberadamente confiou à sabedoria e ao patriotismo dos Governos Regionais"; depois, como previsto, falou *Lauro Bezerra Montenegro*. Ato contínuo, sem ser previsto, *Macedo Soares* "concedeu a palavra ao Dr. *José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho*, ex-diretor da Diretoria Geral de Estatística e Delegado do Estado do Maranhão, que expôs os motivos por que aceitara a delegação e viera colaborar nos trabalhos da Convenção Nacional de Estatística", sem que tenha havido o registro

[122] Futuro paladino do parlamentarismo.

[123] O Ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, o Senador Cesário de Melo, o pensador Oliveira Viana enviaram telegramas justificando a ausência (conforme a ata da 1ª sessão ordinária, no dia seguinte).

de suas palavras, o que é lamentável. Por fim, ao final da sessão, *Macedo Soares* saudou a presença do Reitor da Universidade de Buenos Aires (sem haver seu nome na ata[124]), que, em breve oração, "enalteceu o papel da estatística num país de civilização acelerada como o Brasil" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1936]).



José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, [s.d.].

No dia seguinte, 28 de julho, às dez horas teve início a primeira de dez sessões ordinárias, a última tendo se dado em 9 de agosto. De novo foram vistos os poderes mediante documentos apresentados, teve início a sessão, com *Macedo Soares* passando a presidência da assembléia a *Bulhões Carvalho*, num gesto de grandeza e de merecida valorização aos seus bons serviços à estatística brasileira, ao longo de quase vinte anos. Ato contínuo, formaram-se as comissões de verificação de poderes, de imprensa e publicidade, de redação final. Cumprida essa formalidade, *Bulhões Carvalho* "fez considerações sobre os objetivos da Convenção, lendo e comentando trechos do programa da 1ª Conferência Nacional de Estatística[125] na sua parte geral e especial e concluiu por salientar que o fim mais restrito da Conferência visava, sobretudo, um aspecto prático e satisfatório para aquela ocasião" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1936]).

Depois, *Rafael Xavier* coloca em discussão o anteprojeto da Convenção, sendo ouvido *Teixeira de Freitas*, que o explicou em minúcias, "demonstrando, de maneira convincente, a sinceridade e a alta significação dos propósitos de cooperação com que o Governo Federal tomou a iniciativa de chamar os Estados para lhes confiar os destinos da estatística brasileira". E diz, com muita ênfase:

> ... à particularidade de que, longe de interferir na administração regional, a finalidade da Convenção é, antes de tudo e sobretudo, dar um conteúdo fecundo e construtivo à autonomia dos Estados, estabelecendo entre a União e as unidades federadas, de comum acordo, à luz de ampla discussão, laços de assistência mútua, de cooperação efetiva no campo da estatística, que é hoje universalmente um dos principais ramos da administração pública (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1936]).

Tavares Bastos pediu um voto de louvor a *Teixeira de Freitas* "pela clarividência com que se bate pela solução definitiva do problema da estatística brasileira, assim como pela substanciosa e convincente exposição que acabava de fazer". *Bulhões Carvalho* encampa "expressamente a proposta" e a submete à discussão, sendo aprovada por

[124] O Jornal do Comércio, de 29 de julho de 1936, refere-se à presença do "presidente da Junta de História e Numismática da Argentina", Dr. Ricarco Levene, na sessão inaugural.

[125] Essa conferência fora convocada para realizar-se em outubro de 1930, pelo próprio Bulhões Carvalho. Seu teor foi analisado no capítulo 24 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

unanimidade. Por fim, teve início o debate do anteprojeto, causando polêmicas, e, por isso, sendo enviado à avaliação da comissão de pareceres (*Leo de Affonseca, Rafael Xavier, Israel Pinheiro, Lauro Montenegro e Agenor Monte*).

Em 29 de julho, na 2ª sessão ordinária, *Teixeira de Freitas* fez voto de louvor a *Bulhões Carvalho*, "em consideração aos grandes serviços que a estatística [lhe] deve", e lamentou a ausência no noticiário

> das palavras com que o senhor doutor Bulhões Carvalho iniciou, na sessão de instalação, apreciações relativas à finalidade da organização estatística brasileira. Depois de historiar a evolução da estatística brasileira e da preparação dos elementos funcionais em que esta repousaria, salienta a preeminência das cogitações iniciais do doutor Bulhões Carvalho sobre a vida estatística nacional (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1936]).

Ao fim dessa sessão, por decisão dos presentes, foram transcritos três documentos importantes: a circular de *Getúlio Vargas* aos governos regionais dando conta da instalação do INE, a 29 de maio; matéria do *Jornal do Comércio*, de 29 de julho, elogiando a iniciativa da Convenção; por fim, a circular de *Getúlio Vargas* aos governos regionais, em 20 de julho (vista antes). Até aquele momento os aspectos sociopolíticos dominavam as discussões, o que era natural.

Na 3ª sessão em diante, a 30 de julho, contudo, os aspectos técnicos ganham realce, e vários delegados convocam assessores. Várias emendas ao anteprojeto são apresentadas; uma vem de *Bulhões Carvalho* e *Teixeira de Freitas* a comenta com especial atenção[126]. São todas enviadas à Comissão de Pareceres, que, pelo volume de trabalho, passa de cinco para nove membros, entrando *Cassiano Tavares Bastos*, *Carlos Fernando Monteiro Lindenberg*, *Alexandre Carvalho Leal* e *Firmo Dutra*.



Carlos Fernando Monteiro Lindenberg , [s.d.].

A 4ª sessão, a 31 de julho, traz vários debates técnicos, vários temas sendo postos por *Teixeira de Freitas*. Advogam, os convencionais, a organização do "cadastro predial e domiciliário", e votam por oficiar aos estados pedindo providências. Ao governo do Distrito Federal é sugerido reformar sua repartição de estatística, com vistas à próxima realização do recenseamento; essa medida, se tomada, "seria um verdadeiro monumento comemorativo do centenário natalício do grande prefeito Pereira Passos".[127] Invocam exemplos das cidades de Hamburgo e Barcelona, sem estarem relatados, infelizmente, na ata.[128] O anteprojeto continua em debate.

126 Infelizmente, seus conteúdos não foram registros nas atas.

127 Pereira Passos nascera a 29 de agosto de 1836, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Teixeira de Freitas ainda poderia ter lembrado os 30 anos de realização do Censo de 1906, no Distrito Federal, sob a inspiração de Pereira Passos, e sob o comando de Aureliano Portugal.

128 Talvez fossem experiências referidas apenas às estatísticas da população. Talvez também aos cadastros mencionados. Mas não se afaste serem experiências abrangentes, sobre a própria organização da atividade estatística. Infelizmente, a ata não deixa claro a questão.



Luiz Piza Sobrinho, [s.d.].

Em 1º de agosto, ocorre a 5ª sessão. Diversos delegados descrevem os órgãos estaduais de estatística. *Firmo Dutra*, do Mato Grosso, sugere que o Instituto Politécnico seja tornado o Instituto de Padrões, sendo anexado ao Instituto Nacional de Estatístico, que, assim, "tornar-se-ia a base do Ministério da Economia Nacional"; e diz achar que a organização estatística do Piauí seria padrão às demais. Outros falam, mas é São Paulo que, em especial ao prometer organizar de imediato os serviços estatísticos municipais, recebe uma "vibrante salva de palmas", por sua "magnífica organização estatística". Em sua fala, *Piza Sobrinho*, de São Paulo, rende distinta homenagem a *Rafael Xavier*, "a quem atribui o êxito estatístico de São Paulo", sem que isso seja explicado.[129]

A 6ª sessão ocorre a 4 de agosto. Começam a modificar o anteprojeto, não sem muitas discussões, e sempre com as avaliações da Comissão de Pareceres. Em 5, dá-se a 7ª sessão, prosseguindo a apresentação dos pareceres da comissão, cláusula a cláusula, logo sendo debatidos e aprovados. *Teixeira de Freitas* opina sobre os papéis dos agentes municipais de estatística e das juntas executivas regionais, "achando que os resultados plenos só virão depois de se educar sobretudo o espírito público para os interesses das estatísticas"; *Piza Sobrinho* concorda e o aplaude.

Na 8ª sessão, a 6 de agosto, as discussões das cláusulas, uma a uma, vão sendo fechadas. E consideram a ordenação do território; nesse tema, *Raul Pilla* sugere dever-se "interpretar como cidade todas as sedes de municípios e vilas todas as sedes de distrito de paz"; e tratam, também, do imperativo da nomenclatura administrativa. Nos dias 7 e 9, ocorrem as sessões 9ª e 10ª, fechando os trabalhos, dando corpo à Convenção Nacional de Estatística, desobrigando-se, dessa forma, os convencionais, "de maneira lisonjeira para o futuro da Estatística no Brasil". Às 21 horas de 9 de agosto ocorreria a sessão de encerramento, com a presença de inúmeras autoridades, com realce especial à presença de *Getúlio Vargas*, que presidiu a solenidade.

Naquele momento, fazia-se emergir um sistema estatístico, em suas duas vertentes constitutivas: na sua vertente organizacional, por via de uma federação de repartições; na sua vertente informacional, por via de uma coordenação consentida. O INE (que logo seria o IBGE) seria o centro de um sistema não centralizado, seria não um órgão federal, mas nacional, atuando ao mesmo tempo, em acordo de serviços, nas esferas federal, estadual e municipal. Iniciava um tempo todo novo.

A habilidade do diplomata *Macedo Soares* e a diligência de *Teixeira de Freitas*, ao fim e ao cabo, davam ao Brasil o instrumento convencional que, mais tarde, será dita a "a carta magna da estatística brasileira" (SOARES, 1945, p. 353), e a "pedra angular da estatística brasileira" (FREITAS, 1953, p. 380).

129 Essa fala, como está na ata, receberá, na nova sessão, ressalva de Rafael Xavier, ao dizer que "o muito e o esplêndido que São Paulo apresenta em organização estatística só poderia ser obra de seus técnicos".



Cerimônia de encerramento da Convenção de Estatística, presidida por Getúlio Vargas, [s.d.].

O sistema estatístico é configurado; o instrumento convencional

Em 11 de agosto, é assinado e publicado o Decreto nº 1.022, aprovando e ratificando a Convenção Nacional de Estatística, firmada pelos "delegados do Governo Federal e dos Governos das Unidades Políticas da Federação, para os fins expressos no Decreto n° 946, de 7 de julho". A presteza de sua aprovação vinha de querer-se promover de imediato "o funcionamento do sistema estabelecido para a plena coordenação dos serviços de estatística do País, de que é o referido Instituto o órgão nacional" (vale marcar: "órgão nacional").

O texto da Convenção era anexado ao decreto, tendo cinco capítulos: I Bases para a constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística (1ª cláusula), II Compromissos do Governo Federal (2ª cláusula), III Compromissos dos Governos Regionais (3ª a 27ª cláusulas)[130], IV Compromissos comuns a todos os Governos compactuantes (28ª cláusula), V Disposições gerais (29ª a 32ª cláusulas).

A Convenção garantia ao Conselho Nacional de Estatística, cabeça do sistema estatístico, "a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa, para o fim de eficiente coordenação no planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros". Seus órgãos chaves, a Assembléia Geral, a Junta Executiva Central, as Juntas Executivas Regionais, as Comissões Técnicas, tinham as seguintes competências:

> a) á Assembléia Geral, orientar e dirigir o Instituto, mediante deliberação direta ou delegação à Junta Executiva Central, exercendo ampla jurisdição técnica no que se referir a todos os serviços filiados, e gozando de autonomia administrativa quanto aos serviços cuja organização e movimentação forem confiadas ao mesmo Instituto, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934;
>
> b) à Junta Executiva Central, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral e resolver os casos omissos, *ad-referendum* da mesma Assembléia, sempre que o exijam a continuidade e boa ordem dos serviços do Instituto;
>
> c) às Juntas Executivas Regionais, cumprir e fazer cumprir as deliberações de caráter geral da Assembléia Geral e da Junta Executiva Central, e tomar as medidas necessárias à coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionais e municipais sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que for matéria privativa da economia interna dos respectivos sistemas;

130 A expressão "regional" referia-se aos Estados, ao Distrito Federal e ao Território do Acre.



Participantes da Convenção de Estatística na escadaria do Itamaraty, [s.d.].

> d) às Comissões Técnicas, estudar e projetar a sistematização técnica e os melhoramentos progressivos das estatísticas compreendidas nos respectivos programas, expondo as conclusões do seu trabalho em relatórios anuais à Junta Executiva Central, que os fará publicar e os submeterá com o seu parecer à Assembléia Geral (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936, p. 11-12, grifo nosso).[131]

A Assembléia Geral, órgão máximo do Conselho, devia reunir-se anualmente, iniciando suas sessões em 1º de julho; nessas ocasiões cabia-lhe definir o número das Comissões Técnicas, e para apoiá-las, podia designar Consultores de Estatística. E mais, cabia-lhe designar as estatísticas que seriam vistas como privativas dos órgãos federais e as que o seriam dos órgãos regionais; cabia-lhe conduzir a passagem aos órgãos regionais da produção das estatísticas que lhes fossem privativas e que ainda estivessem na competência dos órgãos federais; cabia-lhe, a todo tempo, estar atento, junto às autoridades competentes, contra decisões que pudessem prejudicar a elaboração das estatísticas; cabia-lhe providenciar a organização de delegacias ou agências de atuações regionais, sempre que essenciais à operação do sistema estatístico.

O Governo Federal assumia algumas posições relevantes: garantia que acataria, em seus órgãos (aos quais daria recursos para expandirem), as normas técnicas emanadas do Conselho Nacional de Estatística; garantia que não tomaria nenhuma medida restritiva à autonomia da direção superior do Instituto ou dos cinco órgãos do núcleo central; garantia aos órgãos regionais o livre acesso às estatísticas elaboradas pelos órgãos federais, bem assim auxílio em recursos, sempre que possível; garantia a "criação" de uma oficina gráfica ao Instituto Nacional de Estatística[132]; garantia a criação de um prêmio (30 e 15 contos, ao primeiro e ao segundo lugares) para laurear trabalhos originais e inéditos sobre o método estatístico[133].

Os Governos Regionais garantiam disposição de trabalhar em irrestrito espírito de cooperação no âmbito do sistema estatístico que então se criava. Seus serviços estatísticos teriam elevada hierarquia e ampla autonomia, com funções específicas à elaboração das estatísticas. Deviam pugnar pela criação das Agências Municipais

131 As funções de chefia eram exercidas sem remuneração, sendo vistas como "título de relevante benemerência pública". Nessa linha, a Convenção determinava (30ª cláusula) ao Instituto Nacional de Estatística que criasse "um diploma de relevantes serviços" que seria conferido "a todos aqueles que, não exercendo função pública remunerada, se tenham distinguido na colaboração dos trabalhos estatísticos em qualquer parte do Território Nacional". E isso nos remete à sempre anunciada associação de títulos (no Império) e de comendas (no Império e na República) à atividade estatística; houve mesmo quem sugerisse a criação de uma comenda estatística, algo do tipo Ordem do Mérito Estatístico.

132 De fato, uma recriação, já que a gráfica da antiga Diretoria Geral de Estatística continuava fundamente trabalhando para o novo órgão, o INE (logo IBGE). No fundo, a gráfica em Lucas é uma continuação da antiga gráfica de Mendes da Rocha (1894).

133 Tudo indica que não houve a efetiva criação desse prêmio.

de Estatística, e de um corpo de agentes itinerantes, ambos na função de coleta. Seguindo orientações emanadas do Conselho, deviam criar seus Anuários Estatísticos; podiam publicar suas estatísticas, em volumes próprios, antes mesmo do Conselho, sob prévio acordo. A ordenação e a redivisão do Território Nacional deviam ser objeto de atenção, por si, e para efeito da elaboração das estatísticas. Os registros administrativos, em especial o registro civil, bem assim vários cadastros, deviam ser objeto de muita atenção, como fontes primeiras (ou primárias) das estatísticas. A adoção do sistema métrico decimal, a "criação" da oficina gráfica privativa do Instituto, os estudos corográficos dos municípios, entre outros pontos, deviam merecer cuidados, por facilitar a elaboração e a divulgação das estatísticas.

Ambas as esferas de governo, Federal e Regional, se aplicariam na formação de seus quadros de pessoal com estágios técnicos e cursos de formação; não haveria empréstimos dos funcionários a outras repartições; mas poderia ocorrer troca, mesmo cessão, entre os órgãos do sistema estatístico; haveria no quadro de pessoal "categorias técnicas, devidamente hierarquizadas e adequadamente remuneradas", com admissão mediante concurso público. Por demais, lutariam pela inclusão do "ensino elementar da estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional", bem assim, de uma prova de estatística "nos programas dos concursos destinados ao preenchimento dos cargos iniciais da administração pública"; e também: "providenciar para que, na administração pública, as solicitações relativas aos serviços estatísticos tenham, sempre que possível, preferência sobre os demais"; e ainda: "providenciar para que prevaleça a norma de serem incluídas, em todas as concessões de caráter público, disposições que tornem obrigatória a prestação de informações estatísticas".

O instrumento convencional, sem dúvida nenhuma, era uma peça técnica e jurídica minuciosa, valiosa àquela época, e ainda hoje útil. O sistema estatístico constituído alcançava sua dimensão nacional para e pela federação. Nele, pelo diálogo contínuo e pelas decisões colegiadas, as três esferas políticas (federal, estadual e municipal) se acordavam. Surgia um sistema estatístico em voluntária cooperação governamental. *Teixeira de Freitas* assim o disse, depois:

> Uma vez que a ação investigadora da Estatística deve ser "una", mas sem que deixe de estar presente em todo o território nacional; se é mister que essa tarefa se execute em condições de servir a todas as estruturas governativas, – então forçoso é que aquela unidade e aquele desdobramento resultem de um entendimento entre as esferas governamentais que, independentes mas harmônicas entre si, se diferenciam na contextura política da Federação. [...] A instituição desse sistema cooperativo "sui generis" só poderia adquirir estrutura definitiva e eficiência perfeita se houvesse decorrido, como fora justo e conveniente, de normas constitucionais. Entretanto, a maneira pela qual a mentalidade média dos nossos homens públicos compreendia a Federação não se havia ainda depurado de certas interpretações errôneas, a tal ponto que uma iniciativa como esta encontrasse clima favorável e pudesse ter sido tomada com êxito. Ou se faria uma tentativa transigente, ou não se realizaria coisa alguma.
>
> Daí que, embora enfrentando grandes riscos e através de dificuldades sem conta que bem poderiam ter sido evitadas se outra fosse a nossa cultura política,

> tornou-se preciso admitir que a cooperação entre a União, as Unidades Federadas e os Municípios não devessem ser originariamente "determinada" por disposição constitucional, visto como o procedimento em contrário seria suspeitado, ainda que sem fundamento algum, de atentatório à autonomia dos Estados e dos Municípios. Bastaria, portanto, isto sim, que a Constituição a permitisse inequivocamente, para depois tentar-se organizar o sistema, mediante o apelo, fora de qualquer obrigatoriedade, ao livre e unânime consenso das entidades representativas das três esferas de governo. Porque somente assim o sistema poderia surgir num ambiente de confiança mútua, na estrita forma pela qual o regime era então compreendido, e segundo fórmula lidimamente democrática.[134]
>
> Num pressuposto quase absurdo – tão liberal era ele – admitiu-se que Estados e Municípios não pudessem obrigar-se, a não ser voluntariamente, a um efetivo esforço de cooperação entre os vários planos administrativos. Ainda mesmo quando se tratasse, como de fato se tratava, de uma necessidade vital da própria Federação, a saber, a necessidade, comum às três órbitas de governo, de garantir-se eficiência e unidade quanto às pesquisas geográficas e estatísticas.
>
> Bem haja essa prudência. Certo, os governos não ficaram "obrigados" a cooperar. Não se estabeleceu nenhuma compulsoriedade para essa cooperação, a não ser a que resultasse do próprio compromisso que, a isso convidados pelo Governo Federal, os Estados e os Municípios livremente entendessem assumir para trabalharem em comum, mantendo cada qual, a partir daí, apenas a liberdade de discussão e de decisão no que dissesse respeito, quer à maneira pela qual deveriam cooperar, quer às normas de ação comum que tornassem solidários, todos os esforços. Livres de decidir se consideraram todos, sobre se cooperariam ou não; livres permaneceram de fixar as normas da cooperação. E livres ficaram, ainda, de manter, com inteira autonomia administrativa, os órgãos técnicos, por meio dos quais houvessem de efetivar a cooperação na forma convencionada ou conforme o deliberado em comum, consoante os ritos estipulados. Nada obstante, o êxito obtido foi completo (FREITAS, 1950, p. 531-532, grifo nosso).

Voltando à Convenção, em suas disposições transitórias, estabelecia a instalação do Conselho Nacional de Estatística na primeira Assembléia Geral, a ser realizada, em condições extraordinárias, em dezembro daquele mesmo ano.[135]

Por fim, a Convenção formula alguns votos, em parte apenas realçando proposições nela apresentadas, em parte, contudo, fazendo acréscimos. Todos afins com os decretos criadores do sistema estatístico. Eis alguns votos:

> Cláusula 32ª:
>
> [...]
>
> b) para que as Municipalidades brasileiras recebam com o melhor interesse e profundo espírito de cooperação as sugestões que as Altas Partes Compactuantes lhes houverem de dirigir tendo em vista, de um modo geral, a melhoria dos seus serviços e registros para fins da estatística nacional, e em particular, as solicitações relativas ao levantamento dos mapas dos respectivos territórios e à criação das Agências Municipais de Estatística, a serem filiadas ao Instituto;
>
> c) para que as Prefeituras das Capitais dos Estados e do Acre se solidarizem num esforço eficaz, tendo em vista a criação, em seus Serviços ou Repartições de Estatística, de um eficiente cadastro predial e domiciliário, acompanhando quanto possível a organização padrão que o Distrito Federal fixar, visando não só os obje-

134 É nesse sentido que a Convenção é dita a "Carta Magna" da estatística brasileira. Ela era para a atividade estatística sua necessária constitucionalidade.

135 O próximo capítulo trata dessa Assembléia Geral, e das três que lhe seguiram.

> tivos sociográficos que a matéria comporta, mas principalmente o conhecimento permanente dos efetivos prediais e demográficos do respectivo território sendo as zonas em que este se dividir;
>
> d) para que o funcionalismo de estatística do Brasil, na consciência exata da sua alta missão social e política, no cumprimento dos seus nobres deveres profissionais e na compreensão dos imperativos morais que esta Convenção lhe traz, se empenhe em elevar o nível intelectual e técnico dos seus elementos componentes, pelo esforço de constante aperfeiçoamento pessoal a que cada um se dedique e por um espírito de sadio entusiasmo e cooperação em tudo que deles dependa para o êxito integral dos fins desta Convenção;
>
> [...]
>
> f) para que a Imprensa brasileira colabore na publicidade indispensável a que os serviços estatísticos nacionais sejam bem conhecidos em sua organização e afins, se prestigiem cada vez mais perante a opinião pública e tenham seus principais resultados devidamente vulgarizados;
>
> h) para que a Sociedade Brasileira de Estatística se reorganize quanto antes e desenvolva intensamente[136], sob o patrocínio do Instituto Nacional de Estatística, suas atividades, prestando à cultura nacional e especialmente à estatística brasileira, os fecundos serviços que dela se podem esperar (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936, p. 30-32, grifo nosso).

Valerá repetir, pactuavam-se vontades, livremente manifestadas; as partes cediam direitos e assumiam obrigações, configurando um colegiado de decisão. Criava-se uma federação de repartições estatísticas, ou, definia-se um consórcio federativo.[137]

Conselho Nacional de Estatística, o topo do sistema estatístico

Instituído o Conselho Nacional de Estatística, o Governo Federal, pelo Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936, passou-lhe regulamento à luz das "bases fixadas no Capítulo I do instrumento convencional". Era visto como "a entidade colegial[138] a que competem a orientação e direção superiores das atividades do Instituto Nacional de Estatística" (Art. 1º), sendo-lhe "assegurada a mais ampla autonomia de ação técnica e administrativa no que disser respeito ao objetivo de tornar eficientes e coordenadas as atividades dedicadas ao planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros" (Art. 1º, parágrafo único); seus órgãos podiam dirigir-se diretamente às autoridades competentes, como entidade da Presidência da República.

Seus órgãos, na letra da Convenção, eram a Assembléia Geral, a Junta Executiva Central, as Juntas Executivas Regionais, e as Comissões Técnicas (Art. 4º). Eram membros do Conselho, no seu todo, e dos seus órgãos as seguintes autoridades:

---

136 Na verdade, então, a Sociedade era uma intenção, não uma realidade.

137 Logo depois, várias cláusulas foram objeto de resoluções de Assembléias Gerais. A cláusula 2ª, letra "h", sobre a franquia postal-telegráfica (Resolução nº 17); as cláusulas 17ª, sobre a obrigação na prestação de informações, e 28ª, letra l, sobre a preferência no atendimento às demandas da atividade estatística pelos órgãos públicos (Resolução nº 26); ambas de 30 de dezembro de 1936, na primeira Assembléia Geral. A cláusula 21ª, sobre as estatísticas de exportação interestadual (Resolução nº 41); as cláusulas 14ª e 15ª, sobre os critérios de concessão dos foros de "vila" e "cidade" aos aglomerados urbanos (Resolução nº 59); a cláusula 2ª, letra i, sobre a extensão aos técnicos dos serviços de estatística das facilidades de transporte concedidas aos funcionários públicos federais (Resolução nº 61); a cláusula 28ª, letras a e b, sobre concurso de admissão e cessão de pessoal, dando à Junta Executiva Central poderes para fixar-lhes as normas (Resolução nº 64); uma em 14, e três em 17 de julho de 1937, na segunda Assembléia Geral.

138 Melhor ficaria "colegiada", mas está "colegial".

Art. 3º O Conselho Nacional de Estatística é constituído:

a) pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, que será o Presidente nato do Conselho e da sua Junta Executiva Central, bem assim do órgão colegial coordenador dos serviços geográficos que se integrarem no Instituto;

b) pelos demais membros da Junta Executiva Central;

c) pelos diretores de seção e funcionários, de equivalente hierarquia, das "repartições centrais";

d) pelos diretores-gerais das repartições regionais de estatística incorporadas ao Instituto;

e) pelos diretores de seção e funcionários de categoria equivalente das repartições a que se refere a letra precedente;

f) pelos dirigentes gerais das organizações oficiais e oficializadas que possuam seções ou serviços filiados ao Instituto, tanto na órbita federal como na regional, e pelos chefes ou diretores de tais seções ou serviços;

g) pelos diretores ou chefes das repartições ou serviços de estatística geral dos municípios das capitais dos Estados e do Acre;

h) pelos representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto.

Art. 5º A Assembléia Geral é constituída:

a) pelos membros da Junta Executiva Central, representando o Governo Federal;

b) pelos Presidentes das Juntas Executivas Regionais ou seus suplentes, representando os Governos Regionais e Municipais;

c) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações oficializadas [*sic*] filiadas ao Instituto;

d) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações particulares filiadas ao Instituto.

Art. 6º A Junta Executiva Central compõe-se:

a) do Presidente do Instituto;

b) dos diretores das Repartições Centrais de Estatística;

c) de um representante de cada um dos Ministérios do Exterior, da Guerra e da Marinha, bem assim, do da Viação e de outros que venham a ser criados, enquanto não possuírem repartições centrais de estatística nos termos do art. 10, § 1º, nº III, do Decreto nº 24.509, de 6 de julho de 1934.

Art. 7º As Juntas Executivas Regionais, sempre que não prevalecerem, na legislação respectiva, disposições análogas às adotadas na organização federal (art. 10, § 1º, nº I e art. 11, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934), serão presididas pelos diretores das repartições regionais de estatística geral. Na hipótese contrária, estes diretores serão os secretários natos das respectivas Juntas, e, como tais, obrigatoriamente considerados assessores e suplentes dos Presidentes das Juntas Regionais na Assembléia Geral do Conselho.

Parágrafo Único: constituem essas Juntas:

a) os diretores e os chefes de seção ou funcionários de hierarquia equivalente das repartições regionais integradas no Instituto;

b) os diretores gerais das repartições regionais que possuírem apenas seções de estatística filiadas ao Instituto;

c) os chefes dessas seções especializadas de estatística;

d) os chefes ou diretores das repartições ou serviços de estatística dos municípios das Capitais dos Estados e do Território do Acre;

e) um representante do Estado-Maior da Região com jurisdição militar no Estado e um delegado do Estado-Maior da Armada, devidamente credenciados para tal fim.

As decisões do Conselho, fossem as da Assembléia Geral, fossem as das Juntas Executivas, eram chamadas de resoluções, sendo "redigidas em forma articulada e indicadas, para cada órgão deliberativo, pelo respectivo número de ordem" (Art. 17). O Instituto deveria publicá-las anualmente, sob o nome **Anais do Instituto Nacional de Estatística**, tornando-se "elementos históricos do desenvolvimento da estatística brasileira". Graças a essa decisão, temos um valioso material histórico, muito usado neste volume (e que fica ainda aberto a outros olhares); a história mesma dessas resoluções configura, em boa medida, a natureza deste volume.[139]

Ao longo dos tempos, o espírito da Convenção inspira o sistema estatístico

Nos tempos iniciais houve inegável empenho de se manter a pureza do espírito da Convenção. Eram abertos canais de diálogo, em decisões colegiadas, e isso atendia a desejos antigos, contudo, para haver resultados consistentes e substantivos impunha-se competências indiscutíveis, o que nem sempre os técnicos possuíam, suas formações eram, não raro, improvisadas. Por demais, devia haver disposição de concessão, e seriedade na assunção de deveres, o que nem sempre ocorria, seja pela vaidade humana, seja pela resistência institucional. Assim, foram tempos heróicos. Mas, aqueles homens dedicados e aficionados, idealistas, não raro utopistas, não desistiram; lutaram, e o fizeram com criatividade, buscando superar as enormes dificuldades.

Aos órgãos centrais, aplicou-se em organizá-los, mantendo-se suas localizações físicas nos prédios dos ministérios. Depois, sem tirar-lhes os vínculos funcionais aos ministérios, pensou-se em juntá-los num único prédio, ao lado da Secretaria Geral do Instituto, o que facilitaria a comunicação, e os protegeria de ingerências indevidas; isso seria feito no prédio do Silogeu Brasileiro, por bom tempo uma utopia acalentada, mas sem sucesso nenhum[140]. Em momento posterior, veio a idéia de incorporá-los à estrutura do Instituto, tornando-o executor e não mais sobremodo coordenador, numa reversão do modelo criado na Convenção (mas sempre tentando preservá-la,

139 Em 31 anos, de 1936 a 1966, foram realizadas 24 Assembléias Gerais, gerando 862 resoluções; não houve Assembléia Geral nos anos 1940, 1943, 1944, 1947, 1961, 1964, 1965. A Junta Executiva Central baixou, nesse tempo, 910 resoluções. Nada se sabe das resoluções das Juntas Executivas Regionais; esse material, se não se perdeu, estará nos Arquivos Públicos estaduais.

140 A história do Silogeu Brasileiro estará contada em boxe incerto em capítulo próximo.

já que só se o faria pela expressa vontade das partes)[141]. Houve também empenho em associar-lhes condições de estudos e análise usando os números produzidos.

No caso dos órgãos regionais os problemas eram muito maiores. As diversas condições estabelecidas na Convenção para garantir-lhes salvaguardas raramente foram implantadas e cumpridas. Suas hierarquias eram heterogêneas, ora diretorias, ora serviços, ora seções, ora simples assessorias; seus recursos humanos eram poucos e, contra o previsto, flutuantes, com freqüência deslocados para outras tarefas[142]; seus poucos recursos financeiros, não fossem os repasses do Instituto, tornariam impossíveis a realização dos programas de trabalho (as campanhas estatísticas); seus recursos técnicos e tecnológicos eram claramente insuficientes. Afora os recursos financeiros repassados, o Instituto lhes dava normas técnicas, criando padrões, e lhes oferecia vagas em cursos, e estágios, que quase nunca eram usados (por várias razões). As Assembléias Gerais, espaço sempre oportuno à expressão de vontades, de demandas, de queixas, nem sempre se os aproveitava devidamente. E seguia-se navegando, sem precisão...

E havia as difíceis relações com os órgãos federais, em especial na definição das pesquisas temáticas (executadas nas campanhas estatísticas), bem assim, as não menos difíceis relações com o próprio Instituto na gestão das agências municipais. O dilema estava em saber quem e como se as poderia utilizar como braços avançados da atividade estatística (a Convenção as associavam a todos os órgãos do sistema estatístico, sendo peças chaves do movimento municipalista). Daí, pouco a pouco, passam por uma ibgeização, algo mais que a nacionalização já previsto no Decreto nº 4.181, de 16 de março de 1942 (do qual falaremos no próximo capítulo)[143]. Até se o podia explicar e defender: não se queria perder as condições de mudança cultural e social que se dava como missão aos agentes nos municípios (parte do ideário cívico ibgeano); mas, por certo, isso não agradava aos órgãos regionais de estatística. E logo virão as inspetorias regionais do IBGE, mais e mais atuantes nos cenários estaduais, a ponto de alguns governos estaduais proporem passar ao IBGE seus órgãos de estatística[144].

Em 1951, aos 15 anos, na posse de *Polli Coelho* na presidência, substituindo a Macedo Soares (desde 1936 no cargo), *Teixeira de Freitas* o saúda, em discurso como presidente da Sociedade Brasileira de Estatística. Entre vários "recados" passados ao presidente empossado, sobre esses temas, balanceia os resultados alcançados, não poucos, e, sobremodo, balanceia os problemas ainda presentes, não poucos também.

> Desmerecido terá o Instituto, da missão altíssima a ele confiada e que começou a realizar vitoriosamente, se não resolver depressa certos problemas que emba-

141 Pois foi isso que se deu quando o IBGE tornou-se a Fundação IBGE, em 1967.

142 A Resolução nº 67, de 28 de abril de 1939, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, instituiu um "Curso de Aperfeiçoamento" para o pessoal das repartições regionais de estatística, infelizmente, sem grande sucesso.

143 Com a criação da Fundação IBGE as agências, não mais em todos os municípios, serão ditas do IBGE. Mas suas Delegacias Estaduais, logo criadas na Fundação, não terão, e não têm ainda hoje, as funções dos órgãos estaduais de estatística, os quais, à falta de condições, seguem com os mesmos problemas do passado: hierarquia heterogênea, falta de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, falta de autonomia e de independência técnico-científica, etc, etc, etc.

144 Ver, em especial, a Resolução nº 326, de 20 de julho de 1946, da AG/CNE, que recomendava estudos no sentido de passarem à administração do Instituto os órgãos centrais de estatística federais e regionais.

raçam o pleno efeito de suas atividades. Um é o que diz respeito à regularização do Registro Civil em todo o País e ao seu levantamento. Outro é o que se refere à consolidação do Registro Escolar, em hora feliz criado pelo Conselho Nacional de Estatística para fins do Convênio de 1931, celebrado entre os Governos da União, dos Estados e do Distrito Federal, sob o patrocínio da Associação Brasileira de Educação. É uma tarefa ingente, pois não consiste num simples cadastro mas na implantação satisfatória da "escrita escolar" que, para os fins tanto da administração como da estatística, deve existir em cada uma das quase cem mil escolas primárias do País.

Ainda outros mais são os que se prendem a determinados objetivos de acentuada gravidade e urgência, tais como, para não citar muitos, a regularização da Estatística Industrial; a elaboração da Balança de Pagamentos; a determinação da Renda e Riqueza Nacional; o cumprimento da Cláusula da Convenção de Estatística referente ao Cadastro Predial e Domiciliar das cidades; a organização do Cadastro Rural; o conhecimento exato, regular e atual das correntes interiores do comércio.

Carece também o Instituto, sob pena de deixar mutilado o seu esquema estrutural e imperfeitamente realizado o pensamento que o informa, seja quanto antes instituído o "órgão central" que lhe está faltando no que toca à organização federal. É o serviço de Estatística das Comunicações e Transportes, que deve coordenar e desenvolver as atividades estatísticas do Ministério da Viação, dando-lhe no Conselho Nacional de Estatística representação de igual significado relativamente aos demais setores ministeriais responsáveis por elaborações estatísticas.

Fracassará ainda o Instituto se não conseguir realizar a pleno efeito a racionalização da sua própria estrutura federativa de modo que venha a assumir, como é lógico e tem sido acertadamente preconizado pelo Conselho Nacional de Estatística, a responsabilidade administrativa, sem prejuízo das respectivas subordinações governamentivas, das chamadas "repartições centrais" do sistema estatístico brasileiro. Uma vez que a eficiência desse aparelho depende da capacidade, normalidade e homogeneidade funcional daqueles centros de trabalho, torna-se óbvia a relevância da medida, que não deve mais ser protelada. As enormes disparidades que oferecem tais repartições, em todos os sentidos, são de espantar. E crescem de ponto no cotejo entre as repartições federais e as estaduais. É flagrante e absurda a desigualdade do tratamento dispensado ao funcionalismo de estatística, e isto entorpece e quase anula a eficiência da maior parte dos Departamentos Estaduais, também eles dedicados, como "órgãos do Instituto" que são, a tarefa da Estatística Nacional.

Por outro lado, não poderá o Instituto desenvolver e atualizar as suas pesquisas sem levar a efeito a criação do quadro das Agências Distritais de Estatística, generalizando a todo o País, com aperfeiçoamentos, a iniciativa que já pôde ser tomada no Rio Grande do Sul. Idêntico tropeço resulta da falta de um serviço rápido e seguro de comunicações e transporte entre as Agências-Modêlo (sub-regionais) e as Inspetorias Regionais de Estatística Municipal. São estas, porém, providências que pedem entrosamento com a adoção das técnicas modernas de microfilmagem, tendo em vista a extração e reprodução – rápidas e fieis – das cópias de que carece o Instituto em relação a numerosos registros de âmbito distrital, municipal e estadual (INSTITUTO..., 1951, p. 247, grifo nosso).

O sistema nacional para e pela federação, emergente da Convenção, pouco a pouco sofrerá mudanças, e, quando da formação da Fundação IBGE, se tornará um sistema ibgeano, no qual a dimensão nacional seria construída diretamente, não mais

para e pela federação[145]. Mas isso já é matéria do próximo e último volume desta série. Por ora fiquemos nas dificuldades de se cristalizar o espírito saído da Convenção, e nas suas lutas[146]; como seja, mesmo tendo sofrido mudanças profundas, sem sucesso no passado, e que houve, inegavelmente, não haveria o presente tão promissor.

.

145 Em 11 de novembro de 1953, valerá lembrar, o Deputado Celso Peçanha apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.806 cujo principal objetivo era centralizar, sob a direção executiva do Instituto (já IBGE) todas as repartições do sistema estatístico brasileiro. Curiosamente, ainda que a negasse, isso seria feito, nos termos do projeto, como protocolo à Convenção.

146 Ver, em especial, as Resolução da AG/CNE, de nº 07, de 30 de dezembro de 1936, que estabelecia as normas gerais para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal (da qual falaremos em próximo capítulo); de nº 286, de 23 de julho de 1945, que dispunha sobre a criação, nas repartições centrais regionais do sistema, de uma Seção de Estudos e Análises; de nº 794, de 8 de junho de 1962, que recomendava a organização de Centros de Documentação e Informações nos Órgãos Centrais Regionais de Estatística. Entre outras, sobremodo sobre os recursos financeiros distribuídos.

Os anos heróicos – 1936-1939: as primeiras assembléias gerais do Conselho Nacional de Estatística

Capítulo 04

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, analista em ciência e tecnologia no IBGE, assistente de pesquisa na produção desta História das Estatísticas Brasileiras.

O ano de 1936 é absolutamente marcante para as estatísticas brasileiras. Ele guarda datas importantes e assinala os momentos em que o sistema estatístico de foro nacional – envolvendo as três esferas de governo: municipal, estadual e federal - começa efetivamente a ser delineado. Passos fundamentais foram dados anteriormente, como a criação do Instituto Nacional de Estatística – INE, em 6 de julho 1934, uma data marcante, inexplicavelmente posta de lado nas comemorações vindouras. Outro fato importante, dentro da lógica de criação dos fundamentos de uma estatística interáreas, foi a criação da (primeira) Lei de Segurança Nacional, em 4 de abril de 1935. Mais adiante, em 1939, quando o Exército precisará de estatísticas, será criada uma Seção de Estatísticas Militares, e com isto vai propiciar a senha para o estabelecimento dos convênios municipais, conforme foi visto em capítulo anterior. Não se pode perder de vista que em 1938 o Brasil estabeleceu convênios militares com a Alemanha, não por acaso, pátria de Achenwall, um dos pioneiros da estatística.

Mas foi em 1936 que o sistema estatístico pensado por Teixeira de Freitas começou a por suas engrenagens para funcionar. A primeira data importante deste ano foi o 29 de maio, quando se instalou o INE e tomou posse ao seu presidente e do Conselho Nacional de Estatística - CNE, José Carlos de Macedo Soares. Como já visto em capítulo anterior, a escolha desta data foi, provavelmente, ditada por uma brecha na agenda do presidente Vargas. Restava o passo seguinte: a Convenção Nacional de Estatística, que viria a se reunir em 11 de agosto daquele mesmo 1936. Antes de terminar este emblemático ano, aconteceu a primeira Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, acontecimento seminal para as estatísticas brasileiras. Dela, deveriam sair as primeiras resoluções que regulariam as atividades afetas às repartições de estatística. Assim como, ao Conselho Nacional de Estatística e ao Instituto Nacional de Estatística.

A partir daí, até 1939, tem-se o período considerado como “os anos heróicos”. O “heroísmo” em questão viria das pessoas que tomaram parte daquele momento especial, como também das próprias decisões que estavam sendo tomadas nas assembléias destes quatro primeiros anos do Conselho Nacional de Estatística. Naquele período estavam sendo construídos os alicerces do sistema estatístico que vinha para substituir a velha ordem. Velha no sentido de anterior, nunca no intuito de descartável. Dava-se um passo adiante no tratamento da estatística brasileira.

Primeiras sessões, primeiras contendas

Convocada pelo Decreto Federal nº 1.200, de 17 de novembro do mesmo 1936, a Assembléia Geral reuniu-se, em primeira sessão, em 15 de dezembro do mes-

mo ano, no Distrito Federal. O local escolhido foi a Sala de Leitura do Palácio do Itamaraty, sede da diplomacia brasileira (não fosse o presidente do Instituto o embaixador Macedo Soares, também ministro das Relações Exteriores). Com isto, atendia-se à cláusula 29ª da Convenção Nacional de Estatística, que estipulava:



Sala de Leitura do Palácio Itamaraty , [s.d.].

> O Conselho Nacional de Estatística instalar-se-á com a primeira reunião da sua Assembléia Geral, que será convocada extraordinariamente para o dia 15 de dezembro do corrente ano, afim de deliberar sobre a parte da presente Convenção a executar-se no próximo exercício. Com este objetivo, a Junta Executiva elaborará as normas gerais da organização dos inquéritos necessários à órbita federal, remetendo cópias aos governos regionais. Estes farão estudar o assunto pelos órgãos competentes e darão poderes aos respectivos representantes na Assembléia Geral para que esta tome as deliberações convenientes à coordenação e unificação dos resultados das estatísticas brasileiras de significação nacional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936, p. 29).

Foram convidados para esta Assembléia representantes de todos os estados brasileiros (especificamente das repartições de estatísticas estaduais), mais o Distrito Federal e o Território do Acre. Além destes, conforme está na ata da sessão, faziam parte do plenário representantes de ministérios e de órgãos de estatística federal.

A sessão inaugural foi presidida por *Heitor Bracet*, substituindo o embaixador Macedo Soares, que na ocasião se encontrava em Buenos Aires, "a serviço da paz mundial", como está na ata da primeira sessão da Assembléia Geral do CNE. Macedo chefiava a delegação brasileira na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, realizada naquele ano (três anos antes de estourar a II Guerra Mundial). Por conta deste compromisso, Bracet presidiria quase todas as sessões.

Responderam à chamada da sessão de abertura, os seguintes representantes federais e estaduais:

Delegação Federal:

1. Heitor Bracet, diretor de Estatística Geral, representando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

2. Leo de Affonseca, diretor de Estatística Econômica e Financeira, representando o Ministério da Fazenda.

3. Oswaldo Costa Miranda, diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

4. Mário Augusto Teixeira de Freitas, diretor geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública.

5. Rafael Xavier, diretor de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

6. Comandante **Manuel Ribeiro Espínola**, representante do Ministério da Marinha.

7. Tenente-Coronel **Custódio dos Reis Príncipe Júnior**, representante do Ministério da Guerra.

8. Cônsul **Carlos Alberto Gonçalves**, representante do Ministério das Relações Exteriores.

Delegações das Unidade da Federação:

1. Luiz Acioli, diretor geral da Diretoria de Estatística de Alagoas e delegado do mesmo estado.

2. Benjamin de Araújo Lima, como delegado do estado do Amazonas.

3. Mário Aristides Freire, sub-diretor da Diretoria de Estatística Municipal do Distrito Federal e também delegado representando o estado do Espírito Santo.

4. Gustavo Serrão Porto Gonçalves, inspetor de Estatística e Ensino de Goiás como delegado do mesmo estado.

5. Firmo Dutra, como delegado do estado do Mato Grosso.

6. Celso Mariz, secretário da Agricultura da Paraíba, como delegado do mesmo estado.

7. Adolar Hegreville Hintz, diretor de agricultura do Paraná, como delegado do mesmo estado.

8. Agenor Monte, deputado federal pelo Piauí e delegado do mesmo estado.

9. Fidélis Sigmaringa Freitas, ministro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, como delegado do mesmo estado.

10. Ernesto Pelanda, chefe da Seção da Diretoria Geral de Estatística do Rio Grande do Sul, como delegado do mesmo estado.

11. Elpídio Domingues Lins, diretor do Departamento de Estatística e Publicidade de Santa Catarina, como delegado do mesmo estado.

12. Antônio F. de Carvalho e Silva, da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, como delegado do mesmo estado.

Estavam presentes, ainda, outros funcionários, membros das delegações estaduais e de repartições federais.

Esta sessão de abertura do Conselho não contou com a presença de alguns outros representantes ainda em trânsito para a capital do país. Por conta disto, pouca coisa foi deliberada. Vale destacar a aprovação de uma moção homenageando o então presidente Getúlio Vargas e de outra dedicada ao “ilustre mestre e pioneiro da estatística brasileira”, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, incluindo a proposta de “uma

visita coletiva da Assembléia". Não se sabe se tais visitas foram feitas, mas, especificamente no caso do antigo diretor geral de estatística, seria uma bela homenagem.

A primeira reunião ordinária aconteceu em 16 de dezembro de 1936, quando foi discutido e aprovado o regimento da Assembléia Geral. Esta sessão contou com a presença de outros representantes dos estados, a saber:

1. Antônio Peixoto Guedes, diretor da Diretoria Geral de Estatística da Bahia.

2. Tomaz Gomes da Silva, diretor da Diretoria Geral de Estatística do estado do Ceará, e delegado do mesmo estado.

3. Hildebrando Clark, diretor geral do Serviço de Estatística de Minas Gerais e delegado do mesmo estado.

4. Oswaldo Orico, delegado do Pará.

5. Sizenando Costa, delegado da Paraíba.

6. Paulo Pimentel, Diretor da diretoria Geral de Estatística de Pernambuco e delegado do mesmo estado.

7. Anfilóquio Câmara, diretor da Diretoria Geral de Estatística do Rio Grande do Norte e delegado do mesmo estado.

8. Lindolfo Collor, chefe da delegação do Rio Grande do Sul.

Na segunda sessão, entre outras deliberações, foram aprovados os regimentos da Junta Executiva Central – JEC, das Juntas Executivas Regionais - JER, e também todos os atos e deliberações da JEC desde a instalação do Instituto Nacional de Estatística, em 29 de maio, até 15 de dezembro, início daquela Assembléia Geral. Nesta sessão, conforme a ata feita pelo secretário, ainda cabe destacar a divergência havida entre um membro da delegação gaúcha e Teixeira de Freitas. Este, após ler o prefácio e as Sinopses de Estatísticas Regionais elaboradas pelo INE recebeu crítica do delegado do Rio Grande do Sul, Ernesto Pelanda. Teixeira, talvez com certa ironia (embora, definitivamente, não fosse pessoa dada a manifestações sarcásticas), solicitou que o voto em aberto de Pelanda, apesar do teor de alguma censura à JEC, fosse inserido na ata do dia, como "uma verdadeira consagração das atividades do Instituto nos seus primeiros anos de existência". Pelo tom ácido referido às atividades do Instituto, peça-chave do sistema estatístico nacional que se estava criando, vale a transcrição da justificativa de voto contrária a aprovação do Anuário feita por Ernesto Pelanda:

> A delegação do estado do Rio Grande do Sul lamenta, sinceramente, não poder aprovar, em seu conjunto, a resolução ora submetida ao exame da Assembléia. E não o pode porque: criado o Instituto Nacional de Estatística para articular e coordenar todos os serviços de estatística de interesse geral, supôs, naturalmente, que o organismo a que prontamente aderiu, com a certeza de que correspondia a uma necessidade inadiável, viria aplainar e desfazer divergências de critérios e de resultados preexistentes, nunca criar dificuldades novas à padronização dos serviços. Entretanto, foi o que se verificou, lamentável e inadvertidamente talvez, com a publicação apressada do "Anuário Estatístico do Brasil", no qual se verificam, não apenas largas diferenças entre estimativas recentes e tabelas antiquadas ou incom-

> pletas, mas alterações fundamentais que, de modo nenhum, podem ter a nossa conformidade, tais as que se referem aos limites e à área do estado, quando não está, em absoluto, resolvida a primeira questão, que o Instituto prejulgou, questão importante, aliás apenas de direito, porque é insignificante de fato, nem se encontram concluídos, ali, os levantamentos do Serviço Geográfico do Exército, únicos que, pela sua exatidão, poderiam determinar retificações na estimativa oficial da área do estado, computada invariavelmente, há mais de trinta anos, em duzentos e oitenta mil quilômetros quadrados. Desse modo, consideramos que a publicação do "Anuário Estatístico do Brasil", sem conhecimento e sem possibilidade de crítica dos seus dados, por parte das organizações regionais, infringiu o espírito, senão a letra do convênio e, assim, o nosso voto exclui da aprovação dos atos e deliberações da Junta Executiva Central aquele que determinou a publicidade imediata do "Anuário do Brasil", sem prévio exame das partes interessadas. Não se veja, entretanto, neste voto um ato de animosidade, que seria injustificável, à JEC. Ele é estritamente um "non possumus" de consciência, abrandado, desde logo, pelas declarações que ouvimos a ilustres chefes dos serviços federais, aqui presentes, de que não houve, nem de longe, no caso, o propósito de sobrepor convicções e cálculos pessoais à colaboração de boa fé que o convênio estabelece (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?a], Sessão 2, p. 4 - 5).

Nesta discussão aparecem alguns aspectos interessantes. O primeiro envolve uma das "meninas dos olhos" de Teixeira de Freitas: o Anuário Estatístico. Em texto posteriormente escrito por Orlando Valverde, ele relata as várias ocasiões em que entrou no gabinete de Teixeira e o viu debruçado sobre tabelas e quadros do Anuário que pessoalmente revisava, "com seus óculos de grossas lentes, quase encostando o nariz nos papéis" (VALVERDE, 1991, p. 48), dado o seu problema ocular. Alguém levantando objeções aos dados apresentados no Anuário Estatístico deveria atingir diretamente a Teixeira de Freitas. O pedido deste para inserir as justificativa na ata tem uma lógica própria que não é fácil de alcançar. Teria com isto, mandado Pelanda "queixar-se ao bispo"?

Outro aspecto relacionado à celeuma dá conta que questões envolvendo limites interestaduais são antigas, algumas vindo desde o tempo do Império. No caso da área do Rio Grande do Sul, que Pelanda citou como "duzentos e oitenta quilômetros quadrados", no Anuário de 1936, em números exatos, saiu como 285.289 Km², correspondentes a 3,35% do território brasileiro (de 8 511 189 km²)[147]. Ao longo dos anos, até os dias atuais, aconteceriam seis outras alterações na área do estado gaúcho (e do Brasil)[148]. Todas com área total menor do que a apurada em 1936, provavelmente pelo aperfeiçoamento crescente das formas de calcular território.

Há ainda algo a considerar na declaração de voto do representante gaúcho. Ele arroga ao Serviço Geográfico do Exército a capacidade de realização de estudos exatos sobre cálculo de área territorial. Lembremos que a Assembléia é de 1936, quando o "G" ainda não tinha se unido ao "E" da sigla IBGE (que tampouco existia, só aparecendo em 1938). O Conselho Nacional de Geografia só seria criado em 24 de março de 1937, pelo Decreto nº 1.527.

---

[147] Na ata da Assembléia não está citado o número que motivou o protesto de Ernesto Pelanda. Caso seja o mesmo que aparece na versão definitiva do Anuário, não deixa de ser estranho o representante gaúcho levantar questão, puxando a área de seu estado para baixo.

[148] No *Anuário Estatístico do Brasil* de 1946, o Brasil saiu com 8 516 037 km² e o RS com 282 480 km², 3,32% do território nacional. Em 1961: Brasil, 8 511 965 km² e RS, 282 184 km², os mesmos 3,32% do território. Na edição do Anuário relativa a 1989, o Brasil apresentava 8 511 996,3 km² e o RS, 280 674 km² (3,30%). Em 1994, Brasil, 8 547 403,5 km², e RS, 282 062 Km² (3,30%). No Anuário de 2000, Brasil 8 514 046,8 Km² e RS, 281 734 Km² (3,31%). Na publicação referente a 2003, o Brasil tinha 8 514 876,599 Km² e o RS, 281 748,538 Km² (3,31%).

É de imaginar que naquele tempo os levantamentos de área, caracterização de território e afins fossem feitos pelo Serviço Geográfico do Exército, órgão com o necessário conhecimento técnico para isto e provavelmente a única referência no assunto. Com a criação do Conselho Nacional de Geografia, o que foi realizado para as estatísticas, no que tange à sua sistematização em escala nacional, conglomerando os órgãos produtores em todos os níveis: municipal, estadual e federal, também foi feito para os serviços geográficos. Desta forma, o Serviço Geográfico do Exército passou a ser integrante deste sistema, como órgão cooperador, em mesmo pé de igualdade, no organograma do sistema (conforme se vê no *Anuário Estatístico do Brasil* (1937)), de outras repartições ministeriais. Claro, ele continuaria com suas atribuições, pelo menos naqueles primeiros anos, mas, evidentemente, com a consolidação do sistema suas atribuições passariam para o novo órgão chamado IBGE. E não temos como saber como esta perda de espaço chegou aos militares daquele órgão do Exército.

De qualquer forma, em 1936, já existia na estrutura INE/CNE, como órgão opinativo, uma comissão técnica permanente que cuidava das "estatísticas fisiográficas", e provavelmente era esta que fornecia os números relativos ás áreas (produzidos pelo Serviço Geográfico do Exército) para Teixeira de Freitas inserir nos quadros do Anuário Estatístico. Desde antes, na criação do próprio INE, em 1934, já havia a determinação de realização de estudos sistemáticos da base física brasileira, conforme conta Eli Alves Penha, em sua dissertação de mestrado. Caberia, pois, ao Instituto elaborar:

> a)monografias de natureza histórica ou geográfica, de caráter geral ou especializado, mas obedecendo sempre a planos sistemáticos;
>
> b)diplomas cartográficos já existentes, com referência a cada localidade, circunscrição ou região; e
>
> c)dados de verificação cartográfica e levantamentos expedidos, a serem conseguidos com auxílio dos serviços de topografia, porventura mantidos pelos estados, territórios e municípios (PENHA, 1993, p. 78).

Sobre o assunto do voto contrário da delegação gaúcha à proposta de Teixeira para o Anuário, vale destacar ainda que a acusação deste sobre a publicação da obra "sem conhecimento e sem possibilidade de crítica dos seus dados, por parte das organizações regionais" era bastante delicada. Mais ainda, quando Pelanda afirma que tal fato "infringiu o espírito, senão a letra do convênio". Como os demais delegados não se manifestaram a respeito e ainda Teixeira de Freitas optou pela decisão um tanto irônica de inserir a declaração de voto na ata da reunião, o assunto não teve desdobramentos.

Teixeira brilha

Na terceira sessão daquela Assembléia, acontecida em 18 de dezembro, houve outro momento de tensão entre o representante do Rio Grande do Sul, Ernesto Pelanda, e Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Nacional de Estatística - INE e do Conselho Nacional de Estatística. Na abertura da ordem do dia, o delegado gaúcho criticou diversas partes do Projeto nº 6, que estabelecia normas gerais para

colaboração entre os sistemas estatísticos regionais e federais. Pelanda discordou especialmente do dispositivo que, em casos específicos, facultaria aos órgãos centrais federais entenderem-se diretamente com as agências municipais de estatística. O representante do Mato Grosso, Firmo Dutra, concordou com ele e apresentou emenda assinada por 17 delegações regionais que contrariava a tal determinação. Outros representantes também se manifestaram contrários ao dispositivo.

Teixeira de Freitas, autor do projeto, tentou esclarecer que aquelas observações, especialmente as do representante gaúcho não procediam. Ernesto Pelanda, então, propôs o envio do projeto em discussão, que, segundo está descrito na ata da sessão, "infringia a letra da convenção", para a Comissão de Organização Técnica, onde os delegados regionais poderiam "escoima-lo dos erros e possíveis demasias".

Como consta na ata, Teixeira pediu a palavra e a devida licença para exceder o tempo regimental para cada delegado se manifestar. A partir dali, com a seriedade que lhe era peculiar, expôs longamente sobre os trabalhos do Instituto, descrevendo os esforços que ele pessoalmente vinha fazendo há tempos em prol da criação de um sistema estatístico verdadeiramente nacional, exatamente pelo fortalecimento dos sistemas regionais de estatística. Reivindicava para si ao menos uma virtude: "a da sinceridade", como anotou o responsável pela ata, que ainda assim escreveu, baseado na tempestuosa intervenção de Teixeira:

> Em nenhuma iniciativa que dele partisse ou em que colaborasse, não era justo que os seus colegas, representantes dos serviços regionais de estatística, vislumbrassem o menor intuito de invasão ou intromissão indébita nos sistemas regionais, pois o que pretendia era, comprovadamente, a cooperação interadministrativa livremente aceita, bem compreendida e sinceramente praticada estabelece (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?a], Sessão 3, p. 3).

Com o intuito de esclarecer toda e qualquer dúvida, ele invocou o testemunho de alguns delegados presentes (incluindo Ernesto Pelanda) a respeito da execução do Convênio Estatístico Educacional. Perguntou se eles tinham conhecimento "de qualquer expressão menos cordial que pudesse sugerir uma tentativa, vaga que fosse, de constrangimento por parte da repartição federal a seu cargo", nos seus entendimentos com governos e repartições estatísticas estaduais.

Disse a ata que "os interpelados responderam unanimemente pela negativa". Alguns, inclusive, acrescentaram que Teixeira fora um "defensor vigilante das repartições estatísticas regionais, sempre que estas se encontravam sob ameaça de desprestígio ou escassez de recursos".

Teixeira prosseguiu. Historiou sobre os fatos que convergiram na Convenção Nacional de Estatística, reafirmando sua "dedicação à organização dos serviços de estatística federais e regionais, que ele considerava dois hemisférios de uma só esfera". Granjeara o direito de confiança de seus pares, pois sempre se norteou pela cooperação livremente discutida e aceita, sem jamais impor nenhum ponto de vista, baseado em seu cargo federal. Ele não desejava apenas a articulação, mas principalmente a confraternização de ideais e esforços.

Ao fim de sua explanação, Paulo Pimentel, representante de Pernambuco, propôs que a Assembléia dissipasse a dúvida do secretário geral do INE, dando provas da confiança que nele depositava. Todos os presentes, de pé, aplaudiram longamente a Teixeira de Freitas. Desnecessário dizer que o imaginário placar assinalava: Teixeira, dois x Ernesto Pelanda, zero.

Firmo Dutra, que apresentara emenda com a concordância de 17 confrades, pediu a palavra a apelou ao secretário geral do Conselho que "nunca mais pronunciasse a palavra 'dúvida' ou 'desconfiança', na Assembléia". E que ele próprio, em nome do espírito conciliador, faria um adendo à dita emenda para que esta se harmonizasse com os pontos de vista que causaram a celeuma.

Ainda nesta sessão, estava presente o delegado do Território do Acre, deputado *Alberto Diniz* e verificou-se que o representante de Sergipe ainda não havia chegado ao Rio de Janeiro para participar da Assembléia. Só o faria no dia seguinte, na pessoa do deputado federal *Barreto Filho*.

Segundo consta na ata, Teixeira de Freitas pediu a palavra e convidou os presentes para a inauguração da 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatística, a ser realizada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, no bairro do Engenho Velho, atual Tijuca.

Na sessão seguinte, tão logo os trabalhos foram abertos, Teixeira de Freitas agradeceu aos colegas da Assembléia pela manifestação de apreço feita a ele na sessão anterior. Como consta na ata da quarta sessão da Assembléia Geral, ele deixou claro que a sua determinação era alcançar pleno êxito na missão confiada ao Instituto Nacional de Estatística:

> Referindo-se à incompreensão ainda reinante, em certos setores, em relação ao extraordinário papel que a estatística representa na administração, como uma das mais prementes necessidades do mundo moderno, relatou fatos ilustrativos a esse respeito e relembrou que, recentemente, tivera conhecimento de uma frase proferida alhures sobre a estatística e que, em vez de demonstrar espírito, antes revelava superficialidade de julgamento: "Ou o Brasil acaba com a estatística ou a estatística acaba com o Brasil"[149]. A essa frase se deveria contrapor esta outra, que encerra uma verdade: "Faça o Brasil estatística como deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1939?], Sessão 3, p. 2-3).

Àquela altura, estava claro que Teixeira já havia se transformado na figura luminar daquela Assembléia. Após ter feito aquela intervenção, foi, mais uma vez, calorosamente aplaudido. E, merecidamente, não há como negar. Em plena reunião de técnicos ligados à estatística, ele cunhara uma lapidar frase de efeito: "FAÇA O BRASIL ESTATÍSTICA COMO DEVE TER, E A ESTATÍSTICA FARÁ O BRASIL COMO DEVE SER".

Após mais esta manifestação de apreço, o presidente em exercício, Heitor Bracet, colocou em votação o projeto nº 7, que determinava e especificava as

[149] Esta é uma paródia à frase "ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil", atribuída ao botânico e naturalista francês *Auguste de Saint-Hilaire* (1779-1853), que esteve no País realizando estudos, de 1816 a 1822.

providências a serem pedidas aos poderes públicos para o aperfeiçoamento da estatística geral.

Para variar, Ernesto Pelanda (sempre ele!), representante do Rio Grande do Sul, enviou várias emendas ao projeto, sendo acompanhado pelo delegado Mario Freire, que representava o Distrito Federal e também o Espírito Santo (talvez por ser capixaba), igualmente autor de uma emenda.

Paulo Pimentel, representante de Pernambuco, perguntou à Mesa se o auxílio previsto no projeto era destinado aos agentes de estatística já existentes nos municípios, ou às agências municipais criadas e às que seriam futuramente instaladas. Rafael Xavier, diretor de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, esclareceu que o citado auxílio era destinado às agências municipais e não aos "agentes voluntários que atualmente funcionam como correspondentes ou informantes de algumas repartições centrais do Instituto, especialmente da Diretoria de Estatística da Produção".

Firmo Dutra, delegado do Mato Grosso, sugeriu que se fizesse intensa e prévia propaganda da operação censitária a ser realizada em 1940. Ele lembrou, inclusive, que "a falta de uma bem organizada e eficiente propaganda" prejudicou o Censo de 1920, no esclarecimento de todos os informantes nas mais remotas regiões do País. Comentário um tanto estranho, uma vez que a propaganda do chamado Censo do Centenário foi a melhor possível para aquela época. Firmo não fez emenda, apenas propôs um adendo para que o Instituto Nacional de Estatística entrasse em entendimentos com os governos estaduais para que fossem introduzidos nos programas das escolas primárias, determinações para que os professores explicassem aos alunos a finalidade do censo e como preencher os questionários. O que já tinha sido feito no censo de 1920, diga-se de passagem, conforme pode ser visto na dissertação de mestrado "Pátria de questionário: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos" (SANTOS, 2004).

Posto em votação, o projeto nº 6 foi aprovado unanimemente, com a inclusão de uma emenda ao Art. 4º proposta pelo representante Ernesto Pelanda.

O projeto seguinte a ser debatido foi o de n° 8, que tratava do levantamento da estatística territorial, mapas físicos municipais e outras providências correlatas. Ernesto Pelanda propôs um adendo que posteriormente retirou, após a intervenção de Rafael Xavier, que fez exposição a respeito do tema. O projeto foi aprovado por unanimidade, e em seguida, os trabalhos daquele dia foram encerrados.

Resultados de 1920 postos em dúvida

Na quinta sessão, realizada no dia 22 de dezembro, tão logo os trabalhos foram abertos, ocorreu um fato curioso. O delegado do Piauí, Agenor do Monte, abordou uma questão que ficara pendente da sessão anterior, quando, ao se apresentar à Assembléia, o representante de Sergipe, Barreto Filho, afirmara que, como deputado federal, não poderia receber a ajuda de custo dada aos integrantes do plenário, abrin-

do mão, desta forma, de qualquer vantagem pecuniária. Naquela ocasião, o presidente da sessão alegara que todos os delegados regionais receberam a ajuda de custo, "aliás, insignificante", como afirmou. Uma modesta indenização pela participação nos trabalhos da Assembléia. Agenor do Monte, que também era deputado, assim como Barreto Filho e Alberto Diniz, representante do Acre, declarou para a Assembléia que os três recusariam a ajuda financeira. Pode parecer estranho e distante, mas houve um tempo em que deputados recusavam ajuda financeira. Eram tempos heróicos, mesmo!

Ainda na abertura da sessão, foram propostas e aprovadas congratulações ao ministro Gustavo Capanema, à Associação Brasileira de Educação e aos governadores de estado pelo bom êxito da 1ª Exposição de Educação e Estatística. Somente Ernesto Pelanda votou contra o envio de congratulações ao ministro da Educação. Rafael Xavier estendeu o pedido de felicitações ao Instituto Nacional de Estatística por já estar em circulação o Anuário Estatístico do Brasil referente a 1936, num hercúleo esforço do seu secretário geral, Teixeira de Freitas, que protestou e pediu que tal declaração fosse retirada da ata, com o que seu proponente e a própria Assembléia não concordaram.

O delegado do Rio Grande do Norte, Anfilóquio Camara, propôs que a Mesa enviasse telegrama de calorosas congratulações ao governador de São Paulo pela brilhante contribuição técnica que o estado mandara ao CNE, para o Plano Nacional de Estatística, fim supremo da Assembléia. A proposta foi aplaudida e aprovada por aclamação.

Iniciada a Ordem do Dia, foi posto em discussão o projeto nº 9, que estabelecia normas para assegurar a unidade das estimativas demográficas brasileiras, ao qual foram sugeridas emendas pelos representantes Paulo Pimentel, Rafael Xavier e Ernesto Pelanda.

No correr das discussões, foi trazido à baila o recenseamento de 1920, com vários depoimentos dos presentes. Ao fim de longos e exaustivos discursos, três aspectos ficaram patentes e foram sancionados pelo plenário:

> Primeiro, que há evidente exagero nas estimativas demográficas oficiais do Brasil, divulgadas antes da publicação do Anuário Estatístico de 1936; segundo, que, por se tratar de uma estatística eminentemente nacional, era antitécnico, antipolítico e mesmo anticientífico, que se permitisse a continuação do regime de cálculos parciais, adotados em cada estado, segundo critérios diferentes, para o cômputo das respectivas populações; terceiro, que não é aconselhável, no momento, para nenhum estado, em relação às suas estimativas demográficas, qualquer norma que infrinja a unidade visada pelo projeto em discussão (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1939?], Sessão, 5, p. 5).

O projeto nº 9 foi então votado e aprovado.

A respeito das discussões envolvendo o Censo de 1920 e estimativas demográficas exageradas, cabem algumas considerações.

Desde a sua publicação, o recenseamento geral feito em 1920 foi considerado um "bom censo", com números confiáveis e uma operação bem feita. A imprensa, um dos principais emuladores, se satisfez com seus resultados, assim como

organismos científicos afins com a Diretoria Geral de Estatística. Posteriormente – e *a posteriori* todo censo pode ser questionado – verificou-se que houve exageros naqueles números, supervalorando os resultados finais. Esta conclusão a que a Assembléia chegou seria esmiuçada pelo demógrafo italiano Giorgio Mortara, que viria a convite ao País para atuar como consultor no Censo de 1940, passando a trabalhar aqui e desenvolvendo uma vasta e importante obra na estatística demográfica. Em uma série de artigos que ele publicou na *Revista Brasileira de Estatística*, em 1940 e 1941 e também em seu texto "Pesquisas sobre populações americanas", inserido na publicação **Estudos brasileiros de demografia**, da Fundação Getulio Vargas. Nestes estudos, Mortara (1947), fez longa análise sobre números encontrados no Censo do Centenário. Embora o demógrafo italiano reconheça a competência de Bulhões Carvalho e o apuro com que aquela operação censitária foi elaborada, ele asseverou que tais virtudes não poderiam garantir a efetiva confiança nos resultados finais.

Como está na monografia de mestrado "Pátria de questionário: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos" :

> O demógrafo italiano fundamentou suas desconfianças (na verdade, certezas) sobre este número divulgado pela DGE, com base em seus estudos envolvendo taxas médias geométricas anuais de crescimento comparadas de outros censos realizados no país. Incluindo os de 1890 e 1900, unanimemente considerados como deficientes – especialmente o de 1900, chamado pela imprensa de "desastroso". Ele, em 1940, faz análises conjeturais baseado, segundo diz, no texto "Pesquisas sobre populações americanas", nos resultados do censo de 1940 e dos precedentes censos *mais fidedignos*, de 1872 e 1890 [...] (SANTOS, 2004, p. 168, grifo do autor).

Em 1940, quando escreveu o citado texto, Mortara já tinha ouvido demógrafos brasileiros levantarem dúvidas sobre os resultados apurados em 1920. Conforme está na dissertação de Marco Aurélio Martins Santos, a explicação para os números exagerados viriam da incorreção deliberada de alguns recenseadores, que recebiam por pessoas arroladas, ou por interesses de políticos locais interessados em elevar a importância de suas cidades, ou ainda por conta de correções feitas para compensar eventuais omissões, na verdade menores que as imaginadas. O demógrafo italiano afirma, inclusive, que no Pará e no Amazonas, havia indícios claros de sobrevaloração.

Em defesa da operação censitária feita em 1920, é possível assegurar, como no dizer de Marco A. M. Santos, que embora o recenseamento como um todo tenha a grife da DGE:

> é inegável que o seu DNA mais puro está no Distrito Federal, local onde teve total participação: nomeando comissões censitárias, vendo, revendo e conferindo cada boletim, efetivamente colocando em prática todas as instruções por ela emanadas (SANTOS, 2004, p. 167).

Para comprovar isto, há os cálculos do próprio Bulhões Carvalho que, com base nas taxas de crescimento da população do Rio de Janeiro fez projeções para o futuro:

> Segundo taxas encontradas pelo recenseamento feito em 1º de setembro de 1920, a população carioca deverá estar duplicada dentro de 33 ou 27 anos [...] (BRASIL, 1921, p. 4).

Tal previsão teve precisão cirúrgica, uma vez que a população do Distrito Federal apurada em 1950, conforme a divulgação dos resultados, ter sido de 2 377 451, contra os 1 157 873 coligidos em 1920. Isto aponta que, pelo menos no que tange a cidade do Rio de Janeiro, o Censo do Centenário foi absolutamente perfeito (SANTOS, 2004).

Um outro aspecto poderemos introduzir nesta discussão sobre a validade dos resultados de 1920. O argumento de que tenha havido exageros neste inquérito, como também houve, nas palavras de Mortara, redução nos resultados de 1900, só confirma a tese de que sempre poderá haver, *a posteriori*, possibilidades de revisão em resultados censitários. E isto pode ser confirmado no artigo "Subsídios de demografia pura para orientação da política demográfica", de João Lira Madeira, que diz: "Não dispomos, infelizmente, no Brasil, de um número suficiente de recenseamentos que permitam uma verificação tão minuciosa quanto as que foram feitas para outros países" (MADEIRA, 1942, p. 9).

Ele estava se referindo a taxas de crescimento da população e apresenta tabela onde confronta as populações recenseadas em 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940 com as calculadas por meio de fórmulas e técnicas. Somente em 1872 os resultados são iguais; em todos os outros censos houve diferenças para mais ou para menos, inclusive em 1940.

Na verdade, de forma geral, o futuro sempre há de corrigir censos passados. Há os que dizem, por exemplo, que o recenseamento de 1940 foi tecnicamente perfeito e há quem garanta que ele também teve problemas sérios, especialmente em São Paulo. *Manoel Antônio Soares da Cunha*, técnico hoje aposentado, mas que esteve atuante no IBGE durante mais de 40 anos, afirma que os resultados do Censo de 1960 apontam omissões feitas no recenseamento anterior. Ele cita, também, relembrando o que ouviu de *Sebastião de Oliveira Reis*, uma história impressionante. Na paróquia de uma igreja no bairro paulista da Casa Verde, as pessoas foram avisadas, na missa, que haveriam cestos na porta do templo para as pessoas depositarem neles os questionários preenchidos. Certamente, em uma coleta feita dessa forma não se teria nenhum controle sobre quem preencheu e quem não preencheu os questionários daquele setor censitário.

Por tudo isto, não chega a causar espécie a Assembléia Geral desconfiar de exageros nas estimativas e taxas populacionais divulgadas no *Anuário Estatístico do Brasil* de 1936. Por certo houve mesmo, e em algum momento estes excessos seriam detectados. E é louvável que a própria Assembléia propusesse a eliminação de cálculos parciais em cada estado, segundo sabe-se lá que metodologia.

O "E" convida o "G"

No dia 23 de dezembro daquele 1936 abriu-se mais uma sessão, a sexta, da primeira Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. E em meio à sessão, vale destacar a proposta de Teixeira de Freitas para que saísse do plenário, em nome

do presidente daqueles trabalhos, telegramas a todos os governadores. Estas missivas deviam solicitar que fossem mantidos e até mesmo aumentados recursos materiais e financeiros para as respectivas repartições de estatística. Isto para que elas pudessem fazer frente à realização "da pesada tarefa que lhes tocará, a partir de 1937, por força dos compromissos decorrentes da Convenção de 11 de agosto" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1939?], Sessão 6, p. 3).

Em seguida, entrou em votação o projeto nº 10, que determinava providências para o aperfeiçoamento da estatística postal-telegráfica e telefônica, sendo o mesmo aprovado por unanimidade e sem nenhuma discussão. O projeto nº 11, fixando diretrizes à iniciativa do Instituto em dar total apoio e aproveitamento às estatísticas ferroviárias, foi colocado em discussão. O representante de Santa Catarina, *Elpidio Domingues Lins*, defendeu emenda para que "o Instituto ficasse obrigado a se articular com os órgãos autorizados a fornecer informações sobre os fatos da estatística rodoviária". O debate se estendeu e sua conclusão ficou para discussão futura.

A sétima sessão, realizada na véspera do Natal de 1936, foi aberta com uma explanação de *Fioravanti Bittencourt*, um dos membros da delegação de São Paulo. Ele falou sobre o plano da repartição de estatística paulista para as estatísticas policiais e criminais. Na oportunidade, ele felicitou a Polícia Civil do Distrito Federal por ter seus procedimentos coincidindo com os "adotados pela sua Diretoria Geral de Estatística e Comunicações" [sic][150].

Na Ordem do Dia, retomou-se a discussão sobre o projeto nº 11, que fora interrompida na sessão anterior. Como o representante de Santa Catarina, que desejava fazer-lhe uma emenda, ainda não havia chegado ao recinto, a discussão sobre este projeto foi postergada. Ernesto Pelanda, da delegação gaúcha, apresentou projeto de resolução, ainda sem número, regulando o subestabelecimento dos votos dos delegados. Ele pediu urgência e a conseguiu, tendo o seu projeto sido aprovado por unanimidade, seguindo para a Comissão de Organização técnica sem numeração. Passou-se então à discussão do projeto nº 12, que estabelecia provimentos para a publicação anual dos resultados gerais da estatística brasileira e para a constituição de um fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto.

Este projeto, que seria aprovado como a Resolução nº 12, da Assembléia Geral, assinala a descontinuidade do parque gráfico vinculado à estatística. A tipografia montada por Mendes da Rocha, ao tempo da DGE, com o fim desta repartição foi transferida para a esfera do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, pelo visto, deve ter ficado por lá até ser extinta.

Sobre a parte que tratava da publicação do Anuário, houve duas propostas de emendas: uma, de Paulo Pimentel, determinando que ele fosse distribuído a todas as agências municipais e aos agentes itinerantes; outra, de Ernesto Pelanda, prevendo a inclusão de séries retrospectivas em suas páginas.

[150] Não foram encontrados registros de uma repartição com este nome. Pode ser um erro do responsável pela ata como pode ter existido um setor dentro da Secretaria de Segurança do Estado com este nome.

Teixeira de Freitas, o técnico por trás da preparação da publicação, pediu a palavra para comentar as duas propostas. Com relação a de Pimentel, ele a louvava, afirmando ser justo que todos os que concorressem pela elaboração da obra não fossem esquecidos no momento da sua distribuição. Além disto, ele assegurava que quanto maior a divulgação, mais contribuiria para "criar uma nova mentalidade estatística no Brasil". Quanto à sugestão de Pelanda, com quem parecia manter uma certa rivalidade, Teixeira a abateu com um curto comentário:

> a Junta Executiva Central se sentia no dever de prestar esclarecimentos ao delegado do Rio Grande do Sul, quanto ao critério adotado na elaboração do Anuário, relativamente às séries retrospectivas, cuja inclusão se procurou evitar tanto quanto possível, exceto quando se tratava dos aspectos estatísticos mais essenciais, por isso que o Anuário visava, sobretudo, o estudo da realidade atual (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1939?], Sessão 7, p. 3).

O projeto foi aprovado por unanimidade, sem a emenda de Pelanda, e viria a transformar-se, depois de passar pela Comissão de Organização Técnica, na Resolução nº 12.

Isto posto, o plenário passou a analisar o projeto seguinte, de nº 13, que dispunha sobre a atuação do Instituto com objetivo de obter a publicação regular pelos estados e Território do Acre do Anuário municipal de legislação e administração. Após a leitura, não houve óbices à sua aprovação, transformando-se, pois, na resolução de mesmo número (após, evidentemente, passar pela comissão responsável pela redação final).

O presidente colocou em discussão o projeto nº 14, que fixava o plano prático da campanha estatística para 1937. Teixeira de Freitas, conclamou a atenção de todos para a importância do tema, solicitando a contribuição da experiência de todos os membros para que futuramente não surgissem surpresas desagradáveis que dificultassem a implantação das medidas deliberadas.

Ernesto Pelanda foi o primeiro a se manifestar, apresentando emenda para abreviar os trâmites preliminares do plano de campanha, atentando para a necessidade de se estabelecerem prazos para a efetiva operacionalização do plano. Teixeira o aparteou, salientando que passavam por uma fase de transição e que seria prudente estabelecer alguma flexibilidade. Fixar preceitos demasiado rígidos seria perigoso uma vez que poderiam ser descumpridos por dificuldades insuperáveis.

Em seguida, Pelanda e o secretário do INE mantiveram polêmica (mais uma) sobre a possibilidade de intervenção da Junta Executiva Central nos trabalhos das Juntas Executivas Regionais. Teixeira a queria pouca, somente quando necessária e por solicitação das próprias JER. Pelanda a queria mínima, quase nenhuma, limitando-se a JEC no seu caráter normativo. Paulo Pimentel interveio, sugerindo a inserção da expressão "dentro do menor prazo possível", no que foi rebatido por Teixeira que discordava da delimitação de prazos, invocando, inclusive, uma determinada cláusula da Convenção Nacional de Estatística que não pudera ser cumprida dentro do prazo fixado exatamente por ele ter sido demasiado reduzido.

Posto em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade, sendo enviado para a devida comissão, transmudando-se posteriormente na Resolução nº 14. Era inegável a influência de Teixeira naquela reunião.

O projeto seguinte, de nº 15, tratava dos esforços do Instituto em prol da regularização do Registro Civil, provendo "áreas de registro" [sic]. Foi aprovado sem discussão (virou a Resolução nº 15) e cabe aqui lembrar que esta regularização era um antigo sonho de Aureliano Portugal e de Bulhões Carvalho, naquela ocasião concretizado por Teixeira de Freitas, um dileto discípulo dos dois mestres demógrafos-sanitaristas.

Naquele momento da sétima sessão, Heitor Bracet precisou se ausentar da Assembléia. Regimentalmente, ele deveria passar o cargo para o secretário geral do INE, mas Teixeira abriu mão da direção dos trabalhos para poder "prestar esclarecimentos ao plenário sobre diversos projetos que seriam discutidos". Indicou o representante do Amazonas, Benjamim Lima, para presidir, no que foi atendido.

O novo presidente colocou em discussão o projeto nº 16, que fixava o orçamento do Instituto para o exercício de 1937. Ernesto Pelanda pediu o adiamento da discussão para que fosse devidamente debatido o projeto substitutivo que apresentara, recebendo a concordância unânime dos delegados.

Por não terem sido distribuídas cópias dos projetos nºs 17 e 18, passariam ao exame do nº 19, que estabelecia bases para a regulamentação do uso da franquia postal-telegráfica prevista na Convenção Nacional de Estatística. Teixeira pediu a palavra para esclarecer que a Junta Executiva Nacional reconhecia a omissão indevida no projeto para a extensão da franquia aos presidente e secretários das Juntas Executivas Regionais e que por isto receberia emenda da Comissão de Organização Técnica. O projeto foi aprovado e enviado para a respectiva comissão.

Passou-se à discussão do projeto de nº 20, que fixava as condições para filiação das instituições e serviços geográficos ao Instituto. Teixeira pediu a palavra para informar aos presentes que o presidente da República estava cogitando a criação de um Comitê Brasileiro de Geografia e filiá-lo à União Internacional de Geografia. O projeto foi aprovado por unanimidade, transformando-se na Resolução nº 18.

Cabe aqui um comentário. A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística estava discutindo *condições* para a admissão em suas lides das instituições ligadas à Geografia. Teixeira comunica que Vargas tencionava, naquele 1936, criar um Comitê, que, hierarquicamente, era patente menor do que um Conselho. De qualquer forma, em algum momento entre o fim daquele ano e março do ano seguinte a intenção inicial transmudou-se para a criação de um Conselho Brasileiro de Geografia, que, em tese, deveria ter o mesmo *status* que o CNE. Entretanto, fica patente (e latente) que a entrada do "G" na seara do "E" foi visivelmente caudatária, a convite, como já tinha assim determinado a Convenção Nacional de Estatística. De qualquer forma deve-se registrar que Teixeira de Freitas desde muito ansiava por unir a Cartografia aos estudos estatísticos e que em algum momento ele deve ter

percebido quão importante seria vincular as duas disciplinas - Estatística e Geografia – no mesmo órgão.

O projeto seguinte a ser colocado em discussão foi o de nº 23, que regulava a constituição e o funcionamento do corpo de assessores do Conselho Nacional de Estatística. A pedido do secretário geral, alegando a necessidade de avaliação de emenda proposta pela delegação paulista, o projeto foi remetido à Comissão de Organização Técnica. Ao ser colocado em discussão o projeto seguinte, de nº 24, Ernesto Pelanda sugeriu que os trabalhos fossem encerrados, uma vez que o assunto interessava diretamente à delegação paulista que se encontrava desfalcada no plenário naquele momento. Teixeira afirmou que também ia pedir o adiamento para convidar o Departamento Nacional do Café, interessado no assunto, a enviar representante para os debates.

A Assembléia acelera a conclusão dos trabalhos

Na oitava sessão daquela primeira Assembléia Geral teve o seu expediente aberto pelo comentário de um dos representantes paulistas, *Francisco Jarussi*, sobre o ofício enviado pela Polícia Civil do Distrito Federal "apreciando o álbum com que a delegação paulista contribuíra para o plano estatístico nacional" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?], Sessão 8, p. 1). Dizia o ofício da satisfação pela identidade entre o plano executado pela repartição policial da capital e o exposto pela comissão paulista. O representante de São Paulo alegou que o trabalho apresentado por sua delegação foi subsidiado por várias fontes e que não visava nenhum louvor, importando apenas o aperfeiçoamento da estatística nacional.

Dando prosseguimento à sessão, o presidente trouxe para a discussão assuntos pendentes, como a discussão do projeto nº 11 (sobre o aproveitamento da estatística ferroviária). O representante de Santa Catarina, Elpidio Lins, apresentou um substitutivo, aperfeiçoando o anterior, com o intuito de "dar maior elasticidade às pesquisas estatísticas relativas aos transportes" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?], Sessão 8, p. 3). Para isto, propunha ao Instituto contato direto com os órgãos devidamente autorizados a prestarem as informações necessárias. Por sua extensão, o substitutivo ficou para ser apreciado pelo plenário em outra sessão.

Outro assunto pendente para ser debatido foi o projeto nº 24 (tratando das estatísticas relativas ao café). Como não tinha havido tempo hábil para convidar o representante do Departamento Nacional do Café, sugeriu-se o adiamento, proposta que contou com o apoio da delegação paulista, que acrescentou ser importante a presença de um representante do Instituto do Café, de São Paulo. O representante de Pernambuco lembrou que seria importante a presença de um representante do Instituto do Açúcar e do Álcool, que também elaborava estatísticas que precisavam ser harmonizadas. O presidente da sessão já estava determinando mais um adiamento da discussão do assunto, quando Teixeira de Freitas pediu a palavra. O secretário geral do INE argumentou que o texto do projeto apenas observava o princípio da coope-

ração entre os órgãos oficiais e oficializados produtores de estatística e que não havia na redação do projeto nada que ferisse a este propósito. E como não houve emenda e havia ainda a determinação de convocação, pela Junta Executiva Central, de representantes das instituições oficializadas para entrarem em entendimentos sobre como fazer a harmonização, ele propunha que votassem o texto como estava. A capacidade de mesmerização das argumentações de Teixeira era tal que o projeto foi aprovado por unanimidade, deixando para a JEC (onde ele imperava) o fórum para a discussão com os outros organismos elaboradores de estatísticas. Posteriormente, o projeto transformou-se na Resolução nº 21.

Em seguida foram aprovados os projetos nº 25 (Resolução nº 22), que trata das prerrogativas dos órgãos do Instituto esforços de propaganda em prol da criação, em cada município, de organizações culturais e nº 16, fixando o orçamento do INE para 1937. Este, tivera a sua votação adiada em função de emenda proposta pela delegação gaúcha. Houve ainda emenda apresentada por Rafael Xavier. O projeto foi aprovado com as duas emendas e remetido à Comissão de Organização Técnica, de onde saiu como Resolução nº 16.

Sobre o projeto nº 23 – regulando a constituição e o funcionamento do corpo de assessores do CNE - que já estava passando pela segunda discussão, após longos debates, onde sempre pontificava Teixeira de Freitas, por sugestão deste, foi novamente adiado, dada a sua complexidade. Por conta disto, ele pedira para o citado projeto ser novamente remetido à Comissão de Organização Técnica. Com isto, encerraram-se os trabalhos daquele dia.

Veio a nona sessão, realizada em 29 de dezembro – houve pausa para que os delegados tivessem tempo para analisarem os projetos pendentes. Na Ordem do Dia, vale destacar o comunicado feito por Mario Freire, representante do Distrito Federal e do Espírito Santo. Ele leu um telegrama que recebera do diretor do Departamento de Estatística Geral capixaba dando conhecimento à Assembléia Geral a respeito de uma resolução da Comissão de Legislação e Justiça da Assembléia Legislativa estadual. No projeto de lei de organização municipal do Espírito Santo foi incluída uma cláusula, determinando que os municípios cuja arrecadação no exercício anterior atingir ou superar a 60 contos de réis seriam obrigados a manter um serviço de estatística próprio imediatamente filiado ao INE. O sonho de Teixeira, de um sistema integrado de estatística, ganhava forma cada vez mais.

Chegou à presidência uma carta do representante do Mato Grosso, Firmo Dutra, renunciando ao cargo de representante de seu estado na Assembléia Geral, alegando instabilidades políticas no Mato Grosso, que inclusive estavam pondo a ordem pública em perigo. Houve protestos em toda a Assembléia. Com sucessivos apelos para que Firmo revisse a sua decisão para que o plenário não abrisse mão de “tão dedicado colaborador”. O presidente em exercício, Heitor Bracet, apelou a todos os representantes no sentido de que não deixassem contingências políticas regionais repercutirem no seio da Assembléia, “alheia por natureza à política partidária”. Mario Freire, tomou a palavra e fez apelo a Firmo para que continuasse participando da

Assembléia, dando sua contribuição, mesmo sem a investidura do cargo de representante oficial de seu estado, no que foi acompanhado por todos os integrantes da Assembléia. Firmo agradeceu a manifestação e se colocou à disposição da Assembléia Geral.

Este fato é um bom exemplo de como a política afeta a estatística, ao contrário da alegação de Heitor Bracet. Especialmente naqueles tempos, a produção e sobremodo a coordenação de estatísticas não poderia de forma alguma estar alheia ao ambiente político.

Foi apresentado pela Comissão de Organização Técnica um substitutivo ao projeto nº 29, tratando de alterações no Regimento Interno da Assembléia. Teixeira de Freitas disse que não via inconveniente algum na proposta, que, segundo ele, consagraria o "espírito de cordialidade e concórdia" que pairou sobre os trabalhos da Assembléia. Aproveitando este espírito, Ernesto Pelanda acrescentou que o Regimento ainda poderia sofrer outros aperfeiçoamentos e sugeriu a nomeação de uma comissão para reexamina-lo, livrando-o de possíveis imperfeições. Uma outra alternativa, segundo o representante gaúcho, seria considerar o Regimento como provisório, podendo a Assembléia na sua sessão ordinária, em julho do ano seguinte, alterá-la ou completa-la.

Teixeira pede a palavra e salienta que o Regimento é, por natureza, provisório, podendo ser alterado a qualquer momento. E mais: para não atrapalhar o andamento dos trabalhos da Assembléia, ele solicitava à Pelanda que retirasse a sua proposta na parte referente à constituição de uma comissão. O representante gaúcho concordou e o projeto nº 29 foi aprovado e enviado para a Comissão de Redação Final, tornou-se a Resolução nº 25. Definitivamente, o secretário geral do INE tinha aquela Assembléia em sua mão.

O relator da Comissão de Organização Técnica obteve a palavra e leu os pareceres relativos aos seguintes projetos aprovados em segunda discussão:

Nº 2: dá Regimento aos trabalhos da Junta Executiva Central; virou Resolução nº 3;

Nº 3: dá Regimento aos trabalhos das Juntas Executivas Regionais, virou Resolução nº 4;

Nº 5: aprova os atos e deliberações da JEC, virou Resolução nº 5;

Nº 6: estabelece normas gerais para a colaboração dos sistemas estatísticos regionais com o federal, virou Resolução nº 7;

Nº 7: determina as providências que serão solicitadas aos Poderes Públicos, em 1937, para aperfeiçoamento da estatística brasileira e preparação do recenseamento de 1940, virou Resolução nº 8;

Nº 9: estabelece normas para assegurar a unidade das estimativas demográficas brasileiras, virou Resolução nº 9;

Nº 11: fixa diretrizes à iniciativa do Instituto para o fim de desenvolver e dar integral aproveitamento à estatística dos transportes, virou Resolução nº 11;

Nº 12: provê à publicação anual dos resultados gerais da estatística brasileira e à constituição de um fundo especial para a criação das oficinas gráficas do Instituto, virou Resolução nº 12;

Nº 16: fixa o Orçamento do Instituto para o exercício de 1937, virou a Resolução nº 16; e

Nº 19: assenta as bases para a regulamentação do uso da franquia postal-telegráfica, prevista na cláusula n° 2, letra h, da Convenção Nacional de Estatística, virou Resolução nº 17.

Ainda nesta sessão foram aprovados os seguintes projetos após terceira discussão: nº 2, nº 3, nº 5, e nº 8 (estabelece o plano para o registro regular da divisão territorial e o da organização do Atlas Corográfico Municipal do Brasil[151], virou Resolução nº 6)

No prosseguimento, o presidente colocou em primeira discussão os seguintes projetos (com suas respectivas destinações):

Nº 21: regula a filiação, ao Instituto, dos serviços estatísticos de instituições e serviços geográficos, aprovado unanimemente, sem debates, enviado à Comissão de Organização Técnica a pedido do secretário geral do INE (virou Resolução nº 19).

Nº 26: estabelece normas para a uniformização dos dispositivos técnicos dos regulamentos a que obedecem os serviços de estatística das repartições centrais regionais, aprovado, apesar do senão levantado por Ernesto Pelanda, observando que o prazo fixado no Art. 1º para que os governos regionais e demais entidades filiadas ao Instituto remetessem os regulamentos de seus serviços de estatística à JEC devia ser prorrogável, uma vez que os estados ainda estão organizando seus respectivos Serviços Centrais de Estatística. Teixeira de Freitas, com o rolo compressor ativo, disse que já tinha previsto tal objeção, pelo que solicitava o envio do projeto à Comissão de Organização Técnica, que lhe daria a flexibilidade necessária e proporcionaria aos estados se adequarem ao sistema. Diante de tanta determinação, o projeto foi aprovado e encaminhado à Comissão.

Nº 27: adia a distribuição dos prêmios previstos no Art. 18 do Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936 e dá outras providências, aprovado e remetido à Comissão de Organização Técnica (virou Resolução nº 24).

Nº 28: define a aptidão mínima exigível para admissão aos quadros das Repartições de Estatística integradas ao Instituto e dá outras providências, teve a votação adiada por solicitação de Teixeira com o intuito de ser preparado um substitutivo.

No 30: interpreta a competência dos assessores a que se referem os Arts. 7º e 15º do Decreto nº 1.200, aprovado e remetido à Comissão de Organização Técnica.

Com isto, o presidente encerrou aquela sessão.

[151] Nunca foi feito. O que mais próximo disto chegou foram as monografias municipais e a **Enciclopédia dos municípios.** Veja em capítulo posterior.

Grandes vultos lembrados para o CNE



Membros da I Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, 1936.

Aberta a décima sessão, no dia 30 de dezembro, Rafael Xavier pediu a palavra para convidar os delegados a uma visita à sede da Serviços *Hollerith*, cuja funcionária representante estava visitando aquela Assembléia.

Boa parte dos projetos encaminhados à Comissão de Organização Técnica tiveram seus pareceres lidos pelos respectivos relatores, obtendo do plenário a aprovação final. Houve caso de um projeto, o de nº 30, que foi incorporado ao nº 23 e o nº 27, que recebeu um substitutivo.

Foi apresentado o projeto n° 17, que envolvia pronunciamentos diversos concernentes a problemas e iniciativas referentes ao desenvolvimento da estatística brasileira. Depois de muitos debates e sugestões de emendas, o projeto foi aprovado e encaminhado para a Comissão de Organização Técnica. Voltaram, então, a discutir o projeto nº 28, que tinha sido adiado a pedido de Benedicto Silva, secretário assistente da Mesa e membro do CNE. Após extensas discussões, foi decidido que o referido projeto seria submetido à apreciação da Junta Executiva Central.

Foram aprovados pelo plenário diversos projetos em terceira discussão, encerrando-se os trabalhos e adiantada hora da noite.

Na 11ª e última sessão da Assembléia, realizada em 31 de dezembro daquele 1936, aberta a Ordem do Dia com a leitura e aprovação em terceira discussão do projeto nº 17, já com o parecer da Comissão de Redação Final.

Passou-se, então, à eleição dos assessores do Conselho Nacional de Estatística, que, segundo a ata, foi "feita pelo processo simbólico". Analisadas pelo ponto de vista atual, as seções não deixam de ser curiosas, uma vez que desde muito não há nada nem sequer parecido dentro dos ramos da moderna estatística. Eis as seções e os eleitos:

Seções	Eleitos
Metodologia Estatística	José Farani Fontenele
Estatística Matemática	Jorge Kafuri
Estatística Cosmográfica	Lelio Gama
Estatística Geológica	Eusébio de Oliveira
Estatística Climatológica	Sampaio Ferraz
Estatística Biológica	Almeida Júnior
Estatística Antropológica	Edgard Roquette-Pinto*
Estatística Demográfica	José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho
Estatística Agrícola	Honório Monteiro

Estatística de Transportes e Comunicações	Aimoré Drumond**
Estatística Comercial	Valentim Bouças
Estatística Bancária	Paulo Frederico Magalhães
Estatística dos Serviços Urbanos	Armando Godoi
Estatística Educacional	Lourenço Filho
Estatística Cultural	Fernando Azevedo
Estatística Policial	Edgard Costa
Estatística Judiciária	Carlos Maximiliano
Estatística da Defesa Nacional	Pantaleão Pessoa
Estatística da Organização Administrativa	Francisco Sales Oliveira
Estatística Financeira	Mario Barbosa
Estatística Política	Azevedo Amaral
Estatística Territorial	Everardo Backheuser
Estatística do Consumo	Milton da Silva Rodrigues
Estatística Médico-Sanitária	Clementino Fraga
Estatística Social	Oliveira Viana
Estatística Moral	Alceu Amoroso Lima

Da mesma forma, a Assembléia Geral elegeu os representantes do corpo de assessores do Conselho Nacional de Estatística. A saber:

Seções	Assessores
Agricultura	Artur Torres Filho
Indústria	A. J. Renner
Comércio	Vitor Viana
Trabalho	Cassiano Tavares Bastos
Imprensa	Paulo Filho***
Religião	Pe. Leonel Franca



Padre Leonel Franca, [s.d.].

Segundo consta na ata, os nomes que concorreram aos cargos foram “lembrados”, o que leva imaginar que foram sugeridos pelos delegados presentes e submetidos aos votos de todos.

Vale destacar que alguns dos nomes propostos, inclusive os “perdedores”, tinham ou teriam notável posição na história do País, como José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Barbosa Lima Sobrinho, Assis Chateaubriand e Lauro Sodré, por exemplo.

Entretanto, o destaque maior daquela eleição ficou por conta de Bulhões Carvalho, o nome proposto para a assessoria da seção de Estatística Demográfica, que, de acordo com a ata, ao ser sugerido “foi aclamado sob uma salva de palmas”. Fica, assim, o registro de que o “velho mestre”, o titular durante tanto tempo da Diretoria Geral de Estatística, o médico que cuidou da saúde da estatística brasileira por quase 40 anos[152], já fez parte do Conselho Nacional de Estatística.

[152] Ver o volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

Após a eleição dos assessores do CNE, o secretário geral do INE, Teixeira de Freitas, pediu a palavra naqueles momentos finais da Assembléia e, conforme descrito na ata:

> Historiou, sumariamente, os fatos relacionados com a criação e o funcionamento do Instituto Nacional de Estatística, estendendo-se em considerações sobre a via nova que o princípio da cooperação interadministrativa, superiormente compreendido, abria para a Estatística brasileira. Lembrou que a idéia da criação do Instituto recebera, quando lançada, em 1934, o apoio decisivo do então ministro Juarez Távora, o qual, reunindo no seu ministério uma comissão composta de representantes de todos os demais ministérios, cometeu [sic] a esta comissão a incumbência de elaborar um anteprojeto que serviu de base para aquele que criou o Instituto. Pôs em relevo o apoio seguro que o governo da República tem dado a todas as boas iniciativas tomadas ou propostas, no sentido de valorizar a Estatística brasileira (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?], Sessão 11, p. 5).

Ao concluir o seu relato, Teixeira exortou seus colegas presentes para que não deixassem arrefecer "o alto espírito de concórdia" que foi patente naquela Assembléia Geral e que cada um se transformasse "num defensor ardoroso da obra já estruturada", para que a campanha sempre se mostrasse forte em todos os setores da administração nacional.

Depois que Teixeira terminou o seu emocionado e emocionante discurso, Sigmaringa Seixas conclamou que fosse registrado em ata um voto de alto louvor à Mesa por parte da Assembléia, "pela orientação sadia e construtiva" dada aos trabalhos. Benjamim Lima também lembrou que "o nome de Leo de Affonseca nunca poderia ser esquecido, sempre que se tratasse de profissionais que têm contribuído para a aperfeiçoamento da Estatística brasileira". Segundo Benjamim frisou, sob aplausos da Assembléia, "Léo d'Affonseca, dentro da mais completa justiça, deve ser considerado um dos fundadores da Estatística brasileira" (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?], Sessão 8, p. 6).

Após esta importante declaração, o presidente encerrou os trabalhos da sessão. Pelo menos em termos de plenário, os trabalhos da Assembléia estavam encerrados no último dia daquele simbólico ano de 1936.

Assembléia de 1937 no edifício A Noite

A reunião inaugural da Assembléia Geral de 1937 aconteceu no salão de conferências do Palácio Itamarati, no Rio de Janeiro. Os encontros seguintes foram realizados na sede do Instituto Nacional de Estatística, que ficava no edifício A Noite (onde já estava sediada a Rádio Nacional), na Praça Mauá, do Rio de Janeiro.

Na sessão inaugural (dia 1º de julho de 1937), presidida por Macedo Soares, destacou-se o fato do presidente ter marcado o início dos trabalhos do Conselho Brasileiro de Estatística para a manhã de 2 de julho e os do Conselho Nacional de Estatística para as duas da tarde.

Na primeira sessão, responderam à chamada os delegados federais: (além do presidente do INE, *José Carlos de Macedo Soares*, que saiu pouco depois da abertura

dos trabalhos), *Heitor Bracet*, do Ministério da Justiça (que substituiu o presidente), *Leo de Afonseca*, do Ministério da Fazenda, *Carlos Alberto Gonçalves*, do Ministério das Relações Exteriores, *Mario Augusto Teixeira de Freitas*, do Ministério da Educação e Saúde, *Luis Joaquim da Costa Leite*, suplente de *Costa Miranda* (que viria às demais sessões), do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Antonio Vieira de Mello*, suplente de Licínio Almeida, do Ministério da Viação. Além destes, estavam presentes os representantes regionais: *José Barbosa Neto*, de Alagoas; *Benjamim Lima*, do Amazonas; *Antonio Pedro Guedes*, da Bahia; *Plácido Castelo*, do Ceará; *Francisco Corrêa de Sá e Benevides*, do Distrito Federal; *Mario Aristides Freire*, do Espírito Santo; *Francisco Balduíno Santa Cruz*, de Goiás; *Wilson Soares*, do Maranhão; *Francisco Alexandre Ferreira Mendes*, de Mato Grosso; *Hildebrando Clark*, de Minas Gerais; *José Coutinho de Oliveira*, do Pará; *Antonio Baptista Ribas* e seu assistente, *Delly de Carvalho*, do Paraná; *Lauro Montenegro*, de Pernambuco; *João Meira de Menezes*, da Paraíba; *João Bastos*, do Piauí; *Nelson Pereira Fonseca*, do Rio de Janeiro; *Anfilóquio Câmara*, do Rio Grande do Norte; *Ernesto Pelanda*, do Rio Grande do Sul; *Elpidio Domingues Lins* e seu assistente, *Antonio Teixeira de Freitas*[153], de Santa Catarina; *Francisco Jarussi* e *Gustavo Godoy Filho*, de São Paulo; e *Deolindo do Nascimento*, de Sergipe. Também foram delegados: Comandante *Carvalho Rego*, assistente militar do Ministro Macedo Soares, *E. Rangel*, da seção de Bioestatística do Ministério da Educação e Saúde; *Otávio Alexander de Morais*, da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira; *Benedicto Silva*, diretor da Secretaria do Instituto e secretário-assistente da Assembléia e *Paulo Lopes Corrêa*, seu assistente. Em outras sessões, estiveram presentes o delegado do Ministério da Marinha, comandante *Manuel Ribeiro Espíndola;* do Ministério da Guerra, *Tenente-Coronel Custódio dos Reis Príncipe Júnior*; e mais: *Rafael Xavier*, diretor de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura e *Luiz Nunes Briggs*, eventualmente substituindo o representante da Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça.



Edifício A Noite, na Praça Mauá, RJ, [s.d.].

O primeiro projeto de Resolução a ser discutido foi o que referendava o regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia - CBG (que já tinha sido elaborado anteriormente). Teixeira de Freitas pediu a palavra e previu "trânsito fácil" na discussão da Assembléia Geral, permitindo ao CBG "sentir-se senhor dos seus destinos no seio do Instituto". Entretanto, por conta de mal entendidos, os Ministérios da

[153] Filho do secretário geral do INE. O pai de Mario Augusto Teixeira de Freitas era catarinense.

Marinha e do Exército mandaram seus respectivos representantes delegados no CBG se retirarem. Teixeira, com a clarividência que lhe era peculiar, discursou pedindo calma e compreensão e que o projeto não fosse votado até que fossem ouvidos os representantes dos serviços geográficos militares, harmonizando seus pontos de vista com os da CBG. E assim foi feito.

O passo seguinte foi sortear os membros das comissões de Orçamento e Contas e Organização Técnica (da qual o secretário geral do INE era membro nato). Para a comissão de Redação Final, regimentalmente deveria ser formada pelo secretário geral do INE, um delegado federal e três regionais.

Na segunda sessão daquela Assembléia Geral, vale destacar dois projetos. Um deles, posteriormente se transformou na Resolução nº 28, tornando obrigatório o exame e a discussão, em cada sessão anual da Assembléia Geral, de relatórios de todos os seus membros que representarem organizações estatísticas. Um claro sinal de que o sistema proposto por Teixeira estava assentando suas bases em terreno sólido.

O outro formulava apelo ao Conselho Brasileiro de Geografia sobre o preparo da Carta Geral do Brasil e do Atlas Corográfico Brasileiro como subsídios para o Recenseamento de 1940. Passou sem maiores discussões e nenhuma emenda. Virou a Resolução nº 30.

A discussão sobre a nomeação de "pessoas estranhas" ao quadro de servidores da Diretoria de Estatística Municipal do Distrito Federal (antiga Sub-Diretoria de Arquivo e Estatística por longos anos chefiada por Aureliano Portugal) tomou boa parte da terceira sessão. O interventor *Olímpio de Melo*[154] (entre 1936 e 1937) havia nomeado pessoas sem a necessária competência para dirigir os trabalhos do órgão responsável pela estatística municipal, o que feria o texto da Convenção de Estatística assinada em 11 de agosto. Tal gesto gerou protesto por parte dos funcionários de carreira da Diretoria que foram preteridos. Estes enviaram telegramas às Juntas Executivas Regionais, pedindo solidariedade, e à Junta Executiva Central, cobrando providências. A JEC se viu em situação embaraçosa, uma vez que defendia ardorosamente os interesses dos funcionários de carreira dos órgãos relacionados ao Instituto mas, como "órgão da autoridade emanada dos governos federal e estaduais", não podia, desta forma, se insurgir ou apoiar insurreições contra a ordem vigente. A solução encontrada foi a retirada do telegrama de protesto, para que a Junta Executiva

[154] Na administração de *Pedro Ernesto Batista* (1884-1942), interventor nomeado e prefeito do Distrito Federal de 1931 a 1936, foi determinado que cargos públicos fossem preenchidos mediante concurso público. Isto desagradou parte da classe política, particularmente a Intendência Municipal, que desde o Império tinha a atribuição de indicar pessoas para os cargos públicos. Em 1934, por conta das obras realizadas no prédio da Prefeitura, levou o seu gabinete para o Palácio da Intendência, o que descontentou seu desafeto político, cônego *Olímpio de Melo* (1886-1977), presidente da Intendência (a Câmara dos Vereadores da época). Sua atuação como médico e administrador da cidade o tornou tão popular que a voz rouca das ruas passou a chamar o Palácio da Intendência de Palácio Pedro Ernesto, o que se tornou oficial em 1971. Sua crescente popularidade incomodou ao presidente Getulio Vargas, de quem Pedro Ernesto era médico particular e de sua família. Mesmo assim, Vargas não hesitou em envolvê-lo na Intentona Comunista de 1935, livrando-se assim de uma sombra que ganhava cada vez mais musculatura política. Ernesto foi preso e destituído de seu cargo em 1936. Vargas colocou *Augusto do Amaral Peixoto* (1901-1984), como prefeito nomeado por algum tempo, nomeando, em seguida, Olímpio de Melo como Interventor no Distrito Federal. Olímpio desfez vários atos de seu desafeto, incluindo a nomeação política de diversos cargos de repartições municipais, como a Diretoria de Estatística. Em 1937, Olímpio deixa a prefeitura para assumir a presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Em seu lugar, Vargas nomeou *Henrique de Toledo Dodsworth* (1895-1975), que recebeu a solicitação do Instituto Nacional de Estatística para que nomeasse pessoa de notório saber em estatística para uma das subdiretorias da repartição municipal de estatística (GOVERNO..., 2005; LUSTOSA, 2004. p. 141 a 176).



Membros do CNG e CNE, [s.d.].

Central baixasse Resolução (de n° 14) que dispunha sobre uma representação do INE ao governo do Distrito Federal, que àquela altura era chefiado por *Henrique de Toledo Dodsworth* (foi prefeito de 1937 a 1945), o que trazia mais dificuldades à questão. Como dirigir uma representação a um novo interventor se a matéria tratada se referia ao seu predecessor? Teixeira de Freitas pediu a palavra e comunicou que o Instituto já tinha enviado cópia da Resolução nº 14[155], da Junta Executiva Regional, com data de 16 de junho de 1937, a todas as Juntas Regionais, uma vez que casos como aquele poderiam acontecer em outros estados.

As atas posteriores não revelaram o desdobramento do caso específico do Distrito Federal. É de se supor que o novo interventor tenha revogado a nomeação feita por Olímpio de Melo.

Esta questão chegou à Assembléia Geral daquele 1937 que, analisava, na terceira sessão, uma proposta de Teixeira de Freitas para que fosse enviada uma solicitação ao novo interventor, no sentido de que um dos lugares de sub-diretor do órgão de estatística do Distrito Federal fosse ocupado por "técnico de real e reconhecida competência em matéria de estatística". Na oportunidade, Teixeira de Freitas salientou que aquele assunto era de "grande importância", uma vez que casos como aquele poderiam acontecer em outros estados. Na oportunidade, vários delegados estaduais comunicaram que em seus respectivos estados havia a determinação para ser feito concurso para o preenchimento dos cargos das repartições de estatística.

Na mesma terceira sessão, foi aprovado um voto de pesar pelo passamento do jornalista Ari Silveira, representante em Niterói dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*

[155] A Resolução n° 14 da JEC sugeria ao governo do Distrito Federal promover os funcionários antigos especializados em estatística. E mais: organizar um curso de especialização e aperfeiçoamento em estatística para todos os oficiais da repartição; determinar que as promoções fossem baseadas na aprovação nestes cursos, de acordo com o melhor aproveitamento de cada um; que as vagas sobre-restantes fossem preenchidas mediante concurso de títulos entre funcionários municipais ou federais de estatística; provimento, no lugar do diretor em comissão, do atual subdiretor, cuja capacidade é plenamente reconhecida.

e *O Estado*. Ari foi lembrado como sendo "um dedicado amigo da estatística" e não deixa de chamar a atenção uma Assembléia Geral do CNE considerar um jornalista com este título. Vale, pois, o destaque.



Na III Assembléia do CNE: (da esq. para a dir.), Giorgio Mortara, João Lyra Madeira, Benedicto Silva, Leo de Affonseca, Macedo Soares, Carneiro Felippe, Lourenço Filho e Teixeira de Freitas, [s.d.].

O presidente em exercício, Heitor Bracet (Macedo depois da sessão inaugural não mais apareceu) avisou aos delegados que o projeto nº 2 fora aprovado como Resolução nº 28 e já estava em vigor, o que significava dizer que todos deveriam apresentar relatórios sucintos das atividades de suas respectivas repartições de estatísticas. Naquela sessão, só o representante do Amazonas tinha algo pronto para apresentar. Todos os demais, definidos para falarem naquele momento, surpreendidos, pediram adiamento de suas inscrições, evidentemente para pedir aos estados que enviassem os dados a serem apresentados.

Na quarta sessão da Assembléia Geral, o presidente recebeu uma comissão composta por três participantes da Assembléia do Conselho Brasileiro de Geografia (reunido na parte da manhã), que comparecia ali para declarar que o CBG resolvera, "unânime e calorosamente" enviar ao Conselho Nacional de Estatística votos de congratulações pelo "terceiro aniversário de criação do Instituto Nacional de Estatística". Era o dia 6 de julho de 1937.

Também desta sessão vale destacar a sugestão do representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Costa Miranda, para quando as repartições estaduais estivessem realizando inquéritos de estatística predial. Ele pediu que investigassem também a distância percorrida pelos operários de suas casas até seus locais de trabalho, e, se possível, que fosse levantado os meios de transporte de que se serviam. Tais informações, segundo ele, seriam extremamente valiosas para o seu ministério determinar o custo de vida relativo ao operariado. De fato o seriam. Em tempos pré-índices de inflação, ser feito pelo menos o levantamento da incidência do fator transporte nas despesas dos trabalhadores já seria um avanço considerável. Entretanto, nenhuma resolução foi votada neste sentido, ficando somente na intenção e na proposta do representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O presidente em exercício, Heitor Bracet, comunicou à Assembléia, na quinta sessão, ter enviado um telegrama ao presidente Vargas, em congratulação "pela ocorrência do terceiro aniversário da criação do Instituto" (Nacional de Estatística). Em seguida, o secretário leu outras mensagens de diversos órgãos e personalidades parabenizando o INE pela mesma razão.

Teixeira de Freitas pediu a palavra para uma comunicação importante. Segundo ele, naquela manhã "chegara a pensar que o dia seria fatídico para o Instituto,

prenunciando a sua dissolução". Tudo porque alguns conselheiros lhe telefonaram no início do dia, comunicando que iriam visitar dois dos concorrentes à presidência, nas eleições que estavam marcadas para o início do ano seguinte.[156] Teixeira apelara veementemente aos dois que não o fizessem a tal visita como delegados da Assembléia, salientando que:

> A política que este faz é a grande construção do Brasil e da unidade nacional; que, como delegatário dos governos da República, federal e regionais, o Instituto precisa agir com absoluta imparcialidade, como se fosse magistrado, sem a preferência coletiva por esta ou aquela corrente; que a Convenção de 11 de Agosto é um pacto de alta eficácia jurídica: violá-la ou expô-la a violações, significa retirar ao Instituto a autoridade moral e legal para pronunciamentos que imponham os mandamentos imperativos da Convenção e da finalidade constitucional. Ponderara que, sob todos os aspectos – político, jurídico, pragmático, utilitário, moral – tal manifestação era inconveniente e prejudicial aos interesses do Instituto (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938a], Sessão 5, p. 3).

Diante destes argumentos, os dois delegados desistiram de seu intento, sinal para Teixeira de que:

> A unidade espiritual que inspira os trabalhos do Instituto já atingira nível tão alto que ele está apto para sair vitorioso das crises e desentendimentos passageiros que, porventura, venham a surgir, oriundos de choques e lutas provenientes de setores alheios à sua finalidade específica (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938a], Sessão 5, p. 2).

Aproveitando a oportunidade, o secretário geral do Instituto solicitou ao presidente interino que consultasse a Assembléia sobre a oportunidade de manifestações claras a respeito de o INE seguir o "propósito inviolável" agora e posteriormente, de uma diretriz objetiva: "manter-se acima e à margem da política partidária". E mais: se a Assembléia tivesse o firme propósito de pronunciar-se em relação à campanha presidencial, ele proporia uma alternativa – um telegrama, com palavras absolutamente idênticas, dirigido aos três candidatos, reivindicando para a estatística "o seu exato papel de instrumento tão importante para a vida do país", e que por conta disto, justificava a sua inserção nos programas de governo. Entretanto, para evitar qualquer mal entendido, ele preferia a opção de manter o INE completamente distante e imparcial em relação à campanha presidencial. O presidente em exercício Heitor Bracet, pediu que todos na Assembléia se manifestassem por esta opção, de pé e com uma salva de palmas. Toda a Assembléia aplaudiu de pé e demoradamente a proposta de Teixeira de Freitas.

Censo em pauta

O Recenseamento Geral que seria realizado em 1940 já estava em pauta de discussão naquela Assembléia, conforme visto na discussão sobre a resolução que tratava da Carta do Brasil e do Atlas Corográfico. Além deste momento, em outras

[156] Em 1937, estavam lançadas as candidaturas de *Plínio Salgado* (1895-1975), pela Ação Integralista, do ex-governador de São Paulo, *Armando Sales Oliveira* (1887-1945), pela União Democrática Brasileira, e *José Américo de Almeida* (1897-1980), pela situação, para concorrerem nas eleições presidenciais que deveriam acontecer em janeiro de 1938. Em 30 de setembro de 1937, os jornais divulgaram que o Estado-Maior do Exército descobriu um plano comunista – conhecido como Plano Cohen – "para tomar o poder no Brasil". Em 10 de novembro, o governo decretou o Estado Novo, fechando o Congresso, impondo uma nova constituição e cancelando as eleições.



Membros dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística em almoço no Jóquei Club, 1938.

oportunidades o tema veio à baila, como na sexta sessão, quando foi lida uma representação do Conselho Atuarial do Brasil, solicitando a inclusão de um representante nas comissões técnicas que o INE criará para tratar do Censo. Rafael Xavier, diretor de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, propôs que aquela inclusão fosse discutida naquele momento, acrescentando que João Lyra Madeira, o nome indicado pelo Conselho Atuarial, era "figura das mais brilhantes da classe dos atuários". Lyra Madeira, posteriormente, será um respeitado estatístico, autor de diversos trabalhos nesta ciência. Caberia saber porque um órgão oficial da atuária[157] no país não estava fazendo parte desde o início do Conselho Nacional de Estatística e, conseqüentemente, daquela Assembléia. Posteriormente, esta questão foi sanada com o Conselho Atuarial pedindo para fazer parte e sendo aceito como integrante do Conselho.

Na sétima sessão, cabe destacar a mensagem de saudação proposta pelo delegado do Estado do Rio de Janeiro, *Nelson Pereira Fonseca*, à Associação Brasileira de Imprensa – ABI, "pela cooperação eficiente que a imprensa vem prestando à estatística". A sugestão foi aprovada e constituiu-se comissão para levar a moção de reconhecimento ao órgão representativo dos jornalistas.

Nesta sessão, o momento de maior fulgor foi certamente a discussão do projeto nº 20, que tratava das bases para a organização, execução e divulgação dos recenseamentos gerais da República. O delegado do Rio de Janeiro pediu a palavra para apresentar emenda assinada por 17 representantes estaduais pedindo uma revisão ampla de seus dispositivos, sobretudo o item VII do Art. 1º, que envolvia a vinculação e subordinação de delegados regionais, federais e da comissão censitária.

Do jeito que estava, desagradava aos representantes estaduais (muitos eram diretores de repartições de estatística), que viam aquele item imputar-lhes uma subordinação ao delegado federal do recenseamento, acarretando em "diminuição da sua dignidade funcional". No entender deles, o Instituto Nacional de Estatística ressaltava o espírito de colaboração, cooperação e coordenação de esforços mas aquele item deixava claro que deveria haver, da parte deles, uma subordinação. Na sua ponderação, o delegado fluminense não estava alegando que os estados não iriam cooperar; só estavam afirmando que a situação de inferioridade seria inaceitável e incabível.

[157] Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1986, p. 159), atuária é "a parte da estatística que investiga problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros numa coletividade".

Para desanuviar o ambiente, Rafael Xavier pediu a palavra e garantiu que a interpretação de subordinação no citado item não correspondia ao que de fato se pretendia. Segundo ele, o projeto de resolução tratava "de uma questão técnica e de técnica elementar de organização de censos gerais", norma inclusive adotada nos Estados Unidos, Bélgica, México e outros países "onde a estatística está mais desenvolvida do que entre nós".

Teixeira também pediu para falar e iniciou afirmando confiar no bom senso, no discernimento, na inteligência e no espírito de compreensão de cada delegado. Ele lembrou que a própria lei que criou o Instituto estabelecia que o serviço dos censos seria órgão autônomo na organização federal, embora filiado ao sistema, não pode ser confundido com os órgãos já existentes. Estava ao lado do Instituto, mas obedecendo a normas próprias, independentes. Teixeira ponderou que enquanto o INE era permanente, coordenativo, federativo, o Serviço dos Censos era subordinativo, unitário, com organograma necessariamente de alto a baixo, sob pena de fracassar se assim não o fosse. Suas atribuições e afazeres tinham características próprias, que deveriam ser salvaguardadas.

Depois da intervenção do secretário geral, outros delegados também falaram e a discussão permaneceu por longo período. Houve pedidos de supressões de palavras, expressões, pedidos de substituições de outras. Em meio àquela acalorada discussão, *Lauro Montenegro*, representante de Pernambuco, invocou "o elevado espírito de cooperação" e pediu ao presidente para retirar a emenda, sendo acompanhado pelo representante do Rio de Janeiro, que alegou ser a vontade de todos. A partir desta decisão do conjunto de delegados que havia assinado o pedido da emenda, um Teixeira de Freitas, exultante, exclamou que aquela era "a verdadeira alma do Instituto", que a comissão de Organização Técnica saberia corresponder àquela prova de confiança. E, com efeito, a Resolução nº 50, que tratava do assunto, saiu com uma redação final afastando qualquer temor de subserviência.

O destaque da nona sessão foi a comunicação de que já estava esclarecido o mal entendido acerca do regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, que resultou na retirada do representante do Ministério da Marinha da Assembléia do CBG.



O eminente intelectual potiguar Luis da Câmara Cascudo, na foto, presente na Delegacia Regional do Recenseamento, em Natal – RN, em 1º de setembro de 1940, por ocasião do início dos trabalhos do Censo de 1940.

Na décima sessão vale ressaltar a apresentação do projeto nº 41 (que se transformaria na Resolução nº 63), onde era abordado "o que já se realizou e do que se deve realizar em matéria da história da estatística brasileira". O projeto foi apresentado por *Benjamin Lima*, representante do Amazonas, que destacou a evolução da estatística, quando parecia haver neste setor da administração brasileira muito pouco progresso.

Um outro projeto defendido pelo delegado amazonense revela um aspecto curioso, a saber, a possibilidade de maior divulgação dos dados coligidos pelo sistema estatístico utilizando um novo meio de comunicação. A sugestão envolvia o uso do rádio na disseminação das informações relacionadas com a realidade brasileira produzidas pelas repartições de estatística. Como já havia outros projetos tratando de questões semelhantes, Benjamim Lima propôs que a comissão de Organização Técnica examinasse a possibilidade de reuni-los em um único texto, posteriormente aprovado como Resolução nº 66. Por ocasião de sua aprovação, o representante do Estado do Rio de Janeiro declarou que o seu estado já vinha irradiando comunicados sobre estatística pelas quatro emissoras lá existentes.

Em 1938, a terceira Assembléia Geral

Em 1º de julho de 1938 aconteceu a sessão inaugural conjunta da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e Conselho Nacional de Geografia. Foi realizada no salão de conferências da Academia Nacional de Medicina, que à época ficava no edifício do Silogeu Brasileiro, localizado bem ao lado do Passeio Público.

A sessão foi presidida por Macedo Soares e contou, além dos delegados federais e regionais, com representante do presidente da República (*João Carlos Vital*,[158] ministro do Trabalho), de todos os ministérios, do Estado Maior do Exército e Estado Maior da Marinha e do prefeito do Distrito Federal. Vale destacar o representante do Rio Grande do Norte para a Assembléia do CNG: ninguém menos do que o maior folclorista brasileiro de todos os tempos, *Luiz da Câmara Cascudo*.

A partir do dia seguinte, as reuniões do CNG e CNE foram separadas, com as do órgão central de estatística acontecendo na sede do recém-denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística[159], no edifício A Noite, às 15 horas, sob a presidência de Macedo Soares. A sessão teve a presença do secretário de Agricultura de Pernambuco, Apolônio Sales[160], do presidente da Inspetoria Penitenciária, Cândido Mendes, e do interventor federal em Santa Catarina, Nereu Ramos. Isto demonstra a importância dada à estatística e ao envolvimento dos governos estaduais nos assuntos do CNE. Para corroborar isto, falou Nereu Ramos, destacando que se as realizações no campo da estatística executadas no estado que governara puderam ser realizadas foram devidas à "poderosa e decisiva assistência que lhe proporcionara o IBGE".

Na quarta sessão daquela Assembléia, exatamente realizada em 6 de julho, esteve presente uma comissão do Conselho Nacional de Geografia com o intuito de congratular o Instituto pelo quarto ano de promulgação da lei que o criou. Na oportunidade, o presidente encarregou Teixeira de Freitas de retribuir a saudação e este lembrou os fatos que resultaram na edição do Decreto nº 24.609, que criou o Instituto Nacional de Estatística, culminando, mais tarde, com "a integração da ala geográfica

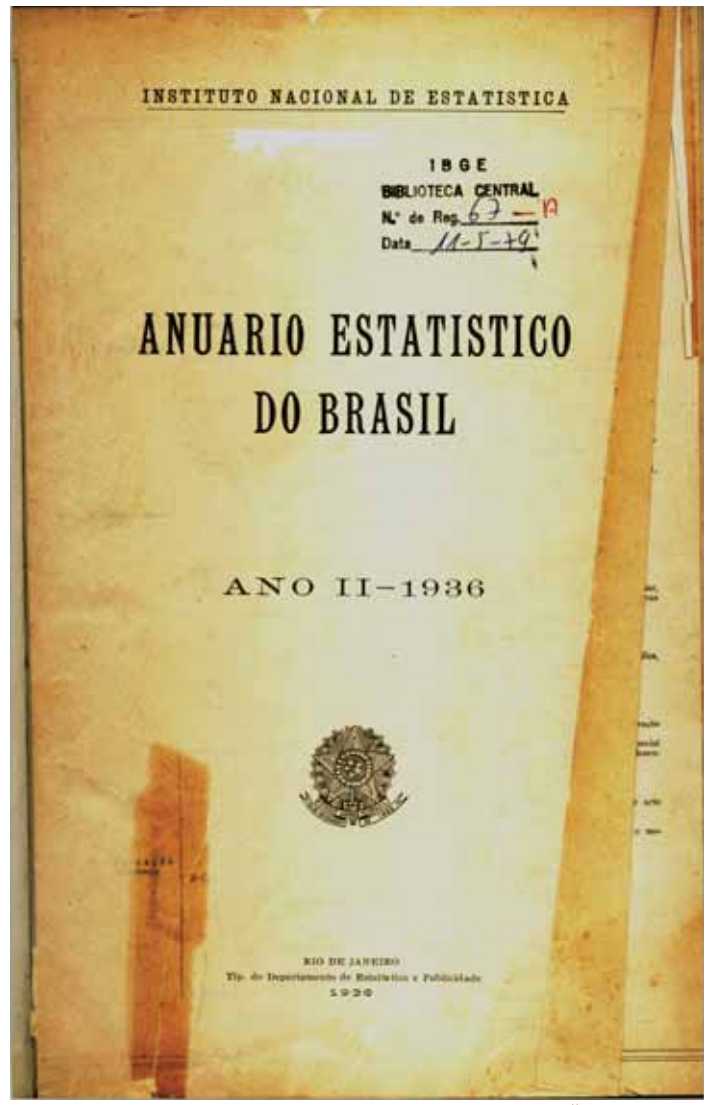
---

158 Nome ligado às estatísticas, tendo sido um dos principais assistentes de Bulhões Carvalho ao tempo do Recenseamento Geral de 1920. Já citado no volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

159 O IBGE passou a ter esta denominação em 26 de janeiro de 1938, por intermédio do Decreto-Lei nº 218.

160 Futuro ministro da Agricultura, criador da Compainha Hidroelétrica do São Francisco - CHESF e grande incentivador da criação da hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia.

no plano estrutural do Instituto", além de reforçar a lembrança dos esforços e atividades envidadas para este fim por Macedo Soares e Juarez Távora e também Luís Simões Lopes e João Carlos Vital.


INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA

IBGE
BIBLIOTECA CENTRAL
N.º de Reg. 67 — 12
Data 11-5-79

ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL

ANO II—1936

RIO DE JANEIRO
1936

Folha de rosto do 1º Anuário Estatístico do Brasil, 1936.

Uma merecida homenagem a Bulhões Carvalho aconteceu na quinta sessão daquela Assembléia. No livro de atas, seu nome já foi citado por conta de sua carta de agradecimento e elogios pela remessa que lhe foi feita de dois exemplares do Anuário Estatístico do Brasileiro. Posteriormente, foi colocado em discussão o projeto de n° 2, que "reproduz para figurar nos anais do Conselho o programa da 1ª Conferência Nacional de Estatística e atribui ao Dr. Bulhões Carvalho o título de Fundador da Estatística Geral Brasileira". Rafael Xavier pediu a palavra e afirmou que o projeto por si quase dispensava justificativas, uma vez que nenhum profissional ligado à estatística brasileira deixaria de reconhecer a obra de Bulhões à frente da DGE, "sobre a qual se firmam as bases da estatística nacional", e que foi edificada "numa época em que a estatística não tinha a projeção que hoje possui". Ainda segundo Xavier, se a obra de Bulhões não tivesse o seu devido reconhecimento, "bastariam os trabalhos censitários de 1920 para justificar a maior das homenagens que o Instituto iria prestar a um de seus maiores técnicos".

Teixeira de Freitas também pediu para falar algumas palavras sobre o homenageado e lembrou "os inestimáveis serviços prestados pelo homenageado à estatística brasileira, numa época em que era tudo ignorância e incompreensão em torno da matéria". Ele destacou que as idéias de Bulhões referentes à estatística nacional se acham incorporadas à própria vida do Instituto. O projeto transformou-se na Resolução nº 70, conforme já visto no volume anterior desta obra.

Em seguida, foi discutida a proposta de Rafael Xavier de inserção nos Anais das famosas teses de Teixeira de Freitas, e que o projeto fosse "examinado o mais possível pelas comissões competentes, a fim de ser provocado o maior debate em torno dos assuntos focalizados". Teixeira de Freitas pediu a palavra para dizer que não se opunha à proposta por conta do projeto não envolver "qualquer homenagem ou aplauso, nem implicaria em sua aceitação pela Assembléia de qualquer compromisso

de aprovação das teses anexas". Ele desejava somente provocar debates, trocas de pontos de vista em torno de idéias

> [...] e não seria lícito à maior das modéstias subtrair aos estatísticos brasileiros a oportunidade de discutir idéias, pois que dessa discussão poderiam nascer novas idéias e novas sugestões em benefício da obra comum (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, [1938?a], Sessão 5, p. 44).

A partir dali, só se discutiu como e quando elas seriam impressas e distribuídas por todos os órgãos componentes do Conselho.

1939: o Conselho consolidado

Na Assembléia Geral deste ano, logo na primeira reunião, foi informado que "a exemplo do que se verificara na Assembléia do ano passado", seria realizado naquele mês de julho um curso de Informações, onde seriam feitas três conferências a serem ministradas pelos professores *Giorgio Mortara*, consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, *André Braga*, assistente técnico da mesma comissão e do padre *Hélder Câmara*, do Instituto de Estudos Pedagógicos. Vários delegados se inscreveram.

Na segunda reunião daquela Assembléia Geral, foi assinalada em ata a entrevista que Macedo Soares concedeu ao jornal *O Globo*, de 3 de julho de 1939. Na sétima, os delegados foram convidados a visitarem a Comissão Censitária Nacional, aproveitando para assistir à inauguração das oficinas do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a ser realizada naquele 10 de julho. A estatística voltava a ter gráfica própria, uma vez que a antiga, vinculada à DGE, com a extinção da diretoria ficara à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Na reunião seguinte, foi aprovado projeto de resolução que homenageava a memória de *Oziel Bordeaux Rêgo* e reeditava seu parecer sobre a reorganização federal de estatística. Logo em seguida, foi aprovado o projeto número quinze, onde estava manifestado "o apreço do Conselho à Conferência de Recife, feita pelo Dr. Bulhões Carvalho, como propaganda do Recenseamento de 1930". O delegado Paulo Pimentel, de Pernambuco, falou longamente sobre o homenageado.

Nesta oitava reunião foram aprovados outros projetos importantes, como a inserção nos anais do IBGE, na Resolução n° 119, "os principais documentos referentes às primeiras iniciativas em prol da criação efetiva do sistema estatístico brasileiro". Teixeira de Freitas fez discurso ressaltando a importância do projeto, historiando sobre as dificuldades vencidas pelos animadores da idéia, e incluindo emenda fazendo juntar àqueles documentos um projeto de lei do deputado Daniel de Carvalho sobre os serviços estatísticos nacionais. Outro projeto importante igualmente aprovado nesta reunião, como Resolução nº 121, foi o que recomendava "ao estudo dos estatísticos brasileiros as 'Bases para a organização da estatística', apresentadas por *José Cândido Gomes* ao ministro da Agricultura, em 1862".

Na nona reunião da Assembléia Geral, foram convidados a participarem da mesa *Alexander de Morais* e *Edgard Brandão Maldonado*, na qualidade de professores do

Curso de Aperfeiçoamento instituído pelo IBGE para o pessoal dos serviços estatísticos regionais. Uma comissão de alunos deste curso pediu autorização para prestar homenagens aos professores e ao presidente do Instituto. Permissão concedida, falaram os alunos: *Antonio Mattos (*Bahia), *Antonio Freire* (Pernambuco) e *Manfredo de Campos Maia* (Goiás). Em seguida, Macedo Soares fez discurso ressaltando o trabalho realizado pelas estatísticas por Teixeira de Freitas, e, em seguida, este pediu a palavra e "transferiu todas as homenagens que lhes foram feitas" para o presidente Macedo Soares.

O destaque na 17ª reunião da Assembléia de 1939 foi a visita do diretor geral da Estatística da Municipalidade de Buenos Aires, *Juan Vaccaro*, que, em seu discurso, acentuou o elevado conceito em que tinha a estatística brasileira. Ele ressaltou que "viera a encontrar no Brasil uma organização estatística superior à existente em qualquer país do mundo, no tocante ao seu plano estrutural". Um elogio deste não era pouco significativo. Há de se lembrar que no início do século XX um demógrafo argentino teria desancado a estatística demográfica brasileira, o que gerou protestos de homens de escol, como Bulhões Carvalho e Aureliano Portugal.

Depois das quatro primeiras assembléias do CNE, acontecidas nos justamente denominados "Anos heróicos", elas só voltariam a acontecer em 1941. Por conta da realização do Recenseamento Geral não houve reunião do Conselho em assembléia no ano de 1940. A partir dali, muitas outras aconteceriam até o CNE ser extinto em 1967, quando o IBGE virou Fundação e houve alterações no sistema estatístico nacional.

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Luiz Simões Lopes e sua influência na criação do IBGE**, por Marco Santos.

Agências municipais de estatística, alicerce do sistema estatístico

Capítulo 05



Placa de uma agência municipal.
Foto: Marco Santos.

O primeiro a advogar a criação de agências estatísticas nos municípios foi *José Cândido Gomes*, e o fez em seu plano para sistematizar as estatísticas brasileiras, nos termos do relatório divulgado em dezembro de 1862, no âmbito do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas[161], no terceiro Gabinete presidido por *Pedro de Araújo Lima*, o Marquês de Olinda (maio de 1862 a janeiro de 1864).

A idéia não seria detalhada no relatório, sendo apenas brevemente mencionada, como essencial ao alcance das fontes de dados[162]. Não se as implantou, escusado declarar, se não por várias razões técnicas, pela razão da guerra contra o governo de *Solano Lopez*, que logo viria. E não seriam criadas, nem quando dos censos gerais em 1872, no Império[163], em 1890 e em 1900, na República[164], nem em caráter precário e temporário.

Em 1907, no governo *Affonso Penna*, quando a reforma da Diretoria Geral de Estatística por *Bulhões Carvalho* flexionou a trajetória estatística brasileira, pensou-se em acordos com os estados, mas não em criar-se agências municipais.[165] Por certo *Bulhões Carvalho*, autor daquela reforma, percebia sua importância, mas as condições federativas existentes o impediam totalmente.

Em seguida, nos governos *Nilo Peçanha* e *Hermes da Fonseca*, por ocasião das reformas realizadas por *Francisco Bernardino*, sucessor de *Bulhões Carvalho*, a criação das agências voltaria à ordem do dia. No seu famoso relatório, *Oziel Bordeaux*, em 1911, o defende[166]. Mas não seria possível realizá-lo naquele ambiente federativo; no máximo, se poderia idealizar a utilização na atividade estatística dos braços federais existentes nos estados e nos municípios, como as seções da agricultura.

No Censo de 1920, com *Bulhões Carvalho* de novo à frente da Diretoria Geral de Estatística (desde 1915), não se pensou na criação das agências municipais[167]. Entretanto, *Teixeira de Freitas* à frente do censo em Minas Gerais (lá atuando por uma

[161] Seus dois primeiros titulares foram o Visconde de Sinimbu, e Pedro de Alcântara Bellegarde.

[162] Ver o capítulo 8 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[163] Ver os capítulos 9 e 13 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[164] Ver os capítulos 3 e 6 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[165] Ver o capítulo 9 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[166] Ver o capítulo 11 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[167] Ver os capítulos 18 a 20 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

década), criaria agências municipais (mais ou menos) permanentes, e criaria a figura dos agentes itinerantes[168]. Essa foi a primeira tentativa bem-sucedida de criação de agências, merecendo especial atenção nas suas 33 teses[169].

Em 1930, pelas mãos de *Francisco Campos*, volta à capital federal, e assume a Diretoria de Estatística, Informações e Divulgação, do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Então, volta à idéia das agências, no contexto do convênio de cooperação administrativa nas esferas federal, estadual e municipal, pelo papel da figura dos contatos nos municípios; e obtém sucesso. Em 1934, leva a idéia à criação do Instituto Nacional de Estatística, agora em dimensões continentais[170].

Proposta grandiosa com limitados resultados

Na criação do Instituto Nacional de Estatística, através do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, previu-se a criação das agências municipais estatísticas, o que não é de se estranhar, dado que fora Teixeira de Freitas seu mentor. Em 11 de agosto de 1936, a Convenção Nacional de Estatística, que deu "as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentou as medidas necessárias à integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística", tratou da criação dessas agência. E se foi além, reforçando a proposição.

Assim, a cláusula 1ª, item XVII, com as atribuições da Assembléia Geral, pela letra "e", lhe atribuía "organizar, regulamentar e administrar as delegacias ou agências de atuação regional ou local necessárias para completar o sistema dos órgãos do Instituto". A cláusula 7ª defende a formação de um "corpo de Agentes Itinerantes, no mínimo um para vinte municípios", já a partir de 1937, com várias funções, dentre elas a de "orientar os agentes municipais de estatística na melhoria dos registros e pesquisas que tiverem a seu cargo"[171]. A criação das agências municipais também estava prevista na cláusula 8ª, cabendo aos municípios instituí-las, garantindo-lhes as necessárias condições de operação (materiais e humanas). A cláusula 32ª formulava inúmeros votos, entre os quais:

> Para que as Municipalidades brasileiras recebam com o melhor interesse e profundo espírito de cooperação as sugestões que as Altas Partes Compactuantes lhe houverem de dirigir tendo em vista, de um modo geral, a melhoria dos seus serviços e registros para fins da estatística nacional, e em particular, as solicitações relativas ao levantamento dos mapas dos respectivos territórios e à criação das Agências Municipais de Estatística, a serem filiadas ao Instituto.

Em maio de 1936, ao se instalar o Instituto, "talvez não existisse no país uma centena, sequer, de repartições municipais de estatística", segundo Macedo Soares. E é ele quem reafirma a necessidade dessas repartições, "de modo a assegurar-se o per-

[168] Ver o capítulo 25 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[169] Ver o capítulo 25 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[170] Ver os capítulos 29 e 30 volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção e este volume.

[171] Cabia-lhes, ademais, "controlar as informações colhidas pelos referidos agentes; recolher os elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corográfico dos municípios; realizar a necessária propaganda dos serviços estatísticos; efetuar as pesquisas de caráter técnico que não estiverem ao alcance dos agentes municipais, sejam as que interessarem à diretoria regional de estatística geral, sejam as que forem lançadas por órgãos estatísticos especializados; sugerir e orientar a melhoria dos registros públicos ou particulares a que a estatística precisa recorrer".

feito levantamento dos fenômenos estatísticos no próprio campo em que se manifestam primariamente". As lutas foram muitas, e lentíssimas as realizações: "a escassez de recursos, entretanto, aliada a outros fatores negativos em que é ainda fértil a vida no interior do país, tornou impossível colocar as agências nas desejadas condições de eficiência, aptas a colaborarem satisfatoriamente na execução das campanhas a cargo do sistema estatístico nacional" (CONVÊNIOS..., 1944, p. 7).



Mobiliário de uma agência municipal de Estatística: mesa e armários, [s.d.].
Foto: Marco Santos

As agências, pouco a pouco foram criadas, mas eram ainda precárias. Seus vínculos ao prefeito dificultavam a obediência às regras vindas dos órgãos estaduais de estatística e do Instituto, donde, o trabalho era feito quase sempre com atrasos. Os agentes, providos pelas prefeituras, eram escolhidos politicamente, e só raramente se ocupavam unicamente da atividade estatística; seus salários eram pequenos, e nada estimulantes. Dessa forma, restava, ainda, envidar os esforços de integração dos municípios àquele sistema cooperativo, o que ainda levaria bastante tempo, e exigiria permanente inventividade; ajuda em material de consumo, em recursos financeiros, prêmio aos agentes operosos, ensino técnico aos agentes, tudo, por certo ajudava, mas não resolvia. E a saída, só virá de fato em meados da década de 1940.

> Apesar de se encontrar o país, então, sob Governo fortemente centralizado, com poderes para anular a capacidade de autodeterminação dos Estados e Municípios, foi esta integralmente respeitada, realizando-se, em 1942, por convocação do Governo Federal, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, firmados livremente entre a União, as Unidades Federadas e a totalidade dos Municípios Brasileiros (LARA[172], 1947, p. 522, grifo nosso).

> O compromisso fundamental pactuado nos Convênios foi o de delegarem os Municípios ao Instituto, com a assistência, a aprovação e a garantia das Unidades Federadas, "a função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral e, especialmente, da estatística relacionada com a organização da segurança nacional, em tudo o que for da competência das Municipalidades" (LARA, l947, p. 522, grifo nosso).

Pegando carona na defesa nacional

A evolução se processava lentamente, o que era bastante perigoso, levando a uma produção estatística deficiente e insuficiente. Isso assumia proporções alar-

[172] Paulo Mesquita Lara era chefe do serviço de material da Secretaria Geral do Instituto.



Mobiliário de uma agência municipal de estatística: cabide e pasta, [s.d.].
Foto: Marco Santos.

mantes, mais e mais a guerra mundial avançava, exigindo, em prol da defesa nacional, detalhadas e atualizadas informações econômicas. Nesse contexto, o Instituto, por mais que fosse um sucesso, em muitos aspectos, infelizmente, ficava a desejar; não esmorecia e, com criatividade, tentava alguma solução, mormente no sentido da criação das agências, vistas como essenciais, já que mais de 50% do plano nacional de estatística pressupunha a existência de informações municipais. Esse seria o jeito de se vir a ter mais e melhores estatísticas, integrando-se ao esforço de guerra que, mais e mais, parecia inevitável.

> Já objetivando atender aos interesses específicos desse aparelhamento, vinha o Instituto, desde 1939, de acordo com sugestões do Estado-maior do Exército, procurando obter que cada um dos órgãos centrais regionais articulados no sistema fosse convenientemente dotado de uma Seção de Estatística Militar. Apesar da continuidade dos esforços, ainda em janeiro de 1942, ao verificar-se o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, não se havia cumprido inteiramente aquele *desideratum* (CONVÊNIOS..., 1944, p. 8).

Nessa situação, narrada por *Macedo Soares*, terá papel relevante o incansável *Teixeira de Freitas*, sempre pronto a dizer do papel natural do Instituto. Não seria aceitável, a seu juízo, que não se fizessem as estatísticas necessárias à defesa nacional no contexto do Instituto. Fazê-las em ambiente diverso seria um evidente desperdício, por duplicar despesas, e, pior ainda, seria temerário, pois seria ignorar uma estrutura eficiente e vitoriosa em muito pouco tempo. Eis, pois o argumento de *Teixeira de Freitas*, associando as estatísticas elaboradas na estrutura do Instituto à segurança nacional. Começa por relevar a importância das estatísticas, como forma de se conhecer o desconhecido, para efeito de se prever e depois prover; e realça a solidez do sistema estatístico centrado no Instituto, elogiando-o fortemente.

> Se um Estado *conhece* a sua ambiência geográfica em todas as características e no exato potencial de condições favoráveis ou desfavoráveis à vida dos habitantes; se esse Estado *sabe* de modo positivo o que significam quantitativamente os diferentes aspectos da sua composição, e o que vale nas suas inúmeras aptidões e virtualidades, o povo que personifica, – a Nação corporificada nesse organismo político tem o seu destino nas próprias mãos; determina com precisão os seus rumos históricos; adquire consciência da sua missão; precavem-se a tempo dos perigos que a ameaçarem; dirige com segurança sua política demográfica, sua economia, suas realizações sociais e culturais; reajusta sabiamente a própria estrutura às exigências da sua vida interna e das relações internacionais que as circunstâncias lhe impuserem.
>
> Mas se tal Estado não tem esse conhecimento, ou o possui incompletamente, bem incerto será o seu destino. Não tendo consciência do que vale, do que possui, do que lhe é necessário ou conveniente, do que pode ou não pode esperar do livre jogo das suas próprias energias ou das circunstâncias que lhe forem impostas, mover-se-á na escuridão ou na meia luz da intuição dos seus dirigentes. E tudo resolvendo "sem conta e sem tento", embora favorecido pelo acaso durante algum tempo ou por circunstâncias externas que, por sorte sua, neutralizem os perigos a que estiver exposto, não tardará que se lhe depare a fatídica barreira histórica, onde os seus destinos se jogarão, em lances trágicos, na mais dolorosa das incertezas, quando não na certeza – ainda mais dolorosa – do fracasso humilhante, da impotência e da servidão.
>
> "Conhecer para prever" e "prever para prover", – se são axiomas condicionantes de toda atividade humana, – já para as Nações assumem o caráter de "imperativos categóricos", de cuja desobediência resultarão, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, as mais penosas conseqüências.
>
> O Brasil, infelizmente, tardou muito a compreender, em toda extensão e força, essa grave e eloqüente verdade. O conhecimento da suas realidades existenciais não teve, até bem pouco, a precedência que deveria ter entre as preocupações dos nossos estadistas. Não é que não viéssemos de longos anos procurando obter o conhecimento da nossa "terra" e da nossa "gente". Mas os esforços que a isso dedicávamos, além de insuficientes, sem continuidade e sem espírito de sistema, – eram malbaratados pela inconformidade deles com as determinantes que lhe impunham as condições físicas, sociais e políticas do país.
>
> Do erro gravíssimo que estávamos displicentemente cometendo, apercebeu-se afinal a Segunda República. E a essa fase política ficamos devendo uma iniciativa deveras transcendente para os destinos nacionais: a que enquadrou em grande sistema – e exatamente no sistema *necessário*, em estrutura e virtualidade – todas as atividades e todos os recursos que a Nação houver de dedicar à aquisição da consciência de si mesma.
>
> Esse sistema – fruto da clarividência política do Presidente Getúlio Vargas e da admirável aptidão realizadora do Embaixador Macedo Soares – tem hoje o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
>
> Nas mãos dessa instituição, dada a sua dupla e harmônica finalidade – geográfica e estatística, – estão, assim, depositados aqueles interesses vitais da Nação Brasileira que dependem do conhecimento exato dos seus dois suportes político – o Território e o Povo (FREITAS, 1940a, p. 100-101, grifo nosso).

Dito isso, sendo as estatísticas importantes, sendo o Instituto confiável, nada melhor do que se utilizar sua estrutura para se ter as estatísticas necessárias à segurança nacional. Seria uma ampliação natural e lógica da concepção do Instituto, segundo *Teixeira de Freitas*. Por certo ele antevia na situação aquele imperativo categórico de que o Instituto ainda carecia para conseguir consolidar-se e implantar as desejadas

agências municipais de estatística. *Teixeira de Freitas* via longe e estava sempre atento às brechas que se lhe abriam. Eis o que disse:

> A segurança nacional – é certo – está fundamentalmente condicionada pelo conhecimento geográfico e estatístico do país. A mobilização, porém, – que a segurança nacional eventualmente exigir dos recursos utilizáveis em sua defesa, essa, quanto aos dados numéricos, não se fará somente com os elementos da estatística geral. Ela requer particularizações, distribuição topográfica e arrolamentos especiais que não estão, via de regra, entre os objetivos dos órgãos de estatística geral, e sim apenas nas cogitações dos Estados Maiores das forças armadas.
>
> Mas se as pesquisas, os cadastros e os levantamentos particularizados que devem completar a base estatística da segurança nacional, estão intimamente dependentes e exigem a mesma técnica das pesquisas da estatística geral, não seria curial que aos mesmos órgãos desta ficassem atribuídos os trabalhos relacionados com aqueles objetivos?
>
> A resposta afirmativa parece impor-se. A não ser assim, com efeito, os elementos estatísticos de detalhe, indispensáveis à segurança nacional, teriam de ficar a cargo de centros especializado incluídos na própria organização militar. E aí dupla desvantagem: primeiro, a de duplicar desnecessariamente esforços, inquéritos e despesas para um objetivo em grande parte comum ao da estatística geral; segundo, a de desviar para um serviço em grande parte integrado nas atividades do aparelho estatístico nacional, numerosos elementos dos quadros militares, os quais muito mais utilmente se poderiam dedicar aos objetivos que são de fato privativos dos Estados Maiores, entre eles a própria utilização dos prontuários, cadastros e cômputos que, se fornecidos pela estatística em apropriadas condições, exigem manipulação técnico-militar não pequena nem fácil, para as extensas planificações, baseadas em dados estatístico-geográficos, que a movimentação das massas armadas subentende se não quiser ficar sujeita a funestos imprevistos.
>
> Por conseguinte, não somente aconselhável, mas necessário será que, – já possuindo o país um aparelho estatístico de significação verdadeiramente nacional, cuja atuação se estende a todos os recantos do território pátrio e a todos os aspectos da vida brasileira, congregando atividades das três órbitas governativas, – a seu cargo devem também ficar as particularizações da estatística geral necessárias aos fins da defesa militar do país, nessa tarefa incluído o tratamento primário dos elementos que forem coletados especialmente para esse fim, de modo que, nos centros técnicos incumbidos dessa manipulação, tenham os Estados Maiores das Regiões eficientes agências civis em conexão adequada com a organização militar.
>
> Há, portanto, uma ampliação lógica para o atual esquema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: é a que venha atribuir à instituição uma atividade complementar dos seus objetivos normais, no sentido de lhe dar o papel que em princípio já lhe cabe em face da segurança nacional. E tudo indica que essa verdade, já evidenciada pela própria atuação do Instituto, não tardará a exprimir-se em efetivo desenvolvimento prático do pensamento de governo que integrou, tornou eficientes e articulou em um grande sistema os dispersos e escassos elementos que compunham a organização nacional nos setores da estatística e da geografia (FREITAS, 1940a, p. 102-103).

A defesa nacional necessita de estatísticas

Pelo Decreto-lei nº 4.181, de 16 de março de 1942, *Vargas* criava as Seções de Estatística Militar, nas capitais dos estados, pela urgente necessidade de "sistematizar e regularizar em todo o país, com a devida eficiência, os inventários, registos e levantamentos estatísticos exigidos pela Segurança Nacional". A atividade seria executada pelos órgãos estaduais de estatística, sob direto controle e orientação do Instituto, bem assim, dos órgãos militares regionais. Para o sucesso dessa atividade estatística expan-



Mapa do Brasil com regiões.

dida, no interesse da segurança nacional, "senão também [d]o normal rendimento da estatística nacional, como fundamento para toda a obra de governo, administração e progresso do país", foi declarada imperativa a "uniforme organização dos serviços municipais de estatística", vale dizer, devendo ser eles providos de "pessoal competente, bem remunerado e submetido a uma só direção". Dava-se, então, fundamento (imperativo categórico) à nacionalização (e posterior ibgeização) das agências municipais de estatística, ou seja, sua integração ao esquema de cooperação interadministrativa do sistema estatístico encabeçado pelo Instituto.

> **Art. 1º** Dentro de trinta dias da publicação do presente decreto-lei, os Governos dos Estados, do Território do Acre e do Distrito Federal promoverão a regulamentação, ou a criação e regulamentação, conforme o caso, da Seção de Estatística Militar cuja existência na competente repartição central, filiada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), ficou prevista pelas Resoluções números 198 da Assembléia Geral, e 126 da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística (C.N.E.)[173].

[173] A primeira resolução é de 22 de julho de 1941, e a segunda é de 16 de janeiro de 1942 (está é anexada ao decreto). Por essas datas, vê-se que o conteúdo daquela lei saiu do próprio Instituto.

Art. 2º Como órgão colaborador, em que se constitui, do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas Brasileiras terá a Seção de Estatística Militar suas atividades supervisionadas e controladas pelos representantes dos Ministérios Militares na Junta Executiva Regional do C.N.E., devendo sua direção ficar a cargo de um Estatístico de comprovada idoneidade moral e técnica.

Art. 3º São atribuídos precipuamente à Seção de Estatística Militar os seguintes encargos, além de outros que as circunstâncias impuserem:

I organizar e manter rigorosamente atualizados, por meio de cadastros e fichários adequados, todos os informes considerados úteis de Forças Armadas ;

II coligir, criticar e fornecer, devidamente autenticadas, as informações que solicitarem os órgãos do Conselho de Segurança Nacional e os superiores órgãos militares;

III coordenar e tabular, dentre os dados constantes dos cadernos das Campanhas Estatísticas Nacionais, empreendidas anualmente pelo I.B.G.E., todos os que interessarem a objetivos militares;

IV proceder ao lançamento, mediante formulários adequados, de inquéritos especiais, de caráter eventual ou permanente, que as Forças Armadas reputarem úteis aos seus serviços técnicos e estatísticos;

V fornecer os elementos de caráter informativo ou estatístico que se tornarem necessários aos objetivos da Lei no 4.263, de [14 de janeiro de] 1921, regulamentada pelo Decreto no 64, de 21 de setembro de 1934 [tratando das requisições militares].[174]

O Art. 5º mandava as Unidades da Federação elaborarem legislação específica no sentido de se assegurar a "preferência e maior rapidez nas informações que, para fins estatísticos, forem solicitadas, quer a autoridades e funcionários públicos (estaduais, territoriais e municipais), quer a estabelecimentos, empresas ou firmas de qualquer, natureza jurídica e a pessoas individualmente citadas". Pelo Art. 6º, os Municípios deviam delegar ao Instituto a "função administrativa concernente ao levantamento da estatística geral da competência das municipalidades", através dos "Convênios Nacionais de Estatística Municipal", cujos objetivos seriam os seguintes.

Art. 8º Os Convênios Nacionais de Estatística Municipal cingir-se-ão aos seguintes objetivos gerais, sem prejuízo das cláusulas especiais que as partes contratantes houverem por bem assentar, tendo em vista seus comuns interesses considerados em face das peculiaridades regionais e locais:

a) estabelecer para as suas cláusulas uma contextura sistemática e quanto possível uniforme, segundo o modelo e as instruções que o Conselho Nacional de Estatística assentar;

b) conservar, quanto às Repartições de Estatística dos Municípios, o seu caráter de órgãos da administração municipal, embora mantidas e dirigidas em regime especial pelo IBGE, por força da concessão ou delegação convencionada;

[174] A Lei nº 4.263, de 14 de janeiro de 1921, referia-se a "estado de guerra", a "comoção intestina", e a "estado de sítio"; continha os seguintes títulos: I Disposições gerais; II Das coisas e dos serviços exigíveis pela requisição; III Da requisição de alojamento e acantonamento; IV Da requisição de animais e veículos necessários ao transporte de guerra; V Da requisição dos meios de transporte aéreo; VI Da requisição das vias férreas; VII Da requisição das redes telegráficas e telefônicas; VIII Da requisição dos meios de transporte marítimos; IX Da requisição de meios de transporte fluviais e lacustres; X Da requisição dos estabelecimentos industriais; XI Da requisição de recursos agrícolas; XII Das isenções; XIII Da execução das requisições; XIV Das indenizações.

c) atribuir, ao mesmo tempo, às ditas repartições as características de elementos integrantes dos sistemas estatísticos superiores - o regional e o nacional;

d) assegurar às Repartições Municipais de Estatística, por esse modo, organização e funcionamento segundo padrões e normas nacionais, de acordo com as exigências modernas de racionalização administrativa e de perfeita eficiência técnica;

e) admitir a formação, para o provimento do pessoal das repartições municipais de estatística, de um quadro nacional instituído e mantido pelo IBGE, cujos elementos, rigorosamente selecionados e somente conservados enquanto bem servirem, possam ser movimentados em todo o país e ter assegurada sem prejuízo da renovação e depuração que se tornarem aconselháveis, uma carreira de tal forma compensadora, que venham a formar um corpo de servidores da Nação capaz de realizar, eficazmente, as pesquisas e inquéritos necessários e de prestar proveitosa colaboração a todas as campanhas e iniciativas que visarem o progresso social, econômico e cultural da comunidade brasileira e que desenvolvendo-se no conjunto dos municípios, devam ter nas repartições em causa seu adequado instrumento ;

f) permitir, ainda, pela formação de uma Caixa Nacional, a realização uniformemente eficiente das pesquisas estatísticas em todos os municípios do país, ficando prevista a distribuição das repartições municipais de estatística em grupos, segundo as zonas e as regiões, para o efeito do seu controle e orientação aos cuidados de um corpo de inspetores selecionados entre os melhores elementos dos quadros do Instituto, incluídos os próprios funcionários daquelas repartições;

g) dar às repartições municipais de estatística, conseqüentemente, nas melhores condições possíveis, a responsabilidade do controle de todos os registos administrativos já existentes, ou que vierem a existir; ou, mesmo, a incumbência de instituí-los e mantê-los diretamente segundo diretrizes uniformes para todo o país, atendendo às necessidades da estatística nacional e da administração em geral;

h) assegurar, sobretudo, pela conveniente assistência, a normalidade do Registo Civil e de todos os demais serviços, pesquisas, campanhas ou iniciativas que interessem à Defesa Nacional, na conformidade do que for determinado em leis gerais, em resoluções do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho de Segurança Nacional, ou requisições dos Ministérios Militares, pelos seus órgãos competentes.

Para custear o órgão municipal de estatística, e contribuir na atividade estatística nacional, os municípios deveriam promover a “criação de uma taxa (ou sobre-taxa se for o caso) de estatística, a incidir, em forma de selo especial fornecido pelo IBGE, sobre as entradas em casas ou lugares de diversões (cinematógrafos, teatros, cine-teatros, circos, etc.), no valor de $100 por 1$000, ou frações de 1$000, do respectivo preço”, bem assim, promover a “outorga da arrecadação da respectiva renda, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante acordo entre este e o Banco do Brasil, onde ficarão depositados e movimentados os recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal na conformidade do disposto no Art. 27, da Lei [na verdade, um decreto] nº 24.609, de 6 de julho de 1934” (Art. 9º); enquanto os recursos fossem insuficientes haveria reforço federal (Art. 10). Eis, por fim, as responsabilidades convencionadas:

Art. 11. Nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal serão assumidas convencionalmente pelas entidades que os subscreverem, as seguintes obrigações, além de outras que o Conselho Nacional de Estatística venha a estipular ou sejam julgadas convenientes em cada Unidade Federada, na forma do art. 8º da presente lei:

I Pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como entidade para-estatal autônoma de âmbito nacional e representando especialmente, no caso, os interesses gerais do Governo da República:

a) fornecer a cada Governo Municipal todos os elementos estatísticos de que necessitar, incluídos nesta obrigação tanto os de ordem local, como os de compreensão regional ou nacional;

b) divulgar, nas publicações que editar, os principais dados da estatística municipal em cotejos de ordem regional ou nacional;

c) publicar anualmente, em folheto especial, uma sinopse da estatística municipal, com as competentes discriminações por distritos, ou em relação aos quadros urbano, suburbana e rural, conforme a natureza dos assuntos;

d) manter um serviço público de informações sobre o município, no que se relacionar com as pesquisas do serviço de estatística;

e) manter, franqueada ao público, uma biblioteca especializada de divulgação estatística, ou colaborar na organização de uma secção a esse fim destinada na Biblioteca Municipal, sempre que esta já existir;

f) organizar e manter, franqueada ao público, uma sala expositiva de elementos apropriados à vulgarização das revelações das estatísticas sobre a vida do Município, do Estado ou Território e do País, ou colaborar no preparo de uma secção destinada a esse fim no Museu Municipal ou organização análoga, quando tal instituição já existir;

g) manter um serviço de publicidade, em comunicados de imprensa, que divulgue os dados estatísticos que sejam de interesse para as atividades sociais ou econômicas dos munícipes e revele as necessidades e as realizações da vida municipal.

h) responder por todos os trabalhos ou pesquisas que os órgãos incumbidos da defesa nacional requisitem ao Governo Municipal;

i) prestar a assistência moral e a colaboração que estiver ao seu alcance a todos os movimentos sociais, econômicos ou culturais que visem interesses coletivos ou o progresso da comunidade municipal;

j) promover ou auxiliar as campanhas ou movimentos cívicos que se tornarem necessários para cultivar os sentimentos patrióticos e estreitar os vínculos da unidade nacional;

l) colaborar em todas as iniciativas do Governo local no sentido de melhorar e racionalizar a administração municipal;

m) conservar provisoriamente nas funções, postos à sua disposição pelo Governo Municipal, os funcionários da repartição (agências, serviço, secção, divisão, diretoria ou departamento) responsável pelos trabalhos da estatística geral do município, desde que tais funcionários tenham a atual situação em virtude de atos anteriores a este decreto-lei, se forem baixados em virtude de lei municipal, ou até a data do Convênio, se resultarem de lei estadual;

n) assumir o ônus da remuneração dos funcionários municipais provisoriamente postos à sua disposição desde a data em que for iniciada, em cada município, a cobrança da taxa ou sobre-taxa a que se refere o art. 9º, letra a);

o) transferir para o seu quadro, em definitivo, sujeito à competente legislação reguladora, e com os vencimentos da categoria em que forem classificados

no quadro de pessoal constituído para os vários serviços da estatística municipal, os atuais funcionários que, submetidos às necessárias provas de habilitação, forem aprovados;

p) restituir à administração municipal os funcionários dos serviços abrangidos pela presente lei que forem postos provisoriamente à sua disposição mas não se submeterem às provas da habilitação instituídas, ou não forem aprovados nessas mesmas provas.

II Pelo Governo do Estado ou Território:

a) assegurar o cumprimento do Convênio, tanto por parte da administração estadual ou territorial, como por parte dos Governos Municipais, seus co-signatários;

b) promover o fornecimento, às Repartições Municipais de Estatística dos dados que dependerem de órgãos da administração estadual ou territorial;

c) instituir as facilidades ao alcance da sua administração, para que tanto os chefes das repartições municipais de estatística e seus auxiliares como os Inspetores do Instituto, desempenhem da melhor maneira e com o mínimo de despesas, as funções que lhes competirem e as incumbências especiais que receberem;

d) assegurar a melhor harmonização possível, no que depender da administração regional, entre as atividades do respectivo Departamento de Estatística e as da Inspetoria Geral das Repartições Municipais de Estatística no seu território.

III Pelo Governo de cada Município:

a) criar, com a finalidade e nas condições previstas, a taxa ou sobre-taxa a que se refere o art. 9º, letra a, deste decreto-lei[175];

b) assegurar o fornecimento à Repartição Municipal do Estatística, por todos os órgãos da administração municipal ou entidades dela dependentes, dos informes necessários ao levantamento das estatísticas municipais;

c) facilitar, no que depender da administração local, todas as demais atividades da repartição municipal de estatística, pondo à disposição do Instituto as salas necessárias em prédio condigno e apropriado para o funcionamento desta;

d) colaborar, por intermédio das repartições competentes, na fiscalização da cobrança da taxa ou sobre-taxa cuja renda se destinar a custear os serviços delegados ao IBGE. nos termos deste decreto-lei e a constituir a contribuição municipal para a instituição e manutenção dos serviços de segurança nacional confiados ao mesmo Instituto;

e) criar, quanto à alçada do Governo Municipal, os registros locais necessários aos serviços estatísticos do município, na conformidade do que for sugerido ou proposto pelo Conselho Nacional de Estatística;

f) colocar à disposição do IBGE. os atuais funcionários municipais dos serviços de estatística geral, mantendo-lhes os vencimentos até o início da arrecadação, no município, da taxa a que se refere o art, 9º, letra a, e sem ônus para a Prefeitura, depois de iniciada dita arrecadação;

g) aproveitar noutros serviços municipais, sem diminuição nem de categoria nem de vantagens, os funcionários dos serviços transferidos para o Instituto que não forem em definitivo incluídos no quadro permanente que este organizar para os fins desta lei.

[175] O Decreto-lei em análise é o de nº 4.181, de 16 de março de 1942.

No corpo do decreto-lei estavam as demandas históricas, já expressas na década de 1930. A identidade de *Teixeira de Freitas* é óbvia, nas idéias e na redação. Terá saído do Instituto, numa articulação harmoniosa entre *Macedo Soares* e o General *Eurico Gaspar Dutra*, então o Chefe do Estado-maior do Exército (e futuro Presidente da República), e, claro, o ideólogo do processo, *Teixeira de Freitas*. Agora as agências poderiam ser constituídas, completando-se a organização do Instituto; mas ainda levaria algum tempo até conseguir-se implementá-las. As resistências e as dificuldades estariam presentes, e *Teixeira de Freitas* atento para enfrentá-las e superá-las.

As estatísticas econômicas na segurança nacional

As estatísticas econômicas eram as mais necessárias à defesa nacional, e tratar delas, dando-se ao Instituto condições, foi a intenção do Decreto-lei nº 4.736, de 23 de setembro de 1942. Considerava-se a "necessidade de melhor assegurar o êxito das estatísticas nacionais em geral e, especialmente, as que devem ser o fundamento da orientação da política econômica e da segurança nacional", em especial o "levantamento da produção e dos estoques", tendo em vista a "situação de emergência em que se encontra o país". Veja-se que era um diploma referente à obrigação na prestação de informações, por parte das empresas industriais e comerciais.

> **Art. 1º** Os estabelecimentos industriais e comerciais (inclusive os da indústria extrativa, bem como os armazéns, trapiches, depósitos, etc.) são obrigados a entregar ao órgão de estatística municipal da respectiva sede, em impresso próprio, até o décimo quinto dia útil de cada mês, as informações determinadas no presente decreto-lei, sobre as compras, vendas e estoques de mercadorias, e demais aspectos das suas atividades, durante o mês anterior.
>
> § 1º As informações previstas neste artigo referir-se-ão obrigatoriamente aos artigos e produtos constantes das instruções que forem sendo baixadas pelo Conselho Nacional de Estatística, tendo em vista as representações que lhe dirigirem os órgãos encarregados da defesa nacional e da orientação da política econômica.
>
> § 2º As instruções previstas no parágrafo precedente determinarão também quais as localidades e quais as categorias de estabelecimentos que devam ser progressivamente atingidas pela coleta estatística decorrente do disposto neste artigo. O lançamento do serviço, todavia, referir-se-á inicialmente aos estabelecimentos situados no Distrito Federal e nos municípios das Capitais dos Estados e do Território do Acre, e cujo volume de negócios no ano de 1941 tenha sido superior a cem contos de réis.
>
> § 3º As informações em vista, durante a fase de implantação do serviço, a juízo do Conselho Nacional de Estatística, poderão ser requisitadas sem a discriminação da origem das mercadorias compradas e do destino das mercadorias vendidas, determinada no art. 4º do Decreto-Lei n. 4.462, de 10 de julho do corrente ano.

O decreto detalhava os "elementos" (ou variáveis, como seria dito hoje) que as empresas industriais e comerciais deveriam informar. Terá saído do próprio Instituto, usando-se a competência especializada de seus órgãos centrais; somente seus técnicos seriam capazes de detalhar as temáticas envolvidas, devidamente associando-as à existência das fontes de dados. Vejamos os elementos:

Art. 2º Os estabelecimentos industriais indicarão:

a) espécies e quantidades da produção realizada durante o mês;

b) espécies, quantidades e valores dos produtos vendidos durante o mês;

c) espécies, quantidades e valores dos produtos em estoque, no último dia do mês;

d) espécies, quantidades e valores das matérias primas, combustíveis energia utilizados durante o mês;

e) espécies, quantidades e valores das matérias primas e combustíveis em estoque, no último dia do mês;

f) espécies, quantidades dos produtos encomendados pelo Governo e por particulares;

g) número de operários, empregados, comissionados, técnicos, diretores e a importância de suas remunerações mensais;

h) impostos pagos durante o mês, discriminando os relativos à União, Estados e Municípios. Em relação ao imposto de consumo especificar as mercadorias sobre as quais recaiu esse imposto.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais deverão prestar as mesmas informações referidas no artigo precedente, excetuadas as mencionadas nas alíneas a, d, e, f e h quanto à parte relativa ao imposto de consumo.

Para efeito de se garantir a "prioridade, presteza e eficiência da coleta e apuração dos elementos estatísticos referidos nos Arts. 2º e 3º", acima postos, o Secretário-geral do Instituto ficava, na fase inicial de execução da presente lei, "autorizado a intervir diretamente em qualquer serviço de estatística federal, estadual ou municipal" (Art. 4º). O Instituto no sentido de "reduzir o trabalho informativo dos estabelecimentos industriais e comerciais" (Art. 6º); nenhuma empresa poderia escusar de informar ao Instituto o que ele pedisse, sob pena de multa (Art. 8º). E mais:

Art. 15. A fim de exercer mais eficazmente a ação supletiva que lhe compete, em relação aos campos da atividade normalmente atribuídos pela Convenção Nacional de Estatística aos órgãos regionais que lhe são filiados, realizará o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com os Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, sempre que necessário, acordos especiais, de vigência por prazo prefixado ou indeterminado, tendo em vista levar aos aludidos órgãos a assistência administrativa e técnica que lhes dê a requerida eficiência.

§ 1º Por meio dos acordos previstos no presente artigo, o órgão ou os órgãos estatísticos a que ditos acordos se referirem passarão a ser administrados e dirigidos pelo Instituto, ficando estipuladas as medidas financeiras e administrativas que os Governos compactuantes se comprometerem a tomar afim de assegurar o êxito da gestão delegada, bem assim a contribuição informativa que lhes deva ser prestada pelo IBGE.

§ 2º Não sendo satisfatórias as atividades de qualquer dos órgãos regionais de estatística depois de utilizados os meios corretivos previstos e autorizados na Convenção Nacional de Estatística, e se o respectivo governo não julgar conveniente a realização do acordo autorizado neste artigo, o Conselho Nacional de Estatística assegurará o êxito das estatísticas que estiverem comprometidas pelas deficiências não

> sanadas, determinando, em resolução devidamente fundamentada, a transferência dos aludidos levantamentos para a responsabilidade direta da Secretaria Geral do Instituto, por intermédio das suas Inspetorias Regionais, criadas no Decreto-Lei nº4.181, de 16 de março de 1942.
>
> § 3º A efetividade dos acordos a que se refere o parágrafo precedente fica sujeita à ratificação pelo Conselho Nacional de Estatística, mediante resolução especial, e por decreto do Governo compactuante, prevalecendo durante todo o prazo previsto se não for denunciado na forma do presente parágrafo. A denúncia desses acordos só poderá ter lugar por parte de qualquer das entidades compactuantes, mediante resolução do Conselho, ou decreto do Governo interessado, depois que a outra parte declarar a impossibilidade de atender às representações que tiverem em vista interesses da pública administração.
>
> § 4º Enquanto durar a ação direta do órgão central do Instituto, nos termos do parágrafo precedente, em relação a quaisquer serviços de cadastro, registro ou levantamento estatístico, legal ou convencionalmente atribuídos aos órgãos regionais de um Estado, do Distrito Federal ou do Acre, entender-se-á vedada qualquer interferência da administração regional nos aludidos serviços, sem prejuízo, porém, do direito, que lhe fica assegurado, de obter do Instituto as informações de que necessitar referentemente aos dados estatísticos que este estiver levantando diretamente.

O Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho, deveria instituir o cadastro obrigatório das sociedades por ações (regidas pelo Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940). O registro industrial e sua derivação em estatística (nos termos do Decreto-Lei nº 4.081, de 3 de fevereiro de 1942) seriam passados em conjunto ao Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho e ao Serviço de Estatística da Produção (segundo divisão do Conselho Nacional de Estatística). A Secretaria Geral do Instituto deveria procurar "normalizar e atualizar o mais possível o levantamento da estatística das correntes de comércio entre as Unidades da Federação, pelas vias fluviais, terrestres e aéreas", e se julgasse oportuno poderia passá-los ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Quanto aos recursos os cofres eram abertos:

> **Art. 17**. No caso de se verificar insuficiência, em conseqüência do estado de guerra, dos recursos financeiros com que os Municípios de país (inclusive o da Capital da República) concorrerão para a Caixa Nacional de Estatística Municipal prevista no art. 9º do Decreto-Lei nº 4.181, de 16 de março de 1942, e destinada ao custeio das Agências Municipais de Estatística administradas e superintendidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fica autorizado desde já o seu eventual reforço, por verba orçamentária ou crédito especial mediante representação fundamentada do Conselho Nacional de Estatística.

Nesse tempo, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal foram feitos nos termos do Decreto-lei nº 4.181, de 16 de março de 1942, sendo ratificados em 10 de novembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.981, "tendo em vista assegurar permanentemente, em todo o País, a uniformidade e a regular execução da estatística geral brasileira, bem assim, em particular, a eficiência dos levantamentos que devem servir de base à organização da segurança nacional".[176] Eram postas, assim, as condições de se completar a estrutura do sistema estatístico, trazendo-lhes as desejadas agências, naquele momento nacionalizadas, como expressa *Macedo Soares*:

[176] A Resolução nº 130, de 24 de abril de 1942, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, formulou as instruções para a execução dos referidos convênios. Apresentou diversos padrões de convênio, conforme a dimensão dos municípios.

> Cumpre fixar bem: a nacionalização das Agências, nos moldes em que foi proposta, não pode ser interpretada como federalização, nem importa, conseqüentemente, numa centralização que seria de todo desaconselhável. Ao contrário, ao mesmo tempo que assegura à União, por intermédio do Instituto, os órgãos eficientes de que carece, também garante a cada um dos Municípios a posse de seu órgão "municipal" de estatística, administrado em seu nome pelo IBGE, mediante delegação convencional, ficando ainda ressalvada a subordinação técnica direta ao respectivo Departamento Estadual de Estatística. Vale dizer, não há lesão da autoridade municipal: o que há é "uma delegação feita pelo município a uma entidade federativa autárquica para a realização de um serviço público (levantamento estatístico) de competência municipal" (CONVÊNIOS..., 1944, p. 9 grifo nosso)



Selo de estatística, [s.d.].

A venda do selo especial, cuja renda os convênios ora ratificados destinaram à Caixa Nacional de Estatística Municipal, seria feita por prepostos do Instituto ou do Banco do Brasil ou podia ser cometida às repartições arrecadadoras federais, mediante instruções do Ministério da Fazenda (Art. 8º). Uma Seção Central de Estatística Militar seria criada na Secretaria Geral do Instituto diretamente subordinada à Junta Executiva Central (Art. 9º). E era reiterada a possibilidade de intervenção transitória "nos órgãos estatísticos subordinados aos Governos do Distrito Federal, dos Estados e do Território do Acre", sempre que necessário, e "até que se possa restabelecer a colaboração normal dos órgãos regionais respectivos" (Art. 10).

A euforia na criação das agências

Em 1945, no nono aniversário de instalação do Instituto, primeiro "transcorrido depois de encerrada a fase da maior guerra mundial", discute-se e aprova-se uma Resolução conjunta dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, e da Comissão Censitária Nacional. Três itens do capítulo 1, "A estrutura e as atividades do Instituto em geral", tratam das agências, como segue:

> § 8º Revelou-se feliz, igualmente, a fórmula pela qual foi financiada a nacionalização das agências municipais, por meio do "selo de estatística", assegurando a normalidade e a autonomia orçamentária de um importante serviço que é de responsabilidade municipal, mas se reveste, simultaneamente, de fundamental interesse tanto para a União quanto para as Unidades Federadas (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 292-293, grifo nosso).

§ 9º O grande impulso que estão tomando os levantamentos municipais, graças à ação revigorada das Agências, cuja administração está sendo transferida ao Instituto, vai reclamar em breve, como complemento dessa medida, uma rede de Sub-agências Distritais, ou, pelo menos, de Informantes Distritais. O exemplo do Estado do Rio Grande do Sul, que já criou esse novo setor do sistema estatístico regional, merece pronta imitação por parte das demais Unidades Federadas (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 293, grifo nosso).

§ 10 As Agências Municipais de Estatística deverão funcionar também, dentro das suas possibilidades e na conformidade dos acordos que forem sendo estabelecidos, como órgãos auxiliares de outras repartições da administração pública. Assim, e segundo os entendimentos já encaminhados com a repartição competente do Ministério da Agricultura, realizarão desde logo observações meteorológicas primárias, prestando, conseqüentemente, mais um serviço à administração nacional, não só no que tange à estatística agrícola como também no que se refere à geografia física. Está previsto, por outro lado, que as Agências Municipais mantenham uma pequena biblioteca especializada e uma sala expositiva (sic). Além disso, elas devem colaborar na organização das bibliotecas, dos museus e dos arquivos municipais. Esta última colaboração é particularmente urgente, para que se preserve a riqueza documentária com que a vida municipal pode contribuir para a história do país (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 293, grifo nosso).

Naquela cerimônia de aniversário, em discurso perante *Getúlio Vargas*, no Palácio do Catete, *Macedo Soares* falou das agências e dos agentes municipais de estatística com grande admiração. A euforia é evidente; novos ventos arejavam os destinos do Instituto; completava-se, finalmente, a estrutura do sistema estatístico. E, de fato, as coisas melhoram muitíssimo.

Nesse roteiro de clarear, pesquisar e revelar as condições de vida e de evolução do país, tarefa tanto mais ampla e complexa quanto nela poucos obreiros haviam antes trabalhado, já tem sido feito o bastante para tranqüilizar o patriotismo dos executores, a confiança do Governo e a vigilância da opinião pública.

A tanto se chegou, porque o programa de trabalho, informado pelo princípio de cooperação entre a União, o Estado e o Município, se tem mantido estritamente fiel a esse princípio, cuja conveniência para resolver problemas de interesse comum das três pessoas de direito público, depois de observada no tocante à estatística, tem sido comprovada relativamente a outros assuntos. Tanto esta verdade já se impôs, que, para mais de um deles, foi, ainda há pouco, preconizada pela Conferência das Classes Produtoras em Teresópolis a aplicação de idênticas diretrizes, o que traduz uma expressiva consagração do consenso geral.

Foi sob a égide desse mesmo postulado, tão rico de virtualidades, que se celebraram os chamados "Convênios de Estatística Municipal" que tiveram por fim imprimir eficiência à coleta de informes no interior do país, visto como esta aí se vinha malogrando quase sistematicamente, a claudicar no espaço, no tempo e na qualidade, porque à maior parte dos municípios minguavam ora recursos para custeá-las, ora pessoal capaz de levá-la a cabo.

Ante a impossibilidade de removerem os governos locais por si mesmos as causas determinantes desse malogro, originárias precipuamente do pequeno quinhão que lhes tocou na distribuição constitucional das rendas públicas, houve mister, para conjurar a ameaça de ver cair aos farrapos um plano de interesse recíproco das três ordens governativas, recorrer à fórmula convencional, onde se pactuou ficassem as Agências Municipais de Estatística sob a responsabilidade técnica e administrativa do IBGE, mas sem que perdessem, nessa transferência, a sua natureza e os seus fins como órgãos municipais.

> Só se tornou viável essa solução, porque, representando o nosso Instituto, a um só tempo, a União, os Estados e os Municípios, a todos os quais, por mandato político-administrativo, vincula solidariamente em torno do seu objetivo específico, é-lhe lícito, nesta privilegiada posição, gerir as Agências Municipais de Estatística, que devem servir também, e por igual, à União e aos Estados, mas não se devem desnaturar em órgãos federais ou estaduais.
>
> Todavia, importa acentuar que a delegação de poderes de que emergiu a *nacionalização* que dá às Agências de Estatística, a indeclinável feição municipal e o seu destino de órgão ao mesmo tempo auxiliares da administração estadual e federal, longe de ter sido obtida no intuito de trazer para o centro o que legitimamente pertence ao interior, o foi antes no propósito de levar ao interior o que só se encontrava no centro, ali distribuindo, com igualdade, os benefícios inerentes à organização de uma rede homogênea e eficiente de centros de trabalho e cultura, a fim de, em compensação, ali recolher depois os dados completos, atuais e fidedignos de que o país não pode mais prescindir. Ao invés de um episódio de "centralização", o que, no acordo, se deve ver é um lance promissor de verdadeira "interiorização".
>
> Sem esta interiorização de recursos materiais e humanos não seria possível, mais tarde, a exteriorização do país nos Conselhos Internacionais, à mingua das tabelas numéricas em que esta, a cada passo, deve basear-se para merecer crédito. Nem seria tão pouco possível dar-lhe representação condigna nos anuários e nos congressos interamericanos ou mundiais de estatística (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 300, grifo nosso).

Como nos disse *Artur Ferreira Silva*, notável ibgeano, apaixonado por *Teixeira de Freitas*, e pela Campanha Municipalista, em depoimento espontâneo, "a Agência foi instalada com a finalidade de agir como escola, como espelho, como gabarito de organização, ordem e método no trabalho"; e acrescenta: "a exigência de ordem, limpeza e eficiência técnica não representavam apenas uma rotina", mas antes "pretendiam demonstrar que mesmo nas cidades distantes seria possível disciplinar a coisa pública e por um paradeiro ao desastroso descaso votado às nossas repartições situadas no interior, onde o desleixo, a incúria e a falta de espírito público andavam de braços dados com a desonestidade, o derrotismo, a poeira e as teias-de-aranha". Por fim, afirma que a virtude das agências estava "na espontaneidade, no desinteresse e na seriedade", com que se atuava, "mesmo quando os 'números choram', para usar a feliz expressão de *Teixeira de Freitas*, ao apreciar a situação do ensino no País".

A questão dos recursos: o selo e o fundo

Como visto, de 1936 a 1942, a criação das agências foi precária. Os municípios eram muito atrasados para perceberem a importância das estatísticas, e, mesmo quando as viam com bons olhos, e as queriam, eram, não raro, muito carentes de recursos para os aplicar à formação de uma repartição especializada. Afora tudo isso, os órgãos estaduais de estatística, que deviam orientar as agências, quase nunca eram capazes de fazê-lo, já que eram pardos em recursos, em estrutura, em conhecimento.

> Retardada por motivos imperiosos, desde 1942, a execução dos Convênios teve início, praticamente, em princípios de 1945, com a instalação das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, nas Capitais das Unidades Federadas, e com o início da arrecadação do "selo de estatística", pouco antes regulamentada e lançada no Distrito Federal. Tratando de uma tarefa de envergadura sem precedentes, as

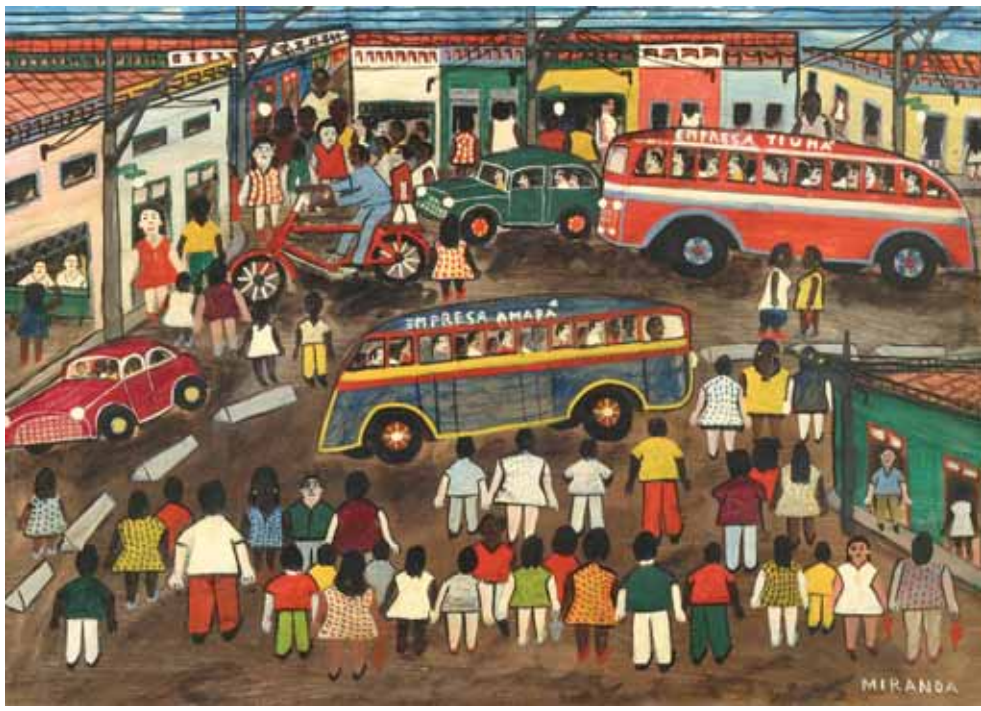
> providências relacionadas com a execução dos Convênios foram tomadas paulatina e progressivamente, sem prejudicar o andamento normal dos trabalhos do Instituto. Organizados que foram os serviços contábeis e financeiros, deve a arrecadação da quota de estatística estar sendo efetuada, em todo o território nacional, até o final deste ano (LARA, 1947, p. 524).

Criada em março de 1942, no contexto do Decreto-Lei nº 4.181, de 16 de março de 1942, a "quota de estatística" foi confirmada no Decreto-Lei nº 5.951, de 10 de novembro de 1943, e no Decreto-Lei nº 6.730, de 24 de julho de 1944. Por fim, sua arrecadação recebeu regulamento na Resolução nº 186, de 3 de agosto de 1944, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística. Eis a análise de *Macedo Soares*:

> Nos convênios que assinaram, os governos municipais tomaram as seguintes providências: a) a criação de um tributo, cobrado como parte principal ou como adicional do imposto sobre diversões, a incidir, na forma de selo especial fornecido pelo IBGE, sobre as entradas em casas ou lugares de diversões que ofereçam espetáculos ou qualquer outra forma de diversão pública; b) a outorga da arrecadação da respectiva renda ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para constituir os recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal.
>
> Ficou o financiamento, pois, apenas na dependência de um pequeno sacrifício das classes e grupos demográficos mais favorecidos da fortuna, e, ao mesmo tempo, melhor beneficiados – habitantes, que são, dos grandes centros urbanos – pelo conforto da civilização e pelas assistência social e econômica. E esse ônus, assim, de nenhuma sorte atinge as populações rurais, nem também os grandes grupos demográficos, embora citadinos, cujo baixo nível de vida está bem expresso no fato de não possuírem diversões.
>
> Nem sequer o campo tributário dos Municípios ficou restringido com a providência em apreço, pois, desde que já existente o imposto, para os fins comuns da administração, continuará a ser cobrado; enquanto que, ao Município onde ainda não estiver sendo arrecadado, ficou a faculdade de lhe criar um adicional sob a condição apenas de que a arrecadação deste não altere nem dificulte a arrecadação da "quota de estatística". Circunstância a considerar, ainda, é a de que a instituição dessa Caixa se ajusta devidamente às normas do nosso direito financeiro, pois não se trata de" fundo especial", do gênero daqueles em que se possa ver uma violação do princípio da unidade orçamentária (CONVÊNIOS..., 1940, p. 9).

Em suma, dizia-se à época, o tributo criado seria justo por várias razões: primeira, por não subtrair rendas já existentes no município, já tão carentes de recursos; segunda, por incidir sobre a população mais rica, a que mais se beneficiava das diversões, quando as havia, assim, não prejudicando as pessoas pobres; terceira, porque, a partir da caixa nacional de estatística, formada dos recursos criados, o município que não houvesse alcançado o montante mínimo, necessário à operação da repartição estatística, receberia recursos de fora. A caixa nacional de estatística, enquanto não atingisse o montante necessário, haveria um reforço do governo federal; o que se deu por muito tempo, na verdade, quase sempre, em especial quando se idealizou um padrão de agência, por certo necessário, mas sem dúvida dispendioso.

A execução dos convênios teve início, na prática, em princípios de 1945, com a instalação das inspetorias regionais de Estatística Municipal, nas Capitais das



O tráfego, 1974. José Rodrigues de Miranda.

Unidades Federadas, e com o começo da arrecadação do "Selo de Estatística".[177] Por quase cinco anos, sua cobrança foi pacífica; quando começou a enfrentar problemas.

De fato, no final de 1948, o sistema estabelecido pelos Convênios Municipais de Estatística Municipal passou a ser alvo de ataque junto às administrações municipais, por parte da direção de estabelecimentos cinematográficos. A resistência culminou com a atitude de um consórcio de casas exibidoras e distribuidoras sediado em Taubaté, no Estado de São Paulo, e cuja atividade abrangia, além daquela Unidade Federada, os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O Departamento Jurídico da Distribuidora de Filmes Cruzeiro Ltda., uma das empresas subsidiárias do referido consórcio, no parecer que elaborou e foi aceito pelas diretorias das empresas, recomendou a suspensão do pagamento do Selo de Estatística nos ingressos vendidos ao público pelos cinemas de sua propriedade, a partir de 1º de janeiro de 1949. Aos prefeitos municipais comunicou-se o seguinte parecer: a) não havia prévia autorização orçamentária para cobrança do imposto de estatística; b) a cobrança do imposto de estatística violava a autonomia municipal; c) os Convênios de Estatística não tinham validade jurídica. Estava armado um problema.

A Prefeitura Municipal entrou no Juízo de Taubaté com uma ação de execução fiscal, para haver o pagamento da multa e para fazer cumprir a lei. Nos embargos à penhora, a empresa continuou invocando seu entendimento de insconstitucionalidade da contribuição, pelo choque, que reputava evidente, do Selo de Estatística com a ordem constitucional vigorante no país. Em 22 de abril de 1949, parecer do Consultor Jurídico do Instituto, *João de Mesquisa Lara*, foi oferecido em juízo, na audiência de ins-

[177] A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, tratou do assunto pelas Resoluções nº 190, de 18 de agosto de 1944, em que aprovou os dispositivos orgânicos referentes à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, e 191, de 18 de agosto de 1944, em que criou as inspetorias regionais das agências municipais de estatística, dando-lhes regimento.

trução e julgamento. Em 4 de maio, o Juiz de Direito da Comarca de Taubaté, *Durval Pacheco de Matos*, julgou a ação procedente e, em conseqüência, subsistente à penhora realizada nos bens da executada. E, claro, a empresa invocou a segunda instância.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu dever remeter o processo ao Tribunal Federal de Recursos, que, em 27 de outubro de 1950, por seu Pleno, declarou a procedência daquela cobrança, ao mesmo tempo em que negou a argüição de inconstitucionalidade (CONSTITUCIONALIDADE..., 1951). Na ocasião, parecer do Prof. *Pontes de Miranda* contribuiu para sustentar essa decisão; mas a situação não voltaria ao normal, nunca mais; logo viriam outras ações, e não tardou a Prefeitura de São Paulo querer apropriar dos recursos arrecadados. O Instituto continuou brigando na Justiça, sustentando a manutenção da cobrança, mas com evasão crescente, até que, nas vésperas de se mudar seu *status*, tornando uma Fundação, era mínima a arrecadação.

As inspetorias regionais

As inspetorias regionais, já de há muito previstas, receberam regimento pela Resolução nº 191, de 18 de agosto de 1944, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, tendo papel vital nas vidas das agências.

> Art. 1º As Inspetorias Regionais, subordinadas, administrativamente, à Secretaria-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e tecnicamente, aos respectivos Departamentos Regionais de Estatística, têm por finalidade principal administrar, orientar e controlar as redes regionais das Agências Municipais de Estatística, funcionando também como repartição arrecadadora e pagadora do Instituto e delegacia deste para as atribuições supletivas que a sua Secretaria-geral houver de exercer por força de lei ou acordo.

Nas inspetorias existiam as seguintes unidades: Serviço de Administração, Controle dos Levantamentos e Inquéritos Municipais (para ação nas Agências Municipais interioranas), Agência de Estatística do Município da Capital (Art. 3o).

Onde o órgão estadual estivesse sob o comando de um delegado do Instituto, ele poderia ser designado Inspetor. Por outro lado, a chefia de uma Inspetoria poderia ser delegada ao Diretor do Departamento Estadual de Estatística (Art. 4º).

No início o Instituto decidiu não padronizar os serviços técnicos, deixando os processos, os controles e os arquivos à decisão criativa dos inspetores; colecionou-se experiências para ulterior padronização. Contudo, por razões óbvias, de imediato padronizou-se a contabilidade (o uso do selo de estatística, muito em especial), a gestão de pessoal e de material. Para o âmbito técnico, em cada Unidade Federada, não demorou a compor-se a Comissão Revisora de Estatística Municipal, formada pelo inspetor, por seu assistente-chefe, e pelo diretor do órgão estadual de estatística (que a presidia), pela qual os serviços das agências eram aperfeiçoados continuamente, e era diminuída a necessidade de correspondência (SILVA, 1947).

Em 1947, as agências municipais de estatística, “além de serem abastecidas pelos órgãos do Instituto, quanto ao material de consumo”, estavam também “recebendo o material permanente indispensável, padronizado depois de acurados

estudos (móveis de madeira, móveis de aço, máquinas de escrever, calcular e somar, etc.)" (LARA, 1947, p. 524). O custo das agências mais simples atingia cerca de Cr$ 8.900,00, o das agências intermediárias montava a cerca de Cr$ 9.800,00, e, por fim, o das agências de classe mais alta, as chamadas Agências Modelo, atingia cerca de Cr$ 36.300,00. E mais, um "Quadro nacional de Agentes Municipais de Estatística" estava sendo criado, com provas de seleção (primeiro aplicadas nos estados do sul).

Ordem nas agências; perfil dos agentes

Pouco a pouco, instruções foram sendo explicitadas. Por exemplo, aquelas feitas na Bahia, em redação de *Afrânio de Carvalho*, em 1940, num esforço conjunto do Instituto com o órgão estadual de estatística. Tem as partes seguintes: "Posição das Agências", "Serviços das Agências", "Cadastros", "Inquéritos", "Guias de Estatística", "Publicidade Estatística", "Documentação fotográfica e cartográfica", "Monografia estatístico-descritiva do município", "Biblioteca e propaganda do município", "Crítica das agências", "Crítica do departamento", "Prazos, cópias e cuidados das informações", "Franquia postal-telegráfica", "Organização do arquivo", "Arquivo de assuntos", "Arquivo de correspondência", "Preparo, expedição e recebimento da correspondência", "Relatório anual". O que bem mostra as muitas tarefas envolvidas.

Além desse, houve vários outros textos; mas ainda faltava um grande manual. E que viria em 1960, depois de diversas delongas. Então, o Instituto decide editar o **Manual do Agente Municipal de Estatística. Instruções práticas, sugestões e conselhos**, elaborado por *Joaquim Ribeiro Costa*, em 408 páginas. Sua versão inicial vinha de 1944, e seria entregue a *Teixeira de Freitas*, que sugere algumas mudanças; nova versão, feita em 1950, seria entregue à Secretaria-geral ainda pelas mãos de *Teixeira de Freitas*, já não mais à frente daquela Secretaria; até 1958, não houve nenhuma manifestação da Secretaria, quando finalmente *Hildebrando Martins da Silva*, ao assumir a posição de Secretário-geral decide editar a obra. Que longa história!

Tem quatro grandes unidades: 1) Ligeiro histórico do IBGE. Fundamento de sua estrutura e benefícios de sua criação; 2) Elementos de organização das agências municipais de estatística; 3) Inquéritos estatísticos e elementos de cadastro; 4) Divulgação estatística. Bem escrito, trata em minúcias do operacional das inspetorias regionais, com ênfase à atuação nas agências; seu autor, por muito tempo inspetor regional em Minas Gerais, trazia distinta experiência; mas não se tem registro de sua aceitação (logo depois, o modelo original estaria sendo mudado, com a Fundação). Nele, merece destaque, o perfil que oferece dos agentes, que além das condições intelectuais e da idoneidade moral, devia:

> 1. Pautar sua conduta pelas mais elevadas e escrupulosas normas de trato social, tolerância, discrição e operosidade. Daí resultará, para o encarregado do serviço municipal de estatística, uma honrosa reputação de cavalheirismo, zelo e eficiência em suas realizações, o que criará em seu favor um ambiente de simpatia, boa vontade e cooperação sempre crescentes da parte do público.
>
> 2. Manter contatos freqüentes com os membros das comissões de informantes; cultivar e manter relações da melhor cordialidade com as autoridades locais

> – civis, militares e religiosas; com a imprensa, associações de classe e elementos representativos da lavoura, do comércio e da indústria, visando a contar com seu apoio e cooperação em favor dos inquéritos estatísticos.
>
> 3. Acompanhar e observar sempre e atentamente todos os fatos de relevo na vida do município, nos setores físico, econômico, social, cultural e moral, anotando convenientemente tudo quanto for de interesse, tanto como subsídio à coleta de dados para os inquéritos estatísticos, como pela importância histórica que possa ter.
>
> 4. Estar sempre em dia com os dados estatísticos referentes aos principais aspectos da vida do município e, se possível, retê-los de memória, a fim de que possa, em qualquer oportunidade, como reuniões, mesas-redondas, trabalhos de comissões de que faça parte, etc., prestar com eficiência a sua contribuição, atraindo dessa forma maior prestígio para sua pessoa e, através dela, para a obra do Instituto.
>
> 5. Realizar por todos os meios a seu alcance um trabalho constante de propaganda do serviço de estatística, a todos procurando esclarecer sobre suas finalidades e importância e interessando ao mesmo tempo a quantos exerçam as suas atividades em postos de administração pública e particular.
>
> 6. Sugerir e orientara melhoria dos registros públicos e particulares, de modo a constituírem, quando preciso, fontes aproveitáveis à coleta para fins de estatística.
>
> 7. Acompanhar atentamente o funcionamento do Poder Legislativo Municipal, dando imediato conhecimento à Inspetoria Regional de quaisquer proposições ou cogitações nesse sentido que venham criar embaraços à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.
>
> 8. Acompanhar com interesse o desenvolvimento do Estado e do País e das principais nações estrangeiras, através das estatísticas (COSTA, 1960, p. 46-47).

Embora devesse participar da vida do município e se esperasse que o fizesse de maneira especial, devia evitar envolvimentos partidários, polêmicas religiosas e desportistas. Sua atuação seria especial pela relação que teria com as capitais, estadual e federal, e pela formação que receberiam das instituições. Mas, acima de tudo, porque teriam a chance de formar conhecimentos a partir das informações estatísticas que estariam ajudando a produzir. Via-se no agente de estatística, um agente de cultura, de mudança; seria uma figura graduada nos municípios, estando arrolado entre as autoridades municipais, recebendo primazia em diversos instantes. Vários foram, de fato, bastante importantes.[178]

> Não desejamos finalizar estas linhas sem uma palavra de louvor aos Agentes, esses abnegados colaboradores que, disseminados por toda a vastidão do território pátrio, se empenham, porfiadamente, percorrendo os Municípios de sua jurisdição, na tarefa ingente de coligir os elementos necessários às multiformes realizações da Estatística Brasileira. Deles dissemos, certa vez, em circular que lhes dirigimos: "O Agente Municipal de Estatística, pela natureza das funções que desempenha e pelas responsabilidades que lhe estão afetas, além de ocupar um posto de confiança do Governo merece desfrutar uma posição destacada no meio social em que vive. Essa posição, prestigiada por todas as correntes de opinião e de credo, ele a granjeará – no permanente contato com elementos representativos de todas as classes socais – pela ação entusiástica e profícua que lhe ditará a exata compreensão do alto senti-

[178] Havia ainda os agentes itinerantes, com atuação em conjuntos de municípios.

> do patriótico e das importantíssimas finalidades da tarefa que lhe compete executar: pesquisar as condições existenciais do Município e revelá-las não só ao Governo e aos munícipios, como a todo o Brasil" (SILVA[179], 1947, p. 536, grifo nosso).

E os agentes atingem o paraíso

Tempos depois, em 1951, no 15º aniversário do Instituto, na solenidade havida no Teatro Municipal em Niterói, presentes o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Alm. *Ernani do Amaral Peixoto*, e o General *Polli Coelho*, que acabara de empolgar a presidência do IBGE, *Teixeira de Freitas* proferiu discurso apaixonado sobre as agências e os agentes municipais de estatística.[180]

> Mas, meus Senhores, a vossa festa apresenta uma nota inédita. Vejo aqui algo de original e deveras empolgante. Pois os ilustres dirigentes do sistema estatístico-geográfico fluminense pretenderam, de comum e feliz acordo, por em destaque a valia extraordinária do labor infatigável – por vezes tão modesto, tão árduo por momentos, e sempre tão nobre e belo – dos Agentes Municipais de Estatística.
>
> Inspirada idéia!... Os Agentes Municipais são, sem dúvida, os observadores diretos da realidade que a Geografia e a Estatística precisam conhecer, analisar e investigar. Operam na verdadeira intimidade, no plano mais profundo da vida nacional, agindo sincronizadamente e em perfeita solidariedade de objetivos e de esforços, em todas as células municipais do organismo pátrio.
>
> Põem os Agentes de Estatística em obra uma paciência inesgotável, a par daquela prudência exemplar, que não deve ser esquecida um só momento. Colocam-se em plano superior às lutas locais, sem jamais tomar partido, porque precisam obter de todos – como bons amigos e não como adversários ou indiferentes, a quem se deva temer ou repelir, as informações minudentes que é de seu dever colher com veracidade e rapidez. Corteses, infatigáveis, discretos, zelosos, agindo com método e pertinácia, do seu labor admirável é que se há de conseguir a matéria-prima, como informação de base, para todas as elaborações da Estatística Política e da Geografia Humana, através das quais se configuram e interpretam os diferentes aspectos dos agrupamentos sociais.
>
> Sem eles, sem os Agentes Municipais, o Brasil não teve, até faz pouco, senão grosseiras e atrasadas mensurações da sua própria ambiência telúrica e social. Com eles, graças ao seu concurso, os estudos estatísticos e geográficos, tanto os de sentido nacional, como os de significação regional ou local, lograram um surto admirável, e vão-se multiplicando dia a dia, e assumem aquele caráter de verdadeiras contribuições técnicas, umas, já inferidas cientificamente, outras, perfeitamente utilizáveis pela análise científica; contribuições sem as quais seria utopia pensar-se em construir, com a lógica e a técnica necessárias, os destinos do Brasil, que não pode permanecer apenas como um "País grande", mas deve, quanto antes, transformar-se, de fato, em um "grande País", graças à força criadora do seu povo (DÉCIMO-QUINTO..., 1951, p. 258-259, grifo nosso).

Este era o sentimento reinante. As agências e os agentes formavam os alicerces do sistema estatístico, então criado. Sem elas e eles nada se faria, e não bastava existirem, mais que isso, importava estarem sob o comando do Instituto, o que só se daria, como visto neste capítulo, a partir de 1942, na sentido da defesa nacional, e

[179] Inspetor regional do Estado do Rio de Janeiro.

[180] Recorde-se que, então, ele não mais estava na Secretaria-geral do Instituto, de onde saíra em 1948. E também que Macedo Soares recém deixara a presidência, que ocupara desde 1936.

mais ainda a partir de 1945, quando os recursos puderam ser captados. Nesse ponto, resta verificar sua inserção nos esforços de formação continuada havidas no Instituto, bem assim, os modos como eram chamados a participar, no contexto das campanhas estatísticas, e é o que virá nos próximos capítulos.

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume os textos: **Ruben Gueiros, o primeiro Inspetor-Geral** e **Eles escreveram a história do IBGE com suor e poeira**, por Marco Santos.

A ordem no programa estatístico. O progresso nas campanhas estatísticas

Capítulo 06

O primeiro programa estatístico brasileiro foi baixado no Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, que criou a Diretoria Geral de Estatística, ao tempo do Gabinete São Vicente, tendo como Ministro do Império, *João Alfredo*[181]. Era demasiado minucioso e, por certo, dada a época, a Diretoria não foi capaz de dar-lhe o curso esperado, embora fizesse avançar algumas temáticas, como a questão das divisões do território (judicial, policial, eclesiástica, administrativa), como a elaboração das estatísticas da educação, e poucas outras[182]; em parte, contudo, seria feito no censo geral de 1872.[183]

Antes, porém, sem alcançar caráter oficial, *José Cândido Gomes*, em relatório dirigido ao futuro *Visconde de Sinimbu*, Ministro da Agricultura do terceiro gabinete presidido pelo *Marquês de Olinda*, propôs um esquema de organização e sistematização das estatísticas brasileiras que, oficiosamente, representa um programa estatístico[184]. Antes ainda, mas sem nenhum caráter oficial houve propostas de homens notáveis, ora mais, ora menos completas, por exemplo, de *José Bonifácio de Andrada e Silva*, *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*, *Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*, *Francisco Vilela Barbosa* (o Marquês de Paranaguá) ao longo do século imperial brasileiro[185].

Na República, nas várias vezes em que a Diretoria Geral de Estatística foi estruturada, ao atribuir-se as temáticas a cada seção, fazia-se uma revelação sintética do programa estatístico, sem grandes mudanças em relação ao previsto no Império[186]. Ademais, tem-se as reflexões de *Oziel Bordeaux*, em seu famoso relatório, e de *Teixeira de Freitas* nas suas 33 teses feitas para apresentação na Conferência de Estatística, convocada por *Bulhões Carvalho*, e não realizada (neste caso, como uma derivação aproximada, sem que se falasse em programa estatístico).[187] Por fim, com a criação do Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE), o País seria dotado de um programa estatístico completo, no âmbito de um sistema estatístico.

---

[181] O referido decreto tinha o amparo da Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, proposta por Paulino José Soares de Souza, Ministro do Império no Gabinete Itaboraí. Ele era filho do Visconde do Uruguai.

[182] As estatísticas do século XIX, cujo levantamento urge, num trabalho de fôlego, estão mesmo nos relatórios dos ministérios às sessões de abertura da Assembléia Geral (sem olvidar, contudo, os relatórios da própria Diretoria Geral de Estatística, e alguns outros avulsos, e dispersos).

[183] Veja-se os capítulos 9, 13 e 15 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[184] Veja-se o capítulo 8 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[185] Veja-se o capítulo 1 volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

[186] Veja-se os capítulos 1, 9 e 12 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[187] Veja-se os capítulos 11, 24 e 25 volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

O programa estatístico no âmbito do sistema criado

Na Assembléia Geral que promoveu a instalação do Conselho Nacional de Estatística, no cumprimento de determinação da Convenção Nacional de Estatística (realizada em julho e agosto anteriores), foi baixada a Resolução nº 7, de 30 de dezembro de 1936, na qual se promovia a articulação harmonizada das vertentes federal e regional do sistema estatístico. Ao fazê-lo, estabelecendo as atribuições das "repartições centrais", davam, grosso modo, os elementos do programa estatístico.

> Art. 1º O campo da "estatística nacional", abrangendo de todas as pesquisas de compreensão nacional que possam interessar ao Governo da União, é integralmente distribuído em tantos grandes setores quantas as "repartições centrais" da organização federal do Instituto, competindo a cada uma destas realizar ou orientar e coordenar, direta ou indiretamente, para fins de estatística, todas as investigações, cadastros e levantamentos que se enquadrem no respectivo setor.

Naquele momento eram cinco essas "repartições centrais", o que levava à divisão em cinco "setores" dos elementos do programa estatístico. Quando fossem criadas, como se queria, outras "repartições centrais" (de estatística, naturalmente) em outros Ministérios, caberia à Assembléia Geral rever aquela divisão. As respectivas investigações (com os existentes formulários, até que se pudesse revisá-los e articulá-los) deviam ser executadas com as estruturas dos ministérios, isso, porque ainda não haviam as agências municipais de estatística; se alguma dessas repartições não tivesse estrutura regional, as que tivessem deviam ajudar, afora dever-se articular com as repartições regionais de estatística (que usariam suas agências, quando as tivessem). Eis, enfim, a divisão setorial prevista no Art. 2º daquela resolução:

1º setor: **Diretoria de Estatística Geral**, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Situação demográfica:
1. Efetivos demográficos
2. Densidade demográfica
3. Grupos demográficos
4. Nascimentos (nascidos vivos e nascidos mortos)
5. Casamentos
6. Óbitos
7. Naturalizações
8. Mortalidade e sobrevivência
9. Vida média e vida provável

Situação social:
1. Assistência a desvalidos (vestuário, habitação, alimentação e educação)

Situação cultural:
1. Catequese indígena
2. Organizações e campanhas pela elevação física, intelectual e moral da raça
3. Organizações e campanhas de reforma social
4. Organizações e campanhas para o desenvolvimento do espírito cívico
5. Organização religiosa
6. Corporações religiosas
7. Edifícios, monumentos e objetos de arte consagrados ao culto

8. Missões religiosas
9. Grandes comemorações, festividades e movimentos religiosos
10. Atos religiosos
11. Crimes e contravenções
12. Jogo
13. Prostituição
14. Natalidade ilegítima
15. Desquites
16. Suicídios

Situação administrativa e política:
1. Administração
2. Segurança pública
3. Repressão
4. Justiça
5. Defesa Nacional
6. Organização política
7. Representação política

2º setor: **Diretoria de Estatística Econômica e Financeira**, do Ministério da Fazenda

Situação econômica:
1. Meios de transporte (terrestres, marítimos, de navegação interna e aéreos)
2. Via de comunicação (correios, telégrafos e telefones)
3. Propriedade imobiliária
4. Moeda metálica e fiduciária
5. Títulos imobiliários
6. Bancos e estabelecimentos de crédito
7. Comércio (de exportação e importação, internacional, interestadual e local)
8. Distribuição da riqueza (salários, interesses, rendimentos, lucros, impostos e benefícios)
9. Consumo (alimentos, vestuário, habitação, etc., serviços de natureza intelectual e moral; sinistros e acidentes)

Situação administrativa e política
1. Finanças públicas

3º setor: **Departamento de Estatística e Publicidade**, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Situação demográfica:
1. Imigração
2. Emigração
3. Migrações internas
4. Situação econômica:
5. Produção industrial propriamente dita
6. Propriedade industrial

Situação social:
1. Previdência e assistência social (seguros, capitalização, caixas econômicas, caixas de aposentadorias e pensões, institutos de previdência, caixas Raiffeisen e Bancos Luzzatti, etc.)
2. Cooperativismo
3. Organização do trabalho

4º setor: **Diretoria de Estatística da Produção,** do Ministério da Agricultura

Situação física:
1. Posição, limites e extensão do território
2. Geologia e orografia
3. Hidrografia
4. Meteorologia e climatologia
5. Prospecção mineralógica
6. Revestimento florístico
7. Fauna

Situação econômica:
1. Produção extrativa (mineral, vegetal e animal)
2. Produção agrícola
3. Produção da indústria de transformação

5º setor: **Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação**, do Ministério da Educação e Saúde Pública

Situação econômica:
1. Propriedade intelectual (científica, literária e artística)

Situação social:
1. Logradouros públicos (vias públicas, praças, parques, bosques, hortos, jardins, cemitérios, etc.)
2. Pavimentação
3. Arborização e ajardinamento
4. Iluminação
5. Abastecimento d'água
6. Esgotos sanitários
7. Limpeza pública
8. Balneários, piscinas, lagos artificiais, canais, estádios e outros melhoramentos urbanos)
9. Serviços preventivos de saúde pública
10. Campanhas sanitárias
11. Assistência médico hospitalar
12. Assistência médico em ambulatórios
13. Assistência escolar

Situação cultural:
1. Ensino e educação
2. Bibliotecas
3. Museus
4. Monumentos históricos e artísticos
5. Belas artes
6. Teatros e outras casas de diversão
7. Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas, recreativas e desportivas)
8. Institutos científicos
9. Arquivos públicos
10. Imprensa periódica
11. Radiodifusão
12. Aspectos culturais da indústria bibliográfica, fonográfica e cinematográfica
13. Exposições, congressos e conferências
14. Missões científicas e culturais
15. Excursionismo

As repartições regionais, afora as investigações de seus interesses especiais, que, pouco a pouco, serão feitas, deviam, de pronto, colaborar arcando com partes do plano acima, a menos que não estivessem aparelhadas para tanto. Enfim, as que pudessem deviam assumir as seguintes temáticas cometidas às "repartições centrais":

1. Prontuário e a estatística anual da divisão territorial (judiciária, administrativa, fiscal, policial, etc.)
2. As estimativas demográficas anuais dos municípios
3. Levantamento mensal do comércio interestadual, com indicação da procedência e destino das mercadorias, tendo em vista o disposto da cláusula XXI da Convenção Nacional de Estatística
4. Registro e a estatística dos preços correntes e do custo de vida na capital da respectiva unidade política
5. A estatística predial (urbana, suburbana e rural) do município da mesma capital
6. Levantamento do movimento de todos os registros públicos no município da capital, segundo os planos e instruções em vigor.
7. Cadastro e a estatística industrial do município da capital

O esquema então proposto, seja na forma, seja no conteúdo, seja no processo de execução, não seria eficiente, e ainda teria que passar por diversas mudanças. Logo viriam as campanhas estatísticas, e as agências municipais de estatística, e as inspetorias das agências; as repartições estaduais (algumas, ao menos) terão mais ações. Isso virá a partir da presença teimosa de *Teixeira de Freitas*, um obcecado pela estatística, mais exatamente pela estrutura que ajudara a montar (da qual fora o ideólogo).

A concepção das campanhas estatísticas

A primeira campanha estatística foi feita em 1937, tendo seu plano prático definido na Resolução nº 14, de 30 de dezembro de 1936, pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (assembléia de instalação). O plano é frágil, e é ensaístico. O fato é que seus principais elementos ainda estavam por serem constituídos, como as agências municipais de estatística, as Juntas Executivas Regionais, e, acima de tudo, os próprios "cadernos" de investigação[188]. Embora já se falasse deles, e já se desse alguma descrição do processo de execução a ser adotado, como o número de cópias, e seus destinos, como as instruções de aplicação que deviam conter; e outros pontos.

A Resolução nº 37, de 14 de março de 1938, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, com base no Decreto-Lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938, definiu prêmios aos agentes municipais, por seus desempenhos. Naquele mesmo ano, a 18 de julho, a Resolução nº 86, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, definiu os elementos da campanha de 1938, introduzindo questionários especiais.[189] No ano seguinte, a Resolução nº 143, de 22 de julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, concebeu a campanha de 1940, introduzindo o Caderno C, para aplicação nos municípios das capitais, ou em assuntos referentes ao Estado. O Caderno D, destinado ao levantamento da produção agropecuária em todo o Território Nacional, seria introduzido pela Resolução nº 153, de 5 de dezembro de 1943, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

[188] Valerá lembrar que Correia da Câmara, em situação narrada no capítulo 3 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção, também usava a expressão "caderno", ainda que mais para a divulgação dos resultados.

[189] A Resolução nº 75 de 18 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, fixou disposições normativas para a apresentação tabular da estatística brasileira. Começa com as propostas feitas à sessão do ISI no México em 1933, pelo professor vienense Drexel. Recebidas as contribuições, o mesmo Drexel, em Atenas, em 1936, apresenta uma proposta definitiva, logo aceita e oficializada. Lauro Sodré Viveiros de Castro a traduziu e anotou, sendo então publicada pela resolução para aplicação em todo o sistema estatístico brasileiro.



Mario Ritter Nunnes, [s.d.].

Em 7 de junho de 1945, pela Resolução nº 216, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, decisões e definições foram introduzidas. Como valiosa definição estabeleceu: "entendem-se por 'plano estatístico nacional' ou 'campanha estatística nacional' os levantamentos estatísticos que, sob a responsabilidade conjunta e solidária dos órgãos das três ordens administrativas da República integradas no sistema do Instituto, devam ser realizados anualmente em todo o país." E legislou sobre as campanhas estatísticas regionais, para cada Unidade da Federação; dada como "todas as indagações estatísticas do 'plano nacional' que se realizarem em seu território, acrescidas dos inquéritos especiais que a Junta Regional de Estatística aprovar ou determinar e que, lançados sob a responsabilidade daquele órgão, devam abranger todas as circunscrições administrativas, ou várias delas, escolhidas sob critério de zoneamento ou de seleção representativa". E disse que haveriam campanhas municipais de estatística "sempre que o governo de uma municipalidade faça realizar, por órgãos especializados ou pela Agência de Estatística, mediante entendimento com o Instituto, inquéritos locais, obedientes a um plano previamente traçado, que excedam a compreensão do 'plano regional' respectivos".

Como seja, foi o passar do tempo que tornou as campanhas contínuas e sistemáticas, e *Mário Ritter Nunes*, então Chefe da Seção de Campanhas Estatísticas do Serviço de Inquéritos, nos deixou um relato minucioso da campanha realizada em 1947, a 11ª, já madura em conteúdo e em estrutura, e já bem estabelecida.

> Iniciando o trabalho cooperativo do Instituto, mediante a colaboração das três esferas administrativas interessadas – a federal, a estadual e a municipal – foi firmado um programa específico que se adaptasse às circunstâncias particulares de cada unidade política e que assegurasse aos levantamentos a realizar a maior extensão e profundidade, bem assim as melhores garantias de êxito. Como conseqüência, a Secretaria Geral do Instituto organizou e fez imprimir cadernos de sistematização global para serem preenchidos pelas Agências Municipais de Estatística. Dois cadernos foram logo encaminhados: um, denominado Caderno A, como o objetivo de, como cadastro, enumerar e localizar os elementos já existentes em cada Município que pudesse ser objeto da estatística nacional, como índices da situação econômica, social, cultura e política; outro, o Caderno B, destinado ao registro mais minucioso de informações estatísticas, também de caráter local, algumas das quais relativas a elementos cadastrados no primeiro (NUNES, 1947, p. 493, grifo nosso).

> Considerando, porém, a diversidade de indagações estatísticas feitas por intermédio do Caderno B, poucas das quais eram comuns a todos os Municípios e outras dependiam de vários informantes, foi ele desdobrado em Caderno B-1 e questionários avulsos B-2.00 (NUNES, 1947, p. 494, grifo nosso).

Na 11ª Campanha, o Caderno A tinha 68 folhas[190], "cada uma delas destinada ao relacionamento de determinada categoria de ocorrências, empresas, instituições ou serviços, objeto de inquéritos da estatística nacional" (NUNES, 1947, p. 507). Por exemplo: em relação ao Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, seriam anotadas as estações ou postos meteorológicos ou hidrométricos (e se faziam também referências climáticas); as indústrias extrativas minerais; e assim por diante. Outro exemplo: em relação ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, seriam anotadas as escolas e os cursos de ensino primário, entre vários outros. Anotavam-se: nome, ramo, endereço, e outros pontos.



Ministério da Educação, onde Teixeira de Freitas chefiava a Diretoria de Estatística.
Foto: Kikoler.

Das 68 folhas desse Caderno A, chamado de Prontuário (leia-se cadastro)[191], uma atendia ao Serviço de Geografia e Cartografia, do Conselho Nacional de Geografia; 12 ao Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura; 25 ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde; dez ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda; dez ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; quatro ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; seis ao Serviço de Estatística Militar, da Secretaria do Instituto.

Ainda naquela Campanha, o Caderno B-1 tinha 31 folhas: 18 visavam à obtenção de informações nas Prefeituras locais, sobre melhoramentos urbanos e finanças municipais, seis sobre o movimento policial, e as demais sobre assuntos diversos. Três atendiam ao Serviço de Estatística da Produção; 12 ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde; sete ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira; uma ao

[190] No verso de cada folha (de todos os cadernos) estavam as instruções minuciosas de preenchimento, com vistas a obter-se com exatidão as informações.

[191] Oziel Bordeaux, a certa altura, como chefe da seção de estatísticas culturais, e afins, da antiga Diretoria Geral de Estatística, dizia de seu desespero pela ausência dos cadastros, sem os quais nem sequer sabia a quem enviar um formulário (afora não saber se seu conteúdo era adequado).

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Oito ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

Esse Caderno B-1 tinha uma folha voltada ao "Relatório do Serviço", onde o agente devia fazer uma narração sucinta dos seus trabalhos para o preenchimento dos formulários. Desse conciso relatório constam, em parágrafos distintos, as datas de início e conclusão do serviço, as facilidades ou embaraços encontrados, o nome e qualidade das pessoas que haviam prestado seu concurso decisivo para o êxito dos inquéritos, bem como, vale marcar, uma ligeira apreciação geral da situação econômica, social, cultural e administrativa do Município (veja-se o quanto dariam os agentes).

Os Cadernos B-2.00 foram 26 no total: um atendia ao Serviço de Estatística da Produção; dez ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde; quatro ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira; nove ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política; e dois ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

O Caderno C tinha 48 folhas, sendo 41 para dados dos estados, e sete para dados dos municípios das capitais. Oito atendiam ao Serviço de Estatística da Produção; sete ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde; 20 ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira; sete ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política; e seis ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

O Caderno D, destinava-se ao levantamento das estatísticas sobre a produção agropecuária. Era impresso no Serviço Gráfico do Instituto, e era enviado ao Serviço de Estatística da Produção que o enviava às Agências Municipais de Estatística. Uma via era remetida ao Serviço de Estatística da Produção, uma aos Departamentos Estaduais de Estatística através da Inspetoria Regional, outra ficava no arquivo da Agência.

A propósito, veja-se o processo de distribuição, aplicação e recolha dos formulários: os Cadernos A e B-1 eram enviados pela Secretaria Geral do Instituto às Inspetorias Regionais de Estatística, em três vias para cada agente: uma via era usada em campo, e lá era corrigida; depois, as vias dois e três em "cópia limpa e já escoimada de possíveis enganos", era preparada, tomando-se, ato contínuo, o visto do Prefeito "visto este que importa em expressa autenticação dos dados neles contidos". A via usada em campo (rascunho) ficava na Agência "não só como cadastro das unidades relacionadas, mas ainda para auxiliar a coleta no ano seguinte e facilitar a crítica no confronto de formulários entre dois anos consecutivos, evitando ou justificando aumentos ou diminuições bruscas de dados representativos de um mesmo fato ou ocorrência, bem pouco prováveis na realidade". As vias dois e três eram enviadas à Inspetoria Regional, que, de depois de fazer uma "crítica formal", passava uma via ao respectivo Departamento Estadual de Estatística em sessão da Comissão Revisora de Estatística Municipal, e outra à Secretaria Geral do Instituto (NUNES, 1947, p. 504).

Quanto ao Caderno C, parte ficava na própria Inspetoria que o aplicava, e parte era passada ao respectivo Departamento Estadual de Estatística, também em sessão da Comissão Revisora de Estatística Municipal; ao final, uma cópia limpa era enviada à Secretaria Geral do Instituto.



Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. Foto: Rosenfeld.

Desde 1945, na nona campanha, a crítica e a apuração dos Cadernos A e B-1 e dos questionários B-2.00, seriam feitas nos Departamentos Estaduais de Estatística. Até então, tais tarefas estavam a cargo das Repartições Centrais Federais. Mas, para garantir uma perfeita uniformidade "nos cômputos regionais, bem assim para facilitar o trabalho a cargo daquelas repartições, foi a Secretaria Geral do Instituto autorizada a fornecer o material destinado às aludidas apurações". Esse material constava de "mapas-mudos", contendo a "nominata dos Municípios de cada Unidade da Federação e coleções de cabeçalhos para organização das tabelas de apuração", pois esses cabeçalhos seriam "destacados e colados por trás da parte superior dos mapas". Uma vez colado o cabeçalho, eram "traçados os riscos verticais que formam as diversas colunas, e com isso está pronto o mapa de apuração" (NUNES, 1947, p. 520).

A realização das campanhas estatísticas

O chamado "esquema fundamental" da estatística brasileira, formatado em ramificações horizontais, foi divulgado amplamente em vários textos, inclusive saindo no primeiro número da *Revista Brasileira de Estatística*, bem assim, no primeiro *Anuário Estatístico* ainda sob o INE (em 1936). Pois os cadernos das campanhas, como visto antes, deviam, por definição, estar atendendo totalmente (ou, o máximo possível), aquele esquema fundamental. E isso *Mário Ritter Nunes*, que vimos usando, teve a preocupação de demonstrar num quadro sintético (NUNES, 1947, p. 496-503), como segue:

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA

(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
A – Caracterização fisiográfica			
Situação física			
Âmbito geográfico	Posição, limites e extensão do território	Povoados existentes	Cad. A fl. 49
Ambiente geomórfico	Geologia, ortografia e hidrografia	Principais acidentes geográficos	Cad. A fl. 1
Ambiente climático	Meteorologia e climatologia	Estações ou postos meteorológicos ou hidrométricos e referências climáticas	Cad. A fl. 2
Riquezas naturais	Prospecção mineralógica, revestimento florístico e fauna	Principais riquezas naturais	Cad. A fl. 3
B – Caracterização sociográfica			
Situação econômica			
Produção	Produção extrativa (mineral, vegetal e animal)	Indústria extrativa mineral	Cad. A fl. 4
		Indústria extrativa e de beneficiamento de origem vegetal	Cad. A fl. 5
		Indústria extrativa e de beneficiamento de origem animal	Cad. A fl. 6
		Produção extrativa	Cad. B-1 fl. 1
	Produção agrícola	Principais agricultores	Cad. A fl. 7
		Calendário agrícola	Cad. A fl. 8
		Principais criadores	Cad. A fl. 10
		Organizações de fomento agropecuário	Cad. A fl. 12
		Valor das terras de cultura ou pastagem	Cad. B-1 fl. 2
		Fomento da produção	
		1 Estabelecimentos destinados ao fomento agropecuário	Cad. C fl. 2
		2 Organização geral dos estabelecimentos e serviços executados	Cad. C fls. 3 a 5
		Inscrições no Registro de Lavradores e Criadores	Cad. C fl. 6
		Produção agrícola	Cad. D fls. trimestrais
		Produção pecuária	Cad. D fl. anual
	Produção da indústria de transformação	Indústria agrícola	Cad. A fl. 9
		Indústria animal	Cad. A fl. 11
		Produtos agrícolas transformados e produtos de origem animal	Cad. D fl. anual
		Estabelecimentos industriais registrados na Repartição de Estatística	Cad. C fl. 7

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
		B – Caracterização sociográfica **Situação econômica (continuação)**	
Circulação	Meios de transporte (terrestres, marítimos, de navegação interna e aérea)	Portos (marítimos, fluviais e lacustres)	Cad. A fl. 41
		Aeroportos e campos de pouso	Cad. A fl. 42
		Estradas de ferro	Cad. A fl. 43
		Navegação	Cad. A fl. 44
		Empresas de carris urbanos (bondes) e de auto-ônibus	Cad. A fl. 45
		Rede rodoviária	Cad. B-1 fl. 16
		Automóveis e outras espécies de veículos terrestres	Cad. B-1 fl. 17
		Ferro carris de uso público	Q B-2.21
		Empresas ou serviços de transporte em auto-ônibus e caminhões	Q B-2.22
		Rede rodoviária estadual	
		1 Estradas em construção e projetadas	Cad. C fl. 8
		2 Caracterização das estradas a cargo exclusivo do Estado	Cad. C fls. 9 e 10
		3 Caracterização das estradas encampadas ou subvencionadas pelo Estado	Cad. C. fl 11
		Navegação fluvial	
		1 Rios navegáveis e suas condições	Cad. C fl. 12
		2 Localização e aparelha-mento dos portos servidos por navegação a vapor ou motor de explosão	Cad. C fl. 13
		3 Principais características das empresas	Cad. C fls. 14 e 15
	Vias de comunicação (correios, telégrafos e telefones)	Vias de comunicação	Cad. A fl. 39
		Telefones	Cad. A fl. 40
		Empresas telefônicas	Q B-2.31 ½
	Propriedade imobiliária	Serviço de terras devolutas	Cad. C fl. 1
		Edificação na Capital	Cad. C fl. 42
		Transcrições de transmissões de imóveis na Capital	Cad. C fl. 43
		Inscrições de hipotecas convencionais na Capital	Cad. C fl. 44

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
		B – Caracterização sociográfica	
		Situação econômica (conclusão)	
Circulação (conclusão)	Propriedade intelectual (científica, literária e artística)	Inscrições profissionais 1 Na Ordem dos Advogados do Brasil 2 No Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura 3 Na Repartição Estadual de Saúde	 Cad. C fl. 21 Cad. C fl. 22 Cad. C fl. 23
	Bancos e estabelecimentos de crédito	Bancos e casas bancárias	Cad. A fl. 46
	Comércio (de exportação e importação, internacional, interestadual e local)	Principais firmas comerciais	Cad. A fl. 47
		Mercados públicos e feiras	Cad. A fl. 48
		Garages	Cad. A fl. 67
		Postos e bombas de gasolina	Cad. A fl. 68
		Organização e movimento do Mercado Municipal da Capital	Cad. C fl. 45
Distribuição e consumo	Distribuição da riqueza (salários, interesses, rendimentos, lucros, impostos e benefícios)	Salários agrícolas	Cad. B-1 fl. 3
	Consumo (alimentos, vestuários, habitação, etc. serviços de natureza intelectual e moral; sinistros e acidentes)	Cadastro profissional 1 Médicos 2 Dentistas e farmacêuticos 3 Advogados 4 Engenheiros e construtores civis licenciados	 Cad. A fl. 63 Cad. A fl. 64 Cad. A fl. 65 Cad. A fl. 66
		Incêndios	Cad. B-1 fl. 21
		Desastres e acidentes	Cad. B-1 Fls. 22 e 23
		Movimento da Bolsa de Mercadorias	Cad. C fl. 16
		Consumo de energia elétrica e gás na Capital	Cad. C fl. 46
		Acidentes no trabalho – Ocorrências levadas ao conhecimento da Polícia da Capital	Cad. C fl. 47
		Situação social	
Bem-estar físico-social a) Melhoramento e embelezamento	Logradouros públicos (vias públicas, praças, bosques, hortos, jardins, cemitérios, etc.)	Bosques, hortos e parques públicos	Cad. A fl. 14
		Cemitérios	Cad. A fl. 15

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
Situação social (continuação)			
Bem-estar físico-social a) Melhoramento e embelezamento urbanos (conclusão)	Consumo (alimentos, vestuários, habitação, etc., serviços de natureza intelectual e moral; sinistros e acidentes)(conclusão)	Melhoramentos urbanos na sede municipal 1 Edificações 2 Logradouros públicos	 Cad. B-1 fl. 4 Cad. B-1 fl. 5
		Cemitérios (dados gerais)	Q B-2.19
		Pavimentação de logradouros	Cad. A fl. 16
		Pavimentação de logradouros públicos na sede municipal	Cad. B-1 fl. 5
	Arborização e ajardinamento	Arborização e ajardinamento de logradouros públicos	Cad. A fl. 17
		Arborização e ajardinamento de logradouros públicos na sede municipal	Cad. B-1 fl. 5
	Iluminação	Iluminação pública e domiciliária	Cad. A fl. 18
		Iluminação pública e domiciliária na sede municipal	Cad. B-1 fl. 8
	Abastecimento d'água	Abastecimento d'água	Cad. A fl. 19
		Abastecimento d'água na sede municipal	Cad. B-1 fl. 6
	Esgotos sanitários	Esgotos sanitários	Cad. A fl. 20
		Esgotos sanitários na sede municipal	Cad. B-1 fl. 7
	Limpeza pública	Serviços de limpeza pública	Cad. A fl. 21
		Serviços de limpeza pública e remoção de lixo na sede municipal	Cad. B-1 fl. 9
	Balneários, piscinas, lagos artificiais, canais, estádios e outros melhoramentos urbanos	Balneários	Cad. A fl. 22
		Campos desportivos	Cad. A fl. 29
		Melhoramentos urbanos nas sedes distritais (vilas)	Cad. B-1 fl. 10
b) Assistência médico-sanitária α)Coletiva	Em geral	Despesas da Prefeitura com a assistência médico-sanitária 1 Discriminação geral 2 Relação das subvenções e auxílios	 Cad. B-1 fl. 14 Cad. B-1 fl. 15
		Despesas do Governo com a assistência médico-sanitária 1 Discriminação geral 2 Relação das subvenções e auxílios	 Cad. C fl. 36 Cad. C fl. 37
β)Individual	Assistência médica hospitalar e assistência médica em ambulatórios	Assistência a enfermos	Cad. A fl. 23

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
		Situação social (conclusão)	
Bem-estar econômico-social a) Beneficência	Assistência a desvalidos (vestuário, habitação e educação)	Asilos e recolhimentos Assistência a desvalidos Associações de caridade	Q B-2.32 Cad. A fl. 51 Q B-2.43
b) Cooperação social	Previdência e assistência social (seguros, capitalização, caixas econômicas, etc.)	Caixas econômicas, montes de socorro e casas de penhores	Cad. A fl. 59
		Companhias de seguros e de capitalização	Cad. A fl. 60
		Institutos de beneficência mutuária	Cad. A fl. 61
		Caixas econômicas, montes de socorro e casas de penhores	Cad. B-1 fl. 18
		Associação de beneficência mutuária	Q B-2.41
		Previdência dos Servidores do Estado	Cad. C fl. 17
		Caixas Econômicas	Cad. C fl. 18
		Casas de penhores da Capital	Cad. C fl. 48
	Cooperativismo	Cooperativas	Cad. A fl. 13
		Cooperativas (dados gerais)	Q B-2.01
	Organização do trabalho	Organizações trabalhistas e de classe	Cad. A fl. 62
		Núcleos coloniais	Cad. C fls. 19 e 20
		Organizações trabalhistas e de classe (dados gerais)	Q B-2.42
		Situação cultural	
Vida intelectual	Ensino e educação	Escolas e cursos de ensino primário	Cad. A fl. 24
		Estabelecimentos de ensino (exclusive os de ensino primário)	Cad. A fl. 25
		Despesas da Prefeitura com a assistência educacional e cultural 1 Discriminação geral 2 Relação das subvenções e auxílios	 Cad. B-1 fl. 12 Cad. B-1 fl. 13
		Despesas do Governo com a assistência educacional e cultural 1 Discriminação geral 2 Relação das subvenções e auxílios	 Cad. C fl. 34 Cad. C fl. 35

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
Situação cultural (continuação)			
Vida intelectual (conclusão).	Bibliotecas e Museus	Bibliotecas e museus Bibliotecas (dados gerais) Museus (dados gerais)	Cad. A fl. 26 Q B-2 11 Q B-2 12
	Monumentos históricos e artísticos e Belas Artes	Monumentos históricos e artísticos	Cad. A fl. 27
	Teatros e outras casas de diversões	Teatros, cinemas e outras casas e locais de diversões Estabelecimentos de diversões	Cad. A fl. 28 Q B-2 13
	Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas, cívicas, recreativas e desportivas)	Associações culturais Associações culturais (exclusive as desportivas) Associações culturais (somente as desportivas)	Cad. A fl. 30 Q B-2 14.1 Q B-2 14.2
	Institutos científicos e arquivos públicos	Institutos científicos e arquivos públicos centrais Arquivos públicos centrais (dados gerais)	Cad. A fl. 31 Q B-2.15
	Imprensa periódica	Imprensa periódica Imprensa periódica (dados gerais)	Cad. A fl. 32 Q B-2.16
	Rádio-difusão	Livrarias e rádiodifusão Rádiodifusão (dados gerais)	Cad. A fl. 33 Q B-2.18
	Aspectos culturais da indústria bibliográfica, fonográfica e cinematográfica	Casas editoras e tipografias	Cad. A fl. 34
	Exposições, congressos e conferências	Exposições, congressos e conferências	Cad. A fl. 35
	Missões científicas e culturais	Missões científicas e culturais	Cad. A fl. 36
	Excursionismo	Meios de hospedagem Objetivos de turismo Informações para o Guia do Viajante no Brasil (Itinerários e meios de transporte) Meios de hospedagem (dados gerais)	Cad. A fl. 37 Cad. A fl. 38 Cad. B-1 fl. 11 Q B-2.17
Vida moral a) Aspectos positivos ou normais α) Movimento humanitário	Organizações e campanhas pela elevação física, intelectual e moral da raça	Associações culturais	Cad. A fl. 30
	Organizações e campanhas de reforma social	Associações culturais	Cad. A fl. 30
	Organizações e campanhas para desenvolvimento do espírito cívico	Associações culturais	Cad. A fl. 30

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
		Situação cultural (conclusão)	
b)Movimento espiritual	Organização religiosa	Divisão eclesiástica	Cad. A fl. 53
	Corporações religiosas	Congregações e associações religiosas	Cad. A fl. 54
	Edifícios, monumentos e objetos de arte consagrados ao culto	Templos	Cad. A fl. 55
	Missões religiosas	Missões científicas e culturais	Cad. A fl. 36
	Grandes comemorações, festividades e movimentos religiosos	Grandes festividades religiosas	Cad. A fl. 56
	Atos religiosos	Culto católico (dados sobre as grandes circunscrições)	Q B-2.36.1
		Culto católico (dados sobre as paróquias)	Q B-2.36.2
		Culto protestante	Q B-2.37
		Culto ortodoxo	Q B-2.38
b) Aspectos negativos ou patológicos	Crimes e contravenções	Crimes e contravenções	Cad. B-1 fl. 25
	Jogo	Casas de jogo	Cad. A fl. 57
		Crimes e contravenções	Cad. B-1 fl. 25
		Loterias estaduais	Cad. C fl. 24
	Prostituição	Crimes e contravenções	Cad. B-1 fl. 25
	Desquites	Desquites processados	Cad. B-1 fl. 26
	Suicídios	Suicídios e tentativas	Cad. B-1 fl. 24
		Situação administrativa e política	
administrativos			
a) Gestão pública	Administração	Pessoal empregado na administração municipal	
		1 Segundo a natureza da investidura	Cad. B-1 fl. 19
		2 Segundo a importância de remuneração percebida	Cad. B-1 fl. 20
		Funcionalismo do Estado	
		1 Segundo várias circunstâncias	Cad. C fl. 25
		2 Segundo a natureza específica das funções	Cad. C fl. 26
	Finanças públicas	Finanças municipais	
		1 Previsão e execução orçamentária	
		a) Receita	Cad. B-1 fl. 27 Cad. B-1 fls. 28 e 29

PLANO NACIONAL DAS "CAMPANHAS ESTATÍSTICAS" NA ORDENAÇÃO GERAL DOS ASSUNTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA
(cadernos A, B-1, C e D e questionários B-2)

Esquema fundamental		Inquéritos correspondentes nas campanhas estatísticas	
Títulos gerais	**Títulos especiais**	**Assuntos**	**Formulários**
Situação administrativa e política (conclusão)			
a) Gestão pública (conclusão)	Finanças públicas (conclusão)	Finanças municipais (conclusão)	
		2 Balanço financeiro	Cad. B-1 fl. 30
		3 Balanço patrimonial	Cad. B-1 fl. 31
		Finanças estaduais	
		1 Execução orçamentária	
		a) Receita	Cad. C fl. 27
		b) Despesa	Cad. C fls. 28 a 31
		2 Balanço financeiro	Cad. C fl. 32
		3 Balanço patrimonial	Cad. C fl. 33
b) Ordem e defesa pública	Segurança pública	Força Pública Regional	Cad. C fl. 38
		Organizações policiais	Cad. A fl. 58
		Guarda civil	Q B-2.33
		Serviço de trânsito	Q B-2.34
		Corpo de bombeiros	Q B-2.35
	Repressão	Prisões	Cad. A fl. 58
		Caracterização e movimento da penitenciária	Cad. C fl. 40
	Justiça	Registro do movimento da população	Cad. A fl. 50
		Cartórios auxiliares da justiça	Cad. A fl. 52
		Movimento do Tribunal de Apelação	Cad. C fl. 39
		Histórico e movimento do Conselho Penitenciário	Cad. C fl. 41

Em torno das estatísticas econômicas

Em julho de 1945, *Jorge Kafuri*, catedrático de Estatística e Economia na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil[192], em conferência realizada no curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, já na nova sede do Instituto, começou traçando as relações entre a Estatística e a Economia, como segue:

> A Estatística e a Economia sempre se deram as mãos, a primeira servindo à segunda como instrumento: a) de pesquisa; b) de verificação de hipóteses e de resultados de teorias dedutivas; c) de construção de teorias novas; e d) de construção de explicações provisórias para o preenchimento de lacunas existentes no quadro e no progresso da ciência econômica.

[192] Nas origens desse curso e dessa Escola esteve a figura notável do Visconde do Rio Branco; veja-se o capítulo 6 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-ca.1889)**, desta coleção.

> A cooperação da Estatística com a Economia pode ser esquematicamente dividida em duas fases, uma empírica e outra científica. O início da fase empírica perde-se na memória dos tempos. Estende-se por longos séculos em que, a rigor, se fazia Estatística e se fazia Economia sem se saber ao certo que tais indagações do espírito poderiam constituir corpos de método e de doutrina.
>
> A fase de cooperação empírica adquire contornos nítidos quando a Estatística, pelas obras de Pascal, Laplace e Quetelet, adquire forma, e quando simultaneamente a Economia se instaura como ciência com Smith, Ricardo e Cournot. A Estatística, fundada no Cálculo das Probabilidades, e sobretudo na obra imortal de Pierre Simon de Laplace, entra, no século passado, a constituir-se em poderoso instrumento de disciplina do espírito para a observação do mundo, enquanto no mesmo passo a Economia, com Smith, Ricardo e Cournot, fundava-se como ciência, procurando explicar a estrutura da vida econômica e ditar as primeiras leis da fisiologia da riqueza (KAFURI, 1945, p. 393, grifo nosso).

E segue tratando da produção sistemática das estatísticas, na qual a Estatística vivia "em estado de subnutrição", mesmo fazendo "alarde de seu progresso e de suas conquistas", com o avanço das análises matemáticas. Na sua idade clássica, afirmava, "faltava-lhe exatamente a colheita abundante e correta de dados da vida econômica, faltava-lhe a matéria-prima com que exercitar a sua aparelhagem". Para vencer essa situação, as nações avançadas formaram as instituições estatísticas, as quais chama de "observatórios da vida econômica". Algumas avançaram, outras não. Mesmo aquelas não conseguiram acompanhar as exigências da Economia, "em face do progresso e das mutações das suas pesquisas" (KAFURI, 1945, p. 395).

A necessidade da parceria íntima entre Economia e Estatística deu-se por volta de 1924, e exigiu cerca de nove anos para que "cristalizasse no plano da consciência científica dos economistas". Só em 1933 essa parceria íntima, de fato, se iniciou "com a criação daquilo que recebeu o nome de Econometria"; de 1924 a 1933 se deu a fase de "precursores da Econométrica", e só em 1933 surgiu "um grêmio especial de cientistas destinado a construir a ciência econômica com métodos novos, com fundamentos novos e com finalidades precisas". De 1933 a 1938, a Econométrica buscou rumos firmes, "no caos deixado pela economia clássica"; daí, até 1944 dá-se sua "fundação definitiva", com a parceria da Economia e da Estatística (KAFURI, 1945, p. 406).

Pois essa é a época, no Brasil da criação do Instituto, vital "em face das mais imperativas exigências da Economia do país, tanto no setor científico quanto no da política econômica", segundo *Jorge Kafuri*. E diz mais: "sem o Instituto, pondo *ordem* no caos, *racionalismo* na técnica, *continuidade* na ação, *método* nos trabalhos e *unidade* no sistema, estaríamos agora infinitamente mais atrasados e despreparados do que o estávamos no ano de 1934, em relação aos progressos da Estatística e da Economia (KAFURI, 1945, p. 409, grifo do autor).

> Criado o Instituto, iniciou desde logo, com vigor, sua atividade ordenadora e disciplinadora. Venceu enormes tropeços. Impõe-se ao julgamento unânime dos brasileiros que, irrestritamente, passaram a reverenciar seus dirigentes e profissionais como são reverenciados os membros de uma comunidade de idealistas. Atestam a obra vencida suas numerosas e variadas publicações que, mês a mês, se aperfeiçoam, refletindo o ritmo de um progresso que tranqüiliza os exigentes e

> desconcerta os críticos da nossa capacidade de empreender e realizar (KAFURI, 1945, p. 410, grifo nosso).



Um recanto do Rio de Janeiro ao tempo do Recenseamento de 1940.
Foto: P. Heymann.

Não obstante os elogios generosos ao Instituto, vindos de *Jorge Kafuri* naquela palestra feita em 1945, já no ano anterior, quando da realização do 1º Congresso Brasileiro de Economia, *Oscar Egídio de Araújo*, da Escola Livre de Sociologia, apresentara avaliação elogiosa. A seu juízo, àquela altura, o Instituto, "sob a orientação segura e inteligente do Embaixador José Carlos de Macedo Soares", já se incumbira "de levantar todas as estatísticas comerciais e industriais ligadas direta e indiretamente à economia da Nação, publicando-as com regularidade e, o que é mais para louvar, com oportunidade" (FREITAS, 1944, p. 108).

Teixeira de Freitas que lhe relatara o trabalho, não endossa tal otimismo: "Estamos muito longe de aceitar a conclusão de que já tenhamos de alguma sorte alcançado o nível de suficiência perfeita para as elaborações estatísticas nacionais" (FREITAS, 1944, p. 108). E diz que "o próprio Instituto não reconhece a suficiência das estatística econômicas já normalizadas, pois neste momento mesmo está empenhado em organizar algumas e aperfeiçoar outras, e tem por certo que muitos novos progressos se irão tornando necessários" (FREITAS, 1944, p. 109). E oferece (em co-autoria) avaliação alternativa, publica apenas em 1945:

> Deficiências ainda se observam, sem dúvida. E quando não decorrem dos mesmos fatores gerais, que em todos os países criam embaraços aos levantamentos numéricos – e que no Brasil são agravados pela extensão territorial, dispersão demográfica e baixo nível cultural das populações – essas deficiências são devidas, exatamente, à inexistência da mentalidade estatística entre os que devem colaborar com o poder público nesse sentido [o setor privado]. Mas essas causas já não afetam, de modo substancial, os setores de capital importância na investigação estatística. Os levantamentos já efetuados pelas repartições de estatística, tanto na esfera federal, como na regional e local, além de submetidos a uma progressiva ampliação, quer em extensão quer em profundidade, já vão tomando feição e ritmo satisfatórios, graças à melhor receptividade, graças à melhor receptividade por parte dos informantes. Essa observação implica no reconhecimento de que a bem orientada campanha educativa que se tem lançado nesse sentido já vai produzindo resultados, criando aos poucos aquela mentalidade estatística de que tanto carecem os órgãos especializados da administração nacional (FREITAS; LARA, 1945, p. 31, grifo nosso).

Aqueles autores dizem que "a aplicação do método estatístico ao estudo dos fatos econômicos dispensa justificativa". Mas, como então vigia, não sabem revelar o conjunto dos fenômenos econômicos a serem objeto de investigação. Como saída,

o fazem apoiados na tradição que considerava os fenômenos econômicos através das estatísticas da população: “os fatores demográficos e sociais, culturais e político-administrativos constituem, em verdade, ao lado das condições do meio físico, um sistema de elementos que age, com maior ou menor intensidade, sobre os fatos econômicos” (FREITAS; LARA, 1945, p. 29). Isso quer dizer que aqueles avanços na Economia, a que alude *Jorge Kafuri*, ainda não estavam presentes no cotidiano do Instituto, donde, na verdade, ainda havia muita escassez de estatísticas.



Fábrica de laticínios, em Blumenau, SC.

> Assim, por exemplo, as pesquisas sobre o fenômeno do consumo em determinado período não podem prescindir de informes sobre a população em causa, o meio físico e social em que a mesma vive, seus hábitos e educação, o sistema de governo a que se submete, os recursos de que dispõe e o modo por que os adquire. É fácil observar, por outro lado, os diversos elementos de natureza predominantemente econômica que teriam de ser estudados em relação a cada um dos itens ora referidos. Seria indispensável investigar, realmente, o homem como fator de produção e como consumidor; as riquezas naturais e as facilidades ou dificuldades apresentadas pelo meio físico; a produção, a circulação e a distribuição dos bens produzidos; as necessidades, criadas pela educação e pela vida social, e o modo de satisfazê-las; os sistemas tributários; etc (FREITAS; LARA, 1945, p. 29).

Portanto, são conscientes das necessidades, mas está claro que ainda não se sabia como estruturar as estatísticas econômicas. Faltava a prática dos conceitos e das definições, ainda em teoria, não raro frágeis (pese os avanços havidos). Faltava, no limite, aprender a calcular a “matriz de relações intersetoriais”, as “contas sociais (nacionais)”, “os índices de preços e de custos”, entre outros pontos. Isso será fator de crises crescentes, com o Instituto sendo criticado, mormente com o surgimento do planejamento, até que tenha sua estrutura fortemente modificado, ao final dos anos 1960, limiar dos anos 1970. Voltado àqueles autores, dentre as inúmeras proposições de transformação das estatísticas econômicos, podemos destacar:

> III Entre os empreendimentos já inscritos no programa de trabalho dos serviços estatísticos nacionais devem ser considerados de maior urgência e importância no setor econômico:
>
> 1. a definitiva regularização do levantamento das correntes internas de comércio;
>
> 2. a normalização do registro industrial, como fonte para a coleta automática dos elementos imprescindíveis ao levantamento da produção industrial do país;
>
> 3. a ampliação e aprofundamento do inquérito sobre o custo de vida, com a conseqüente compreensão de novas categorias de despesa, embora fique a pesquisa limitada aos grandes centros demográficos do país;
>
> 4. pronto lançamento das estimativas da produção agrícola, mediante levantamento trimestral em todos os municípios, e a divulgação atualizada do inquérito relativo ao gado abatido em todo o país;

5. a continuação dos esforços de aperfeiçoamento de que têm sido objeto as estatísticas do comércio de cabotagem e internacional, e os inquéritos concernentes ao movimento bancário, às falências e concordatas e às transmissões de imóveis;

6. a maior atualização das estatísticas já implantadas e a sua oportuna, regular e larga divulgação, em publicações periódicas.

V Como complemento às providências sugeridas no item anterior e com o fim de instituir ou aperfeiçoar as fontes de informação automática e de racionalizar os instrumentos de coleta de que se servem as repartições de estatística, deve-se lembrar:

1. a criação do "registro comercial", de caráter nacional, segundo as normas já adotadas para a execução do "registro industrial", ou a modificação das leis em vigor a fim de que os cadastros, já existentes, dos estabelecimentos comerciais possam permitir o levantamento estatístico da organização do comércio em todo o país;

2. a instituição legal de registros nos serviços de transportes rodoviários;

3. a adoção de um guia nacional de exportação, uniforme para todo o país, destinada a servir de instrumento de coleta para toda a estatística da exportação brasileira;

4. desenvolvimento e aprofundamento do plano a que já está obedecendo o levantamento periódico dos estoques das principais mercadorias nas mais importantes praças do país;

5. a utilização, sempre que possível, pelos órgãos estatísticos, de questionários simplificados que, reunidos em cadernos de folhas destacáveis, a serem oferecidos aos informantes para o registro dos fatos inquiridos em períodos curtos e uniformes (semanas, quinzenas, meses), lhes facilitem as anotações e a posse de uma cópia fiel dos dados fornecidos.

VII São especialmente recomendáveis, todavia:

1. a ampliação dos inquéritos relativos à existência, condições de ocorrência e o aproveitamento dos recursos naturais;

2. estudo completo da produção agropecuária, por meio de estimativas trimestrais e levantamento anual, bem assim a divulgação dos resultados com regularidade e a maior atualidade possível;

3. cômputo total da produção industrial do país e, como elemento essencial ao estabelecimento de índices da atividade industrial, o levantamento mensal da produção, e dos seus principais fatores, nas indústrias básicas ou de importância fundamental para a economia do país, incluindo-se ainda na apresentação, se possível, a comparação entre as encomendas recebidas e as executadas, nos períodos considerados;

4. a regularização das estatísticas dos meios de transporte, tendo em vista especialmente a inclusão, nesse setor de pesquisa, dos transportes rodoviários, já por meio da instituição do registro obrigatório dos passageiros e cargas conduzidos e das viagens realizadas, já com o recurso a investigações representativas mediante coleta, nas rodovias, de "amostras de tráfego", semestral ou anualmente;

5. a instituição do cadastro predial-domiciliário nas sedes municipais do país, ou pelo menos nas capitais, não só para os diferentes fins de administração local, a que tal serviço atende, como ainda para servir aos estudos sobre a propriedade imobiliária, as inversões de capital, o poder aquisitivo da moeda e as variações de

densidade das principais aglomerações urbanas, tendo em vista seus reflexos econômicos;

6. aperfeiçoamento da estatística bancária, visando, sobretudo, de par com a indispensável padronização das rubricas dos balanços e balancetes, o conhecimento do número e do valor das principais operações efetuadas pelos estabelecimentos de crédito;

7. levantamento estatístico uniforme da organização comercial brasileira, através dos dados colhidos no "registro comercial" já anteriormente referido;

8. a elaboração das estatísticas relativas à renda nacional, segundo o método condizente com a estrutura e as peculiaridades da vida econômica nacional e com os elementos informativos de que se puder dispor;

9. a execução dos inquéritos necessários ao conhecimento das importâncias dos fretes pagos pelo transporte de mercadorias no comércio brasileiro;

10. a melhoria e desenvolvimento das estatísticas tributárias, de modo geral, e especialmente as que se referem aos impostos de consumo, de vendas e consignações e sobre a renda, com o fim de permitir estudos suplementares relativamente à produção industrial, às transações comerciais, aos lucros e rendimentos, etc.;

11. prosseguimento e ampliação das pesquisas concernentes à balança de pagamentos no exterior;

12. prosseguimento das investigações sobre preços, com a inclusão de novos produtos e serviços, e a extensão das pesquisas, concomitantemente, às fontes produtoras, aos distribuidores atacadistas e aos varejistas, tendo em vista orientar a eliminação dos fatores anômalos que estejam prejudicando ou alterando a força reguladora da oferta e da procura;

13. a atualização das estatísticas das falências e concordadas, e sua divulgação discriminadamente por municípios;

14. a melhoria e regularização das estatísticas dos acidentes do trabalho.

VIII São recomendados ao estudo dos estatísticos e economistas brasileiros os seguintes assuntos, de primordial interesse para a orientação da política econômica nacional:

1. a seleção dos elementos que devem servir de fundamento às investigações sobre a conjuntura brasileira e a avaliação, numa possível análise retrospectiva, da correspondência entre os índices conjunturais e as manifestações reais dos fenômenos econômicos;

2. a verificação do comportamento das fases conjunturais, no Brasil, tendo em vista a influência das características diferenciadas e específicas das diversas zonas que constituem o *complexus* da economia nacional;

3. a pesquisa sobre o custo da distribuição – considerado este como a diferença entre o preço da mercadoria na fábrica e o que para a mesma prevalecer no estabelecimento varejista –, limitada a investigação a certos estabelecimentos e a determinadas categorias de produto;

4. estudo da tributação que grava o exercício das principais atividades e, quando se dispuser de dados sobre a renda nacional, a comparação entre o total dos tributos pagos e a capacidade de contribuição da economia pública;

5. a pesquisa sobre a circulação monetária, abrangendo não apenas a moeda metálica e fiduciária, como ainda o volume e a velocidade dos depósitos bancários;

6. a estimativa da riqueza nacional;

7. a verificação do aproveitamento real da capacidade dos meios de transporte no Território Nacional, segundo as diversas épocas do ano e as Unidades da Federação;

8. estudo do padrão de vida de determinadas classes da sociedade, nas diversas regiões do país, compreendendo, pelo menos, a alimentação, a habitação, o vestuário, a defesa da saúde e as atividades sociais das unidades submetidas à investigação.

De 4 a 12 de outubro de 1947, na 6ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, reunida em Montreal, tratou-se dos índices de custo de vida. Publicado na *Revista Brasileira de Estatística*, dois anos depois, tinha a seguinte estrutura: I "Objetivos dos números-índices do custo da vida" (Medida das flutuações, no tempo, dos preços de varejo dos artigos de consumo; Medidas das diferenças do custo de vida, de uma a outra coletividade, em determinado momento; Grupos econômicos que devem, quando possível, ser cobertos pelos números-índices do custo de vida); II "Técnicas empregadas para levantar e utilizar dados representativos dos preços" (Seleção de uma amostra de armazéns representativos; Métodos empregados na determinação de artigos de qualidades idênticas ou equivalentes; Execução dos programas de levantamento de preços; Critérios empregados na escolha de coletividade onde os preços devem ser levantados); III "Escalas de ponderação" (Escolha dos artigos. Critérios de seleção; Determinação dos coeficientes de ponderação; Necessidade de novos estudos em torno das despesas de consumo) (ESTATÍSTICA..., 1949, p. 634-653).

Os diferentes tipos de números-índices do custo de vida, no período de após-guerra, podem servir a fins ligados a duas categorias gerais: a) comparação do custo da vida em diferentes épocas; b) comparação do custo da vida em diferentes lugares. Os grupos econômicos, dos quais se calculam os números-índices, podem ser compostos de operários, empregados de vencimentos fixos, agricultores, como, ainda, compreender a totalidade da população. É possível estabelecer números-índices em relação a coletividades particulares, grupos de coletividades, bem assim ao conjunto do país. Define-se o objetivo dos números-índices como referido às modificações ou às diferenças nos preços de varejo, não consideradas as divergências de padrões ou níveis de vida. Como anteriormente se sugeriu, o ponto importante deve, pois, ser colocado sobre a medida das variações nos preços de varejo dos artigos de consumo, os quais formam uma lista de artigos e de serviços que compõe ou exprime o nível especial de vida dos grupos econômicos de uma coletividade, ou de um país, para quem o número-índice é calculado (ESTATÍSTICA..., 1949, p. 634).



Mulheres no corte da cana.

Estatísticas sociais, uma curiosa e erudita reflexão

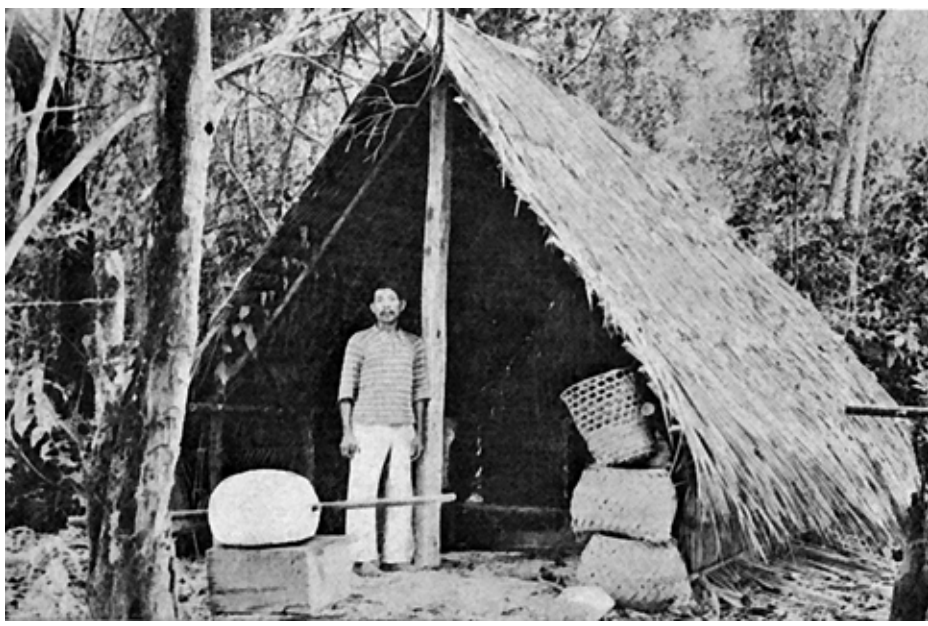
Béla Földes, em conferência pronunciada em março de 1936, na Sociedade Húngara de Estatística, apresenta reflexões sobre a Estatística, no mínimo curiosas; sugere uma divisão, com nomes estranhos, inusitados, e historia a evolução das chamadas Estatísticas Sociais, com informações interessantes. Sem nenhuma avaliação ou mesmo comentários, veja-se dois trechos:

> Seria útil substituir o termo "Estatística", que comporta grande número de significados, por uma expressão nova, tal como: Sociologia numérica, Sociografia numérica ou Sociometria. Com o termo Sociometria, nome mais claro e mais categórico, as confusões seriam eliminadas pela base. Recomendo essa designação, em torno da qual tive ensejo de enunciar as vantagens noutra publicação. A Sociometria ficaria subdividida em: 1) Demometria; 2) Econometria; 3) Cultometria; 4) Eticometria; 5) Estratometria; 6) Estatometria. Ajuntar-se-iam a essas subdivisões a Estatística Matemática, a Estatística Geométrica (Cheysson), a Estatística Histórica, a Estatística Comparada, a Lógica Estatística e a Metodologia. Poder-se-iam distinguir, nitidamente, na Sociometria: 1) Antropometria; 2) Biometria; 3) Psicometria; 4) Econometria (com o seu ramo: Conjunturometria); 5) Sociometria (no sentido estrito); 6) Biotipologia; 7) Psicologia social numérica; 8) Ética social numérica; e 9) Sociografia (FÖLDES, 1949, p. 237-238, grifo nosso).

> [...] a Estatística Social tem, atrás de si, passado bastante longo, e sua verdadeira pátria é a Inglaterra. No primeiro período do seu desenvolvimento, manifesta-se sob a forma do estudo das condições materiais das classes pobres e sua base repousa na estatística da economia doméstica [Engels e os orçamentos familiares]. No segundo período, as pesquisas se estendem ao estudo da influência exercida pela prosperidade sobre a mortalidade. A obra de Le Play teve grande repercussão, graças às monografias operárias. Durante o século XIX, encontram-se, já, repartições de estatística operária, que se desdobram em atividade intensa, sobretudo nos Estados Unidos. A fase recente da organização consiste em ciar institutos de pesquisas do trabalho, encontrados hoje em grande número de Estados, inclusive no Japão. Na Hungria, infelizmente, eles ainda não existem. A Itália distingue-se no terreno da Estatística Social pelo zelo de sua atividade, e, principalmente, pelos trabalhos da escola chamada "constitucional", que teve como precursores Guy, Quetelet, Châteauneuf e outros, e que, seguindo as pegadas de Galton, se esforça no sentido de esclarecer a influência da constituição física sobre as diversas classes da sociedade, em particular sobre a aristocracia, termo pelo qual os estatísticos italianos relacionam, tanto a aristocracia de nascimento, como a aristocracia do espírito, da administração e da economia, numa palavra, o resumo de toda a "elite" (FÖLDES, 1949, P. 239), grifo nosso.

> É difícil dizer quem primeiro se serviu do termo "Estatística Social". A denominação não é, decerto, antiga, mas o conceito de "sociedade" não remonta muito para lá do século XIX. Torna-se interessante notar que Robert Owen preconizou, desde 1813, a criação de uma repartição do Estado destinada às pesquisas da estatística operária. Lê-se nos anais editados por ocasião do centenário da fundação da Sociedade Estatística de Londres (página 9) que, em 1833, Quetelet anunciou que ia publicar uma obra sob o título "O homem e o desenvolvimento de suas faculdades. Ensaio de estatística social".

> A obra apareceu efetivamente, em 1835, mas não com o subtítulo "Estatística Social", e sim "Física Social". A primeira dessas designações se expandiu grandemente na segunda metade do século XIX. Em Wappäus, já a encontramos; devemos assinalar que o livro de Quetelet é aqui citado com o subtítulo de "Estatística Social", do mesmo modo que nos anais de Londres. Um dos primeiros que cultivaram a Estatística Socal, sem lhe dar este nome, foi Châteauneuf, de quem apareceu, em 1830, o ensaio intitulado "De la durée de la vie chez le riche et chez le pauvre" (Anais de Higiene Pública, Paris). Châteauneaf foi seguido por Madden em 1833, Lombard em 1834, Villermé em 1839, Tuy em 1843. Como precursores, mencionaremos Rusher, em 1822, e Thackrath, em 1831.



Seringueiro da Amazônia.

> A delimitação da Estatística Social ainda se encontra sujeita a controvérsias. Há os que lhe emprestam definição absolutamente geral, de modo a incorporá-la por inteiro à Estatística, uma vez que esta se ocupa de todos os fenômenos coletivos da sociedade. Rümelin é um representante desta concepção: ele entende por Estatística Social a Estatística Geral, e lhe opõe a Estatística Técnica, ciência das operações da Estatística.
>
> Uma das dificuldades da Estatística Social consiste em que grande número de noções, das quais ela deve servir-se, não apresentam nitidez bastante, linhas categóricas e específicas, ao contrário da maior parte das noções da Estatística Demográfica (FÖLDES, 1949, p. 240, grifo nosso).

Por fim, apresenta um programa de estatísticas do trabalho, como segue: I Grupos de operários, sistemas e condições de trabalho; II Duração do trabalho; III Salários; IV Moralidade e instrução; V Administração do trabalho; VI Sindicatos operários; VII Associações cooperativas operárias; VIII Escolas operárias; IX Hospitais operários; X Indenizações; XI Tribunais do trabalho; XII Associações educativas dos operários; XIII Instituições de previdência operária; XIV Bibliotecas operárias; XV "Dopolavoro" [sic]; XVI Férias de operários.[193]

[193] Valerá notar que a Organização Internacional do Trabalho - OIT, criada em 1919, bem cedo lutaria pela elaboração das estatísticas do trabalho, em um subsistema algo parecido com este. E, valerá notar, ainda, que desde os anos 1910, com mais certeza nos anos 1920, já se formava uma classe trabalhadora (operária) no Brasil. Entretanto, nem de longe, a antiga Diretoria Geral de Estatística se aproximou de uma tal proposta de subsistema.

Formação e capacitação continuadas: a força do sistema estatístico

Capítulo 07

Já com os portos abertos às "nações amigas", o Príncipe Regente, D. João, futuro D. João VI, criou "uma aula de Economia Política", a 23 de fevereiro de 1808, dada a *José da Silva Lisboa*, o futuro Barão (pouco depois Visconde) de Cairú (mas não se chegou a implantá-la), na qual seria ensinada a Estatística ou Aritmética Política. Anos após, a 7 de agosto de 1826, em discurso na Câmara dos Deputados, *Bernardo Pereira de Vasconcelos* advoga o ensino associado da Estatística e da Economia Política num curso jurídico em gestação; mas sem avanços concretos. Por fim, no ano de 1863 é criada na Escola Central, no curso de Engenharia, a cadeira de "Economia Política, Estatística e princípios de Direito Administrativo", sob a regência de *José Maria da Silva Paranhos*, o futuro Visconde do Rio Branco, e futuro Presidente do Conselho de Ministros. Haviam três unidades no programa: 1) Economia Política, 2) Estatística, 3) Direito Administrativo. Em Estatística previam-se os seguintes tópicos, sem detalhes: Noções, objeto e divisões da Estatística. Confrontação da Estatística e da Economia Política. Métodos da Estatística. Operações da Estatística. Fontes Estatísticas. Confrontações e deduções. Utilidade da Estatística prática. Utilidade da Estatística abstrata ou transcendente. Estatísticas do Brasil.

Essa cadeira prossegue, com diferentes professores; e era uma prática isolada. Nos primórdios da República, já na Escola Politécnica, a Estatística ganharia realce, mas ainda como prática isolada. Sobremodo, não havendo vínculos com a produção das estatísticas nas repartições de estatística, onde quer que existissem. Nelas dominava o improviso; seus técnicos possuíam cultura, e acumulavam experiências no cotidiano da atividade estatística, contudo, não eram especialistas.

Bulhões Carvalho, na reforma da Diretoria Geral de Estatística de 1907 propõe um rigoroso concurso de seleção de pessoal, e de ascensão funcional[194]. As exigências eram exageradas, para a época, à falta de livros e de cursos, e *Oziel Bordeaux* o criticaria em 1910, em seu famoso relatório[195]. E ficavam as intenções, sem maiores resultados, a menos de medidas isoladas, por exemplo, a promoção da tradução e da edição do livro **Manual de Estatística** de *Filippo Virgilli*, em 1908.[196]

O tempo passaria, e só sob o IBGE viriam a formação e capacitação continuadas do quadro de pessoal. Isso viria, seja por ações internas, como cursos, palestras, conferências e laboratórios, seja por ações externas, no contexto da entrada do ensino das ciências na academia, bem assim, da intensificação das comunicações e

[194] Ver o capítulo 9 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[195] Ver o capítulo 11 volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[196] Ver o capítulo 15 volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

das trocas de experiência com organismos internacionais, máxime depois da criação Instituto Interamericano de Estatística, em 1940.

Antes disso, impôs-se discutir a formação necessária ao profissional das repartições de estatística, por tradição chamado de estatístico. Mais ocorria a discussão, mais se percebia a limitação dessa associação, estatísticas e estatísticos, e se tentava segmentar o estatístico, dando-lhe alguma qualidade: analista, elaborador, matemático, coisas assim. E houve mesmo a proposta de novos nomes: estatísta, estatígrafo, e que tais. Afora nomes, suas competências, suas formações foram vistas.

Estatígrafos (base), estatísticos (meio), estatistas (topo)

Teixeira de Freitas em 1935, ao encerrar a "Semana da Educação"[197], disserta sobre o papel do estatístico, e se diz um, há quase 30 anos. Com olhar atento, educado, ele observa, registra, analisa e, por fim, interpreta, *avant la lettre*, na ordem de *Bruno Latour*. Como fruto dessa faina, habilita-se à "advertência oportuna", ao "aviso previdente", ao "grito de alarme", ao "brado de alvíssaras". E não se lhe apupe quando prenunciar maus horizontes, quando sugerir remédios dolorosos, pois seus discursos são pautados na objetividade, não são subjetivos (particulares, até mesmo fantasiosos). Assim, de sua pena emerge um profissional indispensável, um anunciador dos caminhos do progresso, e, ai de nós!, da civilização.

> Creio que não errarei se afirmar que os estatísticos são os "scouts", os esclarecedores que cada povo leva à sua frente nas caminhadas da civilização e do progresso. Ou, se preferirmos a clássica metáfora da "nau do Estado", veremos neles os gageiros, vigilantes e atentos, que do cesto da gávea, e olhar perscrutante, vão anunciando os incidentes da rota, os sinais de tempestade ou de bonança, as perspectivas alviçareiras ou as insídias dos sargaços, dos arrecifes, dos "icebergs", que os rumos preferidos, os azares da navegação ou os erros do comando forem colocando à frente da proa audaciosa.
>
> Bem irá, pois a um estatístico a advertência oportuna, o aviso previdente, o brado de alvíssaras ou o grito de alarme que a sua posição privilegiada de observador lhe permite dirigir aos que confiaram na sua vigilância e na segurança da sua visão. Nem se poderá maldizê-lo quando os horizontes lhe oferecerem maus prenúncios e a sua voz haja de afirmar a necessidade de manobras difíceis para corrigir erros da derrota[198] ou conjurar perigos fortuitos.
>
> Espero, assim, que as minhas palavras neste momento, palavras de um estatístico que são, sejam ouvidas e interpretadas para o cumprimento do dever cívico, focalizando apenas a realidade objetiva da vida nacional e os seus severos imperativos ante o olhar atento de alguém que, por dever de ofício, a observa, registra, analisa e interpreta, há quase trinta anos, ao serviço da nossa civilização e da nossa cultura (FREITAS, 1947, p. 920, grifo nosso).

[197] Seu discurso foi 12 anos depois, em 1947, reproduzido na *Revista Brasileira de Estatística*.

[198] "Derrota" aqui quer dizer o caminho percorrido por uma embarcação numa viagem por mar.

Dez anos depois, *Macedo Soares* volta à tecla. Em discurso festivo[199], a 29 de maio de 1945, retoma a exaltação ao estatístico[200], melhor dizendo, aos vários atores dos órgãos estatísticos. Os estatísticos não atuariam sozinhos, mas antes juntos aos estatígrafos, de uma lado, e, de outro, aos estatistas. A eles todos, em conjunto harmonioso, caberiam as tarefas de "referir", de "conferir", de "inferir", de "transferir", numa ordem, de novo *avant la lettre*, na linha de *Bruno Latour*. E apela às mentes e aos corações daqueles profissionais para darem o máximo de si, pelo país e pelo IBGE; e os conclama a um continuado aprendizado, seja na linha técnico-científico, seja na linha técnico-administrativa, o que denota a transição (ainda inicial) de um fazer estatístico de predomínio administrativo (com base nos registros administrativos), a um novo fazer estatístico de domínio científico (com base nos registros estatísticos).

> Portanto, vós, estatísticos e geógrafos do Brasil, vós a quem – na gradação feliz que tenho visto lembrada – incumbe a tarefa de "referir" todas as condições da vida nacional; de lhes cotejar e "conferir" os resultados; de interrogar as configurações e tendências dos fenômenos sociais, para lhes "inferir", já as condicionantes, já os prováveis desenvolvimentos ou mutações; e, também, de lhes "transferir" os valores sinaléticos, das diretrizes governamentais par a realidade social, ou, ao invés, da realidade para os planos de reforma, projetando, orçando, controlando: – vós todos que vos dedicais àquelas tarefas primárias como estatígrafos, ou estatísticos observadores, recenseando, apurando e expondo, ou que, como matemáticos, fazeis a estatística interpretativa e inferencial, ou como estatistas, participais da tarefa dos homens de Estado, fundamentando o orientando a política construtiva dos governos, e com isto fazendo de certo modo uma "estatística histórica", porque é a estatística dirigindo a história que a Nação vai viver; todos vós, meus Amigos, tendes um grande crédito. Eu o reconheço em nome do Governo, que represento, e em nome do nosso IBGE, formulando os cordiais agradecimentos que vos são devidos pela vossa dedicação, zelo e espírito público, no desempenho das tarefas que vos estão confiadas.
>
> Vou mais longe, porém. Quero igualmente convidar-vos a um propósito solidário e generoso, no sentido de aperfeiçoardes sem descanso os vossos recursos profissionais, quer pelo autodidatismo, quer por outros meios já ao vosso alcance. Porque é altamente desejável que as vossas atividades se aprimorem constantemente na orientação técnico-científica, ou mesmo apenas técnico-administrativa, e vos habiliteis a elevar o nível – e assim, a melhorar o rendimento – dos vossos trabalhos, tão prestimosos, tão fundamentais mesmo, na difícil fase de reconstrução nacional em que vamos entrar.
>
> E desejo, por fim, convidar-vos a focalizar em vossas inteligências – dando-lhes guarida também em vossos corações – os grandes problemas humanos que estão assumindo uma significação aguda nesta gravíssima hora histórica que a humanidade vai viver. Problemas a que o Brasil não mais poderá fugir agora – como infelizmente o fez até o presente –, porque será forçado a acompanhar o mundo na procura obstinada e ansiosa daquele distante e quase inatingível "velocino de ouro", que é a felicidade coletiva do gênero humano.
>
> Por isso batalhareis, por certo, como todos os brasileiros hão de batalhar. Mas a vós vai caber o trabalho silencioso das colméias, no preparo diligente e probidoso [sic] do material estatístico-geográfico sem o qual todas as reformas político-sociais

[199] No contexto daqueles festejos, houve uma "exposição de publicações do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, na Livraria Civilização Brasileira", em vitrine artística na rua do Ouvidor (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 301-302).

[200] Na verdade, como não podia deixar de ser, dirige-se aos estatísticos e aos geógrafos.

> serão saltos no escuro, ou pára-quedismo político, de resultados que, se às vezes acertam por acaso, também poderão conduzir a erros e fracassos tremendos, verdadeiras catástrofes para os destinos da Pátria.
>
> Conscientes dessas vossas grandes responsabilidades, – que são também as responsabilidades do Instituto –, dai à vossa técnica, dai à vossa família profissional, dai ao vosso IBGE, neste instante simbolizado lindamente pela sua nova casa[201], que hoje passamos a ocupar sob os auspícios e as bênçãos do credo religioso do nosso povo –, dai de vós, em pensardes em vós, todas as forças do ideal, todas as energias de vontade. Daí à vossa tenda de trabalho e aos companheiros, toda a nobreza dos corações que se compreendem e estimam, e sabem que, nessa compreensão e solidariedade, têm o poder de "remover montanhas"(ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 299, grifo nosso).

Teoristas estatísticos, estatísticos analistas, estatísticos elaboradores

Um ano depois do discurso de *Macedo Soares*, outra vez num 29 de maio, mas agora em São Paulo, em festejos promovidos pelo Departamento Estadual de Estatística, o Prof. *Milton da Silva Rodrigues*, catedrático da Universidade de São Paulo, e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística, profere uma palestra notável. A certa altura, para entrar na essência da temática proposta (A formação do estatístico), se pergunta como definiria o estatístico, e o faz por um amplo espectro de atividades estatísticas; defini-lo pelo exercício dessas atividades, a seu juízo, é preferível a classificar indivíduos, e, nesse caso, tem em mente o papel do Economista, tão afeito aos números (às estatísticas). Eis o que disse:

> Como definir o "estatístico"? Em muitos casos, parece não haver dúvida alguma. Uma pessoa que, numa repartição de estatística, se acha constantemente ocupada em dirigir ou executar serviços de estatística; uma pessoa que se dedica à pesquisa estatística de um ponto de vista inteiramente teórico, inventando novos processos; um professor que ensino a metodologia estatística – todas elas seriam sem dúvida nenhuma imediatamente classificadas como estatísticos.
>
> Por outro lado, se tivéssemos de classificar um indivíduo que trabalhe, digamos, em economia, lidando com números índices, tendências, ciclos e assim por diante, creio que já a coisa não seria tão fácil. Tal indivíduo é um estatístico ou um economista?
>
> Foi justamente para evitar essa dificuldade que, desde o princípio, falei em classificar "atividades", o que é bem mais fácil do que classificar pessoas. Isto implica, naturalmente, admitirmos que o mesmo indivíduo, ainda que não possa ser rigorosamente classificado como estatístico, pode, por outro lado, desenvolver atividades estatísticas tais que, a esse título, seja ele perfeitamente comparável ao que denominaríamos um "estatístico" (RODRIGUES, 1946, p. 248, grifo nosso).

Centrado, então, nas atividades estatísticas, "seja porque os métodos que elas empregam são estatísticos, seja porque o trabalho que elas realizam se destina a ser estatisticamente analisado", consegue configurar um conjunto de pessoas "formando uma pirâmide". No topo seriam postos os teoristas, abaixo viriam os analistas, logo seguidos dos elaboradores, todos sendo estatísticos, figurando um Estado-Maior

[201] "Nesta capital, as solenidades tiveram início às 9h30, em a nova sede do IBGE, à Avenida Franklin Roosevelt, 166, nome que oficialmente tomou a bifurcação da Avenida Presidente Wilson, onde, anteriormente com o nº 316, se acha situado o prédio adquirido para aquele fim" (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 291).

das atividades estatísticas. Os estatísticos chamados teoristas (ou estatísticos matemáticos) teriam atividades "puramente estatísticas", e justo por terem saberes especialistas seriam convocados à participação. Os estatísticos analistas trariam saberes em algum campo científico específico, como a Economia, a Demografia, a Sociologia, e outros, a par com os saberes estatísticos, que não seriam, contudo, predominantes em seus envolvimentos. Os estatísticos elaboradores atuariam no cotidiano da atividade estatística, tendo os saberes da prática, mas nada lhes prejudicaria conhecer algo de estatística e de algum campo científico específico. Eis suas ações:

> Em seu ápice colocaremos o teorista que trabalha para o progresso desse conhecimento, descobrindo teorias novas, inventando novas técnicas, de um ponto de vista puramente científico, ainda mesmo que a sugestão para os seus estudos tenha provido de questões levantadas por problemas práticos. Será um professor, o chefe de um instituto de pesquisa ou, ainda, o consultor de algum serviço de estatística, de algum instituto que trabalha dentro de certo campo científico específico. Suas atividades são sempre puramente estatísticas; ele é procurado não por ser um economista, um sociólogo, ou um médico, mas sim porque é o detentor de uma soma de conhecimentos teóricos que ninguém conseguiria absorver, a menos que inteiramente devotado a esse fim exclusivo e, ainda, porque possui capacidade para fazer uso desse conhecimento, aplicando-o [...] A todos estes poderíamos, com propriedade, chamar de "estatísticos teóricos", embora se lhes dê freqüentemente o nome menos próprio de "estatísticos matemáticos" (RODRIGUES, 1946, p. 248-249, grifo nosso).

> Em seguida, vêm aqueles a que denominaremos de "estatísticos analistas". [...] No mínimo, para o mesmo programa de pesquisa, um analista trabalha dentro do mesmo campo científico bem definido. Cabe-lhe fazer o programa de coleta, a instrução dos operadores de campo, ou, no mínimo, a redação escrita das instruções. Ele dá solução a pequenas questões que acidentalmente surgem no decurso de levantamento, assuste e aconselha os supervisores deste. Ele quis resolver os melhores processos de sintetização tabular e gráfica que devem ser usados e aplica, a dados já ordenados, os processos de análise estatística mais próprios a responder às questões propostas pela administração superior. Os estatísticos analistas podem, contudo, diferir entre si bastante em relação à soma de conhecimentos que devem possuir, tanto do que diz respeito à metodologia estatística, quanto do que respeita ao campo científico especial dentro do qual a pesquisa se desenvolve. Por vezes, o mais importante é o conhecimento daquele campo científico especial; outras vezes, importa mais o conhecimento da estatística metodológica. Isso tudo depende muito da natureza do fenômeno que está sendo observado, da maneira de observá-lo e, também, do tipo de organização de serviço estatístico que dele se ocupa. O de que não resta dúvida, no entanto, é que o estatístico analista precisa conhecer estatística e um campo científico especial, seja, a biologia, a psicologia, a sociologia, a agronomia, a saúde pública, etc., pois que o estatístico analista trabalha sempre dentro de um destes campos (RODRIGUES, 1946, p. 249-250, grifo nosso).

> A coleta, elaboração, análise e apresentação de dados estatísticos não requerem, no entanto, apenas conhecimentos matemáticos e científicos. Tais processos envolvem formidável quantidade de diferentes operações concretas, em que enorme quantidade de pessoal toma parte; a supervisão de todas essas operações, a direção do pessoal que as executa, exige outra espécie de atividades, bem como apela para qualificação diversa por parte daqueles a quem tais atividades se acham confiadas. Os programas de coleta de dados têm de sofrer um processo de pormenorização em quesitos; os trabalhadores de campo têm de ser instruídos e suas tarefas fiscalizadas. A elaboração dos dados requer longa seqüência de operações, para as quais meios instrumentais têm de ser fornecidos a hora a tempo. Aos que se ocupam com tais trabalhos, chamaremos, convencionalmente, de "estatísticos elaboradores".

> A maior parte do trabalho realizado pelas repartições oficiais de estatística demográfica e econômica diz respeito à coleta, sintetização e apresentação de dados, para as quais uma velha rotina bem estabelecida é o suficiente para garantir bom grau de exatidão e inteireza. Na realidade, tal rotina implica o conhecimento do cálculo e do emprego de técnicas estatísticas simples, tais como a apresentação tabular e gráfica, o cômputo de proporções estatísticas, a formação de séries cronológicas, o cálculo de populações por meio de fórmulas como a aritmética ou a geométrica, etc. [...] ...além de possuir uma educação estatística elementar, tal como a que um curso de dois anos de estatística geral e aplicada pode fornecer, necessitam os elaboradores de duas outras ordens de conhecimento. Primeiro, necessitam de cultura geral, não só para poderem colaborar com analistas e teoristas, mas também porque suas atividades se desenvolvem sobre o campo social e eles devem conhecê-lo, sob os seus pontos de vista sociológico, geográfico, econômico e político. Segundo, necessitam não só de conhecimentos como de habilidades pessoais para exercer as atividades de cunho administrativo que lhes competem. Freqüentemente, com efeito, são os estatísticos elaboradores que ocupam as posições de alta chefia, superintendendo e distribuindo os trabalhos dos próprios teoristas e analistas (RODRIGUES, 1946, p. 250, grifo nosso).

> Cabendo, porém, ao elaborador a supervisão de todas as fases da elaboração estatísticas, geralmente ainda se faz necessário que ele possua um conhecimento prático pormenorizadíssimo das operações de elaboração que se processam num dado serviço de estatística. Parece, assim, aconselhável que, se o elaborador tiver de ter uma formação acadêmica de grau superior não especializada, ainda se fará necessário completar seu treino por meio de verdadeiro estágio profissional mais ou menos longo (RODRIGUES, 1946, p. 251).

Os estatísticos teoristas, os estatísticos analistas, os estatísticos elaboradores, como visto antes, formam um Estado-Maior da atividade estatística. Sob suas ações, em vários níveis, e minuciosas orientações, há uma fileira de pessoas: “1) trabalhadores de campo, tais como enumeradores, recenseadores e pessoas em geral, incumbidas da obtenção dos dados primários; 2) codificadores, perfuradores, verificadores e operadores de tabulagem mecânica; 3) desenhistas; e 4) calculistas” (RODRIGUES, 1946, p. 251). Na expressão de *Macedo Soares* estes seriam os estatígrafos; e em uma possível gradação talvez também abarcassem os chamados estatísticos elaboradores, na expressão de *Milton da Silva Rodrigues*. No mais, seguindo na comparação dessas classificações, diríamos, grosso modo, que os teoristas seriam os matemáticos, e que os analistas seriam os estatistas. Isso posto, vejamos uma derradeira classificação.

Estatístico matemático, estatístico analista, estatístico administrador

No Instituto Interamericano de Estatística, na reunião da cidade de Washington, de 6 a 18 de setembro de 1947, decisões diversas foram tomadas, algumas sobre a formação do estatístico, como logo será visto. A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, pela Resolução nº 405, de 22 de julho de 1948, pôs nos Anais do IBGE várias daquelas deliberações interamericanas.

A menos de nomes, as categorias propostas equivalem, de perto, às acima vistas, vindas de *Milton da Silva Rodrigues*. Sugeria-se, então, as seguintes categorias: estatísticos matemáticos (seriam os teoristas), estatísticos analistas (os próprios analistas), estatísticos administradores (seriam os elaboradores). Aliás, não por acaso, aquele ilustre brasileiro participou das discussões interamericanas.

Ao estatístico matemático caberia “colaborar na planificação das investigações e na execução de análises estatísticas especialmente quando se torna necessário formular teorias e técnicas altamente matemáticas ou novas; planificação de experiências”. E mais, “planificação das pesquisas que devem realizar-se pelo método da amostragem e aplicação a elas da técnica de indução e estimativa estatística. Estudo de tendenciosidade. Estudo do custo nas investigações”[202].

Ao estatístico analista, especializado em uma disciplina determinada, caberia “formular os programas das investigações estatística dentro do campo de sua especialização (economia, saúde pública, educação, etc.) e supervisionar seu desenvolvimento”. E mais, “aplicar as técnicas estatísticas aos dados já compilados, com o fim de resolver os problemas levantados pela administração, com a colaboração, se for necessário, de um estatístico matemático”.

Ao estatístico administrativo caberia “dirigir e supervisionar as várias etapas dos trabalhos de registros, compilação, apuração, resumo e apresentação tabular ou gráfica dos dados estatísticos”. E, por demais, “cooperar com estatísticos analistas e estatísticos matemáticos na formulação do programa dos inquéritos e análises dos dados”[203].

Formação acadêmica: reflexão nacional

O Prof. *Milton da Silva Rodrigues*, na referida palestra, sobre a formação do estatístico, considerou o assunto difícil, delicado, muitíssimo controvertido. Foi além, e disse: “Com efeito, no momento atual, toda e qualquer espécie de ensino científico constitui um problema delicado e difícil”. Mais ainda seria o ensino científico da Estatística, por duas razões, como segue:

> ...não só porque surgiu há relativamente pouco tempo, mas também pelo fato de ter aparecido numa época da história da civilização em que o progresso científico em geral e as transformações sociais adquiriram um ritmo extraordinariamente acelerado, não tendo, assim, podido, como o ensino de outros assuntos, gozar de um período de calma incubação, mas, ao contrário, desenvolvendo-se já sob a premência de inúmeras solicitações urgentes. Não podemos, assim, esperar que nele já se encontrem tradições firmadas por longa experiência e, portanto, a uniformidade genérica que é possível encontrar no ensino de outros assuntos, mesmo quando os meios são bastante diversos (RODRIGUES, 1946, p. 245).

Em sua erudita e profunda argumentação, embate alguns opostos: ensino de ciência x ensino técnico, cultura humanística clássica x cultura científica moderna, para logo os dizer falsos opostos, a exigirem amálgama. Critica a vitória da ciência, ao entrar no mundo acadêmico, pelo domínio da “fidalguia do espírito”, deixando à margem “a vida real”; ficou-se nas abstrações, com prejuízo da concretude das realidades.

---

[202] A título ilustrativo, seus cargos seriam, por exemplo: “Diretor-Geral, contando com um subdiretor que seja estatístico administrativo; Assessor de um diretor-geral ou de um chefe de unidade; Chefe de unidade (especialmente da encarregada de uma investigação por meio de amostra), contando, se necessário, com um assessor que seja estatístico analista especializado no campo da investigação”.

[203] A título ilustrativo, seus cargos seriam, por exemplo: “Diretor-Geral, com o assessoramento de estatísticos analistas ou matemáticos; Subdiretor ou subchefe de unidade, sob a direção de um diretor-geral ou chefe de unidade que seja estatístico analista ou matemático; Chefe de uma unidade não especializada”.

> ...a ciência vencera e penetrara nas universidades. Fizera-o, despindo-se de toda e qualquer preocupação de ordem prática, reduzindo-se à pureza dos seus princípios abstratos e fazendo do seu ensino um meio, não de formar profissionais ou técnicos, mas sim de contribuir para a incrementação do próprio domínio científico em seu aspecto teórico. [...] Cria uma nova torre de marfim, para a fidalguia do espírito e relega à margem da verdadeira vida do espírito a plebe dos técnicos. Reconhecendo tais fatos é que inúmeras vozes moças, em diversos países, se têm erguido para advogar uma união mais íntima entre a cultura universitária e a vida real. [...] O castigo das universidades que procuram pôr-se à margem do real, é ficarem para trás dele. [...] A verdade é que se vai, pouco a pouco, reconhecendo que é preciso fazer aplicações, nas universidades, tal como é preciso fazerem-se pesquisas de ordem pura nas instituições técnicas. [...] ...justamente no ensino da Estatística encontramos o melhor exemplo possível da necessidade de uma estreita união entre o puro e o aplicado (RODRIGUES, 1946, p. 246-247, grifo nosso).

No ano novo, 1947, volta à baila, e oferece uma "notícia sobre o ensino da estatística no Brasil", num estudo notável, ainda que breve.

Diz que nas 11 escolas de Engenharia, seu ensino é conjunto ao de Economia, dando ensejo aos estudos de econometria; nas 16 Faculdades de Filosofia, é dado em dois anos nos cursos de Ciências Sociais e Políticas, e em um ano nos cursos de Pedagogia; nas vinte e nove Faculdades de Ciências Econômicas e Administrativas, nos cursos de Economia e Administração, ensinava-se Estatística Metodológica, Estatística Econômica, já nos cursos de Atuária, ensinava-se Estatística Geral e Aplicada, Estatística Matemática e Estatística Demográfica. Havia seu ensino também nas Escolas de Agronomia, nas Escolas de Serviço Social, e nas Faculdade de Higiene e Saúde Pública, em geral nos ciclos básicos, para o fim de "fornecer algumas técnicas básicas, permanecendo o fato de que é um outro assunto aquele que constitui o interesse principal do estudante e da profissão por ele escolhida" (RODRIGUES, 1947, p. 251).

Quanto ao ensino, *per se*, afirma que "a quase totalidade dos professores de Estatística é composta de autodidatas. [...] nenhuma exigência de preparo em Estatística é feita àqueles que pretendem ensinar essa matéria". E diz ainda: "o estatístico precisa também da formação que somente lhe pode dar um contato íntimo e prolongado com os problemas práticos da pesquisa científica, ou dos trabalhos de estatística em geral". E diz mais, sem peias e meias: "...os nossos cursos aplicados não são suficientemente práticos, os nossos cursos teóricos não são suficientemente profundo " ou..." (RODRIGUES, 1947, p. 253-254).

> No Brasil, como em tantos outros países, o ensino da Estatística teve a sua evolução provocada por estímulos de natureza muito variada. A princípio, foi unicamente o interesse que esse conhecimento apresenta nas suas ligações com a administração pública e as questões de economia, o motivo essencial do seu ensino. Somente de quinze anos a esta parte é que ela veio a ser estudada como um instrumento de pesquisa científica nos domínios da psicologia, biologia e agronomia. É certo, também, que o próprio desenvolvimento do ensino científico no Brasil é recente e a ele não poderia deixar de estar ligado o da Estatística. Por seu turno, a evolução do ensino científico e técnico de grau superior se acha ligada estreitamente à própria natureza da economia nacional. Não resta dúvida nenhuma de que o país está passando por uma profunda e radical transformação quanto às fontes de sua riqueza e às maneiras de aproveitá-las. Isto não deixará de refletir-se na espécie do nosso ensino científico e técnico superior como, aliás, já se vem verificando e,

> parece-nos, só tenderá a aumentar a necessidade que temos de um ensino a um tempo mais extenso e mais especializado dos métodos estatísticos. Por outro lado, a transformação da economia nacional trará maior complexidade aos problemas administrativos, tanto públicos como privados, apelando mais uma vez para um conhecimento melhor e mais difundido do maravilhoso instrumento de pesquisa e planejamento que é a Estatística (RODRIGUES, 1947, p. 249, grifo nosso).

> O fato mais digno de nota, nestes últimos quinze anos, não é, porém, que se tenham fundado várias cadeiras de estatística, em diversos graus de ensino. O que chama mais particularmente a atenção é que um interesse quase popular se vem despertando em redor do conhecimento da Estatística. Isto demonstra uma mudança de atitude da mentalidade nacional que, por vezes espontaneamente, outras vezes a isso obrigada por sábios dispositivos de lei, procura armar seu intelecto com o conhecimento de um assunto de reconhecida utilidade para a solução dos problemas administrativos, científicos e técnicos do mundo moderno. [...] No momento atual, a Estatística é ensinada em universidades, em escolas normais, em escolas de comércio, em cursos de aperfeiçoamento em serviços mantidos por diversas repartições públicas, sem contar o que se faz através do autodidatismo à custa de compêndios nacionais e estrangeiros (RODRIGUES, 1947, p. 250-251, grifo nosso).

Formação acadêmica: recomendações internacionais

Da referida primeira sessão do Instituto Interamericano de Estatística, reunida em Washington, D.C., de 6 a 18 de setembro de 1947, cujas decisões sobre ensino foram postas nos Anais do IBGE por deliberação da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (Resolução nº 405, de 22 de julho de 1948), merecem destaque as deliberações interamericanas de nº 20 (Ensino da Estatística nos centros de estudos superiores, secundários e intermédios) e de nº 21 (Cursos de preparação para o pessoal dos serviços estatísticos públicos), como segue.

A de nº 20, considerava que a estatística adquiria, dia a dia, "maior importância, como método de observação ou experimentação em várias disciplinas", bem assim, "como base para orientar a ação dos poderes públicos em sua política econômica e social e das empresas privadas em sua organização interna e em sua política comercial"; que para alcançar-se uma "organização de estatísticas dignas de fé", seria essencial "que os serviços públicos e instituições privadas que as elaborem disponham de pessoal devidamente preparado para essa tarefa"; que, por certo, seria "necessário que os estudiosos, nas disciplinas em que a estatística sirva de meio de observação ou experimentação, dominem os elementos da mesma", assim como que "os homens responsáveis da vida política, econômica e cultural de um país tenham noções de estatística suficientes para permitir a interpretação correta dos dados e estudos estatísticos publicados"; que, por fim, "a estatística se acha em constante evolução e que para que um país esteja a par de seus últimos progressos e contribua para eles é imprescindível que alguns especialistas se dediquem inteiramente às tarefas puramente científicas no campo estatístico, cujos frutos beneficiarão toda a organização e atividade estatística do país"; e, em desdobramento, recomendava:

> 1) Que as autoridades responsáveis pelo ensino nos países americanos reconsiderem os planos de estudo, a fim de assegurar ao ensino da estatística, caso não o tenham feito até hoje, o lugar que lhe corresponde pela sua importância na civilização moderna.

2) Que no concernente ao ensino secundário e intermediário os planos de estudo incluam, pelo menos:

a) No ensino de caráter comercial, noções de estatística com aplicação a problemas econômicos ou comerciais.

b) No ensino pedagógico, noções de estatística com aplicação a educacionais.

c) Nos demais ensinos secundários e intermédios, tanto quanto possível, aplicações elementares de estatística, como ilustração, nos cursos de aritmética, álgebra, geografia e demais ciências.

3) Que, com o fim de satisfazer adequadamente as necessidades da educação estatística nas distintas disciplinas dos cursos superiores, a Universidade deve oferecer, tanto quanto possível, um sistema equilibrado de cursos de estatística de distintos tipos, os quais poderão ser esboçados da seguinte maneira:

a) Nas disciplinas em que a estatística tem pouca aplicação direta (história, literatura, etc.), uma introdução à teoria estatística – como elemento de cultura geral –, requerendo somente conhecimentos elementares de matemática (ditados em escolas secundárias) e com ilustrativas aplicações a vários campos.

b) Nas disciplinas com importante aplicação de estatística (ciências políticas, econômicas e sociais, medicina e higiene, agronomia, engenharia, pedagogia e psicologia, etc.), cursos apropriados às necessidades profissionais de cada disciplina respectiva, ou seja:

• Processos estatísticos (levantamento do problema a investigar; definição e classificação das unidades estatísticas; métodos de registro e elaboração de dados; deficiências correntes dos dados e limitações resultantes, etc.), com especial referência o campo correspondente à disciplina em causa.

• Introdução à teoria estatística geral; Teoria estatística avançada para a qual se exigirão os mais altos conhecimentos de matemática.

• Estatística aplicada avançada, isto é: Econometria, Biometria, Psicometria, etc.

4) Que, além do ensino estatístico ministrado como parte dos estudos acadêmicos gerais nas distintas disciplinas a que se fez menção no artigo 3, se organize em um número limitado de Universidades que contem com pessoal docente e meios práticos apropriados, cursos de especialização, destinados a formar diferentes tipos de técnicos estatísticos profissionais e aos quais se outorgarão os correspondentes títulos, diplomas ou graus; que os planos de estudo de tais cursos se ajustem o mais estritamente possível às recomendações da Resolução nº 23 [Planos mínimos de estudos para a formação de técnicos estatísticos superiores]

5) Que, a fim de prover meios adequados para fomentar o desenvolvimento da estatística tanto em seus aspectos teóricos como em suas aplicações, se constituam, nas Universidades, centros de investigação estatística, em torno dos quais se deverão agrupar os diferentes cursos de estatística ministrados na Universidade, com o objetivo de constituir um Departamento ou Instituto de Estatística; que, não sendo possível tal criação se adotem outras medidas que permitam obter os mesmos resultados.

6) Que, no concernente às disposições relativas à organização do ensino de estatística em uma Universidade, incluindo o desenvolvimento de serviços de consulta, labora-

tório e biblioteca estatística, se devem utilizar, como ponto de partida para estudos posteriores, os seguintes informes:

a) The teaching of statistics, a report of a Committee of the "Institute of Mathematical Statistics", August 1947.

b) Personal and training problems created by the recent growth of applied statistics in the U. S., "Nacional Research Council" (reprint and circular series n. 128). Washington, D. C., May 1947.

c) Statistical teaching in the western hemisphere, by Milton da Silva Rodrigues, "Inter American Statistical Institute", Washington, D. C., August 1947.

d) Planes mínimos de estudios para la formación de altos técnicos estadísticos: informe preliminar, por Carlos E. Dieulefait e Robert Guye, "Instituto Interamericano de Estadística", Washington, D. C. Agosto 1947.

A de nº 21 considerava "que o volume e a complexidade das estatísticas cuja elaboração está a cargo dos poderes públicos tendem a aumentar de ano para ano"; "que, em atenção aos progressos da estatística, a elaboração e interpretação dos dados têm um caráter cada vez mais científico"; "que, em conseqüência, é imperioso fornecer ao pessoal dos serviços estatísticos públicos preparação técnica adequada"; "que os esforços e gastos destinados a tal formação serão amplamente compensados pelas múltiplas vantagens derivadas da adoção de métodos estatísticos modernos"; e, em conseqüência recomendava:

1 Que em cada país americano ou em grupos de países vizinhos se organizem, o mais prontamente possível, cursos de preparação profissional para distintas categorias do pessoal que integra os serviços estatísticos públicos.

2 Que esses cursos proporcionem a preparação de dois níveis distintos:

a) Cursos elementares para o pessoal auxiliar.

b) Cursos especiais para o pessoal técnico intermédio.

3 Que os cursos para o pessoal auxiliar sejam organizados, dentro de cada serviço, por seus próprios técnicos ou por uma entidade central, ou também por correspondência ou pelo rádio.

4 Que, no referente aos cursos para o pessoal técnico intermédio, se estabeleça como condição de ingresso o haver cursado pelo menos estudos secundários completos; que tais cursos sejam organizados na medida do possível, em colaboração com as instituições docentes que existam, completando seu ensino sem o duplicar.

5 Que se outorguem certificados de estudos aos que passem nos exames finais, provas periódicas, trabalhos práticos, etc.; e que se estabeleça que a posse de tal certificado constitui, quando não uma condição imprescindível, pelo menos um fator primordial para a obtenção de postos ou promoções.

6 Que se organizem, entre técnicos superiores e intermediários dos serviços de estatística, seminários, quer dentro da organização estatística, quer em uma sociedade científica à parte, com o fim de dar-lhes oportunidade de fazer o intercâmbio de suas experiências e manter em dia os respectivos conhecimentos sobre os últimos progressos da estatística.

Várias outras decisões merecem destaque: a de nº 22 (Cursos ou escolas interamericanas de preparação estatística superior); a de nº 23 (Planos mínimos de estudos para a formação de técnicos estatísticos superiores); a de nº 24 (Medidas para prover professores de estatística); a de nº 26 (Tratados gerais de estatística em espanhol e português); a de nº 27 (Uma série de manuais sobre processos estatísticos aplicáveis a cada ramo estatístico); a de nº 28 (Exercícios práticos no ensino da estatística); e a de nº 29 (Associações e congressos nacionais de estatística).

Formação na prática (em serviço)

O Prof. *Milton da Silva Rodrigues*, na referida palestra, disse haver dois canais para a formação do estatístico. Um seria "o da formação sistemática por meio de cursos acadêmicos regulares e integrados", a que chamava "formação acadêmica". Outro seria "o da formação não integrada, constante de uma sucessão de pequenos cursos", que tanto poderiam "realizar-se em ambiente acadêmico como no dos serviços de estatística e, ao contrário dos primeiros, são destinados sempre a pessoas que já se acham no exercício efetivo de atividades estatísticas", a que chamava "formação em serviço" (RODRIGUES, 1946, p. 251).

Pois, desde 1945, uma trilha fora aberta, através da "resolução especial e conjunta do Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Geografia e Comissão Censitária Nacional", em cujo capítulo primeiro (A estrutura e as atividades do Instituto em geral), eram tomadas medidas de formação em serviço, valendo destacar:

> § 12 Convém, ainda, que o Instituto organize, anexo à sua Secretaria-Geral, um Laboratório Técnico de Estatística[204], com o encargo permanente dos trabalhos de planejamento, documentação e análise, onde se preparem, ou se revejam, os projetos técnicos de novos levantamentos, das suas instruções e da legislação competente, se sistematizem os documentos relativos às suas atividades, e se esbocem e delineiem as medidas cujo estudo o Governo confie ao Instituto, visando com isso fundamentá-las nas pesquisas sociais ou matemáticas a que se destinam as atividades estatísticas. O Laboratório poderá funcionar, por meio de estágios remunerados, como escola prática de estatística (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 292, grifo nosso).

> § 15 O Instituto tem como um dos seus principais objetivos obter a regulamentação oficial do ensino destinado à formação dos profissionais de geografia e estatística, em cursos de grau médio e superior, e na conformidade das diferentes especializações requeridas pelas respectivas finalidades. Tem procurado, entretanto, suprir, na medida do possível, a falta que ainda se nota no país a esse respeito, promovendo, patrocinando ou auxiliando diversos cursos de aperfeiçoamento, especialização ou extensão cultural, destinados uns aos agentes de estatística, outros ao seu funcionalismo em geral, além do Curso de Informações, oferecido aos membros das Assembléias Gerais dos dois Conselhos (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 293, grifo nosso).

Em 1948, foi criado o Laboratório de Estatística, com o seguinte testemunho de *Giorgio Mortara*: "... com a cooperação de Rafael Xavier, criou [Carneiro Feli-

[204] No Capítulo IV (Atividades e serviços da Comissão Censitária Nacional), destaque-se o § 63 "No Laboratório de Estatística, que o Instituto vier a instituir, convém que exista um centro de trabalho especialmente dedicado ao planejamento e projetação [sic], não só dos recenseamentos gerais da República, como de quaisquer censos especiais que a União, os Estados e os Municípios precisem realizar" (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 297).

ppe] no Serviço Nacional de Recenseamento um Gabinete Técnico, cuja direção me foi confiada, e que desenvolveu ampla e digna atividade, fornecendo mais tarde o primeiro núcleo de estatísticos-analistas para o Laboratório do Conselho Nacional de Estatística (MORTARA, 1951, p. 53).

De 1948 até 1953, o Laboratório de Estatística elaborou diversos estudos sobre vários temas[205], como segue: Grupo I. *Estudos de Estatística Teórica e Aplicada*: 1) Estatística Demográfica [17]; 2) Estatística Biométrica [1]; 3) Estatística Cultural [6]; 4) Estatística Agrícola [17]; 5) Estatística Comercial [3]; Grupo II. *Estudos divulgados em edição mimeográfica até 31 de dezembro de 1953*: 1) Estudos complementares das análises do censo demográfico de 1940 [16]; 2) Estudos complementares das aplicações do censo demográfico [1]; 3) Estudos demográficos [90]; 4) Estudos sobre as dimensões da empresa e do estabelecimento nas indústrias brasileiras [9]; 5) Números índices [19 estudos do Eng. Sérgio Magalhães]; 6) Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas [36]; 7) Estudos sobre o censo industrial de 1950 [3]; 8) Estudos sobre a criminalidade no Brasil [2]; 9) Outros estudos [4]; 10) Comunicados sobre os inquéritos econômicos) (PUBLICAÇÕES..., 1954).

De 1954 até 1957, o Laboratório de Estatística elaborou vários outros estudos, sobre vários temas[206], como segue: Grupo I. *Estudos de Estatística teórica e aplicada*: 1) Estatística demográfica [6]; 2) Estatística Cultural [4]; 3 Estatística comercial [3]; 4 Estatística da produção [4]; Grupo II. *Estudos de demografia regional* [3]; Grupo III. *Comunicações apresentadas à Conferência Mundial de População (Roma, setembro de 1954)* [9]; Grupo IV. *Comunicações à 29ª sessão do Instituto Internacional de Estatística* (Petrópolis, junho de 1955) [4]; Grupo V. *Contribuições para a Conferência Latino-americana de estudos demográficos* (Rio de Janeiro, dezembro de 1955) [3]; Grupo VI. *Comunicações à 30ª sessão do Instituto Internacional de Estatística* (Estocolmo, agosto de 1957) [2]; Grupo VII. *Outras publicações* [16]; Grupo VIII. *Estudos divulgados em edição mimeográfica de 1º de janeiro de 1954 a 30 de setembro de 1957*: 1) Estudos demográficos [140]; 2) Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas [34]; 3) Diversos [3] (ESTUDOS..., 1957).

Em seu início, e por bom tempo, a ênfase esteve nos estudos demográficos, o que traduz a atuação de *Giorgio Mortara*, à frente do Laboratório. Em seguida os estudos econômicos, por certo, bastante iniciantes, até pela falta das estatísticas econômicas; na verdade, haviam poucas estatísticas econômicas, e o econômico se estudava por extrações nas estatísticas populacionais. Vale notar, ademais, que alguns dos estudos classificados como demográficos seriam hoje ditos sociais. Infelizmente não há um arquivo desses estudos; alguns saíram na *Revista Brasileira de Estatística* ou na *Revista Brasileira de Geografia*, outros nos anais dos congressos aos quais foram destinados. Não há de se crer que todos tivessem o mesmo padrão, e não poucos, por certo, não terão passado de diferentes cruzamentos aos das publicações, sem maiores análises.

[205] O número de estudos por temas está entre colchetes.

[206] O número de estudos por temas está entre colchetes.

Como seja, cumpriram papel importante, não apenas ao melhor utilizar e divulgar as estatísticas, como também por ensinar em serviço, formando pesquisadores.

A Sociedade Brasileira de Estatística

Outro aspecto essencial nessa formação cotidiana deu-se através da Sociedade Brasileira de Estatística[207], seja por criar um ambiente aglutinador aos envolvidos nas atividades estatísticas, levando a troca de idéias, seja pela promoção mesma de cursos, de palestras, de seminários, de conferências. Numa época em que se queria moldar um espírito profissional, bem assim, dar-lhe caráter funcional, haver uma sociedade científica era fator de realce. E ela teve, de fato, papel de relevo, ao menos enquanto *Teixeira de Freitas* viveu, e sobremodo enquanto a presidiu, após deixar a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto, em 1948; ele que a animou, se não mesmo a idealizou, e em seu nome, recorde-se, falou no Palácio do Catete, diante de *Vargas*, quando da posse de *Macedo Soares*, a 29 de maio de 1936, e da instalação da Junta Executiva Central provisória (da qual foi eleito, de pronto, seu Secretário Geral).

Conquanto *Teixeira de Freitas* houvesse falado em nome dela na cerimônia de instalação do então Instituto Nacional de Estatística (futuro IBGE), a Sociedade só ganharia estatutos, e portanto formalidade, em abril de 1940. Na sua sessão inicial[208], a 5 de novembro, logo depois, presidida por *Macedo Soares*, o que lhe dava prestígio, falaram, além de *Teixeira de Freitas*, *Lourenço Filho* (Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos) e *Giorgio Mortara* (Diretor do Laboratório de Estatística).

Para *Mortara*, como disse na ocasião, a Sociedade teria como missão "estudar os inúmeros problemas de observação e apuração que ainda se acham por ser resolvidos, em benefício da organização estatística nacional"; e devia "tornar-se um livre grêmio de amigos e cultores da estatística, associados no objetivo de estimular-se mutuamente no trabalho, mediante trocas de idéias e sugestões" (SOCIEDADE..., 1940, p. 832).

Os estatutos da Sociedade era estruturado em dez capítulos, em 24 artigos, a saber: I. Da denominação e fins da Sociedade; II. Dos associados, seus direitos e deveres; III. Da admissão e eliminação dos associados; IV. Da Assembléia Geral; V. Da Diretoria; VI. Das Comissões; VII. Das reuniões; VIII. Do patrimônio; IX. Disposições Gerais; X. Disposições transitórias. Eis alguns artigos, mais ou menos, na linha do que vimos vendo neste capítulo:

> Art. 1º Fica criada, nesta data, com personalidade jurídica própria, a Sociedade Brasileira de Estatística, em sucessão à entidade que, sob a mesma denominação, foi fundada nesta capital a 16 de dezembro de 1931.

[207] Veja-se no capítulo 6 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção, a curiosa história da Sociedade Estatística do Brasil, havida no Império.

[208] As sessões seriam bimestrais, a partir daquele 5 de novembro.



Sala onde ficava o Gabinete Técnico, [s.d.].

Art. 2º São fins da Sociedade Brasileira de Estatística:

a) ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação;

b) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações;

c) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral;

d) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Art. 3º Para alcançar os objetivos enumerados no artigo anterior, compete à Sociedade Brasileira de Estatística:

a) promover e convocar periodicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística;

b) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações;

c) pleitear a inclusão do ensino elementar da estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional;

d) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades;

e) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações;

f) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países.

Art. 6º § 2º Haverá ainda na Sociedade a categoria de sócios informantes, reservada aos Agentes Municipais de Estatística que estiverem em pleno exercício de suas funções.

Art. 20, § 3º A Biblioteca da Sociedade funcionará juntamente com a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para onde deverão ser encaminhadas as publicações que a mesma receber.

Art. 29 Fica instituído um prêmio denominado "Bulhões Carvalho", em homenagem ao Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, o "Fundador da Estatística Geral Brasileira".

Parágrafo Único. Esse prêmio, na importância de 5:000$000, servirá para recompensar, de dois em dois anos, e na forma que a Diretoria estabelecer, o autor do melhor livro ou monografia apresentada sobre assuntos de que se ocupa a Sociedade.

Livros e revistas a serviço da formação (consultores)

Além do Laboratório de Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística, teve papel chave a *Revista Brasileira de Estatística*, cujo número inaugural saiu em 1941.

Marque-se, ademais, a formação da Biblioteca do Instituto, a partir do acervo da antiga Diretoria Geral de Estatística (conforme a Resolução nº 84, de 18 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística).

Houve atenção à edição de autores nacionais, e às traduções (promovidas ou estimuladas) de publicações internacionais[209]. Entre os autores nacionais, valerá anotar o livro de *Bulhões Carvalho*, **Estatística:** methodo e applicação (1933),[210] sempre valorizado, sobremodo por *Teixeira de Freitas*, bem assim o de *Affonso Celso Parreiras Horta*, **Apontamentos de metodologia estatística**, antigo chefe de seção da extinta Diretoria Geral de Estatística (ao tempo de *Bulhões Carvalho*). Este, reproduzido parcialmente na *Revista Brasileira de Estatística* por deliberação da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística (Resolução nº 214, de 24 de julho de 1941, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística)[211]. Da introdução extraímos algumas noções ricas:

> Um ilustre professor da Universidade de Paris, Fernand Faure, assim caracterizou o papel dos números, nas ciências sociais: "Os matemáticos, esses mestres dos números, costumam repetir que os números governam o mundo, 'mundum regunt numeri'. Isto, porém, não é exato, pois os números são criações do nosso espírito. Nada governam. Os estatísticos, menos ambiciosos, contentam-se em dizer, com Go-

[209] Os livros vistos nesta seção encontram-se nas Referências deste volume.

[210] Veja-se o capítulo 27 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[211] Segundo a *Revista Brasileira de Estatística* em Nota do editor: "Excelente manual, de que se utilizariam, com o maior proveito, quantos, no Brasil, – e notadamente na fase de recrutamento do pessoal que viria a integrar os quadros do sistema estatístico do País instituído em 1936 – necessitaram conhecer noções fundamentais da Metodologia Estatística" (HORTA, 1949, p. 49).

> ethe, 'que os números servem para nos explicar como o mundo é governado'. Esforçam-se, o mais conscienciosamente que é possível, em reuni-los e pô-los à disposição dos homens de ciência". [...] Feliz, portanto, sob vários pontos de vista, se nos afigura a definição de Estatística, formulada por Émile Levasseur, nos seguintes termos: estudo numérico dos fatos sociais (HORTA, 1949, p. 49).


GIORGIO MORTARA

CURSO ELEMENTAR DE ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO

VOLUME I
TEORIA GERAL

RIO DE JANEIRO
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
1949

Folha de rosto de Curso elementar de estatística aplicada, de Giorgio Mortara. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

Eis sua estrutura: Seção I. *Generalidades:* 1) O papel dos números; 2) Definição da Estatística; 3) Divisão da Estatística; 4) Ciências afins; 5) Resumo histórico; Seção II. *Estatística metodológica, teórica e técnica:* 1) Divisão da metodologia estatística; Seção III. *Levantamento ou coleta dos fatos:* 1) Levantamento direto; 2) Levantamento indireto ou conjectural; 3) Levantamentos contínuos, periódicos e ocasionais; 4) Levantamentos automáticos e reflexos; 5) Plano de levantamento; 6) Unidades a coletar; 7) Fórmula de coleta; 8) Quesitos e suas condições; 9) Exemplos de fórmula de coleta; 10) Classificações; 11) Informantes; 12) Órgãos de coleta; 13) Inquéritos e monografia; Seção IV. *Crítica dos dados:* 1) Nem sempre é fácil criticar; 2) Causas que poderão viciar os dados; 3) Crítica de sinceridade; 4) Crítica de exatidão; Seção V. *Elaboração dos dados*: 1) Meios de apuração; 2) Cartolinas e máquinas de calcular; 3) Mapas de apuração; 4) Centralização de apurações; 5) Números absolutos e relativos; 6) Médias; 7) Média aritmética; 8) Média geométrica; 9) Média harmônica; 10) Propriedade das médias; 11) Média ponderada; 12) Uso das medias; 13) Medianas e dominantes (modos); Seção VI. *Exposição dos dados:* 1) Tabelas e quadros; 2) Ilustrações gráficas; 3) Diagramas e estereogramas; 4) Cartogramas; Seção VII. *Interpretação dos dados:* 1) Destino dos números estatísticos; 2) Quem deve interpretar os dados; 3) Preceitos de interpretação; 4) Lei dos grandes números; 5) Métodos de raciocínio para investigação das causas; 6) Método de concordância; 7) Método de diferença; 8) Método dos resíduos; 9) Método das variações concomitantes; 10) Classificações das causas; 11) Causas peculiares ao homem, físicas e espirituais; 12) Causas gerais, naturais e sociais; 13) Causas constantes, variáveis e acidentais; 14) Causas e efeitos.

Em 1949, seria editado, pelo Conselho Nacional de Estatística, o livro **Curso elementar de estatística aplicada à administração**, de *Giorgio Mortara*, cuja origem explica no prefácio, nos termos seguintes:

> A idéia da publicação este curso elementar surgiu desde os primeiros tempos da minha permanência no Brasil, quando o animador da estatística nacional, Teixeira de Freitas, me incitou, com cortês insistência, a verter para o português o 'Sommario di Statistica', que eu escrevera para o ensino na Faculdade de Direito, procurando manter o rigor das concepções matemática, sem abusar das fórmulas algébricas, pelas quais os futuros jurisconsultos, em geral, professam escassa simpatia (MORTARA, 1949, p. IX).



Vocabulário brasileiro de estatística.

O livro é feito em lições: Parte 1 Noções introdutórias (quatro lições); Parte 2 Elementos de estatística metodológica (dezoito lições); Parte 3 A estatística como ciência (oito lições). Cada lição contém ao final um questionário, procurando "facilitar ao leitor a digestão do alimento oferecido pelo texto, seja propondo perguntas, que às vezes exigem, para a resposta, um pouco de trabalho intelectual autônomo; seja apresentando exercícios, que permitem consolidar, pela aplicação prática, as noções teóricas aprendidas; seja fornecendo noções complementares das do texto, através de ensaios de aplicação" (MORTARA, 1949, p. XI).

Em 1956, o Conselho Nacional de Estatística também editaria o livro de *Milton da Silva Rodrigues*, **Vocabulário brasileiro de estatística**, tendo como fecho um interessante vocabulário inglês/português. Ao final do prefácio, rende homenagem a Teixeira de Freitas, nos termos seguintes:

> A insistência pertinaz e amiga de M. A Teixeira de Freitas foi o principal motivo de ter eu retomado este trabalho realmente assustador. Por isso, devia-lhe um agradecimento muito afetuoso, que, anteriormente, encerrava este Prefácio. Quando, porém, esta obra já estava no prelo, ocorreu o falecimento daquele eminente brasileiro. Que ela seja, agora, uma modesta homenagem a quem tanto trabalhou para a Estatística no Brasil. São Paulo, julho de 1956 (RODRIGUES, 1956, p. 7).

Em 1943, talvez antes de 1939, houve a edição dos **Pontos de Estatística**, de *Lauro Sodré Viveiros de Castro*, um dos grandes ibgeanos históricos. Como não pudemos localizar a primeira edição não podemos afirma que coube ao Conselho Nacional de Estatística publicá-lo, mas é bem possível que assim tenha sido. Eis sua estrutura: 1 Generalidades; 2 Apresentação das grandezas; 3 As séries estatísticas; representação tabular; 4 Representação gráfica; 5 Distribuição de freqüência; 6 Média aritmética simples e ponderada; 7 Média geométrica e harmônica; outros tipos de média; 8 Moda e mediana; quartis, decis e centrais; 9 Medidas de dispersão e assimetria; 10 Números índices; 11 Probabilidade; 12 Representatividade das medidas; 13 Ajustamento; 14 Teoria dos atributos; associação; 15 Correlação; 16 Metodologia estatística; 17 Organização da estatística no mundo e no Brasil; 18 Noções de demografia.

Entre os autores estrangeiros, traduzidos e editados, valerá destacar **Gráficos:** construção e emprego, de *Herbert Arkin* e *Raymond Colton*, em 1946, com tradução de *Paulo Mesquita Lara*, com o auxílio dos "estatísticos-cartografistas [sic] Francelino Araújo Gomes e Raimundo Chaves Aguiar", todos do IBGE. Eis sua estrutura: 1 Fundamentos do gráfico; 2 Construção do gráfico; 3 O planejamento do gráfico; 4 Apare-


HERBERT ARKIN e RAYMOND R. COLTON

GRÁFICOS

CONSTRUÇÃO E EMPRÊGO

Tradução de PAULO MESQUITA LAMA

1946

Folha de rosto de ARKIN, Herbert e COLTON, Raymond R.. Gráficos: construção e emprego. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

lhamento para a representação gráfica; 5 O gráfico linear; 6 O gráfico logarítmico; 7 O gráfico de barras; 8 Gráficos de áreas e de volumes; 9 Representação gráfica das correlações; 10 Cartogramas; 11 Gráficos de organização; 12 Gráficos de cálculo; 13 Gráficos de controle; 14 A reprodução dos gráficos; 15 Tabelas estatísticas e relatórios.

Em 1948 viria **Introdução à teoria da estatística**, de *G. Udny Yule* e *M. G. Kendall*, com tradução de *Evandro de Oliveira Silva*, "do quadro técnico do Exército", e revisão e prefácio de *Octávio Martins*, "técnico de educação do Departamento Nacional de Educação", feita a partir da 13ª edição inglesa. Eis sua estrutura: 0 Introdução; 1 Teoria dos atributos, notação e terminologia; 2 Compatibilidade dos dados; 3 Associação de atributos; 4 Associação parcial; 5 Classificação múltipla; 6 Distribuição de freqüência; 7 Médias e outras medidas de locação; 8 Medidas de dispersão; 9 Momentos e medidas de assimetria e curtóse; 10 Três distribuições teóricas importantes: a binomial, a normal e a de Poisson; 11 Correlação; 12 Correlação normal; 13 Complementos da teoria de correlação; 14 Correlação parcial; 15 Correlação: exemplos e métodos práticos; 16 Teoremas diversos envolvendo o emprego do coeficiente de correlação; 17 Ajustamento simples de curvas; 18 Noções preliminares sobre amostragem; 19 Amostragem de atributos: grandes amostras; 20 Amostragem de variáveis: grandes amostras; 21 Amostragem de variáveis: grandes amostras (cont.); 22 A distribuição de χ^2; 23 Amostragem de variáveis: pequenas amostras; 24 Interpolação e regularização.

Outro livro foi **Teoria dos levantamentos por amostragem**, de *William G. Madow*, em 1951. Fora um curso proferido na Universidade de São Paulo, na qualidade de professor visitante, em 1946/47. A origem do livro são as notas feitas por *Vasco Pinto de Magalhães*, do Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Tais notas foram revistas por *Alexander de Moraes*. Houve ainda ações de *Jessé Montello* e de *Lourival Câmara* na versão final. Eis sua estrutura: 1 Introdução; 2 Exemplificação objetiva da execução dos levantamentos por amostragem. Estudo geral dos processos de seleção; 3 Amostragem de simples elementos; Estabelecimento das fórmulas fundamentais; 4 Amostragem de conglomerados. Estabelecimento das fórmulas fundamentais; 5 Confrontação dos métodos de seleção. Dedução das fórmulas em cada caso especial; 6 Estratificação; 7 Estimativas expressas como razão de variáveis aleatórias; 8 Amostragem dupla. Falta de respostas; 9 Palavras finais.

Depois viria o livro **Métodos estatísticos. Aplicados à economia e aos negócios**, de *Frederick Cecil Mills*, em edição de 1952, com tradução de *Alvim Pessoa* (em maio de 1951 da edição de 1938; a edição príncipe é de 1924). Eis sua estrutura: 1 Os métodos estatísticos e os problemas ligados à ciência econômica e aos negócios; 2 Representação gráfica; 3 Elaboração dos dados estatísticos: distribuição de freqüências;

4 Estudo da distribuição de freqüências: médias; 5 Estudo da distribuição de freqüências: medidas de variabilidade e assimetria; 6 Números índices de preços; 7 Análise de séries cronológicas: medidas de tendência; 8 Análise das séries cronológicas: medidas das flutuações estacionais e cíclicas; 9 Números índices de volume físico; 10 Medida das relações: correlação linear; 11 Medida as relações entre séries cronológicas; 12 Medida das relações: correlação não linear; 13 Probabilidades elementares e curva normal de erros; 14 A indução estatística e o problema da amostragem; 15 Análise da variância; 16 Medida das relações: correlação múltipla e parcial; 17 A medida das relações e o problema da estimação; 18 Conclusão do estudo da indução estatística e do problema da amostragem.

Isso posto, afora o Laboratório, a Sociedade, as Revistas, os Cursos, os livros, havia, ainda, o corpo dos denominados "consultores técnicos", atuando no ambiente das repartições estatísticas, seja fazendo palestras (por exemplo, nos Cursos de Informação), seja publicando suas reflexões nas Revistas, seja dando conselhos na elaboração dos questionários. As temáticas definidas na Resolução nº 20, de 30 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística foram: Metodologia estatística, Estatística matemática, Estatística cosmográfica, Estatística geológica, Estatística climatológica, Estatística territorial, Estatística biológica, Estatística antropológia, Estatística demográfica, Estatística agrícola, Estatística dos transportes e comunicações, Estatística comercial, Estatística bancária, Estatística do consumo, Estatística dos serviços urbanos, Estatística médico-sanitária, Estatística social, Estatística educacional, Estatística cultural, Estatística moral, Estatística policial, Estatística judiciária, Estatística da defesa nacional, Estatística da organização administrativa, Estatística financeira, Estatística política (com pequenas mudanças ao longo do tempo, ora por agregação, ora por detalhamento, ora por supressão).

Amostragem: idéias sem ações

Desde há muito falava-se em pesquisas por amostragem. O tema sempre estava nas agendas das reuniões do Instituto Internacional de Estatística[212]. Mas a sua adoção era feita sob reserva, temores mesmo. De um lado, porque era difícil (as mais das vezes, impossível) aplicar a técnica nos registros administrativos, ainda a fonte de dados mais comum. De outro porque não era nada natural fazer-se amostra em censos, afinal, por definição, censo devia atingir o universo; nos Estados Unidos, o uso de amostra nos censos só se deu depois de muitas e difíceis discussões, entre os técnicos, e deles com os congressistas, a quem sempre coube dar os rumos da estatística, e isso nos anos 1910-1920. Quanto a fazer-se pesquisas amostrais, com o fim precípuo de criação de registros para fins apenas estatísticos, dependia, para começo de conversa, da existência de cadastros, ainda em precária rotinização nas instituições estatísticas. E faltava a prática de campo, sem olvidar a falta de corpo teórico maduro.

212 Veja-se, por exemplo, o capítulo 20 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

Como seja, pese as inúmeras dificuldades, as pesquisas amostrais traziam muitas vantagens, afora as naturais reduções de custos e de prazos (face aos censos). Havia o controle do conteúdo. O fato é que os censos, ainda que com conteúdos definidos pelos órgãos de estatística, não podiam tornar-se gigantescos, sob pena de inviabilizar-se sua operacionalidade; quanto aos registros administrativos, eles traziam uma limitação intrínseca, dado que eram feitos para fins da administração, só lhes derivando estatísticas *a posteriori*, nos limites de seus conteúdos. E para mostrar as vantagens, e as possibilidades, das pesquisas amostrais, *William Madow*, Professor da Universidade de Carolina do Norte, nos Estados Unidos, foi chamado a proferir palestra no Curso de Informações do Conselho Nacional de Estatística, em julho de 1946 (aos 10 anos do IBGE). Eis algumas de suas reflexões:

> Um técnico de amostragem nem sempre recomendará o uso de uma amostra. Às vezes, a informação solicitada é de molde tal, que o planejamento, a escolha e o levantamento da amostra iriam custar mais caro, em tempo e dinheiro, do que uma enumeração completa. No entanto, um bom conhecimento das possibilidades dos métodos de amostragem põe-nos em condições de recomendar o uso de uma amostra, sempre que esta for suficiente, e o de uma enumeração completa, em caso contrário.
>
> De um ponto de vista prático, sempre que a necessária informação puder ser fornecida apenas por uma amostra, suas vantagens sobre a enumeração completa são evidentes. Está claro que leva muito menos tempo coligir dados apenas de uma parte da população do que da população toda, a menos que a amostra seja uma fração muito grande da população. Além disso, gasta-se menos tempo na elaboração dos dados e no seu preparo para a publicação. O levantamento por amostra também custa menos. Cada dia gasto no trabalho de coligir dados custa dinheiro; e bem assim, cada dia gasto no processamento e tabulação dos dados.
>
> Os levantamentos por amostras não são, porém, apenas mais baratos e mais rápidos; freqüentes vezes, a informação obtida por esse meio será mais fidedigna. Freqüentemente, é difícil obter o pessoal apropriado para realizar o trabalho de coleta e elaboração de uma enumeração completa. De qualquer modo, é sempre impossível obter um número suficiente de pessoas realmente competentes. Pode acontecer que o volume de trabalho exigido para a sua realização faça com que se admitam funcionários de capacidade tão baixa, que o seu trabalho, em vez de aumentar a fidedignidade das estimativas, pode comprometê-la seriamente. Isto é verdade sobretudo no que diz respeito ao trabalho de coleta propriamente dito, ocasião na qual os maus funcionários podem causar danos impossíveis de reparar. Um levantamento por amostras permite o uso de pessoal melhor, mais altamente qualificado e mais bem pago. Permite, ainda, que os encarregados da direção e planificação gerais do levantamento dediquem mais tempo a cada formulário e a cada recenseador. Vemos, assim, que o uso dos levantamentos por amostras pode, na realidade, aumentar o grau de confiança que as estimativas merecem, além de aumentar a eficiência da elaboração, por evitar os grandes desperdícios causados por questionários mal feitos (MADOW, 1946, p. 491, grifo nosso).
>
> Alguns anos atrás, um estrangeiro, Stefan Zweig, exprimiu a opinião de muitos dentre nós, ao escrever um livro que intitulou *Brasil, país do futuro*. No momento atual, quando se iniciam dias de progresso ainda maior para o Brasil, este grande serviço centralizado de estatística tem um dever para com a nação: o de estar preparado para provê-la de estimativas rápidas, baratas e rigorosas sobre a população e suas características, sobre rendas e despesas, sobre edificações e inversões de capital, sobre os dados que demonstram o crescimento e progresso desta grande nação. Eis por que se usam amostras nos Estados Unidos. Eis por que aqui também deveis estar preparados para usá-las (MADOW, 1946, p. 502, grifo nosso).

Cinco anos após, a *Revista Brasileira de Estatística* publicou o relatório elaborado pelo Subcomissão de Amostragem Estatística, da Comissão de Estatística das Nações Unidas, composto por *P. C. Mahalanobis*, *R. A Fisher*, *G. Darmois*, *W. E. Deming*, *F. Yates* (RECOMENDAÇÕES..., 1951). No ano seguinte publicou um texto de Morris Hansen, que mais tarde daria nome a um ciclo de Lectures nos Estados Unidos, em que afirma que apenas do nome, o Bureau of the Census não se limita à realização de censos, decenais (população humana) ou qüinqüenais (agricultura, indústria e comércio). Sua principal atividade é dirigida, precisamente, para as estatísticas permanentes, levantadas com fundamento do método científico da amostragem (HANSEN, 1952), e isso precisava ser assimilado.

Dando um ponto final a esta seção, ainda que não tratando diretamente de amostragem, mas antes do caráter científico da pesquisa estatística, convirá trazer à baila umas idéias de *Charles Penglaou*, dadas em 1946 e 1948, na Europa, e em 1949 no Brasil, através da *Revista Brasileira de Estatística*. Vêm de duas conferências pronunciadas na Sociedade Estatística de Paris, em 1946 (PENGLAOU, 1949a), e em 1948 (PENGLAOU, 1949b); entre os debatedores desta conferência estava *François Divisia*, grande teórico do índice geométrico, economista e estatístico de nomeada. Nele, *Charles Penglaou* dialetiza com as noções de determinismo e indetermismo, e determinismo polivalente, querendo mostrar que a "Estatística é o fundamento de toda concepção científica e que, sozinha, é capaz de conferir fundamento lógico às pesquisas teóricas e práticas" (PENGLAOU, 1949b, p. 604). Outro trecho, bastante curioso:

> A vitalidade de uma ciência e sua penetração na mentalidade de uma época revelam-se através de tentativas de açambarcamento da qual se faz objeto, tentativas essas imprevistas e, algumas vezes, paradoxais. Esse é, por exemplo, o caso da Estatística, a partir de há alguns anos, durante os quais sua importância cresceu, não somente nos santuários onde se transformou em alvo de verdadeiro culto – e é este o caso de nossa Sociedade –, mas, igualmente, nos meios científicos, cuja tendência atual é a de considerá-la como o mais hábil instrumento para a obtenção da mais objetiva e mais fiel representação da realidade. Tamanho é esse prestígio, que as aplicações da Estatística são experimentadas nos mais diversos domínios, em particular nos da Filosofia das Ciências, até mesmo da Ontologia e da Metafísica e, mais recentemente, da Apologética. Não ouvimos, há alguns dias, partindo do alto do púlpito da Notre Dame de Paris – e isso, parece-me, pela primeira vez –, um elogio da Estatística e o resultado de conclusões formuladas por físicos? "Ao determinismo que afirmava o encadeamento rigoroso dos fenômenos segundo as leis de uma mecânica dos sólidos" – proclamava, a 22 de fevereiro, o Padre Riquet –, "sucedeu o indeterminismo, que não conhece senão probabilidades e efeitos estatísticos". E, além disso, invocar os princípios da relatividade de Einstein, a relação de incerteza de Heisenberg, o "quantum" de ação de Planck, noções complementares, ondas e corpúsculos associados (PENGLAOU, 1949b, p. 603, grifo nosso).

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Viveiros de Castro, um professor de Estatística na secretaria-geral do CNE,** por Marco Santos.

1940 e 1950, os primeiros censos feitos pelo IBGE (quinto e sexto do País). O Censo das Américas

Capítulo 08

O Brasil, no período monárquico, fizera um censo em 1872, e fora o único. Já na República, houve censo em 1890, nos termos dos preceitos imperiais, vale dizer, ele estava previsto na legislação monárquica. Em 1891, tornou-se preceito constitucional a decenalidade da atividade censitária, daí vindo o Censo de 1900, mas não o de 1910. E, por demais, aqueles censos feitos no período republicano, 1890 e 1900, foram muito frágeis, se não mesmo fracassos (quase) absolutos. Dessa forma, às vésperas dos festejos do Centenário da Independência, em 1922, o Brasil sabia pouco de si, quase nada; para expressar sua população, *per se*, e em sociedade, no território brasileiro, implicava valer-se do retrato de há 50 anos. Isso o diminuía no concerto das nações, nas quais uma das marcas da civilização era exatamente contar com um retrato numérico de sua população, de sua sociedade, de seu território. Assim, por mais simples, acanhados mesmo, que viessem a ser os festejos do Centenário da Independência, não seria razoável essa situação: um censo deveria ser realizado, e devia ter grande qualidade. Mais ainda isso se impôs ao se decidir pela realização de uma Exposição Universal como peça central dos festejos; nelas, nas exposições, era comum dispor-se de painéis numéricos nos pavilhões, quando não mesmo um pavilhão específico. E veio o Censo de 1920 sob batuta de maestro, o grande mestre *Bulhões Carvalho*; foi um censo arrojado, grandioso, monumental.[213] Um sucesso absoluto que, tudo o dizia, se repetiria em 1930, mas sendo abortado pela revolução que deu fim à Primeira República.[214] Dessa forma, nada mais natural que no âmbito do sistema estatístico, criado sob a égide do IBGE, se empenhasse na realização de um censo geral em 1940, e, mais ainda, se estabelecesse definitivamente sua decenalidade. E fosse, ao menos, igual ao de 1920.

Pontos iniciais (inclusive histórias)

Em termos legais, competia ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por sua Diretoria de Estatísticas Gerais[215], à época sob a direção de *Heitor Bracet*[216], fazer o censo. Para fazê-lo, previa-se a criação de um serviço especial, a ser diretamente vinculado ao Instituto, o que, mais ou menos, foi feito. Na verdade, no Censo de 1940 vinculou-se o Serviço Nacional de Recenseamento a uma Comissão Censitária Nacio-

[213] Veja-se os capítulos 18 a 22 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[214] Veja-se o capítulo 26 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[215] A essa diretoria também cabia derivar estatísticas do Registro Civil, tarefa que tanta energia consumiu da antiga Diretoria Geral de Estatística, como visto no volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936),** desta coleção.

[216] À época, por ocupar essa direção, lhe cabia também a vice-presidência do IBGE, que ocupou várias vezes. Mais tarde, como visto, essa ocupação será de livre escolha do presidente.



Sede do Serviço Nacional de Recenseamento, [s.d.].

nal, da qual fazia parte várias pessoas da direção do Instituto; já no Censo de 1950, aí sim, vinculou-se o Serviço Nacional de Recenseamento diretamente à Secretaria-Geral do Instituto, sem uma Comissão Censitária Nacional.

O Conselho Nacional de Estatística, por suas Assembléias Gerais, e por sua Junta Executiva Central, bateu-se por sua realização intensamente. Muitos lutaram, uns por discursos políticos, com destaque para *Teixeira de Freitas*, Secretário-Geral do Conselho e do Instituto, e para *Macedo Soares*, Presidente do Conselho e do Instituto, outros com textos técnicos. Entre esses, valerá marcar a atuação de *Alexander de Morais*, técnico da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, e depois do Serviço Nacional de Recenseamento. Vejamos sua incursão pela história dos censos, sempre oportuna:

> Iniciativa remotíssima em matéria de balanço dos recursos concernentes à vida e à defesa das coletividades humanas; primeira das operações de levantamento demográfico de que há memória histórica, e mesmo presunção pré-histórica; prática de muito anterior ao próprio termo "estatística" sob qualquer dos múltiplos conceitos em que tem sido e é empregado; – o recenseamento figura entre as mais primitivas manifestações da atividade humana claramente orientada no sentido do conhecimento quantitativo das massas. Neste particular, distingue-se ele, fundamentalmente, dos registros de nascimentos e óbitos, que, havendo constituído, também, marcos de partida da evolução dos processos especializados de observação dos fatos ditos coletivos ou coletivamente típicos, só na metade inicial do século XVI vieram a ser efetivamente utilizados para a descrição numérica de tais fatos com a primeira compilação de estatísticas semanais referentes às mortes ocorridas na cidade de Londres. Se, não obstante essa circunstância, deixarmos de lado outras realizações mais antigas, por deficiência de notícias seguras sobre os respectivos desígnios, podemos considerar os *censi* e as *diptycha mortuorum*, de prática corrente entre os Romanos, como formas originárias, perfeitamente caracterizadas, do registro estatístico, sob cada um dos dois grandes aspectos em que ainda hoje se processa: o *registro reflexo*,

> tradicionalmente seguido nas operações censitárias, e o *registro automático*, correntemente adotado no *levantamento dos nascimentos, matrimônios e óbitos*. E apresentando, mesmo na técnica atual, uma finalidade estatística mais imediata que os automáticos, os registros reflexos particularizam-se, como é sabido, por se executarem sob a responsabilidade direta dos próprios órgãos encarregados de apurar os informes, o contrário ocorrendo em relação aos automáticos, promovidos em geral por entidades distintas daqueles órgãos e com objetivos administrativos de outras ordens (MORAIS, 1943, p. 257 grifo nosso).

> Este [o censo], desde cedo, vê-se estendido da população aos respectivos bens, como base à repartição eqüitativa de encargos fiscais, dando, sob este aspecto, origem ao registro administrativo a que hoje denominamos cadastro. Destinado, sobretudo, a identificar a capacidade tributária de cada cidadão, tal registro tornou-se, por isso mesmo, incompatível com as legítimas finalidades a seguir atribuídas à estatística, em sua função de descrever as propriedades dos grupos, e não as características individuais dos respectivos componentes. A equiparação dos censos a operação genuinamente estatística só se pode completar, assim, com o excluir o cadastro das preocupações vinculadas aos seus objetivos precípuos (MORAIS, 1943, p. 258, grifo nosso).

O Censo de 1940 teve, como visto, as presenças de *Teixeira de Freitas* e de *Macedo Soares*, mas o Censo de 1950 já não mais encontraria *Teixeira de Freitas* no Conselho e no Instituto[217]; em 1948, havia se retirado, contudo, como presidente da Sociedade Brasileira de Estatística continuou atuando em favor do censo. Ao tempo do Censo de 1950, *Rafael Xavier*, que antes atuara no Censo de 1940, ao lado de *Carneiro Felippe*[218] e de *Giorgio Mortara*[219], estava na Secretaria-Geral do Conselho e do Instituto (tendo sucedido a *Teixeira de Freitas*); logo seria substituído por *Waldemar Lopes*, igualmente discípulo de *Teixeira de Freitas*.[220] A seu turno, *Macedo Soares*, que só deixaria a presidência do Conselho e do Instituto no início de 1951[221], teria papel de destaque no início do Censo de 1950, como tivera o tempo todo no Censo de 1940, mas sua execução e conclusão passaria pelas gestões de *Polli Coelho*, de *Florêncio de Abreu*, de *Elmano Cardin*, de novo de *Macedo Soares* e, por fim, de *Jurandyr Pires Ferreira*.

Giorgio Mortara, em agosto de 1940, em conferência no Palácio do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), proferiu palavras que merecem destaque. Embora, por certo, tivesse em mente o Censo de 1940, suas palavras extrapolam essa dimensão temporal, ainda sendo atuais:

> A população não representa somente o meio em que se manifestam todos os fenômenos sociais, e que precisa ser bem conhecido para a apreciação e para a

---

[217] Teixeira de Freitas deixou a Secretaria Geral do Conselho e do Instituto em 1948, entretanto continuou na direção da repartição de estatísticas da educação e da saúde até 1952, quando se aposentou. (A Resolução nº 558, de 4 de julho de 1953, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, rendeu-lhe homenagem pela aposentadoria); por essa função era membro da Junta Executiva Central.

[218] A Resolução nº 476, de 10 de setembro de 1951, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, rendeu-lhe homenagem.

[219] A Resolução nº 365, de 16 de julho de 1948, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, rendeu-lhe encomiástico reconhecimento.

[220] Segundo Waldemar Lopes, em depoimento prestado ao autor, Rafael Xavier, à época, dedicou especial atenção e tempo ao movimento municipalista, viajando bastante pelo interior do Brasil; por isso, pouco tempo ficou à frente da Secretaria-Geral. Seus desafetos sugeriam que ele estava preparando sua candidatura à Presidência da República, o que, segundo o depoente, era falso.

[221] A Resolução nº 485, de 10 de setembro de 1951, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, na ocasião lhe rendeu homenagem, como "organizador do IBGE e seu primeiro Presidente".

> interpretação destes. Representa também um fator decisivo de muitos dos acontecimentos que transformam o vulto do mundo. As revoluções, as guerras, as migrações, a grandeza e a decadência das nações, dependem, às vezes em parte preponderante, de desequilíbrios nos desenvolvimentos dos diferentes povos ou das diferentes classes sociais; logo, o conhecimento da composição quantitativa e qualitativa da população constitui um auxílio inestimável para o homem de Estado de hoje e para o historiador de amanhã. [...] Cumpre salientar que as indagações censitárias têm o único fim de fornecer à administração pública, aos estudiosos e, em geral, aos cidadãos, o mais amplo conhecimento da situação demográfica, econômica e social do Brasil. As informações pedidas, discriminando caracteres e circunstâncias, visam descrever o estado de fato, e não preparar o terreno para discriminações do estado de direito (MORTARA, 1940, p. 424-425, 430).

As legislações censitárias de 1940

Em 3 de dezembro de 1936, a Assembléia Geral (extraordinária, para promover a instalação) do Conselho Nacional de Estatístico (formalizado pela Convenção Nacional de Estatística, em 11 de agosto último), elaborou a Resolução nº 8, pela qual pedia recursos aos Poderes Públicos para a preparação e realização do recenseamento de 1940. Em 4 de maio de 1937, a Junta Executiva Central, em representação ao Presidente do Instituto, sobre o censo, aponta quatro ordens de motivos, a saber: técnica (quando invocam os preceitos emanados dos Congressos Internacionais de Estatística, havidos no século XIX, e das plenárias do Instituto Internacional de Estatística), política (com ênfase na definição da representação parlamentar, entre outros pontos), administrativa (tendo em vista a gestão da coisa pública) e econômica (tendo em vista a promoção do crescimento). Por fim, trata-se do *quantum* solicitado, com os seguintes argumentos:

> A fixação do *quantum* da verba foi precedida de estudos conscienciosos e detidos, tendo-se levado em conta o volume, natureza e ritmo dos trabalhos preliminares dos censos, o material necessário, o pessoal correspondente, bem como os tipos atuais de remuneração, tudo isso apreciado o mais objetivamente possível e sob a influência da certeza de que a atual situação financeira do país, conquanto animadora e em fase de franca recuperação, não comporta os gastos de oportunidade discutível. Os recursos orçamentários ora pedidos representam, assim, o mínimo necessário ao preparo da tarefa gigantesca, que ha de ser, forçosamente, o recenseamento geral do Brasil em 1940, verdadeira operação de envergadura continental.
>
> Inspirou-se também a Assembléia Geral no recenseamento de 1920, para cujos trabalhos preliminares foram abertos três créditos especiais, perfazendo um total de 750:000$000. Atendendo-se ao encarecimento da vida a partir daquela época, processo que está sofrendo visível aceleração nestes últimos três anos; considerando-se também, que a população recenseada em 1920 - menos de 31 milhões de habitantes - não representará mais do que dois terços da população a recensear em 1940; atendendo-se a elevação dos preços das utilidades a consumir, entre as quais copioso material cuja matéria prima básica é o papel; considerando-se o extraordinário desenvolvimento operado na economia nacional nos dois decênios desde então decorridos; considerando-se ainda que os censos de 1940 deverão ser, tanto quanto possível, mais profundos do que o recenseamento de 1920; considerando-se, finalmente, que o bom êxito da projetada operação censitária depende, em linha reta, dos trabalhos preparatórios – propaganda intensiva e extensiva, levantamento de milhares de cadastros, coleta e organização dos elementos de crítica, adestramen-



Posse da Comissão Censitária Nacional, no Ministério da Justiça.

> to do pessoal, etc. – parece-nos lícita a conclusão de que não há nenhum exagero no *quantum* da verba solicitada.[222]

Assinam a mencionada representação: *Heitor Bracet*, diretor de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Léo de Affonseca*, diretor de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; *Costa Miranda*, diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Rafael Xavier*, diretor de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura; *Teixeira de Freitas*, diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública, e secretário geral do Instituto Nacional de Estatística; *Joaquim Licínio de Souza Almeida*, presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas e secretário do respectivo ministro; Tenente-coronel *Custodio dos Reis Príncipe Júnior*, representante do Ministério da Guerra; Capitão de corveta contador naval *Manoel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; Cônsul *Carlos Alberto Gonçalves*, representante de Ministério das Relações Exteriores.

Em 9 de julho de 1937, a Assembléia Geral (primeira ordinária) do Conselho Nacional de Estatística, demanda ao Conselho Brasileiro de Geografia[223] de pronto a Carta do Brasil e o Atlas Geográfico Brasileiro, como elementos subsidiários do Recenseamento Geral de 1940. No decorrer daquela mesma Assembléia, a 17 de julho, a Resolução nº 50 daria as bases para a organização, realização e divulgação do Recenseamento Geral de 1940[224]; eis seu Art. 1º, que bem mostra o espírito reinante:

> **Art.** 1º O plano geral que ao Instituto Nacional de Estatística cabe formular para o Recenseamento Geral da República em 1940 fica assentado nas seguintes bases:
>
> I Todos os trabalhos censitários de caráter nacional se realizarão simultaneamente em uma grande operação, que se repetirá decenalmente nos anos de milésimo zero, executada a 1 de setembro.

[222] Anexo à Resolução nº 50, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, logo anexa ao Decreto-lei nº 237, de 21 de dezembro de 1938.

[223] Só depois seria chamado Conselho Nacional de Geografia (veja-se o capítulo 2 deste volume).

[224] "O Conselho Nacional de Estatística, sensível à premência com que se impunha a execução do Recenseamento Geral de 1940, tanto mais necessário quanto não se efetuara o de 1930, em conseqüência de crise política, aprovou a Resolução nº 50 e preparou as bases da operação cuja urgência o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encareceu em memorial submetido à consideração do Presidente da República, em anexo à aludida Resolução" (FELIPPE, 1943, p. 194).

II Cada operação censitária compreenderá: a) o censo demográfico; b) o censo econômico e todos os inquéritos complementares sobre os aspectos sociais, culturais e administrativos da vida nacional.

III A publicação dos resultados censitários se fará em duas séries de volumes – a série nacional e a série regional. A série nacional conterá tantos volumes, quantos os distintos censos realizados, desdobrando-se cada um nos tomos necessários, organizados de modo a só conterem em suas tabelas, no que se referir a cada ordem de fatos a síntese nacional dos resultados e o seu desdobramento pelas Unidades da Federação em condições de imediata comparabilidade. A série regional terá tantas partes quantas as Unidades da Federação, cada parte com um desenvolvimento análogo à série nacional, mas apresentados os resultados com os desdobramentos possíveis em função da divisão municipal e distrital.

IV Tanto a série nacional como cada parte da série regional terá um volume introdutório, de monografias especializadas sobre os aspectos fundamentais da vida municipal ou regional, colaboradas por especialistas de renome em cada assunto, com o que se manterá e ampliará o feliz alvitre adotado na publicação do censo de 1920.

V Todos os trabalhos censitários propriamente ditos obedecerão aos planos, instruções e normas que assentar a Comissão Censitária Nacional, com sede na Capital da República. Essa Comissão se constituirá nos anos de milésimo oito, com mandato normal de cinco anos, prorrogável.

VI A Comissão Censitária Nacional se comporá dos seis membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística que representam organizações de estatística, de um representante do Conselho Atuarial[225] e de três outros membros – um dos quais como presidente, – eleitos pela mesma Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, entre pessoas de eminente qualificação, não só como administradores, mas ainda como economistas, sociólogos, demografistas e estatistas [sic] em geral. O mandato dos membros da Comissão será confirmado por ato do Poder Executivo.

VII Auxiliarão a Comissão Censitária Nacional as Comissões Censitárias Regionais. Cada Comissão Censitária Regional se comporá: do delegado regional do Recenseamento, como seu presidente, do diretor, em exercício, da Repartição Central Regional de Estatística e de um outro técnico eleito pela Junta Executiva Regional. Haverá também Comissões Censitárias Municipais, às quais caberá colaborar na propaganda da operação, auxiliando-lhe os trabalhos em tudo o que estiver a seu alcance cada uma destas Comissões se comporá do prefeito municipal, como presidente, e das autoridades e mais elementos destacadamente representativos da sociedade local, que puderem prestar útil concurso à campanha censitária.

VIII A direção executiva dos serviços caberá, na sua compreensão nacional, ao presidente da Comissão Censitária Nacional; nas Unidades Federadas, aos delegados regionais; e aos municípios, aos delegados municipais.

IX Colaborarão nos serviços censitários, dentro das respectivas atribuições e segundo o plano especial que lhes for atribuído conjuntamente com os necessários recursos, todos os órgãos federais, estaduais e municipais integrados no Instituto. Todavia, qualquer funcionário federal, estadual ou municipal, que for comissionado nos serviços censitários, afastar-se-á do exercício do cargo efetivo, ficando-lhe assim, vedada a acumulação de funções. Esta disposição, entretanto, não abrange os diretores de serviços estatísticos que forem membros da Comissão Censitária, cuja investidura é considerada inerente aos respectivos cargos.

[225] A presença de um Atuário se justificaria pela proximidade de sua atuação à Demografia e à Estatística, formações ainda inexistentes, à época.

X O regulamento da operação censitária preverá o concurso que aos órgãos recenseadores e aos serviços permanentes de estatística devam prestar, o Conselho Brasileiro de Geografia e os órgãos técnicos ao mesmo subordinados. Determinará, outrossim, a contribuição que as pesquisas e trabalhos censitários devam trazer ao desenvolvimento dos serviços geográficos.



Gabinete do diretor do SNR, [s.d.].

XI Concretizando de modo especial essa colaboração, o Plano Censitário abrangerá a publicação de uma edição especial do Atlas Corográfico Municipal, divulgando, para cada Unidade da Federação, segundo plano rigorosamente sistemático, uma coleção de cartas físicas e políticas dos municípios, cada qual acompanhada de um minucioso estudo corográfico do município em que se divulguem como ilustração, os dados censitários locais.

XII Os mapas do Atlas Estatístico Corográfico deverão subordinar-se às normas fixadas na Resolução nº 6 [de 29 de dezembro de 1936] da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

XIII O plano censitário determinará ainda a publicação complementar sob o título "Indicador Censitário", em tantos fascículos distintos quantos os assuntos tratados, dos prontuários a cujo preparo e material censitário se prestar e cuja divulgação possa ser útil à administração ou ao público em geral (Grifo nosso).

Em 2 de fevereiro de 1938, *Getúlio Vargas* sanciona o Decreto-Lei nº 237, que daria início aos trabalhos censitários. Para realizar suas atividades de preparação foram, naquele exercício, designados 3 800 contos de réis. Ao Diretor Geral do Serviço Nacional de Recenseamento (cumulativamente presidente da Comissão Censitária Nacional) era atribuída uma gratificação mensal de cinco contos de réis. As tarefas de preparação censitária, no biênio 1938-1939, estavam descritas em minúcias[226] no Art. 9º, como segue, e eram demasiado ambiciosas, por isso, muito ficou por ser feito, por exemplo, o avanço em algumas estatísticas temáticas, em especial as econômicas, mas nada disso prejudicou a qualidade do futuro censo:

Art. 9º Distribuídas as tarefas segundo o campo de competência de cada um dos seus órgãos, as campanhas de 1938 e 1939 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística serão planificadas visando o aperfeiçoamento intensivo das estatísticas nacionais, afim de que, nos seus dados de 1920, sejam elas as mais completas e exatas possível, e, em particular, o encaminhamento das medidas para que o ano do recenseamento estejam plenamente atingidos os seguintes objetivos:

a) a revisão da área do Brasil e do seu parcelamento, segundo as unidades federadas e os municípios, efetuando-se, também, se possível, o cômputo das áreas distritais;

b) a descrição sistemática das divisas dos distritos e municípios;

[226] Praticamente abarcava todo o programa estatístico. E se aproveitava a ocasião para dar-lhe um alento.



Caixas com material do Recenseamento Geral de 1940.

c) a revisão da Carta do Centenário da Independência ao milionésimo;

d) a elaboração do Atlas Estatístico Corográfico Municipal;

e) o cômputo da área e população urbana das sedes municipais e distritais, com o levantamento dos respectivos efetivos prediais;

f) o cadastro predial e domiciliário das Capitais Regionais, organizado na conformidade do serviço padrão que o Distrito Federal deverá instituir na forma prevista pela Cláusula XXXII, da Convenção Nacional de Estatística;

g) a intensificação do Registo Civil e a normalização do seu levantamento estatístico;

h) a regularização e o aperfeiçoamento das estimativas agrícolas e industriais;

i) o levantamento do cadastro das propriedades rurais;

j) a organização do cadastro industrial;

l) a organização das tábuas itinerárias brasileiras;

m) o alargamento das estatísticas dos meios de transporte e vias de comunicação;

n) o aperfeiçoamento da estatística das importações e exportações interestaduais;

o) o levantamento da estatística dos serviços de higiene e embelezamento urbanos;

p) a ampliação das estatísticas sobre a remuneração do trabalho e o custo da vida;

q) o estudo estatístico das organizações sociais trabalhistas;

r) o cômputo da produção bibliográfica brasileira;

s) o levantamento dos quadros do funcionalismo público federal, estadual e municipal;

t) o estudo estatístico do cadastro patrimonial da União, dos Estados e dos Municípios;

u) o estudo estatístico dos sistemas tributários da União, dos Estados e dos Municípios;

v) o levantamento esquemático estatístico da organização administrativa da União, dos Estados e dos Municípios;

x) a regularidade da divulgação, em todas as Unidades da Federação, do Anuário Municipal de Legislação e Administração, previsto na Resolução n. 13, da assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística;

z) o arrolamento de todos os elementos da organização nacional, de ordem econômica, social, cultural e administrativa, cujo conhecimento seja útil à administração em geral ou, em particular, aos trabalhos censitários e à segurança nacional.

Ao final de 1938, o Instituto obteve um princípio guarda-chuva para a atividade censitária, vale dizer, para todos os censos. Veio com o Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro, nos termos do Art. 3º do Decreto-lei nº 237, de 2 de fevereiro daquele mesmo ano (visto antes)[227]. Por exemplo, o estabelecimento da periodicidade decenal (nos anos de final zero), e da data de referência (em 1º de setembro), bem assim, da obrigação na prestação de informações (e a decorrente penalidade), e no sigilo das mesmas (salvo se para fins cadastrais); eis esses temas, em vários artigos[228]:

> **Art.** 1º Realizar-se-á decenalmente, no dia 1 de setembro dos anos de milésimo zero, o recenseamento geral do Brasil.
>
> § 1º Cada recenseamento abrangerá em censos distintos realizados simultaneamente, os aspectos demográficos, econômicos e sociais do País especificados no regulamento que for para esse fim expedido.
>
> § 2º O regulamento estabelecerá o processo para a coleta dos dados censitários relativos aos brasileiros residentes no estrangeiro ou temporariamente ausentes do País na data do recenseamento.
>
> **Art.** 2º Todo aquele que exercer função pública, civil ou militar, federal, estadual e municipal, inclusive representação diplomática ou consular, fica obrigado, sob as penas cominadas na lei penal, a prestar as informações e auxílios que lhe forem regularmente solicitados para a operação censitária.
>
> **Art.** 3º As empresas e sociedades que gozem de favores dos cofres públicos não poderão recusar a colaboração que, na forma do regulamento, lhes for solicitada para preparo ou execução do recenseamento, sob pena da multa de um a cinco contos de réis.
>
> **Art.** 4º Todos os indivíduos, civilmente capazes, domiciliados, residentes ou em trânsito no território nacional, bem como os brasileiros ausentes no estrangeiro e as pessoas jurídicas estabelecidas ou representadas no País, são obrigados a prestar as declarações que lhes forem solicitadas para os fins do recenseamento, incorrendo, em caso de recusa,



Preparação de empacotamento dos lotes de formulários do Censo de 1940 para remessa aos estados.

[227] Art. 2º Para a realização da referida operação censitária, que abrangerá os aspectos demográficos, econômicos e sociais, ficam aprovadas as bases para a organização, execução e divulgação do Recenseamento Geral, constantes da Resolução n. 50, de 17 de julho de 1937 (anexa ao presente decreto), da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Art. 3º Em substituição da providência prevista no Art. 2º da Resolução citada, fica marcado o prazo de 90 dias a contar da sua instalação, para que a Comissão Censitária Nacional, organizada na conformidade das bases ora aprovadas, apresente ao Governo, por intermédio da presidência do Instituto, o projeto ou projetos da legislação censitária, pela qual se institua o Serviço Nacional de Recenseamento a que se refere o Art. 3º, parágrafo 2º, alínea 1, do Decreto n° 24.609, e se determinem as normas e preceitos legislativos permanentes dos Recenseamento Gerais da República.

[228] Sobre a formação da Comissão Censitária Nacional e o Serviço Nacional de Recenseamento tratam os Arts. 7º a 12.

silêncio, sonegação, falsidade ou emprego de termos evasivos ou irreverentes, nas seguintes penas:

§ 1º Si o infrator for pessoa jurídica:

a) multa de um a vinte contos de réis, nos casos de sonegação, falsidade ou emprego de termos evasivos ou irreverentes na declaração prestada;

b) multa de duzentos mil réis a cinco contos de réis, no caso de recusa ou silêncio, com intimação para apresentar, dentro de 48 horas, a declaração exigida. Esgotado o prazo e persistindo a infração, será aplicada nova multa de um a cinco contos de réis.

§ 2º Si o infrator for pessoa física:

a) multa de cem mil réis a um conto de réis, nos casos de sonegação, falsidade ou emprego de termos evasivos ou irreverentes na declaração prestada;

b) detenção pessoal, no caso de recusa ou silêncio, como meio compulsório para prestar a declaração solicitada, instaurando-se ao cabo de 24 horas, si persistir, processo penal pelo crime de desobediência.

§ 3º Si o infrator for pessoa de que trata o § 2º do art. 1º será imposta, e inscrita no Tesouro Nacional para os efeitos legais, a multa de duzentos mil réis.

§ 4º O regulamento determinará a competência para a imposição e o processo de aplicação das penas previstas neste artigo e no anterior.

Art. 5º As declarações prestadas para a execução do recenseamento, ressalvadas as que se destinarem expressamente a fins de cadastro, terão o caráter confidencial, não podendo ser objeto de divulgação, que as individualize ou identifique, nem fazer prova contra o declarante.

§ 1º A disposição final do artigo não impede, entretanto, que a declaração sirva de comprovante para aplicação das penalidades impostas nos termos deste Decreto-Lei.

§ 2º O regulamento determinará as penas disciplinares, que serão aplicadas ao pessoal do Serviço do Recenseamento, por infração do disposto neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade criminal que no caso couber.

Com base nesse Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, o Instituto inspira e recebe o Decreto-Lei nº 2.141, de 15 de abril de 1940 (onde se retoma e se detalha o espírito do Decreto-Lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938), específico sobre o Censo de 1940. Longo (102 artigos), em várias seções, a saber: I. Dos censos e dos instrumentos de coleta; II. Das comissões censitárias; III. Da organização do serviço nacional de recenseamento; IV. Do pessoal do serviço nacional de recenseamento; V. Da competência do Presidente da Comissão Censitária Nacional e dos Delegados do Serviço Nacional de Recenseamento; VI. Da publicação dos resultados censitários; VII. Das atribuições do pessoal e do regime disciplinar; VIII. Das facilidades asseguradas ao Serviço Nacional de Recenseamento; IX. Da competência e do processo para a imposição de penas; X. Disposições gerais e transitórias.

O censo geral seria realizado em 1º de setembro, com sete censos: demográfico, agrícola, industrial, comercial, transportes e comunicações, serviços, social[229]; e

[229] Em 1951, Giorgio Mortara diria que, afora o censo demográfico e, em alguma medida, o agrícola, os demais não tiveram o mesmo sucesso (MORTARA, 1951, p. 54).



Reunião da Comissão Censitária Nacional, em 1940.

mais “quaisquer levantamentos e inquéritos estatísticos complementares, que forem julgados oportunos ou necessários pela Comissão Censitária Nacional” (Art. 2º, parágrafo único). Os conteúdos das investigações, bem como a definição das unidades censitárias, seriam definidos nos respectivos instrumentos (Art. 3º), conforme os Arts. 9º a 17.

> **Art.** 9º Na coleta dos dados primários do Censo Demográfico serão usados quatro instrumentos fundamentais: o boletim de família, o boletim individual, a lista de domicílio coletivo e uma caderneta destinada ao censo predial e domiciliário.
>
> § 1º Relativamente a cada indivíduo se indagará, no que lhe for aplicável: nome sexo, idade, condição no domicílio, se acha presente no domicílio, ou ausente do mesmo, eventual ou temporariamente, cor[230], defeitos físicos, limitados a surdo-mudez e cegueira[231], estado civil[232], número de filhos havidos, naturalidade e nacionalidade, extensiva a indicação aos ascendentes do primeiro grau, tempo de residência no Brasil, se nascido no estrangeiro, língua, religião[233], instrução recebida, ocupação principal e suplementar, e, finalmente, se é proprietário de imóvel, contribuinte ou beneficiário de instituição de previdência social ou individual.
>
> § 2º Os questionários relativos aos edifícios públicos e habitações particulares conterão quesitos principais sobre os seguintes: caracteres: situações, natureza da construção, número de pavimentos, respectivas dependências e aplicações, condições de higiene e conforto, e quesitos complementares sobre a existência de veículos, aparelhos de rádio, plantação e criação doméstica.
>
> § 3º Serão recenseados em cada domicílio, alem de todos os indivíduos, seus moradores ou não, que aí passarem a noite de 31 de agosto para 1 de setembro, os residentes efetivos ausentes na referida noite, inclusive os menores internados em estabelecimentos de ensino de quaisquer espécie.
>
> § 4º Serão igualmente recenseados, em cada domicílio, as crianças cujo nascimento ocorrer na noite de 31 de agosto para 1 de setembro.
>
> § 5º Não serão recenseados, em nenhum caso, as pessoas (inclusive recém-nascidos) que falecerem durante o curso da referida noite.

[230] Segundo as instruções, as cores previstas foram “preta”, “branca”, “amarela”; e no caso de não ser possível “qualificar” a cor da pessoa, então se deveria lançar “um traço horizontal no lugar reservado para a resposta”. Para esses casos, e para os que se disseram “caboclo”, “mulato”, “moreno”, etc, criou-se na apuração a categoria de “pardos”.

[231] No caso dos cegos haveria três divisões: “nascido cego”, “cego por doença”, “cego por acidente”.

[232] Solteiro, casado, desquitado e viúvo; se a pessoa tivesse obtido divórcio, isto seria registrado, mas como pela legislação brasileira não era permitido o divórcio, então “a classificação de ‘divorciado’ ficou restrita às pessoas casadas segundo a lei estrangeira e com divórcio obtido fora do país”, segundo as instruções censitárias.

[233] Católicos romanos, protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos, budistas, xintoístas, espíritas, positivistas, bem assim, ‘de outra religião’ e ‘sem religião’.

§ 6º As informações relativas a brasileiros residentes no estrangeiro, ou temporariamente ausentes do País, serão coligidas por intermédio das autoridades consulares competentes, segundo instruções da Comissão Censitária Nacional, que solicitará, para esse fim, a cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 10 No Censo Agrícola serão usados um questionário geral, destinado aos estabelecimentos rurais de exploração agrícola, tantos questionários especiais quantos necessários, destinados as atividades da pequena lavoura ou criação e às indústrias complementares da agricultura, e uma caderneta para o cômputo da população ativa e outros registos de ordem geral.

§ 1º Os instrumentos de coleta do censo agrícola indagarão, conforme a modalidade da exploração do estabelecimento rural, referidas as informações ao ano de 1939, quando for o caso, os seguintes aspectos: características do imóvel rural e do responsável pela exploração, área, segundo a sua utilização, valor da propriedade, discriminadamente quanto as terras, benfeitorias, maquinaria, veículos e animais, pessoal permanente e temporário, construções rurais e instalações especiais, indicados os fins a que se destinam e as respectivas condições da higiene e conforto, máquinas agrícolas e maquinismos em geral, quanto à espécie, potência, capacidade e utilização, material agrícola, viaturas segundo o sistema de tração e a espécie, adubação segundo os métodos adotados, irrigação e drenagem, despesas de custeio e explorarão, processos culturais, processos zootécnicos, espécies florestais cultivadas, efetivos pecuários, com esclarecimentos de alcance econômico e zootécnico, em relação às diferentes espécies de gado, avicultores, apicultores e sericicultura, reprodutores e outros animais de raça pura, produção agrícola, efetivos das plantações, em relação às lavouras novas e em produção, indústria rural, compreendendo os ramos agrícola, extrativo e animal, com discriminação dos produtos transformados e não transformados.

Art. 11 No Censo Industrial serão usados um questionário geral e tantos questionários especiais quantos necessários, destinados a indagações sobre a constituição e as atividades das empresas e estabelecimentos industriais existentes no País.

§ 1º Os questionários do Censo Industrial indagarão, relativamente :

a) a cada empresa – o tipo econômico, a forma jurídica, a natureza dos ramos explorados, as contribuições dos sócios para a realização do capital;

b) a cada estabelecimento - os caracteres gerais, a força matriz segundo a espécie e modalidade, as máquinas, os aparelhos o demais instalações peculiares a indústria, os meios de transporte privativos da mesma, bem assim, referidas as informações ao ano do 1939 - o volume e valor das matérias-primas, energia elétrica, combustível e lubrificantes consumidos, o volume e valor da produção, a duração do trabalho, as vendas e *stock* dos produtos;

c) a ambos, empresa e estabelecimento, discriminadamente - os caracteres que lhes são comuns, tais como o montante dos capitais aplicados, a composição da administrarão e do pessoal empregado, as despesas principais ocorridas em 1939 em virtude da exploração, destacadas as correspondentes aos salários e vencimentos pagos.

§ 2º Os questionários especiais conterão alem dos elementos já sumariados, quesitos adicionais, variáveis em numere e teor, segundo as características técnicas dos ramos de indústria a que forem destinados.

Art. 12. No Censo Comercial serão igualmente usados um questionário geral e tantos questionários especiais guantes necessários, destinados a indagações sobre a constituição e às atividades das empresas e estabelecimentos comerciais e assemelháveis existentes no País.

Art. 13. Os questionários do Censo Comercial conterão: o geral indagações sobre o comércio de mercadorias, os especiais, indagações sobre o comércio de imóveis e de títulos, sobre as instituições de crédito, seguro e capitalização e sobre as atividades auxiliares do comércio.

§ 1º O questionário geral indagará, relativamente:

a) a cada empresa - o tipo econômico, a forma jurídica, a classe do comércio e os ramos explorados;

b) a cada estabelecimento - os caracteres gerais, os meios de transporte de propriedade do mesmo e, referidas as informações ao ano de 1939, o valor das mercadorias compradas e vendidas, segundo a procedência e o destino, o montante das vendas mensais e a duração do trabalho;

c) a ambos, empresa e estabelecimento, discriminadamente - o montante dos capitais aplicados, a composição da administração e de pessoal empregado, as despesas principais ocorridas em 1939 em virtude da exploração, destacadas as correspondentes aos salários e vencimentos pagos

§ 2º Os questionários especiais indagarão, relativamente:

a) a cada empresa, no que lhe for aplicável - tipo econômico, a forma jurídica, a classe de comércio ou de atividade e os ramos explorados ;

b) a cada estabelecimento, no que lhe for aplicável, e atentas as modalidades distintas das diferentes atividades sob indagação - os caracteres gerais, a natureza das transações, o movimento das operações em 1939 e a duração do trabalho;

c) a ambos, empresa e estabelecimento - o montante dos capitais aplicados, a composição da administração e do pessoal empregado, as despesas principais ocorridas em 1939 em virtude da exploração, destacadas as correspondentes aos salários e vencimentos pagos.

§ 3º Os questionários especiais conterão, alem dos elementos já sumariados, quesitos adicionais, variáveis em número e teor, segundo as características peculiares aos ramos de comércio ou de atividade a que forem destinados.

Art. 14. No Censo de Transportes e Comunicações serão usados instrumentos de coleta elaborados de modo que possam revelar as condições de aparelhamento e as atividades de intercâmbio no interior e com o exterior do País, exercidas pelos serviços de transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo, em qualquer de suas modalidades, assim como pelos serviços de comunicação postal, telegráfica, telefônica, radiotelegráfica e radiotelefônica.

Art. 15. No Censo dos Serviços serão inquiridos, por meio do instrumentos especiais de coleta, aspectos característicos e essenciais daquelas atividades que, por sua finalidade lucrativa, são assemelháveis à indústria e ao comércio, embora não constituam ramos industriais ou comerciais propriamente ditos.

Art. 16. Para o controle, pelos agentes recenseadores, da distribuição e recolhimento dos questionários, será adotada uma caderneta censitária, comum aos censos industrial, comercial, dos transportes e comunicações, e dos serviços.

Art. 17. No Censo Social, que investigará os aspectos da vida municipal relacionados com as condições físicas, culturais e morais da população, serão usados um questionário geral, para investigação desses aspectos, e questionários especiais, para indagações sobre a assistência médico-sanitária em geral, e em particular à maternidade, à infância, à invalidez e à velhice, sobre as instituições de beneficência

e previdência, as organizações trabalhistas, os estabelecimentos escolares e demais instituições dedicadas a atividades culturais.

Os Art. 19 a 21 tratavam da obrigação na prestação de informações, o Art. 4º considerava a decorrente garantia de sigilo, como segue:

> **Art.** 19. Ficam obrigados a receber, preencher e devolver os instrumentos de coleta, ou a prestar todas as declarações necessárias ao seu preenchimento: nos domicílios particulares - o chefe de família ou quem o representar; nos domicílios coletivos, como sejam, estabelecimentos militares, hotéis, hospedarias, estalagens, casas de pensão, ou de cômodos, hospitais, enfermarias, hospícios, casas de saúde, asilos, escolas, e quaisquer outros estabelecimentos habitados por coletividade - os respectivos comandantes, chefes, gerentes ou diretores; nos estabelecimentos agropecuários, industriais, comerciais, de atividades socioculturais, de transportes, serviços e congêneres - os proprietários, diretores, gerentes, inspetores, administradores, procuradores, encarregados de serviços pessoais ou coletivos, públicos ou particulares.
>
> Parágrafo Único. Cumpre ao informante assinar devidamente os questionários que lhe forem distribuídos, salvo nos casos em que não souber ou não puder escrever.
>
> **Art.** 20. Todo aquele que exercer função pública, civil ou militar, federal, estadual ou municipal, inclusive representação diplomática ou consular, fica obrigado, sob as penas previstas na lei penal, a prestar as informações e auxílios que lhe forem regularmente solicitados para fins censitários.
>
> **Art.** 21. Consideram-se regularmente solicitadas para fins censitários todas as informações :
>
> a) de que dependerem o oportuno e perfeito preenchimento dos instrumentos de coleta, ou a sua verificação, retificação, ou complementação;
>
> b) que deverem ser prestadas diretamente, quer a autoridades legalmente investidas de funções censitárias, quer a auxiliares destas, devidamente credenciados.
>
> Parágrafo Único. Todas as empresas e sociedades concessionárias de serviços, ou que gozarem favores dos poderes públicos, ficam obrigadas a prestar, alem da colaboração geral, representada pelo preenchimento oportuno e exato dos instrumentos de coleta, as informações e auxílios especiais que o Serviço Nacional de Recenseamento lhes solicitar, nos termos deste Regulamento, em proveito da operação censitária.
>
> **Art.** 4º Todas as informações que forem prestadas para qualquer dos censos ou dos inquéritos complementares, quer diretamente nos instrumentos de coleta, quer após o preenchimento dos mesmos, se destinam estrita e exclusivamente à elaboração estatística pelo Serviço nacional de Recenseamento[234].
>
> § 1º As informações censitárias, indistintamente :
>
> a) terão caráter confidencial inviolável, não podendo ser objeto de divulgação que as individualize, nem constituir prova contra o informante, salvo aos casos em que forem prestadas de má fé;
>
> b) não poderão ser vistas ou consultadas senão pelos empregados compromissados do Serviço Nacional de Recenseamento;

[234] Curiosamente, não é feita a ressalva dos cadastros, até então posta.

c) não serão franqueadas ao conhecimento ou simples exame de nenhuma outra repartição pública[235] ou organização particular; nem poderão servir a propósitos fiscais e policiais;

d) serão utilizadas exclusivamente no preparo de dados e indicadores estatísticos sobre a população, ou recursos e as atividades econômicas e sociais do País.

§ 2º O ato de aceitar designação para ou admissão aos serviços censitários implicará, por parte do designado ou admitido, qualquer que seja a sua categoria, em compromisso moral indeclinável de servir com zelo, lealdade e escrúpulo, cumprindo rigorosamente os seus deveres regulamentares, inclusive, e principalmente, o de guardar absoluto sigilo sobre as informações censitárias.

§ 3º Os empregados do Serviço Nacional de Recenseamento que violarem, ou tentarem violar o sigilo das ditas informações, não importa o motivo por que o façam, serão punidos com demissão sumária e sujeitos a processo criminal, na forma da lei.

A propósito da garantia do sigilo, dentre as várias inserções alusivas ao censo feitas na *Revista Brasileira de Estatística*, há um texto que merece reprodução:

Estamos no ano da quinta campanha censitária nacional, a mais extensa e profunda até agora verificada no Brasil. Seu objetivo é o arrolamento, o balanço estatístico dos aspectos demográfico, econômico e social da vida brasileira. Serviço nacional de supremo interesse público, é justo que todos, sem exceção de ninguém, colaborem, sincera e esforçadamente, em sua realização. Todo cidadão, que se achar em qualquer ponto do Brasil, em setembro próximo, deverá acolher de bom grado os questionários que os recenseadores lhes levarem, e preenchê-los, sem omissões, constrangimentos ou erros, sob o espírito da mais meticulosa verdade, de acordo com as respectivas instruções que acompanham os aludidos formulários.

Qualquer insuficiência ou fraude nas respostas solicitadas **importará em prejuízo para a coletividade brasileira.**

Desde o mais remoto e modesto trabalhador rural, até os expoentes máximos das classes preponderantes – a todos, indiscutivelmente, se impõe o preceito cívico, ou melhor, o dever de consciência – de se aterem tão-somente à verdade, prestando assim informações claras, exatas e precisas.

E ninguém se escuse a essa prestação de serviço ao Brasil – a essa obrigação de patriotismo lúcido – sob o pretexto escorregadio de que **nem todas as verdades se dizem**. No caso em apreço, tal desculpa revelará ausência de senso patriótico, de espírito de cooperação, de respeito de ditames da própria consciência, por parte de quem derivar por esse declive prejudicial e injustificável. Para o recenseamento nacional, impõe-se que todos se manifestem francamente, sem evasivas, sem temores, exprimindo as vozes reais da verdade.

E isso tanto mais se justifica e avulta quanto é certo que **o mais rigoroso sigilo**, SIGILO INVIOLÁVEL, protege os dados e esclarecimentos fornecidos ao Serviço Nacional de Recenseamento, através de seus delegados, disseminados por todo o território brasileiro. Tal obrigação constitui a chave principal que explica o bom êxito das campanhas censitárias nos países em que essas verificações, ou balanços de caráter geral, se realizam por determinação do governo, mas objetivando sempre servir, de modo seguro, os interesses gerais das coletividades recenseadas.

[235] Ao que tudo indica, mesmo aos demais órgãos do sistema estatístico era vedado acesso aos instrumentos censitários vindos de campo. Entretanto, não se olvide que os órgãos estaduais eram parte integrante do processo de trabalho de coleta, tendo, portando, acesso aos mesmos.

> Ninguém, portanto, exprimindo-se com plena lealdade nas respostas aos quesitos censitários, deverá preocupar-se com a hipótese de que venham a ser dadas outras aplicações – que não sejam estritamente as do recenseamento – às suas informações.
>
> Tal hipótese não ocorrerá sob nenhum fundamento, sejam quais forem os motivos invocados: – fiscais, policiais ou judiciários.
>
> Recolhidos os dados, individualmente prestados e reduzidos a índices numéricos pelo órgão central do Recenseamento, serão imediatamente incinerados todos os questionários, recebidos e apurados, não sendo lícito a ninguém – qualquer que seja sua autoridade ou função – se servir dos originais dos informes censitários para outros fins, que não – exclusivamente, os do Recenseamento.
>
> Achamos oportuno fazer estas declarações, desejosos de que elas cheguem ao conhecimento de todos, principalmente dos que alimentam quaisquer receios ou restrições, afim de que – desfeito o temos de comprometimentos futuros – possamos ter o que todo o Brasil reclama na hora atual: respostas positivas e completas para todos os *itens* dos seus questionários censitários, fornecidos pelos que devem e podem fazê-lo – os que, nos sítios longínquos, nos arraiais, nas povoações, nas cidades, no sertão, no litoral, no norte, no oeste, no sul, lhe povoam a vastidão territorial.
>
> Nada de receios ou de hesitações: todos forneçamos, imediata e limpamente, os esclarecimentos censitários que nos sejam pedidos, em tudo que estiver ao nosso alcance.
>
> Desse esforço comum, dessa colaboração coletiva e sincera, há de surgir, em breve tempo, o que todos aguardamos confiantemente: o conhecimento exato, **estatístico**, das riquezas e necessidades nacionais, em suma, numa forma concreta e categórica – o Brasil verdadeiro no seu tríplice aspecto basilar, o demográfico, o econômico e o social.
>
> Assim, portanto, quando, na hora próxima do recenseamento geral, o Brasil fizer a chamada de quantos se reúnem, sob a sua bandeira, formando a sua população, ninguém deixe, sob qualquer pretexto, de responder-lhe em resoluta energia: PRESENTE! (CARÁTER..., 1940, 189-190, grifo do autor).

A Comissão Censitária Nacional[236] teria como órgãos auxiliares as Comissões Censitárias Regionais e Municipais. A execução censitária competiria ao Serviço Nacional de Recenseamento, formado por uma Direção Central (com as divisões técnica, de publicidade, administrativa, de coordenação), por Delegacias Regionais (nas capitais das Unidades da Federação), por Delegacias Seccionais (cobrindo conjuntos de municípios), e por Delegacias Municipais (em cada município, ou grupo deles, se forem muito pequenos); as delegacias seriam instaladas em próprios públicos federais, estaduais e municipais. Haveria, ainda, um Consultor Técnico.

[236] Constituída e modificada pelos Decretos-Leis nº 237, de 2 de fevereiro de 1938, nº 796, de 19 de outubro de 1938, nº 1.127, de 28 de fevereiro de 1939 e nº 3.417, de 11 de julho de 1941. Instalada em 28 de maio de 1938, encerrando suas atividades em 11 de março de 1949.

Comissão Censitária Nacional:

Presidente: *José Carneiro Felipe*
Membros: *Elmano Cardim* e Padre *Leonel Franca*
Pelo Ministério da Agricultura: *Rafael Xavier e Cerqueira Lima*
Pelo Ministério da Educação e Saúde: *Teixeira de Freitas*
Pelo Ministério da Fazenda: *Leo d'Affonseca, João de Lourenço, Seroa da Mota*
Pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores: *Heitor Bracet*
Pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: *Costa Miranda*
Pelo Ministério da Viação e Obras Públicas: *Licínio de Almeida, Mário de Lacerda Gordilho, Moacyr Malheiros*
Pelo Serviço de Atuária do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio: *João Lira Madeira, Porto Carreiro*
Pelo Departamento de Imprensa e Propaganda: *Lourival Fontes*, Tte. Cel. *Antonio José Coelho dos Reis*, Cap. *Amilcar Dutra de Menezes*.
Pelo Conselho Nacional de Geografia: *Chistóvão Leite de Castro*
Pelo Ministério das Relações Exteriores: *Luiz Felipe do Rego Rangel, Landulfo Antonio Borges da Fonseca, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Carlos Alberto Gonçalves*
Pelo Ministério da Guerra: Cap. *José Correia de Melo*, Maj. *Iraci Ferreira de Castro*, Maj. *José Luiz Guedes*, Tte. Cel. *Frederico Augusto Rondon*.
Pelo Ministério da Marinha: Cap. Corv. *Manoel Pinto Ribeiro Espíndola*
Pelo Ministério da Aeronáutica[237]: Tte. Cel. Aviador *Plínio Raulino de Oliveira*, Cel. Aviador *Lísias Augusto Rodrigues*.
Consultor Técnico: *Giorgio Mortara*
Secretário: *Alexander de Morais, Alvim Pessoa, Maria do Carmo Lahmeyer Monteiro*

A divisão estatística do território, os setores censitários, era feita pela primeira vez, o que é essencial à qualidade da operação. Antes, sempre se tentara revelar as divisões existentes no território (administrativa, judiciária, religiosa, militar), e se elegia alguma na operação censitária; dessa forma, à falta da divisão estatística, realizava-se o trabalho de coleta sem maiores controles, transferindo-o à alçada local, na expectativa (incontrolável) de que os coletores escolhidos, por serem dos locais, saberiam percorrê-los inteiramente e sem duplicidade. Agora, com os setores censitários, podia-se alocar pessoas sob regras claras, e prévias; o trabalho ganhava controle, e segurança.

> **Art.** 45. A divisão do território nacional em setores censitários deverá ser feita por linhas nitidamente descritas e facilmente identificáveis no terreno, evitada qualquer possibilidade de coleta em duplicata ou de conflito de jurisdição.
>
> § 1º Nenhum setor censitário abrangerá território de mais de um distrito, nem, igualmente, de mais de uma das subdivisões distritais previstas nos artigos 2º, 11, 12 e 14 da Lei nº. 311, de 2 de março de 1938, a saber:
>
> a) os "subdistritos";
>
> b) as "zonas" judiciário-administrativas;

[237] O Ministério da Aeronáutica foi criado em 20 de janeiro de 1941, portanto não fazia parte da Comissão Censitária em seu início.

c) os perímetros ou “quadros” urbanos, suburbanos e rurais

§ 2º Esta disposição, todavia, não impedirá que, havendo conveniência, o mesmo recenseador se incumba de dois ou mais setores compreendidos em perímetros, zonas, subdistritos, distritos, ou mesmo municípios diferentes.

§ 3º Para o efeito da delimitação dos setores censitários nas faixas fronteiriças entre as circunscrições política da Federação, afim de evitar qualquer exceção ao princípio de unidade de coleta censitária estabelecendo neste artigo, prevalecerão as seguintes normais :

I) Em cada Delegacia Regional, os setores censitários fronteiriços terão seus limites exteriores rigorosamente coincidentes com os que, para a respectiva Unidade Política, decorrerem do disposto no art. 184, da Constituição da República.

II) Esses limites serão identificados com base nas seguinte fontes :

a) a descrição sistemática dos limites do Brasil e das suas Unidades Políticas, efetuada, em 1930, pela antiga Diretoria Geral de Estatística e reeditada no Anuário Estatístico de 1938 e respectivas Sinopses Regionais;

b) as retificações oferecidas fundamentadamente a esse trabalho e até a presente data não contestadas por parte das Unidades vizinhas co-interessadas;

c) as descrições de linhas divisórias constantes de atos ou acordos legais que houverem resolvido questões de limites interestaduais posteriormente a 1930;

d) as especificações mais precisas, quando coerentes entre si, das leis regionais de divisão territorial referentes ao quadro qüinqüenal ora em vigor.

III) Quando, porém, em virtude do despovoamento da região ou da sua insuficiente caracterização, ou ainda de antigo litígio territorial, se houver verificado jurisdição efetiva de um Estado além da linha identificável segundo o critério estabelecido no item precedente, prevalecerá a divisa considerada em vigor pelo Estado que houver ampliado sua ocupação, uma vez que esse limite, como tal, não for contestado pelo Estado vizinho.

IV) No caso contrário, prevalecerá, a linha que este último fundamentadamente atribuir à sua própria jurisdição, desde que dita linha lhe seja inferior ao limite que constar da descrição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

V) Ocorrendo ainda todavia, contestação do limite adotado de acordo com as presentes normas, a autoridade censitária cuja jurisdição for afetada, providenciará para que a área de jurisdição duvidosa seja recenseada em separado, de maneira que os dados censitários a ela referentes possam ser atribuídos em definitivo ao Estado competente, uma vez demarcada a linha de ocupação nos termos do § 2º do art. 184 da Constituição.

§ 4º Para a boa execução do disposto neste artigo o Serviço Nacional de Recenseamento, com o concurso do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, organizará e publicará no menor prazo possível, como trabalho preparatório da operação censitária, a descrição sistemática, devidamente anotada e com ilustrações cartográficas dos limites de jurisdição das suas Delegacias Regionais.

§ 5º Enquanto não forem resolvidos na forma da Constituição os casos ainda duvidosos sobre a efetiva jurisdição das Unidades Políticas, todos os cômputos censitários e demais trabalhos estatísticos e geográficos a cargo dos diferentes órgãos do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística serão levantadas e divulgados de acordo com a sistematização provisória de limites, a que se refere o parágrafo anterior.

Como antes fora previsto, a divulgação dos resultados seria feita em duas séries de volumes: uma nacional e outra regional, "incluindo, para cada censo, uma exposição analítica comparativa graficamente ilustrada" (Art. 63). Em cada série haveria um volume introdutório, "formado de monografias especializadas sobre os aspectos fundamentais da vida nacional, ou da vida regional e municipal" (Art. 65). Ao final dos trabalhos, o arquivo do Serviço Nacional de Recenseamento passaria ao controle do Instituto, "que o poderá destruir, no todo ou em parte, constituindo-se responsável pelo caráter confidencial dos documentos que, julgados úteis às suas atividades, lhe parecer conveniente conservar" (Art. 94).

As legislações censitárias de 1950

Quanto ao Censo de 1950, em 13 de julho de 1948, pela Resolução nº 361, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatístic, deu início às discussões. Daí, recuperada a democracia, já sob a nova Constituição da República, promulgada em 18 de setembro de 1946, o Congresso aprecia e aprova a Lei nº 651, de 13 de março de 1949, sancionado pelo Presidente *Eurico Gaspar Dutra*, atribuindo ao Governo Federal a iniciativa de realização do recenseamento[238]. Eis alguns trechos da exposição de motivos enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional[239]:

> A Constituição de 1946, ao contrário das precedentes, não faz nenhuma referência expressa à competência exclusiva da União para realizar os recenseamentos gerais, nem determina que o Governo Federal execute as operações necessárias àquele fim nos anos de milésimo zero. Mesmo sem considerar, porém, que continuam em vigor os dispositivos da Constituição de 1937 referentes ao assunto – por isso mesmo que, segundo Pontes de Miranda, os dispositivos das Constituições substituídos por outros que não forem com estas incompatíveis, continuam a produzir efeito, com força de lei ordinária –, cabe reconhecer a existência, na atual Carta Política do País, de elementos que levam a concluir pela obrigatoriedade da ação da União, relativamente aos recenseamentos gerais.
>
> O número de Deputados, em cada legislatura, será fixado, por lei, nos termos do Artigo 58 da Constituição, em proporção ao número de habitantes de cada Unidade Federada. Assim sendo, é imprescindível a realização do censo demográfico, pelo menos de 10 em 10 anos, visto como as estimativas populacionais se tornam precárias, à medida que cresce o intervalo entre o ano a que se refere o cálculo e aquele em que foi efetivamente levantado, mediante coleta direta, o número de habitantes. [...] Deixar, por outro lado, à iniciativa das Unidades da Federação a execução dos levantamentos censitários, seria prática desaconselhável, não somente sob o ponto de vista técnico e administrativo – falta de uniformidade nos processos, gastos desnecessários, etc. – como ainda, e principalmente, sob o aspecto político, pois ficaria a organização de importante parte do Poder Legislativo da Nação na dependência da ação dos Governos regionais. Há que considerar, outrossim, neste particular, a circunstância de que nem todas as Unidades Federadas talvez possam realizar, por motivos de ordem financeira ou mesmo pela ausência de pessoal especializado, operação de tal magnitude, como é um recenseamento de população (BASE ..., p. 167, 1951, grifo nosso).

[238] Seu anteprojeto foi redigido no segundo semestre de 1948 pela Comissão de Planejamento Censitário. Manteve os dispositivos básicos do Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, já comentado; o mesmo que oferecia um guarda-chuva de princípios à atividade censitária.

[239] Apoiada em minuciosa exposição de motivos de Macedo Soares (SEXTO..., 1947).



Membros da Junta Executiva Central do CNG reunida com inspetores dos estados, tratando do Censo de 1950.

Em 1940 sete foram os censos: demográfico, agrícola, industrial, comercial, transportes e comunicações, serviços e social (afora inquéritos específicos). Em 1950, pela Lei nº 651, de 13 de março de 1949, cinco seriam censos: demográfico, agrícola, industrial, comercial e serviços, afora inquéritos e levantamentos complementares que forem julgados necessários (Art. 1º, § 1º); o objeto, a extensão e a profundidade de cada censo, e as unidades censitárias e suas características serão determinados em regulamento específico (Art. 1º, § 2º); seriam observadas no regulamento, "dentro dos limites aconselhados pela experiência brasileira, as recomendações baixadas pelo Instituto Interamericano de Estatística, relativamente ao Censo das Américas de 1950" (Art. 4º, § 1º); os primeiros resultados deveriam ser divulgados em "até dois anos, no máximo, da data da execução do levantamento" (Art. 4º, § 2º).

Quanto à Comissão Censitária Nacional, suas atribuições seriam exercidas pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, no que diferia do Censo de 1940; mas, como antes, haveria um Serviço Nacional de Recenseamento, só que, agora, seria dirigido (em acumulação) pelo Secretário-Geral do Instituto (Art. 2º). Eram abertos créditos no montante de Cr$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros).

Logo depois, o regulamento censitário é baixado pelo Decreto nº 26.914, de 20 de julho de 1949. Com 36 artigos, tem duas seções: I. Das normas Gerais (1. Dos censos e inquéritos; 2. Dos instrumentos de coleta; 3. Do sigilo das informações; 4. Da obrigatoriedade das informações; 5. Das infrações e penalidades), II. Da execução do recenseamento (1. Dos órgãos responsáveis e suas atribuições gerais; 2. Do pessoal censitário; 3. Das disposições gerais).

Uma longa discussão precedeu a escolha das datas de referência dos diferentes censos de 1950 (A DATA..., 1952). Em 1872, usou-se 1º de agosto; em 1890 e em 1900, usou-se 31 de dezembro; em 1920 e em 1940, usou-se 1º de setembro. Em 1950 seriam usadas várias datas, conforme o Art. 3º daquele decreto:

> Art. 3º Ressalvados os casos expressos em que as informações devem reportar-se ao ano de 1949, as datas de referência dos Censos serão as seguintes: 1º de janeiro para os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços; 1º de julho para os Censos Demográfico e Agrícola.[240]

[240] O Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, neste aspecto, foi contrariado, porquanto previa sempre a data de 1º de setembro.

De pronto, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, pela Resolução nº 327, de 11 de maio de 1949, aprovou o projeto de regulamento do VI Recenseamento Geral do Brasil, que daria origem ao Decreto n° 26.914, de 20 de julho de 1949, com a seguinte estrutura: I. Das normas gerais (1. Dos censos e inquéritos; 2. Dos instrumentos de coleta; 3. Do sigilo das informações; 4. Da obrigatoriedade das informações; 5. Das infrações e penalidades); II. Da execução do recenseamento (1. Dos órgãos responsáveis e suas atribuições gerais; 2. Do pessoal censitário; 3. Das disposições gerais). Vejamos os conteúdos básicos dos censos:

> Art. 4º No Censo Demográfico, serão usados três instrumentos fundamentais: [o boletim de família], o boletim individual e a lista de domicílio coletivo.
>
> § 1º Relativamente a cada indivíduo se indagará, no que lhe for aplicável: prenome; sexo, idade; condição no domicílio; se se acha presente no domicílio, ou ausente do mesmo, eventual ou temporariamente; cor[241]; estado civil[242]; número de filhos havidos; naturalidade e nacionalidade; língua; religião[243]; instrução; ocupação.
>
> § 2º Relativamente a cada domicílio se indagará: localização; condições de ocupação; aluguel mensal; número de peças; condições de higiene.
>
> § 3º Serão recenseados em cada domicílio, além de todos os indivíduos, seus moradores ou não, que nele passarem a noite de 30 de junho, os residentes efetivos ausentes na referida noite.
>
> § 4º Serão igualmente recenseadas, em cada domicílio, as crianças cujo nascimento ocorrer durante a noite de 30 de junho.
>
> § 5º Não serão recenseadas as pessoas (inclusive os recém-nascidos), que falecerem durante o curso da referida noite.
>
> § 6º As informações relativas aos brasileiros pertencentes ao corpo diplomático ou consular e às forças armadas, quando em serviço no estrangeiro, serão coletadas por intermédio das autoridades competentes, segundo instruções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que solicitará, para esse fim, a cooperação do Ministério das Relações Exteriores.
>
> Art. 5º No Censo Agrícola serão usados: um questionário geral, destinado aos estabelecimentos de exploração agrícola, pastoril ou mista, e tantos questionários especiais quantos necessários à investigação das atividades complementares da exploração rural.
>
> Parágrafo único. Conforme a modalidade da exploração do estabelecimento, os instrumentos de coleta do Censo Agrícola investigarão os aspectos seguintes, referidas as informações ao ano de 1949, quando for o caso: característicos do imóvel rural e do responsável pela exploração; área, segundo a utilização; valor da propriedade, discriminadamente quanto às terras, benfeitorias, maquinaria, veículos e animais; pessoal permanente e temporário; número das principais máquinas agrí-

[241] Brancos, pretos, amarelos e pardos (neste último, incluídos os índios e os que se declararem mulatos, caboclos, cafusos, etc).

[242] Solteiros, casados, desquitados e divorciados, e viúvos. “Em relação ao estado conjugal dos casados considerou-se, além do vínculo jurídico, a sua constituição mediante matrimônio exclusivamente religioso. Não foram consideradas as uniões livres”, segundo as instruções.

[243] Católicos romanos, protestantes, espíritas, budistas, israelitas, ortodoxos, maometanos, bem assim, “outras religiões” e “sem religião”.

colas e maquinismos em geral; material agrícola e principais viaturas; despesas de custeio e exploração; efetivos pecuários, em relação à diferentes espécies de gado; avicultura, apicultura e sericicultura; plantações; produção agrícola; atividades complementares da agricultura, compreendendo os ramos agrícola, extrativo e animal, com discriminação dos produtos transformados e dos não transformados.[244]

Art. 6º No Censo Industrial serão usados: um questionário geral e tantos questionários especiais quantos necessários, destinados a indagações sobre a constituição e atividades das empresas e estabelecimentos industriais.

§ 1º O questionário geral indagará:

a) relativamente a cada empresa: tipo econômico; constituição jurídica; ramos explorados; participação dos sócios na realização do capital;

b) relativamente a cada estabelecimento: características gerais,; força motriz; e, referidas as informações ao ano de 1949: volume e valor das matérias-primas; material de acondicionamento; energia elétrica, combustível e lubrificantes consumidos; volume e valor da produção; duração do trabalho; vendas e estoque dos produtos;

c) relativamente à empresa e ao estabelecimento, discriminadamente: as característica que lhes são comuns, tais como: capitais aplicados; composição da administração e do pessoal empregado; despesas principais decorrentes da exploração, destacadas as correspondentes aos salários e vencimentos pagos.

§ 2º Os questionários especiais conterão, além dos elementos sumariados no parágrafo anterior, quesitos adicionais, variáveis em número e teor, segundo as características técnicas dos ramos da indústria a que forem destinados.

Art. 7º No Censo Comercial serão usados, para indagações sobre a constituição e atividades das empresas e estabelecimentos, um questionário geral, destinado ao comércio de mercadoria, e tantos questionários especiais quantos necessários para o comércio de imóveis e títulos, instituições de crédito, seguro e capitalização, e atividades auxiliares do comércio.

§ 1º O questionário geral indagará:

a) relativamente a cada empresa: tipo econômico; constituição jurídica; classe de comércio; ramos explorados; participação dos sócios na realização do capital;

b) relativamente a cada estabelecimento: características gerais; e, referidas as informações ao ano de 1949: valor das mercadorias compradas e vendidas, segundo a modalidade da operação e a procedência e destino das mercadorias; montante dos capitais aplicados; composição da administração e do pessoal empregado; despesas principais decorrentes da exploração, destacadas as correspondente a salários e vencimentos pagos.

§ 2º Os questionários especiais conterão, além dos elementos sumariados no parágrafo precedente e que lhes forem aplicáveis, quesitos adicionais, variáveis em número e teor, segundo as características dos ramos de comércio ou de atividade a que forem destinados e a natureza das respectivas transações.

Art. 8º No Censo dos Serviços serão inquiridos, por meio de instrumentos especiais de coleta, aspectos característicos e essenciais daquelas atividades que, por sua finalidade lucrativa, são assemelháveis à indústria e ao comércio, embora não constituam ramos industriais ou comerciais propriamente ditos.

[244] Na verdade, apenas a produção e afins estaria referido ao ano de 1949, as demais variáveis estariam referidas a 1º de julho, data de referência no Censo de 1950.

> Art. 9º Além dos instrumentos gerais e especiais de coleta, aprovados pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, serão utilizados formulários e impressos auxiliares para fins de arrolamento, controle, suplementação ou resumo das informações.

O Art. 11 tratava da obrigação na prestação de informações, o Art. 10 considerava a decorrente garantia de sigilo, como segue:

> Art. 11 Os indivíduos civilmente capazes, domiciliados, residentes ou em trânsito no Território Nacional, bem como os brasileiros ausentes no estrangeiro e as pessoas jurídicas estabelecida ou representadas no País, são obrigadas aprestar as declarações que lhes forem solicitadas, para fins do Recenseamento, incorrendo nas penas discriminadas neste Regulamento, em caso de recusa, silêncio, sonegação, falsidade ou em prego de termos evasivos ou irreverentes.
>
> § 1º De modo geral são obrigados a receber os instrumentos de coleta e devolvê-los devidamente preenchidos:
>
> a) nos domicílios particulares: o chefe da família ou quem o representar;
>
> b)nos domicílios coletivos (estabelecimentos militares, embarcações, hotéis, hospedarias, estalagens, casas de pensão ou de cômodos, hospitais, enfermarias, hospícios, casa de saúde, asilos, escolas e demais estabelecimentos e instituições assemelháveis), os respectivos comandantes, chefes, diretores ou responsáveis;
>
> c)nos estabelecimentos agropecuários, industriais comerciais, de serviços pessoas ou coletivos,. E congêneres: os proprietários, diretores, gerentes, inspetores, administradores, procuradores e encarregados.
>
> § 2º O informante deve assinar os questionários que lhe forem distribuídos e que houver de preencher ou fazer preencher.
>
> § 3º Quando o informante não souber ou não puder assinar, outra pessoa poderá fazê-lo a seu rogo, caso que será ressalvado pelo preposto ou pelo recenseador.
>
> § 4º Ao recenseador cabe a obrigação de prestar ao informante os esclarecimentos necessários ao preenchimento dos formulários, ou efetuar o referido preenchimento, segundo as instruções que forem baixadas.
>
> Art. 10 Nos termos da legislação em vigor, as informações prestadas para qualquer dos Censos ou inquéritos complementares se destinam exclusivamente a elaboração censitária e, por isso:
>
> a) terão caráter confidencial e inviolável, não podendo ser objeto de divulgação que as individualize ou identifique, ressalvadas as que se destinarem expressamente a fins de cadastro;
>
> b) serão utilizadas exclusivamente no preparo de séries estatística e de indicadores sobre a população, recursos e atividades econômicas e sociais do País;
>
> c) não constituirão prova contra o informante, salvo o caso de aplicação de penalidades previstas neste Regulamento;
>
> d) não poderão ser vistas ou consultadas pelo pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento[245];

[245] Este ponto não parece ter sentido, já que o pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento teria que, necessariamente, manusear os questionários, tendo assim acesso às informações individuais; a restrição de consulta, então, só tem sentido se vista como algo fora desta tarefa.

> e) não serão franqueadas ao conhecimento ou exame de nenhuma outra repartição pública, entidade autárquica ou organização particular, nem poderão servir a objetivos fiscais ou policiais.
>
> Parágrafo único. O servidor responsável pela violação ou tentativa de violação do sigilo das informações será punido com demissão sumária e ficará sujeito a processo criminal, na forma da lei.

Logo depois, pela Resolução nº 329, de 27 de julho de 1949, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovou o regimento ao Serviço Nacional de Recenseamento: I. Da finalidade; II. Da organização; III. Da competência dos órgãos (1. Da divisão técnica; 2. Da divisão administrativa); IV. Das atribuições do pessoal (1. Do Secretário-Geral; 2. Dos diretores de divisão; 3. Dos chefes de subdivisão; 4. Dos Chefes de seção e demais supervisores; 5. Dos servidores em geral); V. Do horário; VI. Das substituições eventuais; VII. Das disposições gerais.

Na divisão técnica existiam as seguintes subdivisões: do Censo Demográfico (com as seções de crítica, de codificação, de revisão, de sistematização); dos Censos Econômicos (com as seções do Censo Agrícola, do Censo Comercial, do Censo Industrial, do Censo dos Serviços); de Apuração Mecânica (com as seções de controle, de perfuração e conferência, de classificação e apuração, de propaganda); de Propaganda. Na divisão administrativa havia as seções de comunicações, de pessoal, de material, de orçamento e contabilidade, e a pagadoria.

Censo das Américas (1950), e os organismos internacionais

Em 1947, na exposição de motivos enviada ao Presidente da República, *Eurico Gaspar Dutra*, *Macedo Soares* alude ao Censo das Américas, ou Censo Continental, usando-o na defesa da realização do recenseamento. À época, como visto antes, foi preciso garantir ao Governo Federal a iniciativa de fazer o censo geral, já que a nova Constituição da República não lhe dava esta atribuição explicitamente. Nesse sentido, haver um compromisso internacional ajudava bastante, e *Macedo Soares* o trouxe:

> O Instituto Interamericano de Estatística, ao qual o Brasil deu adesão, está empenhado em efetuar, em 1950, o Censo das Américas. De acordo com o programa concertado, cada uma das nações americanas empenhadas nessa obra executará o seu próprio recenseamento e determinará os aspectos gerais que deverão ser abrangidos, segundo as próprias necessidades e recursos, convindo todas, porém, no uso de certas normas básicas mínimas[246], no tocante a questionários, definições e publicação dos resultados, com o fim de possibilitar a precisa comparação dos respectivos algarismos. Para os censos demográficos, domiciliares e econômicos, tais normas vêm sendo ficadas sob os auspícios do Instituto Interamericano de Estatística, estando as da estatística agrícola a cargo da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). Vigora entre essas duas entidades um acordo de cooperação, no sentido de unificarem esforços no tocante à estatística agrícola, que figura entre os objetivos, tanto do Censo Agrícola Mundial, quando dos Censo das Américas de 1950.
>
> [...]

[246] A Resolução nº 279, de 7 de agosto de 1947, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, registrou as reflexões da Sociedade Brasileira de Estatística sobre "as sugestões mínimas para o Censo Continental de 1950".



Setor de codificação do Censo Demográfico, [s.d.].

> Na primeira Sessão do Comitê do Censo das Américas, órgão específico instituído no Instituto Interamericano de Estatística, a qual se verificou em Washington em setembro de 1947, e teve o comparecimento dos delegados brasileiros, foram aprovadas dezesseis resoluções, da mais alta importância para o bom êxito da operação. Da série de entendimentos e pronunciamentos internacionais, resulta evidente, assim, o interesse despertado, em todo o Continente e em outras partes do mundo, pelo Censo das Américas, do qual o censo brasileiro de 1950 será parte importante, quer pela grande parcela territorial que representamos, quer pelo nosso efetivo demográfico e o desenvolvimento atual das nossas atividades econômicas quer ainda, e, quiçá, principalmente, pelo fato e já dispormos de um aparelhamento estatístico bastante eficiente, e de uma experiência censitária das mais consolidadas na parte sul do Hemisfério. O trabalho brasileiro será e grande utilidade aos fins do IASI, servindo de modelo ao preparo e realização da operação em outras repúblicas da América menos aparelhadas ou afeitas aos serviços dessa natureza. (SEXTO..., 1947, p. 726).

O Instituto Interamericano de Estatística, que propusera essa iniciativa[247], fora criado quando da reunião do Instituto Internacional de Estatística realizada em maio de 1940, em Washington. Elaborados os estatutos, em agosto de 1940 foi eleita, por troca de cartas, sua primeira diretoria, assim constituída: Presidente *Teixeira de Freitas*; Vice-presidentes *Stuart A. Rice*, *Carlos E. Dieulefait* e *Ramon Beteta*, dos Estados Unidos, da Argentina e do México; Tesoureiro *R. H. Coats*, do Canadá. Como Secretário Geral ficou *Halbert L. Dunn*, dos Estados Unidos. Além de *Teixeira de Freitas*, quatro outros brasileiros foram fundadores: *Giorgio Mortara*, consultor da Comissão Censitária Nacional; *J. P. Fontenelle*, chefe do Serviço de Epidemiologia do Departamento Nacional de Saúde; *Jorge Kingston*, professor de estatística da Universidade do Brasil; *A. R. de Cerqueira Lima*, diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura.

[247] Desde muito cedo, o Instituto Interamericano de Estatística bateu-se pelo Censo das Américas, medida apoiada em março de 1947 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, secundando deliberação da Comissão de Estatística. A Comissão de Estatística das Nações Unidas realizou sua primeira sessão em Nova Iorque entre 1 a 15 de maio de 1946 (fora criada em Londres, em fevereiro daquele ano). Teixeira de Freitas fez parte do seu núcleo dirigente fundador (RICE, 1947).

Começando a funcionar, o Instituto Interamericano de Estatística formou diversos comitês temáticos, com técnicos dos vários países. E promoveu, com o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, intercâmbio científico, técnico e cultural das instituições estatísticas nacionais com diferentes instituições estatísticas estadunidenses. A Resolução nº 405, de 22 de julho de 1948, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, pôs nos Anais do IBGE algumas das "históricas deliberações" do Instituto Interamericano de Estatística, "cujo elevado alcance para o desenvolvimento da estatística americana é aqui reconhecido".[248]

A primeira reunião, com mais ausências que presenças, ocorreu em 1942, na cidade de Charlottesville, no Estado da Virgínia, nos Estados Unidos; o próprio Presidente *Teixeira de Freitas* esteve ausente; em janeiro de 1946 seguiu-se a segunda reunião, realizada no Rio de Janeiro, com visitas longas a vários órgãos de estatística e a diversos ministros, com destaque ao Ministro das Relações Exteriores, *Leão Veloso*. Em São Paulo, o presidente *Macedo Soares*, na função de Interventor Federal, os recebeu em almoço solene no Palácio dos Campos Elísios. Todo o tempo, foram muitos os discursos, alguns de grande conteúdo (INSTITUTO..., 1946).

Não temos medida de sucesso do Censo das Américas, ou Censo Continental; não terá sido grande, no todo dos países das Américas[249]. No caso do Brasil, terá ajudado bastante na feitura do Censo Geral de 1950, seja no sentido político, fortalecendo os argumentos por sua realização, seja no sentido técnico, fortalecendo um intercâmbio de experiências e conhecimentos. E terá ajudado na formação do quadro de pessoal, com reflexos nos futuros censos, bem assim, na atividade estatística.

A atividade censitária

Passados 20 anos do Censo de 1920, com perdas de história e memória, sem ter-se fixado uma tradição censitária, fazer o Censo de 1940 exigiu quatro ordens de trabalho, mais ou menos ao mesmo tempo: 1) planejamento dos instrumentos de registros em campo; 2) organização dos cadastros (de prédios e de empresas); 3) zoneamento estatístico do território (os setores censitários)[250]; 4) formação do ambiente favorável à execução censitária[251]. Dez anos depois, a prática adquirida foi utilizada, com proveito, na feitura do Censo de 1950, quando, vendo de agora, iniciou-se a tradição censitária da decenalidade.

[248] Um ano antes, pela Resolução nº 274, de 17 de julho de 1947, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, na linha dos debates havidos naquele Instituto, tratara do "fornecimento de informações estatísticas a entidade de âmbito internacional" (ainda um tema atual).

[249] Na época debateu-se muitíssimo o uso da amostragem como parte simultânea do trabalho censitário, a aplicabilidade da amostragem a exigências censitárias; sem que tenha havido aplicação (FRIAS, 1950).

[250] Tornou-se possível a criação dos setores censitários graças ao ordenamento do território promovido pelo Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938.

[251] Criou-se técnicas de execução e de operações, por exemplo, "expedição e distribuição do material a ser utilizado, preenchimento dos instrumentos de registro, recolhimento e crítica inicial dos instrumentos preenchidos, devolução do material ao órgão central de elaboração" (MORAIS, 1943, p. 263).



Setor de perfuração de cartões na apuração do Censo de 1940.

A estruturação dos questionários (instrumentos de registros em campo), com seus conteúdos e suas formas, é sempre bastante controversa. Os usuários querem muito, e mais, sem preocupar-se com a complexidade da operação em campo. Os produtores, ao contrário, preocupam-se exatamente com isso, e defendem uma operação simples, de preferência sem maiores mudanças da vivência passada. À época não havia maiores diálogos com usuários, mas nem por isso evitavam-se as controvérsias, que acabavam surgindo entre os produtores, entre os mais ambiciosos, ou menos experientes, e os menos ambiciosos, ou mais experientes.

> Uma questão muito controvertida, não só entre os nossos técnicos, como nos meios de simples aficionados da estatística, é a que se refere ao teor dos inquéritos tanto em extensão, como em profundidade, e à maneira de organizar os questionários para que se possa esperar, da parte dos eventuais informantes, no preenchimento dos instrumentos de coleta, uma cooperação eficiente.
>
> As opiniões se dividem entre os que recomendam a redução ao mínimo dos quesitos a serem formulados e os que julgam que os órgãos de investigação numérica não devem prejudicar o rendimento das pesquisas, deixando de aflorar todos os aspectos essenciais de que depende o conhecimento mais amplo possível dos problemas que a indagação estatística pretende esclarecer.
>
> Os partidários da simplificação fundam-se na premissa do nível inferior de cultura da grande maioria dos virtuais informantes, para chegarem à conclusão de que só se deve indagar o que, com mínimo esforço intelectual, podem responder declarantes tidos como pouco letrados. Os apologistas do crescente enriquecimento dos nossos repositórios estatísticos, negando maior procedência àquela razão de ordem psicológica, admitem que a complexidade dos inquéritos deve acompanhar, incrementando-se, o gradual aperfeiçoamento da mentalidade do povo e das autoridades. Assumem essa atitude baseados na convicção de que tal aperfeiçoamento já existe, seja por efeito da obra escolar, seja como conseqüência da evolução geral da vida civilizada, suposto que as repercussões do progresso não deixem de alcançar, com maior ou menor intensidade, todas as camadas sociais nas comunidades que ultrapassaram o estádio da completa barbaria (PESSOA, 1943, p. 445, grifo nosso).

Por exemplo, o Boletim de Família adotado no Demográfico foi considerado demasiado complexo. Além dos quesitos tradicionais, decidiu-se investigar a filiação a sindicatos, a associação a previdência individual e social, aspectos da fecundidade (bio-estatística), da remuneração dos trabalhadores (indireta e direta), das condições de trabalho, entre outros. Eis uma defesa do realizado:

> Contém o aludido boletim 45 quesitos, compreendendo não só os que versam aspectos demográficos essenciais, previstos em todos os recenseamentos da população, segundo os processos recomendados pelos Congressos Internacionais e consagrados pela experiência dos povos adiantados, como ainda os que visam obter informações de palpitante interesse, relacionadas com os problemas sociais mais recentes ou com a segurança da própria comunidade nacional.
>
> Não se pode compreender que um censo da população, realizado cerca de setenta anos após a criação do primeiro órgão de racionalização da estatística brasileira, deixasse de formular os quesitos clássicos relativos ao sexo, à idade, ao estado civil, à nacionalidade, à religião, à instrução, às profissões e aos defeitos físicos, nem, por outro lado, que esses quesitos fossem apresentados de modo a sacrificar, reincidindo em erros do passado, o valor das respostas esperadas à preocupação de poupar papel, ou de não exigir dos informantes algum esforço no cumprimento do dever (PESSOA, 1943, p. 447, grifo nosso).

O zoneamento estatístico do território, "em áreas parcelares, suficientemente reduzidas e precisamente definidas, no âmbito de cada uma das quais o encargo de promover a obtenção de informes possa ser afeto a um único agente recenseador, acumulando ou não registros de mais de um censo" (MORAIS, 1943, p. 263), promoveu uma revolução estatística. Só então tornou-se possível controlar o trabalho de campo, sabendo-se atribuir tarefas aos agentes de campo; soube-se, desde então, dizer onde eles deviam trabalhar, e como deviam fazê-lo.

Quanto à criação do ambiente favorável, promoveu-se duas modalidades de propaganda: "propaganda subjetiva ou de formação, de finalidade psicológica, visando a despertar a confiança e o entusiasmo do informante, como elemento passivo das indagações; e propaganda objetiva ou de execução, de finalidade instrutiva, destinada a assegurar a habilitação e a compreensão do declarante, como parte ativa do empreendimento" (MORAIS, 1943, p. 263).

Posteriormente, ao tempo da apuração[252], com planos de *Mortara*, contou-se com diversas classificações previamente elaboradas (de profissões, de atividades, e outras), para a codificação dos questionários. A tarefa era difícil, e lenta, mas aqueles homens notáveis atuavam com denodo, sem nenhum descanso. Além disso "quando começaram a ser disponíveis os resultados das apurações, *Carneiro Felippe* dedicou-se a examiná-los não só com a satisfação do organizador, mas também com o espírito crítico do cientista" (MORTARA, 1951, p. 56). A propósito da qualidade dos resultados muito se deveu a *Carneiro Felippe*, a quem *Mortara* atribuía uma "competência enciclopédica", e de quem dizia ter uma "vontade inflexível, que vencia a fraqueza

[252] Em agosto de 1951, no contexto do Seminário de Apuração Mecânica levado a efeito pela FAO e pelo IBGE, no Rio de Janeiro, e já em face do Censo de 1950, Waldecir Freire Lopes, proferiu palestra valiosa sobre o tema (LOPES, 1955).



Partida do material censitário para Goiás, 31 de maio de 1950.

do corpo, exausto pelo trabalho excessivo e pelas doenças desprezadas"[253], e mais, ter uma "rapidez de percepção e de ação, que contribuía para elevar o rendimento da sua atividade" (MORTARA, 1951, p. 57). Por fim, informa *Mortara* (1951, p. 58-59):

> Extinto, no fim de 1948, o Serviço Nacional de Recenseamento de 1940, Carneiro Felippe renunciou ao honroso posto de Diretor de um dos Serviços estatísticos nacionais, que o Governo da República lhe oferecera, preferindo voltar para as pesquisas científicas no Instituto Oswaldo Cruz, de que fora antes de 1939 um dos mais ativos e eficientes colaboradores. Mas de fato continuou ainda, por dois anos, a orientar o trabalho de preparação da publicação dos resultados pormenorizados do Recenseamento, dando a essa atividade expontânea e desinteressada o fervor usual.
>
> Ao corpo, debilitado pelo extenuante esforço que o espírito dominador lhe impusera, faltou afinal capacidade para suportar novas fadigas. O amigo fiel, e chefe respeitado, o companheiro de anseios e de ideais nos deixou. Cumpre aos que tiveram a sorte de colaborar com ele, especialmente aos moços que ainda têm diante de si amplas possibilidades de servir à pátria, serem dignos do mestre e perpetuarem a nobre tradição que Carneiro Felippe criou, com o mesmo espírito com que ele a animou.

A divulgação dos resultados censitários

Em 1941, *Macedo Soares*, em discurso pelos cinco anos do IBGE, exalta os membros da Comissão Censitária Nacional, "onde os nossos especialistas têm recebido o conselho sábio e a ajuda esclarecida do Dr. Elmano Cardim[254], diretor do Jor-

[253] "Aos que colaboravam com ele, essa energia, sempre vigilante, mas aplicada sem ostentação, e quase disfarçada pela grande cortesia do trato, tornara-se tão familiar, que amiúde passava despercebida, assim como passava, muitas vezes, despercebido o esforço heróico do homem que se submetia a um trabalho intenso e exaustivo, achando-se em condições físicas tais que afastariam a maioria de nós de qualquer ocupação" (MORTARA, 1951, p. 58).

[254] Que depois, no Governo Café Filho, seria o quarto Presidente do Instituto.

nal do Comércio, do Pe. Leonel Franca, Reitor das Faculdades Católicas[255], e do Dr. Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda", como fatores de sucesso da operação censitária, então em curso. E exalta, também, o "ilustre Presidente do Serviço Censitário Nacional, o Prof. Carneiro Felippe", bem assim, expressa gratidão ao seu "orientador técnico, o eminente Prof. Giorgio Mortara (SESSÃO..., 1941, p. 734). Em 1943, *Macedo Soares* volta aos elogios:

> Vinte anos depois da realização do quarto recenseamento geral do Brasil, cujas indagações compreenderam apenas os aspectos demográfico, agrícola e industrial, coube ao Estado Nacional empreender a operação censitária de maior envergadura já tentada na América do Sul, não apenas pelo grande volume da massa de população a recensear, mas pela extensão e profundidade das indagações, em sete diferentes censos: o demográfico, os econômicos – agrícola, industrial, comercial, de transportes e comunicações e de serviços – e o social.
>
> Foi um cometimento arrojado, com o qual o Governo demonstrou sua alta e honrosa confiança na entidade centralizadora das atividades estatísticas e geográficas do país. E, para o Instituto, constituiu uma oportunidade para por à prova a experiência que vinha realizando, das virtualidades da cooperação inter-administrativa, e, ao mesmo tempo, aferir os grandes préstimos que em tal oportunidade poderia esperar dos sistemas por ele mantidos na pesquisa constante das realidades nacionais. De fato, preciosa a colaboração prestada, para os trabalhos básicos indispensáveis ao lançamento dos censos, pelos serviços geográficos e estatísticos, do mesmo modo que a estes aproveitará fundamentalmente o resultado das investigações censitárias.
>
> Para um país como o nosso, a que faltava inteiramente aquilo que o saudoso mestre Bulhões Carvalho, "Fundador da Estatística Geral Brasileira", chamada de "tradição censitária", o Recenseamento Geral de 1940 constituiu uma corajosa empresa, cuja organização e execução recomendam a competência dos técnicos brasileiros. Valeu, também, por uma prova de boa receptividade do povo em relação às iniciativas de legítimo interesse nacional, e revelou, ainda, um sadio clima de confiança e apreciável espírito público nas diversas camadas sociais. A absoluta ausência de dissenções políticas permitiu que a coleta censitária se processasse em todo o país sem choques de qualquer natureza, quase não se fazendo uso, senão em raríssimos casos, das medidas penais previstas na legislação competente.
>
> Os trabalhos do Recenseamento, dirigidos por um reputado cientista patrício, o Prof. J. Carneiro Felippe, foram na sua fase preparatória e são ainda agora orientados por uma ilustre comissão de técnicos, com a colaboração de eminentes figuras representativas da cultura nacional. Sob a direção imediata do Sr. Rafael Xavier, cujas qualidades de organizador já foram postas em relevo noutros importantes setores da administração pública, estão em vigoroso andamento, na respectiva Divisão Técnica, os serviços de crítica final, codificação e apuração mecânica (SOARES, 1943, p. 185-186).

Em 1941 saíram os primeiros resultados (provisórios). E só seria concluída em março de 1949[256], quando já se tratava do Censo de 1950, em nada inferior à divulgação monumental do Censo de 1920, feita por *Bulhões Carvalho*[257]. Houve crítica à

[255] Que dariam origem à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

[256] A Resolução nº 416, de 6 de julho de 1949, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, registrou o encerramento das atividades da Comissão Censitária Nacional, e incorporou nos Anais do IBGE um documento alusivo à divulgação dos resultados.

[257] Nada menos que 412 estudos de alto teor científico foram realizados pelo Laboratório de Estatística, tendo à frente Giorgio Mortara.

lentidão do processamento dos questionários (em máquinas semelhantes às utilizadas no Censo de 1920) e da divulgação dos resultados; as razões dadas eram as clássicas: a extensão do território, a dispersão da população, as deficiências da comunicação e as dificuldades nos transportes[258]. Mas houve um fator novo, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; por esse fator, não foi possível reduzir as demais investigações estatísticas, na verdade, foram aumentadas para atender ao esforço de guerra, como visto em capítulo anterior, e, ao mesmo tempo, o estado interno de guerra, com o aumento das condições de segurança, limitaram as condições de trabalho de coleta.

O esquema de divulgação dos resultados do Censo de 1940 cobria duas séries, uma nacional e uma regional, a saber:

Série Nacional:

Vol. 1 Introdução
- Tomo 1: A cultura brasileira, por Fernando de Azevedo (535 p.);
- Tomo 2: Relatório da Comissão Censitária Nacional;
- Tomo 3: Anexos (legislação, coletânea de modelos de coleta, de apuração e de controle, etc.).

Vol. 2 Censo Demográfico
(Quadros de dados gerais e especiais, para a União e de distribuição pela Unidades da Federação, relativos à população e à habitação).

Vol. 3 Censos Econômicos
(Quadros de dados gerais e especiais, para a União e de distribuição pelas Unidades da Federação, relativos aos Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços);

Série Regional:

Parte A) Tomo Único
(Quadros de dados gerais e especiais e quadros sinópticos do Censo Demográfico – população e habitação – e quadros de dados gerais e especiais dos Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, para as seguintes Unidades da Federação: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso).

Parte B) Tomo 1
(Quadros de dados gerais e especiais e quadros sinópticos do Censo Demográfico – população e habitação –, para as seguintes Unidades da Federação: Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul).

Parte B) Tomo 2
(Quadros de dados gerais e especiais dos Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, para as seguintes Unidades da Federação: Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul).

Parte C) Tomo 1
(Quadros de dados gerais e especiais do Censo Demográfico – população e habitação – e de distribuição segundo os Municípios, para os Estados de Minas Gerais e São Paulo).

[258] A Resolução nº 416, de 6 de julho de 1949, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, colocou nos anais do IBGE, uma entrevista de Rafael Xavier sobre o Censo de 1940. À época, Rafael Xavier já era Secretário Geral do Conselho e do Instituto, em substituição a Teixeira de Freitas.

Parte C) Tomo 2
(Quadros sinópticos do Censo Demográfico – população –, segundo os Municípios, para os Estados de Minas Gerais e São Paulo).

Parte C) Tomo 3
(Quadros de dados gerais e especiais dos Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços, para os Estados de Minas Gerais e São Paulo).

O esquema de divulgação do Censo de 1950 continuou cobrindo duas séries, uma nacional, e outra regional.[259] Apresentou diferenças em relação ao esquema de 1940, por certo introduzindo facilidades de preparação e de editoração. Eis as séries:

Série Nacional (6 tomos):
01 Censo Demográfico (Em apêndice os dados correspondentes ao Território de Fernando de Noronha)
02 Censo Agrícola
03 Censos Industrial, Comercial e dos Serviços (Tomo 1: Censo Industrial; Tomo 2: Censos Comercial e dos Serviços).
04 Inquéritos especiais sobre Transportes e Comunicações
05 An**ex**os (legislação censitária, instrumentos de coleta, de apuração, etc.)

Série Regional (44 tomos)
06 Território de Guaporé
07 Território do Acre
08 Estado do Amazonas
09 Território do Rio Branco
10 Estado do Pará (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
11 Território do Amapá
12 Estado do Maranhão (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
13 Estado do Piauí
14 Estado do Ceará (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
15 Estado do Rio Grande do Norte (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
16 Estado da Paraíba (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
17 Estado de Pernambuco (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
18 Estado de Alagoas (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
19 Estado de Sergipe
20 Estado da Bahia (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censo Agrícola; Tomo 3: Censos Industrial, Comercial e dos Serviços)
21 Estado de Minas Gerais (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censo Agrícola; Tomo 3: Censos Industrial, Comercial e dos Serviços)
22 Estado do Espírito Santo (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
23 Estado do Rio de Janeiro (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
24 Distrito Federal (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

[259] Ao contrário dos Censos de 1920 e 1940, neste censo não houve convite a nenhum estudioso para introduzir a divulgação; em 1920 com Oliveira Vianna, em 1940 com Fernando de Azevedo.

25 Estado de São Paulo (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censo Agrícola; Tomo 3: Censos Industrial, Comercial e dos Serviços)
26 Estado do Paraná
27 Estado de Santa Catarina (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
28 Estado do Rio Grande do Sul (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)
29 Estado de Mato Grosso
30 Estado de Goiás (Tomo 1: Censo Demográfico; Tomo 2: Censos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços)

O IBGE, ao cabo de dois censos vencera, fixando em definitivo a continuidade dos recenseamentos (pese a crise do Censo de 1960). Desde então, os censos seriam a cada dez anos (salvo o de 1990, que seria em 1991); e haveria os econômicos também em 1975 e em 1985. O atraso estatístico brasileiro estava superado, e viriam os avanços técnicos, e tecnológicos, afora os avanços conceituais, ao mesmo tempo sendo beneficiados e beneficiando a elaboração das estatísticas contínuas.

Documento de Teixeira de Freitas: carta pessoal a Juarez Távora sobre o Censo de 1940

EXPLICAÇÃO DO CONTEXTO

Em 1938, logo depois do Instituto Nacional de Estatística passar a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, começaria a realização do Censo de 1940, o primeiro que realizaria. A tradição censitária brasileira era trôpega: no Império houvera Censo apenas em 1872; depois, na República, seguindo preceito ainda imperial haveria Censo em 1890; em seguida, seguindo preceito constitucional (Constituição de 1891) haveria Censo em 1900, mas não em 1910, e só se voltaria a fazê-lo em 1920, para não fazê-lo em 1930. E apenas o de 1872 e o de 1920 contavam realmente. Assim, seja em vista da tradição censitária, seja em vista do nome do IBGE, o Censo de 1940 era peça chave, e não podia falhar. Sua comissão censitária tem nomes de relevo na vida nacional daquele tempo, e será presidida pelo cientista Carneiro Felipe, por si só uma garantia de sucesso. Entretanto, a carta abaixo o revela, houve instante em que ele pensou deixar a função, tão logo a operação de campo começasse (não sabemos a natureza da crise, infelizmente). Uma tal ameaça amedrontava, e, a se dar, efetivamente, só mesmo sua substituição por um nome de igual quilate, ainda que em outra esfera, seria capaz de evitar seqüelas. E é quando Teixeira de Freitas, sempre prevenido, sonda Juarez Távora na carta abaixo (marcada de reservada) para ocupar a função. Não temos a resposta daquele militar, mas, por seu apreço ao Instituto, e por suas relações com Teixeira de Freitas, afora seu inegável patriotismo, é bem possível que aceitasse; contudo, não se fez necessário a substituição, e Carneiro Felipe seguiria conduzindo (e concluiria) os trabalhos censitários, com inegável sucesso. Eis, por fim, a carta enviada a Juarez Távora[260].

[260] A digitação deste documento foi realizada por Célia de Lacerda Gil com a especial aquiescência de Maria Vilma Salles Garcia, em março de 2006. Foi utilizada a fotografia do documento feita no AN por Alexandre de Paiva Rio Camargo.

***

Em 7 de fevereiro de 1940

CONFIDENCIAL

Meu caro Coronel Juarez Távora,

Cordiais visitas.

Venho expor ao eminente Amigo – mas em caráter estritamente confidencial – a contingência, em que provavelmente me verei dentro de poucos dias, de lembrar o seu nome como o mais capaz, senão o único, no momento, de prestar ao nosso Instituto e ao Brasil, um relevantíssimo serviço. E espero que, terminada a leitura destas linhas, me possa enviar a palavra de aquiescência que nos ponha a cavaleiro da crise que vamos enfrentar.

Como sabe, não lhe tendo sido possível aceitar o encargo de dirigir o Recenseamento Geral da República, foi essa comissão atribuída ao Prof. José Carneiro Felippe.

Esse nosso ilustre compatriota tem honrado a confiança do Governo, realizando um esforço quase sobre-humano para superar dificuldades de toda sorte. Venceu-as, é verdade, ou ainda as está vencendo, no que se refere à fase preparatória da campanha, lançando a operação segundo um plano magnífico, que dará ao Brasil, se vitorioso, um acervo esplêndido de dados sobre suas condições de vida, colocando o país no primeiro plano, entre os povos cultos, no que concerne a empreendimentos censitários.

Mas esse primeiro êxito não foi conseguido sem que algum descontentamento surgisse no seio da Comissão Censitária Nacional pela morosidade com que certas etapa da campanha se vieram desenvolvendo.

E como à mágoa que isto causou ao Carneiro Felippe se junta a extraordinária fadiga que lhe trouxeram os sacrifícios feitos até agora, parece que, segundo confidência que ouvi, só espera ele a efetivação das últimas providências do lançamento da operação – o que terá lugar até o dia 15, para relatar ao Governo a auspiciosa situação de normalidade já conseguida nos trabalhos a seu cargo, não obstante os augúrios pessimistas e as críticas que se fizeram ouvir, e solicitar então sua substituição.

Não sei se esse pedido terá o caráter de irrevogável. Mas o vejo deveras abatido e esgotado, receio bem que sejamos obrigados a levar ao Presidente da República o pedido.

Quer isto dizer que, pelo dia 15 mais ou menos, se não conseguirmos demover o Carneiro Felippe do seu propósito, estaremos na contingência de escolher um nome que deva ser levado ao Presidente da República para substituí-lo, pois essa indicação compete por lei à Comissão Censitária Nacional - CCN.

Ora, é indisfarçável a gravidade da crise que nos ameaça. E ela tem extensas repercussões.

Se não for encontrado o nome de um grande e magnânimo brasileiro, que se substitua, sem desprestígio para o Instituto, ao do Carneiro Felippe, ficará a opinião pública muito mal disposta não somente em relação ao Instituto, mas em face do próprio Recenseamento, cujo êxito será posto em dúvida, criando-se assim uma mentalidade derrotista de efeitos desastrosos.

Mas, além disso, é preciso também que esse brasileiro, dando-nos o prestígio do seu nome, compreenda a situação e saiba atender as injunções das circunstâncias que se deparam ao Instituto, responsável último pelo plano que se está executando. Esse substituto terá que ser um continuador em relação ao que já fez o Carneiro Felippe, assegurando o normal desenvolvimento da operação e mantendo, quanto possível, o quadro do pessoal. E é mister ainda que seja colaborador em relação ao Instituto e aos seus órgãos dirigentes, uma vez que a iniciativa da operação lhes pertence e todos eles têm responsabilidades na execução do censo, que é, no atual regime, um empreendimento coletivo do grande sistema formado hoje pela nossa Instituição.

Ora, quem poderia ser esse brasileiro, capaz de tudo dar de si em benefício dos nossos objetivos e de encarar com essa largueza de vistas as suas responsabilidades?

Eu, da minha parte, só vejo um: Juarez Távora. E para poder fazer esta afirmação perante o Embaixador Macedo Soares e a CCN, é que estou aqui comunicando esses fatos e pedindo a palavra de ordem do prezado Amigo.

Quanto ao prestígio do seu nome e à confiança que ele inspiraria, nada preciso dizer. Mas lembro que, ao prestígio pessoal, juntaria ele o prestígio do Exército e o da sua alta patente, o que seria de salutar e decisivo efeito.

Quanto à energia, à decisão, ao entusiasmo, com que a operação precisa ser conduzida, nada nos faltaria com Juarez Távora, como o comprova sua folha de serviços à Nação.

O espírito de continuidade e de cooperação não lhe poderia faltar. Primeiro, porque saberia compreender a situação. E depois, porque haveria de querer salvar e prestigiar a Instituição cuja responsabilidade está em jogo, pois é ela uma criação sua e está realizando com dedicação e eficiência um dos seus mais belos pensamentos de governo, - talvez o único que, no domínio prático, não se tenha desviado da direção primitiva e esteja agindo com o mesmo fecundo dinamismo do seu impulso inicial. Além do que, teria indiscutível significação, na orientação cordial dos seus esforços, a confiança plena que lhe manifestaria a CCN e a estreita amizade que o liga ao nosso grande Chefe, o Embaixador Macedo Soares.

Movido, pois, por esses fatos, e na convicção que acabo de externar, apresento-lhe aqui o apelo que me inspiram a consciência das minhas próprias responsabilidades e o meu civismo. Quererá o eminente Amigo dar-me sua prévia anuência a que, se não se puder evitar a crise esperada, apresente eu ao nosso Presidente e à Comissão o seu nome, como o daquele a quem poderemos confiar plenamente os destinos do Instituto, ora em jogo, e o êxito do Recenseamento?

Conhecendo sua integral dedicação às causas que lhe são confiadas, prevejo que se sinta em dificuldades para abandonar sua atual Comissão por outra. Mas animo-me a ponderar que o Exército pode dar-lhe aí um substituto igualmente eficiente, enquanto que nenhum outro nome resolveria o problema que o Instituto enfrenta.

Embora confiando no seu ânimo resoluto, prevejo também que lhe passe pelo espírito uma certa indecisão, considerando o vulto gigantesco do nosso empreendimento e a hora tardia em que viria dirigi-lo. Mas creio que, afinal, esses fatos seriam antes um estímulo, do que um motivo de receio. Demais disso, se é certo que a responsabilidade a enfrentar aqui é grande as dificuldades são muitas, também é fato que estamos tendo facilidades excepcionais, decorrentes, umas, do Estado Novo, e conseguidas, outras, graças à própria estrutura do Instituto e à obra ingente que ele já realizou. E venceria, por fim, qualquer indecisão sobrerrestante, a grandiosidade dos fins a conseguir, pois o que estamos tentando realizar é algu-

ma cousa que admirará os pósteros e elevará o nome do Brasil, tal a envergadura da operação projetada.

Para acabar de afastar qualquer relutância que ao seu espírito ainda esteja trazendo a consciência dos seus deveres militares, permito-me que lembre o alcance formidável que, para o êxito do Estado Novo – pelo qual as Forças Armadas são responsáveis, - e para a própria defesa nacional – que é objetivo supremo da organização militar, - terá a operação censitária em curso, estudando a fundo, como vai estudar, nos sete censos e em inquéritos complementares, todos os aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais do Brasil. E tenha também em vista que, se sua permanência à testa do Recenseamento só lucraria em prolongar-se normalmente até o termo dos trabalhos, isto é, 1943 ou 1944, a fase aguda, aquela durante a qual precisamos ter homem ao leme em condições de inspirar absoluta confiança, durará apenas de agora a maio ou junho de 1941, pois daí por diante uma nova substituição, se acaso necessária, não teria inconveniente nem seria difícil, pois o serviço censitário a partir de então se limitará a desenvolver o trabalho interno de apuração e divulgação dos resultados, trabalho esse que não oferece dificuldade e para o qual estamos otimamente aparelhados.

Eis, pois, aí, meu caro Coronel, o apelo que, pela minha obscura voz, - e em caráter rigorosamente confidencial, repito – lhe faz o seu Instituto, ou melhor, o nosso Brasil.

Espero que me diga “sim”, ainda que lhe custe isto um grande sacrifício. Ele será recompensado pela beleza da obra que vamos oferecer à Nação.

Abraça-o cordialmente,

[Teixeira de Freitas] (Grifo do autor)

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Carneiro Felippe, um sábio na condução do Censo de 1940,** por **Marco Santos.**

Veja, ilustre passageiro, o belo tipo faceiro de propaganda dos censos...

Capítulo 09

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, analista em planejamento, gestão e informações geográficas e estatísticas no IBGE, assistente de pesquisa na produção desta História das Estatísticas Brasileiras.

Tem um ditado que diz: “A propaganda é a alma do negócio”. Não seria exagerado dizer que também em termos de censos, a propaganda é absolutamente fundamental. Afinal de contas, especialmente nos tempos dos primeiros recenseamentos brasileiros do Século XX, não era tarefa fácil convencer um cidadão de poucas luzes intelectuais a abrir a porta de sua casa para um estranho escarafunchar a sua vida, alegando razões um tanto vagas (para o cidadão comum) de que seria bom para ele. Da mesma forma que ele precisaria ser convencido a trocar sua marca de sabão favorita, era necessário muita divulgação para ele aceitar de bom grado prestar informações.

O primeiro censo onde se utilizou a publicidade de forma mais maciça, com a colaboração dos órgãos de comunicação, foi o municipal de 1906.[261] Em 1920, a imprensa teve atuação fundamental na própria realização do censo. Todas as facilidades possíveis foram oferecidas a Bulhões Carvalho, não só pelos jornais e revistas, como também pelo amplo arco da sociedade, plenamente envolvido na divulgação do recenseamento.[262]



Propaganda do Censo de 1940 fincada no Obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

Em 1940, o esforço de convencimento para a colaboração dos brasileiros com o censo seria facilitado exatamente por estes antecedentes. Embora existissem pessoas desconfiadas dos objetivos daquela investigação censitária, um contingente significativo já tinha convivido com censos, questionários e resultados.

A imprensa teria o mesmo prazer em colaborar que teve em 1906 e 1920. A sociedade civil também se dispunha a dar o seu quinhão, e mesmo os militares estavam de prontidão para, como foi feito em 1920, ajudar na conscientização dos brasileiros da importância do Recenseamento Geral 1940.

E no quartel-general do censo, a planificação da estratégia para a divulgação da investigação censitária seria mais aperfeiçoada ainda, na comparação com a operação anterior. Nada seria poupado para que se fizesse o melhor censo possível. No depender do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, não seria por falta de divulgação que tal objetivo deixaria de ser alcançado. Por conta disso, cartazes foram

[261] Conforme visto no Capítulo 7, do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

[262] Conforme visto no Capítulo 19 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

espalhados por toda a cidade. Era comum ver, nos bondes, aquela ilustração do obelisco da Avenida Rio Branco com uma folha de calendário escrita "1 de setembro" – a data-base do censo – ladeando, por exemplo, aquela célebre propaganda do Rhum Creosotado. O importante era estabelecer comunicação franca e clara com os "consumidores", no caso, os próprios recenseados. Era preciso difundir a importância e necessidade do censo, para que a população entrasse na corrente e também quisesse saber "Quantos somos?". E para quem quisesse descobrir, um dos cartazes oficiais do IBGE dizia: "O Censo Nacional vai contar para você".

Para o censo seguinte, realizado em 1950, bastaria repetir a estratégia que alcançara pleno sucesso dez anos antes.

"Corrente pra frente"

O Censo 1940 teria uma grande novidade em relação ao seu anterior. Em sua estrutura foi criada uma Divisão de Publicidade, no Serviço Nacional de Recenseamento. Sua missão era dar a maior divulgação possível àquela operação censitária, a primeira a cargo do IBGE. Durante a fase onde esta divisão foi mais atuante, de abril de 1940 a abril de 1941, esteve à sua frente *Benedito Silva*, um "soldado" que aceitava todas as missões a ele confiadas.

Em que pese ter havido, até aquele momento do Século XX, um recenseamento nacional, um municipal na capital federal e outro num estado de peso como São Paulo (nos anos 1930), a população brasileira não poderia prescindir de elementos que esclarecessem sobre as reais finalidades do censo. Em 1938, foram iniciados os preparativos para a operação censitária. Mas só dois anos depois, com o Decreto-Lei nº 1.241, de 15 de abril de 1940, criando a Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento, efetivamente a propaganda do censo começou a sair da intenção. E essa propaganda "foi orientada deliberadamente no sentido de ser um chamamento caloroso e insistente ao espírito das massas, em benefício da realização dessa tarefa nacional" (LIMA, 1951, p. 24), como escreveu Raul Lima, em um artigo publicado na *Revista do Servidor Público*.

Fazia parte da Comissão Censitária um homem ligado à divulgação, que deve ter influenciado muito na decisão de criar este setor dedicado à publicidade. Trata-se do temido *Lourival Fontes*, chefe do igualmente temível Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Pelo menos, é o que consta no livreto **O Recenseamento de 1940,** contendo a conferência ministrada por André Duarte Braga, em 1939, no IBGE.

O Decreto-Lei regulamentando a execução do Censo de 1940, trazia no Art. 38, letra *g*, que cabia à Divisão de Publicidade organizar a hemeroteca do Serviço Nacional de Recenseamento, recolhendo, organizando e catalogando recortes de jornal que contivessem matérias jornalísticas alusivas ao recenseamento. Uma tarefa que modernamente tem o nome de *clipping*. Raul Lima informa que todo o material coletado nos jornais foi acondicionado em um volume que, tragicamente, está perdi-

do, ou pelo menos não está no setor de Memória Institucional do IBGE. Do divulgado por Lima, eis alguns dos números referentes ao trabalho de *clipping*, no ano de 1940 (contribuições da imprensa para o censo daquele ano) (LIMA, 1951, p. 8):

Janeiro	631
Fevereiro	704
Março	1 556
Abril	1 579
Maio	4 809
Junho	6 124
Julho	9 284
Agosto	13 037
Setembro	7 931
Outubro	4 474
Novembro	3 023
Dezembro	2 458
Total	55 610

Ao longo do ano, dá para se perceber o crescente interesse despertado pelo recenseamento na medida em que se aproximava da data-base de 1º setembro. Verificamos que cerca de dois terços do total de matérias foram publicados até aquele dia, com o número de artigos caindo sucessivamente nos meses posteriores. Isto mostra a importância do trabalho de conscientização da opinião pública, sinalizando para a mais ampla colaboração com a operação censitária. Fazia-se necessária uma "corrente pra frente", como diz a célebre marchinha de *Miguel Gustavo*.

Lima em seu texto atribui este volume crescente à influência das atividades da Divisão de Publicidade. Nem cabe negar. Embora, em 1920, tenha havido este mesmo interesse crescente, desafortunadamente, não foi feito trabalho semelhante no levantamento do total de matérias dedicadas ao censo.

De qualquer modo, Raul Lima nos informa que a partir do dia 15 de abril de 1940 a Divisão começou a distribuição de um boletim informativo "especialmente doutrinário e sugestivo" (LIMA, 1951, p. 8), aos jornais diários de todo o País. Tal medida incrementou indiscutivelmente o volume de matérias publicadas, passando de 1 579, em abril, para 4 809, no mês seguinte, num acréscimo de mais de 300%. Diz Lima que a inicial receptividade menos satisfatória da imprensa foi aumentando gradativamente, por conta dos esforços da Divisão de Publicidade.

> Para transformar a indiferença inicial da imprensa em interesse ativo, recorreu [a Divisão] principalmente ao sistema de apelos, os quais, incluídos nos boletins diários, procuravam insistentemente convencer os dire-



Exposição de cartazes infantis sobre o Censo de 1940.

> tores de jornais, não de que era patriótico colaborar na campanha do Recenseamento, mas de que era inteligente e proveitoso, do ponto de vista jornalístico, explorar o "conteúdo dramático" da operação censitária. Além dos apelos que precediam ou acompanhavam os comunicados, outros foram feitos em visitas pessoais às redações, recorreu-se à interferência de amizades particulares e manteve-se o pessoal censitário dos estados sempre a par das solicitações feitas à imprensa regional, afim de que também pessoalmente as reforçasse (LIMA, 1951, p. 8).

Quando examinamos toda a propaganda feita voluntariamente pelos jornais, especialmente ao longo dos anos 1919 e 1920, para o chamado Censo do Centenário, esta afirmação chega a parecer assombrosa. Ora, as informações censitárias são excelente material jornalístico e repórteres e editores fazem farto uso de seus números. A ponto de ter havido um "queremismo" incessante da parte dos jornais, com todos os tipos das impressoras martelando o papel, clamando pelo censo, que esteve até ameaçado de não acontecer em 1920. Por que 20 anos depois este interesse haveria de cessar, visto que os números de 1920 já estavam defasados e havia, sim, necessidade de produção de informações atualizadas?

Em um exercício de reflexão, levando em conta o momento histórico vivido pelo Censo 1940, poderíamos conjeturar que a alegada "má vontade" seria decorrente da dura censura imposta aos jornais, ao papel vigilante e severo exercido pelo DIP nas redações e por estarem vivendo em plena ditadura. Não faz sentido haver receptividade insatisfatória para o censo, que afinal de contas, era importante também para as folhas. Daí considerarmos este possível *forfait* como uma retaliação das empresas jornalísticas ao ambiente pesado que o Estado Novo trazia para a Nação.

A Divisão de Publicidade efetivamente trabalhou para o recenseamento geral ter a mais ampla divulgação. Conforme garantiu Lima, de 15 de abril a 31 de agosto foram expedidos 119 comunicados (os *press-releases* atuais), gerando 59 500 cópias. Depois da data-base, 1º de setembro, até 31 dezembro daquele 1940, outros 100 comunicados seriam distribuídos, perfazendo cerca de 50 000 cópias.

E os boletins não circularam somente nas redações brasileiras. Segundo Lima, o comunicado "Desenvolvimento demográfico do Rio Grande do Sul" chegou a Montevidéu, sendo traduzido e publicado no periódico *El Sol*, da capital uruguaia. Eis um trecho do comunicado:

> Sem mencionar cifras, que só a direção central do serviço Nacional de Recenseamento divulgará, a autoridade censitária regional no Rio Grande do Sul deu a conhecer que a população gaúcha elevou-se consideravelmente no período compreendido entre o quarto e o atual recenseamentos gerais.
> Em 41 municípios foi encontrada população superior às estimativas, enquanto nos 47 restantes os resultados ficarão aquém das mesmas (O BRASIL..., 1940 apud LIMA, 1951, p. 9).

Ainda de acordo com Lima, além dos comunicados a imprensa, foram distribuídos aos jornais e revistas 34 artigos assinados, sendo 12 do chefe da Divisão, Benedito Silva, sete de jornalistas externos ao Serviço Nacional de Recenseamento e 15 pelos redatores da Divisão.



Carro de bombeiros liderando comitiva de automóveis que saíam pelas ruas tocando sirenes, buzinas, difundindo o Censo de 1940.

Em relação ao censo anterior, o realizado em 1940 traria uma grande vantagem e novidade, no que diz respeito à sua difusão: o uso do rádio.

Naquele ano este veículo já tinha se disseminado entre o público, constituindo-se em verdadeira febre. Aquela "caixinha mágica", como disse *Bertolt Brecht* (1900-1956) já estava devidamente entronizada nos lares, quase um membro da família. A Rádio Nacional fora incorporada ao patrimônio do governo federal e se transformara em um potentíssimo veículo de disseminação. Não obstante isso, o governo ainda tinha a sua "Hora do Brasil", programa radiofônico de enorme alcance no território brasileiro. Com o apoio do DIP, o recenseamento chegou as 75 emissoras existentes no País e especialmente à "Hora do Brasil", que divulgou inúmeros comunicados.

De acordo com o texto de Lima, somente duas destas estações radiofônicas (ele não citou quais), divulgaram 9 264 irradiações por dia. De março a setembro, 22 estações fizeram 409 transmissões diárias com propaganda dos censos. Entre oito emissoras, eis o movimento de irradiações de textos sobre o recenseamento (LIMA, 1951, p 10):

Janeiro	1 022
Fevereiro	958
Março	1 684
Abril	2 515
Maio	3 567
Junho	4 173
Julho	3 446
Agosto	5 571
Setembro (3 estações)	868



Cartaz do Censo de 1940.

Outra mídia bastante utilizada, segundo Lima, foram os cartazes, espalhados pelo Território Nacional, distribuídos nas cidades em proporções compatíveis com suas respectivas populações. Foram afixados nos estados e Distrito Federal cerca de 22 700 cartazes de 14 tipos e tamanhos diferentes e de várias cores. Destes, 68% foram impressos no serviço gráfico do IBGE. A elaboração dos impressos, no que diz respeito a sua arte, também ficou a cargo de funcionários especializados do Instituto. No Distrito Federal, era possível encontrar cartazes sobre o censo em vários lugares e também em veículos de transporte – especialmente nos bondes, trens e barcas, dividindo espaços com a publicidade habitual.

Embora tenha havido alguns filmetes sobre a operação censitária de 1920, foi no censo seguinte que esta mídia teve ampla e poderosa utilização. Em 1940, o cinema já tinha conquistado o mundo e obtinha larga aceitação no Brasil

No início das sessões, era projetado um *slide* com o chamamento para o censo. Isso em diversas salas de projeção do País. E mais:

> Foi preparado nos estúdios da Cinédia um rápido *short* (curta) musicado, contendo descrição numérica e espetacular da operação censitária de 1940. E em seguida, lançado outro *short* que, em 11 minutos de projeção, oferecia uma visão, tanto quanto possível completa, de fase preparatória do recenseamento, desde o estudo dos questionários nas reuniões dos técnicos, até a entrega do boletim à porta de um domicílio (LIMA, 1951, p. 11).

Tudo valia para a disseminação do censo. Desde panfletos lançados do alto por aviões (como em 1920), a carros e caminhões providos com alto-falantes, percorrendo os bairros, transmitido apelos de colaboração e até dísticos exibidos nos ônibus, bondes, trens e taxis.

Um dos cartazes, talvez o mais célebre, apresentava a ilustração de uma folhinha de calendário do dia da data-base do censo fincada no obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. A partir desta ilustração criada pelo artista gráfico Ary Fagundes, o chefe do Serviço Gráfico teve a idéia de realmente produzir uma folhinha, de proporções gigantescas (3 x 6 metros), para ser posta na mesma posição da ilustração no citado obelisco. E assim foi feita, em ferro zincado, e espetada na colossal figura do final da avenida, com a ajuda do Corpo de Bombeiros e suas escadas, numa operação bastante complicada.

A divulgação aconteceu também pela Música Popular Brasileira. O compositor Assis Valente, de tantos sucessos, criou um samba chamado “Recenseamento”, gravado pela Carmen Miranda. Diz a letra:



Cartaz do Censo de 1940.

Em 1940 lá no morro começaram o recenseamento
E o agente recenseador
Esmiuçou a minha vida, que foi um horror
E quando viu a minha mão sem aliança
Encarou para a criança que no chão dormia
E perguntou se meu moreno era decente
E se era do batente ou era da folia
Obediente eu sou a tudo o que é de lei
Fiquei logo sossegada e falei então
O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro
E é quem sai com a bandeira do seu batalhão
A nossa casa não tem nada de grandeza
Mas vivemos na pobreza sem dever tostão
Tem um pandeiro, tem cuíca e um tamborim
Um reco-reco e um cavaquinho, e um violão
Fiquei pensando e comecei a descrever
Tudo, tudo de valor que meu Brasil me deu
O céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo
Um pano verde e amarelo
Tudo isso é meu
Tem feriado que pra mim vale fortuna
Retirada de Laguna vale um cabedal
Tem Pernambuco, tem São Paulo e tem Bahia
Um conjunto de harmonia que não tem rival

E o tal samba fez realmente sucesso. Tanto que, conta Lima, quando tocou em uma rádio, no dia seguinte teve gente que, quando perguntada sobre o recenseamento, comentou: “Ah, é aquele negócio do samba que a Carmen Miranda cantou ontem?” (LIMA, 1951, p. 12).

Também como foi feito no Censo 1920, as escolas tiveram papel importante na campanha de esclarecimento das intenções do censo. Professores fizeram palestras, instituíram prêmios, organizaram caravanas de estudantes, tudo com o intuito de conscientizar seus alunos e, por extensão, seus pais, sobre a importância de se prestar informações aos recenseadores.

Em seguida, veremos o efeito nos jornais e rádios da propaganda censitária.

Folhas tantas

Nos dias que antecederam a data-base do recenseamento geral, o esforço da imprensa em divulgar a operação censitária foi bem maior. Com a forte atuação da Divisão de Publicidade, muitos comunicados foram publicados *ipsi literis* nas folhas do Distrito Federal. Mas, independente do material oficial, a própria imprensa insistia na importância daquele empreendimento, o que é possível se comprovar pelas muitas matérias e editoriais publicados.

Dos jornais cariocas, entre folhas tantas, escolhemos três – *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brasil*, como amostra para apresentar o divulgado sobre o Censo 1940, na chamada reta final, antes que o “exército” de recenseadores saíssem em campo no dia 1º de setembro.



Cartaz do Censo de 1940.

O grande destaque da divulgação naquele período foi o apelo do então presidente Getúlio Vargas ao povo brasileiro para que colaborasse com o censo. O texto com o chamamento feito pelo chefe do Executivo foi divulgado pela Agência Nacional, sendo publicado em todos os jornais e também difundido pelas emissoras de rádio. No *Diário de Notícias*, da véspera da data-base, saiu matéria intitulada "O Recenseamento e os benefícios que dele resultarão para o país", onde o jornalista anônimo ressaltou a importância do engajamento do presidente, concitando "os cidadãos à observância de um dever recomendável como autêntico imperativo cívico-patriótico" (O RECENSEAMENTO..., 1940a, p. 3). Eis um trecho da fala do presidente:

> O Brasil tem necessidade de que seus enormes recursos, a sua crescente população e as suas múltiplas atividades sejam submetidas a uma honesta operação estatística, base da contabilidade social, muito mais necessária a um país do que a contabilidade mercantil a uma empresa comercial. Os benefícios de tal contagem serão tão reais, tão valiosos e tão oportunos que todos seremos altamente recompensados pela pequena colaboração que dermos para o êxito completo desse empolgante empreendimento nacional.
>
> Com a franqueza com que me habituei a falar aos brasileiros, sempre que julgo necessário externar-me, desejo afirmar-lhes, hoje, através da imprensa, que é o veículo mais autorizado da sua opinião, que o governo, ao proceder ao recenseamento, não tem em mira objetivos outros que não os puramente estatísticos.

Na matéria, além de louvar a iniciativa do chefe da Nação, o jornalista faz suas reflexões sobre a atividade censitária:

> Recenseamento é, em síntese, uma contagem quantitativa e qualitativa de valores de um povo, valores que atestem o seu progresso e a sua cultura e também as lacunas a que esteja sujeito o processo da sua evolução e do seu engrandecimento (O RECENSEAMENTO..., 1940a, p. 3).

No *Jornal do Brasil*, a matéria "O verdadeiro sentido do censo" deu mais explicações sobre este apelo do presidente:

> Na véspera do grande acontecimento, a Agência Nacional procurou ouvir a palavra do chefe da Nação e obteve de Sua Excelência, entre duas audiências [...] declarações do mais palpitante interesse que valem por oportuna e feliz contribuição para o bom êxito dos trabalhos censitários (O VERDADEIRO..., 1940, p. 6).

Ilustrando a matéria, aparece uma foto de Vargas com a legenda "presidente escrevendo sobre o Recenseamento". O artigo faz ainda revelações interessantes:

> O Brasil inteiro está preparado para responder a 1º de setembro às perguntas do quinto Recenseamento Geral [...]. O presidente Vargas foi o grande animador do inquérito censitário a que se vai proceder no próximo dia primeiro. A legislação promulgada, ampla e meticulosa, possibilitou uma perfeita organização técnica capaz de obter a coleta dos dados exatos e detalhados. Desde 1937, quando aprovou uma exposição do atual Instituto de Geografia e Estatística [sic], que o presidente



Cartaz do Censo de 1940.

> da República tem determinado várias providências tendentes a preparar o aparelhamento a altura de executar tão importante tarefa.
>
> Assim, em 1938, fazia o senhor Getúlio Vargas incluir no orçamento geral do país, a verba de 300 contos para as primeiras despesas com a organização que deveria realizar o grande inquérito. Em 1939, a verba destinada à preparação do recenseamento subia a 13.200 contos. E este ano, quando finalmente se realiza o censo, os recursos orçamentários destinados a tal fim ascendem a 43.200 contos, para a campanha patriótica (O VERDADEIRO..., 1940, p. 6).

De fato, podemos dizer que o Executivo abriu os cofres para a realização do Censo 1940. A gigantesca tarefa custou bem mais que o Censo 1920, cujo orçamento à época tinha sido criticado por alguns.[263]

Por sugestão da Divisão de Publicidade ou por iniciativa dos jornais ou mesmo por ambas, nestes últimos dias, antes da data-base, acumularam-se matérias e notas tentando desanuviar quaisquer temores na população sobre as reais finalidades do censo. Uma delas, a já citada "O Recenseamento e os benefícios que dele resultarão para o país", publicada no *Diário de Notícias*:

> [...] podemos estar tranqüilos e absolutamente certos de que os subsídios da nossa contribuição ficarão sob sigilo inviolável e não serão usados pelos poderes públicos para quaisquer fins diferentes do único fim do recenseamento: a estatística (O RECENSEAMENTO..., 1940a, p. 3).

Este foi um dos jornais mais empenhados na propaganda do censo. Chegou até a publicar *slogans* para a conscientização da população. No dia 17 de agosto, no rodapé da página três, saiu a seguinte frase: "Qual é a população exata do nosso país? O Recenseamento vai responder a esta pergunta" (QUAL É..., 1940, p. 3). No dia seguinte, além de ampla matéria sobre o que era, quais os objetivos e para que servia o censo (saiu na primeira página da segunda seção), no rodapé da página três publicaram a seguinte frase-chamamento: "A exatidão dos Censos depende de você. Seja exato em suas informações" (A EXATIDÃO..., 1940, p. 3).

O *Jornal do Brasil* também procurou esclarecer os seus leitores quanto ao sigilo das informações prestadas com ampla matéria divulgada no dia da data-base. Neste artigo sem autoria definida, ele informa ter o IBGE solicitado a publicação de um texto (o que hoje chama-se *press release* ou Comunicação à Imprensa) esclarecedor e motivador sobre o censo. Traz, inclusive, palavras do presidente Vargas:

[263] O jornalista João do Rio foi um dos que considerou demasiada a verba destinada ao Censo de 1920. Maiores detalhes, ver: SANTOS, Marco Aurélio Martins. **Pátria de questionário**: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos. 2004. 210 p. Dissertação (Mestrado)-Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004. Ver também o capítulo 19 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

> O sigilo das declarações prestadas nos questionários dos diversos censos tem caráter absolutamente inviolável, não só porque a lei assim o determine incisivamente, mas também dada a magnitude da operação que envolve cerca de 4.500.000.000 de informes isolados, colhidos em todo o território nacional, torna-se praticamente impossível a identificação das informações relativas a qualquer indivíduo ou estabelecimento (COM..., 1940, p. 6).

Ainda para dissipar preocupações quanto ao uso das informações estatísticas, o mesmo *Jornal do Brasil*, em seu editorial intitulado "O Recenseamento e a verdade", publicado no dia 30 de agosto, alertou:

> Não incorra o cidadão carioca num erro semelhante. Deixe de parte temores pueris de indiscrições, que não podem existir; esqueça essa obsessão doentia do fisco (O RECENSEAMENTO..., 1940b, p. 5).

Os jornais da época noticiavam também a movimentação junto aos outros setores da sociedade no chamamento para cooperação com a empreitada censitária. No *Diário de Notícias* foi destaque a inauguração solene da sexta inspetoria censitária e também um concurso de oratória entre universitários para auxiliar na propaganda do recenseamento. Citou-se, igualmente, dicas e alertas para o correto preenchimento dos questionários. O concurso de oratória foi promovido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito. Seriam distribuídos prêmios aos acadêmicos que melhor dissertassem sobre o tema: "O Recenseamento – sua importância e significado". Os concorrentes seriam julgados pela comissão formada pelos professores *Pedro Calmon*, *Cumplido de Santana* e *Raul Pederneiras*, além do jornalista *Herbert Moses* e de um representante não identificado do Serviço Nacional de Recenseamento.

Ainda nesta matéria escrita por um jornalista anônimo, descreveu os meios utilizados para a difusão da importância da participação popular:

> Veículos, cartazes, jornais, avulsos, ondas hertzianas, todos os meios usuais de transmissão da palavra escrita ou falada estão levando, neste momento, aos olhos e aos ouvidos dos habitantes de todo o país esta frase persuasiva, insinuante e digna de atenção: "A exatidão dos censos depende de você" (INAUGURADA..., 1940, p. 3).

Nas ondas do rádio

E por falar em transmissão pelas ondas hertzianas, o rádio, como se viu, deu sua importante participação na divulgação do censo. Desafortunadamente, quase tudo o que foi irradiado sobre o assunto se perdeu. Mas no *Jornal do Commercio* de 30 de agosto de 1940, na coluna "Rádio", assinada singelamente por "M." está transcrita parte de uma palestra proferida ao microfone da Rádio Tupi – PRG 3, pelo Dr. Savino Gasparini, segundo a matéria, "em data recente" (não precisou o dia nem a hora da irradiação). Pela importância do registro, eis o trecho da palestra transmitida pela Tupi e publicada na coluna "Rádio":

> Saber quantos somos, depois de 20 anos e o que fizemos, tendo em nossas mãos a terra brasileira com todas as suas riquezas, tendo nas nossas mãos acumuladas todas as conquistas laboriosas dos que nos precederam.

> Que fizemos, em 20 anos, de todas estas riquezas materiais, morais e espirituais?
>
> Ele nos dirá quantas são as unidades sociais e quantas famílias compõem o organismo da Nação. Quantos nacionais e quantos estrangeiros. Ele nos dirá, em 20 anos, quantas habitações construímos e como as construímos. Quais os produtos que arrecadamos do solo fecundo e inesgotável e como o fizemos. Se saneamos este solo e em que extensão. Como transformamos estes produtos e como o beneficiamos. Dirá quais são as indústrias metalúrgicas, químicas e têxteis existentes. Dirá o que fizemos na pesca, na extração mineira [sic] e se melhoramos os métodos. Qual a proteção oficial do governo dispensada ao homem que trabalha. Dirá quanto adiantamos na imprensa, nas artes gráficas, veiculadoras do conhecimento, disseminadoras do belo e do útil. Dirá como utilizamos a energia, onde a fomos buscar, quais as suas fontes e como as distribuímos para o conforto dos nossos concidadãos. Dirá qual o estado do nosso comércio, quer o comércio dos produtos materiais, quer o dos valores, tais como crédito, seguros e capitalização, valores mobiliários e ainda o comércio das idéias. Dirá se progredimos em matéria de transportes. O grande problema do Brasil, desde tempos coloniais, é o da circulação, com reflexo sobre a própria organização política. A falta de circulação no período colonial, obrigou o governo a fragmentar o poder, para garantir a defesa da colônia. No Império, para manter a unidade da Nação, foi preciso centralizar artificialmente o poder diante da falta de circulação. Na República, a circulação começou a ser realizada em grande escala, sendo o problema atacado diretamente pela construção de estradas de ferro e de rodagem, vias fluviais, marítimas e aéreas; indiretamente pelo crescimento vegetativo da população e pela imigração (M., 1940, p. 5).

Efetivamente, uma belíssima peça de oratória. Bastante esclarecedora sobre a importância de se fazer recenseamento.

Na mesma coluna, o articulista acrescentou um comentário revelador sobre uma certa taxa, cuja existência acredito não ser do conhecimento de muitos.

> Responda com lealdade, até mesmo à pergunta que os recenseadores hão de fazer sobre se possuímos aparelhos de radiorecepção. Os recenseadores afirmam, e eu acredito, que as informações são de caráter inteiramente confidencial. Não servirão para facilitar a cobrança antipática da taxa de cinco mil réis, sobre os receptores de nossa propriedade... (M., 1940, p. 5).

Então houve época em que se pagava um imposto apenas por possuir um aparelho de rádio? Que esta notícia não desperte a atenção dos atuais dirigentes do País, para mais esta possibilidade de imposto a ser impingida à população...

Além do rádio, outros meios de comunicação estiveram também envolvidos no esforço de visibilidade para o recenseamento. Foi o caso do cinema, conforme noticiou o *Diário de Notícias*, no dia 23 de agosto:

> Será iniciada hoje no Rio a exibição do *short* (curta) "O Recenseamento em marcha", organizado pela Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento, para dar ao público uma visão da gigantesca tarefa que foi o preparo dos censos de 1º de setembro próximo. "O Recenseamento em marcha" estará, de hoje em diante, durante alguns dias nas telas dos cinemas Glória, Trianon, São Luiz, Pirajá (Ipanema) e Metro (O RECENSEAMENTO..., 1940c, p. 3).

A estratégia das muitas palestras elucidativas adotadas por Bulhões no Censo de 1920 foi seguida à risca na operação censitária seguinte. Pelo divulgado no *Jornal do Commercio*, no dia 30 de agosto aconteceria um discurso público a respeito da atividade que iria envolver todo o Brasil dois dias depois:

> Sob a presidência do Sr. Oswaldo Aranha, ministro das Relações exteriores, o professor Giorgio Mortara, antigo lente das Universidades de Messina, Roma e Milão, e especialista em assuntos econômicos, estatísticos e demográficos, fará, hoje, às 17 horas, no Itamaraty, uma conferência sobre o Recenseamento geral deste ano (O RECENSEAMENTO..., 1940d, p. 5).

Do Itamaraty para as favelas do Rio. O *Jornal do Brasil* divulgou, em 1º de setembro, a realização de palestras realizadas pelos Círculos Operários, como a do dia 30 de agosto:

> Continuando a série de palestras de propaganda do Recenseamento, os Círculos Operários realizaram, sexta-feira última (30/8), na Praia do Pinto, em pleno ar livre, à luz de velas e lampiões de querosene, mais uma dessas reuniões, que foi assistida por grande número de moradores dos barracões localizados nos arredores.
>
> A palestra foi feita pela senhorita Silvia de Barros, despertou grande interesse (COM ..., 1940, p. 6).

A mesma matéria registra a participação da Igreja, políticos e de uma associação de classe no esforço de divulgação do censo:

> O embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, dirigiu a Sua Eminência o cardeal D. Sebastião Leme, a todos os interventores e governadores dos estados e ao Sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, os seguintes telegramas:
>
> Cardeal Leme: "No momento em que o Brasil se prepara, animado por um alto e eloqüente pensamento patriótico para a realização do quinto Recenseamento Geral [...] peço vênia para respeitosamente exprimir a Vossa Eminência [...] o profundo reconhecimento do IBGE pelo inestimável concurso desde a primeira hora assegurado por Vossa Eminência à campanha censitária nacional [...]"
>
> Herbert Moses: "Na véspera da realização do quinto Recenseamento Geral do Brasil, quando a fase da sua propaganda atinge o ponto culminante, quero significar à imprensa brasileira, por intermédio desta benemérita associação, as expressões de caloroso agradecimento deste Instituto pela colaboração patriótica e eficiente que vem prestando à preparação de ambiente favorável ao grande empreendimento nacional" (COM ..., 1940, p. 6).

E a imprensa lembrou que nos agradecimentos cabia uma atenção à iniciativa privada, como escreveu o *Jornal do Commercio*:

> Merece registro, desde logo, a cooperação que para o conseguimento dos resultados em mira vem prestando a iniciativa privada a fim de que a grande tarefa recenseada marche através dos caminhos fáceis que só a boa vontade pode abrir (O SENTIDO..., 1940, p. 3).

E, de fato, os exemplos de colaboração vinham de todos os lados:

> O Centro Mutualista dos Escritores Brasileiros comemorando o seu 6º aniversário, reuniu-se na 3ª feira, às 20h 30min, na sala do conselho da Associação Brasileira de Imprensa.
>
> Realizou-se nessa ocasião um concurso de frases sobre o Censo nacional, apresentando grande número de concorrentes, vendo-se entre eles estudantes, professores, médicos, advogados, jornalistas e trabalhadores de todas as profissões.

> O professor José Romana ao abrira sessão explicou que o objetivo do concurso não era criar uma frase que substituísse as já existentes, mas sim, dar uma oportunidade a todas as classes para que se manifestassem a sua opinião a respeito desse grande problema patriótico, dando-se assim, maior amplitude à propaganda oficial (O RECENSEAMENTO..., 1940e, p. 5).

No *Jornal do Brasil*, de 28 de agosto, aparece uma outra matéria ainda dando conta da divulgação do censo entre a classe trabalhadora:

> Teve lugar ontem, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, mais uma reunião de propaganda do Recenseamento Geral de 1940. [...] Em prosseguimento a estas conferências censitárias realizadas para maior esclarecimento dos centros operários da capital da República, deverá realizar-se mais uma palestra na sede do sindicato dos Trabalhadores em Esgotos desta cidade (PARA..., 1940, p. 6).

Nesta matéria o articulista anônimo assegura que o interesse despertado pelos sindicatos fará com que sejam realizadas mais palestras.

No esforço de divulgação da operação censitária, até o humorista Barão de Itararé (Apparicio Torelli), em sua coluna diária no *Diário de Notícias* deu a sua colaboração bem humorada, falando sobre a simplicidade das perguntas do questionário: "Até o dia 1º de setembro – TUDO PARA O CENSO. Depois de 1º de setembro – SENSO PARA TUDO" (ITARARÉ, 1940, p. 1).

Com a ampla divulgação, representantes de setores da sociedade se animaram em participar. Como o capitão-médico do Exército, Dr. Gabriel Duarte, que enviou carta ao *Diário de Notícias*, publicada em um *box* intitulado "Posição da inteligência no Recenseamento de 1940":

> Merece francos elogios a propaganda lançada pelos organizadores do censo deste ano para preparar a nossa população a boa aceitação deste certame.
>
> Entre os recursos utilizados com maior habilidade destacam-se os informes explicativos e estimuladores veiculados pela imprensa, pelo rádio e pelos carros de transporte de passageiros.
>
> Daí, uma favorável disposição despontada em toda a gente e o despertar de uma intensa curiosidade em torno do questionário a ser lançado, seguido da preocupação sobre a melhor maneira de respondê-lo.
>
> Tanto interesse e boa vontade da população já constituem demonstração da sabedoria e da excelência do método a que recorreram os preparadores do atual recenseamento, fadado, por isso mesmo, a grande sucesso (POSIÇÃO..., 1940, p. 17).

Ainda na carta, o capitão-médico defende que no futuro seja feita uma investigação de informações pelo censo concernentes às "condições intelectuais e caracterológicas", explorando, assim, aspectos psicológicos úteis para se definir o "grau e a variedade de inteligência de que está dotada a nossa gente" (POSIÇÃO..., 1940, p. 17). Ele não diz, entretanto, como isso poderia ser feito.

Os dez mandamentos

Enquanto isso, a Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento prosseguia com remessas de textos esclarecedores sobre a operação censitária em marcha. O *Diário de Notícias* saiu em 24 de agosto, com uma matéria sobre os "10 Mandamentos Censitários":

1 – Receber cortesmente a agente recenseador.

2 – Exigir a apresentação da carteira do recenseador.

3 – Prestar as informações verbais solicitadas para a caderneta do agente.

4 – Ler atentamente o questionário que receber.

5 – Ler também atentamente as instruções que acompanham o questionário.

6 – Solicitar ao recenseador os esclarecimentos que necessitar sobre os instrumentos de coleta.

7 – Guardar cuidadosamente o questionário até o dia 1º de setembro.

8 – Prestar somente informações exatas.

9 – Preencher o questionário na noite de 31 de agosto para 1º de setembro.

10 – Devolver o questionário ao recenseador, quando for procurado (O RECENSEAMENTO..., 1940f, p. 3).

Só faltou o "não cobiçarás a informação do próximo".

No dia 29, a Divisão distribuiu outro comunicado, assim publicado no *Jornal do Commercio*:

> O Instituto dos Comerciários vem participando ativamente da propaganda do recenseamento nacional, a se iniciar no próximo dia 1º de setembro. Em entrevista solicitada pela Divisão de Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento e divulgada pela imprensa, o Sr. Fausto Alvim, presidente do IAPC, acentuou a importância e as vantagens dos censos a serem realizados, exortando, não só o funcionalismo como também os segurados daquela instituição a colaborarem no êxito do grande empreendimento que terá como resultado o conhecimento exato e oportuno da situação do país.
>
> Entre os funcionários do IAPC está sendo feita uma propaganda mais direta, com a distribuição de comunicados e cartazes estes fornecidos pelo SNR, sugerindo a oportunidade de todos cumprirem o grande dever cívico de fornecer aos recenseadores as informações solicitadas.
>
> No seu número deste mês, a circular dentro de poucos dias, a Revista IAPC publicará sobre o assunto ampla matéria, inclusive uma ilustração na capa principal, reproduzindo um dos cartazes da propaganda do Recenseamento (O RECENSEAMENTO..., 1940e, p. 5).

Para a Divisão de Publicidade toda propaganda era válida. Inclusive um "trio elétrico" *avant la lettre*, como o que saiu pelas ruas do Rio, na reta final antes da data-base. Isso também virava Comunicação à Imprensa:

> Comunicam-nos: Está percorrendo todo o Distrito Federal, em propaganda do Recenseamento Geral de 1940 um autocaminhão [sic] com cartazes e equipado de microfone e amplificador de som e um pequeno projetor cinematográfico, fazendo irradiações e exibição de um "short" (curta).
>
> Amanhã, segunda-feira, o autocaminhão da propaganda censitária estará a noite nos locais de maior movimento do subúrbio do Méier, onde falará ao microfone o popular locutor Ary Barroso (PROPAGANDA..., 1940, p. 9).

Certamente, esta empreitada deve ter alcançado enorme sucesso. Com o engajamento de figuras conhecidas na propaganda do censo, todas remando na mes-

ma direção, não haveria como dar errado. O notável *Benjamim Costallat* fez a sua parte, nas páginas do *Jornal do Brasil*:

> O censo é o grande inquérito e a grande verdade. Graças a ele, não teremos de nós mesmos, nem a impressão cor de rosa dos contos de fadas, que a imaginação barata pode levar aos perigos do otimismo fácil; nem teremos a visão escura dos derrotistas biliosos. Estaremos informados. E a boa informação favorece a boa medida. Do bom diagnóstico é que poderá provir a boa terapêutica. E de posse dos dados, nascidos da verdade e do estudo meticuloso, poderá ser traçada, na carta da História e da civilização, a rota do grande destino do Brasil (COSTALLAT, 1940, p. 5).

Belas palavras! Com toda certeza o emérito cronista deve ter avivado a chama do ardor patriótico em quantos o leram. Assim como o anônimo editorialista do *Diário de Notícias*, autor do editorial "Vamos conhecer-nos!":

> Conhece-te a ti mesmo – disse o filósofo.
>
> O conhecimento de si próprio é essencial. Se o é para um indivíduo, mais ainda o é para uma nação.
>
> O Brasil não se conhece a si mesmo. É certo que procurou fazê-lo em 1920 de um modo completo, como não tinha feito das vezes precedentes. Mas entre 1920 e 1940 vão 20 anos e nesses 20 anos o Brasil acentuou a sua evolução, em todos os sentidos, de maneira vigorosa. [...]
>
> Concidadãos! Estrangeiros radicados! Tenham fé na obra da comissão Censitária Nacional! Não basta, porém, ter fé: é preciso ajudá-la! [...]
>
> Ajudemos com todo o devotamento e entusiasmo de que formos capazes ao Recenseamento de 1º de setembro entrante para que o seu êxito completo nos possibilite a inestimável vantagem de nos conhecer-mos a nós próprios (VAMOS..., 1940, p. 4).

No próprio dia do início da coleta, os jornais se esmeravam no chamamento e no esclarecimento de eventuais dúvidas. O *Diário de Notícia*, em matéria anônima, tratou de mostrar os caminhos para quem tivesse alguma dúvida:

> Além dos postos e inspetorias da delegacia regional do Serviço Nacional de Recenseamento, a sede da direção central, à Avenida Pasteur, 404, permanecerá aberta durante todo o dia de hoje, desde às 7 horas, atendendo pessoalmente e prestando informações a todos os interessados no esclarecimento de quaisquer dúvidas, pelos telefones 26-8811, 26-7321, 26-7122 e 26-9141.
>
> A quem porventura não tiver ainda recebido o seu questionário, o Serviço Nacional de Recenseamento encarece o dever patriótico de comunicar ao posto censitário mais próximo ou por intermédio de alguns telefones acima indicados (INFORMAÇÕES..., 1940, p. 2).

A matéria ainda reproduziria comunicado do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, dando instruções para o preenchimento correto dos questionários e o que fazer em caso de mudança de endereço no dia 1º de setembro.

E toda informação era necessária mesmo. Havia sempre um desavisado ou um mal-intencionado para distorcer o correto preenchimento dos questionários. Alguns exemplos pareciam piada:

> Chegou ao conhecimento do Serviço Nacional de Recenseamento que alguns indivíduos demonstrando a mais dolorosa e completa incapacidade para levar a sério mesmo as causas nacionais dignas do maior respeito, estão arrolando cães e gatos nos boletins de família que lhes são distribuídos.

> Por mais preciosos que sejam estes animais domésticos, a ponto de certas pessoas os considerarem membros das respectivas famílias e incluí-los como tais nos boletins destinados ao recenseamento do povo brasileiro, o serviço Nacional de Recenseamento pensa de maneira diferente e, dispondo de meios de identificar as pessoas culpadas de semelhante leviandade, será forçado a agir contra as mesmas na forma da lei impondo-lhes penas de prisão ou de multa, ou de ambas, conforme a gravidade da falta (COM..., 1940, p. 6).

O mesmo *Jornal do Brasil*, no primeiro dia da coleta, chamou os brios na Nação, em seu editorial intitulado "O Censo":

> Um dos interesses, ou dos merecimentos que pode ter a estatística é o da periodicidade de sua execução. Levantar censos com intervalos irregulares é o meio de perder um pouco da utilidade destas revistas do recenseamento. E a razão é evidente. A regularidade dos prazos oferece como que um padrão para a comparação dos resultados. Se não há esse ritmo, os resultados vão ser vistos através de medidas desiguais, confrontando-se números exatos e avaliações mais ou menos precárias.
>
> [...] Dizem os técnicos que as guerras são ganhas na paz. Os recenseamentos triunfam na preparação ou nela naufragam.
>
> Por isso mesmo antecipamos o louvor ao censo de hoje. É que temos acompanhado, na ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o excelente trabalho preparatório executado com inteligência, método, dedicação.
>
> [...] Houve quem comparasse o censo a um trabalho de mosaico: "formados de pequenos fragmentos quase imperceptíveis, nos quais colaboram numerosos obreiros anônimos, constituem, reunidos uma obra de valor incalculável" (O CENSO, 1940, p. 5).

Uma vez concluída a fase da coleta, a necessidade de propaganda foi caindo. As matérias sobre o andamento do censo continuavam saindo nos meios de comunicação. Mas desta vez não necessariamente a partir de um comunicado emitido pela Divisão de Publicidade. Além da condução da coleta, a fase seguinte da operação – a apuração – certamente dava notícia. Nesta fase, a medida em que iam sendo produzidos números e resultados acabavam fatalmente despertando a atenção da *mass media*.

Em 1941, contrastando com as 55 610 matérias divulgadas nos jornais brasileiros no ano anterior, saíram apenas 11 092, segundo dados da Divisão de Publicidade.

Assim ficou a distribuição mês a mês das notícias recortadas dos jornais (LIMA, 1951, p. 12):

Janeiro	1 665
Fevereiro	1 156
Março	1 501
Abril	976
Maio	631
Junho	787
Julho	790
Agosto	729
Setembro	620
Outubro	655
Novembro	783
Dezembro	799

Curiosamente, o mês que menos matérias rendeu foi setembro, quando se havia passado exatamente um ano do início da coleta.



Jeep da prefeitura municipal de Recife, com funcionário colocando placas nos domicílios e divulgando o Censo de 1950.

A propaganda no Censo de 1950

Para a operação censitária seguinte, realizada em 1950, ainda não se poderia prescindir de uma propaganda bem azeitada, com estratégia bem planejada. O Brasil estava vindo de dois censos com resultados satisfatórios: o de 1920 e 1940, sendo que a instituição IBGE estava bem consolidada diante do País e já não era totalmente inédito alguém aparecer em um domicílio, em nome do órgão oficial da estatística nacional, e começar a fazer perguntas. De qualquer forma, como disse *Ciro Vieira da Cunha*, em sua proposta apresentada ao Serviço Nacional de Recenseamento, em janeiro de 1950, o brasileiro ainda não estava "suficientemente esclarecido a respeito de operações censitárias, nem bastante familiarizado por bem sentir-lhes a utilidade" (CUNHA, 1951, p. 14). Como que para justificar uma campanha publicitária criteriosa, ele lembra uma frase de Montoya: "*una propaganda tecnicamente organizada y conducida significa un 50 porciento em la ejecución de um buen censo*" (MONTOYA, 1946 *apud* CUNHA, 1951, p. 14).

Cunha (1951, p. 14) admite que, em contraponto aos Estados Unidos, no que diz respeito às contagens, aqui não havia uma consciência estatística. Um número relativamente reduzido aceitava, naqueles tempos heróicos da realização dos primeiros censos do IBGE, os números como "expressão segura de fenômenos econômicos ou sociais".

Mesmo assim, dadas as experiências anteriores em tempo relativamente recentes, a presença maciça da propaganda não seria tão marcante quanto foi nos recenseamentos 1920 e 1940.

Ciro Vieira da Cunha, em seu texto "Aspectos da propaganda do Recenseamento", reconhece que a publicidade relativa ao Censo 1950 não poderá ser feita nos mesmos moldes da realizada dez anos antes. "Nada se pode impor aos jornais" (CUNHA, 1951, p. 23), ele escreveu. Provavelmente ele estava dizendo que desta vez não teria um DIP para dar suporte aos comunicados do Serviço Nacional de Recenseamento, nem se estava vivendo tempos de exceção como no Estado Novo. Os jornais precisariam ser "seduzidos" com notas onde a notícia estivesse claramente perceptível. Além disso, teriam de contar com o natural engajamento da imprensa, grande usuária de números estatísticos, no trabalho de conscientização da população. Esta parte até que nem seria difícil. A dificuldade, segundo ele, ficaria por conta de

uma estratégia abrangendo todo o País, cujos recantos tinham hábitos e costumes diversos. Para solucionar este problema, teria de haver estratégias que levassem em conta esta diversidade:

> Uma campanha igual, nos meios e nos métodos, nos caminhos e nos veículos, em todo o país, provocaria reações diferentes, levando a resultados ineficientes, quando não prejudiciais. Se, em medicina, é ponto pacífico o de não haver doenças, mas apenas doentes, também aqui podemos aceitar como verdade que mais precisamos olhar os grupos a serem convencidos do que o diagnóstico que mostra a necessidade da propaganda. O diagnóstico é de ordem geral. Está feito para todo o país, senão para todo o mundo. A terapêutica é que tem de ser diversa, por que não se faça anódina ou de efeitos contrários (CUNHA, 1951, p. 14).

Com efeito, Cunha propôs uma estratégia veramente diversa. Em sua proposta, ele dividiu a abordagem em três aspectos. A saber, propagandas orientadas para os sentidos: da visão, da audição e da visão e audição.

Para envolver o primeiro sentido, além dos veículos óbvios como jornais, revistas, folhetos, cartazes, cartões-postais, selos, etc., ele propunha o uso do material escolar, onde frases de efeito sobre o recenseamento poderiam ser impressas. Mas as grandes novidades que ele sugeriu ficariam por conta de letreiros de fumaça, escritos no céu por aviões de acrobacia aérea, carros alegóricos das sociedades carnavalescas, desfilantes nos três dias de folia, fogos de artifício, que lançados no ar em dias festivos, espoucassem palavras ou frases sobre o censo, e até folhetos de literatura de cordel. Este último, segundo ele, seria o tipo de literatura de maior penetração no interior do Brasil, especialmente nos Estados do Norte/Nordeste.

> Não há, portanto, porque desprezá-la [a literatura de cordel], não só como veículo de frases de propaganda, mas também, nela pondo o Recenseamento como assunto central dos trabalhos. Se o que se deseja é fazer chegar aos olhos do povo notícias da operação censitária, devemos nos valer, para isso, no que respeita à gente do sertão, do que essa boa gente gosta de ler (CUNHA, 1951, p. 17).

Infelizmente, não temos como confirmar se todas estas mídias foram utilizadas. Provavelmente foram. Mas não encontramos indícios concretos de sua utilização.

Quanto ao sentido da audição, ele propôs a maciça utilização do rádio, veículo dos mais poderosos da época. Não poderiam ser descartados os *slogans* e *jingles* musicais, de efeito testado e aprovado na publicidade regular. E para isso, não só as emissoras radiofônicas poderia ser acionadas: carros e caminhões com sistema de auto-falantes entrariam neste esforço, a exemplo de sua utilização no Censo de 1940.

Para a combinação dos dois sentidos, a sua proposta envolveria o uso do cinema, por intermédio de “curtas”, já utilizados na operação censitária anterior, do teatro, especialmente no gênero revista, dos mais populares, e ainda o circo, pela sua extraordinária penetração pelo interior do País.

Da mesma forma que os veículos meramente visuais, não é possível garantir que todas as sugestões foram aceitas. Há indícios positivos entretanto.

O censo nas folhas

Como fizemos para o de 1940, verificamos em datas próximas ao lançamento oficial do Censo 1950, como estava a divulgação em três jornais do Distrito Federal: *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*.

De pronto, fica claro que o volume de matérias sobre o recenseamento, tanto as opinativas, quanto as descritivas, foi em número bem menor que em 1940. Já citamos as razões.

O *Jornal do Commercio*, de 26 e 27 de junho, trazia a matéria "O Recenseamento de 1950", com esclarecimentos a respeito da finalidade e serventia de um censo:

> Para que se tenha uma noção exata da necessidade dos recenseamentos é mister que compreenda a utilidade das estatísticas.
>
> Elas nos apresentam, traduzidos em números, os fenômenos sociais, políticos, econômicos e científicos do país. Seus novos métodos deram-lhe uma importância considerável em todos os setores de pesquisas. Somente através da sua interpretação tornou-se possível avaliar os fatos futuros, no terreno econômico social, com os dados apurados no presente (O RECENSEAMENTO..., 1950a, p. 4).

No mesmo 27 de junho, o *Diário de Notícias* saiu com uma matéria explicando com alguma minúcia, características daquela operação censitária e trazendo alguns números bem curiosos:

> As estatísticas demográficas não perderam [...] a enorme importância que sempre se lhes reconhecem. Ao contrário, ganharam em complexidade e amplitude para atender ao desenvolvimento das ciências sociais que têm nelas um dos mais hábeis instrumentos de investigação e consulta. Daí o inestimável interesse dos modernos censos populacionais, que oferecem campo vastíssimo ao estudioso no referente às peculiaridades individuais e condições de vida dos grupos humanos e às suas características biológicas, étnicas e sociais.
>
> O VI Recenseamento Nacional de 1950 reserva ao Censo Demográfico considerável parcela de seus trabalhos – a mais ponderável em volume. Na sua execução que exigirá os serviços de 40.000 recenseadores, serão utilizados 14 milhões de questionários que, justapostos no sentido do comprimento, cobririam uma extensão pouco inferior a todo o litoral brasileiro! Esses instrumentos de coleta constam de 25 quesitos cujas respostas tornarão possíveis especificar a população brasileira segundo suas marcantes características individuais, tais como o sexo, a cor, a nacionalidade, a idade, o estado civil, a religião, o grau de instrução, a profissão ou ocupação etc.
>
> Preenchidos os boletins, eles formarão um montante de respostas superior a um bilhão, exigindo o trabalho de mais de mil funcionários e de quase 400 máquinas. Deve-se ter em vista, não obstante, que houve grande simplificação nos boletins demográficos deste recenseamen-



Cartazes do Censo de 1950.

> to. Em 1940, eram 45 as perguntas individuais constantes do Censo Demográfico, reduzindo-se agora de 20, ou quase da metade! [...] (INICIADA..., 1950, p. 1).

No *Jornal do Commercio*, de 29 de junho, está a palavra de Macedo Soares, o então presidente do IBGE:

> [...] Livre das influências e das limitações filosóficas, religiosas ou políticas, o Recenseamento é, essencialmente, uma obra de cooperação nacional. Para o seu completo êxito impõe, necessariamente, o compreensivo concurso de todos os brasileiros (O RECENSEAMENTO..., 1950b, p. 4).

Na mesma matéria vê-se, também, algumas curiosidades envolvendo os trabalhos censitários ora em marcha:

> Já se acham, por exemplo, preparados os cartões para a apuração mecânica dos resultados dos Censos de 1º de julho próximo em todo o país. Seu número eleva-se a 120 milhões.
>
> Se considerarmos que a área de cada cartão é de 1, 5355 dm^2, poderíamos cobrir, com todos eles, uma superfície de quase dois milhões de metros quadrados, ou, exatamente, 1.842.600 m^2.
>
> Os cálculos feitos à base da altura são, todavia, ainda mais curiosos e surpreendentes. Se mil cartões, colocados uns sobre os outros, medem 20 centímetros, cento e vinte milhões formarão uma pilha de 24.000 metros, ou seja, três vezes maior que o mais alto cume do mundo – o Everest. E 50 vezes maior que o Pão de Açúcar (O RECENSEAMENTO..., 1950b, p. 4).

Esta mesma matéria ainda traz o pedido da embaixada da Argentina, no sentido de que fosse divulgada uma nota apelando aos cidadãos daquele país, residentes no Brasil ou em trânsito, para colaborarem com o censo. Outros jornais divulgaram apelo similar feito por outras embaixadas, todas solidárias ao esforço pelo censo, e colocando-se a disposição para auxiliar no que fosse necessário.

No dia 30 de junho, véspera da data-base, todos os jornais do Distrito Federal trouxeram matérias sobre o censo, ora opinando, ora conclamando ou ainda esclarecendo possíveis dúvidas. Como o fez o *Diário de Notícias*:

> Inicia-se amanhã o VI Recenseamento Geral do país, após o longo esforço que precedeu a fase prática da operação censitária. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou árduos trabalhos de preparação e organização do VI Recenseamento.
>
> DISTRIBUIÇÃO PRÉVIA DOS BOLETINS – Algumas zonas do território brasileiro reúnem condições que favorecem uma simplificação maior do trabalho do recenseador. Levando este fato em consideração, no caso particular do Rio de Janeiro, resolveu-se fazer a distribuição antecipada dos questionários do Censo Demográfico em vários bairros, como Laranjeiras, Copacabana, Tijuca, Centro etc. Mas, ao mesmo tempo em que se procedia assim, esclarecia-se aos futuros informantes do VI Recenseamento que as declarações solicitadas nos quesitos diriam respeito a data de 1º de julho, amanhã, portanto, quando começa o levantamento geral do país.
>
> AOS QUE NÃO FOREM VISITADOS AMANHÃ – No Distrito Federal cada agente recenseador distribuirá questionários e colherá informações em cerca de 300 domicílios. É pouco provável que esta tarefa possa ser desempenhada num único dia. Por isso, não devem algumas pessoas estranhar a possibilidade de não serem visitadas amanhã pelo agente do Censo. Se ele não aparecer amanhã, data do início do VI



Cartazes do Censo de 1950.

> Recenseamento Geral do país, virá com toda certeza nos três ou quatro dias imediatamente posteriores (INICIADA..., 1950, p. 1).

A mesma matéria traz, como um *box*, a conclamação aos brasileiros pelo então presidente *Eurico Gaspar Dutra* para que ajudasse patrioticamente ao censo. Este apelo foi distribuído pela Agência Nacional a todos os jornais do País, sendo publicado em todos os estados da União. Diz o *box*:

> O presidente da República dirigiu, ontem, ao povo brasileiro, o seguinte apelo:
>
> "Vai realizar-se, a 1º de julho próximo, o VI Recenseamento Geral do Brasil, enquadrado no plano do Censo das Américas.
>
> Consagrando a praxe dos censos decenais, demonstramos o nosso empenho em opor diretrizes firmes às indecisões geradas pelo desconhecimento da realidade. Essa firmeza de rumos só pode ser obtida mediante estatísticas abundantes e fiéis, tanto no campo da ação governamental, como no da iniciativa privada. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, encarregado de levar a efeito a operação censitária de 1950, recolherá de todos nós informações destinadas a mostrar, em suas sínteses finais, não apenas quanto somos, mas ainda como somos e quanto valemos. Para que se alcance esse objetivo, não bastarão os esforços e o devotamento dos responsáveis diretos pela operação: torna-se necessária, sobretudo, a colaboração irrestrita de todos os brasileiros, de quem se espera contribuam com respostas perfeitas às perguntas que lhes forem apresentadas. Desejo, pois, pedir a colaboração de todos os brasileiros para este empreendimento que há de trazer aos órgãos do Poder Público, mas também à Lavoura, ao Comércio e à Indústria, bem como aos demais setores de atividade nacional, informações minuciosas e exatas, capazes de permitir orientação do esforço comum, do governo e do povo, no sentido do nosso bem-estar e da grandeza nacional. Ao fazer este apelo, estou certo de que o Recenseamento Geral de 1950 será mais uma demonstração feliz de que, em face dos altos interesses nacionais, sabemos estar unidos, numa só vontade, num só entendimento, dentro de um só credo e de um só partido, por um só ideal – o bem do Brasil".
>
> Rio de Janeiro, 29 de junho de 1950. *Eurico Gaspar Dutra*.
>
> (INICIADA..., 1950, p. 1).

Vale destacar na fala do presidente ele ter lembrado que o Censo 1950 fazia parte dos Censo das Américas, uma vez que em praticamente todos os países do continente americano estariam em marcha operações censitárias naquele ano.

Mas a matéria do *Diário de Notícias* ainda trazia uma outra subdivisão, com entretítulo "Mostrar às crianças e aos jovens a importância dos censos". Neste artigo, ficava patente a importância dada pela propaganda que as crianças fariam do censo em seus próprios lares. Diz a matéria:

> O secretário-geral de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, baixou uma portaria recomendando a todos os seus subordinados a máxima colaboração com os trabalhos do VI Recenseamento Geral do Brasil, cuja fase de coleta de in-

> formações terá início amanhã. A divulgação nas escolas das elevadas finalidades e do verdadeiro sentido da operação censitária é tarefa de inestimável significação e importância.
>
> Toda propaganda, nesse sentido, entre a juventude das escolas, ao mesmo tempo que predispõe considerável parcela da população do país em favor do Censo, reflete-se, de um modo geral, na própria atitude da gente adulta e de responsabilidade para com ele.
>
> Através dos filhos, pode-se criar na família um clima de simpatia e interesse, o único que favorecerá a boa realização do patriótico cometimento estatístico. É esse, aliás, o intuito da portaria em apreço que veio satisfazer, no Distrito Federal, a uma exigência da propaganda censitária.
>
> Nas instruções estabelecidas, o professor Clovis Monteiro afirma que "os departamentos de Ensino da Secretaria de Educação prestarão, dentro de suas possibilidades, o máximo de colaboração" ao Recenseamento. Essa cooperação para ser eficaz deve-se revestir de "formas didáticas acessíveis aos diferentes níveis do ensino". Assim, em linguagem compatível com o grau de adiantamento de cada classe, serão prestados esclarecimentos gerais sobre o Censo, ministrando-se, ao mesmo tempo, persuasivos conselhos aos alunos no sentido de que ajudem sempre que possível aos recenseadores a desincumbirem-se de sua afanosa missão, com sucesso proveitoso para a coletividade e para a Pátria (INICIADA..., 1950, p. 1).

Ainda nesta matéria, são apresentadas "lições" obedecendo a um curioso esquema para ser apresentado a alunos e professores:

> 1 – amplas informações sobre a origem e a história dos recenseamentos e sua significação.
>
> 2 – finalidades e vantagens em conhecer-se com exatidão as respostas para questões de interesse coletivo, tais como "quantos somos?", "quanto possuímos?", "de quanto precisamos?", "de que precisamos e onde?" etc.
>
> 3 – informações gerais sobre como se faz um recenseamento e como devem ser respondidos os quesitos censitários, frisando-se a importância da autenticidade como fundamental para o completo êxito da operação.
>
> 4 – posição do recenseador diante do informante, esclarecendo-se as principais dúvidas geralmente surgidas, e as dificuldades que para alguns poderá oferecer o preenchimento de um boletim demográfico (INICIADA..., 1950, p. 1).

Uma boa explicação sobre o que é preciso para se fazer censo está na matéria intitulada "O Recenseamento de 1950", de autor anônimo, publicada no *Jornal do Commercio*. Ali estão informações sobre uma importante fase da operação censitária – o levantamento cadastral:

> No Distrito Federal, por exemplo, o Serviço de Coleta do Distrito Federal fez o levantamento do cadastro predial-domiciliar local, constatando a existência de 405.999 prédios (inclusive os casebres das favelas) e 447.592 domicílios (O RECENSEAMENTO..., 1950c, p. 3).

Esta mesma matéria traz ainda a palavra elucidativa de Rafael Xavier, secretário-geral do CNE:

> A propósito do Recenseamento, o Sr. Rafael Xavier, secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística, fez as seguintes declarações:



Cartazes do Censo de 1950.

"A julgarmos pelas inequívocas demonstrações de simpatia e compreensão já recebidas pelo serviço Nacional do Recenseamento, pode-se assegurar que a colaboração do povo para o êxito dos Censos de 1950 atingiu a um grau até agora não alcançado em qualquer outra época" (O RECENSEAMENTO..., 1950c, p. 3).

A matéria prossegue esclarecendo que, corroborando as palavras de Xavier, muitos telegramas e cartas trafegaram contando da imensa colaboração recebida nos trabalhos preliminares do censo. Diz a matéria que à voluntária e eloqüente participação popular juntou-se a contribuição de autoridades civis e militares, bem como das entidades associativas, a mais que imprescindível atuação do clero, da imprensa e também de representantes das classes produtoras (conforme veremos mais adiante).

Pela matéria, os "três fatores negativos" que sempre se elevaram contra as operações censitárias anteriores – a ausência de tradição censitária, a falta de uma definida consciência estatística e a carência de educação popular – teriam, possivelmente, desta vez, menor influência no conjunto dos trabalhos.

Há que se atenuar um pouco esta informação. De fato, a realização do censo anterior há apenas dez anos ajudava, e muito, para que a população não estranhasse um inquérito censitário bem debaixo de seu teto. Mas, não era possível naquele momento (sabe-se lá se hoje ainda é possível) assegurar que tínhamos tradição censitária e uma consciência estatística. No máximo, podemos dizer que estamos caminhando para elas.

Na matéria, Rafael Xavier abordou o assunto, e fez o seu diagnóstico (e pelo visto, concorda com nossa linha de raciocínio):

> Evidentemente, nos últimos anos temos registrado grandes progressos. Para isso tem concorrido a obra permanente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela popularização dos conhecimentos estatísticos. A função altamente educativa do Instituto alcança a todas as camadas da população, estimulando no seio do povo o interesse por quantas informações sirvam para pô-lo ao par do que ocorreu no país.
>
> Por outro lado, os inquéritos freqüentes os constantes levantamentos econômicos contribuem para eliminar preconceitos porventura remanescentes e para tornar habitual o uso e a aplicação dos métodos de investigação (O RECENSEAMENTO..., 1950c, p. 3).

No dia da data-base, os jornais traziam os lembretes e as instruções lhes passadas pelo Serviço Nacional de Recenseamento. Tudo estava concorrendo para

acontecer um bom censo. Pelo menos, da parte da propaganda institucional do IBGE, havia muito trabalho e dedicação para a consecução deste objetivo, como veremos em seguida.

"Ajude a fazer o Censo!"

Na nota introdutória da publicação "**Campanha publicitária do Recenseamento Geral de 1950"**, Vinícius Fonseca admite que:

> Da experiência dos recenseamentos anteriores muito aproveitou ao planejamento e à execução da propaganda do Recenseamento de 1950, cujo plano teve assim base comum com a dotada em 1940 e 1920 (FONSECA, 1959, p. I).

Pelo regulamento do Censo 1950, a organização, orientação, condução e coordenação da propaganda da operação, incluindo o "preparo" da opinião pública estava a cargo da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento. Era o órgão correspondente à Divisão de Publicidade do censo anterior. Não era exatamente igual, uma vez que parte da responsabilidade cabia também às Comissões Censitárias Regionais e Municipais, que deveriam trabalhar em íntima colaboração com a Divisão Técnica, por intermédio da Subdivisão de Propaganda, criada pela Resolução da Junta Executiva Central, por meio da Resolução nº 329, de 27 de julho de 1949.

Desta forma, os órgãos regionais tiveram autonomia para fazer sua propaganda, desde que seguissem as recomendações da Circular DT / 175, de 23 de novembro de 1949, que diziam:

> a) não prometer o que o Recenseamento não vai obter. Fazer, por exemplo, referências a dados que não serão colhidos pela preparação censitária de 1950, será faltar à fidelidade numa informação, quando se pede ao povo que seja fiel nas respostas aos quesitos dos Censos. Assim, só deverá ser prometido o que o Regulamento aprovado pelo decreto nº 26.914, de 20 de julho do corrente ano, e os questionários mostram que será obtido;
>
> b) não desmerecer a estatística, permanente para ressaltar a importância da operação censitária. Tal caminho levará o povo a duvidar da utilidade do próprio Recenseamento, visto afirmar-se o desvalor de dados que nele se apoiam. Melhor será frisar-se que, com o correr de um decênio, há necessidade de novas pesquisas para atualização de elementos e verificação de índices.
>
> c) não subestimar o trabalho desenvolvido nos Recenseamentos anteriores. Fazer tal afirmativa será conduzir o povo a subestimar também o que se desenvolve para a realização dos Censos de 1950. É preciso fazer sentir que as experiências anteriores de muito vêm servindo aos incumbidos do Recenseamento de 1950.
>
> d) conseguir dos jornalistas e pessoas que estejam colaborando na propaganda do recenseamento que sigam também aquelas diretrizes, pois, visando todos ao mesmo alvo, dentro de uma só orientação, muito maior será o rendimento e muito melhores serão os resultados (FONSECA, 1959, p. 2-3).

Vinícius acrescenta que à estas recomendações devem-se acrescentar a neutralidade política e religiosa.

Ao tocar no assunto "*slogan* oficial do censo", Vinícius faz uma revelação curiosa. Segundo ele escreveu, o *slogan* da operação censitária de 1920 era "Quantos

somos? Dolorosa interrogação!". Acontece que por mais que tenhamos examinado os principais jornais daquele período, incluindo os volumes sobre os resultados oficiais do Censo 1920, em nenhum lugar foi constatada a existência e propagação desta frase. Se até agora nesta obra tal *slogan* não apareceu foi porque ele não deu o ar de sua graça em nenhuma das fontes anteriormente usadas.



Cartazes do Censo de 1950.

Para 1940, diz Vinícius Fonseca que não foi claramente definido um *slogan* exclusivo para motivar o apoio da população. Das muitas frases utilizadas naquele recenseamento, as duas mais famosas foram: "O Brasil é rico, mas não sabe o que possui" e "Ajude a fazer o Censo 1940".

No momento de se decidir qual frase seria adotada como *slogan* para 1950, optou-se pela atualização de uma das utilizadas pelo recenseamento anterior: "Ajude a fazer o Censo de 1950", ou apenas "Ajude a fazer o Censo". Esta frase esteve presente nas diversas peças publicitárias para divulgação daquela operação censitária.

As estratégias a serem adotadas foram as sugeridas por Ciro Vieira da Cunha (já relatadas anteriormente).

Nas muitas notas e comunicados distribuídos à imprensa pela Divisão Técnica insistia-se no caráter sigiloso que a investigação censitária deveria necessariamente ter. O fantasma das desconfianças sobre a utilização das informações prestadas sempre pairava sobre a população. Carecia, pois, esclarecê-la de que nada declarado poderia ser utilizado contra o informante. Para reforçar esta determinação, conta Fonseca que a Divisão distribuiu para jornais do interior do Brasil uma *charge* publicada pelo jornal carioca *O Globo* (ele não citou a data). Eis seu teor:

> "O JUSTO PELO PECADOR? – Um recenseador do Estado do Pará, encontrando um informante casado duas vezes, comentou o caso, chegando o mesmo, por isso, aos ouvidos da autoridade policial. Nada aconteceu ao bígamo, amparado pela lei do segredo censitário. O recenseador, sim, é quem foi preso e processado..."
>
> O desenho recebeu a seguinte legenda: "Ué! Eu é que fico na cadeia?..." E logo abaixo, estes comentários:
>
> "Leis severas estabelecem e garantem o segredo rigoroso em que devem ser mantidas as informações prestadas ao recenseador. No Brasil, nunca se verificou um só caso em que qualquer informação correta tenha sido divulgada ou utilizada em prejuízo de quem a prestou" (FONSECA, 1959, p. 14).

Aliás a publicação de casos pitorescos do censo foi uma das estratégias utilizadas para conquistar o interesse dos informantes. Não que isso fosse novidade. Como

já visto no volume anterior desta **História das estatísticas brasileiras,** desde o Censo Municipal 1906 já se utilizava deste recurso. Mas, de qualquer maneira, vale a pena destacar esta curiosa iniciativa.

De acordo com a publicação "Campanha publicitária do Recenseamento Geral de 1950" também foi feito um *clipping* (não tinha este nome, evidentemente) com o número total dos retornos em publicações de matéria sobre o censo. Em 1949, foram 1730 notícias. No ano seguinte, de acordo com a distribuição dos meses, eis o balanço do número de matérias publicadas até a data-base do censo, em 1º de julho (FONSECA, 1959, p. 16):

Janeiro	947
Fevereiro	1 096
Março	2 279
Abril	1 733
Maio	2 332
Junho	3 130

A soma destas matérias com o total apurado em 1949 perfaz 13 247 artigos com retorno dos jornais e revistas. Embora este seja um número bem abaixo do verificado em 1940 para período similar, temos de levar em conta alguns aspectos. Em 1950, havia uma escassez de papel, o que levava os jornais a reduzirem seus cadernos, conseqüentemente diminuindo o número de matérias diárias. Além disso, naquele ano aconteceriam eleições gerais, inclusive para presidente, contribuindo para que os jornais produzissem considerável volume de artigos a respeito da mobilização dos candidatos naquele pleito muitíssimo disputado. E para complicar ainda mais a situação, era ano de Copa do Mundo e uma copa sendo disputada no Brasil. Por conta de tudo isso, conseguir mais de 13 mil matérias não pode ser considerado um mau resultado. A não ser que o comparemos aos recenseamentos anteriores, todavia, não devemos perder de vista o já afirmado anteriormente: a necessidade de divulgação e publicidade do Censo 1950 era bem menor que nas operações anteriores. Afinal de contas, só dez anos separava aquele censo do anterior.

Pelo relato de Fonseca, o balanço dos espaços dado ao censo nos jornais de fora do Distrito Federal, incluindo capitais e cidades do interior mostra que o retorno em artigos publicados foi de regular para bom e em algumas cidades, muito bom. Para se ter uma idéia, os seis jornais de Recife deram um retorno de 765 recortes de outubro de 1949 a junho de 1950. Os sete jornais do interior da Bahia produziram um retorno de 187 matérias.

Quanto a matérias exclusivas, foram publicadas 59 delas nos jornais do Distrito Federal, de maio até o princípio de julho. Destas, o destaque ficou por conta do *Diário de Notícias* e de *O Jornal*, com nove cada uma, seguidos pelo *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *O Mundo* e o *Diário da Noite*, todos com quatro.

Em que pesem as dificuldades citadas, a imprensa não deixou de dar a sua colaboração, desde o início dos trabalhos de preparação do censo. Isto pode ser comprovado pela carta enviada em 8 de novembro de 1949, pelo presidente da

Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, ao então presidente do IBGE, Macedo Soares:

> Excelentíssimo Senhor Embaixador,
>
> Bem sabe V. Excia. o quanto os jornalistas do Brasil consideram importante para os interesses nacionais o bom andamento de uma iniciativa valiosa como é o Censo de 1950.
>
> Ao agradecer a V. Excia. a comunicação do início das providências relativas à matéria – que redundarão num verdadeiro espelho da situação brasileira, sem a qual não poderemos ter pleno conhecimento dos nossos problemas – quero lhe formular o protesto de solidariedade da imprensa brasileira e, em particular, da Associação Brasileira de Imprensa, que se põe inteiramente à sua disposição (MOSES, 1949 apud FONSECA, 1959, p. 21-22).

Moses ainda produziria um comunicado, prontamente distribuído pela Divisão Técnica a todos os veículos de publicidade do País:

> Para o Recenseamento de 1950, todos os jornais e jornalistas estão mobilizados. A Associação Brasileira de Imprensa convida o povo a facilitar por todos os meios os trabalhos do Censo, que vão revelar o Brasil a si mesmo (MOSES, 1950 apud FONSECA, 1959, p. 22).

Vinícius Fonseca informa que os jornais de todo o País seguiram a indicação do presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, e chega a citar concursos, festas, campanhas promovidas por jornais do interior, todos irmanados no esforço pelo censo.

Além da divulgação por escrito, não se deve deixar de lado o que foi veiculado por outros meios de comunicação. O rádio, de enorme capacidade de penetração, até nos mais longínquos rincões, teve notável participação neste esforço. Mesmo onde rareavam aparelhos receptores, sistemas de alto-falantes retransmitiam apelos pelo censo. Ao fim ou mesmo durante as programações, era comum locutores difundirem o *slogan* "Ajude o Censo". Durante as irradiações dos jogos da Copa do Mundo, palavras de incentivo à colaboração nos trabalhos do recenseamento foram larga e fartamente disseminadas. *Jingles* e palavras de apelo foram gravados em disco e distribuídos por diversas emissoras do interior.

Até programas humorísticos davam a sua colaboração. O grande radialista *Renato Murce*, produtor do programa "Piadas do Manduca", da Rádio Nacional, onde pontificavam artistas espetaculares como *Lauro Borges* e *Castro Barbosa*, já famosos pela "PRK-30", incluiu apelos à participação ao censo nos textos humorísticos. A própria Divisão Técnica enviou-lhe sugestões para serem aproveitadas no programa, sendo prontamente aceitas.

Outro programa da Nacional, o "Nada além de dois minutos", produzido e apresentado pelo célebre radialista *Paulo Roberto*, incluiu nos seus *scripts* palavras de incentivo ao recenseamento, algumas sugeridas pela própria Divisão Técnica.

Ainda na Rádio Nacional, a participação do inesquecível "Repórter Esso" foi particularmente notável. A Subdivisão de Publicidade da Divisão Técnica do SNR

alimentou o programa com inúmeros comunicados, prontamente difundidos para todo o País.

Não podemos esquecer do programa oficial "A Voz do Brasil", de absoluta penetração em todos os recantos do País, transmitiu copioso material de propaganda do censo, desde a fase de preparação, passando pelo anúncio do início da coleta, incluindo instruções para preenchimento dos boletins. Por lá, foi irradiada a fala do presidente Dutra para toda a Nação, conclamando a participarem do recenseamento.

Foram várias emissoras, diversos programas, todos imbuídos do espírito de colaboração para que o recenseamento acontecesse da melhor forma possível. Também a Liga de Amadores Brasileiros de Radioemissão - LABRE, foi de enorme ajuda na divulgação da operação censitária. Os chamados radioamadores auxiliaram de várias formas, disseminando instruções, transmitindo soluções para eventuais dúvidas, enfim, uma colaboração inestimável.

A propaganda utilizando o cinema foi em alto nível. Duas empresas cinematográficas apresentaram proposta para a realização dos *shorts* (curtas). Venceu a da empresa Técnica Cinematográfica Jaguar, representada pelo insigne cineasta *Luís* (Lulu) *de Barros* – diretor de obras célebres como "Samba em Berlim" e o primeiro filme falado brasileiro, o "Acabaram-se os otários".

O curta teve roteiro de Ciro Vieira da Cunha, conforme descrição abaixo (FONSECA, 1959, p. 30-31):

> Quadro I
> Cena 1 – A Junta Executiva Central – JEC, em reunião.
> Cena 2 – As figuras do presidente do IBGE e o do secretário Geral da JEC.
>
> Quadro II
> Cena 1 – edifício do Serviço Nacional de Recenseamento
> Cena 2 – O trabalho dos técnicos: reunião em mesa-redonda.
> Cena 3 – Mão em máquinas de calcular, em máquinas de escrever, em mimeógrafos...
>
> Quadro III
> Cena 1 – Maquinaria do Serviço Gráfico, Linotipos, impressoras etc.
> Cena 2 – Máquina imprimindo questionários.
> Cena 3 – Os questionários: imagem fixa.
> Cena 4 – Uma pilha de impressos, com um homem ao lado, para confronto.
> Cena 5 – Uma garota emendando um questionário no outro...
> Cena 6 – Um dedo mostrando, num mapa do Brasil, a extensão da faixa que se conseguiria com esses questionários emendados...
>
> Quadro IV
> Cena 1 – Mãos colocando impressos nas caixas, mãos batendo pregos, fazendo adereços...
> Cena 2 – Pilhas de caixas prontas para expedição.
> Cena 3 – Avião partindo, trem saindo, navio seguindo...
> Cena 4 – Estrada ruim dentro da mata; um burro-cargueiro com caixas...
>
> Quadro V
> Cena 1 – Um palacete
> Cena 2 – Uma choupana
> Cena 3 – Uma propriedade agrícola



Bandeira do Brasil
Foto: Marco Santos.

Cena 4 – Uma fábrica
Cena 5 – Uma casa comercial
Cena 6 – Uma bandeira nacional agitada pelo vento, cobrindo toda a cena

O custo do filme chegou a Cr$ 17 000,00, mais Cr$ 1 190,00 cada cópia em bitola 35mm e 16mm (estas últimas para exibição ao ar livre e em pequenos auditórios). Todas as Inspetorias Regionais receberam uma cópia. No Distrito Federal, o curta, com o nome de "Retratos do Brasil" foi exibido durante uma semana no Cinema Pathé, na Cinelândia. Este foi o filme oficial, produzido pela SNR. Houve outros, com produção de Inspetorias Regionais e alguns, de menor custo, financiados pela iniciativa privada (só o dono do Cinema Imperial de Nilópolis custeou cinco filmetes com o *slogan* do censo).

No teatro, a propaganda do censo, desafortunadamente, não encontrou a mesma acolhida. Embora várias companhias teatrais tenham sido convidadas a colaborar com a esforço de propaganda do censo, poucas aderiram. O texto de Vinícius Fonseca destaca, entretanto, a Companhia Eva Todor, em cartaz no Teatro Serrador, que dedicou uma das capas de seu programa ao recenseamento. Por iniciativa da Subdivisão de Propaganda da Divisão Técnica, foram produzidas e encenadas pequenas peças e entreatos do gênero infantil para serem apresentadas em escolas. Segundo Fonseca, tal iniciativa alcançou notável êxito, constituindo-se, em alguns lugares, no melhor veículo de propaganda, o de maior repercussão, de acordo com a opinião de agentes de estatística.

Aliás, houve até concurso para escolha dos melhores textos para serem teatralizados. A vitoriosa foi a aluna Augustinha Serrano, aluna da Escola Normal de Passo Fundo - RS, autora dos textos “O grande dia” e “Vovô Guilherme”. Outros textos teatrais, como “A lição de Pedrinho” e “O reumatismo de mamãe” foram escritos por Ciro Vieira da Cunha. Estas pequenas peças foram apresentadas em várias escolas do País e até em circo, como o “Irmãos Queirolo”, de Curitiba, que encenou “O reumatismo de mamãe” e “Vovô Guilherme”, em uma função especialmente dedicada a crianças e adolescentes em idade escolar.

O censo em cartaz

Como nos dois censos anteriores, o chamamento à participação de escolas, colégios e seminários contou com ampla participação tanto do corpo docente quanto do discente. Houve grande incentivo para concursos de redações, de leitura e interpretação de textos de cunho censitário, representações ilustradas sobre a operação censitária etc. Vale destacar, a título de exemplo, a participação de *Ernesto Pellanda*, veterano com participações e debates nas primeiras Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e no Censo 1940. Ele era professor no seu Rio Grande do Sul e colaborou para que lá fossem organizados textos para impressão em folhetos a serem distribuídos a uma rede com cerca de 7 000 escolas públicas.

Outras modalidades de propaganda foram utilizadas no Recenseamento Geral 1950. Uma delas foi a produção e confecção de almanaques, de largo prestígio nas áreas rurais, normalmente distribuídos por laboratórios farmacêuticos. Os almanaques mais famosos eram o Capivarol e Biotônico Fontoura, que inclusive faziam muito sucesso também nas áreas urbanas. A Subdivisão de Propaganda da Divisão Técnica produziu um com 28 páginas, redigido por Ciro Vieira da Cunha, trazendo matérias comum ao gênero (calendários, fases da lua, indicação de épocas propícias para plantio, etc.) e mais resultados do Censo de 1940, finalidade do recenseamento, esclarecimentos sobre o sigilo das informações entre outros quesitos. Este almanaque teve tiragem de 550 000 exemplares, a serem distribuídos por todo o País.

Para a escolha de cartazes para divulgação do recenseamento geral foi instituído um concurso, contando com a seguinte comissão julgadora: *Raul Lima*, *Tulo Hostílio Montenegr*o (do SNR), *Rafael Xavier* (então secretário-geral do CNE), *Herbert*

Moses (presidente da ABI), *Flexa Ribeiro* (diretor da Escola Nacional de Belas Artes, onde os cartazes classificados seriam exibidos) e *Dario de Almeida* (representante da Associação Brasileira de Propaganda). Pelo parecer da Comissão, nenhum dos trabalhos possuíam as qualidades necessárias para o alcance dos objetivos propostos.

Como solução para o impasse, segundo o texto de Vinícius Fonseca, foram contratados os serviços de quatro artistas, a saber: *Salvador Ferraz* (fez dois cartazes), *Ary Fagundes* (que já tinha feito cartazes para o Censo de 1940), *J. Damasceno* e *Milton Caserio*, estes três últimos responsáveis por um cartaz cada um. Foram impressos 150 000 cartazes.

Para distribuição avulsa, incluindo a distribuição aérea, confeccionaram dez milhões de volantes com a legenda “Ajude a fazer o Censo”. Para o lançamento pelos ares, o SNR contou com a prestimosa ajuda da rede de aeroclubes do Brasil. Outros milhares de pequenos folhetos foram impressos e distribuídos pela Cia. Telefônica Brasileira, por companhias de aviação, navegação, transporte rodoviário, ferroviário e outras. Foram também produzido selos postais comemorativos daquele recenseamento geral. Igualmente foram impressos cartões postais com reduções do cartaz com os dizeres “O Brasil conta com você”, cuja tiragem chegou a vários milhares.

A exemplo dos censos anteriores, várias entidades privadas e de classes se engajaram na difusão da propaganda censitária. Em todos os estados, moções, proclamações, circulares trafegavam incitando todos a colaborarem com o censo. Como exemplo, temos a moção aprovada na II Conferência Nacional das Classes Produtoras, reunida em julho de 1949, considerando:



Cartaz do Censo de 1950.

> a) a necessidade premente que se faz sentir no Brasil de uma documentação estatística mais completa e mais perfeita. Inclusive para possibilitar o aperfeiçoamento crescente da nossa administração e das nossas relações com o Exterior;
>
> b) que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e seus órgãos regionais, pelo muito que já tem feito, devem ser amparados pelos poderes públicos, a fim de que se torne possível a ampliação de seus serviços;
>
> c) a proximidade do Recenseamento de 1950 e a necessidade de concorrer para o seu completo (FONSECA, 1959, p. 44).

Outro exemplo, desta vez de uma associação de classe, seria a Federação do Comércio Varejista do Estado do Rio de Janeiro, que emitiu circular aos seus associados, declarando acreditar:

> que os homens das classes produtoras, estimando o alto valor da estatística como elemento grandemente auxiliador do nosso desenvolvimento econômico, tudo farão para o completo êxito do Censo de 1950 (FONSECA, 1959, p. 47).

Várias palestras, repetindo a estratégia vitoriosa em 1920 e 1940, foram proferidas em várias localidades do Brasil. O secretário-geral, Rafael Xavier, esteve a frente de algumas destas conferências, especialmente apelando para a colaboração de todos para com a operação censitária, e sempre conseguindo adesões. Como a alcançada em São Paulo, após ter proferido a conferência "O recenseamento e as classes produtoras" na presença de associados da Associação Comercial paulista. *Waldir da Rocha*, membro do Conselho-Diretor da Associação, manifestou-se desta forma, dirigindo-se aos membros da Associação:

> Antecipando-me à recomendação que provavelmente nos fará o presidente João Daut de Oliveira, e torcendo um pouco o rumo dessa apresentação, tomo a liberdade de pedir-vos o vosso apoio para a preparação de um clima de compreensão e de boa vontade, junto a todos os que puderdes ter sob a vossa influência, para os censos que terão início a 1º de julho próximo; e pedir-vos que sejais colaboradores ativos deste empreendimento, irradiando o vosso pensamento esclarecido, para que não subsistam resistências, restrições ou respostas aos questionários, capazes de comprometer a exatidão das conclusões estatísticas (ROCHA, 1950 apud FONSECA, 1959, p. 50).

De forma voluntária, diversas empresas colaboraram com o censo até embutindo palavras de ordem da atividade censitária em seus reclames habituais. Como fez, por exemplo, a Casa São Luiz, estabelecimento comercial do município paulista de Barreiro, e de forma bastante criativa:

> - O Recenseamento não promete o que não pode dar.
>
> - A Casa São Luiz não promete o que não pode cumprir.
>
> - O Recenseamento vai dizer a todos os brasileiros o quanto somos em população e o que temos em riquezas e possibilidades.
>
> - A Casa São Luiz, no próximo inverno, vai mostrar a todos os seus fregueses o que tem em especialidades etc.
>
> - Quem informar errado, está mentindo a si próprio, porque é com base em suas informações que o Recenseamento mostrará a você o que o Brasil é.
>
> - Quem deixar de comprar na casa São Luiz estará enganando a si próprio, porque vendemos os melhores artigos pelos menores preços.
>
> - Sem as boas estatísticas não é possível ninguém governar com êxito, como em recuados tempos ao sabor do acaso.
>
> - Sem os bons tecidos, lãs etc., a Casa São Luiz não pode vender com êxito e para isso está recebendo grandes variedades de mercadorias.
>
> - Trabalhar pela causa do Recenseamento é dever de todos, explicando aos que não compreendem os benefícios que o Recenseamento traz aos brasileiros.
>
> Comprar na Casa São Luiz é dever de todos os que gostam de ficar bem servidos e transmitir aos que nos visitam os benefícios que nossos artigos trazem aos nossos fregueses (FONSECA, 1959, p. 55).

Também acompanhando o realizado em 1920 e 1940, a participação das autoridades religiosas, especialmente do clero apostólico romano, foi de extrema valia para o Censo de 1950.

Quer seja nas pregações nos ofícios religiosos e mesmo em irradiações de programas radiofônicos, quer por intermédio de textos, cartas, ofícios escritos por bispos e sacerdotes, as recomendações de apoio ao censo pedidas por eles alcançavam largo espectro de fiéis, que não só atendiam aos pedidos como se prontificavam em cooptar mais ajudantes.

Na participação do clero, cabe destacar a palavra do cardeal do Distrito Federal, D. Jaime Câmara, com argumentos, há de se convir, irresistíveis:

> Aproxima-se o Censo de 1950. Sua importância e seu grande alcance não será necessário explicar a meu prezado clero e fiéis diocesanos. O que venho agora lembrar é que colaborar no Recenseamento constitui dever não somente como patriotas que somos, mas até como cristãos.
>
> Nos decretos imperscrutáveis de Deus, escolhera Ele para berço natal de seu divino Filho humanado a real cidade de Belém. E foi assim que, obedecendo às leis do Censo decretadas pelo imperador romano Augusto, achavam-se na cidade de Davi a Virgem Santíssima e São José, quando chegou a plenitude dos tempos para vir a este mundo o Salvador Jesus.
>
> Aquele que nos ensinaria todas as virtudes nasceu ensinando a obediência às leis da Pátria.
>
> Preferiu vir ao mundo em um presépio desabrigado e sem o menor conforto, a ver desobedecida pelos seus a lei do recenseamento. É que Ele vinha para ensinar que "*non est potestas nisi a Deo*: Todo poder vem de Deus". (Rom. 13)
>
> O Censo de 1950 aí está a pedir a colaboração conscienciosa e patriótica de todos os brasileiros. É isto o que desejo recomendar a meu zeloso clero e aos caros diocesanos do Rio de Janeiro. Demos todos não somente nosso integral apoio, mas colaboramos de boa vontade e com eficiência no Censo de 1950. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1950 (CAMARA, 1950 apud FONSECA, 1959, p. 60).

Outros clérigos também se manifestaram por escrito, conclamando os fiéis e subalternos a colaborarem com o patriótico esforço do censo. Na publicação "Campanha Publicitária do Recenseamento Geral 1950", é possível ler diversas cartas de líderes católicos, pedindo e oferecendo apoio ao recenseamento.

A Confederação Evangélica do Brasil também emitiu conclames de colaboração com o censo. Assim como a Federação Espírita Brasileira – FEB, que na carta "Aos espíritas do Brasil" faz exortações aos seguidores de sua doutrina:

> A FEB, reconhecendo o dever patriótico de todo cidadão ordeiro e progressista colaborar na medida de suas forças com os poderes públicos em todas as iniciativas de interesse geral, como são inquestionavelmente as estatísticas exatas e verdadeiras, solicita das suas sociedades federadas, das sociedades adesas, das sociedades coligadas, toda a colaboração e boa vontade junto dos recenseadores, para facilitar a obra altamente patriótica do levantamento estatístico que se inicia no fim de junho do ano corrente [...] (FONSECA, 1959, p. 63-64).

"Nossos comerciais, por favor!"

No balanço final realizado por Vinícius Fonseca, ele considera como pleno sucesso a propaganda do VI Recenseamento Geral. Ele inclusive faz sugestões para a campanha seguinte, a se verificar em 1960. Para este censo, em termos da divulgação ele sugeriu que os textos para a imprensa fossem mais curtos, quase em forma de

notas. Inclusive ele recomendou que o rádio fosse até mais utilizado assim como o novo veículo que ainda não existia no Brasil a época da data-base do Censo de 1950: a televisão. Para Fonseca, ela tem a vantagem de: "penetrar nos lares e fixar através da visão e da audição, *slogans*, *jingles*, *flashes* de grande efeito de persuasão" (FONSECA, 1959, p. 84).

Como saldo de 1950 para o censo seguinte, ele recomendava que se efetivasse o planejamento da propaganda o quanto antes. Em 1950, houve um certo atraso na remessa do material publicitário apara os municípios, o que poderia ser evitado com a antecipação do envio para serem evitados contratempos.

O VII Recenseamento Geral do Brasil, efetuado em 1960, assim como o seguinte, em 1970, tiveram características bastante diversas, na sua propaganda, em relação ao verificado em 1940 e 1950. Os meios de comunicação tornavam-se mais complexos, a própria assimilação pela população tinha dimensão diferente.

A propaganda em 1960 foi incipiente e dispersa como o próprio censo. Em 1970, debaixo do *slogan* "Realidade de hoje. Perspectivas do amanhã", saíram diversos textos com a rubrica "Notícias para a imprensa". No primeiro deles, entre outras informações, é divulgada a quantidade de setores censitários, cerca de 90 000, e os 100 milhões de questionários a serem distribuídos, chegando a consumir 800 toneladas de papel. Foi feito um "Concurso Teixeira de Freitas", destinado à rede de pesquisadores das delegacias e agências, para escolher trabalhos sobre contribuições da atividade de coleta.

Muitos outros textos davam conta de anunciar concursos para perfuradores de cartão e outros trabalhadores para a operação censitária. O divulgado em 1º de setembro informava que o então presidente General Garrastazu Médici iria preencher o seu questionário na presença do ministro do Planejamento, Reis Veloso e do presidente do IBGE, Isaac Kerstenetzky.

Os textos seguintes davam conta de alguns números que já estavam apurados, como o primeiro município onde se obtiveram dados completos: Cachoeira de Goiás, com 1 786 moradores, recenseados e apurados em menos de 24 horas. Em outubro, as então 22 favelas do Rio de Janeiro já estavam todas recenseadas e com seus resultados divulgados para a imprensa, a Rocinha era a maior, com 22 141 habitantes. Em outubro já estavam sendo divulgados alguns resultados preliminares, sendo noticiados largamente nos meios de comunicação da época: rádio, televisão, jornais, revistas, cinejornais...

Tudo o que foi utilizado em 1940 e 1950, na divulgação do censo, foi também repetido nas duas operações censitárias seguintes. Entretanto, outros *mass medias* surgiram e foram prontamente envolvidos no esforço de propaganda. Aquele cartaz com o *slogan* oficial do recenseamento já não estaria mais, no bonde, ladeando reclames célebres da publicidade brasileira. O "ilustre passageiro", acredite: estaria sendo bombardeado por belos tipos faceiros de diversas maneiras. O que definitivamente importava era ele ter em mente a mensagem: "abra as portas para o IBGE".

Censo em quadrinhos

Para a divulgação do Censo 1950 foi produzida um almanaque a ser distribuído nos meios rurais, especialmente, e urbano. Ele trazia informações típicas das que costumam constar em publicações do gênero: épocas para plantio, fases da lua, calendário para pesca, etc. Além disso, trazia informações apuradas no Recenseamento 1940, dados curiosos sobre população, indústria e agricultura. Esse tipo de informações costumam aparecer em almanaques e coisas do gênero.



Gibi, [s.d.].

Desafortunadamente, nenhum dos almanaques do Censo de 1950 chegou aos nossos dias, pelo menos não que se tenha conhecimento. Para o Censo 1960 não foi impressa nenhuma publicação especial.

Em 1970, utilizou-se pela primeira vez um meio de comunicação de larga penetração nas camadas populares, em especial junto às crianças: a história em quadrinhos.

A revista "Julinho, o recenseador" foi parte da campanha de propaganda do VIII Recenseamento Geral, na rubrica "Curumim Censitário". Foi destinado à Rede Escolar Primária e tinha texto de Mauro Gonçalves de Andrade, com ilustrações de Elisabeth Granado.

Na história, o menino Julinho convida seus amigos para "brincar de recenseamento". Como eles não sabem que brinquedo é este, o menino explica, descrevendo a finalidade dos censos, o que é questionário, como se faz uma amostragem, o que contém os questionários e o que eles investigam, como se faz a pesquisa nas casas, fazendas, indústrias e no comércio, como se faz a apuração, terminando por um forte apelo às crianças para colaborarem com o recenseamento.

Embora não exista relatórios do alcance deste meio de comunicação, imagina-se que tenha alcançado os objetivos e feito dos estudantes grandes aliados na divulgação da operação censitária a acontecer em 1º de setembro de 1970.

Aquarela dos números*: a questão racial nos censos em perspectiva histórica**

Capítulo 10

por Alexandre de Paiva Rio Camargo

*O termo “aquarela” está empregado em dois dos sentidos previstos pelo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986): “massa com pigmento de várias cores, que se deve dissolver em água para reduzi-la a tinta” e “visão alegre ou otimista de uma época, uma situação, um lugar, etc.”, que a canção “Aquarela do Brasil” de Ari Barroso encarna e propaga tão bem. A aquarela expressa, portanto, a variedade e a disposição das cores, assim como a imagem positiva que elas evocam.

**Agradeço à minha ex-orientadora de iniciação científica e de monografia de bacharelado, Dra. Hebe Maria Mattos de Castro, professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, pela atenta leitura que fez da primeira versão deste capítulo e pelas valiosas sugestões. Muitas delas serão incorporadas em investidas futuras sobre o tema.

Este capítulo foi escrito por Alexandre de Paiva Rio Camargo, historiador e mestrando em História, pela Universidade Federal Fluminense. Sua participação como assistente de pesquisa na produção deste capítulo deveu-se ao empenho especial de David Wu Tai, do IBGE".

Há muito se discute sobre a validade científica dos inquéritos relativos à "raça" na apreciação da população. O problema diz respeito principalmente ao caráter arbitrário das categorias de classificação racial, de difícil precisão. Não obstante, este tipo de investigação se faz presente até hoje. O último recenseamento nacional, feito em 2000, continuava a classificar a população pelo critério de "cor ou raça"[264] - "branca", "preta", "amarela", "parda" e "indígena".

Estamos já muito longe da eugenia e das manipulações genéticas em laboratório empreendidas pela ciência nazista, quando o argumento racial visava a criar uma hierarquia evolutiva e informar práticas virulentas de destruição em massa. Também se faz distante a alegação de que os conflitos sociais originados das diferenças raciais inatas justificariam práticas de segregação espacial total, como o *Apartheid*, justamente para solucionar estes embates. Em que pesem todas as recentes contribuições da biologia e da genética, que oferecem um desmentido à validade científica da noção de raça[265], a classificação racial continua a ser uma viva realidade, de difícil solução. Se atualmente a negação do estatuto biológico das raças é o argumento predominante na comunidade científica, o mesmo não se pode dizer sobre sua realidade sociológica. A designação racial é hoje evocada para identificar grupos, configurar direitos e políticas de ação afirmativa, marcar importantes diferenças culturais, definir posições sociais.



COSTUMES DA BAIA

Brancos, negros, caboclos e índios (costumes da Bahia).

Apesar da preservação da categoria racial no tempo, o estudo minucioso da questão racial nos censos revela que as continuidades entre tais categorias são apenas aparências. Ao evidenciá-las, atingimos o objetivo deste capítulo:

[264] Não se trata de confusão nossa, mas de uma identificação entre "cor" e "raça", que formaram conjuntamente a categoria de classificação prevista no último recenseamento levado a cabo pelo IBGE, em 2000.

[265] As novas contribuições da biologia dão conta de que as "diferenças constitutivas entre um branco nórdico e um preto africano compreendem apenas uma fração de cerca de 0,005% do genoma humano"(KAMEL, 2005).

investigar a pesquisa de cunho racial[266] levada a cabo nos censos de 1920, 1940 e 1950, demonstrando que, no contraste com o momento anterior e com a atualidade, os significados assumidos pela questão racial são plurais, discordantes, conflitantes. Ao mesmo tempo, tentaremos perceber como a estatística brasileira, e em especial o IBGE, são agentes e pacientes na constituição destes sentidos, seja ao produzirem as categorias raciais, seja ao veicularem sentidos previamente atribuídos pela sociedade civil.

O pecado original e a absolvição: 1890-1920[267]

A) Do escravismo ao racismo: ciência mestiça

Para entendermos a questão racial neste período, é preciso refazer o quadro sociopolítico das raízes da República, assim como as razões de nossa intelectualidade de então, que buscava construir a nacionalidade no argumento da unidade racial.

A Europa da segunda metade do século XIX presenciou o surgimento das primeiras teorias do chamado racismo científico. Edificadas no contexto da expansão imperialista e do neocolonialismo alavancados pelas grandes potências, elas negavam a existência de um núcleo original comum à humanidade, o *monogenismo*, idéia consagrada desde o advento do cristianismo. Contrariamente ao darwinismo social, que defendia a existência de níveis evolutivos diversos, todos contidos numa única linha verticalizante, o racismo científico preconizava a descontinuidade entre os núcleos, o *poligenismo*. Daí a impossibilidade das raças negra, amarela e vermelha formarem uma civilização, mesmo com o decurso histórico e a ação da seleção natural. Refutavam, portanto, o legado do iluminismo e as assertivas do evolucionismo quanto à convicção de progresso[268] e à concepção de perfectibilidade do homem, na crença de sua capacidade de superação e constante aprimoramento. Ambas as noções, progresso e perfectibilidade, partilhavam da certeza de um patrimônio comum à humanidade, negado pelo racismo científico.

Para E. Renan (1823-92), existiriam três grandes raças – branca, negra e amarela – específicas em sua origem e desenvolvimento. Segundo esse autor, "os grupos negros, amarelos e miscigenados seriam povos inferiores não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso" (RENAN *apud* SCHWARCZ, 2001, p. 62). Utilizando a noção de "raças não perfectíveis", Renan apoiava o argumento poligenista, tendo como pano de fundo a crítica ao ideal humanista da unidade e ao conceito de perfectibilidade em Rousseau (SCHWARCZ, 2001, p. 62). Enquanto H. Taine (1828-93) ampliou a noção de raça do seu sentido

[266] O leitor há de notar que, embora um dos objetivos do trabalho seja o de identificar as diferenças de sentido e a construção histórica dos termos "raça" e "cor", seguidamente os tomamos como sinônimos ou equivalentes, com o único fim de facilitar a exposição. De todo modo, tentamos não ceder a esta tentação até a seção "Os novos tempos e o ideal de harmonia étnica", quando o termo "cor" assume o seu sentido atual e dominante: o de tonalidade de pele.

[267] Boa parte desta seção é versão modificada de um capítulo de minha monografia de bacharelado (CAMARGO, 2005).

[268] Trata-se da crença de que todas as novidades são sempre boas, criando uma dualidade entre o antigo e o moderno, que veio a ser seriamente questionada desde o impacto da ideologia militarista do nazi-fascismo e a bomba atômica de Hiroshima e Nagasaki.

biológico para a idéia de nação, o conde de Gobineau (1816-82), ao introduzir a noção de degeneração da raça, verificada em cruzamentos inter raciais, rompeu as últimas amarras com o monogenismo ao prever a impossibilidade de progresso para sociedades compostas por "sub-raças mestiças não-civilizáveis" (SCHWARCZ, 2001, p. 63-64). Os caracteres físicos das diferentes raças só poderiam existir através da perpetuação dos tipos puros.


VISTA TOMADA EM FRENTE DA IGREJA DE SÃO BENTO
no Rio de Janeiro

Brancos, negros e pardos (vista tomada em frente da Igreja de São Bento).

Feito este preâmbulo europeu, voltemos à *terra brasilis*. Intelectuais como Silvio Romero, Tobias Barreto, Araripe Júnior, José Veríssimo e Nina Rodrigues imprimiriam novas tonalidades àquelas idéias. A apropriação dos principais modelos teóricos europeus vigentes à época, como o evolucionismo, o determinismo, o historicismo alemão, o positivismo e o racismo científico, longe de um mero "reflexo cultural", revelaria uma síntese extremamente original que se mostra coerente quando consideramos o universo de aplicação daquelas teorias, ou seja, a realidade brasileira.

Com o fim da monarquia e diante da implementação da estrutura jurídico-política da democracia formal[269], fazia-se necessário reduzir as instâncias de participação popular. Tanto mais porque a abolição da escravidão produziu um sem-número de negros livres que se juntariam aos brancos livres e pobres de antes. Este enorme contingente concorria seriamente para diluir a ordem política vertical. Daí a importância de se atenuar, na constituição política republicana, os perigosos preceitos liberais. O Brasil não estava preparado para eles. Não sem ameaçar as novas elites urbanas dos setores intelectual, comercial e financeiro, em sua vontade de ocupar os mais altos cargos da burocracia republicana.

Premidos por este propósito, os intelectuais combatiam para remover, pela força do dogma científico, a estrutura de privilégio existente na política, com a monarquia; na economia, com a escravidão; na religião, com a Igreja Católica oficial; e na educação, com sua indiferença pela ciência e o caráter religioso da instrução patrocinada pelo governo. Desejosos de ocupar estratégicos cargos administrativos e de compor um conselho científico que forneceria as bases de ação do Estado, regulamentando a produção e as relações de trabalho segundo critérios exclusivamente racionais, eram homens deslumbrados com a capacidade produtiva da modernidade européia. Visando a depurar a sociedade dos entraves ao pleno reconhecimento dos méritos e dos esforços individuais, ao minar a antiga estrutura de privilégios, acredita-

[269] Note-se que, na definição do cidadão eleitor, o critério censitário do Império havia sido abolido, mas a restrição participativa permanecia assegurada, pois o voto era direito exclusivo dos homens alfabetizados, reduzindo os votantes a cerca de 5% do total da população.

vam enquadrar o País nos trilhos do progresso humano e material.


FAMILIA DE FAZENDEIROS

Brancos e negros (família de fazendeiros).

Com a dissolução das formas tradicionais de solidariedade social, representadas pelas relações de grupos familiares e clânicos, comunidades vicinais, relações de compadrio ou relações senhoriais de tutela, as relações sociais passam a ser mediadas pelos padrões econômico e mercantil, compatíveis com a nova ordem da sociedade (SEVCENKO, 2003, p. 55-56). Anuviam-se os padrões de distinção social, já que as camadas populares transitam livremente pelas ruas e avenidas. É também a época da democratização compulsória dos bondes, onde todos sentam-se nos mesmos bancos, e das modas leves, de materiais comuns, ao alcance de qualquer bolso. O sentimento democrático que extravasava para os populares tornava confuso o estabelecimento das distinções e a afirmação de uma autoridade.

Neste quadro, uma tarefa impõe-se aos intelectuais: construir uma identidade de letrados, que lhes desse um lugar privilegiado na hierarquia, afastando o perigo encarnado pelas grandes massas de livres pobres. Para tanto, o discurso científico seria ferramenta imprescindível. Aspirando à neutralidade e à universalidade, gozaria de tão amplo reconhecimento social que sua legitimidade para informar as ações públicas e as agências de governo jamais seria ameaçada, enquanto durou a Primeira República.

O desafio era claro: constituir a identidade da alta sociedade de letrados, que se situava entre a degeneração do tipo híbrido mestiço prevista pelas matrizes teóricas européias e o exotismo que o olhar europeu confinava aos trópicos. Situar o Brasil na comunidade internacional, no congresso das nações, significava o desafio de construir uma imagem fortemente cívica e racional do país, ao lado de um desenvolvimento urbano e industrial constante, que augurariam segura vocação para potência mundial. Durante a luta aberta pelo regime político republicano e após sua consolidação, estes intelectuais se empenharam em elaborar um discurso para a Europa e os EUA que articulasse a possibilidade de uma civilização nos trópicos com o progresso técnico, as novas instituições como o liberalismo econômico e a democracia, mesmo que formal, e a disseminação da pesquisa e da ciência experimental, na forma dos institutos histórico-geográficos, dos museus etnológicos e das academias de ciência. Todavia, a evocação de uma imagem civilizada ateve-se às cidades, especialmente Rio e São Paulo, e a um modo de vida crescentemente cosmopolita.

Não obstante, havia um poderoso obstáculo à imagem civilizacional e à dimensão privilegiada em que tais intelectuais ansiavam por se definir: a mestiçagem. Não nos esqueçamos das teses de Gobineau e de Le Bon, defensores das raças puras, para quem os mestiços exemplificavam a diferença fundamental entre as raças e personificavam a provável degeneração oriunda do cruzamento entre “espécies diversas”. Lastimavam a extrema fertilidade dessa população que, segundo eles, herdavam

sempre as características mais negativas das raças em cruzamento (SCHWARCZ, 2001, p. 56-57). Definitivamente, a hibridação seria um fenômeno a ser evitado. Para estes autores, o "pecado original" da mestiçagem condenaria o Brasil à barbárie, com o desaparecimento dos tipos puros e a descaracterização de nossa nacionalidade.



Negros Moçambiques, [s.d.].

Contra estas terríveis profecias, nossos intelectuais precisavam estabelecer, internamente, uma rígida hierarquia, na qual ocupassem posição proeminente, restringindo-se o gozo das prerrogativas da cidadania e, externamente, construir uma forte imagem cívica, progressista e objetiva para o País. Para tanto, duas seriam as soluções encontradas.

Em primeiro lugar, a original e bem tropical tese do branqueamento, baseada na presunção da superioridade branca, deixando em aberto a questão de ser a inferioridade inata. Seguiam-se duas premissas. Primeiro, a população negra diminuía progressivamente em relação à branca, em função de uma taxa de natalidade presumida mais baixa, da maior suscetibilidade à incidência de doenças, e da tendência para a desorganização social. Segundo, a miscigenação produzia "naturalmente" uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas, dado que a escolha de parceiros sexuais mais aptos é um elemento dominante na escala evolutiva. A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca (SKIDMORE, 1989, p. 81). Estavam, dessa maneira, invertidos os termos. A existência da miscigenação não conduzia a um fatalismo degenerativo. Muito ao contrário, porém, o contornaria, redimindo a nação de sua depreciada pluralidade étnica, ao produzir uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente[270].

Outro componente indispensável para viabilizar aqueles projetos autoritários e civilizadores seria a estatística. Era preciso criar uma memória oficial, identificar a experiência monarquista ao atrasado legado lusitano. A estatística, enquanto discurso oficial, contribuiria para mistificar as temporalidades, no intuito de fixar imagens de um novo começo e uma nova identidade, dotados de um projeto próprio e promissor. Desqualificavam-se os discursos concorrentes, consagrando-se o primado da técnica e da ciência, especialmente o da estatística, através das quais se realizavam as estratégias oficiais de esquecimento do passado e celebração do presente.

[270] Vale dizer que esta posição foi defendida oficialmente pelo diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, único latino-americano a apresentar relatório, intitulado *Os mestiços do Brasil*, no I Congresso Universal de Raças, em Londres, em 1911. No entanto, a tese do branqueamento foi sistematizada, defendida e propagada por Silvio Romero. Contando com numerosos adeptos, o branqueamento acabou tornando-se política oficial do Estado republicano, que desenvolveu legislação especial para barrar a entrada de imigrantes indesejados, principalmente os chineses, e incentivar o acesso de "raças fecundas", como os alemães, anglo-saxões e, em menor medida, os italianos.

Dessa feita, para edificar nosso futuro progressista o discurso estatístico muitas vezes se combinaria com a tese do branqueamento, reforçando o argumento racial. Não é por menos que no Recenseamento Geral de 1890, tão próximo ao 15 de novembro, à maneira do de 1872[271], introduziu a categoria racial como unidade de análise. Interessa-nos precisamente a especificidade e a relevância da abordagem racial levada a cabo pela estatística. Afinal, intelectuais como Silvio Romero estavam atentos às elaborações da DGE. A afirmação de que a população clareava gradativamente era reforçada pelo peso das estatísticas. O que favorecia a manutenção do argumento do branqueamento eram precisamente os números que o endossavam. É o que verificamos quando deixamos os números falarem:

Tabela 1: Composição da população quanto à raça (1872-1890)

Ano	Brancos	Mestiços	Pretos
1872	3.818.403	3.833.015	1.970.509
1890	6.302.198	4.638.495	2.097.426

Fonte: Viana, F. J. de O. O povo brasileiro e sua evolução. In: Brasil. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1: Introdução: aspecto físico do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos, p. 334.

Os números exprimem o significativo aumento do grupo “branco”, seguido pelos “mestiços”, em contraste com a quase estagnação do grupo “preto” no mesmo período. A primeira explicação para este rearranjo da população sem dúvida reside nas levas de imigrantes europeus recebidas pelo Brasil, braços para o café e a indústria paulista nascente. De fato, este argumento é levado em consideração na análise dos realizadores e comentaristas dos censos. O que se constata nesta análise, no entanto, é o predomínio do potencial explicativo das teorias racializantes, o branqueamento à frente. Neste viés teórico, estabelecem-se rígidas correlações entre o conhecimento

[271] É curioso que o primeiro Recenseamento Geral do Brasil, de 1872, já empregasse um sistema de classificação racial. Sem dúvida, os propósitos eram bem diferentes. Tratava-se de conhecer uma população de ex-escravizados que começava a exceder cada vez mais o número de cativos, diante do quadro de deslegitimação da instituição escravista, seja através das crescentes leis que prometiam a abolição gradual da escravidão - ventre livre, sexagenários, proibição dos açoites – seja através da proliferação de grupos abolicionistas nas camadas médias da sociedade civil. O explosivo aumento de libertos começava a colocar em xeque a hierarquia do antigo regime imperial, pautada na identificação entre branco e cidadão, já que os libertos só podiam ter o gozo de direitos civis e não dos políticos. Eram as marcas do cativeiro, que já se mostravam insuficientes para promover a restrição da cidadania ao seleto grupo de brancos que atendiam aos critérios censitários de votação e elegibilidade. Nesta direção aponta Hebe Maria Mattos, ao afirmar que “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matrizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Desta perspectiva, a cor inexistente [a ausência da dimensão “cor” na apreciação da população branca], antes de significar apenas branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era precondição”. (MATTOS, 1998, p. 98-99). Com a multiplicação dos libertos, no quadro da crescente deslegitimação da escravidão, cor e condição não estariam mais identificadas. O processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres levaria, no limite, à desconstrução social da antiga noção de liberdade construída com base na cor branca, somente permanecendo estável a classificação dos escravos e dos forros recentes como “negros”. Neste contexto, o Recenseamento de 1872 fornecia o conhecimento das cores de nossa população, já sob algum influxo das idéias do racismo científico. Ao introduzir o quesito “raça” separado do de “condição”, o censo buscava realçar as marcas do cativeiro na apreciação da população (não tanto, ainda, a inferioridade racial, fortemente presente no Censo de 1890), o que evidenciava o grave quadro de crise das instituições políticas imperiais e a transição para uma nova hierarquia do mundo social. Nas considerações de Hebe Mattos, “a ideologia racial na Primeira República [...] acabaria por abandonar a referência aos libertos, prevalecente nos últimos meses da Monarquia, passando a operar principalmente com a dicotomia ‘nacionais x imigrantes’ (europeus). Estenderia, assim, a todos os nacionais, à exceção da elite, a marca da inferioridade racial e do cativeiro. Nasceria, então, uma República, onde, do ponto de vista da maioria de seus intelectuais, faltava um povo. Caberia aos imigrantes europeus formá-lo” (MATTOS, 1998, p. 362).

exterior e interior do indivíduo, entre a superfície do corpo e a profundeza do seu espírito, entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. Os comportamentos sociais tornam-se dedutíveis de um tipo anatômico e fisiológico específico, verdadeiras patologias. Em reforço desse quadro de referências que informavam os estatísticos do período 1890-1920, investigaremos a sua linha de argumentação.

B) Estatística e racialização das relações sociais

Os dados do Censo de 1890 para a capital federal denunciavam o grande crescimento demográfico. No entanto, os nascimentos/ano apurados na cidade eram contraditoriamente superados pelos índices anuais de mortalidade, como se vê na tabela abaixo:

Tabela 2: Crescimento populacional no Distrito Federal (1872-1890)

Ano	População	Nascimentos	Óbitos
1872	274.972	_____	_____
1890	356.000	35.500	39.400

Fonte: Barboza, F. L. A. A população do Rio de Janeiro. In: Brasil. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890. Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro) capital dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895, p. 19.

Dadas as cifras censitárias, era preciso explicar a aparente antinomia existente entre os números. Se as taxas de nupcialidade, natalidade e mortalidade podem ser expressas por média geral aplicável a todos os países, como explicar a desproporção acima? Leão Barboza, prefaciador do Censo de 1890, primeiro-oficial da DGE e chefe da turma de recenseamento àquela época, alerta que a universalidade científica pode falhar no Rio de Janeiro:

> As expansões coloniais sofrem ainda em seu organismo político tão repetidas perturbações, determinadas pela persistência dos caracteres de sua etnogenia, que muitas vezes parecem oferecer um desmentido à aplicação de certas leis científicas, e nem sempre é fácil anular a quantidade viciadora e reconhecer o pleno domínio do princípio fixo comum a fatos variáveis, coordenado após a observação de fenômenos simples, abstraídas suas maiores ou menores complicações (BARBOZA, 1895, p. 19).

Vê-se que Barboza segue um princípio bastante semelhante ao que norteia as considerações de Romero. Para este, ao invés da degradação racial, a mestiçagem traria uma melhor aclimatação do branco europeu ao ambiente tropical. Da mesma maneira, a especificidade da "etnogenia" brasileira poderia oferecer um desmentido ao desaparecimento do tipo étnico nacional, diante dos intercruzamentos raciais, segundo previa o racismo científico. A questão é que aqui as coisas se passavam de modo diferente, a universalidade podia falhar.

A responsabilidade exclusiva do incremento populacional é atribuída, então, aos imigrantes. Outros autores, como Aureliano Portugal, chegarão a consagrar o caráter imigrantista do país que, juntamente com EUA e Argentina, comporia um

grupo de países com vocação natural para a imigração. Barboza faz uma verdadeira apologia do imigrante. Em relação ao déficit que causaria ao Estado, diante dos gastos com propaganda e subvenção, assim se pronuncia:

> Entretanto, o que parece ser um prejuízo é, ao contrário, uma vantagem. Primeiramente, a imigração corrige a inconveniência de densidades muito fortes. Em nossos dias, observa F. Leplay [sic], as regiões ocidentais do continente, o caso oficial das raças fecundas é o excesso da aglomeração de homens e a isso se provê pela organização metódica da emigração [...] o trabalho de um homem na América produz o quádruplo do que produz na Europa (BARBOZA, 1895, p. 24-25).

O argumento de autoridade citado é permeado de um discurso imperialista, ao sustentar o afluxo de homens de "raças fecundas", exportando a civilização para o resto do mundo. Mas não nos enganemos quanto à incorporação do enunciado, pois Barboza faz uma apropriação interessante. Se, na Europa, a "densidade muito forte" se refere ao excesso de caucasianos produtivos, no Brasil ela responde pelo enorme contingente de ex-escravos e livres pobres, etnicamente inferiores. E a imigração corrigiria tal "inconveniência".

Barboza também demonstra muita preocupação com o baixíssimo índice de fixação do estrangeiro, cabendo ao censo inferir o tempo de permanência do imigrante, já que "as vantagens são proporcionais ao tempo de sua permanência, e quanto mais transitória for esta, tanto maior será a perturbação de que se ressentirá o conjunto harmônico da população" (BARBOZA, 1895, p. 24). Com efeito, evidencia seu desejo de que o imigrante não apenas se fixe, mas que venha para ficar, estabelecer-se, enraizar-se e constituir família. Por que não legar seus filhos à herança étnica do País?

Um outro estatístico[272], Pires de Almeida, em artigo publicado no *Jornal do Commercio* em 1901, iria bem mais longe em suas considerações. O problema do baixo índice de nascimentos em relação ao de óbitos, ambos registrados nos censos de 1890 e 1900, e a contradição eminente que o crescimento vegetativo deficitário trazia para as ambições do país no cenário internacional eram motivos de preocupação freqüente dos estatísticos em suas ponderações. Era preciso tanto refutar uma impressão estrangeira de degeneração nacional, que os números poderiam presumir, quanto construir uma imagem de "terra de oportunidades" para a propaganda imigrantista. Para tanto, a criação da estabilidade das instituições é elemento constante nas narrativas destes homens. Nelas, em particular em Pires de Almeida, podemos depreender uma íntima associação entre tendências genéticas e inclinações morais, além de condicionamentos físico e mental diferenciados, de acordo com a aptidão da raça em questão:

> [...] não se admire, por exemplo, de que eu tivesse transplantado para aqui estudos sobre raças. De tal havia necessidade imprescindível, pois só deste modo se compreende também como o algarismo dos defeitos físicos, que avulta em todos os centros populosos, se apresente por demais escasso, nesta cidade, com o progressivo decrescimento de uma ou quiçá mais raças (ALMEIDA, 1901).

[272] Estatísticos, nos primeiros anos republicanos, eram todos aqueles aos quais era atribuída competência tanto para produzir os números quanto para analisá-los, embora muitas vezes apresentassem formação difusa e alheia às exigências do ofício da estatística, no sentido institucionalizado de hoje.

A especificidade de seu trabalho reside, como se vê, na ausência de qualquer constrangimento em fazer uma clara associação entre as categorias de deficiência física e de raça. Não encontraremos a mesma facilidade em outros estatísticos

Para responder àquelas contradições sobre o crescimento vegetativo de que falamos, de maneira a garantir a estabilidade institucional, Almeida recorrerá ao argumento da aptidão racial:

> Para o exagero da mortalidade sobre a natalidade têm contribuído [...] causas etnográficas. Outra causa etnográfica, a mestiçagem [...]. Cumpre notar que as três raças fixas, branca, preta e índia já por si abrangem um sem-número de sub-raças: o branco de origem saxônica, por exemplo, difere sensivelmente sob o duplo ponto de vista intelectual e físico, do branco de origem latina; os índios oferecem vários tipos étnicos ainda mal conhecidos, em relação aos pretos, [...] uns como os de nação mina, aproximam-se muito do tipo caucásico, ao passo que outros de nações várias dele se afastam, e entre estes dois degraus, há infinitas modalidades. Alguns autores, e entre eles Ulhoa, dizem que os produtos de mestiços entre si voltam, na terceira geração, à raça primitiva. Assim, consideram entre nós, como primitivas, três raças: a branca, a preta e a vermelha. Mas, duas dessas fontes se cessaram: com a extinção do tráfico não mais se alimentou o desenvolvimento da raça negra; com a expansão dos conquistadores pelo território, os caboclos de dia em dia vão desaparecendo. Resta somente a outra fonte, a raça branca que de todas as partes da Europa vem de contínuo vivificar o sangue da mestiçagem hoje dominante. Não haja, pois, entre aqueles que opinam pela extinção de uma raça a partir do quarto cruzamento entre mestiços, receio de que tal calamidade possa suceder entre nós, pois que o sangue de uma raça primitiva ou pura vem tonificar e concorrer para que se perpetuem os naturais desse canto da América (ALMEIDA, 1901).

Trata-se de trecho fundamental para a nossa análise. A perturbação da degeneração física é identificada na precariedade da adaptabilidade de tipos raciais específicos, o índio e o negro. Assim se explica o retrocesso causado pelo crescimento vegetativo. Embora defenda a tese das três raças primitivas de Von Martius[273], ao relacionar o desaparecimento das raças negra e índia com a extinção do tráfico e a conquista dos colonizadores, Almeida localiza na origem étnica do brasileiro o caucasiano, único tipo remanescente capaz de perpetuar a autenticidade de nossa nacionalidade. Os números apontados por ele, claro, reforçavam suas afirmações. O clareamento da população era já uma realidade. Vejamos:

Tabela 3: Composição da população do Distrito Federal, segundo a raça (1890)

RAÇA BRANCA	322.293
RAÇA PRETA	64.035
CABOCLOS	17.264
MESTIÇOS	111.967

Fonte: Diário Official da República Federativa Brazileira. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 21 nov. 1891.

[273] Trata-se do botânico e viajante alemão Karl Philipp Von Martius, vencedor do prêmio instituído pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB - em 1840, para quem elaborasse o melhor projeto de escrita da história do Brasil. Sua monografia "Como se deve escrever a história do Brasil" localizava a matriz fundadora do Brasil-nação no que mais o singularizaria: a mescla de raças. Tecendo um elogio da colonização portuguesa, as raças "etiópica" e indígena se limitariam a reagir positivamente ao impulso aventureiro e civilizador do elemento português, responsável pelas garantias morais e físicas do Brasil. De acordo com José Carlos Reis, a monografia de Von Martius definiu as bases da historiografia de Varnhagen e de Gilberto Freyre: "uma história que realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes. Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim [...] abortaria o Brasil que lutava para se constituir como poderosa nação" (REIS, 2002, p. 28).

"Caboclos" e "pretos" seriam absorvidos pelo cada vez maior crescimento de "brancos" e "mestiços", entendidos estes últimos quanto ao cruzamento com o europeu. De fato, estas populações cresciam em ritmo menos acelerado, mas isto acontecia não por suas disposições morais inatas para a constituição de uniões ilegítimas ou porque o gene "superior" suplantou o "inferior". É inegável que os maiores índices de uniões ilegítimas se concentravam entre "pretos" e "caboclos". Mas tal se devia, evidentemente, a explicações de natureza socioeconômica. A baixa natalidade entre negros deve ser analisada à luz do desequilíbrio numérico entre eles. Não nos esqueçamos que as importações de escravos eram majoritariamente masculinas, sendo esta uma das principais dificuldades para a reprodução vegetativa do cativeiro. Além disso, a nova situação republicana legou miseráveis condições de vida à maior parte da população negra e "mestiça".

O branqueamento subjaz na estratégia de seu argumento. A mestiçagem é uma "causa etnográfica" que contribui para o "exagero da mortalidade sobre a natalidade", apenas quando se dá entre mestiços. O equilíbrio social é restaurado precisamente com a incorporação do imigrante europeu, que concorreria para a redescoberta de nossa raça primitiva, a branca.

Existe, todavia, uma notável contradição nas referências raciais da estatística. O período 1890-1920 é o mais autoritário do ponto de vista da história das relações raciais no Brasil. O viés racista da percepção das relações sociais de então, mais do que nunca, fixava rigidamente a relação do classificado com os outros racialmente diferentes. Criava limites e possibilidades de interação entre os sujeitos, tendo por base a desconstrução das individualidades e sua reconstrução em coletividades raciais previamente idealizadas. Sem embargo, os recenseamentos gerais de 1900 e de 1920, assim como o Recenseamento do Distrito Federal de 1906, não fizeram investigação racial[274]. Como explicar isso?

O pressuposto racista em sentido estrito nunca foi forte entre nós. O preconceito racial brasileiro nunca foi codificado, ao contrário da legislação birracial norte-americana, que proibia, até meados do século XX, a oficialização da união entre brancos e negros. Lá, as uniões ilegítimas não constituiriam direito de sucessão, por isto eram toleradas. Já aqui o racismo sempre foi prática dissimulada e, portanto, tão ou mais violento, pois não podia ser alvo de uma medida objetiva. Como veremos, o mito da harmonia étnica reinante entre nós produziu uma falsa imagem de que somos uma sociedade aberta, com alta mobilidade social, pois os pardos, mulatos e mestiços daqui, mesmo no período colonial e monárquico, teriam tido maiores possibilidades de acesso aos cargos públicos e à ascensão social, em contraposição ao que acontecia nos Estados Unidos. Assim, inviabilizava-se a percepção das desigualdades raciais produzidas pela estrutura socioeconômica.

[274] Segundo a introdução do Censo de 1920, embora o terceiro censo decenal devesse se realizar a 31 de dezembro de 1910, "foram suspensos os respectivos trabalhos preliminares, após dispêndio de avultadas verbas" (BRASIL, 1922 p. 421). As designações raciais teriam que esperar até 1940 para serem novamente apreciadas.

Ora, o desaparecimento nos censos do sistema de classificação racial, justamente quando predominavam esquemas de explicação racistas, sugere a tensão, o constrangimento e a hesitação de nossa intelectualidade e dos estatísticos em classificarem a população por estas categorias de percepção. Nossa formação histórica e cultural é outra. Produzimos diferenças e exclusões de outro modo. Não é por acaso que foi aqui que surgiu a teoria do branqueamento, que sintetiza as teses do racismo científico e a idéia de mobilidade entre as raças, do livre trânsito entre elas. É verdade que a teoria afirma a superioridade genética da raça branca, mas tem no pardo o vetor deste embranquecimento. O mestiço não é celebrado, como o será depois. Porém, ele é a prova viva de que nos tornamos cada vez mais brancos e que, ao fim do processo, teremos constituído nosso tipo nacional.

Além disso, os números obtidos por meio da classificação racial em 1872 e 1890 já cumpriam o seu papel: reforçar o argumento do branqueamento e as políticas do Estado no tocante à imigração. Este papel é cumprido com tanto êxito que mesmo na introdução do Censo de 1920, Oliveira Viana, em seu estudo sobre a "evolução da raça", se fia naqueles números distantes para confirmar "o crescimento natural da massa ariana no país" (VIANA, 1922, p. 335). Já é hora de analisarmos mais detidamente o "censo do centenário" da independência.

O Censo de 1920

A) Mestiços dissimulam a raça; estatísticos, o racismo

Fato muito curioso o que ronda nosso "censo do centenário". Curioso porque não faz da classificação racial parte do seu escopo de análise, embora tenha em Oliveira Viana, um dos principais estudiosos de raças que já tivemos, o responsável pelo estudo *O povo brasileiro e sua evolução*[275], a ele encomendado com o fito de apresentar e introduzir o primeiro grande recenseamento da República (BRASIL, 1922). O aparente contra-senso entre a desconsideração da abordagem racial no inquérito e a escolha de um dos maiores simpatizantes das teses racistas só pode ser entendido à luz daquele argumento que apresentamos: o constrangimento provocado pela mensuração e quantificação baseadas nos pressupostos racistas. Não obstante, há algo mais.

Bulhões Carvalho, o grande idealizador e coordenador do censo, ao justificar a ausência do quesito racial no recenseamento, assim se pronuncia: "A supressão do quesito relativo à cor explica-se pelo fato de as respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os estados do Brasil e, de ordinário, os mais refratários às declarações inerentes à cor originária da raça a que pertencem" (BRASIL, 1922, p. 488-489). À justificativa é acrescida nota acerca do "valor científico da pesquisa censitária referente às raças", citando Mayo Smith, para quem as classificações de raça e nacionalidade não passam

[275] O trabalho corresponde a 121 das 548 páginas do volume introdutório do referido recenseamento.

de conjeturas, pois "não existem característicos nitidamente definidos em que se possa assentar a observação comum da estatística", por causa do "fenômeno do atavismo ou reversão a um tipo ancestral puro", que pode fazer com que uma "mulata" dê a luz a um filho inteiramente negro, donde a inadequação da tonalidade da cor como critério discriminativo. "É impossível fazer essa estatística". Além disso para a impossibilidade contribuiria o fato de os mestiços negarem ou silenciarem sobre a experiência de cativeiro anterior, ao disfarçar a ascendência, dado que "o cruzamento ocorreu durante a escravidão ou estado de degradação social da progenitora do mestiço" (BRASIL, 1922, p. 489).

O que se vê é uma linha de argumentação biologizante e patológica, o que confirma a predominância daqueles pressupostos racistas no pensamento social brasileiro. Podemos encontrar a outra parte da explicação que procuramos para o silêncio deste censo, quanto ao problema que ora nos interessa, tanto na dissimulação racial dos mestiços, visando a negar o vínculo com o passado escravista que o reconhecimento da ascendência negra acarreta, quanto na impossibilidade de definição dos "característicos", pois que o atavismo poderia conduzir o mestiço ao tipo ancestral puro tão desejado: o branco, no caso brasileiro, o negro, no norte-americano. Ora, os contextos de significação em questão nos dois casos são completamente diferentes. Ao lançar mão de Smith, acreditamos que Bulhões inverteu os termos. O mestiço tenderia a dissimular sua condição porque, estando à frente de negros e índios no estágio evolutivo, estaria próximo do embranquecimento, do atavismo do tipo racial puro originário, que, segundo a intelectualidade brasileira, já estaria presente em seu sangue. Assim, na escolha dos parceiros sexuais predominaria a opção do mulato pelo elemento branco, mais apto. Resulta da mesma lógica a negação da ascendência negra somente porque ela implica rejeição da experiência do cativeiro. Embora parta do mesmo princípio "do atavismo do tipo racial puro originário", o comentarista norte-americano via o resultado oposto. Ao invés de facultar a transição, a meta é legitimar o aparte social consagrado na legislação que proíbe os casamentos inter-raciais. Prova disso é a ênfase na possibilidade de que o atavismo se manifestaria na passagem da mestiçagem ao estado anterior de raça negra, segundo o exemplo de que a mulata pode gerar um filho "inteiramente negro". Ora, um e outro caso se afastam dos pressupostos racialistas originais que previam a degradação inelutável do elemento mestiço, sua degeneração. Afinal, para os precursores Le Bon e Gobineau, tal como a mula ou o jegue para o cavalo e o burro, os tipos puros são de *per si* superiores a qualquer cruzamento possível.

É interessante notar que Bulhões apenas aponta como causa direta da supressão do quesito racial a tendência da população mestiça de dissimulação da sua condição, o que reforça a hipótese de constrangimento gerado pelo argumento racial aplicado à análise social. Não é à toa que a reversão atávica ao tipo branco originário não pode ser senão deduzida da citação de Smith, utilizada por Bulhões Carvalho. Não esqueçamos que as intenções, os resultados previstos e os contextos de significação – embranquecimento de um lado, sociedade birracial de outro – são totalmente incompatíveis.

Diante da dissimulação e da indefinição dos "característicos", em processo de branqueamento, a estatística não poderia determinar com representatividade a condição racial de nossa população. Todavia, tal não impediu que se contratasse Oliveira Viana para que se apreciasse a nacionalidade e a sociedade brasileiras em bases racialistas. Na verdade, não há incoerência alguma entre a análise racial empreendida por Viana e a ausência do quesito pertinente na investigação. Tendo em vista a envergadura deste pensador, sua importância para o pensamento racial brasileiro e o amplo destaque de sua contribuição para o Recenseamento Geral de 1920, faremos a seguir uma apresentação geral ao autor e às suas ponderações no dito censo.



Francisco José de Oliveira Viana , [s.d.].

B) Oliveira Viana: a tese da arianização em "O povo brasileiro e sua evolução"

Francisco José de Oliveira Viana nasceu em 1883, numa fazenda do município de Saquarema. Estudara em escolas particulares de Niterói e no Colégio Pedro II, onde viria a conhecer a obra de Silvio Romero, influência fundamental em seus pensamentos racial e jurídico. Através de Romero, teve acesso às novas abordagens sociológica e científica, representada sobretudo pela Escola de *Le Play*. Em 1905, formou-se bacharel em direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1914, conheceu Alberto Torres, de quem extraiu o pensamento organicista e a crítica sistemática ao federalismo republicano, com sua postura nacionalista e estatizante. Estes autores lhe teriam orientado num sentido de maior brasilidade, em contraste com o legalismo tratadista de autores como Pimenta Bueno e Amaro Cavalcanti e com o formalismo jurídico de Ruy Barbosa que, segundo Viana, ao ver tudo sob a ótica da Constituição e das leis, praticava reducionismo jurídico (CARVALHO, 2000, p. 901). Em 1920, com 37 anos, Viana publicava o primeiro e principal livro de sua grande obra, marcada pelo tom mais realista, científico e sociológico: **Populações meridionais do Brasil**: populações rurais do centro-sul.

Diante da complexidade do pensar de Oliveira Viana e do propósito que se nos impõe, devemos nos ater à natureza da abordagem racial por ele praticada e a sua relevância para as conclusões obtidas em **Populações.** Trata-se de estudo pontuado pela influência da psicologia coletiva de Le Bon, que concebia a raça não pelas suas características físicas, mas pelos traços psicológicos e de personalidade, dos quais seria formado o caráter nacional. O estabelecimento de uma hierarquia psicológica das raças tinha como critério o grau de inteligência e o caráter. De igual modo, da antropo-sociologia de Lapouge, Viana (2000) retirou a noção do tipo étnico ariano, para caracterizar os membros da aristocracia rural dos primeiros tempos da colonização, sobretudo os da aristocracia paulista - sua tese sobre o "arianismo bandeirante" - expressa em **Populações**. No entanto, a identificação com o argumento racial se encontrava limitada pelo uso retórico que dele se fazia à época, no Brasil. Ao responder

ao fatalismo de Lapouge, Gobineau e Le Bon, que condenava o País à mestiçagem, Viana seguiu o exemplo de Sílvio Romero, afirmando nossa capacidade de progredir graças a uma crescente arianização. Ao fazê-lo, entretanto, utiliza a "categoria ariano como sinônimo de raça branca, pois incluiu nela principalmente o *Homo Alpinus* – de origem alemã - e o *Meridionalis* – de tipo latino - em aberta contradição com a classificação de Lapouge" (CARVALHO, 2000, p. 907).

A tese do arianismo bandeirante seria reproduzida em **O povo brasileiro e sua evolução**, a introdução ao Recenseamento Geral de 1920, publicada em 1922. Sobre esta tese, afirma José Murilo de Carvalho (2000, p. 907):

> As críticas que sofreu foram, porém, tantas que já na segunda edição desse último livro, feita em 1933, ele se viu obrigado a voltar atrás, talvez a única vez em que o tenha feito, dizendo que a afirmação da presença do dólico-louro na aristocracia paulistana não passara de 'vaga conjetura', 'simples e inocente hipótese', sem importância para o conjunto da obra. Disse mais: suas idéias a respeito tinham sofrido profunda renovação e o assunto tinha saído do campo de suas preocupações. A hipótese surgira, explica, porque o comportamento audacioso, combativo, tenaz e dominador do bandeirante coincidia com a psicologia do ariano como definida por Lapouge, e também porque este observara que os emigrantes eram sempre superiores aos sedentários.

Diante do exposto, reproduzimos o fragmento constante da primeira edição de **O povo brasileiro e sua evolução**:

> Quanto aos elementos dólico-louros, há uma série de indícios que nos levam à convicção de que grande número deles aqui se fixam, formando as figuras centrais da nossa aristocracia rural [...] Esta suposição se faz tanto mais razoável, quanto mais atentamos na nossa aristocracia territorial dos primeiros séculos na força de caráter dos seus representantes, na sua índole, no seu espírito, no seu prodigioso amor de aventuras, nos seus instintos belicosos. Os nossos sertanistas e bandeirantes antigos [...] oferecem numerosos pontos de contato e analogia com os homens da raça germânica (VIANA, 1922, p. 316).

A partir deste trecho ulteriormente suprimido, num esforço um tanto imaginativo, Oliveira Viana localiza nossas origens étnicas no tipo ariano, unindo nossa herança ao legado alemão. Para chegar a esta ousada conclusão, se baseia na carência de "unidade morfológica" e psicofísica de nosso colonizador português, vetor de nosso sangue ariano, o qual se faz presente na empresa latifundiária empreendedora da aristocracia rural e na sua predisposição aventureira e desbravadora dos sertões do País. A "caracterização psicossomática" do elemento português é atribuída a matrizes de dois tipos: "um, louro, alto, dolicóide, de hábitos nômades e conquistadores; outro, moreno, de pequena estatura, braquióide, de hábitos sedentários e pacíficos" (VIANA, 1922, p. 314). Este último tipo teria ainda "temperamento patriarcal e hábitos rurais", proveniente das grandes invasões dos celtas e romanos na península. Seria o primeiro tipo, enquanto membro da aristocracia e da nobreza militar da península - pela sua natural disposição guerreira – o elemento dominante nas primeiras correntes migratórias do Novo Mundo.

Já a constituição da personalidade legada ao nosso tipo nacional seria toda oriunda da caracterização antropológica dos elementos germânicos presentes na península, quando da colonização, sendo seu desaparecimento da península resultante

"da emigração para os novos mundos descobertos pela audácia dos grandes navegadores", dada a "disposição ao movimento e a capacidade migratória dos dólico-louros" (VIANA, 1922, p. 315). Em outras palavras: a superioridade dos dólico-louros nos teria sido legada pelos portugueses, que a perderam ao emigrarem para o Brasil as correntes de sangue ariano e construir nos trópicos uma civilização calcada na iniciativa da empresa particular do latifúndio. O controle particular dos cargos públicos e da administração da justiça refletiria esta tendência e se constituiria em traço marcante de nossa cultura política. Como resultado, os senhores grandes proprietários organizaram nossa sociedade com base na forma espúria da solidariedade da patronagem e do clientelismo. À autoridade administrativa do grande proprietário correspondia, no núcleo familiar, o fortalecimento do poder do *pater famílias*, tornando os senhores os promotores da miscigenação. Assim, com sua superioridade racial, a camada senhorial promovia e comandava a miscigenação no eito escravista[276].

Também os negros não formam um tipo racial homogêneo, antes "a diversidade dos tipos negros é desconcertante" (VIANA, 1922, p. 319). A variedade de caracteres morfológicos acompanha a de atributos mentais:

> Os grupos negros diferem muito pelo temperamento, pela moralidade, pela inteligência, pela atividade. Há tribos de negros indolentes, como os jejês e os angolas, como as há de negros laboriosos, como os timinins, os minas, os daomeanos. Os minas, os yorubás, os egbas, os krumanos, os felanins possuem comportamento dócil e civilizável, são negros pacíficos, afeitos à obediência e à humildade; já os haussás, os efans, os gallas mostram qualidades de altivez, rebeldia e mesmo ferocidade, que os fazem pouco apreciados pelos senhores, ou insuscetíveis de cativeiro. O grau de moralidade também varia muito de tribo a tribo e, se há negros de costumes honestos, como os yorubás, há os de caráter pouco resistente e facilmente corruptível, como os jejês e os angolas. Também os mestiços resultantes dos cruzamentos apresentariam uma variedade indescritível de tipos, tanto na sua psicologia quanto na sua caracterização antropológica (VIANA, 1922, p. 320).

Vê-se que o comportamento dos negros, em sua diversidade, é representado sempre de maneira naturalizada. O diagnóstico sobre o caráter afável ou rebelde, propício ou resistente à escravização, além de impedir que se forme uma imagem objetiva e racional do negro, identifica a sua constituição psicofísica às qualidades latentes do escravo. A leitura que se faz da experiência histórica da escravidão é aquela que vê a redução dos negros ao cativeiro como conseqüência natural de sua inferioridade

[276] Para Viana, o particularismo resultante da opulência dos grandes proprietários, usurpando funções administrativas e judiciárias na colônia, só pôde ser superado com a centralização empreendida por Pedro II, ao domesticar a caudilhagem, tendo no poder moderador o árbitro dos conflitos. Sendo o povo marcado pela política de clã e pelo domínio do poder privado, o poder central era a melhor garantia da liberdade política. Através da atividade agrícola, as populações meridionais teriam desenvolvido a virtude da brandura e os defeitos da timidez política e da insensibilidade cívica, o que, contrastando com a psicologia do homem dos pampas e do agreste, permitiu a consolidação da autoridade central e nos diferenciou da anarquia da América espanhola. Da apologia da classe dominante, expressa na promoção da mestiçagem, no empreendedorismo e no arianismo da aristocracia rural, passa-se à sua depreciação (no momento da mineração, em que já havia desaparecido o tipo dólico-louro), por formar o germe desagregador, obstáculo à formação do povo e da comunidade política. Ao Estado Imperial cabe o controle do arbítrio, desenvolver o sentido de autoridade pública e construir o Estado Nacional de cima para baixo (CARVALHO , 2000, p. 910-911). Esta crença no papel do Estado como demiurgo da nação, expressa na centralização do Estado Imperial, via na intervenção do Estado a única maneira de garantir a liberdade individual, diante dos quadros do latifúndio e do despotismo privado. Com a revolução de 1930 e o Estado Novo, Viana viria seu ideário consagrado de tal forma que foi convocado para ser consultor jurídico do Ministério do Trabalho, atuando diretamente na formulação da legislação trabalhista, acreditando que através do corporativismo sindical seria possível organizar os brasileiros e ensinar-lhes a prática da solidariedade, na defesa de seus interesses coletivos (CARVALHO, 2000, p. 912-914). De fato, sua teoria da superação do particularismo e de criação da esfera pública pelo poder central era assaz pertinente para sua trajetória intelectual e política e para a justificação do governo Vargas.

inata e de suas características próprias. Mesmo aos *yorubás* "de costumes honestos", os timinins, minas e daomeanos "laboriosos" ou os demais "de comportamento dócil e civilizável" é negada a capacidade de sociabilidade: "o negro puro nunca poderá assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização não vai além da imitação, mais ou menos perfeita, dos hábitos e costumes do homem branco" (VIANA, 1922, p. 327). A socialização e assimilação do negro dependeu muito mais da ação civilizadora dos senhores do que sua fraca disposição inata para o convívio social: "Quando sujeitos à disciplina das senzalas, os senhores os mantêm dentro de certos costumes de moralidade e sociabilidade, que os assimilam tanto quanto possível à raça superior; desde o momento, porém, em que, abolida a escravidão, são entregues, em massa, à sua própria direção, decaem e chegam progressivamente à situação abastardada, em que os vemos hoje" (VIANA, 1922, p. 328). A decaída situação dos negros naqueles anos 1920, antes de ser resultado do quadro socioeconômico e das práticas autoritárias e muitas vezes racistas da Primeira República, comprovava a total incapacidade de socialização da população negra. Esta, por definição, é incivilizável. Além da indisposição à socialização, outro fator alegado para a assimilação dos negros era a alta "suscetibilidade às seleções patológicas", que mesmo em confronto com a alta taxa de fecundidade deste grupo, "eleva o seu índice de mortalidade acima do de todas as outras raças" (VIANA, 1922, p. 339), resultando num crescimento vegetativo sempre em declínio.

Aliás, com respeito ao crescimento vegetativo deficitário, Viana novamente naturaliza a condição de escravo, ao identificá-la às características inatas do negro, ignorando assim as violências cotidianas física e psicológica inerente à instituição da escravidão. Ao se referir novamente às "seleções étnicas e patológicas", desta vez no interior das senzalas, é bastante taxativo:

> Em suma, com uma mortalidade incomparavelmente superior à sua natalidade, a população escrava estava condenada, logo nos primeiros séculos coloniais, a uma rápida desaparição, se não fora continuamente renovada, até 1850, por um largo afluxo imigratório, vindo da África. Sob esse aspecto pode-se dizer que a lei da abolição, de 1888, concorre para retardar a eliminação do *Homo Afer* em nosso país – porque, não há dúvida que, conservado em escravidão, ele teria desaparecido mais rapidamente (VIANA, 1922, p. 340).

No entanto, Oliveira Vianna parece ver no "mulato" um estágio evolutivo mais avançado relativamente ao negro: "Os mulatos, em regra mais inteligentes do que os negros puros, mais vivazes e destros, mais 'ladinos', aplicam-nos os senhores em ofícios mais finos, como sapateiros, marceneiros e alfaiates, em que se revelam habilíssimos" (VIANA, 1922, p. 325). Isto se aplica ainda mais para os "mulatos" com maior proximidade do tipo branco, em decorrência do cruzamento. É esta proximidade do gene mais apto que, segundo Viana, responde pela maior tendência dos mulatos para obterem alforria, o que se constata através da desproporção existente entre mulatos livres e mulatos escravos, favorável ao primeiro grupo.

Não é difícil perceber que o tipo branco atua como agente civilizador dos demais. Viana endossa a tese de que nossa sociedade, mesmo a colonial escravista, era aberta, isto é, a proveniência racial negra da população mestiça não a tornaria

incapaz ou indisposta à sociabilidade, mas se redimiria exatamente pela proximidade do tipo branco, derivada de cruzamento. Trata-se da crença muito brasileira de que a regressão atávica conduziria o mestiço à constituição étnica branca, partilhada por intelectuais como Romero e por Bulhões Carvalho, conforme vimos acima. Portanto, nossa sociedade é aberta à mobilidade social, uma vez que a população negra e mestiça invariavelmente desapareceria, assimiladas pela superioridade branca. Daí que estágios gradativos dessa proximidade facultassem acessos a cargos de diferenciado prestígio na sociedade colonial e imperial. Muito ao contrário da sociedade americana, severamente reprovada por estes intelectuais, por entenderem que o tratamento por ela dispensado à questão racial jamais sanaria o problema. A legislação dos Estados Unidos ao proibir uniões matrimoniais interétnicas legitimava o aparte social, o que tornava inviável a absorção do contingente negro pelo tipo branco superior, por meio da ação da seleção natural.

Como se vê, adotamos uma solução bem caseira para o dilema racial, tal qual este era formulado naqueles tempos. Nosso tipo étnico nacional estava em contínua formação e, através do princípio de regressão atávica – invertido em seu sentido na matriz teórica européia – reviveríamos nossa constituição branca original, por força do processo de branqueamento. Também Viana não resiste a este argumento:

> O tipo antropológico do brasileiro só poderá, pois, surgir com a sua definitiva caracterização depois de uma lenta elaboração histórica, quando o trabalho de fusão das três raças se tiver completado e as seleções étnicas e naturais tiverem ultimado sua obra simplificadora e unificadora. Por enquanto, os tipos cruzados estão ainda muito próximos das suas origens; demais, das duas raças inferiores, ainda se conservam, no seio da massa nacional, vultuosos contingentes, que ainda não se fundiram inteiramente e guardam intacta a sua pureza primitiva. Ora, a absorção desses contingentes inferiores pela massa mestiça obedece a um processo seletivo de lenta e laboriosa realização. Entretanto, podemos já assinalar, nos movimentos desse caos em elaboração, uma tendência que cada vez mais se precisa e define: a tendência para a arianização progressiva dos nossos grupos regionais. Isto é, *o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população*" (VIANA, 1922, p. 334).

Para ilustrar a força e a consistência de seu argumento, nosso autor se vale dos números produzidos pela estatística. Tendo em vista a ausência do quesito racial em todas as investigações censitárias do período 1890-1920, Viana lança mão da análise comparativa dos censos de 1872 e de 1890 (ver Tabela 1).

Estamos, de fato, diante de uma antinomia: como o Recenseamento de 1920 pôde se excluir do inquérito racial e, ao mesmo tempo, ter no jovem Oliveira Viana o estudioso responsável por sua apresentação? Ora, é justamente em **O povo brasileiro e sua evolução** que ele fez a primeira exposição sistemática de sua "teoria de arianização". A dissimulação racial – a população mestiça e negra resistia à classificação racial autoritária e excludente - somada à crença dos intelectuais na reversão atávica colocariam em xeque a representatividade dos números produzidos pela estatística. Além disso, havia o temor de que as cifras obtidas não correspondessem à linha de argumentação que apontava o branqueamento como saída para a formação de nossa identidade nacional. Entre 1890 e 1920 teria realmente a população se embranquecido? Não o sabemos, senão pela insuficiente comparação num recorte temporal mais amplo.

Se tomarmos a cronologia dos censos como base da nossa história das idéias, o Recenseamento de 1920 representa, na estatística, o fim de uma era do pensamento social brasileiro[277]. Doravante, a formulação do problema racial se faria em bases outras. A década de 1920 foi um período marcado por intensa contestação política, crise econômica e grande efervescência intelectual, sendo coroada com a revolução de outubro de 1930 e a ascensão política de Vargas. O negro não representaria mais um estorvo, um mal a ser extirpado, assim como o mestiço deixaria de ser valorizado somente por ser um "branco em potencial". O conjunto de transformações política e intelectual e a revolução que se opera no pensamento racial conduzem à celebração da mestiçagem. A identidade nacional passa a se definir pela harmonia étnica reinante entre nós. No limiar, a investigação racial reaparece no Recenseamento de 1940, mas sob a nova designação "cor". Vejamos os significados implicados por estas transformações e novas classificações.

Os novos tempos e o ideal de harmonia étnica

Até aqui utilizamos propositadamente apenas o termo "raça", sem que em nenhum momento o termo "cor" pudesse ser confundido como seu equivalente. Sintomático destes novos tempos dos anos 1930 é o desaparecimento, na classificação estatística brasileira, da designação propriamente racial, que doravante dará lugar à noção de "cor", ressurgindo somente nos anos 1990. "Cor" e "raça" são atribuídos de sentidos radicalmente diferentes, ambos construídos historicamente. Hoje, no contexto do multiculturalismo e das políticas de identidade, ambos os termos são evocados para indicar o mesmo: a marcação da diferença, que dá ensejo a direitos e garantias legais aos grupos que, amparados no preceito racial, os reivindicam com base na reparação de desigualdades históricas. O momento atual será alvo de nossa atenção em nossas palavras conclusivas. Por ora, é importante que tracemos, em breves linhas, a evolução semântica destes dois termos distintos.

Enquanto princípio de classificação da humanidade em coletividades várias, definidas por atributos natural e cultural, o racismo esteve ligado à noção de raça, tal qual a definiram as teorias do determinismo racial do século XIX, nas vozes do conde de Gobineau, de Le Bon e de Renan, dentre outros. Porém, nem sempre foi assim. Da constituição dos Estados Nacionais até o século XVIII "raça" referia-se à estirpe nacional, em que a tradição do País era valorizada, em contraposição aos "gentios", povos pagãos que não encarnavam, a partir do olhar europeu, o Estado-Nação

[277] O Censo de 1930, mesmo não tendo podido se realizar em função do clima de incertezas provocado pela revolução de outubro do mesmo ano, teve seu âmbito de investigação fixado no Decreto n° 18.994, de 19 de novembro de 1929. Do decreto não consta qualquer menção à investigação racial. Acreditamos que se fosse realizado o Censo de 1930, nele preponderaria uma percepção semelhante àquela que apontamos para o Censo de 1920.

e a filiação à cristandade[278], notadamente africanos e asiáticos, especialmente muçulmanos. Os pressupostos negativos do *outro* eram formulados na diferença religiosa. Assim, o termo raça se reportava à tradição, ao cristianismo e à herança da nobreza de sangue, que inspiravam valores e costumes avançados. Racismo, neste quadro, assumia o sentido positivo de orgulho nacional (ZUBAIDA, 1996, p. 643).



Gilberto Freyre, [s.d.].

Já o termo cor é menos complicado. Indica, pura e simplesmente, uma classificação baseada na pluralidade dos tons da tez. Daí o problema da profunda imprecisão desta classificação. Não somente porque as contribuições da biologia, especialmente da genética, insistem na arbitrariedade das classificações baseadas em características fenotípicas, mas também porque a designação quanto à cor depende da percepção subjetiva do próprio agente – do declarante, no caso da estatística – e do entendimento que tem de sua identidade, baseada na filiação a um grupo social específico. Como conseqüência, um pardo pode se considerar negro, como um negro pode se considerar pardo (para ficarmos nas próprias categorias da classificação racial empreendida pela estatística).

Em outras palavras, o pensamento social brasileiro dos anos 1930 abandonava o legado do racismo científico, que identificava a constituição física à personalidade moral e intelectual, consagrando em seu lugar a perspectiva da nova antropologia. As diferenças étnicas sociais dos mais diversos grupos deixam de ser encaradas como patologias e tornam-se produtos culturais. O gênero humano passa a ser novamente interpretado em sua unidade, já que as diferenças são culturais e não inatas. O novo conceito de cultura traz a noção de comportamento aprendido e ensinado, em vez de instintivo. Descobria-se o potencial simbólico e lingüístico na imensa flexibilidade de reações humanas, na capacidade de atribuição de significados e de criação cognitiva de comportamentos (FOLEY, 1996, p. 24).

[278] De acordo com Mariza Soares (2000, p. 102-103), "a palavra gentio está associada às gentes, sendo, *grosso modo*, sinônimo de pagão, infiel, étnico. Essas designações identificam povos que, à diferença dos cristãos e judeus, seguem a chamada lei natural. Numa análise mais detalhada, entretanto, estabelece-se uma diferença entre gentio e pagão. O gentio é aquele que não crê na religião revelada, enquanto o pagão é o que segue uma religião de conotação mitológica e idólatra. O termo gentio tem uma utilização que se atém ao discurso religioso e, nas conquistas, está associado à conversão e à catequese". Portanto, "gentio" expressa os povos que estavam sobre a ação colonizadora e catequética, ingressando na "verdade revelada", veiculada pela cristandade. É, sobremaneira, uma referência explícita aos povos que são alvo da catequese missionária, caindo em desuso ainda no século XVIII, em oposição ao termo raça, ligado à tradição e à pureza de sangue, e posteriormente associado às nacionalidades.

O autor mais representativo e genial desta nova geração do pensamento social brasileiro foi, sem dúvida, Gilberto Freyre. Para a questão racial de que nos ocupamos, Freyre foi especialmente revolucionário. Todos os nossos principais pensadores anteriores, de Varnhagen a Silvio Romero ou Oliveira Viana – paradoxalmente contemporâneo de Freyre – passando pelo grande Capistrano de Abreu se ressentiam do legado escravista do Brasil, lamentavam que a colonização portuguesa tivesse sido feita em bases latifundiárias e escravistas. Varnhagen e Viana - não obstante os 70 anos que separavam **História geral do Brasil** de seu **Populações meridionais** – chegavam mesmo a lamentar o que a escravidão representou em termos raciais: a presença africana no Brasil. Gilberto Freyre, ao contrário, endossa a opção pela monocultura escravista, porque valoriza o papel do negro na formação da cultura brasileira. Se o negro só trouxe vantagens, se sua cultura é riquíssima, se sua companhia é alegre e terna, se as negras e mulatas são tão lindas e sensuais, se a miscigenação não é o grande problema do Brasil, o latifúndio e a escravidão não foram erros, obstáculos, problemas: foram opções corretas que tornaram possível o sucesso do português nos trópicos (REIS, 2002, p. 56-57).

Se seguirmos Freyre, a aptidão do português para o empreendimento colonizador se explica no hibridismo presente na formação do elemento português, resultante de seu passado histórico de "povo indefinido entre a Europa e a África". A bicontinentalidade, o dualismo de cultura e de raça marcam o seu caráter, o que permite a aclimatação e a adaptabilidade. Tais disposições teriam encontrado facilitadores no processo adaptativo de fixação do português na sociedade colonial, ao assimilarem-se cultural e racialmente características de indígenas e negros. Impuro étnica e culturalmente, o lusitano estaria predisposto à colonização híbrida e escravocrata dos trópicos. A diferença teórica de Freyre diante da interpretação predominante residia exatamente na insistência da ação modificadora do homem sobre a natureza, contra a passividade biologizante até então alegada, manifesta na influência do meio e dos característicos das raças, advogando no lugar a anterioridade dos elementos culturais sobre os raciais e climáticos. O processo de acomodação no campo cultural ao mesmo tempo requer e é produto do amalgamento biológico e étnico. E neste processo de atividade, o espírito aventureiro do português marcou forte presença, através de uma colonização de iniciativa particular, que promove a mistura de raças, agricultura latifundiária e escravidão (BASTOS, 1999, p. 221).

A rusticidade, própria da constituição psicossocial do português, é produto da socialização resultante da passagem de uma sociedade não totalmente tradicional a uma sociedade não tipicamente moderna (BASTOS, 1999, p. 226). É a rusticidade que recusa o processo homogeneizador a que levam as transformações burguesas, o que tornou possível o tratamento dos escravos como agregados ou pessoas da família. Este tratamento íntimo dispensado aos escravos, através de sua integração ao convívio familiar, teria aberto a possibilidade de miscigenações racial e cultural, marca constitutiva das relações raciais no Brasil. Ao contrário do que se deu nos EUA, aqui os negros não seriam destinados predominantemente ao serviço da lavoura. Para cá teriam sido trazidos os melhores estoques de africanos, pois estes serviriam como

escravos domésticos. Esta aproximação do negro ao modelo familiar responde pelo tráfico de escravos pautado na seleção do tipo físico mais atraente e das aptidões mais próximas do "civilizado". Aliás, a família, em Freyre, é a célula básica da vida colonial. Ela atua como forte agente estabilizador das tensões sociais, amalgamando as diferenças, transmitindo as tradições, e integrando os elementos antagônicos, na intimidade do cotidiano da relação senhorial. Em grande parte, o filho do senhor era educado pela escrava. Desde as cantigas de ninar cheias de referências à África, até a sexualidade despertada pelo erotismo das escravas domésticas, o negro tinha participação direta na formação da personalidade do senhor branco. Com efeito, a família colonial corrigia a distância social entre casa-grande e senzala, moldando nossa sociabilidade e nossas relações raciais específicas. A mestiçagem se assentava no regime de patriarcalismo.

Como agente civilizador, o negro teria dado o traço dionisíaco ao caráter brasileiro, ao nos legar o sensualismo de suas danças. Além disso, são africanos vários dos hábitos brasileiros, nas vestimentas, na culinária, na higiene e na crença do mundo mágico, místico. Igualmente, a língua brasileira, quanto à colocação pronominal (ênclise e próclise), é marca do legado do hibridismo que caracteriza nossa formação social. O uso do pronome expressa tanto a face do dominador, dura, antipática e autoritária, quanto a do dominado, suave, simpática, pronta a obedecer – "faça-me" em oposição a "me faça" (BASTOS, 1999, p. 231). Nossa vida emotiva e nossas necessidades sentimentais só são plenamente contempladas nestas duas formas, donde sermos uma democracia social, porque racial.

Aqui chegamos ao vértice do pensamento de Freyre: a democracia racial. No Brasil, os espaços de sociabilidade, assim como as subjetividades, foram moldados pela mútua ação do branco dominador e do negro dominado. Sua figuração da democracia reside na flexibilidade e mobilidade que caracteriza a relação entre dominadores e dominados. Ao sofrer a ação da assimilação do negro, o dominador passa a dominado. Entretanto, não é bem assim o que acontece. O falso *continuum* entre a estrutura social e a estrutura racial traz como conseqüência o escamoteamento da identidade étnica. Nesta cartilha, a integração social efetiva e a mobilização vertical das populações negras só poderiam ser conquistadas na identificação com os grupos brancos.

Na verdade, a função civilizadora do negro acaba se restringindo ao patrimônio cultural que nos é legado, ao profundo exotismo dos rituais africanos, das danças sensuais, do misticismo religioso, da culinária e da indumentária. Nega-se, mais uma vez, uma imagem objetiva do negro, o reconhecimento de sua capacidade de ação política e intelectual. Dito de outro modo, ainda está ausente a percepção do negro como agente histórico atuante na sociedade brasileira. Pior ainda: Gilberto Freyre toma o negro por escravo e vice-versa. Não se dá conta, ao menos de forma plena, que o "ser escravo" é uma posição social. Não é possível, portanto, atribuir ao negro o comportamento do escravo. Ao invés disso, Freyre identifica os dois elementos. A antiga ideologia senhorial, que acreditava na docilidade e na obediência do escravo à vontade do seu senhor, também se torna válida para o comportamento do negro, dócil, passivo e obediente.

Ao silenciar sobre a extrema violência praticada no cativeiro, reconciliando escravo e senhor, posições que sabemos serem necessariamente antagônicas, e identificar o negro passivo ao escravo dócil, Gilberto Freyre recria a tese do branqueamento. Já não se trata mais de "regressões atávicas" à raça pura originária, porém de um branqueamento cultural. A ascensão social de um negro implica o abandono das características culturais que o definem. Ele se "embranquece". Estes são os terríveis efeitos do mito da democracia racial criado por Gilberto Freyre e largamente disseminado nos anos 1930 e 1940. O principal deles foi o de propagar a falsa imagem de um Brasil sem preconceitos, em que as diferentes raças coexistem harmonicamente. A igualdade das raças se tornou uma convicção inabalável e celebrada no "dia da raça", instituído por Vargas. Isto impediu que se percebesse que a dinâmica da discriminação racial no Brasil é velada e o nosso racismo, dissimulado. Por tudo isso, somos obrigados a concordar com Elide Rugai Bastos quando diz que a incorporação da "tese da democracia racial funciona como cultura política que se constitui em obstáculo ao verdadeiro enfrentamento da questão racial no Brasil" (BASTOS, 1999, p. 233).

Esta avaliação otimista da miscigenação, tão bem expresso no feriado do "dia da raça", representava um grande alívio para as elites brasileiras, devolvendo-lhes a autoconfiança que as teorias racistas do final do século XIX lhes havia tirado. Esta nova representação mudou a inserção do Brasil no exterior. Desde 1822, nossos letrados se esforçavam para esconder as impurezas da história nacional. Até 1930, a mestiçagem traria o atraso e a condenação, comprometendo a estratégia da nação de despontar na civilização (REIS, 2002, p. 69). Com a interpretação de Freyre e sua repercussão, o mundo pós-1945, em suas reflexões e *mea* culpa pelo monstro nazista, iria encarar o Brasil como uma experiência bem-sucedida de assimilação racial. As idéias de Freyre, a tese da harmonia étnica e a segunda grande guerra foram fundamentais para a idealização e a forma de execução dos censos de 1940 e 1950, dos quais passamos a tratar.

As cores no Censo de 1940

No Recenseamento Geral de 1940, assistimos ao retorno da categoria racial, travestida de seu correlato – porém não equivalente – "cor". Como vimos, a substituição em si já indica a mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não são os tipos raciais originários, mas a "cor", isto é, as tonalidades da pele. É a própria comissão censitária, através do gabinete técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, quem corrobora nossa afirmação, em seu **Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor**:

> Essa qualificação 'cor branca' não deve, entretanto, ser interpretada como afirmação da presença de um caráter biológico próprio de determinados grupos étnicos, mas apenas como reconhecimento da presença de uma cor clara da tez, que pode ser incluída – às vezes com certa largueza de julgamento – entre os matizes usualmente chamados brancos (ESTUDOS..., 1950, p. 31).

Seria assaz exagerado alegarmos que os herdeiros das teorias do racismo científico haviam já desaparecido. Por esta época, um de seus grandes ideólogos, Oli-



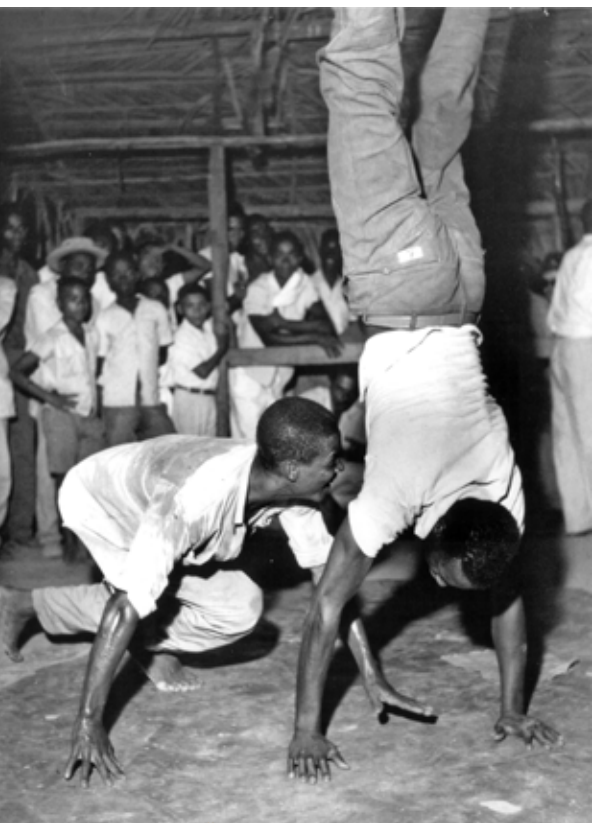
Fernando Azevedo, [s.d.].

veira Viana, participava ativamente da assessoria jurídica do Ministério do Trabalho, dando forma ao corporativismo sindical. Este fato dá mostras de que não era desprezível a inserção política deste grupo na estrutura da classe dirigente do Estado Novo. No entanto, a primazia do argumento racial cabia aos culturalistas, os quais teriam em Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo dois de seus principais expoentes[279]. O "dia da raça" e o cinema educativo do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP assinalavam a mudança de postura do governo em relação à questão racial: dissolver as diferenças raciais com base na miscigenação, que traria a integração social do negro. O novo discurso racial corroborava muito bem esta política. Freyre e Azevedo acreditavam na função universalizante, transformadora e propulsora da educação. Criam que a educação era a chave para equacionar aquelas diferenças raciais. Não por acaso, Fernando de Azevedo era, ao lado de Lourenço Filho e Anísio Teixeira, o principal intelectual da educação e articulador do movimento da Escola Nova, que defendia a educação de cunho universalista, inteiramente pública e promovida pelo Estado. O Estado, diziam os três, deveria ter o monopólio da educação, porque nela se implantava o projeto político para a nação. A escola deveria ser um espaço de construção da hegemonia, o que agradava sobremaneira a Capanema, cujas idéias em matéria de educação visavam a criar o cidadão ideal do Estado Novo[280].

Nascido em São Gonçalo do Sapucaí, em Minas Gerais, Fernando de Azevedo (1894-1974) foi um sociólogo de grande estatura intelectual, colaborando muito na institucionalização das ciências sociais no Brasil. Desenvolveu a primeira e vasta pesquisa sobre a situação da educação em São Paulo. Foi integrante do movimento reformador da educação pública, na década de 1920, que ganhou o país e foi impulsionado pela Associação Brasileira de Educação. Entre 1927 e 1930, promoveu ampla reforma educacional na capital da República, animada pela proposta de extensão do ensino a todas as crianças em idade escolar, articulação de todos os níveis e modalidades de ensino - primário, técnico-profissional e normal, e adaptação da escola aos meios urbano, rural e marítimo. Fundou a Biblioteca Pedagógica Brasileira

[279] Autor de um pensamento racial fértil e original, Arthur Ramos, diferentemente de Azevedo e de Freyre, embora muito atuante no debate culturalista e racial das décadas de 1930 e 1940, permaneceu marginalizado em relação àqueles dois. Ao contrário de Freyre, que centralizava a liberação do negro na escravidão, Ramos preferia reconhecer a incompleta integração social do negro, ao invés de celebrá-lo como agente e caudatário de um patrimônio cultural comum aos brasileiros. A integração seria pavimentada pela construção de uma "cultura mestiça", através da qual fossem valorizadas as diferenças étnicas e as especificidades culturais, em oposição à mestiçagem concebida por Freyre, que enfatizava o embranquecimento cultural. Mapeando as etnias africanas, recuperando a subjetividade do escravo como agente histórico e debruçando-se sobre a psicologia social da escravidão, Ramos fundamentava a legalização dos cultos afro-brasileiros, luta que viria a ter muitos herdeiros seus.

[280] Teixeira de Freitas, na qualidade de presidente da Associação Brasileira de Educação e na chefia da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde participava deste seleto círculo de educadores e era um entusiasta das diretrizes elaboradas para o ensino pelo movimento da Escola Nova.



Capoeiras, [s.d.].

e em 1932, redigiu e lançou, junto com outros 25 educadores e intelectuais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Como diretor-geral, promulgou o Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1934, e participou da fundação da Universidade de São Paulo. Educador, ensaísta, e sociólogo, Fernando de Azevedo foi, ainda, o principal introdutor no Brasil das concepções de um dos pais da sociologia moderna, o francês Émile Durkheim. Autor de extensa obra, Fernando de Azevedo escreveu **Novos caminhos e novos fins - A nova política da educação no Brasil**, de 1935; **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**, de 1948; **A educação e seus problemas**, de 1952; **As ciências no Brasil**, de 1956 e **Princípios de sociologia**, de 1958[281].

Ao lado de toda sua contribuição intelectual, **A cultura brasileira** desponta como a obra de maior fôlego e projeção de Azevedo. Trata-se, justamente, da introdução ao Recenseamento Geral de 1940, um vigoroso volume de 536 páginas, encomendado para engrandecer o primeiro recenseamento do IBGE. Nela, a questão racial ganha contornos culturalistas, então na ordem do dia. Por se tratar do mais proeminente trabalho entre os estudos sobre a identidade nacional associados ao discurso estatístico, ainda mais do que **O povo brasileiro e sua evolução**, e por integrar o conjunto da publicação do Recenseamento de 1940, passamos a analisar as teses de Azevedo.

A)A cultura brasileira, de Fernando de Azevedo

Em seus pontos nevrálgicos, **A cultura brasileira** endossa as teses apresentadas por Freyre em **Casa grande e senzala**. No que diz respeito à nossa formação étnica, também Azevedo defende que o elemento branco português era, já em suas matrizes constituintes, produto da mestiçagem:

> O elemento português que se fixava lentamente no Brasil, não era, o que se podia dizer, uma raça, no sentido biológico da palavra, mas o resultado de uma mistura dos povos indígenas da península, - os primitivos íberos -, e de raças e povos que se cruzaram em constantes migrações pela península ibérica, como os celtas, os gregos, os fenícios, os romanos, os visigodos e os árabes, sem falar nos judeus, dos quais, de uma só vez, recebeu a península, transplantadas por ordem de Adriano, 50 mil famílias israelitas. Mas, produto de longo processo de miscigenação, o povo português, que se manteve o sólido núcleo primitivo e dominante das populações brasileiras, deveria misturar o seu sangue ao das duas raças dominadas, - ao do ameríndio, de origem asiática, e ao do negro importado da África -, e a ambos dar uma nova língua e uma nova civilização (AZEVEDO, 1943, p.30).

Esta afirmação, ao negar o caráter propriamente racial do português, corrobora o argumento, então largamente difundido, de que nosso tipo nacional estaria em

[281] Disponível em: <http://www.crefal.edu.mx/biblioteca_digital/enlaces/educadores_latinoamericanos/brasil/ fernando_azevedo.htm>. Acesso em: 15 dez. 2005.

contínua formação, ainda incompleto, resultado que era de amalgamento de raças diversas. Como o culturalismo de Freyre e Azevedo celebrava a prática da mestiçagem, tão marcante entre nós, o olhar lançado sobre o colonizador português buscará respaldar a mestiçagem, que já nos constituiria na origem. Muito ao contrário do período em que predominavam as apropriações do racismo científico, quando o português representava o núcleo estável de nossa identidade étnica e nossa garantia de redenção através da regressão atávica propiciada pelo branqueamento.


INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

Recenseamento Geral do Brasil
(1.º de Setembro de 1940)

Série Nacional
Volume I

Introdução
Tomo 1

A CULTURA BRASILEIRA
Introdução ao estudo da Cultura no Brasil
por
FERNANDO DE AZEVEDO

Rio de Janeiro
Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1943

Folha de rosto de AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 1943. 536 p.

Com efeito, o imperativo do branqueamento, na dimensão da pureza de sangue e da eugenia, é abandonado na argumentação de Fernando de Azevedo. Da mesma forma que Freyre, ele se transforma em superioridade cultural branca, elemento condutor da civilização, capaz de construí-la, junto à imposição da língua a negros e índios. A insistência na predominância branca persiste como reforço do elemento civilizador, o "conquistador branco tornou-se o elemento fundamental". Mas a superioridade se explica pela tonalidade cultural e força civilizadora diante das demais raças, muito "embora tivesse constituído a parcela menor".

Na formação dessa civilização nos trópicos, o branco era o elemento civilizador e mediador. Afinal, a abertura para o *outro* é uma característica cultural da constituição racial híbrida do português. Esta abertura ao diferente permitiu que, na interação tropical com os negros, o português assimilasse alguns de seus traços, ao tornar-se mais dócil e render-se ao sensualismo de origem africana. De outra forma, não possuiríamos um patrimônio cultural tão rico e diversificado. Para tanto teria sido fundamental a introdução do negro no serviço doméstico da Casa Grande. A interação resultante entre branco e negro, senhor e escravo, minava o *pathos* aristocrático, a distância em relação a elite branca, já que os colonos se rendiam à sensualidade das escravas. Muito a propósito, Azevedo cita Gilberto Freyre, segundo o qual "a miscigenação corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa grande e a senzala" (AZEVEDO, 1943, p. 31). Esta capacidade assimiladora e interativa que caracteriza nosso núcleo nacional teria nos feito imunes à ação desagregadora da massa imigrante, especialmente germânica, produzindo a melhor fixação das populações estrangeiras à cultura brasileira[282].

[282] Não se trata de observação desprovida de valor, tendo em vista a onda de medo provocada pela existência das colônias alemãs, muitas rendendo glórias ao nazismo, no contexto da segunda guerra.

Cultura brasileira. A definição de cultura em Azevedo é tão relevante e abrangente que é este conceito-título que fornece a exposição da nossa formação social e histórica em toda a extensão da obra. Obra de geografia, ao descrever a terra, definir suas fronteiras e identificar os recursos disponíveis para a construção de uma poderosa nação-estado; obra de sociologia e educação, ao identificar os elementos culturais que estavam transformando o país em uma sociedade moderna, nos moldes ocidentais (SCHWARTZMAN, 2004a, p. 78-79). Cabe, portanto, a indagação sobre a conceituação de cultura para Azevedo e sua importância para as teses de **A cultura brasileira**.

Ao analisar a constituição de nossa cultura, Azevedo considera que os "fatores geográficos e étnicos", "meio" e "raça", de vocação determinista, exerceriam influência "importante mas não preponderante, na sua formação". Dessa forma, tais

> forças naturais, como o meio físico, o clima e a raça, modelam, de fato, profundamente um povo no momento em que sua alma é virgem ainda; e prolongando sua ação ao longo da história, são capazes, através das modificações do meio humano, de perpetuar os traços hereditários [...]. Mas, à medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais que tiveram um papel de importância primordial nas suas origens e na sua formação (AZEVEDO, 1943, p. 105-106).

Portanto, no movimento civilizatório, tendem a predominar os fatores econômico e social para a formação da cultura.

Aparentemente, Azevedo se recusa a aceitar a ingerência daqueles fatores primordiais constitutivos do "meio" e da "raça", dado o devir da transformação social que, ao acrescentar a importância dos elementos objetivos da cultura, proveria bases estáveis para a discussão da "psicologia política e social do povo brasileiro", ancorada na racionalidade da análise e da previsão sociológicas. Seguidor de Durkheim, defende a natureza objetiva dos fatos sociais, a constituição de uma ciência particular do social e a luta pela autonomia da sociologia como ciência. Tal é a razão pela qual rejeita os estudos e monografias feitos anteriormente, que ligam sua explicação "às condições geográficas e às três raças que concorreram, inicialmente, para a constituição do povo brasileiro" (AZEVEDO, 1943, p. 106).

A análise parece hesitar muito, a exemplo da recombinação das idéias dos pressupostos teóricos originais, entre a recusa da raça para a constituição de sujeitos (dando lugar à posição social) e da disposição étnica para comportamentos que, na verdade, são significativamente orientados. Vejamos: "O que teve de perniciosa a influência do negro, na vida e na formação social do povo brasileiro, foi devido menos à raça do que a sua condição de escravo [...]". Quanto à percepção da orientação significativa dos comportamentos, Azevedo está já além de Freyre, que identificava negro e escravo. Por diversas vezes, Azevedo atribui propensões anti-socializantes de negros e índios (como o desapreço pela terra e o desrespeito pela ordem legal, ou a salvação pelo acaso, o misticismo) "às características de um estágio determinado de evolução de um povo" (AZEVEDO, 1943, p. 108).

Enfim, na maioria dos aspectos e das questões abordadas, Azevedo se aproxima de Gilberto Freyre: no elogio da mestiçagem, na formação híbrida do elemento

português, na interação colonial entre as raças, que veio a resultar na suposta harmonia étnica existente entre nós, e na contribuição cultural dos negros, com seus hábitos, misticismo, sensualidade e vestuário, do que decorre "nossa ignorância das distinções de classe e diferenças de raça" (AZEVEDO, 1943, p. 111), ou ainda na abertura ao *outro* e na tolerância que, em situação de conquista e colonização, deveria "brotar como uma floração natural, um sentimento espontâneo, devido aos contatos e misturas de povos e culturas tão diferentes" (AZEVEDO, 1943, p. 111).

Entretanto, muito mais do que Freyre, Azevedo, por sua própria conceituação durkheimiana de cultura, constrói sua aguçada narrativa através de sujeitos históricos que não são nem podem ser substantivados, antes, porém, sua ação é orientada por significados que são sempre recriados. Estes agentes históricos estão em contínua elaboração, de modo que categorias estanques e naturalizadas, que privilegiem as disposições constituintes ao invés das posições sociais, e o sistema de posições dos sujeitos empobrecem a análise e inviabilizam a percepção da particularidade do fato social em relação ao mundo da natureza. Em outras palavras, **A cultura brasileira**, introdução do primeiro recenseamento do IBGE, mais que uma obra de fôlego, é um clássico, um trabalho de inovação metodológica no cenário das ciências sociais de então e das interpretações sobre o Brasil.

B) Recenseamento de 1940: obra de propaganda e censura sobre a cor

A esta altura, é lícita a dúvida sobre as razões que pesaram na escolha deste grande sociólogo e educador. Fernando de Azevedo era amigo pessoal de Teixeira de Freitas. Os dois foram presidentes da Associação Brasileira de Educação, tinham idéias parecidas para a área, organizaram congressos juntos, escreveram artigos de mútua colaboração. Sem dúvida, este foi um dos grandes motivos que levaram Fernando de Azevedo a ser o escolhido para redigir **A cultura brasileira**, a título de introdução ao recenseamento. Acreditamos que a outra razão estaria vinculada ao "pensamento racial" dos estatísticos, por assim dizer. Se, em 1920, Bulhões Carvalho, ao justificar a ausência da investigação racial no censo, concordava com o princípio da regressão atávica e, por conseguinte, com o argumento do branqueamento – o que explica inteiramente o recrutamento de Oliveira Viana e de sua tese de arianização – em 1940 as coisas se dão de modo bem diverso. Basta lembrar que, em plena política de extermínio empreendida pelo nazismo, o eminente estatístico e judeu Giorgio Mortara aceitara o exílio no Brasil e a acolhida oferecida pelo IBGE, assumindo a consultoria técnica do Recenseamento de 1940. Seria natural que Mortara visse com antipatia e restrições a classificação racial, negando até mesmo que fosse praticada para aquele ano de 1940. É o que se depreende do relatório da comissão censitária do recenseamento[283]:

> A cor, ou raça, foi uma indagação que teve adeptos e adversários, prevalecendo, afinal, no questionário por maioria de votos, depois de haver sua sorte fica-

[283] A comissão tinha como principais nomes Carneiro Felipe, diretor do recenseamento, Giorgio Mortara, consultor-técnico e Teixeira de Freitas, enquanto secretário-geral do IBGE.

> do pendente ou indecisa por algum tempo. O Sr. Carlos Imbassahy, aludindo aos trabalhos de Richet e de outros estudiosos da formação das raças, propôs que a indagação tripartisse as respostas possíveis em branco, preto e mulato. O Sr. Teixeira de Freitas sugeriu inquéritos sobre os corpos discentes das escolas, com a assistência de médicos e professores, de modo a se colher uma orientação dos tipos componentes da massa, mais segura do que a simples declaração individual consignada no questionário. O Sr. Costa Miranda, apoiando essa sugestão, lembrou que a investigação por amostra poderia ser estendida às coletividades militares. A Presidência, manifestando-se igualmente favorável à investigação em miniatura, deu a conhecer o ponto de vista do Gabinete-Técnico, segundo o qual o quesito devia ser suprimido devido à imprecisão das respostas que obteria, recordando, a propósito, que constante embora dos recenseamento de 1872 e 1890, fora omitida nos de 1900 e 1920, bem como no projeto de 1930. O Sr. G. Mortara, consultor-técnico, opinou que a questão era mais política que técnica, opinião a que, logo após, o Sr. Lourival Fontes deu o reforço de um argumento decisivo ao dizer que o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro. Posta a votos a supressão do quesito, foi rejeitada, em face da declaração do Sr. Lourival Fontes, contra os votos dos Srs. Costa Miranda e Cerqueira Lima, ficando, pois, mantido no questionário o quesito cor, sem quaisquer outras explicações (CARVALHO, 1940, p. 124-125).

Note-se que, à exceção de Imbassahy, a comissão foi unânime na rejeição da investigação censitária do quesito "cor". Alguns, liderados por Teixeira de Freitas, sugeriram a classificação racial pelo viés institucional, sem qualquer vinculação com o recenseamento nacional. Certamente, negavam a adequação do empreendimento às possibilidades do censo. Ora, mesmo adotando-se o princípio das classificações parciais – caso das escolas e corporações militares sugeridas no trecho em questão – já não se trata mais de conhecer a população em termos raciais. Ou seja, a raça deixava de ser associada ao tipo nacional. Desvinculava-se, então, do discurso sobre as características da nacionalidade, que estivera na origem das preocupações sobre a classificação racial[284]. Giorgio Mortara ainda vai além, rejeitando o caráter científico ou técnico da abordagem racial, ao evidenciar os interesses políticos por ela suscitados.

Eis que somos surpreendidos com a intervenção de ninguém menos do que Lourival Fontes, diretor do DIP, alegando que "o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro". Trata-se de argumento decisivo, por duas razões: em primeiro lugar, confirma a desracialização do olhar científico da estatística. O discurso racial praticado naquele momento torna-se político. É à representação da nação no estrangeiro, assim como à sua auto-imagem, que a classificação racial se reportará.

Qual é, então, a imagem do país que se quer produzir? A pergunta é muito relevante, pois da resposta dependem as categorias de classificação e seu modo de

[284] De fato, a opção pela classificação racial no enfoque institucional foi prioridade para Teixeira de Freitas e, tudo indica, também para o IBGE daqueles tempos. Teixeira, por longo período à frente da Associação Brasileira de Educação e da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde, foi talvez o único dos grandes ideólogos de educação da época a associar às preocupações propriamente educacionais, especialmente as de educação rural, o levantamento estatístico. Quando da organização e unificação do ensino primário brasileiro, em 1938, a prioridade era retirar das colônias e famílias alemãs a responsabilidade pela educação básica de seus filhos e proibir as populações migrantes de manter sua língua materna na vida diária e na educação dos filhos. Um argumento freqüentemente utilizado para defender a presença do Estado nestas regiões afastadas, fornecendo os programas e currículos escolares, era o temor gerado pelo potencial de desagregação dos alemães que seriam, dizia-se, de dificílima assimilação por nossa nacionalidade. Acreditamos que a sugestão de Teixeira de se adotar "inquéritos sobre os corpos discentes das escolas, com a assistência de médicos e professores, de modo a se colher uma orientação dos tipos componentes da massa" aponta para esta direção: apreciar racialmente aqueles núcleos de colonização, para neles desenvolver estratégias de atuação do Estado. De qualquer modo, isto implica o descarte do conhecimento sobre a população nacional em bases raciais.



O cassaco (trabalhador temporário nordestino). Barbosa Leite.

execução. Devemos nos recordar que estamos em plena segunda guerra. As animosidades se proliferam e o avanço dos conflitos radicaliza as filiações ideológicas. O Brasil, propagado pelos melhores de seus ideólogos de então como democracia racial, poderia através do Recenseamento de 1940 se projetar como "paraíso racial", lugar da convivência pacífica entre as raças e do ideal de harmonia étnica.

Não foi o que ocorreu. Ao menos, no que se refere à estatística. Trata-se de um quadro ambíguo e controvertido. De fato, há a iniciativa da comissão de rejeitar a pesquisa racial no censo, por falta de sustentação científica, e também a escolha de um representante do pensamento culturalista dominante, do porte de Fernando de Azevedo. Todavia, os resultados atingidos pelo censo e a forma de encaminhamento da tipologia da cor nos boletins censitários nos levam a outra direção.

Nos febris anos das políticas nazistas de perseguição e extermínio, os brasileiros se ressentiriam muito especialmente de declararem sua cor, sobremodo oriunda de mestiçagem. Seria de se esperar que a comissão censitária levasse esta variável em consideração. Anos antes, já Bulhões Carvalho apontava para o problema da dissimulação da cor, fato que atestou para justificar a ausência do quesito em 1920, e que sabemos ser causa insuficiente. Aliás, a consciência do problema crônico da dissimulação se faz presente no próprio Censo Demográfico de 1940. Afinal, mesmo investigando a cor, pondera que "a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem" (RECENSEAMENTO..., 1950, p. XXI). Com efeito, temos mais um motivo para acreditar que a comissão teria todos os cuidados no sentido de minimizar as declarações não representativas. Certo? Não, errado.

O censo simplesmente não previu em seu inquérito a categoria "pardo" ou qualquer outro equivalente de mestiçagem. As qualificações resumiam-se a "preta", "branca" e "amarela". É o único recenseamento na história que não operou com a variável dos "pardos". Todas as demais designações de cor, que indicavam mestiçagem, como "caboclo", "mulato", "moreno", etc., eram subsumidas a um traço horizontal no lugar reservado para a resposta, nos boletins individuais e de família. A categoria "pardo" era incluída somente na análise e não na coleta, abrangendo justamente tais qualificações desviantes. Na coleta, os boletins traziam como instrução apenas a filiação a um dos três grandes grupos étnicos, e a indução ao preenchimento com o traço como única alternativa àquela filiação, o que resultava num constrangimento para o entrevistado, inibindo-o quanto a uma eventual declaração que afirmasse sua condição mestiça. Com efeito, acreditamos que o qualificativo "pardo" era indesejado e escamoteado, visto que era um tanto óbvio que os números resultantes estariam muito aquém de um patamar representativo.

O Recenseamento de 1950, ao contrário, faz a distribuição da população em quatro grupos - "brancos", "pretos", "amarelos" e "pardos" - e, ainda que incluin-

do neste último os índios e os que se declararam “mulatos”, “caboclos”, “cafusos”, etc., prevê um grupo especial de “pardos”, enquanto categoria da unidade de análise e de coleta. Por conseguinte, o mestiço não é tomado como elemento inadequado às categorias investigadas, como fez o Censo de 1940. Neste sentido, “no censo de 1950 a declaração foi deixada à descrição do recenseado, emprestando, assim, maior precisão aos resultados censitários” (RECENSEAMENTO..., 1956, p. XVII - XVIII).

Naturalmente, o resultado da adoção de modos de procedimento diversos seria uma discrepância gritante entre as conclusões a que os dois censos chegaram[285]. Vejamos:

Tabela 4 – População recenseada, segundo a cor (1872-1950)

a) Em números absolutos

Cor	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Brancos	3 787 289	6 302 198	_____	_____	26 171 778	32 027 661
Pretos	1 954 452	2 097 426	_____	_____	6 035 869	5 692 657
Amarelos	_____	_____	_____	_____	242 320	329 082
Pardos	4 188 737	5 934 291	_____	_____	8 744 365	13 786 742
Sem declaração de cor	_____	_____	_____	_____	41 983	108 255

b) % sobre o total

Cor	1872	1890	1900	1920	1940	1950
Brancos	38,14	43,97	_____	_____	63,47	61,66
Pretos	19,68	14,53	_____	_____	14,64	10,96
Amarelos	_____	_____	_____	_____	0,59	0,63
Pardos	42,18	41,40	_____	_____	21,20	26,54
Sem declaração de cor	_____	_____	_____	_____	0,10	0,21

Fonte: Recenseamento Geral de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. v. 1: Censo Demográfico.

Na leitura apenas superficial dos números há de se notar o grande avanço da população “parda”, que salta de 21,20% para 26,54% do total, inversamente proporcional ao recuo da população “preta”, cujo patamar sofre queda de 3,68%, no tocante ao período 1940-50. Com tanto mais razão, não há como não atribuir o ocorrido às inovações levadas a cabo na investigação de 1940. E mais: mesmo com o

[285] O Censo de 1940 foi o pioneiro na investigação do agrupamento de cor “amarela”, instituindo a prática como tradição para os censos ulteriores. Esta iniciativa de constituir uma categoria específica demonstra o distanciamento evidente dos tempos de legislação restritiva à imigração asiática, quando se acreditava nos cânones do racismo científico e na incapacidade de sociabilidade deste grupo. Este fato reitera nosso argumento de que o discurso racial praticado pela estatística havia sido desestatuído de seu eventual conteúdo científico, tornando-se deliberado e predominantemente político.



Preparo da madeira, [s.d.].

decréscimo a que chegou o Censo de 1940, a intenção dos organizadores censitários, premidos pela pressão da classe dirigente, era a de diluir ainda mais a variável "pardo" na composição da população. Cremos, sinceramente, que a expectativa era a de que a omissão desta categoria de classificação na coleta inibiria ainda mais os declarantes. No entanto, foram muitos os que afirmaram sua condição mestiça, através de qualificativos alternativos, mas imbuídos da polissemia da mestiçagem. É o que revela o testemunho da própria comissão, segundo o gabinete técnico do Serviço Nacional de Recenseamento:

> De fato, essas instruções foram interpretadas, na grande maioria dos casos de recenseados de cor diferente das três explicitamente discriminadas, **como se esta discriminação visasse apenas a exemplificar, e não a limitar, as declarações da cor**. E, por isso, ficaram muito freqüentes as especificações de cores não previstas nas instruções, como 'morena', 'parda', 'mulata', 'cabocla', etc., e apareceu em alguns casos a especificação do grupo étnico 'índio', que só indiretamente representa uma declaração de cor (ESTUDOS..., 1950, p. 7-8, grifo nosso).

A intenção de limitar as declarações de cor seria mais do que factível com a natureza do fazer estatístico, que opera com individualizações a partir da desconstrução de individualidades previamente existentes. Porém, para este censo em particular, não foi elaborada na coleta uma categoria de "pardos" que incorporasse aqueles outros qualificativos – "morena", "mulata", "cabocla". Consequentemente, a afirmação da condição mestiça passava necessariamente pela negação das categorias disponíveis e pelo alargamento semântico da classificação racial. Vários eram, como já vemos e veremos, os significados atribuídos à cor. Mesmo se considerássemos a inclusão da categoria "pardo", é inegável que, em relação a ela, às designações "morena", "mulata" ou "cabocla", entre tantas outras variantes, são atribuídos sentidos distintos no ato de identificação pessoal provocado pela estatística.



Carregadores na rodoviária de Belo Horizonte, MG, 1973.

Paradoxalmente ao elogio da mestiçagem que vemos em Freyre e também em Fernando Azevedo, em **A cultura brasileira**, na conjuntura de guerra, a imagem que a estatística produzia para o Brasil não era, sob nenhuma hipótese, a de paraíso racial. Não devemos olhar para o passado retrospectivamente. Naqueles tempos, a ameaça nazista era uma realidade e a vitória alemã uma grande possibilidade. O problema do racismo só seria estudado e inventariado pelos órgãos internacionais após a derrota alemã e os traumas provocados pela revelação do holocausto ao mundo. Se no Brasil vigorava o ideal da harmonia étnica, se nossos intelectuais se fiavam na democracia racial já desde os anos 1930 e os estatísticos retiravam o estatuto científico do argumento racial, tornando-o político, o mesmo não poderia ser dito para o cenário mundial. Não antes que Berlim finalmente sucumbisse. Externamente, o Brasil de 1940 via o pensamento dominado pela tecnocracia nazi-fascista condená-lo, em virtude do hibridismo da mestiçagem. Os desdobramentos da guerra, àquela altura, poderiam elevar este pensamento, então expressivo, à condição de hegemonia. Forçoso era que o Brasil se defendesse. A fala de Lourival Fontes é modelar. Não teria havido nenhuma classificação racial, em 1940, não fosse sua investida em favor da propaganda do país. No que dependesse dos estatísticos, não teria havido tal iniciativa. Neste sentido, era preciso moldar os procedimentos de inquérito de maneira a afiançar ainda mais a dissimulação sobre a cor da população, aterrorizada com as barbaridades que o distante Terceiro *Reich* engendrava, o que o desnível em relação aos números obtidos em 1950 comprova.

O imperativo da propaganda, perolizado na voz de Lourival Fontes, não deixou ileso nem mesmo o estudo **A cultura brasileira**, cuja tônica geral quanto à questão racial se destaca pela louvação da mestiçagem. É impressionante a antinomia entre o culturalismo metodologicamente inovador da obra e o fragmento onde se lê:

> A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa, - cidadela da raça branca - , antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa, - a da atmosfera de sua própria civilização (AZEVEDO, 1943, p. 38).

Aqui, vemos um argumento assentado na superioridade racial branca, no duplo sentido cultural e biológico. Como explicar, diante das premissas renovadoras de Azevedo para a educação e o pensamento social brasileiro, que o mesmo se renda ao reducionismo biologizante, que impõe clivagens ao idêntico desenvolvimento de

nossa gente? Não podemos senão creditar o ocorrido à intervenção direta dos setores dirigentes, de modo semelhante à prescrição categórica de Lourival Fontes no sentido de incluir a classificação racial.

A necessidade de criar uma propaganda que produzisse uma população mais branca, escamoteando nosso verdadeiro contingente oriundo de mestiçagem, através da manipulação das categorias raciais, havia atingido também a introdução do Censo de 1940. Ora, a apreciação racial do trecho em destaque destoa integralmente da tônica de **A cultura brasileira,** permeada pela reiterada defesa da predominância dos fatores econômico e social para a formação da cultura, no lugar do "meio" e da "raça", em sua estreita filiação ao mundo da natureza. Mais do que as teses sobre nosso caráter nacional e nossa formação histórica, em **A cultura brasileira** Azevedo se destaca pela metodologia que adota na estruturação da primeira obra de fôlego produzida sob orientação de Durkheim no Brasil. No entanto, se a intromissão do governo com seus fins propagandísticos moldou em partes o argumento sustentado neste primoroso estudo, não havemos de fazer concessões em demasia. É inegável que Azevedo, a exemplo de Freyre, apregoava a superioridade cultural do elemento branco. Em seus escritos, porém, não encontramos qualquer certeza de que "continuem negros e índios a desaparecer", sob o influxo das "diluições sucessivas de sangue branco". Esta convicção acerca do desaparecimento de negros e índios teria que ser verificada nos números produzidos pelo Recenseamento Geral de 1940, quando logrou-se um destino mais elevado, porque branco, para o País.

Recenseamento de 1950: algumas questões

Em 1950, a interpretação das relações raciais no país respiraria ares mais puros. O ideal de paraíso racial seria, após a eliminação da má-consciência nazista, reconhecido internacionalmente. Neste mesmo ano a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, promovera um estudo sobre nossas relações raciais, fortemente marcado pela impressão de harmonia étnica que o Brasil alardeava aos estrangeiros. O País tornava-se modelo para o terror europeu do pós-guerra, mergulhado em sua autocrítica pelo holocausto (MAGGIE; REZENDE, 2002, p. 13).

Diante da consagração mundial, a censura racial velada e dissimulada praticada no censo anterior precisava ser justificada. Se a categoria pardo estaria doravante prevista na coleta e não mais se submeteria os declarantes ao constrangimento sobre sua própria cor, os números a serem apurados seriam decerto incompatíveis em relação àqueles apontados pelo Censo de 1940. Só este fato já imporia a necessidade de justificativa, pois o *modus operandi* seria alterado. Com tanto mais razão, a garantia do reconhecimento internacional de nosso paraíso racial demandava a filiação a uma inventada tradição de igualdade das raças. Portanto, fazia-se premente silenciar sobre a censura praticada anteriormente e redimi-la quanto aos propósitos então visados pela estatística. Neste sentido, o testemunho do gabinete técnico do Serviço Nacional de Recenseamento de 1950, sob responsabilidade científica de Giorgio Mortara, é preciso:

> A preparação do recenseamento de 1940 desenvolveu-se num período em que as aberrações racistas pareciam estar encaminhadas para o predomínio no mundo. Todavia, a Comissão Censitária Nacional não somente quis manter-se fiel à tradição mais honrosa da moderna civilização brasileira, a da igualdade das raças, como também procurou eliminar até a suspeita de que o quesito referente à cor, introduzido no censo com objetivos puramente científicos, estivesse destinado a servir como instrumento preparatório de discriminações sociais. Por isso, a Comissão quis evitar a obrigação, para o recenseado, de aplicar a si mesmo qualificações de cor que às vezes são usadas com sentido de desprezo, e decidiu limitar as declarações explícitas aos três grupos de cor dos 'brancos', 'pretos' e 'amarelos', prescrevendo apenas lançar um traço a todos os que não podiam assim ser qualificados, e que constituem o grupo dos 'pardos', no sentido mais amplo desta qualificação (ESTUDOS..., 1950, p. 8).

Como se vê, os termos estão invertidos. O contexto nazi-fascista que antes havia informado a propaganda racial e a censura sobre a cor torna-se "aberração racista". Contra ela teria se levantado a comissão censitária, destituindo a pesquisa racial de sua conotação política – o que vimos ser justamente a razão de sua existência – e revestindo esta classificação de "objetivos puramente científicos", o que se contrapunha diretamente à opinião do mesmo Mortara, dez anos antes, quando dissera que "a questão era mais política do que técnica" (CARVALHO, 1940, p. 124-125). Igualmente, a restrição das categorias de classificação teria atendido aos interesses dos próprios recenseados, evitando-se "qualificações de cor que às vezes são usadas com sentido de desprezo". Ora, este argumento não se sustenta, pois se os qualificativos de mestiçagem veiculam o desprezo, como podem constituir categorias de classificação racial? Mais: se o desprezo pode ser institucionalizado na forma das categorias de classificação, ocultá-las não seria consentir no menosprezo, silenciar sobre o desprezível? Sabemos que, embora estivesse aquém de um patamar confiável, a apuração dos números que indicavam a mestiçagem foi deveras expressiva. Submetidos ao constrangimento da censura racial, muitos depoentes (21,20%) afirmaram sua condição valendo-se de uma variedade de qualificativos inerentes à polissemia da mestiçagem. Resistiam ao desprezo que se queria impor-lhes.

De qualquer maneira, por meio do trecho em questão eliminavam-se as contradições operatórias entre ambos os processos de investigação censitária, filiando-se a prática do inquérito racial à condição de "tradição mais honrosa da moderna civilização brasileira, a da igualdade das raças".

A ação da UNESCO e o Recenseamento de 1950 marcam o sepultamento do ideal de branqueamento, inclusive na sua perspectiva de superioridade cultural branca. Nos dizeres de Skidmore (1989, p. 229):

> Os primeiros anos da década de 50 marcaram o fim de uma era no Brasil quando os formuladores de opinião podiam usar o ideal de branqueamento tanto para se tranqüilizar a si mesmos quanto para reivindicar uma solução moralmente superior à dos outros para o problema da raça.

Finalmente, o problema racial seria colocado em termos mais objetivos, num viés predominantemente socioeconômico, sem a ingerência de estratégias de inserção internacional do país ou de fins propagandísticos, ao contrário dos períodos anteriores, sob a égide do racismo científico (1890-1920) e do propagandeado ideal de harmonia étnica e de superioridade cultural branca que dele decorria (décadas de 1930 e 1940). No que diz respeito ao Censo de 1950, isto se expressa nos estudos

de análise dos seus resultados. A aguda distorção entre os quadros da composição da população quanto à cor em 1940 e 1950 (ver Tabela 4), é apreciada segundo critérios sócio-econômicos. É significativo que, num trabalho de Mortara sobre a comparação da composição da população segundo grupos de cor e os grupos de idade (para o período 1940-1950), o decréscimo expressivo da população branca na primeira geração (até 20 anos), contraposto ao largo aumento da população negra para a mesma idade, assim como o aumento do grupo branco na faixa etária acima de 60 anos, não sejam encarados como dados que ponham em risco o progresso do país ou sua identidade étnica, como acontecia nos tempos de racismo científico. O envelhecimento da população branca sem a reposição adequada sofre uma interpretação objetiva: o fato se deveria "a maior longevidade em que se manifesta o efeito da diminuição da mortalidade, que se verifica principalmente no grupo branco, que deve ser o mais beneficiado por essa diminuição" (MORTARA, 1952, p. 47). Também é digna de nota a observação sobre a superioridade numérica das mulheres entre pardos e pretos, em relação à inferioridade feminina no grupo branco: deve-se à maior imigração feminina interna destes grupos, em função "da larga afluência de mulheres para as ocupações do serviço doméstico remunerado no Distrito Federal" (MORTARA, 1952, p. 45).

Nos anos 1950, 1960 e 1970 a imagem de harmonia racial seria revisitada e confrontada com a formulação de um "problema racial brasileiro". Sob influência das teses marxistas, os estudos da Escola Sociológica da Universidade de São Paulo, de Otávio Ianni, Florestan Fernandes e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, apontavam a classe, e não a raça, reduzida a uma dimensão daquela, como fator dominante para a constituição das relações sociais no Brasil. É sintomático o relato de Ianni acerca do entendimento que se deve ter das relações raciais:

> As manifestações de preconceitos, tais como as barreiras raciais, os estereótipos ou as ideologias raciais, são fenômenos que exprimem situações reais de contato entre grupos diversos, mas elas não são inteligíveis a não ser quando a análise ultrapassa essas manifestações fenomenológicas e atinge suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais, ainda que se exprimam nesta esfera. Eles somente podem ser compreendidos quando os analisamos no contexto das estruturas econômico-sociais, tendo em vista o seu caráter social dominante: a formação da sociedade de classes (OLIVEIRA; PORCARO; ARAÚJO, 1985, p. 14).

Portanto, aquele movimento esboçado no início dos anos 1950, de uma análise das relações raciais a partir de uma abordagem socioeconômica, se consolidaria, nos anos 1960 e 1970, com a proliferação de estudos acadêmicos que, ao adotar uma perspectiva de classe para a apreciação do fenômeno, negavam qualquer autonomia ao argumento racial. Consideravam, em geral, a consciência étnica como falsa consciência, inerente ao processo de proletarização, e o preconceito racial como ideologia dominante. Em outras palavras, foi preciso esperar os anos 1980 e 1990[286] para enten-

[286] É preciso que se diga que a exemplo da abordagem da questão racial então em voga, o Recenseamento de 1970 não fez investigação relativa à cor. Acreditamos que para isto contribuíram teorias acadêmicas como as da Escola Sociológica Paulista, ao refutarem a autonomia das relações raciais, que não seriam mais do que o mascaramento das relações sociais reais, mesmo que tais teorias denunciassem o "processo de socialização incompleta do negro" e a violência inerente ao cativeiro, esquecida por Gilberto Freyre. Outro fator digno de nota foi, sem dúvida, a necessidade de institucionalização do regime militar que, ao buscar produzir uma imagem de unidade nacional, silenciou sobre as contradições que marcam as relações raciais no Brasil.

dermos que as relações raciais, além de constituírem filiações a grupos, sentimentos de pertencimento e de identidade e demarcação de diferenças culturais, têm também uma realidade objetiva: determinam de forma muito evidente a posição social dos indivíduos. Quanto ao assunto que nos concerne, os sistemas de classificação racial, tal significa dizer que esta última apresenta uma dimensão retórica. Segundo Maggie e Rezende (2002, p. 15):

> apesar de revestir-se de potencial autoritário, é também capaz de inverter e subverter essa mesma autoridade. Ou seja, as categorias não são fixas, pelo contrário; são acionadas em determinados contextos e relações. Negro, branco, pardo, moreno são atribuições que podem variar de acordo com quem fala, como fala e de que posição fala.

Pontos finais

Neste capítulo, abordamos as transformações operadas na classificação racial praticada pela estatística, em sua trajetória até o Recenseamento de 1950. São três os instantes decisivos que marcam esta história. No primeiro, a mestiçagem era confundida como nosso pecado original - e, por que não, tropical? – e o branqueamento a absolvição prescrita para a barbárie a que estávamos condenados. Após este momento de medição e quantificação das características biológicas da população, sobreveio um argumento de branqueamento cultural e uma aguda pressão política para a propaganda racial do Brasil no exterior, o que caracterizou a investigação do Censo de 1940. Esta foi, sem dúvida, revestida de preocupações com o "melhoramento da raça", do que resultou a eliminação da categoria "pardo" na etapa de coleta, direcionando e induzindo os declarantes, por meio da censura sobre a cor. Entretanto, acreditamos, o motor destas preocupações teria sido de ordem política, no contexto do cenário nazi-fascista. O argumento científico já estava esvaziado de considerações biológicas, ao menos no campo estatístico. Finalmente, com o desaparecimento do fantasma alemão e a consagração do Brasil como modelo das relações raciais, o Recenseamento de 1950 inaugura uma era que encontra ecos hoje, em que o objetivo é o de conhecer a diversidade social, cultural e histórica da população, relacionando as categorias de classificação aos indicadores socioeconômicos de condição de vida.

Nem só de ecos do passado vive o presente, em especial o último recenseamento, o de 2000. Mais uma vez, a investigação censitária convoca as próprias pessoas a se colocarem nas categorias "branco", "preto", "pardo", "amarelo" e, uma inovação do Censo de 1991, "indígena". As categorias que privilegiamos em nossa análise são antigas - "branco", "preto" e "pardo". No entanto, mais uma vez vemos se constituir um novo contexto de significação. O termo "raça", há muito abandonado por expressar no mínimo uma acepção biologizante, senão mesmo uma hierarquia evolutiva, é novamente empregado, agora não somente como correlato, mas como equivalente do termo "cor". O Recenseamento de 2000 dispõe a população segundo "cor ou raça". Por que teriam estes termos se aproximado tanto, a ponto de se confundirem?

Sem dúvida, a questão racial na atualidade não ficou imune ao multiculturalismo. Hoje, proliferam-se movimentos na sociedade civil baseados em políticas

de identidade. Contestando a igualdade jurídico-política, em sua estrita formalidade, eles lutam para serem reconhecidos em sua especificidade, enquanto grupos organizados de minorias perseguidas historicamente. É o caso do chamado movimento negro, que reivindica medidas diretas de reparação das desigualdades históricas de que foram vítimas, notadamente a redução à escravidão. Denunciam a incapacidade administrativa e constitucional para promover a efetiva integração do negro e dar combate ao preconceito velado, que caracteriza a estrutura das discriminações raciais no Brasil. Baseando-se em sua condição desigual, o movimento negro pensa assegurar sua integração por meio da ação legal excepcional, que reconheça os negros em sua especificidade e como produto da desigualdade, as chamadas ações afirmativas.

Já vemos de que forma a atuação deste movimento afeta a construção das categorias de classificação estatística. Primeiramente, a volta do termo "cor" e sua nova e íntima associação com o correlato "raça". Se "cor" se refere muito mais a uma dessemelhança exterior – pele mais escura ou mais clara – "raça" marca muito mais profundamente a diferença entre agrupamentos culturais radicalmente distintos. Aliás, é exatamente a filiação cultural que é apropriada pelo movimento negro no contexto de reivindicação e de configuração de direitos. É o que nota muito bem Simon Schwartzman, quando diz que "os produtos [da estatística pública] são publicados na imprensa, utilizados para apoiar políticas governamentais e avaliar os seus resultados, e podem criar ou limitar direitos e benefícios legais e financeiras para grupos, instituições e pessoas específicas" (SCHWARTZMAN, 2004a, p. 69).

Dessa forma, os números produzidos pela estatística podem, no tocante à classificação racial, basear a argumentação jurídica e as estratégias de atuação dos grupos preocupados com políticas de reparação. Portanto, a identificação entre "raça" e "cor" praticada pelo último censo é resultado da demanda destes grupos que se definem hoje pelo preceito racial, já que este configura direitos. Não é à toa que o grupo de "cor ou raça" "preta" que apresentava forte tendência de queda, declinando de 14,64%, em 1940, para 5,00%, em 1991, reverteu a tendência, constituindo 6,21% da população total, em 2000. De fato, é uma alta bem modesta, mas expressiva diante do prolongado quadro de declínio. Ela só pode ser entendida em termos da configuração de direitos veiculada pela declaração de "cor ou raça".

Na verdade, a alta certamente só não foi maior diante da resistência de muitos recenseados em se incluírem no grupo "pretos", preferindo no lugar a designação "negros", pois julgam ser mais adequada.

Numa tentativa de melhorar a pesquisa racial, o IBGE introduziu um conjunto de questões na Pesquisa Mensal de Emprego, de julho de 1998, que cobriu cerca de 90 mil pessoas de 10 anos de idade e mais, em seis áreas metropolitanas do país. O objetivo era comparar as respostas à pergunta tradicional sobre cor com uma pergunta aberta, que permitisse examinar em que medida essas categorias correspondem ou não à forma como a população se identifica. Um dos resultados a que chegou a pesquisa foi o de que 22% dos considerados "pretos" preferem a classificação "negros". A pesquisa também indica que enquanto a maioria da população

"branca" utiliza este termo para se definir, o termo "preto" é rejeitado pela maioria da população classificada nesta cor, rejeição mais forte ainda entre os "pardos" e "indígenas". Outro dado relevante é a preferência de "pretos" e "pardos" pelo qualificativo "morena", amplamente rechaçado na história dos recenseamentos nacionais, sempre injustamente descartado e subsumido à categoria "pardo". O intenso recurso à designação "morena" por parte da população se baseia em sua conotação positiva e, segundo Schwartzman (2004b, p. 105), "reflete bem o caráter difuso das linhas de divisão étnicas e raciais no Brasil".

A iniciativa de inquirir os próprios recenseados para melhorar a elaboração e o modo de execução das categorias censitárias é muito recente e louvável. Ela evidencia um pouco dos sentidos atribuídos pelos diversos grupos distribuídos em termos raciais. Sentidos que se conflitam com aqueles atribuídos pela classificação censitária. Porque, agora o sabemos, "preto", ao apresentar um valor pejorativo aos olhos destes grupos, pode ser uma categoria evitada. Do mesmo modo, "morena", designação nunca prevista na classificação censitária, pode ser uma opção mais atraente e representativa para tais grupos, por ter conotação positiva. Enfim, é muito complexo o processo de (des)ajustamento dos diversos grupos na tipologia racial. É o que tentamos, a justo título, analisar neste capítulo. Na imensa odisséia da aquarela dos números, os significados e a aplicação das categorias raciais se definem no confronto entre os vários estilos de interpretação: comunidades estatísticas e suas comissões censitárias, de um lado; agrupamentos recenseados da sociedade civil, de outro. No processo, ambos são agentes e pacientes, pois os sentidos são resultado da competição entre suas diferentes leituras interpretativas. A análise deve operar, assim, não com a semântica das categorias em si, mas com o funcionamento retórico e político do confronto destes estilos de interpretação (CRAPANZANO, 2002, p. 447).

Neste sentido, ao privilegiar a dimensão retórica e política dos sistemas de classificação racial, podemos afirmar que não há sentido algum na defesa do estatuto biológico da questão racial. Sociologicamente, entretanto, "raça" é uma construção social das mais vivas e das mais evocadas em contextos e situações particulares, seja para reforçar a autoridade, seja para invertê-la. É lá, na capacidade de mobilização suscitada pela questão racial, que reside seu potencial polêmico, sempre oscilante entre a vocação para o sectarismo e a expressão da diversidade e riqueza do gênero humano.

O Ideário Cívico do IBGE: reformas sociais de base e Projeto de Brasil aos olhos da Estatística

Capítulo 11

por Alexandre de Paiva Rio Camargo

Este capítulo foi escrito por Alexandre de Paiva Rio Camargo, historiador e mestrando em História, pela Universidade Federal Fluminense. Sua participação como assistente de pesquisa na produção deste capítulo deveu-se à generosa contratação efetuada por Eustáquio José Reis, pesquisador do IPEA.



Capa do caderno Avante, 1940.

No cerne das discussões que presidiram a criação do IBGE, destacavam-se duas preocupações. Uma bem conhecida, que definia a própria natureza do órgão: a coordenação em nível interadministrativo dos trabalhos estatísticos do País, revitalizando os precários serviços estatísticos então existentes. Já o outro encargo da instituição, que a história esqueceu e a memória silenciou, é objeto deste capítulo. Com a fundação do Instituto Nacional de Estatística, diante do contexto histórico que se apresentava, tornou-se tentador para seus membros pensar estratégias de governo, tendo em vista o desafio de alavancar e proteger a ordem pública a que se lançava a Era Vargas. Acrescente-se a isto a inexistência de qualquer instituto de pesquisa e planejamento de ações públicas. Por conseguinte, em época de acirrado nacionalismo, era um sumo "dever patriótico" o de constituir um "ideário cívico" ibgeano, que identificasse os problemas de base do Brasil e apontasse caminhos possíveis.

Não por acaso, iremos encontrar uma obra-síntese em que a expressão ideário cívico ibgeano encontra sua forma definitiva e acabada. Trata-se de **Problemas de base do Brasil**, estudo atribuído por Moacir Malheiros a Teixeira de Freitas[287], de 1945. O texto é um anexo à Resolução nº 279, de 19 de julho de 1945, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. É o próprio Macedo Soares quem revela que o estudo fora encomendado à secretaria-geral do IBGE, por solicitação do Conselho de Segurança Nacional, "coordenando algumas diretivas, cuja adoção permitisse ao Brasil enfrentar a crise mundial que já se entremostrava grave e complexa" (SOARES, 1945, p. 360). Refere-se, evidentemente, à situação de guerra. O estudo salientava a necessidade de equilíbrio na divisão territorial política, interiorização da metrópole federal, criação de centros propulsores de progresso no interior, fortale-

[287] Em sessão da Sociedade Brasileira de Estatística, que homenageava o primeiro aniversário de morte de Teixeira de Freitas, diz Malheiros: "Teixeira de Freitas buscou sempre ocultar a sua própria pessoa, como se esta fora inexistente, como se ele, que foi o propulsor do *ideário* do IBGE, não tivesse no caso, a mínima importância. Para comprovar esta afirmação, basta o opúsculo **Problemas de base do Brasil**, já em quarta edição, feita pelo IBGE como obra anônima, mas em cujas páginas, em cujo estilo se reconhece iniludivelmente aquela figura intelectual de Teixeira de Freitas" (HOMENAGEM..., 1957, p. 66).

cimento da consciência municipalista, ocupação efetiva do ecúmeno nacional, valorização do homem rural e a autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais, mantendo os esforços convergentes em planos comuns de ação, a exemplo da institucionalização do IBGE[288].

Para entendê-lo, precisamos situá-lo entre as políticas públicas e as correntes de intelectuais em disputa pela liderança daquela que seria a principal questão da Era Vargas: a construção do Estado Nacional.

Construção do Estado Nacional, políticas públicas e intelectuais na Era Vargas

A construção da nacionalidade passava necessariamente pela negação da experiência liberal. Externamente, o declínio das economias européias, às portas da segunda guerra, demonstrava o fracasso da liberal-democracia em sanar as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo monopolista. Regimes de cunho totalitário, do nazi-fascismo ao comunismo soviético, ganhavam prestígio e muitos partidários, no Brasil e no mundo. Internamente, a revolução de 1930 trazia consigo o questionamento do federalismo, dos conflitos regionais, da ausência de um governo central forte, da política imigrantista e da visão existente acerca do trabalhador brasileiro. A superação do atraso exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um governo forte, autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade, solucionar o problema das raças e organizar as massas inorgânicas, formando, através da educação e da disciplinarização do trabalho, a consciência nacional (CAPELATO, 1998, p. 216). A ênfase recaía na integração nacional, por considerar-se que a nação não se completara, havendo, pois, necessidade de integração racial e reforço da unidade territorial, moral, cultural e política.

As teses raciais eram o suporte ideológico que informavam as políticas de trabalho e educação. Na República Velha, a teoria do branqueamento[289], adotada

[288] O estudo teve cinco edições (a primeira é de 1945, a última de 1958), o que mostra a síntese que expressava do ideário cívico ibgeano e o grau de circulação e disseminação que atingiu. Segundo a apresentação da quinta edição de **Problemas de base do Brasil,** a obra foi muito bem recebida pelos intelectuais e pela imprensa brasileira, projetando o IBGE em matéria de políticas públicas: "O Conselho Nacional de Estatística elaborou e submeteu ao governo, em 1941, um estudo sobre os problemas fundamentais da organização nacional, com base em documentação estatística. Um resumo desse estudo, que despertou vivo interesse no seio da opinião esclarecida do País, tem sido largamente difundido, com o objetivo de chamar para questões de tal magnitude a atenção de quantos tenham responsabilidade pelos destinos do Brasil" (IBGE, 1958, p. 3). Em seu índice, os temas se distribuem na seguinte ordem: 1) a renovação nacional, 2) equilíbrio e equidade na divisão territorial política, 3) interiorização da metrópole federal, 4) rede dos centros propulsores, 5) distribuição das forças construtivas, 6) ocupação efetiva do território, 7) valorização do homem rural, 8) virtualização do aparelho administrativo, 9) gabinete técnico da presidência e reorganização do quadro ministerial, 10) autonomia e articulação das diferentes órbitas governamentais, 11) unidade nacional pela unidade da língua e 12) síntese. A primeira edição de **Problemas de base do Brasil** possui 70 páginas e integra a coleção ibgeana da biblioteca Isaac Kerstenetzky, sendo, portanto, de livre consulta.

[289] Tal teoria baseava-se na presunção da superioridade branca, deixando em aberto a questão de ser a inferioridade inata. Seguiam-se duas premissas. Primeiro, a população negra diminuía progressivamente em relação à branca, em função de uma taxa de natalidade presumida mais baixa, a maior suscetibilidade à incidência de doenças, e a tendência para a desorganização social. Segundo, a miscigenação produzia "naturalmente" uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas, dado que a escolha de parceiros sexuais mais aptos é um elemento dominante na escala evolutiva. A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca (SKIDMORE, 1989, p. 81). A existência da miscigenação não conduziria a um fatalismo degenerativo como diziam as teorias do racismo científico. Muito ao contrário, porém, o contornaria, redimindo a nação de sua depreciada pluralidade étnica, ao produzir uma população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.

como política oficial, representou uma opção deliberada pelo imigrante europeu, em detrimento da força de trabalho nacional, composta em sua maioria pelos antigos escravos e libertos pobres. Como conseqüência, o núcleo desenvolvimentista da primeira república ateve-se às grandes metrópoles, permanecendo desvalorizado o homem sertanejo e obscurecido o gigantesco interior do País[290]. Os anos 1930 presenciam a mudança do enfoque racial. Teorizada nas obras de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, a celebração culturalista da diversidade étnica do Brasil inspirava exatamente o oposto: a tentativa de recuperação do homem do campo, que se dirigia para as cidades, em virtude do grande êxodo rural ocorrido no período. O trabalhador nacional precisava, no entanto, ser transformado em força produtiva, de modo a contribuir para o progresso da nação. Desde o início do governo Vargas, acentuou-se muito o controle da imigração e a valorização do nosso trabalhador. Como mostra Alcir Lenharo, a política de povoamento e a colonização do interior tinham como meta fixar o homem no campo, melhorando suas condições de vida, para atender as necessidades da produção agrícola e corrigir o desequilíbrio entre ruralismo e urbanismo (LENHARO, 1986).

A transformação do homem brasileiro em trabalhador produtivo e ordeiro, enquanto peça estratégica na construção do progresso material, passava fundamentalmente pela política educacional. A educação surgia como espaço privilegiado para formar não apenas os trabalhadores, mas os cidadãos desejáveis, ao incutir-lhes as "virtudes cívicas", nas quais se fundia a postura de reverência ao Estado, à família e à Igreja, da qual falaremos mais adiante.

Gustavo Capanema, que comandaria o ministério da educação de 1934 a 1945, foi o grande articulador das reformas relativas a tal matéria que vigoraram no Brasil de então. Tratava-se de um projeto bipartido de educação, que criava duas redes de escolarização: a rede básica e profissional, na qual se incluíam o ensino primário, o ensino industrial e a formação de professores para o ensino básico; e a rede secundária e superior, que preparava, nas palavras do próprio Capanema, as *individualidades condutoras*, as elites. Esta proposta visivelmente aligeirava a educação básica, com vistas à ampliação da oferta de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, a tecnologia dos meios de comunicação de massa foi utilizada para promover ampla mobilização popular, a exemplo das experiências alemã e italiana. À educação imprimia-se um forte teor de propaganda, através do exaustivo recurso aos radiodifusores e ao cinema educativo. A função pedagógica deveria ser provida e monopolizada pelo Estado, na medida do possível. O movimento da chamada "Escola Nova", composto por educadores do porte de Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo - o mesmo que viria a introduzir o Censo 1940 com um consistente e volumoso estudo sobre a cultura brasileira - defendia a escola universalista e promovida pelo Estado, visando justamente à formação da ordem pública, a partir da crítica à escola então

290 À exceção, por exemplo, de um Euclides da Cunha, ao valorizar o tipo étnico sertanejo em sua perspectiva industrializante, que defendia a interiorização do Estado, ou seja, a descoberta do interior e a criação de uma rede de articulação de pequenas e médias propriedades rurais entre os estados e sua integração com o circuito do comércio internacional. Também foi voto vencido o projeto de Alberto Torres, de que falaremos mais à frente.



Gustavo Capanema ao microfone, com Carlos Drummond de Andrade ao lado, [s.d.].

existente. A esta última contrapunham a escola padrão, dirigida a todos; a compreensão do papel da instituição escolar na constituição da sociabilidade; uma pedagogia que valorizasse a individualização do educando e a consciência do ser social do homem; o caráter público da educação, entendido como exigência de sustentação financeira do Estado, apto a acolher a diversidade educacional (NUNES, 2001, p. 108).

A constituição da esfera pública e das redes de sociabilidade exigiam o alargamento da concepção de linguagem escolar, a partir da construção de todo um sistema de produção de significados e interação comunicativa, multiplicando-se os espaços de aprendizagem: não apenas a sala de aula, mas também as bibliotecas, os laboratórios, a rádio-educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festa, os pátios, as quadras de esporte, os refeitórios, as ruas, as praças, os estádios esportivos (NUNES, 2001, p. 105). Esta difusão espacial da função pedagógica explica a importância inédita dos debates sobre a educação, pois a concepção vencedora seria aquela que atrairia as massas para o seu projeto político, fosse ele comunista, fascista ou estado-novista.

Todavia, a atuação de Capanema permaneceria restrita às reformas do ensino secundário e à organização do ensino industrial, em virtude da demanda por mão-de-obra fabril qualificada (FAUSTO, 2002, p. 202). Estratégia que terminava por alimentar o êxodo rural e os desequilíbrios entre a cidade e o campo, visto que este continuava desmerecedor de uma política educacional condizente com a sua realidade. Dentre as propostas pedagógicas que buscavam valorizar o homem rural, a mais importante fosse talvez a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a qual contava com um ilustre membro em suas fileiras: Mário Augusto Teixeira de Freitas. Veremos a seu tempo como suas idéias se situavam entre a Escola Nova, a renovação católica do ensino e a educação rural, principais correntes pedagógicas do período.

Há, ainda, uma consideração final a fazer. É inegavelmente surpreendente para nós que os intelectuais de então tenham aderido em peso ao Estado Novo. Foram muitos os que ocuparam cargos públicos ou emprestaram sua inteligência para respaldar a montagem do autoritarismo de Vargas, aceitando a experiência do fechamento político e da restrição da liberdade. Sobre a participação de Carlos Drummond de Andrade, ao lado de seu grande amigo Capanema no Ministério da Educação do Estado Novo, tem razão Simon Schwartzman, quando diz: “explicar a presença incômoda de Drummond neste ministério por simples razões de amizade, ou dizer que sua atuação foi simplesmente burocrática e administrativa, é fazer pouco de sua inteligência e seus valores” (SCHWARTZMAN apud BOMENY, 2001, p. 16).

Ora, o que estava ocorrendo naqueles anos era uma transformação do país que não tinha uma ideologia uniforme. Um processo de substituição de uma elite política tradicional por outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada, que incluía elementos de racionalidade, modernidade e eficiência. Ao verem seus espaços se alargarem, é natural que os integrantes desta nova elite se identifiquem com as virtudes do novo regime, mesmo que percebendo - e freqüentemente criticando - muitas de suas limitações (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 32-33). O próprio exercício da crítica ilustra muito bem que não se exigia destes funcionários públicos fidelidade ideológica. Mas, convém não exagerar. O fato de não se ter notícia de obras antivarguistas no período demonstra os limites da tolerância do regime.

Com seus espaços ampliados, estes intelectuais atenderam à convocatória de auxiliar na montagem de um Estado que empreendesse políticas de proteção para esferas importantes da vida social – educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio e administração – mostrando-se capazes de sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos (BOMENY, 2001, p. 19). O clamor pelas políticas integracionistas levadas a cabo por um Estado mais centralizado exclamava o desejo destes intelectuais de sair dos particularismos locais das oligarquias tradicionais, desprovidas do sentido público.

Com efeito, a adesão destes homens ao autoritarismo se explica pela crença de que era preciso cumprir uma etapa anterior à democracia. Através do planejamento científico e da criação de sistemas nacionais nas áreas de política social seria possível realizar o progresso e sedimentar o caminho que levaria à discussão da democracia em termos mais confiáveis.

É este o cenário que encontraremos quando, por força do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, é criado o Instituto Nacional de Estatística. Percebendo desde o primeiro momento a importância de um órgão que permitia um planejamento estatal extremamente eficiente, seus membros e secretariado insistiriam na centralidade do Instituto para uma atuação social verdadeiramente eficaz, uma vez que fundamentada no conhecimento estatístico. O chamado ideário do IBGE poderia ser sintetizado em duas matrizes básicas. A primeira se concentra na interiorização do País e no estabelecimento de políticas assistenciais. Já a segunda tem em vista a reorganização da administração pública e a revitalização do funcionalismo. É dela que falaremos agora.

O funcionamento orgânico modelar do IBGE e a reorganização administrativa das instituições públicas

A fundação do Instituto Nacional de Estatística marca uma nova estrutura de funcionamento para a atividade estatística. Os trabalhos estatísticos seriam doravante coordenados entre União, estados e municípios, confiando-se às instâncias e repartições subordinadas a realização dos inquéritos. Evitava-se a simultaneidade de pesquisas idênticas e discrepância nos resultados finais. Desse modo, harmonizavam-se as atividades e unificavam-se os resultados, em substituição à federalização dos ser-

viços, praticada pela extinta Diretoria Geral de Estatística. A eficiência do sistema repousaria na organicidade resultante da cooperação entre as diferentes esferas administrativas. Esta estrutura já havia sido implementada pelo "Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas" na área da educação, em 1931, e Teixeira desde então sonhava em exportar o princípio da organicidade administrativa para a atividade estatística nacional.

Teixeira acreditava que seria possível aplicar este princípio de funcionamento a todas as repartições e órgãos federais, com o fito de racionalizar a estrutura político-administrativa do Brasil. A realização do antigo sonho, materializado agora na natureza do funcionamento do Instituto, fez com que Teixeira sonhasse mais alto que nos seus tempos de Minas. Em ofício de 15 de abril de 1935 dirigido a Macedo Soares, então Ministro das Relações Exteriores, Teixeira pedia:

> pretendo propor um voto no sentido de que o Conselho Federal de Comércio Exterior sugira ao governo a imediata Organização de mais 3 sistemas, além do Instituto de Estatística, destinados a coordenar em forma confederativa, segundo o disposto no artigo 9º da Constituição, as atividades administrativas – federais, estaduais e municipais – referentes respectivamente aos setores da educação, da assistência médico-social e do fomento econômico (BRASIL, 1935a)[291].

Trata-se de documento oficial e interministerial, já que Teixeira o escreveu na qualidade de diretor da Diretoria de Informações, Estatística e Publicidade do Ministério da Educação e Saúde, função que exerceu de 1931 a 1952. Ele não apenas evidenciava a sua preocupação social e o desejo de revitalizar a administração, como também o de exportar seu modelar princípio de organicidade para todos os setores públicos. Mais: esforçou-se em dar seguimento às suas idéias enquanto alto funcionário do ministério. Valeu-se de sua posição para pressionar por elas.

Em **Problemas de base do Brasil**, obra que sistematiza o ideário cívico do IBGE, Teixeira, dez anos depois, volta a fazer a defesa consistente do "princípio da unicidade orgânica da administração pública":

> A solução desejável há de ser a que puder instituir uma coordenação ampla e orgânica, mas em conseqüência de uma livre determinação das autonomias coexistentes. Consistira tal solução em que, como de mister e justo entre autonomias que tem objetivos comuns e integram uma economia – a economia da Nação Brasileira, - essas autonomias se intersolidarizem, se autodisciplinem, instituam uma autoridade de que todas participem, que possa agir em nome de todas. [...] O conteúdo prático desta conclusão é o de estender o principio da colaboração intergovernamental e interadministrativa que o Presidente Vargas [...] aplicou vitoriosamente em 1936 ao campo da estatística nacional, e logo a seguir, em 1937, também as atividades geográficas; - precisa o Brasil, repetimos, de que tal principio de colaboração se aplique

[291] A passagem em destaque revela a euforia que toma conta de Teixeira quanto à possibilidade de consagrar a organicidade da administração pública, visto que a criação do INE havia sido pouco antes prevista pelo Decreto-lei n° 24.609, de 6 de julho de 1934. Já o apelo que faz justamente ao Conselho Federal de Comércio Exterior se explica pela carência, constatada por autoridades internacionais, no tocante à produção das estatísticas comerciais brasileiras. Respondendo às pressões dos órgãos internacionais, um dos objetivos da criação do INE seria o de preencher esta lacuna através do recurso à cooperação interadministrativa. Nada mais natural, portanto, que Teixeira visse no Conselho Federal de Comércio Exterior o órgão competente para sugerir a implementação do funcionamento orgânico em esferas como a da educação, da saúde e do fomento econômico.

> sistemática e conjugadamente a todos os campos da ação administrativa e governativa de objetivos necessariamente comuns a União, aos Estados e aos Municípios (IBGE, 1945, p. 52-53).

A seguir, enumera as áreas em que acha possível estender o "princípio de articulação das órbitas governamentais": fomento agrícola, saúde, educação, comunicações rodoviárias, tributação, organização administrativa e pesquisas tecnológicas.

Uma vez mais, Teixeira se baseia na dupla exemplaridade do IBGE, a de estrutura administrativa e a de pesquisa e planejamento científicos, para sustentar sua proposta de revitalização do aparelho institucional, partindo do caráter modelar de uma experiência de sucesso. Outrossim, quando observamos a profundidade do pensamento de Teixeira de Freitas, verificamos que às reformas no gerenciamento e nas disposições das instituições públicas deveria corresponder um ambiente de trabalho que favorecesse a formação de um espírito público. Nosso autor localiza este contraponto no funcionalismo.


INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Problemas de Base do Brasil

(Resolução n.º 279, de 19 de julho de 1945, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, e seus anexos)

1945
Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RIO DE JANEIRO

Folha de rosto de "Problemas de base do Brasil."

O novo funcionalismo: as ressonâncias na dimensão ético-política

Uma das principais causas advogadas por Teixeira de Freitas e consagrada pelo ideário cívico do IBGE[292] é a da virtualização do aparelho administrativo. O objetivo aqui é o de reconfigurar as disposições que regem os quadros do funcionalismo público.

O horizonte desta medida residiria na tentativa de criar e consolidar o espírito público na administração. A Primeira República ficara marcada pelo recurso a mecanismos de cooptação e apadrinhamento. A maioria dos funcionários públicos da época podia perfeitamente dever sua posição a práticas de favorecimento. O conceito de "estadania", de autoria de José Murilo de Carvalho, o ilustra muito bem. A participação política era autoritária e exclusivista. Não se dava através da organização dos interesses, mas a partir da ampliação da máquina governamental (CARVALHO, 2002, p. 65). Não havia uma preocupação por parte da elite de construir a hegemonia a partir do consenso na sociedade civil. O papel do Estado se resumia, então, a distribuir pri-

[292] Segundo a referida Resolução nº 279 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, de 19 de julho de 1945 e o "esquema ibgeano" de reforma social, tal qual ele aparece nas Resoluções nº 127 de 19 de julho de 1939 e nº 331 de 25 de julho de 1946.



Teixeira de Freitas, rezando, [s.d.].

vilégios, ao invés de promover políticas de integração. Desse modo, formava-se uma burocracia inchada, ineficiente e comprometida com interesses particularistas.

Vimos na introdução que abre este capítulo que a Era Vargas pretendeu justamente levar a cabo a tarefa cuja execução o regime anterior silenciou[293]. Não obstante, o papel privilegiado atribuído aos intelectuais na proteção das esferas sociais propiciou a Teixeira se expressar em termos tão otimistas e engajados em assuntos que hoje julgamos assaz incompatíveis com a matéria de um instituto de estatística.

Neste contexto, a revitalização do funcionalismo seria a pedra de toque para criar e disseminar o sentido da coisa pública. Com base na exemplaridade dos quadros do Estado e em paralelo às ações do governo que estimulassem o civismo na população em geral, a sociedade estaria pronta a voluntariar-se na mobilização pela obra da integração nacional. Para provarmos a nossa tese, deixemos Teixeira de Freitas (1950, p. 548) falar:

> Assim procedendo-se, estaria gradualmente sendo criada, dentro dos princípios da ordem vigente, a nova mentalidade inspiradora das novas estruturas da convivência humana. [...] a expansão das atividades estatais poderia realizar-se à medida que o serviço público, uma vez regenerado estrutural e funcionalmente, fosse merecendo confiança para chamar a si a responsabilidade de todas aquelas atividades econômicas – tanto as de produção e distribuição, como as de natureza sociocultural, que comprovadamente se devessem considerar como essenciais à vida da comunidade.

Para tanto, recomenda a instituição do Serviço Civil Obrigatório, "meio para que o Estado ocupasse, em tempo parcial ou total, a todos os cidadãos" (FREITAS, 1950, p. 549). Ora, trata-se de trazer para o serviço público o espírito do comunitarismo, e para o trabalho o cunho de atividade cívica, trabalhando as mentes para o exercício sempre renovado da solidariedade orgânica entre os cidadãos, ao trazer o Estado diretamente para a vida das pessoas. Regulando-lhes o emprego do tempo de vida, o Estado, percebido aqui como coletividade dos cidadãos, pode se tornar um tipo ideal de árbitro

[293] Malgrado os insucessos, a estrutura trabalhista e educacional ainda nos dias de hoje se esforça por se emancipar das diretrizes estabelecidas naquele período, o que prova a bem sucedida construção do Estado Nacional na Era Vargas. A legislação trabalhista atual ainda se ressente da organização corporativista do sindicalismo, de que o imposto sindical é exemplo. Já a estrutura educacional ainda sofre os efeitos do projeto bipartido de educação, implementado por Capanema, especialmente no estímulo que se dá às massas depauperadas para que ingressem no ensino técnico, reservando as universidades para as elites condutoras. Igualmente neste sentido, temos o patrocínio da iniciativa privada, para que as escolas formem melhor seus alunos, fornecendo ao empresariado mão-de-obra qualificada. A centralização administrativa, o inchamento da burocracia, a prioridade dada aos títulos e diplomas sobre os conteúdos e a predominância do ritualismo e do formalismo no processo pedagógico são outras práticas notórias, fundadas no período que ora tratamos e, ao mesmo tempo, tão caras à nossa realidade presente.

das diferenças e disputas contingenciais. O "amadurecimento da consciência cívica e humana" dependeria, ainda, da extinção da "gratificação de função", estendendo-se tal medida "a todas as demais diferenças de remuneração, inerentes à hierarquização das funções de 'comando' no serviço público civil" (FREITAS, 1950, p. 550). É a percepção da hierarquia que Teixeira gostaria de suprimir, inibindo a diferenciação e possíveis antagonismos dentro do funcionalismo público. Por força do espírito de corporação e do mérito pessoal, removem-se os benefícios pecuniários resultantes de uma eventual associação do servidor público com a atividade privada lucrativa. Revertido o estado de coisas, os novos funcionários seriam os "homens bons", líderes natos por sua formação e conduta, irradiando eles mesmos o civismo para os demais níveis da sociedade.

E quais seriam as medidas convenientes para que esta "nova mentalidade" ecoasse sobre as relações sociais? São de dois tipos. O primeiro versa sobre a forma de admissão, gestão e as variações de pagamento aos servidores: 1) recurso a "provas severas de capacidade para a nomeação, 2) redução progressiva dos quadros ao mínimo realmente necessário [...], 3) ordenação dos quadros", segundo requisitos técnicos e intelectuais do exercício das funções administrativas, 4) estabelecimento de sistema de remuneração crescente, segundo tempo de serviço, merecimento provado e encargos de família, e 5) mutabilidade de servidores que exerçam cargo de direção, através de simples comissionamento e gratificação de função (FREITAS, 1947, p. 927). O segundo tipo diz respeito às novas categorias de retribuição ao trabalhador, idealizadas por Teixeira com o fim de revitalizar o setor público: criação de "Caixas de Compensação, organizadas em cada corporação de classe", distribuindo benefícios para a família do trabalhador. Seriam formadas com recursos dos grupos de trabalhadores, proporcionais à sua remuneração; dos empregadores, proporcionais ao total de remuneração paga aos trabalhadores; do Estado, na proporção do que constitui a contribuição dos empregados e dos empregadores (FREITAS, 1941, p. 98). Ao que se soma o "mês suplementar", ou o "abono de natal", "correspondente a um duodécimo dos proventos totais que coubessem anualmente ao funcionário", o que o levaria a cancelar as dívidas sobrevindas "começando o novo ano com os horizontes desanuviados" (FREITAS, 1941, p. 103). Com estas medidas, Teixeira pretende estimular a dedicação, o zelo e o constante aperfeiçoamento do funcionalismo, melhorando a devoção geral à causa pública, varrendo o favorecimento e o personalismo do interior do Estado.

Um excelente ponto de inflexão entre as políticas públicas da Era Vargas e o esquema social ibegeano era o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, criado em 1938. Concebido como superministério, a partir dele, o Estado Novo buscava o controle central da estrutura administrativa, ao que convinha a reformulação da administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Devotada apenas aos interesses nacionais, a elite burocrática deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade. É bem verdade que, em que pese a mudança de postura ante a República Velha, a maioria das indicações continuaram a ser feitas com as preferências do presidente da República ou de seus ministros para os chamados cargos de confiança, cujos ocupantes poderiam ser demitidos a qualquer tempo (FAUSTO, 2002, p. 208-209). A decisão sobre a própria vida econômica dos estados passava às mãos do governo federal e de seus decretos-lei.

A redefinição dos organismos centralizadores da relação estados/centro visava ao fortalecimento das agências decisórias deste último (MENDONÇA, 2000, p. 340). Aos olhos do IBGE, o DASP surgia como o órgão ideal da administração pública. Afinal, ganhavam prestígio especial os institutos ligados à instauração de políticas de âmbito nacional. A atividade estatística do IBGE emergia com destaque em seu papel de dar sustento ao centralismo do Estado Novo. Não há dúvida de que o Instituto cresceu muito então, inclusive pelo esforço de guerra, tornando-se estratégicas suas informações e estatísticas para a inteligência do Conselho de Segurança Nacional, conforme veremos adiante.

Muito curiosamente, o DASP implementaria algumas das medidas preconizadas por Teixeira, caso principalmente do plano de carreira que considerava o tempo de serviço e o mérito em sua política salarial. Teixeira de Freitas o considerava um elemento indispensável à obra de renovação nacional: " a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, o qual, ao lado dos três Institutos – o de Geografia e Estatística, o Tecnológico e o de Estudos Pedagógicos, - veio integrar um quadrilátero que delimitou um campo de forças fadado a dominar a dinâmica da reconstrução do Brasil" (IBGE, 1945, p. 43). Ele acreditava que o DASP seria o órgão capaz de estabelecer para todas as instituições públicas as diretrizes organicistas de funcionamento próprias do IBGE, fato que, notadamente, não ocorreu. As razões para tanto serão melhor discutidas em nossa conclusão.

Dos levantamentos à ação planificada: a centralidade da rede estatística para a transformação social

Dissemos na introdução que os intelectuais da Era Vargas viam no Estado a possibilidade de alargar seus domínios de atuação, diante da proposta varguista de criar e proteger as esferas sociais da saúde, educação, cultura, artes, administração e trabalho. Muito havia por se fazer. Longe da superespecialização dos saberes que encontramos hoje, as diferentes áreas científicas estavam organicamente integradas e engajadas no projeto de construção da ordem pública. Por isso, a produção científica terá extrema relevância para concluir o incompleto processo de formação de nossa identidade, provendo as bases do progresso material (como a infra-estrutura necessária à fixação do homem do campo e a racionalização dos custos) e planejando as ações públicas.

Neste quadro, o discurso estatístico emergiria como instrumento privilegiado para conhecer realidades distantes, organizar coletividades homogêneas e corrigir suas eventuais anomalias. Os ibgeanos do período perceberam muito bem a possibilidade de sugerir políticas públicas fundamentadas no saber estatístico. Teixeira jamais conceberia as exigências atuais do ofício estatístico, que incluem a isenção e a quase total renúncia à análise dos dados. Combatia a percepção estritamente técnica da pesquisa em busca simplesmente de eficiência e racionalização. Para ele, a estatística deveria ter em vista "o aproveitamento racional, planificado, dos fatores favoráveis ao progresso que pudessem ser descobertos no estudo completo do ambiente geográfico" para aplicá-lo "na mensuração justa da vida coletiva, nos aspectos demográficos e sociográficos

capazes de condicionar, ou orientar racionalmente, as medidas tendentes a suprimir desequilíbrios ou suscitar novas inter-relações na vida social" (FREITAS, 1950, p. 531)[294].

Esta natureza privilegiada da atividade estatística permitiria identificar os males e enunciar os remédios. Nas palavras de Teixeira, a missão dada ao conselho e ao secretariado do IBGE era a de "levar a estatística brasileira a reivindicar, mais do que o direito, o dever de apontar diretivas prudentes, esclarecidas e justas para a transformação social" (FREITAS, 1950, p. 528). Assim, o ideário cívico não seria uma contribuição adicional da rede estatística à construção do Estado Nacional, mas um dos seus principais fins.

O nível de conhecimento cartográfico e estatístico já atingido conduziriam à instrumentalização do plano de reforma social. O IBGE, de posse do conhecimento aprofundado do território brasileiro, teria a competência para sugerir as formas adequadas de ocupação do interior, povoamento e desenvolvimento das áreas longínquas, a redivisão política cabível do território, estabelecer as condições ideais para fixar o homem rural, revitalizar os municípios e orientar as forças armadas em assuntos de segurança nacional[295]. Exploraremos todos estes pontos neste capítulo. Por ora, basta que se perceba a íntima relação entre a natureza do saber estatístico, sempre frisada por Teixeira de Freitas, e as políticas de desenvolvimento e povoamento de Vargas e seu ministério.

Para que esta relação se sustente, é preciso valorizar o papel pedagógico da estatística, conforme expressou o Conselho Nacional de Estatística, em resolução especial:

> O instituto é forçado a interessar-se pelo desenvolvimento da educação e cultura do povo, pois os maiores embaraços que encontram suas atividades decorrem do analfabetismo da população brasileira e da incultura da maior parte dos seus informantes que não possuem registros dos fatos inquiridos e não sabem nem criá-los nem suprí-los por estimativa [...]. O instituto considera, assim, como um dos seus primeiros deveres, alargar quanto possível sua publicidade informativa e educativa bem como a sua colaboração com o aparelho escolar do país (ANIVERSÁRIO..., 1945, p. 293-294).

Vemos que a função pedagógica do instituto sobressai, numa linha vertical, desde a catequese sobre os informantes exercida pelos agentes municipais, até a propaganda sobre as vantagens da estatística no rádio e na imprensa, envolvendo o próprio Ministério da Educação, através de sua Diretoria de Informações, Estatística e Publicidade, ao encargo de Teixeira de Freitas. O instituto se propõe, ainda, a produzir números sobre o ensino escolar, tomando parte, desse modo, nos projetos de reforma na área educacional.

---

[294] Devemos lembrar que não havia nada que se assemelhasse a um centro de pesquisa e planejamento econômico, nos moldes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Como já salientado, os pesquisadores de então viam estes estudos de planejamento como o fim natural da atividade estatística, sua realização última. Daí a junção das funções de coleta, contagem, análise e estruturação de ações públicas; todas reunidas no empreendimento estatístico.

[295] Num artigo publicado em tempos de guerra, Teixeira entende ser da alçada do IBGE, além do levantamento do conhecimento geográfico e estatístico do País, a mobilização "exigida pela Segurança Nacional dos recursos utilizados em sua defesa". Requer que se desloque "as cogitações dos Estados Maiores das Forças Armadas" para os objetivos dos órgãos da estatística geral, o que incluía "levantamentos particularizados, cadastros, distribuição topográfica e arrolamentos especiais" (FREITAS, 1940a, p. 102).

O município, célula da vida nacional: das agências municipais de estatística aos grandes projetos sociais

O município é, desde a fase mineira de Teixeira e a fundação do instituto, o local de incidência de todas as preocupações e projetos de modernização do IBGE. No municipalismo, estaria a chave que unifica todas as propostas do ideário cívico. Se, já o dissemos, o IBGE percebeu a centralidade de sua atividade estatística para promover a integração nacional, são os rearranjos no interior dos municípios que facultariam a interiorização.

A idealização e a criação das agências municipais é obra do gênio de Teixeira e de sua atuação combativa. Não haviam sequer sido pensadas por Bulhões Carvalho. O pioneirismo de Bulhões na coordenação nacional dos trabalhos estatísticos esbarrou sempre no problema do federalismo. Ele acreditava ser possível sanar a debilidade da organização estatística através de pacto federal com os estados. Todavia, o descumprimento dos acordos era constante, pois os estados sempre se mostravam ciosos de sua autonomia. Além disso, nem mesmo os estados dispunham de estrutura para chegar aos municípios afastados, onde estavam os registros administrativos, principal fonte de informações para a elaboração das estatísticas. Não se colocava para Bulhões a questão dos municípios, pois era preciso vencer ainda as resistências estaduais e oligárquicas que muito antecediam tal questão. Os empreendimentos censitários dependiam do reaproveitamento provisório de funcionários do Ministério da Agricultura (ao qual estava subordinada a Diretoria Geral de Estatística), deslocados de suas funções originais para fazer inquéritos aos habitantes de localidades afastadas. Assim, estavam desinteressados e despreparados para o exercício destas atividades. Igualmente débeis eram as divisões distritais e municipais que definiam a área a ser unidade de análise. O único recurso era a dependência sempre renovada dos registros administrativos e paroquiais, sempre imprecisos e discordantes, pois muitas vezes cobriam os mesmos territórios. Resultado: áreas inteiras não recenseadas e outras tantas recenseadas mais de uma vez.

Diante dos limites impostos pelo federalismo, Bulhões nem se ocupara dos municípios. Embora idealizasse delegacias regionais, subordinadas à DGE, a partir delas a estrutura se encontrava descentralizada e dependente do acesso aos registros administrativos, de uma divisão territorial ainda por ser feita e de funcionários do Ministério da Agricultura, cedidos para o serviço estatístico a título provisório.

Neste quadro, Teixeira de Freitas operou uma verdadeira revolução. Ao propor, em artigo de 1923, as bases para a redivisão administrativa do estado, diagnosticava o problema municipal com exatidão, destacando

> o problema dos municípios que pertenciam geograficamente a um município e administrativamente a outro, unidades administrativas e judiciárias formadas de circunscrições sem continuidade territorial, distritos com as respectivas sedes situadas fora de seus próprios perímetros, [...] desproporção flagrantíssima e descabida, em população e área, entre as circunscrições vizinhas, delimitação das circunscrições pelas linhas divisórias das terras pertencentes a determinados cidadãos, estabelecen-

> do uma prejudicial imprecisão e inadmissível instabilidade a composição territorial das entidades administrativas e judiciárias (FREITAS, 1943, p. 115)[296].

É esta consciência municipalista, primeiramente apenas em matéria de estatística, que marcaria suas preocupações ulteriores. Em sua fase mineira, projetou uma rede de agências municipais de estatística. Os novos agentes eram, agora, funcionários vinculados diretamente à organização de estatística mineira, a ela subordinados. Através das agências municipais encontravam-se fixados e ligados à vida local em caráter permanente. Os agentes viabilizavam, pela primeira vez, a inédita autonomia da repartição mineira na realização de todo o processo de produção estatística e uma estrutura permanente presente nas diversas localidades do estado. Iniciados em cursos técnicos de estatística e coleta de dados, poderiam cumprir suas tarefas adequadamente, funcionários, exclusivos que eram, a serviço da estatística. A eles somavam-se os agentes itinerantes, emissários das repartições para inspecionar os trabalhos praticados e apresentados pelos agentes municipais. Lembramos que tal só foi possível porque, operando em nível estadual na década de 1920, Teixeira não se deparara com as prerrogativas federalistas.

Entretanto, a plena eficiência das agências só seria alcançada ao atuarem como estimuladores da vida municipal. Ainda em seu laboratório experimental mineiro, Teixeira destaca a função pedagógica dos agentes. Ressaltando o papel das repartições estatísticas na construção de individualizações e da vida da coletividade nacional, a poderosa função pedagógica da estatística se evidenciaria nos agentes, em seu contato direto com a vida local, o progresso social, econômico e administrativo dos municípios. Assim, os agentes podiam detectar as falhas da organização, cabendo-lhes indicar criação e melhorias de infra-estrutura, planejamento de ações públicas. Coletando os dados e interagindo com a localidade, o agente deveria educar a coletividade, ao mostrar-lhe a utilidade dos números para a realização das transformações desejáveis na vida social:

> A institucionalização das Agências constitui assim um processo duplamente benéfico: para o Público – porque se instrui cada vez mais sobre as condições do município, compenetrando-se ao mesmo tempo das finalidades e importância das estatísticas; para o Agente, porque, no trato diuturno com os inquéritos a seu cargo e com as fontes informantes, está sempre a colher novos conhecimentos [...], aumentando assim os cabedais indispensáveis ao exercício das atividades inerentes ao cargo (CLARK, 1943, p. 350).

Dupla é a função da agência de estatística. Por um lado, o contato direto com as fontes informantes aprimora o conhecimento produzido pelo agente, o que parece supor o acesso a novas informações para além das que foram declaradas de fato, por meio da observação cotidiana dos habitantes locais. Por outro lado, educando os cidadãos interioranos sobre as vantagens e os usos da estatística; persuadindo-os de como seu conhecimento reverte em proveito da comunidade. Desta forma, são vencidas as últimas resistências populares em relação à atividade estatística. O agente

[296] Trata-se de conferência proferida pelo autor em outubro de 1931, quando da sua filiação na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, já então diretor geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação, referente aos seus serviços como diretor do serviço de Estatística de Minas.

não é mais um mero membro de turma do recenseamento, um corpo estranho no seio da coletividade. Antes, ele se envolve nos problemas do seu cotidiano e se empenha por sanar as insuficiências de sua organização administrativa. É este novo olhar dos populares para o agente estatístico que Teixeira quer explorar. As informações não são mais prestadas de forma desconfiada, sob constrangimento da legislação que pune quem se omite, mas dadas livre e satisfatoriamente. Para tanto contribuem muito "as instruções vulgarizadíssimas sobre os levantamentos estatísticos a empreender e a divulgação intensiva dos resultados estatísticos conseguidos, já em folhetos para distribuição popular, já em breves sinopses e em comunicados pelas colunas de jornais" (FREITAS, 1943, p. 128), ao que acrescentaríamos o rádio, e ainda mais o desenvolvimento de uma consciência estatística no cidadão comum, fundamentalmente ambientado com as agências municipais de estatística.

Não é à toa que Teixeira será chamado, em outubro de 1931, para ocupar o cargo de diretor-geral de Informação, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e a secretaria-geral do futuro Instituto Nacional de Estatística. A estatística é ferramenta indispensável para qualquer governo que, a exemplo do de Vargas, pretendeu construir o Estado Nacional, a ordem pública e as esferas sociais, de que falamos anteriormente. Mais do que isso: tratava-se de interiorizar o Estado. Os agentes municipais, no desempenho de suas atividades, trarão o Estado para a esfera cotidiana dos cidadãos comuns, até então afastados do raio de ação estatal. O projeto catequético dos agentes incluía incutir as virtudes cívicas tão necessárias à obtenção dos cidadãos desejados pelo Estado Novo. Para Teixeira, os agentes seriam preciosos informantes quanto às reorganizações administrativas, à criação de educandários e à formação de equipes de trabalho que dinamizariam a vida dos municípios do interior, proporcionando, a um só tempo, a valorização do homem rural, através da educação e do estímulo ao comportamento cívico, e a colonização das regiões afastadas, já que estes novos homens, agora habilitados ao trabalho, poderiam nelas se fixar, interiorizando-se cada vez mais os núcleos de povoamento. Com efeito, acreditamos que o agente estatístico, ao dinamizar a vida municipal, se coadunava muito bem com os planos de Vargas. A criação das agências municipais em todo o Território Nacional, ao lado do modelo de cooperação interadministrativa entre as esferas de governo, que caracterizam tão bem a aurora do IBGE, foram mais do que a marca indelével da persistência e sagacidade de Teixeira. Ao fornecer parte do instrumental necessário para levar o Estado às localidades afastadas e reforçar a regulamentação e previsão de sua vida cotidiana, a figura do agente municipal se constituía em suporte que seria explorado posteriormente pelo projeto político de Vargas. Com o advento da Era Vargas, as agências se revelaram relevante iniciativa para levar adiante a grande obra da integração nacional[297].

[297] Também o organicismo interadministrativo de Teixeira de Freitas encontrava respaldo no cenário político e intelectual da época, ainda que a discussão sobre a organicidade estivesse em outro patamar, alheio a Teixeira. Diante das pressões para o alargamento da esfera pública, a questão da integração política das massas e do reforço do controle sobre elas preocupou fortemente as elites brasileiras. A questão social passou a ser o grande fantasma a ser exorcizado. Neste terreno, o pensamento nacionalista brasileiro se identificou com as teorias sociológicas organicistas, introduzindo-se largamente as teses de Émile Durkheim. Elas formularam as teses racistas perfeitamente adequadas à sociedade de passado escravocrata (CAPELATO, 1998, p. 212).

A redivisão territorial

Por se tratar da célula básica da vida do País, a reestruturação do município deveria ser o enfoque prioritário da ação do novo governo, segundo Teixeira de Freitas. Sua viabilização, entretanto, dependia de um plano de redivisão do território, nunca imaginada pelo regime anterior, tão limitado por suas disposições federalistas. Teríamos, graças à "displicência e inércia" deste regime, um quadro "que tem entravado o progresso da nacionalidade e introduzido na sua estruturação política germens perigosíssimos de desagregação" (FREITAS, 1947a, p. 110).

A obra urgente da redivisão deveria defender a unidade nacional do separatismo regional. Teixeira tem em mente, naturalmente, as ameaças, já então comprovadas, de um movimento como a revolta constitucionalista de São Paulo, ocorrida em 1932. Por isto, voltaremos a encontrar a ideologia organicista - antes manifesta na descentralização executiva do IBGE - nas bases do reajuste territorial. Na origem de sua proposta está a sua crítica às sugestões de redivisão dominantes, levadas a cabo por autores que vão de Pimenta da Veiga e Francisco Adolfo de Varnhagen a Silvio Romero e Alberto Torres, destacando-se, em sua época, Carlos Maximiliano, Affonso Celso e Oliveira Vianna. Para Teixeira, a concretização de suas propostas levaria a uma das duas situações: de um lado o fracionamento do Território Nacional em pequenas unidades, ao se operar inúmeros parcelamentos nos estados existentes, de outro a fusão, em grandes organizações, de unidades pequenas ou médias, reduzindo o Brasil a uma associação de poucos estados. O fracionamento tornaria débil o papel econômico e político das unidades originárias, relegando o Brasil a um papel de eterno coadjuvante nas relações internacionais. Já a fusão constituiria "verdadeiros países" de enorme prestígio. As novas unidades resultantes colocariam em risco a unidade nacional e a autoridade federal, enquanto o "orgulho regionalista [...] desencadearia irremediavelmente a catástrofe suprema – a destruição do Brasil" (FREITAS, 1947a, p. 112-113).

A redistribuição deveria respeitar o critério de equivalência de extensão geográfica, "único elemento permanente" (o de equilíbrio demográfico, de riqueza distribuída e de riqueza potencial seriam todos contingenciais) capaz de garantir o desenvolvimento eqüitativo e a "equivalência das possibilidades econômicas" entre as novas áreas demarcadas. As desigualdades de riqueza e de população, porventura existentes, "não gerarão nunca hegemonias definitivas, revezando-se as unidades irmãs nas pontas da fila" (FREITAS, 1947a, p. 111-112). Com efeito, a proporcionalidade da extensão geográfica, através da cessão de parte da área dos atuais estados maiores para aqueles de menor porte, anulariam os conflitos regionais, afastando o risco do separatismo e estimulando a consciência nacional em toda a população.

É justamente o risco do separatismo, filho do orgulho regionalista, o principal inimigo da montagem do Estado autoritário e de sua empreitada de dar forma à grande obra da unificação nacional. Era preciso, pois, criar mecanismos institucionais contra as várias disposições federalistas dos estados e valorizar o município como elemento formativo do espírito da nacionalidade. A Constituição de 1934 já firmara

o princípio de que a autonomia municipal importava na eleição do prefeito e vereadores; na livre decretação dos seus impostos e taxas, arrecadação e aplicação de suas rendas e organização dos serviços de sua competência (BEZERRA, 1940, p. 251). A preservação da autonomia municipal em pleno regime do Estado Novo demonstra a centralidade do município no arrefecimento das tensões sociais, na garantia da unidade nacional. Sob a ditadura de Vargas, a única eleição direta assegurada pela constituição foi a da escolha dos vereadores por parte da população municipal. Além disso, os municípios tiveram neste período função essencial na eleição para a câmara dos deputados federais. Eram os vereadores quem elegiam em cada município dez eleitores que, por sua vez, elegiam aqueles deputados. Na organicidade do sistema eleitoral do Estado Novo, o município era célula-básica.

Portanto, é visível que a redistribuição do território em Teixeira visa a promover a revitalização da vida municipal e a suprimir o regionalismo, em sintonia com o reforço da autonomia e do papel do município empreendido pelo Estado Novo. Ora, trata-se de objetivos complementares, tendo em vista que o município é pequeno demais para organizar forçar sociais que concorram com o espírito nacionalista. Com efeito, a diretriz do plano deveria "contrabalançar, ao lado do espírito nacional, as influências do espírito regionalista, utilizando para isso as forcas do espírito localista, de forma que se estabeleça um trinômio governamental bem equilibrado, sob a preponderância do primeiro e sem possibilidade de que qualquer dos outros dois pretenda dominá-lo". E ainda: "encaminhar por meio do revigoramento do sentimento municipalista, a correlata contenção do sentimento regionalista, criando-se desde já a possibilidade de reajustamento do quadro estadual" (IBGE, 1945, p. 59).

Realizar uma redivisão segundo os critérios de equivalência populacional e econômica era o caminho para anular eventuais forças desagregadoras decorrentes de disparidades no desenvolvimento dos estados. Ao mesmo tempo, a redivisão corrigiria uma antiga distorção da realidade histórica brasileira, segundo muitos pensadores da época, como defende a tese de Andrade Bezerra: a confusão entre a descentralização administrativa e a descentralização política. Pela primeira entende-se que os estados são veículo e instrumento executores das diretrizes políticas da União, especialmente do presidente, o que é indispensável para a eficiência da administração. Já a determinação das políticas públicas fundamentais deveria se encontrar totalmente centralizada na órbita federal (BEZERRA, 1940, p. 244).

Com o fito de proceder à fixação dos âmbitos territoriais, eliminando a extra-territorialidade jurisdicional, e ao melhor conhecimento das regiões afastadas, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, propunha uma redivisão administrativa e judiciária capaz de racionalizar os quadros distritais em relação aos seus fins, unificar a nomenclatura das circunscrições e suas sedes e de estabelecer limites precisos entre os municípios, através de critério de validade universal fornecido pelo Estado.

Ao Conselho Nacional de Estatística - CNE e ao Conselho de Geografia, couberam atribuições previstas pela lei. Ao CNE, coube assentar os padrões para os atos dos estados que estabilizariam os quadros administrativo e judiciário da divisão terri-

torial do País. Já o Conselho de Geografia se incumbiu de preparar os modelos e instruções a que os estados submeteriam os trabalhos de levantamento dos mapas municipais, de fixação dos perímetros urbano e suburbano das cidades e vilas, do preparo das plantas das áreas compreendidas nestes perímetros e da descrição sistemática dos limites intermunicipal e interdistrital (BRASIL, 1938, p. 5).



Novo Mapa do Brasil, conforme proposta de Teixeira de Freitas.

Estas foram as disposições da lei e o papel de fato desempenhado pelo IBGE na consecução da redivisão. No entanto, Teixeira de Freitas, ao lado de Segadas Viana, do Conselho de Geografia, elaborou um plano original e ousado para a redistribuição territorial e administrativa do Brasil que incluíam sim o rearranjo da área ocupada pelos estados e sua redistribuição segundo critérios de equipotência econômica entre as regiões e de respeito à proporção populacional, ao contrário do que afirmou Macedo Soares em resposta à imprensa[298]. Certamente esta negativa, além de se comprazer com as competências do IBGE fixadas em lei, no tocante a seu papel na redivisão, se baseia na prevenção de possíveis polêmicas que um projeto de redivisão como aquele idealizado por Teixeira e aprovado pela cúpula do instituto poderia despertar. Desafiar os interesses da população e dos estados diretamente envolvidos não era uma boa saída política para a instituição, sem a garantia de que o esquema de redivisão de Teixeira-Segadas, consagrado nos **Problemas de base do Brasil**, fosse transformado em programa de governo. Já é tempo de vermos o esquema em seus detalhes.

Como resultado das idéias teixeiristas, teríamos vários novos estados e profundas modificações nos já existentes, cujo traçado deveria ser conferido pelo ciência estatística, central para os grandes empreendimentos mobilizadores. Segundo ele, somente o nível de conhecimento cartográfico e estatístico já atingido poderiam

[298] Ao ser inquirido em entrevista coletiva dada ao periódico *Jornal do Estado*, de Porto Alegre, sobre o rumor de que o "Instituto teria estabelecido princípios práticos para a constituição do âmbito territorial de cada município" e de que seriam "necessárias várias transferências de territórios, às vezes contrariando alguns governos municipais e mesmo as populações interessadas", Macedo Soares foi incisivo: "vai em tudo isto um equívoco [...]. O Art. 8º diz: 'os limites inter-distritais ou inter-municipais serão definidos segundo linhas geodésicas, entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais [...]. E no Art. 9º: 'em nenhuma hipótese se considerarão incorporados, ou a qualquer título subordinados a uma circunscrição, territórios compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas'". E ainda acrescenta: "o instituto não exige coisa alguma, meus amigos, nunca exigiu, nem exigirá". Em artigo publicado no mesmo *Jornal do Estado*, Teixeira de Freitas também omite suas próprias concepções sobre a redivisão, limitando-se a enumerar e elogiar o dispositivo da Lei nº 311 (DIRETORIA..., 1938, p. 7 e 9-16).

instrumentalizar o plano. Estes elementos permitiriam fixar as dimensões e os novos limites e fronteiras dos territórios e Estados, critérios para a subdivisão dos Estados em Departamentos e para a localização das novas capitais, de modo a assegurar o respeito às unidades econômicas e geográficas específicas.

A solução sugerida por Teixeira é calcada no plano original de Segadas Viana para a matéria em questão, introduzindo-lhe, contudo, algumas modificações. Viana, a exemplo de Teixeira, respeitava a proporção populacional, de maneira que um território só teria a categoria de Estado, tendo atingido um limite mínimo de população (200 000 habitantes para Viana). Igualmente, ambos adotaram o critério da equipotência econômica entre as regiões, devendo a subdivisão minorar o descompasso entre as zonas pobres e as zonas ricas. Neste sentido, seriam fixados limites máximos e mínimos de áreas, "para que o maior estado não tenha mais do que o dobro do menor" (VIANA, 1940, p. 385). É quando encontramos a diferença estrutural entre as duas propostas de redivisão. Enquanto Segadas Viana pretendia estabelecer limites da área dos estados (de 85 000 a 170 000 quilômetros quadrados) que permitissem a subdivisão "dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, afim de diminuir a desproporção entre suas populações e a dos demais" (VIANA, 1940, p. 385), Teixeira de Freitas fixara limites muito maiores, estipulando a área dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí e Maranhão como modelo padrão para a reorganização do espaço físico dos estados da federação, o que equivale a uma variação entre 250 000 e 350 000 quilômetros quadrados (FREITAS, 1941a, p. 277). Assim procedendo, Teixeira evitava deliberadamente a desagregação do motor da economia do País e do estado de naturalidade do presidente, conferindo maior sustentação política ao projeto original de Segadas Viana, para quem as modificações introduzidas por Teixeira "tinham em vista principalmente facilitar a solução prática do problema" (VIANA, 1940, p. 375).

Já Minas Gerais seria até mesmo beneficiada pela redivisão "teixeirista", por força da interiorização da capital da República, a ser transferida em caráter emergencial para Belo Horizonte, até que se desse a efetiva colonização e estruturação do planalto central. Por conseguinte, o atual distrito federal seria incorporado ao Estado da Mantiqueira, tornando-se capital deste último. De igual modo, propunha a mudança do nome do Estado da Mantiqueira que consta do plano de Segadas, mantendo o nome de Minas Gerais para a nova área composta pelo Estado do Rio de Janeiro e o centro-sul mineiro (FREITAS, 1947, p. 113-115).

Voltando ao esquema proposto por Teixeira, veremos que os territórios resultantes da redivisão se constituiriam em unidades autônomas da Federação, sendo sua jurisdição reduzida a um âmbito geográfico na nova área delimitada. Aos novos estados, a União asseguraria, durante o prazo de dez anos, subsídio correspondente à receita por eles gerada. Quanto aos estados que estivessem dentro do limite aludido não sofreriam alterações. Em caso de delimitação territorial inferior, os pequenos estados seriam reunidos entre si ou aumentados pela incorporação de fração de outro estado, até compor o mínimo ideal especificado. Das premissas do plano, sobressaem nove estados, dez territórios e o Distrito Federal.

Os novos estados, ou territórios federais, se dividiriam em departamentos (ou consórcios de municípios), estes em municípios e estes em distritos. De forte cunho organicista, os estados associados seriam verdadeiros consórcios-intermunicipais, com a função de descentralizar a administração dos estados federados sobre os municípios. Assumindo os encargos dos municípios para si, os consórcios desobrigariam os estados federados, que se ateriam aos objetivos voltados para a região em seu conjunto. Sobre o novo quadro político-administrativo, diz Teixeira:

> Com isso, ficariam os Estados Associados, os municípios e os distritos constituindo um trinômio governamental no centro do qual estariam os municípios. Estes, por delegação política, instituiriam os Estados Associados; e, por diferenciação administrativa, desdobrariam sua ação pelas células do quadro primário formado pelos distritos. De maneira que o distrito continuaria a ser a expressão primária da vida local, o município sua expressão fundamental e a matriz das duas outras expressões – a inferior e a superior; e o Estado Associado assumiria a expressão superior ou política, propriamente dita. [...] ao município, então, ficaria a administração dos serviços executados e a sua conservação (IBGE, 1945, p. 26-27).

Os consórcios municipais se constituiriam segundo os mesmos princípios de valência e estabilidade territorial dos Estados federados na redivisão política, perfazendo uma média de 40 000 quilômetros quadrados em sua composição e 200 unidades (sete vezes o número de unidades federadas e 1/8 do de municípios), respondendo pela "regionalização administrativa", formando um quadro ideal e ponto de apoio para a "redistribuição demográfica, reajustamento social e restauração econômica" a serem implementadas na obra de revitalização do municipalismo brasileiro (IBGE, 1945, p. 28).

Na definição "teixeirista", com a criação dos consórcios "os municípios se solidarizariam numa espécie de federação a que transfeririam uma pequena parcela de sua atual autonomia, estabelecendo um aparelho governamental destinado a centralizar, racionalizar, padronizar e financiar os serviços estritamente municipais". Dessa forma, "tudo o que fosse preparação, direção superior, abastecimento de recursos ou realizações novas ficaria a cargo dos órgãos técnicos departamentais, e tudo o que consentisse em conservação, a cargo da administração propriamente municipal" (FREITAS, 1943a, p. 711)[299].

Nesta linha de argumentação, evidencia-se a mesma tendência manifesta em Andrade Bezerra. A criação dos departamentos conduziria à descentralização ainda maior da administração e ao enfraquecimento político dos estados da federação, evitando-se desse modo o separatismo e eventuais adversários do regime.

[299] Note-se a este respeito a atualidade do problema do municipalismo desde então já colocado pelo pioneirismo de pensadores como Teixeira de Freitas, que viam no município fator de estabilização política e econômica. O município, base física da nação, tem sido tema de recorrentes congressos na atualidade, realizando-se no ano de 2005 a 1ª Conferência de Fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM, que colocou em pauta questões relativas à vida e à administração do município. Trata-se de um princípio semelhante ao de Teixeira, a partir do qual se define uma estratégia específica de desenvolvimento do País, considerado a partir do desenvolvimento local. Em artigo do *Jornal do Commercio*, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski defendeu a necessidade de se "valorizar programas de interiorização do desenvolvimento, estimular intercâmbios de experiências e implantar modelos de planejamento local integrado, com óbvios reflexos na melhoria da qualidade de vida da população, mediante, inclusive, o aperfeiçoamento das formas de gestão e o melhor e mais amplo aproveitamento das vocações e potencialidades que lhes são próprias" (DILEMA..., 2005). A comparação é inevitável. O canal de comunicação direto entre municípios e governo federal é legado dos tempos de Vargas e a descentralização administrativa, o consórcio de municípios e a racionalização da gestão municipal, tal como entende Teixeira de Freitas, são temas que voltam à ordem do dia.

Portanto, a tarefa da redivisão territorial seria apenas o objetivo inicial, condição para o estabelecimento e desenvolvimento do que Teixeira chamava "rede de centros propulsores", através da qual se faria com segurança e continuidade a empresa colonizadora. A nova organização político-administrativa proveria as bases da ruralização das zonas de influência. Permitia corrigir os desequilíbrios existentes entre o campo e as grandes cidades, por meio da readaptação das massas urbanas marginais ao trabalho, na forma das "companhias de trabalho", que fundariam novos centros urbanos, entrepostos e mercados em regiões avançadas da colonização. Outrossim, a assistência educacional, familiar e sanitária das colônias-escolas reabilitaria o homem rural, fixando-o no campo e tornando-o vetor da colonização, agora adequado ao trabalho agro-pastoril e ao ideal de cidadão desejado pelo Estado-Novo. No grande ideário do IBGE, duas forças impulsionariam este projeto: a educação e as forças armadas. Vamos a elas.

Teixeira de Freitas, o educador

Mário Augusto Teixeira de Freitas teve uma longa carreira como educador. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Educação, de 1935 a 1938, esteve à frente da Diretoria de Informações, Estatística e Publicidade do Ministério da Educação e Saúde, de 1931 a 1952, membro verdadeiramente militante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, pelo menos desde 1932. A história nos legou sua faceta de idealizador e intelectual fomentador do IBGE. Se falamos desta sua outra face, é porque foi obscurecida pela consagração definitiva de seu gênio estatístico. Convém, no entanto, que não sejamos anacrônicos para entender porque, na cabeça do Teixeira pós-Minas, tão entusiasmada com as possibilidades oferecidas pelo novo regime dos anos 1930, a principal contribuição da estatística para a construção do Estado Nacional passava por sua função pedagógica:

> Urge, pois, que o Brasil se conheça a si mesmo. Mas esse conhecimento, através do qual se forma, e modela, e se sublima a consciência nacional, só lhe podem dar a ESTATÍSTICA e a EDUCAÇÃO. [...] força é que tenham os brasileiros as condições receptivas necessárias, tanto vale dizer, força e que a educação lhes dê ao espírito a necessária permeabilidade as noções que fazem, primeiro, conhecer, e as forças que obrigam, em seguida, a agir. Eis aí, pois, traçadas as duas linhas paralelas que hão de orientar os passos da nacionalidade nesta hora de incertezas – ESTATÍSTICA E EDUCAÇÃO (FREITAS, 1943, p. 130).

A) Estatística e propaganda

Esta seção pretende se ocupar das relações entre estatística e propaganda visualizadas e empreendidas por Teixeira de Freitas, quando esteve no comando da Diretoria de Informações, Estatística e Publicidade do Ministério da Educação e Saúde, no período 1931-1936. Ao contrário das demais seções, que buscam identificar o projeto de mobilização e construção da nacionalidade brasileira pregado por Teixeira, tratamos aqui das suas realizações à frente daquela diretoria.

As relações entre estatística e propaganda já haviam sido muito bem percebidas por Teixeira há tempos, desde seu período mineiro. Foi aí que ele se deu conta



Classe Decroly na Escola Pedro II. Belo Horizonte, [s.d.].

da função catequética do agente municipal, no duplo aspecto tanto da vulgarização dos dados estatísticos quanto na de aprimoramento do serviço de coleta das informações prestadas, desarmando as resistências dos informantes aos inquéritos solicitados, que a participação do agente na vida local poderia trazer. Muito afeito a seus agentes, anos mais tarde, já empossado na diretoria em questão, ele reproduziria esta percepção no que tange aos serviços de publicidade das repartições de estatística:

> Os serviços de publicidade afetos às repartições de estatística têm a dupla função de facilitar a utilização dos resultados estatísticos na propaganda do país e no trabalho informativo e educativo que a sua cultura e o desenvolvimento exigem e, ao mesmo tempo, dar autoridade, relevo e prestígio à organização estatística nacional, melhor habilitando-a assim a vencer as enormes resistências que se antepõem aos seus objetivos administrativos, sociais e políticos. Daí a conveniência de se valorizarem esses serviços quanto possível, atribuindo-se-lhes larga missão social como instrumento de propaganda, vulgarização, educação, disciplinamento, incentivo e renovação, em todos os aspectos da vida nacional que possam receber utilmente essa influência (BRASIL, 1937, p. 36).

Não obstante, Teixeira se valeu da máquina do Estado para levar ainda mais adiante a função educadora da estatística. Da Resolução nº 45 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, de 15 de julho de 1937, consta o destino das verbas empregadas por Teixeira na diretoria dos serviços de informações e publicidade do ministério. Ressaltam-se "os estudos que serviram de subsídio para a elaboração do projeto [...] concernente ao aproveitamento da cinematografia para os fins educativos". Sugeriu e projetou também a criação do Serviço Nacional de Cinematografia Educativa, a "publicação de comunicados oficiais destinados a manter o público ao par das questões relativas à educação, cultura e saúde pública, logrando acolhida para esses comunicados nos principais órgãos de publicidade e revistas técnicas", forneceu à Associação Brasileira de Educação "elementos para o serviço de publicidade, em forma de 'comunicados de imprensa', focalizando assuntos educacionais", além de cooperar com a publicação de "um jornal instrutivo – O Educador Rural"



Projeção de filmes em escola pública de São Paulo, 1931.

para “melhorar a cultura das referidas populações, orientando-as num sentindo predominantemente ruralista”. Realizou “ativa e tenaz propaganda em prol da criação do Instituto Nacional de Estatística na campanha coroada em 1934 com a promulgação do decreto que dava existência àquele órgão”. Realizou “intensa propaganda [...] em favor das ‘vilas escolares’, ou sejam grandes educandários rurais em regime especial de internato ou semi-internato”. Lançou, “com o concurso da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, o plano para a fundação de uma ‘colônia-escola’ modelo, no Vale de São Francisco, onde seriam internadas famílias sertanejas do mais baixo teor de vida [...], as quais, em um estágio de um ou dois anos, receberiam a mais ampla assistência social e educativa, para depois serem localizadas, a título efetivo como pequenos proprietários na zona de influência da colônia”. Esforçou-se “pela formação de um ambiente propício à colaboração das Forças Armadas na grande obra da organização e educação nacional. Essa iniciativa provocou uma aproximação, que deu apreciáveis resultados, entre o Estado-Maior do Exército e dois sodalícios culturais – a Associação Brasileira de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Dessa tentativa resultou ainda a organização de uma comissão de representantes daquelas duas sociedades e da Liga da Defesa Nacional, para elaborar um ideário cívico de organização, educação e defesa nacional – o que está sendo feito”[300]. Divulgou e colaborou na organização no envio de Missões culturais ao interior do País, chamadas de “semanas ruralistas”. Lançou, “na administração federal, a prática da vulgarização dos resultados estatísticos [...] por meio de comunicados de Imprensa, tornando acessível à mentalidade popular o significado dos números”, enquanto recurso de propaganda estatística (BRASIL, 1937, p. 39-45).

Associação Brasileira de Educação, Instituto Nacional de Estatística, colônia-escola, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Forças Armadas ... Além da incansável atuação para a criação do INE e do esforço de vulgarização das informações estatísticas, todas as instituições citadas revelam a filiação ideológica do cidadão e do intelectual Teixeira de Freitas, bem como seu projeto de nação. Uma vez dentro da máquina de governo, buscou atrair recursos para dar corpo às suas idéias originais,

[300] Podemos deduzir que este ideário cívico já é, no plano ideal, em 1937, data da resolução, o ideário que ganharia corpo somente em 1945**: Problemas de base do Brasil**. Vale lembrar que, conforme realça a apresentação de sua quinta edição, a obra deriva de estudo de 1941, encomendado pelo governo ao CNE, por meio do Conselho de Segurança Nacional, versando sobre os problemas da organização nacional. Acreditamos que no ano de 1937, Teixeira de Freitas já construía o esboço e as linhas gerais da futura grande sistematização do ideário, ao longo de suas várias conferências, palestras, artigos e polêmicas. Não é preciso sequer que os enumeremos. Muitos destes trabalhos são aqui abordados e destacados, constituindo a base da história que contamos e dos argumentos que ora sustentamos.

como o provam os detalhes de nossa exaustiva citação. Já é hora de analisarmos detidamente o lugar que tem tais instituições no duplo aspecto educador e mobilizador de seu ideário.

B) Educação rural

Lembrando o que dissemos na introdução, as correntes que disputavam a hegemonia do projeto educacional da época em questão se concentravam na reforma do ensino secundário e do ensino técnico industrial, com vistas a habilitar o trabalhador nacional a compor a mão-de-obra fabril. Ao mesmo tempo, uma das tônicas deste momento histórico consistia em criar as condições necessárias à fixação do homem no campo, diminuindo as distorções entre ruralismo e urbanismo.

Se uma das grandes vantagens da estatística é fornecer conhecimento sobre realidades distantes ou ausentes, a partir dela poderiam-se criar as condições adequadas à interiorização do território. Por conseguinte, seria dever cívico da estatística apontar as estratégias possíveis para a efetiva ocupação de nosso ecúmeno. Daí as preocupações de Teixeira de Freitas gravitarem em torno do ruralismo: da valorização do homem do campo ao municipalismo, passando pelo planejamento eficiente da colonização. É bastante notável e curiosa a ausência de qualquer política industrializante em seu ideário para o Brasil. Mas, muitos outros já se ocupavam disso. A maior parte dos grandes educadores brasileiros, mesmo pluralistas como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, tentavam corrigir a carência de força de trabalho da indústria. Foi o que o muito arguto Teixeira de Freitas percebeu. Filiado à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, buscava identificar a dinamização da vida rural e municipal à urgente tarefa da colonização.

Adepto de um vigoroso nacionalismo econômico, Alberto Torres combatia a importação de modelos teóricos europeus para solucionar os problemas da realidade brasileira. Por conta disso, acreditava que a questão rural e o desenvolvimento agrícola deveriam ser o foco da ação governamental. Foi um dos primeiros a denunciar o abandono das populações campesinas e a total ignorância sobre as reais condições sociais e geográficas do interior brasileiro. Demonstrou especial lucidez quanto a estes temas, ainda em plena Primeira República, preocupada com os modismos teóricos europeus e com a atração da força de trabalho estrangeira:

> Não podendo ter formado tradições e tendências nacionais, não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados materiais de sua geografia física, como *habitat* do povo, [...] para nela assentar a vida do povo; não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos (TORRES, 1941, p. 892).

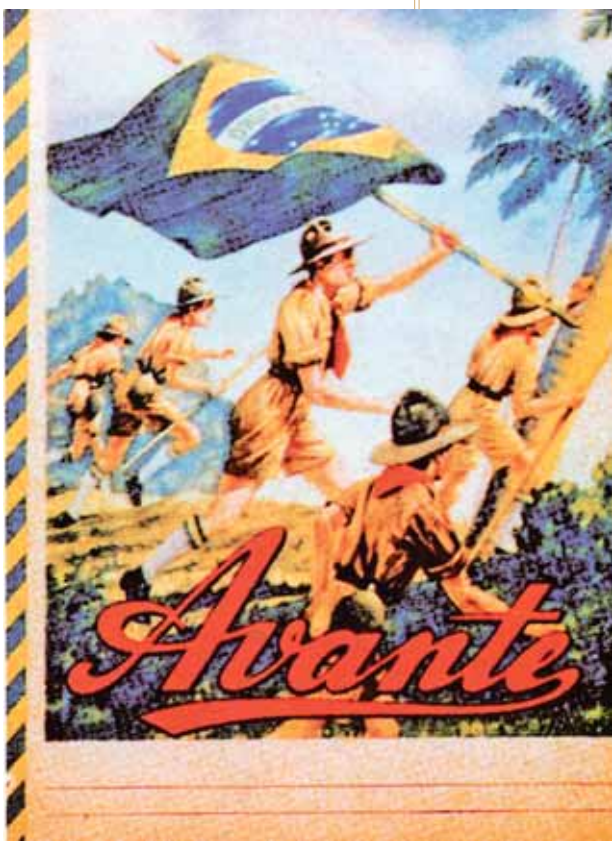
Tinha desprezo pela indústria e pelo comércio, acreditando que a riqueza do Brasil só lhe poderia vir da terra. Desde que o Brasil tivesse uma relativa desvantagem em matéria de indústria, pensava que devia restringir-se à agricultura. O desenvolvimento das áreas rurais faria com que a população delas emigrada fosse devolvida ao campo (SKIDMORE, 1989, p. 139-141). Sua recuperação nos anos 1930 foi feita justamente pelos setores que previam uma via rural para a nação e que davam forte

acento ao nacionalismo e ao fortalecimento da ordem federal. Afinal, Torres era um defensor teórico da introdução do organicismo na esfera política, questão central em seu pensamento:

> A autonomia dos municípios e dos estados não é mais que uma concentração mais cerrada do tecido governamental, em torno do município e do estado; mas o tecido não se interrompe nem se cinde, para formar seus núcleos intermédios: continua-se e entrelaça-se, até completar toda a trama da organização nacional, que termina, por fim, no relevo mais forte dos poderes federais. [...] a soma dos atos dos governos municipais e estaduais e a soma de suas omissões, por falta de orientação e harmonia política, entram com um volume de forças muito mais considerável nos destinos do país que a ação da União. Para restabelecer a produção, alimentar as trocas econômicas, restaurar a distribuição das riquezas e do comércio, e até para solver as crises da circulação monetária e promover o intercurso dos capitais e créditos no interior, é imprescindível estabelecer, entre os diversos órgãos políticos do país, uma conformidade de fins e de ação [...] a **síntese** de direções progressivas, convergentes e harmônicas: de sinergia superorgânica de forças políticas, em suma (TORRES, 1941, p. 895-897).

Com efeito, entre os que buscarão se reapropriar de Torres, na conjuntura dos anos 1930, podemos encontrar o educador Teixeira de Freitas, membro ativo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Em conferência apresentada nesta entidade, em 1934, insistia na atualidade do ideólogo, propondo a criação de um "centro poderoso de educação agrária, instrumento de ruralização racional e nacionalista do *hinterland* brasileiro, que contribuiria para o ideal torreano de reerguimento das nossas míseras populações rurais, e de aproveitamento das nossas prodigiosas possibilidades agropastoris". Para tanto, Teixeira sugere a criação de um grande educandário no Vale de São Francisco, "para vir a ser uma instituição genuinamente torreana, a *escola totalista brasileira*, numa palavra a Colônia-Escola 'Alberto Torres'" (FREITAS, 1934, p. 54-55).

Capa do caderno Avante, 1940.



Teixeira considerava, como todo o resto, a organicidade da relação entre a obra de educação das massas rurais e a de colonização das áreas afastadas. Trata-se, nas suas palavras, da acepção orgânica do binômio educar-povoar: "esta atividade orgânica que por seus fins é legitimamente torreana, [...] há de se manifestar sim pelo duplo propósito de se apoderar, não de indivíduos, sejam crianças ou adolescentes, e mesmo de um ou de outro sexo, mas de células-sociais, isto é, de famílias completas, e *socializá-las* em termos definitivos, *educando-as*" (FREITAS, 1934, p. 67).

A colônia-escola Alberto Torres seria formada por cerca de 50 famílias, perfazendo um total de 400 a 500 pessoas, ingressas na colônia como assalariados, recebendo remuneração, moradia, alimentação, vestuário, assistência me-

dica e sanitária. Dois terços do salário de cada educando seriam confiscados para cobrir as despesas da colônia com os benefícios assistenciais. Da mesma maneira, "a distribuição do tempo lhes será rigorosamente estabelecida, destacando o tempo de trabalho para a colônia, o tempo de trabalho livre, e o tempo de recreio, vida social e descanso" (FREITAS, 1934, p. 70). Já a função propriamente de colônia, expressa no binômio que resume a obra da construção da nacionalidade, se concretizaria na forma de núcleo central de uma vasta e progressiva empresa da colonização. Incorporando as áreas circunvizinhas, adquiridas a baixo custo, "a colônia iria distribuindo em círculos concêntricos, a margem de estradas a serem prolongadas progressivamente em sistema apropriado, todas as famílias que nela tenham concluído o seu estágio e não houverem obtido contratos porventura mais vantajosos com os fazendeiros da região" (FREITAS, 1934, p. 71).

Na verdade, ele pretende reeducar todo o núcleo familiar, demonstrando clara afinidade com os projetos de educação do período, particularmente os da Escola Nova. Em seus relatos, Teixeira parece entender muito bem a necessidade de alargamento da concepção de linguagem escolar existente e de multiplicação dos espaços de aprendizagem. Afinal, Freitas prescreve para o homem rural uma economia otimizada do tempo, que incluía "participação em competições desportivas, reuniões culturais, festividades cívicas, por meio da utilização de rádio, cinema, fonógrafo, e ampla distribuição de folhetos ilustrados em que se condensasse a pequena enciclopédia que o nosso homem rural deva possuir" (FREITAS, 1947, p. 936).

A extensão da ação educativa a toda a rede familiar terminava por radicalizar as políticas públicas da área, empreendidas por Capanema, que tentavam transformar a escola em única agência educativa, minando práticas pedagógicas concorrentes, ao extinguir ou minimizar a educação familiar. Assim procedendo, a escola deveria concentrar todos os esforços e técnicas de socialização para criar o modelo de cidadão tão desejado pelo Estado Novo. Também deveria identificar o culto ao Estado e à pátria a este processo de formação, através do recurso "às festividades recreativas e cívicas, utilização da cinematografia, da radiofonia, da fonografia, a iniciativa para a criação ou aperfeiçoamento dos museus, bibliotecas e arquivos locais" - lugares da memória oficial e nacional (FREITAS, 1937, p. 154). Ao que Teixeira acrescenta a necessidade de domesticar e controlar os pais: "regularidade desejável e necessária na freqüência escolar, há de ser a conseqüência de uma catequese *sui generis* dos pais, falando-lhes a linguagem do interesse ou do lucro, a única a que seus ouvidos não estarão fechados. E daí a necessidade de serem criados os 'cartões ou vales de freqüência'", de valor proporcional à freqüência escolar de seus filhos (FREITAS, 1937, 155-156).

C) O papel das Forças Armadas

A montagem desta grande estrutura agrária das colônias-escolas, que incluía o recrutamento e a disciplinarização da população rural e de citadinos marginalizados e seu deslocamento para áreas longínquas e despovoadas, assim como a fixação destes novos homens recém-egressos dos internatos, exigia a presença cativa das Forças Armadas.



Escola Profissional de Menores Pobres. Cachoeira, BA, em 20 de novembro de 1936.

É um tanto curioso notar que, antes do Estado Novo, os militares não apareciam nas forças de mobilização arroladas nos escritos de Teixeira. A guerra trouxe importância especial às informações sobre o território, os recursos geográficos, os contingentes de recrutamento, as estatísticas econômicas. O IBGE ganhara importância estratégica com a expedição brasileira à Europa. Data daí – 16 de março de 1942 - o Decreto-lei nº 4181[301], que versava sobre a nacionalização das agências municipais de estatística, subordinando as últimas ao controle do IBGE.

Neste quadro, a questão da segurança nacional irá rechear escritos e publicações que se ocupavam do ideário cívico ibgeano. Os esforços do conselho e do secretariado serão no sentido de colaborar eficientemente para o esforço de guerra do Brasil. Até mesmo um manifesto é redigido pela comissão coordenadora central do IBGE, formada pela secretaria-geral para concentrar os esforços dos estatísticos e geógrafos naqueles dias difíceis de guerra:

> Cria-se, dessa forma, a 'frente da estatística e da geografia', onde, mobilizados voluntariamente desde logo, devemos tudo empenhar pela sobrevivência nacional, sem reconhecer limites de horários burocráticos, nem regalias outorgadas em regime de paz, com o desprendimento pessoal, a paciente energia, o heroísmo obscuro e a inabalável convicção que definem um comportamento de guerra. Os números e os mapas podem ser considerados material de guerra, indispensável à sustentação da luta, e as nossas repartições são oficinas onde, a nosso modo, teremos de fazer a guerra. De ânimo firme e espírito prevenido, obedientes ao espírito de discrição e reserva inerentes à nossa função, temos de intensificar o ritmo de nossos trabalhos para dar uma produção de guerra, como convém aos interesses da defesa nacional e continental (O BRASIL..., 1942, p. 539)[302].

O desenvolvimento das idéias educacionais militares visava a imprimir na população uma "mentalidade adequada" ao novo Estado Nacional que se queria construir, a partir de 1937. As punições físicas e castigos que caracterizavam a prática disciplinar do Exército vinham sendo substituídas por um tipo de treinamento em disciplinas, tais quais a educação moral, cívica, religiosa, familiar e nacionalista. Esta pedagogia vai ganhando espaços de aprendizagem que extrapolam os quartéis, inculcando os princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições, através da interpenetração cada vez mais estreita entre o Exército e o povo, que tinha no serviço militar seu principal instrumento (SCHWARTZMAN; BOMENY;

[301] Decreto-lei que foi reforçado e formalizado pelo Decreto nº 5981, de 10 de novembro de 1943.

[302] O documento oficial lançava, ainda, a "Campanha Ibgeana pela Vitória" que previa, como um dos seus objetivos, "oferecer às Forças Aéreas Brasileiras um avião de guerra a ser adquirido mediante a contribuição, por parte de cada ibgeano, de importância correspondente a um dia dos seus vencimentos" (O BRASIL..., 1942, p. 539).

COSTA, 2000, p. 84-85). A inteligência do Exército, como Azevedo Amaral, advogava o rompimento da diferenciação entre poder civil e poder militar, que julgava anacronismo do utopismo pacifista das democracias liberais falidas (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 86).

Não è àtoa que encontraremos no modelo pedagógico ruralista de Teixeira a incorporação destas idéias do Exército, que se expandiam dos quartéis para os novos espaços de aprendizagem. A disciplina militar e os exercícios físicos muito convinham à iniciação ao trabalho e à incitação do espírito cívico apropriado em nossos sertanejos. A vinculação da natureza das atividades do IBGE aos interesses da Segurança Nacional, em paralelo à necessidade de se dispor de forças mobilizadoras para a consecução dos planos de Teixeira de Freitas sobre o "binômio educar-povoar", o levou a dar lugar de destaque aos setores militares. Afinal, "o instrumento da grande obra da organização educacional do País [...] não pode ser senão o Exército Nacional, com a cooperação da Armada Nacional" (FREITAS, 1947, p. 930).

E qual seria o papel destinado às forças armadas? Basicamente dois: o ideológico e o de enquadramento administrativo. No que tange ao primeiro, tendo a função de salvaguardar a segurança do território brasileiro, "em se esboçando um quadro de desordem, de ameaça, às condições vitais da coletividade, o Exército há de voltar-se para dentro da nação, porque só a ele compete e é possível restaurar a normalidade, desde que nele e na Armada está a síntese das energias nacionais". E a reparação da desagregação se faria ainda que "fortuitamente sobreposta à ordem legal normal" (FREITAS, 1947, p. 931). A situação de guerra o exigia. O poderoso caráter ideológico da ação do Exército residiria exatamente na faculdade de excluir-se à ordem legal, enquanto instituição "neutra" e "sem subordinações políticas de nenhuma espécie", podendo levar o trabalho educativo a cabo, contando com suas "grandes forças morais". A atuação do exército conduziria a obra *unificada*, enquanto obra de organização nacional e, como tal, "sobreposta a todas as pluralidades", e *autoritária*, revestindo-se de "severa disciplina" e da "rigorosa diferenciação hierárquica", "que só os princípios da disciplina militar seriam capazes de trazer-lhe" (FREITAS, 1947, p. 932). Quanto às implicações do enquadramento administrativo, a organização da empreitada se faria por meio de "uma rede de destacamentos desdobrada por todas as sedes municipais do País, [...] as Missões Militares de Educação e Organização Nacional [...] de finalidade militar e educativo-cultural". Assim concebidos na campanha pela educação, estas redes de destacamento e o papel propulsor do Exército ajudariam a conduzir o sonhado remodelamento político-administrativo do País:

> Ao organizar-se-lhe a direção, já se diferenciariam as regiões por sobre o quadro político atual, prefigurando o quadro definitivo que a racional divisão territorial do País aconselha. E com isto, iniciar-se-iam as vinculações espirituais necessárias ao seu prevalecimento futuro, bem como o combate aos preconceitos regionalistas e a demonstração prática da superioridade do parcelamento do território em função do critério de equivalência da área, combinadamente com o do respeito à tradição e aos superiores imperativos geográficos (FREITAS, 1947, p. 934).

Por outro lado, através da articulação das atividades da campanha educacional por grupos de municípios, já se estaria esboçando a divisão departamental, a ser integrada na futura divisão política do País.

Por fim, restava a Teixeira a necessidade de relacionar a tarefa de educação e colonização aos fins próprios das Forças Armadas, justificando o destacamento de contingentes inteiros para atender aqueles objetivos. O Exército, assim procedendo, não estaria descumprindo suas finalidades e metas, tendo em vista que sua ação se limitaria a interiorizar, intensificar e sistematizar atividades essencialmente militares, proporcionando-lhe numerosos objetivos que lhe são próprios: "conhecimento do território, alistamento militar, recrutamento, instrução militar, nacionalização dos elementos imigrantistas, educação física, extinção do banditismo bandoleiro, erguimento da consciência cívica da nação e consolidação da unidade nacional" (FREITAS, 1947, p. 932). O esforço de interiorização do País deveria ser "militarizado", sendo as forças da Segurança Nacional responsáveis por seu enquadramento funcional, cívico e moral e podendo estas colocar estes novos homens "à sua disposição, sem novos dispêndios e com melhor aproveitamento, em benefício dos seus próprios objetivos". Esta articulação com a organização militar deveria visar "aos inúmeros objetivos militares no que concerne ao interior do País" e a constituir "vultoso e eficiente exército de reserva" (IBGE, 1945, p. 37). Importante consideração é a designação dada por Teixeira a estas novas legiões de trabalhadores: "Exército do Trabalho". Estes "operários militarizados", enviados para os locais onde se fossem instalando os novos governos estaduais e departamentais, se constituiriam, por um lado, em agentes difusores do civismo e da idéia de trabalho enobrecedor, por outro, submetidos a uma educação militar, teriam uma rígida disciplina física e mental, veiculando acriticamente as premissas do culto à pátria; trunfo contra as concepções político-pedagógicas que concorriam com as políticas públicas estado-novistas. Aqui, transparece o ideal de cidadão de Teixeira:

> E então, terminado o prazo do seu engajamento, [...] enriquecidos pelo treinamento militar, pela educação, pela disciplina, pela cooperação e pela higiene [...] iriam ser, a seguir, - depois de terem sido operários-soldados e sub-oficiais trabalhadores, ou oficiais do Exército Colonizador, - os artífices, os técnicos, os negociantes, os lavradores, os funcionários, os professores, os elementos dos quadros liberais, etc.; isto é, sempre ótimos componentes dos novos grupos sociais e perfeitos reservistas do Exército, os citadinos ou os novos camponeses das novas regiões ocupadas e colonizadas graças ao grande plano de reorganização nacional (IBGE, 1945, p. 38).

Ao Exército cumpre ainda uma outra função. O proclamado "combate aos preconceitos regionalistas", em matéria de educação, deveria passar fundamentalmente pela nacionalização do ensino primário. O fito capital de estatizar a educação conflitava com a existência de experiências pedagógicas distintas e freqüentemente incompatíveis entre si, que deveriam ser controladas mediante a padronização do ensino e a unificação dos programas, currículos, compêndios e metodologias de aprendizagem. Ora, este objetivo entrava em choque com a existência de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, principalmente no sul do País, que haviam implantado seus próprios sistemas de educação básica, em suas línguas de origem (SCHWARTZMAN;

BOMENY; COSTA, 2000, p. 93). Com o intento de afastar a ameaça estrangeira[303], foi criada a Comissão Nacional do Ensino Primário, para efetivar a nacionalização do ensino elementar e dar combate ao analfabetismo (NUNES, 2001, p. 119). Ao constatar a tendência progressiva de alfabetização extra-escolar na população de menos de 14 anos, Teixeira, uma vez mais, mostrou-se bastante incisivo no assunto da preservação da nacionalidade. Supôs a urgência em estabelecer-se "uma 'ordem nacional' em matéria de educação, sob pena de permanecermos – cega, absurda e perigosamente – como um conglomerado de pequenos povos sujeitos simultaneamente a diversas soberanias alheias umas às outras e com objetivos sociais, econômicos e políticos distintos" (FREITAS, 1937, p. 147; 160-161).

Portanto, a questão do ensino tornara-se tema de Segurança Nacional, cabendo às forças armadas a contenção do germe de desagregação de nossa nacionalidade e a "nacionalização dos elementos imigrantistas" (FREITAS, 1947, p. 932), ao liderar os esforços de ocupação, educação e dinamização da vida nas longínquas áreas rurais. Daí Teixeira defender veementemente que esta atuação mais agressiva do Exército respondia aos fins e à natureza que lhe são próprios: a defesa da integridade do território. Por ela passaria também o esvaziamento das práticas pedagógicas extra-escolares dos imigrantes.

D) O sentido do catolicismo

A Igreja católica também tinha seu projeto educacional para o País. Diante do avanço do materialismo da ciência e sua sagração como critério único que informa as ações social e política, o movimento da renovação católica do ensino buscou redimensionar a fé e a prática cristãs de devoção e de afetividade buscando o incremento da racionalidade. O revisionismo racionalista do movimento era o único modo de recuperar o espaço que a Igreja perdera. Em busca de um papel político, a Igreja reconstruía seus discursos doutrinário e catequético. A educação aparecia então como uma área estratégica. Era um espaço institucionalizado que permitia articular a doutrina e a prática (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 74).

Naqueles tempos, a educação expressava mais do que nunca os embates entre os diferentes grupos intelectuais e seus projetos políticos na luta pela hegemonia. Escola Nova, Renovação Católica, Forças Armadas, integralistas e ruralistas disputavam o apoio do governo, que deveria vir na estruturação de currículos e programas condizentes com os propósitos destes movimentos. Por isso a reconstrução do discurso católico demandava formas de institucionalização adequadas. Além de reivindicar o direito do ensino religioso, abolido dos livros escolares desde a Primeira República, a Igreja pretendia que o próprio Estado se voltasse contra o ensino neutro e a favor do ensino confessional católico. Esta era a razão da oposição ferrenha aos componentes

[303] A ameaça se refere ao medo generalizado dos intelectuais e dos políticos, no período da segunda guerra, de que os diversos núcleos de colonização no sul – especialmente o alemão – desenvolvessem variações dialetais do português, afetando com isto a unidade da língua e a unidade nacional. Mais: a educação familiar dos imigrantes poderia dificultar o processo de assimilação dos mesmos, contribuindo igualmente para a descaracterização de nossa nacionalidade. Daí a necessidade urgente de se instituir uma rede escolar conduzida pelo Estado.

da Escola Nova, que advogavam a universalidade, a neutralidade e a gratuidade da educação, a cargo do Estado, afora a instrumentalização do ensino técnico, meio de valorização da diversidade educacional e de formação necessária da força de trabalho industrial. Contrariamente, a Renovação Católica denunciava a ênfase no ensino técnico como um dos fatores de laicização do ensino, inviabilizando a tarefa auto-outorgada da Igreja de reespiritualizar a cultura. Como resultado de seus esforços, a Renovação Católica logrou três vitórias na constituinte de 1934, com a aprovação das três propostas da Liga Eleitoral Católica: a indissolubilidade do matrimônio, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência religiosa também facultativa às classes armadas. Para esta expressiva vitória eleitoral, muito contribuíram os esforços do então ministro da educação Francisco Campos, que legaria o cargo a Capanema.

Se o projeto católico se propunha a um revisionismo da doutrina em bases mais racionais e à conquista do público jovem, através do ensino religioso e da luta pelo estabelecimento de escolas confessionais e pela competência em matéria de legislação educacional, qual seria, entretanto, o projeto de Francisco Campos? Ao adotar a causa católica, ele buscava nos princípios cristãos um instrumento de mobilização política, e não um valor em si. Ao contrário dos adeptos da Escola Nova, que defendiam a neutralidade do Estado, devendo este sustentar e estimular a pluralidade educacional, Campos acreditava que somente um eixo ideológico bem definido daria suporte a uma pedagogia para a condução das massas. Sua preocupação é com a integração política, tendo em vista o crescimento das massas e a necessidade de arregimentá-las segundo um ideário comum. Para tanto, os mecanismos de integração política do liberalismo revelavam-se insuficientes, como o demonstrava a experiência européia. A integração em um Estado de massas passaria pela cultura de massas, via ampliação e difusão dos meios de comunicação. Nesse novo ambiente, a unificação das forças sociais se faria através do apelo aos recursos irracionais de mobilização[304], adaptados às tendências e aos desejos das massas humanas (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 81). Ao chefe político, caberia o monopólio da ação planejada, a exclusividade da racionalidade, enquanto a difusão dos meios de educação levaria as massas ao estágio de irreflexão, pavimentando em termos simbólicos o caminho da ditadura fascista.

Neste projeto de mobilização irrefreada, em que o Estado Varguista era uma etapa para implementação de um Estado do tipo fascista, a juventude deveria ser o objetivo primeiro da pedagogia que visasse a construir as bases da convivência ideal de um Estado totalitário. Era indispensável criar símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos. A mobilização da Igreja católica poderia proporcionar este conteúdo, a partir da religiosidade latente de nossa população. A incorporação da Igreja torna-se meramente instrumental. Já o Exército e o culto da disciplina militar, a exemplo do que prescreviam os fascistas, deveriam se tornar a força física do projeto de que a Igreja seria a força moral.

[304] Quer dizer, recursos que buscavam estimular nas massas o envolvimento e a identificação com o regime através do impulso afetivo, do estímulo à catarse coletiva e do carisma do chefe político.

A esta altura, já podemos nos perguntar: qual é o sentido do catolicismo para Teixeira de Freitas? A resposta não é simples. Em diversos escritos, expressões ou símbolos católicos são utilizados recorrentemente por Teixeira. Os desígnios da fé deveriam guiar e abençoar todas as suas propostas ruralista, municipalista e pedagógica. Não esqueçamos que a economia do tempo nos grandes educandários rurais incluía o ensino religioso. Mais importante é o forte cunho familiar da moral que ele preconiza. Podemos inferir do deslocamento de todo o núcleo familiar para os internatos rurais o forte acento posto na unidade familiar e a extrema relevância que Teixeira dá à sua função socializante. É este papel da família, devidamente informado pela doutrina da Igreja, que o movimento da Renovação Católica tenta recuperar. A otimização do tempo de vida do interno nas colônias-escolas deveria reservar vários períodos para a convivência entre os indivíduos e entre as famílias, o que Teixeira acreditava fundamental para o cultivo de hábitos virtuosos. Sem a prática reiterada da convivência com os semelhantes de mesma condição e inserção social, não pode haver virtudes cívicas. Sem as virtudes cívicas não há bons cidadãos.

O mesmo princípio rege as relações pessoais no funcionalismo público. Deve-se trabalhar as mentes e criar condições ideais para o exercício sempre renovado da solidariedade orgânica entre os cidadãos. A remoção dos benefícios pecuniários e das atividades lucrativas visa a enfraquecer o individualismo no funcionalismo, propiciando um ambiente pautado pelo comunitarismo, em que os funcionários se percebam como iguais em possibilidades, diferenciados somente no mérito do esforço pessoal e do tempo de serviço. Ora, a diferenciação nestes termos busca premiar a devoção à coisa pública, o que reforça o sentido de comunidade.

Da mesma forma serão concebidos os novos “cidadãos-soldados” e operários, egressos dos educandários rurais e das companhias de trabalho destinadas à montagem dos entrepostos e zonas de comércio das regiões de colonização. Ao ocuparem efetivamente os antigos vazios geográficos, ou retornando às terras de origem, se constituiriam em vetor de propagação da virtude.

Encontraremos os mesmos princípios e iniciativas num documento muito curioso. Trata-se de uma resposta do Papa Pio XII, por meio do cardeal e secretário do Vaticano Luiz Maglione, a uma cópia da Resolução nº 127 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que versa sobre a política brasileira de assistência social. Junto às considerações do instituto sobre a política assistencial brasileira, resumo das grandes temáticas que vimos aqui, a carta expressa o apelo à “influência insubstituível e decisiva dos valores morais”, para que “em vez de pregar a divisão dos corações e a luta das classes, importa intensificar os altos e nobres sentimentos de solidariedade e exaltar os benefícios salutares de uma paz fundada nas exigências da justiça e nas dedicações da caridade” (A IGREJA..., 1940, p. 599). Em resposta, diz o cardeal:

> Ao exprimir a Vossa Excelência [Macedo Soares] e aos membros do Instituto o reconhecimento pela deferente homenagem que lhe foi prestada, Sua Santidade compraz-se em enaltecer o espírito cristão e humano que a inspirou e justifica as mais arrojadas esperanças acerca do êxito das previdentes e sábias iniciativas às quais dedica o Instituto os mais nobres esforços (A IGREJA..., 1940, p. 600).

Uma carta enviada ao Papa é, sem dúvida, uma tentativa de submeter o ideário cívico do IBGE, expresso na Resolução nº 127, de 19 de julho de 1939, à aprovação do sumo pontífice da Igreja Católica. Sendo revestida inteiramente pela ética do comunitarismo cristão, a política de assistência social sugerida pelo instituto poderia, portanto, levar o crivo papal. O que se nota é justamente a preocupação em associar esta política aos ideais da Igreja.

No entanto, acreditamos que esta iniciativa seja, além de uma franca devoção pessoal aos princípios católicos, uma tentativa da parte de Macedo Soares e de Teixeira de Freitas de dar visibilidade ao IBGE e de mostrar por força de tão alta autoridade a sustentação e a justificação do ideário ibgeano para a sociedade civil e setores governistas. Prova disso foi a ampla divulgação do fato ocorrida na imprensa em geral.

Em suma, o idealismo cristão de Teixeira é aquele que segue a releitura tomista de Aristóteles. O bom cidadão não é apenas o homem de bem, mas aquele que, no convívio contínuo com seus pares, desenvolve a virtude por força do hábito, da prática, do tempo destinado à reflexão e ao trabalho. A perfectibilidade humana, o aperfeiçoamento do homem, se dá na experiência comum e compartilhada, na aptidão gregária. O cidadão desejado é aquele que adquire o sentido da coisa pública e se coloca eficientemente à disposição do aparelho de produção.

Neste momento histórico, a tônica é a de tornar o aparelho produtivo mais eficiente através da criação de corpos e mentes saudáveis e dóceis adaptados às necessidades do Estado, fossem elas econômicas ou militares. Neste sentido, as idéias de Teixeira das colônias-escolas e dos cidadão-soldados se conjugavam muito bem com a pedagogia dos militares e dos integralistas.

É um projeto autoritário sem dúvida. Mas há diferenças entre eles. Vargas percebeu muito bem os excessos do projeto de mobilização de Francisco Campos e dos integralistas. Já em 1934, alijou o primeiro da pasta estratégica da Educação, cedendo-a a Capanema. Em 1937, serviu-se do apogeu dos integralistas no País, contando com sua colaboração para propagar o clima de incerteza e instabilidade política, em torno de um iminente golpe comunista gerado pelo fictício Plano Cohen[305], para, ele sim, dar o golpe e promulgar o Estado Novo. Imediatamente em seguida, pôs a Ação Integralista Brasileira na ilegalidade o que, somado à situação de guerra contra os nazi-fascistas, selou o destino dos integralistas para sempre.

Ao plano de mobilização irrefreada de Francisco Campos e dos integralistas que Vargas, no auge das prerrogativas que o Estado Novo lhe atribuía, pôs no ostracismo, se contrapunha um outro. A vinculação entre os assuntos da Segurança Nacional e a questão educacional apontam para a tese de que no Estado Novo a educação deve-

[305] O plano Cohen seria uma articulação dos comunistas para tomar o poder, em 1937. Um oficial integralista foi "surpreendido" no Ministério da Guerra por um plano de insurreição comunista, cujo autor seria um certo Cohen. Soube-se mais tarde que o evento foi, na verdade, uma articulação do governo para reacender o clima golpista, propiciando o ambiente adequado à permanência ditatorial de Vargas no poder. Aparentemente, o plano era uma ficção a ser publicada num Boletim da Associação Integralista Brasileira - AIB, com o propósito de verificar a reação dos integralistas ante a uma insurreição comunista.



Instituto de Educação, Rio de Janeiro, entre 1932 e 1945.

ria constituir um projeto de “mobilização controlada”. Para os propagadores de uma “vida organizada” para o Brasil, era preciso encontrar um meio termo entre a liberalização do sistema educacional e a total integração do indivíduo ou da juventude às organizações criadas sob o totalitarismo. Esta “terceira via” se colocava contrária tanto ao individualismo liberal quanto à mentalidade guerreira veiculada pela pedagogia das forças armadas e a dos integralistas. Em contrapartida, propunha-se o meio-termo útil, a justa medida. Nada mais aristotélico.

Para nós, Teixeira se contava entre as fileiras desta via-média. A exemplo de Vargas em relação aos integralistas, foi arguto na estratégia de mobilização das classes militares, cuja função propulsora e pedagógica só ganhou corpo em seus escritos no decorrer da segunda guerra. A defesa do operariado militarizado e das rígidas disciplinas física e mental dos internos só pode ser entendida, a nosso ver, à luz de suas intenções: atrair estes setores para tentar dar viabilidade ao ideário ibgeano. Soube identificar os fins e os interesses do Exército e da Armada ao empreendimento da interiorização que a estatística deveria levar a cabo, especialmente no tocante aos centros de imigração, onde o Estado precisava garantir sua presença contra os germes de desagregação de nossa nacionalidade.

Já o catolicismo é dúbio. Teixeira de Freitas foi um católico fervoroso. Porém, a simples ausência de qualquer disposição sistemática referente ao assunto nos **Problemas de base do Brasil** e em toda sua extensa obra é suficiente para concluirmos que a importância do catolicismo é relativa. Deveria fornecer o conteúdo ético das relações sociais, já que o comunitarismo cristão é peça-chave em seu esquema pedagógico. Igualmente, moralizar a política e o espaço da coletividade, a fim de formar a ordem pública. Teixeira é um pesquisador, um “homem de sciencia”, na expressão do fim do século XIX, quando os centros de pesquisa se multiplicavam e a ciência se institucionalizava como saber. Esta formação científica impõe limites muito claros às suas

referências católicas. Sua inspiração ética é cristã, mas Teixeira seguramente acreditava que a transformação desejada das condições materiais de existência somente poderia advir da rigidez metodológica e do compromisso com a realidade empírica.

Os planos de Francisco Campos para a educação passavam pela ampliação e difusão dos recursos irracionais de mobilização das massas. Embora no quadro autoritário das práticas e políticas públicas dos intelectuais e das instituições do Estado varguista, Teixeira passou ao largo do fascismo. Sua obra-prima pela defesa da razão. Racionalidade expressa não somente na construção de uma infra-estrutura de colonização produtiva e eficiente, como, também, na formação de cidadãos bem assistidos e aptos ao trabalho. O ideal que aspira é o de um cidadão habilitado ao trabalho, urgência de que se ressentia a estrutura produtiva do País, contudo despolitizado. Como se vê, tal concepção de cidadão muito convinha ao modelo de educação dicotômica arquitetado por Capanema. Individualidades condutoras de um lado, trabalhadores industriais e agrícolas de outro. Portanto, por detrás de todo o utopismo aparente de Teixeira de Freitas, estava o *homem de governo*, perceptivo às necessidades de seu tempo, perseguindo as transformações sociais a partir da ótica da classe dirigente.

Pontos finais

De tudo o que tratamos neste capítulo, vale recapitularmos algumas questões e teses centrais que expusemos ao longo dele.

O chamado ideário cívico do IBGE se justificou com base na crença e na intensa propaganda veiculada pelo instituto acerca da centralidade da estatística para a elaboração de estratégias de interiorização do País, por ser o único órgão a dispor do conhecimento sobre as realidades distantes ou ausentes.

Este ideário era constituído por duas grandes redes temáticas. Uma era a remodelagem da estrutura de funcionamento de todo o serviço público, tendo por paradigma o princípio da unicidade orgânica da administração das instituições públicas, com a decorrente cooperação interadministrativa entre as esferas de governo. A outra dizia respeito à interiorização do território, ao remapeamento político-administrativo do País necessário à ruralização das zonas de povoamento e à educação das comunidades rurais com vistas a iniciarem-se no trabalho.

A redivisão territorial e a criação de consórcios municipais tinham como fito capital a dinamização da vida municipal, a correção das distorções econômicas entre os estados e a eliminação dos regionalismos, fortalecendo-se a unidade nacional. O município seria a célula administrativa e territorial básica, funcionando como agente inibidor do sentimento de pertencimento comum, o qual fragiliza o sentido de unidade nacional.

Uma vez feitas as reformas administrativa e territorial, tornava-se possível instrumentalizar as políticas de assistência social previstas pelo instituto. Tendo como

fundo comum a interiorização e a colonização dos vazios geográficos, a orientação destas políticas era predominantemente ruralista, buscando criar as condições propícias para a constituição de uma força de trabalho agrícola, através da valorização do homem rural.

A propósito do urbanismo e das políticas industrializantes é total o silêncio do ideário consagrado pelo IBGE. Nossa hipótese é que o diferencial da contribuição estatística, pela natureza do conhecimento produzido, estaria centrado nos problemas rurais, o que foi sabidamente percebido por Teixeira de Freitas. E sua bandeira pessoal, como mostra sua devoção ao ideário de Alberto Torres, prevê o desenvolvimento pela via rural, do que é sintomática sua expressão "o Brasil rural não é um feudo do Brasil urbano" (FREITAS, 1943a, p. 703). Pensar a interiorização e a questão rural traria importantes dividendos para o instituto em matéria de planejamento das políticas públicas.

Com efeito, estas políticas obedeceriam ao binômio orgânico educar/povoar. Ou seja, o esforço de educação e assistência às comunidades locais, internadas por tempo integral em grandes educandários rurais, seria acompanhado da obra de povoamento das áreas afastadas por estas mesmas comunidades, já habilitadas ao trabalho. Nesta empreitada, as forças armadas exerceriam o papel de agentes propulsor e pedagógico.

Em linhas muito gerais, atendidas estas medidas, estariam dadas as condições para a fixação do homem no campo, agora transformado em trabalhador rural, e para a correção do desequilíbrio existente entre ruralismo e urbanismo. Nestes termos, o elemento mediador da reforma era sem dúvida o município, "o maior problema do Brasil, o problema-síntese de todos os nossos problemas" (FREITAS, 1943a, p. 704). A correção do desequilíbrio entre ruralismo e urbanismo e a inversão da relação campo/cidade só se fariam por força da melhoria "da vida dos municípios integrados no sistema departamental, [...] com o que o êxodo rural se atenuaria logo" (FREITAS, 1943a, p. 711).

À guisa de conclusão, convém esclarecermos um ponto: o autoritarismo notório do ideário ibgeano. Ele é contundente e incontestável. Todavia, já o dissemos, o planejamento científico cumpria a função de idealizar sistemas nacionais nas áreas de política social, a fim de realizar o progresso material e sedimentar o caminho que levaria à discussão da democracia em termos mais confiáveis. Esta era a tarefa da qual Teixeira de Freitas e o IBGE se criam condutores, pelo menos no tocante à interiorização, obra máxima para a construção do Estado Nacional.

Neste sentido, as propostas de Teixeira gravitariam em torno das políticas do Estado Novo. Embora originais, nunca se desprenderam das matrizes oficiais que as informavam. A escolha de seu nome para o "Livro do Mérito" pelo próprio Luiz Simões Lopes, diretor do DASP, em pleno Estado Novo, dá prova da irrestrita adesão

do “funcionário público número um” às orientações da classe dirigente (PROPOSTO..., 1943, p. 667-669). Ainda assim, a perspicácia de Teixeira procurou mobilizar as forças sociais em jogo naquele momento histórico, trazendo o apoio político destes setores ao projeto ibgeano. Foi o que ele fez com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Associação Brasileira de Educação, as Forças Armadas e o simbolismo cristão, ancorado na família e no comunitarismo, o que agradava aos revisionistas católicos. É bem verdade que, ao analisarmos detidamente as suas obras, recai sobre a incorporação das Forças Armadas um oportunismo de gênio, enquanto os demais somam uma opção clara e deliberada de Teixeira, membro ativo que era da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e da Associação Brasileira de Educação, além de católico praticante.

Com tanto mais razão, o ambiente autoritário dos anos 1930–1945 era essencial para a viabilização dos mais diversos projetos nacionais concorrentes que aqui analisamos. Não seria diferente com o ideário do IBGE. O próprio princípio da cooperação interadministrativa gerava extensas polêmicas jurídicas no tocante à sua adequação aos princípios constitucionais liberais. A preservação das liberdades individuais, econômicas e políticas do Estado democrático era incompatível com a obra que se visava a empreender naqueles tempos. É o próprio Teixeira de Freitas quem se mostra extremamente insatisfeito com a constituição do novo regime, chegando mesmo a apresentar seu pedido de demissão, recusado por Macedo Soares:

> Embora a nova Carta Política não haja consagrado, de modo expresso, o princípio da cooperação intergovernamental [...] isto evidentemente não me parece bastante para modificar a situação que resulta dos ‘acordos políticos’ realizados entre União, estados e municípios. [...] peço-lhe também me permita apresentar ao Conselho a minha renúncia ao mandato de Secretário-Geral desta Casa (O IBGE..., 1947, p. 730).

Se Teixeira de Freitas foi, como cremos, o grande mentor intelectual do ideário ibgeano, isto não pode absolutamente nos incitar a acreditar que se tratava de mero diletantismo. Ainda que formulado por Teixeira de Freitas, **Problemas de base do Brasil** é um anexo a uma resolução votada e aprovada em assembléia do conselho. Também rejeitamos a hipótese de que a ascendência de Teixeira sobre o conselho era irrestrita, a ponto de ela reproduzir sua vontade pessoal. Ora, o conselho era composto por políticos e homens de ação que tinham ou viriam a ter alguma proeminência. É o caso, por exemplo, de Heitor Bracet, diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e presidente interino do IBGE no período em que Macedo Soares esteve impedido em função de sua investidura na Interventoria de São Paulo, de novembro de 1945 a março de 1946, quando completou-se a constitucionalização daquele estado e a transição democrática. Ou, ainda, de Rafael Xavier, diretor de Divisão do DASP, de 1938 a 1942, fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Municípios e futuro presidente do IBGE, de fevereiro a novembro de 1961. O consenso atingido refletia antes do mais a existência de um

canal de comunicação e de um espaço de negociação entre o instituto e as maiores autoridades do governo que, se não referendavam as ações políticas sugeridas, ao menos lhes emprestavam ouvidos atentos.

Enfim, a história que ora contamos está há muito encerrada. Não é de estranhar a provável surpresa que tantos teriam ao se deparar com vários dos aspectos que aqui enumeramos. Trata-se de um tempo longínquo, em que o fazer estatístico, mais do que contar, analisar e planejar, não se podia excluir à tarefa de transformar a realidade que os números expressam, por meio do envolvimento direto na elaboração de políticas públicas.

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Os primeiros vices Heitor Bracet e Rubem Porto**, por Marco Santos.

Críticas internas: sombras e luzes (c.1951 - c.1956)

PARTE 2

Crise no IBGE (I): Lourival Câmara inspira Polli Coelho, que fala demais, e no lugar errado; as chefias reagem indignadas

Capítulo 12



Djalma Polli Coelho, [s.d.].

Ao término do Governo *Eurico Dutra* (em janeiro de 1951), *Macedo Soares* decide retirar-se da presidência do IBGE, que ocupava desde 1936. Surgem pessoas interessadas, entre as quais o Gen. *Polli Coelho*, membro do Conselho Nacional de Geografia, em nome do Serviço Geográfico do Exército. Articula com afinco seu nome, e tem o apoio de *Ademar de Barros*, cujo partido apoiara a eleição de *Getúlio Vargas*, em sua volta ao poder. Seu nome, contudo, não é bem visto pelos quadros ibgeanos, sobretudo os do Conselho Nacional de Estatística, que fazem gestões contrárias.

Um grupo de ibgeanos notáveis, à frente *Waldemar Lopes*, *Rafael Xavier*, *Heitor Bracet*, e outros, pedem ajuda a *Simões Lopes*, para, junto a *Vargas*, que então escolhia seus auxiliares, torpedear o general. Fica claro, muito de pronto, das conversas mantidas, que apenas *Teixeira de Freitas* seria nome bastante para mover *Getúlio Vargas* contra o pleito do general. Então, empenham-se em convencer *Teixeira de Freitas*, que, no entanto, para surpresa dos envolvidos, recusa a indicação, entendendo que o nome de *Polli Coelho* seria um passo na junção do "E" e do "G"; enfim, por que não um homem da geografia na presidência?[306]

Polli Coelho assume

Polli Coelho é nomeado pelo Presidente da República. Em maio de 1951, o Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, dá-lhe posse formal; para logo depois receber o cargo das mãos de *Rubens Porto*, há três meses, então, no exercício da presidência, na ausência de *Macedo Soares*. No seu breve discurso, afirma: "Se no Conselho Nacional de Geografia contei com a colaboração de um digno e ilustre compatriota, Virgílio Corrêa Filho, no Conselho de Estatística, encontrei o extraordinário devotamento e as peregrinas qualidades de Waldemar Lopes" (INSTITUTO..., 1951, p. 244).

Em seguida discursa, com evidente vaidade e orgulho, e, sem mais delongas, valeria perguntar se não já com visões equivocadas, se não mesmo preconceitos. E, não fora militar, começa vendo o IBGE como uma "organização de interesse militar", que é uma maneira perigosa de caracterizá-lo, afirmando que cuidaria de estreitar os vínculos dos conselhos com os estados-maiores militares. Nessa toada, pouco adiante,

[306] Ouvimos essa história do convite a Teixeira de Freitas de um dos envolvidos na articulação, Waldemar Lopes, lúcido e gentil, no alto dos seus 95 anos.

revela sua filiação ao positivismo, dizendo que trazia ao IBGE o lema da nossa bandeira, a que nomeia de precioso, "ordem e progresso":

> Ordem, para o IBGE, deverá significar planejamento, programa, método, técnica, estudo, assiduidade, pontualidade, hierarquia, disciplina, economia, objetividade nos trabalhos, combate ao incompletismo e outras coisas semelhantes.
>
> Progresso, para o IBGE, deverá significar aprimoramento de nossos conhecimentos, aumento contínuo de nossa produção, auxílio constante dos que sabem mais aos que sabem menos, imitação judiciosa dos bons modelos estrangeiros, mas somente no que eles possam servir aos nossos interesses.
>
> Posso, portanto, resumindo, dizer-vos que venho para servir, para conservar melhorando e, sobretudo, para promover o progresso, pelo desenvolvimento natural da ordem (INSTITUTO..., 1951, p. 245).

Aos ouvintes, ouvidos atentos, talvez tensos, apressa-se em garantir que não vinha para "destruir seja lá o que for", que, antes, vinha para "conservar aquilo que deve ser conservado e para melhorar aquilo que merece ser melhorado", e garante, não sem cuidadosa ponderação: "as modificações que tiverem de ser feitas sê-lo-ão depois de estudos convenientes, ouvidos os órgãos competentes para opinar" (INSTITUTO..., 1951, p. 245). Diante disso, terão ficado aliviados os ouvintes? Talvez sim, mas sem abrir a guarda, e não sem atenta vigilância, a começar das advertências (já presentes nos subterrâneos ou somente premonitórias) de *Teixeira de Freitas* na ocasião.

Teixeira de Freitas, ao discursar como presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, exalta a figura de *Macedo Soares* como um padrão de gestor; que se lhe tomasse a atuação como modelo. E acha que *Polli Coelho* saberia e poderia tornar-se um "seguro timoneiro, que assegurará às suas atividades todas as condições de vitória". E lhe enumera as conquistas institucionais, sobremodo lembrando o ideário cívico, por assim dizer, uma síntese da atuação do IBGE em prol do Brasil, por certo um sucesso na recepção da sociedade brasileira inteligente. Mas, como ignorar?, havia não poucos e difíceis problemas institucionais a equacionar e a solucionar, ao que, por oportuno àquele instante inaugural, advertia ao presidente empossado:

> Todavia, Senhor Presidente, não afirmaremos a V. Exª que a tarefa lhe seja simples, fácil ou tranqüila. Não lhe diremos que conquistou um leito de rosas. Bem ao contrário. Ser-lhe-á, este, um posto de lutas, um "alto comando" que lhe exigirá as mais ágeis iniciativas e manobras, a par de impávidas resistências e uma serena habilidade, suma prudência e incansável cuidado no afastar as dificuldades, tanto internas como externas, que se lhe depararão dia-por-dia, – que digo? – hora-por-hora. Porque há muitas "pedras no caminho"... E não faltarão pedras que lhe sejam jogadas. Nem armadilhas perigosas a dominar. Certamente V. Exª, homem experiente a serviço do bem público, conhece bem nossas condições sociais e políticas e não terá ilusões a esse respeito. As vicissitudes das realizações em que o Instituto está empenhado, as novas condições da ambiência social que ele é obrigado a levar em conta, a prática em linha reta dos princípios em que se deve apoiar para não trair a sua missão, a urgência das realizações cada vez maiores e mais difíceis que lhe são exigidas, fazem "desta hora", para o Instituto, para a Geografia e a Estatística do Brasil, uma hora crucial. Não tardará que V. Exª verifique, pela sua própria observação, a lealdade desta advertência. [...] Não há, afirmo que não há, cores sombrias, que possam causar apreensões ou maus presságios. Ao contrário, tudo aqui concitará



O ministro da Justiça Francisco Negrão de Lima assina o termo de posse de Polli Coelho como novo presidente do IBGE.

> a sua bravura cívica, o seu idealismo e as iniciativas corajosas do seu senso prático, para uma obra que é das mais belas, mais fecundas e mais úteis, a cuja realização um homem devotado ao bem da Pátria possa ser convocado. Essa será a grande batalha, a batalha vitoriosa dirigida por V. Exª. Em verdade a primeira que será ganha incruentamente, apenas com as forças da inteligência e do coração, construindo em vez de destruir, criando a "ordem" para despear o "progresso", por um "general técnico" das Forças Armadas do Brasil. Bem vejo quanto este pensamento será grato a um espírito familiarizado com a doutrina altruísta de Augusto Comte, como o é V. Exª. (INSTITUTO..., 1951, P. 246-249, grifo nosso).

Teixeira de Freitas é longo e firme. Enuncia os princípios que regia a obra, e o faz com maestria, não fora seu criador; enumera suas realizações, mas sem escamotear os problemas, e oferece soluções. Seu espírito estaria aberto à ajuda, por si, e pelas funções que ocupava, máxime a presidência da Sociedade Brasileira de Estatística. Bem assim, tinha certeza, muitos outros nomes estariam disponíveis, engajados na fixação, sempre renovada, daquela instituição primordial aos brasileiros. Que houvesse a semeadora, para haver os frutos, pois fértil era o terreno, e dispostos os coletores. Mas, e logo se veria, a mão naquele momento estendida com incrível bonomia, seria recusada, e sendo aceita a dos desafetos, com a tentação de recriação da roda...

Naquele mesmo mês, a 29 de maio, *Polli Coelho* presidiria os festejos dos 15 anos do IBGE. Faz um discurso comedido, reportando ao discurso de *Teixeira de Freitas* na sua posse, ao se dizer atento aos perigos por ele advertido. À noite, em Niterói, em festa já aludida em capítulo anterior, *Teixeira de Freitas* seria orador isolado, quando refere-se ao presidente como uma "grande figura de estadista e cientista". O namoro parecia sólido, mas logo estaria desfeito.

O CNE em dezembro de 1951, segundo Waldemar Lopes

Polli Coelho, ao assumir, confirmara[307] *Waldemar Lopes* na Secretaria-geral do Conselho Nacional de Estatística. Ao fim de 1951, ele faz um balanço das atividade realizadas. A situação era bastante desfavorável, com uma enorme "escassez dos recursos financeiros", com uma forte queda dos "salários dos servidores", com uma grande evasão de quadros, em especial nas agências municipais de estatística. A obra, não obstante as dificuldades, ia sendo realizada "com pertinácia e dedicação", e para sopesar essa afirmação, importava ter clareza da funções cometidas à Secretaria-geral:

> ... a atuação da Secretaria-geral tem de ser apreciada sem que se perca de vista o exato sentido de suas funções, não como órgão elaborador de estatísticas – que na verdade não o é, senão supletivamente, em determinadas circunstâncias –, mas sobretudo, como órgão auxiliar e, de certo modo, coordenador das atividades a cargo de numerosos outros setores de trabalho do Conselho. Nessas condições, a sua atuação tem de exercer-se com inteiro resguardo dos respectivos campos de atribuições e competências, dentro das diretrizes convencionais em que se baseia a organização estatística brasileira. Assim, o aprimoramento dos resultados obtidos – quer no plano técnico, quer no plano administrativo, mas principalmente no primeiro – há de ser uma decorrência natural da constante melhoria de todos os fatores que interferem nesses resultados. É de notar, ainda, que, dentre esses fatores, muitos há que transcendem inteiramente da órbita de atuação dos órgãos estatísticos, considerados em sua eficiência intrínseca, pois se relacionam diretamente com as condições gerais do País, os elementos de organização de suas atividades públicas e privadas, o nível cultural de suas populações, a receptividade do meio informante (LOPES, 1951, p. 4, grifo nosso).

Parágrafo curioso! Em tese, nada de novo oferece. Mas está lá; por quê? Teria um caráter de defesa prévia? Não, por certo não, por não se coadunar com o espírito do autor. Teria um caráter educativo espontâneo, a um dirigente ainda iniciante? Talvez, mas, para tanto bastaria um *tête-à-tête*, dispensando fazer-se registros num relatório. Teria um caráter de resposta a acusações explícitas ou insidiosas, digamos, de omissões, de não realizações, ou de incompetência? Talvez, e isso daria uma visão dos meses iniciais da nova gestão. Qual seja a razão, *Waldemar Lopes* já há oito meses convivia (mal convivia?, já estariam atritando?) com o novo presidente, e já lhe sabia o caráter.

Seu balanço é minucioso, tendo início pelo Serviço Nacional de Recenseamento, afinal, um censo (1950) estava sendo feito. Seu otimismo é evidente, quanto ao conteúdo, e quanto aos prazos; ou seja, estava frisando (e isso será mais tarde, ao longo da crise, muito realçado), que o que viera da gestão anterior, de *Macedo Soares*, era sólido, e que daria bons frutos. Esses frutos seriam méritos (era dito com todas as letras) de duas gestões, a que iniciara a atividade, e o fizera com cuidado, e a que lhe desse prosseguimento (no caso, então, a gestão *Polli Coelho*). O balanço do estado dos censos era o melhor possível; e lhe damos a palavra:

> Embora a publicação de resultados parciais do Censo Demográfico, por áreas menores, tivesse sido feita a partir da segunda quinzena de julho de 1950,

[307] Vinha respondendo pela Secretaria-geral desde fevereiro de 1951, quando saíra o titular Rafael Xavier (na função desde a saída de Teixeira de Freitas, em agosto de 1939). Em maio de 1951 é confirmado, e lá ficaria até janeiro de 1952, quando eclode a crise.



Teixeira de Freitas, Rubens Porto, Polli Coelho e João Carlos Vidal, (na posse de Polli Coelho).

somente foi possível a primeira divulgação de totais, para todo o Brasil, a 19 de março do corrente ano [1951]. Essa ocorrência, entretanto, dada a extensão do território brasileiro e a precariedade, em alguns casos, dos meios de transporte, tem particular significação, sobretudo se consideramos que, a 6 de abril, ou seja, após nove meses da data de referência, já se iniciava a distribuição da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, apresentando resultados por Unidades Federadas, Municípios, Cidades e Vilas, em volume impresso, com a tiragem de 25.000 exemplares (LOPES, 1951, p. 10).

Afora a divulgação de resultados estatísticos, já iniciada com o demográfico, e em curso gráfico para o industrial, começara a ser divulgada as quatro séries de "Documentos censitários" (de valor inestimável). E também, em formato jornalístico, "comunicados e reportagens" (não fora *Waldemar Lopes* um jornalista renomado). Em suma, o presente sucedia ao futuro, nada tivera começo no presente; então, que *Polli Coelho* tivesse cuidado ao se pavonear das conquistas censitárias.

Depois, vem a notícia da redução do quadro de pessoal, passando de 4 072, em 31 de dezembro de 1950, para 3 754, em 10 de dezembro daquele ano. Essa situação, na conta de decisões federais, é lamentada por prejudicar o andamento dos trabalhos. Trata, em seguida, do Palácio do Silogeu Brasileiro, não tendo obtido sucesso nas negociações com o Prefeito do Distrito Federal, quanto à entrega do terreno ao IBGE. Dá especial atenção à questão da quota de estatística, de grande interesse institucional, por razões óbvias. Não mede elogios ao serviço de estudo e planificação, ao de inquéritos, ao de coleta no Distrito Federal, ao de sistematização, ao de estatística militar, ao de divulgação (neste caso dando ênfase à edição de livros sobre métodos estatísticos). Também aos trabalhos do serviço de documentação e informações estatísticas, ao de biblioteca e intercâmbio (a que dava atenção pessoal especial), e também ao Laboratório de Estatística, com sua vasta produção analítica, tendo ainda *Giorgio Mortara* na sua direção máxima. Trata do serviço gráfico, da inspetoria geral, e das inspetorias regionais, bem assim das agências de estatística. Por fim, disserta sobre a cooperação internacional, a que associava relevância (com destaque para o Seminário de Apuração Mecânica[308], da qual falamos anteriormente).

Lourival Câmara faz um "exame crítico da estatística brasileira"

Um mês antes do relatório de *Waldemar Lopes*, *Lourival Câmara* divulga seu relatório chamado "Exame crítico da estatística brasileira", com a data de novembro

[308] E que foi coordenado por Valdecir Lopes, por mero acaso, seu irmão, já que era funcionário de carreira, com vida própria de grande destaque.



Almoço de confraternização nas dependências do Serviço Gráfico, em Parada de Lucas, RJ, comemorativo da posse de Polli Coelho. Aparece ainda Waldemar Lopes, secretário-geral (segundo, da dir. para esq.).

de 1951: “o que aí está, é um esforço pessoal, e é o fruto de um mês, apenas, e labor”, em resposta ao encargo recebido da direção superior do Instituto. Já no prefácio polemiza, pulando na jugular dos seus colegas: “ficou-nos a convicção de que esta magnífica obra nacional [o IBGE] se acha seriamente comprometida no seu rendimento, porque a improvisação, ao invés de solução técnica, tem acompanhado o tratamento de problemas oferecidos à entidade”. Os ibgeanos antigos e briosos, por certo, não gostaram daquele ataque, e menos ainda do que viria nas páginas seguintes.

O relatório tem por estrutura dois grandes capítulos: I Exame de uma situação e II Solução de um problema. O primeiro capítulo tem oito seções, a saber: 1) História rápida; 2) Entraves à ação; 3) Incômodas realidades; 4) Afastamento às legítimas finalidades; 5) Ausência de estatísticas essenciais e excesso de estatísticas secundárias; 6) Estatísticas caras, atrasadas e de duvidosa precisão; 7) Deficiência dos quadros técnicos; e 8) Excessiva burocratização. O segundo capítulo tem dez seções, a saber: 1) Produção de boas estatísticas; 2) Plano de pesquisas; 3) Projeto de estrutura; 4) Problema de ‘melhor gente’; 5) Formação de pessoal; 6) Categorias de pessoal; 7) Cursos; 8) Carreiras estatísticas; 9) Novos métodos de trabalho; e 10) Palavras finais. Bem escrito, é duro, e o é sem ternura...

Para fins de dar valor a criação do IBGE, faz uma rápida incursão pelo passado estatístico brasileiro. E o faz realçando a inexistência de profissionais especializados, melhor dizendo, de Estatísticos, que seriam os depositários (garantidores) da qualidade na atividade estatística. E, mais ainda, dá sua visão técnica dos elementos avaliadores da eficiência da atividade estatística: menor custo, maior precisão, menor tempo; o que diz não haver nas estatísticas brasileiras, feitas no IBGE, e as dirá caras, atrasadas e de precisão duvidosa. Isso, se dito no espaço interno, seria polêmico,

e, naturalmente, recebido com reticências, mas, se bem debatido, se ajustado nos propósitos, talvez viesse a ser aceito, e mesmo assimilado; contudo, vale notar, *Polli Coelho* o repetiu a espaços externos, através da imprensa; aí, tudo desandou, e a crise se formou.

O IBGE, fundado no princípio da cooperação interadministrativa (das três esferas políticas: federal, estadual e municipal), recebeu, desde o início, inegável simpatia, e irrestrita consideração das autoridades. Cabia-lhe realizar um propósito único, talvez, qual seja, dar ao Brasil estatísticas de qualidade, confiáveis, de modo contínuo e sistemático; o faria através de diuturna coordenação, quase nunca como produtor. Isso dito, pergunta: teria cumprido esse propósito? E, é claro, a seu juízo, diz que não, que não o teria cumprido; e diz assim, com curiosa exaltação a *Teixeira de Freitas*, valorizando-lhe, entretanto, no que queria mudar:

> Quando, hoje, se inventariam as realizações do Instituto – e se tem conhecimento da maneira por que elas se concretizaram – sente-se que o idealismo, mais do que a técnica, é responsável pelos inquéritos lançados, pelas apurações efetuadas, pela divulgação de resultados. Houve, nessa empreitada, muito esforço, muito entusiasmo, muito sacrifício, muita abnegação, muito devotamento, permanecendo invariavelmente à frente das ações – com a maior carga nas canseiras e sacrifícios, e com a maior porção nos devotamentos e nas abnegações – a figura ímpar de Mário Augusto Teixeira de Freitas (CÂMARA, 1951, p. 3, grifo nosso).

Ou seja, *Teixeira de Freitas* era um devotado, um idealista, um grande criador, de uma obra grande, mas a obra criada, por carecer de essência técnica, não estaria conseguido concretizar ao propósito da criação: “Seria niilismo dizer que o Instituto nada fez nesses anos. E somente Pangloss afirmaria que se fez muito, e muito bem. Fez-se muito, em verdade, mas não muito bem” (CÂMARA, 1951, p. 4). Por quais razões? E ele responde, por “incômodas realidades”, das quais passa a tratar (e que são as seções seguintes do primeiro capítulo).

O IBGE, desde cedo, teria se afastado das suas legítimas finalidades: “desviou-se de sua rota legal e natural, a fim de, com desgaste de energias e exorbitância de atribuições, demorar-se em áreas alheias à sua competência e não correlacionadas, por qualquer forma, à Estatística”, ou seja, “questões filológicas, problemas de organização política, situações de justiça social, peculiaridades folclóricas”, em poucas palavras (que não usa, aliás), o ideário cívico do IBGE. *Teixeira de Freitas* terá ficado chocado, terá se sentido agredido em sua acepção cultural (ou seria social?) da atividade estatística.

> “A César o que é de César” é, antes de tudo, uma fórmula de sabedoria. E um instituto de estatística, como o nosso, com tantas responsabilidades na vida do Brasil, não pode, nem deve, contribuir a prol dum pandemônio nacional, onde todos e cada um falem sobre todos e sobre tudo. Não haveria erro na afirmação de o Instituto, desde 1936, se tem preocupado seriamente com problemas ou questões alheias à razão de sua existência (CÂMARA, 1951, p. 5, grifo nosso).

Para garantir sua afirmação, não fora um estatístico, levanta alguns números, analisando as resoluções emanadas das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística. Das 510 resoluções emanadas no período 1936-1951, 202 teriam

interesse estatístico (170, parcialmente; e 32 apenas, totalmente), e 308 não teriam nenhum interesse estatístico; e não pára, mexendo na ferida que abrira:

> Dentre as resoluções em qualquer interesse para a técnica estatística, incluem-se as que dizem respeito aos mais variados assuntos, como adoção do esperanto, construção do Palácio da Cultura, política brasileira de assistência social, colônias militares, ideário de reorganização nacional, batismo cultural de cidades, encíclica *Rerum Novarum*, rotas aéreas, ortografia acadêmica, política e problemas educacionais, movimento municipalista, diretrizes de amparo à família, multiplicação e interiorização de centros metropolitanos, rodovia Transbrasiliana, associações rurais, rede meteorológica nacional, calendário gregoriano, transferência da capital da República, criação de colônias-escola, congressos de história, centros agropecuários, arrecadação fiscal, folclore, etc.
>
> Assuntos sociais, políticos, financeiros, filosóficos, rodoviários, filológicos foram estudados, expostos, discutidos, invariavelmente com brilho e entusiasmo. Não deveria o Instituto, entretanto, tê-los feitos por quê: a) falta à entidade amparo legal para pronunciar-se sobre matéria estranha à técnica estatística; b) o tratamento dado àqueles estudos não se coaduna aos princípios rígidos da análise estatística. Um órgão de técnica estatística, quando estuda um fenômeno social, ou econômico, ou de qualquer outra natureza, fá-lo com base em metodologia estatística. As inferências porventura extraídas têm de apresentar fundamentos matemáticos bem definidos; c) não nos achamos, ainda, habilitados a efetuar análises estatísticas, interpretadas essas no seu verdadeiro conteúdo técnico (CÂMARA, 1951, p. 6-7).[309]

A essa altura do relatório, em sete de quase 90 páginas, já não restava pedra-sobre-pedra no edifício ibgeano, melhor, no sistema estatístico brasileiro. Mas, não para, e segue célere no desmonte, agora voltando as baterias para o programa estatístico, o chamado "esquema fundamental" da estatística brasileira, que diz, sem peias nem ameias, vir do Século XIX. E trás a figura do usuário, mais que isso, trás a idéia de uma demanda nacional, a partir de uma percepção dos problemas brasileiros.

> É bem feito e é valioso o "esquema fundamental" da Estatística Brasileira. Ninguém negaria a sua importância, nem o valor dos levantamentos efetuados com base nele. O que se nega, sim, é a atribuição de igual utilidade a todos os inquéritos que ele inclui à vista das condições nacionais. Se o Instituto estivesse habilitado a produzir estatísticas básicas – sempre com o baixo custo, máxima precisão e suficiente atualidade – indispensáveis à compreensão, explicação e previsão da dinâmica econômica e da realidade social, e, ao mesmo tempo, – sob a inspiração da mesma trilogia e sem sacrifício daquelas – capacitado a dar ao Brasil as demais estatísticas, também importantes, mas sem a importância das primeiras, – teria a entidade realizado obra de relevância indiscutível.
>
> Não se compreende, entretanto, sejam estatísticas básicas, essenciais, postas à margem, em benefício de outras que não têm ponderável participação na diagnose da crise brasileira. O Instituto, porém, tem agido de maneira oposta a esse pensamento. Não se dispõe de estatísticas sobre nascimentos, óbitos, casamentos, migrações, alimentação, habitação, vestuário, produção industrial, mão-de-obra, condições de trabalho, salários, produtividade, preços, emprego e desemprego, consumo, distribuição, renda nacional, disponibilidades de utilidades econômicas, etc., etc.,

[309] Entre as resoluções "impróprias" ao Instituto, segundo esta rigorosa (e estreita) concepção, estaria, e talvez Lourival Câmara não se desse conta disso, a de nº 388, de 21 de julho de 1948, que reproduziu duas monografias de Polli Coelho, a saber: "Espigão mestre do Brasil e conceito geopolítico do Planalto Central" e "Nova capital federal, considerações gerais sobre as bases para seu planejamento e execução"; a de nº 479, de 10 de setembro de 1951, que reproduz discurso de Polli Coelho em Minas Gerais, apoiado no documento "Problemas de base do Brasil"; e a de nº 511, de 12 de setembro de 1951, que reproduz discurso de Polli Colho na Sociedade Brasileira de Estatística (sob a presidência de Teixeira de Freitas).

> essencialmente importantes ao conhecimento da vida brasileira. Há, porém, minuciosas estatísticas sobre bosque e parques públicos, cemitérios, pavimentação e ajardinamento de logradouros públicos, balneários, museus, monumentos históricos e artísticos, teatros e cinemas, livrarias, tipografias, objetivos de turismo, congregações e festividades religiosas, casas de jogo, bombas de gasolina, loterias e outras mais (CÂMARA, 1951, p. 8-9, grifo nosso).

Essas estatísticas, sentencia, "são de somenos importância ao estudo ou solução de problemas econômicos e sociais" (CÂMARA, 1951, p. 9). Seria perfeito esse diagnóstico, se dois aspectos fossem realidade: primeiro, o de se saber quais eram, então, os problemas brasileiros; segundo, o de se saber, com os devidos conceitos, produzir-se as estatísticas entendidas como importantes, por certo, as econômicas. Em ambos as situações, estava-se distante do controle a situação; o primeiro aspecto só se tornaria realidade sob a noção de planejamento, como forma de chegar-se ao desenvolvimento econômico e social; o segundo aspecto só se tornaria realidade com a maturidade operacional das variáveis econômicas, no contexto do planejamento; só aí a 15 ou 20 anos. De todo modo, valia a critica do excesso e da escassez.

E segue na máxima catilinária, ao dizer serem caras, atrasadas e de precisão duvidosa as estatísticas brasileiras. Era um tiro no coração, já não mais um pulo animal na jugular do sistema. O atraso seria tal que as estatísticas brasileiras estariam postas em museu; e não haveria mistério tão grande quanto aos custos das pesquisas, mas seria claro serem elevados, dado que cobriam os municípios, e sempre em caráter censitário. Eis, então, o ponto fraco, o haver censos o tempo todo, para todo tema; e advoga a utilização da amostragem que produziria "resultados baratos, atuais e fidedignos" (CÂMARA, 1951, p. 14). E, de novo sendo um estatístico, levanta números incríveis, pesquisa a pesquisa: quesitos indagados x quesitos apurados, concluindo ser baixíssimo o aproveitamento; então, até por isso, os custos seriam elevados. "Montou-se u'a máquina bem cara, não há dúvida", conclui (CÂMARA, 1951, p. 24).

Considera a estrutura municipal das agências por demais custosa; não sendo possível oferecer aos agentes a correta e necessária assistência, com efeito deletério na qualidade dos resultados. Outra unidade que analisa é o Laboratório de Estatística que, curiosamente, entende como prematuro, ou seja, "o carro adiante dos bois", pela falta de "pessoal altamente selecionado" para fazer "análise estatística" (a menos, é claro, de *Giorgio Mortara*, mas que seria um caso isolado). A seu juízo, melhor teria sido investir na formação de um "gabinete de pesquisa, ao qual incumbiria cuidar da produção de estatísticas melhores, mais baratas e mais oportunas" (CÂMARA, 1951, p. 26). Enfim, o quadro técnico, seja no campo, seja no gabinete, teria formação insuficiente, se não mesmo inadequada: "todos sabemos que apenas insignificante fração das pessoas que, hoje em dia, integram a carreira de estatísticos, na função pública, no Brasil, resistiria a uma prova elementar de estatística" (CÂMARA, 1951, p. 38).

Passemos ao segundo capítulo.

Defende uma segunda Convenção Nacional de Estatística, para se rever o sistema estatístico; e ao IBGE sugere um projeto de estrutura, cujo fator chave seria o Departamento ou Divisão Técnica (um Gabinete de Pesquisas e um Laboratório de

Análises; afora sete serviços técnicos). Quer a revisão completa do programa estatístico, advogando uma comissão para esse fim, com *Milton da Silva Rodrigues*, *Lauro Sodré Viveiros de Castro*, *Octávio Alexander de Moraes*, entre outros. E pensa a formação dos estatísticos, como proposto pelos organismos internacionais especializados[310] (que vimos no sétimo capítulo deste volume); e, nessa linha, delineia a futura Escola Brasileira de Estatística (logo Escola Nacional de Ciências Estatísticas):



Lourival Câmara, [s.d.].

> Não podemos, aqui no Brasil [...] deixar a cargo das universidades a formação de estatísticos. Será de toda a utilidade, é inegável, que elas também se preocupem com o problema, e procurem dar-lhe a melhor solução, em consonância com o Conselho Nacional de Estatística. Não é possível, porém esperar que elas se decidam a fazê-lo. [...] Achamos que a responsabilidade dessa formação deva ser atribuída ao próprio Conselho Nacional de Estatística [...] [que] formaria não apenas o pessoal técnico de que necessita, mas, também, estatísticos necessários aos serviços públicos da União, dos Estados, dos Municípios, do comércio, da indústria, dos órgãos de pesquisa, de todos quantos, enfim, precisam de pessoal tecnicamente bem formado. Realizaria o Conselho obra nacional de maior utilidade (CÂMARA, 1951, p. 50-51, grifo nosso).

Dados os cursos, na linha do IASI, trata de pensar sua operação, tendo especial atenção aos custos. O corpo docente seria formado por notáveis, como *Jessé Montello*, *Oscar Porto Carreiro*, *Rio Nogueira*, *Giorgio Mortara*, *Lyra Madeira*, *Jorge Kingston*, e outros. E, para bem expressar sua autoridade, diz que, no Departamento Estadual de Estatística, de Santa Catarina, que dirigiu antes de entrar no IBGE, havia criado e mantido "uma organização permanente de cursos" (CÂMARA, 1951, p. 70). Além de formar quadros, pensa nos velhos quadros: "em relação a essa pessoa, três remédios legais podem ser prescritos: a) recuperação, b) readaptação, c) exoneração" (CÂMARA, 1951, p. 75). E trata do plano de carreira, sempre realçando a formação.

Desse relatório, de bom fica a idéia da Escola, vinculada ao Conselho Nacional de Estatística, de mal fica a crise desencadeada, e que faria uma ruptura institucional delicadíssima, a se arrastar por alguns anos. Não foi ele que a desencadeou, embora tenha dado seus elementos; quem o fez foi *Polli Coelho* que falou demais, e no lugar errado. Ao secundar *Lourival Câmara*, falando à imprensa, poria em risco um órgão que havia angariado respeitabilidade, e que, ao ser posto nas "páginas policiais", por assim dizer, viu-se ameaçado em sua existência. Felizmente, *Teixeira de Freitas* ainda

[310] Nas páginas 53 a 67, transcreve a Resolução 23 da "primeira sessão do Instituto Interamericano de Estatístico, reunida na cidade de Washington, DC, de 6 a 18 de setembro de 1947".

vivia e, apoiado por amigos e seguidores, como *Waldemar Lopes*, pode reagir à altura, e reverter o desastre iminente. Passemos adiante, com atenção.

Polli Coelho tropeça nas páginas dos jornais

Polli Coelho, vaidoso e orgulhoso, sorridente aos holofotes, querendo deixar uma marca, era, como na peça de *Luigi Pirandello*, um personagem à procura de um autor. E *Lourival Câmara* seria seu autor; decora o texto, mas sem o digerir a contento, e o repete sem reflexão. Provoca uma tempestade sem precedente na Instituição, ao dizer aos jornais: "nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão"; provoca uma tempestade, e na enxurrada seria levado de roldão, para gáudio dos ibgeanos indignados, que reagiram de imediato e em grande estilo. Eis, enfim, a história, patética pelo grotesco, não fosse sobretudo dramática.

O *Correio da Manhã*, jornal carioca de prestígio, próximo ao Natal de 1951, estampou uma matéria de crítica às estatísticas brasileiras, "Um relógio atrasado" (um *suelto*, ou nota solta, como então se dizia)[311]. Eis sua íntegra:

> Um relógio atrasado
>
> Em todo o viver dos Estados modernos, a estatística é o grande relógio, o grande termômetro, o grande regulador das atividades importantes. A produção em série, o fabrico em alta escala, nos grandes empreendimentos financeiros, se baseiam na estatística *pari passu*, acompanhando-a, ouvindo-a, tornando dependente dela o seu êxito ou a sua eficiência.
>
> Entre nós, por causa da estatística e para a estatística, nomearam-se cardumes de funcionários, gastaram-lhe milhões em aparelhamento, instalaram-se serviços e repartições; nada se poupa – senão a própria estatística...
>
> Quem quiser saber o que acontece nesse ramo e procurar, em fins de 1951, o Anuário – encontra-o, muito bem feito; é publicação do IBGE, feita pelo Conselho Nacional de Estatística. Simplesmente, é de 1948. Temos de governar-nos pelo que aconteceu há três anos – pressupondo ou advinhando o resto. Temos de adicionar, à estatística, doses generosas de imaginação.
>
> Chegaremos a tempo e horas onde deveremos chegar, não perderemos o bonde nem o trem, andando assim, por esse mundo em febre, com o pulso enfeitado por um relógio de platina, tão extraordinariamente atrasado?
>
> Se Deus não fosse brasileiro, o pessoal duvidava. Mas como é – talvez cheguemos (A CRISE..., 1952, p. 14).

Matéria leviana, caluniosa, mal escrita, que até poderia ser deixada ao limbo da história, mas não custava responder, explicando suas desinformações.[312] E *Polli Coelho* responde, só que responde concordando, e aprofundando as acusações recebidas. Vejamos sua resposta, na íntegra, e nela será fácil identificar a influência do relatório

[311] Segundo depoimento de Waldemar Lopes, à Memória Institucional, em 13 de dezembro de 2004, o autor dessa matéria foi Otto Maria Carpeaux.

[312] Ainda naquele depoimento, Waldemar Lopes afirma ter enviado ao articulista, que diz ser Otto Maria Carpeaux, volumosas publicações, mostrando-lhe que nada estava parado no ano de 1948, como dizia, mas, ao contrário já havia dados de 1949 e 1950, e até mesmo de 1951.

de *Lourival Câmara*, ao menos do relatório, mas sendo possível sugerir atuação na própria redação da resposta (tendo em vista o estilo):

> Senhor Redator:
>
> Sob o título "Um relógio atrasado", o vosso jornal publicou ontem um *suelto* referente ao IBGE. Como Presidente desse Instituto, desejo e peço seja publicado o meu ligeiro comentário que segue.
>
> Reconheço o atraso com que estão sendo publicados os resultados do Censo Nacional de 1940. Acho também que a publicação, em 1951, de estatísticas que trazem a data de 1940, é irregular. Mas é preciso reconhecer que uma grande série de volumes, como os que contêm os censos desse último ano e que são o resultado de um ingente esforço, não parecia aparecer com muita rapidez num país onde a regra é o atraso, a demora e o incompletismo. Asseguro-vos que tal irregularidade não se reproduzirá em relação ao Censo de 1950, cujos resultados já estão sendo divulgados.
>
> Nenhuma responsabilidade me cabendo por esse atraso, pois assumi a Presidência do Instituto em maio deste ano, estou à vontade tanto para defender, no que é defensável, a ação do pessoal do Instituto, como <u>para reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão</u>.
>
> Tendo verificado pessoalmente essas circunstâncias, estou já iniciando providências destinadas a corrigir os males existentes.
>
> Mas não faço nada atabalhoadamente e nem condeno tudo o que foi feito. Nos dois censos nacionais e nas 15 campanhas estatísticas que o IBGE já realizou, alcançamos uma boa base. Queremos agora partir dessa base para um ataque mais técnico e mais moderno do nosso problema estatístico. Contamos para isso com elemento humano de primeira ordem, dentro e fora das fileiras do IBGE, de modo que esperamos poder rapidamente "acertar o relógio" da estatística nacional.
>
> Sou obrigado, pelo que fica dito, a pedir ao "Correio da Manhã" que tenha a paciência de esperar um pouco, aguardando a modernização de um órgão, o IBGE, que já fez muita coisa, embora esteja necessitando de uma reforma radical, que julgo poder breve levar a efeito.
>
> Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta.
>
> Atenciosos cumprimentos.
>
> General Djalma Polli Coelho, Presidente (COELHO, 1952, p. 3, grifo nosso).

Mais lenha na fogueira... Quem tivesse um presidente (amigo) como ele, não precisava de detratores... Ele era suficiente, denegrindo a instituição...

A quem, enfim, interessava provocar esse furacão? Estaria querendo, com essa via, calar eventuais resistentes, mover eventuais reticentes, no cotidiano institucional? Mas, em sendo preciso intentá-lo, por que não convocou uma Assembléia Geral, extraordinária, como podia fazer; melhor mesmo, por que não o fez na Assembléia Geral realizada em setembro daquele ano? Por que tantas aleivosias, tantas cizânias?

A reação dos antigos ibgeanos, dos discípulos de *Teixeira de Freitas*, viria rápida, e demolidora. Internamente, começam a articular, deixarem suas funções. Ex-

ternamente, no *Diário de Notícias*, matutino carioca, a 29 de dezembro de 1951, onde pontificava *Waldemar Lopes* (ainda formalmente Secretário-Geral do IBGE), sairia o texto "Contra a reputação das estatísticas", num ataque frontal a *Polli Coelho*, repondo a verdade. A matéria é virulenta, como segue:

> Contra a reputação das estatísticas:
>
> Em carta a um dos órgãos de nossa imprensa, o atual presidente do IBGE, general Djalma Polli Coelho, declarou-se à vontade para, segundo expressões textuais, "reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão".
>
> Foi esse decerto, o julgamento mais duro, foi essa a acusação mais radical e crua que os trabalhos daquele órgão técnico já sofreram, pois, na realidade, levando-se em conta as peculiaridades do país e as condições gerais de todo o nosso serviço público, sempre gozou ele de lisonjeiro conceito.
>
> A afirmação traduziria um atestado francamente desolador, dada a autoridade de que está investido o declarante, se não parecesse resultante especialmente do sestro, comum a todo administrador novo, de condenar o passado e pretender inaugurar uma "era nova". Tanto é assim que o general apesar de haver assumido o cargo em maio deste ano, conforme esclarece, chama a si a glória de estarem sendo já publicados os resultados do recenseamento de 1950, planificado e executado antes da sua gestão. Além disso, promete executar breve uma reforma radical que rapidamente "acertará o relógio" da estatística brasileira.
>
> Essa estatística, nos moldes em que se acha estruturada, tem no IBGE, realmente, os seus elementos de base e o seu centro coordenador, mas é executada por serviços estaduais e ministeriais. Resultados referentes a aspectos da vida brasileira com perfeita atualidade são divulgados regularmente pela imprensa e nas publicações do IBGE ou das repartições a ele associadas. A nação os tem aceito de boa fé, julgando exatos se não todos, confessadamente eivados de dificuldades na coleta ou obtidos por estimativas, pelo menos vários deles, colhidos em registros autênticos, como, para exemplificar, as estatísticas, de execução já secular, do nosso comércio exterior. O general presidente, porém, não fez exceção, inquinou todas de atrasadas e duvidosas, além de caras, o que é próprio de todo o serviço público no Brasil. Assim se expressando, não apenas lançou o descrédito sobre uma instituição que sempre gozou de bom nome, mas também condenou, *in limine*, uma obra da qual o atual e antigo chefe do Governo tantas vezes declarou envaidecer-se.
>
> Quando a imprensa acusa, é porque é maledicente. No entanto, vemos aí um alto responsável no seio do poder executivo atacando uma reputação considerada boa, sem o mínimo da indulgência que a opinião geral concedia (LOPES, 1952, p. 4).

Polli Coelho recebe a estocada, e tenta revidar enviando nova carta ao *Correio da Manhã* (já no dia seguinte, 30). Péssimo esgrimista, abre o flanco, e deixa o peito livre. Logo o florete atingirá seu coração, e o fará sangrar. Na nova carta, *Polli Coelho* sustenta sua posição, e a afunda ainda mais; não é nada político, nem para dentro, nem para fora; mais e mais se atola no lamaçal que provocara.

> Senhor Redator-Chefe do "Correio da Manhã":
>
> Alguns jornais desta Capital publicam comentários estranhando que eu tenha dito a verdade sobre as estatísticas brasileiras. Acostumados a ouvirem os maiores elogios feitos a tais estatísticas, não querem admitir os comentaristas que alguém se tenha disposto a dizer um pouco sequer da verdade.

> Somos um país em que, por velho costume, preferimos a mentira agradável à verdade desagradável. Somos também um país em que não se liga muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem à custa do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze, se distraia, ou se encha de vaidades, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais. Ora, os sacrifícios da nação...
>
> Preciso dizer que nunca pertenci a essa falange e que colocado pelo Presidente da República à frente do IBGE, quero, pelo menos, procurar fazer desse Instituto uma cousa útil ao Brasil e não um mero suplemento aparatoso. Por isso foi que escrevi, há dias, uma carta ao "Correio da Manhã", respondendo, aliás, a um de seus verídicos *sueltos*, onde confessei lisamente o que são as nossas estatísticas: caras, atrasadas e de duvidosa precisão.
>
> Nestes dias finais de 1951, quando o Governo está tentando resolver alguns problemas básicos do Brasil, verifiquei que a estatística falhou no fornecimento de alguns dados essenciais de que o Governo necessitava.
>
> Ponhamos de lado os tabus e vamos à verdade e à realidade das cousas. Basta de mentiras e de fantasias.
>
> Muito grato lhe ficarei pela publicação esta carta.
>
> General Djalma Polli Coelho, Presidente (COELHO, 1952, p. 4-5, grifo nosso).

No dia 31 de dezembro, que Ano Novo!, a situação desanda por inteiro. As chefias, numa atitude nacional, se demitem, e esperam os sucessores (e os há sempre), em desagravo a *Teixeira de Freitas*, à sua criação. Cem pessoas, ou quase, saem dos cargos; e não 100 pessoas quaisquer, antes disso, a nata dos técnicos, que não mais dariam seu concursos à administração, voltando às origens, vale dizer, às tarefas técnicas. *Polli Coelho* atribui aquela "atitude de rebeldia" a *Ruben Gueiros*, a quem, afirma "favorecia, para atender a pedidos, com a recondução ao cargo de Inspetor-Geral das Agências Municipais de Estatística, quando ele havia deixado um cargo administrativo, nesta Capital, do Governo do Território do Rio Branco", e conclui raivoso: "não é absolutamente um técnico em estatística, embora pense sê-lo", e é "um mero burocrata, agitado, nevropata" (COELHO, 1952, p. 6). Não terá sido ele o mentor da "rebeldia", como a chama Polli Coelho, mas antes o inegável catalisador *Waldemar Lopes* (A CRISE ..., 1952, p. 15-17).

Naquele mesmo dia, *Polli Coelho* dirige mensagem aos funcionários. A frases tantas, afirma: "nesta altura dos acontecimentos [...] devo dizer-vos com franqueza, que me tornei partidário de uma reorganização do IBGE, com o fim de torná-lo tecnicamente mais de acordo com a sua importante missão de fazer mapas e estatísticas"; e diz que "tanto os mapas como as estatísticas, que estamos produzindo, não se ajustam bem aos requisitos que deveriam ter para corresponderem às necessidades do Brasil" (COELHO, 1952, p. 5). A 7 de janeiro, *Waldemar Lopes* passa a Secretaria-Geral a *Lourival Câmara*, que a ocupará até setembro; recebia, assim, o pagamento por seu relatório analítico, e mais perto de *Polli Coelho* estaria; nesse tempo, pese a crise que só dará trégua na saída de *Polli Coelho*, e na sua própria, terá pouca chance de praticar sua "solução de um problema" (como expressa no segundo capítulo de seu relato), em especial a criação da Escola.



Waldemar Lopes discursa no auditório da sede do IBGE, por conta da crise Polli Coelho, em 31 de janeiro de 1951.

Pouco antes, a 4 de janeiro, em reunião da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, seus titulares dirigem carta a *Polli Coelho*, em repúdio às suas últimas posições. *Polli Coelho* não aceita as razões postas pela Junta, e as contesta: "não me convenceram absolutamente de que eu estivesse errado nas minhas afirmativas". Retrucado por *Alberto Martins*, então à frente do serviço de estatística do Ministério da Educação e Cultura (sucessor de *Teixeira de Freitas* na função), e dele irá dizer, depois, nos termos seguintes, nada elegantes: "não entende nada de estatística, como se verifica imediatamente dos conceitos levianos que costuma emitir" (COELHO, 1952, p. 7). *Alberto Martins*, na reunião daquela Junta a 18 de janeiro, em resposta e repúdio à fala de *Polli Coelho*, terá ocasião de alinhavar seu histórico de vida, ao cabo de mais de 30 anos no serviço público, como está da ata da sessão; no final, diz não reconhecer no presidente "qualidade para julgar o mérito de outrem, em assuntos de estatística" já que não era detentor de mérito no assunto (A CRISE ..., 1952, p. 18).

Pois bem, tentando encerrar a crise, a 8 de janeiro de 1952, *Polli Coelho* dirige uma longa carta a *Getúlio Vargas*, na verdade um livrete de 44 páginas, sob o título **A questão Conselho Nacional de Estatística**, em duas partes: a primeira, fazendo uma sucessão das matérias da imprensa, e das cartas trocadas; a segunda, procurando justificar ou explicar suas afirmações sobre as estatísticas brasileiras, serem caras, atrasadas e de precisão duvidosa. Nesta parte segunda, com outra redação, utiliza o relatório de *Lourival Câmara*, de que, dá até para sugerir, teria vindo dele sua redação; nela, a maior parte é dedicada ao programa estatístico que quer implantar, em 13 tópicos, a saber: 1) População; 2) Trabalho e questões sociais; 3) Preços, custos de vida, orçamentos de família; 4) Finanças; 5) Moeda; 6) Seguros; 7) Produção; 8) Comércio; 9) Transporte; 10) Instrução pública. Educação nacional; 11) Justiça. Criminalidade e anomalias sociais; 12) Administração; e 13) Conjuntura econômica; fazendo-se, segundo garante, amparado em "bibliografia estatística internacional", sem dar-se conta de que não se era capaz de produzir estatísticas para quase nenhum daqueles tópicos. Ainda que com novos detalhes, e reforços de argumentação, na essência reprisava o relatório visto antes, e tornava *Lourival Câmara* o "Frei José de Paris" de *Polli Coelho*[313].

[313] Frei José de Paris fora secretário particular do Cardeal de Richelieu, ministro de Luís XIII, de França, e mandava tanto por detrás do purpurado que acabou recebendo a alcunha de "Eminência Parda".

Lourival Câmara faz uma "proclamação aos estatísticos brasileiros"

Em 19 de janeiro de 1952, o *Diário de Notícias* estampa, como matéria paga, a "Proclamação aos estatísticos brasileiros", datada de 8 de janeiro, um dia depois de assumir a Secretaria-Geral do IBGE, e data da carta de *Polli Coelho* a *Getúlio Vargas*. Pelas datas, não resta sombra de dúvida que tudo vinha sendo feito, sem pressa, com muitos cuidados editoriais, sendo forjado na essência, valerá especular, já em dezembro, quiçá mesmo em novembro (data do relatório analítico). Eis alguns trechos:

> Trago uma experiência de três lustros em contato ininterrupto com os órgãos do Instituto – municipais, estaduais, federais – e não tenho dúvidas de que, sem idealismo, sem renúncias, sem dedicação, sem o indispensável *esprit de corps*, não se torna possível levar a cabo a obra gigantesca de técnica, e, sobretudo, de patriotismo que o IBGE deve empreender. Tudo conspira contra a Estatística no Brasil: a vastidão territorial, a dispersão demográfica, o analfabetismo, a má vontade, a inorganização em serviços públicos e empresas privadas, a falta de confiança dos informantes, o reduzido número de técnicos, geralmente incompreendidos e, por isso mesmo, desestimulados, situados em baixos níveis salariais.
>
> Nunca pleiteei, em qualquer momento de minha vida, o cargo para o qual fui hoje nomeado em virtude da crise deflagrada na instituição. No momento, paixões muito exaltadas abalam corações, obliteram raciocínios e criam desconfianças, inimizades, atitudes extremadas que aumentam perigosamente a estabilidade do Instituto. Se, realmente, há o propósito honesto de ver a instituição mais engrandecida e mais útil ao Brasil, é de mister que os ânimos sejam serenados, para que se recomece, num clima de confiança e de desprendimento, o trabalho de cada dia, sob a inspiração de melhor servir ao Instituto; para melhor servir à Pátria.
>
> Não se discutem idéias – especialmente quando elas são pertinentes a aspectos de técnica estatística – com retaliações pessoais e outros extremos deploráveis que têm a propriedade, como no caso presente, de desacreditar a instituição, cuja sobrevivência e engrandecimento todos desejamos. Pontos de técnica estatística, além disso, são de fácil discussão. Basta tão-somente um quadro-negro (CÂMARA, 1952, grifo nosso).

E defende as intenções de *Polli Coelho*, que não seriam "propósitos radicalmente inconoclastas, que se traduziriam na decisão de demolir tudo o que aí está no IBGE", não, de modo algum: "quem conhece o passado do ilustre militar, invariavelmente a serviço das melhores causas nacionais, não pode aceitar essa interpretação", que seria fruto de uma "deturpação de conceitos". Afiança que estaria sempre em oposição aos que "ousam negar o muito que se fez", ao mesmo que não aceitava a afirmação de que o IBGE seria "obra perfeita e, de conseqüência, insuscetível de reformas, de aperfeiçoamentos, de modernização dos métodos e processos usados". Advoga mudanças, para que resultados alcançados atendam aos princípios "da mínima variância, do mínimo custo, do mínimo tempo" (CÂMARA, 1952).

Tem como plano, ao qual pede a todos um "crédito de confiança, a fim de que me seja menos árduo realizar essa obra, por inspiração e determinação do presidente do IBGE"; qual plano, enfim? Tinha dez pontos: 1) voltar o IBGE à sua legítima finalidade, qual seja, a produção de estatísticas (e esquece a geografia); 2) formar técnicos através de cursos de nível elementar, secundário e superior; 3) rever o plano de pesquisa (o programa estatístico); 4) rever os métodos de pesquisa (com

mais amostragem); 5) reformar a estrutura da Secretaria-Geral; 6) rever a escala de salários; 7) dar apoio efetivo aos trabalhos nas instituições associadas; 8) dar apoio técnico permanente às Inspetorias Regionais; 9) implantar uma assistência providenciaria aos funcionários; e 10) promover irrestrito vínculo com o Conselho Nacional de Geografia. E assim conclui, num apelo ao final da crise:

> Trago o propósito de concórdia, porque confio na dignidade e no patriotismo dos ibgeanos. Fiquem-se para trás as lutas e as paixões, porque todos nos irmanamos no amor ao Instituto, que é uma forma nobre de amor ao Brasil. E o Brasil precisa muito do nosso trabalho, dos nossos esforços, dos nossos sacrifícios, do nosso idealismo (CÂMARA, 1952, grifo nosso).

Em 21 de março, *José Grimberg*, Agente de Estatística de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, envia ofício a *Lourival Câmara*, alusivo à sua "Proclamação aos Estatísticos Brasileiros", a cujos dizeres "como cidadão e como ibgeano, só há solidarizar-se". Manifesta-se não para formular críticas, "mas sugestões, que espero merecerem [*sic*], se não vossa aprovação, certamente vossa consideração, ponderação, atenção e estudo", saindo em 17 de maio no *Boletim de Serviço*.

> Estou animado, sobremodo, pelo tom dinâmico e sincero que, em geral, se depreende de vossa Proclamação e a vontade expressa de aperfeiçoar, pessoal e material, o que existe no IBGE, e mais pelo crédito de confiança que pedis e certamente mereceis.
>
> Sei, ou creio saber, ser inusitado esta minha atitude dirigindo-me ao Sr. Secretário-Geral ousando propor sugestões, exatamente um Agente de Estatística, uma das mais modestas funções, se não a mais modesta função existente no IBGE, pelo menos quanto a Quadros organizados, mas compreendo tudo que afirmastes e tenho idêntico pensar.
>
> Temos, os Agentes de Estatística, um grande acervo de experiências de Estatística prática, ou Estatística Aplicada, ou, no mínimo, da prática de Estatística, de distribuição, coleta e receptividade por parte de informantes e sabemos, perfeitamente, em cada questionário, que itens devem permanecer, quais os passíveis de modificação e quais [são] inoperantes, ou por incompreensíveis ou por incompreendidos; sugiro, por conseguinte, que os AAE sejam consultados previamente, sobre a viabilidade de um ou outro quesito, de um ou outro questionário ou um ou outro inquérito. Não é mister consultar a todos os AAE, mas a um pequeno grupo de 3 a 5 por Unidades Federadas, ou como a SG melhor considerar. Asseguro-vos que os AAE cooperarão, como sempre cooperaram, com a melhor boa vontade, pois irá simplificar, e facilitar seu próprio trabalho.
>
> Analogamente, seria de sumo interesse para os AAE que fossem representados por um colega nas reuniões da CREM, em todos os Estados; pessoalmente, creio que a forma de representação não é importante, isto é, se por designação da IR, ou da SG, por sorteio, escolha entre os próprios AAE, etc. E considero importante esta representação porque a CREM geralmente é um tribunal em que são julgados os AAE, por este ou aquele motivo por pessoas que geralmente conhecem as dificuldades de uma Agência por ouvir dizer ou por correspondência. O representante dos AAE poderia ser útil à própria CREM (GRIMBERG, 1952, p. 4, grifo nosso).

Avant la lettre, os dirigentes daquela época se viram diante de um militante sindical, ou corporativo, ou associativo, ou que nome se lhe ofereça; e era algo novo. Como seja, numa leitura mais generosa, trata-se de alguém propondo elementos de uma política de pessoal, sem julgar seus méritos. E nessa linha, ele pede um "regulamento para os Auxiliares de Estatística que trabalham nas Agências". E avança:

> Não compartilho do pessimismo de S. Excª o Sr. General Djalma Polli Coelho, quando afirma que a maioria dos AAE não constituem pessoal tecnicamente preparado. Creio que o são, conquanto reconheça que há muitos que erraram de profissão, mas, ainda assim, este órgão, que neste item sugiro, poderia ministrar-lhe os conhecimentos necessários. Também devemos reconhecer uma coisa, vós e eu: para entregar questionários, recebê-los de volta, criticá-los sumariamente e remetê-los à IR de pouco conhecimento se faz mister. Mas quando apuramos questionários e se faz uma crítica estatística, para atender a pedidos das Prefeituras, Associações de Classe, etc., então, sim, é mister uma especialização. E, no entanto, todos os AAE o fazem, e várias vezes ao ano.
>
> Sugiro, também, a extinção de um método de castigo que me parece não humano, qual seja, o da retenção dos vencimentos de um AAE, ou funcionário qualquer do IBGE, por atraso de devolução de um questionário, ou mesmo de um inquérito. Pois se estes vencimentos representam o único meio de vida do AEE, ou auxiliar, e seus dependentes... E afirmo-vos, com pleno conhecimento de causa, todo Agente tem orgulho e prazer em sua profissão e os que abandonam, ou abandonaram o IBGE, fazem-no por motivos vários: baixos vencimentos, inadaptabilidade, ou questões pessoais com a IR, mas jamais encontrei um que dissesse não gostar da Estatística, ou do serviço que fazia ou fizera. Ora, são castigos como estes que deixam os AAE sem poder cumprir seus deveres para com seus familiares que lhes dá a idéia de desproporcionalidade de penas. Cria mau estar quando a intenção da SG e da Presidência é criar um ambiente de bem-estar em todo o organismo ibgeano, creio.
>
> Seria de extremo interesse, e grande estímulo para todos, que se emulariam em conhecimentos técnicos, beneficiando ao serviço e conseqüentemente ao IBGE e à Nação, se os AAE pudessem progredir em sua vida funcional, desde que tivessem acesso aos cargos de chefia das IR e da SG, por um processo justo e equânime, ou seja, por concurso interno, ou por merecimento, ou por antigüidade, desaparecendo no IBGE, os compartimentos estanques existentes nos seus três quadros: SG, IR e AE. E mais, que os cargos de chefia de seções na IR, como na SG, fossem ocupados por pessoas que, pelo menos por dois anos, tivessem assumido a direção de uma AE, o que daria ao quadro de chefes pessoas realmente em condições de conhecer as dificuldades e facilidades de uma Agência e não apenas alegações por correspondência, que não podem julgar devida e oportunamente[314] (GRIMBERG, 1952, p. 4-5).

Ousado! Inovador! Sonhador! Por certo, inteligente, e capaz de pensar. E não terá sido atendido, seja pelo inusitado das propostas, seja pelo final da gestão, logo depois. A nova gestão (*Florêncio de Abreu* e *Maurício Filchtner*), diante da crise, não teria tempo para avaliar aquelas sugestões, centrando-se na pacificação da instituição, já de si uma tarefa imensa, e difícil. Várias daquelas sugestões ainda estão, hoje, presentes nos discursos, nas pautas de reivindicações, sobremodo nos instantes de greves.

A crise no *Diário de Notícias* (manchetes)

A crise começou na imprensa, onde *Polli Coelho* achou seus poucos minutos de exposição, de falsa glória. Todos os jornais realçaram os acontecimentos, mais ainda o *Diário de Notícias*, onde pontificava *Waldemar Lopes* (que era ou seria seu redator). Eis algumas manchetes, numa busca de *Marco Santos* (assistente de pesquisa deste projeto); deu-se apenas atenção ao *Diário de Notícias* por razões fortuitas, por questão de

[314] As siglas usadas são: Agência de Estatística - AE; Agente Auxiliar de Estatística - AEE; Inspetoria Regional - IR; Secretaria-Geral - SG; Comissão Revisora das Estatísticas Municipais - CREM.

oportunidade, não que não valesse uma pesquisa nos demais jornais, máxime o *Correio da Manhã*, onde *Polli Coelho* ao que parece tinha livre acesso, mas porque tomaria muito tempo, que não temos. Por demais, muitas dessas matérias integram a hemeroteca da Memória Institucional do IBGE, não raro por gentil doação de *Waldemar Lopes*, sempre preocupado na reposição da verdade daquela crise.

> "Crise na direção do IBGE. Reação de dirigentes e técnicos de estatística a atitudes do presidente, Gen. Djalma P. Coelho" (3 jan. 1952, p. 3).
>
> "Continua a crise no IBGE. Diversos chefes de serviços, seções e setores pedem demissão, ressentidos com as críticas do presidente do Instituto" (24 jan.1952, p. 2).
>
> "Praticamente superada a crise no IBGE" (5 jan. 1952, p. 2).
>
> "A crise do IBGE (por Osório Borba)" (6 jan. 1952, p. 4).
>
> "Ainda sem solução a crise na organização estatística. Veemente carta do Sr. Teixeira de Freitas ao presidente da República" (8 jan. 1952).
>
> "Agravou-se a crise no IBGE. Mal recebida a posse do novo secretário-geral. Ainda não foram substituídos os chefes de serviços, seções e setores. Ameaça de infiltração política na instituição" (9 jan.1952, p. 3).
>
> "Agitada visita do presidente do IBGE ao Serviço de Recenseamento. Diante da reiteração de atitude dos demissionários, o general Poli Coelho fez novos e amplos ataques à instituição. Renúncia à vice-presidência do instituto o Sr. Rubens Porto, diretor de Estatística do Ministério da Justiça" (10 jan. 1952, p. 3).
>
> "Presença da polícia na sede do IBGE. Entre os demissionários o chefe do gabinete do Gen. Poli Coelho" (11 jan. 1952, p. 3).
>
> "Conseqüências desastrosas da atual crise do IBGE. Afirmações parciais e apressadas. Rigoroso inquérito para apurar as acusações do gen. Poli Coelho, solicita o Sr. M. A. Teixeira de Freitas em carta ao presidente da República" (12 jan. 1952, p. 3).
>
> "Aguarda-se o pronunciamento do governo sobre a crise do IBGE. Em carta ao presidente da República, reafirma o general Poli Coelho suas acusações. Novos pedidos de demissão. Extinção de serviços. Carta de conhecido técnico ao Sr. Teixeira de Freitas" (13 jan. 1952, p. 3).
>
> "Atende o presidente da república ao pedido do Sr. Teixeira de Freitas. Uma comissão de peritos dará a última palavra sobre as acusações do general Poli Coelho ao IBGE" (15 jan. 1952, p. 3).
>
> "Multiplicam-se os pedidos de demissão no IBGE" (16 jan. 1952, p. 3).
>
> "Apelo, da tribuna da Câmara, ao presidente do IBGE: "Dê o gen. Poli Coelho um exemplo de dignidade a todos os seus servidores', pede o deputado Nelson Omegna" (17 jan.1952, p. 3).
>
> "Todos os inspetores de estatística solicitaram demissão. Solidariedade ao Sr. Teixeira de Freitas. Continua desarticulado o IBGE. Ainda não se demitiu o general Poli Coelho" (18 jan. 1952, p. 3).
>
> "Reitera a Junta do Conselho de estatística sua divergência com o presidente do IBGE. Vários pontos da exposição do general Poli Coelho apreciados na sessão

de ontem. Desconhecida, ainda, do presidente do Instituto, a nota oficial do governo sobre a crise" (19 jan. 1952, p. 3).

"Espera-se para breves dias o laudo sobre o IBGE. Disputa a comissão nomeada pelo presidente da República ao apresentar o resultado do seu trabalho antes do encerramento do prazo que lhe foi concedido" (20 jan. 1952, 2ª seção, p. 1).

"Técnico brasileiro demissionário do IBGE convidado para trabalhar na ONU. Proposta vantajosa feita ao Sr. Tulo Hostilio Montenegro. Continua repercutindo nos estados a crise da estatística nacional" (22 jan. 1952, 2ª seção, p. 1).

"Para um armistício nas estatísticas. Praticamente paralisado o mecanismo da estatística nacional. Cresce o número de demissionários nos estados, assim como os protestos e as manifestações de solidariedade aos ibgeanos. Pretende o presidente da comissão de inquérito obter uma espécie de armistício" (23 jan. 1952, 2ª seção, p. 4).

"Continua anômala a situação no Conselho de estatística. Permanece o impasse entre funcionários e dirigentes e crescem as manifestações contrárias ao presidente do IBGE" (24 jan. 1952, 2ª seção, p. 1).

"Considera "inverídicas e caluniosas" suas próprias declarações. Adota o general Polli Coelho orientação diametralmente oposta a que assumira ao provocar a grave crise que atravessa o IBGE" (25 jan. 1952, 2ª seção, p. 1).

"Voto de pesar pelo afastamento de inspetores do IBGE. Congratulações a vários diretores demissionários. Balbúrdia na estatística brasileira" (26 jan. 1952, 2ª seção, p. 1).

"Funcionários do IBGE que se demitiram se oferecem, em nota no jornal, para trabalharem nas empresas privadas" (27 jan. 1952, 2ª seção, p. 1).

Pontos finais

Nesse meio tempo, *Waldemar Lopes* historiou a tragédia em dois longos textos, ambos sob o título **A crise do IBGE**, o primeiro datado de fevereiro de 1952, teve por subtítulo, "razões dos demissionários", o segundo datado de junho de 1952 (mas feito antes), teve por subtítulo "refutação ao folheto 'A questão do Conselho Nacional de Estatística', de autoria do Presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho". E também em fevereiro, *Teixeira de Freitas*, em longo texto, sob o título **Em defesa das 'estatísticas brasileiras**', atacará com firmeza (mas sempre elegante) as falas de Polli Coelho e as de seu mentor intelectual, *Lourival Câmara*. Os três textos, ocioso anotar, foram reproduzidos externamente, fora do IBGE; os usaremos no próximo capítulo.

O governo federal reagiu em regra, atendendo a *Teixeira de Freitas*, criando uma comissão presidida por *Themistocles Cavalcante*, que desmontará as acusações de *Polli Coelho*, e as proposições de *Lourival Câmara*; e é o que veremos no segundo capítulo adiante. *Polli Coelho* não daria apoio aos trabalhos da comissão, ao contrário, iria ao máximo dificultá-la, como será registrado por seu presidente.

Ao mesmo tempo, mandou abrir um sem-número de inquéritos, numa sanha de revanchismo inimaginável; em geral tais inquéritos, por exemplo, um sobre o Censo da Previdência Social, a pedido do Ministério do Trabalho e Previdência

Social (1948-1949), portanto ao tempo de *Rafael Xavier* na Secretaria-Geral do CNE (conforme o processo da Consultoria Jurídica nº 64, de 23 de junho de 1952[315]). Esse processo será trazido à baila pelo Deputado *Dirno Pires Ferreira*, em discurso na Câmara dos Deputados, fazendo a defesa prévia da gestão de seu pai, *Jurandyr Pires Ferreira*, e usando-o para tentar sujar o nome de *Rafael Xavier*, que o sucedera; *Rafael Xavier* em sua defesa, repelindo as acusações, irá historiar o referido processo.[316]

Polli Coelho, o presidente de uma crise

Depois dos chamados anos heróicos, em que Teixeira de Freitas, seus principais colaboradores e todo o corpo de funcionários do IBGE envidaram esforços para construir o sólido nome do Instituto, chegou à presidência um homem que seria o epicentro de um terremoto chamado "Crise no IBGE". Polli Coelho sentou-se na cadeira de presidente da chamada "Casa de Teixeira de Freitas" e em pouco tempo seria o responsável por levar a instituição às páginas dos jornais não pela excelência de seu serviço, mas por acusações espúrias ao trabalho feito com denodo pelo principal órgão de estatística do Brasil.

Djalma Polli Coelho nasceu em Curitiba, a 17 de outubro de 1892. Aos 18 anos, ingressou no Exército, fazendo carreia até chegar ao generalato, em 1952. Por formação era engenheiro-geógrafo. Chefiou por bom tempo o Serviço Geográfico do Exército, foi membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e inclusive presidiu, em novembro de 1946, por designação do presidente Dutra, a Comissão que efetuou os necessários estudos para a localização da nova Capital Federal, no Planalto Central, mais especificamente em Goiás (muito antes do presidente Juscelino decidir cumprir o que designava a Constituição Federal).

Ele foi indicado para presidir o IBGE depois da recusa de Teixeira de Freitas em aceitar o cargo (embora houvesse insistentes pedidos para que aceitasse). Por seu notório saber em Geografia e por indicação do político paulista Ademar de Barros, chegou ao IBGE, tomando posse em 2 de maio de 1951, no gabinete do ministro da Justiça, Francisco Negrão de Lima. Na ocasião, Polli Coelho discursou assegurando sentir-se honrado com a escolha de seu nome e com o firme propósito de tudo fazer para conduzir o IBGE aos fins elevados a que se destina.

[315] Está assinado por Raymundo Orlando Guilhon, Consultor Jurídico do IBGE.

[316] No texto de Rafael Xavier, *en passant*, há a lembrança das acusações contra Dirno Pires Ferreira, quando dirigiu o Serviço Gráfico, na gestão de seu pai.

Polli nomeou Waldemar Lopes para a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (e, por conseguinte, do IBGE) e o Tenente-Coronel Edmundo Gastão da Cunha para secretariar o Conselho Nacional de Geografia. Mesmo seguindo a liturgia de nomeações de praxe, o general não levou muito em conta o papel meramente simbólico que tinha a presidência do IBGE. Ele quis imiscuir-se na parte mais executiva da Casa e isso acabou por lhe trazer sérios problemas.

O seu curto período de administração no Instituto ficou marcado pelo episódio que seria conhecido como "A Crise do IBGE" ou "A Crise Polli Coelho". Tal evento começou a partir de críticas feitas pelo general, presidente do IBGE, aos trabalhos efetuados pela Casa. Como desagravo pelas declarações de Polli ao jornal *Correio da Manhã*, de 30 de dezembro de 1951, os principais chefes do IBGE pediram demissão, a começar pelo secretário-geral, Waldemar Lopes, e pelo inspetor-geral, Ruben Gueiros. Vários chefes das inspetorias regionais também encaminharam pedidos de demissão, jogando a instituição em seu maior momento de crise em toda a sua história. Teixeira de Freitas se sentiu acusado, enviou a carta "Em defesa das Estatísticas Brasileiras" ao ministro Negrão de Lima e pediu ao presidente Vargas que constituísse comissão para investigar as denúncias de Polli Coelho. O caso foi fartamente explorado pelos jornais, culminando com a exoneração do presidente do IBGE em setembro de 1952.

Em que pese a sua desastrada carreira de presidente do principal órgão de Geografia e Estatística do Brasil, Polli Coelho foi um técnico respeitado, autor de uma obra consistente. Nela, destacam-se: **História da triangulação do Distrito Federal**, **Espigão mestre do Brasil** e **Conceito geopolítico do Planalto Central** (que inclusive consta da Resolução nº 388, da Assembléia Geral do CNE, de 21 de julho de 1948), **O ponto mais oriental do Brasil** e **Geógrafos, cartógrafos e demarcadores**, esta última, curiosamente, foi lançada no período em que era presidente do IBGE, mas saiu pelo *Anuário do Serviço Geográfico*

Crise no IBGE (II): Teixeira de Freitas e Waldemar Lopes rebatem “as calúnias e as mentiras”; o governo interfere

Capítulo 13

A crise estava servida. *Lourival Câmara* daria seu mote, em estudo de aparência acadêmica[317], onde, na visão geral, só havia calúnias e mentiras. Fora duro, e sem ternura, provocando desagrado e antipatia. Talvez caísse no limbo institucional, não fora *Polli Coelho* tê-lo tomado como programa de sua administração; dessa forma, tornara-se o epicentro do furacão. *Polli Coelho*, embora tivesse ambições desmedidas, e quisesse deixar marca no IBGE, pouco (ou nada) sabia das atividades institucionais[318]; assim, natural que adotasse, de pronto, e sem maiores reflexões, um programa completo como aquele que lhe oferecia *Lourival Câmara*, seja pela falta de outro, seja por ser um proposta completa, com a promessa grandiosa de recriação da atividade estatística brasileira. Essa adoção, desde que avaliada e validada pelos organismos colegiados do sistema, não faria crise, entretanto, *Polli Coelho*, ignorando esses colegiados, o apregoa na imprensa; no lugar errado, falou demais, e não ficaria sem resposta...


Dr. Getulio ! Salve a estatistica nacional !

— Quero Passar o Resto da Minha Vida na Cadeia se o IBGE Não Merecer Crédito, disse Teixeira de Freitas

REPTO AO GENERAL POLLI COELHO

Reportagem de LUIZ CLAUDIO

O SR. Teixeira de Freitas entregou anteontem, no Catete, uma carta dirigida ao presidente Vargas, na qual focaliza a situação exotica em que se encontram as estatisticas do pais diante da crise de confiança provocada pelo presidente do I. B. G. E., general Djalma Polli Coelho. Essa carta, como se lê na 6.ª página, contem um relato incrivel das atividades do I. B. G. E. desde a sua fundação, há quinze anos, pelo sr. Teixeira de Freitas e um grupo de idealistas, quando já governava o Brasil o presidente Getulio Vargas. Por entre todo reune abundantes provas de que a instituição se tem conduzido com absoluta honestidade sendo seus serviços de tanta utilidade para a nação, até hoje reconhecidos no mundo inteiro como exemplos de probidade cientifica e modelos de eficiencia técnica.

SR. TEIXEIRA DE FREITAS

"Quero passar o resto da minha vida na cadeia se o IBGE não merecer crédito, disse Teixeira de Freitas", 1952.

Teixeira de Freitas envia carta a Vargas[319], que reage

Em 10 ou 11 janeiro[320], *Teixeira de Freitas* rebate "as calúnias e as mentiras", enviando carta a Vargas, amplamente reproduzida na imprensa carioca (e nacional), nos dias seguintes (por exemplo, a 12 sai no *Diário de Notícias* carioca e no *A Vanguarda* paraense, a 14 no *A Noite* carioca, a 15 no *Jornal do Comércio* pernambucano).

[317] Segundo Waldemar Lopes, em depoimento à Memória Institucional do IBGE, em dezembro de 2004, havia muito mais que um espírito acadêmico em Lourival Câmara, haveria, na verdade, desmedida ambição de poder. A nosso juízo, pelos documentos analisados, Lourival Câmara trazia a crença de que a produção das estatísticas seria como que privativa dos Estatísticos, e o seria pelo maior do uso da amostragem, que apontava como pedra de toque da pesquisa nas instituições estatísticas..

[318] Talvez até tivesse alguma noção do "G", mas não o tinha do "E".

[319] Estaremos utilizando a versão saída nos jornais, em cotejo com o "original" existente na Memória Institucional do IBGE. Não faremos, por isso, indicação de página das citações.

[320] Em 8 de janeiro, Polli Coelho envia carta a Vargas, em nove daria posse a Lourival Câmara na secretaria-geral, no lugar de Waldemar Lopes.


TEIXEIRA DE FREITAS
pulverizou Polly Coelho
(TEXTO NA PAGINA 4)

"Teixeira de Freitas pulverizou Polly Coelho", 1952.

Dirige-se a *Getúlio Vargas* "na qualidade de antigo Secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística" e como "diretamente responsável pelo plano de que resultou a criação, em 1934, e a instalação, em 1936, do Instituto Nacional de Estatística" (logo IBGE). Reporta-se à carta de *Polli Coelho* ao *Correio da Manhã*, em 30 de dezembro, "da qual só há pouco pude tomar conhecimento", em que "com a alta autoridade do seu posto nas Forças Armadas e do cargo que está exercendo", houve por bem "fazer acusações gravíssimas aos nossos serviços de estatísticas".

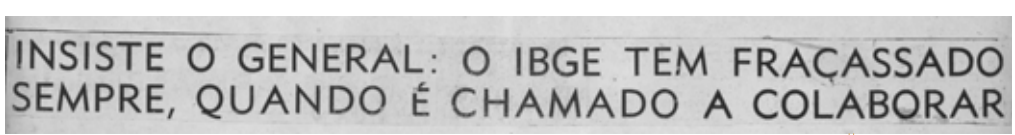
> Suas palavras, que tiveram a maior repercussão no país e no estrangeiro, formularam as seguintes afirmações: a) que as estatísticas brasileiras são "caras, atrasadas e de duvidosa precisão"; b) que, no labor das estatísticas brasileiras, pondo-se de lado os "tabus", e preciso agora caminhar para a verdade e a realidade das coisas, pois "basta de mentiras e de fantasias".
>
> Estas assertivas contém obviamente o seguinte significado:
>
> Os estatísticos brasileiros, traindo o seu dever e sua dignidade profissional, não fizeram outra coisa, desde a criação do Instituto até agora, senão "mentir" ao governo, à Nação e ao Mundo. Esta mistificação generalizada teve a agravante de que, forjando os dados que foram divulgados, assim agiram os serviços estatísticos esbanjando os dinheiros do país, quando esse trabalho de "mentiras e fantasias" poderiam ter ao menos a atenuante de apresentar estimativas perfeitamente atuais. O Instituto, por conseguinte, tem estado nas mãos de uma "societas sceleris", à qual basta "que haja quem com isso goze, se distraia ou se encha de vaidade, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais". Os levantamentos estatísticos do Brasil, têm sido executados e até agora impunemente, por uma legião caríssima de servidores sem escrúpulos e sem honra, prevaricadores e falsários impudentes, que, traindo também a Pátria, praticaram a maior mistificação na história da mistificação pública, ilaquearam a confiança do Governos que se sucederam de 1936 até agora, e burlaram, ao mesmo tempo, os demais poderes do Estado e a opinião pública. O Conselho de Estatística e os servidores da estatística, em geral, iludiram a observação dos meios cultos estrangeiros, cuja confiança o Brasil havia conquistado, não só quanto à adequação dos princípios que o sistema estatístico brasileiro subentende, mas também quanto ao acerto da sua organização e a probidade do seu labor. E a tal ponto a mistificação foi bem-sucedida, que a estatística brasileira repetidas vezes recebeu indignamente os mais honrosos julgamentos, como agora mesmo acaba de acontecer com as decisões do Congresso Internacional de Estatística, realizado em Nova Delhi, as quais tanto lhe enalteceram as realizações que se supunham honestas mas se verifica não passarem de burla ignóbil (FREITAS, 1952a).

Grande estilo! Ataca, sem peias e ameias, o que chama de "labéu infamante atirado à face de toda uma honrada classe de servidores da Nação", e mais, que nomina de "ferrete com que se estigmatiza [...] a obra enorme e proba de uma organização publica que constitui corajosa e consagrada experiência de uma nova prática, nos domínios da administração, do princípio federativo". Tão fortes opiniões, afirma a *Vargas*, não terem sido objeto de estudos cuidadoso e minucioso, "de uma verificação capaz de fazer fé", mas antes, "baseou-se apenas, e quase textualmente, em estudo crítico de um único funcionário, cujas afirmações parcial e apressada não sofreram

um meticuloso exame que merecia". Como seja, diante das acusações, pede que seja apurado, "em investigação exaustiva e inteiramente pública, acima de qualquer suspeição, toda a extensão e o alcance do atentado cometido e das responsabilidades existentes, afim de que a severidade da punição restabeleça a verdade" (FREITAS, 1952a). E, sentencia, "tomando de fato corpo e figura o crime", não haveria "culpados", mas "um único culpado", ele, *Mário Augusto Teixeira de Freitas*:

> Fui eu, de fato, o inspirador – e espero que ao menos esta reinvindicação não seja agora levada à conta de um movimento de vaidade – fui eu o inspirador do Governo quando legislou sobre o Instituto e o executor principal dos textos legais e convencionais que fizeram funcionar o Conselho Nacional de Estatística. Cabe-me, pois, de modo exclusivo, a responsabilidade de todos os erros, omissões ou fatos criminosos que acaso se venham comprovar na orientação da estatística brasileira de 1936 a presente data, uma vez que não se modificou até agora coisa alguma, de modo substancial, nas condições de trabalho que deixei organizadas. E fique bem claro que não estou reivindicando o merecimento que porventura também se encontre na obra ibgeana, porquanto esse mérito pertencerá a todos os que serviram com imensos sacrifícios à nossa grande causa. Quero apenas declarar que devo responder, e de fato respondo, por tudo que mereça censura na atuação do primeiro Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística e nas condições técnicas e morais do trabalho das estatísticas brasileiras, considerando tal trabalho na solidariedade nacional que o IBGE implantou.
>
> Assim, Senhor Presidente, julgo-me com o indiscutível direito de pedir a V. Excia. se digne determinar as providências que instaurem o processo regular para apurar minha real e exclusiva responsabilidade pela inépcia, ação dolosa ou omissão culposa de que se tenha acaso revestido minha atuação como assessor e preposto executivo do Conselho Nacional de Estatística. Impõe-se também pedir a V. Excia. seja ainda objeto da investigação pedida, o verdadeiro alcance político, científico, técnico, administrativo e cultural, sem excluir os aspectos éticos e sociais, econômicos e financeiros, da instituição que V. Excia. criou e a Constituinte aprovou em 1934, e foi levada a funcionar dentro das normas da Convenção Nacional de Estatística, pondo em prática, pela primeira vez no Brasil, um sistema completo de cooperação intergovernamental em setor de atividades que interessam, e não podem deixar de interessar, por igual, à União, aos Estados e aos Municípios.
>
> Se as alegações do Sr. Presidente do IBGE se comprovarem verdadeiras, só me caberá um destino justo: o de acabar os meus dias na cadeia. Só assim o Brasil se livrará do oprobrioso labéu. Mas espero em Deus poder provar à sociedade que esta lamentável ocorrência é devida apenas ao descabido método pelo qual a nova presidência do IBGE entendeu ajuizar da eficiência da entidade e da honestidade do seu trabalho. A par disso, também, resulta da injusta e incompreensível precipitação de julgamento e publicidade, sem atentar-se em quanto isto agrava e torna irreparável o dano moral causado, nem ao significado político de que o caso se reveste, não apenas para uma classe, mas para o Governo da República e a dignidade do Brasil (FREITAS, 1952a, grifo nosso).

Entre vários pontos nobres, nessa carta, há dois a pedir realce: primeira, a última sentença, em que mostra o caráter deletério da publicidade alcançada pelas declarações de *Polli Coelho*; depois de tanto tempo lutando por merecer a confiança


INSISTE O GENERAL: O IBGE TEM FRAÇASSADO SEMPRE, QUANDO É CHAMADO A COLABORAR

"Insiste o general: O IBGE tem fracassado sempre, quando é chamado a colaborar", 1952.

do público, ao se desacreditar a atividade do Instituto, era a própria atividade estatística que saía em prejuízo; e isso *Polli Coelho* não percebeu, em meio à sua imensa vaidade, e talvez nem mesmo *Lourival Câmara* o percebesse, ou, se o percebia, não lhe dera atenção, como inevitável conseqüência da transpiração de seu relatório, caso isso se desse (e se deu, no açodamento do presidente). Outro ponto, a assunção isolada, e solitária, por parte de *Teixeira de Freitas*, da culpa, caso as acusações fossem comprovadas, numa atitude (cada vez mais!) rara no setor público (também à época?); e de uma forma firme, qual seja, acabar seus dias na cadeia, o que não seria figura de retórica, para quem o conhecia (e sua atuação o confirma), ao seu caráter de homem público. Por certo trazia a crença de que sua criação, e ele, o criador, seriam inocentados por uma investigação independente, sem que se soubesse como realizá-la, até por jamais ter havido algo parecido; então, corria riscos, sim, a depender dos métodos do processo.

> E bendirei, no final de tudo, a amargura que me acabrunha, pois terei oportunidade de demonstrar duas coisas que são para mim de suma relevância. A primeira é que não deixei de corresponder plenamente à confiança que em mim V. Excia. depositou durante todo o seu anterior governo, e faz pouco, renovou ao dirigir-me o convite, que infelizmente não pude aceitar, para continuar o aperfeiçoamento da obra ibgeana, assumindo-lhe, já então, a direção suprema. A outra é que a nova era, esta "era atômica" que se promete abrir à estatística brasileira, embora se anunciem com os mais modernos e científicos os métodos que pretende adotar, em absoluto não dará, nem ao Brasil Federal, nem ao Brasil-Estados, nem ao Brasil-Municípios, estatísticas mais baratas, mais atuais e mais verdadeiras, do que estas que já lhe assegurara o atual IBGE. Não o conseguirá, ainda mesmo que sejam obtidas as anunciadas estatísticas "instantâneas", fabricadas em série, enquanto o diabo esfrega o olho. Porque o terremoto que destruir o Instituto não lhe deixará possibilidades de reconstruir-se dentro de cinqüenta anos. Ainda mais. Nesse período crepuscular para a civilização brasileira, terá deixado de existir aquele aparelho de prospecção nacional que, em conjunto os Estados-Maiores das Forças Armadas julgaram indispensável fosse instituído sob a égide do IBGE, em condições de atuar permanentemente em cada um dos municípios, como instrumento da segurança nacional (FREITAS, 1952a, grifo nosso).

"Enquanto prossegue a crise no IBGE, o Gal. Polli Coelho recebe a visita do senhor Ademar de Barros..."



Enquanto prossegue a crise no IBGE, o gal. Polli Coelho recebe a visita do sr. Ademar de Barros, fato a que os seus adversarios atribuem sentido nitidamente politico. Na foto, vemos o presidente do IBGE, em seu gabinete, ao lado do chefe do PSP. De pé, três correligionarios do sr. Ademar de Barros e (o ultimo à direita) o novo chefe do gabinete do general Polli Coelho, sr. Rubens Goureia.

Nesse parágrafo final, a "nova era" é a era da amostragem, dada como pedra de toque à pesquisa estatística. Ele a nega, e não a nega por negar a técnica, que antes, por várias vezes, estimulou fosse estudada e ensinada, mas sim por não a aceitar como a solução para tudo (o que é óbvio, pese opiniões em contrário). Ele se baterá contra o pretendido monopólio da amostragem, como técnica das pesquisas



"Quem pode entender o general? Polli Coelho, ontem:
- Estou convencido de que o IBGE é o órgão exponencial de nossa vida administrativa. Hoje:
- O IBGE é órgão dispendioso e ineficiente para o país", 15 jan. 1952.

estatísticas, e, sobremodo, lhe incomodará o inevitável abandono ao espaço municipal, em decorrência da adoção daquela técnica. Muitos o seguirão nessa cruzada.

Pois, reportagem d'*A Vanguarda* paraense, chega a fazer uma ironia, dizendo temer que em breve o *slogan* de Teixeira de Freitas: "Faça o Brasil a estatística que deve ter e a estatística fará o Brasil como deve ser", fosse substituído por outro: "Faça o Brasil a amostragem que deve ter e a amostragem fará o Brasil como deve ser". Na mesma matéria, enfatiza que *Polli Coelho* fora uma indicação de *Ademar de Barros*, "o homem que acabou com o Departamento de Estatística de São Paulo, quando governador daquele Estado", realçando seus freqüentes encontros.

O Governo Federal reage e baixa o Decreto nº 30.399, de 16 de janeiro de 1952, designando uma comissão para estudar o sistema estatístico brasileiro, e emitir parecer a respeito. Uma vitória, mas não uma vitória completa na concepção dos demissionários, aqueles que haviam deixado suas funções, entre os quais *Ruben Gueiros*, *Waldemar Lopes*, *Valdecir Lopes*, *Tulo Hostílio Montenegro*. Eles queriam o afastamento de *Polli Coelho*, enquanto a comissão estivesse atuando; a juízo deles, isso seria essencial para fazer o IBGE voltar à rotina, e se tornar críveis as estatísticas que se divulgariam.

> O Presidente da República:
>
> CONSIDERANDO que se estabeleceu entre administradores e técnicos responsáveis pelo sistema estatístico brasileiro, a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, controvérsia de natureza técnica no que diz respeito à economia, atualidade e exatidão dos processos estatísticos em vigor;
>
> CONSIDERANDO que a mencionada controvérsia, como indicam as comunicações dirigidas ao Presidente da República e as informações e comentários da imprensa, atingiu ampla repercussão e põe em jogo as normas que presidem ao sistema estatístico vigente no País;
>
> CONSIDERANDO que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro das margens legais de autonomia administrativa e técnica, está diretamente subordinado ao Presidente da República;
>
> CONSIDERANDO que, pelos motivos acima expostos, não pode o Governo permanecer indiferente a essa controvérsia e, para sua orientação e decisão, necessita do parecer de especialistas competentes, não envolvidos no dissídio;
>
> Decreta:
>
> Art. 1º São designados os Professores Themistocles Brandão Cavalcanti, Manoel Bergstöm Lourenço Filho, Jessé Montelo e o Dr. João Lyra Madeira para, em

> comissão, sob a presidência do primeiro e o prazo de 60 dias, estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos estatísticos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pronunciando-se, em parecer fundamentado, sobre a conveniência do sistema técnico administrativo vigente e considerando-o, particularmente, do ponto de vista da economia, atualidade e exatidão estatísticas.
>
> Art. 2º As autoridades administrativas e técnicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os funcionários públicos federais encarregados de serviços de estatística prestarão todo o concurso solicitado pelo Presidente da Comissão, que poderá requisitar documentos e informações, instalações para a realização de seus trabalhos e servidores para auxiliá-los, (grifo nosso).

Na ocasião, e em nome do governo, o Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, distribuiu nota à imprensa. Entre vários pontos, determinava que enquanto a comissão trabalhava "com o fim de não interromper os trabalhos estatísticos, sejam mantidos os processos e critérios até agora seguidos", e solicitava aos servidores que "ponham de lado as suas divergências, de sorte a renovar-se a atmosfera de serenidade e de cooperação, necessária à vida daquele Instituto" (CRISE ..., 1952, p. 77).

Os servidores, inclusive *Teixeira de Freitas*, ficarão calados, à espera de serem consultados. Não o sendo, em fevereiro divulgam relatórios extensos sobre a crise, e que serão vistos abaixo. De parte da direção, haverá desatenção à comissão, como seu presidente irá reclamar a *Getúlio Vargas* em várias ocasiões, não atendendo às suas demandas. Por demais, a direção, em reação, irá criar uma "caça às bruxas", abrindo inquéritos em resposta a quaisquer denúncias recebidas.

Teixeira de Freitas bate-se "em defesa das 'estatísticas brasileiras'"

Em 22 de fevereiro de 1952, dia em que, dentro de quatro anos, iria falecer, *Teixeira de Freitas* assina e divulga minuciosa exposição, **Em defesa das 'estatísticas brasileiras'** com 65 páginas, sobre a "crise que ora desorganiza, tumultua e está destruindo os serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", como expressa ao Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, ao lhe enviar o referido documento.

O documento tem nove seções: 1) Observações preliminares; 2) Afirmativa e contra-afirmativa; 3) Comprovação genérica; 4) A "atualidade" das estatísticas brasileiras 5) O "custo" das estatísticas brasileiras; 6) A "precisão" das estatísticas brasileiras; 7) O IBGE e os princípios que o informam; 8) O esquema ibgeano deve permanecer; e 9) Fatos a investigar. O reproduz às expensas próprias.

Na seção inicial, "Observações preliminares", anuncia seu objetivo, com aquela exposição: "demonstrar a completa improcedência daquelas fundamentais e oprobriosas argüições públicas às 'estatísticas brasileiras'", ditas por *Polli Coelho*; e se refere às questões do custo, da precisão e da atualidade das estatísticas brasileiras. "A insólita e agressiva campanha", em seu amplo sentido, receberia resposta dos demissionários, "os servidores que exerciam cargos de confiança e, por não se conformarem com as inexplicáveis assacadilhas à dignidade profissional dos Estatísticos Brasileiros, solicitaram exoneração numa respeitosa mas firme atitude de protesto"; responde-

riam tanto a *Polli Coelho* quanto a *Lourival Câmara* (FREITAS, 1952, p. 1-2).

Antes de atender ao objetivo anunciado, *Teixeira de Freitas* repassa os princípios que regiam o sistema estatístico, com realce ao papel dos seus órgãos colegiados, em especial os Conselhos e a Secretaria-geral; e releva seu caráter *sui generis* de "federação de repartições" ou "consórcio federativo", como se dizia. Em suma:

> Existem apenas: um "colégio" de dirigentes; um "órgão central" que "secretaria" esse colégio e é – não pode deixar de ser –, ao mesmo tempo, o "complemento" e o "suplemento" em relação ao corpo do sistema formado; e, finalmente, a "rede de coleta", como conjunto de antenas sem as quais não haveria o contato indispensável entre, de um lado, os órgãos centrais (o deliberativo e o executivo), e, de outro lado, essa mesma realidade, graças a cuja observação, medida e análise, o "conhecimento" dela pode surgir, fixar-se e comunicar. Indispensável é esse contato. Dele é que emana, em sua expressão-síntese, a "consciência" objetiva da realidade nacional (FREITAS, 1952, p. 4).

Dessa forma, em assim sendo, o uso de novos métodos, inclusive de amostragem, seria livre "à iniciativa dos órgãos autônomos, federais ou regionais", e acrescenta: "estabeleça qualquer daqueles órgãos um plano de amostragem e solicite ao Conselho a coleta estatística competente, e este determinará imediatamente à Secretaria-geral a atuação necessária" (FREITAS, 1952, p. 6-7).



O GENERAL E O PROTESTO DOS TECNICOS DE ESTATISTICAS

Pretendem eles fazer dos serviços do IBGE um tabu

Desabafo: "Movimento combinado, há muito preparado" — "Eles tinham outros candidatos e ficaram contrariados com a minha nomeação"

— Estou tranquilo trabalhando, à espera da "batelada" de pedidos de demissão que, segundo se anuncia, me serão encaminhados ainda hoje, declarou-nos o general Polli Coelho respondendo à pergunta sôbre a veracidade da anunciada demissão em massa de fundadores e técnicos do I.B.G.E., meticulosamente preparados com as críticas que teriam sido feitas pelo presidente daquele Instituto em discurso pronunciado numa reunião por ele promovida na passagem do ano. Felizmente — acrescentou o general — ninguém é insubstituível e, talvez, esta oportunidade me possa proporcionar a reorganização dos serviços do I.B.G.E. de maneira a torná-los mais eficientes.

PRETEXTO PARA UM MOVIMENTO COMBINADO

— O meu discurso está aqui à disposição de quem queira lê-lo. Nêle nada existe que possa ofender a quem quer que seja. Além das congratulações e dos votos de felicidades que a todos desejei, disse apenas que iria procurar formar maior numero de técnicos para atender às exigências dos serviços e estudar uma nova legislação básica para o I.B.G.E. Os estudos dessa nova legislação seriam entregues ao presidente da Republica, que se achasse conveniente, os encaminhamentos ao Congresso para a sua aprovação. Tudo, como se vê, feito de maneira normal e pelos processos legais, visando apenas melhorar e tornar mais eficientes os serviços.

E prosseguiu o general:

— Desse modo, tornar-se evidente que o movimento que se anuncia estava de há muito combinado, como aliás eu já tinha disso conhecimento. A má interpretação do meu discurso foi apenas um pretexto para sua eclosão.

QUERIAM CONTROLA-LO

Explicando porque achava que o movimento estava de há muito preparado, disse o general que a sua escolha pelo presidente da Republica para a presidencia do I.B.G.S. não foi bem recebida pelo grupo que ora se insurge contra êle, acrescentando: "Eles tinham outros candidatos e ficaram contrariados. Todavia se aquietaram pensando que poderiam me controlar. Ora, eu acho que um general do Exercito, casado, maior e consciente, não poderia se submeter a essa situação de boneco. Daí, talvez, a retivação do sentimento de descontentamento demonstrado quando da minha nomeação."

"TABU"

Prosseguindo, o general disse que um certo número de elementos pretende fazer dos serviços do IBGE um tabú. Esses elementos, acrescentou, sempre acharam um dissaforo a formação de novos técnicos. "Desse

(Continua na 6.ª página)

"Pretendem eles fazer dos serviços do IBGE um tabu" – Desabafo: "Movimento combinado, há muito preparado" – Eles tinham outros candidatos e ficaram contrariados com a minha nomeação", 1952.

Os Consultores Técnicos, "figuras da maior expressão cultural ou científica", são valorizados como garantidores da qualidade das atividades e dos resultados; e merecem destaque: *Roquete Pinto*, *Giorgio Mortara*, *João Carlos Vital*, *Lourenço Filho*, *Fernando de Azevedo*, *Alceu Amoroso Lima*, *Mons. Helder Câmara*, *Lemos Brito*, *Juarez Távora*, *Simões Lopes*, *Eugênio Gudin*, *Anísio Teixeira*, *Euvaldo Lodi*.

Dado esse pano de fundo, na seção seguinte, "Afirmativa e contra-afirmativa", com meia página, *Teixeira de Freitas* enuncia, por assim dizer, sua tese, ou contratese: "As estatísticas brasileiras não são inatuais, não são caras, nem são de duvidosa precisão. O trabalho estatístico não é realizado, no Brasil, nem com mentiras, nem com fantasias". E busca algumas evidências, quando oferece afirmações categóricas.

> A inatualidade ou atraso de qualquer estatística não se há de medir pela expressão absoluta – como excedente de um predeterminado limite, sempre o mesmo para todo gênero de pesquisas – do tempo decorrido entre o dia ou o período relati-

vamente ao qual os fenômenos em causa ocorreram, e a data em que se publicam os resultados obtidos. [...] Assim, pois, há, como não podia deixar de haver, estatísticas que são "atuais" dentro de um decênio. E há também aquelas que só se tornam disponíveis, na totalidade dos seus resultados, depois de recorrido certo lapso de tempo (dois, três anos). Isso porque carecem elas, não obstante serem mais simples que um "recenseamento", de ordenação sistemática bastante pormenorizada, complexa e difícil, a qual, em virtude de circunstâncias perfeitamente compreensíveis, ligadas a diferentes fatores, retardam a divulgação dos respectivos repertórios finais.

[...]

O censo de 1940, que foi uma as mais extensas e complexas operações já realizadas na América, teve sua execução e apuração completas, bastante retardadas, é certo; mas porque, além dos embaraços acarretados pela guerra, tudo estava por estudar, assentar e organizar. Bem vistas as cousas não chegou a ser um levantamento atrasado, pois os seus primeiros resultados apareceram vinte e um meses depois da data de referência. [...] A complexidade da operação, a falta de uma experiência suficiente e de pessoal especializado, da parte do órgão executor, bem como as demais circunstâncias que lhe condicionaram o trabalho, justificam amplamente que só agora estejam aparecendo os densíssimos e grossos volumes que, contados por dezenas, lhe ordenam e sistematizam os resultados completos.

[...]

O escrúpulo que orienta os presentes esclarecimentos exige ainda sejam aqui considerados os dois outros sentidos em que a expressão "estatísticas atrasadas" pode ser tomada, forçando-se-lhe um tanto o significado comum. Um deles poderia considerar como "atraso" certo anacronismo, o desenvolvimento rudimentar, de que se revestissem os esquemas de nossas estatísticas. O fato, porém, é que tais esquemas obedecem quanto o permitem as condições do país, às normas internacionais já assentadas, ou, na falta destas, acompanham – quando, mesmo, não aos ultrapassam – os modelos dos países mais adiantados. [...] Também pode ser que se considerasse "atrasado" o esquema geral as estatísticas que se estão realizando no Brasil, em virtude de não aparecerem no Anuário, ou em publicações especiais, determinados levantamentos que já se executam rotineiramente em outros países. Mas também aqui a verdade é outra. Todas as estatísticas possíveis têm órgãos por elas responsáveis na economia do sistema formado pelo IBGE. Acontece que algumas das atividades desses órgãos não lograram ainda êxito satisfatório, o que é natural em toda organização em progresso. [...] Ocorre, então, a atuação supletiva do Conselho Nacional de Estatística, o qual formula sugestões, dirige apelos à autoridade competente ou oferece auxílio direto à repartição responsável (FREITAS, 1952, p. 15-22).

Feitos esses apelos à razão, passa da questão da atualidade à questão do custo, e começa dizendo: "O custo total ou global de qualquer empreendimento estatístico pouco exprime por si mesmo (FREITAS, 1952, p. 23). E prossegue afiançando:

O que é preciso levar em conta, em primeiro lugar, é a amplitude geográfica do inquérito, a par da sua profundidade. Em seguida, há que considerar as dificuldades que o meio social ofereça ao inquérito; bem assim a presença ou ausência de fontes facilmente acessíveis, a título gratuito ou oneroso, que dispensam ou não, na coleta, um esforço de persuasão, de educação, ou de pesquisa pormenorizada e difícil, da parte do agente coletor. Finalmente cumpre considerar se se trata, em cada caso, de mandamento legal ou de exigência por parte de determinado órgão estatístico para isso qualificado pela sua autonomia e finalidade; ou ao invés, se o inquérito não obedece a necessidade imediata ou exigência indeclinável, sendo lançado mais como extensão progressiva – e possivelmente adiável – do campo coberto pelas investigações estatísticas até então praticadas em fase de rotina. [...] Se o inquérito é determinado por força de lei, ou disposição convencional, ou interesse da



"O Novo Censo" (charge), 1952. Augusto Rodrigues.

administração pública, terá de ser executado, seja o seu custo elevado ou módico, ainda quando se torne preciso financiá-lo de modo especial (FREITAS, 1952, p. 23-24).

E trata, a seguir, das agências, com foco nos seus custos, que entende razoáveis, e nada altos, afora que são pagas pelo fundo específico da estatística. A seu juízo, "é praticamente indeterminável, a não ser por uma arbitrária quotização, a parte do custeio das Agências que onera a realização de cada inquérito" (FREITAS, 1952, p. 28). E, tendo em conta, o papel dos agentes nos municípios, "verdadeira 'universidade' de cultura popular", aí então seus custos se diluem nos avanços que oferecem aos municípios, inclusive ao se tornarem mão-de-obra qualificada, de que são carentes os municípios. Dessa forma, seus custos seriam menores que seus benefícios.

Por fim, tratou da questão da precisão, afirmando que "não há presentemente possibilidade alguma de que as atuais estatísticas estejam viciadas por erro, fraude ou tendenciosidade, no seu processo de levantamento, de forma a constituir prejuízo material e moral para a Nação"; e diz que "a elaboração estatística não é no Brasil, em caso algum, 'fantasia' e 'mentira'" (FREITAS, 1952, p. 34). E opõe os processos de pesquisas censitário e por amostragem, dizendo que nem aquele é ruim, falho, viciado, etc., nem este é preciso, e idôneo, etc.; em ambos, um sistema de controle, e de fiscalização, podem garantir qualidade aos resultados.

> Levando-se em conta a comprovada realidade dos fatos, nenhuma das estatísticas brasileiras levantadas e divulgadas sob a responsabilidade do Conselho de Estatística merecerá o qualificativo de "imprecisas", ou não merecedora de confiança, em virtude de fraude, mentira ou fantasia, ou, mesmo, arbitrária correção, seja por parte do corpo coletor ou do aparelho elaborador, seja pelo que toca ao universos dos informantes. Como expressão da realidade observável, elas são fidedignas quanto podem sê-lo. Tão fidedignas quanto o será a imagem obtida por uma boa máquina fotográfica que fixe aspectos de uma realidade qualquer com a nitidez proporcional à intensidade da luz. Fotografias nítidas, a luz meridiana; fotografias de contornos vagos, quando operadas sob luz insuficiente. Nisto mesmo é que estará a sua precisão, sua fidedignidade. A fotografia em ambiente dilucular[321] terá que ser interpretada, se é que se queira fixar bem a realidade que está nela como era possível que estivesse. A maior ou menor coincidência da fotografia com a realidade que se procura retratar, depende das condições da representação, que a chapa não escolhe mas recebe como imposição da ambiência social. Não há capacidade técnica dos Agentes, nem perfeição dos métodos, que possa conseguir – esta, sim, seria 'mentira' ou 'fantasia' – a fotografia perfeitamente nítida da fisionomia que não se deixa penetrar através de um véu interposto ou à meia luz de um confinamento qualquer (FREITAS, 1952, p. 43).

[321] Crepúsculo, alvorada.


A revolução branca da estatistica

60 TECNICOS DO IBGE já pediram demissão

Teixeira de Freitas avista-se hoje com Vargas — Solidários com os demissionários os representantes de todos os ministérios — Pedida uma sindicância no Instituto

"Revolução branca da estatística - 60 técnicos do IBGE já pediram demissão – Teixeira de Freitas avista-se hoje com Vargas – Solidários com os demissionários os representantes de todos os ministérios – Pedida uma sindicância no Instituto", 1952.

E leva em conta ainda dois sentidos da expressão "duvidosa precisão", quais sejam: primeiro, com ênfase na dúvida, por exemplo, sobre o melhor número da realidade, quando há vários sobre o mesmo assunto; segundo, com ênfase na precisão, por exemplo, a fraude dolosa, preconcebida, nos processos de pesquisa. Ora, "não faltariam funcionários decentes, zelosos de sua honra profissional, que se revoltassem diante de diretrizes fraudulentes", sem olvidar que "a análise estatística, também ela ao alcance dos publicistas e estudiosos, não tardaria a descobrir a mistificação", se ela estivesse sendo praticada (FREITAS, 1952, p. 46).

Vencidas as questões chaves, entende que as refutou, e uma boa avaliação desse julgamento pressupõe uma leitura cuidadosa e exaustiva do seu documento; não lhe usamos senão uma ínfima parte, mas em medida bastante para mostrar a confiança de *Teixeira de Freitas* no sistema por ele criado. E bastante também para mostrar como sabia pensar o cotidiano da atividade estatística, com argumentos indiscutíveis, ainda que nem sempre técnicos, mas que ainda eram incipientes, e mesmo inexistentes. A própria comissão terá dificuldade em sua apreciação da situação, tendo que criar métodos de análise da intimidade das instituições estatísticas.

As razões dos demissionários

O documento dos demissionários, anunciado por *Teixeira de Freitas*, sairia naquele mesmo mês, fevereiro, sob o título **A crise do IBGE**: razões dos demissionários, volume 1 com 42 páginas. Não tem uma autoria explícita, mas terá sido redigido por *Waldemar Lopes* (se é que ele não foi o único autor); terá sido fruto da discussão com inúmeras pessoas, entre outros, *Tulo Hostílio Montenegro*, *Ruben Gueiros*, *João de Mesquita Lara*, *Alberto Martins*, *Heitor Bracet*, *Rubens Porto*, *Luiz Simões Lopes*.

O documento tem dois capítulos: I A organização do IBGE; II A atual crise do IBGE. O primeiro capítulo tem quatro seções: 1) Antecedentes; 2) A criação do Instituto; 3) Os convênios nacionais de estatística municipal; 4) O financiamento do Instituto; e que faz um histórico da instituição. O segundo capítulo tem dez seções: 1) Acusações e propósitos; 2) As estatísticas brasileiras são caras; 3) As estatísticas brasileiras são atrasadas; e 4) As estatísticas brasileiras são de duvidosa precisão; 5) O IBGE fracassou no desempenho de sua missão; 6) As razões dos pedidos de exoneração; 7) Acusações pessoais; 8) Acusações imprecisas; 9) Pronunciamentos favoráveis; e 10) O programa do sr. Presidente do Instituto; e que terá nossa atenção.

Para começar a conversa, o documento rememora as acusações de *Polli Coelho*, veiculadas na imprensa, e as agrupa em cinco blocos; não faz uma simples reprodução, mas sim uma arrumação inteligente, para efeito da futura argumentação; e o objetivo, sem dúvida, é desacreditar o presidente:

1. As nossas estatísticas deixam a desejar, em virtude de seu alto custo, atraso na divulgação dos resultados e duvidosa precisão.

2. O Instituto fracassou no desempenho da missão que lhe foi dada, podendo-se atribuir o fracasso à legislação antiquada, ao pessoal incompetente de que dispõe, constituído em oligarquia no órgão central, às velhas técnicas que utiliza, ao desinteresse existente na formação de técnicos, intangibilidade do sistema estatístico.

3. A reação dos servidores demissionários, sendo resultante de "princípios", não foi provocada pelas acusações feitas às estatísticas brasileiras, mas em defesa de interesses pessoais ou exprimindo antigo desapreço à pessoa do presidente.

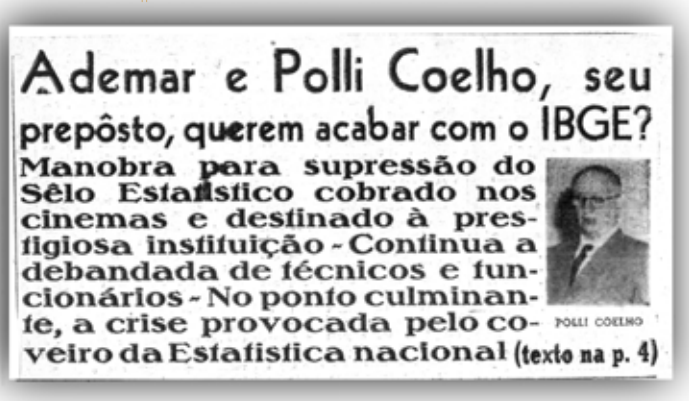
4. Há servidores, no exercício de altas funções que, tanto pelo estado de sanidade mental, como pela incompetência técnica, não deveriam exercer as funções que lhes foram confiadas.

5. Velhos hábitos brasileiros prejudicam a revelação de certas realidades, pois a mentira agradável é preferível à verdade desagradável (A CRISE..., 1952a, p. 6).

Polli Coelho queria fazer uma "reforma de base" no sistema estatístico, tendo em mente: "a) completa modificação da legislação existente; b) formação de técnicos em larga escala; c) introdução de novas técnicas e processos de trabalho; d) aproveitamento de valores humanos novos; e) barateamento, atualização e maior fidedignidade das estatísticas" (A CRISE..., 1952a, p. 6). E até essa síntese das intenções do presidente tem uma inteligente estruturação argumentativa.

Em 20 páginas são refutadas as acusações de serem nossas estatísticas caras, atrasadas e de precisão duvidosa. Os argumentos do presidente (na verdade de *Lourival Câmara*, já que *Polli Coelho* não trazia nenhum argumento de lavra própria, sendo apenas um repetidor) seriam frágeis por serem subjetivos; contudo, a bem da verdade, ao serem contestados pelos demissionários, não o foram em termos objetivos (e nem o fizera *Teixeira de Freitas*). Entretanto, ainda que não sendo objetivos exatamente (ainda que tragam números, e façam comparações internacionais), conseguem desautorizar a subjetividade do Secretário-geral. Não vamos seguir nesses pontos, seja por serem próximos (mas não iguais) aos dados antes por *Teixeira de Freitas*, e já vistos, seja porque voltarão no relatório da comissão *Themistocles Cavalcanti*, e com melhor densidade (como veremos no próximo capítulo).

"Ademar e Polli Coelho, seu preposto, querem acabar com o IBGE? – Manobra para supressão do Selo Estatístico cobrado nos cinemas e destinado à prestigiosa instituição – Continua a debandada de técnicos e funcionários – No ponto culminante, a crise provocada pelo coveiro da Estatística Nacional", 1952.


Ademar e Polli Coelho, seu prepôsto, querem acabar com o IBGE?
Manobra para supressão do Sêlo Estatístico cobrado nos cinemas e destinado à prestigiosa instituição - Continua a debandada de técnicos e funcionários - No ponto culminante, a crise provocada pelo coveiro da Estatística nacional (texto na p. 4)
POLLI COELHO

Quanto ao suposto fracasso do Instituto, expressa em frases de feito, sempre na imprensa ("há falhas no IBGE, grandes falhas e todo o País sabe disso", "precisamos de estatísti-

cas que nos ajudem a prever o futuro e não o passado", "se não tiveram a coragem de confessar à Nação que fazem estatística cara e morosa, eu o faço porque vim aqui para trabalhar e servir ao Governo", "a legislação em vigor corresponde a um plano antiquado de trabalho", e várias outras), a reação no texto é irada. Às opiniões de *Polli Coelho* contrapõem afirmações elogiosas vindas (ao longo do tempo, e não naquele momento) de órgãos internacionais, como o Instituto Interamericano de Estatística - IASI e o Instituto Internacional de Estatística - ISI, e vários órgãos da Organização das Nações Unidas - ONU, entre outros, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, a Organização de Alimento e de Agricultura das Nações Unidas - FAO e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Polli Coelho, bom aluno de *Lourival Câmara*, cobra dos ibgeanos domínio da matemática, ao que retrucam, dizendo: "os conhecimentos aprofundados de matemática, que tanto encarece, não são assim tão necessários como se lhe afiguram" (A CRISE..., 1952a, p. 28), e o fazem valendo-se das discussões internacionais (também nacionais, presentes inclusive nas análises de *Lourival Câmara*) sobre formação e capacitação continuadas dos profissionais das instituições estatísticas, em suma, dividindo-os em estatísticos administrativos e em estatísticos científicos: "enquanto os primeiros produzem estatísticas, os segundos são, antes de tudo, consumidores de estatística"; e assim seguem dizendo:

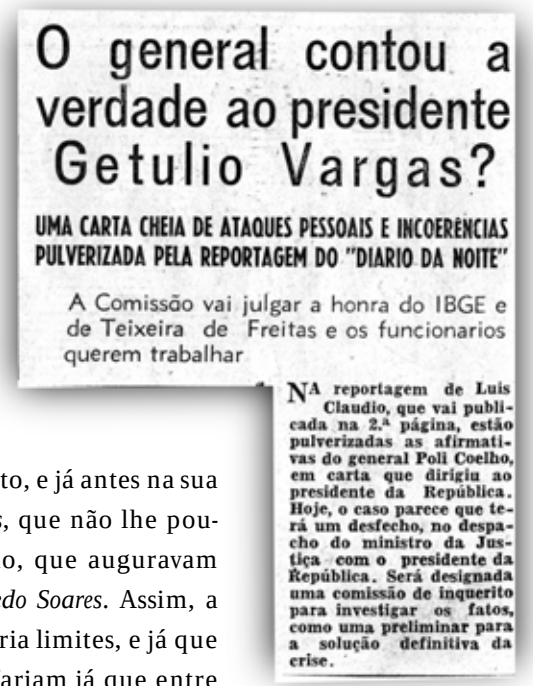
> O estatística-científico, pelo menos no domínio das ciências sociais, em geral, não é um preparador nem um realizador de levantamentos estatísticos: é apenas um analisador dos resultados de pesquisas executadas. É evidente que a mais profunda e perfeita preparação técnica não basta para tornar o estatístico científico um bom executor de tarefas para cuja realização se exigem conhecimento dos homens, capacidade de comando, aptidão para a coordenação de esforços e recursos, etc. Já o estatístico-administrativo deve possuir essas qualificações, a fim de que, em funções de direção ou como executor, possa efetuar levantamentos estatísticos, desde a fase de coleta à de divulgação. Nessas condições, desejar que o Agente de Estatística ou o Estatístico-Auxiliar sejam técnicos estatísticos, na acepção correta do termo, constitui absoluto desconhecimento das atribuições que competem a tais servidores (A CRISE..., 1952a, p. 28, grifo nosso).

Quanto à acusação de "oligarquia" preferem declarar-se uma "comunidade", e o afiançam trazendo o exemplo deles próprios: "o grupo que, com a dignidade profissional atingida, preferiu conservar-se fiel aos princípios que o congregaram e orientaram no exercício das missões que lhe foram confiadas", em vez de "participar da negação da própria obra, colaborando com os que pretendem a sua destruição, através de reformas radicais" (A CRISE..., 1952a, p. 29). Sim, pelo IBGE, de fato fora constituída uma comunidade especializada... o que fora excelente, mas que nem *Polli Coelho*, nem *Lourival Câmara*, terão percebido (ou valorizado).

Polli Coelho entendeu o demissão dos técnicos como algo que "estava há muito combinado", sendo contra ele, já que não teriam conseguido emplacar outro nome (embora não mencione *Teixeira de Freitas*, é a ele que se refere); com sua chegada, achando que o controlariam, se aquietaram e adiaram suas saídas (já combinada, conforme entendia). Doutra feita, menos que uma reação a ele, *Polli Coelho*, frustrados com sua nomeação, e independência na presidência, diria que a saída deles teria sido

por “interesses prejudicados”, quando afirmara que colocaria na atividade “técnicos de verdade”, o que os excluiria (mais tarde, a ida de vários desses técnicos, a convite expresso, para órgãos nacional e internacional, e para a iniciativa privada, apagaria, em definitivo, a fala de *Polli Coelho*, se é que alguém a achara crível).

Ao contrário, o documento procuraria “atestar o ambiente de simpatia e boa vontade que se procurou criar, desde logo, em torno da figura do novo presidente”, a começar das festas dos 15 anos do IBGE, que presidiu em 1951. Naquele momento, e já antes na sua posse, recebera atenção, inclusive de *Teixeira de Freitas*, que não lhe pouparia elogios, e expressaria esperanças em sua gestão, que auguravam pudesse ser profícua, e longa, como fora a de *Macedo Soares*. Assim, a atitude dos técnicos às aleivosias de *Polli Coelho* não teria limites, e já que ele fora à imprensa, eles também iriam, e melhor o fariam já que entre eles, *Waldemar Lopes*, à frente, havia jornalistas, mais que isso, jornalistas próximos às redações dos jornais. Entre outros pontos, procuram desagravar as menções desairosas de *Polli Coelho* a *Ruben Gueiros*, a *Alberto Martins* e a *Waldemar Lopes*, entre outros.



O general contou a verdade ao presidente Getulio Vargas?

UMA CARTA CHEIA DE ATAQUES PESSOAIS E INCOERÊNCIAS PULVERIZADA PELA REPORTAGEM DO "DIARIO DA NOITE"

A Comissão vai julgar a honra do IBGE e de Teixeira de Freitas e os funcionarios querem trabalhar

NA reportagem de Luis Claudio, que vai publicada na 2.ª página, estão pulverizadas as afirmativas do general Poli Coelho, em carta que dirigiu ao presidente da República. Hoje, o caso parece que terá um desfecho, no despacho do ministro da Justiça com o presidente da República. Será designada uma comissão de inquerito para investigar os fatos, como uma preliminar para a solução definitiva da crise.

“O general contou a verdade ao presidente Vargas? Uma carta cheia de ataques pessoais e incoerências pulverizada pela reportagem do ‘Diário da Noite’”, 1952.

> Teve razão, apenas, o Sr. Presidente do Instituto quando afirmou “que muitos demissionários foram arrastados por princípios”. Poderia ter declarado que “todos” os demissionários renunciaram os cargos que ocupavam por questão de princípios. “Os ibgeanos demissionários formam ao lado de um patrimônio cultural que lhes cumpre, de pleno direito, salvaguardar. Foram eles que, com seus esforços e sacrifícios, sob a inspiração patriótica de Teixeira de Freitas, construíram no Brasil o sistema estatístico de que dispomos, certamente ainda não elevado à perfeição, mas um sistema que progride e se aperfeiçoa, apesar das incompreensões e deficiências próprias do meio. [...] Ninguém pode negar que os demissionários, renunciando postos de chefia, o fizeram com evidente desvantagem pessoal. [...] Nesse movimento de dignidade profissional ultrajada, arriscam o que conquistaram em 10 ou 15 anos de serviço, em suas carreiras. E por que se dispõem a tanto? Porque entendem que é do seu dever preservar o que tantos sacrifícios lhes custou para construir, quando essa obra é ameaçada por uma reforma radical, destinada a tudo destruir. Não o fazem por saudosismo ou interesses pessoais, mas pelo respeito à obra comum, por amor a uma causa a que deram o melhor de seu entusiasmo e devotamento” (Carta dos demissionários a Álvaro Moreyra) (A CRISE..., 1952a, p. 32, grifo nosso).[322]

Para fim, numa incrível matreirice argumentativa, o texto em causa mostra *Polli Coelho*, em discursos internos, elogiando a instituição, e suas atividades, e seus técnicos, em várias ocasiões, ao mesmo tempo em que, na imprensa, se contradizia, desvalorizando e denegrindo a instituição e suas atividades, e a seus técnicos. E isso não ao longo do tempo, quando se poderia dizer teria caído na real, percebendo seus enganos; não, longe disso, em tempos próximos, algo como, um elogio pela manhã,

[322] Essa transcrição, que contém uma transcrição, é fiel ao que está na referência citada, inclusive nas interrupções, e no parênteses ao final.

ao público interno, e um apupo à tarde, ao público externo. E se revela um inconstante, se não mesmo, o que não é fácil afirmar, um desequilibrado; por certo, isso não o era, e se oscilava em suas opiniões, seria fruto, ao que parece, de sua imensa vaidade, em busca sempre dos aplausos de seus ouvintes (aplausos que, dado seu estilo pendular, seria sempre efêmero; mas talvez isso não o incomodasse).

Refutação ao folheto de Polli Coelho

Pronto em março de 1952, sairá em junho um novo texto dos técnicos, com o longo título "**A crise do IBGE**: refutação ao folheto 'A Questão do Conselho Nacional de Estatística', de autoria do Presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho", volume 2 com 135 páginas. Como o outro, sem autoria explícita, mas, mais ainda, pode-se atribui-la a *Waldemar Lopes*, que o prefacia. Como seu título aponta, passeia pelo "folheto" de *Polli Coelho*, e o desmonta palavra a palavra; rasga suas idéias, esgarça suas inúmeras contradições; em suma, é demolidor dos "conceitos derrotistas expendidos pelo presidente do Instituto".

Tem quatro seções: 1) Considerações iniciais; 2) Comentários a respeito do "prefácio"; 3) Comentários a respeito da I Parte: "Carta dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 8 de janeiro de 1952"; 4) Comentários a respeito da II Parte: "Apreciação sumária sobre o sistema estatístico do Brasil". Esta quarta seção tem cinco subseções: 1) As estatísticas brasileira são caras; 2) As estatísticas brasileiras são atrasadas; 3) As estatísticas brasileiras são de duvidosa precisão; 4) Necessitamos de mais técnicos; e 5) Reforma do sistema estatístico brasileiro. Por fim, num apêndice (feito quando o livrete já estava em impressão) apresenta as conclusões da comissão *Themistocles Cavalcanti* (o relatório completo será analisado no próximo capítulo).

O objetivo precípuo do documento é contestar, refutar, negar a *Polli Coelho*, e o fazem ponto a ponto, a partir do que dizem ser seu "folheto" (e por certo há nisso um sentido pejorativo). E dizem saber que não será nada fácil, ou seja, "tentar fazê-lo significa, muitas vezes, perder-se num labirinto de contradições", e dão dois exemplos, não por acaso, em referência à amostragem:

> Em mais de um documento, condena V. Excia., em afirmativas peremptórias, os processos de contagem completa ora adotados nos levantamentos estatísticas brasileiros, os quais, segundo diz, "podem e devem ser substituídos pela amostragem", ou seja, por "técnicas modernas" que decorrem de aplicações práticas do "Cálculo de Probabilidades".
>
> Aparentemente convencido disso, afirma, de forma categórica, em ofício dirigido ao sr. Presidente da República: "Não se pode mais, hoje, fazer estatísticas com gente que não tem preparo matemático suficiente para lidar com os métodos estatísticos de interpretação dos fatos sujeitos a pesquisas".

Representarão, porém, esses conceitos, essa atitude, um ponto de vista amadurecido, inabalável, definitivo? Talvez sim, talvez não, pois são da mesma autoria, embora em datas diferentes, estas outras afirmativas que se chocam tão fundo com as que foram transcritas:



POLI COELHO VAIADO E ACUSADO DE MENTIROSO

O Incidente de Ontem Na Sede do I. B. G. E.

O general Polly Coelho recebeu ontem, dos funcionários do Serviço Nacional do Recenseamento, uma pública manifestação de desagrado como não há memória na administração brasileira: quando um dos chefes demissionários interrompeu, com o brado de "E' mentira!" uma afirmação do presidente do I.B.G.E., seiscentos servidores, convocados para ouvir a fala presidencial, prorromperam em apupos. Depois, quando um funcionário tentou pálida defesa do general, a grande massa de servidores abafou suas palavras com uma vaia e abandonou o recinto, onde se encontrava o general Polly Coelho.

"Poli Coelho vaiado e acusado de mentiroso", 1952.

> "Não há, parece-me, possibilidade de emprego verdadeiro da matemática na Estatística. Acho mesmo que o uso correto das estatísticas não é absolutamente uma questão de matemática e sim de bom senso e de aritmética elementar".
>
> "O caso mais característico dessas 'aberrações' é aquele em que se pretende tirar de um certo número de valores observados, que se representam por meio de uma tabela ou de um gráfico, conclusões para um número muitíssimo maior de valores que não foram observados. Para essa operação, que me permito chamar de 'perigosa', os 'estatísticos' intentaram uma técnica, de aspecto matemático, mas que na essência não é matemática, porque lhe falta o fundamento natural. Separando um certo número de valores, temos o que se chama um 'sample'. O grande perigo de estatística matemática, se é que se pode realmente chamá-la assim, consiste precisamente em passar do 'sample' para o 'universo', sem mais se preocupar com a realidade. É isso uma generalização demasiadamente ousada, na maior parte dos casos, principalmente quando se trata de fenômenos sociais" (A CRISE..., 1952, p. 7-8).

Maquiavélica, a armadilha ao presidente! Talvez tenha sido uma armadilha tendenciosa, envolvendo momentos díspares, quando então suas idéias teriam evoluído, de contra a favor da amostragem, de uma sua visão naive a uma sua visão precisa. Mas, o mais provável é que os momentos sejam próximos, expressando as contradições em que *Polli Coelho* era *expert*. E *Lourival Câmara*, como teria lido esses textos? Teria se mantido a cavalheiro? Teria cobrado explicações (ou ensinado)?

Idéia a idéia são vistas, criticadas e desmontadas. Os argumentos expostos ganham um caráter mais objetivo, seja em evidências concretas, até alguns números, seja em defesas da qualidade das estatísticas, colhidas em declarações de sumidades no assunto (algumas passadas, outras novas, ao calor da crise). O texto tem trechos eruditos, inclusive em estatística, e, nesse caso, terão sido feitos por algum *expert* no assunto, talvez *Tulo Hostílio Montenegro*.

Algo que irritara, em especial, a cúpula técnica do IBGE foi a condenação do municipalismo, seja no sentido da técnica censitária das pesquisas, seja no sentido da alocação das agências, seja no sentido da Revista Brasileira dos Municípios que o IBGE editava. Para eles, e já se o dissera no Ideário Cívico do IBGE, os municípios eram a *célula máter* do Brasil, e teria que receber a melhor atenção de todos, não se concebia uma sistema estatístico que não levasse em conta aquele unidade administrativa.

> A conclusão derrotista do Sr. Presidente do IBGE se pode contrapor, entretanto, o testemunho, bem mais imparcial, do presidente do Instituto Internacional

> de Estatística, sr. Stuart Rice, ao afirmar, com a indiscutível autoridade de seu tirocínio profissional, que a "experiência estatística brasileira pode oferecer contribuições de real valor ao desenvolvimento da estatística internacional, tanto nos limites do Hemisfério Ocidental como no próprio campo mundial" (A CRISE ..., 1952, p. 127).

Tudo estava colocado. Só faltava o parecer da comissão presidida por *Themistocles Cavalcanti*, e composta por *Lourenço Filho* (educador, humanista), *Jessé Montello* (estatístico, atuário), e *Lyra Madeira* (atuário, estatístico, demógrafo). E o resultado viria logo, em grande apoteose, para dar fim a *Polli Coelho*.

Rafael Xavier lembra o passado

Passados dez anos, aos 25 anos do IBGE, *Rafael Xavier* ocupava a presidência. Ele que, como Diretor Estadual de Estatística, recebera *Bulhões Carvalho* em Recife, quando iniciava a propaganda do Censo 1930, mas que a revolução abortaria, e que por indicação de *Teixeira de Freitas* assumiria a Diretoria de Estatísticas do Ministério da Agricultura, a convite do Ministro *Juarez Távora*.

No 29 de maio de 1961, estavam presentes três antigos presidentes – *Florêncio de Abreu*, *Elmano Cardim* e *Macedo Soares* –, e três antigos vice-presidentes, que exerceram a presidência –, *Heitor Bracet*, *Rubens Porto*, *Moacyr Malheiros* – além de *Juarez Távora*, *Alexander de Morais*. *Rafael Xavier* assume a palavra e recorda a *Teixeira de Freitas* na crise do IBGE, em 1951-52.

> É com emoção incontida que neste momento evoco outra personalidade vinculada ao nascimento do Instituto e a grande parte de sua existência. Bem sabeis que desejo aludir ao fundador do IBGE, ao seu idealizador, o grande brasileiro Mário Augusto Teixeira de Freitas, de cujo convívio a morte nos privou há poucos anos. Dessa figura de dimensão moral inexcedível, desse vulto máximo de trabalhador incansável, pode dizer-se que, com o passar dos anos, mais se agiganta em nossa admiração, revelando proporções surpreendentes à medida que aumenta a perspectiva do tempo.
>
> Não quero insistir na demonstração da obra que ele nos transmitiu. Recordo, apenas, com a memória avivada pela saudade, uma das lições que nos legou. Um dia Mário Augusto Teixeira de Freitas viu a instituição criada e desenvolvida ao calor do seu idealismo fecundo, cruelmente golpeada. Todos conhecemos a nobre indignação, quase diríamos a veemência sagrada com que defendeu o Instituto das acusações que àquela época lhe faziam. Entretanto, como prosseguissem as tentativas de demolição da obra construída com tantos sacrifícios, alguns dos seus colaboradores antigos não mais conseguiam disfarçar um forte sentimento de pessimismo. Verificou-se então um ato que dá a medida exata daquele vulto extraordinário. Instado a manifestar o seu pensamento acerca da sorte que parecia estar reservada ao Instituto, Mário Augusto Teixeira de Freitas declarou, convicto e sem titubeios, como se pairasse acima das contingências momentâneas, confiar sobretudo na vitalidade da Instituição.
>
> Que significava aquela afirmação de Mário Augusto Teixeira de Freitas? E quem consistia a vitalidade do Instituto? Somente uma visão superior dos acontecimentos, não influenciada pelo que neles havia de contingentes e circunstancial, poderia validar aquela atitude de confiança inabalável. Numa clara antevisão do futuro, queria ele dizer que o IBGE dispunha de material humano excelente, capaz de superar, não apenas aquela crise, porém outras que porventura viessem a mani-

festar-se. E, de fato, o que dá substância real a uma instituição, o que lhe imprime vitalidade, em última análise, é o elemento humano em sua expressão qualitativa.

Ao reagir daquela maneira à vaga desalentadora que ameaçava solapar a esperança de recuperação do Instituto, tinha ele em mente o funcionalismo do IBGE, esse funcionalismo do IBGE, esse funcionalismo que chegou a ser tido como verdadeiro modelo, digno de ser imitado nos diversos compartimentos da administração pública. E nesse rol, note-se bem, incluía ele todos os que – colaboradores modestos ou destacados – concorriam para engrandecer a obra ibgeana. Foi uma lição de fé que jamais será olvidada.

A data que hoje se comemora com singeleza, à verdadeira moda ibgeana, reveste-se de significado especial. Não é apenas mais um aniversário do IBGE, mas uma oportunidade para exaltação daquele velho espírito que imprime colorido próprio à vida do Instituto. Não é simplesmente mais um 29 de maio, mas um marco que assinala a retomada de uma tradição límpida e fecunda. Tradição de bem servir, de responsabilidade, de discrição e respeito mútuo. Tradição de colaborar sem alarde na obra comum, erigindo-se o trabalho na medida adequada à aferição de méritos. Essa tradição – disso tenho certeza – será por vós continuada (25º..., 1961, p. 171, grifo nosso).

Perfeito, *Teixeira de Freitas*, embora tendo sofrido, saíra da crise ainda maior; grande homem seguiria presente nos corações e nas mentes dos ibgeanos. Mesmo com o Instituto tornado uma Fundação, ele seria sempre uma fecunda inspiração.

Pontos finais

A crise passaria, mas não sem deixar ranhuras na atividade estatística. Muitos dos melhores técnicos deixariam a instituição; vários iriam para órgãos internacionais, como *Tulo Hostílio Montenegro*, de pronto, e logo depois *Waldemar Lopes* e *Valdecir Lopes*, entre outros; vários iriam para a iniciativa privada no Brasil, como *Ruben Gueiros* que chegaria à direção superior da Mercedes Bens, afora outros. A crise, enfim, tiraria quadros do IBGE, quadros valiosos, experientes.

Ao fim e ao cabo, não mais se daria foco à idéia de serem nossas estatísticas caras, atrasadas e de precisão duvidosa. Essa idéia, já presente, desde sempre, seria ainda mais pensada e trabalhada. Mas não mais se pensaria na amostragem como a pedra-de-toque que as faria, a todas as estatísticas, mais baratas, mais imediatas, mais precisas; não, a amostragem ficaria na onda, por isso sim, mas sobremodo por outra razão, por ser uma via de se poder ampliar o escopo das pesquisas, abrindo as temáticas do programa estatístico. E ela será demandada continuamente, como técnica de pesquisa, mas só entrará em definitivo na instituição a partir do Censo 1960, e talvez ainda mais com as pesquisas domiciliares contínuas (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 1969).

Vencida a crise em 1952, seis anos depois, em 1958, o Instituto Roberto Simonsen promoveria um Seminário de Estatística, onde a amostragem é demandada, e onde a oferta de estatísticas econômicas é declarada insuficiente. Começava, então, uma série de críticas externas que acabariam por promover a mudança do estatuto jurídico do IBGE, tornando-o uma fundação, em 1967. Veja-se, então, que o mote da crise estava, para começo de conversa, adiantado no tempo; mas não foi essa a razão

da crise, mas sim não se ter posto em discussão, no lugar certo, a proposta de mudança do sistema; e o lugar certo seria o Conselho Nacional de Estatística, jamais a imprensa. Por isso, a situação desandaria, e *Polli Coelho* prestaria um desserviço institucional, ele que queria ter seu nome posto no *panteon* da estatística brasileira; com o que fez, entrou e saiu pela porta dos fundos, e não teve glória alguma, ao contrário...

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Waldemar Lopes: um poeta à frente do IBGE**, por Marco Santos.

Crise no IBGE (III): Comissão presidida por Themistocles Cavalcanti fecha a crise. E o IBGE segue em frente

Capítulo 14



"Cabeleireiro especializado" (charge), [s.d.]. Carlos Estevão.

Em janeiro de 1952, no início da crise, *Teixeira de Freitas*, em carta a *Vargas*, logo tornada pública[323], rebate e refuta as idéias de *Polli Coelho* (idéias essas apoiadas em *Lourival Câmara*). A carta é forte, pedindo rigorosa investigação, sem limites e amarras, e, se dela resultasse a confirmação das declarações de *Polli Coelho*, que ele, *Teixeira de Freitas*, fosse preso, como único culpado. *Getúlio Vargas*, de pronto, reage[324], e o faz pelo Decreto nº 30.399, a 16 de janeiro, formando uma comissão para "estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro [...] particularmente do ponto-de-vista da economia, atualidade e exatidão das estatísticas" (como é descrito no preâmbulo). A referida comissão presidida por *Themistocles Cavalcanti*, e formada por *Lourenço Filho*, *Jessé Montello*, e *Lyra Madeira* devia oferecer suas conclusões em 60 dias, o que faz em 17 de março. O relatório[325] é entregue ao Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, que a 26 de maio o remete a *Getúlio Vargas*, com exposição de motivos positiva[326]; a 12 de junho, *Vargas* aprova o parecer do ministro, dessa forma, secundando as conclusões da comissão; *Polli Coelho* estava acabado.

A 24 de junho, afasta-se da presidência.[327] Seus sonhos de grandeza, caíam por terra; seu nome ficaria inscrito na memória institucional, mas sem nenhuma grandeza; deixa no exercício da presidência seu vice-presidente, o contra-almirante *Manuel Ribeiro Espíndola*. Mas sua exoneração só será oficialmente concedida a 9 de setembro, quando seu sucessor é nomeado, *Florêncio de Abreu*, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - RS. Ao dar-lhe posse, o Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, referiu-se ao IBGE como "um dos mais importantes departamentos da administração pública do País"; ninguém faz citação a *Polli Coelho*. *Lourival*

[323] Não temos a data dessa carta, mas já a 12 há sua reprodução nos periódicos cariocas.

[324] É possível que, nos bastidores, pessoas tenham atuado, tais como: Simões Lopes, Juarez Távora, Heitor Bracet, Rubem Porto, quiçá o próprio Macedo Soares.

[325] No início da redação deste volume não havia cópia desse relatório na Memória Institucional do IBGE. O procuramos no Arquivo Nacional, e nos arquivos da Procuradoria-geral da República, do Supremo Tribunal Federal, entre outros lugares, sem nenhum sucesso; foi quando recebemos de Waldemar Lopes, um dos atores mais atuantes nas reações à crise, uma cópia do mesmo. Em depoimento ao autor, Waldemar Lopes levantou a hipótese de ter havido uma "limpeza da memória institucional", com a destruição de documentos, ou desleixo na conservação, feita na gestão Florêncio de Abreu, o que parece razoável, dado que quase tudo que hoje está disponível são documentos por ele doados.

[326] Exposição G/58, de 26 de maio, no Processo 011 385/52, do Ministério da Justiça.

[327] Não obstante, "dando no ferro e na ferradura", Getúlio Vargas indicou Polli Coelho para chefiar a delegação brasileira à XXX Reunião de Consulta sobre Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e ao XVII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional, a se realizarem em Washington, em julho e agosto de 1952. Integravam a comissão, entre outros, Delgado de Carvalho e Josué de Castro. (Segundo notícia da Tribuna da Imprensa, em 16 de junho de 1952).



"Vargas atendeu ao apelo de Teixeira de Freitas", 1952.


O General Poli Coelho Convidado a Demitir-se do IBGE

Leia na Terceira Página: ULTIMA HORA na Política

"O General Poli Coelho convidado a demitir-se do IBGE", 1952.

Câmara cuja visão do sistema estatística, e do mundo ibgeano, *Polli Coelho* apregoara à imprensa, a 1º de setembro deixaria a Secretaria-geral do Conselho Nacional de Estatística (e do IBGE), a partir de novembro seu substituto será *Maurício Filchtiner*, que vinha da chefia do Departamento Estadual de Estatística gaúcho. Essa gestão durará até setembro de 1954, e deixará marcas no IBGE, sobremodo pela criação da Escola Brasileira de Estatística, logo sendo chamada de Escola Nacional de Ciências Estatísticas, um fruto natural da análise de *Lourival Câmara*, tido, com estrita justiça, seu fundador (e primeiro diretor).

O modo de trabalho da comissão de avaliação

O relatório da comissão é remetido ao Presidente da República, através do Ministro da Justiça, por ofício[328] de seu presidente, *Themistocles Cavalcanti*, que seria em futuro próximo Procurador-geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal, na qual oferece pistas do modo de trabalho adotado pela comissão.

Como previsto no decreto, a comissão demandou a cooperação de funcionários[329], todos, sem exceção, "executando, com presteza e exatidão as tarefas que lhes foram confiadas, de acordo com as aptidões técnicas de cada um", dessa forma, "auxiliaram com proficiência e dedicação os membros da comissão" (CAVALCANTI..., p. 1-2).

A comissão "limitou-se a tarefa mencionada no decreto que a instituiu", vale dizer, "achou, assim, de não transformar as suas atividades em uma devassa sobre a parte burocrática e administrativa do Instituto". Registra a entrada de "numerosos memoriais de todos os interessados", sem os relacionar, mas por certo referindo-se aos documentos analisados nos dois capítulos anteriores. Todos terão sido lidos, com grande atenção e cuidado, mas não se "os considerou parte integrante da investigação senão elementos informativos necessários à penetração de todos os problemas e dúvidas que ocasionaram a chamada crise do Instituto" (CAVALCANTI, 1952, p. 2).


Themistocles Brandão Cavalcanti, [s.d.].

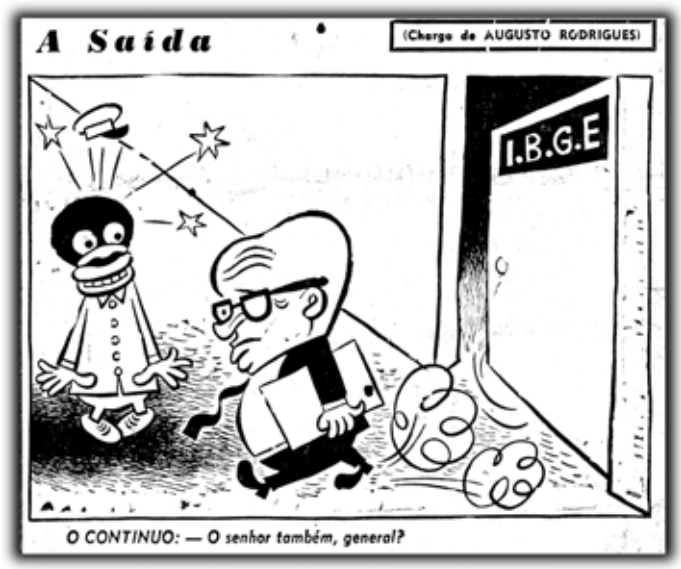
Os órgãos do sistema estatístico não foram visitados, até por serem afins à maioria dos membros da comissão. Mas, sempre que possível, conduziu sondagens por meio de minuciosos questionários, inclusive na Secretaria-geral do Conselho e do Instituto, numa "situação peculiar", por ser ela "ocupada por um técnico de imediata confiança do seu atual presidente, no-

[328] Esse ofício tem cinco páginas, em numeração independente da do relatório propriamente dito.

[329] Genival de Almeida Santos secretariou a comissão. Tânios Abibe e Wilson Vieira Coelho atuaram como auxiliares técnicos. Maria Ilva Pinto Ayres, Lucy Ayres Bastos, Sílvia de Morais, Gizela Cornélia Teleky e Hélio Trindade atuaram como auxiliares administrativos. Alphey Pereira Gurgel atuou como servente.

toriamente interessado no resultado dos nossos trabalhos" (CAVALCANTI, 1952, p. 3), e por isso cuidaram de conferir atentamente suas informações. Outro contato peculiar, e, nesse caso, também difícil, foi com *Polli Coelho*:

> A situação peculiar decorrente da permanência na Presidência do Instituto de uma das partes interessadas, se não veio prejudicar de todo os nossos trabalhos, trouxe, entretanto como conseqüência não só uma certa deformação natural e quase que imperceptível das informações prestadas pelos órgãos competentes do Instituto, como certa demora no fornecimento de dados cujo preparo deveria ter tido preferência absoluta sobre as demais atividades do Instituto. Essas observações já foram, aliás, objeto de representação feitas por carta a Vossa Excelência no curso dos nossos trabalhos (CAVALCANTI, 1952, p. 3, grifo nosso).



"A Saída" (charge), 1952. Augusto Rodrigues.

Ao que se ouve, *Polli Coelho* queria ser ouvido com distinção, até mesmo quereria influenciar os trabalhos da comissão. Não terá se visto ou se posto como o *pivot* da história, vale dizer, como o grande objeto da investigação, afinal, por detrás das críticas ferinas ao sistema estatístico estava ele, ou sairia exaltado ou sairia execrado; por certo superestimou a robustez do conteúdo da crítica que levara à imprensa, e o valor de seu nome, de sua posição também, ou seja, devia se achar maior que *Teixeira de Freitas*, no que se equivocava redondamente. Se alguém devesse influir nos rumos da comissão, não seria ele, mas sim *Teixeira de Freitas*, que, contudo, por sua natureza e vivência, por sua serena maturidade, não o fez (ao menos, às escâncaras). A comissão trabalhou com independência, ancorada no prestígio de seu presidente, já um jurista de nomeada, bem assim, trabalhou com elevadíssima competência; concluindo:

> Felizmente para o Brasil, não trouxe o resultado a que chegamos nenhuma decepção. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística constitui realização notável, quanto à sua estrutura, ao seu funcionamento, ao serviço que tem prestado ao Brasil. Aos homens que deram o seu esforço, a sua dedicação e competência para a sua realização, devem os brasileiros ser gratos porque constitui obra relevante. Se o ajustamento das suas peças deve ser feito periodicamente, se deficiências foram encontradas em seu funcionamento, esses defeitos devem ser atribuídos somente, em parte, a sua organização, o mais deve ser imputado à nossa própria vastidão territorial, às deficiências das nossas comunicações, a incultura de parte da população, à dificuldade de remunerar condignamente os funcionários do Instituto, principalmente os técnicos que pela sua competência, encontram ótimos salários em outras empresas e atividades. [...] Não se trata de obra perfeita nem definitiva, porque o mundo não conhece mais serviços dessa natureza, mas a sua estrutura e as bases de sua organização são tão perfeitas quanto possível (CAVALCANTI, 1952, p. 4-5, grifo nosso).

Teixeira de Freitas, e seus seguidores, terão saído aliviados, já que saíram exaltados, bastante elogiados. A obra ibgeana seguiria, mas não sem dificuldades,



"Do Vox Populi, de Carlos Estêvão" (charge), 1952.

afinal houve uma crise, e como seu fruto pessoas saíram; as poucas que voltaram depois de se demitirem, no auge da crise, embora voltassem vitoriosas, por certo não voltavam com o mesmo espírito anterior; o quadro de pessoal ficaria cingido. *Florêncio de Abreu* buscou uma nova união, tentando significar que ninguém ganhava nem perdia no todo, bastando lembrar, como grande exemplo, a conquista de *Lourival Câmara*, que viu a criação da Escola que tanto queria, ocupando sua direção superior; ao contrário, alguns dos retornados vitoriosos ficariam em posições menores.

A estrutura e o conteúdo do relatório da comissão

O relatório da comissão, intitulado **Parecer da comissão criada pelo Decreto nº 30.399, de 16 de janeiro de 1952, para estudar o sistema estatístico brasileiro e emitir parecer a respeito**, em 107 páginas, tem seis partes. Quatro dessas partes focam os pontos chaves da crise (como dados no próprio decreto): 1) A atualidade das estatísticas brasileiras: a) Considerações gerais; b) Atualidade das estatísticas no campo internacional; c) A atualidade das estatísticas sob o aspecto dinâmico; 2) A exatidão das estatísticas brasileiras; 3) A economia nas estatísticas brasileiras; 4) As bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos técnicos administrativos do IBGE: a) As bases político-administrativas; b) Os processos estatísticos utilizados pelo IBGE. Uma das duas outras partes, Considerações finais, aprofunda matérias tratadas no relatório: a) O IBGE e o sistema federal, b) Os convênios municipais, c) A taxa de estatística, d) Alguns problemas atuais do sistema estatístico brasileiro, e) Algumas opiniões. A parte final, como de praxe, contém a conclusão da comissão.[330]

Na análise da atualidade das estatísticas brasileiras, a comissão começa por conceituar atualidade: "atual é o que está em ato ou atuante; em conseqüência, o que é presente, efetivo, real, de agora, do momento, contemporâneo" dessa forma "a atualidade de um fato, uma coisa, de um serviço tem, assim, legitimamente, dupla conotação: o de ser atuante e de ser presente, a fim de que possa atuar", e, depois de se seguir fazendo reflexões, afirma-se: "uma definição precisa de atualidade, em termos numéricos, não é tarefa simples, mesmo se considerarmos apenas um determinado setor da vida econômico-social do País", para então concluir, após novas reflexões, e exemplos: "podemos concluir pela impossibilidade de serem estabelecidos previamente prazos para o julgamento de atualidade da estatística", e mais ainda: "é claro que em casos extremos é possível dizer-se se uma determinada

[330] Ao longo do relatório a remissões a apêndices, mas eles não estão na cópia que temos.

estatística é ou não atual; o que se não pode, entretanto, é fixar um prazo acima do qual a estatística seja considerada atrasada, e abaixo do qual seja tida como atual" (PARECER..., 1952, p. 4-5).

> Convém, ainda, esclarecer que, em muitas circunstâncias, as estatísticas antigas não podem ser consideradas como definitivamente desatualizadas. Em conseqüência da intenção, em si muito louvável, de se defender a necessidade de estatísticas atualizadas, despreza-se, às vezes completamente, a importância das estatísticas antigas. No campo dos fenômenos demográficos e econômicos, por ex., foi muitas vezes a análise de dados acumulados durante longos anos, que permitiu reconhecer a existência de certos ciclos e tendências, de considerável importância para o estudo desses fenômenos. Assim, durante longos anos as estatísticas podem ser de grande utilidade e permitem atuar de forma decisiva no sentido de se obter a solução de diversos problemas, que de outro modo ficariam desconhecidos ou longamente protelados (PARECER..., 1952, p. 6).

Isso posto, a comissão promoveu comparações internacionais, para tanto usando os anuários estatísticos de vários países. O prazo médio de divulgação das estatísticas brasileiras seria de cerca de 21,8 meses, superior aos prazos da Inglaterra (12,7 meses), Suécia (16,6), Estados Unidos (16,9) e Noruega (18, 6), mas inferior aos prazos de vários países, entre os quais o Japão (21,9). A comparação das estatísticas brasileiras às argentinas exigiu ajustes no método adotado, à falta de um anuário estatístico argentino, e se chegou aos prazos médios de 18,6 meses no Brasil contra 29,4 na Argentina; ajustando à situação das estatísticas indianas, o Brasil teria o prazo médio de 18, 5 meses e a Índia, 18,1. Outro ponto usado foi a presença das estatísticas brasileiras nos anuários estatísticos internacionais, estando o Brasil em posição melhor que a Índia e a Argentina. Quanto à dinâmica das divulgações, a situação brasileira seria favorável, tendo em vista a criação do *Boletim Estatístico* e outras publicações assemelhadas.

Na análise da exatidão das estatísticas brasileiras, começam por conceituar exatidão, vale dizer, exatidão na observação: "os erros de observação sobre coisas e fatos existem mesmo quando seja um só o observador", mais ainda quando é "alargado o campo da observação, de modo a exigir o trabalho de numerosos observadores, erros de várias naturezas e espécies normalmente se introduzem nas observações muitos pela influência de fatores subjetivos" (PARECER..., 1952, p. 15). O relatório prossegue:

> A exatidão, no caráter de contagem e registro impecável, ou no de que não se exclua nenhuma unidade a considerar, ou no de que não classifique mal nenhum delas, é ideal inatingível, ou apenas atingível no movimento de serviços extremamente limitados, em que o inquérito se confunde, afinal, com a contabilidade mesma nesses serviços. Com relação a estatísticas gerais de uma região ou de um país, é evidente que nenhuma delas poderá ser exata, nesse sentido de total, exaustiva, sem qualquer omissão, ou causa de erro. Os levantamentos estatísticos, quaisquer que sejam, e em qualquer país do mundo, terão forçosamente certo contingente de imprecisão. Será, pois, como redução desse contingente de imprecisão inerente às estatísticas, que a questão da exatidão deve ser examinada (PARECER..., 1952, p. 15).

Segue a idéia de erro: os que são derivados dos informantes, os que surgem dos agentes coletores, os que vêem das técnicas, entre outras formas. Há uso de mui-

tos livros, vários deles vistos em capítulo anterior; por natural, a questão da amostragem é esmiuçada, e é defendida (o que aliás, já se dera em várias Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística). Ao fim da seção, o IBGE sai-se muito bem.

Na avaliação da economia nas estatísticas brasileiras, diz-se que o cálculo do custo total "não oferece, evidentemente, nenhuma dificuldade, mas em compensação tem pouco significado por si só" (PARECER..., 1952, p. 32). Hoje, ao contrário dessa afirmação de simplicidade na determinação dos custos totais das estatísticas, temos enormes dificuldades de empreendê-la (à referida determinação).

Para seguir nessa análise, o relatório trafega por duas hipóteses: 1) a de se manterem integralmente os processos técnicos atuais, 2) a de se modificarem esses processos no sentido de maior emprego da amostragem. No caso da primeira hipótese, "é evidente que as estatísticas atuais não podem ser consideradas caras, uma vez que o sistema tem como fundamento a eliminação de desperdício e duplicidade" (PARECER, 1952, p. 38). No caso da segunda hipótese, dados os liames estadual e municipal do sistema estatístico brasileiro, a adoção da amostragem não levaria a custos baixos, contudo, refeito o arranjo formal do sistema, mas sem negá-lo na essência, haveria "conveniência no emprego mais amplo da amostragem", já que poderia promover uma expansão dos "levantamentos estatísticos, principalmente, naqueles setores em que hoje há deficiência de dados" (e é claro que são as estatísticas econômicas as deficientes). Por fim, a comissão entende que "os serviços da estatística brasileira, no seu conjunto, não apresentam regime de custo maior ou menor que o dos demais serviços públicos do país" (PARECER..., 1952, p. 39-40).

Por fim, as bases do sistema são analisadas. É destacada sua natureza federativa. Sua base legal e sua estrutura organizativa são analisadas atentamente. Com bastante propriedade, o relatório sintetiza "as bases político-administrativas em que assenta o sistema estatístico do País", como foram vistas na 1ª parte deste volume:

> a) Base legal de cooperação interadministrativa, com caráter federativo;
>
> b) Base convencional, por acordo dos Governos chamados a cooperar no sistema;
>
> c) Base autárquica, dado que o IBGE surgia como uma entidade de caráter Nacional;
>
> d) Base representativa na orientação superior e administração do Instituto, órgão colegial complexo, no qual existe representação paritária entre os Governos compactuantes;
>
> e) Base de autonomia técnica e administrativa, ou de autodeterminação do sistema;
>
> f) Base de suplementação de recursos aos elementos primários do sistema, isto, é ao Municípios para realização uniformemente eficiente das estatísticas municipais (PARECER..., 1952, p. 44-45, grifo do autor).

Nesse ponto, o relatório expressa uma elevada admiração pela concepção do sistema, e rende elogios aos seus idealizadores (ou melhor dizendo, ao seu idealizador, *Teixeira de Freitas*). Se dúvida houvesse, até então, qual seria a conclusão do relatório, deste ponto em diante, não mais haveria dúvidas. Vejamos:

> O que convém aqui assinalar é que as bases lógicas e práticas do sistema comprovaram a sua eficácia, a qual pode ser examinada pelo confronto, tão fácil de fazer-se, entre os que eram os serviços estatísticos no país, antes desse sistema e depois de ter sido ele instaurado. Não se impressiona esta Comissão, deve ser declarado, tanto com a beleza teórica do sistema, a qual realmente se reveste, nas menores minúcias, de um rigor e de uma precisão lógica, que faz honra ao aquilador [sic][331]. O que aos signatários deste parecer cumpre assinalar é a eficácia da organização, não apenas ideiada [sic][332], mas realizada com grande sinceridade de propósitos, pertinácia e devoção à causa que a inspira. Essa eficácia prática pode ser facilmente atestada pelo confronto entre o que eram os serviços estatísticos antes do sistema vigente e depois de sua instauração, verificada pela produção (qualidade da produção, quantidade da produção), e comparabilidade dos dados nas séries geográficas e temporais, de par com a sua atualidade e menor imprecisão. [...] O trabalho que se veio a realizar não representou, assim, improvisação, mas extensão de um sistema[333] que se havia verificado como de comprovada utilidade, e que poderia vir, como de fato veio, dar solução ao problema da coordenação geral das estatísticas do país, problema não resolvido ainda por outros países de regime federativo, inclusive os Estados Unidos (PARECER..., 1952, p. 46-48).

Dessas bases, "em que assenta o sistema estatístico brasileiro, correspondentes ao objetivo de organização e coordenação geral dos serviços estatísticos de todo o País, resultaram os métodos e processos que vêm sendo empregados", ou seja, "o processo geral de levantamento adotado é o de contagem completa". E dois fatores são apontados como decisivos "para a adoção desse método de levantamento": a própria estrutura político-administrativa promovendo a articulação das três esferas políticas nacionais (federal, estadual e municipal) e a reduzida maturidade da amostragem, ainda muito restrita "aos trabalhos de laboratório além do seu emprego no controle estatístico de qualidade em um número pequeno de indústrias" (PARECER..., 1952, p. 51).

> A amostragem em grande escala, aplicada aos levantamentos estatísticos de populações estatísticas industriais, etc., teve a sua origem por volta de 1939 e o seu grande desenvolvimento foi uma decorrência das necessidades impostas pela guerra. Não deseja a Comissão afirmar que nunca se tivesse feito a amostragem antes de 1939; ao contrário, vários foram os inquéritos realizados desde longa data baseados em amostras do universo a ser pesquisado. No entanto, a escolha da amostra nada tinha a ver com os processos modernos de escolha e era feita pelo julgamento individual e pessoal do pesquisador. Edward Deming classifica as amostras em dois tipos: amostras probabilísticas (probability samples) e amostras intencionais (judgment samples). Para as primeiras, existem teorias que permitem as determinações dos erros de amostragem. Além disso, nesse tipo de amostras as tendências unilaterais (bias) devidas à seleção, à falta de resposta, aos processos de estimação são virtualmente eliminados ou ficam contidas entre limites conhecidos. Nas amostras intencionais, no entanto, os erros de amostragem e as tendências unilaterais não podem ser calculados, dependendo assim exclusivamente de julgamento do pesquisador. O que era feito nos levantamentos por amostragem, antes de 1939, excluídos alguns casos especiais limitados, conduzia ao tipo de amostras intencionais anteriormente definido. Não seria possível, pois, basear-se um processo regular de levantamentos estatísticos em amostras intencionais, nem mesmo na amostra aleatória simples (PARECER..., 1952, p. 51-52, grifo nosso).

---

[331] Talvez a palavra devesse ser "aquilatador", como aquele que aquilata.

[332] Talvez a palavra devesse ser "ideada", como o que se pode idear.

[333] O relatório se refere ao sistema da educação, uma vez que "exatamente por ele é que se iniciou uma experiência de regime convencional, para o levantamento das estatísticas do país, com critério de uniformidade de questionários e de apuração de dados e de sua publicação" (PARECER..., 1952, p. 48).

Dessa forma, quando da criação do sistema não haveria como utilizar-se a amostragem, seja por sua não maturidade operacional, seja pela natureza sistêmica essencial naquele instante. O Brasil, em especial no momento da guerra, precisava de estatísticas (econômicas) municipais, devidamente coordenadas, e isso pressupunha os levantamentos por contagens completas. Não obstante, resoluções das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística freqüentemente estimularam o estudo e mesmo a adoção da amostragem; e promoveu a tradução e a edição de obras sobre essa temática, bem assim, promoveu a formação de técnicos (por exemplo, *Lourival Câmara* que passou algum tempo nos Estados Unidos). E nessa linha a Comissão recomendou a intensificação dos estudos e a adoção de amostras, sem que isso devesse implicar "o abandono das contagens completas", nem exigiria mudanças radicais do sistema, numa estocada demolidora das catilinárias de *Polli Coelho* (PARECER..., 1952, p. 62-63).

> Para a implantação dos processos de amostragem, não será necessário qualquer modificação radical na atual estrutura do Instituto, baseada nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, cuja manutenção está perfeitamente indicada em face de uma análise serena de todos os aspectos técnicos do problema. [...] De fato, não só será possível, no entender da Comissão, manter o sistema convencional ao lado da prática de amostragem em diversos setores, mas ainda seria medida prematura e desarazoável, mesmo que fossem aconselhada, em princípio, uma modificação imediata daquela estrutura, quando não existe ainda, e nem será conseguida em pequeno lapso de tempo uma nova estrutura que, com vantagem, a substitua. E isso porque será necessário, previamente, uma formação completa das equipes de trabalho, uma formação de técnicos altamente qualificados, em número suficiente, e uma experiência prévia que sirva de teste a essas equipes e a esses técnicos; e, finalmente, será necessária a cristalização, no ambiente nacional, da filosofia que orienta os modernos processos de levantamentos estatísticos, a fim de que eles sejam aceitos sem aquela desconfiança que inspiraram em vários países e que só um período de prova suficientemente longo permitirá eliminar (PARECER..., 1952, p. 64).

Em suma, novos temas, em especial econômicos, poderiam ser levantados por amostragens, ao passo que temas antigos e já cristalizados continuariam sendo objeto de pesquisas completas. Dessa forma, as obrigações sistêmicas seguiriam válidas, sem que sua base político-administrativa precisasse ser modificada. Essa solução salomônica, contudo, esbarrava na carência de recursos humanos, como fora dito, bem assim, na falta de recursos financeiros. Esse ponto levaria, mais cedo ou mais tarde, à discussão da prioridade desta ou daquela pesquisa, quais seriam feitas e quais não, ou quais o seriam antes de quais o seriam depois. Mas isso só viria à tona em 1958 no seminário promovido pelo Instituto Roberto Simonsen, e só seria resolvido (?) com a mudança do Instituto em Fundação, em 1967 e nos seus ajustes em 1972.

Polli Coelho contesta o relatório da comissão

Pela exposição do Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, enviando o relatório da comissão ao Presidente da República, fica-se sabendo que "convidado a se manifestar sobre o Parecer da Comissão, o Sr. Presidente do IBGE expôs suas opiniões em uma 'Réplica ao Parecer da Comissão'", à qual anexou diversos documentos:

> Os elementos fornecidos por aquele alto funcionário, dada a sua heterogeneidade podem ser compreendidos em três grupos: 1º) Réplica do General Polli Coelho; 2º) Crítica do parecer ("Inconsistências de um parecer") de autoria do

> Estatístico Lourival Câmara, Secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística; 3°) Elementos subsidiários de informação teórica ou de polêmica. [...] Além da crítica referida na alínea supra, foram anexados à réplica do General Polli Coelho dois outros trabalhos do Senhor Lourival Câmara, "Exame crítico da estatística brasileira" e "Iniciação à amostragem"; um estudo do Senhor Olavo Batista Filho, "A análise econômica do Brasil e as exigências estatísticas"; e um trabalho polêmico do General Polli Coelho, "A questão do Conselho Nacional de Estatística" (CONTROVÉRSIA..., 1952, p. 217).[334]

Lourival Câmara sustentou que "os métodos de investigação utilizados pela Comissão foram empíricos e não atenderam aos imprescindíveis requisitos estatísticos que exigia a matéria". Além disso, entendeu que "a Comissão agiu tendenciosamente, selecionando, entre os dados que colheu, apenas os que contrariavam a posição do General Polli Coelho". Por outro lado, observa a exposição ministerial que os documentos oferecidos na réplica traziam "elementos de apoio às alegações do General Polli Coelho, no sentido de que as nossas estatísticas são caras, atrasadas e de duvidosa precisão". Vale dizer, se a comissão viesara sua análise, como estava sendo acusada, não agira diferente os defensores das mudanças no sistema.

Enfim, sopesados os documentos apresentados na constestação, a exposição ministerial oferece duas sínteses, pendendo claramente (com a devida polidez) para as conclusões da comissão, como segue:

> I. As estatísticas brasileiras sofrem de muitas imperfeições em virtude do fato de carecer ao IBGE de uma equipe técnica mais numerosa e bem treinada que a existente, e ainda porque as condições geográficas, econômicas e culturais do Brasil não permitem, atualmente, um rigoroso levantamento estatístico.
>
> II. Omitidas as alegações de cunho emocional ou polêmico, que prejudicam a contestação ao Parecer, observa-se, no que essa contestação tem de objetivo, que o Parecer da Comissão e as críticas a ele formuladas se desenvolvem em diferente escala de grandeza. O Parecer da Comissão, por motivos no mesmo explicados, apreciou os problemas em jogo de um ponto-de-vista geral e sintético. Suas conclusões, presididas por esse critério, são de ordem geral e não desconhecem, como expressamente consta do Parecer, que muitos aspectos do IBGE merecem aperfeiçoamento ou reforma. Vale lembrar, aliás, que as mais importantes alterações ou reformas encontram sugestões a respeito no Parecer. Diversamente, as contestações do Parecer se situam no plano do particular e do analítico. Não se poderá deixar de levar em conta o que há de construtivo nesse trabalho crítico. Impossível, entretanto, fazer incidir essas críticas sobre o Parecer e suas conclusões, uma vez que aquelas se referem a questões de detalhe e o Parecer trata de assuntos genéricos (CONTROVÉRSIA..., 1952, p. 217-218).

Assim sendo, vingaria a conclusão da Comissão "que as nossas estatísticas não são inatuais, nem caras e podem ser consideradas exatas", dizendo também "que o nosso aparelho estatístico obedece aos preceitos técnicos e se ajusta às condições brasileiras", não sem admitir "que vários aspectos do IBGE merecem aperfeiçoamento ou reforma, adiantando mesmo algumas sugestões nesse sentido", cumprindo à direção do IBGE "corrigir para o futuro essas falhas, de modo a que a Instituição possa cumprir integralmente os seus objetivos e venha ainda proporcionar, com a eficiência

[334] Salvo os textos já antes vistos, infelizmente não conseguimos acessar os demais.



Florêncio de Abreu, Macedo Soares e Mauricio Fichtiner, em 15 de setembro de 1952.

de seus serviços e a precisão de suas informações, um maior e completo conhecimento da vida nacional, em seus múltiplos aspectos" (CONTROVÉRSIA..., 1952, p. 218).

Florêncio de Abreu alcança a presidência

Florêncio de Abreu tomou posse em setembro de 1952, perante o Ministro da Justiça, *Negrão de Lima*, e tendo a presença de *Nereu Ramos*, Presidente da Câmara dos Deputados, e de *Amaral Peixoto*, governador fluminense, entre outras pessoas.[335] Em seu discurso de assunção ao cargo não fala em *Polli Coelho*, e nem na crise.

Ao final de 1953, em minucioso relatório, *Maurício Filchtiner*, Secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística (e do Instituto), escolhido por *Florêncio de Abreu*, faz a apologia das realizações, entre as quais realça a criação da Escola Brasileira de Estatística (logo depois Escola Nacional de Ciências Estatísticas).

> ... após os competentes estudos, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística houve por bem criar a Escola Brasileira de Estatística, atendendo, assim, à proposta do atual Presidente do Instituto, Desembargador Florêncio de Abreu, – que tem o maior empenho em promover o aperfeiçoamento técnico do funcionalismo estatístico do Instituto –, e às reiteradas sugestões do Sr. M. A Teixeira de Freitas, inspirador da criação do Instituto e seu primeiro Secretário-geral, que sempre desejou ver concretizada a idéia agora vitoriosa (ESCOLA..., 1953a, p. 88).[336]

Buscou-se atenuar a crise por intenso trabalho. Em julho, ao tempo da 12ª sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, 40 resoluções foram aprovadas, com destaque para a aprovação da 18ª Campanha Estatística. A Junta Executiva reuniu-se 76 vezes, sendo 37 para tratar do censo em curso (1950).

À 28ª sessão do Instituto Internacional de Estatística, realizado em Roma, o Brasil enviou volumosa delegação (*Alberto Martins*, *Ribeiro Espíndola*, *Raul Lima*, *Giorgio Mortara*, *Ovídio de Andrade Júnior*, *Alvacy Geraldo Louzada*, e outros)[337]. Na ocasião, *Teixeira de Freitas* foi reeleito vice-presidente, e a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sede da sessão de 1955 (o que se daria na gestão de *Elmano Cardim*).

A Diretoria de Documentação e Divulgação, sob o comando de *Waldemar Lopes*, foi das mais operosas. Aplicou-se os melhores esforços no sentido de melhor atender às demandas das organizações internacionais. O *Anuário Estatístico*, o *Boletim*

[335] Registre-se, contudo, a ausência de Teixeira de Freitas que não sabemos se terá sido convidado.

[336] Declaração de Maurício Filchtiner à imprensa, quando da instalação da Escola.

[337] Este capítulo já estava pronto quando nos chegou às mãos, por especial deferência de Artur Ferreira da Silva, o relatório assinado por Maurício Filchtiner, que presidiu a delegação. Relata os debates técnicos, e reproduz vários discursos, um deles de Pio XII (feito em audiência especial às comitivas oficiais), de grande valor, outro do 1º Presidente da República Italiana, Prof. Luigi Einaudi (aliás, um dos sócios do ISI). As reuniões técnicas ocorreram no prédio da FAO.

Estatístico e as *Revistas Brasileiras de Estatística e de Geografia* foram atualizados; vários livros foram editados. Passou-se a utilizar o serviço de vendas por reembolso postal, e se criou um serviço regular de "notícias e comentários" para a imprensa.

A) A EBE logo ENCE

Em 10 de julho de 1952, pela Resolução nº 518 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, deliberou-se a implantação e manutenção de cursos de estatística voltados à formação e à especialização, a partir de 1953.

Em 6 de março de 1953, pela Resolução nº-416 da Junta Executiva Central, foi criada a Escola Brasileira de Estatística - EBE, sendo aprovado seu regimento; *Lourival Câmara* é nomeado diretor (deixará a função em julho de 1960).

Em 16 de abril de 1953 é realizada sua instalação (no auditório da presidência). *Maurício Filchtiner* profere discurso apaixonado: "a Escola Brasileira de Estatística decorre de uma profunda necessidade nacional" (INSTALADA..., 1953, p. 196). Em 18 e 19 de dezembro encerrou-se o primeiro ano letivo, com discursos de *Lourival Câmara*, de *Moacyr Malheiros*[338]. Eis seu corpo docente / disciplinas:

Primeira série:
Complementos de Matemática, Orêncio Longino de Arruda Gomes
Análise Matemática, Chafi Haddad
Cálculo de Probabilidades, Rio Nogueira
Estatística Descritiva, Antônio Garcia de Miranda Neto
Geografia Econômica, Moacyr Malheiros Fernandes Silva
Direito Constitucional e Administrativo, Artur Marinho

Segunda série:
Análise Superior (Cálculo Integral e Equações Diferenciais), Marcos Vinícius da Rocha
Teoria da Medida, Jorge Barroso
Cálculo de Diferenças Finitas, Antônio Tânios Abibe
Álgebra de Matrizes e Funções Ortogonais, Orlando de Maria
Probabilidades Estatísticas, Oscar Porto Carreiro
Análise Estatística, Francisco de Paula e Silva Saldanha

Terceira série:
Inferência Estatística, Jessé Montello
Planejamento Experimental, Walter Augusto do Nascimento
Estatísticas Demográficas, João Lyra Madeira
Análise das Séries Temporais, Raimundo Paes Barreto
Estatísticas Culturais, Fernando Rodrigues da Silveira
Econometria, Jorge Kingston

Quarta série:
Tecnologia da Amostragem, Lourival Câmara
Estatísticas Agrícolas, Maurício Filchtiner

[338] Nesse discurso, Moacyr Malheiros faz referência a Teixeira de Freitas.

Estatísticas Industriais, Francelino de Araújo Gomes
Estatísticas da Circulação, Luís Nogueira de Paula
Estatísticas do Trabalho, Lauro Sodré Viveiros de Castro
Conjuntura Econômica, Jorge Kafuri
(ESCOLA..., 1953a, p. 87).

Em 29 de maio de 1954, pela Resolução 442 da Junta Executiva Central, a escola ganha novo nome, ajustando-se ao determinado no Decreto nº 19.851, sobre o ensino superior: Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE.

No início, a Escola funcionou em espaço cedido pelo Serviço Nacional de Recenseamento na Av. Pasteur (na então Praia Vermelha, hoje o bairro da Urca). Em janeiro de 1956, passou a funcionar na Av. Pres. Wilson 210, segundo andar, em prédio alugado. Em janeiro de 1968, ganhou sede própria, à rua André Cavalcanti 106 (no Bairro de Fátima), com cerca de 2 500 metros quadrados de área útil, em cinco andares.

B) A ESEB, na Bahia[339]

Em 6 de março de 1953, como visto, a Escola Brasileira de Estatística foi criada formalmente por resolução da Junta Executiva Central; já antes houvera diversas discussões preparatória, mas sem a devida formalidade, que sairá apenas naquele momento. Assim sendo, não lhe cabe a primazia como primeira escola de estatística brasileira, mas sim à Escola Superior de Estatística da Bahia - ESEB, criada a 25 de fevereiro daquele mesmo ano (menos de 10 dias antes, mas antes). Já o início das aulas, em ambas as escolas, deu-se no mesmo dia, qual seja, 23 de abril de 1953.

A ata da reunião de criação da ESEB, foi assinada pelos professores *Eloyvaldo Chagas de Oliveira*, *Felipe Nery do Espírito Santo*, *Artur Ferreira da Silva* (este, Inspetor Regional de Estatística do IBGE, na Bahia), e *Antônio Carlos de Brito Chaves* (que secretariou); a reunião ocorreu na Sala dos Professores da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Para dirigi-la foi convidado o Prof. *Isaías Alves*; ao final de 1953, a direção passou às mãos do Prof. *Felipe Nery*, um dos professores fundadores. Eis seu corpo docente / disciplina:

Direito Constitucional e Administrativo, Oldegar Franco Vieira
Inferência Estatística e Tecnologia da Amostragem, Humberto Lírio
Estatísticas Cultural e Demográfica, Artur Ferreira da Silva
Estatística da Circulação e Geografia Econômica, Felipe Nery
Teoria das Medidas, Ramakrisma dos Santos
Álgebra das Matrizes e Funções Ortogonais, Fernando Cardillo
Planejamento Experimental, Afrânio Amaral Garboggini
Cálculo das Probabilidades, Euzébio Carvalho

[339] Todas as informações alusivas à ESEB nos foram passadas por Artur Ferreira da Silva, um dos seus fundadores. Inclusive nos enviando documentos alusivos à criação da Escola.

Cálculo das Séries Temporais, Fernando Brandão Correia

Complementos de Matemática, Nilza Rocha dos Santos

Análise Superior e Análise Matemática, Guilherme Ávila

Estatística Descritiva e Análise Estatística, Newton Sales

Cálculo das Diferenças Finitas, Walter Reuter

Econometria e Estatística Industrial, Ubirajara Silva

Estatística Agrícola e do Trabalho, Waltércio Viana

Economia Regional e Administrativa, Carlos Aníbal Correia

Elementos de Economia e Finanças, Rômulo Almeida

Conjuntura Econômica, Antônio Carlos Brito Chaves.[340]

Quando da solenidade de instalação da Escola Brasileira de Estatística - EBE/IBGE, a 16 de abril de 1953, o Secretário-geral *Maurício Filchtiner*, em seu discurso registrou: "Na Universidade da Bahia, simultaneamente, acaba de ser criada a Escola de Estatística da Bahia, nos moldes da nossa Escola, com os mesmos objetivos e idêntico programa" (INSTALADA..., 1953, p. 197)[341]. Ao fim do ano 1953, na solenidade de encerramento, ainda na EBE/IBGE, é registrada a presença do Prof. *Eloyvaldo Chagas de Oliveira*, que é dito Diretor da Escola de Estatística da Bahia[342] (ESCOLA..., 1953, p. 374).

Elmano Cardim alcança a presidência

Com o suicídio de *Getúlio Vargas* (24 de agosto de 1954), *Florêncio de Abreu* deixa a função; sua estreita vinculação com o Presidente da República, não lhe permitia prosseguir. Com sua assunção à Presidência da República, *Café Filho* nomeia seu amigo dileto *Elmano Cardim* para a direção máxima do Instituto (setembro de 1954); para Secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística (e do Instituto) escolhe o aguerrido *Waldemar Lopes* (saindo *Maurício Filchtiner*).[343] Com a doença e posterior impedimento de *Café Filho* (novembro de 1955)[344], *Elmano Cardim* deixaria a função, passando-a a *Macedo Soares* em retorno à função que antes fora sua por 15 anos.

Na sua gestão, ressurge o espírito ibgeano. O IBGE viveu um dos seus mais elevados momentos, quando da realização das chamadas "Reuniões Internacionais de

340 Substituindo Eloyvaldo Chagas Oliveira, nomeado Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários - IAPC.

341 Ao que nos parece, a ESEB sempre foi uma Escola independente, e não vinculada à Universidade da Bahia. Se bem entendemos as informações, quando da criação da UFBA a ESEB tentou ser-lhe integrada, não o conseguido. Assim, continuou funcionando como escola independente.

342 Ao que apreendemos das informações analisadas, o Prof. Eloyvaldo Chagas de Oliveira, embora tenha sido um dos fundadores da ESEB, não foi seu diretor.

343 Nos quadros dessa gestão estarão alguns nomes que valerá realçar: Valdecir Freire Lopes, Sebastião Aguiar Ayres (que será o primeiro ibgeano a ser presidente), Raul Romero de Oliveira, Antônio Teixeira de Freitas (filho de Teixeira de Freitas), Leo Lima e Silva de Affonseca (que lembra Leo de Affonseca, diretor do Departamento de Estatística criado quando da extinção da Diretoria Geral de Estatística, no início do governo Vargas, logo após a vitória da revolução), e, por fim, Luís Timóteo da Costa e Manoel Timóteo da Costa (que lembra o primeiro diretor da Diretoria Geral de Estatística recriada ao tempo do governo Deodoro, após o golpe militar republicano, pondo fim ao período monárquico).

344 Sobre esse fato da história brasileira valerá a leitura do livro WILLIAM: Wagner. **O soldado absoluto**: uma biografia do marechal Henrique Lott. Rio de Janeiro: Record, 2005. 571p.

Estatística", das quais adiante falaremos. Teve atenção especial aos colégios decisórios, respeitando-lhes a independência e autonomia. Àquele período, discutiu-se a significação autárquica atribuída ao IBGE, "quando ente autônomo é que ele é, não sujeitável a leis gerais destinadas a disciplinar as atividades dos órgãos integrantes de qualquer das três órbitas de governo"[345] (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 387), com reflexos na questão do pessoal, nem sempre para melhor.[346]



Elmano Cardim discursa na sua posse, diante de Macedo Soares.

Nessa gestão, houve o início da "nova série de monografias municipais, com ilustrações"; prosseguiu-se na aplicação do "método da amostragem" na "apuração da estatística de exportação do Distrito Federal por vias internas"; intensificou-se as atividades do Laboratório de Estatística (ainda sob a chefia de *Giorgio Mortara*); teve início a feitura do Atlas Escolar, "mediante convênio com o Ministério da Educação e Cultura" (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 387-389). Reformou-se e instalou-se agências municipais de estatística; reformou-se a biblioteca; aprimorou-se o maquinário do Serviço Gráfico; trabalhou-se na conclusão do Censo 1950.[347]

A) Reuniões Internacionais de Estatística, organização e delegações[348]

No mês de junho, "sob os auspícios do governo brasileiro", teve lugar no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, uma série de encontros de estatística, sob o nome geral de Reuniões Internacionais de Estatística; nunca houvera nada parecido na história das instituições estatísticas brasileiras[349]. Cerca de 300 técnicos estiveram presentes, "entre delegados oficiais de governos, representantes de instituições não-governamentais e entidades internacionais, assessores, convidados especiais e participantes *ex officio*", com mais de 200 contribuições, "entre comunicações, relatórios, sugestões para programas estatísticos interamericanos" (REUNIÕES..., 1955, p. 125).

Eis, enfim, os encontros realizados: 1ª Sessão da Comissão de Educação Estatística (do IASI); 3ª Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais

[345] Trecho do seu discurso de transmissão de cargo a Macedo Soares.

[346] "Grato me foi, também, ver assinalada minha administração pelo preenchimento de uma lacuna que não era mais lícito admitir-se, ao aproximar-se já o Instituto dos vinte anos de existência: a instituição do sistema de aposentadoria para os funcionários de ambos os Conselhos" (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 288); também parte de seu discurso de transmissão de cargo a Macedo Soares.

[347] Pela Resolução 486, de 18 de novembro de 1955, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística rendeu copiosa homenagem a Elmano Cardim.

[348] Não localizamos os anais das várias reuniões havidas. Contamos apenas com vasta matéria publicada na *Revista Brasileira de Estatística*; a este texto estaremos referenciando.

[349] *Mutatis mutandis*, em 1996, aos 60 anos do IBGE, haverá um encontro grandioso, o I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, na gestão de Simon Schwartzman. Embora fosse um encontro nacional, inúmeras personalidades internacionais estiveram presentes, ainda que não em representações oficiais de órgãos ou de países.

(do IASI); 3ª Conferência Interamericana de Estatística (da Organização dos Estados Americanos - OEA); 3ª Assembléia Geral do Instituto Interamericano de Estatística - IASI; 12ª Reunião do Comitê Executivo do IASI; 29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística - ISI; Assembléia Geral da União Internacional para o Estudo Científico da População.[350]

Integraram as delegações internacionais personalidades de livros textos, ou autores dos mesmos, valendo destacar: *R. G. D. Allen*, Sir *Ronald A. Fisher*, *David J. Finney* estavam na delegação da Inglaterra; *P. C. Mahalanobis* integrava a delegação da Índia; *François Divisia* a da França; *Corrado Gini* a da Itália. Na delegação norte-americana valerá destacar a presença de *Carl P. Blackwell*, *Morris H. Hansen*, *Stuart A. Rice*, *Thomas Jabine*, *Walter F. Willcox*.

A delegação brasileira era presidida por *Elmano Cardim*, assíduo e atuante em todo o evento. Eis sua integral composição:

Delegados:

1) M. A. Teixeira de Freitas, 2) Giorgio Mortara, 3) Waldemar Lopes, 4) Germano Jardim, 5) Jorge Kingston; 6) A. de Miranda Neto; 7) Luiz Dodsworth Martins; 8) Lourival Câmara; 9) Jessé Montello; 10) João Lyra Madeira; 11) Oscar Porto Carreiro; 12) Lauro Sodré Viveiros de Castro; 13) Lincoln de Freitas Filho; 14) Luís Freitas Bueno; 15) Francisco Vera; 16) João de Mesquita Lara; 17) Paulo Câmara; 18) Dulce de Matos Meurer; 19) Alberto Martins; 20) Affonso Almiro; 21) Rubem Porto; 22) Achilles Scorzelli Júnior; 23) Walter Augusto do Nascimento; 24) Moacyr Malheiros Fernandes Silva; 25) Brigadeiro A. Castro Lima; 26) Tenente Coronel Nelson Mesquita de Miranda; 27) Capitão de Fragata Paulo de Oliveira; 28) Ministro Carlos Alberto Gonçalves.



Diante da entrada do Hotel Quitandinha, em Petrópolis/RJ, o presidente da República Café Filho, o presidente do IBGE Elmano Cardim, autoridades militares e membros das delegações ouvem a execução do Hino Nacional.

Consultores especiais:

1) Affonso P. de Toledo Pisa; 2) Anísio Teixeira; 3) Benedicto Silva; 4) Castro Barreto; 5) Fernando de Azevedo; 6) Gastão Quartin Pinto de Moura; 7) Genival Santos; 8) Heitor Bracet; 9) J. P. Fontenelle; 10) Jansen de Melo; 11) Jorge Kafuri; 12) Lourenço Filho; 13) Milton Rodrigues; 14) Rafael Xavier; 15) Sebastião Sant'Ana e Silva.

Assessores técnicos:

1) Alceu de Carvalho; 2) Antônio P. L. Teixeira de Freitas; 3) Antônio Tânios Abibe; 4) Armando Duarte Rabelo, 5) Arno Jacy Lorenzoni; 6) Áureo Pinto de Figueiredo; 7) Cori Loureiro Acioli; 8) Elígio Alves; 9) Emílio de Souza Pereira; 10)

[350] Em julho haveria um Simpósio Internacional de Biometria, em Campinas, e um Seminário de Estatística, na ENCE (no Rio de Janeiro). Não temos notícias de terem sido realizados.

Francisco da Gama Lima Filho; 11) Geraldo Woolf de Oliveira; 12) Gláucia Weinbergger; 13) João Jochmann; 14) João Soares Neves; 15) Joaquim de Assis Souza; 16) José Astolfo Amorim; 17) José Bastos Távora; 18) Luís Emídio Pinheiro da Câmara; 19) Marcos Monte Lima; 20) Mário Peçanha de Carvalho; 21) Milton Rocha; 22) Orêncio Longino de Arruda Gomes; 23) Osvaldo Sales Guerra; 24) Raul Lima; 25) Sebastião Aguiar Ayres; 26) Sílvio Bastos Vilaça; 27) Sydney Latini; 28) Valdecir Lopes; 29) Waldemar Quintais Guimarães.



Teixeira de Freitas, sua nora, Cyrene, Halbert L. Dunn (de costas), Georges Darmois e esposa. (Recepção da Família Teixeira de Freitas aos participantes das Reuniões Internacionais de Estatística).

Além das reuniões técnicas, houve uma "exposição de gráficos sobre aspectos fundamentais da vida brasileira", e que eram "painéis de dois metros e meio, em várias cores", mostrando "o desenvolvimento da população brasileira, as principais atividades da população, renda nacional, principais mercados, principais culturas agrícolas, crescimento industrial, utilização das áreas nos estabelecimentos agropecuários, etc.". E mais, "publicações internacionais especializadas" e "livros de referência" ficaram à disposição dos participantes; publicações estrangeiras e brasileiras foram distribuídas gratuitamente aos interessados (REUNIÕES..., 1955, p. 142)[351].

Paralelamente, houve várias atividades recreativas, e outras sociais, algumas oficiais. Por exemplo, visitas ao Museu Imperial, ao Jardim Botânico, ao Jardim Zoológico, ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos(onde Jorge Darmois, presidente do ISI, plantou uma árvore), ao Corcovado, à Baía da Guanabara (a bordo do "Almirante Tamandaré", da Marinha-de-Guerra). O Ministro das Relações Exteriores, *Raul Fernandes*, e o Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil -IRB, *Paulo Câmara*, ofereceram recepções aos estatísticos estrangeiros (a do Chanceler foi no Palácio do Itamaraty); *Teixeira de Freitas* também ofereceu recepção às delegações estrangeiras.

B) Reuniões Internacionais de Estatística, discursos e resoluções

De 2 a 14 de junho, ocorreu a 1ª Sessão da Comissão de Educação Estatística, criada no IASI, em 1942, "com o objetivo de aperfeiçoar os métodos de ensino da Estatística – tanto teórico como prático – no Hemisfério Ocidental". Aquela sessão deveria "examinar as atividades já realizadas, rever a aplicação das resoluções da I e II Conferências Interamericanas de Estatística e formular um programa de trabalho" (REUNIÕES..., 1955, p. 125). Na abertura, falaram *Jorge Kingston*, do Brasil, e *Luis Thorin Casas*, da Colômbia. Na agenda da sessão, havia oito temas:

> 1) Revisão das atividades em educação estatística; 2) Estado atual do ensino da estatística em alguns países americanos; 3) Centros e cursos interamericanos de ensino

351 "Folhinhas filatélicas comemorativas das RIE foram expostas e vendidas em benefício da Campanha Ibgeana contra a Tuberculose" (REUNIÕES..., 1955, p. 142).

> da estatística; 4) Modernos tipos de especialização estatística dentro das funções técnicas governamentais e particulares; 5) Vocabulário Estatístico, termos controversos; 6) As sociedades nacionais de estatística, objetivos, funções e métodos de trabalhos; 7) Preparação de um programa de trabalho; 8) Exame do projeto de relatório sobre o ensino da Estatística no Continente Americano, e o estado atual, aplicação e desenvolvimento das Recomendações Internacionais, a ser apresentado à III Conferência [Interamericana de Estatística] (REUNIÕES..., 1955, p. 125).

De 3 a 8 de junho, ocorreu a 3ª Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais, sob a presidência de *Herbert Marshall*, do Canadá. Na abertura, *Waldemar Lopes* saudou os delegados participantes; eis um trecho do discurso:

> Sentimos, os que temos a sensibilidade ferida pelo espetáculo dos desajustamentos econômicos e das injustiças sociais, que o mundo vai atingindo a grande encruzilhada da história. A sobrevivência dos valores que informam a cultura ocidental somente há de verificar-se à base de uma difícil conciliação: a do respeito às liberdades políticas com o estabelecimento de condições mais generosas, nas relações entre os homens. [...] Vemos, pois, que a nossa técnica, os resultados de nossa atividade profissional, o objetivo final do esforço anônimo e ignorado de tantos operários dos números, em todo o mundo, se convertem, nas contingências atuais, em um instrumento de justiça distributiva e do bem comum. A estatística, que, através dos tempos, sempre se afirmou tão útil às solicitações da sociedade humana, em suas diferentes fases, precisa e deve ajustar-se também – e na verdade já se vem ajustando – a essa função nova, em que se coloca a serviço de uma ordem social menos injusta, capaz de assegurar a todos os povos um futuro mais feliz, sob o signo da paz; a serviço, enfim, da obra de ajustamento e transformação da sociedade moderna, em bases mais equânimes e duradouras (REUNIÕES..., 1955, 126).

Entre outros pontos foram vistos: o Censo Decenal da América; a coordenação das estatísticas nacionais (estatísticas permanentes); as coordenações das estatísticas agrícolas, das industriais e das de habitação. Debateu-se também outros pontos, por exemplo: o intercâmbio de informações; a organização de programas-modelos, ou experimentais; a comparabilidade internacional das estatísticas.

A 9 de junho, finalmente, deu-se início à 3ª Conferência Interamericana de Estatística, "órgão oficial da Organização dos Estados Americanos". Para presidir a conferência foi escolhido *Elmano Cardim*, e, para secretariá-la, *Tulo Hostílio Montenegro* (recém saído do IBGE para o IASI). A sessão solene de abertura foi feita pelo Presidente da República, *Café Filho*, estando presentes, entre outros, o Ministro das Relações Exteriores, *Raul Fernandes*, o governador fluminense, *Miguel Couto Filho*, bem assim, o corpo diplomático. Eis trechos do discurso do Presidente da República:

> Aceito pelo tradicional Instituto Internacional de Estatística o convite do governo brasileiro, para aqui realizar a sua reunião bienal, a instalar-se, por feliz coincidência, na data exata em que estará comemorando a prestigiosa instituição seu septuagésimo aniversário, houve por bem a entidade similar do continente americano para aqui transferir a sede de sua terceira conferência, assim como de sessões de órgãos afins, já realizadas nos últimos dias ou programadas para dias próximos. Devo aqui manifestar nosso reconhecimento ao Governo da República do Chile por haver gentilmente tornado possível essa concentração de congressos e o maior brilho desta temporada cultura e técnico-administrativa, ao abrir mão da oportunidade que lhe cabia de realizar a 3ª Conferência Interamericana de Estatística na formosa cidade de Santiago [...] Como todas as idéias em prol da mais funda compreensão mútua e do maior entrelaçamento dos povos das nossas três Américas, a iniciativa surgida do seio do Oitavo Congresso Científico Americano, quanto à criação do IASI,



Discursa Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, (à sua dir.) Georges Darmois, (à sua esq.) Elmano Cardim, presidente do IBGE, (29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística).

encontrou no Brasil pela receptividade e calorosa simpatia. Por sua vez, os membros do Instituto Interamericano conferiram ao nosso país a mais cativante distinção, elegendo presidente de seu comitê executivo e, mais tarde, elevando-o à posição de presidente honorário, um ilustre técnico e devotado patriota brasileiro, Sr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. [...] É de se salientar o sentido de objetividade que presidiu à elaboração da agenda desta Conferência, cujos tópicos incluem os assuntos de maior atualidade e importância para a comunidade pan-americana. Refere-se um dos itens à organização e administração estatísticas, matéria em que o Brasil vem realizando, há vinte anos, uma experiência singular, visando à coordenação integral e à unificação da coleta e das elaborações estatísticas de competência comum das três órbitas governamentais e mesmo paraestatais e privadas. De fato, em nenhum campo de trabalho dos poderes públicos dilatou-se e aprofundou-se tanto a cooperação interadministrativa, de modo que, sem ferir nem de leve as prerrogativas constitucionais de cada qual, sob o regime federativo em que vivemos, sejam evitados os esforços e dispêndios paralelos, assim como a simultaneidade de inquéritos com a fatal conseqüência da diversidade dos resultados (REUNIÕES..., 1955, p. 130, grifo nosso).

Na sessão de plenária de organização, realizada no mesmo dia, tomou a palavra *Elmano Cardim*. Ao final desse discurso, compôs-se os vários grupos para os cinco pontos do temário, e seus respectivos responsáveis:

> 1) Estatísticas Econômicas e Financeiras, presidido pelo Sr. Donald C. Riley (Estados Unidos); 2) Estatísticas sociais e do Trabalho, presidido pelo Sr. Carlos Brignone (Argentida); 3) Organização e Administração Estatísticas, presidido pelo Sr. Herbert Marshall (Canadá); 4) Educação e Ciência Estatísticas, presidido pelo Sr. Carlos Alberto Soler (Paraguai); e 5) Estatísticas Demográficas e Sanitárias, presidido pelo Sr. Abelardo Achécar (República Dominicana) (REUNIÔES..., 1955, p. 123).

Esses grupos, por sua vez, formaram subgrupos. A 19 de junho, os trabalhos dos subgrupos foram apreciados numa sessão plenária da Conferência, sendo aprovadas 62 resoluções. O encerramento aconteceu em 23, falando *Carmen Miró*, do Panamá, e *Elmano Cardim*, que fez um balanço positivo das realizações.

A 24 seria instalada a 29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, em sessão solene presidida pelo Chanceler *Raul Fernandes*; eis um trecho do discurso:

> Quando, em 1885, ao comemorar-se o cinqüentenário da Royal Statistical Society of London, e graças aos esforços que havia dez anos vinha realizando Quetelet pelo ideal associativo de estatísticos de todo o mundo, logrou êxito a iniciativa da fundação deste Instituto, o então Império do Brasil figurou entre os onze Estados que se fizeram representar.[352] Foi o único, aliás, de fora do Continente europeu, muito embora a participação dos profissionais do nosso Hemisfério estivesse por outra forma assegurada, mediante a presença da American Statistical Society.

[352] É a primeira vez que vemos a "Royal Statistical Society" ser dita "of London". Não sabemos a quais esforços de Quetelet o Chanceler se refere; fato é que os Congressos Internacionais de Estatística, tratados no capítulo 12 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção, o tiveram como inspirados e animador, mas não nos é claro que ele já os evoluísse para o formato do que viria a ser o ISI. Quanto ao representante brasileiro, foi José Carlos de Almeida Arêas (1825-1892), Barão (depois Visconde) d'Ourém, cujo estudo analisamos no capítulo 18 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

> Desde então, fortaleceram-se cada vez mais as vinculações da nossa cultura estatística à entidade magna, sobretudo nas duas últimas décadas, que marcam a nova fase das nossas atividades nesse setor, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
>
> Nossos profissionais nesse ramo científico são imbuídos dos sentimentos que nortearam sempre a atuação do Brasil na sociedade internacional: a ambição do progresso intelectual, a prestante boa vontade, o desejo sincero de colaboração em favor da convivência harmônica dos povos, a cooperação franca em proveito da comunidade.
>
> A natureza e o vulto dos vossos estudos, ao longo destes sete decênios, constitui exatamente uma contribuição preciosa do saber e da experiência à causa do bem-estar humano. Vossas recomendações têm conduzido o método estatístico à contínua evolução, dilatado o campo de sua aplicabilidade e ampliado o aproveitamento dos resultados obtidos.
>
> Tendes ajudado os povos a conhecer as suas próprias realidades e os recursos de que dispõem, assim como a compreender-se melhor, baseados na permuta da informação idônea.
>
> Tendes, além disso, assegurado a sintonia do trabalho estatístico, mediante a adoção uniforme de conceitos e normas que são o fruto do labor múltiplo e contínuo, sob a égide de vossa ilustre associação (REUNIÕES..., 1955, p. 137-138).

Após *Raul Fernandes*, falaram *Elmano Cardim*, Presidende do IBGE, e *Georges Darmois* (da França), Presidente do ISI (reeleito ao término da reunião); eis, em ordem, trechos dos discursos (primeiro o de *Elmano Cardim*, depois o de *Georges Darmois*):

> Estou certo de que esses contatos são úteis ao enriquecimento de vossa experiência e bem apreciados pela curiosidade científica com que vos detendes não apenas sobre os números, material de laboratório, mas também sobre a sociedade universal a que servem vossos estudos. Não vos imagino manipulando símbolos e sinais com a indiferença de produtores de fórmulas e abstrações, entregues a devaneios no campo da matemática, porem movidos pela paixão da verdade, da busca de sempre novos meios de apurá-la e analisá-la, a fim de que os homens realizem a própria finalidade para a qual se organizam politicamente.
>
> A complexidade crescente da vida contemporânea e a expansão dos deveres do Estado vêm exigindo das ciências estatísticas cada vez mais e melhores instrumentos de sondagem e configuração das relações da sociedade humana e dos problemas decorrentes, não somente no seio de cada povo, em particular, mas também com vistas à inter-relação com os outros povos, característica acentuada no nosso tempo. Fundando sua associação internacional há setenta anos, naquele último quartel do século em que a humanidade ainda desconhecia choques de proporções mundiais como os já ocorridos na primeira metade desta centúria angustiada, tiveram os estatísticos a inspiração pioneira da necessidade de organismos científicos e políticos que só os sofrimentos, a consciência da solidariedade indispensável à vida civilizada, os efeitos de duas guerras devastadoras viriam a impor e expandir. Daí, hoje, a floração de entidades governamentais e não governamentais, entre as quais figura o Instituto Internacional de Estatística, prestigiado pela ancianidade e pelo constante desenvolvimento de sua atuação benemérita (REUNIÕES..., 1955, p. 139)[353].
>
> Há, agora, o que eu chamaria de espírito estatístico, lentamente formado, e que desempenha papel cada vez mais importante na pesquisa fundamental, na

[353] Parte do discurso de Elmano Cardim.

pesquisa aplicada e nos esforços em que o homem se empenha para compreender o mundo. Há muito tempo e particularmente de alguns séculos a esta parte, vêm os homens aplicando sua inteligência com o fim de obter, de modo concreto, representações, ou, melhor dito, modelos eficazes de suas atividades.

Esta é a finalidade da pesquisa científica em geral. O que procuro exprimir é que, sem que o vigor da razão humana se haja modificado acentuadamente, o campo sobre que atua se enriqueceu de modo notável, ao mesmo tempo que se enriqueciam também as ressonâncias despertadas nos espíritos pelos problemas que se apresentam. Entre essas novas ressonâncias, a estatística desempenha papel de realce.

Em seguida aos grandes êxitos da mecânica terrestre e celeste, após ter-se conseguido construir, sobre as idéias de Newton, modelos suficientemente aceitáveis do sistema do universo, às ressonâncias mecânicas vieram somar-se as ressonâncias probabilísticas. Esse processo já se iniciara mesmo de há muito, quando Laplace lhe dedicou sua monumental obra. Há três séculos passados, Pascal e Fermat, que figuram, como se diz por vezes, entre os mais belos esgrimistas do espírito, não desprezaram a solução do problema da partilha eqüitativa das apostas antes do término do jogo. Mas é principalmente em nossos tempos que se registra a invasão do aleatório, a incursão do espírito estatístico nas atividades de pesquisa. Este espírito trouxe ao nosso acervo mental verdadeiras novidades e, como o dizia, uma substância mais rica. Na eterna tarefa em que é preciso compreender e agir do melhor modo são possíveis modelos novos para a solução dos problemas, sabe-se utilizar a informação com mais propriedade, ou melhor, sabe-se com mais justeza qual a informação que mais longe nos conduzirá na senda do saber.

Qual é, então, essa nova substância? Sabe-se que o progresso das teorias científicas se faz mediante a integração das aquisições já realizadas. As bases do pensamento, para Galileu e para Newton, eram as grandezas bem definidas, as leis precisas, digamos, rígidas, que as uniam umas às outras. Em suma, era o mecanismo determinista. Atualmente, pensamos em termos de grandezas flutuantes, com médias e dispersões, em ligações flexíveis, onde o conhecimento de uma grandeza informa sobre outra sem necessariamente determiná-la. Antigamente, era índice de simplicidade de espírito pensar-se sobre a relação entre as dimensões de um navio e a idade do comandante. Desde então encontramos muitas correlações úteis, grandezas flutuantes e sabemos que essas noções se relacionam com as antigas, pelo desaparecimento das flutuações.

Não pretendo, está claro, que o fundo das coisas seja ou não determinista. Não pretendo, como o fazia por vezes Einstein, afirmar que Deus tenha criado o mundo e o dirija por simples jogo de acaso.

Afirmo, porém que uma concepção ampla e segura não pode dispensar os conceitos de médias, de flutuações, de riscos. E acrescento que ela não tem a perder com isso. É evidente que sobre o mesmo fenômeno podem coexistir várias teorias baseadas em um determinado padrão determinista e completadas por flutuações. Se casos há em que as flutuações desaparecem, já vimos que tal hipótese não foi por nós excluída.

Ao mesmo sistema de enriquecimento de idéias pertence, em geral, o conhecimento estocástico, como seja o julgamento na base de amostras e o enriquecimento das informações pelo encaminhamento em etapas.

Tudo isso representa um passo à frente na marcha para o conhecimento, quer seja estatístico ou exato (REUNIÕES..., 1955, p. 140)[354].

[354] Parte do discurso de Georges Darmois.

Foram feitas 20 reuniões de caráter científico, cobrindo o temário da sessão: 1) estatísticas nas regiões do interior dos países (*F. Burgdorfer* e *G. Furst*); 2) pesquisas sobre a renda nacional (*R. C. Geary* e *W. Winkle*); 3) teoria estatística (*Carlos Dieulefat* e *Georges Darmois*); 4) experiência internacional na educação estatística (*Stuart Rice*); 5) matérias dos cursos de estatística (*R. G. D. Allen*); 6) o papel das estatísticas nas operações de pesquisas (*H. C. Hamaker*); 7) demografia da América Latina (*M. Boldrini*); 8) amostragem (*P. C. Mahalanobis*); 9) a posição da estatística e dos estatísticos na indústria (*L. H. C. Tippett*); 10) as bases estatísticas da previsão econômica (*P. J. Bjerve*); 11) organização e métodos das estatísticas demográficas (*P. Whelpton*); 12) a aplicação da estatística nas ciências físicas (*Besse B. Day*); 13) aspectos da demografia (*P. Depoid*); 14) econometria (*Jorge Kingston*); 15) biometria (*W. G. Cochran*); 16) estatísticas econômicas e sociais (*Corrado Gini*); 17) estatísticas culturais (*M. A. Teixeira de Freitas*).[355]

A 2 de julho, encerra-se a conferência. Além da reeleição de *Georges Darmois*, como presidente, houve a reeleição de *Teixeira de Freitas* para uma das quatro vice-presidências (sendo os demais: *M. Boldrini*, R. *C. Geary*, *Herbert Marshall*). A sessão seguinte seria, em 1957, na cidade de Estocolmo.[356]

Macedo Soares reassume a presidência

Com a doença de *Café Filho* e, de pronto, a queda de *Carlos Luz* (presidente da Câmara dos Deputados) que o sucedera, assume a Presidência da República, o Senador *Nereu Ramos* (então vice-presidente do Senado Federal), e que permaneceria na presidência quando *Café Filho*, ao tentar reassumir, sofre impedimento. Por seus elos com *Café Filho*, *Elmano Cardim* decide deixar sua função no IBGE, e é sucedido por *Macedo Soares*, de novo no Ministério das Relações Exteriores. No discurso de transmissão da presidência, declarou *Elmano Cardim*:

> Ao deixar a presidência desta Casa, não poderia experimentar satisfação maior do que a de restituí-la às mãos de V. Excia., em circunstâncias semelhantes àquelas em que V. Excia., depois de haver atuado decididamente para dar-lhe vida, passou a presidi-la durante 14 anos fecundos, em que ela se consolidou e conquistou a admiração e o reconhecimento do País. Então, como hoje, exercia V. Excia. o alto posto de Chanceler do Brasil. [...] Sem jamais poder desinteressar-me dos destinos desta entidade, como antes mesmo de presidi-la tive ocasião de demonstrar, sinto-me feliz em vê-la poupada e engrandecida com a volta às mãos de V. Excia., no momento em que o regime constitucional é varrido por uma tormenta inquietadora. V. Excia., constitui, nesta emergência, uma garantia e uma proteção para os ideais ibgeanos. E os meus votos são para que aqui V. Excia. venha novamente animá-los e robustecê-los, não apenas numa breve transitoriedade, porém por muitos anos, com a sempre renovada força do seu saber e do seu civismo (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 388-389, grifo nosso).

Os votos de uma longeva administração, expressos por *Elmano Cardim*, não terão curso. *Macedo Soares* decide não permanecer na presidência, embora permane-

[355] Para cada um dos temas 1 a 3 foram feitas duas reuniões. Os nomes entre parênteses presidiram as reuniões temáticas.

[356] Para a presidência da União Internacional para o Estudo Científico da População, que se reuniu paralelamente, foi eleito Giorgio Mortara.

ça na chancelaria por boa parte do governo seguinte, de *Juscelino Kubitschek* (1956 a 1961). Na sua assunção, *Macedo Soares* discursa aspectos da história[357]:

> Ao assumir, neste momento, a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por força de honrosa incumbência com que me distinguiu o Senhor Presidente da República, Senador Nereu Ramos, desejo confessar que experimento grata emoção. É que retorno, depois, de alguns anos de ausência, à direção de uma Casa que é, de certo modo, minha Casa também – a Casa do Brasil, cuja história está ligada à própria história de minha vida pública. Guardo bem nítida a lembrança dos primórdios desta grande instituição, desde quando era apenas um ideal em marcha a implantação de um regime eficiente de coordenação e aperfeiçoamento das atividades geográficas e estatísticas brasileiras.
>
> Os trabalhos que nesse campo se levavam a efeito, àquela época, traziam a marca da descontinuidade, não possibilitando base segura para os estudos necessários à boa ordem administrativa e ao progresso do País. Os fatos evidenciavam a conveniência de adotar-se um sistema diferente do que até então prevalecia e que se caracterizava pela desarticulação dos serviços de estatística e de geografia, cada qual realizando suas tarefas sem o mínimo entrosamento, com dispersão de esforços e gastos, em prejuízo do interesse público.
>
> A fórmula de cooperação interadministrativa, que o IBGE consubstancia, constituiu uma audaciosa inovação nos quadros da ação governamental. E justamente por ser uma fórmula original exigiu, de início, um longo trabalho de persuasão e esclarecimento, destinado a conquistar o apoio e a simpatia de todos os que a ela se opunham, por desconhecerem as suas magníficas virtualidades.
>
> Contudo, os obstáculos que se apresentaram à ação do IBGE foram admiravelmente vencidos, graças ao ímpeto idealista e à inquebrantável pertinácia dos pioneiros, dentre os quais quero ressaltar o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas, a cujo patriotismo e espírito apostolar devem ser rendidas todas as homenagens. À medida que se iam evidenciando as vantagens do sistema instituído, através, sobretudo, de iniciativa e realizações do maior alcance e importância, no campo da estatística e da geografia, mais se consolidava o prestígio do Instituto, quer nos círculos administrativos, quer perante as forças da opinião.
>
> Gostaria de referir, neste passo, uma curiosa coincidência histórica. Em 1936, o então Presidente Getúlio Vargas se dispôs a instalar o Instituto Nacional de Estatística, que ele próprio criara, dois anos antes, atendendo às razões expostas no estudo que lhe fora encaminhado pelo Ministro Juarez Távora. Já haviam os Diretores dos Serviços especializados dos Ministérios conseguido, sob minha presidência, a unificação das estatísticas nacionais, de que resultou o "Brasil 1935".
>
> Convidou-me, então, o Presidente Getúlio Vargas para dirigir o Instituto. Fiz-lhe ver que não estava devidamente habilitado para cumprir a missão. Por três vezes ele insistiu, recebendo sempre a mesma recusa.
>
> Com surpresa li nos jornais o decreto que me nomeava Presidente interino do novo órgão. Recusei-me durante meses a tomar posse do cargo, até que o Presidente Vargas, mandando esvaziar algumas salas do segundo andar do Palácio do Catete, m'as ofereceu para nelas instalar o Instituto.
>
> Foi o próprio Presidente Vargas que, com indisfarçável satisfação, fez os convites para a cerimônia de minha posse. E diante do Ministério, convocado especialmente para o ato, e dos mais graduados elemento do funcionalismo público, pro-

[357] Parte deste discurso já foi usado alhures, mas nunca será demais fazer repetições, pela riqueza de significação das afirmações de Macedo Soares, naquele momento de retorno à Casa do Brasil.

> nunciou ele, ao dar-me posse, aquelas palavras que se tornaram oraculares: "Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhes dei a minha Casa e o meu Ministro".
>
> Dezenove anos depois, vejo-me novamente convocado, quando nas funções de titular da pasta das Relações Exteriores, para dirigir interinamente o IBGE. Não há dúvida de que a história às vezes se repete (NA PRESIDÊNCIA..., 1955, p. 289-390, grifo nosso).

Macedo Soares ficaria na presidência, neste segundo momento, de novembro de 1955 a maio de 1956. Valerá realçar que nesse período, em 22 de fevereiro de 1956, faleceria *Teixeira de Freitas*; *Macedo Soares*, em São Paulo, não compareceria às solenes exéquias (o próprio Presidente *Juscelino Kubitschek* iria ao velório e mandaria representante ao sepultamento), mas enviaria condolências, e se faria representar por *Moacyr Malheiros*, amigo de ambos. Ao deixar sua função no IBGE, assim se pronunciou Presidente *Juscelino Kubitschek* (*apud* LOPES, 1968, p. 9)[358] :

> Desejo agradecer, em nome da nação brasileira, os inestimáveis serviços que lhe prestou o Ministro José Carlos de Macedo Soares, o servidor-padrão do IBGE, o eminente brasileiro a quem esse Instituto deve, sobretudo, a consagração do espírito de equipe que o secundou: o homem que durante tantos anos assegurou a continuidade de benemérito esforço desenvolvido por essa organização modelar.

A crise *Polli Coelho* seria, se não esquecida, sublimada. As gestões seguintes, com suas ações, ajudariam a cicatrizar as feridas. *Florêncio de Abreu* criaria a Escola Brasileira de Estatística, e que logo seria a Escola Nacional de Ciências Estatísticas. *Elmano Cardim* daria curso às Reuniões Internacionais de Estatística, um momento grandioso da instituição. E viria depois *Macedo Soares*, em passagem meteórica, mas sempre especial ao espírito ibgeano, trazendo lembranças memoráveis.

Jurandyr Pires Ferreira alcança a presidência

A paz, contudo, seria posta em risco na gestão seguinte. *Jurandyr Pires Ferreira* faria uma gestão difícil, polêmica, não raro conflituosa. Como *Polli Coelho*, ignorou o caráter colegial (parlamentar) inerente ao sistema estatístico brasileiro (e ao IBGE), e se deu mais poderes como presidente. Ocupará a função em dois tempos: primeiro, de maio de 1956 a julho de 1958, quando sairá para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados, não sendo eleito[359]; segundo, de novembro de 1958 a janeiro de 1961; no interregno será substituído, interinamente, por *Moacyr Malheiros*[360]. Em suas memórias (ainda inéditas, ao que sabemos)[361], vários trechos dão mostra do seu jeito de atuar:

---

[358] Macedo Soares deixaria o Ministério das Relações Exteriores em julho de 1968.

[359] 40 anos depois, haverá movimento semelhante, com Sílvio Minciotti deixando a presidência para tentar uma cadeira na Câmara Federal, mas não sendo eleito.

[360] Nesse interregno, julho a novembro de 1958, houve a preparação do Seminário de Estatística promovido pelo Instituto Roberto Simonsen. Mas quando de sua realização, Jurandyr Pires Ferreira já estará de volta, e comparecerá à sua inauguração.

[361] Parte dessas memórias nos foram enviadas por Waldemar Lopes, e hoje estão no acervo da Memória Institucional do IBGE.

[...] recebo um telefonema do Embaixador Macedo Soares falando-me do IBGE. Não entendi nada do que dizia. Em dado momento, compreendendo que, realmente, estava inteiramente alheio ao assunto, diz-me que havia sido nomeado para Presidente do Instituto para substituí-lo. Como duvidasse ele me afirmou que havia sido o próprio Presidente quem lhe dera a informação. Vou a Juscelino e este me diz que me havia nomeado para um lugar que não existia.

- É por isso que aceito, respondi-lhe. De fato, você não me nomeou para um cargo, mas deu-me um encargo (Referia-me ao fato da Presidência do IBGE não ser, naquela época, remunerada). Mas o lugar vai existir.

Bias Fortes ao ter conhecimento desse diálogo fez, então, uma pilhéria dizendo que "a função de Presidente do IBGE era, realmente, impagável" (FERREIRA, [1965?], p. 484).

Chamo o Diretor de Cartografia, um ilustre Professor que havia sido meu mestre quando estudei Astronomia. Digo-lhe do intento que tinha de realizar a Carta do Brasil ao Milionésimo. Ele procura demover-me desse propósito. Como insistira, pede-me que formalize isso por escrito.

Faço o Expediente que me sugeriu e o mesmo volta-me com uma longa informação na qual ele, depois de alinhas uma extensa lista de material necessário, não se esquecendo sequer de machadinhas e piquetes, conclui que "seriam necessários MIL E QUINHENTOS anos para realizar-se a tarefa".

Convoco, então, todos os engenheiros do Instituto para uma conferência. Mandando vir, inclusive, os que se achavam no interior. Abro-a mandando ler a informação que havia recebido do Chefe da Cartografia. Ao terminar declaro simplesmente:

- Apenas não tenho paciência para esperar MIL E QUINHENTOS anos. Temos que estudar uma fórmula para executar esta carta dentro de uns QUATRO anos no máximo (FERREIRA, [1965?], p. 488-489).

Luiz Moreira era um espírito bem formado com uma bagagem rara de qualidades, mas muito difícil de trato e muito orientado pelos que o cercavam. Assim, logo que assumiu o cargo de Secretário-geral expus-lhe o meu programa de realizar a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Ele a princípio concordou. Ajudou-me mesmo a convocar uma reunião de Inspetores para que pudesse dar a todos o plano da obra.

Acontece que, na última reunião desse encontro, achei estranho a confusão que amiúde ele fazia chamando a obra de dicionário. Eu não dei maior importância ao caso. Mas de todas as Inspetorias vinha material mesquinho que devolvia.

O Inspetor do Pará foi dos primeiros a quem tive de escrever uma carta forte, lembrando a diferença tremenda entre o que havia sido programado e o que me estava remetendo.

Mas as cousas se agravavam porque de todas as Inspetorias o material que me vinha sendo remetido era da mesta categoria. Estranhei, então, vivamente o que me remeteu o Inspetor da Bahia, por se tratar de um intelectual de espírito muito arejado que não podia ter dúvidas sobre o que havia sido decidido na reunião de instrução. Resolvi, pois, ir à Bahia.

Em lá chegando, disse de minha estranheza pois contava com o seu valor para realizarmos uma obra que fosse realmente um grande cometimento. Ele então mostra-me o telegrama circular que havia recebido do Secretário-geral, no qual se dava instrução para se reduzir a extensão da obra que seria apenas um Dicionário dos Municípios.

> Foi um trabalho ingente para desmanchar, em todo o Brasil, o efeito dessa circular.
>
> Fui a São Paulo, ao Paraná, a Santa Catarina, ao Ceará, a Pernambuco, a Minas Gerais, ao Piauí, a Goiás e enviei emissários aos demais Estados, com instruções severas e definitivas.
>
> Entre esses emissários, destaco um que foi Wilson Távora que era declaradamente hostil a minha orientação, mas que se desincumbiu da missão que lhe cometi com uma dignidade sem mácula e uma eficiência impressionante (FERREIRA, [1965?], p. 499-501).
>
> Assim, indo com meu filho a Juscelino para comunicar-lhe a vitória magnífica que Dyrno havia conquistado nas urnas Piauiense, Juscelino indaga-me qual era, naquele momento, a minha aspiração.
>
> - A não ser a de que você continue o brilhantismo de seu Governo, só tenho pena de não ultimar as duas obras que iniciei que foram a Enciclopédia dos Municípios e a Carta do Brasil ao Milionésimo.
>
> - Mas isso é bastante fácil. O cargo de Presidente do IBGE ainda está ocupado interinamente, e vou nomeá-lo de volta a essa função (FERREIRA, [1965?], p. 509).

E segue tratando do Falanstério, *a la Fourier*, que mandara construir próximo ao Serviço Gráfico. Depois, se alonga na compra do "cérebro eletrônico", o famoso UNIVAC[362], que trouxe mais problemas do que facilidades aos trabalhos internos; faz sua defesa na aquisição do computador. Inclusive, diz ter ele próprio desenvolvido a programação de processamento, testado no Canadá, e mais, usado no censo canadense, por sua especial autorização. E por aí vai, entremeando sua atuação no IBGE com seu envolvimento na política nacional.

Mas, por ora, deixemos aquela gestão de lado; a ela voltaremos na próxima seção. Antes, terminando esta seção, teremos três capítulos biográficos: sobre *Giorgio Mortara*, sobre *Teixeira de Freitas*, sobre *Macedo Soares*. E mais um capítulo especial com a solução ao Teorema de Fermat deixada por *Teixeira de Freitas*, e o deixando à contradição (ao aplauso?) dos especialistas.

[362] Ver o capítulo 19, deste volume.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Florêncio de Abreu, o pacificador

Indicado para assumir a presidência do IBGE depois do "furacão" Polli Coelho, o desembargador Florêncio de Abreu tomou posse com a determinação de por ordem na Casa. E nos dois anos em que esteve à frente do Instituto, realmente fez uma administração notável.

Florêncio Carlos de Abreu e Silva nasceu no Rio de Janeiro, ao tempo em que esta era a Corte, em 13 de janeiro de 1882. Era filho do senador do Império de quem era homônimo e de Gonçalina Simões de Abreu e Silva. Com poucos meses de nascido, sua família mudou-se para o Rio Grande do Sul – seu pai era de lá, onde viveu grande parte de sua vida. Lá, estudou desde o ensino fundamental até o início de seus estudos universitários. Ele começou a cursar advocacia na Faculdade de Direito de Porto Alegre, concluindo o curso na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1905. Tão logo se formou, retornou ao Rio Grande, onde fez carreira na Magistratura, sendo juiz municipal (em Taquara do Mundo Novo/RS, em 1907), juiz de Comarca em São Borja (1907), Rio Pardo (1913) e Santa Maria (1917), chegando por merecimento a desembargador do Supremo Tribunal do Estado, em 1924. Em Porto Alegre, foi diretor do Arquivo Público (1919-1920), chefe de Polícia (1928 a 1932) e procurador geral (de 1924 a 1927 e de 1932 a 1934). Exerceu mandato de deputado federal constituinte em 1934.

Como jurista respeitado, foi indicado para participar do Congresso Jurídico Nacional e da Conferência dos Desembargadores, ambas em 1943. Nesta ocasião ele deu importante colaboração para o anteprojeto de reforma dos Códigos Comercial, de Contravenções Penais e de Processo Penal.

Florêncio de Abreu era um cultor das Letras e especialmente da História. Foi, inclusive, membro da Academia Sul-Riograndense de Letras e fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto de História e Geografia do Rio de Janeiro.

Por conta deste imenso cabedal intelectual, foi nomeado por Getúlio Vargas para a presidência do IBGE, em 15 de setembro de 1952. Sua vasta experiência como magistrado seria bastante útil naquele momento. Além disso, ele não era estranho ao ambiente da Geografia. Sua posse, a exemplo da de seu antecessor, foi no gabinete do ministro de Justiça, Negrão de Lima, seguida da transmissão de cargo feita na presidência do IBGE pelo presidente em exercício, contra-almirante Manuel Ribeiro Espínola. Em seu discurso de posse, Florêncio, ele destaca a importância de um órgão como o IBGE, "cuja finalidade é das mais importantes do País, pois lhe coube especificamente, no que tange ao setor geográfico, a coorde

nação dos estudos sobre a Geografia do Brasil, articulando os serviços oficiais com os das entidades particulares e dos profissionais, no sentido de ativar uma cooperação geral para o conhecimento sistematizado e cada vez mais perfeito do território pátrio". (NOVO..., 1952, p. 372-373). No que diz respeito à Estatística, ele falou da importância do IBGE "sobre os vários aspectos estatísticos, a investigação e avaliação numérica dos fatos sociais, que sobremodo facilitam o desenvolvimento da ciência econômica e sem as quais difícil seria orientar com segurança a administração pública e o governo das nações". (NOVO..., 1952, p. 373).

Em sua administração, realizou-se a 18ª Campanha Estatística, com "resultados auspiciosos", segundo ele mesmo informou em discurso realizado nas Assembléias Gerais do CNE e CNG, em 1º de julho de 1954. Os demais trabalhos do Instituto também seguiram a contento. Por conta do aumento do número de municípios a Caixa Nacional de Estatística Municipal se viu sobrecarregada, o que o levou a empreender uma "compressão de gastos", em suas palavras, para que pudessem ser atendidos os gastos com a rede.

Florêncio de Abreu foi autor dos seguinte livros: **A constituinte e a república riograndense**, **Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul**, **A influência do gado na antropogeografia do Rio Grande do Sul** e **Silveira Martins, o tribuno**. Ele deixou inédita uma biografia de seu pai, o senador Abreu e Silva.

No Rio de Janeiro, em 1969, no dia 20 de fevereiro (curiosamente, este é o dia em que escrevo este perfil...) ele faleceu cercado por seus familiares.

Elmano Cardim, um jornalista na presidência do IBGE

Elmano Gomes Cardim era natural do Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu em Valença, a 24 de dezembro de 1891. Era filho de Francisco Eduardo Gomes Cardim e de Adelia Figueiredo Cardim. Estudou nos Colégios Pedro II e Alfredo Gomes, concluindo o curso de Direito na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1914. Antes de formado, já tinha se tornado jornalista, iniciando sua carreira nos jornais *O Selo* e no *Diário de Notícias*. Em 1909 fazia parte do *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro. Neste último, redigiu por algum tempo a famosa coluna "Várias". Ainda neste jornal, Cardim começou como revisor de provas e chegou a diretor e proprietário.

Em 1935, presidiu a delegação de jornalistas que acompanhou o presidente Getúlio Vargas em viagem aos países do Prata. Exerceu cumulativamente alguns cargos públicos, no Arquivo Nacional e posteriormente obteve a indicação de escrivão de uma das Varas de Órfãos e Sucessões. Em 1938, foi um dos fundadores

do Instituto Histórico de Petrópolis. Integrou a missão cultural no Uruguai em 1943, onde pronunciou algumas conferências na Universidade daquele país.

Recebeu em 1951 o *Prêmio Moors Cabot de Jornalismo*. Elegeu-se sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1937, passando a efetivo somente em 1970, tornando-se benemérito em 1976. Foi também presidente da Associação Brasileira de Imprensa e membro da Academia Brasileira de Letras, em 1950, eleito para a cadeira 39, cujo patrono é Francisco Adolpho Varnhagen e o fundador o historiador Oliveira Lima.

Elmano Cardim chega à presidência do IBGE nomeado por seu amigo particular, o então presidente Café Filho. Ele ficará no cargo até 17 de novembro de 1955, quando Café é impedido de retornar à presidência da República. O grande destaque de sua administração no Instituto foram as Reuniões Internacionais de Estatísticas, que aconteceram em Petrópolis, durante o mês de junho de 1954. Fizeram parte deste evento: I Sessão da Comissão de Educação Estatística; a III Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (ambas do Instituto Interamericano de Estatística - IASI); a III Conferência Interamericana de Estatística (da Organização dos Estados Americanos – OEA); a III Assembléia-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, a XII Reunião do Comitê Executivo do IASI; a 29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística - ISI e a Assembléia-Geral da União Internacional para o Estudo Científico da População. A organização deste evento ficou a cargo do Brasil, que incumbiu o IBGE da coordenação geral. Foi escolhido Tulo Hostílio Montenegro, que já tinha trabalhado no Instituto, para ser o Secretário-Geral das Reuniões. A delegação brasileira aos encontros foi chefiada pelo então presidente Elmano Cardim. Fizeram parte desta delegação os membros do Conselho Nacional de Estatística, incluindo Teixeira de Freitas, Giorgio Mortara, Waldemar Lopes, Lourival Câmara, Rubens Porto, Rafael Xavier, Sebastião Aguiar Ayres, Benedito Silva, Valdecir Lopes entre muitas outras figuras gradas. Na abertura dos trabalhos, discursou o presidente da República, João Café Filho.

Entre os trabalhos publicados por Elmano Cardim merecem destaque: **Justiniano José da Rocha**, **A vida jornalística de Rui Barbosa**, **Joaquim Nabuco, homem de imprensa**, **Na minha seara**, **Jornalistas da Independência**, **Discursos**, **Rocha Pombo**, **Vidas gloriosas**, **Graça Aranha e o modernismo Brasil**, **Na pauta da História**.

Ele faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1979.

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Mauricio Filchtiner,** apoio jurídico na Secretaria-Geral, por Marco Santos.

Giorgio Mortara – a excelência em Demografia chega ao IBGE

Capítulo 15

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, analista em planejamento, gestão e informações geográficas e estatísticas no IBGE, assistente de pesquisa na produção desta História das Estatísticas Brasileiras.

Em 1939, o IBGE ainda vivia os seus anos heróicos, onde se estava arregimentando recursos, especialmente humanos, para consolidar um sistema estatístico de âmbito nacional.

Neste mesmo ano, o mundo vivia tempos terríveis, como se estivesse chocando um "ovo de dragão". A casca frágil já estava se partindo, deixando entrever os olhos da besta que haveria de consumir uma enorme gama de recursos dos países, especialmente humanos, o que fazia com que inúmeras pessoas visadas pela intolerância se transformassem em apátridas.



Brasão de Mântua (Mantova, em italiano).

A combinação das duas situações proporcionaria ao Brasil a oportunidade rara de acolher um dos maiores gênios da Demografia Internacional, que teria papel importante na construção do sistema estatístico brasileiro, atuando mais especificamente nos preparativos do Recenseamento Geral 1940. Em 19 de janeiro daquele 1939, desembarcava no porto do Rio de Janeiro, o demógrafo italiano *Giorgio Mortara* (1885-1967).

Primeiros estudos

Ele veio ao mundo em sua Mântua natal, em 4 de abril de 1885, filho de *Lodovico Mortara* e *Clelia Vivanti*. Seu pai era eminente jurista e descendente de nobre estirpe ligada às leis. Sua mãe trazia no sangue a herança de uma família de humanistas e homens ligados à ciência.

Como seu pai transferiu-se para Pisa, por conta da cátedra que obtivera na universidade de lá, foi em terras pisanas que Giorgio iniciou seus estudos básicos e completou o ginásio. Foi concluir seu curso secundário em Nápoles, para onde seu pai tinha sido transferido, em 1898.

No momento de escolher qual carreira deveria seguir, não sentindo inclinação por nenhuma em particular, optou pela Faculdade de Direito. Muito menos pelo interesse em leis, muito mais pela possibilidade de desenvolver estudos sociais.



Cidade de Mântua, na Lombardia italiana, [s.d.].

Estudou com professores do quilate de *Graziani*[363], *Napoleoni Colajanni* (1847-1921) e *Francesco Nitti* (1868-1953), notadamente com este último, que desenvolveu trabalhos sobre o padrão de vida da população de Nápoles que muito interessaram ao jovem *Giorgio*.

Em 1903, a família Mortara mudou-se para Roma, onde seu pai tinha sido nomeado para o Supremo Tribunal, chegando, inclusive, a presidi-lo. Por ter antecipado a prestação do serviço militar, Giorgio só se formaria em Direito em 1905.

A partir daí, ele resolveu aprofundar seus estudos no que denominara como "ciências de observação". Àquela altura, já apareciam traduções em italiano dos manuais de Economia Política e Economia Social de *Charles Gide* (1847-1932), o que muito ajudava a quem quisesse se especializar em problemas das cidades.

Giorgio Mortara pretendeu cursar a pós-graduação no exterior, fazendo concurso e passando para a Universidade de Berlim, onde estudou de 1907 a 1908. Lá, teve a oportunidade de estudar com *Ladislaus Bortkiewicz* (1868-1931) que o ajudou bastante. Mortara elaborou um estudo de Demografia Internacional sobre a mortalidade segundo a idade e a duração da vida economicamente produtiva – posteriormente publicado na Alemanha e na Itália. Este trabalho o animou a pesquisar as relações entre os aspectos demográficos e os econômicos dos fenômenos sociais, assunto que seria seu objeto de estudo pelos anos seguintes.

No biênio 1908-1909 ele retornou à Itália para fazer curso de aperfeiçoamento em Demografia, tendo a chance de trabalhar com *Rodolfo Benini*[364]. Concluídos os estudos, ele obteve a livre docência em Estatística na Universidade de Roma, conquistando, em seguida, seu primeiro posto de professor universitário na Faculdade

[363] Não foi possível descobrir as datas referentes a este professor, nem sequer seu nome completo.

[364] Datas igualmente desconhecidas.

de Direito da cidade de Messina[365]. Foi o mais jovem professor universitário concursado em toda a Itália. Com o convívio acadêmico, ele se sentiu estimulado a desenvolver estudos sobre Demografia e Métodos Estatísticos. Em 1912, ele já demonstrava preocupação com o "pesadelo do despovoamento e a Itália", discutindo os efeitos da limitação voluntária dos nascimentos praticados nos países desenvolvidos (Itália inclusive) em confronto com maiores taxas de natalidade em países em desenvolvimento.



Giorgio Mortara, quando jovem, [s.d.].

A partir de 1910, assumiu o cargo de co-diretor do *Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica* [sic], uma grande honra para quem tinha apenas 25 anos. Aliás, ele foi um dos criadores da revista de estatística (primeira da Itália) vinculada ao *Giornale*.

Sua carreira de professor prosseguiu de vento em popa. No biênio 1914-1915, ele entrou como catedrático de estatística concursado no Instituto Superior de Ciências Econômicas e Comerciais de Roma. Com a entrada da Itália na I Guerra Mundial, ele não foi convocado, por conta de uma doença adquirida em seu serviço militar obrigatório; porém, no ano seguinte, acabou incorporado como oficial responsável pelos serviços estatísticos do Estado Maior das Forças Armadas. Exerceu esta função por três anos, inicialmente organizando e analisando as estatísticas da Justiça Militar e posteriormente dirigindo a seção encarregada de coletar e resumir estatísticas sobre os efetivos e a baixa do exército envolvido na guerra. Após a vitória aliada, ele foi a Paris, para a Conferência de Versalhes, onde apresentou monografia a respeito da intensidade do esforço demográfico-militar italiano, comparado com o francês e o do Reino Unido. Por sua atuação como cientista na área militar, foi condecorado com a Cruz de Guerra, premiando sua valiosa contribuição no esforço de guerra.

Mortara continuou seus estudos no campo teórico da estatística. Em 1920, divulgou o trabalho "Lições de estatística econômica e demográfica", e, dois anos depois, outro, denominado "Lições de estatística metodológica".

Desde 1920, com o patrocínio da Universidade Bocconi e do Crédito Italiano, elaborava um anuário de Perspectivas Econômicas, o qual esteve sob sua responsabilidade por 17 anos. Com este anuário, ele teve a oportunidade de aprofundar o conhecimento da vida econômica do mundo e de seu próprio país. Como decor-

[365] Uma curiosidade em relação a esta cidade italiana: veio dela o missionário Frei Caetano de Messina, que foi enviado pelo governo imperial para abrandar os ânimos dos insurgentes do interior de Pernambuco, em 1852, que não queriam aquele quer deveria ser o primeiro censo geral do Brasil. Conforme está no capítulo 5 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**, desta coleção.

rência, elaborou numerosos trabalhos publicados ao longo dos anos 1920 e início da década seguinte. *Pari passu*, ampliava a sua investigação no campo da Demografia, inclusive publicando, em suas palavras, "alentado volume sobre a saúde pública na Itália durante e após a guerra", denominado, no original, como **La salute pubblica in Italia durante e dopo la guerra.**

De onde se percebe que a vinculação entre Demografia e saúde pública, já tratada no volume anterior desta **História das estatísticas brasileiras**, encontrava ramificações inclusive na Itália. Nas palavras de Mortara:

> Nesta pesquisa, a descrição dos traços característicos da demografia italiana no período desde a unificação da Itália (1870) a 1914 serve como ponto de referência para determinar as perturbações causadas pela guerra de 1915-18: mortes por ações bélicas nas forças armadas e na população civil, epidemias, alterações nas freqüências de nascimentos, casamentos e doenças (MORTARA, 1985, p. 14).

Com a instalação da Universidade de Milão, em 1924, Giorgio Mortara foi convidado para a cátedra de Estatística da Faculdade de Direito, onde, em paralelo, também lecionava Economia Política. Ele também chefiou o Laboratório de Estatística da Universidade Bocconi, onde igualmente lecionava a mesma matéria.

Ao longo da década de 1930, continuou fazendo seus estudos sobre Demografia, inclusive por encomenda de órgãos particulares, como a Societá Edison, a Societá Montecatini e a Banca d'Italia.

Neste último trabalho seu nome não pôde aparecer por conta de uma questão que mudaria a sua vida e trajetória em seu país. Entre seus antepassados, havia pessoas autenticamente judias. A doutrina fascista implantada na Itália segregava inapelavelmente semitas e seus descendentes. Mesmo se não seguissem o credo e estivessem assimiladas à cultura italiana.

A primeira conseqüência de suas raízes judaicas foi o afastamento do magistério e da direção do *Giornale degli Economisti*. Ele, àquela altura, uma das maiores autoridades em Demografia e Estatística da Europa, não teria como conseguir emprego e corria o risco de ser preso, junto com sua família, e enviado a um campo de concentração. A solução seria emigrar.

Quis o destino resolver a questão de forma plenamente satisfatória para ele e para quem o viesse a acolher. Por conseguinte, o cientista seria recebido por um país bem longe do ambiente convulso em que estava se transformando a Europa; e a nação que contaria com o seu concurso conseguiria um dos melhores quadros na área de Estatística e Demografia disponíveis no mundo. O Brasil estava pronto para receber Giorgio Mortara e este feliz por conseguir emprego e acolhida para ele e sua família.

Tão logo soube dos problemas enfrentados por Mortara em seu país, Macedo Soares começou a se movimentar para lhe oferecer asilo, com a concordância e os louvores do IBGE e do Conselho Nacional de Estatística - CNE. Feitos os contatos preliminares em 1938, ele chegaria ao Brasil no início do ano seguinte. Em texto autobiográfico, Mortara atribuiu a iniciativa do convite para trabalhar no Brasil ao "Dr. Barboza Carneiro", que posteriormente seria um dos embaixadores do Itamarati.



Reunião da Comissão Censitária, em 21 de julho de 1939.

Neste mesmo texto ele afirma que foi "convidado pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, José Carlos Macedo Soares", para assumir a função de consultor-técnico da Comissão recém-criada para preparar e realizar o Recenseamento 1940.

Em todas as fontes citadas não há clareza definitiva sobre como o Brasil soube dos problemas enfrentados por Mortara e de como surgiu a decisão de oferecer-lhe asilo e emprego. Na verdade, chega a ser contraditório que o mesmo País que expulsou uma judia grávida de um brasileiro – Olga Benário – acolheria um descendente semita perseguido e ainda lhe dando emprego no próprio governo. Entretanto, é possível fazer algumas ilações sobre como a situação de Mortara tenha chegado ao conhecimento do órgão central do sistema estatístico brasileiro. O demógrafo italiano já era, como visto, uma sumidade inquestionável na Europa. Tão logo começou a enfrentar problemas por conta de sua ascendência hebraica, a comunidade estatística européia e internacional ficou sabendo. Como o Brasil mantinha ligações com estes organismos estatísticos, não foi difícil tomar conhecimento da condição de perseguido que o mestre italiano estava vivenciando. Não seria nenhum absurdo imaginar que Teixeira de Freitas, Carneiro Felippe, Macedo Soares e outros próceres tenham discutido sobre a possibilidade de atração daquele excelente quadro que estava em disponibilidade para trabalhar com estatísticas. Daí, a questão seria agir com presteza e habilidade para conseguir o concurso de Mortara.

Em sua chegada, foi recebido por uma comissão em nome do IBGE e da Comissão Censitária Nacional, onde atuaria como consultor-técnico. Pelo Instituto, foi recepciona-lo *Antonio Garcia de Miranda Netto*; pela Comissão, entre outras figuras ilustres, *Carneiro Felippe*, seu próprio presidente. Segundo as próprias palavras de Mortara:

> A cordialidade da recepção foi tal que, desde o primeiro instante, tive a impressão de me encontrar não em país estrangeiro, mas num recanto da minha própria terra. Essa impressão se confirmou no dia seguinte, quando fui apresentado à Comissão, cujos componentes me trataram como velho amigo, de volta de longa viagem, e não como estranho (MORTARA, 1951, p. 53).

Miranda Netto, em artigo que escreveu para um livro em homenagem ao centenário de nascimento do grande demógrafo italiano, descreveu como foi a recepção a que foi por designação de Teixeira de Freitas.

> Lembro-me bem da serenidade tranqüila do professor e da senhora Mortara, da curiosidade dos meninos, que descobriam uma terra nova e estranha (MIRANDA NETTO, 1985, p. 55).

Consultor do Censo 1940

De acordo com seu próprio relato, Mortara começou a trabalhar na Comissão Censitária Nacional já no dia seguinte à sua chegada. Ainda não falava português, mas, com sua fantástica inteligência, isto não seria problema por muito tempo. E de fato, como observou Benedicto Silva em texto incluído no livro comemorativo sobre o centenário do demógrafo, ele rapidamente

> adquiriu não apenas o conhecimento como o domínio da língua portuguesa, "de tal maneira que chegou a escrever páginas literárias incomparáveis pela elegância, pela opulência e precisão do vocabulário e pela correção gramatical..." (SILVA, 1985, p. 59).

Tão logo chegou e se juntou aos seus colegas no novo emprego, teve um gesto de enorme grandeza. Como reconhecia a carência de livros especializados em Demografia e Estatística do IBGE, doou ao instituto a sua biblioteca, que tinha ficado em Milão aos cuidados de suas irmãs Gina e Nella. O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio de seu titular *Oswaldo Aranha*, entrou no circuito estabelecendo as devidas negociações. Provavelmente, Macedo Soares deve ter colaborado nesta questão. A partir da chegada dos livros, eles passaram a compor a "Seção Mortara" da Biblioteca Central do IBGE.

Ao tempo de sua incorporação à equipe que planejava o Censo 1940, se estava discutindo os questionários a serem aplicados e as folhas de apuração. Segundo texto dele publicado na *Revista Brasileira de Estatística*, em 1951, homenageando Carneiro Felippe, quando começou a trabalhar na Comissão, o questionário do Censo Agrícola já estava definido e o do Demográfico em fase preliminar. Sua primeira impressão foi que os questionários pretendiam investigar uma gama excessiva de informações, o que tornaria complicada a sua aplicação e sua apuração. Diante de seus temores, o presidente da Comissão e demais membros (ele citou alguns: *Licinio de Almeida*, *Alberto de Cerqueira Lima*, *Leonel Franca* e *Leo de Affonseca*) acabaram por convence-lo de que seria possível realizar tão vasto inquérito. Mortara inclusive teve a oportunidade de escrever que após as primeiras semanas em que estava participando dos trabalhos da Comissão, pôde se convencer de que o Brasil dispunha de técnicos de enorme gabarito.

Ao participar das discussões na Comissão e examinar os resultados dos censos históricos, ele percebeu o que chamou de "grandes deficiências nas estatísticas históricas brasileiras". Em diversos artigos posteriormente publicados a partir do pri-

meiro número da *Revista Brasileira de Estatística*[366], ele fez um amplo balanço dos recenseamentos gerais brasileiros, desde o de 1872 até o de 1920, onde ele encontrou incorreções. Na verdade, ele observou problemas em todos os recenseamentos, que ele tratou de corrigir com cálculos e estimativas feitas *a posteriori*. Talvez o mestre não se apercebesse que, *a posteriori*, nenhum censo é absolutamente perfeito. Isto inclui o de 1940, em que ele próprio atuou.

De qualquer forma, no que toca ao seu trabalho de refazimento das estatísticas demógrafo-censitárias ele explica a natureza de seu estudo:

> Os métodos que utilizei para reconstruir o movimento da população com o auxílio dos dados do recenseamento não podem ser considerados originais: alguns já tinham sido propostos, outros aplicados; original é apenas a conjunção de vários procedimentos, que conduziu a resultados inatingíveis por outros meios (MORTARA, 1985, p. 17).

Veio o Recenseamento 1940 (visto em capítulo anterior) e enquanto aguardava a conclusão dos trabalhos censitários para iniciar a apuração e tratamento das informações, Mortara recebeu o encargo de ministrar um curso de estatística Demográfica[367]. O objetivo era preparar um grupo de jovens funcionários para a execução de análises críticas, descritivas e interpretativas, aperfeiçoando, assim, aqueles que trabalhariam com as informações censitárias. Segundo ele esclareceu em texto autobiográfico, vários daqueles jovens elaboraram posteriormente trabalhos sob sua orientação em que foram amplamente utilizados os dados obtidos do Recenseamento Geral 1940.

Ele deu prosseguimento à sua vastíssima produção intelectual e acadêmica, produzindo estudos de natureza demográfica para o Conselho Nacional de Estatística. Imagina-se que tenha atendido a pedidos do governo brasileiro também. Em fins de 1941, ele elaborou o cálculo do número aproximado de pessoas no Brasil nascidas nos países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. Um claro indicativo de que havia preocupação do governo do Brasil com os rumos do conflito envolvendo boa parte do mundo e com os possíveis desdobramentos que poderiam afetar a vida no País. Muito provavelmente, este estudo deve ter sido encomendado pela área de Segurança Nacional. Mais uma objetiva prova de que a estatística e a segurança pátria tinham íntimas ligações. Curiosamente, era um italiano que estava na coordenação do estudo.

Um outro estudo teve a sua participação, sendo realizado para atender ao Decreto-Lei nº 4.736, de 16 de setembro de 1942. Foram os Inquéritos Econômicos para a Defesa Nacional, encomendados ao IBGE, para que fossem feitos levantamentos no sentido de se conhecer a situação dos estabelecimentos comerciais e industriais do Brasil. Um estudo de forte conteúdo estratégico para a Defesa Nacional e que, curiosamente, estava sendo coordenado por um técnico oriundo de país estrangeiro.

---

[366] Ver: ESTUDOS sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1-7; 9, 1940-1942.

[367] Os apontamentos deste curso foram reunidos em volume e publicado em 1953.



Teixeira de Freitas, Rafael Xavier, Giorgio Mortara, Carneiro Felippe entre outros, na Sessão de Fundação da Sociedade Brasileira de Estatística, em 5 de abril de 1940.

Tudo parecia correr bem para Mortara e seus familiares, já totalmente adaptados ao modo de vida brasileiro. Longe do conflito que envolvia grande parte dos países do mundo, levava a sua vida como professor e assessor-técnico da Comissão Censitária do Conselho Nacional de Estatística - CNE.

Veio o ano de 1942. Navios brasileiros foram torpedeados e o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, do qual a Itália fazia parte. A família Mortara era cidadã de um país inimigo.

A decisão pela entrada do País na guerra pegou Giorgio Mortara como funcionário do CNE, e seu filho, Alberto, trabalhando na Divisão da Receita da Comissão de Orçamento da República, ambos contratados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. *Benedicto Silva*, nome ligado aos anos heróicos do Conselho Nacional de Estatística, sendo inclusive o responsável pelas atas das reuniões da Assembléia Geral do CNE, foi quem redigiu a proposta de contrato dos dois (e de outros refugiados de notório saber). Em texto escrito para o livro comemorativo do centenário de nascimento de Mortara, ele narra o episódio, revelando inclusive aspectos durante muito tempo desconhecidos do público.

Segundo Benedicto, por uma série de circunstâncias coube a ele dar parecer sobre a contratação para o serviço público de *Richard Lewinsohn* (1891-?), polonês de origem judaica, perseguido pelo nazismo, *Emilio Mira y López* (1896-1964), espanhol fugitivo do franquismo e o próprio Mortara, que teve de sair de seu país por conta de perseguições do fascismo. Todos, figuras de altíssimo gabarito e excelentes aquisições para os quadros do serviço público brasileiro. No caso de Mortara, Benedicto assegura que o próprio governo brasileiro o convidou e sua contratação foi bastante influenciada por Teixeira de Freitas.

Apesar do alentado currículo de cada um dos contratados, quando os processos chegaram ao Tribunal de Contas enfrentaram parecer contrário do procurador

Leopoldo Cunha Mello. Para complicar ainda mais a situação, os documentos chegaram no Tribunal ao mesmo tempo em que os navios brasileiros eram torpedeados em suas próprias águas territoriais. E o caso ficou mais corrosivo: assim que o parecer do procurador Cunha Mello foi divulgado, o *Jornal do Commercio* publicou, em 27 de agosto de 1942, o artigo "Contratos com os súditos do Eixo", que tentava jogar a opinião pública contra os asilados.

Os argumentos levantados pelo procurador em seu parecer eram de fazer Hitler sentir orgulho. Eis alguns trechos:

> Depois dos atos de agressão que nos têm dirigido, os alemães, italianos e japoneses já não podem exercer livremente as suas atividades entre nós, quiçá ter funções públicas, por mais apreciáveis que sejam as suas qualidades técnicas. [...]
>
> Diante da deliberação patriótica, à altura dos brios nacionais, tomada a 22 do corrente, o contratado, em vez de admitido como técnico em finanças do DASP, deve agora ser internado num campo de concentração. Os seus serviços podem ser aproveitados na abertura de estradas de que precisamos para nossas comunicações interestaduais [...].[368]
>
> A circunstância de o contratado ser judeu, não lhe tira a nacionalidade de alemão.
>
> Disfarçado em judeu, pretextando perseguições do regime nazista, muito alemão está a servir a este mesmo regime, abusando do nosso sentimentalismo e generosa hospitalidade. [...]
>
> O contrato, à vista do ato do governo brasileiro, declarando o país em estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, não pode ser registrado (SILVA *apud* MELLO, 1942, p. 67).

Além de chamar dois descendentes de famílias judaicas – Mortara e Lewinsohn - de "súditos do Eixo" recomendava-lhes internação em campo de concentração. Benedicto Silva revelou em seu artigo que Giorgio Mortara chegara a pensar em suicídio, temendo o pior para ele e sua família. Em carta dirigida a ele, Mortara coloca à disposição os empregos dele e de seu filho e dramaticamente faz a confissão:

> A leitura do parecer do Tribunal de Contas publicado hoje no *Jornal do Commercio* faz-me pensar que Stephan Zweig[369] escolheu o único caminho possível para encontrar a justiça, renunciando a procura-la entre os homens. Se ele ainda vivesse, para o Dr. Cunha Mello seria apenas um alemão, digno do campo de concentração (SILVA, 1985, p. 68).

Por empenho de Teixeira de Freitas, Macedo Soares, Carneiro Felippe e outros próceres, Mortara continuou exatamente onde estava, como assessor-técnico e professor, assim como seu filho. Os outros dois asilados ameaçados também não foram presos, podendo prosseguir trabalhando nos cargos públicos em que estavam.

---

[368] Cunha Mello se referia, neste exemplo, a Richard Lewinsohn, que era judeu polonês e que chegara a ser consultor econômico-financeiro do primeiro-ministro francês Paul Reynaud. Por conta de seu talento e capacidade de trabalho foi condecorado pelo governo francês com a Ordem de Cavaleiro da Legião de Honra. Mesmo assim, Cunha Mello queria que ele fosse abrir estrada no mato e dormir em campo de concentração.

[369] *Stephan Zweig* (1881-1942) era alemão e veio para o Brasil fugindo do nazismo. Por absoluto temor daqueles tempos difíceis, resolveu por fim à sua vida e de sua esposa, em Petrópolis, em 1942.

Embora houvesse até decreto de Vargas, determinando que pessoas nascidas em países inimigos fossem confinadas em campos de concentração, felizmente, tal barbaridade nunca ocorreu no Brasil, ao contrário do que aconteceu na Inglaterra e nos Estados Unidos. O Parlamento inglês, por exemplo, aprovou a Lei de Poderes Emergenciais para a Defesa *(Emergency Powers Defense Act)*, que dava ao governo poderes de exceção para prender, até sem aviso prévio, estrangeiros de "origem hostil" (leia-se: oriundos de países inimigos, mesmo se fossem refugiados perseguidos), cidadãos britânicos de "origem hostil" (alemães naturalizados) e inclusive seus descendentes (mesmo se nascidos na Grã-Bretanha). Quem caía prisioneiro era inicialmente dirigido à penitenciária, sendo posteriormente conduzido a um dos campos de concentração.

Nos EUA, depois do ataque japonês a *Pearl Harbour*, o presidente *Franklin Delano Roosevelt* (1882-1945) baixou, em fevereiro de 1942, o Decreto nº 9.066 autorizando inclusive a detenção de cidadãos nipônicos ou nipo-americanos em campos de concentração nos estados do Oregon, Washington e Arizona. Vários que moravam na costa oeste foram levados para um destes estabelecimentos. Na costa leste, alemães e italianos (com exceção dos descendentes, pois faltaria até campo para todos os filhos e netos americanos oriundos de famílias italianas) também foram detidos.

Segundo números divulgados pelo jornal *O Globo*, na matéria "Outras preocupações", escrita por Ali Kamel, em 6 de setembro de 2005, cerca de 120 mil pessoas de origem japonesa (embora 62% deste total fosse de cidadãos americanos) foram confinados em campos de detenção.

Laboratório de Estatística

Com a chegada do material censitário, Mortara pôde colocar em prática o seu plano de apuração e tratamento dos dados coletados conforme contou em artigo para a *Revista Brasileira de Estatística*:

> Terminado de maneira satisfatória o levantamento, iniciou-se o trabalho de crítica e codificação dos boletins preenchidos; trabalho penoso pela quantidade e variedade dos quesitos propostos, a que muitos dos informantes acharam difícil responder em conseqüência do baixo nível cultural da maior parte da população. Apesar de claras e pormenorizadas, as instruções aos recenseados e aos recenseadores não bastaram para evitar falhas no preenchimento dos questionários, enganos na interpretação dos quesitos e insuficiência nas respostas, que, amiúde, se revelaram justamente na crítica dos boletins, tendo escapado às revisões anteriormente efetuadas nos próprios municípios e estados onde foram realizados os levantamentos (MORTARA, 1951, p. 55-56).

Era a antiga questão que prejudicara outros recenseamentos e que, com a profusão de quesitos do relativo a 1940, trazia alguma preocupação ao demógrafo italiano. De qualquer forma, ele elaborou o plano de apuração, posteriormente aprovado por Carneiro Felippe e pela Comissão Censitária Nacional com pequenas modificações, objetivando aproveitar ao máximo as possíveis combinações entre as informações obtidas nos vários quesitos (45 no total). Este plano, por ser minucioso, exigiu grande trabalho e levou a um certo atraso na apuração final do Censo De-



Giorgio Mortara e Carneiro Felippe no final do concurso Bulhões Carvalho, com funcionários do laboratório de estatística.

mográfico e econômico. Mortara justificou a necessidade deste plano detalhado em função do alto número de quesitos e da falta de informações fidedignas sobre a demografia brasileira a partir de 1920 e que por isso caberia aproveitar o máximo possível os resultados do censo. Carneiro Felippe foi convencido disso e deu aval para que o plano de Mortara fosse implementado, em que pese o conseqüente atraso na apuração.

O demógrafo italiano falou com bastante admiração de seu chefe imediato na Comissão Censitária. Inclusive contou uma história que bem demonstra o senso de justiça de Carneiro Felippe. Durante o tempo em que o Brasil esteve em luta contra a Itália, Mortara, por disposição superior, tinha retido de seus vencimentos 10% como quota de indenização para danos de guerra por ser "cidadão de país inimigo", que colaborava com os trabalhos censitários. Pois seu chefe concedeu-lhe uma gratificação da mesma importância por conta de um curso ministrado no interesse do serviço e incluído como parte de suas atribuições.

Pelo seu relato, é possível imaginar que Carneiro Felippe está para o censo 1940 como Bulhões Carvalho está para o de 1920. A mesma tenacidade e empenho para minimizar possíveis e inevitáveis incorreções, a disposição para revisar cada fase da apuração e crítica. Por sua iniciativa, implementou a classificação das indústrias levantadas pelo Censo Econômico 1940, que, como escreveu Mortara:

> pela racionalidade das diretrizes e pela esmerada discriminação dos ramos, das classes e das subclasses de atividades, merece um lugar de honra na história das realizações da estatística nacional (MORTARA, 1951, p. 56).

Giorgio ressaltou o apuro de "cuidados paternais" com que Carneiro Felippe tratou a divulgação dos resultados do censo, tanto da Sinopse Preliminar quanto dos Resultados Definitivos Geral e por Unidade da Federação. Mesmo depois de impresso ele não deixava de revisar o material em busca de alguma falha que passasse



Reunião no IBGE: (da esquerda para a direita) Tulo Montenegro, Waldemar Lopes, um palestrante não identificado, Rafael Xavier, Rubens Porto, Teixeira de Freitas e Giorgio Mortara, [s.d.].

desapercebida nas revisões anteriores. Como aconteceu na primeira edição da Sinopse do Censo Demográfico (Dados Gerais), publicada em maio de 1946, onde Carneiro Felippe mandou cortar e reimprimir as páginas 45 e 46 por figurar no quadro de Mato Grosso uma criança de religião xintoísta. Ele pressentiu que deveria ser uma incorreção, pediu para ser verificado e, de fato, o era.

Eis que o censo foi apurado e divulgado. E, com a extinção do Serviço de Recenseamento, em 1948, por ter já cumprido com a tarefa para o qual tinha sido constituído, Mortara foi nomeado assessor técnico do Conselho Nacional de Estatística, pela Resolução nº 365, do CNE. Por esta mesma Resolução, ele recebeu a incumbência de criar o Laboratório de Estatística, cujo primeiro núcleo foi formado a partir de seus alunos e colaboradores do Gabinete Técnico. Preparou, então, uma turma de técnicos, ministrando-lhes um Curso de Demografia e outro de introdução à Estatística Econômica. Ele sempre citou o Laboratório como um dos grandes projetos em que trabalhou no Brasil. Certa vez, quando estava sendo homenageado pela Universidade do Brasil, mencionou dois de seus colaboradores no Laboratório: Alceu Vicente de Carvalho e Ernâni Timóteo de Barros.

Veio o censo seguinte, realizado em 1950, e Mortara, à frente do Laboratório de Estatística, aproveitou os seus resultados para ampliar as análises que fizera sobre os dados de 1940, realizando estudos comparativos entre os dois.

> Dispondo de dados confiáveis dos dois censos, pude então projetar e executar trabalhos que antes não teriam sido viáveis, como tábuas de mortalidade para vários estados do Brasil e cálculos para reconstrução das correntes migratórias internas (MORTARA, 1985, p. 18).

Entre os muitos trabalhos que realizou à frente do Laboratório de Estatística destacam-se, entre outros: **Pesquisas sobre os diversos grupos de cor nas populações do Estado de São Paulo e do Distrito Federal**, publicado em 1951, **Contribuições para o estudo da Demografia do Sul**, em 1957, **Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil**, em 1958 e **Contribuições para o estudo da Demografia do Brasil**, em 1961.

As análises efetuadas por ele e por seus colaboradores atestavam a evolução da demografia brasileira. Ao serem apresentadas no Congresso Internacional da População, em 1954, e nas sessões do Instituto Internacional de Estatística e da União Internacional para o Estudo Científico da População causaram excelente impressão.

Alguns de seus principais trabalhos

Com o fim da guerra, Giorgio Mortara foi reconduzido à sua antiga cátedra na Universidade de Roma. Entretanto, por absoluta fidelidade ao País que o

acolhera e especialmente ao Instituto onde trabalhava preferiu continuar no Brasil e no IBGE. Entretanto, em 1956 o convite foi reiterado com "afetuosa insistência", como ele mesmo disse, e como ele já considerava como cumprida a sua tarefa de preparar analistas aptos para prosseguirem o trabalho do Laboratório de Estatística, decidiu aceitar a oferta. Retornou à Itália naquele mesmo ano, lecionando na Faculdade de Ciências Estatísticas, Demográficas e Atuariais da Universidade de Roma até ser jubilado por atingir a idade limite em 1960, quando chegou aos 75 anos. Lá, conforme escreveu a demógrafa Nora Federici:



Giorgio Mortara no dia do seu desembarque no Rio de Janeiro, com seu filho Alberto e sua filha Marcella.

> Dedicou-se com fervor e entusiasmo juvenil a formar novas gerações de discípulos, enquanto reiniciou com ritmo inalterado os estudos de demografia italiana, sem contudo abandonar a orientação de pesquisas efetuadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro [...] (FEDERICI, 1985, p. 50).

Como seus filhos preferiram continuar no Brasil, Mortara costumava passar longos períodos no Rio de Janeiro. Suas ligações afetivas com o Brasil jamais seriam partidas. Afinal de contas, ele tinha pedido cidadania brasileira para ele, sua mulher e seus filhos. Se na Itália ele era catedrático, em sua "segunda pátria", como ele gostava de afirmar, ele era professor *honoris causa* da Universidade do Brasil, título conferido em 1953, em cerimônia presidida pelo reitor *Pedro Calmon* (1902-1985). Em nome do Conselho Universitário fez discurso o professor Jorge Kingston, do qual vale destacar:

> O "melhor estar" das populações, que é o fim colimado, só será atingido se conseguirmos eliminar os desajustamentos entre os diversos setores econômicos e assegurarmos a perfeita utilização dos recursos naturais. Nas economias liberais, os principais desses desajustamentos são destruidoras dissenções entre o Trabalho e o Capital, e a recorrência das fases cíclicas de depressão, cujas conseqüências são mais desastrosas que a própria existência de desigualdades na distribuição das rendas. [...]
>
> Ora, a quantificação dos problemas econômicos se faz através da Estatística. É a ela que incumbe a obtenção dos dados primários, a sua manipulação e concatenação, até atingir o valor daquelas grandes variáveis, com que o economista jogará na fixação da política econômica mais consentânea.
>
> Sentiram certamente os meus colegas da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas a existência dessas profundas inter-relações entre a Estatística e a economia ao apoiar tão calorosamente a sugestão que lhe trouxe o professor Eugênio Gudin, mestre de todos nós, para que se prestasse a um estatístico dos mais ilustres, o professor Mortara, a homenagem do seu reconhecimento pelos inestimáveis serviços a apostolar dedicação com que se tem devotado ao aperfeiçoamento das estatísticas em nosso país, identificando-o assim com a nossa Universidade, através da concessão de título máximo de professor *honoris causa*. [...] (GIORGIO..., 1953, p. 197).

Antes de deixar definitivamente o magistério em seu país, criou lá, como anexo à Faculdade de Ciências Estatísticas de Roma, o Instituto de Demografia – o pri-



Giorgio Mortara e sua esposa Laura, em Copacabana, Posto 6, nos anos 1950.

meiro na Itália. Enquanto esteve lá, acompanhou suas primeiras atividades, aconselhando e orientando suas iniciativas.

No início dos anos 1960, retorna ao Brasil para usufruir de sua aposentadoria ao lado de seus filhos e netos. Mesmo afastado, não raras vezes era procurado por seus amigos e ex-colaboradores para consultas e orientações.

No dia 30 de março de 1967, no Rio de Janeiro, a cinco dias de completar 82 anos, Giorgio Mortara deixa o convívio dos vivos. Uma página de ouro da demografia nacional e internacional foi virada.

Entretanto, se o homem desaparece, a sua obra permanece. Somente de 1939 a 1951, segundo consta no livro que homenageia o seu centenário de nascimento, ele editou 116 trabalhos, sendo 17 estudos metodológicos de Estatística Demográfica e Biometria, trabalhos didáticos e sobre diversos assuntos; oito relativos à preparação e operação do Censo 1940; 17 estudos sobre o aproveitamento do Censo Demográfico para a reconstituição do movimento populacional do Brasil; 48 pesquisas sobre a demografia brasileira; seis sobre a internacional; sete estudos de estatísticas culturais; 13 sobre Estatística Econômica e Financeira. Somente na Biblioteca Central do IBGE, existem 722 trabalhos de sua autoria, elaborados ao longo de sua vida.

Como se vê, destacar um trabalho de Mortara é tarefa praticamente impossível. No entanto, talvez valha a pena citar com alguma ênfase seus trabalhos analíticos com respeito ao históricos dos censos brasileiros até 1920. Em "Estudos sobre a utilização do Censo Demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil[370]" ele pretendeu aferir e atualizar os cálculos obtidos nos recenseamentos feitos no Brasil em 1872, 1890, 1900 e 1920. Com base nos números divulgados sobre este último, por exemplo, ele concluiu que houve supervaloração de seus resultados. Sobre esta questão, a Dissertação de Mestrado **Pátria de questionário**: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos, apresentou números que dão conta que, se houve exacerbação dos números em alguns estados, certamente não ocorreu no Distrito Federal (SANTOS, 2004). Lá, Bulhões Carvalho acompanhou os trabalhos com olhos vigilantes, atentos à menor falha, e com isto, é possível dizer que na Capital Federal o censo teve precisão cirúrgica.

[370] Publicado nos primeiros números da *Revista Brasileira de Estatística*, entre 1940 e 1942.

Levando em conta os números do censo no Distrito Federal e com base em seus cálculos de taxa (tanto aritmética quanto geométrica) de crescimento da população do Rio de Janeiro, fez projeções para o futuro estimando que em cerca de 30 anos a população do então Distrito Federal dobraria. Com efeito,



Giorgio Mortara, 1950.

> visto a população da cidade, apurada no Recenseamento de 1950, ter sido de 2.377.451[371] (contra os 1.157.873 coligidos em 1920). O acerto destas estimativas, pelo menos no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, atesta a qualidade dos números do Censo Demográfico de 1920. Embora este recenseamento tenha a grife da DGE, é inegável que o seu DNA mais puro está no Distrito Federal, local onde teve total participação: nomeando comissões censitárias, vendo, revendo e conferindo cada boletim, efetivamente colocando em prática todas as instruções por ela emanadas (SANTOS, 2004, p. 167).

Entretanto, não há o que questionar sobre exageros cometidos nos números totais para o Brasil como, por exemplo, no número de habitantes até os 20 anos, conforme denuncia Mortara:

> O censo de 1920 registra 16,45 milhões de habitantes naturais do Brasil nas idades até o vigésimo aniversário, isto é, nascidos no período de vinte anos precedente à data do censo. A comparação do algarismo censitário com o número calculado na hipótese duma natalidade de cerca de 33 por 1.000 mostra quanto esta hipótese se afasta da realidade. Com efeito, se o número dos nascidos naquele período fosse de 15-16 milhões, os sobreviventes deles na data do censo não deveriam ser mais de 11-12 milhões, admitida uma mortalidade relativamente baixa. Consta, em vez disso, um número de sobreviventes superior a 16 milhões, isto é, maior mesmo do que o suposto número dos nascidos; não somente estes seriam imortais, como também se teriam multiplicado... (MORTARA, 1940a, p. 233).

Ele também não livra de críticas os outros censos, incluindo o de 1872, considerado exemplar por muitos e por muito tempo.

> No censo de 1872, os erros nas declarações de idade foram tão freqüentes e graves que os resultados do cálculo das taxas de natalidade por quinqüênios isolados acusam grandes divergências, variando entre 31 e 64 por 1.000 [...] (MORTARA, 1940a, p. 239-240).

Mortara admitiu a falibilidade das operações censitárias, não só as ocorridas no Brasil, como em qualquer lugar do mundo:

> Não há país no mundo cujos censos indiquem, de modo completo e rigoroso, a repartição por idade da respectiva população.
>
> A omissão de indivíduos existentes (em particular quanto a crianças), a repetida enumeração de outros (sobretudo pessoas temporariamente afastadas do seu domicílio), e, às vezes, a enumeração de indivíduos que não existem (fenômeno menos raro do que poderia supor o inexperiente nesta matéria), modificam, não só nos algarismos absolutos, como também nos proporcionais, a repetição por idade.
>
> Somente nos países e épocas em que reina uma alta disciplina civil os erros conseqüentes desses fatores se tornam desprezíveis (MORTARA, 1940b, p. 443).

[371] Ver: CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. v. 24, t. 1, p. 1.

Da importância de Giorgio Mortara para a estatística demográfica brasileira, não há o que se discutir. Muitas e importantes figuras teceram palavras de elogios ao saudoso mestre. Ficam como palavras finais do capítulo as que ele proferiu em seu discurso de agradecimento, pela concessão do título de doutor *honoris causa*:

> A demografia do Brasil é uma floresta virgem, cuja exploração é laboriosa e árdua; mais de uma vez, em quatorze anos de pesquisas, tive a impressão de ter traçado um caminho certo através desse imenso labirinto, mas era sempre ilusão, embora o trabalho feito não fosse inútil. Somente se, e quando, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística empreender uma ação enérgica para a regularização dos levantamentos do movimento da população, poderá ser encontrada a saída (MORTARA, 1985, p. 41).

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Um gênio chamado Giorgio Mortara,** por Marco Santos.

Teixeira de Freitas: figura solar do sistema estatístico

Capítulo 16

por Marco Aurelio Martins Santos

Este capítulo foi escrito por Marco Aurelio Martins Santos, jornalista, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE / IBGE, analista em planejamento, gestão e informações geográficas e estatísticas no IBGE, assistente de pesquisa na produção desta História das Estatísticas Brasileiras.



Teixeira de Freitas, [ca.1922].

No panteão dos grandes vultos da estatística brasileira, um nome se reveste de notável brilho. Não se pode falar das estatísticas brasileiras da primeira metade do século XX sem mencionar *Mario Augusto Teixeira de Freitas* (1890-1956). Ele foi o grande idealizador do sistema estatístico nacional baseado na cooperação interadministrativa. Foi também o primeiro secretário-geral do Instituto Nacional de Estatística – INE e do consecutivo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de ser um dos fundadores e primeiro presidente do Instituto Interamericano de Estatística e vice-presidente do Instituto Internacional de Estatística.

Muito mais importante que seus cargos foi sua enorme contribuição para a sistematização da estatística brasileira. Após o trabalho fecundo de Bulhões Carvalho frente à DGE, Teixeira teve a oportunidade de colocar em prática suas teses e algumas idéias que o próprio diretor geral imaginava, mas não tinha como efetivar ao seu tempo.

A rede de agências municipais de estatística por ele idealizada, primordialmente não se restringiria apenas às finalidades estatísticas. Sua intenção era vê-las como órgãos estimuladores do desenvolvimento cultural e da melhoria de vida em todos os rincões nacionais.

Advogado, servidor público, estatístico, seria absolutamente reducionista atribuir somente um destes epítetos a Teixeira de Freitas. Talvez a melhor denominação que abranja a sua passagem pela vida seria considera-lo como “um homem de idéias”.

Na DGE, o contato com a estatística

Ele era filho de *Affonso Augusto Teixeira de Freitas* (1862–1950) e de *Maria José Teixeira de Freitas* (baiana, de São Francisco do Conde, faleceu em 25 de abril de1954). Seu pai, possuidor de enorme inteligência, foi um notável professor catarinense radicado no Paraná, além de engenheiro e escritor. Nasceu em São Francisco do Sul e era neto no notável jurista Augusto Teixeira de Freitas, inclusive sendo seu secretário

particular por algum tempo. Seus encargos o levavam a viajar com alguma freqüência. Quando estava com domicílio na Bahia, sua mulher deu à luz a Mário Augusto, em 31 de março de 1890, na cidade de São Francisco do Conde. Tempos depois, Affonso retornaria ao Sul, vivendo em Curitiba, no Paraná, até o fim de seus dias. Lá, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná. Era conhecido por seu intelecto privilegiado e por sua eterna distração. Certa vez, estava no Rio de Janeiro, onde veio prestar exame como candidato a um cargo público. Ao sair para fazer a prova, colocou a sobrecasaca, a cartola, pegou a bengala e ganhou a rua. Lá, foi alertado pela cunhada, Mariquinhas, de que da cintura para baixo estava só de ceroulas. Vivia concentrado em seus cálculos, e com isso, se desligava do que acontecia ao seu redor. Em uma ocasião, entrou em casa comentando com a mulher:



Teixeira de Freitas e irmãos, em fevereiro de 1954.

- Maria, encontrei ali fora umas crianças muito engraçadinhas, que vieram pedir minha bênção.

Ao que a esposa respondeu:

- Affonso, aqueles são teus filhos.

O jovem Mário Augusto puxou-lhe a inteligência. Com 18 anos, prestou concurso para a Diretoria Geral de Estatística, órgão ligado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Com ótima classificação, iniciou na DGE como “praticante” e cada vez se destacava mais por sua capacidade de trabalho e espírito de iniciativa. Em 1911, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, mas, por já estar em contato com a estatística, sentiu que este seria o caminho profissional que buscaria. Na DGE, ao longo da segunda década do século XX, elaborou diversas pesquisas e estudos com base em levantamentos estatísticos.

Em março de 1920, Bulhões Carvalho o nomeia delegado geral do Recenseamento em Minas Gerais, para onde seguiu com o intuito de organizar a operação censitária naquele estado. Por conta do relatório que apresentou ao final do censo (com data de 31 de dezembro de 1921) ficamos sabendo das dificuldades que ele experimentou na execução do censo em Minas e todas as estratégias para levar o trabalho a bom termo, conforme está narrado no segundo volume desta obra.[372]

Sua atuação foi de tal forma convincente que o governo mineiro, depois de encerrado o censo, o convidou para que reformasse e reorganizasse a estatística estadual, dando-lhe carta branca para isto. Nesta empreitada, ele teve a oportunidade

[372] Capítulo 20 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

de introduzir o sistema de cooperação interadministrativa entre as diferentes áreas do governo estadual. Seria a semente do futuro sistema estatístico nacional que implantaria mais tarde. Em seu tempo como diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais realizou trabalhos de grande densidade, como o *Anuário Estatístico do Estado*, o *Anuário Demográfico*, o *Anuário de Legislação* e *Administração Municipal*, o *Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais*, a *Carteira Estatística de Minas Gerais* e a *Divisão Administrativa Judiciária de Minas Gerais* entre outros.

Com o golpe de 1930 e a instauração do Governo Provisório, voltou para o Distrito Federal a fim de colaborar na organização do então recente Ministério da Educação e Saúde Pública, onde assumiu a chefia da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, um centro dinâmico do novo órgão do governo.

Um pouco antes da revolta que levou Vargas ao poder, ele concebeu o plano de cooperação interadministrativa, já em dimensão nacional, e que seria apresentado em forma de teses na 1ª Conferência Nacional de Estatística, convocada por Bulhões Carvalho e que aconteceria em 12 de outubro de 1930. A conferência foi adiada *sine die*, justamente por conta da sublevação que destituiu Washington Luiz.

Teses históricas

Ele dividiu suas teses em 33 seções, a saber: I- Necessidade de convergência na atividade dos nossos órgãos de estatística geral; II- Integração do aparelhamento estatístico brasileiro na esfera administrativa estadual; III- Condições de êxito dos nossos inquéritos estatísticos; IV- Educação estatística da comunhão brasileira; V- Unidade fundamental no plano dos Anuários Estatísticos da União e dos estados; VI- Estatística Municipal nas capitais dos estados; VII- Contribuição dos Serviços de Estatística em matéria de cartografia geográfica; VIII- Escritórios de informações e Delegacias de Estatística dos estados na capital da República; IX- Divisão Territorial – Administrativa e Judiciária; X – Coletâneas de legislação e administração municipal; XI- Sociedade Brasileira de Estatística – Revista Brasileira de Estatística; XII – Revisão do Recenseamento de 1920; XIII – Franquia postal e telegráfica para os serviços de estatística; XIV – Adaptação da generalidade das nossas estatísticas à divisão política do País; XV- Estatística postal; XVI- Estatística judiciária; XVII- O "Registro Torrens" e a estatística do território; XVIII- A estatística agrícola e o imposto territorial; XIX- Indicadores estatísticos; XX- Atlas estatístico; XXI – Estatística do ensino secundário e superior; XXII – Estatística ferroviária por municípios; XXIII- Um meio para a generalização do casamento civil e do registro civil de nascimento; XXIV- Estatística financeira dos municípios; XXV- Inquéritos complementares da coleta estatística; XXVI – Ação cultural direta dos agentes de estatística; XXVII- Uniformização da grafia nas desig-



Teixeira de Freitas em seu gabinete, no Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, [s.d.].

nações geográficas; XXVIII- A adoção do Esperanto como língua auxiliar dos serviços de estatística; XXIX- A reorganização imediata da estatística agrícola brasileira; XXX – Estatística dos quadros do pessoal da administração brasileira; XXXI- Assistência estatística aos órgãos legislativos federais; XXXII- Tábuas itinerárias; e XXXIII- Notícias estatístico-corográficas dos municípios.

Todas estas teses estão publicadas em **Teixeira de Freitas**: pensamento e ação, e embora reconheçamos a importância de todas, não cabe analisá-las aqui uma a uma. Entretanto vale a pena destacar algumas das idéias deste grande pensador da estatística nacional.

Uma delas é sobre a justificativa de se ter todas as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) trabalhando em conjunto, pois se as repartições centrais de estatística, tanto as de âmbito nacional quanto as limitadas aos seus respectivos estados, têm como objetivo:

> apresentarem, através da sintética expressão dos números e dos esquemas, o quadro geral das condições de vida das coletividades políticas a que servem, têm de fato um duplo sentido: 1º) o de resumirem, mediante uma técnica rigorosa e em forma orgânica, os trabalhos especializados, de quaisquer repartições públicas ou instituições outras, que comportem ou impliquem apreciação estatística aproveitável sobre seja qual for a ordem dos fatos; 2º) o de procederem diretamente a todas as pesquisas que se tornarem necessárias para completar, segundo o plano sistemático previamente traçado, o material que já encontrarem elaborado afim de integrarem o quadro de estatística geral que lhes convier organizar (FREITAS, 1990a, p. 23).

Desta forma, segundo Teixeira, com cada uma destas tríplices esferas podendo realizar estatísticas dentro de seus limites, haverá a muito provável possibilidade de duplicação ou mesmo triplicação dos trabalhos de coleta e elaboração de estatísticas que não forem exclusivamente do cabedal privativo de uma das três áreas de governo. Daí que haverá desperdício de recursos financeiro e humano, cansando os informantes com sucessivas visitas, além da possibilidade de números viesados, prejudicando, assim, os objetivos das repartições de estatística.

Daí que Teixeira de Freitas propunha com urgência:

> 1º) que os nossos serviços de estatística geral, distribuídos pelos três graus de hierarquia administrativa que plasmam a organização política brasileira, limitem voluntariamente a autonomia de que à primeira vista deveriam desfrutar, procurando subordinar as respectivas atividades a um *modus vivendi* previamente assentado mediante acordos entre a União e os estados e entre estes e os seus municípios, de tal sorte, por um lado, que satisfaçam aos fins da estatística estadual e a esta dispense a repetição dos inquéritos já realizados e, por outro lado, que as coletas estaduais se revistam daquelas condições que as possam tornar satisfatórias igualmente para os fins da estatística federal; 2º) que as referidas repartições procurem agir junto aos órgãos especializados de estatística, existentes nas respectivas esferas de ação, de maneira que a atividade desses órgãos de adapte da melhor forma aos fins da estatística brasileira (FREITAS, 1990a, p. 23).

Tais propostas só poderiam ser efetivadas em um Estado forte, diferente da federação de estados que perdurou por quase toda a chamada República Velha. Bulhões Carvalho e outros pensadores da estatística brasileira podem até ter vislumbrado tais soluções mas elas esbarrariam no *status quo* dominante.



Outro aspecto de Teixeira de Freitas em seu gabinete de diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, [s.d.].

Para subverter aquela situação confusa, Teixeira efetuara algumas propostas. Sua intenção seria submetê-las ao voto dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Estatística. Com o seu cancelamento, ele teve tempo para burilar mais suas teses e apresentá-las ao novo governo (forte) que, aliás, viria com mais cacife para pô-las em prática. Eis, então, suas conclusões:

> I – A Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, naqueles estados que já possuírem serviços de estatística geral, confiará aos referidos serviços a realização dos seus inquéritos diretos, evitando-se, assim, simultaneidade de pesquisas sobre os mesmos fatos por parte da União e dos estados.
>
> II – A elaboração dos dados assim coligidos para fins comuns também deve ser objeto de entendimento entre o órgão estatístico federal e os estaduais, no sentido de evitar-se qualquer discrepância nos seus resultados finais, mas isto obviamente, assegurando-se a presteza dos trabalhos de apuração e a possibilidade do seu imediato aproveitamento pela repartição que deles se abstiver.
>
> III – Entendimentos semelhantes aos indicados nas duas primeiras conclusões convém que sejam realizados entre as repartições estaduais de estatística e as administrações municipais compreendidas nas respectivas jurisdições que já possuírem serviços próprios de estatística.
>
> IV – São igualmente recomendáveis entendimentos e até a própria colaboração direta dos serviços de estatísticas geral com os departamentos incumbidos de estatísticas especializadas, a fito de imprimir a estes trabalhos a técnica e o desenvolvimento que os tornem perfeitamente adequados aos fins da estatística geral do país (FREITAS, 1990a, p. 23-24).

Vê-se aí perfeitamente o embrião da cooperação interadministrativa proposta mais tarde no sistema nacional de estatística que gerou o Conselho Nacional de Estatística e o próprio IBGE.

Naquele 1930 ele previa:

> É óbvio, pois, que a evolução normal da estatística brasileira se terá de processar sob a diretriz fundamental da cooperação dos estados pelos seus "serviços de estatística geral", com a Diretoria Geral de Estatística, relativamente à qual devem agir como verdadeiras delegacias suas, para os fins de investigação e coleta, que executarão diretamente, por meio de agentes de estatística que percorram anualmente os municípios (FREITAS, 1990a, p. 24).

Ele também vaticinava a necessidade de ser feito um "acordo" entre estados com o órgão central de estatística e fazia recomendações sobre as qualificações do pessoal ocupado dos órgãos integrantes deste convênio nacional.

Sobre a pouca profundidade dos resultados de inquéritos estatísticos realizados no Brasil, Teixeira, embora aborde as condições desfavoráveis do meio social, incluindo "a ignorância, os preconceitos, a indisciplina social, o desinteresse pelas coisas da administração e até a má fé" por parte dos informantes, foca sua preocupação em outro ponto.

> [...] o "pedir" informações estatísticas, por outro lado ocorre o rudimentarismo da nossa organização social e econômica, implicando quase sempre a inexistência de boa ordem nos registros públicos e próprios registros que se supõem mais encontradiços, como sejam os de contabilidade nas administrações municipais e os dos respectivos movimentos nos estabelecimentos de ensino e de assistência, para não falar de muitos outros casos, talvez ainda mais graves (FREITAS, 1990a, p. 26).

De fato, a solução deste dilema não seria encontrada em curto prazo, nem depois da criação do IBGE. Naquele momento Teixeira sugeria que os questionários e formulários (ou "plano de indagações a cargo direto das nossas repartições de estatística", segundo suas palavras) (FREITAS, 1990a, p. 26) das pesquisas estatísticas fossem simplificados sob pena de não alcançarem seus objetivos. Com os bons resultados obtidos nestas inquirições mais simples será possível aprofundar gradativamente a complexidade dos quesitos, uma vez que se vencerá as condições refratárias, além de se obter um valioso acervo de pesquisas confiáveis.

Teixeira rejeitava a coleta por meio de correspondência postal e telegráfica, que obtinha pouco retorno. Ele considerava como mais eficiente a utilização de agentes de estatística escolhidos com rigor no que diz respeito à capacidade e à idoneidade, para persuadirem os informantes relutantes a fornecerem as informações que interessassem às pesquisas, preparando "progressivamente o terreno para o êxito futuro de perquirições mais meticulosas" (FREITAS, 1990a, p. 27). Teixeira de Freitas via a composição destes agentes como um corpo de funcionários temporários, renovável a cada ano, sob escolha de diretores ou chefes responsáveis pelo sucesso das pesquisas.

Estatística e território

Ele via também a Imprensa como grande emuladora da estatística. Era sua intenção propor na Conferência de Estatística a "remessa freqüente (se possível semanal) de comunicados à imprensa dando notícias precisas sobre o alcance, o plano e os resultados" (FREITAS, 1990a, p. 29), obtidos no trabalho de apuração e análise de dados.

Na sua opinião, os anuários estatísticos eram instrumentos valiosos e poderiam ser melhor explorados pelos órgãos de estatística. Ele próprio, em Minas Gerais, dera bastante ênfase a esta publicação. Quando da criação do Conselho Nacional de Estatística ele pessoalmente daria grande atenção ao *Anuário Estatístico Brasileiro*.

No seu entender, as capitais dos estados, por intermédio das prefeituras, deveriam ser co-participantes neste esforço de construção das estatísticas brasileiras. Já naquele 1930 ele propunha o estabelecimento de acordos com as administrações municipais, que só efetivamente se concretizariam uma década depois.

Por conta de seu trabalho no Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, ele se convenceu da importância de levantamentos cartográficos como instrumentos auxiliadores da estatística. Além do seu interesse na estatística, ele também tinha vínculos com a geografia e lamentava por constatar que tão cedo o País não teria representação gráfica de seu território. E mais:



(Da esquerda para a direita), Hildebrando Clark (seu substituto na chefia do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais), Augusto Teixeira de Freitas, Gabriel (filho adotivo de Teixeira de Freitas), Rosalina Limpo Teixeira de Freitas (esposa de M. A. Teixeira de Freitas), Edina (esposa de Gabriel) e M. A. Teixeira de Freitas, [ca.1932].

> Ora, aos serviços de estatística essa lamentável situação (falta de representação gráfica) se torna particularmente desfavorável, pois – é noção rudimentar – todos os resultados de suas investigações, nem só no "tempo" se devem situar, se não também no "espaço", isto é, no "lugar" ou em função do "âmbito territorial", e tal objetivo só muito imperfeitamente se poderá conseguir sem que existam ao menos boas cartas geográficas e corográficas, de que constem a representação física e política do território e os contornos – graças aos quais somente se poderá obter o essencial elemento "área" – das circunscrições territoriais que se constituem o suporte, por assim dizer, da nossa vida econômica, social, administrativa e política (FREITAS, 1990a, p. 33).

Por conta disto, ele via como imperativa a necessidade da estatística brasileira buscar a cartografia geográfica.

Um dado curioso: Teixeira de Freitas propôs que os estados mantivessem na Capital Federal delegacias ou agências de suas repartições de estatística, e cada uma com biblioteca completa, franqueada ao público, envolvendo assuntos como legislação, administração, estatística, geografia etc. relativas a cada estado. E ainda uma exposição permanente de produtos dos respectivos estados e um acervo de fotografias e filmes sobre belezas e riquezas naturais, aspectos urbanísticos, indicadores de progresso social e econômico, tudo aberto ao público. Praticamente uma Exposição Estadual permanente!

Teixeira reconhecia a importância de criação (ou recriação) de uma Sociedade Brasileira de Estatística. Citando *Oziel Bordeaux Rêgo*, ele lembrou a existência da Sociedade Estatística do Brasil ao tempo do Império, que, lamentavelmente fracassou em seus intentos. Ele imaginou que a razão do desaparecimento daquele órgão seria um despreparo ou uma falta de amadurecimento no Brasil do "espírito estatístico", uma vez que o País não contava à época de "um núcleo científico votado às pesquisas estatísticas de ordem teórica". Naquele 1930, em seu modo de ver, já havia condições para o seu surgimento (ou ressurgimento). Da mesma forma, ele considerava como fundamental a existência de uma *Revista Brasileira de Estatística*, publicada mensal ou

trimestralmente. Neste sentido, apelava para que a DGE iniciasse desde aquele momento a sua publicação.

Em suas teses, ele faz uma revelação muito pouco conhecida: pelo menos em outubro de 1930 (ou seja, antes da revolta que derrubou o presidente Washington Luiz) o governo decidira não realizar um novo recenseamento decenal, conforme estava previsto na Constituição, e sim sobre uma suposta "revisão" do Censo 1920. E para suprir a carência de informações que só um censo pode fornecer, ele pedia cuidados no planejamento e execução desta revisão. Ela seria feita em 1931, com relação ao ano anterior, com o governo federal dotando a operação com cerca de 4 000 contos de réis. O inquérito seria realizado nos municípios, por meio de Agentes Itinerantes idôneos, selecionados pelos delegados da DGE nos estados. Para a realização da revisão seria chamada a colaboração dos estados, por intermédio de suas repartições de estatísticas, todas harmonizadas com a Diretoria Geral de Estatística, para que não houvesse duplicações de questionários ou mesmo domicílios não visitados pelos agentes. E mais:

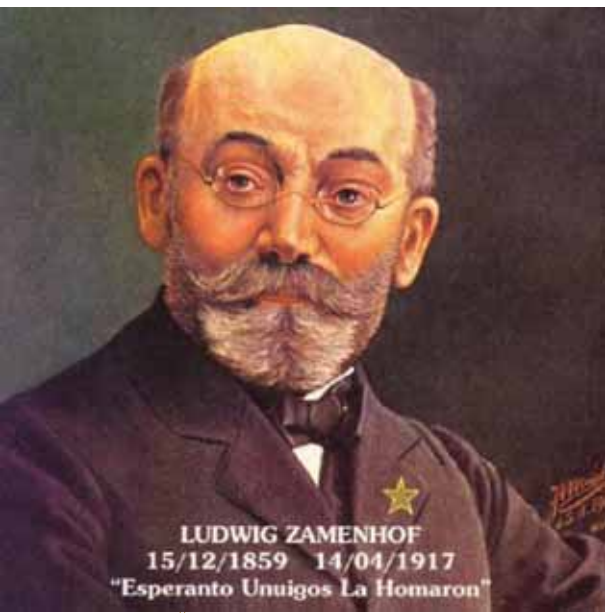
> Os resultados do empreendimento delineado pelos precedentes itens merecem ser ponderados pelo governo da República como documentação experimental de inigualável valor sobre as diretrizes a fixar para a premente e grandiosa obra de remodelação e impulsionamento de que carecem os serviços estatísticos nacionais (FREITAS, 1990a, p. 41).

Uma de suas teses aborda o problema do Registro Civil, que sempre foi um nó górdio nas estatísticas brasileiras. O próprio Bulhões Carvalho tentou resolver este imbróglio e não conseguiu. Até nos dias atuais, primeiro lustro do Século XXI, não se pode ter nas estatísticas do Registro Civil um fiel espelho do número de casamentos, nascimentos e óbitos ocorridos no Brasil.

Mas Teixeira também tentou. Mesmo reconhecendo aspectos culturais adversos, a larga extensão do território ele faz propostas para melhorar as estatísticas do Registro Civil. E estas passam efetivamente pela adoção de prêmios pecuniários aos que registrassem seus filhos e aos que lavrassem em cartório a sua união civil. Chega, inclusive, a estipular valores para um e outro "prêmios cívicos", como chamou: 50 mil réis para registros de nascimento e 100 mil réis para casamentos.

> Iria nisto, é certo, um ônus relativamente pesado. Mas esse ônus – fácil será prová-lo com o auxílio das taxas de nupcialidade e natalidade – não seria excessivo, antes se apresenta como perfeitamente razoável em face dos resultados sociais a obter isto é uma obra notável de educação cívica, um estímulo aos hábitos de economia e a consecução dos elevados fins inerentes ao próprio registro (FREITAS, 1990a, p. 51).

Ele disseca mais esta proposta, propondo a instituição de uma espécie de "caderneta de poupança", onde estes valores seriam lançados e só poderiam ser sacados pelos noivos após o nascimento (e registro) do primeiro filho do casal e pelos nascidos depois de terem atingido os 21 anos. Os valores seriam naturalmente corrigidos por juros pelo tempo em que ficassem depositados. Para não onerar em demasia o governo federal, ele propunha que os estados arcassem com metade dos prêmios,



Lazaro Zamenhof, [s.d.].

uma vez que eles também se beneficiariam das vantagens das estatísticas corretas e atualizadas.

Não se sabe se tal proposta foi efetivamente levada algum dia ao governo federal.

Havia em Teixeira de Freitas uma clara determinação de reforçar os laços entre a administrações federal e a municipal. E ele via a estatística como um fortíssimo cimento social que concretizaria estes laços. Uma de suas teses sugere que o agente de estatística, a saber, o representante do órgão federal da Diretoria Geral de Estatística, se envolvesse nas cidades, assumindo uma verdadeira ação cultural por seu trabalho pessoal ensinando, sugerindo e também desfazendo preconceitos e vencendo resistências à atuação da estatística. Ele lista, inclusive, uma série de medidas que poderiam ser estimuladas e animadas pelo agente de estatística, como, por exemplo: a criação de pequenas bibliotecas municipais populares, com especial difusão de conhecimentos sobre agricultura e indústria; a criação de pequenos hortos ou parques municipais que atenderiam tanto ao embelezamento dos municípios quanto á educação, saneamento e exploração industrial; reorganização dos arquivos municipais "salvando da destruição e pondo ao alcance dos estudiosos da nossa História", seu precioso acervo; o levantamento ou melhoria de mapas municipais; a reformulação dos relatórios do executivo municipal; a propaganda difusora estimulando as pequenas indústrias caseiras; o incentivo à realização de estudos históricos, memoriais, corográficos etc. que divulgassem e aprofundassem a formação do município, suas características, condições de vida, belezas naturais entre outros aspectos.

De fato, tais medidas seriam de enorme valor e certamente poderiam ser encampadas pelo representante da estatística. De alguma forma, após a criação das agências municipais do IBGE, seus representantes conquistaram algum prestígio em suas localidades, embora, de maneira geral, não tenham seguido estas sugestões de Teixeira.

Uma de suas teses tem um certo travo de ingenuidade. O grande estatístico sugeria a adoção do esperanto como idioma auxiliar da estatística. Em sua vida, ele sempre seria um ardoroso admirador desta língua criada por *Zamenhoff* (1859-1917). Teixeira não foi o primeiro a ver no esperanto um idioma alternativo para a estatística. O sempre citado Bulhões Carvalho já pregava esta idéia desde o início do Século XX. Por sua iniciativa, inclusive, houve uma tradução do **Boletim comemorativo da Exposição de 1908** para aquela língua.[373] Entretanto, Teixeira seria o grande emulador desta vinculação da estatística com o esperanto.

[373] Conforme visto no volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

Há nas propostas do notável estatístico uma que não foi levada adiante mas que merecia ser cuidada com mais atenção, especialmente naqueles tempos em que a relação entre o "poder fazer", o "saber fazer" e o "mandar fazer" estava um tanto nebulosa. Teixeira propunha a criação de consultoria de estatística em cada uma das Casas do Congresso. E iniciou a sua argumentação de modo peremptório:

> Sendo a estatística, como já disse alguém, e com incontestável propriedade, o "biômetro das nações", não se compreende que não preste ela uma assistência muito especial aos trabalhos de elaboração legislativa (FREITAS, 1990a, p. 66).

E vai além: ele defendeu que esta assistência não fosse ocasional, por interesse de algum deputado ou senador que eventualmente buscasse luzes estatísticas para defender algum projeto. Teixeira imaginava um circuito de duas vias, onde o legislador – normalmente "pouco afeiçoado ao trato dos números", segundo suas palavras – pudesse acessar com freqüência à uma assessoria técnica em estatística e os técnicos estatísticos tivessem a chance de sugerir "medidas que proveitosamente se pudessem incluir nos projetos de lei" de interesse para a estatística. Com isto, o "saber fazer" teria especialmente acesso ao aperfeiçoamento dos registros existentes e até mesmo poder sugerir a criação de outros que se constituiriam em fontes seguras de dados estatísticos. Eis as atribuições que ele visualizava para estes consultores de estatística do Congresso:

> 1º – Ter organizada uma coleção das obras estatísticas mais recentes, oficiais e particulares, nacionais ou estrangeiras, cuja consulta possa ser útil aos trabalhos legislativos do Congresso Nacional;
>
> 2º – Organizar e manter em dia os fichários, prontuários e indicadores necessários a rápida documentação estatística de qualquer assunto;
>
> 3º – Organizar, fazer publicar no Diário Oficial e em avulsos, e distribuir, as elaborações estatísticas que, pela sua natureza especial ou pela sua significação fundamental relativamente a atualidade nacional, devam ser levadas ao conhecimento dos membros do Congresso;
>
> 4º – Facultar e facilitar aos membros do ramo do Congresso a que servir a consulta da coleção bibliográfica organizada no gabinete a seu cargo;
>
> 5º – Elaborar com a possível rapidez e comunicar aos interessados em memoranda [sic], as contribuições estatísticas que verbalmente ou por escrito lhe forem requisitadas pelos representantes da Nação ou pelas comissões da respectiva Casa do Congresso;
>
> 6º – Enviar *ex-ofício* às comissões da Câmara ou do Senado, conforme o caso, a documentação estatística que lhe parecer oportuna com referência aos assuntos sobre que elas houverem de deliberar;
>
> 7º – Obter, por correspondência postal ou telegráfica, dos particulares, entidades oficiais e instituições científicas ou outras, do país e do estrangeiro, que as puderem fornecer, as informações e publicações necessárias à perfeita eficiência, regularidade do serviço consultivo da sua atribuição; e
>
> 8º – Sugerir, sempre que se apresentar oportunidade, a inclusão, nos textos legislativos em andamento, dos dispositivos que forem convenientes à facilitação e ao desenvolvimento dos serviços estatísticos nacionais (FREITAS, 1990a, p. 67).



Teixeira de Freitas discursando, [s.d.].

Em sua última tese, Teixeira antecipou um grande trabalho (que será aqui abordado em capítulo específico), a saber **A enciclopédia dos municípios**. Obviamente ele não deu este nome, preferiu chamar de **Notícias estatístico-corográficas dos municípios,** mas ambas têm as mesmas características e finalidades. Ele inclusive sugere os capítulos e tópicos da citadas "Notícias estatístico-corográficas", cuidando da parte geográfica em seus múltiplos aspectos (características gerais, situação física e econômica), passando pela descrição de sua situação social, cultural, administrativa e política.

Teixeira e o seu discurso na instalação do INE

Uma vez alçado à condição de diretor de estatística de um ministério federal, Teixeira teria oportunidade de acessar ao centro decisório da política nacional. Como já foi visto no volume anterior, a DGE foi extinta e novos organismos ministeriais ligados à estatística tinham sido criados. Faltava um órgão que lhe desse organicidade. Faltava o Instituto Nacional de Estatística. Para que isto acontecesse, alguns passos seriam fundamentais. Para Teixeira, suas teses começaram a sair do papel em fins de 1931, quando realizou o "Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas". Um marco absoluto na história estatística nacional – a cooperação interadministrativa proposta por ele dando seus primeiros passos.

Embora o seu retorno para o Rio de Janeiro tenha acontecido nas asas dos ventos de revolução que se abateram sobre o País, em 1930, não se pode dizer que Teixeira era um "inflamado revolucionário", ao contrário. Sua índole política era bem mais próxima do conservadorismo. Sua "revolução" aconteceria em seu campo de trabalho, e neste aspecto, era um infatigável renovador das estatísticas pátrias. Publicou artigos no matutino carioca *Jornal do Commercio*, sempre defendendo com ardor seus pontos de vista. Estava absolutamente convicto das vantagens da cooperação intergovernamental das três esferas de poder – municipal, estadual e federal – para auferir os enormes ganhos que esta associação propiciaria. O que ele tinha alcançado em Minas Gerais, poderia ser conseguido em dimensão efetivamente maior. Mas para alcançar seus objetivos, uma árdua guerra estava por vir. Seria necessário vencê-la batalha a batalha.

A primeira delas foi a convocação de representantes dos estados para firmarem um convênio, o que foi feito em 20 de dezembro de 1931, com o documento "Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais brasileiras". O próximo êxito viria com a organização da 1ª Exposição Nacional de Educação.

Como nuvens que se ajuntam preconizando chuva prazenteira, atos e idéias foram se sucedendo para que enfim fosse criado, em 6 de julho de 1934, pelo Decreto

nº 24.609 o Instituto Nacional de Estatística, a ser definitivamente instalado em 29 de maio de 1936.

Em seu discurso, Teixeira inicia assegurando ser "fortuita e insignificante" a sua atuação pela criação do Instituto. Demonstração de modéstia comum a homens como ele. E prosseguiu:

> O Instituto que acaba de se instalar, sob tão promissores auspícios, não é uma organização improvisada, de emergência ou de simples encenação. Não são efêmeros os seus propósitos, não é artificial a sua estrutura, não são unilaterais nem pessoais os pontos de vista que ele consubstância. Bem ao invés, representa ele a etapa final de formação e unificação da estatística brasileira, logicamente decorrente dos imperativos da vida nacional fielmente interpretados e obedecidos. E porque exprima assim o sistema definitivo que a nação encontrou para integrar a evolução normal dos seus serviços estatísticos, base da administração pública e mesmo das próprias atividades privadas, não é o Instituto somente uma criação que permanecerá, senão também que se expandirá com vitalidade poderosa. Porque as suas raízes se encontram nas raízes mesmas da formação nacional, histórica e geograficamente falando, e o seu dinamismo tão entrelaçado está, alternadamente como causa e efeito, com as próprias fontes de vida da nação, que, estimulando-as constantemente, por elas será também excitado e mantido, na admirável harmonia das criações evolutivas que surgem na vida dos povos com características nitidamente orgânicas (FREITAS, 1990a, p. 103-104).

Teixeira via aquele momento como fruto merecido a conseguido pela "alma da nação" e por "uma legião de obreiros admiráveis", todos envolvidos naquela empreitada de construção dos "fundamentos definitivos da estatística brasileira". Agradeceu, igualmente ao presidente Vargas, a cujo governo coube a criação do INE e especialmente por dar-lhe proeminente posição no organograma da República, junto à Secretaria da Chefia do Governo e entregando sua direção a um homem de grande envergadura como Macedo Soares. Ele via de forma muito auspiciosa a criação do INE, conforme disse em seu discurso:

> A unificação dos serviços estatísticos não obstante a inafastável multiplicidade dos seus órgãos e as diferenciadas dependências destes – objetivo principal do Instituto – é coisa realizada em quase todas as nações através de recursos variados, adaptados à estrutura política de cada um. Ora pela suprema autoridade de uma repartição nacional sobre todos os órgãos especializados; ora pela prestigiosa coordenação levada a efeito por um órgão consultivo e deliberativo – o Conselho de Estatística; ora em virtude de entendimentos e acordos, - a unidade das estatísticas nacionais está conseguida ou se está conseguindo em toda parte, e já tende mesmo para a unidade internacional, como uma das definitivas conquistas da solidariedade e da cultura humanas (FREITAS, 1990a, p. 107).

Ele deu o exemplo de outros países onde havia subordinação direta do órgão central de estatística ao Executivo (Itália, Estônia, Japão, etc.). Por conta disto, não eram somente ufanistas as suas palavras de louvor ao novo organismo estatístico que nascia ligado diretamente à presidência da República.

Ele aproveitou o ensejo e deu contas do sucesso de sua empreitada ao realizar o convênio das estatísticas educacionais e por conta disto, ele augurava sólidas perspectivas para a Convenção Nacional de Estatística a ser realizada no final daquele ano, concorrendo para o bom êxito do INE:

> Em síntese, pois, o Instituto não é mais do que a sistematização feliz e necessária do conjunto de medidas indispensáveis à eficiência de que se quer investir a estatística brasileira (FREITAS, 1990a, p. 108).

E não deixou de citar o seu grande mentor, inclusive com palavras proféticas:

> E nós outros [...] temos, pela nossa experiência, a convicção de que ele [o Instituto] corresponderá aos seus fins. E quando não tivéssemos a consciência disso, poderíamos afirmá-lo, em confiança à inteligência, à experiência e ao extraordinário senso profissional de Bulhões Carvalho, que com a autoridade eminentíssima de criador da estatística geral brasileira[374], de realizador do grande censo geral de 1920, de tratadista consagrado na matéria e de técnico de reputação mundial como membro vitalício que é do Instituto Internacional de Estatística, preconizou e ensaiou todas as realizações que o plano do nosso Instituto sistematiza (FREITAS, 1990a, p. 108).

Vale ressaltar que Bulhões estava sendo incensado diante do presidente da República e recebendo os créditos por tentames no sentido de se instaurar o que naquele momento, anos depois de sua aposentadoria do serviço público, se estava conseguindo. E Teixeira prossegue nomeando ponto a ponto as contribuições de Bulhões celebradas naquele instante:

> Os acordos inter-governamentais; o Conselho de Estatística; as delegações regionais e locais para inquéritos diretos; a especial franquia postal-telegráfica para os serviços estatísticos; a organização do Anuário Brasileiro de Estatística; o preparo das publicações especializadas de estatística e ainda das que são preparatórias ou complementares daqueles; a cartografia estatística; a colaboração dos serviços estatísticos na cartografia geográfica, na obra de vulgarização científica ou educativa e na publicidade informativa; as exposições de estatística; as conferências de estatística; a organização e o amparo da Associação Brasileira de Estatística; a criação da Revista Brasileira de Estatística, a colaboração do Brasil nas iniciativas internacionais ligadas à estatística; - tudo isto que é o principal no plano de organização ou de operação do instituto, tudo também foi objeto de iniciativas, de realizações, de ensaios, de demonstrações, de apelos de Bulhões Carvalho. Logo, tal a força demonstrativa que os êxitos da exemplar e fecunda carreira de 30 anos de vida pública desse grande brasileiro dão a estas diretivas por ele praticadas ou lembradas, podemos bem ter como certo que o Instituto é precisamente o grande sistema que deve ser e não poderá falhar à sua missão. Esta é a fé inabalável dos estatísticos brasileiros, que vemos em Bulhões Carvalho, mestre querido de todos nós, nosso modelo, nosso guia, nosso oráculo (FREITAS, 1990a, p. 108-109).

Fica o registro de que se ele, Bulhões, não esteve de corpo presente no ato de fundação do Instituto Nacional de Estatística, célula-máter do posterior Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, suas idéias, sua inspiração esteve naquele ato solene, por lembrança de seu mais notável discípulo.

Teixeira lembrou também outros notáveis a quem o Instituto devia créditos por sua fundação, como Francisco Campos, Juarez Távora e Macedo Soares. Todos irmanados na certeza, de como disse o notável homem da estatística nacional, de que a nação conquistara ali “um dos instrumentos mais eficazes para firmar o roteiro dos seus destinos”.

---

[374] Tal título só seria oficialmente conferido pelo CNE dois anos mais tarde.

Presidente do Instituto Interamericano de Estatística

Por ocasião do 7º Congresso Científico Americano, reunido no México, em 1935, foi tirada uma resolução augurando votos para que fosse criado nas Américas uma entidade destinada ao encaminhamento e discussão dos problemas estatísticos relativos aos países do continente. Além disso, o novo órgão asseguraria a necessária uniformidade aos métodos de coleta e apresentação de dados, o que possibilitaria a comparação das estatísticas entre os países-membros. Esta era uma antiga reivindicação. Desde muito se desejava a unificação de procedimentos estatísticos, com critérios uniformes, para que fosse permitida a confrontação e até mesmo trabalhos em conjunto.

Entretanto, a conjuntura mundial dificultava naquele momento que a idéia fosse adiante. Quando aconteceu o 8º Congresso Científico, em Washigton, em 1940, houve nele também uma seção destinada a assuntos estatísticos.

O Conselho Nacional de Estatística brasileiro enviou mensagem no sentido de que fosse posta em prática aquela

> entidade de órbita continental, já lembrada por lúcidos espíritos, que tenha por objetivo estimular a colaboração no domínio científico entre estatísticas americanas e promover a coordenação dos serviços de estatística geral em toda a América, visando a convergência dos planos, ao aperfeiçoamento da técnica e à comparabilidade dos resultados (A ESTATÍSTICA... 1946, p. 122).

O CNE fazia votos que as atividades estatísticas governamentais fossem ampliadas e aperfeiçoadas, com a necessária articulação internacional, que colaborasse para a paz e segurança dos homens. Esta mensagem encontrou eco entre os participantes daquela seção do congresso científico, acabando por levar o plenário a deliberar por uma resolução apoiando no novo órgão, que acabou sendo criado em 12 de maio de 1940, no *Cosmos Club*, em Washington D.C. Estavam presentes 16 membros do Instituto Internacional de Estatística, que apoiaram a fundação do Instituto Interamericano de Estatística. Ali mesmo foi definida a comissão que elaboraria os estatutos do novo órgão. Uma outra comissão foi criada para proceder a escolha dos estatísticos americanos que seriam considerados como membros fundadores do novo Instituto.

Foram agraciados com este título *Giorgio Mortara* (embora não fosse natural do continente americano, estava atuando no Brasil), *J. P. Fontenelle* (chefe do Serviço de Epidemiologia do Departamento Nacional de Saúde), *Jorge Kingston* (professor de estatística da Universidade do Brasil), *A. R. de Cerqueira Lima* (diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura) e *Mário Augusto Teixeira de Freitas*.

A comissão encarregada da elaboração dos estatutos definiu o novo instituto como:

> uma organização profissional destinada a promover o desenvolvimento estatístico no Hemisfério ocidental e a cooperar com outras organizações internacionais, principalmente o Instituto Internacional de Estatística, na expansão mundial da colaboração estatística (A ESTATÍSTICA..., 1946, p. 122).

Em seguida, foram enviadas cartas-circulares a 43 estatísticos atuantes no continente americano que haviam concordado com a inclusão de seus nomes para

o corpo de sócios fundadores do Instituto. Eles deveriam apresentar propostas para a definição do corpo de sócios efetivos. Eles seriam, também, os eleitores (por correspondência) da primeira Comissão Diretora. Tão logo chegaram os votos, saiu "a fumacinha branca". Foi eleito presidente o brasileiro *Mario Augusto Teixeira de Freitas*, com os demais membros da diretoria: o americano *Stuart A. Rice*, o argentino *Carlos E. Dieulefait* e o mexicano *Ramon Beteta*, ocupando as três vice-presidências; o canadense *R. H. Coats* foi escolhido como tesoureiro e o americano *Halbert L. Dunn*, como secretário-geral. Definitivamente, mais uma grande honra para o grande brasileiro Teixeira de Freitas.

E honra merecida, não resta a menor dúvida. Entre as resoluções aprovadas pela Seção de Estatística do 8º Congresso Científico Americano, uma delas atestaria a grande importância de Teixeira no cenário da estatística mundial: a experiência brasileira no campo da cooperação interadministrativa na elaboração de estatísticas – uma de suas grandes criações – foi apontada como exemplo a merecer maior atenção dos demais países de organização política descentralizada. Na mesma resolução, louvou-se ainda "a nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento de sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional" (A ESTATÍSTICA... 1946, p. 123). Estava claro que grande parte dos méritos destes elogios estavam destinados ao grande articulador do sistema estatístico brasileiro.

Embora o mundo estivesse imerso em um grande conflito, os países americanos ainda não estavam diretamente envolvidos naquela grande guerra ao tempo da criação do *Interamerican Statistical Institute* - IASI. Em dezembro de 1941, os Estados Unidos entrariam na luta mundial e, conseqüentemente, isto traria conseqüências para o novo instituto e para a estatística internacional. Por sua força e capacidade estratégica, haveria limitações para a divulgação de estatísticas nacionais. Além disso, os recursos financeiros dos países americanos envolvidos no conflito estariam concentrados em sua defesa, pouco ou nada sobrando para instituições como o IASI. Ainda por conta do conflito mundial, os objetivos previstos na criação do órgão – comparação e padronização das estatísticas - ficariam para quando o planeta voltasse a normalidade. Apesar das dificuldades, o Instituto conseguiu concretizar várias iniciativas no sentido de se aprimorar as estatísticas dos países-membros.

Entre estas iniciativas, vale destacar os acordos para tradução e divulgação de manuais e especialmente o projeto do Anuário Interamericano de Estatística, que visava ao estreitamento das colaborações técnica, científica e cultural entre os países do continente, onde Teixeira de Freitas teve importante atuação. Por sua proposta expressa, e contando com o apoio do Departamento de Estado Norte-Americano, seria reunido permanentemente na sede, em Washington, um grupo de quatro a seis estatísticos representantes de institutos nacionais, cada qual especializado em determinado campo de atuação, para trabalhos específicos para o IASI. Este grupo se desempenharia de assuntos relacionados com o desenvolvimento da estatística interamericana, adquirindo, assim, experiência valiosa para os seus respectivos órgãos nacionais. A cada ano, este grupo seria substituído por outro composto por técnicos de outros países, em rodízio permanente. Assim, no decorrer dos anos, cada país terá

seus próprios estatísticos treinados no IASI. Tal iniciativa, como declarou Teixeira de Freitas, em uma de suas propostas como presidente do IASI:

> Não será útil apenas no sentido de criar uma mentalidade estatística com fundamentos interamericanos, senão que, também, contribuirá para uma política de intensificação das relações continentais e para maior aproximação do funcionalismo público dos diferentes países (A ESTATÍSTICA ... 1946, p. 123).

Entre as notáveis realizações do IASI, se destacam a edição da *Statistical Activities of the American Nations*, com informações a respeito da organização estatística dos diferentes países da América; o Glossário de termos estatísticos, em inglês, espanhol e português, contribuindo para a uniformização de conceitos estatísticos; a edição da revista *Estadística*, com redação sediada no México; a publicação **Directory of Statistical Personnel in the American Nations**, contendo dados biográficos sobre personalidades dos diversos institutos de estatística do continente americano; a **Bibliography of Selected Statistical Sources of the American**, contendo a relação das principais publicações estatísticas editadas nos países da América, entre outras.

Como representante do Conselho Nacional de Estatística junto ao IASI, o técnico brasileiro *Alexander de Morais*, trabalhou no projeto *Standard Commodity Classification*, que visava a estabelecer as bases de um sistema a que se pudesse ajustar os critérios de classificação de mercadorias que foram adotados por países-membros do Instituto.

A primeira reunião da diretoria do Instituto Interamericano de Estatística realizou-se em agosto de 1942, em *Charlottesville*, no estado da Virginia. Embora tenham tratado de alguns aspectos importantes, ainda não seria daquela vez que todos os membros estariam presentes. O presidente Teixeira de Freitas e o segundo vice-presidente, o argentino *Carlos Dieulefait* não foram à reunião. Além disso, deve-se lembrar que o mundo (incluindo os Estados Unidos) estava em guerra.

A reunião seguinte aconteceu no Rio de Janeiro, e desta vez contou com a presença do presidente, e demais membros, com exceção do terceiro vice-presidente, o mexicano *Ramon Bateta*, que por ser sub secretário da Fazenda e Crédito Público em seu país, não pôde estar presente por compromissos em seu país. Eles chegaram ao Brasil em dezembro de 1945/janeiro de 1946.

Os membros da diretoria do IASI foram visitar o IBGE, sendo ciceroneados por Teixeira de Freitas, *Jansen de Melo* (diretor de Bioestatística do Departamento Nacional de Saúde Pública), *Jorge Kingston* (professor de Estatística da Universidade do Brasil), *Alexander de Morais* e *Raimundo Pais Barreto* (funcionários graduados do Serviço Nacional de Estatística), *Alberto Martins* (diretor da secretaria-geral do IBGE), *Germano Jardim* (funcionário graduado do Serviço de Estatística da Educação e Saúde e assistente de Teixeira de Freitas) e outros técnicos. No Serviço Nacional de Recenseamento, foram recebidos por *Carneiro Felippe* (presidente da Comissão Censitária Nacional), *Rafael Xavier* (diretor da divisão Técnica do SNR), *Giorgio Mortara* (chefe do Gabinete Técnico) e outros mais.

No auditório do IBGE, Teixeira de Freitas apresentou a diretoria aos funcionários da Casa, ressaltando a importância daquele momento para os Institutos IBGE e IASI.

Os diretores do órgão interamericano também estiveram em visita ao Conselho Nacional de Geografia, sendo recebidos pelo secretário-geral *Christovam Leite de Castro* e seus colaboradores.

No dia 9 de janeiro de 1946, houve sessão especial da Sociedade Brasileira de Estatística homenageando a diretoria do IASI. Na oportunidade, falou o vice-presidente *Halbert Dunn*, pronunciando a conferência "A estatística e o mundo de amanhã" (posteriormente publicada na *Revista Brasileira de Estatística* - RBE).

Teixeira levou os membros da diretoria do IASI para visita ao presidente em exercício, *José Linhares*. Na ocasião, em discurso, o vice-presidente *Stuart Rice* afirmou ser "a estatística um imprescindível instrumento à formação da opinião pública". E, ao se referir a Teixeira, falou:

> Ao Instituto Interamericano de Estatística, sob a orientação de seu presidente, uma personalidade verdadeiramente notável do país de V. Excia, Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas, compete a responsabilidade destas relações. Congratulo-me com o Brasil por haver confiado a direção de sua estatística nacional ao embaixador José Carlos de Macedo Soares e pelas suas realizações estatísticas. E regozijo-me com o Instituto Interamericano de Estatística, por possuir um presidente brasileiro, dinâmico e animador, a dirigir as suas atividades (A ESTATÍSTICA... 1946, p. 142-143).

Em paralelo a todas estas visitas e homenagens, acontecia a reunião do Conselho-Diretor do Instituto Interamericano de Estatística. Aconteceram 12 reuniões, entre os dias 2 e 10 de janeiro de 1946, ora na sede do IBGE, ora no salão de recepção do Copacabana Palace Hotel, onde os membros estrangeiros estavam hospedados. As reuniões foram presididas por Teixeira de Freitas[375], presidente do IASI. Eis a agenda do evento:

I – Informação do secretário-geral

1. Programa de trabalho e atividades principais, tendo em vista: a) objetivos do Instituto; b) realizações e situação atual; c) problemas especiais; e d) plano para o futuro.

2. Finanças.

II – Plano de filiação do Instituto à União Pan-Americana - UP. Exame da matéria, tendo em vista:

a) a idéia de converter-se o Instituto em órgão estatístico da UP e em um sistema de conversibilidade para informes estatísticos no Continente; b) a criaçãode um "focal point" em cada nação, para a estatística internacional; c) a maneira de obter, neste particular, a adesão dos membros do IASI.

III – Relações com outros órgãos nacionais e internacionais:

[375] A não ser quando Teixeira queria fazer alguma proposta. Neste caso, ele passava a presidência a um dos vice-presidentes. Conhecendo seu dinamismo nestes eventos (vide capítulo sobre as primeiras reuniões da Assembléia Geral do CNE), é possível imaginar que esta troca deva ter acontecido não poucas vezes.

a) Organização das Nações Unidas; b) Instituto Internacional de Estatística - IASI; c) projeto colombiano para realização de um Congresso Estatístico Interamericano; d) projeto idêntico, dos países centro-americanos; e) criação do "focal point".

IV – Atividades futuras:

a) a filiação à UP em face dos Estatutos e conseqüentes problemas; b) assuntos relacionados com o corpo de sócios; c) estrutura das comissões; d) eleição do Conselho-Diretor e designação do secretário-geral; e) administração e finanças; f) decisões relativas ao futuro desenvolvimento do programa de trabalhos.

V – Outros assuntos, inclusive a reunião da Comissão de Publicações.

A matéria na RBE faz um resumo de cada um destes temas tratados nas reuniões, baseado nas atas elaboradas pela secretaria do encontro. Não cabe aqui reproduzir todas as notas. Todavia, vale destacar algumas questões tratadas durante as sessões do encontro.

No relatório do secretário-geral *Halbert L. Dunn*, ele ressaltou que a atuação do Instituto estava voltada especialmente para o aperfeiçoamento da metodologia das estatísticas oficiais, chamando a atenção para o fato de que, até aquele momento, muito pouco ter sido feito para desenvolver o ensino da estatística.

Quanto à proposta de filiação à União Pan-Americana, ela foi aceita com alguns fatores condicionantes, inclusive defendidos por Teixeira de Freitas: 1) que o IASI não poderia executar certas tarefas sem dispor dos recursos necessários; 2) que o IASI não poderia ser impedido de prosseguir com atividades não incluídas no orçamento normal aprovado pela *Governing Board* da UP, desde que fossem obtidos por ele os necessários recursos; e 3) que as contribuições para o IASI deveriam ser especificadas à parte para que os governos contribuintes possam saber o montante de suas contribuições para o Instituto.

O Conselho-Diretor considerou como de grande necessidade que em cada país houvesse um "mecanismo central" (A ESTATÍSTICA..., 1946, p. 145) com o objetivo de proporcionar informes estatísticos para fins internacionais. Sem esse mecanismo, seria complicado quando as organizações internacionais tivessem que recorrer a serviços nacionais não sistematizados, nem coordenados. Foi consenso geral que o fornecimento de dados nacionais para fins internacionais deveria caber ao órgão que fizesse a publicação do anuário nacional, uma vez que este presumivelmente já dispusesse de uma rede de coleta que se estendia por todo país e fosse experiente no assunto.

Teixeira de Freitas propôs e foi aceita uma resolução criando um serviço nacional de estatística internacional:

> É recomendado pelo Conselho-Diretor do Instituto Interamericano de Estatística, como ponto muito importante, que cada uma das nações americanas aceite a responsabilidade pelo fornecimento de dados estatísticos pedidos pelas organizações internacionais de que venham a fazer parte: e que empregue cada uma delas esforços imediatos para vitalizar os respectivos serviços estatísticos e, bem assim, adote disposições adequadas, no âmbito do seu mais importante órgão estatístico, visando criar um serviço que: a) tenha como principal responsabilidade o fornecimento de

> dados para fins internacionais (publicados ou não), inclusive crítica dos mesmos; b) participe ativamente da adoção de padrões que facilitem a comparabilidade dos dados internacionais; c) constitua um centro de coleta e documentação para as estatísticas internacionais que despertem interesse dentro do país (A ESTATÍSTICA ... 1946, p. 145).

O Conselho-Diretor do IASI discutiu também sobre o Censo Continental que haveria de ser realizado em 1950. Por "censo continental" entenda-se que todos ou quase todos os países do continente americano estariam fazendo suas respectivas operações censitárias. O Brasil inclusive.

Sobre este assunto, Teixeira de Freitas apresentou proposta (aprovada) de uma resolução nos seguintes termos:

> Deverá ser criada uma Comissão Especial do Censo Continental de 1950, a qual será constituída sobre as seguintes bases: a) um representante de cada país; b) a escolha será feita mediante consulta a cada um dos governos, na mesma encarecendo-se a indicação de um técnico em condições de representar os interesses e pontos de vista do país (se possível, a maior autoridade técnica do serviço censitário nacional); c) o IASI designará o presidente e o secretário da Comissão Especial (a escolha será feita pelos componentes do Conselho Diretor, mediante correspondência oportunamente dirigida ao secretário-geral, segundo processo de votação já indicado). O secretário da Comissão será um técnico altamente qualificado, que assistirá ao presidente nas suas atividades e no preparo de relatórios e recomendações. Das funções da atual Comissão de Estatísticas Demográficas serão excluídas as atividades atribuídas à Comissão Especial (A ESTATÍSTICA..., 1946, p. 146).

O Conselho resolveu que os nomes para a Comissão Censitária serão propostos pelo secretário-geral e votados pelos demais membros, por via postal. O secretário desta Comissão será definido pelo seu presidente e pelo Conselho-Diretor do IASI.

O infatigável Teixeira informou ao Conselho que o IBGE estava fazendo gestões para trazer ao Brasil o renomado *Simon Kunznets* e *Loreto Dominguez*, especialistas em contas nacionais (na época chamavam de "rendas nacionais") que auxiliariam o governo brasileiro a constituir um "serviço nacional de rendas" (A ESTATÍSTICA..., 1946, p. 146). Era inclusive idéia de Teixeira contratar o referido Kunznets para montar no Brasil este setor de contas nacionais. Segundo Teixeira, o trabalho seria feito em cooperação com a Fundação Getulio Vargas - FGV, que havia destinado verbas para custear estudos e pesquisas sobre contas (rendas) nacionais. Provavelmente ali se originou todos os estudos e pesquisas com contas nacionais que seriam inicialmente feitos pela FGV e, posteriormente, pelo IBGE.

Por decisão do Conselho-Diretor foi aprovada a criação de uma comissão permanente de Estatística Agrícola, "caso esta medida fosse recomendada pela comissão provisória de agricultura, recentemente instituída"[376] (A ESTATÍSTICA..., 1946, p. 146).

Teixeira apresentou proposta (aprovada), alterando a designação da Comissão de Educação Estatística para Comissão de Estatística Educacional e Cultural,

[376] A 3ª Conferência Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas, em 1945, tinha determinado a criação de uma comissão provisória de agricultura para delinear o programa de trabalho da Seção Agrícola do ISI (A ESTATÍSTICA... 1946, p. 146).

que teria como encargo “o aperfeiçoamento dos métodos e do material utilizados no ensino e na prática estatística” (A ESTATÍSTICA..., 1946, p. 147). Caberia igualmente a esta comissão fazer um inquérito sobre o que está sendo feito nos demais países do continente americano sobre estatística educacional, recomendando padrões e metodologias comuns.

Uma proposta interessante foi aprovada pelo Conselho-Diretor do ISI, dando conta de que fossem produzidos filmes cinematográficos sobre métodos de estatística agrícola, incluindo os utilizados no censo da agricultura como também métodos e processos empregados na estatística vital e dados para o Anuário. Tão logo houvesse recursos, tais películas deveriam ser produzidas. É de se imaginar se foram efetivamente feitas e, em caso afirmativo, como e onde estariam?...

Ainda por proposta de Teixeira, as sociedades nacionais de estatística seriam convidadas a se filiarem ao IASI. O secretário-geral do instituto transmitiria o convite a cada uma das sociedades. Ele também apresentou proposta (aceita) sobre as organizações contribuintes do IASI, conforme o texto abaixo:

> Nos termos do artigo 6, seção II, dos Estatutos, é reconhecido um tipo específico de patrocinador das atividades do IASI, o qual terá a designação de “membro contribuinte”; a inclusão neste grupo será condicionada ao pagamento de uma contribuição anual mínima de US$ 1,000 (A ESTATÍSTICA... 1946, p. 146).

Aliás, a situação financeira do IASI foi discutida e foi verificado que os gastos chegariam a quantia de US$ 80,000 para uma receita disponível de US$ 60,000. Decidiu-se, então, que o instituto necessitaria de uma contribuição regular mínima dos governos americanos e que os serviços prestados pelo IASI fossem cobrados, para que gerassem renda auxiliar à manutenção do órgão.

Teixeira propôs (e foi aceito) que as estatísticas municipais tivessem padrão uniforme, conforme “trabalho empreendido pelo 2º Congresso Interamericano de Municipalidades” (A ESTATÍSTICA... 1946, p. 149), disponibilizado as cooperações técnica e executiva do instituto.

Ao final da última reunião do Conselho-Diretor do IASI, foram propostas e aprovadas diversas moções de agradecimento e reconhecimento à hospitalidade brasileira, ao corpo de assistentes, à Comissão Censitária Nacional, ao Conselho Nacional de Estatística, entre outras.

Ao findar o encontro, os membros do Conselho foram convidados a viajar a São Paulo, por iniciativa do interventor federal de lá que não era outro senão José Carlos de Macedo Soares, igualmente presidente do IBGE.

O discurso de Goiânia

Por ocasião da inauguração da nova capital de Goiás, Teixeira de Freitas esteve lá, onde pronunciou memorável discurso no encerramento da 5ª Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. *A Revista Brasileira de Estatística* relativa a jul./set. de 1942 publicou o artigo intitulado “O Conselho Nacio-

nal de Estatística no 'Batismo Cultural' de Goiânia", transcrevendo seu discurso feito em julho daquele ano.

Como parte dos festejos de inauguração foi realizada lá uma Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, com peças do Brasil todo, caracterizando o aspecto típico de Teixeira de grande animador cultural para as coisas relativas à estatística.

O CNE tinha aprovado algumas resoluções envolvendo o trabalho estatístico na nova capital, especialmente as que diziam respeito à cooperação interadministrativa, menina dos olhos de Teixeira. E ele as cita, uma por uma, em seu discurso. O destaque fica por conta de sua análise sobre "um estudo elaborado pela presidência do Instituto" (FREITAS, 1942, p. 453), em que relata o fato do IBGE naquele momento ter atingido, pelo princípio federativo, a todas as Unidades da Federação e todos os municípios, proporcionando (cada vez mais) bons números e informações a seus usuários, o que significa dizer que o IBGE estava oferecendo "Ao governo, à administração militar, ao público e até ao estrangeiro, as mais copiosas informações até hoje conseguidas sobre as condições existenciais do País" (FREITAS, 1942, p. 453).

Neste ponto, ele, com a sua conhecida modéstia, atribui ao presidente Getulio Vargas este grande mérito, por ter instilado no Instituto o princípio federativo, base de todo o sucesso da estatística nacional até aquele momento. E mais: o tal estudo ressalta ter o Brasil "resolvido o problema da estatística e da geografia" (FREITAS, 1942, p. 453).

Tal fato, segundo Teixeira, gerou aplausos de duas culturas diametralmente opostas em suas características: a alemã e a norte-americana.

Da Alemanha, veio o "testemunho autorizado", segundo Teixeira, da *Statisticher Zentral Ausschuss*[377], que elogiou a "organização centralizada da estatística brasileira" (FREITAS, 1942, p. 454), tendo-a considerado "nas suas linhas gerais, idêntica à organização alemã de estatísticas econômicas" (FREITAS, 1942, p. 454).

Além desta repartição pública alemã, o conselheiro de Estado da então Alemanha nazista, Dr. *Henniger*, de Munique, fez um "substancioso e bem feito histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", que Teixeira inseriu em seu discurso e o manteve no artigo para a RBE. Eis um resumo das apreciações do conselheiro alemão:

> A estatística brasileira sofreu, nos últimos seis anos, uma completa reorganização. O motivo desta reforma foi o mesmo que determinou, aqui na Alemanha e em outros Estados de regime autoritário, a intensificação e a ampliação das atividades estatísticas; foi a transição para um direcionismo político e econômico que acarretou ao governo, a necessidade de ter sempre à mão os indispensáveis elementos numéricos ou de poder obtê-los, de um momento para outro, através de bem organizado serviço estatístico (HENNINGER *apud* FREITAS, 1942, p. 454).

E mais:

[377] Comitê Estatístico Central (Alemanha).

> No seu quadro executivo o sistema estatístico, pelo que foi exposto, aproxima-se especialmente do germânico. Para a nossa situação alemã, poderia ele parecer muito extenso e articulado; por outro lado, estendendo as suas antenas a todos os ministérios e serviços administrativos, constitui uma organização necessariamente rígida. Pode-se admitir que o esquema de organização acima reproduzido represente, por enquanto, um programa a ser futuramente ampliado; em outras palavras, acrescido de outras repartições, principalmente agências municipais de estatística (HENNINGER *apud* FREITAS, 1942, p. 454, grifo nosso).

Não deixa de ser curiosa esta afirmação do Dr. Henniger, reproduzida por Teixeira de Freitas. A Alemanha, que sempre se caracterizou historicamente por ter um Estado forte, servia de modelo para o igualmente rígido Estado brasileiro daquela época. Naquele mesmo ano, o Brasil declararia guerra à Alemanha, e é de se imaginar o quão difícil tenha sido para muita gente considerar a "modelar" Germânia como inimiga. Voltando às considerações de Henniger, ele prossegue em seu arrazoado:

> Com a estruturação que, nos últimos anos, se atribui aos serviços estatísticos, a reforma da estatística brasileira parece atender, por muito tempo, às necessidades da administração. Com isto, passa ao campo da realidade a hipótese de um perfeito conhecimento numérico da vida política, demográfica e econômica nos seus aspectos mais variados (HENNIGER *apud* FREITAS, 1942, p. 454).

Além das palavras elogiosas que vinham da Alemanha de Hitler, outro país manifestava o seu apreço pelo sistema estatístico brasileiro. O 8º Congresso Científico Americano, por meio de sua Resolução nº 10, dava o seu testemunho:

> [...] que a planificação e coordenação das atividades estatísticas, nos países democráticos que possuem forma de governo federal e organização descentralizada do serviço estatístico, constituem tarefas de peculiar dificuldade.
>
> [...] que a Nação Brasileira empreende estas tarefas com coragem, inteligência e habilidade, obtendo resultados que são de grande interesse e de muita importância para as estatísticas de outras nações americanas.
>
> [...] que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao 8º Congresso Científico Americano[378] u'a magnífica brochura, na qual dedica ao Congresso três documentos fundamentalmente característicos, relativos à estrutura, princípios

[378] Realizado em Washington, capital dos Estados Unidos, em 1940. Neste congresso foi introduzida uma Seção dedicada à Estatística. O Conselho Nacional de Estatística enviou mensagem, sugerindo a criação de um órgão interamericano "que tenha por objetivo estimular a colaboração no domínio científico entre as estatísticas americanas e promover a coordenação dos serviços de estatística geral em toda a América, visando à convergência dos planos, ao aperfeiçoamento da técnica e à comparabilidade dos resultados" (INSTITUTO..., 1946, p. 122). Esta proposta resultaria na criação do Instituto Interamericano de Estatística (*Interamerican Statistical Institute* - IASI), do qual Teixeira de Freitas foi escolhido como primeiro presidente.



Teixeira de Freitas na inauguração de Goiânia.

> orientadores e influência política-administrativa do Sistema Estatístico Brasileiro[379] (FREITAS, 1942, p. 454).

E fechando suas considerações, com votos de louvor, manifestando:

> sua gratidão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por esse generoso e valioso tributo, e louvar a Nação Brasileira pelo impressionante desenvolvimento da sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional (FREITAS, 1942, p. 454).

Para Teixeira, os louros deveriam caber ao Presidente Vargas quando apontava:

> O Instituto como aquela oficina cooperativa, em que a livre determinação e a conjugação voluntária de esforços haviam conseguido esse admirável resultado: constituir-se, na sua estrutura e no seu espírito em um padrão oferecido às democracias descentralizadas sob a forma federativa, enquanto essa mesma estrutura e os resultados que consegue, considerados em si mesmos, independentemente do espírito que os informa, se podem considerar à altura da organização mais racionalizada, mais técnica e mais fortemente unificada em todo o mundo civilizado (FREITAS, 1942, p. 454).

Um outro aspecto que também vale a pena destacar neste estudo inédito realizado pela presidência do Instituto[380], que foi citado por Teixeira em seu discurso e no artigo para a RBE, dia respeito às preocupações concernentes aos óbices ainda enfrentados pelo IBGE. Segundo ele, o "problema estatístico-geográfico ainda não estava totalmente resolvido" (SOARES *apud* FREITAS, 1942, p. 455). Para Macedo, o momento histórico porque passava o País, "sendo violentamente impelido para diante" (SOARES apud FREITAS, 1942, p. 455), pela ação de poderosas forças que impulsionavam o País no rumo de seu desenvolvimento, mas que justificava o incremento das pesquisas estatístico-geográficas. Seria imperioso que o País se liberasse das amarras que tolhiam o seu avanço, e ele via a ação do IBGE como fator crucial para este intento. Mas que ainda havia muitas barreiras, em especial nas que diziam respeito à órbita municipal, que precisavam serem ultrapassadas por "medidas radicais, corajosas e de rara energia" (SOARES apud FREITAS, 1942, p. 455), mas que fossem igualmente acertadas.

> Ora, a estatística brasileira depende como já se disse em mais de cinqüenta por cento das coletas municipais feitas em condições satisfatórias. E a boa coleta é função do servidor inteligente, hábil, culto e dedicado, o que, por agora, praticamente não se pode obter, ou, o que é o mesmo, se obtido não se pode conservar. Além disso, o atual plano de coleta municipal acha-se organizado como um verdadeiro "abc" da investigação estatísticas, afim de não fracassar de todo, uma vez que está sob a responsabilidade de um quadro de agentes de capacidade intelectual

[379] Vale destacar um trecho em que aborda os elogios aos documentos da "magnífica brochura": "muitas das Resoluções aprovadas pela Seção de Estatística do 8º Congresso Científico Americano já ofereciam seguras indicações sobre os problemas técnicos merecedores das primeiras atenções, a fim de que a estatística americana, apresentando suficiente uniformidade, ofereça resultados passíveis de comparação, no plano internacional. Uma destas soluções, aliás, tivera, para o Brasil, um sentido particularmente honroso: nela, a experiência do nosso País, quanto à cooperação interadministrativa, nos domínios da estatística, era apontada como um exemplo merecedor de atenção por parte dos demais países de organização política descentralizada, louvando-se, ainda, 'a nação brasileira pelo impressionante desenvolvimento de sua notável organização de planejamento e coordenação da estatística nacional" (INSTITUTO..., 1946, p. 123).

[380] Tanto no discurso quanto no artigo ele não dá o nome do estudo, só atribuindo sua autoria à presidência do Instituto, àquele momento ocupada pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares. Não temos como saber que estudo é este e onde se encontra.

> e técnica ainda bastante precária. Mas, apesar daquela precaução, a maior parte dos inquéritos fracassam, pouco se salvando através de um trabalho penosíssimo de crítica e indagações reiteradas, a corrigir erros, omissões e cincadas inacreditáveis. Nem haveria contra isso sanções eficazes, pois, além do mais, os prefeitos veriam-se inibidos de aplica-las.
>
> Mas isto não pode continuar assim. Contemporizar com tal estado de coisas, neste momento, seria esquecer os mais graves interesses do Brasil (SOARES apud FREITAS, 1942, p. 455).

Como se vê, nem tudo era "céu de brigadeiro" no horizonte do recém-criado IBGE. A queixa de Macedo tinha base e podia ser comprovada pela última operação censitária levada a cabo pela DGE. Se posteriormente Mortara demonstrou que houve erros nos números finais, certamente os viéses não foram devidos ao cuidadoso planejamento de Bulhões Carvalho e sim por conta da interferência dos municípios, ou dos trabalhos que foram feitos por responsabilidades dos municípios que em alguns casos levaram os resultados finais do Censo 1920 a apresentar discrepâncias. Onde a DGE, tinha controle absoluto, não houve problemas, conforme pode ser verificado na dissertação **Pátria de questionário**: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos (SANTOS, 2004).

Macedo (e Teixeira concordava) acreditava que os municípios deveriam se engajar mais no esforço pela boa produção de estatísticas. As dificuldades a serem vencidas, especialmente no que diz respeito à carência de recursos financeiros, eram consideráveis. Assim falou Macedo (e repetiu Teixeira):

> As agências, como quer que se organizem, não podem deixar de ser os órgãos pelos quais a órbita municipal autônoma se represente na economia totalitária do Instituto. Nem os municípios poderiam-se despojar dos seus órgãos de estatística, pois que, como toda organização governativa autônama precisa saber o que se passa nos seus territórios e fazer os levantamentos numéricos relativos às próprias atividades (SOARES *apud* FREITAS, 1942, p. 455-456).

Os dois gigantes da fase inicial do IBGE contavam com o maior empenho possível de parte dos municípios para que não se repetisse a façanha do nadador que após dar braçadas ininterruptamente em mar alto, se afoga em praia rasa.

Para que isto não acontecesse, diz Macedo, com a aquiescência de Teixeira, ser necessário:

> a) as agências Municipais de Estatística se devem organizar segundo um alto padrão quanto à eficiência de seu pessoal e ao seu equipamento [...]
>
> b) as Agências de estatística devem tornar-se centros poderosos de iniciativas econômicas, culturais e cívicas [...]
>
> c) a manutenção das Agências se deve fazer por uma forma cooperativa, mediante um fundo comum, a fim de que, pela única maneira possível [...] se possa dar a suplementação dos recursos em relação aos municípios pobres, graças aos recursos dos municípios ricos, e assim se consiga estabelecer rigorosamente, para aqueles órgãos do sistema estatístico brasileiro um potencial de esforços com a conivente uniformidade relativa [...]
>
> d) que os servidores das Agências formem um quadro único, de maneira que o exercício da função proporcione largas perspectivas de carreira [...] (SOARES *apud* FREITAS, 1942, p. 456).

Ambos concordavam que os recursos eram poucos mas que seria necessário que se os encontrasse em quantidade suficiente para fazer gerir todo o sistema. Macedo acreditava (e Teixeira também) que as agências haveriam de manter os registros públicos que forem criados sem órgãos especiais, e ainda regularizariam certos registros do qual o País se ressentia como o Registro Civil, por exemplo. Para se buscar soluções para este imbróglio seria necessário buscar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística "e só ele", conforme Macedo ressaltou e Teixeira grifou.

Teixeira na RBE: o papel das estatísticas

Teixeira de Freitas deixou uma vasta e consistente obra bibliográfica. Somente para a *Revista Brasileira de Estatística* foram 18 artigos, sobre diversos assuntos.

No primeiro deles, publicado no número 1 da revista, intitulado "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional", Teixeira teoriza sobre esta condição necessária aos estados, exatamente a partir do conhecimento que este mesmo Estado tenha do seu território ou "espaço vital" ou ainda "ambiente telúrico" como ele próprio chamou. Em suas palavras:

> Se um Estado *conhece* a sua ambiência geográfica em todas as características e no exato potencial de condições favoráveis ou desfavoráveis à vida dos habitantes; se este Estado sabe de modo positivo o que significam quantitativamente os diferentes aspectos da sua composição, e o que vale nas suas inúmeras aptidões e virtualidades, o povo que personifica – a nação corporificada deste organismo político tem o seu destino nas próprias mãos; determina com precisão os seus rumos históricos; adquire consciência da sua missão; precavem-se [sic] a tempo dos perigos que a ameaçarem; dirige com segurança sua política demográfica, sua economia, suas realizações sociais e culturais; reajusta sabiamente a própria estrutura às exigências da sua vida interna e das relações internacionais que as circunstâncias lhe impuserem (FREITAS, 1940a, p. 100).

Ele prossegue assegurando que se o Estado não possui este conhecimento ou seu o tem de forma incompleta seu destino será incerto. "Conhecer para prever" e "prever para prover" são os axiomas que ele atesta serem condicionantes de toda a atividade humana. No seu entender, o Brasil demorou demasiado em compreender a importância do conhecimento de sua terra e de sua gente especialmente por não fazê-lo sem continuidade, de forma insuficiente e sem método. Mas eis que na "Segunda República", como chamou, pôs-se em marcha um sistema necessário para que a nação pudesse ter consciência de si mesma.

> Este sistema – fruto da clarividência política do presidente Getulio Vargas e da admirável aptidão realizadora do embaixador Macedo Soares – tem hoje o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FREITAS, 1940a, p. 101).

Pois nas mãos do IBGE, como diz, pela sua dupla e harmônica finalidade: a geográfica e a estatística, estão dispostos os interesses do Brasil que dependem do exato conhecimento dos seus dois suportes políticos – "o Território e o Povo".

Para Teixeira de Freitas, a organicidade e a racionalidade dos esforços para construir, defender e elevar o Brasil dependem das pesquisas minuciosas e precisas que o IBGE realizar. E mais: a segurança nacional está fortemente condicionada ao

conhecimento geográfico e estatístico do País. E ele reforça e necessidade da conjunção destas duas vertentes, aproveitando para martelar sobre a importância da participação interadministrativa dos órgãos produtores de estatísticas. Nesse mister, ele defende ser absolutamente necessário que, uma vez posta a congregação no Instituto das atividades estatísticas das três órbitas governamentais, que também ficasse sob sua coordenação "as particularizações da estatística geral necessárias aos fins da defesa militar" (FREITAS, 1940a, p. 102). Com isto, sua proposta era ter nos Estados Maiores das regiões, "eficientes agências civis" perfeitamente conectadas com a organização militar.

A primeira vista, parecia que Teixeira estava comprando briga grande. Mas claramente se percebe que ele só poderia ousar fazer uma proposta como esta estando em um governo forte, que detivesse o controle da estatística, da geografia mas também dos setores militares. Isto significa dizer uma larga extensão do "poder fazer" açambarcando áreas que podem até serem complementares mas que sempre tiveram tratamento diverso e se mantiveram distantes.

No número seguinte da revista (abr./jun.1940) é um Teixeira absolutamente ufanista – bem de acordo com aquele momento histórico – que escreve o texto "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os governos regionais". Na verdade, uma transcrição do discurso por ele efetuado em novembro de 1939, em que o IBGE homenageou os chefes de governo regionais em que ele transformou em artigo para a RBE. E boa parte deste foi dedicado a celebrar o então presidente Getulio Vargas e seu governo forte. E, segundo ele, as razões das "admiráveis realizações políticas" de seu governo são:

> - a compreensão exata e totalitária da *realidade nacional*;
> - a inspiração do ideal supremo de *união nacional*;
> - a vontade inquebrantável de realizar a *grandeza nacional*
>
> (FREITAS, 1940b, p. 271).

A partir daí, o artigo envereda por extensas loas ao presidente, e, em menor grau, aos administradores regionais (interventores, governadores e prefeitos) que "projetam sopro vivificador sobre a infra-estrutura do nosso sistema político, na preocupação viril de levar o País à posição a que o convocam seus destinos históricos" (FREITAS, 1940b, p. 272).

É nesta parte, segundo ele, em que entra o IBGE

> [...]para impulsionar intensiva e harmonicamente, com unidade de direção, em diferenciada estrutura e sob métodos adequados, a empresa fundamental e grandiosa do tríplice conhecimento das condições existenciais do Brasil – o geográfico, o estatístico e o censitário (FREITAS, 1940b, p. 272).

Além de tratar de estatística, Teixeira opinava também sobre a organização do território. No número 6 da RBE (abr. jun. 1941), saiu publicado um artigo intitulado "Problemas de organização nacional", assinado por Teixeira de Freitas. Trata-se de um projeto de diretivas para a criação dos territórios militares federais em zonas de baixo ou nenhum povoamento ainda não organizadas. Em um *box*, estão descritas as

razões do projeto, organizado “por um estudioso do problema da redivisão política” (FREITAS, 1941a, p. 277), que não era outro senão o próprio Teixeira. Neste artigo, ele propõe toda a parte organizacional da constituição política dos então territórios federais (Guaporé, Amapá, Roraima e Ponta-Porã).

No artigo publicado no número da RBE relativo ao trimestre out. / dez. 1943, intitulado “O problema do município no Brasil atual”, Teixeira parece ter mudado de idéia quanto ao governo federal. Se antes exprimia seu deslumbramento com o “governo forte” até mesmo de forma pegajosa, àquela altura parecia ter o encanto acabado. Após uma longa abertura um tanto vaga (no jargão jornalístico, um “nariz de cera”), ele finalmente abordou descrevendo a fortíssima concentração de recursos e melhorias na capital federal. Com palavras duras ele diz: “O país é uma vasta feitoria que a sua metrópole explora pelos processos coloniais ou mais retrógrados” (FREITAS, 1943a, p. 700). Por muito menos, Vargas a o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, mandaram prender muita gente que ousou desferir críticas com este calibre ao governo federal. E ele prossegue:

> Que faz o Governo Federal em benefício da comunhão nacional? Presta-lhe assistência médico-social? Não. As despesas com esta espécie de assistência orçam por 107.765 contos, ou apenas 3,75% das despesas totais, e deste dispêndio, nada menos de 92,60% beneficiam exclusivamente a capital Federal.
>
> Faz alguma coisa o governo central pelo desenvolvimento da economia nacional? Praticamente coisa alguma. A despesa federal com o fomento da produção – fomento, aliás, de eficácia duvidosa, porque de natureza predominantemente burocrática e urbanística – montou em 1932 a 36.535 contos apenas, ou pouco mais de um centésimo, isto é, de 1,28% dos gastos totais (FREITAS, 1943a, p. 700-701).

Teixeira tinha acesso às estatísticas, logo, para ele era fácil fazer comparações. Só despertam curiosidade ele citar números tão antigos (1932), Não teria números mais atualizados?

A sua metralhadora giratória continuou a cuspir fogo:

> Desenvolve a União uma larga política de educação popular? De maneira nenhuma. Dos seus dispêndios de finalidade cultural, que sobem a 61.079 contos, e são de benefício muito discutivelmente popular, somente a pequena quota de 38,57% encontra emprego fora da Capital da República (FREITAS, 1943a, p. 701).

Sobre este assunto – educação – ele verdadeiramente entendia e não havia como discutir sobre os números que apresentava. Sobre alguns dos serviços públicos (transportes ferroviário e marítimo, correios e telégrafos) ele disse:

> [...] não se fazem com um sentido de justiça social, em razão da necessidade deles para a incorporação, à comunhão nacional, das infelizes populações que lhe vivem quase inteiramente estranhas, no mais doloroso dos abandonos. Eles se desenvolvem, primeiro, como recurso necessário para manter o colonialismo do Brasil em relação ao centro do Governo, e, depois, em razão tão somente do grau de influências econômica e política das regiões beneficiadas, o que quer dizer, em razão dos fatores, precisamente, que podem pesar na conservação do atual estado de coisa (FREITAS, 1943a, p. 701).

De sua trincheira ibgeana, Teixeira tonitroava sua ira santa contra o uso que se dava ao "fruto do mais ingrato e mais duro labor de 40 milhões de cidadãos" que apenas servia para o "desenvolvimento faustoso e parasitário de uma grande metrópole" (FREITAS, 1943a, p. 701), cujos interesses sobrepujavam os das 19 outras Unidades da Federação.

Aos que replicassem que não caberia à União prestar tal assistência em um Estado federado, que isto caberia aos governos estaduais, ele retrucaria que a União se incumbia de muito pouco, basicamente só da segurança militar e da representação internacional e que para isto retirava um "quinhão leonino" da economia coletiva e dava em troca algo muito escasso.

Segundo Teixeira, o mal não parava aí. A mesma relação desigual que se verificava entre o Governo Federal e os estados, também acontecia, *mutatis mutandis*, na relação entre os governos estadual e os municípal.

> Na capital de cada estado e na cidade ou vila que encabeça cada município não se encontra, em regra, o centro que complete a organização social e política da respectiva circunscrição mas um agrupamento que se substitui praticamente à coletividade a cujo serviço devera estar, concentrando em si todos os poderes, todos os recursos, todos os valores para os empregar segundo a própria conveniência, na sua quase totalidade em serviços de caráter local, e, na pequena parte destinada ao corpo social, não objetivando, essencialmente, o benefício deste, mas o simples estabelecimento das condições indispensáveis a que o tenha na situação de dependência, de vassalagem, que melhor lhe permita a sua exploração sob todos os pontos de vista – o social, o econômico e o político (FREITAS, 1943a, p. 701).

Ele se confessa decepcionado com o "quadro político brasileiro", onde as metrópoles – como ele chama todas sedes de governo – se transformaram em meros "centros de absorção insaciável e cada vez maior das energias, valores e recursos da comunidade" (FREITAS, 1943a, p. 701). E este desequilíbrio acaba por afetar todo o País que tem o seu crescimento como um todo retardado. Com isto, se ressentem as áreas rurais que vão minguando enquanto os grandes centros urbanos incham deleteriamente. Teixeira pede que os municípios e áreas afastadas das *urbes* recebam também atenção.

> O Brasil rural não é um feudo do Brasil urbano. Não lhe é tão pouco uma espécie de colônia, de possessão, a ser amparada o *quantum satis* para que a sua exploração seja possível mais facilmente (FREITAS, 1943a, p. 703).

As duas áreas, ao seu ver, deveriam se integrar estrutural e organicamente, em dependência recíproca, formando o "grande e verdadeiro organismo nacional" (FREITAS, 1943a, p. 702), deixando de ser um aglomerado de *urbes* insuladas e passando a serem municípios-cidades (*civitates*), sociologicamente falando.

Historicamente, ele explica que o fluxo concentrador em sedes já se fazia desde antanho. Com isto, além de instituir um modelo centralizador, não ajudou a formar descentralizadamente técnicos administrativos. Em vilarejos, os administradores por não se profissionalizarem, não se aprimoraram, tendo que cuidar primeiramente de seus negócios e quando sobrasse um tempo tratariam de administrar a

cidade. Os mais desonestos, aproveitavam para se locupletar, juntando a sua natureza corrupta com seu desconhecimento de noções mínimas de administração municipal. Quando surgia num vilarejo um mais capacitado, este acabava por migrar para o grande centro, em busca de melhores oportunidades. Os que permaneciam, faziam questão de manter-se e manterem seus lugarejos em permanente atraso.

> Municípios tenho encontrado sem vestígios de uma escrita qualquer. De um prefeito municipal a quem um agente de estatística pedia os dados das finanças municipais ou ao menos que o deixasse examinar o livro-caixa das arrecadações do município, foi ouvido como resposta, acompanhada de um sorriso de bonomia, que o caixa do município eram os "bolsos das suas calças" e que ele sendo honesto não precisava de "complicações". [...] Municípios em que não há arquivo, são inúmeros. E não têm conta os que não conservam sequer a sua coleção de leis (FREITAS, 1943a, p. 705).

Como se vê, criar nestas condições um sistema nacional de estatística, onde cada registro municipal tenha importância, é tarefa bastante ingrata. A integração destes municípios às práticas modernas de administração era mister e urgente. Para Teixeira, a desatenção da sede do governo para com estes braços distantes acabavam por custar caro ao País, que não crescia uniforme e desequilibradamente.

O artigo seguinte foi publicado no número 17 da revista (jan./mar. 1944), tendo como título "A estatística e o equilíbrio econômico-social". Nele, Teixeira dá o seu parecer sobre a tese de Oscar Egídio de Araújo, professor da escola Livre de Sociologia e Política e chefe da Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais da Prefeitura de São Paulo, apresentada no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, reunido na capital paulista, de 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943.

Segundo o que escreveu Teixeira, a tese trata dos seguintes assuntos que o interessavam profundamente: Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira. Índices do padrão de vida. Estimativa das necessidades da população quanto à alimentação e elementos de trabalho e bem-estar.

O Secretário-Geral do IBGE ressaltou a simplicidade objetiva de Araújo ao tratar do uso da estatística para "a melhor orientação da economia brasileira, a elevação do padrão de vida no País e a determinação das medidas mais urgentes para atender às necessidades das populações quanto à alimentação e elementos de trabalho e bem-estar"(FREITAS, 1944, p. 107-108).

A tese aborda a necessária utilização da Estatística pela Economia, e até seu autor dá o necessário destaque às pesquisas feitas pelo IBGE "desde a sua criação", o que deve ter agradado bastante ao Secretário da Casa. Mesmo assim, Teixeira quis ressaltar que se estava muito longe de estarem alcançados o nível de "suficiência perfeita" para as elaborações estatísticas nacionais. Ele até concorda que foram lançados fundamentos sólidos para o desenvolvimento com sustentação das estatísticas brasileiras. Mas havia degraus a serem galgados:

> Esse desenvolvimento está dependendo, em cerca de 80%, da nacionalização das Agências Municipais de Estatística, segundo as diretrizes traçadas pelo Decreto-Lei nº 4.181, o que, para se tornar em breve uma realidade deveras auspiciosa,

> dependia da ratificação dos Convênios previstos naquele ato, ratificação que só foi feita pelo Decreto-Lei nº 5.981, de 10 de novembro último [1943] (FREITAS, 1944, p. 109).

Esta providência – nacionalização das agências – estava de fato próxima do bom porto e se efetivaria pouco tempo depois.

Exatamente um ano depois, saiu mais um artigo de Teixeira na RBE (jan./mar. 1945). O título: "Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira". Ele foi feito com base no trabalho apresentado na VII Seção – Pesquisas e Estudos Econômicos – do I Congresso Brasileiro de Economia. Como se vê, Teixeira de Freitas era freqüentemente convidado para os mais diferentes eventos. Na co-autoria deste artigo também aparece o nome de *João de Mesquita Lara*.

Este texto trata da aplicação do método estatístico ao estudo de fenômenos econômicos, assegurando a íntima relação entre ambos. Fatos de cunho econômico são fenômenos sociais, com causas e conseqüências interligadas. Exemplo: pesquisas sobre consumo em determinado período envolvem necessariamente informações sobre a população em questão, os espaços físico e social em que ela vive, seus hábitos e tradições culturais, o sistema de governo a que ela está submetida, os recursos de que dispõe e o modo como os adquire. E mais:

> Seria indispensável investigar, realmente, o homem como fator de produção e como consumidor; as riquezas naturais e as facilidades ou dificuldades apresentadas pelo meio físico; a produção, a circulação e a distribuição dos bens produzidos; as necessidades, criadas pela educação e a distribuição dos bens produzidos; as necessidades, criadas pela educação e pela vida social, e o modo de satisfaze-las; os sistemas tributários; etc. (FREITAS; LARA, 1945, p. 29).

Por tudo isto, ele acrescenta, confirma-se a aceitação do Estado como entidade melhor dotada e aparelhada para se fazer as investigações e pesquisas indispensáveis para o atingimento dos objetivos propostos. Somente ele tem, não só os instrumentos como a autoridade necessária para garantir o êxito do levantamento da estatística geral de um determinado país. Teixeira e Lara aproveitam para deixar um lembrete, para eles, fundamental:

> Para atender ao bem-estar das coletividades que jurisdiciona – fim precípuo da sua instituição – deve o estado desenvolver múltipla e variada atividade, que sob pena de se tornar improfícua, senão perturbadora, tem de fundamentar-se em dados estatísticos (FREITAS; LARA, 1945, p. 30).

Mas Teixeira não defendia a exclusividade do Estado em matéria estatística, impedindo a atuação de órgãos privados. Para ele, os esforços desenvolvidos por ambas esferas, respeitando-se suas características próprias, e visando aos objetivos específicos acabam por se complementar. E mais: pelo que escreveu, o êxito e o aperfeiçoamento das pesquisas estatísticas executadas pelo Estado relacionam-se intrinsecamente com levantamentos realizados pela iniciativa privada.

> As melhorias introduzidas na técnica dessas operações, que abrangem, via de regra, campos de pequenos e bem definidos limites, beneficiam extraordinariamente, como é óbvio, o planejamento dos grandes inquéritos de que se encarrega o poder Público (FREITAS; LARA, 1945, p. 30).

Teixeira reconhecia que naquela época e de forma geral, as pesquisas estatísticas estavam praticamente todas concentradas na administração pública. Com exceção de alguns estudos efetuados no âmbito da educação (e mesmo assim, em muitos casos supervisionados por autoridades oficiais de ensino), muito pouco se fazia na estatística fora da esfera do Estado.

Tal situação era considerada por ele como muito grave. Afinal de contas, não se concebia um estabelecimento que movimentasse grandes recursos ser dirigido "sem o exame diuturno de dados estatísticos" (FREITAS; LARA, 1945, p. 30). O que significaria dizer, o estudo dos mercados consumidores, o ritmo e a amplitude dos negócios, a investigação dos elementos envolvidos no processo de produção, da distribuição, o estudo regular das economias nacional e internacional, enfim, o que a estatística – como instrumento imprescindível – pudesse oferecer para alavancar os negócios de um empreendimento particular. Teixeira como admirador incansável do método estatístico haveria de querer vê-lo sendo mais empregado no dia-a-dia do País, tanto no âmbito do estado como na iniciativa privada. E naquele momento, em que o fim da 2ª Guerra se avizinhava, ele previa a consolidação da estatística no mundo pós-conflito.

Por conta de tudo isto, ele apresentava ao Congresso Brasileiro de Economia (e, conseqüentemente, a todo o País de forma geral) uma série de propostas. Vale destacar algumas:

> - No seu próprio interesse, o comércio e a indústria devem prestar o melhor apoio à ação desenvolvida pelos órgãos do sistema estatístico brasileiro em prol do melhor conhecimento da realidade nacional [...]
>
> - É recomendado, de modo especial às classes produtoras, o pronto e correto fornecimento dos informes estatísticos que o Poder Público lhes solicitar.
>
> - Será proveitosa e louvável iniciativa a organização, pelas empresas comerciais e industriais, dos seus respectivos serviços de estatística. [...]E como complemento [...], deve-se lembrar: a criação do "registro comercial", de caráter nacional, segundo as normas já adotadas para a execução do "registro industrial", ou a modificação das leis em vigor a fim de que os cadastros já existentes dos estabelecimentos comerciais possam permitir o levantamento estatístico da organização do comércio em todo o país; [...] a utilização sempre que possível, pelos órgãos estatísticos, de questionários simplificados que, reunidos em cadernos de folhas destacáveis, a serem oferecidos aos informantes para o registro dos fatos inquiridos em períodos curtos e uniformes (semanas, quinzenas, meses), lhes facilitem as anotações e a posse de uma cópia fiel dos dados fornecidos.
>
> - São especialmente recomendáveis, todavia: [...] o estudo completo da produção agropecuária, por meio de estimativas trimestrais e levantamento anual, bem assim a divulgação dos resultados com regularidade e a maior atualidade possível; o cômputo total da produção industrial do país e, como elemento essencial ao estabelecimento de índices da atividade industrial, o levantamento mensal da produção, e dos seus principais fatores, nas indústrias básicas ou de importância fundamental para a economia do país [...]; instituição do cadastro predial-domiciliário nas sedes municipais do país, ou pelo menos nas capitais, não só para os diferentes fins de administração local, a que tal serviço atende, como ainda para servir aos estudos sobre a propriedade imobiliária, as inversões de capital, o poder aquisitivo da moeda e as variações de densidade das principais aglomerações urbanas tendo em vista seus

> reflexos econômicos; o prosseguimento das investigações sobre preços, com a inclusão de novos produtos e serviços, e a extensão das pesquisas, concomitantemente, às fontes produtoras, aos distribuidores atacadistas e aos varejistas, tendo em vista orientar a eliminação dos fatores anômalos que estejam prejudicando ou alternado a força reguladora da oferta e da procura; [...]
>
> - São recomendados ao estudo dos estatísticos e economistas brasileiros os seguintes assuntos [...]: a seleção dos elementos que devem servir de fundamento às investigações sobre a conjuntura brasileira e a avaliação, numa possível análise retrospectiva, da correspondência entre os índices conjunturais e as manifestações reais dos fenômenos econômicos; [...] o estudo do padrão de vida de determinadas classes da sociedade, nas diversas regiões do país, compreendendo, pelo menos, a alimentação, a habitação, o vestuário, a defesa da saúde e as atividades sociais das unidades submetidas à investigação; [...] (FREITAS; LARA, 1945. p. 31-34).

Não deixa de ser impressionante verificar a capacidade de antevisão de Teixeira de Freitas em propor naquele 1945 o que só se concretizaria muito tempo depois, inclusive após a sua morte. Ele propunha o estabelecimentos de indicadores conjunturais, como hoje existem vários executados pelo IBGE, como índices de preços, Pesquisa de Orçamento Familiar, pesquisas contínuas agropecuárias, comerciais e industriais e tantos outros. Sem dúvida, sua capacidade de trabalho era absolutamente fascinante.

Ainda naquele mesmo ano, no número referente ao trimestre jul./set., ele publicou o artigo "O Conselho Nacional de Estatístico e suas atividades em 1946". Este texto reproduzia o discurso-relatório que Teixeira proferiu no encerramento da VII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do CNE, realizada em julho daquele mesmo ano.

Teixeira reconhece que o Instituto seguia no "rumo certo", lembrando, inclusive, que a "solução cooperativista" iniciada ao tempo em que Dutra era Ministro da Guerra – naquele momento, era o Presidente da República – trouxe soluções "ao mais grave problema da estatística brasileira" (FREITAS, 1946, p. 519), ou seja, a coleta municipalizada:

> [...] realizada de forma que, unificada e eficiente, sirva ao mesmo tempo, e em condições iguais, ao próprio município tanto quanto ao estado e à União, atendendo, não só, às necessidades da administração civil, mas satisfazendo, também, as exigências da organização da segurança nacional (FREITAS, 1946, p. 520).

Em seguida, ele lembrou das homenagens feitas a beneméritos falecidos naquele período, destacando, inclusive, *John Maynard Keynes* (1883-1946) e *John Federico Normano* (1887-1945). Falou a respeito das moções congratulatórias formuladas a

> Juarez Távora, o organizador do projeto do Instituto, bem como a Luís Simões Lopes, a João Carlos Vital, a José Carlos de Macedo Soares, a Léo d'Affonseca, a Manuel Ribeiro Espíndola e a todos os signatários da Convenção Nacional de Estatística, por motivo do decênio decorrido a partir da sua assinatura, evento para o qual essas ilustres personalidades tanto concorreram (FREITAS, 1946, p. 520).

Cabe destacar ainda a análise que Teixeira fez a partir das dúvidas que pairavam sobre a validade do IBGE, fruto de suspeitas advindas de "vozes severas ou suspicazes". Estas, segundo ele, têm dito que o Instituto seria uma iniciativa indevida

do Governo Federal contra a autonomia de estados e municípios, que o Brasil "ainda é um País sem estatísticas" (FREITAS, 1946, p. 524) ou que, se elas existem, são atrasadas, só apresentando valor histórico. E mais: que as intenções objetivadas na criação do IBGE não foram atingidas, e que os resultados obtidos não justificam os gastos efetuados. Havia também quem dissesse que as informações oferecidas pelo IBGE não tinham valia científica e que a "estatística brasileira não tinha projeção internacional" (FREITAS, 1946, p. 524). É evidente que, diante destas acusações à sua grande obra, Teixeira de Freitas não poderia calar.

Ele esclarece que a criação do Instituto proporcionou aos estados, pela primeira vez, o direito e o dever de fazerem estatísticas e ainda foi acordado que estes números seriam tão reconhecidos e válidos quanto aos obtidos pelo órgão federal. Pela Convenção, as secretarias-gerais dos conselhos regionais agem com autoridade e independência, não sendo órgãos federais. Sua atuação se desenvolve harmonicamente com órgãos federal, estadual e municipal. O fato do IBGE estar subordinado ao Presidente da República não significa que ele elimina a autonomia dos outros órgãos. Ao contrário: dá maior *status* à estatística por estar ela em contato direto com o supremo mandatário da nação. Segundo ele garantiu:

> o Governo Federal não interfere *de forma alguma* nos serviços estaduais e municipais de estatística, mas auxilia-os *de todas as formas possíveis* (FREITAS, 1946, p. 525).

Ele refutou com veemência a alegação de o País não ter estatística ("pois as teve desde o regime colonial")(FREITAS, 1946, p. 525). Para comprovar, estavam os registros administrativos sendo tratados por legislação específica, embora ainda sujeitos a aperfeiçoamentos.

Ele lembrou a intrínseca articulação dos serviços geográficos ("a segunda ala do Instituto") com a estatística que tem proporcionado vitoriosas campanhas, já bem conhecidas por todo o País.

E graças a esta articulação de esforços empreendida pelo Conselho Nacional de Estatística foi possível realizar com pleno sucesso o Recenseamento Geral 1940, que tantos benefícios já trouxe ao País "e cuja valia crescerá constantemente no futuro". Acrescente-se a isto todas as demais pesquisas que o IBGE realizava, colaborando para a solução "de todos os grande problemas do País".

Sobre o atraso que as informações estatísticas do Instituto poderiam ter, ele garantia que as séries brasileiras não estavam mais atrasadas que as dos congêneres das maiores nações. Além disso, o anuário estatístico editado pelo Conselho estava em dia assim como o *Boletim Estatístico*, igualmente produzido pelo CNE, que oferecia "estatísticas de perfeita atualidade".

Quanto aos valores científico, social e político das estatísticas do IBGE, ele acrescentou que:

> É direção política da nação que compete procurar e fixar a solução melhor para movimentar os destinos do país, examinando, para esse fim e interpretando

> convenientemente os fatos que as mesmas exprimem de modo sintético. Não é, pois, aos órgãos estatísticos que cabe normalmente fazer ciência, educar ou melhorar a sociedade, e oferecer soluções políticas deduzidas das revelações dos números. Os cientistas, os educadores, as elites que dirigem a nação e, sobretudo, os estadistas, é que devem tirar dos números aquelas variadas contribuições a que eles se prestam (FREITAS, 1946, p. 526).

Quanto à validade científica das estatísticas nacionais, ele invocou os trabalhos realizados pelo gabinete técnico do Serviço Nacional de Recenseamento (leia-se Giorgio Mortara e sua equipe), divulgados pela *Revista Brasileira de Estatística*, aliados aos outros produzidos pelo Conselho que ainda organizava cursos, promovia exposições, participava de congressos, etc.

Estava assim, em suas palavras, apresentado o "Ideário cívico"[381] do IBGE, em boa parte fruto da iniciativa do CNE, que propunha as suas linhas gerais, baseadas no conhecimento do Brasil e inspirada nos anseios de justiça social.

Mas foi no final de 1950 quando ele publicou seu último artigo de substância na RBE. O título era "A estatística e a reforma social" e foi baseado numa conferência que ele ministrou no Conselho Nacional de Estatística, em 11 de setembro de 1950. Nos dados curriculares que encimam o texto, uma modificação em relação aos outros: "presidente da Sociedade Brasileira de Estatística - SBE e antigo Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". Desde dois anos antes ele já se retirara do Instituto que ajudara a criar – deixando Rafael Xavier como sucessor - mas ainda se mantinha à frente da SBE e do seu cargo no Ministério da Educação. Entretanto, ele não ficava muito longe das lides da estatística. Conforme ele próprio admitiu na abertura de seu discurso:

> Ontem entre vós, hoje apenas o antigo companheiro, convocado pela nímia gentileza da vossa estima, aqui estou para falar de novo aos estatísticos brasileiros (FREITAS, 1950, p. 527).

No subitem "A política e a ordem social", ele faz cuidadosa análise, com discurso de extrema lucidez. Para ele, a política é "a mais nobre das artes e a mais difícil das técnicas" (FREITAS, 1950, p. 529). Teixeira admite não ser tarefa fácil governar comunidades com nobreza e sabedoria. A política deveria ser capaz de dar aos homens o melhor nível de vida possível, dentro de um regime de justiça e liberdade, onde a ordem e o progresso fossem assegurados em todos os níveis de uma nação. Entretanto, ao longo da História, conclui o notável estatístico, não é isso que se vem observando.

> A incultura das massas e a mentalidade viciosa dos grupos que se apossaram da direção da cousa pública, fizeram prevalecer regimes e sistemas que se tornaram instrumentos cegos de todos os abusos, violências e injustiças. E em conseqüência, às comunidades humanas foram impostas condições de existência tão miseráveis que, vistas as suas características negativas, eram, a bem dizer, a realização ao inverso dos verdadeiros fins da política (FREITAS, 1950, p. 529).

[381] Ver mais detalhes no Capítulo 11, deste volume.

Para ele, a prática da justiça e da fraternidade no ambiente social ficam longe dos objetivos de engrandecimento e desejo de poder do Estado, ou melhor: do poder público. A política, pois, deixa de ser a busca da harmonia e passa a se tornar "uma engrenagem poderosa" para a dominação, exploração e escravização das populações. O poder público acaba assumindo "instintos de rapina, de fraude e de fausto" (FREITAS, 1950, p. 529). Veja bem: Teixeira de Freitas escreveu isto em 1950. Qualquer semelhança com contemporaneidades, sejam aonde for, é mera validade de seus argumentos.

Ele apresenta, no terceiro tópico (A Geopolítica e a Sociopolítica) deste artigo um notável argumento para a "arte de governar":

> [...] tanto no bom como no mau sentido, a arte e a técnica de governo foram forçadas a se preocupar com essas duas determinantes essenciais do dinamismo social. De um lado, o aproveitamento racional, planificado, dos fatores favoráveis ao progresso que pudessem ser descobertos no estudo completo do ambiente geográfico. Correlatamente, a retificação ou suplementação exigida pelas carências ou circunstâncias adversas. Do outro lado, a mensuração justa da vida coletiva, nos aspectos demográficos e sociográficos capazes de condicionar, ou orientar racionalmente, as medidas tendentes a suprimir desequilíbrios ou suscitar novas inter-relações entre os fatores da vida coletiva (FREITAS, 1950, p. 531).

Ele assegura que a Geografia e a Estatística (a mensuração justa da vida coletiva) dão, juntas, o suporte necessário à política imprimindo nela o "cunho racional aos movimentos renovadores das sociedades humanas" (FREITAS, 1950, p. 531). Com isto, justifica e celebra o órgão que une estas duas vertentes, por si só instrumentos para a ação de governo.

Em seguida, ele envereda por um caminho em que demonstra a sua preocupação com o momento histórico em que vivia – a Guerra Fria, embora em nenhum trecho o tenha confessado abertamente, mas, depreende-se de leitura de seu artigo.

Em seguida ele faz considerações sobre o papel da Estatística no que chama de reforma social. E faz perguntas (que ele mesmo responde) sobre este papel:

> O Brasil dispõe, hoje, de um vasto sistema de serviços estatístico-geográficos. Será, porém, que esse aparelho, ora colocado sob a égide do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, está realmente capacitado para realizar as investigações e proceder aos levantamentos de que venha a carecer a transformação do estado brasileiro? Já possuirá o Brasil o instrumento de que precisa para empreender a realização dos seus destinos históricos segundo os caminhos que a sociopolítica lhe deve indicar? (FREITAS, 1950, p. 533).

E Teixeira responde com um "evidentemente, sim". Se, como diz, a ação inquiridora da Estatística deve ser unificada e presente em todo Território Nacional e se é fundamental que esta tarefa se execute em condições de atender a todas as estruturas governamentais, logo o Instituto, fruto de seu incansável trabalho, e resultado do entendimento entre as múltiplas esferas de governo, harmônicas entre si, mas respeitando cada contextura política dos estados, poderá atender àquelas questões levantadas.

Em outro trecho importante, ele abordou a necessidade de cuidar do quadro de funcionários do Instituto, inclusive criando cargos que ele denominou como

"estatígrafos" – operadores e elaboradores de levantamentos numériocos, com especialização baseada em "um lastro de cultura geral e científica de nível médio (FREITAS, 1950, p. 539) – e "estatistas" – ou estatísticos analistas, pessoas com formações intelectual e profissional em universidade, que projetariam, analisariam e interpretariam as estatísticas produzidas pelo Instituto.

Cabe ainda destacar neste interessante artigo a sua confiança no trabalho que o IBGE ainda viria a fazer no sentido da "reforma social brasileira".

> Eu tenho certeza de que, se derdes ao Brasil "a verdade, somente a verdade, *mas toda a verdade*; se aos seus governos fizerdes conhecer a "realidade' brasileira, apontando os "caminhos' possíveis para se corrigirem as horríveis deformações que os vossos estudos já denunciaram estareis realizando a mais nobre tarefa e cumprindo galhardamente o vosso dever (FREITAS, 1950, p. 552, grifo do autor).

Teixeira de Freitas voltaria a aparecer na RBE mas não como articulista. No número relativo ao trimestre abr./jun. de 1953, há uma matéria sobre a sua posse como sócio na Sociedade Brasileira de Geografia. A cerimônia foi bastante concorrida, tendo, inclusive, a presença figuras ilustres, como o então presidente do IBGE, Florêncio de Abreu, o general e indianista Cândido Rondon e o almirante Gago Coutinho.

Na apresentação do novo sócio, o Tenente-Coronel De Paranhos Antunes referiu-se a ele como "criador do sistema estatístico e geográfico nacional, idealizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [...], homem de ação dinâmica, não permitiu que a atuação estatística se limitasse à mera rotina de acumular números" (FREITAS, 1950, p. 204).

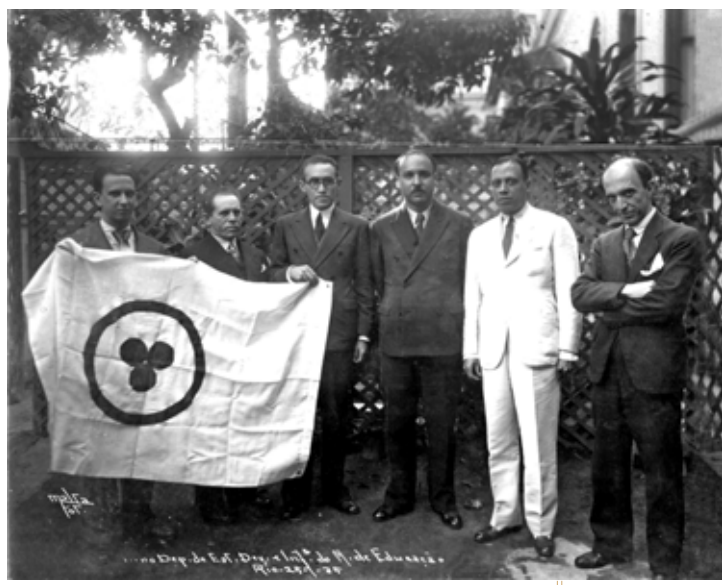
Em seu discurso de agradecimento, Teixeira afirma ser um "pequeno [...] obscuro jornaleiro da seara estatística" (FREITAS, 1950, p. 204), e que muito custou a ele encontrar palavras com que pudesse falar de sua gratidão. Após isso, segue um discurso de várias páginas.

Cabe destacar em sua explanação suas palavras de reconhecimento de que a cooperação estreita entre a Geografia e a Estatística é o "único meio de dar-se ao país o exato conhecimento de sua fisionomia territorial e humana". Ele inclusive chega a denominar como "novos bandeirantes" (FREITAS, 1950, p. 204-205) os que fizeram três recenseamentos, de 1920 até aquela presente data, contribuindo para o conhecimento integral do território "palmo a palmo". Ele lembrou com devoção de Bulhões Carvalho e com admiração a Macedo Soares. Revelou que encerrou suas atividades profissionais por "deficiência da visão"[382] (FREITAS, 1950, p. 207) e agradeceu aos "Poderes do Alto", pedindo que inspire os brasileiros nos novos tempos que adviriam.

Depois de publicar este artigo ele só voltaria a aparecer na *Revista Brasileira de Estatística* em seu necrológio.

[382] Teixeira se aposentou em 19 de dezembro de 1952, aos 62 anos, após 44 anos de serviço público. Certamente seu intelecto privilegiado ainda o capacitaria a trabalhar mais alguns anos, se assim o desejasse. Mas sua visão, que já não era boa, foi se deteriorando com o tempo, e ele já estava lendo com muita dificuldade.

Teixeira na RBE: a educação



Teixeira de Freitas e grupo de educadores (Lourenço Filho, primeiro à esq.), exibindo a bandeira de proteção aos museus.
Foto: Augusto Malta.

Os outros artigos que ele divulgou na revista, nos números 3 (jul./set.) e 4 (out./dez.) daquele mesmo 1940, tiveram como tema aspectos relativos às estatísticas da educação, conforme se depreende dos títulos: "Dispersão demográfica e escolaridade" e "A evasão escolar no ensino primário brasileiro".

No exemplar relativo ao trimestre jan./mar. de 1941, ele volta a publicar um artigo relacionado ao tema da educação. Afinal de contas, ele era diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação. O artigo de nome "A estatística e a organização nacional" e originalmente foi o texto da palestra por ele ministrada em 27 de janeiro de 1941, no IBGE, como ponto do programa do curso de férias oferecido ao magistério primário estadual pela Associação Brasileira de Educação. Foi uma atividade patrocinada pelo próprio IBGE e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Teixeira de Freitas estava se dirigindo aos professores primários de escolas estaduais, esclarecendo-os da importância da estatística para o País, especialmente a educacional.

> Os vossos alunos saberão o que é a estatística, o que lhe devem como cidadãos e o que dela espera a pátria comum. Através deles, ou influenciados diretamente, todos os grupos sociais a que servis adquirirão uma receptividade maior para as nossas pesquisas e inspirarão sua conduta nesse sentido de objetividade e de medida que a estatística a todos oferece. De um modo particular, sereis nossos colaboradores ainda, organizando modelarmente os vossos registros escolares ou sugerindo aos vossos colegas a atitude justa em relação a este primordial dever do professor, com o que estareis facilitando o esforço tão penoso – e tão essencial, no entanto, para a causa da educação nacional – que visa o conhecimento exato e completo do movimento escolar brasileiro (FREITAS, 1941b, p. 92).

Ele estava coberto de razão em solicitar a ajuda dos professores no esforço por fazer registros modelares. O registro é um dos alicerces da estatística e não há como fazer agregações sólidas sem baseá-las em corretas inscrições administrativas. A mobilização dos profissionais de ensino, como formadores de opinião, também era uma estratégia correta. Ele não estava sendo original neste empreendimento. Bulhões Carvalho (sempre ele) já o havia feito por ocasião do Censo 1920. Mas, de qualquer modo, há de se louvar a iniciativa de Teixeira em cooptar os professores no esforço pela vulgarização da estatística.

Teixeira lembrou que a colaboração deles não se esgotava na facilitação da coleta mas também, e principalmente, no estímulo à utilização dos números coligidos pelo IBGE, como ele muito bem lembrou:

> Os dados estatísticos só valem – e por conseguinte o trabalho estatístico só alcança a plenitude de sua virtualidade – quando os nossos números são procurados por todas as classes sociais, quando todos sabem e desejam servir-se deles, colhendo ensinamentos para orientar racionalmente os próprios esforços, na preocupação de lhes dar maior eficiência, para que, assim, sirvam melhor à obra coletiva da nacionalidade (FREITAS, 1941b, p. 92).

Uma bela retórica pela disseminação das informações estatísticas.

No número relativo ao trimestre jul./set. de 1941 da revista, ele publicou mais um estudo envolvendo a área em que atuava no Ministério da Educação ("Ainda a evasão escolar no ensino primário brasileiro").

Seu próximo artigo sobre o tema saiu publicado na RBE do trimestre jan./mar. de 1946 e tratava da educação ("Formação do Homem Brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia – Flexibilidade dos cursos como fator da educação democrática"). Vale ressaltar que ele entrava no *mainstream* da redemocratização, palavra de ordem daquele tempo pós-Getúlio. O artigo seguinte – "O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941" era parte de um relatório que ele apresentara ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1945, tratando dos números envolvendo a situação escolar no Brasil, naquele período. Um estudo aprofundado do ensino no País, com sua diagnose precisa de quem entendia do assunto.

Teixeira voltaria a escrever sobre Educação para a RBE em 1947, quando publicou o artigo "A escolaridade média no ensino primário", com análises sobre a freqüência e evasão escolar.

Glórias merecidas, mas recusadas

Depois de passar grande parte de sua vida "combatendo o bom combate", estava próximo o momento em que a figura solar de Teixeira de Freitas encerraria sua trajetória. Em 19 de dezembro de 1952, saiu decreto concedendo sua aposentadoria no cargo de diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Do IBGE e do CNE ele já estava afastado desde 1948.

Foram 44 anos de árdua labuta no serviço da Pátria, desde o momento em que entrou por concurso público na Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Ali, ele conheceria Bulhões Carvalho, seu grande mestre. E ele próprio começaria ali a sua própria jornada para se tornar mestre de muitos outros que o sucederam.

Ao encerrar sua gloriosa carreira, era considerado como "paradigma do servidor público", como "funcionário público número 1", conforme palavras de *Luiz Simões Lopes*, por muitos anos diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. Em 1943, inclusive, tinha sido indicado por Simões Lopes para figurar no "Livro do Mérito", honraria instituída pelo Decreto-Lei nº 1.706, de 27 de outubro de 1939, com o fito de perpetuar os nomes dos que tivessem "cooperado para o enriquecimento do patrimônio material ou espiritual da Nação e merecido o testemunho público do seu reconhecimento" (PROPOSTO..., 1943, p. 667). Na sua longa expo-



Teixeira de Freitas, em foto tirada meses antes de falecer.

sição de motivos que o levava a indicar Teixeira para figurar na galeria onde já estavam *Cândido Rondon*, *Cardoso Fontes*, *Clóvis Bevilácqua* entre outros grandes vultos brasileiros, Simões Lopes escreveu, em carta dirigida ao presidente Getúlio Vargas:

> [...] O Estado brasileiro possui a seu serviço um funcionário que [...] reúne todos os predicados necessários a recomendá-lo como expoente e modelo da classe. Dotado de uma capacidade ímpar, dedicação exemplar, profunda visão dos problemas nacionais, senso de cooperação, nobreza moral, irredutível patriotismo, simplicidade pessoal, ânimo construtivo, austeridade de caráter e vigilate espírito público, esse funcionário – o Sr. Mário Augusto Teixeira de Freitas – honraria o Serviço Civil de qualquer grande nação do mundo, como honra, sem dúvida o do Brasil (PROPOSTO..., 1943, p. 667).

Teixeira de Freitas declinou de tal honraria por não se achar merecedor. Aliás, ele nunca se achava merecedor de honraria nenhuma.

Pouco antes de sair o decreto de sua aposentadoria, *Lourival Fontes*, secretário da Presidência da República, enviou-lhe a seguinte carta:

> Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1952.
>
> Prezado Sr. Mario Augusto Teixeira de Freitas,
>
> Ao assinar o Decreto que o exonera do cargo de diretor do Serviço de Estatística da educação e Saúde e o ato que lhe concede aposentadoria, incumbiu-me o Senhor Presidente da República de agradecer os bons e valiosos serviços que prestou ao país, durante quarenta e quatro anos de função pública.
>
> É com pesar que se vê o governo privado de sua colaboração eficiente de administrador capaz e zeloso no cumprimento de seus deveres que por tantos títulos faz jus ao reconhecimento da Administração. A aposentadoria que o Senhor Presidente da República acaba de conceder-lhe é o prêmio justo, que soube conquistar com tantos anos de dedicação ao serviço público.
>
> Com os reiterados agradecimentos do Senhor Presidente da República, queira aceitar a expressão do meu subido apreço e alta consideração.
>
> (a) Lourival Fontes (A APOSENTADORIA..., 1953, p. 84).

Posteriormente, o então presidente do IBGE, Desembargador Florêncio de Abreu, enviou telegrama a Teixeira de Freitas:

> No momento em que o eminente profissional da estatística brasileira deixa o Serviço de Estatística do Ministério da Educação, expresso ao idealizador da criação do IBGE, seu primeiro secretário-geral, em nome da presidência do Instituto, calorosos agradecimentos pela contribuição prestada ao sistema estatístico-geográfico nacional. Cordiais saudações (A APOSENTADORIA..., 1953, p. 84).

Da mesma forma, Maurício Filchtiner, ao ocupar o cargo que durante tantos anos esteve sob a responsabilidade de Teixeira, dirigiu-lhe também um telegrama:

> No momento em que o eminente estatístico encerra a sua brilhante e operosa carreira de servidor público, após quarenta e quatro anos dedicados à Estatística brasileira, devo expressar, na qualidade de secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística e no meu próprio nome, calorosos agradecimentos pelo muito que fez pelo sistema estatístico e geográfico nacional, organização técnico-científica cujo conceito já ultrapassou as fronteiras da pátria. Mesmo afastado das funções públicas, merecido descanso e justo prêmio a tão patriótico e eficiente labor, espero poder contar com a indispensável colaboração do eminente amigo e grande estatístico brasileiro. Cordiais saudações (A APOSENTADORIA..., 1953, p. 84).

Quis o destino que o grande estatístico não aproveitasse por muito tempo o seu descanso aqui na Terra. Em janeiro de 1956, ele foi internado no Hospital dos Servidores do Estado. E, na madrugada do dia 22 de fevereiro, aqueles olhos gastos na labuta por uma estatística nacional maior cerraram-se de vez.

Tão logo a notícia de seu passamento correu pela cidade e, posteriormente, pelos telégrafos do País, inúmeras manifestações de pesar chegaram ao Rio de Janeiro. Aquele seria um dia de grandes lamentações.

Naquela manhã mesmo, seu corpo foi levado à sede do IBGE, na Avenida Franklin Roosevelt, 166. Lá estava posta a câmara ardente, na "Sala Teixeira de Freitas". Seria ali, na instituição que ajudara a criar, que as últimas homenagens lhe seriam prestadas.

Ao longo daquele dia, centenas de pessoas passariam diante de seu caixão: políticos, funcionários do CNE, do CNG, do Serviço Nacional de Recenseamento e do IBGE. Na manhã do dia seguinte, o próprio Presidente Juscelino Kubitschek ali também estaria, acompanhado do Ministro do Gabinete Civil, Álvaro Lins, também prestando suas últimas homenagens e levando pêsames à viúva, Rosalina Limpo de Abreu Teixeira de Freitas e seus dois filhos, Antonio Paulino e Augusto Afonso. Às 8h 30min, foi rezada a missa de corpo presente. Antes do cortejo sair para o sepultamento, o Vice-presidente Moacir Malheiros Fernandes Silva discursou, representando o Presidente Macedo Soares, que estava em São Paulo, impossibilitado de comparecer ao velório.



No velório de Teixeira de Freitas, a presença do presidente Juscelino Kubitschek. A viúva, Rosalina, descobre o rosto do finado esposo.

Vale destacar alguns trechos do discurso:

> Mário Augusto Teixeira de Freitas!...
>
> Este nobre nome que trouxeste do berço e agora entregas, puro e glorioso, à posteridade;[...] jamais o ouvi pronunciado, em dias da tua vida, nos seus últimos anos, que não fosse, logo a seguir, acompanhado de referências as mais nobilitantes e enaltecedoras, coroadas por estrepitosas palmas. [...]
>
> Agora, aqui estão, dizendo-te o último adeus, os teus amigos, os teus admiradores, os teus discípulos, os continuadores da tarefa ingente, que a ti mesmo te impuseste e a quantos se abeberaram nos teus sábios ensinamentos, isto é, a utilíssima

tarefa de dar ao Brasil as estatísticas que ele precisa ter e que hão de fazê-lo maior e melhor – maior, no sentido de seu progresso material, e melhor, no sentido de sua cultura moral. [...]

Terminaste a tua vida mortal,mas, por isso mesmo, alcançaste, desde agora, a imortalidade, pois ao teu nome sonoro estará sempre ligada, na memória das gerações sucessivas, essa grandiosa obra, cuja chama inicial acendeste e por toda a tua vida, vigilante, mantiveste com fogo sagrado; essa obra eterna, que ora se denomina Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [...](O FALECIMENTO..., 1956, p. 57-58).



O cortejo fúnebre saindo da sede do IBGE, na Avenida Franklin Roosevelt.

Acompanhando o cortejo fúnebre rumo ao cemitério São João Batista, estiveram inúmeras autoridades e figuras gradas. Algumas delas fizeram uso da palavra ao pé do túmulo, recordando ainda a importância daquele que desapareceria da vista dos vivos para se tornar uma legenda no País.

As homenagens a que se seguiram nos dias posteriores foram muitas e tocantes. A imprensa abriu amplos espaços para lembrar a trajetória do grande estatístico. *O Jornal*, órgão dos Diários Associados, assim falou, por intermédio do artigo de Dionysio Silveira:

> Acabo de vir do Cemitério São João Batista, onde assisti ao sepultamento de Mário Augusto Teixeira de Freitas. Mas o que vi não foi o ato material do enterramento de um corpo humano: - foi alguma coisa mais grandiosa, foi uma parada cívica de cidadãos que desfilaram diante de um brasileiro de excepcionais virtudes, de um idealista, de um trabalhador eficiente e leal da grandeza do Brasil [...] (O FALECIMENTO..., 1956, p. 64).

O *Jornal do Commercio* registrou que:

> Seu nome e sua obra, consagrada e perpetuada por esta vitoriosa concepção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, transpuseram as fronteiras pátrias, para o prestígio que obteve no campo internacional, no seio de sociedades de cultura que lhe prestaram homenagens especiais (O FALECIMENTO..., 1956, p. 62).

O *Diário de Notícias*, de 24 de fevereiro, publicou extenso artigo assinado por Raul Lima, intitulado “Um produtor de idéias”, de onde se destaca o seguinte trecho:

> Conheci o nosso “Doutor Teixeira” há dezesseis anos, quando aqui cheguei, vindo da província, mais propriamente do interior. Cometia eu a migração que ele combatia e tive de ouvir-lhe apaixonada exposição sobre o dever de cooperar com a pequena comunidade onde se vive, esforçar-se pelo progresso geral. Vinha agarrar-me à metrópole, porém, e na verdade já merecera a sua atenção com alguns artigos sobre o recenseamento de 1940, em organização. Não demorei a tornar-me um de seus mais humildes discípulos e auxiliares na Casa, o IBGE, que ele criou e for-

> mou pelo exemplo de sua vida imaculada e seu devotamento ímpar, a instituição respeitada, de que tanto com ele nos orgulhávamos (O FALECIMENTO..., 1956, p. 62).

A edição de *A Gazeta*, jornal da capital paulista, publicou, em 28 de fevereiro o artigo "De luto a estatística nacional", assinado por Nascimento Serra. Eis um significativo trecho:

> Sentindo, dos contatos com a função pública, a necessidade de um serviço de geografia e estatística, através do qual o país tivesse conhecimento daquilo que possuísse e daquilo que lhe faltasse, isto em todos os setores da sua atividade, Teixeira de Freitas, lá pelos idos de 1934, submeteu à consideração do governo federal esquema consubstanciador de sua radiosa idéia e, credenciado pelo poder público, organizou o IBGE, elaborando sua carta magna, fixando suas normas de funcionamento e instalando mesmo os seus serviços, dando-lhe, enfim, vale dizer, corpo e alma para vingar e crescer, solidificar-se e evoluir, tal como o vemos hoje, um edifício de bases sólidas e de finalidades atingidas, a colher, em todos os recônditos da nação imensa, por intermédio de sua completa rede de agências municipais, os dados estatísticos de que se valem os governos na elaboração de suas leis, os homens de negócios na planificação de suas atividades, o magistério no ensino da juventude, a imprensa nos seus estudos da realidade brasileira (O FALECIMENTO..., 1956, p. 64).



Inauguração do retrato de Teixeira de Freitas, em solenidade acontecida em 1º de setembro de 1940, início dos trabalhos de campo do Recenseamento, no gabinete do Delegado Regional do Rio Grande do Norte.

O *Diário da Noite*, jornal de Recife, assim falou sobre o ilustre falecido:

> Era um homem que se debruçava sobre os nossos problemas e por sinal foi o redator do trabalho do IBGE sobre os "problemas de base" do Brasil, onde questões mais sérias desse país são passadas em revista e para elas apontam-se soluções sábias (O FALECIMENTO..., 1956, p. 64).

O jornal *Unitário*, editado na capital cearense, publicou em 13 de março um artigo assinado por Waldemar Uchôa, com o título "Pioneiro, idealista e honesto", que lembra a sua dedicação e amor ao IBGE até o fim de sua profícua vida:

> O nosso estimado amigo, Dr. Wilson Távora, Inspetor do IBGE em nosso estado, há pouco chegado do Rio, confidenciou-me que indo visitar o Mestre, ele havia perguntado como íamos levando a vida, que estávamos fazendo, se ainda continuávamos escrevendo e se ainda éramos amigo do seu querido IBGE.
>
> O fato, ocorrido já próximo ao falecimento do ilustre homem público, como era natural e óbvio, nos emocionou. [...]
>
> Teixeira de Freitas, como secretário-geral do IBGE, deve ter tido sob o seu controle grandes somas, muito dinheiro e muitos cargos públicos. Pois bem: Teixeira morreu pobre, pobre como um franciscano, pobre como um bom cristão, cristão convicto de suas idéias, cristão consciente, modesto, simples e bom. [...] (O FALECIMENTO... 1956, p. 71).

E muitos outros órgãos de imprensa do País registraram com louvores a vida e obra de Teixeira de Freitas. Mas não há como não destacar o artigo publicado no *Correio da Manhã* por um seu ex-colega de Ministério da Educação. Um certo mineiro chamado Carlos Drummond de Andrade. Eis na íntegra o seu texto intitulado "Servidor nº 1":

> Aquilo de que a modéstia preservara Teixeira de Freitas, a morte lhe impôs: oito oradores, à beira do túmulo, proclamaram suas virtudes cívicas e profissionais. O homem que se esquivara à inscrição no Livro do Mérito teve o seu mérito afirmado ostensivamente quando já não lhe era possível refugiar-se no mundo das estatísticas e idéias de organização nacional que era o seu mundo privativo, ao mesmo tempo ideal e concreto, pois dentro dele Teixeira de Freitas, sem governar o menor pedaço do Brasil, influía profundamente na sua evolução.
>
> Antes dele, nossa estatística era um serviço à espera de uma fórmula, e essa fórmula foi ele quem a cunhou e fez aplicar: cooperação interadministrativa. Não teríamos nunca estatística brasileira por um esforço federal isolado, maciço que fosse; era necessário, transpondo montanhas de inibições, interessar no assunto todas as unidades políticas, chegar até o município, criar um sistema. O sistema está em pleno funcionamento, mau grado os golpes que a política lhe vibra. E se hoje nos conhecemos mais a nós mesmos, se é possível elaborar planos de governo com base em dados positivos, se a iniciativa particular na promoção de riquezas dispõe de elementos essenciais para conhecimento do meio social e econômico, tudo isso se deve a Teixeira de Freitas. Teve antecessores ilustres e colaboradores de grande porte, mas a idéia, repito, é dele, como também a prática, e dele a maior glória.
>
> Agrada-me lembrar que esse esforço começou em Minas, quando Teixeira de Freitas lá foi dirigir o Recenseamento de 1920. Fez mais do que lhe pediram: criou o primeiro serviço de estatística estadual tecnicamente organizado e em articulação com o órgão federal. Revolucionou – na surdina – a estrutura administrativa do estado, que se fundava no absurdo. Quantas vezes o limite da circunscrição municipal era apenas o contorno das terras de um poderoso, ao sabor de seu capricho! Os limites foram retificados. Acabaram as "fazendas encravadas", que se situavam num município e dependiam de outro; os municípios que se partiam em mais de um termo ou comarca; as unidades administrativas e judiciárias sem correspondente unidade física; a toponímia confusa e repetida que dava dor de cabeça aos Correios e a todo mundo. E enquanto bulia em tudo isso, Teixeira de Freitas ia educando o povo, na medida de suas forças; ajudava a criar um museu, uma biblioteca municipal, difundia normas de contabilidade, aperfeiçoava ou formava administradores locais.
>
> Daí partiu ele para vôos mais altos, cujos resultados se podem apalpar, embora o grande público, por eles beneficiado, não os perceba. Poucos serão os problemas nacionais, de organização, que ele não terá pensado ou repensado, numa insistência que a uns pareceria ingênua, pois não estamos habituados a essa teimosia lúcida em torno de assuntos que transcendem o interesse pessoal. Desejou ou sonhou uma porção de coisas, desde a interiorização da capital até a redivisão administrativa do Brasil, com estados mais equilibrados e geopoliticamente mais razoáveis... Havia talvez uma percentagem de ilusões no corpo de idéias e projetos desse homem tão objetivo ao lidar com séries estatísticas. Como acreditar na mudança da sede do governo para o Planalto Central, se todas as autarquias regionais funcionam descaradamente neste Rio gostoso apesar de tudo, e se, contra toda a decência, não há ânimo nem para cumprir um vulgar estatuto de sociedade anônima que manda situar em Itabira a direção de um serviço localizado em Itabira? Quanto à recomposição dos estados, nem é bom pensar na tempestade de protestos contra a medida de claro entendimento, ambicionada pelo espírito público de Teixeira de Freitas. Deixemos as frutas amadurecer, ou, quem sabe, transformar-se ao poder de novas circunstâncias.
>
> No ministério da educação, onde Teixeira de Freitas foi um dos três "grandes" do tempo da fundação, não sei de chefe que recebesse, merecendo-o, tanto carinho

> de seus colegas e subordinados. A Diretoria de Estatística era uma espécie de capela, onde oficiava um sacerdote de óculos escuros, discreto, minucioso, exemplar. Alguém lhe chamou "servidor público nº 1", e era-o (sem exagero de frase, mas dava a impressão de chefe de uma pequena família escolhida a dedo, a quem ele defendia, com obstinação polida, ante qualquer risco de desagregação ou mistura. Deixa uma rara lembrança: a de um dos melhores brasileiros do seu tempo (ANDRADE, 1956, p. 6).

Um artigo brilhante, sem dúvida. Mas que cabe alguns pequenos reparos. Para começar, é injusto atribuir somente a Teixeira a reformulação da estatística brasileira. Nem ele se arvoraria em tanto. Antes dele, Bulhões Carvalho já preconizava a necessidade de descentralização da estatística, com o envolvimento dos estados e municípios. Inegavelmente, Teixeira foi quem impulsionou esta intenção. Mas, não se pode olvidar quem o precedeu. Inclusive colegas dele próprio, delegados do Recenseamento 1920 já preconizavam a necessidade de reforma na estatística nacional, como, por exemplo, *Milcíades Gonçalves*, responsável pelo censo em Goiás, conforme pode ser visto na dissertação **Pátria de questionário**: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos (SANTOS, 2004).

Da mesma forma, quanto à transferência da capital para o Planalto Central, pelo artigo de Drummond fica parecendo que foi idéia de Teixeira. Na verdade, era uma antiga sugestão, que remonta ao Primeiro Império, quando José Bonifácio levantou esta hipótese e que, volta e meia, sempre esteve em baila, inclusive fazendo parte da Constituição de 1891, também em conformidade com o que está relatado na referida dissertação de Santos (2004).

De qualquer forma, vale o registro deste texto de Drummond, que conviveu com Teixeira e pôde apreciar de perto sua capacidade de trabalho.

A mística de Teixeira de Freitas

O homem Teixeira pode ter desaparecido, mas se ideário permanece vivo por todo tempo. Seus muitos colaboradores se incumbiriam de levar adiante seu nome legendário.

Por ocasião do centenário de seu nascimento, aconteceu no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI do IBGE uma série de homenagens, em que figuras ilustres que tiveram a oportunidade de trabalharem com ele ou pelo menos conhecer sua capacidade de trabalho tiveram a oportunidade de dar o seu depoimento. O resultado pode se visto na publicação **Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas**.

Um outro grupo de colaboradores, coordenado por Waldemar Lopes, produziria uma publicação celebrando o nobre estatístico: **Um grande brasileiro - idealismo e ação, devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho**: M. A. Teixeira de Freitas.

Nesta publicação – ou "modesta plaqueta", como a denominou Artur Ferreira da Silva, outro grande amigo e colaborador de Teixeira – constam dados biográficos, o discurso pronunciado por *Moacir Malheiros* no velório do homenageado, o artigo "Um produtor de idéias", de *Raul Lima*, já citado aqui anteriormente, o ensaio

"Idealismo e espírito público (como eu via Teixeira de Freitas)", por *Fernando de Azevedo*, o texto do discurso "A extraordinária figura humana de M. A. Teixeira de Freitas", proferido por Lourenço Filho, no primeiro aniversário de sua morte, em cerimônia pública no Ministério da Educação e o de Waldemar Lopes, igualmente enunciado na mesma reunião, falando em nome da sociedade Brasileira de Estatística. Deste, vale destacar o seguinte trecho:

> Geografia, Estatística, racionalização administrativa, Município, Educação, Esperanto – aí estão, com efeito, as principais coordenadas da atividade intelectual de Teixeira de Freitas, em sua longa vida pública; aí estão os motivos condutores das campanhas a que imprimiu o cunho do seu talento criador, de sua excepcional intuição e, sobretudo, de um idealismo fecundo e dinâmico (LOPES, 1999, p. 71).

Teixeira cumpriu sua existência de modo absolutamente exemplar. Hoje seu nome, sua obra e seus exemplos norteiam o Instituto que ele ajudou a criar e transcendem para bem mais além, com sua atuação na educação, na geografia e em diversos outros setores que tiveram o privilégio de contar com seu intelecto e talento[383]. Com ele se encerra uma geração de "notáveis idealizadores da estatística nacional". Essa galeria onde pontificam nomes como Manoel Francisco Correia, Aureliano Portugal, Bulhões Carvalho, fecha em Teixeira o seu ciclo. Até o final do Século XX e provavelmente por muito tempo, nenhum outro nome surgiu para fazer parte deste Panteão.

O PALÁCIO DO SILOGEU BRASILEIRO

Teixeira de Freitas, em sua vida, esteve envolvido em diversas campanhas. Uma delas, foi pela construção de um edifício que sediasse não só o IBGE, como diversos outros órgãos ligados à estatística, à geografia, à educação e cultura. E já havia um bom lugar para esta construção.

O antigo Silogeu Brasileiro se localizava na esquina do quarteirão que abrangia a avenida Augusto Severo e o Passeio Público, próximo ao Largo da Lapa. Ali estavam instalados, entre outros órgãos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Nacional de Medicina. Aliás, a própria definição de "silogeu", segundo o dicionário Aurélio, é "casa onde se reúnem associações literárias e/ou científicas". O nome foi proposto pelo Barão de Ramiz Galvão, exatamente para cumprir esta finalidade. Em 1º julho de 1938, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística nele realizada deu seu apoio solidário à proposta da Associação Brasileira de Educação (conforme Resolução do CNE nº 93, de 19 de julho de 1938) no sentido de que o governo construísse naquele mesmo local um "Palácio da Cultura". Este abrigaria as instituições já ali existentes e outras "segundo um plano de maior amplitude e larga significação cultural. Como a proposta partia de



Projeto do novo prédio do Silogeu Brasileiro.

[383] No CD-ROM que segue em anexo a esta obra está incluído um capítulo especial denominado "Teixeira de Freitas oferece solução ao Teorema de Fermat (em set. 1955)", onde divulgamos a tentativa do grande estatístico em resolver um grande enigma matemático que permaneceu irresoluto por 350 anos. Não foi feita por nós nenhuma avaliação sobre a solução encontrada por Teixeira. Deixamos para que a comunidade acadêmica analise o resultado encontrado, e, caso Teixeira de Freitas tenha desenvolvido a solução correta, que as glórias e o prêmio destinado a quem resolvesse o teorema venham para o Brasil e se reconheça a primazia do grande estatístico neste enorme feito.

uma entidade privada e, embora a concessão pedida não envolvesse nenhum ônus ao Tesouro Nacional, muito pelo contrário, foi decidida a transferência da responsabilidade pelo projeto ao IBGE. A proposta foi submetida a aprovação dos órgãos superiores do sistema estatístico, que se posicionaram favoravelmente ao projeto, conforme pode ser verificado pela Resolução nº 64, de 16 de fevereiro de 1939, da Junta Executiva Central, e pela Resolução nº 153, de 22 de julho de 1939, da Assembléia Geral do CNE. Além destes órgãos, manifestaram-se favoravelmente o Diretório Central de Geografia e a Comissão Censitária Nacional.

Coube, desta forma, ao Instituto encaminhar o projeto à apreciação do Governo, solicitando a concessão, sem ônus para a União, para a construção do edifício que seria denominado como "Palácio do Silogeu Brasileiro". Aliás, pela proposta, conforme está na Resolução nº 153, o IBGE deveria se incumbir do financiamento desta construção, por ser "entre as instituições beneficiárias do projeto, a mais qualificada, por isso que tem ao mesmo tempo caráter oficial e autonomia financeira".

Pela proposta, estas seriam as vantagens do empreendimento:

- Assegurar "ótima e definitiva instalação ao Instituto, incluindo os dois Conselhos (de Estatística e de Geografia), a Comissão Censitária Nacional e o Serviço Nacional de Recenseamento.
- permitir a reunião em um só local das repartições do Instituto subordinadas a diferentes ministérios, proporcionando economia de recursos e agilidade na tomada de decisões.
- oferecer sede ampla e bem posicionada ao Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal, que estaria próxima ao IBGE e demais órgãos do Sistema estatístico.
- garantir sede confortável às instituições culturais que já ocupavam o prédio do Silogeu e mais outras que poderiam se instalar no novo edifício.
- Proporcionar a oportunidade de instalação do "Planetário Cruzeiro do Sul", o primeiro da América Latina e destinado a fins educativo-recreativos e para o ensino da Astronomia e Cosmografia.
- Obsequiar com sede condigna também a três departamentos administrativos federais – o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP.
- Dar ao País a oportunidade de ter um espaço para uma "Exposição Brasileira de Educação e Cultura" a ser instalada permanentemente no prédio.
- Proporcionar à cidade do Rio de Janeiro, capital da República, uma bela obra de arquitetura que seria um centro irradiador de cultura por todo o País.



Antigo Silogeu Brasileiro, com o atual prédio do Instituto Histórico e Geográfico ao fundo, [s.d.].

Estariam sediados no novo edifício, além das instituições já citadas, A Ordem dos Advogados. A Federação das Academias de Letras, a Liga da defesa Nacional, a Academia Carioca de Letras, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Liga Esperantista Brasileira, a Sociedade Brasileira de Estatística, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira de Cultura, a Sociedade Brasileira de Economia Política, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e os Institutos de Alta Cultura (Ítalo-Brasileiro, Luso-Brasileiro etc.) que não dispuserem de sede própria.

Ainda pela Resolução nº 153, estava estabelecido que as partes disponíveis do prédio, ou sejam, os andares que não fossem ocupados, deveriam ser alugados, com renda revertida para o pagamento das despesas de seguro e conservação do imóvel e também para a "obra de educação popular e escolar pela estatística", conforme rezava o parágrafo 2º do Art. 20 da Lei orgânica do IBGE.

Com efeito, foi baixado o Decreto-Lei nº 2.326, de 20 de junho de 1940, concedendo ao IBGE a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro, cabendo à Prefeitura do Distrito Federal o desembaraço

burocrático da área. Houve inclusive um projeto para o edifício, de autoria do arquiteto Sérgio Bernardes, por iniciativa da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia.
Entretanto, os anos foram passando e o empreendimento não saía do papel. Em 1955, como nos conta Virgilio Correa Filho, no artigo "Sedes do Instituto Histórico", o Congresso Nacional autorizou o Executivo a doar para o IHGB o terreno onde seria construído o Palácio do Silogeu. A partir de 1961 começou a construção do atual edifício-sede do IHGB (que também abriga atualmente o IHGRJ), inaugurado em 1972. O prédio do velho Silogeu assistiu a construção desta nova sede, sendo, por fim, demolido por conta de obras de embelezamento e urbanização daquela área.

O FUNDADOR DO IBGE DÁ NOME À CIDADE NA BAHIA

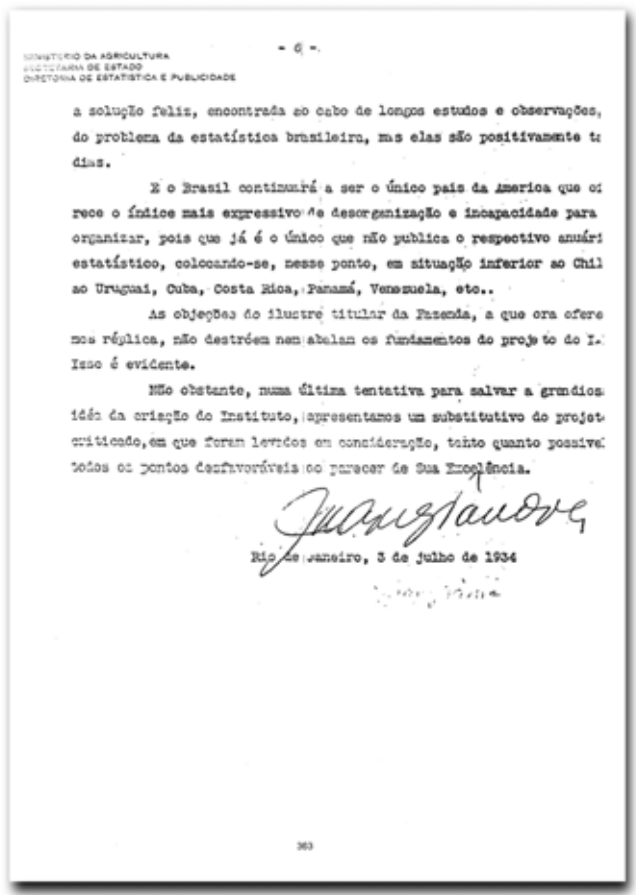
Em 1957, um ano depois do falecimento do notável homem de saber, o IBGE propôs às prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios baianos que dessem a alguma rua ou biblioteca o nome de Teixeira de Freitas. A Inspetoria Regional da Bahia, por intermédio de seu titular, *Artur Ferreira da Silva*, insistiu para que fosse realizada uma condigna homenagem ao grande brasileiro, escolhido como "Funcionário nº 1 do Brasil". Certamente, o ideal seria a possibilidade de haver um desmembramento de área em alguma localidade para criação de algum município e que a este fosse dado o nome do célebre estatístico. Dois funcionários de agências do IBGE na região se empenharam pessoalmente neste pleito: *Lourival Ildiceu Bastos* e *Miguel Geraldo Farias Pires*.
Eis que no município baiano de Alcobaça, o então prefeito *Manoel Euclides Medeiros*, comunicou à agência do IBGE na cidade que "no entroncamento da rodovia que liga esta cidade [Alcobaça] a Medeiros
Neto com o ramal do porto de São José, está sendo fundado um povoado, obedecendo a todas as técnicas urbanísticas, que por deliberação da Prefeitura, em homenagem ao grande criador do IBGE, recebeu o nome de Teixeira de Freitas" (BAHIA, 1957).
A área destinada era o povoado de São José de Itanhém, também conhecido pelos curiosos nomes de "Perna Aberta" ou "Tira Banha". O primeiro epíteto era por conta da bifurcação da estrada entre Alcobaça e Água Fria (atual Medeiros Neto). O apelido de "Tira Banha" era decorrente das brigas contumazes entre os trabalhadores das firmas madeireiras, quase sempre no Cabaré de Teresa, onde um puxava faca para o outro e tentava acertar o oponente na barriga (segundo consta na Declaração fornecida pela Câmara Municipal de Alcobaça, em 16 de novembro de 1994, assinada pelo seu presidente *Valdir Lemos dos Santos*. Uma cópia desta Declaração está guardada na Memória Institucional do IBGE).
Para o povoado chegar à categoria de cidade levou 28 anos. Primeiro, teve o projeto apresentado à Assembléia Estadual baiana, em 28 de março de 1979. O parecer da Comissão de Constituição datado de 30 de março de 1982, criou o município de Teixeira de Freitas, em área desmembrada de Alcobaça e Caravelas. A lei autorizando a criação, de nº 4.452, só foi assinada em 9 de maio de 1985. A efetiva instalação do novo município se deu, finalmente, em 1º de janeiro de 1986.
No entanto, quando da transformação do antigo povoado em cidade, muitos já tinham esquecido a razão dele se chamar Teixeira de Freitas. Houve quem dissesse ser homenagem ao eminente jurista baiano *Augusto Teixeira de Freitas* (1816-1883)[384]. Houve quem, inclusive, atribuísse a origem do nome a um topógrafo chamado Teixeira de Freitas.
Com o objetivo de estabelecer a verdade sobre qual era o verdadeiro Teixeira de Freitas que dá nome à cidade, Arthur Ferreira da Silva tem se empenhado fortemente em prestar os devidos esclarecimentos. Que conste, pois, esta homenagem prestada por conterrâneos do grande Mario Augusto Teixeira de Freitas, nomeando aquela cidade do sul do estado com o nome do nobre fundador do IBGE.

[384] Na verdade, o grande jurisconsulto era bisavô de Mário Augusto Teixeira de Freitas e era também avô de sua esposa, Rosalina. Segundo relato da família Teixeira de Freitas, houve muitos casamentos endogâmicos, ou seja, entre parentes no mesmo clã.

Entre a estatística e a historiografia: as revelações do Fundo Teixeira de Freitas

por ***Alexandre de Paiva Rio Camargo***

Há no Arquivo Nacional uma documentação extremamente rica e surpreendente: o Fundo Mário Augusto Teixeira de Freitas, composto de mais de 13 600 documentos. Outrora pertencente ao IBGE, o acervo foi doado por Isaac Kerstenetsky ao Arquivo Nacional, em 1979. Trata-se de material muito revelador sobre as várias faces de Teixeira de Freitas, o eminente estatístico, mas também o educador, o ruralista, o municipalista, o articulador político, o filósofo e o matemático. Lados inteiramente novos de sua personalidade e de sua atuação política e intelectual vêem à luz ao nos debruçarmos sobre este ainda virgem acervo.



- 6 -

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO
DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE

a solução feliz, encontrada ao cabo de longos estudos e observações, do problema da estatística brasileira, mas elas são positivamente t dias.

E o Brasil continuará a ser o único país da America que o rece o índice mais expressivo de desorganização e incapacidade para organizar, pois que já é o único que não publica o respectivo anuár estatístico, colocando-se, nesse ponto, em situação inferior ao Chil ao Uruguai, Cuba, Costa Rica, Panamá, Venezuela, etc..

As objeções do ilustre titular da Fazenda, a que ora ofere mos réplica, não destróem nem abalam os fundamentos do proj to do I. Isso é evidente.

Não obstante, numa última tentativa para salvar a grandios idéa da criação do Instituto, apresentamos um substitutivo do projet criticado, em que foram levados em consideração, tanto quanto possível todos os pontos desfavoráveis ao parecer de Sua Excelência.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1934

363

Revelações do Fundo Teixeira de Freitas. Trecho do Ofício do Ministro da Agricultura Juarez Távora dirigido ao ministro da Fazenda Oswaldo Aranha.

Os documentos do fundo atestam vínculos políticos e de amizade entre Teixeira e os notáveis daquele momento histórico, especialmente com Gustavo Capanema, o superministro de Vargas, bem como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho, grandes intelectuais e homens de ação da Era Vargas. Se considerarmos que Teixeira, além da secretaria-geral do IBGE, ocupou a presidência da Associação Brasileira de Educação, de 1935 a 1938, e esteve à frente da Diretoria de Informações, Estatística e Publicidade do Ministério da Educação e Saúde, de 1931 a 1952, não deveríamos estranhar a intimidade de que privava com estes homens. Entretanto, para além do livre trânsito de Teixeira no círculo do poder e suas relações com a alta intelectualidade do período, engajada na construção da ordem pública e num projeto de modernização político-econômica, o que mais impressiona nestes documentos é o prestígio de que ele gozava frente a estes intelectuais. São freqüentes as manifestações de apreço e de admiração ao empreendedorismo e ao espírito público de Teixeira. Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e mesmo Capanema emprestavam ouvidos atentos às suas sugestões quanto às reformas do serviço público, da administração e da educação, às quais, ao lado da estatística, Teixeira dedicou sua vida profissional. Anísio, por correspondência, nos oferece um bom exemplo, ao confessar que se inspirou em muitas das idéias de Teixeira de Freitas para conceber a Universidade do Distrito Federal, em sua gestão como secretário de educação da capital da República. Juarez Távora, o ministro da agricultura de



Óculos, relógio, caneta, carteira de identidade de Teixeira de Freitas.

Foto: Marco Santos

Vargas, por diversas vezes manifesta a mesma devoção de Teixeira quanto ao ruralismo e ao ideário de Alberto Torres. É Távora quem endossa na imprensa escrita os argumentos preconizados por Teixeira no chamado "Ideário cívico do IBGE". A riqueza dos documentos do fundo permite uma profunda investigação sobre a dupla filiação de Teixeira e de Juarez ao ideal ruralista, o que sem dúvida lançaria novas luzes sobre a criação do IBGE e a sua função nos chamados anos de ouro. A este respeito, aliás, as reportagens e os artigos que compõem os inúmeros encartes de jornal preservados por Teixeira em seu acervo pessoal são a prova do papel central do IBGE na formulação de políticas públicas e na interiorização do Território Nacional. Segundo Teixeira, Távora teria sido talvez "o único brasileiro que leu, sentiu, compreendeu e ratificou os 'problemas de base' do IBGE".

Encontraremos, igualmente, o mesmo tom nas articulações com Capanema. Uma intimidade entre o grande ministro e o notável estatístico salta aos olhos de quem se debruça sobre a documentação. Laços de amizade, confiança irrestrita de Capanema em Teixeira, a ponto de escolhê-lo seu representante nas delegações e convenções mais significativas de educação e saúde, remessa das obras publicadas de Teixeira, que sintetizam diversos pontos do ideário pregado por ele, e mesmo um surpreendente pedido de intervenção para que Capanema intercedesse em favor da aceleração da criação do Instituto Nacional de Estatística. Capanema chega a recusar expressamente seu pedido de demissão da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, resistindo a privar-se de sua esclarecida colaboração.

Somente retraçando os vários níveis da trama política e institucional na trajetória de Teixeira de Freitas, da estatística à educação, passando pelo ruralismo e o municipalismo, podemos alinhavar a dimensão política assumida pelo IBGE naqueles anos. Como, por exemplo, a relação do IBGE, de Teixeira particularmente, com o DASP, órgão de inteligência e regulamentação da administração do serviço público, braço direito de Vargas no Estado Novo - existem correspondên-

cias de Teixeira, e muitas, com Simões Lopes, diretor do DASP por vários anos. E também só a partir dessa dimensão política do IBGE, e de Teixeira enquanto seu secretário-geral, podemos compreender seus planos e projetos**,** como um que sugere a criação do "Gabinete de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais". O órgão deveria "estabelecer a política geral do governo em matéria econômica e social", através de um "programa geral de ação do governo" também por ele elaborado, além de "orientar a elaboração de anteprojetos de lei e de decretos necessários à efetivação daquela política". Como se vê, não seria arriscado dizer que Teixeira já esboçava um protótipo do que viria a ser o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA . Este exemplo deve nos levar a indagar a receptividade que projetos como este tiveram das autoridades competentes. Não é possível mensurar a repercussão destes projetos e nem o verdadeiro papel desempenhado por Teixeira de Freitas na estrutura nevrálgica da classe dirigente, no campo da articulação e formulação de políticas públicas, sem descortinar os horizontes ainda nebulosos deste rico e vasto acervo.

Também podemos encontrar inúmeros documentos e recortes de jornais sobre a crise do IBGE**,** no início dos anos 1950. A polêmica sobre a eficiência do serviço estatístico do IBGE e sobre a atribuição de funções (o General Polli Coelho pretendia reduzi-las e submetê-las ao Ministério do Interior) se deu inteiramente nos periódicos de então. Boa parte deste material se encontra no Fundo, o que é especialmente relevante diante da carência do que se sabe sobre a famosa crise do IBGE.

Há, ainda, uma faceta exótica inteiramente desconhecida de Teixeira, no material existente no arquivo. Sua obra filosófico-religiosa. Verdadeiros tratados que versam desde os temas dos pitagóricos e da metafísica grega, até a filosofia de São Tomás de Aquino e reflexões sobre os dogmas da Igreja. Tratam-se de trabalhos realmente instigantes, sob títulos tais quais **A ordem social cristã**, **O pensamento do mundo**, **Deus uno e trino**, **Sobre os três princípios da idealidade do mundo**, **O fundamento de minha ciência, de minha filosofia, de minha crença, primeiras ingerências na contemplação do mundo**, entre vários outros estudos. A obra **Minhas tentações contra a fé**, com três vigorosos volumes que somam mais de 1000 páginas, é toda escrita na forma de diálogo, apresentando uma consistente sustentação filosófica. Por isso mesmo, não se trata de esforço nulo, mero empreendimento ocioso ou diletantismo.

Os limites impostos por prazos e propósitos à nossa apreciação deste vigoroso trabalho não nos impediram de identificar a presença do método dialógico platônico na apresentação e no desenvolvimento dos temas abordados, especialmente em **Minhas tentações contra fé***:* diálogos comigo mesmo. As referências à filosofia grega abundam, assim como os sistemas conceituais de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino. Através do recurso à filosofia escolática, Teixeira positivou suas convicções e angústias religiosas, brindando-nos com um estudo de fôlego. Ao propor um diálogo consigo mesmo, entre o devoto católico e o homem de ciência, premido pela exigência da verificação e do planejamento, Teixeira parece apenas equacionar os termos de sua contradição pessoal. Mas, ele vai além: tenta mostrar como é possível conciliar o agnosticismo do homem contemporâneo, imerso em

projetos fáusticos e modernizantes, com uma crença humanista que busque o consenso universal. É discutível se as religiões, especialmente a cristã, podem de fato pôr termo à ânsia individualizante do homem contemporâneo. Não obstante, seu ensaio propõe a livre troca entre estas duas subjetividades, duas formas de estar no mundo; o homem religioso e o homem de ciência. O resultado é um debate majestoso entre a exigências do cientista, que lhe rendem um espírito mais cético e pragmático, e a aspirações do religioso, que realimentam seu idealismo. Ao debaterem, uma e outra suavizam suas diferenças, em prol do objeto de reflexão comum: a existência humana. Uma análise mais apurada da obra nos leva a entender a procedência do idealismo sempre renovado de Teixeira de Freitas, que o aplicou a todos os seus desafios pessoais. É o religioso, ainda que esgarçado pelas demandas do ascetismo do cientista. Por tudo isso e pela acuidade do rigor filosófico, **Minhas tentações contra fé**: diálogos comigo mesmo, merece atenção de especialistas, que certamente decidiriam por sua publicação.

Além disso, existe vastíssima documentação que gira sobre o pertencimento e reflexões de Teixeira de Freitas acerca do ruralismo, do municipalismo e da questão agrária no Brasil – caso de sua filiação à Sociedade de Amigos de Alberto Torres – educação, correspondências com Carlos Drummond de Andrade, Luiz Simões Lopes (diretor-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público), Lourival Fontes (diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP), Alceu Amoroso Lima, Roquete Pinto, entre outros. Trata-se de uma vasta documentação que privilegia o homem público Teixeira de Freitas que, se se valeu do papel estratégico exercido pelo IBGE para dar vazão a muitos de seus projetos políticos que pessoalmente concebia para o País, também tinha vida própria e alçava vôos muito altos fora do IBGE. Foi o seu capital de educador e ruralista, longamente acumulado, que Teixeira traduziu em capital político e científico para criar e para dar competência abrangente ao IBGE. Competência esta que também foi explorada posteriormente por Teixeira para institucionalizar suas idéias políticas para a transformação do País: redivisão administrativa e territorial; colônias-escolas, que associavam a obra de conhecimento e interiorização do Território Nacional à educação rural; revitalização dos municípios. Era o IBGE, pela natureza própria do fazer estatístico, capaz de anunciar e fazer conhecer realidades distantes ou ausentes, que deveria pensar e planejar o desenvolvimento do País. Foi o que Teixeira anteviu, ao articular as dimensões de levantamento e de análise de informações. O verdadeiro alcance desta iniciativa, efetivamente incorporada no IBGE da Era Vargas, só podemos conhecer através do Fundo Teixeira de Freitas. Neste sentido, a recuperação e a análise minuciosa do fundo tem muito a dizer sobre a experiência histórica acumulada pelo IBGE, no momento em que se discute a redefinição do perfil da instituição, seja no sentido de reforçar sua atuação de coordenador dos produtores de estatística, seja ainda na polêmica sobre a transformação da instituição em centro de ciência.

Não obstante, o arquivo é muito relevante também para a historiografia, pois o novo olhar que o acervo permite lançar sobre a atuação de Teixeira de Freitas, revela o entorno político sobre a história do IBGE, cuja importância em

matéria de formulação de políticas públicas – dado novo e surpreendente – faz da instituição não um mero coadjuvante, mas um dos protagonistas das relações entre poder, agências de governo e intelectuais na construção do Estado Nacional nos "tempos de Capanema", constituindo-se em relevante contribuição à historiografia sobre o tema. Neste sentido, a recuperação e a análise do Fundo Teixeira de Freitas é tarefa que deve interessar à tradição da estatística e da geografia no Brasil, mas, principalmente, constitui um Território fértil e ainda virgem para historiadores e cientistas sociais.

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Teixeira de Freitas, um pensador do Brasil,** e **Guimarães Rosa: o funcionário de Teixeira de Freitas** por Marco Santos.

Um homem de fronteiras: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares*

Capítulo 17

por **Alexandre de Paiva Rio Camargo**

* Gostaria de agradecer à Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães, professora titular de Teoria da História e Historiografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por sua acolhida prestimosa em seu gabinete de trabalho e pelas valiosas sugestões de documentação. Agradeço, ainda, à sua orientanda de doutorado, Luciene Carris Cardoso, a quem conheci tão fortuitamente na biblioteca do IBGE. Suas indicações me foram de grande valia para bem apreender as relações entre José Carlos de Macedo Soares e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atual Sociedade Brasileira de Geografia.

Este capítulo foi escrito por **Alexandre de Paiva Rio Camargo**, historiador e mestrando em História, pela Universidade Federal Fluminense. Sua participação como assistente de pesquisa na produção deste capítulo deveu-se ao empenho especial de **David Wu Tai**, do IBGE.



Macedo Soares de fardão da Academia Brasileira de Letras, [s.d.].

José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) não foi somente o primeiro presidente do IBGE. Longe da obviedade que a posição ostenta, ele foi um raro estadista da República e um intelectual vigoroso. São várias as suas faces: o embaixador, o ministro de Estado, o governador, o deputado constituinte, o presidente de entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, a Academia Brasileira de Letras - ABL, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro - SGRJ, entre outras tantas[385], são expressões da face de ação. O historiador, o geógrafo, o sociólogo, o renovador dos estudos sobre a questão da fronteira no Brasil são *démarches* da face criadora.

A principal tarefa a que nos lançamos neste capítulo é a de esquadrinhar as interpenetrações entre seu pensamento e sua ação política, no exercício de tão diferentes e prestigiados papéis que levou adiante em sua vida pública. Para tanto, tivemos que fazer opções, selecionar fatos e privilegiar relações, em meio ao inesgotável manancial que foram a vida e a obra de Macedo Soares. Por isto, nosso estudo não se fia no modelo clássico de biografia, mais apologético. Ao invés disso, preferimos operar recortes com o fito de atribuir racionalidade ao nosso agente e aos processos sociais de que ele foi sujeito e objeto. Assim procedendo, nos inserimos na linha proposta por Giovanni Levi, para quem os estudos biográficos permitem compreender "um grupo, um período, enfim, todas as relações sociais. A época, o meio e a ambiência são valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade" (LEVI, 1996, p. 167-183).

Inspirando-nos na chamada "biografia histórica", podemos devolver Macedo Soares à complexidade que o caracterizou e à comunidade de sentidos que mante-

[385] Por ocasião de sua morte, Macedo colecionava os seguintes títulos e encargos: sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio dos Institutos Histórico e Geográfico do Amazonas, Pará, Sergipe, Paraná, Bahia, Santos, Minas Gerais e de Petrópolis. Desde 1939 era membro da Comissão Brasileira para codificação do Direito Internacional. Foi professor e primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro da Universidade do Brasil e da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor *honoris causa* da *American Catholic University*, dos Estados Unidos, da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Central do Equador, da Universidade de São Marcos (Peru) e da Universidade do Chile. Da Academia Argentina de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa era membro correspondente, e da Real Academia de História de Portugal membro emérito. Era também membro da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto de Coimbra, da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Paulista de Letras, da Academia sul-riograndense de Letras e do Instituto Paraguaio de Investigações Históricas. Foi membro correspondente da Academia Uruguaia de Letras e da Academia Nacional de História do Equador, e membro honorário do "El Instituto Sanmartiniano" da Colômbia; além de sócio correspondente da Sociedade Uruguaia de Estatística, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Estatística e do Instituto Pan-americano de Geografia e História do México (VULTOS..., 1968, p. 13-14).

ve com o seu próprio tempo. O embaixador foi capaz de feitos reservados apenas aos grandes próceres da vida nacional. O maior deles, como chanceler, foi o de pôr fim ao maior conflito sul-americano do Século XX: a guerra do Chaco. O litígio foi somente um dos vários acontecimentos da sua vida que envolveram a questão da fronteira. Ao fazer dela alvo preferencial de sua atenção, Macedo Soares pôde construir uma sólida e invejável carreira pública, emergindo deste enlace com o fenômeno lindeiro como um autêntico "homem de fronteiras". É para ele que ora voltamos nossa reflexão.

"Revoltoso" ou "benemérito"? A formação intelectual e as filiações políticas

Muito antes de fazer carreira na chancelaria do Itamaraty, a vocação mediadora de Macedo Soares entraria para a História em 1924, no episódio da revolta militar de São Paulo, chefiada por Isidoro Dias Lopes. Nele, já se entremostravam as virtudes de homem cordato, de um assumido conservador adepto da democracia liberal, representante dos novos e ricos setores comerciais de São Paulo, que sonhava com a moralização da política brasileira.

O levante militar na capital paulista, em 1924, é o evento que escolhemos para identificar e analisar as filiações políticas de Macedo, que perpassarão toda sua extensa e vigorosa trajetória ulterior. De fato, sua atuação na revolução de 1932 e nas negociações em torno da questão do Chaco notabilizaram seu nome. Mas o acontecimento de 1924 tem a precedência histórica e a primazia em relação aos outros. Afinal, nele podemos ver seus interlocutores políticos, as classes industriais e comerciais do estado, mais abertamente liberais e ciosas do fortalecimento do espírito público, que favoreceria a segurança jurídica, a previsão e a credibilidade de suas transações e investimentos.



Mathilde de Macedo Soares, a esposa, [s.d.].

Macedo era, na verdade, um modernizador da nova geração de sua família. Seu avô paterno, Joaquim Mariano de Azevedo Soares, era um fazendeiro dos mais importantes na capital do Império. Descendia da aristocracia paulista, cuja família tinha sólidos investimentos na fazenda cafeeira e grande proeminência política - seu tio, o conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, fora magistrado, jurisconsulto e ministro do Supremo Tribunal Federal, de 1892 a 1905[386]. Esse vínculo com a aristocracia cafeeira seria confirmado pelo casamento com Matilde Melchert da Fonseca, também ela descen-

[386] Salta aos olhos a notoriedade da extensa família Macedo Soares nas três gerações: os ascendentes em linha direta, os colaterais e sua descendência. O pai, José Eduardo de Macedo Soares, empresário e professor, foi fundador do Ginásio Macedo Soares, onde José Carlos estudou. Três de seus irmãos sucederam na carreira política: José Cássio de Macedo Soares foi deputado federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, de 1935 a 1937; José Roberto de Macedo Soares foi embaixador no Uruguai, de 1945 a 1951; e José Eduardo de Macedo Soares, jornalista fundador do *Diário Carioca* e de *O imparcial*, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro em três legislaturas consecutivas, de 1915 a 1923, além de constituinte em 1934 e senador pelo estado do Rio de Janeiro de 1935 a 1937. Seu primo, o general Edmundo de Macedo Soares e Silva, foi Ministro da Viação e Obras Públicas, em 1946, governador do estado do Rio de Janeiro de 1947 a 1951 e Ministro da Indústria e Comércio em 1967, enquanto Hélio de Macedo Soares, também primo e general como aquele, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda do PSD, de 1951 a 1955.

dente de rica família latifundiária de São Paulo, e filha de um importante capitalista. Administrando as empresas da esposa, não demoraria muito para que José Carlos angariasse imenso prestígio junto aos comerciantes e industriais paulistas, vindo a presidir a Associação Comercial de São Paulo, em 1923. Ficavam desde logo evidentes seus talentos para a administração.



Frente da Faculdade de Direito de São Paulo, em 10 de julho de 1932.

Macedo Soares era um agente modernizador, filho da velha oligarquia cafeeira e, a um só tempo, principal representante dos novos setores emergentes, da mais importante classe de industriais e comerciantes do País. Contribuiriam para que fosse um vetor desta modernização sua atividade comercial, as virtudes administrativas e, mais do que tudo, sua formação intelectual e ação política. Macedo recebera sua educação superior na Faculdade de Direito de São Paulo, onde concluiu seus estudos em 1905. A Faculdade era a matriz preferencial no recrutamento dos intelectuais e políticos que compunham a administração pública daquela Unidade da Federação e da República como um todo. Esta Faculdade deveu muito de seu crescimento ao deslocamento dos centros de decisão do País, com o advento republicano. Como bem assinala Lilia Schwarcz, "bastante afastada das esferas de decisão no período monárquico, já no período republicano associada ao poder econômico regional e contando com uma clientela privilegiada em termos financeiros, a escola de Direito de São Paulo transforma-se em um dos grandes legitimadores do novo jogo político vigente" (SCHWARCZ, 2001, p. 178). A nova configuração deste jogo político demandava uma elite intelectual atenta às vicissitudes e aos problemas desta nova configuração, equacionando o papel cultural de São Paulo em relação à importância assumida por este estado no equilíbrio interno do País. Com a proximidade dos centros de decisão do País, os professores não só faziam de sua atuação na escola e de sua origem social um trampolim para os postos políticos republicanos, como facilmente tinham acesso privilegiado a órgãos importantes de comunicação (SCHWARCZ, 2001, p. 176).

José Carlos de Macedo Soares é um grande exemplo desta conjugação entre formação intelectual, ação política e quadro administrativo do governo. Fazendo política numa Faculdade em que, segundo Rui Barbosa, "mundo acadêmico e mundo político se penetram mutuamente" (BARBOSA apud SCHWARCZ, 2001, p. 174), Soares seria eleito presidente do centro acadêmico daquele educandário, recebendo, ao término do curso o título de presidente honorário daquela agremiação (BELOCH; ABREU, 1984, p. 3227). Ele se destacava, assim, numa instituição que primava pela

acirrada disputa entre seus membros por posições de liderança[387]. E, a exemplo de seus pares, era um dos diletos filhos da nobliarquia cafeeira paulista, que já há muito antevira as vantagens de aplicação dos rendimentos do café na indústria e no setor comercial ainda incipientes, renovando a própria tecnologia de produção. No entanto, nem sempre eram pacíficas as relações entre os propósitos destes setores industrial e comercial, que alavancavam a urbanização de São Paulo, e os interesses mais arraigados daquela oligarquia cafeeira. Ao longo da Primeira República, começamos a notar divergências no entendimento do que seria "política no interesse de todos os paulistas". Embora a política do café-com-leite fizesse dos interesses da oligarquia paulista um verdadeiro projeto de nação, financiando a produção do café, comprando seus excedentes para segurar os preços, dando-lhe sobre-representação política nas câmaras legislativas e o quase monopólio dos cargos executivos, divididos com Minas Gerais, vemos uma crescente contestação, em São Paulo e no Brasil, do estilo de fazer política da República Velha. Entre os contestadores, conta-se a figura de Macedo Soares, porta-voz que era daqueles novos agentes econômicos, defensores de uma maior liberalização econômica, o que se chocava com o clamor protecionista dos oligarcas paulistas, que limitavam as possibilidades do mercado, na medida em que faziam do Estado o seu principal cliente.

Não se tratava de contestar a intervenção do Estado na economia, mas de fazê-lo ocasionalmente. A colocação do Estado como grande comprador permanente do café, produto que sustentava o desenvolvimento de nossa economia, viciava a estrutura econômica nacional como um todo. Uma grande crise internacional levaria os cafeicultores à bancarrota e abalaria a indústria e o comércio, ainda muito dependentes dos capitais oriundos do café. Sem dúvida, uma crise com as proporções de 1929 era impensável, mas a instabilidade do setor secundário de nossa economia e o seu excessivo atrelamento à política cafeeira eram visíveis na década de 1920, tanto mais porque o governo federal mostrava-se cada vez mais incapaz de se impor como autoridade central, senão pelo recurso à violência, resquício do "eterno retorno" da questão federalista, do problema das autonomias estaduais.

O movimento intelectual de 1922, ao propor redescobrir o Brasil, valorizar as tradições populares, o folclore regional e a figura do sertanejo, em substituição ao diletantismo da cultura bacharelesca, enclausurada nos salões da alta sociedade dos centros políticos, contribuiu para agravar o quadro de crise estrutural das instituições políticas de então. Da mesma feita, cresciam os movimentos sindicais, arregimentando cada vez mais trabalhadores nacionais e estrangeiros, constituindo-se em importante força política, ameaçando fortemente o controle do empresariado, como mostram diversas paralisações setoriais e a greve geral de 1917, ocorrida em São Paulo. Conseqüência dos impasses federalistas e de adoção de uma política autoritária, fechada às negociações, o governo central se negava a ouvir as classes trabalhadoras e a dar-lhes um estatuto legal, preferindo sempre a repressão cada vez mais violenta.

[387] É digna de nota a importância assumida pela Escola de Direto de São Paulo para os Macedo Soares. Sendo a matriz do recrutamento da administração pública, a faculdade rendeu à família uma série de juízes destacados, o que sugere a construção de uma rede política familiar em torno do direito, especialmente o de São Paulo.

Rejeitava o imperativo de mediar as relações sociais de trabalho, aspecto fundamental da explosão revolucionária de outubro de 1930.

O Exército também se mostrava insatisfeito com o papel que lhe legava a classe dirigente, afastado que estava dos altos quadros da vida política nacional, desde o esvaziamento do positivismo, com Prudente de Moraes e Campos Sales. Uma nova ala surgia no seio do Exército, composta por uma geração de jovens tenentes, que defendia a atuação combativa do Exército nas regiões do interior do País, devendo a instituição assegurar proteção e assistência social às populações carentes. Os tenentes, ao mesmo tempo em que imprimiam um novo perfil às Forças Armadas, questionavam a autoridade dos velhos generais, identificados com a rígida formação positivista e os valores da alta cultura, veiculados nas escolas militares de engenharia, como a da Praia Vermelha, que haviam já perdido a sua importância de bastiões intelectuais dos movimentos políticos militares. Os tenentes pretendiam estender a presença do Exército no interior do País, fazendo dele motor de integração das áreas afastadas e dos populares marginalizados à vida nacional, a partir das políticas de "salvação pública", de salvação das instituições republicanas. Tratava-se de reduzir o poder das oligarquias nas localidades onde isso parecia mais fácil e onde eram chocantes as desigualdades sociais. Buscavam os tenentes a purificação da sociedade e da instituição do Exército, que julgavam decadentes, por meio de sua tutela, numa clara opção autoritária, contrária às eleições diretas e ao voto universal (FAUSTO, 2002, p. 175). Para estes homens, a recuperação do papel histórico do Exército deveria passar pela afirmação de uma função protetora e propulsora das zonas rurais. Introduzia-se, assim, uma dupla contradição: o conflito entre jovens e antigos oficiais, em uma instituição que por sua natureza deve primar pela coesão e pela coerência entre seus membros, além da busca de um caráter positivo e atuante para o Exército, em choque com o mesmo imperativo da corporação, o de neutralidade diante da política, no dever de salvaguardar o Território Nacional.

A) O revoltoso

Sintomática deste quadro de crise das instituições políticas e de grande desajuste das forças sociais de então, temos a revolta militar de São Paulo, em 1924. Aqui, reintroduzimos nosso personagem, relevante agente político em meio a tais transformações, como se verá. Nosso preâmbulo acima cedo se justifica. Afinal, a revolta foi conjunturalmente alimentada pelo cisma no seio do Exército e pelas animosidades entre este e o governo federal. Não obstante, o episódio limite que a desencadeou foi a divulgação pela imprensa de cartas ofensivas às Forças Armadas redigidas do próprio punho de Arthur Bernardes, em sua campanha à presidência. Uma vez divulgadas, as cartas geraram profundos ressentimentos na corporação, que insuflou o sentimento regionalista paulista. A capital foi tomada por um efetivo aproximado de mil homens, chefiados pelo General Isidoro Dias Lopes, no dia 5 de julho daquele ano. Entre eles contavam-se oficiais como Eduardo Gomes, futuro brigadeiro, duas vezes candidato à presidência da República, e Juarez Távora, futuro ministro da agricultura de Vargas, decisivo na criação do Instituto Nacional de Estatística. Nosso interesse aqui se resu-

me não ao levante em si, mas à performance atuante e discursiva de Macedo Soares, capaz de desnudar suas filiações políticas.

Colocava-se uma linha muito tênue para Macedo Soares e para os homens que se encarregavam dos poderes públicos de São Paulo: garantir para a cidade o abastecimento de gêneros e a prestação de serviços públicos, assim como fazer respeitar os direitos básicos dos seus habitantes, literalmente na linha de fogo entre legalistas e insurretos, sem que fossem considerados facilitadores da ação destes últimos. Macedo, na condição de presidente da Associação Comercial, foi o grande negociador deste setor junto às autoridades municipais, para impedir que a continuação da luta causasse o congelamento da vida econômica da cidade. Fazia-se necessário, portanto, assegurar tanto o policiamento, evitando a ação de saqueadores, quanto o abastecimento das mercadorias. Porém, Macedo, no gozo de suas virtudes de liderança e mediação, não se contentou com esta pequena função, nos dias difíceis que São Paulo vivia. Projetou-se nas negociações com os militares rebeldes, assegurando nelas o respeito à ordem pública constituída e a relativa liberdade de ação do prefeito da capital, Firmiano Pinto. Montou, com os esforços da Associação, uma guarda municipal extraordinária, responsável pela defesa da propriedade predial e das lojas de comércio, ameaçadas pelo ataque da população carente de bens de primeira necessidade. Esta guarda também foi reconhecida pelos militares revoltosos, graças, mais uma vez, à palavra empregada por Macedo. Revelou-se ele, assim, peça fundamental na estabilização do conflito, na preservação de um mínimo de segurança jurídica, necessária tanto para as atividades comerciais de que ele e seus representados eram os beneficiários diretos, quanto para evitar a total desorganização dos serviços públicos e das garantias individuais mínimas.

À parte das negociações com os revoltosos, Macedo Soares também era o vetor de diálogo nas concessões do governo federal. Com o desenrolar da sedição, intensificavam-se os bombardeios infligidos pelas forças da federação à cidade. Em conjunto com as autoridades municipais, escreveu ao presidente Bernardes solicitando sua intervenção para a suspensão do fogo da artilharia, no que foi publicamente contrariado pelo ministro da guerra, em 12 de julho[388]. Tentaria o mesmo, uma vez mais, diante da ameaça de bombardeio livre e definitivo à cidade, a despeito de toda a população civil que não pôde evacuar a área, em cartas endereçadas a Carlos de Campos e ao general Sócrates[389], clamando que interviessem em favor do cessar-fogo. O novo insucesso e sua insistência na mediação do conflito lhe renderiam severas críticas dos legalistas em relação ao papel por ele desempenhado, sendo por isto considerado um "intérprete da vontade dos rebeldes" (BELOCH; ABREU, 1984, p. 3228).

Ao ser reportado por Macedo da inflexibilidade do governo e do fracasso das tratativas, Isidoro Dias Lopes e os chefes revolucionários optam por abandonar a cidade, em 27 daquele mês, deslocando-se as tropas rebeldes para o interior do estado

[388] Trata-se do Marechal Fernando Setembrino de Carvalho, o qual respondeu que o bombardeio não seria sustado.

[389] Carlos de Campos, então governador do estado, havia abandonado a capital paulista, refugiando-se da ofensiva rebelde. Viria a suceder Macedo na Associação Comercial. O General Eduardo Sócrates era o chefe das forças legalistas.



Mapa de São Paulo.

e, a seguir, para o oeste do Paraná, onde, meses depois, se juntariam a outros contingentes revolucionários, formando a Coluna Prestes.

As desventuras a que nos submete o destino não fariam por menos com o ainda jovem José Carlos de Macedo Soares. No desenvolvimento da insurreição já demonstrava seus talentos para a cordialidade, para a diplomacia e para a fabricação do consenso. Paradoxalmente, a ignorância do governo federal em relação aos feitos dos que zelaram pela preservação da ordem pública, bem como sua ânsia em punir os culpados exemplarmente, o levou a considerar Macedo Soares como "intérprete da vontade dos rebeldes", mesmo antes do desfecho da sedição.

As conseqüências, turbulentas e desastrosas para Soares, não se fariam tardar. Retomada a cidade, foi chamado a prestar depoimento sobre sua participação no movimento revolucionário, a 4 de agosto, acusado de ser um dos principais artífices dos sediciosos. Sua defesa e a falta de evidências contra sua pessoa não foram suficientes para livrá-lo de dois meses de prisão, marca que carregaria por toda a sua vida, sendo libertado somente em outubro, quando partiu para a Europa, em auto-exílio, profundamente decepcionado com a situação política que o País atravessava e com o atentado que sofrera a sua honra de homem público[390].

A acusação que recairia sobre Macedo Soares, levada a cabo pelo procurador criminal da República, postula que

[390] Reproduzimos o surpreendente relato de seu primo, Edmundo de Macedo Soares e Silva, acerca das arbitrariedades sofridas por José Carlos, a ele confidenciadas: "a 4 de agosto foi preso e levado à presença de um auditor de guerra. Aí, numa folha de papel, escreveu seu depoimento. Em seguida, o colocaram numa saleta, onde passou a noite num colchão estendido sobre o chão. Na manhã de 5 foi transferido para o Rio de Janeiro, em companhia de um agente de polícia e recolhido à Casa de Correção! Coube-lhe o cúbiculo nº 1 da 10º galeria, de onde havia sido retirado, momentos antes, o assassino que o ocupava habitualmente. No dia seguinte, 6 de agosto, levaram-no para o Corpo de Bombeiros, [...] aí permanecendo até ser conservado incomunicável durante seis semanas, sem um interrogatório, nem uma acareação, sem uma explicação! Foi então libertado e quis retornar a São Paulo. Fizeram-no, no entanto, compreender que não deveria fazê-lo e que ele e seus amigos iriam ser perseguidos. A solução foi o caminho do exílio" (SILVA, 1985a, p. 181-182).

> ao par dos inegáveis benefícios que fez à população de São Paulo nos dias tormentosos da campanha subversiva, **se ligou estreitamente aos chefes rebeldes, identificando-se com a causa por eles sustentada,** à qual prestou auxílio que o art. 18, parágrafo 3º, do Código Penal pune como co-autoria; auxílio caracterizado por suas intervenções favoráveis aos rebeldes, no sentido de obter a terminação da luta, envolvendo até a renúncia do chefe do Executivo federal, e que culminou no fato que a denúncia descreve, relativamente à sua intervenção junto ao general Sócrates, a 27 de julho, no sentido de obter que esse general induzisse o governo federal a pôr termo à luta, mediante uma anistia aos combatentes e aos rebeldes de 1922. Esse documento elaborado como foi, quando já os rebeldes fugiam de São Paulo, visando evidentemente, obter vantagens para os transviados da lei, **dá de sua co-participação no delito a certeza de que ela foi intencional, e impõe à justiça a sua pronúncia como co-autor** (SOARES, 1925, p. 428, grifo nosso).

A proximidade de Macedo em relação aos revoltosos não foi interpretada como uma tentativa de minimizar o decorrente estado de exceção, em proveito da própria população civil, antes, porém, como forma de dar cobertura às requisições dos insidiosos. Ora, o pedido de anistia visava justamente impedir uma abrupta e violenta retomada da cidade pelas tropas legalistas. Afinal, o governo central não hesitou em bombardear inúmeras vezes a cidade, sem aviso prévio, atingindo indiferentemente fábricas, colégios e teatros, sem viabilizar o êxodo aos civis. A anistia sugerida por Macedo Soares significaria um ato de clemência da autoridade federal, por meio do qual estaria assegurada a rendição pacífica dos sediciosos. Após a apuração mais precisa dos fatos e do histórico de atuação de Macedo Soares no período de ocupação da capital, além do depoimento de testemunhas de reputação ilibada, decidiu-se pela inocência do réu. Em relação às alegações de notáveis em seu benefício, destaca-se sobremodo o depoimento de Firmino Whitaker, ministro do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo:

> O que sei a respeito do Dr. José Carlos de Macedo Soares, de quem faço conceito muito elevado, é que durante a revolta de julho prestou ele serviços relevantes à população desta cidade e impediu, por seu grande prestígio e autoridade moral, que os revoltosos praticassem excessos e abusos que acarretariam incalculáveis danos aos que tiveram de abandonar seus interesses ou daqui não se puderam afastar. Não vi, em nenhum dos seus atos, o intuito de infringir a lei ou desrespeitar as autoridades constituídas, dando apoio aos que, temerariamente, se levantaram contra elas. **Para mim, ele não foi um revoltoso: foi um benemérito** (SOARES, 1925, p. 429, grifo nosso).

O veredicto favorável tardou em demasia. Macedo amargara dois meses de cárcere. Libertado, rumou para França, onde pouco se sabe sobre suas atividades. O espírito da viagem foi o mesmo do de um auto-exílio. Retirar-se da vida pública, refletir sobre erros e acertos, recuperar-se de feridas justamente impelidas a um "revoltoso", nunca a um "benemérito" como ele, cujos desmedidos esforços em favor da causa pública teriam que esperar anos para serem reconhecidos e cobertos de glórias, fosse na mediação da revolução constitucionalista de 1932, fosse ainda na pacificação da Guerra do Chaco, quando sagrou-se "chanceler da paz", em 1935.

No entanto, será mesmo que o futuro chanceler era realmente tido como um "benemérito", como quer nos fazer crer o testemunho de Whitaker, naquela Primeira República, mergulhada num quadro de crise profunda? O livro escrito por

Macedo no exílio, **Justiça:** a revolta militar em São Paulo, em tom de completo desabafo, editado em Paris e de grande tiragem (mais de 20 000 exemplares), pode nos oferecer uma resposta a esta pergunta e conclusões quanto às filiações políticas de José Carlos de Macedo Soares na República das disposições federalistas.

Justiça assemelha-se a uma autobiografia de Macedo Soares, no tocante à sua vida pública. Do livro exalam pesados ressentimentos em relação ao que considera a "estrutura viciada" do governo federal[391]. Os maus-tratos e a injustiça, que denuncia ter sofrido no dito episódio, nos parecem uma estratégia política da União para neutralizar adversários políticos proeminentes, como era o seu caso, grande representante que era dos comerciantes de São Paulo. Embora sempre moderado e comedido em suas atuações e convicções, o currículo de Macedo parecia sim um tanto ameaçador às prerrogativas do mandonismo da Primeira República. Em seu próprio relato-desabafo, ficamos sabendo que ele era o principal acionista do famoso jornal contestador *O Imparcial*, dirigido pelo seu irmão, José Eduardo de Macedo Soares. O periódico fora um dos próceres da propaganda em torno da campanha de Ruy Barbosa à presidência, na qual o próprio José Carlos militou abertamente, no ano de 1909.

Vale lembrar que a candidatura encampada por Ruy, em sua veemente defesa pelo voto secreto e pelo respeito às liberdades políticas, destoava um tanto do personalismo e do autoritarismo dominantes na República Velha, que ganharam sobrevida com a vitória do situacionista Hermes da Fonseca. Mais do que candidato da oligarquia paulista, Ruy era porta-voz de uma intelectualidade que defendia uma modernização conservadora para o País. Representava muito bem os anseios políticos dos novos grupos comercial e industrial emergentes e das classes médias urbanas intelectualizadas.

Dissemos antes que estes setores se ressentiam de um excessivo atrelamento da economia nacional à política cafeeira. Os comerciantes, os industriais, as classes médias intelectualizadas – que no mais das vezes representavam os primeiros no aparelho de Estado, empregando-se em áreas de serviço e comércio – constituíam formas

[391] Também no desterro, Soares escreveria: **O Brasil e a sociedade das nações**, de 1927, igualmente marcado pelo tom polemista e pela percepção da "estrutura viciada" do governo federal. A obra avalia o desligamento do País daquela sociedade internacional, atribuindo o equívoco ao desprestígio causado por Arthur Bernardes aos nossos embaixadores. Mais: o aristocrata paulista culpava severamente a restrição das liberdades individuais, as perseguições arbitrárias, as práticas de repressão violenta e o autoritarismo personalista de Bernardes como os responsáveis pela contaminação da política externa brasileira. Aproveitou-se da repercussão negativa gerada pelo veto do Brasil à entrada da Alemanha naquela Sociedade, em 1926, que soou como um desafio ao restabelecimento da paz definitiva entre as principais potências. Num momento em que o Brasil se encontrava em embaraçosa evidência, a pena de Macedo atraía a atenção dos intelectuais, da imprensa e dos seus pares na chancelaria em todo o mundo contra o mandonismo imperante nos derradeiros anos da República Velha. A fatídica e infeliz recusa do Brasil, que deu origem à crise internacional, seria apenas um desdobramento natural do estado de sítio que acometia o País, imerso na "crise de criminosa hipertrofia do poder pessoal do seu presidente" (SOARES, 1927a, p. 13). Com a imprensa abafada, as eleições fraldadas, "o regime do Congresso aberto aos compadres [...] o presidente da República dispunha de todos os recursos positivos ou negativos para formar a opinião pública no seu País. O seu programa era lisonjear com uma grande atitude no cenário mundial os sentimentos jacobinos da plebe, excitando ao mesmo tempo a vaidade patriótica das camadas mais cultas, para arrancar aplausos, atenuar a condenação pública a que se expôs deliberadamente [...] o seu governo, pondo de parte o próprio embaixador, lançou um *ultimatum* às nações (SOARES, 1927a, p. 14). Apelando aos desígnios de uma associação como a Sociedade das Nações, fundada em princípios democráticos, contrária aos perigos suscitados pelos governos de exceção e inconstitucionais, Macedo assume plenamente o ideário liberal e pontifica: "Um só, um grande óbice, um grande obstáculo, um único perigo ameaça gravemente as democracias americanas, a Sociedade das Nações e a paz do mundo: a supressão das liberdades públicas nos países governados pela violência. [...] a condição de existência nacional é a defesa invencível das liberdades públicas e privadas. Basta que esta convicção se enraíze na consciência do povo brasileiro e não será jamais possível medrar no Brasil um governo de violências. A salvação está na nossa vontade; ela não poderá falhar nem tardar" (SOARES, 1927a, p. 16-17).

sociais subordinadas ao núcleo hegemônico dos cafeicultores paulistas e mineiros. Sua efetiva incorporação no seio do sistema oligárquico encontrava seus limites numa representação política subordinada à aristocracia do café. O desenvolvimento destes novos grupos, gradual, porém constante, os levou a construir alternativas pautadas sobremodo na reforma jurídico-política do aparelho de Estado, em favor de um liberalismo que não requeria rearranjos profundos. O testemunho de Macedo é paradigmático. Como medidas que ele considera urgentes para o destino do País de então, temos "o voto, a educação do povo e a questão financeira". O voto deveria ser aberto, as eleições protegidas contra qualquer tentativa de fraude, a educação deveria ampliar a representatividade de nosso colégio eleitoral em relação ao efetivo da população, transformando em cidadãos aqueles "eleitores que apenas aprenderam a desenhar a assinatura" (SOARES, 1925, p. 6). Já a questão financeira "pode ser resumida na valorização da moeda, que só é possível com boas finanças. Três são as colunas básicas da reconstrução financeira do País: orçamentos verdadeiros, balança financeira equilibrada e carteira de redesconto, prudentemente manobrada"[392] (SOARES, 1925, p. 7).

A reforma do País, na fórmula enunciada por Macedo, contemplaria o "voto real, a educação do povo e a boa moeda" (SOARES, 1925, p. 8). Ora, além da ênfase na democracia formal, a defesa da moeda forte, obtida através de austeridade e controle das finanças públicas e do equilíbrio tributário, se contrapunha à contínua emissão de moeda e à política inflacionária adotada pelo governo federal para valorizar o café. Tal colocação apenas evidencia aquele mal-estar causado pela integração subordinada de comerciantes e industriais aos desígnios do sistema oligárquico. O que estes grupos desejavam, como mostram as citações e expressões de Macedo Soares, era uma modernização conservadora, que lhes rendesse fatias de mercado, imobilizadas pelo engessamento da política do café, a serem sustentadas através do reaparelhamento dos bancos, "das economias encaminhadas para os caixas dos bancos, permitindo a necessária elasticidade nas operações de crédito" (SOARES, 1925, p. 8), fundamentais à expansão dos setores secundário e terciário da economia nacional[393].

Em função da incorporação, ainda que subordinada, destes grupos ao sistema oligárquico, manifesta-se uma clara dubiedade em seu comportamento político

[392] Aqui nosso homenageado já se mostrava concatenado com a matéria estatística antes do tempo. Ele sabia que somente a estatística poderia aprimorar a governamentalidade, por meio do recurso a registros contábeis, tão necessários ao equilíbrio orçamentário e ao saneamento das finanças.

[393] Em **A borracha**, outra de suas obras produzidas no exílio, sobressaem as bases do ideário de modernização conservadora, preconizado pelo embaixador. O livro conserva grande valor por se tratar de uma análise do declínio da indústria seringueira, que alcançara seu apogeu por volta de 1910, na Amazônia. Uma leitura mais atenta, porém, nos revela sua concepção sobre a política econômica, sua interlocução com a aristocracia fundiária e o setor comercial do País. O dilema ao qual Macedo propõe responder é o da condução da produção da borracha no Brasil, "o *habitat* desse vegetal". Para tanto, recusa tanto a radicalização da intervenção do Estado na produção quanto seu total abandono à iniciativa privada: "prevendo crises, preparando soluções, harmonizando interesses, criando, desenvolvendo ou defendendo a produção, legislando sobre tarifas alfandegárias e sobre assistência em todos os seus aspectos [...] o Estado moderno realiza funções econômicas tão importantes, quanto as suas antigas funções políticas e jurídicas. [...] não devemos chegar aos limites de um 'estatismo' exagerado [...]. A tendência moderna, não há dúvida, é o Estado abandonar os monopólios e entregar à iniciativa privada, sempre que possível, as empresas que estão em suas mãos" (SOARES, 1927b, p. 24-25). Como se vê, o Estado deveria fortalecer e estimular a produção, para então entregá-la a particulares. No caso da borracha, esta diretriz se traduziria no estabelecimento de "um programa nacional de apoio e proteção aos seringalistas e plantadores que, aliás, dispõem de preciosos recursos naturais para a reconquista dos mercados perdidos" (SOARES, 1927b, p. 160-161). A consecução deste plano compreenderia "a organização do crédito agrícola para garantir o custeio dos seringais, [...] correntes imigratórias encaminhadas para os seringais de plantação, [...] transporte fácil e barato, [...] criação de laboratórios de investigação científica e de campos de experiência [...], providências de ordem sanitária para um tratamento mais cuidadoso no preparo da borracha" (SOARES, 1927b, p. 161-162).

e visão de mundo. Como aponta com propriedade Sônia Regina de Mendonça, "se podemos constatar nos representantes dos setores médios críticas efetivas ao regime político – sobretudo ao longo da década de 1920 – também é verdade que seu conteúdo inscrevia-se nos estreitos limites do universo liberal de que partilham, pugnando no máximo pela purificação de seus princípios, sem que isso equivalesse nem à plena realização da democracia, nem à possibilidade de aliança com os demais setores subalternos" (MENDONÇA, 2000a, p. 320).

Com efeito, o repertório normativo adequado à inserção institucional destes grupos será o universo da democracia liberal, com o voto secreto e a ampliação do corpo de eleitores. Não obstante, não há qualquer precipitação no discurso de Macedo, no sentido de ratificar ou suprimir o critério censitário então em voga, silêncio bastante conveniente aos planos de mobilização controlada e de modernização conservadora.

Se as mudanças não deveriam ser profundas, não se dariam por uma via dramática, e sim pela "mão invisível do mercado", na célebre expressão de Adam Smith. O mercado-natureza, aquele capaz de operar a seleção natural do capitalismo. O discurso intelectual destes setores de liberais moderados recorria a categorias que buscavam dar validade e precisão científicas ao universo político da democracia de mercado. O depoimento de Macedo é exemplar: "Em São Paulo, todos nós cogitamos de progredir pela propaganda pacífica das idéias, pela educação e pela evolução natural" (SOARES, 1925, p.20).

A abolição do personalismo na ocupação dos cargos públicos, do mandonismo na política local, dos impasses federativos, do abandono do interior do País, assim como a conquista do respeito às liberdades políticas e às garantias individuais, da responsabilidade de nossos mandatários, da formação de uma sólida opinião pública, de uma burocracia competente e de um judiciário perfilado por juristas de notório saber, compondo um vigoroso e respeitado funcionalismo público, seriam frutos pacíficos do progresso inexorável de nossa nação[394]. E, sendo São Paulo o carro-chefe de nossa economia e de nossa intelectualidade, caberia-lhe o imperativo de cindir a coalizão com Minas Gerais, sustentada unicamente, no entendimento de Macedo, por soluções de compromisso em torno da política atrofiada de valorização do café.

Nestes termos, como poderíamos julgar Macedo Soares, aos olhos daquela viciada estrutura política: "revoltoso" ou "benemérito"? Um dirigente da classe comerciante do principal estado da federação, ciosa de uma representação política condigna de sua crescente importância econômica; um egresso da Escola de Direito de São Paulo, como tal enérgico na defesa de um Estado liberal, como tal adepto do conceito de liberdade condicionado à noção de ordem, como tal antevendo na teoria evolucionista a razão da proeminência e do futuro promissor de São Paulo e o motivo dos escrutínios indeléveis do mercado. Somam-se a suas convicções políticas e forma-

[394] De forma um tanto surpreendente, estes anseios reformistas se comporiam muito bem com a função pedagógica e transformadora que Teixeira de Freitas desenhava para a estatística na mesma época, na direção dos serviços de estatística de Minas Gerais. Uma fina sintonia que predizia a futura identidade de pensamento entre os dois.

ção intelectual suas virtudes pessoais: um homem com uma prodigiosa vocação para prócer, mediando indisposições entre grupos antagônicos e irreconciliáveis, como os rebeldes de Isidoro Dias Lopes e os legalistas, em 1924, ou, futuramente, as graves contendas entre constitucionalistas e partidários de Vargas, em 1932, assim como as querelas envolvendo países bolivarianos, em 1934.

Sugerimos que o episódio da condenação de José Carlos de Macedo Soares no julgamento da revolta militar de 1924 foi, no mínimo, uma excelente oportunidade para os situacionistas do Partido Republicano Paulista, alvo preferencial de suas pesadas críticas. O expediente da condenação permitira neutralizar um contestador, um "revoltoso" *avant la lettre*, que assumia concomitantemente os papéis de intelectual, ao formalizar um sofisticado discurso jurídico sobre a modernização desejável para o País, e político, ao agregar, por força deste discurso e de sua posição social, as camadas comerciantes, industriais e médias, insatisfeitas com sua subrepresentação na estrutura dirigente e com os sucessivos excessos cometidos pelo governo central. Acreditamos que o acontecimento da revolta militar, precipitando a condenação de Macedo, em virtude de investigações de idoneidade duvidosa, rendendo-se às impressões do imediato desmonte da revolta, buscou anular a ameaça suscitada pela atuação combativa de Macedo Soares. Seu livro escrito no exílio, todavia, demonstrou que as feridas estavam longe de cicatrizar e que suas críticas ulteriores seriam ainda mais ácidas. Por tudo isso, o grande diplomata, através de seu discurso intelectual e de sua prática política, foi um dos homens de vanguarda daqueles tumultuados anos 1920, ajudando a sepultar o destino político da Primeira República, perdida em meio à crise de suas falidas instituições.

B) O benemérito

Insatisfeito com o programa de governo da Primeira República e vitimado pelo seu autoritarismo, Macedo optara pelo exílio, o que atestava o desajustamento entre suas convicções e os ditames do cenário político então dominante. O exílio também era sintomático do esgotamento do modelo de integração subordinada dos setores comercial e industrial paulistas, em franca expansão. Conseqüência deste esgotamento e do amadurecimento político dos industriais, comerciantes e seus representantes foi a institucionalização destes últimos em partido, o Partido Democrático de São Paulo, fundado em 1926, em clara oposição à dominação exercida pelo Partido Republicano do Estado.

Este contexto estimulou o retorno de Macedo Soares ao Brasil, que passou a atuar no movimento que lançava a candidatura de Getúlio Vargas à presidência nas eleições de 1930, a Aliança Liberal. Os aliancistas combatiam o candidato do presidente Washington Luís, Júlio Prestes. Datam daí os primeiros contatos de Macedo com Vargas. Com a vitória de Prestes, em março de 1930, se intensificariam as articulações políticas com vistas à deposição de Washington Luís. Em São Paulo, foi o Partido Democrático o promotor da conspiração que se engendrava. E Macedo Soares estava no pelotão de frente. O secretariado revolucionário do estado foi formado em uma

reunião em sua própria casa, a 25 de outubro, ficando Macedo Soares com a pasta do Interior. Foi ele quem liderou a comitiva que recepcionou Vargas, quando de seu desembarque na capital paulista, a 28 daquele mês, além de acompanhar o "chefe da revolução" em seu trajeto até o palácio dos Campos Elísios, após o que Vargas seguiu viagem para o Rio de Janeiro (BELOCH; ABREU, 1984, p. 3229).

Doravante, Macedo não seria mais um "revoltoso", um "subversivo", um agente do estrato dominado ou subordinado da estrutura dirigente. É fácil percebê-lo, caso apliquemos o método sugerido por Pierre Bourdieu para o estudo da trajetória, considerando Macedo Soares no conjunto das relações objetivas que o uniram a outros agentes no espaço político[395]. Assim, quando consideramos o deslocamento de posição na emergência da nova configuração do campo político, torna-se patente a transformação do nosso agente Macedo Soares; um "revoltoso" tornado "benemérito".

Isto quer dizer que Macedo seria um homem forte de Vargas, que foi alçado à condição de "líder revolucionário" e de presidente no governo provisório com a sustentação dos emergentes grupos industriais. Uma política de incentivo à industrialização de base e ao fortalecimento do empresariado nacional, que não descurasse da atenção exigida pelos ainda poderosos cafeicultores, e também capaz de formular um estatuto para a classe trabalhadora, seria a diretriz do governo Vargas, cioso da mobilização destes grupos para a realização de sua empresa de construção do Estado Nacional.

Os intelectuais e os representantes políticos engajados em um projeto de modernização – ainda que muitas vezes elitista e conservadora - seriam convocados a auxiliar na montagem de um Estado que empreendesse políticas de proteção para esferas importantes da vida social – educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio e administração – mostrando-se capazes de sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos (BOMENY, 2001, p. 19). O clamor pelas políticas integracionistas levadas a cabo por um Estado mais centralizado exclamava o desejo destes intelectuais de sair dos particularismos locais das oligarquias tradicionais, desprovidas do sentido público.

Nas primeiras fileiras deste grupo estaria Macedo Soares. Certamente, deve ter visto com gosto a implantação do projeto bipartido de Capanema para a educação. Através dele, constituíam-se trabalhadores, egressos do ensino técnico e primário, conservando-se os altos postos da condução política para a elite, que tinha neste esquema acesso facilitado ao ensino superior. O plano varguista de interiorização do território também seria motivo de regozijo para ele, entretido com reflexões e preocupações políticas em torno da questão da fronteira, como aclararemos detalhadamente neste estudo.

Outras inovações que viriam com a chamada Era Vargas, agraciando as expectativas de José Carlos, foi um conjunto de medidas visando a favorecer o sentido

[395] Bourdieu propõe que se aborde a trajetória "como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações". O autor sustenta que não é possível compreender uma trajetória, isto é, o envelhecimento social, "sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis" (BOURDIEU, 2002, p. 190).

de espírito público, como a formulação e a adoção de regras formais para o acesso à administração e ao funcionalismo. Foram instituídos concursos, planos de carreira e direitos trabalhistas. A ação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP revitalizaria o funcionalismo, ao longo do Estado Novo. O novo regime parecia materializar a antiga fórmula reformista de Macedo, preconizada em seu Justiça: voto real, educação do povo e boa moeda.

Já é lícito nos perguntarmos sobre a importância deste diplomata para o governo getulista. Para um governo que se reputava mediador das contendas da sociedade civil e para uma época que acreditava na utopia de se suprimir o conflito das relações sociais, a virtude conciliadora *in extremis* de Macedo Soares seria muitas vezes apropriada. Tal é verdade tanto para as pacificações internas, caso da revolta constitucionalista paulista, quanto para a nossa diplomacia, na qual se destaca o acordo arquitetado pelo hábil embaixador, que pôs termo à Guerra do Chaco, o principal conflito sul-americano do século XX.

Todavia, embora prestimosos, sabemos que não seriam causa suficiente os talentos pessoais de Macedo Soares para que ele se agigantasse nas diversas administrações que acumulou, no Itamaraty, no IBGE, na ABL, no IHGB, na SGRJ[396] e em outras tantas; todas profundamente marcadas por sua gestão, que lhes trazia tanto prestígio político, a ponto de celebrarem sua memória e reviverem seu legado até os dias de hoje.

A resposta há de ser buscada em outro lugar. Figura de destaque na articulação da revolução de outubro em São Paulo e na estabilização do governo, minimizando as incertezas próprias a um período de exceção, Macedo desempenharia papel crucial na pacificação de São Paulo, após o fracasso do movimento que contestava o prolongamento de um governo não constitucional, a revolta constitucionalista.

Vencidos, os paulistas propuseram um pacote de medidas a ser defendido na constituinte de 1934 que incluía estabelecimento do voto secreto, controle judiciário do processo eleitoral, representação proporcional em uma das câmaras, autonomia dos estados. O pacote foi levado por Macedo Soares à apreciação de Vargas, assim como a lista de candidatos à bancada paulista na constituinte, para a qual Macedo acabaria eleito com 12 000 votos. Nas eleições para a formação da bancada, Macedo obteve de Vargas o afastamento do interventor do estado, Valdomiro Lima, acusado de manipular a máquina administrativa para prejudicar a Chapa Única por São Paulo Unido, liderada por Macedo Soares e composta por republicanos, democráticos e oficiais revolucionários de 1932. Como se vê, este era o grupo que fazia oposição mais ferrenha a Vargas e que reunia os paulistas mais influentes. Vargas, sancionando alvitre de Macedo, nomeou Armando Sales para a interventoria. Macedo, na qualidade de líder da bancada, conseguiu ainda, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, anistia política ampla e readmissão dos funcionários demitidos, suspensos ou transferidos, envolvidos com a revolta de 1932 (BELOCH; ABREU, 1984, p.

[396] Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atual Sociedade Brasileira de Geografia.

3230). Firmava-se, assim, o apoio da bancada a Vargas, por notável intermédio de Macedo Soares.

A partir da leitura do diário do próprio Getúlio, ficamos impressionados com esta dupla investida de Macedo Soares. A pressão pela anistia de todos os envolvidos na revolta paulista denuncia o esforço de proteger suas bases políticas, onde também se concentrava sua vida empresarial. Logo após o sufocamento da revolta, Vargas confidencia: "Recebi o embaixador Macedo Soares [...]. Curioso homem quanto ao caso interno: contrário ao movimento de São Paulo. Deu-lhe sua solidariedade e pensa que tudo deve terminar com uma anistia geral, sem cogitar das causas do seu movimento e de seus responsáveis" (VARGAS, 1995, v. 1, p. 139). Por seu turno, a articulação para mobilizar os políticos paulistas em favor da candidatura de Vargas na constituinte revela a dedicação à causa de Getúlio e da União, iniciativa que sem tardar seria premiada. Referindo-se à então futura assembléia constituinte de 1934, assim se expressa o presidente: "à noite, recebi o Oswaldo e o ex-embaixador Macedo Soares. Este trouxe a notícia da formação da Frente Única Paulista, pronta a colaborar com o governo, garantindo 99% do eleitorado (Legenda Chapa Única por São Paulo Unido)" (VARGAS, 1995, v. 1, p. 200)[397].

O desempenho exímio do papel de articulador angariava para o constituinte o reforço de sua posição de liderança em suas bases eleitorais de São Paulo, enquanto um dos principais representantes dos grupos comerciais e industriais daquela Unidade da federação. Também lhe rendia a profunda admiração de Vargas, seguramente convencido de que, para obter a governabilidade necessária a um governo limitado por garantias individuais e autonomias estaduais previstas pela constituição, precisaria trazer para sua esfera a voz diplomática de Macedo Soares, especialmente no tocante ao difícil trato com os paulistas, feridos em seu orgulho de raízes bandeirantes.

Inserido na estrutura da nova classe dirigente, cedo Macedo Soares se converteria em "benemérito". Em "grande benemérito", diríamos, concordando com a honraria dispensada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1941. Secretário do Interior de São Paulo (1930-31), deputado constituinte (1934), ministro das Relações Exteriores (1934-36), ministro da Justiça (1937), se nos ativermos apenas à política *stricto sensu* (legislativo e executivo) e à Era Vargas. Poderíamos mencionar, ainda, as fortes cogitações ventiladas sobre sua viável pré-candidatura à presidência da República, nas eleições descartadas pelo golpe do Estado Novo.

O regime ditatorial inaugurado em 10 de novembro de 1937, aliás, nos mostra os limites da inserção política de Macedo Soares. Esperançoso em relação às possibilidades presidenciáveis de seu nome, ele já se vira forçado a renunciar ao cargo de ministro das Relações Exteriores, em 31 de dezembro de 1936, pressionado pela contradição entre ser governista e correligionário do partido que lançaria Armando

[397] A bancada, entretanto, evidenciando ressentimentos mal-superados, terminaria por apoiar a candidatura de Borges de Medeiros, que aglutinou a oposição ao chefe do Governo Provisório. Feita a apuração dos votos, Vargas sagrou-se vencedor com 175 votos, contra 59 conquistados por Borges de Medeiros.

Sales como candidato para concorrer com o de Vargas[398]. E o fez, apostando que seria o nome da situação, indicado e apoiado por Getúlio para as eleições do quadriênio 1938-41. Acreditava que canalizaria para si 70% da votação paulista[399]. Seu nome acabou preterido na convenção, recaindo a escolha sobre José Américo de Almeida.

Desanimado com a intempérie, Macedo foi agraciado por Getúlio com o Ministério da Justiça, ciente da necessidade de assegurá-lo na sua mais alta esfera de influência. Em seus diários, em fins de maio de 1937, ele narra o episódio:

> Recebi, quase ao escurecer, o meu ex-ministro Macedo Soares, a quem expliquei as últimas ocorrências sobre a sucessão, porque não fora possível articular seu nome como candidato, e terminei ofecendo-lhe novamente a pasta do Exterior. Respondeu declinando da aceitação, fez considerações de ordem política, reafirmou sua dedicação e apreço por mim e mostrou-se muito preocupado com a política do Estado do Rio e a situação do irmão. Acenei-lhe com a pasta da Justiça, que não lhe desagradou, embora parecesse que na do Trabalho poderia fazer mais política do que na outra. Respondi-lhe que não ia fazer modelação do Ministério (VARGAS, 1995, v. 2, p. 48-49).

Não ficaria, todavia, muito tempo nesta pasta. O destino pregar-lhe-ia mais uma peça. Macedo daria ensejo, ele próprio, ao cenário do golpe de 1937, minando os sonhos eleitorais que porventura ainda alimentasse. O ato de soltura, a 7 de junho, de 408 presos sem processo formado, envolvidos no levante comunista de 1935, tornou-se conhecido popularmente como “a macedada”. Certamente, o gesto teria sido motivado por suas prerrogativas democráticas, já que os presos não tiveram quaisquer garantias processuais, sendo enquadrados como presos políticos. No entanto, a iniciativa encadeou-se a um novo rumo de acontecimentos. A soltura dos presos militantes foi sabiamente manipulada por Vargas, com vistas a favorecer a violenta campanha contra os comunistas e o clima de incerteza e insegurança que a “ameaça comunista” inspirava. Este ambiente abria espaço para a farsa do falacioso Plano Cohen, empreendida em 30 de setembro do mesmo 1937. Tratava-se de um suposto plano de ação comunista contendo instruções da Internacional Comunista para a tomada de poder do Brasil, pela via das armas. O texto do plano, no entanto, nunca foi publicado, a não ser através da divulgação que dele fez o governo. A mensagem oficial, veiculada

[398] Em entrevista à imprensa, nosso biografado assim esclareceu seu pedido de exoneração do ministério: “Não faço, nunca fiz parte, dos órgãos diretórios do Partido Constitucionalista de São Paulo e, por isso, não tenho o direito de ser, obrigatoriamente, consultado nas graves deliberações políticas que essa agremiação possa tomar. Não sou ministro tomado de um partido, mas distinguido pessoalmente pela confiança do Sr. Presidente da República [...]. Entretanto, sou o grande, o principal responsável na generosa, inteligente e patriótica política do Sr. Presidente da República em relação a São Paulo, depois do movimento de 1932 [...]. Fui eu o pacificador de São Paulo, fui eu quem afrontou a mais amarga onda de ressentimentos de seus conterrâneos, na convicção sincera de melhor servi-los. Fui eu quem levou ao Rio de Janeiro [...] o interventor civil e paulista, fui eu o fiador de seu governo [...]. Esse sentido do bem coletivo paulista já o manifestei várias vezes no sofrimento e no sacrifício em 1924, em 1932 – ninguém dele pode duvidar [...]. Recebendo, de amigos, notícias fundamentalmente contraditórias sobre as conseqüências de gravíssimas deliberações do Partido Constitucionalista, tomadas à revelia, senão contra a política federal, com a que tinha sido até então solidário, confiei ao próprio Sr. Getúlio Vargas, pondo-lhe a Pasta à disposição, que me dissesse quando, na divergência com o Partido Constitucionalista, a minha presença no governo o pudesse politicamente constranger [...]. Há, pois, uma divergência entre o governo federal e a política constitucionalista. Eu não podia continuar na Pasta, embaraçando o governo de que fiz parte [...]. Fora e acima de paixões, de pessoas e facções continuo solidário com a magnânima política do Sr. Getúlio Vargas – prudente, tolerante, justa, necessária à ordem pública, conveniente ao trabalho, à prosperidade e à grandeza de São Paulo e do Brasil” (O RADICAL apud AMARAL, 1983, p. 138-140).

[399] Em seus diários, escreve o então chefe do governo provisório, a 11 de março de 1937: “À noite, recebi o Macedo Soares (José Carlos). Segue amanhã para São Paulo. Está entusiasmado com a sua possível candidatura e assegura que terá 70% da votação paulista. Foi conversar com o governador, informar-se da situação e trazer-me notícias” (VARGAS, 1995, v. 2, p. 25).

na imprensa no dia seguinte ao anúncio do suposto plano, foi redigida de punho do próprio Macedo Soares, e reivindicava a decretação de "estado de guerra" para dar combate às ameaças golpistas. O estreitamento das garantias constitucionais, resultante da aprovação legislativa do decreto sobre o "estado de guerra" por 90 dias, forneceu os mecanismos institucionais para a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Apenas cinco dias antes do fechamento do Congresso e da abolição dos partidos, Macedo pedira exoneração da pasta da Justiça, decisão baseada no conhecimento sobre a conspiração em curso[400]. Ele não compactuaria com o regime de exceção. Ao contrário da revolução de outubro, não havia novas forças sociais em jogo, apenas oportunismo político. Nada que justificasse qualquer anuviamento de suas sólidas convicções liberais.

Macedo Soares não tinha como fugir das relações objetivas que o definiam enquanto agente político. Suas bases eleitorais e os grupos de que se fazia representante eram liberais. A preservação da democracia seria vital tanto para suas ambições pessoais quanto para o programa político sustentado por seu Partido Constitucionalista. Mesmo para um homem de fronteiras era vedado se furtar a certas alianças e compromissos tão caros ao campo político. Sua clarividência lhe predispunha a saber a hora de se afastar do palco da cena política. Naquele 10 de novembro, sepultava-se o sonho de um dia morar no Palácio do Catete. Getúlio se instaurava como ditador, posição que não deixaria tão cedo. Macedo o sabia.

A falência das maiores ambições políticas, o comprometimento com suas bases e com seu ideário liberal talvez sejam motivos para o isolamento dos altos escalões da vida política nacional, ao longo de todo o Estado Novo. Isolamento do político acompanhado do brilhantismo do intelectual, que despontaria no mesmo período. Sua vida pessoal já desfrutava de seus êxitos políticos, de seu espírito empreendedor, de sua intelectualidade. Em dezembro de 1938, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, da qual viria a ser presidente, em 1942, reeleito para o ano seguinte. Um ano depois, tornar-se-ia presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como se verá detidamente neste capítulo.

À época da redemocratização, Macedo voltaria à atuação política em grande estilo. Foi interventor em São Paulo, no governo de José Linhares e de Dutra, destacando-se pelo empenho em estabilizar as instituições democráticas no estado e em garantir a lisura e a transparência das eleições para o governo, perfeitamente supervisionadas pelo judiciário. Deixou o posto em 1947, cedendo lugar ao novo governador escolhido pelas urnas, Adhemar de Barros[401]. Nomeado novamente para a

[400] Francisco Campos seria seu sucessor no ministério. Sabe-se que teve grande ingerência na elaboração do texto da constituição do Estado Novo, conhecida como "a polaca".

[401] Na interventoria do estado, seria o responsável pelo retorno de Sérgio Buarque de Holanda a São Paulo, ao admiti-lo na direção do Museu Paulista, no Ipiranga. Indiretamente, portanto, Macedo foi o responsável pelas conquistas de Sérgio Buarque de Holanda no comando do Museu: ampliação das atividades, criação das seções de história, etnologia, numismática e lingüística. Ver: SERGIO Buarque de Holanda: 100 anos. Campinas: Unicamp, [2006?]. Disponível em:<www.unicamp.br/siarq/ sbh/index.html>. Acesso em: 12 abr. 2006.

pasta das Relações Exteriores pelo presidente em exercício Nereu Ramos, em novembro de 1955, Soares seria mantido por Kubitschek no cargo até julho de 1958, quando se verificou mais um episódio que nos apresenta as filiações políticas e a coerência ideológica de Macedo Soares, o último de sua vida pública e de nossa análise.



Soldados da Guerra do Chaco.

O projeto desenvolvimentista de JK para o Brasil passava pela adaptação do alinhamento internacional do País aos quadros da Guerra Fria. O modelo pragmático de desenvolvimento, abrindo a economia ao investimento do capital estrangeiro, embora ideologicamente afinado com a política americana, não poderia abrir mão da reaproximação comercial com a União Soviética. Em 1957, parecia um contra-senso que, das grandes nações do mundo, o Brasil fosse o único país a não manter relações com a URSS, em seu esforço de manter um diálogo crescente com o Ocidente, após a desestalinização.

Oswaldo Aranha, chefe da delegação brasileira à ONU, divergiu frontalmente das opiniões da chancelaria a propósito das relações entre Brasil e URSS. Mobilizou a favor do reatamento os setores mais dinamizados da economia e diretamente ligados à exportação, em concordância com o posicionamento dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. A polarização da época colocava a pauta em termos de “nacionalismo” ou “entreguismo”, o que naturalmente atraía a opinião pública. Um insucesso na defesa de suas posições contrárias ao reatamento por parte dos órgãos hegemônicos na matéria, como o Itamaraty e os ministérios Militares, certamente levaria a um desgaste insustentável. Especialmente porque, já nos primeiros meses de 1958, a clivagem se refletiu com intensidade na Câmara e no Senado, com os parlamentares se posicionando de forma incisiva.

Foi o que aconteceu com o chanceler Macedo Soares que, em seu arraigado liberalismo e relutância conservadora, rejeitou qualquer aproximação com os soviéticos, mesmo comercial. Com efeito, continuaria fiel ao alinhamento irrestrito de nossa diplomacia com os Estados Unidos, em deferência à tradição instituída por Rio Branco. De acordo com Gerson Moura,

> As articulações políticas visando impedir o reatamento, nas quais o ministro das Relações Exteriores parece haver exercido relevante papel, começaram a enfrentar opositores crescentes não apenas na opinião pública, mas no interior do próprio aparelho de Estado, de modo que acabou-se por fixar uma linha de defesa da idéia de reatamento de relações econômicas, evitando-se porém o reatamento de relações diplomáticas. Após um longuíssimo processo de maturação, a fórmula acabou se tornando vitoriosa – o que se compunha bem com o interesse pragmático primordial do modelo desenvolvimentista de JK (MOURA, 2002, p. 61).

Macedo havia, enfim, feito a escolha errada. Porém, bastante coerente com as idéias que sempre compuseram seu repertório político, algumas já enunciadas em seu **Justiça**, no longínquo ano 1925. Saiu muito desgastado do acontecimento que descrevemos. Nossa hipótese é a de que o evento que pontuou sua carreira no Itamaraty, no qual se sentiu destratado por ter sido preterido como emissário da carta de Kubitschek a Eisenhower,[402] foi apenas um rompante aguardado para uma retirada mais lúcida da cena política[403]. Desta vez, em definitivo.

Um homem de Rio Branco

A atuação diplomática de José Carlos de Macedo Soares, duas vezes Ministro das Relações Exteriores (1934-1937 e 1955-58), e embaixador por longos anos de sua vida, foi a que mais especialmente o notabilizou. No Itamaraty, ele pôde exercer sua maior virtude, a de conciliador. Como diplomata, foi o seu desempenho como agente pacificador da Revolta Constitucionalista de São Paulo que o credenciou aos olhos de Vargas, levando este a sagrá-lo seu chanceler, em julho de 1934. Ainda como embaixador, foi chefe da delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, em Genebra, em 1932, onde seu desempenho foi elogiado pelo presidente americano Hoover. Foi novamente chefe de nossa delegação presente à XVI Conferência Internacional do Trabalho, além de representar o Brasil no Conselho de Administração do Bureau Internacional do Trabalho e nas homenagens prestadas em Roma à memória de Giuseppe Garibaldi, no cinqüentenário de sua morte.

A virtude mediadora, outrora encetada na pacificação de São Paulo, revelaria o gênio diplomático responsável pelos acordos que levaram à cessação da Guerra do Chaco e o ideólogo visionário, que antevia na aproximação do Brasil com seus congêneres latinos o imperativo do futuro no cenário de nossas relações internacionais. Nesse sentido, o período 1934 a 1937 é de particular relevância para a política externa brasileira, reunindo temas como conferências pela paz no continente, focadas no drama do Chaco, petróleo boliviano, implantação da siderurgia no Brasil, transportes rodoviário e portuário. Em outras palavras, a busca da integração econômica com nossos países vizinhos e o estabelecimento do Brasil, ao lado da Argentina, como o grande articulador político da América do Sul. Se o Brasil de hoje desponta como

---

402 Trata-se de carta de autoria de Kubitscheck endereçada a Eisenhower. Nela, JK sugeria a formalização de uma nova política dos EUA para a América Latina, por meio da adoção de um programa que favorecesse o desenvolvimento multilateral da América Latina a longo prazo. A carta foi enviada por Vítor Nunes Leal, então chefe do gabinete civil, e intermediada pela embaixada brasileira em Washington, sem que houvesse consulta prévia ao Itamaraty. Sentindo-se desprestigiado, Macedo pediu seu desligamento das Relações Exteriores (BELOCH; ABREU, 1984, p. 3233).

403 Em carta de 25 de junho de 1958, na qual se despede de seu ministro demissionário, o presidente Juscelino Kubitschek assim responde ao apelo de exoneração: "É com verdadeiro pesar que vejo afastar-se desse posto depois de mais de dois anos de convívio cotidiano, que permanecerá para mim como uma das melhores recordações, porque me proporcionou o ensejo de privar com uma das expressões mais eminentes do cenário nacional, com um homem público invariavelmente votado ao propósito de manter e prestigiar as tradições da diplomacia brasileira, como ideal de convivência e de aproximação dos povos. Sob este aspecto, especialmente, a obra realizada pelo ilustre amigo como ministro das Relações Exteriores representa um justo motivo de orgulho para a coletividade e avultará certamente para o futuro, em todo o seu significado, como expressão das excepcionais qualidades de seu espírito e da alta inspiração que preside a todos os atos de sua nobre vida, sempre dedicada ao Brasil e aos interesses de sua maior projeção internacional. [...] sua personalidade constitui uma dessas reservas de que o país não pode prescindir e dela certamente se valerá muitas vezes, em novas oportunidades [...]. Receba o prezado e eminente amigo, com os meus votos pela sua felicidade, a expressão de minha estima e sincera admiração. Cordialmente, Juscelino Kubitschek" (AMARAL, 1983, p. 155-56).

agente estabilizador de todas as históricas rivalidades emergentes na região, graças ao reconhecimento de sua capacidade mediadora, e se o esforço atual é o de traduzir e consolidar politicamente sua hegemonia econômica regional – há quem diga que, para tanto, o Mercosul é um obstáculo –, a legitimação pela tradição deve remontar ao gênio diplomático de José Carlos de Macedo Soares.

Comecemos pela dimensão política, centrada em torno da questão do Chaco. Havemos de lembrar que o Brasil não compunha o seleto grupo de países da Liga das Nações[404]. Foi a própria entidade que, reconhecendo a importância geopolítica do Brasil, solicitou sua intervenção para apaziguar as animosidades entre Paraguai, Chile e Bolívia, atinentes ao território do Chaco. Em carta ao consulado de Genebra, Macedo responde ao convite:

> O Brasil não sendo membro da Sociedade das Nações, não desejaria fazer parte de nenhuma Comissão constituída pela Sociedade das Nações. Entretanto, diante do novo convite da Sociedade das Nações para o Brasil representar-se nas comissões para a solução do conflito do Chaco e insistentes apelos dos governos sul-americanos, principalmente do Paraguai e da Bolívia para não recusarmos a nossa colaboração e tendo em vista, principalmente, que a atitude do Brasil poderia facilitar a aceitação das recomendações da Sociedade das Nações por parte dos beligerantes e, no momento, alcançar a cessação imediata das hostilidades [...], resolvemos nos dirigir aos governos do Paraguai e da Bolívia, declarando-lhes que o Brasil se disporia a participar da Comissão Neutral de Controle da Conferência da Paz de Buenos Aires (MOREIRA; BRANCATO, 2003, p. 17).

O País passaria a coordenar uma ação conjunta com os Estados Unidos, através de suas embaixadas, no esforço de pacificação da região. O empreendimento, sem dúvida, ajudaria o Brasil a projetar para o mundo uma imagem de primazia na América do Sul, ao mesmo tempo em que o alinhava no eixo norte-americano, quanto à política internacional.

Sabemos que o Brasil de Getúlio conservaria uma posição neutra no cenário mundial, marcado pela polarização cada vez maior entre as democracias liberais e regimes alternativos, todos com Estado forte e economia planejada, do comunismo ao nazi-fascismo, sem esquecer as repúblicas populistas da América Latina. Vargas soube, aliás, obter vantagens diversas da opção pela neutralidade, cedendo, afinal, após o ingresso norte-americano na guerra. Entretanto, esta neutralidade não se encontraria ameaçada pela adoção de uma atitude de liderança na América do Sul. As condições eram favoráveis. O Brasil parecia apenas atender aos insistentes apelos da comunidade internacional, quando, na verdade, se projetava como nação e dava início a uma nova fase de cooperação e integração com os países bolivarianos. O modelo liberal-democrata era falho e sua crítica, lugar comum. Já no governo provisório de Vargas

[404] Criada após a Primeira Grande Guerra (1914-18), a Liga das Nações deveria garantir a estabilidade das relações internacionais no globo, evitando que um Estado disparasse na corrida armamentista, o que prejudicaria a sua proposta de favorecer o equilíbrio entre as unidades nacionais. Embora idealizada pelo presidente Wilson, o veto do senado norte-americano ao ingresso do país acabou por esvaziar politicamente a entidade, que nunca chegou a angariar autoridade inconteste para implementar suas decisões. O Brasil filiou-se como membro da Sociedade, seguindo o paradigma de alinhamento com os EUA, alavancado por Rio Branco. Entretanto, nossa chancelaria não demorou a se impacientar com a relutância dos EUA em aderirem à Sociedade das Nações, dela retirando-se em 1925, durante o governo Arthur Bernardes. A profunda polêmica, originada da discutível opção do governo, resultou em severas críticas a Bernardes, que se somaram às já existentes sobre sua falaciosa administração. Já vimos o quanto as críticas de Macedo Soares contribuíram nesta direção, com destaque para o seu: **O Brasil e a sociedade das nações**, redigido no calor do momento.

se associava a malfadada República Oligárquica, com seu crônico problema do federalismo, aos insucessos da democracia formal brasileira, inspirada no exemplo ianque. O modelo brasileiro de relações internacionais não escaparia a esta crítica, levando alguns espíritos mais sagazes a valorizar os países vizinhos, que partilhavam com o Brasil o infortúnio do colonizado. Tal alternativa era favorecida também pela agenda política da Era Vargas, que se lançava no desafio de construir o Estado Nacional e assegurar a colonização do território. Ora, a interiorização do país estimulava o pensamento de um conceito-chave: a fronteira.



Folha de rosto de "Fronteiras do Brasil no regime colonial", 1939.

De fato, a idéia de fronteira permeia todo pensamento e atuação de Macedo Soares nos vários níveis do poder. Desde sua produção bibliográfica, que se destaca por **Fronteiras do Brasil no regime colonial,** até a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão que, à época, deveria mapear os limites do Território Nacional, produzir números sobre sua população e suas atividades e definir as estratégias de sua ocupação. No Ministério das Relações Exteriores, Macedo provavelmente já gestava o referencial teórico com o qual abordaria o conceito de fronteira em sua obra máxima. O conceito e a obra serão alvos de nossa atenção em outras seções. O que importa sublinhar por ora é a vinculação da idéia de fronteira ao novo modelo de relações internacionais de que Macedo foi notável precursor, à frente do Ministério das Relações Exteriores. O ministro iniciou uma nova fase na política internacional. Desde Rio Branco, nosso eixo de relações internacionais alinhou-se com os Estados Unidos, sendo a partir daí considerado prioritário para o futuro promissor do País. Macedo Soares, sem romper com a tradição sagrada pelo Itamaraty, deu início a um fértil diálogo com nossos países vizinhos, acreditando nas vantagens de se instituir programas social e cultural, e mesmo planos comuns de ação para a revitalização econômica.

Seria demais reduzir o gênio diplomático de Macedo a uma variável do projeto varguista de construção do Estado Nacional. Não há como negar que as condições históricas eram favoráveis. Não obstante, o quadro administrativo do governo não era um monobloco, unívoco em suas concepções e deliberações, somente por serem homens de confiança de Getúlio Vargas. Em correspondência endereçada a Macedo, de janeiro de 1935, Oswaldo Aranha, ex-Ministro da Fazenda, embaixador nos Estados Unidos e futuro sucessor de Macedo nas Relações Exteriores, lhe confidencia sua indiferença e quase desapreço pela iniciativa de Macedo Soares em postular o papel de liderança para o Brasil na mediação internacional sobre a questão do Chaco, envolvendo os países beligerantes:

> Notei que o amigo não ficou satisfeito com a minha impressão sobre este assunto. Confesso-lhe que só me inspira, em tudo que lhe mando dizer, o dever de

> servir ao meu País e o de corresponder à sua confiança e amizade [...]. Tenho para mim que quanto mais afastados deste assunto, mais influência teremos na hora decisiva. Por ora, acho que é deixar a Liga e seus associados americanos discutir o caso e atolarem-se cada vez mais neste banhadal. Nem por isso deixo de aplaudir seus esforços e, creio mesmo, ninguém esteve mais perto de um resultado feliz do que o Itamaraty sob sua direção. Mas, seria uma falta minha funcional e pessoal se deixasse de dizer-lhe que acho preferível, dada a atitude argentina, - que o amigo sente e vê com segurança – tratarmos de, com habilidade, tomar distância para melhor agirmos na hora em que eles se virem forçados a pedir, novamente, a nossa colaboração, porque sem o Brasil nada é possível fazer. Tenho receios da atitude do Paraguai, da sua supermilitarização, do fato de ser uma província militar argentina, e do seu predomínio, chegada a hora da paz com a Bolívia, de vir a criar-nos sérios embaraços (MOREIRA; BRANCATO, 2003, p. 56-57).

Conforme se depreende da leitura da carta, Aranha desaprova a política de Macedo Soares. Ele prefere a unilateralidade brasileira, manifesta no recuo inicial em relação às negociações de paz, seguida do ingresso mediador do Brasil, somente quando ficassem evidenciadas as impossibilidades dos portenhos, então os principais articuladores das tratativas, para a realização da empreitada. Macedo, ao contrário, sabia que para que o País assumisse a liderança diplomática regional, fundando uma tradição mediadora de que tanto nos valeríamos depois, era preciso que adentrasse na arena das negociações desde o primeiro instante, sem escusar-se de compromissos e requisições internacionais. Requisições que a própria Sociedade das Nações, assim como os EUA, já haviam feito.

A opção de Soares se mostrou mais que vitoriosa. Depois de sucessivas tentativas para desmobilizar as nações em conflito, nada menos de 17 investidas malogradas, coube a Macedo convidar os chanceleres dos países desavindos para juntar-se ao grupo de Argentina, Brasil, Chile e Peru. Iniciava-se com Macedo uma nova etapa no diálogo, vencendo-se os atritos e as suspicácias dos envolvidos, ao garantir-lhes participação ativa. Enfim, seria assinado o "Protocolo de Paz do Chaco", em 12 de junho de 1935, pondo termo à guerra entre Paraguai e Bolívia, que durava já mais de três anos. Macedo Soares regressava ao Brasil, com as honras de "chanceler da paz", aclamação da imprensa e festejos preparados pelo governo[405]. Era, certamente, o ápice de sua carreira política. Ápice somente numa visão retrospectiva, pois, em virtude de seus sucessos pessoais, o nome de Macedo alçaria vôos ainda mais altos, circulando como eventual sucessor de Getúlio na corrida presidencial do quadriênio 1938-1941. A Convenção Nacional preferiu, todavia, José Américo de Almeida, fato que deixou o ministro muito frustrado, conforme vimos anteriormente.

Na arguta visão de Macedo, as condições políticas estavam dadas e eram favoráveis não apenas ao entendimento entre os países beligerantes, mas à obra de propaganda da política externa do governo Vargas. Um governo que, para criar e difundir uma imagem de nação, para fundar núcleos de colonização no interior, como

405 A este respeito, é expressiva a nota de Getúlio em seus diários. Ao ser interpelado pelo ex-deputado Solano da Cunha, ele afirma, em 13 de junho daquele ano: "contou-me que preparavam uma recepção festiva ao Macedo Soares. Eles e outros pensavam em associar-me a essa manifestações, desde que eu estivesse disposto a aguardar no Catete a chegada do Ministro do Exterior, onde seríamos saudados. Respondi-lhe que reputava justas as demonstrações projetadas ao Ministro do Exterior, e que também me associaria às mesmas, aguardando-o no Catete, como desejavam" (VARGAS, 1995, v. 1, p. 396). Seis dias depois, novas assertivas de Getúlio, em seu diário, dão conta de que o tempo transcorrido em nada diminuíra as expectativas populares e dos jornalistas quanto ao retorno do "chanceler da paz": "grandes manifestações populares organizadas por uma comissão de jornalistas e com o apoio e colaboração do governo receberam o ministro Macedo Soares, que regressou de Buenos Aires a bordo do cruzado argentino 25 de maio" (VARGAS, 1995, v. 1, p. 397).

Goiânia, para, enfim, apropriar-se de toda a ação e de todo o discurso sobre o espaço brasileiro[406], deveria redefinir a noção de fronteira com a qual operaria. Neste sentido, a contribuição de Macedo Soares, sistematizada anos depois em **Fronteiras do Brasil no regime colonial,** se revelaria essencial: a fronteira deixava de ser um acidente natural, tornando-se para Macedo uma realidade jurídico-política e cultural. Era, portanto, fundamental a promoção da integração do território, trazer e fixar o poder central nas áreas mais afastadas, criar um discurso intelectual sobre este espaço – tarefa que coube notadamente ao IBGE, não por acaso também presidido por Macedo - para que se pudesse conhecer nossas fronteiras. Traduzindo para nossas relações internacionais, a unidade nacional transformaria a fronteira de limite jurisdicional e territorial do Estado para convite à cooperação entre países vizinhos, fundada na identificação de heranças culturais e de problemas sociais comuns, base para planejamentos alternativos de desenvolvimento regional – como se pretende ser hoje o Mercosul.

Poderíamos citar outras importantes realizações de Macedo Soares no encargo do Ministério, todas com o mesmo espírito de aproximação política econômica dos países sul-americanos. É o caso da exploração dos terrenos bolivianos de petróleo. A atuação de Macedo Soares garantiu concessões para a exploração brasileira da zona petrolífera daquele país. O transporte do combustível fóssil se faria a partir de Corumbá e da bacia do Amazonas (MOREIRA; BRANCATO, 2003, p. 100-101). Como se vê, a fronteira surge, uma vez mais, como dispositivo de interiorização e integração, e não mais como simples limite físico e jurisdicional.

Outra medida com vistas à integração com os países hispânicos, desta vez de natureza cultural, foi o convênio entre Brasil e Argentina para a revisão dos textos de história e geografia. O objetivo aqui é o de reconstituir, na abordagem pedagógica destas disciplinas, uma origem e um patrimônio comuns, expressando assim a idéia de uma identidade e um povo americanos. De igual modo, esvaziar da textura destas disciplinas os conflitos internos e os discursos históricos que pudessem concorrer com a imagem de unidade e coesão de ambas as nações. Macedo Soares ratificou o acordo e dedicou-se a garantir as condições de sua realização. A comissão por ele nomeada para dar cabo das revisões textuais incluía nomes como Delgado de Carvalho, Pedro Calmon e Roquette Pinto, algumas das maiores autoridades nacionais no assunto (MOREIRA; BRANCATO, 2003, p. 67-68). Não menos importante para o espírito de harmonização da agenda dos países sul-americanos em matéria de política internacional foi a sua visita ao Equador, a primeira de um chanceler brasileiro naquelas terras[407].

---

406 O discurso intelectual sobre o espaço seria eficazmente elaborado para avalizar a ocupação do território e a defesa de suas fronteiras. Nesse sentido, se relacionaria amplamente com um conceito autoritário caro ao determinismo espacial da época: o de "espaço vital". O conceito faz referência ao espaço "natural" destinado a um Estado-Nação para o pleno desenvolvimento de sua população e de suas potencialidades naturais, sem o que não poderia florescer a "verdadeira" consciência nacional. De maneira cristalina, o "espaço vital" informava uma clara política expansionista. Foi idéia bastante acionada pela *intelligentsia* da Alemanha Hitlerista e, em menor intensidade, pelos quadros intelectuais do Estado Novo, durante a campanha da "marcha para o oeste".

407 Uma importante medida à frente deste ministério se deu na contenção do levante planejado por Moscou junto às lideranças comunistas locais, especialmente Carlos Prestes, conhecido como "intentona comunista". Pouco antes da eclosão do movimento, em novembro de 1935, Macedo Soares recebera informações do serviço de inteligência do governo inglês acerca da penetração no Brasil de Harry Berger, encarregado pela Internacional Comunista de atuar na América Latina. As informações foram repassadas a Filinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal, que encabeçou a repressão ao levante. Mais tarde, ele próprio seria o responsável pelas visitas a Berger e Prestes, a fim de verificar o tratamento que recebiam na prisão (BELOCH; ABREU, 1984, p. 3231).

Já podemos ver, em breves pinceladas, como foram inestimáveis os serviços prestados pelo embaixador Macedo Soares, um homem de Rio Branco e de Vargas, ao projeto de construção do Estado Nacional. Além de oferecer subsídios intelectuais à noção de fronteira, tão cara aos princípios funcionalistas da ciência e da ideologia daqueles tempos, a atuação singular de Soares no Ministério das Relações Exteriores rendeu a ele o título de "chanceler da paz"; ao governo Vargas, uma propaganda exitosa sobre os rumos que o País tomava; e ao futuro do Brasil, uma tradição de liderança na América do Sul, muitas vezes evocada para justificar as pretensões hegemônicas do Brasil na região.

A vida intelectual: no IHGB, na ABL e na SGRJ

Tempos de Estado Novo. Com o governo ditatorial instaurado em 10 de novembro de 1937, inicia-se um período de extrema fertilidade na produção intelectual de Macedo Soares. Interrompe-se um ciclo político, graças às divergências ideológicas deste democrata convicto, pouco afeito a compactuar num regime de exceção, talvez mesmo ressentido com as impossibilidades de suas ambições políticas, enquanto descortina-se um brilhante horizonte intelectual para o festejado embaixador da paz.

Macedo era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qualidade de sócio-correspondente, desde 1921, quando **Falsos troféus de Ituzaingo**, seu primeiro trabalho, foi reconhecido como tese original para a historiografia da época, destacando-se desde já o traço indelével de sua extensa bibliografia: a precisão e o escopo do corpo documental, a acuidade da análise, sustentada por consistente compilação de fontes, de grande utilidade para o manejo dos historiadores e estudiosos em geral. Pedro Lessa é o primeiro a vaticinar, naquele 1921, os prodígios de Macedo Soares: "o distinto brasileiro revela excelentes qualidades de investigador dos fatos históricos, segurança e precisão em seus estudos e grande erudição na matéria" (CORRÊA FILHO, 1963b, p. 80).

Passaram-se os anos. Anos de descalabros e ressentimentos da revolta militar de São Paulo e do exílio, anos de incerteza e de esperança como os da revolução de outubro e do governo provisório, anos de inquietude e apreensão da revolta constitucionalista e das animosidades paulistas, contornadas pelo gênio diplomático de Macedo Soares que, por fim, lhe rendeu anos de glória a partir da investidura de chanceler, o "da paz".

Sua única atribuição política, àquela altura do ano de 1939, era a presidência do IBGE, a qual exercia com muito esmero e eficiência. Não obstante, desligado das exigentes atividades dos altos escalões da política, se agigantaria a face do saber de Macedo. Este ano foi cabalístico para sua trajetória intelectual. Foi quando publicou **Fronteiras do Brasil no regime colonial,** obra de raro fôlego de erudição e pesquisa, sustentada em ampla documentação. O livro de 200 páginas consta de uma introdução da bula de Alexandre VI, do Tratado de Tordesilhas, do recuo do meridiano de demarcação, do Tratado de Utrecht de 1713, da fixação jurídica da configuração territorial do Brasil, do Tratado de Santo Ildefonso, da incorporação da província cis-



Sob o olhar atento de Pedro II, na sede do IHGB, o presidente Macedo Soares, [s.d.].

platina, das fronteiras do Brasil em 1822 e de bibliografia extensa e séria (SILVA, 1985a, p. 178). Em outras palavras, trata-se de obra sobre a formação geográfica de nosso País, estudo bastante oportuno para um tempo como o da Era Vargas. Afinal, se a fronteira não é um limite natural para o País, mas sim uma realidade social, como o quer Soares, é urgente a ocupação efetiva do território. Esta é a função política da sua contribuição intelectual.

Fronteiras do Brasil no regime colonial foi, na verdade, um estudo apresentado ao Congresso de História Nacional, em homenagem ao centenário do IHGB. A obra, considerada até hoje uma das principais já feitas sobre fontes territoriais no Brasil, pelo escopo e abundância de documentação, somaria às suas credenciais a chancela do Instituto Histórico. Não por menos, no mesmo ano Macedo Soares seria sagrado seu sócio benemérito e, depois, grande benemérito. Em 8 de dezembro de 1940, foi eleito, por unanimidade, presidente do IHGB, tornando-se seu presidente perpétuo no ano seguinte. Na solenidade, assim disse o orador oficial, eminente historiador e jurista, Pedro Calmon:

> Homem de Estado, que se consagra às pesquisas desinteressadas, como lhe permite uma carreira profusa de serviços ao País no interior e no estrangeiro; publicista e estudioso dos problemas brasileiros; diplomata, economista, historiador; tendo sido ministro, embaixador, chanceler, sem esquecer , nos postos dominantes, as preocupações de cultura que pacifica os povos e os dignifica, **na ação multiforme e no pensamento**, na vida prática e na sua vasta influência intelectual, V. Exa. Sr. Presidente, conservou íntegra, manteve incorrupta a fé no Brasil. É palpitante documento disto o livro precioso que ainda há pouco nos deu sobre as transformações político-geográficas da nacionalidade – síntese da sua formação territorial (CORRÊA FILHO, 1963b, p. 85, grifo nosso).

A referência a **Fronteiras** é clara. Já falamos um tanto sobre a "ação multiforme" de Macedo Soares. Vimos que o seu inovador conceito de fronteira, apresentado na obra em questão, não poderia ter sido gestado e amadurecido sem sua brilhante passagem pelo Itamaraty, onde foi pioneiro ao promover um conjunto de medidas visando à cooperação entre os países sul-americanos, e pelo IBGE, em sua função de conhecer e sistematizar as informações sobre o território brasileiro, buscando criar as condições para sua integral ocupação. Uma vez mais, pensamento e ação se retroalimentam de forma ímpar na carreira deste homem público. Sem dúvida, Macedo soube tirar proveito deste enlace entre ação e criação, logrando títulos e honras.

Não seria diferente na Academia Brasileira de Letras. Em dezembro de 1937 foi eleito para ocupar a cadeira 12, cujo patrono era França Júnior[408] e o fundador

[408] França Júnior (1838-1890) foi jornalista e comediógrafo. Importante no painel crítico do Rio de Janeiro do fim do século XIX, foi pioneiro ao introduzir no teatro a agilidade das falas curtas, as peças em um ato e a linguagem coloquial. Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acadêmicos. Rio de Janeiro, [2006]. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

Urbano Duarte[409]. Coube a Macedo Soares, recebido por Ataulfo de Paiva[410], suceder ao jornalista Vítor Viana[411]. Em seu discurso de posse, sobressai a crítica à especialização irrestrita entre as exigências da arte política e as do ofício técnico, traçando um diagnóstico bastante preciso para uma época que não conheceu uma tecnocracia informacional como a nossa. São taxativas suas considerações:

> A especialização é a compartimentação do cérebro, é o encerramento das idéias em células estanques, limitando a inteligência ao seu objeto direto e invariável. Ora, a política é a adivinhação, a improvisação, o sentido do geral, o gosto do passional, e por tudo isso o contrário da disciplina do espírito, cuja absorvente aplicação leva aos píncaros da ciência. O técnico é, pois, a negação do político; o político floresce na praça pública, o técnico isola-se no laboratório. Mas a civilização da máquina havia de sugerir o seu grande instrumento que é a técnica, como capaz de habilidade universal de resolver os problemas de governo das sociedades humanas; e por isso apresentou o técnico como o substituto do político (SILVA, 1985a, p. 176).

Palavras de um áugure. Macedo já antevia, com clareza assombrosa, a emergência do técnico e, com ele, a fixação cada vez maior das competências, dos discursos autorizados pelo saber técnico-científico. Anunciava a relação de dependência dos novos governos em relação à figura do técnico. Esta última seria o vetor da penetração do Estado nas longínquas regiões do território dos países, na mobilização conjunta da vida dos seus cidadãos[412]. Na fala em destaque, Macedo contrapõe as duas subjetividades e sociabilidades: a do técnico, "isolado em laboratório", e a do político, que "floresce na praça pública". Denunciava, com as sutilezas de seu gênio, a expropriação da autoridade do político pelo saber exclusivista e meramente competente do técnico, desligado das reverberações da viva realidade social. Nutria uma desconfiança pelo que chamava "a demagogia do técnico": "O técnico é, pois, a negação do político".

Cabe mais uma vez a evocação da expressão "homem de fronteiras" para Macedo Soares, um conciliador de termos antitéticos. Era, afinal, um destes últimos representantes de políticos generalistas, de sólida formação cultural. Em sua atividade política, predominava o pragmatismo, ancorado nos valores humanistas que recebera e que pautavam sua atuação como sociólogo, historiador e geógrafo; como letrado.

---

409 Urbano Duarte (1855-1902), jornalista e teatrólogo, destacou-se como um dos maiores cronistas humorísticos na imprensa do Rio de Janeiro e também no teatro. Fundador da cadeira nº 12 e colunista do *Jornal do Commercio*, vinculou desde o início a Academia Brasileira de Letras ao periódico, noticiando os seus eventos mais importantes e publicando todos os discursos proferidos em suas sessões solenes. Disponível em: Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acadêmicos. Rio de Janeiro, [2006]. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

410 Ataulfo de Paiva (1867-1955) era o terceiro ocupante da cadeira nº 25. Jurista, foi ministro do Supremo Tribunal Federal e presidiu o Conselho Nacional do Trabalho. Foi também fundador da Liga Brasileira contra a Tuberculose, da qual foi presidente perpétuo. Confrade de Macedo no IHGB, foi presidente da Comissão do Livro do Mérito, o mesmo que viria a ter Teixeira de Freitas em suas páginas, como "funcionário público número 1". Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acadêmicos. Rio de Janeiro, [2006]. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

411 Vítor Viana (1881-1937) era também crítico literário e ensaísta. Foi redator principal e diretor do *Jornal do Commercio*. Curiosamente, a exemplo de Macedo Soares, era membro do Conselho Federal de Comércio Exterior e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, fato que, não fossem os limites de nossos propósitos, nos levaria a especular sobre as relações mantidas entre o antigo confrade e o neófito. Ver: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Acadêmicos. Rio de Janeiro, [2006]. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 23 mar. 2006.

412 Não por acaso, a partir daqueles anos 1930-1940, surgiram e proliferaram no país as universidades, no imperativo de formar quadros para o governo. A opção pela formação de uma burocracia especializada ficava exposta nos planos de revitalização do funcionalismo e no projeto político de Gustavo Capanema. Segundo este projeto pedagógico bipartido, ao ensino técnico e normal caberia a constituição de força de trabalho e a vulgarização da educação, restando às universidades a formação das *elites condutoras* do País.



Macedo Soares tendo a sua direita Teixeira de Freitas e à sua esquerda Simões Lopes e Rafael Xavier em reunião no IBGE, em 1950.

Integrando organicamente seus papéis de homem de letras e de ação, Macedo pôde iluminá-los mutuamente. O intelectual certamente temperava os ímpetos do político, envolvido com rápidas tomadas de decisões. Estas por sua vez eram amadurecidas tanto pela visão do político sobre as expectativas dos diferentes grupos implicados nessas decisões, quanto pelo olhar mais largo do intelectual, capaz de identificar de modo agudo as forças sociais em jogo nas grandes transformações em curso. É o caso da questão da fronteira, imperativo político da Era Vargas, que mereceu incansável atenção de sua parte. A longa experiência acumulada como diplomata e ministro das relações exteriores, ao longo dos anos 1930, lhe permitiu lançar um argumento original sobre o velho conceito naturalizado de fronteira. Ao defini-la na dimensão da realidade social, Macedo intelectualizava em sua obra o discurso oficial sobre a interiorização do território. Mais: radicalizava-o, pois entre as posições pioneiras que colecionou em sua vida pública, contava-se a defesa da ocupação premente da Amazônia, região à qual desde sua publicação **A borracha** merecia seu interesse.

Uma vez definida a fronteira, ocupado o interior e integrada sua população, Macedo Soares pensava que nossa identidade nacional poderia se completar na ação conjunta com nossos vizinhos latinos. Prova disso foi seu incessante esforço em promover uma unificação das bases curriculares do ensino de história e geografia, como já vimos, assim como o de construir e divulgar a noção de um patrimônio histórico comum aos países consorciados da América do Sul. A aproximação cultural encontrava seu perfeito contraponto nos planos de ação conjunta para a superação dos índices sociais e econômicos deficitários, triste legado colonial. Abriam-se as "fronteiras" para o enraizamento econômico do Brasil na região.

De fato, Macedo foi um dos últimos políticos generalistas, pois se apropriava de seu privilegiado intelecto não para produzir efeitos retóricos, expediente banal do repertório político, mas para edificar o valor da cultura. Conhecia como poucos a arte da política e o ofício do técnico. Não porque fosse "especialista" nestas funções, porém porque dedicava-se a ambos em sua atividade cotidiana, no trânsito entre instituições de natureza tão diversa quanto o Itamaraty, os ministérios, o IBGE, a SGRJ, a ABL e o IHGB. Este trânsito facultava uma rica visão de mundo, que contemplaria tanto o homem de ação quanto o de letras: um enriquecia o outro, por força da crítica.

Este ideário não sistemático, e as opções políticas por ele implicadas, se fariam notar na agenda e na natureza dos eventos patrocinados ou organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob sua batuta desde 1940, até o ano de sua morte, 1968. Ao concordarmos com Virgílio Corrêa Filho, "uma das características da presidência Macedo Soares, foi seu engrandecimento pela cooperação de preclaros amigos estrangeiros" (CORRÊA FILHO, 1963b, p. 81).



Macedo Soares, primeiro presidente do IBGE.

Assim, a gestão de Macedo no IHGB será toda marcada pela aproximação com os principais institutos históricos sul-americanos, através da coordenação de congressos, conferências, missões culturais e solenidades que enfatizavam a importância do resgate de uma história comum - com destaque para as glórias e revezes históricos da disputada bacia do Prata. A idéia era a de construir uma identidade sul-americana, subjacente às identidades nacionais, diluindo os seus conflitos internos, nos moldes da historiografia então praticada por expoentes como Gilberto Freyre. Uma história que realçava os heróis, do passado distante e recente, dignificando as nações e sua descendência, em detrimento das rebeliões, dos separatismos e exclusões. Seria a vertente político-ideológica de um projeto que ambicionava a superação das deficiências sociais e econômicas de nações que traziam o fado da inferioridade do colonizado e o aviltante dilema étnico, fruto seja das marcas da escravidão negra, como no Brasil, ou da servidão indígena, como nos países de língua espanhola. Nestes países, a solução da questão social e a incorporação do negro e do índio deveria se fazer partindo de uma padronização conjunta do fazer histórico, etapa ideológica que precederia qualquer esforço de planos de ação comum em outras esferas.

Perspicaz ao intuí-lo, coerente com seu pensamento e atuação nos demais espaços institucionais que ocupou, Macedo voltava à tarefa auto-imposta de promover a tão desejada integração com as repúblicas do Prata. Com este fito, o Instituto acolheu uma série de seus consorciados e ampliou seu quadro de sócios-correspondentes nessa região, em solenidades que primavam pela constituição de um acervo sobre a história destes países, como livros e objetos referentes à sua independência. Ocasiões em que se expressavam "sentimentos de solidariedade" e se exaltavam "os benefícios que produziriam a colaboração dos povos irmanados" (CORRÊA FILHO, 1963b, p. 84).

Com o mesmo espírito foi celebrado, a 27 de maio de 1943, o centenário de fundação do Instituto Histórico do Uruguai. Seu presidente apontou, com muita propriedade, que os laços que vinculavam aquele Estado ao nosso, "os sentimentos fraternais", eram conseqüência natural da hidrografia, que unia o Amazonas ao Prata, "da geografia sul-americana que indicava o natural estreitamento de suas relações" (CORRÊA FILHO, 1963b, p. 89). Salta aos olhos o extensivo recurso à fronteira enquanto pretexto para a dinamização da relação entre os países.

Como este, diversos eventos reunindo representantes das agremiações platinas tomaram lugar no Instituto ou tiveram a presença de Macedo em seus países de origem. Em todos, exaltavam-se o sentimento de pertença comum, a necessidade de empreendimentos conjuntos de historiadores e geógrafos argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros para a revisão da escrita da história e da geografia, de maneira a evidenciar os pontos de contato e as glórias partilhadas, suprimindo-lhe as tensões. Verdadeiros rituais aos quais Macedo emprestava sua chancela visando à promoção da cooperação entre os países nos mais diversos níveis. Ao Macedo historiador e presidente do IHGB cabia viabilizar as aproximações institucionais, lançando as bases para a reescrita conveniente daqueles saberes.

Ciente dos encargos que deveria assumir às custas de seu projeto de integração, Macedo estendeu a rede de sociabilidade do Instituto Histórico, a ponto de dividir com os Institutos congêneres do Prata um símbolo muito caro ao Instituto: uma moeda de ouro, cunhada em 1851, com a efígie de D. Pedro II, fundador, patrono e protetor da instituição. Soares ofereceu a metade da dita moeda ao presidente da *Academia Nacional de la Historia*, da Argentina. Simbolicamente, o ritual cumpria a relevante função de estender a ação renovadora e iluminista do mecenato de Pedro II a toda a bacia do Prata. Ao evocar a figura de Pedro II, o presidente perpétuo atualizava o mito fundador do Instituto e do discurso sobre nossa identidade nacional, redefinindo e ampliando o papel do IHGB para além de nossas fronteiras, com o fim de melhor integrá-las. A antiga exigência de construir um discurso sobre a identidade nacional voltava, agora sob a égide da coordenação dos esforços para dignificá-la.

A livre disposição de um símbolo tão arraigado na mística da confraria demonstra o coeficiente da autoridade de que Macedo Soares gozava no IHGB. O Instituto delegou-lhe amplos poderes para renovar seu perfil e seus quadros sociais. O recurso à moeda com a efígie do protetor Pedro II legitimava-se pela natureza dos desígnios do presidente perpétuo, utilizando-a, literalmente, como moeda de negociação para maximizar a esfera de ação da agremiação de Varnhagen. Ele era já mais do que um simples burocrata, pois foi um dos únicos presidentes perpétuos do Instituto e o de mandato mais longevo até hoje, 29 anos.

Já podemos vislumbrar melhor como Macedo articulava seus múltiplos espaços e suas várias sociabilidades, quer à frente do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas, quer nas presidências que ocupou concomitantemente, no IBGE, no IHGB e na ABL. Se seu conceito-chave de fronteira, a grande contribuição de sua obra **Fronteiras do Brasil no regime colonial,** foi amadurecido na sua experiência acumulada no Itamaraty, o IHGB deu-lhe oportunidade de mobilizar a academia na reformulação de práticas institucionais, ampliando o seu alcance, até então restrito à circunscrição nacional, e na reformulação do fazer histórico e geográfico, ao referenciar de modo convergente nossas relações diplomáticas com os países do Prata.

Aliás, a penetração da rede de sociabilidade mantida por Soares no Itamaraty no universo das instituições que presidiu pode ser muito bem apreendida através do exemplo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Na sua administração, Macedo fez publicar no periódico da associação um especial sobre Rio Branco, no bojo das comemorações de seu centenário. Nesta edição, destacaram-se os trabalhos de Everardo Backheuser, Rio Branco, geógrafo e político, e do ministro José Severiano da Fonseca Hermes que dissertou sobre a questão dos litígios entre o Brasil e Argentina. Além de mobilizar sua rede no Itamaraty, rendendo-lhe projeções em ambos os espaços, o programa harmonizava-se com a agenda de Macedo Soares, ao louvar a tradição da diplomacia nacional – na qual ele próprio se incluía e renovava -, e ao conjugar-se às suas iniciativas de aproximação com os países platinos.

Se os espaços institucionais freqüentados por Macedo lhe permitiram articular seu pensamento e ação, também eles se nutriam não apenas da individualidade

de Macedo Soares, mas de sua posição dominante na estrutura do poder. Ora, não se tratava apenas do pensador consistente e do político hábil, mas de um homem de governo, que circulava com facilidade nos salões nobres do Palácio do Catete, especialmente à época de Getúlio. Vale lembrar a intimidade de que gozava com o presidente Vargas, que recebia o amigo assiduamente em sua casa. Intimidade, aliás, imortalizada em seus diários. Até 1943, ano em que fora reeleito para a presidência da Academia Brasileira de Letras, já então presidente perpétuo do Instituto Histórico e há sete anos na presidência do IBGE, ele já fora Ministro das Relações Exteriores e da Justiça. Diga-se, ainda, que o prestígio que logrou por sua atuação decisiva na questão do Chaco, somado à popularidade entre os paulistas, enquanto mediador dos interesses comerciais e industriais do estado junto ao governo federal, projetaram este personagem central à pacificação paulista como pré-candidato às eleições para a presidência do quadriênio 1938-1941, que não houveram. É tarefa difícil medir o grau de influência e de articulação política alcançado por Macedo no fim dos anos 1930 e na década seguinte, tamanhos eram os importantes grupos de que era interlocutor.

Sem dúvida, as associações buscavam este prestígio, de um dirigente que não somente tivesse o espírito de liderança e de empreendimento de Macedo Soares, como também um trânsito livre nas esferas de poder, um trânsito capaz de iluminar publicamente a vida destas instituições por ele presididas, de modificar suas práticas com vistas a ampliar suas competências – como vimos no estudo de caso do IHGB. Este é o argumento que defendemos, sem o qual não seria possível compreender porque estavam estas agremiações dispostas a aceitar as ausências de seu presidente, tomado pelas diversas exigências do intelectual e do político.

Macedo encontrava-se premido pelos incontáveis compromissos de sua agenda e pelas responsabilidades típicas do cargo máximo que ocupava em tantos espaços. A tática genial que adotou para seu fortalecimento como homem público e para dar maior visibilidade às instituições que presidiu foi a da *simbiose cultural*. Ao fazer com que atividades e congressos científicos de uma instituição fossem sediados ou patrocinados por outra, sob sua direção, ele estabelecia um consórcio entre elas, mutuamente benéfico para sua posição e para os organismos favorecidos pela presidência comum. Esta simbiose fica evidente na mobilização de acadêmicos da América do Sul, certamente pertencentes à sua rede de sociabilidade enquanto ministro e diplomata, convidados a participar nas atividades desenvolvidas pelo IHGB. Esta *simbiose cultural* se revela ainda mais profunda nos atos levados a cabo enquanto presidente do IBGE, que ora passamos a analisar.



Macedo Soares com membros da 3ª Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, [s.d.].

O primeiro presidente do IBGE

A trajetória de José Carlos de Macedo Soares no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi marcada por duas presidências. A primeira, bastante longeva, iniciou-se em maio de 1936, com a instalação fundadora do órgão, e se encerraria em janeiro de 1951. A segunda teve a curta duração de seis meses, entre novembro de 1955 e maio de 1956. No estabelecimento e na consolidação do Instituto, sua atuação, como em tudo o mais, mostrou-se de fundamental relevância.

Teixeira de Freitas foi o grande responsável pela idealização da estrutura orgânica da nova entidade e pelo princípio de cooperação interadministrativa a ser adotado por ela. Teixeira também agiu nos bastidores políticos, enquanto chefe da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação para acelerar a criação do órgão. Aproveitou-se de seu relacionamento amistoso com Juarez Távora, então Ministro da Agricultura, para fazer com que este encaminhasse ao presidente Vargas um parecer minucioso sobre a precária situação das estatísticas agrícolas. Igualmente, acionou Luiz Simões Lopes[413], então chefe de gabinete da presidência, para que fizesse chegar às mãos de Vargas uma versão sintetizada do relatório aprontado por Juarez e por ele próprio, evitando que o mesmo ficasse perdido em meio às pilhas de papéis e ofícios recebidos e expedidos. Na verdade, o IBGE era um sonho longamente alimentado de Teixeira, prova de seu instante idealismo e espírito público. Sua importância na estruturação e planejamento da entidade e mesmo no esforço político que seu estabelecimento demandava foi inexcedível.

Instalado o Instituto, coube ao secretário-geral Teixeira de Freitas organizar e executar os trabalhos técnicos da Casa, sempre amparado pelo braço político de Macedo Soares. A este respeito, a posição de Waldemar Lopes, discípulo de Freitas e futuro secretário-geral do IBGE, é precisa: “O prestígio de seu nome removia as dificuldades na execução dos planos de reforma, na esfera estadual; quanto ao governo da União, fácil lhe era o diálogo no mais alto nível, inclusive porque em mais de uma oportunidade foi a um só tempo presidente do IBGE e Ministro de Estado” (LOPES, 1968, p. 8).

Na pronúncia de Lopes, encontramos novamente aquela vinculação entre o capital político acumulado por Macedo Soares e a visibilidade das instituições que presidiu. Não seria diferente no IBGE. Se Teixeira teve tranqüilidade para dar concretude aos seus projetos, não nos é possível entendê-los senão a partir do diálogo político firmado por Macedo em sua rede de sociabilidade mais ampla. Um outro comentário do mesmo Waldemar Lopes pode nos dar a medida desta parceria entre a face do saber de Teixeira de Freitas e a face do poder de Macedo Soares:

> Teixeira de Freitas, [...] um pensador político de rara vitalidade, punha obstinação de apóstolo na defesa pertinaz, constante, insistente, de seu “ideário cívico” – conjunto de sugestões para resolver-se o que chamava “os problemas de base do

[413] Do arquivo Mário Augusto Teixeira de Freitas, pertencente ao acervo do Arquivo Nacional, constam correspondências entre Teixeira e Simões Lopes, evidenciando uma relação de proximidade e influência entre o eminente estatístico e o então chefe do gabinete da presidência da República, que se mostrou indispensável na implantação do Instituto Nacional de Estatística.

> Brasil". [...] conseguiu que o IBGE, cuja concepção e organização também eram obra sua, as fosse gradativamente absorvendo e adotando, até assegurar-lhes o apoio integral de seus órgãos de direção superior. José Carlos de Macedo Soares foi perfeito na solidariedade a seu ilustre colaborador. [...] não deixou um só momento de prestigiar as idéias de Teixeira de Freitas [...], contribuindo para sua defesa e propagação em discursos e documentos que ficaram nos anais do Instituto ou foram encaminhados aos altos conselhos do Governo com a chancela de sua responsabilidade pessoal (LOPES, 1968, p. 7).

Lopes não hesita em atribuir a autoria do "ideário cívico" do IBGE, objeto de nosso capítulo 11, a Teixeira de Freitas. Também não se furta a exaltar a relevância do prestígio de Macedo que, ao avalizar o ideário "com a chancela de sua responsabilidade pessoal", o endossou e o propagou seja em reuniões, congressos científicos e assembléias promovidas pelo Instituto, seja nos altos quadros da política nacional, enquanto deles fez parte. Macedo Soares era o vetor da propagação das demandas do Instituto, ao dar revestimento à "substância primeira" idealizada por Teixeira de Freitas. A extensão de suas articulações políticas, cujo alcance era difícil de mensurar tamanhas eram as redes sociais tecidas por Soares, dava existência corpórea aos impulsos criadores de Teixeira. Vejamos uma das várias defesas contundentes que fez do ideário ibgeano, em uma das freqüentes audiências com Vargas, esta a propósito do quinto aniversário da Casa:

> É assim, por exemplo, senhor presidente, que os nossos números já demonstraram a alarmante insuficiência do rendimento que a nação está colhendo da sua escola primária. Assim também já foi posta em foco a urgência do movimento colonizador do Brasil pelo próprio Brasil, problema transcendente a que tão desvelada atenção tem prestado vossa excelência. Assim, ainda, já ficou revelada em cifras que confundem nosso patriotismo, a necessidade de organizar-se o quanto antes a vida interior do país [...] na forma dos centros urbanísticos. Da mesma sorte, o problema [...] do reajustamento do quadro político. [...] sua solução pacífica já pode ser prefigurada alicerçadamente na equidade e na tradição. Outro, daqueles problemas, é o da revitalização do quadro municipal brasileiro. Os números mostram que encontrará solução integral – e sem o abandono das nossas tradições – nos consórcios intermunicipais, a formarem um quadro territorial intermediário entre a divisão comunal – de cuja ordem de governo seria uma superestrutura – e a grande divisão das unidades políticas. Mais outro, entre os objetivos prementes [...] é o do enfeixamento, coordenação e racionalização dos esforços construtivos da União, dos Estados e dos Municípios. [...] E ainda outro dos angustiantes problemas nossos, cuja solução também os números já puderam sugerir, é o do reajustamento ao trabalho de enorme massa inútil da comunidade social. [...] Os algarismos revelam que o caminho a seguir, neste terreno, estará na multiplicação das colônias-escolas. Ou então, como sucedâneo dessas colônias, senão como recursos simultâneos e correlato, a organização do Exército do Trabalho, por intermédio do qual, sob os auspícios e a direção das Forças Armadas Nacionais, se mobilizariam e valorizariam, adequadamente enquadrados pela salutar disciplina militar, todos os elementos sociais inertes, inaptos ou asfixiados pelas deficiências da ordem social vigente. Finalmente, também ao problema da proteção à família, como ponto de partida para uma nova ordem social ofereceram as observações estatísticas [...] uma contribuição original e de extraordinário alcance. Das diretivas que os números apontaram mandou-nos dizer S.S. o Papa Pio XII – enviando-nos a benção apostólica -, que 'justificam as mais arrojadas esperanças'. Ora, senhor presidente, tudo isto demonstra a transcendência do pensamento político que Vossa Excelência houve por bem ensaiar no seio deste Instituto. Tudo isto significa também que Vossa Excelência acertou nas sábias medidas com que desveladamente amparou o desenvolvimento – tão sujeito ao risco de um fragoroso fracasso! – da novel [*sic*] instituição que está abrindo um capítulo novo no direito administrativo e constitucional brasileiro (NO 5º..., 1968, p. 76-77).

Na longa exposição, estão reunidos todos os pontos capitais do ideário: colonização do interior; construção de centros urbanísticos propulsores de desenvolvimento; a importância dos consórcios municipais para a redivisão política e territorial; racionalização da administração por meio da adoção do princípio de cooperação entre as esferas de governo; montagem das colônias-escolas para formação e fixação da força de trabalho, estancando o êxodo rural; mobilização das Forças Armadas na consecução destes propósitos; preocupação com a recuperação e socialização das famílias rurais. Todas as proposições abençoadas pelo crivo da autoridade papal, aqui evocada para sublimar a viabilidade e a imensa receptividade às metas do ideário.

Além disso, a referência à "transcendência do pensamento político" do Instituto demonstra a clara vocação que seus principais consorciados – Teixeira e Macedo à frente -, requeriam para a entidade, nela concentrando as etapas de levantamento e análise das informações, para capacitá-la na elaboração de políticas públicas. O "pensamento político" do IBGE, hoje absolutamente impensável, era realidade tão premente que a ocasião de aniversário do órgão dava ensejo para que seu líder máximo cortejasse o então presidente Vargas com as suas próprias diretrizes deliberadas em assembléia. Getúlio Vargas, afinal, não tinha dado seu ministro e sua casa em vão. Ao contrário, a feliz iniciativa teria logrado a sedimentação das funções estatística, geográfica e cartográfica do Instituto, sem esquecer do respeitado "pensamento político", marca indelével de sua aspiração a ser o principal órgão de inteligência do País.

Segundo o defende a filosofia pragmática no domínio da linguagem, a construção das estruturas de significação do discurso depende sempre das intenções de comunicação do locutor e dos efeitos de recepção desenvolvidos em função das situações em que ocorre a enunciação (CARDOSO, 2003, p. 6). Assim, não apenas as intenções do autor, mas também as condições de produção interferem na mensagem veiculada pelo discurso.

No que tange ao ritual comemorativo do aniversário do IBGE, as condições de enunciação envolviam a glorificação da entidade por meio da exaltação aos sucessos já empreendidos. Ao mesmo tempo, não era nada casual a performance discursiva de Macedo Soares. Por toda autoridade de que era investido, enquanto ex-ministro, já presidente perpétuo do IHGB, membro da ABL, e articulador exímio de todos estes espaços, incluindo o IBGE, outro locutor não poderia obter o mesmo efeito discursivo. Era necessário reiterar o "pensamento político" do Instituto em todas as ocasiões de natureza semelhante, associá-lo a uma comunidade de sentidos com a agenda política da Era Vargas, identificar a celebração da sua existência à veiculação do ideário. Em todos os aniversários do IBGE, o presidente natural de São Borja recebia a comitiva do Instituto, liderada por nosso biografado, em ocasiões que davam ensejo à renovação do referido ritual. Em outras palavras, o ideário existiu, como vívida realidade e não mera letra morta, enquanto foi possível atualizá-lo em rituais como o do quinto aniversário do IBGE. Para tanto, a proximidade e a presença física de Vargas contavam tanto quanto a voz de Macedo Soares, um *primus inter pares* na arte da mobilização política.

Convém agora indagar, para fugirmos de uma dicotomia reducionista entre saber e poder, de modo a contemplar a dinâmica de sua interação: por que, afinal, Macedo teria fechado questão em torno do ideário cívico, que sabemos ser de autoria de Teixeira de Freitas? Se delimitássemos o recorte sobre a figura do ministro e imortal exclusivamente em sua administração pioneira no IBGE, empobreceríamos muito a análise. Afinal, se a Casa de Teixeira de Freitas, a exemplo do IHGB e da ABL, ou de outras entidades por ele presididas, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, se nutria de sua inserção e prestígio políticos, como o IBGE, em sua especificidade, poderia contribuir para edificar ainda mais este homem público? A pergunta não é inepta, ainda mais se considerarmos que Macedo por três vezes adiara a posse de presidente do recém-criado órgão. É ele próprio quem o lembra, nostalgicamente, quando do discurso de sua segunda investidura no cargo, em 1955:

> Convidou-me, então, o presidente Getúlio Vargas para dirigir o Instituto. Fiz-lhe ver que não estava devidamente habilitado para cumprir a missão. Por três vezes ele insistiu, recebendo sempre a mesma recusa. Com surpresa li nos jornais o decreto que me nomeava presidente interino do novo órgão. Recusei-me durante meses a tomar posse do cargo, até que o presidente Vargas, mandando esvaziar algumas salas do Palácio do Catete, m´as ofereceu para nelas instalar o Instituto. Foi o próprio presidente Vargas que, com indisfarçável satisfação, fez os convites para a cerimônia da minha posse. E, **diante do Ministério, especialmente convocado para o ato, e dos demais graduados elementos do funcionalismo público**, pronunciou ele, ao dar-me posse, aquelas palavras que se tornaram oraculares: "**Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhe dei a minha casa e o meu ministro**" (2ª ..., 1968, p. 44-45, grifo nosso).

A "generosidade" de Vargas, ao prover o Instituto com sua "casa" e seu "ministro", é apenas mais um testemunho do alcance de sua visão política. Assim procedendo, ele engrandecia a aurora do IBGE e revelava estar consciente da extrema relevância da natureza de suas funções para a governamentalidade. Especialmente, para o projeto de interiorização do território e de construção e proteção das esferas sociais, que ele encampava para o País. Na origem mesma do IBGE, a cessão da "casa" e do "ministro" presidenciais não seria impune. Além de acusar a centralidade que o novo órgão teria para os programas do governo, já germinava o futuro "pensamento político" do IBGE. Tal pensamento não estava fixado na lei que atribuía suas competências. Entretanto, a forma como a entidade foi concebida, o ato de inauguração, o convite ao ministério e à ala mais nobre do funcionalismo, os símbolos evocados em todo o ritual de investidura de seu primeiro presidente e de sua instalação dava bem a medida do papel político que o IBGE dos primeiros tempos viria a desempenhar, especialmente por meio do ideário cívico.

A escolha que recaiu sobre o nome de Macedo, e a sua recusa em aceitá-la, nos levam a indagar sobre as credenciais que ele reunia para ser aclamado prócer de uma instituição de funções aparentemente tão destoantes de suas atividades.

Como já foi dito em outros capítulos, o decreto que previa a criação do Instituto Nacional de Estatística[414] corria sérios riscos de tornar-se inoperante. E foi o

[414] Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934.

que quase aconteceu, já que no ano seguinte, em 1935, o INE só existia oficialmente, não produzindo nenhum dos benefícios a que visava.

Eis que entra nosso personagem em cena, então ministro das Relações Exteriores. Naquele ano, ficou patente a urgência de se empreender a unificação das estatísticas nacionais, quando pesquisadores de organizações internacionais demonstraram dificuldades para analisar as informações estatísticas fornecidas pelas repartições brasileiras, que não se harmonizavam em suas investigações. Os índices discordantes a que chegavam dificultavam a interpretação dos dados obtidos. Com o fito de promover a efetiva harmonização dos trabalhos estatísticos e de reabilitar a imagem denegrida do País, José Carlos de Macedo Soares convocou e presidiu uma equipe de especialistas reunida pelo Conselho Federal de Comércio Exterior. Entre os partícipes da empreitada, ninguém menos do que Teixeira de Freitas. Acreditamos que foi por ocasião dos incidentes diplomáticos que motivaram os trabalhos em prol da unificação das estatísticas que Macedo Soares travara seus primeiros contatos com Teixeira, deixando-se surpreender pela riqueza de suas férteis reflexões sociais. Esboçava-se, desde já, uma comunhão de pensamento, prenúncio da futura parceria, cuja extensão ficará clara mais adiante. Na aludida carta, de 15 de abril de 1935, se evidenciava uma vez mais a luta de Teixeira para traduzir o rumo político favorável dos acontecimentos na efetivação e instalação do Instituto Nacional de Estatística. De igual modo, já se entrevia o esboço das idéias que defenderia com ardor anos depois em seu **Problemas de base do Brasil**:

> Na reunião da próxima 4ª feira , 17, em que a comissão sob a presidência de V. Excia. concluirá a apresentação e o exame das estatísticas unificadas que o Ministério do Exterior vai divulgar, pretendo propor um voto no sentido de que o Conselho Federal de Comércio Exterior sugira ao governo a imediata Organização de mais 3 sistemas, além do Instituto de Estatística, destinados a coordenar em forma confederativa, segundo o disposto no artigo 9º da Constituição, as atividades administrativas – federais, estaduais e municipais – referentes respectivamente aos setores da educação, da assistência médico-social e do fomento econômico [...]. Pela documentação que lhe submeti em carta anterior já terá V. Excia formulado juízo completo sobre o desenvolvimento da idéia do Instituto de Estatística, cujo primitivo projeto foi redigido por mim tendo em vista fazê-lo abranger também os nossos serviços oficiais de cartografia geográfica, base indispensável à estatística [...]. Por essa carta terá V. Excia notícia de fatos que o esclarecerão não só sobre a sistematização proposta, mas ainda sobre a unidade de pensamento e de ação da minha propaganda e dos persistentes esforços que venho empregando em prol da racionalização da administração pública. E como o pensamento central dessa campanha é a racional estruturação político-administrativa do Brasil, com a interiorização sistemática das forças de progresso, tendendo essencialmente à valorização do nosso sertanejo, e à dinamização da vida municipal, submeto ao exame de V. Excia os motivos que o inspiraram (BRASIL, 1935a).

Racionalização dos serviços públicos, organicidade administrativa das esferas de governo, interiorização do território, valorização da população rural, municipalismo; todos os temas predizem o que futuramente seria o ideário cívico. A carta é muito valiosa, especialmente ao mostrar que o pensamento social de Teixeira de Freitas, amplamente articulado em seus diversos pontos, é anterior ao IBGE. E não é só: no esquema geral proposto por Teixeira para o Instituto Nacional de Estatística, o

fim último a ser visado por ele, pela natureza própria do fazer estatístico[415], deveria ser a realização destas máximas já previstas numa data tão recuada quanto 15 de abril de 1935. A consonância entre as operações do Instituto e o referido ideário encontraram desde então porto seguro em Macedo Soares, pela primeira vez em contato com Teixeira, na missão que ambos levaram a cabo de unificar nossas estatísticas.

A iniciativa e o êxito obtido pelo Conselho Federal de Comércio Exterior credenciariam José Carlos de Macedo Soares a dirigir a entidade existente ainda somente por força de lei. Conjeturamos que, declinando a três convocatórias iniciais, Macedo Soares temia arriscar seu futuro político e seu sonho de disputar uma eleição presidencial, ao arriscar-se na direção de uma instituição cujo sucesso ainda era incerto e onde muito havia que se fazer, na desordem cabal do sistema estatístico. Afinal, não esqueçamos que o próprio Vargas faz menção em seus diários à convicção que Macedo tinha da viabilidade de sua candidatura: "À noite, recebi o Macedo Soares (José Carlos). Segue amanhã para São Paulo. Está entusiasmado com a sua possível candidatura e assegura que terá 70% da votação paulista. Foi conversar com o governador, informar-se da situação e trazer-me notícias"[416] (VARGAS, 1995, v. 2, p. 25). O apogeu da sua popularidade foi, sem dúvida, nas negociações que colocaram fim à Guerra do Chaco, quando o governo e a imprensa prepararam festiva recepção ao "chanceler da paz", em 19 de junho de 1935, apenas alguns dias antes do decreto que previa sua investidura para presidir o INE, de 19 de julho do mesmo ano.

Seria a nomeação um artifício de Vargas para conter o crescimento da popularidade de Macedo Soares e simultaneamente valer-se da sua liderança entre os paulistas para amenizar as querelas destes com o governo central, perfilando-o em seu quadro administrativo? A hipótese é plausível, mas é preferível pensar que Vargas vislumbrava uma posição central para o nascente Instituto, ao escolher para presidi-lo um de seus ministros mais letrados, articulador de vários espaços institucionais, já versado na matéria por meio da experiência anterior que obtivera na uniformização das estatísticas. Um nome que gozava de raro prestígio tanto na comunidade de intelectuais como na de políticos, e que trafegava com a singularidade de um aristocrata entre as duas, instando-as a participar de empreendimentos comuns, como vimos na seção anterior. Por mesclar tão bem estas duas formas de conceber e de estar no mundo, Macedo Soares era o nome mais indicado para dirigir um órgão que deveria sim exaltar o ofício do técnico, ao conhecer e quantificar as realidades distantes ou ausentes, mas cuja *raison d´être* seria configurar políticas para o País, ao coordenar os esforços de ocupação e revitalização do território, "interiorizar as forças do progresso", no dizer de Teixeira de Freitas. Tratava-se do primeiro órgão nacional de planejamento estratégico *avant la lettre*.

---

[415] Ver o capítulo 11 deste volume.

[416] A assertiva data de março de 1937. Muito antes, porém, como já o apontamos, o nome de Macedo circulava como pré-candidato da oposição (Partido Constitucionalista de São Paulo) às eleições presidenciais do quadriênio 1938-1941, tendo o apoio do próprio Armando Sales, então governador de São Paulo. Sales retiraria seu alvitre, para se lançar como candidato contra Vargas. Envolto na contradição entre ser um importante correligionário de um partido opositor e, a um só tempo, ser homem forte de Vargas, Macedo renunciaria ao ministério, em 31 de dezembro de 1936.



Reunião na casa do Emb. Macedo Soares. (No centro) D. Matilde, a embaixatriz, (à sua dir.) o próprio Macedo e à sua esquerda (talvez Bulhões Carvalho), Carneiro Felippe (na época o coordenador do Censo de 1940), e Teixeira de Freitas, em 25 de julho de 1939.

Vencidas as reticências quanto à imputação do cargo, Macedo cedo se convenceu de que a esfera de atuação do Instituto e as propostas desde muito encampadas por Teixeira poderiam contribuir para as tarefas a que se dedicou em sua vida pública. Enquanto embaixador e ministro das Relações Exteriores, apercebeu-se da necessidade de aprofundamento das relações diplomáticas do Brasil com as repúblicas do Prata e da cooperação entre estes países. Como presidente da Academia Brasileira de Letras e, principalmente, presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, buscou estabelecer padrões para a revisão da historiografia praticada por estes países, minimizando os conflitos entre eles e enaltecendo os pertencimentos e legados comuns. Criava-se uma identidade sul-americana subjacente à nossa identidade nacional. E a engenhosidade de Macedo fez tudo isso articulando as diferentes redes de sociabilidade e espaços institucionais, no Itamaraty, no IHGB, na ABL, no IBGE, na SGRJ.

A sua administração no IBGE o levaria a conhecer com riqueza de detalhes as linhas limítrofes de nosso território. Se a cartografia elaborada pelo Instituto esquadrinhava nossas fronteiras ainda como limites naturais, assentada numa geografia física, os levantamentos estatísticos desnudavam as disparidades do País, deflagradas pelos diferentes índices regionais de desenvolvimento social e econômico. A cartografia revelava nosso território em sua dimensão natural, enquanto que a estatística o resgatava em sua dimensão humana. Também à estatística era cara a idéia de fronteira. Afinal, ela só pode operar com limites municipais bem definidos, estabelecidos por um padrão universalmente aceito. Sob pena de recontar ou não contar áreas inteiras, cujos limites territoriais e âmbitos jurisdicionais não estejam demarcados com

precisão. Esta uniformização administrativa das referências espaciais foi, aliás, um dos desafios enfrentados pelo IBGE dos primeiros anos.

Reabilitar o homem rural para assegurar o desenvolvimento do interior e efetivar sua ocupação era o mandamento ético a que se lançava o Instituto, sintonizado com sua função original de planejamento estratégico, com os programas do governo e com o "pensamento político" que lhe foi impetrado por Vargas.

Ao coordenar os trabalhos cartográficos e estatísticos do Instituto (aos que depois se somariam os geográficos), Macedo Soares pôde se aperceber da exata medida da desigualdade entre as distantes realidades regionais, tornadas próximas pelas lentes da estatística. Uma vez deslindadas tais realidades, pensamos, seu olhar sobre a fronteira, antigo objeto de suas reflexões, jamais seria o mesmo. A tese que apresentaria em seu **Fronteiras do Brasil no regime colonial**, em 1939, traria o timbre de seu aprendizado no IBGE: em Macedo, a fronteira torna-se uma construção, demandando a ação humana e a intervenção do Estado, pois os limites geográficos do Brasil não bastam à sua consolidação. Esta é obra do povoamento, da urbanização, do desenvolvimento de centros propulsores. As distâncias de nosso território são incomensuráveis porque não são verdadeiramente conhecidas. Nas palavras do próprio Macedo, "para atingirmos a plenitude da consciência nacional, carecemos de contato, da posse efetiva de todo o Território Nacional" (SOARES, 1939, p. 5), sem o que não há concreção no conceito de fronteira para o Brasil.

Note-se que as palavras de Macedo são um convite, senão uma intimação, à ocupação e ao desenvolvimento do País, compreendido em suas linhas limítrofes. Forçosa é a interiorização, signo de uma consciência nacional plenamente constituída. De novo, pensamento e ação política formam um par indissociável em Macedo Soares.

De fato, a passagem pelo IBGE rendeu muitos frutos a Macedo. Vocacionou-o a integrar a fronteira no grupo dos fenômenos humanos, superando o determinismo geopolítico, que via nos acidentes naturais a propensão a se constituírem como fronteiras. Muito ao contrário, como sustenta Valente Sobrinho, ao visualizar as relações de limites entre estados como uma realidade político-jurídica, Macedo "realçava a dimensão cultural do fenômeno lindeiro, contribuindo para a introdução no Brasil de uma geografia aberta ao humano e, portanto, ao sociocultural" (VALENTINO SOBRINHO, [1989?], p. 10)[417].

Além disso, não podemos olvidar que a autoridade de seu discurso sobre o fenômeno lindeiro era em parte tributária da posição que ocupava na estrutura de poder[418], na qual destacava-se a presidência do IBGE, que era o órgão competente na matéria. Desse modo, também sua posição institucional projetava o intelectual que reformulava o conceito de fronteira.

[417] A citação é extraída do prefácio de Raphael Valentino Sobrinho para a reedição não concretizada de: **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. A apreciação foi encomenda pelo IBGE, em comemoração aos 50 anos da obra. Ela conta, ainda, com apresentação de Celso Amorim, então ministro das Relações Exteriores. Trata-se de trabalho instigante, renovador e atual, ainda à espera de publicação.

[418] Já vimos como as condições de produção interferem na mensagem veiculada pelo discurso, para além das intenções de seu autor.

Ao IBGE, tão prestigiosamente presidido, também caberia seu quinhão de proventos. Eram as múltiplas posições políticas de Macedo que eram evocadas em seus discursos solenes assistidos por Getúlio. Elas eram avaliadas, mensuradas e testadas nestas ocasiões. Articulando tais posições institucionais à sua performance retórica, Macedo Soares garantia para o Instituto o reconhecimento de seu "pensamento político", a autoridade para elaborar diretrizes que visavam a dinamizar a sociedade brasileira de então.

Outro presidente, mesmo que um notável ministro, dificilmente conseguiria alçar o IBGE à condição que ele atingiu. Porque, além do livre trânsito de Macedo Soares em todos os níveis do poder e da intelectualidade, havia uma comunidade de sentidos entre Macedo e o IBGE, e entre o primeiro e Teixeira de Freitas.

Já falamos um tanto da primeira. A longa passagem pelo IBGE facultou a Macedo conceituar a fronteira de uma maneira inteiramente original, bastante coadunada com sua visão diplomática para a América do Sul, tantas vezes manifestada e louvada no Itamaraty e nas congregações que levou adiante no IHGB, para ficarmos nestes dois sodalícios. Um exemplo do aproveitamento que fez do conhecimento que adquiriu e da autoridade de que era investido à frente do IBGE vem do testemunho do embaixador José Augusto de Macedo Soares:

> Como presidente do IBGE, teria sido um dos primeiros estadistas a ter a visão da importância futura da região Amazônica. Macedo Soares seria o verdadeiro precursor da política de valorização da Amazônia, tendo inclusive, em proveito da experiência adquirida no IBGE, pretendido fundar um grupo de trabalho que se dedicasse exclusivamente ao estudo dos problemas da Amazônia, região geográfica que, embora sendo a maior do País, vinha sendo até então a mais descuidada dos poderes públicos, a menos aquinhoada pelos orçamentos federais". Neste sentido, como historiador teria percebido que "o Prata era, de certo modo, vinculado a nosso passado histórico" e como fundador do IBGE que "a Amazônia era a abertura para o futuro, todo um mundo ainda pouco explorado de possibilidades, de iniciativas, de esperanças" (SOARES, 1968, p. 11).

Como historiador, Macedo buscou no passado as filiações culturais e econômicas que nos deram as feições de nossa formação geográfica. Como prócer do IBGE e, diríamos, um diplomata estadista, utilizou a experiência aí acumulada e mobilizou equipes de técnicos do Instituto para dedicar-se ao estudo das formas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, que já vislumbrava como motor de nossa revitalização econômica.

Esta articulação entre o estudioso e o estrategista geopolítico deixa entremostrar a prática da *simbiose cultural*. Ao reunir consorciados de uma instituição, em seminários, congressos e missões culturais sob a organização e no espaço de uma outra entidade de presidência comum, rendiam-se benefícios e visibilidade a ambas, realçados ainda mais pela eminência do dirigente. A repetição desta prática é a grande razão que apontamos para a verdadeira beatificação da administração Macedo Soares em todas estas associações.

Nestes moldes, Macedo Soares, credenciado pela sua competente gestão no IBGE, foi eleito para a presidência do Instituto Pan-Americano de Geografia e

História. No exercício simultâneo do cargo máximo do IBGE, do IHGB e do IPAGH, Macedo se inspiraria naquele modelo de *simbiose cultural* para projetar as instituições por ele presididas. Foi assim que a II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia realizou-se, em agosto de 1944, patrocinada pelo Conselho Nacional de Geografia e sediada pelo Instituto Histórico. Analogamente, a I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia teve lugar, em setembro de 1949, "promovida pelo IPAGH, organizada pelo Conselho Nacional de Geografia [...] encetada no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (CORRÊA FILHO, 1963a, p. 40).

Poderíamos multiplicar os exemplos destas parcerias que revertiam em favor das instituições co-organizadoras. Preferimos ficar com o comentário de Virgilio Corrêa Filho, que arremata a significação destes empreendimentos comuns para a Casa de Teixeira de Freitas: "Tais demonstrações, em certames, nacionais e estrangeiros, evidenciavam o desenvolvimento das atividades culturais do IBGE em todos os seus âmbitos" (CORRÊA FILHO, 1963a, p. 41).

Várias eram as iniciativas afins, imbuídas deste espírito de simbiose. Elas ajudavam a estabelecer uma comunhão entre os espaços institucionais dirigidos por Macedo Soares, revertendo em favor do IBGE. Citemos o exemplo da própria *Revista Brasileira de Geografia*, publicação trimestral do Instituto, lançada em 1939. O programa de apresentação do primeiro volume, firmado pelo próprio presidente, ressaltava a função de "difundir a moderna metodologia geográfica e de **promover o intercâmbio com as instituições congêneres**" (CORRÊA FILHO, 1963a, p. 43, grifo nosso). As revistas, enquanto mecanismo de difusão da produção científica, veiculariam aquele princípio simbiótico, tanto nos dossiês temáticos quanto na escolha dos signatários dos artigos.

No cerne deste espírito simbiótico, foram criadas as tertúlias de geografia do IHGB, em novembro de 1943. Estas reuniões e seminários de geografia, sediados pelo Instituto Histórico, eram fruto da célere percepção de seu dirigente, que já antevira a expansão e o amadurecimento dos estudos geográficos no País. Aliás, também na consolidação desta área, Macedo Soares empreendeu esforços inolvidáveis. Recorrendo a Virgilio Corrêa Filho, eram duas as causas para o intenso movimento disciplinar: "os cursos de geografia das faculdades de filosofia, de criação recente, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nasceram as duas organizações quase ao mesmo tempo [...]. A Macedo Soares, realmente, se deve tudo, ou porque ele mesmo haja idealizado e planejado, ou porque haja dado às novas empresas o seu apoio inteligente" (CORRÊA FILHO, 1963a, p. 47). Mais um testemunho categórico da relevância de Macedo para a monumentalização das instituições que presidiu. Reunindo especialistas, estudiosos e professores, as tertúlias, de acesso franco aos interessados, promoveria o encontro de pesquisadores, contribuindo para integrar e proliferar o ainda incipiente campo da geografia no País. Geógrafos do IBGE seriam convocados a nelas palestrar ou expor seu trabalho, engrandecendo uma vez mais a gestão comum de Macedo. Os encontros serviriam ainda para amplificar os grandes temas de pesquisa

e vulgarizar suas conclusões para interessados em geral e professores da rede de educação básica. De uma só tacada, Macedo ampliava a produção geográfica e propagava em grande escala a imagem do IHGB e do IBGE como fomentadores desta produção.



Comemoração do aniversário do CNG, em 24 de maio de 1940.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro foi outro espaço que, sob a presidência Macedo Soares de 1945 a 1951, comungou da ação renovadora e disseminadora dos estudos geográficos. Também aí nosso personagem cimentou a parceria com o Conselho Nacional de Geografia do IBGE, seguindo um de seus objetivos principais: "incentivar o gosto pelos estudos geográficos até a demonstração de sua necessidade como imperativo nacional" (RELATÓRIO ..., 1945-1946, p. 137). Sob este "imperativo nacional", e em sintonia com as tertúlias de geografia do IHGB, a Sociedade, em acordo com o Conselho Nacional de Geografia, organizou um curso de aperfeiçoamento de professores de geografia do ensino básico, oficializado pelo ministério da Educação, ao garantir a emissão de diplomas.

Volvemos agora nossa atenção para a comunidade de sentidos que defendemos existir entre Macedo Soares e Teixeira de Freitas. Ela era pertinente tanto para o fim que perseguiam para o IBGE, quanto para o meio que elegeram para a consecução daquele fim. Ambos reputavam justa a finalidade, o "pensamento político" da instituição, o seu papel estratégico que o autorizaria a sugerir políticas públicas para o País. Em acordo quanto à vocação que requeriam para o Instituto, diferiam em relação ao princípios. Teixeira, em vários textos e discursos, enfatizava a natureza estatística do órgão, cuja função de coleta e levantamento de informações fazia dele o principal conhecedor da realidade brasileira, capacitando-o a pensá-la, a propor um programa de reforma social – o ideário cívico. Macedo, sempre preocupado com a idéia de fronteira, que perpassou muitas de suas atuações como homem público, cedo pressentiu que a presidência de um órgão que produzisse conhecimento estratégico para a interiorização do País e para regular a vida de suas diversas localidades, lhe daria a competência e a autoridade necessárias para veicular um discurso sobre a fronteira, nos vários espaços institucionais que ocupou. E sem o conhecimento que obteve através do acesso privilegiado às informações produzidas pela Casa, talvez jamais nos legasse o seu renovador conceito de fronteira.

Além disso, Macedo seguramente pensava que o almejado eixo diplomático formado pelo Brasil e pelos países bolivarianos dependia, antes do mais, da nossa integração nacional, da ocupação sociocultural de nossas fronteiras, meros limites jurisdicionais que eram até então. Para tanto, alguns preceitos do ideário cívico se mostrariam inestimáveis: valorizar o homem rural, fomentar o desenvolvimento mu-

nicipal, estabelecer centros de colonização que alavancassem a revitalização econômica; eram todos temas que filiavam o Instituto à agenda de governo da Era Vargas e que ofereciam um perfeito contraponto às aspirações políticas e intelectuais da trajetória de José Carlos de Macedo Soares.

Configurava-se, dessa maneira, uma parceria e uma divisão de funções entre Teixeira e Macedo. O primeiro levaria adiante os trabalhos técnicos, ao lado da responsabilidade de dar forma ao "pensamento político" do Instituto, sistematizando-o em diretrizes de ação. A Macedo caberia endossá-lo nas solenidades em honra do IBGE, em todos os níveis de sua articulação política e nos muitos espaços institucionais que ocupou, o que fez com inegável maestria.

Havia também uma comunidade nos métodos adotados para alçar a "vocação reformadora" do Instituto, tão cara às pretensões pessoais de ambos. Ao contrário do que se pensou, Teixeira não foi apenas o artífice dos projetos ibgeanos. Tal como Macedo, porém em medida inferior, também se entregou ao combate político para lhes dar concreção. Fundado o Instituto, não tardaria a se desdobrar na articulação das posições que desempenhava, intento provavelmente assimilado de Macedo. As suas várias atuações como estatístico, ideólogo da educação, ruralista e municipalista se reuniam tendo como foco o IBGE, de onde engendrava seus múltiplos papéis. Seja à frente dos serviços de estatística do ministério da Educação (1931-1952) seja como presidente (1935-1938) e membro ativo da Associação Brasileira de Educação, ou ainda como militante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Teixeira sempre buscou o apoio político destes setores às prescrições que idealizava para o Instituto. A hipotética realização de seu ideário contemplaria os programas de todas as instituições que dirigiu ou emprestou sua voz. Difícil imaginar este perfil analítico do IBGE, postulante a pavimentar os rumos de nosso progresso, sem o traço ruralista e educador de Teixeira. Talvez impossível!

Nossa próxima e última seção, nos remete a esta injunção inextrincável entre os dois grandes homens que se iluminaram mutuamente. Se a face do poder se sobressai em Macedo Soares e a do saber em Teixeira de Freitas, elas se entrecruzam com suas contrapartes intelectual e política, respectivamente. O chamado "Batismo Cultural" de Goiânia nos fornece um minucioso estudo de caso, concatenando saber e poder nos anos de consolidação do IBGE.

O "Batismo Cultural" de Goiânia

O engajamento do IBGE como organizador do evento fazia parte da sua agenda de disseminação do ideário cívico, visando à "reorganização nacional". Com este fim, o Instituto teve no episódio a maior projeção nacional sobre a sua atuação como órgão de estatística, e chance de veicular aos acontecimentos a propaganda sobre o ideário cívico. Afinal, nos vários eventos que tomaram lugar na inauguração da nova capital de Goiás, o IBGE foi o articulador fundamental, ao promover patrocínio e concurso às Exposições Nacionais de Educação e Estatística, ao VIII Congresso

Brasileiro de Educação, às Assembléias Gerais do IBGE, sediadas em Goiânia, esforçando-se ainda por incentivar e prestigiar, por meio de seus representantes, as demais festividades inaugurais.

As atividades em honra da nova capital de Goiás estenderam-se entre 18 de junho e 10 de julho de 1942. Os preparativos, entretanto, foram-lhe muito anteriores. Teixeira de Freitas, falando à Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal, alertava a população da importância da realização do VIII Congresso Brasileiro de Educação nas terras do planalto goiano, valorizando as zonas rurais e integrando seus sertanejos, discutindo a especificidade inerente à educação rural.

Segundo afirmamos no capítulo 11, a grande obra do Estado Novo era a integração nacional através da interiorização do território. A transformação dos homens rurais em trabalhadores estancaria o excessivo êxodo rural, permitindo fixar estas populações em seu lugar de origem, o campo. O ideário cívico do IBGE, de que falamos anteriormente, através da autoridade manifesta na realidade que os números expressam, buscaria articular a coordenação política entre estados, municípios e União para viabilizar os custos e a organização da obra de colonização territorial. Colônias-escolas e centros de trabalhos reabilitariam estes contingentes rurais, empregando-os em período integral, e otimizando a economia do tempo de maneira a neles desenvolver as virtudes cívicas calcadas no respeito à pátria e na subordinação ao Estado Novo.

Nesse sentido, o patrocínio do "Batismo Cultural" de Goiânia seria uma oportunidade única para que o IBGE se projetasse nacionalmente e angariasse credibilidade para suas propostas políticas e administrativas. Na fala radiofônica de Teixeira, sobressai sua lucidez quanto às possibilidades de concretizar este ideário, na favorável conjuntura política estado-novista:

> Quer isto dizer: a Associação Brasileira de Educação e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vão levar a efeito grandes realizações de brasilidade em um ambiente genuinamente brasileiro, tratando de questões vitais para a unidade nacional. E será focalizado, ao mesmo tempo, o mais importante empreendimento do Estado Novo, aquele que dá corpo e sentido à tão falada e tão necessária Marcha para o Oeste, que o gênio político de Getúlio Vargas apontou ao País, em termos categóricos, como um imperativo inadiável (O BATISMO ..., 1942a, p. 382).



Pedro Ludovico e Teixeira de Freitas no Batismo Cultural de Goiânia.

De fato, a marcha para o oeste era o motor que alavancaria o projeto ibgeano para o Brasil. Através do consórcio entre a Associação Brasileira de Educação - ABE e o IBGE, tantas vezes lembrado por Teixeira de Freitas, seria possível realizar sua

antiga paixão: o ideal de educação rural de Alberto Torres. O IBGE contribuiria com os levantamentos estatísticos e geográficos sobre as populações e as áreas afastadas, possibilitando a racionalização e a instrumentalização da ocupação das famílias rurais e da integração regional. Em referência ao "Batismo Cultural" de Goiânia, diz Teixeira:

> Monumento que perpetuará a lembrança do batismo cultural e da maioridade política desta cidade magnífica, e registrará indelevelmente *ad perpetuam rei memoriam*, a vocação mais alta do nosso Instituto. A de indicar ao país à luz dos números que exprimem verazmente a realidade brasileira, o norte exato e o rumo seguro da sua marcha triunfal e pacífica, na conquista de uma civilização que se baseie na justiça e no trabalho [...] (FREITAS, 1942, p. 451).

Esta "vocação do Instituto" encontraria na Associação Brasileira de Educação, da qual Teixeira era um dos principais ideólogos e antigo presidente, perfeito complemento. Com competência fixada para toda a matéria educacional, o discurso e o voto favorável da ABE em favor das colônias-escolas, da formação de internatos rurais e da promoção de missões culturais, para penetração e expansão das obras de assistência social, endossariam a vocação do Instituto, formalizada no ideário cívico.

Dessa maneira, Teixeira buscou sempre vincular o IBGE à ABE. Acreditamos que ele supusesse tratar-se, na verdade, de órgãos unidos por sua vocação para transformar o Brasil, tendo a educação como pedra de toque. Estavam separados somente por liames institucionais e por questões de especialização funcional[419]. Ao IBGE caberia, autorizado pela força dos números, elaborar o plano político (redivisão territorial e cooperação administrativa entre as esferas de governo), organizar os esforços construtores e pensar a racionalização da ocupação do território, da habilitação e fixação das populações rurais, autorizado, por sua vez, pelos conhecimentos cartográfico e geográfico. Planejando a ação social nas áreas do interior, com vistas a assegurar a unidade nacional, o IBGE abriria caminho para o desenvolvimento da educação rural, no consórcio com a Associação Brasileira de Educação. Era a apropriação que Teixeira fazia do bem sucedido expediente da *simbiose cultural*, tantas vezes praticado por Macedo Soares.

Este consórcio se explicita no episódio da fundação de Goiânia. Afinal, era o símbolo da "marcha para o oeste", imperativo político do governo Vargas e ponto nodal do ideário cívico. Durante a realização do VIII Congresso Brasileiro de Educação, ninguém menos do que Pedro Ludovico, interventor federal do Estado de Goiás e artífice da criação da nova cidade, nos revela que já era de longa data o esforço de Teixeira de Freitas de associar as duas entidades (ABE e IBGE), e de promover suas atividades no interior do Território Nacional, oportunidade política que traria autenticidade ao ideário:

> Há dois anos atrás, já devia ter-se reunido em Goiânia este Congresso, pois assim desejava uma das suas figuras mais brilhantes e cultas - o Sr. Dr. Teixeira de Freitas. Não se objetivou naquela época o seu desejo, em virtude das ponderações que lhe fiz, então, sobre os percalços que surgiriam para uma cidade muito nova em

[419] Na verdade, Teixeira ambicionava até mesmo superar a exigência de separação espacial e funcional entre as duas entidades. Um dos planos que arquitetou foi a construção de um grande edifício – o Silogeu – no qual estariam justapostos o IBGE e a ABE, então aptos ao trabalho conjunto.

> receber os componentes de tão distinto quão refinado conclave. Não concordou este notável patrício com o cancelamento da resolução tomada. Adiou-a até que se pudesse realizar sua honrosa proposta. Era seu pensamento, sem dúvida, que a fundação de Goiânia merecesse o sacrifício do adiamento [...]. Defendeu essa opinião perante os seus pares e, vendo-a vitoriosa pela boa vontade de todos, ficou decidido que seria nossa capital a sede do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Essa decisão foi facilmente homologada pelo Sr. Presidente da República, que já havia indicado aos seus governados "a marcha para o oeste" (O BATISMO ..., 1942b, p. 503).

O fato é que esta auto-imagem do Instituto que tinham seus ideólogos à época, Teixeira à frente, dependia da ampliação de sua competência fixada em lei, para o que muito contribuiria a busca de uma ação conjunta com a ABE, e a inexistência de um órgão que formulasse ações públicas a partir da análise dos números produzidos pela estatística. Sem isso, não haveria ideário cívico e nem possibilidades reais de sua concretização, como houve no tempo de Teixeira de Freitas e de Macedo Soares.

Macedo, aliás, não acompanhou a delegação do IBGE em Goiânia, alegando motivos de saúde. Doente ou não, creditamos a ausência à mencionada divisão de tarefas que tinha com Teixeira. O secretário-geral tomou o seu lugar, ao cabo dos encargos de responsabilidade da presidência. Ele tinha a anuência de Macedo para estas "aventuras" do Instituto. Isto dá mostras de como o IBGE centralizou os eventos da solenidade e buscou canalizá-los para a projeção de seu ideário cívico – por diversas vezes lembrado[420] -, e de sua atuação na coordenação das instituições engajadas com a transformação do País, de acordo com o projeto do governo Vargas.

Estas instituições que dariam ensejo ao espetáculo eram espaços freqüentados ou até administrados por Teixeira de Freitas. Era o grande momento de sua vida, na articulação destes espaços e na louvação pública do ideário que era seu. A presença de Macedo, além de desnecessária, ainda poderia dividir as luzes que, afinal, eram para a grande estrela do debute goianiense, Teixeira de Freitas.

A autoridade de Macedo, todavia, não faltou ao encontro, revestindo as falas e os atos solenes empreendidos pelo IBGE durante todo o evento. Sua imagem foi evocada por diversas vezes, grassando prestígio político para o Instituto. Coube a Teixeira de Freitas liderar a comitiva do IBGE, que partiu do Rio de Janeiro no dia 14 de junho de 1942, chegando à Goiânia na noite de 17 do mesmo mês.

O calendário previsto para as celebrações seria aberto pelo VIII Congresso Brasileiro de Educação, que teve lugar entre 18 e 28 de junho de 1942. Mário Augusto Teixeira de Freitas foi membro da comissão executiva e um dos principais ideólogos do congresso. Sua influência se fez sentir já na elaboração do programa do evento. A organização da educação primária foi o tema geral. Não seria forçoso dizer que, mais uma

[420] Muito a propósito, lembramos uma fala de Raul Lima na Segunda Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística acerca das articulações entre a atividade estatística, competência do IBGE fixada em lei, e a realização dos pontos expressos no ideário cívico do IBGE, no caso a criação de centros propulsores em zonas de colonização: "A fundação mesma desta capital, capítulo novo e surpreendente nesta fase nova de bandeirismo que o Brasil empreende [...] concretiza um dos pontos do 'ideário de reorganização nacional', que o Instituto compôs à base das suas investigações, pesquisas e estudos. Os números que em seguida ireis apreciar, idôneos e sinceros, os mapas fiéis e elucidativos, oferecem, entre outras demonstrações irrecusáveis, a da urgência de criação de cidades como esta, nos extensos planaltos que eles apresentam desprovidos de densidade demográfica, de assistência sanitária e educacional, desintegrados do ritmo atual da civilização brasileira" (O BATISMO ..., 1942b, p. 509).

vez, a atuação de Teixeira imprimiu às preocupações do Congresso um forte cunho ruralista, voltado para a montagem da rede educacional nas regiões afastadas e para a especificidade da educação no campo. O horizonte, a transformação do homem sertanejo em trabalhador rural, aparecia em todos os pontos da agenda daquela reunião: "formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência do professor primário das zonas rurais", "encaminhamento dos alunos que deixem a escola primária para escolas de nível mais alto ou para o trabalho", "missões culturais como instrumento de penetração cultural e de expansão das obras de assistência social" e "as colônias-escolas como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada" (O BATISMO..., 1942c, p. 224). Os dois últimos temas, em especial, compõem o esquema geral do ideário cívico do IBGE, sistematizado em Problemas de base do Brasil.

A defesa do "ideário da reorganização nacional", bandeira da aurora do IBGE, não ficou restrita ao pensamento social, estendendo-se à reforma administrativa preconizada pelo Instituto. O VIII Congresso Brasileiro de Educação também aprovou voto recomendando a fórmula de cooperação interadministrativa, em que se baseava o sistema estatístico. Propuseram os congressistas "a coordenação dos esforços e recursos da União, dos Estados, dos Municípios e das instituições particulares, em matéria de ensino primário" (O BATISMO..., 1942b, p. 506). O encontro endossava a idéia original de Teixeira acerca da racionalização político-administrativa do serviço público, a ser conseguida exportando-se o funcionamento modelar do IBGE aos setores de educação, assistência médico-sanitária e fomento econômico (IBGE, 1945, p. 52-53).

O longo programa do "Batismo Cultural" prosseguiu com a II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, no dia 25 de junho. Seguiram-se-lhes a realização da V Assembléia Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, no primeiro dia do mês seguinte, e da Semana Ruralista do Ministério da Agricultura, em 3 de julho. Como se pode notar, a arrumação do cenário festivo foi disposta de acordo com o 5 de julho, data de inauguração de Goiânia. Compreendeu períodos de evolução (pré 5 de julho), intensificação (5 de julho) e involução (pós 5 de julho). Foram todos eventos organizados pelo IBGE, ou sob os seus auspícios, e assistidos pelo próprio Pedro Ludovico, interventor federal do estado e artífice da criação de Goiânia. Por ocasião do almoço de despedida oferecido à caravana do IBGE, diz Ludovico:

> O sertanejo não esquece a mão amiga que o afaga. O oeste sempre se lembrará de que foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o primeiro a ouvir a sua voz, a traduzir os seus anseios de integração na Pátria; o primeiro a confortá-lo e a estimulá-lo na luta contra a distância, os obstáculos ambientes, pela civilização (O BATISMO..., 1942b, p. 534).

São palavras destinadas ao Instituto, patrono do "Batismo Cultural". Além das várias reuniões e solenidades sob sua tutela, ao IBGE coube o importante papel de centralizar a propaganda sobre a inauguração da cidade. Os números, os mapas, as demonstrações, os conjuntos de quadros pictóricos apresentando os vários aspectos da vida nacional, a exibição das cartas geográficas do País, a elaboração e dissemi-

nação de um Vocabulário Geográfico de Goiás, os painéis de operações censitárias, com destaque para os resultados preliminares referentes àquele estado e ao novo Município de Goiânia, e até a exibição de documentários e de materiais didáticos, em conjunto com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que se fez presente; absolutamente todos os estandes estavam sob a coordenação do IBGE.

Dado que o IBGE desempenhou a função de agente civilizador, cabe destacar os símbolos acionados no episódio do Batismo Cultural de Goiânia. Há muito – pelo menos desde Capistrano de Abreu -, os maiores intérpretes do Brasil identificavam o bandeirismo paulista ao grande paradigma de gestação da nação. Nossa especificidade nacional já estaria colocada na ocorrência daquele movimento, a gênese de brasilidade coincidindo com a origem e a dominação de nosso sertão. O tipo brasileiro, necessariamente desbravador e aventureiro, se valeria da força de seu ímpeto, contrário às amarras coloniais, para dar a um imenso território desconhecido, habitado por uma numerosa população dispersa, a unidade exigida por uma nação. Neste sentido, as bandeiras são pensadas como a primeira demonstração de projeção de uma nação autônoma. O Estado-Novo, em sua tarefa auto-outorgada de criar proteção para esferas importantes da vida social, apropriou-se deste imaginário bandeirante, tão caro à cultura política do Brasil republicano. A "marcha para o oeste" não foi mais do que a atualização estadonovista deste mito de fundação da nacionalidade, largamente incorporado em Goiânia. Concordamos, assim, com a tese de Vidal e Souza, para quem "marchar rumo ao oeste é continuação de uma proposta há muito existente entre aqueles que pensam o Brasil. O que acontece é a expectativa de concretização do projeto nacionalizador do interior sob os auspícios de Getúlio Vargas" (SOUZA, 2002, p. 82). A evocação do imaginário bandeirante foi tão mais eficaz quanto o governo Vargas demonstrou-se hábil no uso inovador e quase abusivo da propaganda, escrita e radiofônica. Também os números produzidos pela estatística cumpriam este importante papel de se referenciar a um coletivo nacional, formalizando e disseminando a imagem de nação.

Já se delineia um novo horizonte para as considerações que ora nos interessam. Por que coube ao IBGE centralizar a participação das organizações e instituições de governo, desempenhando o papel de agente civilizador em Goiânia? Não podemos perder de vista os aspectos rituais do evento, que só engrandeciam a singularidade do ato. Erguer uma nova, moderna e planejada capital no "vazio", e com uma rapidez impressionante, apenas enaltecia a performance do mágico poder civilizador do Estado Novo (SOUZA, 2002, p. 87). Mais uma vez, podemos ver o recurso ao mito de fundação bandeirante. A chegada numa terra selvagem e despovoada deveria ceder lugar a um baluarte da ocupação civilizadora do interior, uma capital tornada símbolo da integração nacional. O "batismo", nome bastante figurativo para a inauguração da cidade, é em si um rito de passagem: da anomia de uma terra selvagem e desgovernada, pertencente ao mundo da natureza, ao domínio do espaço pela presença do Estado, alargando a totalidade nacional através da extensão física do poder central.

Surgia para o Instituto uma oportunidade única, sem precedentes e nem inspirações futuras, que lhe permitiria disseminar e concretizar seu ideário cívico.



O presidente Dutra visita o IBGE e é recepcionado por Macedo Soares e Teixeira de Freitas, em 1949.

Cremos, sem dúvida, que o IBGE foi chamado a Goiânia para expressar a unidade do Brasil, viabilizada pelo conhecimento geográfico brasileiro e pelas inúmeras categorias da estatística, cujos números, já o dissemos, referenciavam-se a um coletivo nacional. Numa relação de saber / poder, a penetração do poder central em Goiânia se faria através do domínio intelectual do espaço, que evocava a presença do Estado. Os certames patrocinados pelo IBGE, os mapas, os painéis censitários, as palestras e exposições revelavam a centralidade do sistema estatístico-geográfico-censitário para o controle quantitativo e qualitativo do Brasil. Mais do que isso: representavam o reconhecimento por parte do governo federal da ampliação da competência do Instituto, que tanto se empenhara em elaborar diretrizes estáveis e confiáveis para as esferas sociais do País.

Por fim, a proeminência do saber estatístico-geográfico sobre o espaço brasileiro ainda seria uma vez mais reafirmada com o concurso das conferências de duas grandes eminências do pensamento brasileiro: Gilberto Freyre, que exporia sobre "A estatística e a sociologia", e Padre Leonel Franca, que se pronunciaria sobre "A estatística e a moral" (O BATISMO ...", 1942b, p. 518). A estatística gozava, assim, da primazia sobre todo o discurso intelectual organizado em torno de Goiânia.

Eram celebrações sofisticadas como a de Goiânia que rendiam ao IBGE oportunidades para reafirmar a autoridade unívoca de seu discurso sobre o espaço. Para Macedo Soares, a mobilização de suas várias posições institucionais era tributária da autoridade auferida pelo Instituto. Embora fisicamente ausente, Macedo se nutria deste discurso do Instituto sobre o espaço e da organização das variadas áreas do saber acadêmico em torno dele. No sentido inverso, o efeito performático e retórico do Instituto nestas oportunidades dificilmente teria o mesmo escopo sem a chancela do presidente e "grande benemérito" Macedo Soares. O ideário seria impensável. Goiânia, por silogismo, também. Se Teixeira, desde Minas, enfatizou a função transformadora da estatística para o País, Soares poria o acento na geografia, depositária de suas investidas na fronteira; o conceito e a política[421].

Por tudo isso, o até agora subestimado "Batismo Cultural de Goiânia" foi verdadeiramente um marco na articulação conjunta das áreas de geografia e estatística do Instituto, dotando-lhes afinal de uma comunidade de sentidos raras vezes vista, mas organicamente integradas para projetar o IBGE na magia do ritual civilizador. De

[421] Como tentamos mostrar neste capítulo, a extensa trajetória de Macedo partilhou mais do universo geográfico do que do estatístico, contribuindo para edificar o discurso da geografia Ibgeana sobre o espaço. Não obstante, é digna de nota a inexistência de volume especial *da Revista Brasileira de Geografia*, dedicado à sua memória. A distinta homenagem coube à *Revista Brasileira de Estatística*.

fato, o ideário cívico jamais fora letra morta, enquanto teve em Teixeira de Freitas seu proponente e em Macedo Soares seu grande articulador político. Os acontecimentos de Goiânia celebraram o ápice destas diretrizes do Instituto, que foram decantadas nos congressos, palestras e exposições. Eram dias de glória e de festa para a Casa de Teixeira de Freitas.

Pontos finais

Figura fulcral da administração pública do País, artífice de boa parte do brilho de nossas letras, o diplomata José Carlos de Macedo Soares foi a um só tempo político e intelectual. Dominou com rara maestria a arte de um e o ofício do outro. O político colecionou presidências, ministérios e embaixadas, chegando a ter seu nome fortemente ventilado para suceder a Vargas, nas eleições de 1937, abortadas pelo golpe do Estado Novo. O intelectual redesenhou antigas idéias, imprimiu-lhes novos significados. O político dirigiu instituições de natureza tão distinta quanto o IHGB, a ABL, o IBGE, a SGRJ, entre tantas. O intelectual construiu uma sólida carreira acadêmica através da articulação dos espaços institucionais que o político ocupou. Os problemas e os conceitos, a que se dedicou o pensador, eram informados pela agenda do homem público. Nele, saber e poder comporiam um dueto uníssono para erigir um projeto de nação e para projetar seu vulto como a eminência parda das agremiações que presidiu.

Brilhante mobilizador de espaços oficiais, ao traduzi-los em capital intelectual para suas contribuições acadêmicas, Macedo Soares foi, como afirmamos, um homem de fronteiras. A fronteira reaparece nos diálogos estabelecidos por Macedo Soares entre os ditos espaços. Um acontecimento, já próximo do fim de sua extensa trajetória de homem público, pode nos dar a exata medida de sua capacidade de dispor das fronteiras institucionais, prática que temos chamado *simbiose cultural*. Segundo observa Luciene Cardoso, baseada em minuciosa pesquisa na SGRJ, em julho de 1951, realizou-se nas salas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma sessão especial da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em homenagem ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Participaram da cerimônia diversas personalidades, a exemplo de Rodrigo Otávio Filho, representando a Academia Brasileira de Letras, Mário Augusto Teixeira de Freitas, fundador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o General Cândido Rondon e o Almirante Dodsworth Martins, então presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (CARDOSO, 2005, p. 3).

> A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro convoca hoje, com grande prazer, esta sessão especial na sala Paranaguá, para inaugurar o busto em bronze do preclaro e benemérito sócio e presidente de honra embaixador José Carlos de Macedo Soares. Os assinalados serviços prestados a esta sociedade, durante sua gestão na presidência, por espaço de seis anos, e, também, os grandes e inolvidáveis serviços conferidos a geografia, como presidente perpétuo do benemérito Instituto e bem assim como presidente criador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, motivam mais uma consagração em vida, que esperamos seja longa e sempre proveitosa, do grande brasileiro que tem sabido conduzir vitoriosa, sua exemplar atividade pública de colaboração no progresso de nossa pátria (HOMENAGEM..., 1951, p. 138).

Conforme se vê, o trânsito entre os diferentes espaços se dava não só na montagem e na organização dos certames científicos, como também na celebração

conjunta da administração Macedo Soares. A ocasião de inauguração do busto para pontuar a grandiosa direção à frente da SGRJ, festejando a benemerência de Macedo, dava ensejo à participação da ABL, do IHGB, e do IBGE. Juntas, as entidades glorificavam a presidência comum, enquanto imortalizavam a carreira pública de seu prócer. Afinal, quantos presidentes poderiam reunir em vidas tantas e tão prestigiosas instituições unicamente em sua homenagem? Muito poucos, com certeza. Articulando limites institucionais com a empresa pessoal do político e do intelectual – ambos unidos pela noção de fronteira -, o "preclaro e benemérito" ibgeano conseguiu fazê-lo, muitas vezes recorrendo ao princípio simbiótico.

O ano de 1951 também encerraria seu prolífico ciclo no comando do IBGE. Ao darmos crédito a Clovis Monteiro, o propósito da renúncia seria o de "se dedicar, mais a fundo, à grande obra que está escrevendo sobre a história da igreja no Brasil" (MONTEIRO, 1951, p. 98). Por se tratar de obra monumental, não teve como ultimar o ensaio, porém a ela se dedicou anos a fio. Por fim, foi publicado um roteiro de suas intenções e um grande corpo documental, intitulado **Fontes de história da igreja católica no Brasil**. Motivado por sua devoção católica e por sua ânsia em revestir seu discurso da incontestável autoridade papal, Macedo encaminhou cópia ao Vaticano que, por meio de sua secretaria de Estado, veio a se pronunciar em 1 de junho de 1954: "além do esmero com que foi imprimido [sic], sua Santidade não pôde deixar de admirar também o escrúpulo e a seriedade na pesquisa das fontes. O seu livro muito há de contribuir para o progresso da história da igreja no Brasil" (CORRÊA FILHO, 1963a, p. 72).

Deixemos de lado os planos criadores de Macedo Soares. Que outras razões mais estruturais poderiam tê-lo levado a se afastar do mais alto cargo do IBGE? Só podemos especular a este respeito. Especulemos, mas sempre com o recurso à imaginação histórica. Em primeiro lugar, nos parece que a grande contribuição do Instituto para Macedo foi disponibilizar um instrumental estatístico-geográfico capaz de alargar o seu olhar preexistente sobre a fronteira, antigo objeto de reflexões. Sua passagem de 15 anos pelo órgão já havia facultado-lhe o conhecimento de realidades e enfoques antes impensáveis.

Se colocarmos o acento na viabilidade política do grande projeto do IBGE – o ideário cívico – estaríamos mais próximos de compreender o afastamento de Macedo. Os diversos pontos do ideário estavam integrados pelo compromisso com uma reforma de base profunda para o País, a partir do âmbito municipal, do revigoramento e da realocação de suas populações rurais. A redemocratização do País, levada a cabo a partir de Dutra, colocaria fim às possibilidades de sua realização integral. Por ocasião da elaboração do texto constitucional, o combate dado ao princípio de cooperação interadministrativa do Instituto, tido como inconstitucional por juristas como Pontes de Miranda, desagradaria de tal forma a Teixeira de Freitas a ponto de este solicitar a Macedo seu desligamento do cargo de secretário-geral. Ele estava ciente de que as novas normas restritivas ao funcionamento do Instituto seriam um empecilho à realização de seu pensamento social, positivado em **Problemas de base do Brasil**. Macedo rejeitou o pedido de demissão, segurando-o no posto até 1948. Ainda que adepto dos princípios liberais e das garantias constitucionais, Macedo, na qualidade de presidente do IBGE, não tardaria a se ressentir das mudanças na estrutura política do País. Afinal,

além do instrumental para a revisão conceitual da questão da fronteira, o Instituto fornecia-lhe a autoridade do discurso sobre o espaço. O "pensamento político" da Casa era a ferramenta que dava força de ação ao saber enraizado no espaço.

O ideário cívico ainda iria reverberar por longos anos no IBGE, a exemplo das cinco edições de **Problemas de base do Brasil** – a última data de 1958. No entanto, a consubstanciação política de suas diretrizes esvaziava-se com a redemocratização. Doravante, suas proposições somente teriam importância em questões pontuais, como a da transferência da capital para o planalto central.

Assim encontramos o Instituto em 1951. Esvaziado de sua autoridade para formular um projeto nacional, através do espaço e da fronteira, o IBGE já havia rendido a Macedo os seus frutos. Era hora de se retirar. A prudência, a primeira das virtudes da arte da diplomacia, tão dominada por Macedo, o ordenava. Tanto melhor se estava imerso, àquela altura, na grande obra que seu fervor religioso inspirava: uma história da igreja católica no Brasil que, todavia, deixaria inconclusa. Voltaria uma vez mais ao IBGE, entre novembro de 1955 e maio de 1956. A brevidade de sua permanência demonstra que sua volta foi apenas a título de dever patriótico, instigado pela solicitação do presidente em exercício, Nereu Ramos.

Retirava-se, em maio de 1956, de mais uma posição de liderança que ocupara, entre dezenas. A presidência do IBGE, porém, não foi como as outras. Ele foi o seu primeiro e mais marcante prócer. Construiu o mundo da estatística e o da geografia, onde tudo havia por ser feito. Instado a ser seu presidente, não titubeou, pois, de fato, nunca negou desafios, no decorrer de toda sua perfilada carreira pública. Ao contrário, sempre os encarou e, na grande maioria das vezes, colecionou méritos e honrarias condizentes com sua estatura de homem de ação e de letras. O IBGE cintila como uma das mais brilhantes estrelas em sua constelação pessoal. Um dos únicos fracassos que o vitimaram foi a derrota política na querela sobre o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, o último do homem de governo. Até a morte apanhá-lo, cultivaria sua virtuose intelectual nas tertúlias e nos certames do IHGB e da ABL. Deixava, a 29 de janeiro de 1968, um legado de difícil mensuração. Afinal, foi o último grande representante de sua geração, ao combinar de forma ímpar a arte do político e o ofício do intelectual. Estas duas grandes faces da genialidade compuseram em José Carlos de Macedo Soares uma sinfonia única. As determinações históricas, com a emergência do político profissional e da tecnocracia informacional, não permitiriam mais tão exímia articulação entre ação e criação. Esta era marca de sua individualidade, ainda que historicamente condicionada. A prova de que um gênio pode até fazer discípulos, mas raramente verdadeiros herdeiros.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Macedo Soares, o primeiro presidente do IBGE

Em seu extenso currículo onde se incluem as atividades de político, sociólogo, diplomata, historiador e geógrafo, cintila em letras de ouro o fato de Macedo Soares ser o primeiro presidente do IBGE, desde o tempo em que tinha o nome de Instituto Nacional de Estatística. Ele era a face política do Instituto. A sua presença a frente do principal órgão de estatística nacional permitia dar a Teixeira de Freitas a tranqüilidade necessária para os trabalhos técnicos da Casa. Esteve na presidência do IBGE de 1936 a 1951 – período conhecido como anos heróicos e de consolidação - e ainda retornou em 1955 para afastar-se definitivamente no ano seguinte.

José Carlos de Macedo Soares nasceu em São Paulo, a 6 de novembro de 1883. Era filho de José Eduardo de Macedo Soares e Cândida Azevedo Sodré de Macedo Soares. Seu pai era professor e empresário, tendo inclusive fundado o paulistano Ginásio Macedo Soares. Tanto por parte de pai quanto no seu lado materno ele descendia de famílias tradicionais paulistas, do qual fizeram parte, inclusive, conselheiros do Império.

Seus primeiros estudos foram na Escola Modelo Caetano de Campos, posteriormente seguindo para o Ginásio da Capital, onde estudou até 1901. De lá, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1905. Lá, no seu último ano de estudante, chegou a presidência do Centro Acadêmico 11 de agosto, a primeira de muitas outras que acumularia em sua vida.

Logo depois de formado, recebeu a nomeação para o cargo de professor de Economia Política e Ciência das Finanças do curso superior da Escola de Comércio Álvares Penteado e em seguida, foi diretor do Ginásio Macedo Soares. Em 1909, entrou para a Campanha Civilista, apoiando Ruy Barbosa em sua candidatura a presidência. Junto com seu irmão, José Eduardo, funda o jornal O Imparcial para apoiar a candidatura do senador baiano contra Hermes da Fonseca. Com o malogro de seu candidato, volta-se para suas atividades de empresário. Em 1923, torna-se presidente da Associação Comercial de São Paulo e um ano depois, por ocasião da Revolta de 5 de Julho, toma o partido dos legalistas, apoiando o presi dente do estado, Carlos de Campos e até tornando-se um importante negociador, mas acaba colaborando com as forças revolucionárias para evitar desordens. Por sua colaboração, acabou preso ao fim da revolta.

Depois de passar três anos na Europa, Macedo Soares retorna e se engaja na Aliança Liberal, chefiada por Getúlio Vargas. Com a deposição de Washington Luís, em outubro de 1930, ele faz parte do governo provisório paulista, como secretário do Interior. Em 1932, seria convidado para funções diplomáticas no continente europeu, mas retornaria ao Brasil ainda neste ano. Elege-se deputado constituinte e é escolhido por Getúlio para a pasta das Relações Exteriores, em 1934. Participa, no

ano seguinte, da conferência que discutia a questão do Chaco, e por sua participação é chamado pelos argentinos de o "Chanceler da Paz".

Em 29 maio de 1936 toma posse como primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Estatística, sem deixar de ser ministro. Estaria à frente do Instituto por 15 anos. Embora a figura solar de Teixeira de Freitas atraísse as atenções, por sua inesgotável capacidade técnica, não se pode negar a importância de Macedo Soares na fundação e nos chamados anos heróicos do IBGE. Em sua atividade como chanceler, no contato com representantes de outros países ele percebeu que as estatísticas brasileiras eram falhas e sem maior concisão. Macedo conversou sobre isso com o presidente Vargas, e como já estivesse criado o INE mas ainda não tinha sido instalado, nem tinha sede ou pessoal disponível, uniu-se a Teixeira no esforço por sua definitiva implementação. Provavelmente isto levou Getúlio a decidir pelo seu nome para a presidência do órgão. Além disso, por sua participação na presidência de uma comissão de técnicos dos órgãos de estatística dos ministérios, fez com que o próprio Teixeira visse nele, homem de grande prestígio pessoal, um bom nome para presidir o Instituto ainda não instalado.

Naquele momento, era muito importante ter o respaldo de uma personalidade política forte para lutar pelas idéias de Teixeira. Em seu período como presidente, nunca interferia a não ser para apoiar integralmente nomeações e decisões da Junta Executiva. Foi de suma importância sua posição intransigente contra ameaças de injunções políticas no IBGE, muitas vezes até ameaçando se demitir. Nem ao seu próprio partido – o Partido Social Democrata - PSD – ele se dignava a atender em rogos de colocações em cargos no IBGE. E tudo isto sem qualquer apego de ordem material. A dotação que ele recebia como presidente, fazia retornar, a título de doação ao próprio Instituto.

Por iniciativa de Macedo Soares, em cada 29 de maio dirigentes e funcionários do IBGE iam ao presidente da República prestar contas e exibir-lhe os trabalhos efetuados na Casa.

Tinha Macedo especial apreço pelo Serviço Gráfico do IBGE e por suas publicações. Mantinha em sua residência alguns exemplares para serem oferecidas a homens públicos de alto coturno que o fosse visitar.

Depois de ter deixado a presidência do IBGE, em 1951, retornou a ela quatro anos depois, atendendo a um pedido do então presidente em exercício, Nereu Ramos. Pouco tempo depois de Juscelino Kubitschek ter assumido a presidência, ele pediu demissão em caráter irrevogável, recebendo os agradecimentos de JK, que o denominou "servidor-padrão do IBGE".

Entre os muitos outros cargos por ele exercidos, destacam-se os de ministro das Relações Exteriores (por duas vezes), da Justiça (também por duas vezes), a interventoria de São Paulo, a presidência da Sociedade Brasileira de Estatística, da Sociedade Brasileira de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (designado posteriormente como seu presidente perpétuo) e da Academia Brasileira de Letras. Deixou também várias obras publicadas.

Faleceu, em São Paulo, na madrugada de 29 de janeiro de 1968, deixando viúva Matilde Melchert da Fonseca Macedo Soares.

Críticas externas: luzes e sombras (c.1956 - c.1967)

PARTE 3

1958: Seminário diagnostica deficiência e insuficiência nas estatísticas econômicas

Capítulo 18



Ônibus da linha Goiânia - Brasília, em Corumbá de Goiás, em 1957.
Foto: T. Somlo.

O suicídio de *Getúlio Vargas*, em 24 de agosto de 1954, até 31 de janeiro de 1956, quando começa o governo *Juscelino Kubitschek*, o País teve três presidentes: *Café Filho* (Vice-Presidente), *Carlos Luz* (Presidente da Câmara), *Nereu Ramos* (Presidente do Senado), em meio a golpes militares liderados pelo General *Teixeira Lott*. Com *Juscelino Kubitschek*, até 31 de janeiro de 1961, não sem crises várias, inclusive militares, que bem supera e controla, o País viverá uma enorme euforia, com avanços econômicos inimagináveis; surge a indústria automobilística, e em seu bojo uma rede incrível de estradas de rodagem corta o País. Guiado pelo Plano de Metas, sob o brado de "50 anos em 5", o País viverá uma euforia de progresso, de desenvolvimento.

Nesse contexto, para se fazer planos, para orientar decisões, para avaliar os resultados, naturalmente, estatísticas são demandadas[422]; naquele instante, o seriam, em especial, as estatísticas econômicas. Estatísticas com qualidade, e em profusão; mais que as primárias, também as derivadas, estas, em especial, na linha do avanço da Ciência Econômica.[423] As exigências e as expectativas são variadíssimas; contudo, o sistema estatístico existente apresenta limitações inaceitáveis. Até aquele momento, os usuários – os consumidores de estatísticas – jamais haviam expressado suas necessidades aos produtores, com tanta clareza, com tanta abrangência. Eis um novo momento na atividade estatística brasileira.

À época, pelo visto e sabido, atuava-se nos limites dos registros administrativos, sendo, não raro, insuficientes nas suas coberturas e nos seus conteúdos; e o sendo muito em especial com respeito às estatísticas econômicas, como visto antes. Pois em tempo de intensificação do planejamento, ao ampliar-se a demanda por estatísticas, impunha-se a superação dessas limitações, com a criação de registros estatísticos, vale dizer, com clareza, registros com fins estatísticos, tendo-se suas coberturas e seus conteúdos sob controle absoluto, para tanto, podendo-se e devendo-se utilizar a técnica de amostragem (o que fora posto ao tempo da crise *Polli Coelho*).

A crítica ao sistema virá de fora, mas não por ter vindo de usuários, uma vez que no interior do sistema também os havia, na figura dos estatistas. Mas antes pelo foco da demanda, qual seja, as estatísticas econômicas para fins de planejamento; aí sim estava uma novidade, uma dupla novidade: dar-se ênfase ao enfoque econômico, e voltá-lo ao planejamento do desenvolvimento. Quanto a isso, por certo, não havia massa crítica no interior do sistema estatístico; nele não havia visões temáticas de conjunto,

[422] No governo Eurico Dutra (1946-1951) houve uma prática de plano, o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), mas sem grandes pressões sobre o sistema estatístico brasileiro.

[423] Ver nos capítulos 5 e 6, deste volume, referências às estatísticas econômicas.

ao menos, diga-se sem dúvidas, nunca houvera uma temática tão abrangente; sim, era uma novidade o enfoque econômico para planejamento.

Iniciativa e estrutura do seminário; principais participantes

A demanda, na ótica dos usuários, será expressa no Seminário de Estatística (dito primeiro seminário) realizado de 9 a 19 de dezembro de 1958 pela Confederação Nacional da Indústria (sob a presidência de *Lídio Lunardi*) e pelo Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico (sob a presidência de *Pedro Paulo Penido*), "congregando 'produtores' e 'consumidores' de estatísticas, ou seja, os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de diversas entidades pública e privada interessadas no aperfeiçoamento dos instrumentos básicos de análise econômica e social" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 3). Antes de seguir, note-se que o IBGE (sob a presidência de *Jurandyr Pires Ferreira*[424]) não foi chamado a co-promover o seminário, o que seria natural; ademais, note-se a não menção ao Conselho Nacional de Estatística, órgão superior do sistema estatístico, e que seria o correto.

Na preparação do seminário, um grupo de trabalho elaborou seis textos básicos: "Estatísticas referentes à população", por *Vinícius Fonseca*; "Estatísticas da produção primária", por *Maurício Rangel Reis* (futuro Ministro do Interior); "Estatísticas da distribuição" e "Estrutura do sistema estatístico nacional", por *Newton Pires de Azevedo* (todos técnicos do Núcleo de Planejamento Censitário); "Estatísticas da produção industrial" e "Estatísticas financeiras", por *Isaac Kerstenetzky* (da Fundação Getúlio Vargas; futuro Presidente da Fundação IBGE). Estes textos foram distribuídos previamente, facilitando a condução do evento.

Além desses textos, cerca de 20 outros foram elaborados e apresentados no seminário; todos fazem parte dos **Anais** do evento, impressos no serviço gráfico do IBGE, num grosso volume de 876 páginas; em 1959[425]. Dos **Anais**, destacou-se as **Recomendações finais** em separata mandada imprimir pelo Instituto Roberto Simonsen, com 24 páginas; em 1959, bem assim, na Resolução nº 750, de 8 de junho de 1959, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que registrou a realização do seminário e recomendou suas conclusões.

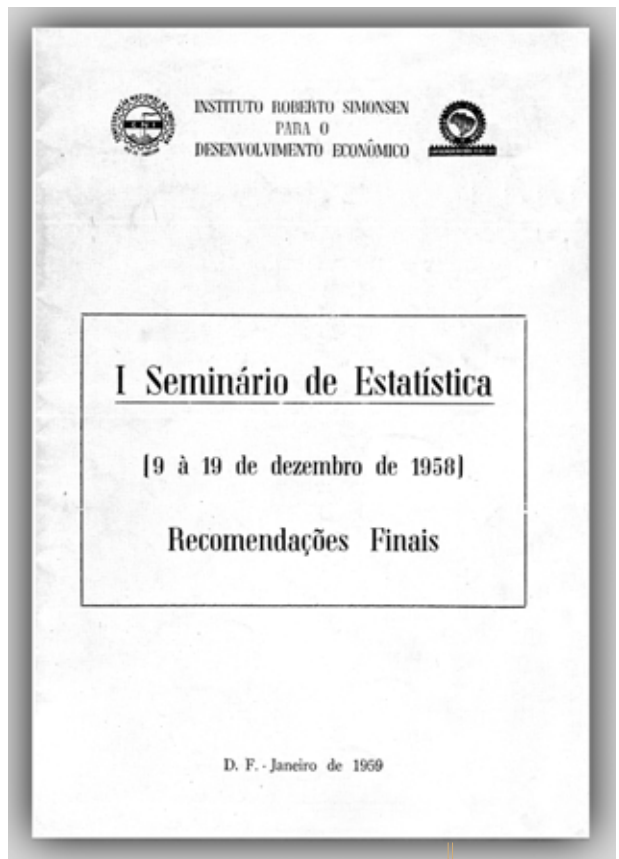
A Coordenação-Geral do seminário esteve a cargo de *Maurício Rangel Reis*. Fizeram-se representar 36 instituições, num total de quase 100 participantes, dos quais 35 eram do IBGE (inclusive da Escola Nacional de Ciências Estatísticas) ou do Conselho Nacional de Estatística. Pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Serviço Social da Indústria foram sete e cinco pessoas, respectivamente; o Instituto Roberto Simonsen

[424] Presidiu o IBGE de maio de 1956 a janeiro de 1961, portanto em quase todo o governo Juscelino Kubitschek. Entre junho a novembro de 1958 licenciou-se para concorrer a uma vaga de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, ainda DF, deixando Moacir Malheiros na presidência; não sendo eleito, voltou. Nesse período, três pessoas assumiram a Secretaria-Geral: Antonio Paulino Limpo Teixeira de Freitas (junho a agosto de 1956; filho de Mário Augusto Teixeira de Freitas), Luiz e Abreu Moreira (agosto de 1956 a agosto de 1958), Hildebrando Martins da Silva (agosto de 1956 a fevereiro de 1961). Por gentil oferta de Waldemar Freire Lopes, ao final de 2005, está no acervo de Memória Institucional, o segmento das memórias de Jurandyr Pires Ferreira (ao que se sabe, inéditas) referente à sua passagem pela presidência do IBGE, que bem revela sua personalidade egocêntrica, vaidosa ao extremo.

[425] O volume que usamos nos foi oferecido por Artur Ferreira da Silva, antigo e notável ibgeano.

enviou cinco nomes; a Fundação Getúlio Vargas, quatro. A grande maioria das instituições representou-se com somente uma pessoa.

Entre os presentes, além dos nomes acima, valerá realçar outros: *Otávio Gouveia de Bulhões* (futuro Ministro da Fazenda), *Anibal Villela* (futuro Diretor-Geral do IBGE); *Margaret Costa* e *Salomão Schattan*; *Oliver Onody*[426]; *Maurício Filchtiner* (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística sob *Florêncio de Abreu*); *Alberto Martins* (sucessor de Teixeira de Freitas no serviço de estatística do Ministério da Educação) e *Rubem Porto* (várias vezes presidente interino do IBGE); *Lauro Sodré Viveiros de Castro* (professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; e futuro Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística); *Giorgio Mortara*[427] e *Lyra Madeira*; *Ovídio de Andrade Júnior*, *Alberto Passos Guimarães*[428], *Florentino Vianna Hansted*, *Elson dos Santos Mattos*, *Amaro da Costa Monteiro* (futuro Diretor Técnico do IBGE), *Heitor Veloso* e *Rodolpho Wensche*; *Olavo Baptista Filho* e *Francisco Cronje de Oliveira* (Inspetores Regionais em São Paulo e no Pará, respectivamente); *Affonso de Toledo Piza* (Departamento de Estatística de São Paulo).


INSTITUTO ROBERTO SIMONSEN
PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

I Seminário de Estatística

[9 à 19 de dezembro de 1958]

Recomendações Finais

D. F. - Janeiro de 1959

Capa de "I Seminário de Estatística", de 9 a 19 de dezembro de 1959.

A questão das técnicas e dos técnicos

Thomas B. Jabine, na função de Assessor em Estatística da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil, foi chamado a palestrar (Observações gerais sobre o sistema estatístico brasileiro). Em maio de 1958, fora feito um "Acordo de Assistência Técnica" com o IBGE, tendo como objetivos "o aperfeiçoamento da qualidade e utilidade tanto dos Censos 1960 como dos levantamentos da estatística permanente do IBGE, principalmente pela aplicação de técnicas de amostragem modernas" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 83).

> A necessidade principal, a fim de realizar este objetivo, é a do treinamento de técnicos brasileiros na teoria e aplicação das técnicas de amostragem no que se refere à sua aplicação nos censos e inquéritos. Este treinamento está sendo efetuado de dois modos. Em primeiro lugar, os futuros técnicos de amostragem estão recebendo treinamento em serviço no Brasil, através da participação em projetos de demonstração, compreendendo a aplicação de amostragem e alguns dos inquéritos permanentes e através de estudos e planos preliminares para aplicação de amostra-

[426] Economista; compilou incríveis séries estatísticas, ainda hoje usadas com proveito.

[427] Ver o capítulo 12, neste volume, a ele dedicado.

[428] Autor de vários livros famosos, entre os quais **Quatro séculos de latifúndio**.



Visita do presidente Florêncio Abreu ao Serviço Nacional de Recenseamento, em outubro de 1952. (Da esq. para dir.): Elson Mattos, Sebastião de Oliveira Reis, Virgilio Gualberto, Arnaldo Nuno de Barros Pereira, Heitor Vellôzo, pres. Florêncio Abreu e Silva, José Romero, Ovidio de Andrade Júnior, Newton Pires de Azevedo, Florentino Vianna Hansted, Darcy de Oliveira Cabral e Wilson Távora Maia.

> gem no programa censitário de 1960. Em segundo lugar, um número limitado de técnicos brasileiros está recebendo treinamento prático e teórico de amostragem nos Estados Unidos sob a orientação do *Bureau* do Censo dos Estados Unidos (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 83-84, grifo nosso).

Enfatizou entender que seria quase "ilimitado o número de possíveis aplicações de amostragem num programa de coleta de dados estatísticos". Entretanto, devido às condições brasileiras, ainda com poucos técnicos em amostragem, recomendava concentrar sua aplicação ao Censo de 1960, acumulando-se experiências e constatando-se suas inúmeras vantagens, e só então organizar um levantamento por amostragem, de âmbito nacional, "pelo qual se obteriam periodicamente, dados sobre mão-de-obra e outros itens de interesse geral" (e que seria no futuro a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). E prossegue com propriedade:

> Deve-se reconhecer, entretanto, que levantamentos desta espécie a fim de serem bem-sucedidos, devem contar com a participação integral de diversos técnicos, não somente técnicos em amostragem, mas também especialistas dos assuntos abrangidos pelo levantamento os quais serão capazes de colaborar na elaboração dos questionários e das instruções aos recenseadores. São também imprescindíveis no planejamento e em outras fases da operação, técnicos em coleta e apuração de dados estatísticos. Outrossim, antes de iniciar a pesquisa, seria necessário executar-se trabalhos cartográficos básicos nos municípios que fossem incluídos no levantamento.
>
> Não se pretende, por estas observações, desencorajar a apreciação dos diversos tipos de aplicação de amostragem, os quais poderão ser utilizados no futuro. Apenas, a amostragem não é uma solução fácil e rápida para todos os problemas estatísticos do Brasil, assim como um cérebro eletrônico não o seria por si só. Nem a amostragem, nem os cérebros eletrônicos conseguem suprir a falta de um bom número de técnicos capazes e de uma organização estatística eficiente (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 84, grifo nosso).

Deixando a amostragem, prossegue tratando de outros temas. Como o objetivo do seminário, entende-se, será o de apontar deficiências e insuficiências, começa, por justeza e prudência, elogiando a atividade estatística brasileira, a partir do IBGE.

Quanto às estatísticas censitárias, sugere a inclusão das seguintes temáticas: "freqüência escolar, migração interna e renda individual e familiar"; e sugere a revisão do conceito de ocupação habitual das pessoas. Preocupa-se com o registro civil.

Quanto às estatísticas econômicas, pese haver muitas pesquisas, enfatiza sua não coordenação, e sua não publicação sistemática, com marcantes divergências. Afora a falta de diversas temáticas importantes, inclusive agregações.

Quanto às estatísticas cultural e social, pese haver muitas e variadas, em especial as de educação; as estatísticas do desemprego e do emprego seguiam frágeis, entre outras. Menos que falhas, sugeria melhorias.

E prossegue criticando. Em face dos recursos, sobremodo os recursos humanos, pergunta se o programa estatístico não seria demasiado ambicioso, se não seria melhor centrar esforços nas temáticas mais essenciais. Não obstante a escassez de recursos, enfatiza a debilidade da coordenação desenvolvida, justo a razão da criação do IBGE, que estaria incapaz de impedir a variedade de investigações sobre uma mesma temática, por exemplo a indústria, e incapaz de promover uma necessária colaboração. Ademais, põe em dúvida a necessidade da cobertura municipal das agências, outro pilar do IBGE; as agências poderiam, a seu juízo, cobrir grupos de municípios, com vantagens na formação e no treinamento, em face da futura adoção da amostragem. E clama por mudanças possíveis nas operações de codificação, de perfuração de cartões, de apuração, de crítica, em especial a feitura de manuais de instruções. Por fim, com grande ênfase, advoga melhoria na capacitação do quadro de pessoal:

> Indubitavelmente, muitos dos problemas enfrentados atualmente pelo IBGE resultam da escassez de pessoal técnico experiente – estatísticos analíticos com profundo conhecimento dos problemas peculiares aos vários assuntos especializados; estatísticos matemáticos que dominem com sua experiência a teoria matemática relacionada à amostragem, controle da qualidade, planejamento experimental, utilização de números-índice, e muitos outros campos; estatísticos de levantamento, com experiência em planejamento de questionário, treinamento de entrevistadores, técnicas de entrevista, e métodos de processamento e apuração; e administradores estatísticos que sejam capazes de coordenar os esforços dos outros técnicos (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 98-99).

Em várias outras palestras haverá revisitas a essas temáticas, e haverá outros temas em pauta. Três deles merecem destaque, as questões das agências municipais de estatística, da estrutura da atividade estatística brasileira, do programa estatístico.

A questão das agências municipais de estatística

Newton Pires de Azevedo (Núcleo de Planejamento Censitário), no texto básico alusivo à "Estrutura do sistema estatístico nacional", em traços rápidos, aborda a origem das agências, um dos valores da história ibgeana. Recorda que "organizar e administrar a rede nacional de serviços municipais" aumentou "os encargos de natureza administrativa da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística", prejudicando os progressos técnicos. E avança em considerações interessantíssimas.

> A outorga, ao IBGE, da administração dos Serviços Municipais de Estatística, e de recursos vinculados à manutenção da rede local, contribuiu para o gradu-

> al aperfeiçoamento daqueles serviços e, conseqüentemente, beneficiou o sistema dos serviços estatísticos. Os órgãos regionais foram aliviados dos pesados encargos da coleta, que passaram à direção, em cada Unidade da Federação, das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal. Mas, enquanto se fortalecia, em organização e recursos, a órbita local, medidas semelhantes não se puderam liberalizar em relação à "organização regional" e à "organização federal". É certo que o Conselho Nacional de Estatística concede auxílios financeiros aos Departamentos Regionais e aos Serviços Federais de Estatística. Tais contribuições, contudo, representam meros subsídios à precária situação da maior parte dos serviços regionais (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 60-61).
>
> As Unidades da Federação, carentes de recursos, não puderam renovar a estrutura de seus serviços estatísticos, de forma a acompanhar a organização impressa pelo IBGE às Inspetorias Regionais e às Agências Municipais de Estatística. Quer em pessoal ou em aparelhamento, lutam os serviços regionais com deficiências de difícil remoçar. Integrados ao Instituto, julgam-se os servidores regionais alvo de tratamento discriminatório. Os pronunciamentos em prol da "federalização dos serviços estatísticos", partidos de órgãos deliberativos do Instituto, retratam o estado de espírito dominante, que se reflete no rendimento dos trabalhos estatísticos.
>
> Com a autarquização dos serviços municipais obteve-se a melhoria das tarefas ligadas à coleta; acentuou-se, contudo, o desequilíbrio, nas fases subseqüentes de trabalho (crítica, apuração, sistematização e divulgação dos resultados estatísticos), a cargo dos órgãos regionais. É indeclinável que se procure ajustar as peças que integram o sistema estatístico nacional, facultando-se aos serviços regionais os meios indispensáveis à execução de seus fins, e prevenindo-se a criação de zonas de atrito entre órgãos que se devem mutuamente articular (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 61).

Dois associados da Sociedade Brasileira de Estatística, *Virgílio Gualberto* e *Paulo Rangel*, fizeram palestra (Os trabalhos de campo na estatística brasileira). Por certo, não foram simpáticos à manutenção da municipalização, fator que dizem ser muito usado contra a utilização da amostragem. Argumentam:

> Um dos argumentos que tem sido usado para justificar a instalação de uma agência em cada município, é o de que o IBGE é obrigado a levantar suas estatísticas com discriminação municipal, muito embora a não existência de agências em todos os municípios não impossibilite a discriminação municipal dos dados. A afirmativa não tem maior cabimento, pois a experiência destes 20 anos esclarece que, a não ser os levantamentos censitários, somente algumas poucas estatísticas elaboradas pelo Serviço de Estatística da Produção têm sido públicas por município. A maioria das estatísticas, que figuram no Anuário Estatístico do Brasil, nem sequer têm tal possibilidade, pois as investigações não são feitas por município: tais são as estatísticas levantadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira e pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Muitas das elaboradas pelo Serviço de Estatística da Educação e pelo Serviço de Estatística da Saúde, referem-se apenas às capitais, sendo pouquíssimas as que atingem os municípios do interior.
>
> Além das dificuldades técnicas para elaboração de dados por município, quando as pesquisas se referem a grandes coletividades (estatísticas agrícolas, por exemplo), há que considerar a proibição legal da divulgação de dados que individualizem os resultados, o que ocorre quando as pesquisas se refiram a grandes coletividades regionais, mas que se transformam em dados individuais quando a discriminação atinge o município (indústria, comércio, bancos, hospitais, etc.) (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 104).

O uso do anuário para relevar a não divulgação de estatísticas municipais não é de todo justo. Afinal, os anuários ficariam demasiadamente volumosos, e inope-

rantes. Por sua natureza, são sintéticos. Contudo, à época, ele era a peça-chave da divulgação estatística, daí a sua visibilidade. Ora, bastaria haver uma base de dados municipais, seja para divulgações em publicações apropriadas, seja para divulgações específicas, mediante demanda, e já se justificariam as estatísticas municipais. Mas essas bases, hoje comuns, então, praticamente eram inexistentes, donde a visão dos autores procederia.



Mauricio Rangel Reis, [s.d.].

Maurício Rangel Reis, em sua palestra "Algumas observações sobre a estrutura do sistema estatístico nacional", à qual voltaremos em detalhes adiante, considera valiosas as agências, mas manifesta ceticismo sobre se deviam ser municipais, se não deviam ser por grupos de municípios. Contudo, não aprofunda suas considerações.

Seguiu-se a valiosa palestra de *Maurício Filchtiner*, em que afirma não aceitar as opiniões que advogavam a modificação da cobertura das agências: "não vejo porque se abandonar um Município em detrimento de outro ou dar maior recurso a um, esquecendo o outro" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 114).

Enfim, eis uma grande polêmica, a existência municipal das agências. Essa polêmica será recorrente, em várias futuras críticas ao sistema estatístico, e só será solucionada com o surgimento da Fundação IBGE, quando as agências passarão a responder por conjuntos de municípios. Onde tê-las e quantas, serão as dúvidas futuras, e seguem sendo ainda hoje, a cada reforma de estrutura. Contudo, com o retorno dos registros administrativos como fonte possível e necessária à elaboração das estatísticas, em tempos de restrições variadas à geração dos registros estatísticos, renovam-se os argumentos da abrangência municipal, fazendo renascer a polêmica.

A questão da reforma estrutural

Maurício Filchtiner, em sua palestra, diz, a certa altura: "a responsabilidade das boas e más estatísticas são sempre atribuídas ao IBGE, e eu pergunto: que estatísticas o IBGE elabora?". E lembra que sua função não seria produzir, mas sim coordenar; e afirma, severo: "não é a instituição propriamente a culpada pelo atual estado de coisas, daquilo que se reclama". E conclui, enfático: "entreguem a instituição aos verdadeiros técnicos da estatística brasileira, entreguem a instituição àqueles que trabalham há vários anos na estatística e estou certo de que não haverá necessidade de muitas reuniões para reclamar o que realmente falta" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 115-116).

A seu juízo haveria massa-crítica institucional, bastante para solucionar os problemas percebidos. E lembra os estudos que realizou, enquanto secretário-geral,

encaminhando a centralização, no órgão central, de todas as etapas de pesquisa – coleta, crítica, apuração, análise de todas as estatísticas. Vale dizer, os serviços federais de estatística seriam integrados à estrutura do IBGE, com evidentes problemas políticos, de complexa superação; contudo, o aludido estudo atendia aos desejos dos serviços federais, e, por isso, teria seus chefes como aliados, o que ajudaria muitíssimo. Eis, enfim, em síntese sua proposta de estrutura:

> O sistema estatístico-geográfico brasileiro dentro do que eu denominaria nacionalização permaneceria a fim de manter, em linhas gerais, o regime ora existente de cooperação intergovernamental. Seria dividido em três grandes departamentos: o Departamento [Nacional] de Estatística, o Departamento Nacional de Geografia e o Departamento Nacional de Pesquisas e Análises. Esses três departamentos seriam os responsáveis pelo sistema estatístico-geográfico brasileiro.
>
> No Departamento de Estatística haveria uma equipe planejadora a fim de propor um plano de Estatística Nacional. Essa equipe seria integrada por estatísticos, economistas, agrônomos, sociólogos, demógrafos, etc. e outros especialistas.
>
> Da mesma forma quanto ao Departamento de Geografia. Rendo minhas homenagens aos geógrafos de minha terra. Mas o que é certo e que é verdadeiro é que até agora não tomei conhecimento dos mapas municipais, que eles são obrigados a elaborar. Parece-me que há mais de vinte anos...
>
> Também o sistema geográfico deve ser reformado a fim de facilitar vários estudos e o conhecimento das várias zonas do país.
>
> Finalmente, o Departamento Nacional de Pesquisa[s] e Análise[s] coroaria a grande instituição, examinando justamente com as principais entidades governamentais e privadas, tais como a Fundação Getúlio Vargas, o Conselho Nacional de Economia, os Centros de Pesquisa das Universidades, e várias outras, a profundidade dos diversos inquéritos. Desse Departamento faria parte forçosamente a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 116, grifo nosso).

No Departamento de Estatística seriam postos os serviços federais, que seriam centralizados; seu sucesso exigiria a presença de diferentes especialistas, como bem diz o autor. O Departamento de Geografia sofre severa crítica, ao ser cobrado pelos mapas municipais, vale dizer, a base geográfica (ou cartográfica) para fins da coleta estatística, o que é essencial aos institutos de estatística; em não os tendo prontos, depois de 20 anos, a geografia teria fracassado. Quanto ao Departamento de Pesquisas e Análises, a idéia de fazê-lo trabalhar em conjunto com estudiosos acadêmicos e universitários é do maior valor, infelizmente, ainda hoje não plenamente concretizada.

Maurício Rangel Reis, na sua palestra, também defende a centralização das chamadas estatísticas básicas (feitas pelos serviços federais), como as partes dum Plano Geral de Estatísticas Nacionais, a ser debatido amplamente. Em sua idéia de reforma, apenas a estatística é considerada, configurando o Instituto Brasileiro de Estatística, assim sendo, descarta a Geografia, "que constituiria um Departamento autônomo, ou ligado ao Ministério da Educação" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 107). No novo Instituto não seriam postas todas as estatísticas básicas, algumas, por sua natureza fiscalizadora, melhor ficariam nos ministérios (educação, comércio exterior, e outras).

Em síntese, o Instituto proposto teria uma Secretaria de Estatísticas Contínuas e uma Secretaria de Estatísticas Censitárias. A Secretaria de Estatísticas Contínuas teria cinco serviços temáticos: de Estatísticas da Produção Primária, de Estatísticas Industriais, de Estatísticas Demográficas, de Estatísticas Financeiras[429], de Estatísticas da Distribuição; um Serviço de Estudos e Análises, e um Serviço Central de Apuração Mecânica. A Secretaria de Estatísticas Censitárias teria os seguintes Serviços: do Censo Demográfico (decenal), do Censo Agrícola (amplo, nos anos terminados em zero; reduzido, nos anos terminados em cinco), dos Censos Econômicos (qüinqüenais)[430].

Newton Pires de Azevedo, no texto básico aludido, faz duas menções de reformas, em curso na Câmara dos Deputados. Uma, sendo o Projeto nº 3.794/58 do Deputado *Lino Braun*, sobre o custeio da atividade estatística, a ser "constituído de uma taxa adicional de dez por cento (10%) incidente sobre os produtos compreendidos nos incisos da Tabela 'D', alínea XXIV – Fumo, a que se refere a Consolidação das Leis do Imposto de Consumo". Outra, sendo o Projeto nº 3.112/57 do Deputado *Antunes de Oliveira*, "instituindo bases e diretrizes para a organização do Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais"[431], em especial seu capítulo V.

Aquele capítulo, "Dos levantamentos geográficos, cadastrais e estatísticos-censitários municipais" (em 31 artigos)[432], se destacado do projeto original, e ajustado à realidade, garante o palestrante, poderia servir de base à reforma de estrutura necessária à atividade estatística. A Geografia seria desvinculada e incorporada ao Ministério da Educação, surgindo o Instituto Brasileiro de Estatística; os órgãos centrais federal e regional (o que é novo, em relação às propostas anteriores) passariam à esfera direta de ação do novo Instituto; o custeio da atividade decorreria de um adicional de 3% no imposto sobre a renda (pessoas física e jurídica).

A reforma almejada encaminhava a centralização e a concentração da atividade estatística brasileira, vale dizer, sua definitiva federalização. E isso significava uma modificação profunda na concepção de *Teixeira de Freitas*; entretanto ele é lembrado e elogiado, e sempre se preocupa em afiançar-lhe a concordância, se vivo fosse. O tempo exigia aquelas mudanças, e como *Teixeira de Freitas* sempre soube seguir e se ajustar aos tempos, por certo também apoiaria a daquele instante, mais que isso, seria seu autor. Talvez seja fato, mas essa é uma especulação histórica ociosa, inútil mesmo; como seja, no novo tempo *Teixeira de Freitas* seguirá lembrado e valorizado como o idealizador, como o homem que pôs ordem na desordem, que deu progresso à atividade estatística brasileira. Será sempre, na memória institucional, seu fundador clarividente.

---

[429] O Instituto deveria centralizar "os trabalhos relativos ao cálculo da Renda Nacional, do Balanço de Pagamentos e da Contabilidade Nacional (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 107).

[430] Os qüinqüenais só viriam em 1975, e seriam repetidos em 1985.

[431] Nos debates, Alberto Martins levantou a suspeita de que Teixeira de Freitas, antes de morrer, tenha ajudado na redação daquele projeto, se não mesmo redigido-o completamente.

[432] O referido capítulo integra os **Anais** (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 68-81).

Reação às criticas e sugestões

Feitas as palestras tratando da estrutura da atividade estatística brasileira, deram-se os debates. Da mesa redonda, dirigida por *Thomaz Pompeu Accioly Borges*, do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais, participaram os seguintes técnicos: *Paulo Rangel*, Diretor do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura; *Nirceu da Cruz César*, Diretor do Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Augusto de Bulhões*, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; *Alberto Martins*, Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura; *Rubens Porto*, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *João Lyra Madeira* e *Virgílio Gualberto de Oliveira*, da Sociedade Brasileira de Estatística; *Genival de Almeida Santos*, do Conselho Nacional de Economia; *Maurício Rangel Reis* e *Newton Pires de Azevedo*, do Núcleo de Planejamento Censitário; *Alceu Carvalho*, do Laboratório de Estatística; *Ovídio de Andrade Júnior* e *Alberto Passos Guimarães*, do Conselho Nacional de Estatística; *Maurício Filchtiner*, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul.

Pompeu Accioly, ao iniciar os debates, põe lenha na fogueira. Vejamos algumas poucas frases sobre o IBGE: “foi, no plano administrativo, um dos últimos rebentos de porque-me-ufanismo [*sic*] em nossa terra” (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 117); “desde os seus primórdios, padeceu intensamente dos males do gigantismo”, “projetou-se um prédio majestoso que não era o mais adequado às nossas possibilidades e necessidades” (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 118); “foi, como todos sentem, um erro fundir a estatística e a geografia num mesmo órgão, urgindo sua desvinculação, para que ambos logrem um mais rápido desenvolvimento autônomo” (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 121-122); e bem mais em sua longa falação de abertura. Ao mesmo tempo diz não conhecer a situação interna do órgão, ou seja, falava baseado nas palestras, portanto, as apoiava em sua críticas e sugestões; inúmeras das assertivas em sua falação são feitas com muita vaidade e arrogância. E pontifica sua duvidosa sapiência:

> A melhor para o futuro Instituto Brasileiro de Estatística deve resultar de um trabalho em duas etapas: a primeira, a que estamos vivendo, é este balanço crítico e, mesmo impiedoso, das estatísticas brasileiras, do qual estão surgindo recomendações capazes de informar sobe os melhores rumos institucionais a adotar. A segunda deverá ser a realização de um conclave em que, despidos de vaidades e preconceitos, animados de um profundo espírito de cooperação, os técnicos e responsáveis pelas estatísticas do Brasil, discutam e se ponham de acordo sobre os levantamentos estatísticos de que o país realmente carece nesta fase de seu desenvolvimento econômico e social e as possibilidades efetivas de que eles se façam com margem aceitável de erro (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 123, grifo nosso).

O primeiro a intervir foi *Alberto Martins*, admirador e discípulo de *Teixeira de Freitas*, a quem serviu muito de perto. Começa lamentando, não sem ironia, que os que naquele instante estavam prenhes de críticas, não as tivessem expostos nos ambientes colegiados existentes; se as tivessem expostos antes, já se teria corrigido os problemas. A seu juízo, “a instituição não é defeituosa pela sua estrutura”; não a tinha como grande, mas como justa – como fruto do “gênio de Teixeira de Freitas”; proble-



Rua da cidade de Marília, SP, em 1957.

mas, naturais em toda obra humana, resultavam do desrespeito ao que fora preceituado na (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 127). Mas aceita algumas mudanças propostas, por exemplo, a união dos órgãos regionais às Inspetorias Regionais; em contraparte, não vê com bons olhos a união no órgão central dos serviços federais.

Augusto de Bulhões, valendo-se da tradicional autonomia da repartição de estatística do Ministério da Fazenda, faz uma intervenção meramente protocolar, para não passar em brancas nuvens. *Nirceu da Cruz César* mostra-se disposto ao diálogo, e reconhece a existência de problemas, "a tal ponto que se diz hoje, e eu repito isso com tristeza, com o coração dolorido – que o órgão não é o IBG É, mas IBG FOI", em demérito à invenção de "um dos homens mais cultos que o Brasil já possuiu – Teixeira de Freitas" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 132). A seu juízo, uma das razões dessa crise vem desde quando o "DASP resolveu enquadrar o IBGE naquelas normas burocráticas que regem a vida dos demais serviços públicos do país", retirando-lhe, por exemplo, as "condições para competir no mercado de trabalho e selecionar os melhores na base de uma remuneração compatível" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 134).

> O que o DASP quer fazer com o IBGE é exatamente o que fez com as repartições federais de estatística. Nossas palavras não têm eco na administração. Podemos morrer de falar, de reivindicar, de pedir, de solicitar e insistir, e não seremos atendidos. [...] Os responsáveis pelo DASP andam inteiramente na estratosfera. Temos, em nossa repartição, por exemplo, uma função que, a meu ver, é de caráter permanente – operador de máquina. Mas, o DASP entende que operador de máquina não deve ser funcionário, deve ser extranumerário. Mas, se é um trabalho permanente, de todo dia, cotidiano... [...] São problemas que o DASP não estuda, mas com a sua filosofia, passou os tentáculos no IBGE (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 135-137, grifo nosso).

Falar das ações do DASP deu "bons" frutos... *Alberto Martins* disse da decisão de se suprimir as vagas de agentes de estatística, infringindo as Convenções Municipais; ponderado, o DASP voltou atrás. *Lyra Madeira* lembrou o absurdo da efetiva

extinção da carreira de Estatístico-Analista no Conselho Nacional de Estatística, negando acordo oficial feito com o Instituto Interamericano de Estatística, havia tempos, o que punha em riscos o futuro do Laboratório de Estatístico.[433] E vários outros exemplos surgiram; pois, foi-se o DASP, mas, ainda hoje, infelizmente, continuam as incompreensões e as impropriedades decisórias da burocracia (agora brasiliense).

Rubem Porto, com serenidade e determinação, tomou da palavra: "Não é de espantar que todos os organismos precisem ser renovados periodicamente, melhorados, etc. Mas não concordo com esta 'tábula rasa' do IBGE" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 147). Bate-se contra as propostas de centralização, sejam as dos serviços federais, sejam as dos órgãos regionais; no que interessa, afirma, já recebiam orientação cooperativa do órgão central, bastando aprofundar os mecanismos de consultas existentes.

Falam ainda *Virgilio Gualberto de Oliveira*, *Maurício Rangel Reis*, *Maurício Filchtiner*, entre outros. Faltou, contudo, um consenso, capaz de fechar as sugestões, e, por isso, tornou-se inevitável postergar as decisões; dessa forma, para tentar evitar-se as calendas, ao futuro deixaram-se recomendações:

> 1. O exame pormenorizado das deficiências estruturais que afetam o bom funcionamento do Conselho Nacional de Estatística, tendo em vista uma reforma de base visando à melhoria e modernização do sistema estatístico nacional;
>
> 2. A transferência à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, mediante acordo, das apurações dos levantamentos estatísticos de competência dos serviços federais, que não venham sendo efetuados ou tenham sua divulgação retardada; e
>
> 3. A redistribuição da rede de repartições locais coletoras de informações estatísticas (Agências Municipais), com vista a aumentar-lhes o rendimento, e também a facilitar assistência técnica mais eficiente, de parte das repartições centrais de estatística e da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 161).

A questão do programa estatístico

Não obstante essa extensa análise do sistema estatístico brasileiro, a chave do evento foi o repensar do programa estatístico, fazendo-o sob o enfoque das estatísticas econômicas. Dos seis textos básicos, cinco referiam-se ao programa estatístico.

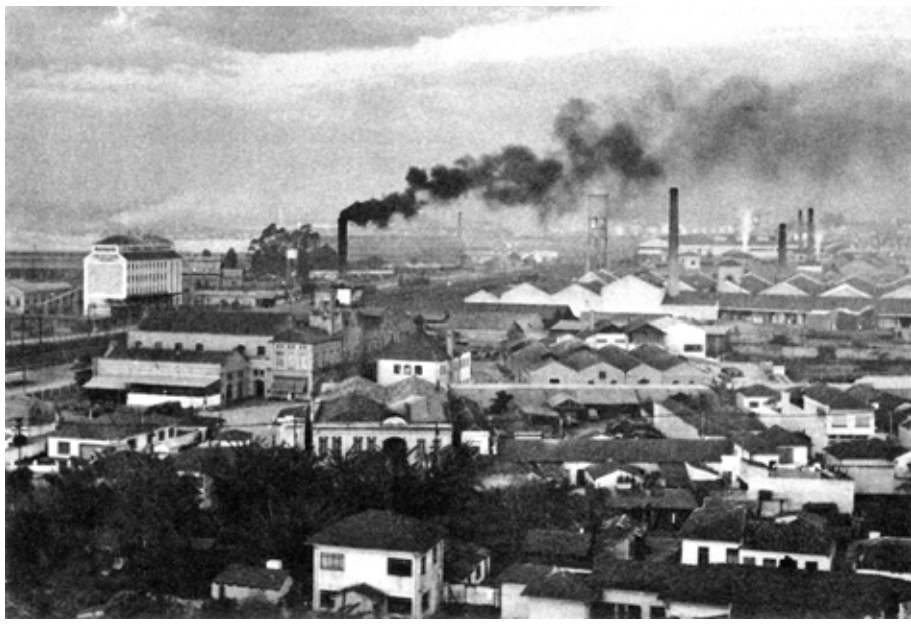
Sobre as estatísticas referentes à população, fazer o texto inicial coube a *Vinicius Fonseca*, do Núcleo de Planejamento Censitário. Tratou das seguintes estatísticas: demográficas (sobre o estado e o movimento da população), do trabalho (sobre o emprego e o desemprego, e sobre a população economicamente ativa), e sociais (sobre a renda pessoal e familiar, e sobre o orçamento familiar e custo de vida). Nessa

[433] Lyra Madeira narrou uma situação hilariante: "Vou citar um fato expressivo. Certa ocasião, tive o profundo desprazer de verificar, no Diário Oficial, que o Instituto Oswaldo Cruz havia solicitado uma verba, para aquisição de macacos. Esta verba foi cortada pelo DASP, porque achava que eram muitos macacos, para serem comprados... Não julgo que isso tenha decorrido de malícia propositada de algum funcionário do DASP. São os resultados dos atuais encargos dessa organização. O DASP tem entre suas funções cortas as verbas. Assim, não sabendo para que serviam os macacos e achando que eles eram excessivos, cortou a verba. Esse é o exemplo de como decorrem os fatos dentro da atual organização. É necessário, no caso citado, que seja o Instituto Oswaldo Cruz quem diga se são necessários os macacos, e não o DASP" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959a, p. 139-140).

linha básica, houve outros textos[434]; e ainda as palestras de *Lyra Madeira* (Estatísticas Demográficas e Econômicas) e de *Luiz Leite de Vasconcelos* (Apreciação sumária das estatísticas demográficas). Houve os debates, saindo as seguintes recomendações (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b):

> **Estatísticas demográficas: estado da população:**
>
> 1. A adoção, ao lado do critério puramente administrativo, de critérios mais científicos para a conceituação da população urbana e da população rural;
>
> 2. A distribuição da população total, obtida pelos censos, não só segundo as divisões político-administrativas, como também segundo outras divisões de significação econômico-social; e
>
> 3. O aproveitamento estatístico dos registros biométricos já existentes no País, e dos que vierem a ser implantados, para a determinação das características físicas da população brasileira, tais como o peso médio, a altura média, etc.
>
> **Estatísticas demográficas: movimento da população / estatísticas vitais:**
>
> 1. A reforma urgente da legislação relativa ao Registro Civil das Pessoas Naturais, atendendo-se principalmente às necessidades dos serviços estatísticos e aproveitando-se estudos e projetos de lei existentes;
>
> 2. A delimitação, pela autoridade estatística, de áreas geográficas segundo a qualidade das estatísticas vitais correspondentes, conforme seja boa, regular ou deficiente a cobertura regional do Registro Civil;
>
> 3. A divulgação dos dados estatísticos sobre nascimentos e óbitos também segundo o lugar de residência; e
>
> 4. O aproveitamento do registro de batizados, constante das estatísticas pertinentes aos cultos religiosos, para complementar ou mesmo substituir o registro de nascimento nas áreas em que este seja mais deficiente.
>
> **Estatísticas demográficas: movimento da população / estatísticas migratórias:**
>
> 1. A elaboração, sob orientação do Conselho Nacional de Estatística, de um plano coordenador geral, para obtenção de estatísticas completas a respeito das migrações interiores aproveitando-se, além das fontes utilizadas, outros possíveis elementos;
>
> 2. A regionalização, se possível até às zonas fisiográficas, na divulgação dos dados estatísticos relativos aos movimentos migratórios interiores, sejam diretos, sejam indiretos (de natureza censitária); e
>
> 3. A divulgação de dados estatísticos sobre a reemigração de estrangeiros do País para o exterior.
>
> **Estatísticas do trabalho e da previdência social:**
>
> 1. O desdobramento dos dados censitários sobre a atividade da população nos grupos "econômica" e "não economicamente ativo", conceituando-se objetivamente a atividade econômica, e revendo-se as classificações de "ramos de atividade" e de "ocupações", de modo a melhor ajustá-las à realidade nacional e às necessidades dos analistas, assim como a rigorosa padronização do Código de Ocupações;

[434] A saber: "Programa para a organização de um inquérito nacional por amostra no Brasil" e "Proposta para um inquérito destinado a estimar taxas de natalidade e mortalidade", ambos de Thomas B. Janine, da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil; "Estatística da previdência social e dos setores correlatos da estatística do trabalho", relatado por Estanislau Fischlowitz, do Serviço Social da Indústria; "Movimento da população e seu controle", pela Divisão de Estatísticas Demográficas do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Giorgio Mortara, embora ausente do País, enviou o texto "Algumas relações entre a precisão econômica e a previsão demográfica".



Vista parcial de São Caetano, SP, em 1957.

2. A obtenção, para divulgação periódica e regular, de estatísticas pertinentes à situação conjuntural do emprego e do desemprego no País, mediante a implantação de inquéritos específicos ou o aproveitamento de fontes indiretas;

3. A apuração sistemática, para fins de estatística do trabalho e do emprego, dos registros para controle da chamada “Lei dos dois terços”;

4. O aperfeiçoamento, apuração e divulgação dos inquéritos estatísticos sobre salários profissionais;

5. A implantação de inquéritos ou pesquisas especiais destinadas à obtenção de dados numéricos sobre paralisações coletivas de trabalho, faltas ao serviço, rotatividade de empregos e outros fatos que afetam a produção;

6. O aperfeiçoamento técnico e melhor aparelhamento dos serviços de estatística pertencentes às instituições de previdência social, para que possam fornecer informações numéricas de interesse, com satisfatório grau de exatidão e atualidade;

7. A filiação dos serviços de estatística pertencentes às instituições de previdência social ao Sistema Estatístico Nacional; e

8. O entrosamento entre as instituições de previdência social e o Núcleo de Planejamento Censitário no sentido da utilização do Recenseamento Geral de 1960 para fins da estatística previdenciária.

Estatísticas sociais:

1. A implantação de novos índices de custo de vida no País, com base em inquéritos consentâneos com as técnicas modernas, seja no que respeita aos padrões de vida, seja no que toca a coleta de preços de varejo, que deve obedecer a planos científicos para a correta seleção dos estabelecimentos informantes; e

2. A implantação e regular divulgação dos inquéritos estatísticos relativos às construções residenciais (número de prédios e área de piso), pelo menos nas principais cidades do País.

Sobre as estatísticas da produção primária, fazer o texto inicial coube a *Maurício Rangel Reis*, do Núcleo de Planejamento Censitário, abordando os seguintes aspectos: "O método de levantamento das estatísticas agrícolas anuais e a profundidade da investigação"; "A necessidade de maior vinculação entre as estatísticas agrícolas anuais e as censitárias"; "A necessidade de alterar-se a periodicidade dos Censos Agrícolas; e de abreviar-se a divulgação dos dados censitários"; com muitas minúcias. Houve, ainda, palestra de *Salomão Schattan*, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; bem assim, houve textos sobre previsão de safras, e a adoção das técnicas de amostragem nas pesquisas agrícolas. Os debates foram intensos, com as seguintes recomendações (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b):

> 1. A substituição do método subjetivo, atualmente adotado, para o levantamento da produção agrícola anual, pelo processo de amostragem, substituição que se deverá proceder gradativamente, em face das dificuldades de ordem prática que se antepõem à sua imediata implantação em escala nacional;
>
> 2. O mais rápido andamento, pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, das providências técnicas e administrativas necessárias à aplicação do processo de amostragem nas estatísticas agropecuárias contínuas, devendo para isso solicitar recursos ao Conselho Nacional de Estatística e, possivelmente, a órgãos governamentais e privados particularmente interessados na melhoria dos dados relativos à produção agrícola; e
>
> 3. A revisão do plano vigente para as estatísticas agropecuárias, inclusive as referentes à extração vegetal e animal, devendo para isso ser constituída uma Comissão integrada por especialistas das repartições federais interessadas, bem como pelo Serviço de Economia Rural e por representantes das entidades consumidoras de estatísticas.

Sobre as estatísticas da produção industrial, fazer o texto inicial coube a *Isaac Kerstnetzky*, da Fundação Getúlio Vargas, focando três sistemas de informações, a saber: "Número-índices da produção industrial", "Contas Nacionais", "Relações interindustriais". Nessa linha básica, houve vários textos[435]; e também as palestras de *Aníbal Villela*, da Fundação Getulio Vargas, e de *Ovídio de Andrade Júnior*, do Conselho Nacional de Estatística. Os debates foram a fundo na temática, com as seguintes recomendações (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b):

> 1. A concentração dos inquéritos industriais básicos, tais como: os Censos, o Registro Industrial anual e o Inquérito Econômico mensal, em um único órgão do sistema estatístico nacional;
>
> 2. A obtenção, através do levantamento censitário da indústria, das informações indispensáveis à elaboração da tabela de relações interindustriais;
>
> 3. A organização de um cadastro permanente da indústria baseada nos Censos e no Registro Industrial, sendo de se recomenda a sua publicação periódica;
>
> 4. O planejamento dos inquéritos mensais e ajustamento das respectivas séries na base dos levantamentos anuais; e
>
> 5. A divisão do campo da pesquisa industrial anual em estabelecimentos, maiores e menores, procedendo-se ao levantamento dos últimos, de preferência, pelo método de amostragem;

[435] A saber: "Índices da produção industrial", por Gustaf F. Loeb, da Fundação Getulio Vargas; "A estatística industrial como meio de informação externa", por A. Bandeira de Lima, da General Eletric; "Observações sobre o registro industrial", por José Cruz, da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe; "Registro industrial e inquéritos econômicos", vindo do Banco do Nordeste; "Recenseamento de veículos a motor", vindo da Mercedes Bens.

6. O inquérito industrial mensal deve ter em vista não só fornecer elementos para o cálculo dos índices conjunturais, como também as informações indispensáveis para as estimativas trimestrais da renda e produtos nacionais;

7. O reexame da classificação industrial, visando adaptá-la às condições atuais do parque industrial brasileiro. Deve ser considerada a revisão da lista mínima de produtos, a serem objeto de apuração anual, e os produtos de natureza essencial que devem figurar em apurações mensais;

8. A criação de um Grupo de Trabalho sob a égide do Conselho Nacional de Estatística, com a participação de entidades interessadas, para a formulação dos critérios de elaboração dos índices industriais; e

9. A fixação de condições especiais para elaboração de determinados aspectos constantes dos diversos boletins de coleta, não incluídos nos planos normais de apuração, desde que solicitadas por organizações oficiais ou não, ressalvados o sigilo previsto em lei.

Sobre as estatísticas da distribuição, fazer o texto inicial coube a *Newton Pires de Azevedo*, do Núcleo de Planejamento Censitário, abordando as estatísticas dos transportes: ferroviário; rodoviário; de carris urbanos; marítimo, fluvial e lacustre; aéreo; bem assim, as estatísticas das comunicações postais, telefônicas, telegráficas, radiotelefônicas e radiotelegráficas. Nessa linha básica, mais a questão dos índices de custo de vida, houve vários textos[436]; e mais a palestra de *Moacyr Paixão*. Dos debates surgiram as seguintes recomendações (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b):

Estatísticas da distribuição: transportes

1. A urgente aprovação do projeto encaminhado ao Congresso, em abril de 1955, pela Presidência da República, propondo a criação do Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, a fim de que se obtenha melhor coordenação das estatísticas desse setor; e

2. A divulgação, com a atualização desejável, dos dados do registro da quantidade de veículos (automóveis, ônibus, caminhões, etc.), coletados pelas Campanhas regulares do IBGE, classificados segundo a capacidade de transporte.

Estatísticas da distribuição: comércio, serviços em geral e preços

1. A inclusão do Comércio Varejista e da Prestação de Serviços no plano dos atuais inquéritos econômicos, a fim de facultar o conhecimento de informações conjunturais, inclusive das vendas a prestação;

2. A atualização, para todo o País, das estatísticas de comércio por vias internas nas duas correntes, importadora e exportadora;

3. Adequada discriminação nos resultados do Comércio Exterior, Comércio de Cabotagem e de Vias Internas, a fim de que se obtenha distinção entre bens de consumo e bens de capital;

4. Que se envidem esforços junto ao Congresso Nacional no sentido de se obter o mais rápido encaminhamento possível do projeto, oriundo do Poder Executivo de aperfeiçoamento das estatísticas do comércio interestadual; e

[436] A saber: "Exportação do Distrito Federal por vias internas", por Moysés Kessel, do Conselho Nacional de Estatística; "Comércio por vias internas", vindo do Banco do Nordeste; "A importância das estatísticas do comércio de cabotagem e vias internas no estudo da evolução da economia brasileira", por Tupy Correa Porto e Alfredo Coutinho de Medeiros Falcão, respectivamente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Instituto Roberto Simonsen; "Levantamento de preços", vindo do Serviço de Pesquisas do Mercado de Trabalho do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

5. O aperfeiçoamento das estatísticas de preços das principais mercadorias, por atacado e a varejo.

Sobre as estatísticas financeiras (renda nacional e desenvolvimento econômico), fazer o texto inicial coube a *Isaac Kerstenetzky*, da Fundação Getulio Vargas, em ampla abordagem. Nessa linha básica, houve vários textos[437]; e mais as palestras de *Isaac Kerstenetzky* e de *Otávio Gouveia de Bulhões*, ambos da Fundação Getulio Vargas, e de *Eduardo Gomes*, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Dos debates derivou-se as seguintes recomendações (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b):

1. A divulgação, com maior amplitude, de informações relativas ao movimento das Caixas Econômicas estaduais, principalmente as que se referem às dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais;

2. A inclusão, nas estatísticas bancárias, de dados relativos às operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e particularmente do valor aplicado anualmente nos diversos setores da atividade, por Unidade da Federação;

3. A inclusão, nas estatísticas, com periodicidade anual, de informações sobre salários e ordenados pagos, segundo as Unidades da Federação;

4. Divulgação, com a maior brevidade, dos balanços gerais da União;

5. Discriminação das despesas efetivamente aplicadas pelo Governo da União, em cada Unidade Federada;

6. Apuração e divulgação nos balanços dos Estados, Municípios, Autarquias Federais e Estaduais, dos dados referentes à despesa, segundo a sua natureza (pessoal, material, transferências, subsídios e investimentos);

7. Melhor classificação dos empréstimos bancários, por tipos de atividades, com discriminação das principais indústrias;

8. Realização de um levantamento especial em cada biênio, sobre os empréstimos bancários, com a sua distribuição por classes de empréstimos e ramo de atividade;

9. A realização, pela Divisão do Imposto de Renda (ou pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira), de uma consolidação dos balanços das pessoas jurídicas; e

10. A conveniência de que sejam obtidos dados sobre os débitos dos consumidores, por vendas a prestação, junto aos grandes estabelecimentos das principais cidades do País.

As recomendações sintetizam os debates, naturalmente; mas não fazem justiça à riqueza das reflexões oferecidas; seus conteúdos exigiam e exigem, ainda, suas leituras atentas. E porque se as percebia, foi sugerida a formação nos serviços federais de estatístico de Grupos de Trabalho para debaterem os resultados do seminário, bem assim, o empenho para a realização em dois anos do II Seminário (o que não ocorreu).

[437] A saber: “Roteiro para uma pesquisa regional sobre estatísticas das despesas governamentais”, vindo do Banco do Nordeste; “Aproveitamento de documentos fiscais para levantamentos estatísticos”, vindo da Divisão de Estatísticas Econômicas do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo; “Principais problemas relacionados com as estimativas do setor público em face das Contas Nacionais”, por Margareth Costa, da Fundação Getúlio Vargas.

Pontos finais

Além disso, outros temas foram tratados e receberam recomendações.

Foi recomendada a simplificação das estatísticas nacionais (as correntes e as censitárias), "dentro de um rigoroso critério de prioridades", o que, naturalmente, exigia prévio acordo com os usuários das estatísticas. Em especial, foi sugerida a progressiva utilização da amostragem (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b, p. 15).

Foram sugeridas mudanças na divulgação das estatísticas, devendo apresentar "comentários que orientem o consumidor quanto à conceituação adotada, o alcance, significado e fidedignidade das cifras divulgadas, a margem provável de erro e as possíveis omissões de informantes" (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b, p. 15).

Foi recomendada a conveniência de se ampliar os estudos e análises dos resultados, para tanto, devendo-se promover a ampliação do Laboratório de Estatística, bem assim, a criação de seções de estudos e análises nos serviços federais de estatística, atuando-se em colaboração com estudiosos externos (SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1959b, p. 16).

Foi pedido empenho na regulação da profissão do Estatístico, respeitada a variação prevista na Resolução nº 23, da Primeira Sessão do IASI, em 1947: estatísticos matemáticos, estatísticos analistas, estatísticos administrativos.[438]

Uma ampla colaboração das classes produtoras foi vivamente recomendada, com vistas a aumentar a qualidade das estatísticas. Foi-lhes solicitadas que, por ocasião das pesquisas, só prestassem informações de qualidade e atualizadas.

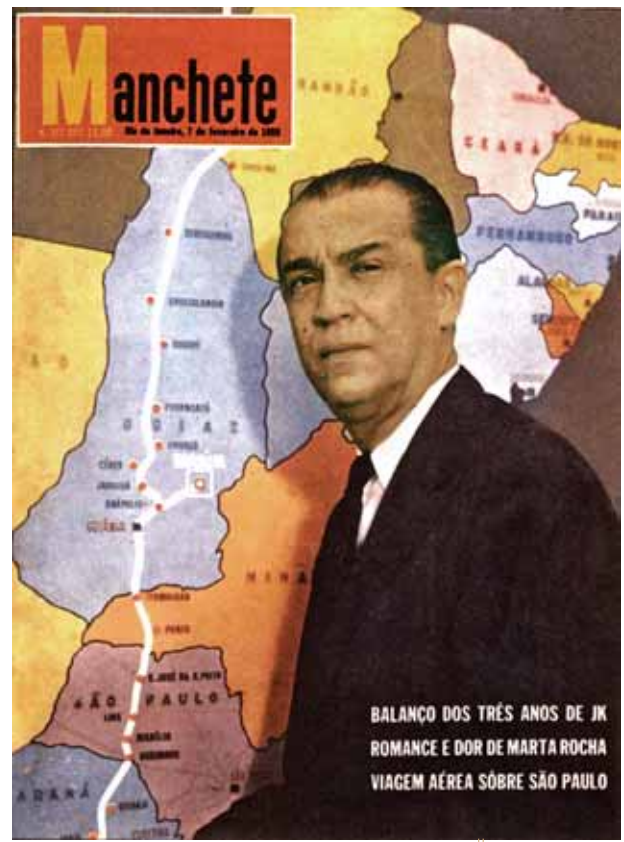
Por demais, pediu-se empenho do Congresso Nacional no sentido de se aprovar rapidamente a legislação censitária (Censo 1960), bem assim, de se liberar os recursos necessários, de modo a evitar-se delongas prejudiciais.[a*]

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume o texto: **Rangel Reis, do IBGE ao Ministério**, por Marco Santos.

[438] Ver capítulo 7 deste volume.

Em 1960, sétimo Censo Geral: nova técnicas (a novidade da amostragem) e novas máquinas (o “cérebro eletrônico”)

Capítulo 19



Capa da revista Manchete do ano de 1958.

Em 1956, após várias crises políticas, com forte atuação dos militares, tem início o governo *Juscelino Kubitschek*, com a distinta promessa, desde o período eleitoral, e com o exemplo da passagem pelo governo mineiro, de promoção de um desenvolvimento econômico (e social) acelerado; "50 anos em 5", eis seu *slogan* de governo, pressupondo um planejamento minucioso da economia, e, por isso, a exigir estatísticas abundantes, muito variadas, e de qualidade indiscutível. Por natural, em conseqüência, o sistema estatístico foi questionado, e desafiado a atender aos tempos novos, existentes e apressados. O indiscutível progresso industrial exigia melhores estatísticas, especialmente as estatísticas econômicas, e desse contexto resultou um Seminário de Estatística, em 1958, analisado em capítulo anterior.

As estatísticas contínuas foram analisadas e criticadas, recebendo sugestões de mudanças; um novo programa estatístico, com urgência, devia emergir, e houve também sugestões para fazê-lo emergir. Além dessas, as estatísticas censitárias foram também debatidas, sendo propício o momento, já que se devia começar a planejar o Censo 1960. Por investigar as estruturas, poderia mostrar os frutos de quatro anos; e mais, permitiria dar continuidade ao desenvolvimento, através de melhor planejamento, já que melhor mostraria a realidade. Então, o censo foi valorizado e estimulado; em seu planejamento, os usuários deviam ser ouvidos, e atendidos. Para seu sucesso, nada seria poupado, e o ícone dessa fartura estaria no "cérebro eletrônico" adquirido, ele que era a máxima expressão da modernidade; e se adotou, finalmente, a amostragem.[439]

À frente do início dos trabalhos censitários estiveram grandes nomes, máxime *Maurício Rangel Reis*[440], já um estudioso das condições estatísticas brasileiras, não

[439] Em todo o governo Juscelino Kubitschek, à frente do IBGE estará Jurandyr Pires Ferreira, a menos de uns poucos meses, julho a novembro de 1958, quanto se retira para tentar uma cadeira de Deputado Federal, que não obtem, e então volta ao posto; em sua ausência, o presidirá Moacyr Malheiros (de longa e distinta trajetória ibgeana). Ao empossá-lo, Juscelino Kubitschek faz muitos elogios a Macedo Soares, que saía do cargo; este, depois, quando da transmissão, não deixa de lembrar Teixeira de Freitas; nos discursos de Jurandyr Pires Ferreira a presunção transparece flagrantemente (NOVO..., 1956a).

[440] Seguirá à frente do Censo até 1963, quando, na gestão Roberto Accioly, sairá, cedendo posição a Emmanuel Leonticinius, professor do Colégio Pedro II (como também Roberto Accioly). Em 1964, após o golpe militar, à frente do censo estará o General Licínio de Moraes.



Moacyr Malheiros, [s.d.].

por acaso, coordenador do Seminário de Estatística promovido pela área industrial. Faria um trabalho cuidadoso de planejamento, mas, apesar dos sólidos alicerces, o processo censitário seria cheio de problemas, e seus resultados seriam retardados, e por pouco perdidos inteiramente; o "cérebro eletrônico" acabaria sendo um problema, não uma solução como esperado. Só se o salvou das cinzas graças à decisão corajosa, por largueza de espírito, com visão ampla, de *Isaac Kerstenetzky*, já nos anos 1970, quando no comando da Fundação IBGE. Por muito pouco não foi rompida a regularidade censitária que parecia já fixada pelo IBGE, desde sua criação.

Base legal dos censos

Sob *João Goulart*, ainda ao tempo do regime parlamentarista, sendo Presidente do Conselho de Ministros *Tancredo Neves*, foi criado um Grupo de Trabalho, no contexto da Comissão Nacional de Planejamento, para "examinar em extensão e profundidade o plano dos levantamentos a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o objetivo de possibilitar a sua ampliação e atualização, em função das necessidades do planejamento econômico e social do país" (Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962). De seu relatório (datado de finais de 1962), falaremos no próximo capítulo; por ora, como tema deste capítulo, destacaremos o documento referido ao censo em tela, elaborado por *Maurício Rangel Reis*, como diretor do Serviço Nacional de Recenseamento (e, por essa função, membro daquele grupo).

Em 1958, por um Núcleo de Planejamento Censitário, no âmbito do Conselho Nacional de Estatística, teve início os trabalhos censitários. De pronto, viu-se a base legal do censo, fazendo-se a defesa da criação, em caráter permanente, do Serviço Nacional de Recenseamento, "dando adequada organização a um sistema que funcionava, sem solução de continuidade, há mais de vinte anos, e cujo caráter instável e transitório acarretava perturbações de ordem técnica e administrativa" (REIS, 1962, p. 5)[441]. Outro ponto em defesa foi a mudança nos períodos dos censos, ou seja, "realizando-se nos anos terminados em zero o Censo Demográfico e Agrícola e nos anos terminados em 3 e 8 os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços" (REIS, 1962, p. 5).

Para ambas essas medidas, a pedido do Conselho Nacional de Estatística, o Poder Executivo, em 4 de julho de 1958, elaborou e encaminhou ao Congresso Nacional um projeto-de-lei, naquele momento, ainda tramitando[442]. Por essa razão, os trabalhos de planejamento tiveram que ser baseados no Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938 (visto em capítulo anterior), dando origem ao Decreto

[441] Não há no volume editado, composto do **Relatório final** do Grupo de trabalho (seguido dos diversos documentos preparatórios), uma única paginação, o que dificulta as citações. Contudo, neste capítulo, como estaremos usando apenas o texto sobre o censo, usaremos sua paginação.

[442] Projeto nº 4.449-A, de 1958, que dispõe sobre a realização dos Recenseamentos Gerais do Brasil. Seu debate na Câmara dos Deputados foi medíocre e, em alguns momentos, de uma mesquinhez provinciana.



Propaganda do Censo de 1960 feita no Estádio do Maracanã, Rio de Janeiro

nº 44.229, de 31 de julho de 1958, que criou a Comissão Censitária Nacional[443], e depois ao Decreto nº 47.813, de 2 de março de 1960, que criou o Serviço Nacional de Recenseamento (em caráter provisório, com o exclusivo encargo de realizar o Censo 1960)[444]. No caso dos novos períodos censitários, por envolver aspectos vários, sobremodo orçamentários, ficou-se esperando a aprovação legislativa, que, contudo, seguia morosa.

> Na realidade, é fundamental que tenha andamento no Congresso Nacional a nova legislação censitária a fim de dar-se adequada estrutura ao Serviço Nacional de Recenseamento, alterar dispositivos já superados da lei de 1938 [Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro], e adotar nova periodicidade para os levantamentos censitários. Parece-nos, porém, que ao ensejo do reexame geral da estrutura administrativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, medida por todos aconselhada, cabe estudar a criação do órgão censitário, no conjunto da nova organização estatística brasileira, cujos princípios talvez possam fruir das recomendações básicas desse Grupo de Trabalho (REIS, 1962, p. 5-6, grifo nosso).

Conteúdo dos censos

Em 1960, realizaram-se os seguintes censos: Demográfico: pessoas, famílias, e habitação; Agrícola: agricultura, pecuária, e indústrias rurais; Industrial: indústrias de transformação e da construção civil; Comercial e Serviços: comércio de mercado-

[443] " Art. 2º: A Comissão Censitária Nacional será constituída pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que será seu presidente nato; pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia; pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística; pelos Diretores dos Serviços de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura, de Estatística da Previdência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de Estatística da Saúde do Ministério da Saúde, e pelos representantes, no Conselho Nacional de Estatística, dos Ministérios da Marinha, Guerra, Relações Exteriores, Viação e Obras Públicas e Aeronáutica, e dos órgãos filiados ao aludido Conselho"; portanto, uma comissão formada por técnicos. Pelo Decreto nº 52.306, de 26 de julho de 1963, seu mandado foi prorrogado por mais três anos, a partir de 31 de julho de 1963.

[444] Seu caráter permanente só virá pela Lei nº 4.789, de 14 de outubro de 1965, já na gestão Senna Campos.

rias; serviços de reparações, alojamento e alimentação, pessoais, e comerciais; auxiliares do comércio de mercadorias, auxiliares do comércio de valores e auxiliares do comércio em geral; diversões, radiodifusão e televisão. O censo, como feito em 1950, foi, em extensão e profundidade, planejado em associação com organismos internacionais, de modo a viabilizar posteriores comparações internacionais; de uma relação de tópicos mínimos, para todos os países, cuidou-se de ampliá-los, conforme as condições de cada país, sempre com o espírito das comparações internacionais.

Segundo *Rangel Reis*, o Censo Demográfico investigou da "população total", a "condição de presença no domicílio, em referência à data do censo", e a "situação do domicílio", se rural, urbano, suburbano. Investigou-se dos indivíduos os seguintes aspectos: sexo, idade[445], estado conjugal, religião, cor[446], naturalidade, nacionalidade, nupcialidade, fecundidade (gerais); alfabetização, escolaridade, nível de instrução, curso concluído (educacionais); ramo e classe de atividade, ocupação econômica, posição na ocupação, rendimento (econômico).[447] Alguns quesitos, como os referidos à fecundidade, às características econômicas, e ao domicílio, foram investigados por amostragem, em 25% dos domicílios (finalmente a amostragem chegava ao censo)[448].

No tópico "estado conjugal", houve algumas mudanças importantes: primeiro, tomou-se como casadas "as pessoas que vivessem maritalmente, independe de vínculo matrimonial resultante de ato civil ou religioso"; segundo, para as pessoas casadas, buscou-se "a espécie do ato ou cerimônia, precisando, assim, os que vivem em união consensual" (REIS, 1962, p. 7). Para fazer avançar os estudos sobre migração, "além da investigação tradicional sobre o lugar de nascimento foram feitas perguntas sobre o último domicílio, indagando-se onde ficava localizado (situação urbana ou rural, e Unidade da Federação), e o tempo de residência" (REIS, 1962, p. 7-8). Na investigação sobre nupcialidade, perguntou-se às mulheres (em estado conjugal) sobre "a duração do casamento e ao número de filhos tidos, segundo a espécie do ato ou cerimônia do matrimônio, a situação do domicílio e os grupos de idade" (REIS, 1962, p. 8).

Sobre o "rendimento individual", que constou apenas do Censo 1900, sem, contudo, ter sido divulgada, introduzida a pedido da equipe de Renda Nacional da Fundação Getulio Vargas, "em se tratando de pesquisa suscetível de maior grau de erro, adotou-se o critério de limitá-la às faixas de renda pré-fixadas no questionário" (REIS, 1962, p. 8). Sobre a temática ocupação, "além do conceito tradicional de 'trabalhador remunerado' (ocupação exercida durante mais tempo no último ano), foi feita a pesquisa também de acordo com o conceito de 'força trabalhadora', ou seja, a

[445] Considerou-se a idade em anos completos na data do censo; para os menores de 1 ano, indagou-se a idade em meses. No Censo 1950 indagou-se às pessoas em condições de informar o dia, o mês e o ano do nascimento e às demais, a idade presumida.

[446] Foi feito como no Censo 1950, usando-se quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos (neste último grupo estando os índios).

[447] Voltou-se à utilização de 1ª de setembro como a data de referência.

[448] A amostra foi de 25% dos domicílios particulares e pessoas neles recenseadas, e 25% do grupos familiares ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos. Não houve amostra na coleta dos demais censos, ainda que se o tenha discutido longamente; entretanto, houve no Censo Agrícola uma amostra na apuração dos resultados, mas sem, contudo, ter havido redução nos custos e no tempo de apuração.

ocupação na semana anterior à data de referência" (REIS, 1962, p. 8). Sobre as condições da habitação, investigou-se "o material de que é construída; o aluguel mensal; a proveniência da água, e a existência de encanamento no seu interior; e a existência de rádio, geladeira e televisão" (REIS, 1962, p. 8).

No caso do Censo Agrícola, manteve-se o confronto histórico com 1950, mas houve algumas mudanças. Ao fim e ao cabo, houve os tópicos seguintes no principal questionário: 1 propriedades das terras, 2 responsável pela exploração, 3 atividade econômica, 4 área do estabelecimento, 5 utilização das terras / irrigação, 6 pecuária: efetivo e composição dos rebanhos, e também a produção animal, 7 produção vegetal: culturas permanentes e temporárias (inclusive horticultura e floricultura) / produção extrativa vegetal, 8 indústria rural, 9 pessoal ocupado, 10 energia elétrica, 11 veículos, 12 instalações, 13 adubação, 14 instrumentos e máquinas agrícolas, 15 emprego de força, 16 valor dos bens, 17 inversões de capital, 18 despesas diversas, 19 financiamento. Dois outros questionários foram preparados, a saber: um, para se "obter a produção particular do pessoal residente nos estabelecimentos agropecuários"; outro, para se arrolar os animais mantidos em "cocheiras, estábulos, estrebarias, currais de matadouros, de frigoríficos, charqueadas", bem assim, para os animais em trânsito (REIS, 1962, p. 9-10). [449]

No caso do Censo Industrial, "baseou-se na experiência do Censo 1950, e ainda, em levantamentos efetuados em 1955, 1956 e 1957 do Registro Industrial", e mais, "levou-se também em conta, nos estudos preliminares, os resultados da consulta 'Pesquisa sobre produtos, matérias-primas e atividade industrial', realizada pelo Núcleo de Planejamento Censitário em 1957" (REIS, 1962, p. 10).

Investigaram-se os seguintes tópicos: 1 capital aplicado, 2 inversões de capital, 3 desinvestimentos, 4 equipamento de energia e força motriz, 5 pessoal ocupado, 6 classe de salários, 7 salários e vencimentos, 8 flutuação da mão-de-obra, 9 despesas de consumo, 10 serviços industriais, 11 combustíveis e lubrificantes, 12 energia elétrica, 13 despesas diversas, 14 valor da produção, 15 distribuição da produção, 16 receitas não industriais, 17 estoques, 18 contas a receber, 19 meios de transporte do estabelecimento, 20 matérias-primas e materiais consumidos, 21 produção física. Esse questionário principal se aplicava "a todos os estabelecimentos industriais de mineração, beneficiamento ou transformação"; e havia outros dois: um, sobre a produção e distribuição de energia elétrica; outro, sobre a construção civil (REIS, 1962, p. 11).

O Censo Comercial e dos Serviços abrangeu três tópicos, a saber: o comércio de mercadorias (no varejo, no atacado, e misto), a prestação de serviços (de alojamento e de alimentação, de reparação, pessoais, comerciais, de diversões, radiodifusão e televisão), o comércio e a administração de imóveis.

Nos três temas foram vistos: 1 capital aplicado, 2 inversões de capital, 3 pessoal ocupado, 4 salários e vencimentos, 5 distribuição dos empregados por classe de salário, 6 despesas diversas. No caso do comércio de mercadorias, acrescente-se: 7

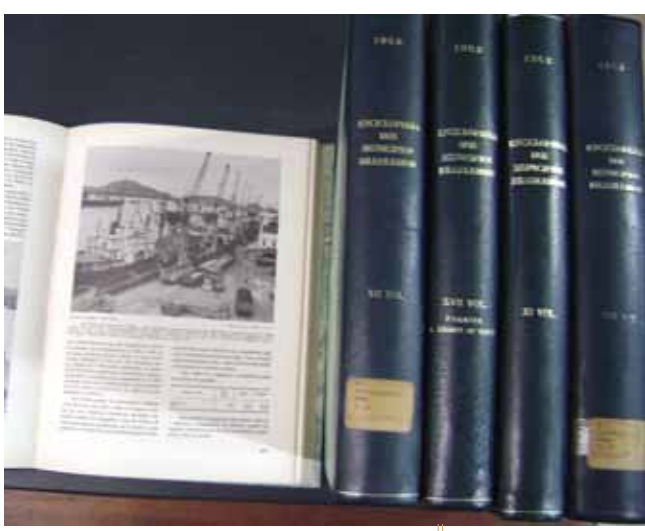
[449] Em 1960, a FAO intentou a realização de um Censo Agrícola Mundial, sem grande sucesso.

compra e recebimento de mercadorias, 8 transferências de estoques e mercadorias consignadas a terceiros, 9 contas a receber, 10 estoque de mercadorias, 11 venda de mercadorias, 12 atividades suplementares, 13 meio de transporte do estabelecimento, 14 especificação de mercadorias negociadas. No caso da prestação de serviços, somese: 7 compra de mercadorias, 8 receita, 9 estoques. No caso do comércio e da administração de imóveis, houve ainda: 7 despesas de operação, 8 receitas, 9 valor dos bens destinados à venda, 10 valor das vendas efetuadas, 11 contas a receber.

A base, a coleta, a crítica

A coleta do censo, já em 1950, e de novo em 1960, ficou a cargo da rede de agências municipais, sob o controle imediato das Inspetorias Regionais, e sob o olhar superior do Serviço Nacional de Recenseamento. Em sua execução, precisa-se de uma divisão do território com bem mais detalhes que a divisão municipal e mesmo a distrital. São os ditos setores censitários; e em 1960, houve 57 914 setores.

> É necessário subdividir distritos em setores, perfeitamente definidos, nas zonas urbanas e rurais, sendo cada um atribuído a um recenseador que, em cada setor, é responsável pelo levantamento da população e das unidades econômicas que nele se encontrarem, sendo remunerado por unidade domiciliar e econômica registrada e pelo número de pessoas recenseadas. A divisão dos distritos em setores censitários, sua perfeita identificação e elaboração dos mapas constitui a Base Geográfica do Censo. [...] Foi organizada a partir dos originais reproduzidos da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros"[450], convenientemente ampliados, revistos e enriquecidos com a colaboração dos Agentes Municipais de Estatística, de autoridades municipais e do Conselho Nacional de Geografia. [...] O número de setores censitários nos municípios e distritos variou de conformidade com a área, as dificuldades de transporte, a densidade da população, a proximidade ou afastamento dos domicílios. [...] O cartograma de cada setor rural [urbano e suburbano, também], com a indicação mais detalhada possível, dos seus limites, foi colocado na Caderneta de Coleta do Recenseador, instrumento que corresponde a cada setor e em cujas folhas o recenseador vai lançando as



Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
Foto: Marco Santos

[450] A **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, inicialmente planejada para 40 volumes (13 com estudos da Geografia do Brasil, 23 com os verbetes municipais dos 2 468 municípios brasileiros, quatro volumes para conclusões e mapas), acabou tendo 36. O primeiro volume, após uma tríplice introdução ("Apreciação Histórica", por Pedro Calmon; "Visão Geográfica", por Delgado de Carvalho; "Panorama Sócio-Econômico", por Jurandyr Pires Ferreira), tratou da Região Norte (concebido em dez. 1956, saiu em jan. 1957); o segundo volume tratou da Região Centro-Oeste (saiu em abr. 1957); o terceiro, quarto e quinto volumes trataram da Região Nordeste (e saíram em jun. 1957, dez. 1958, jan. 1960); o sexto, sétimo, oitavo e nono volumes (fora de ordem) trataram da Região Leste (e saíram em jan. 1958, dez. 1960, jan. 1964, abr. 1960); os 10º, 11º e 12º volumes trataram da Região Sul (e saíram em set. 1958, maio 1960, e em 1964); o 13º volume abordou os "Principais problemas da Geografia do Brasil" (e saiu em 1964). Em 1958, houve uma separata da Introdução, com diversas ilustrações, no mesmo formato da enciclopédia, em inglês e português, como "Edição comemorativa da Exposição Internacional de Bruxelas". A rapidez do primeiro volume foi para participar da "comemoração ao primeiro aniversário do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek", segundo o prefácio de Jurandyr Pires Ferreira (vale anotar, contudo, que nas metas do governo Juscelino Kubitschek não haver nenhuma menção especial aos municípios). Trata-se de uma obra centrada na vertente geográfica do IBGE, a que mais recebeu atenção naquela gestão (aliás, a primeira edição do "Atlas Nacional" é de 1959); e dá prosseguimento sistematizado às monografias municipais já há muito feitas pelo IBGE. Em 2000, houve uma edição *fac-similar* da enciclopédia, em 18 CD-ROMs.

> unidades à medida que vão sendo recenseadas (REIS, 1962, p. 14-15, grifo nosso).



Rubem Porto e Mauricio Reis (da esq. para a dir.), inspecionam o UNIVAC 1105.

Foram visitados 13,5 milhões de domicílios, sendo recenseada uma população de quase 71 milhões de pessoas. Quanto ao número de questionários, foram usados em campo cerca de 14,5 milhões do Demográfico (inclusive os da amostra); cerca de 3,6 milhões no Agrícola; cerca de 100 mil no Industrial; e cerca de 500 mil no Comercial e dos Serviços. À coleta, segue uma crítica nas agências; depois, já na sede, na capital federal, houve as etapas de recepção, conferência, empastamento, codificação dos questionários, seguidas da perfuração de cartões, e da crítica das informações agregadas. Quanto aos cartões, foram perfurados cerca de 38,5 milhões no Demográfico, cerca de 43,2 milhões no Agrícola, cerca de 4,3 milhões no Industrial, e cerca de 4,2 milhões no Comercial e dos Serviços. Esse trabalho se processou em "equipamento eletrônico que constitui um sistema complementar do Computador Eletrônico Univac 1105; após a transferência dos cartões para fita, em velocidade nominal de 600 cartões por minuto, chega-se à fase final de processamento" (REIS, 1962, p. 16), por fim, resultando numa tabulação para divulgação.

> Em resumo, trata-se de fornecer ao computador todos os comandos necessários em linguagem especial a fim de que os dados brutos registrados nas fitas magnéticas, transferidos dos cartões, sejam elaborados e ordenados de acordo com o plano de tabulação. A fase final da apuração consiste em imprimir os dados, já elaborados e processados, constantes das fitas magnéticas, na Impressora de Alta Velocidade que faz parte do sistema complementar do Univac 1105 (REIS, 1962, p. 17).

Naquele agosto de 1962, em que divulgava seu documento, *Rangel Reis* via e antevia delongas, e os atribuía a diversos problemas, por exemplo, "a falta de recursos financeiros na ocasião oportuna"[451], e o mais grave: "a adoção de certos processos de trabalho não suficientemente testados e a inexistência de planos definitivos para certas etapas da operação, acarretaram atrasos que fatalmente se refletiram na posição atual" (REIS, 1962, p. 17). Só a coleta estava concluída inteiramente; todas as demais etapas seguiam sendo feitas, e estavam em diferentes momentos, em relação às Unidades da Federação; mas os totais para Brasil de diversas variáveis do Demográfico foram feitos e divulgados em publicação; do Agrícola já saíra alguns resultados preliminares, no mais os trabalhos seguiam lentos; dos demais censos, nada. Quase uma década ainda seria necessária para a conclusão dos trabalhos.

[451] "Em 1958, obedecendo aos preceitos legais, elaborou-se a previsão das despesas com o Recenseamento, estimando-se o custo total de Cr$ 1 921 000 000,00 (um bilhão, novecentos e vinte e um milhões de cruzeiros)" [...] "Tais recursos não foram deferidos na ocasião oportuna acarretando perturbações de toda ordem pra os trabalhos censitários" (REIS, 1962, p. 21-22).

Após dois anos, crise no censo

Em 1964, *Tulo Hostílio Montenegro*, antigo ibgeano, um dos demissionários da crise 1951-1952, e à época Secretário-Geral do IASI, foi convidado por *Senna Campos* a analisar o sistema estatístico brasileiro, sugerindo mudanças. Seu rico relatório será dissecado em próximo capítulo; por ora, valerá realçar suas observações sobre o andamento do Censo 1960, naquele instante sob a direção de *Licínio de Moraes*, general, que viera com *Senna Campos*. Há uma crise no censo.

Os trabalhos estavam atrasados, e não existia previsão de conclusão. As raízes desses atrasos decorriam das deficiências no planejamento, igualmente antevistas por *Maurício Rangel Reis*, por exemplo, o retardo na aprovação da legislação, a não liberação dos recursos financeiros previstos no orçamento, a não adoção das novas datas (anos) dos censos, entre outros pontos. Assim sendo, o futuro não parecendo promissor, *Tulo Hostílio Montenegro* sugeria medidas de emergência:

> Alguns dos problemas que se estão apresentando na apuração e sistematização dos resultados censitários exigem soluções que não se justificariam em situações normais, mesmo com o sacrifício, por vezes, do rigor técnico, em benefício da imediata disponibilidade dos resultados (MONTENEGRO, 1964, p. 29).

Por demais, sugeria o retorno dos antigos dirigentes censitários, entre os quais, especialmente, *Maurício Rangel Reis*, saídos na gestão *Roberto Accioly*. Queria-os novamente nos postos-chaves, e, em não sendo possível, que essas funções fossem ocupadas por "elementos tecnicamente capacitados, atribuindo-se-lhes autoridade para propor e, quando possível, adotar as medidas de emergência necessárias à conclusão das tarefas pendentes" (MONTENEGRO, 1964, p. 29). Subjacente estava uma crítica aos dirigentes em exercício, que não via em condições de cumprirem tão elevada e complexa atividade. O momento exigia mais que as estrelas do general-diretor.

Sugeria, ainda, passar a Divisão de Operações Mecânicas, afeta ao órgão censitário, à Superintendência do Centro de Processamento de Dados, com vistas à melhor utilização dos equipamentos, e daí uma avaliação da necessidade e conveniência de se "solicitar a assessoria técnica de um dos especialistas do Bureau do Censo dos Estados Unidos no programa e execução das tarefas correspondentes", bem assim, da autorização da importação de materiais básicos, pelo envio de algum técnico "ao país onde os mesmos são fabricados, para efetuar sua aquisição e expedição no menor prazo possível" (MONTENEGRO, 1964, p. 29)[452]. E sugeriu também:

> Registro expresso, na introdução das publicações em que se divulguem os resultados de cada censo, dos principais problemas encontrados na coleta, apuração e sistematização dos resultados, assim como das deficiências, inconsistências e omissões observadas nos mesmos, como orientação para os usuários que farão uso dos dados e salvaguarda da responsabilidade profissional dos que adotem as soluções (MONTENEGRO, 1964, p. 30).

[452] "Ao grande sistema de computação, alia-se um complexo conjunto de infra-estrutura composto de usina de frio, usina de transformação, conversores de freqüência, geradores, estabilizadores, etc. Dando prosseguimento ao programa de recuperação dos equipamentos e formação do estoque de material de reposição indispensável à manutenção das condições de funcionamento dos computadores, despendeu-se somente em compras no Exterior, CR$ 100.000.000, durante o ano de 1966. O equipamento frigorígeno foi totalmente reformado e teve sua capacidade ampliada em cerca de 20%, o que representou um acréscimo de 340.000 BTU / hora" (O IBGE..., [1966?], p. 32).

A introdução da amostragem

Em fins de 1957, estava iniciada a discussão de introdução da amostragem no Censo 1960; as reuniões foram feitas por *Heitor Vellozo*, chefe do Grupo Técnico do Censo Demográfico, e *Vinícius Fonseca*, do Grupo Técnico de Coordenação. Nas discussões contou-se com dois técnicos externos, ambos especialistas em amostragem: *Moisés Kessel*, assessor da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e *Thomas B. Jabine*, assessor do Núcleo de Planejamento Censitário

Em novembro daquele ano, *Thomas B. Jabine* redigiu um "roteiro de discussão" em cinco pontos: 1) As razões para o emprego de amostragem, 2) Os fatores a se considerar na escolha do modelo de amostragem, 3) Os métodos alternativos de amostragem, 4) Critérios para selecionar os quesitos de amostra, 5) Como tratar esses quesitos na apuração; cada ponto sendo aberto em outros pontos. Vivia-se um trabalho laborioso de convencimento, e toda minúcia era necessária.

As discussões estiveram norteadas pelos desejos de redução de custo e de tempo na operação completa: coleta, apuração, divulgação; e se queria, em última análise, abreviar a rapidez na divulgação dos resultados. Em tempo de coleta, não haveria maiores reduções de custo e de tempo; mas, no todo do processo admitiu-se que sim, que haveria reduções expressivas, em especial na abreviação da divulgação dos resultados. Eram excelentes as expectativas, reinando o otimismo. Tudo dependia, claro, de se adotar um processo adequado de amostragem, sendo escolhido, depois de muito debate, entre os métodos propostos, o de "grandes conglomerados".

Em 14 de fevereiro de 1958, *Thomas B. Jabine* elaborou e divulgou o documento "Processo de amostragem proposto para o censo de população", em que oferece algumas reflexões importantes. Em 26 de fevereiro de 1958, dando seqüência às discussões, a partir desse texto, *Armando Rabello*, do Núcleo de Planejamento Censitário, elaborou e divulgou o documento "Amostragem nos censos de população e habitação de 1960", em que faz críticas a algumas daquelas reflexões. Em dezembro de 1958, vieram outros textos: "Processo de amostragem para coleta do censo demográfico", de *Thomas B. Jabine*, e "Seleção de itens para investigação por amostragem no censo demográfico de 1960" (sem autoria). Por fim, em maio de 1960, como um fecho oficial ao assunto, saiu o texto "Programa do Recenseamento Geral de 1960. Aplicação da amostragem à coleta do Censo Demográfico"[453], submetido à Comissão Censitária Nacional.

> O processo proposto fundamentou-se em vários estudos realizados com base no material coletado no Censo de 1950, na experiência internacional neste campo proporcionada pelo último Censo de População dos Estados Unidos da América do Norte, sendo também, testado no Censo Experimental de Brasília.
>
> [...]
>
> Tamanho da amostra: a amostra será constituída pelas pessoas recenseadas em aproximadamente 25% dos domicílios particulares e por cerca de 25% das pessoas recenseadas em domicílios coletivos.

[453] Todos esses textos integram a publicação **Amostragem aplicada ao Censo de 1960**, existente na Biblioteca Isaac Kerstenetzky do IBGE.

> Seleção da amostra: a seleção das unidades da amostra será feita por intermédio das "Folhas de Coleta", para os domicílios particulares, e pela "Lista de Domicílios Coletivos", para as pessoas recenseadas em domicílios coletivos.
>
> [...]
>
> Escolha dos itens: a seleção dos itens foi feita examinando-se todos os itens que serão investigados no Censo Demográfico de 1960, na parte de População. [...] O estudo foi feito em função de dois fatores: 1) de quanto seria reduzido o custo e o tempo necessário a obtenção dos resultados; 2) de quanto seria diminuída a precisão global dos resultados para o item em questão. Esses dois fatores, o primeiro positivo e o segundo negativo, foram conjugados, de forma que se pudesse avaliar quais os itens que melhores resultados apresentariam num levantamento por amostragem.
>
> [...]
>
> Itens para investigação por amostragem: propõe-se que, na parte da população, 9 quesitos sejam preenchidos unicamente nos boletins das unidades (domicílios particulares e pessoas recenseadas em domicílios coletivos), pertencentes à amostra. Nas outras unidades seriam feitas apenas as perguntas não investigadas na amostragem.
>
> Os itens investigados por intermédio da amostra nesta parte do Censo Demográfico, seriam os da atividade econômica e os de fecundidade, isto é, os de classe de atividade, ocupação, posição na ocupação, rendimento, número de filhos e anos de casamento.
>
> Na parte de habitação sugere-se a investigação de todos os itens através da amostra, levando-se em conta que não se pretende apresentar resultados para áreas menores do que municípios.
>
> [...]
>
> Estudos e testes efetuados: vários estudos foram realizados sobre o material coletado em 1950, baseando-se o mais importante nos questionários do Estado do Espírito Santo, e que forneceu os dados sobre a variância de diversos itens. Testou-se o processo proposto para aplicação ao Censo de População de 1960, no Censo Experimental de Brasília[454]. O objetivo do Teste de Brasília, em relação à amostragem, consistiu na verificação das dificuldades que poderiam surgir, por efeito da falta de entendimento dos recenseadores do mecanismo da coleta por amostragem, e pela inobservância de certos detalhes das instruções [...] (JABINE, 1969a, p. 1-4).

Quanto ao Censo Agrícola, as discussões foram conduzidas por *Thomas B. Jabine* (Assessor de Amostragem), e por *Amaro da Costa Monteiro* (Assistente Técnico do Grupo Técnico de Coordenação). Um "roteiro de discussão" pôs três pontos em debate: 1) Amostragem na coleta, 2) Amostragem na apuração, 3) Utilização dos boletins do Censo Agrícola 1950; com minuciosos desdobramentos. Nas reuniões atuaram, além dos técnicos referidos, *Maurício Rangel Reis* (Chefe do Grupo Técnico do Censo Agrícola), *Elson dos Santos Mattos* (Chefe do Serviço de Operações Mecânicas), *Paulo Filgueiras* (Assistente Técnico do Grupo Técnico de Coordenação). Em jan. de 1958, o grupo divulgou o documento "Amostragem no Censo Agrícola. Resumo das

[454] Houve um teste antes, em 1957, na cidade de Ituiutaba, em Minas Gerais. O teste em Brasília foi em 1959. Acresce dizer que para o Censo Agrícola foram feitos testes de campo em distritos dos Municípios de Nova Friburgo, Resende e Itaperuna, todos no Estado do Rio de Janeiro.

propostas até o momento", de *Thomas B. Jabine*; onde é dito:

> O grupo não foi favorável à idéia de coletar informações para itens selecionados, na base de amostra. Praticamente todos os itens do questionário são publicados por município; e achou-se que os problemas de seleção da amostra em todos os setores censitários, a identificação dos grandes estabelecimentos e os erros de amostragem relativamente elevados (o número médio de estabelecimentos por município será menor que 1000) não seriam compensados pela economia possível de obter neste tipo de amostra.
>
> Como alternativa, sugeriu-se que o preenchimento completo de questionário para os estabelecimentos com menos de uma certa área, digamos, 5 ou 10 hectares, fosse feito apenas para uma amostra. Assim, todos os estabelecimentos deste tipo seriam incluídos na folha de coleta, a qual daria área total e alguns itens adicionais, preenchendo-se um questionário apenas apara uma proporção fixa, digamos, 1 estabelecimento em 10. Se este plano fo[r] adotado, com uma amostra de 10% de todos os estabelecimentos de menos de 10 hectares, o número total de questionários será reduzido em mais de 30%, enquanto o grupo selecionado representaria apenas cerca de 1% do total das terras dos estabelecimentos, 3% do gado, 5% das culturas permanentes, 6% do valor total e 10% das culturas temporárias; de maneira que os erros de amostragem para os itens estimados para todos os estabelecimentos não poderiam ser muito grandes. A reação inicial a este plano foi favorável, achando o grupo que o seu conteúdo devia ser cuidadosamente estudado, preparando-se uma proposta detalhada para ser examinada (JABINE, 1969, p. 1).



Elson Mattos, [s.d.].
Foto: Marco Santos.

Quanto aos Censos Econômicos, *Thomas B. Jabine* (Assessor de Amostragem) elaborou um "roteiro de discussão" com cinco pontos: 1) Considerações gerais; 2) Uso da amostragem na coleta; 3) Uso da amostragem nas tabulações preliminares; 4) Amostragem para verificação e controle de operações da apuração; e 5) Uso da amostragem nos inquéritos *post*-censitários e outras verificações de qualidade. E não temos registro das discussões decorrentes, supondo-se que houveram.[455]

Em abril de 1958, *Vinicius Fonseca*, chefe do Grupo Técnico de Coordenação, elabora e divulga o **Relatório geral sobre amostragem**, no qual oferece um apanhado das discussões e apresenta suas ressalvas.

A seu juízo, os textos feitos, embora fossem bons no trato das questões técnicas, pecavam por desatenção às exigências financeiras e administrativas; e queria mais estudos nesses aspectos. Outro ponto que julgava delicado era o próximo retorno de *Thomas B. Jabine* aos Estados Unidos, antes mesmo do começo da operação censitária, e propunha sua presença por mais tempo. Ora, diante da patente escassez de técnicos em número e em formação para planejar e controlar os trabalhos de amostragem[456],

[455] Ao fim e ao cabo, não houve utilização de amostragem nos Censos Agrícola e Econômico.

[456] Alguns poucos haviam sido treinados nos Estados Unidos, e outros poucos estavam recebendo treinamento nos seus órgãos oficiais de estatística. Sempre em questões de amostragem.

a saída daquele assessor agravaria a já precária situação, já que se lhe queria atuando na formação de técnicos. Havia uma certa sensação de orfandade.

Por demais, queria formalizar a amostragem colocando-a na estrutura através da criação de um setor. E fala de seus técnicos, e de suas máquinas calculadoras, nesse tempo, sem menções ao "cérebro eletrônico". Vejamos:

> Se for criado o setor de amostragem junto ao NPC, conviria provê-lo de dois auxiliares, para trabalhos de cálculo e outros correlatos. Tais servidores poderiam sair dos próprios quadros do NPC. O setor de amostragem deveria contar ainda com modernas máquinas de cálculo, mais ricas e flexíveis, tais como as de marca Friden, Marchant, etc. (as máquinas Madas, as de maiores recursos existentes no NPC, apresentam uma série de limitações que não as recomendam para os cálculos necessários à técnica de amostragem (FONSECA, 1969, p. 3-4).

A aquisição do "cérebro eletrônico"

Ao longo de 1958, foi sendo posta a questão da aquisição de um "cérebro eletrônico", como era então chamado o computador. Tomada a decisão, pediu-se a diversas empresas especializadas que submetessem propostas; e três o fizeram: a IBM, a Bull, a Remington Rand, e a Burroughs. Na escolha, seriam levados em conta o menor custo e o tempo de entrega da aquisição, em 12 a 15 meses; em janeiro de 1959 uma comissão foi designada para avaliar as propostas, sendo escolhida a proposta da Remington Rand: Univac 1105, ao preço astronômico de US$ 2.976.250,00, em meio à quase total falta dos recursos necessários ao cotidiano dos trabalhos. A homologação da decisão ocorreu em novembro de 1959, e o contrato foi assinado em janeiro de 1960.

> O equipamento eletrônico para processamento de dados, Univac-1105, de fabricação da Remington Rand Overseas Corporation, com sede em Nassau, Bahamas, e escritório em NY, USA, foi adquirido daquela empresa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, então autarquia federal, a 27 de janeiro de 1960, conforme contrato de compra e venda, firmado naquela data, no Rio de Janeiro, pelo Presidente do IBGE, àquela época, Prof. Jurandyr Pires Ferreira e o Sr. Terencio P. Catthly, Procurador-Representante da Remington, devidamente habilitado.
>
> O equipamento vendido abrangeu, nos termos do contrato, uma "Unidade Central" equipada com: a) memórias de núcleos magnéticos, com capacidade de 8.192 palavras [36 bits]; b) memória em tambor magnético, com a capacidade de 16.384 palavras; c) unidade de controle de fitas, para acomodação de até 20 unidades de fita magnética; d) aparelhamento de controle de operação em mesa de controle de supervisão, separada da unidade central; e) unidade aritmética capaz de efetuar 1.386.636 somas por minuto, 240.000 produtos por minuto, 120.000 divisões por minuto e 150.000 decisões lógicas por minuto; f) unidade de controle-mestre; g) dispositivos de leitura de blocos de extensão variável; h) secção dupla de entrada de dados, providas de "buffer"; e, i) ponto decimal flutuante, incluindo nove instruções adicionais.
>
> [...]
>
> Além da "Unidade Central", foram objeto da venda instalações e utensílios destinados ao seu funcionamento, a saber: a) unidade de força (Power Supply), constituída de um motor alternador e um transformador de regulação; b) unidade condicionadora de ar, destinada a manter as temperaturas necessárias à operação do sistema e suas unidades "on line"; e, c) base de montagem para

> o sistema (Plenum) em estrutura de aço, contendo os dutos para a distribuição de ar condicionado e para embutir os "chicotes" de interligação das unidades. [...]
>
> Juntamente com a "Unidade Central" e as instalações e utensílios, abrangeu a transação a venda das seguintes "Unidades Periféricas": a) uma unidade de leitura de fita, perfurada por processo fotoelétrico controlável por meio de instruções dadas ao computador; b) uma unidade de perfuração de fita de papel, operando sob controle de computador; c) uma unidade impressora automática, de reduzida velocidade, tipo Flexo-Writer, congregada com dispositivo de perfuração de fita de papel; d) 10 unidades operadoras de fita magnética [125/250 bpi], Uniservo II, para leitura e gravação (entrada e saída); e, e) unidades de preparo de fita magnética tipo Unityper II, providas de teclado, fornecendo simultaneamente, com a fita magnética a correspondente cópia impressa.
>
> [...]
>
> Após a troca de correspondência entre o IBGE, a Remington Rand do Brasil S.A, e a Real S.A, ficou previsto o embarque do equipamento pra os dias 4, 11, 18 e 27 de outubro de 1960 (GALVÃO, 1971 apud FREIRE, 1993, p. 22-24).

O Núcleo de Planejamento Censitário, em documento de dezembro de 1958, aceitara a utilização de "computadores eletrônicos", mas defendera a aquisição de um "médio porte", contudo a Direção do Instituto optou por um de "grande porte", alegando que ele também serviria às pesquisas científicas, vale dizer, à Universidade Brasileira. E problemas emergiram em abundância, logo exigindo a aquisição de diferentes periféricos, e também material de consumo, no valor de US$ 815.500,00; tempos depois, em setembro de 1963, foi adquirido o conjunto USS-80 (ao custo de US$ 399.800,00) para servir como unidade de entrada e de saída. Ademais, desde o início houve problemas na instalação.

A instalação do Centro de Processamento de Dados representou um grande desafio para o IBGE. [...] Impunha-se para a absorção desta tecnologia a formação de mão-de-obra especializada nas áreas de Análise de Sistemas, Programação, Operação e Manutenção de Computadores, dada a inexistência destes técnicos no mercado nacional. Para este fim, um grupo de trabalho foi enviado ao U. S. Bureau of the Census que forneceu o conhecimento básico para o início dos trabalhos, as bibliotecas de sub-rotinas e os procedimentos operacionais. [...] Apesar do empenho desenvolvido pela equipe técnica responsável pelo Centro de Processamento de Dados, não foi possível concluir a apuração naqueles equipamentos. Motivos de ordem técnica relativos à infra-estrutura, à usina de frio, aos grupos de transformadores e estabilizadores de corrente, que freqüentemente apresentavam problemas com conseqüente paralisação das máquinas, impactavam na rotina de trabalho. A falta de componentes eletrônicos não mais fabricados (válvulas, resistores e capacitores) e não encontrados no País nas margens de tolerância exigidas, contribuiu para a alteração do desempenho com a conseqüente paralisação do computador[457]. O próprio equipamento utilizado

[457] No relatório da direção do IBGE sobre 1965, está dito que em abril de 1964, o "computador de grande porte Univac 1105 foi desligado, por estar totalmente incapacitado para operar; o equipamento frigorífico do sistema exigia sérias reparações e o estabilizador de ciclagem funcionava com grande deficiência" (O IBGE..., [1966?], p. 24). Só ao final de 1965 voltou a funcionar.

na digitação, as ultrapassadas perfuradoras 015 e o retardamento na instalação do computador USS-80 provocaram alterações na qualidade da massa digitada, com conseqüências graves na leitura dos cartões (FREIRE, 1993, p. 25-26).

O fundo legal.

O Decreto nº 45.832, de 20 de abril de 1959, criou no âmbito do Conselho de Desenvolvimento um Grupo Executivo para Aplicação de Computadores Eletrônicos - GEACE, assinado por *Juscelino Kubitschek*. Cabia-lhe na essência "examinar e dar parecer sobre todos os projetos singulares referentes à instalação no país de Centros de Processamentos de Dados" (Art. 3º letra a).

Ao término do governo Kubitschek, com fundo naquele decreto, o serviço de computação eletrônica do Serviço Nacional de Recenseamento, IBGE, foi feito o Centro de Processamento de Dados do Governo - CPDG, nos termos do Decreto nº 49.914, de 12 de janeiro de 1961. Presidiria seu Conselho Diretor, o Presidente do IBGE; teria as seguintes finalidades (Art. 2º):

> I Efetuar as apurações censitárias e estatísticas e os cálculos geodésicos de interesse do Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro[458].
>
> II Auxiliar o estudo e a solução dos problemas básicos essenciais às decisões do Governo.
>
> III Efetuar cálculos e processamento de dados necessários à solução de problemas singulares dos diversos órgãos do Governo.
>
> IV Disseminar e desenvolver novos métodos de processamento de dados.
>
> V Formar e aperfeiçoar pessoal técnico destinado a propiciar o funcionamento de centros oficiais similares que se instalarem no país.
>
> VI Auxiliar os estudos científicos das instituições oficiais de pesquisas, centros universitários, sociedades de economia mista e outras entidades.

Mas isso não durou muito. Já em 22 de março de 1961, o Decreto nº 49.914, sob *Jânio Quadros* na República e *Rafael Xavier* no Instituto, revogou o decreto antes visto. E diz em seu Art. 2º que o IBGE, por seu colegiado dirigente deveria definir as "normas indispensáveis para operar o Computador Eletrônico de Grande Porte Univac 1105, com vistas, em caráter prioritário, à apuração do Recenseamento Geral de 1960". Em 1964 viria a criação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, com a expressiva participação de *Elson dos Santos Mattos*, ilustre ibgeano.

Após seis anos, o estado do sistema de apuração

Em 1966, *Henrique Flanzer*, atuando como consultor do escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, e nos termos do Decre-

[458] É a primeira vez que esta expressão é utilizada.

to nº 58.226, de 20 de abril de 1966, elaborou um alentado relatório indicando as medidas para reformulação do Plano Nacional de Estatístico. Esse relatório será dissecado em capítulo próximo; por ora, relevemos sua avaliação das condições do processamento de dados no IBGE e, por via de conseqüência, no sistema estatístico.

Um serviço de apuração mecânica funcionava na Secretaria-Geral do IBGE "de maneira independente das instalações do Serviço Nacional de Recenseamento" (FLANZER, 1966, p. 92). A maioria das máquinas foi instalada na segunda metade dos anos 1940; em final dos anos 1950, e até meados da década 1960, houve uma tentativa de modernização das instalações, com a aquisição das máquinas IBM 421 (tabuladora) e IBM 602 (calculadora): "Os equipamentos existentes, embora explorados com verdadeiro espírito de sacrifício pelos técnicos, não mais podem corresponder às necessidades de serviço" (FLANZER, 1966, p. 92); contudo, os aluguéis eram honrados regulamente; "o volume irrisório das informações processadas não justifica a existência de equipamento tão dispendioso quanto o existente" (FLANZER, 1966, p. 93).

No Serviço Nacional de Recenseamento, àquela altura, em lugar do Centro de Processamento de Dados, existia uma divisão de processamento de dados. Era "uma das mais modernas instalações de tratamento de informações da América Latina, havendo poucas no mundo que se lhe comparem em possibilidades de trabalho, tanto de caráter científico e técnico, como de caráter comercial" (FLANZER, 1966, p. 94). Não obstante, "o volume dos trabalhos executados, face à capacidade dos equipamentos [...] é muito pequeno", havendo evidente capacidade ociosa (FLANZER, 1966, p. 95). Então, os computadores eletrônicos eram três: Univac 1105, USS-80, IBM 1401 (este fora alugado em início de 1961), sendo capazes de realizar a apuração das pesquisas estatísticas realizadas nos ministérios e no serviço de apuração mecânica[459]. Contudo havia problemas de manutenção dos equipamentos (não havia peças, e faltava material de consumo), sendo grave a escassez de técnicos em vista dos baixos salários.

Embora fizesse parte do IBGE, melhor dizendo do sistema estatístico, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio adquiriu um Sistema Eletrônico de Processamento de Dados para uso do seu Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho. Por sua vez, o serviço de estatística do Ministério da Agricultura possuía máquinas destinadas às apurações das pesquisas que realizava; a seu turno, o Ministério da Saúde viera de adquirir máquinas para suas atividades estatísticas; mais grave, o Ministério da Educação e Cultura estudava a aquisição de um computador. Já as pesquisas cometidas ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça, por acordo firmado, eram apuradas nas máquinas do Serviço Nacional de Recenseamento; as do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, por acordo firmado, eram apuradas nos computadores do SERPRO (criado em 1965)[460].

[459] Os dois primeiros usavam fitas, o terceiro usava cartões (com 4 000 posições de memória).

[460] Antes do SERPRO, usavam seus próprios equipamentos.

Isso posto, façamos um balanço histórico.

Quando o sistema estatístico foi concebido, a apuração não era centralizada. Ao contrário, era fortemente descentralizada. A cada órgão competia sua apuração temática. Muito natural, pois eram manuais as apurações, quase apenas manuais; sendo reduzidas as utilizações de máquinas, até porque bastante complexas e muito caras. Contudo, a coleta, o ponto frágil do sistema, ganhou unidade nas campanhas estatísticas, pouco a pouco tornadas possíveis na rede de agências municipais de estatística.

Com o passar do tempo, as campanhas se cristalizaram, o que foi bom, mas, ao se cristalizarem, sofreram de rigidez, e foi ficando quase impossível introduzir mudanças, e fazer-lhes acréscimos. Por isso, os órgãos que, por razão qualquer, conseguiam alcançar as fontes de dados, o faziam sem peias e sem ameias, fragilizando, se não mesmo ameaçando, a coleta centralizada. Um dos pilares do sistema estatístico era, então, sacudido fortemente; quebrava-se uma centralidade.

Outro pilar a ser sacudido, no sentido contrário, em busca de uma centralidade, seria o da apuração. Agora, com os órgãos a adquirirem sofisticadas máquinas, e mesmo complexos computadores, com vistas a acelerar suas apurações, acabavam resultando capacidades ociosas, como visto no relatório de *Henrique Flanzer*; ao mesmo tempo que havia órgãos sem mínimas condições de apurações. Daí, por natural, emergia a proposta de se centralizar as apurações das pesquisas.

Logo viria o IBGE produtor.

A complexa divulgação dos resultados

O Censo Demográfico teve seus primeiros resultados divulgados nas Sinopses preliminares, em 25 volumes (de junho de 1961 a maio de 1962); traziam a população total, e sua divisão em urbana e rural, além do número dos domicílios. Houve também Sinopses preliminares para o Censo Agrícola por Unidades da Federação[461], publicadas de agosto de 1961 a agosto de 1963. Para os Censos Econômicos, houve a publicação de Resultados preliminares selecionados; e em abril de 1965, saiu o **Atlas censitário industrial**, com a distribuição geográfica da indústria brasileira. Na década 1970 ainda havia volumes sendo publicados, simultâneos aos resultados do Censo 1970. E eis o esquema de divulgação concretizado:

Série Nacional (4 volumes):

01 Censo Demográfico

02 Censo Agrícola

03 Censo Industrial

04 Censo Comercial e dos Serviços

[Para cada censo houve uma série regional, composta de volumes para cada Unidade da Federação, sendo alguns divididos em tomos]

[461] E surgem as divergências dos resultados censitários com as estatísticas permanentes do Ministério da Agricultura. Segundo o censo, o efetivo do rebanho bovino nacional era de 55 milhões de cabeças, já segundo o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, atingia 74 milhões de cabeças. E se anunciou uma pesquisa especial para resolver a divergência, estando o censo certo.

A divulgação do Censo Demográfico abarcou três conjuntos de tabulações:

Primeiro, os **resultados preliminares**, contidos na Série "Sinopses Preliminares", em 25 volumes, correspondentes às Unidades da Federação, e ao total do País;

Segundo, os **resultados preliminares** contidos em **volume especial**, a partir de uma amostra probabilística de aproximadamente 1,27% da população e dos domicílios, em tabelas para o País, e para as regiões Nordeste, Leste e Sul;

Terceiro, os **resultados definitivos** contidos no volume Brasil da Série Nacional (último a sair), e mais os 19 volumes (em vários tomos) da Série Regional (para o todo da Unidade da Federação, suas Zonas Fisiográficas, e seus Municípios), como segue:

Tomo 1 (1ª e 2ª partes) Territórios (Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá)

Tomo 2 (1ª e 2ª partes) Amazonas e Pará

Tomo 3 (1ª e 2ª partes) Maranhão e Piauí

Tomo 4 (1ª e 2ª partes) Ceará

Tomo 5 Rio Grande do Norte e Paraíba

Tomo 6 Pernambuco

Tomo 7 Alagoas e Sergipe

Tomo 8 Bahia

Tomo 9 Minas Gerais

Tomo 10 (1ª e 2ª partes) Espírito Santo

Tomo 11 Rio de Janeiro

Tomo 12 (1ª e 2ª partes) Guanabara[462]

Tomo 13 São Paulo

Tomo 14 Paraná

Tomo 15 (1ª e 2ª partes) Santa Catarina

Tomo 16 Rio Grande do Sul

Tomo 17 Mato Grosso

Tomo 18 Goiás

Tomo 19 Distrito Federal

[462] O Censo 1950 abrangeu 58 favelas, com o total de 169 305 habitantes, já o Censo 1960 abrangeu 147 favelas, com o total de 337 412 habitantes.

Pontos finais

O Censo 1960 trouxe inovações, nas técnicas e nas máquinas. Algumas das inovações facilitaram os trabalhos: a pré-codificação das respostas de diversos quesitos; a apuração por amostragem, com vistas à obtenção de tabulações avançadas; a realização dos testes de campo (censos experimentais); entre outras novidades. Já outros avanços, como a introdução da amostragem, pela inexperiência, somada à escassez de técnicos preparados, acabou trazendo problemas imediatos, embora com ganhos no futuro. Nessa linha, também, devemos considerar o chamado "cérebro eletrônico", que por falta de técnicos, e de material de consumo, entre outros aspectos, trouxe muitos problemas, mas abriu o futuro irreversível da computação eletrônica.

Afora esses pontos, é preciso relevar a lentidão na aprovação da legislação necessária, com a decorrente insegurança da estrutura provisória. E mais a falta dos recursos financeiros solicitados, gerando dívidas no mínimo desabonadoras; pese a fortuna despendida com a aquisição do "cérebro eletrônico".

Noutra ótica, a conjuntura política nacional, com a renúncia de *Jânio Quadros*, e com a ascensão ameaçada de *João Goulart*, seguida do golpe, trazendo uma incerteza desastrosa para as instituições; sete gestões veriam o Censo 1960, cada qual criando soluções de continuidade. Tudo atuou contra a tranqüilidade e a normalidade.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Jurandyr Pires Ferreira, um presidente polêmico

Depois que Macedo Soares, em 1956, pede o seu afastamento após o seu segundo período na presidência do IBGE, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira indica e nomeia Jurandyr Ferreira para sucedê-lo. Nos cinco anos seguintes, o IBGE teria um presidente polêmico, que, indubitavelmente, trouxe modificações para a Casa. E pagou um preço caro por isso.

Jurandyr de Castro Pires Ferreira nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1900. Era filho de Joaquim de Lima Pires Ferreira e de Maria de Cas tro Pires Ferreira. Seu pai foi deputado federal pelo Piauí em vários momentos da história republicana (de 1895 a 1896; de 1900 a 1908; de 1912 a 1917; de 1928 a 1929) e também senador, de 1947 a 1955.

Jurandyr estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde cursou Humanidades. Em seguida ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Seu primeiro emprego, ainda ao tempo de estudante, foi como fiscal das Docas do Rio de Janeiro, sob a direção de Toledo Lisboa. Formou-se engenheiro geólogo e foi trabalhar na construção da Estrada de Ferro Petrolina (PE) – Teresina (PI),



Jurandyr Pires Ferreira, [s.d.].

retornou posteriormente ao Distrito Federal. No Rio, trabalhou como engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde chefiou a construção dos ramais de Lima Duarte e de Austin a Santa Cruz. Em seguida, foi organizar o departamento comercial da Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB.

Após o golpe de 1930, ele se asilou em Portugal, onde produziu o primeiro rádio-jornal de Lisboa. Ainda na capital portuguesa, lançou o livro Abaixo as máscaras, em 1931. Retornou ao Brasil e, durante o Estado Novo, chefiou o gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima. Nesta oportunidade, participou da elaboração dos estatutos da Companhia Siderúrgica Nacional. Curiosamente, em que pese ter participado do governo ditatorial de Vargas, em 1945 Jurandyr vai entrar para a Esquerda Democrática – ED, organização criada por intelectuais e políticos de tendências socialistas, para combater e denunciar os desmandos do Estado Novo e, por extensão, o governo Getúlio Vargas. A ED se transformaria em partido político (mais tarde adotaria o nome de Partido Socialista Brasileiro – PSB) e apoiaria o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional -UDN, nas eleições presidenciais de 1945. Nesta ocasião, Jurandyr elegeu-se deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte pelo Distrito Federal, na coligação ED / UDN.

Na Constituinte, deu especial atenção aos temas econômicos, em especial ao transporte e à produção. Em meio ao seu mandato, deixou a ED e filiou-se ao PSD. Ao término de seu mandato, foi dirigir a EFCB, cuja administração se caracterizou pela ampliação da frota de trens e da própria rede ferroviária.

Tentou reeleger-se deputado, agora pelo PSD, conseguindo apenas a suplência nas eleições de 1950 e 1954. Por suas relações de amizade com JK, foi nomeado, em 1956, presidente do IBGE. Tomou posse em 8 de maio, diante de Kubitschek e de ministros como Nereu Ramos, da Justiça, e de Macedo Soares, das Relações Exteriores. Estiveram presentes, também, outras autoridades e inclusive jornalistas do poste de Assis Chateaubriand, Danton Jobin e Pompeu de Sousa. No discurso de Juscelino, ele citou Teixeira de Freitas, Juarez Távora, Macedo Soares e até Getúlio Vargas, especialmente na célebre frase que teria sido pronunciada pelo então presidente, na época de criação do Instituto Nacional de Estatística, ao expressar seu carinho pelo novo órgão, afirmando ter-lhe cedido “a sua casa e o seu ministro” (NOVO..., 1956, p. 279). Jurandyr agradeceu ao presidente Kubitschek, “o mais dinâmico e humano dos presidentes da República” (NOVO..., 1956, p. 280), assegurando que o IBGE era “uma máquina a serviço do desenvolvimento nacional” (NOVO PRESIDENTE..., 1956, p. 281) e que não pouparia esforços para “mantê-la

à altura de seu prestígio, nem esmoreceria a marcha empolgante de seu aperfeiçoamento" (NOVO..., 1956, p. 281). Posteriormente, no mesmo dia, Macedo Soares fez a transmissão do cargo no auditório do Conselho Nacional de Estatística. Na ocasião, Macedo referiu-se a Jurandyr como um técnico que foi escolhido pelo presidente da República para um cargo técnico, uma vez que a presidência do IBGE não poderia ser confundida jamais com um cargo de natureza político-partidária.

Sua administração no Instituto foi marcada pela elaboração da Enciclopédia dos municípios brasileiros, a partir de 1958, e pela Carta ao milionésimo, dois anos depois. Na elaboração da Enciclopédia, Jurandyr encontrou alguma resistência. Todavia, uma versão desta obra ganhou Medalha de Ouro na Exposição Internacional de Bruxelas, em 1958. Parte dos volumes da Enciclopédia só foi lançada depois que ele já tinha saído da presidência do IBGE. A Carta ao milionésimo foi uma conquista pessoal dele, que inclusive utilizou pela primeira vez no Brasil aparelhos como o telurômetro, um engenho que efetuava medidas utilizando ondas de rádio, e que ainda estavam em fase experimental.

Quando Jurandyr assumiu, Macedo Soares, seu antecessor, pediu-lhe que mantivesse os secretários Waldemar Lopes, do CNE, e Fabio Macedo Soares Guimarães, do CNG, até a realização do Congresso Internacional de Geografia. Mais tarde, Waldemar pediria para sair, sendo substituído por Luís de Abreu Moreira.

Jurandyr solicitou sua demissão do cargo de presidente do IBGE para disputar as eleições de 1958. Saiu, pois, em 1o de julho daquele ano. Não conseguiu se eleger e por isto retornou ao IBGE três meses depois de se ter demitido, ainda nomeado por Juscelino Kubitschek. Em sua ausência, o IBGE foi dirigido interi namente por Moacir Malheiros, membro da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

Em sua presidência foram adquiridos os primeiros equipamentos de informática do IBGE, embora esta tecnologia ainda fosse incipiente no mundo. Neste momento, Jurandyr já estava com atitudes de um presidente com forte mão executiva, diferente das figuras representativas que o antecederam. Esta sua atitude despertou resistências dentro dos Conselhos e especialmente na Junta Executiva Central.

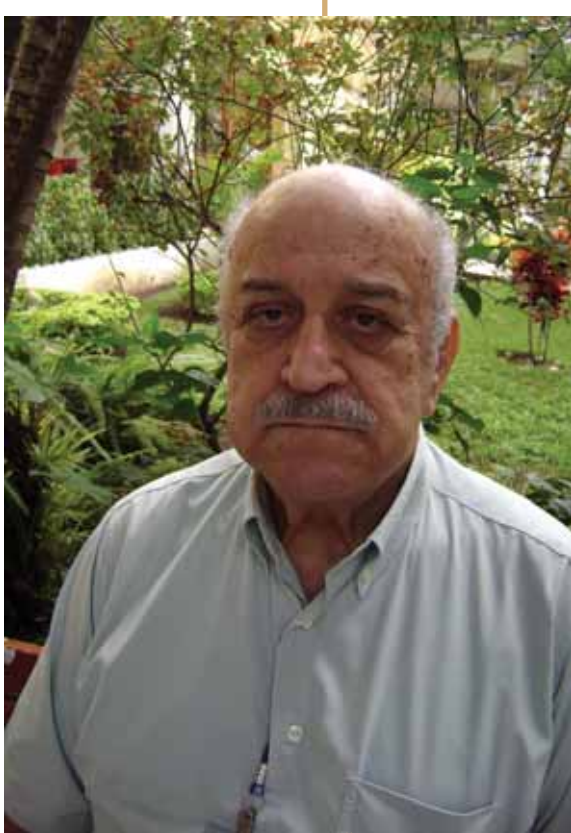
Depois da posse de Jânio Quadros, ele sofreu um inquérito provocado pelo novo presidente da República, com vistas a apuração do processo de compra do computador pelo IBGE. O inquérito não deu em nada.

Depois de ter saído definitivamente do IBGE, em 31 de janeiro de 1961, Jurandyr exerceu cargos no magistério, na iniciativa privada e até exercendo um ano de mandato como deputado. Era casado com Norat Pires Ferreira e de seu casamento nasceu Dyrno Jurandyr Pires Ferreira, deputado federal em várias legislações. Jurandyr faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1982.

Fatos relevantes do Censo 1960

por Manoel Antônio Soares da Cunha

O Recenseamento Geral 1960, com um adequado e correto planejamento, teve a sua execução altamente prejudicada por diversos fatores, sendo o principal deles, a falta de dinheiro para execução de coleta dos questionários. O início dos trabalhos censitários foi determinado sem que fossem observadas todas as etapas previstas no seu planejamento, sendo as tarefas efetuadas, graças à garra e à dedicação dos servidores das antigas inspetorias estaduais de Estatística e, com especial destaque, para os lotados nas agências municipais de Estatística, abnegados aos limites extremos, tendo inclusive muitos deles financiado os agentes recenseadores, apesar dos vencimentos na época estarem atrasados, em até três meses.



Manoel Antonio, [s.d.].
Foto: Marco Santos.

Todos os envolvidos nos trabalhos do Recenseamento Geral 1960, merecem os maiores louvores. Apesar de demorada, a sua apuração foi concluída, e as informações de 1960 fazem hoje parte do elenco das séries censitárias, mantendo a comparação através dos tempos e, ajudando a compreender a evolução dos Setores Demográfico, Agrícola e Econômico do País. Grato será lembrar os nomes de Maurício Rangel Reis, Amaro da Costa Monteiro, Heitor Câmara Veloso, Amaro Palha Correa, Rudolf F. Wunshe, Florentino Viano Hansted, Hélio Hemetério e Altamiro Miranda, que, desafiando a decisão e opinião de muitos dirigentes do IBGE e do governo, enfrentaram com vontade e valentia as decisões para abandonar-se os trabalhos daquela grande pesquisa, demonstrando desconhecimento da realidade e muita ira política contra os responsáveis pela realização do censo naquelas condições.

Neste ponto, é preciso que se registrem fatos e acontecimentos que parecem coisas banais, ou mera obrigação de servidores, e que contribuíram em muito para realização completa dos trabalhos.

Nas inúmeras improvisações feitas, por falta de espaço na sede do Serviço Nacional de Recenseamento, na Praia Vermelha, os trabalhos de recepção, conferência e empastamento dos questionários foram instalados de forma precária no então distante subúrbio de Bonsucesso, na avenida Itaóca com Caminho de Itararé. Na época, local de difícil acesso e o galpão destinado a esses trabalhos era uma parte da fábrica de tintas Cotomar, com instalação elétrica precária e perigosa, pouca água, espaço insuficiente e pessoal subalterno em número reduzido, inclusive de vigias, que eram quatro senhores com idades superiores a 60 anos. Velhos e com pouca saúde não raro tinham dificuldades em cumprir seus turnos de trabalho.

Com essas condições e sem adequado material de combate ao fogo, por coincidência, no dia em que se receberam os velhos extintores recarregados veio a fatalidade. Lavrou um violento incêndio nas dependências da fábrica de tintas. Os vigias de plantão, os mais idosos, Aristóteles e Isaías, com dificuldade e sacrifício colocaram os extintores na área diretamente ameaçadas pelas chamas, acionaram os bombeiros e, com abnegação, continuaram a usar os extintores evitando que as chamas invadissem o nosso galpão, onde só havia papel e papelão.

Quando os bombeiros deram por terminado o combate ao fogo, os galpões da fábrica tinham sido consumidos. O galpão do Censo só foi atingido pelas cinzas do que foi destruído na fábrica.

Os dois vigias, Aristóteles e Isaías (não recordo os nomes completos, mas registro aqui o trabalho anônimo que realizaram) evitaram que o fogo destruísse os questionários do Censo.

Outro fato importante ocorreu, em 1967, em um outro galpão, localizado em Vigário Geral, o qual se destinava à guarda do material do Censo Demográfico, que aguardava decisões de sua apuração. Neste galpão, que além dessa destinação também abrigava subalternos que, por algum motivo, haviam desagradado suas chefias e foram "exilados" naquele lugar distante, com dificuldade de condução, lá estavam Bráulio, Inácio e Willian, subordinados à Maximino dos Reis Pinto, quando naquela tarde de verão, desabou um dos maiores temporais já vistos no Rio de Janeiro. Galpão antigo, de telhado frágil, logo a água ameaçou rompê-lo e danificaria irremediavelmente o material acondicionado em estantes duplas de 4,90 metros de altura. Sem discutir, sentindo o perigo, os quatros procuraram oleados e lonas e, equilibrando-se como era possível, cobriram todo o material, permanecendo toda noite em vigília, atentos a qualquer risco que pudesse danificar o material.

Não se pode avaliar, por este relato, o real perigo que correu o material, mas também os abnegados que se arriscaram em possíveis acidentes, pois a força do vento (destruiu grande parte do telhado) e da água deixaram muitos feridos naquele subúrbio.

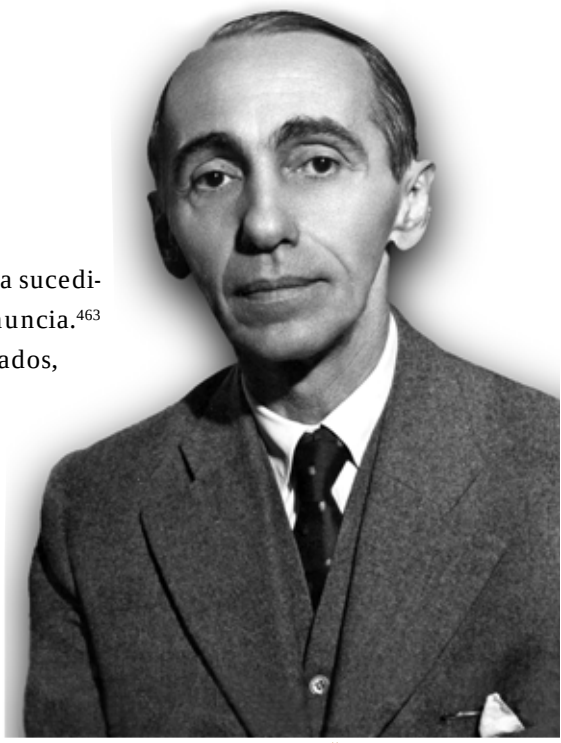
Neste dia 29 de maio, recordemos estes seis companheiros Aristóteles, Isaías, Braúlio, William e Maximino (já falecidos), e Inácio, ainda entre nós. Pelo entendimento que tiveram de suas obrigações, sem esperar recompensas, ficando somente a satisfação do dever cumprido.

Fatos iguais e semelhantes a estes não são raros, ao contrário, acontecem com muita freqüência. Reverenciamos e parabenizamos todos aqueles que, agindo desta forma, são dignos de nosso apreço e admiração.

Na linha dos perfis biográficos, ver no CD-ROM que acompanha este volume os textos: **Moacir Malheiros, o estudioso do Brasil e Elson Mattos, presença marcante na história do IBGE,** por Marco Santos.

1962: Comissão considera essencial a ampliação do programa estatístico

Capítulo 20



Rafael Xavier , [s.d.].

Em 24 de agosto de 1961, *Jânio Quadros*, que havia sucedido a *Juscelino Kubitschek* na Presidência da República, renuncia.[463] Seus muitos eleitores, agora órfãos, sentem-se frustrados, amargurados. Assume as rédeas do poder, o vice-presidente *João Goulart*, da corrente varguista.[464] Entretanto, por pressão dos ministros militares, assume com menos poderes, num sistema de governo parlamentarista; mas, pouco tempo depois, após a vitória num plebiscito, retornaria o presidencialismo, natural à tradição republicana.[465] Ao tempo do parlamentarismo, exerceram a Presidência do Conselho de Ministros *Tancredo Neves*, *Hermes Lima* e *Brochado da Rocha*.

Com *Jânio Quadros*, *Rafael Xavier* assume a presidência do IBGE (fevereiro a novembro de 1961), em sucessão a *Jurandyr Pires Ferreira*; vinha de função superior na Fundação Getulio Vargas.[466] Tinha grande apreço e admiração a *Teixeira de Freitas*, a quem sucedera na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística (em agosto de 1949); valerá marcar que, por indicação de *Teixeira de Freitas* a *Juarez Távora* assumira a direção dos serviços estatísticos do Ministério da Agricultura[467]. Municipalista apaixonado, fosse longa sua gestão, por certo teria recuperado o engajamento ibgeano naquela prática; mas sua gestão foi curta, pouco realizando; nem pôde repensar a instituição, uma necessidade imperativa, em seguida à polêmica administração de seu antecessor (afora dever tratar do imbróglio do computador recém-adquirido[468]).

No 29 de maio de 1961, único que vivenciou como presidente, *Rafael Xavier* em seu discurso indica a tônica de sua gestão, como seria se tivesse ficado mais tempo. Antes de seguir, cabe anotar, como indicação de prestígio, a presença na solenidade dos ex-presidentes *Macedo Soares*, *Florêncio de Abreu*, *Elmano Cardim*; e dos ex-vice-presidentes, e que ocuparam a presidência interinamente, *Heitor Bracet*, *Rubens Porto*, *Moacir*

[463] Antes, apenas o primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, o fizera (em 1891).

[464] Até que consiga retorna da China, onde fazia visita oficial, e se consiga negociar sua posse, assume a presidência o Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzili (25 de agosto a 8 de setembro).

[465] O parlamentarismo duraria de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Na República, só no primeiro Governo Provisório, houve uma prática parlamentarista (com o chamado Gabinete Lucena). A República opta pelo presidencialismo, num contraponto à monarquia que fora o tempo todo parlamentarista.

[466] Seu Secretário-Geral foi Raul do Rego Lima (março a outubro de 1961).

[467] Em Recife, de onde viera, como chefe do Unidade Estadual de Estatística, recebera Bulhões Carvalho (em janeiro de 1930) quando das conferências preparatórias do Censo 1930 (não realizado).

[468] Ver o capítulo 19 deste volume.



Freire Alvim, [s.d.].

Malheiros, bem assim, a presença de *Juarez Távora*. Enfim, eis alguns trechos de seu discurso, indicando os destinos de sua abortada gestão:

> Ninguém, hoje, desconhece que o processo do desenvolvimento nacional pressupõe a satisfação de uma série de exigências, dentre essas as que respeitam às informações de base necessárias aos planejamentos. Existe um consenso unânime acerca da necessidade de estatísticas completas, fidedignas e atualizadas. Não apenas as estatísticas, mas de informações e elementos de natureza geográfica e cartográfica.
>
> No IBGE, o Movimento Municipalista Brasileiro teve a sua gênese, na fase contemporânea, e daqui partiram os grandes incentivos para a cruzada magnífica de que resultou a vitória de justas reivindicações na Carta de 1946. Essa cruzada volta a merecer todo o apoio desta Casa, hoje, como ontem, empenhada em dar contribuição eficiente ao desenvolvimento econômico e ao progresso social do Brasil.
>
> Impõe-se, por conseguinte, preparar o Instituto para responder aos desafios da realidade brasileira. Há que dispor o País de uma instrumentação estatística e geográfica cada vez mais eficiente. Há que fazer do IBGE o órgão vivo e atuante que a nação reclama, racionalizando processos, apurando meios de perquirição, transpondo, se este expediente se impuser, barreiras que dificultem o maior rendimento do labor geográfico e estatístico. Há que aprimorar, se necessário, a estrutura do Instituto, que pelo próprio fato de ser boa deve comportar melhorias. Há que deixar à margem levantamentos que se não afigurem fundamentais e dar prioridade aos exigidos pelo desenvolvimento nacional. Há que atentar nas mudanças sociais que se processam em ritmo acelerado, dotar o IBGE dos instrumentos necessários para registrá-las em sua dinâmica e oferecer a quem de direito os elementos indispensáveis à formulação de políticas adequadas.
>
> Eis a grande tarefa com que se defronta o IBGE nesta nova fase da vida nacional, quanto à perplexidade de uns e ao negativismo de outros se superpõe, de modo avassalador, a esperança de milhões de brasileiros (25º..., 1961, p. 172, grifo nosso).

Com *João Goulart*, dois serão os presidentes: *Sá Freire Alvim* (antigo prefeito do Distrito Federal, ainda na Cidade do Rio de Janeiro[469]), de novembro de 1961 a outubro de 1963, e *Roberto Accioli*, de outubro de 1963 a março de 1964. Como traço do tempo, incerto na política, e na economia, com crises várias nos serviços públicos, farão inexpressivas administrações (sobremodo o segundo)[470]. Enfim, será o tempo do Plano Trienal, da pena de *Celso Furtado*, mais uma vez formulando diferentes demandas por estatísticas, sobremodo as estatísticas econômicas; o sistema é repensado, de novo na linha do debatido no Seminário de Estatística havido em 1958, portanto, com efeitos mínimos, desde então; e não seria, agora, diferente. Não obstante, iam-se formando massa-crítica, a desembocar na Fundação IBGE, em 1967.

[469] De julho de 1958 a abril de 1960.

[470] Serão secretários-gerais, numa e noutra gestão, respectivamente, Lauro Sodré Viveiros de Castro (da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE) e Paulo Mourão Rangel.

Iniciativa dos trabalhos; principais participantes

O Presidente do Conselho de Ministros, *Tancredo Neves*, pelo Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962, criou, no âmbito da Comissão Nacional de Planejamento, um Grupo de Trabalho - COPLAN "destinado a examinar em extensão e profundidade o plano dos levantamentos a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o objetivo de possibilitar a sua ampliação e atualização, em função das necessidades dos planejamentos econômico e social do País" (Art. 1º). Isso fora feito:

> Considerando que se impõe ao Governo a tarefa de planejar o desenvolvimento econômico, social e cultura do país, com base em estatísticas fidedignas e atualizadas.
>
> Considerando que cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística promover e fazer executar, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais.
>
> Considerando que o próprio IBGE tem manifestado a conveniência da ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos para melhor atender à demanda cada vez maior de informações e às necessidades do planejamento do desenvolvimento do país.

Tendo em conta o Artigo 2º que definiu seus integrantes, participaram dos trabalhos as seguintes pessoas: *Lauro Sodré Viveiros de Castro*, como Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística; *Ovídio de Andrade Júnior*, como representante da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística[471]; *Germano Seidl Vidal*, Tenente-Coronel, como representante do Estado-Maior do Exército; *Isaac Kerstenetzky*, como chefe do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getulio Vargas; *Maurício Rangel Reis*, como diretor do Serviço Nacional de Recenseamento; *Genival de Almeida Santos*, como chefe do departamento econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; *Sebastião Advíncula Cunha*, como representante do Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo; *Austregésilo Gomes Spíndola*, como representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Com base ainda nesse artigo, o grupo foi coordenado por *José Luiz Bulhões Pedreira* e *Guilherme Augusto Pegurier*, no exercício da Secretaria-Geral da Comissão Nacional de Planejamento.

Essas pessoas ficaram incumbidas da elaboração de documentos temáticos ou setoriais, que facilitassem as discussões; e o fizeram também *Amaro da Costa Monteiro*, chefe da seção de amostragem do Serviço Nacional de Recenseamento / Estatísticas Agrícolas; *Francisco Pedro Lócio Cavalcanti* coordenador setorial de transporte da Comissão Nacional de Planejamento; *Alberto Passos Guimarães* chefe do setor de divulgação do Serviço Nacional de Recenseamento. Discutidos, deram origem a um "Relatório Final", em oito capítulos, abordando as temáticas previstas no decreto: estrutura e recursos do sistema estatístico, reformação do programa estatístico, reorganização administrativa (Art. 3º)[472]. Os trabalhos tiveram início em 23 de julho, e

[471] Dirigia, então, os serviços de estatística da educação e cultura, do Ministério da Educação e Cultura; substituíra, portanto, a Alberto Martins, que substituíra a Teixeira de Freitas.

[472] Ao relatório, formando um volume grosso, foram anexados os documentos utilizados nas discussões. Infelizmente, não se deu uma numeração contínua às páginas; por demais, há vários textos sem numeração. Nesse sentido, usamos as páginas de cada texto.

foram concluídos, depois de realizadas 17 reuniões, em 30 de novembro; além de ouvir produtores, nos termos do decreto, entidades usuárias foram ouvidas nas análises das seguintes temáticas estatísticas: transportes, agrícolas, industriais, demográficas, financeiras; além das estatísticas censitárias.

Balanço do Seminário de Estatística realizado em 1958

Tão logo foram iniciados os trabalhos, veio à tona o Seminário de Estatística realizado em conjunto pela "Confederação Nacional da Indústria" e pelo "Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico", em 1958. Naturalmente tratou-se dos seus desdobramentos, das suas conseqüências, enfim, que frutos tiveram suas recomendações? Por oportuno, recorde-se que seu coordenador, *Maurício Rangel Reis*, além de vários de seus integrantes, iria atuar no Grupo de Trabalho. Então, um balanço foi feito pelos técnicos da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas[473], e oferecido aos participantes.

Em duas colunas, o documento relaciona na primeira coluna as recomendações resultantes do Seminário (e que foram vistas no capítulo 18), e na segunda coluna balanceia os resultados, se houve, ou não, atendimento, além de apresentar observações, em especial, quanto à pertinência, ou não, da proposição.

O resultado é desalentador, apesar dos muitos esforços havidos, não raro sem nenhuma evidência concreta, não passando de declaração. De fato, com muita crueza, quase a totalidade das recomendações são dadas como "não atendidas", e são ditas ainda "oportunas" (umas poucas são entendidas como "superadas").

Por quê? Por três razões, a nosso juízo.

Primeira, o modo de gestão de *Jurandyr Pires Ferreira*, bastante personalista, talvez mesmo voluntarista, pondo em prática, por assim dizer, uma administração presidencialista, com inevitáveis confrontos à estrutura institucional parlamentarista. Seu jeito de gestão preferiu projetos visível e grandioso, em lugar das conduções cotidianas, sempre a demandar aprimoramentos, como as recomendações resultantes do Seminário, mas, por seu jeito, era natural olvidá-las.

Segunda, a evidente complexidade das recomendações, de difícil compreensão e assimilação pelos técnicos produtores, sem dúvida homens dedicados e com grandes vivências, mas sem maiores formações em estatística, em especial em estatísticas econômicas, o que naquele momento era essencial; afora que suas paixões, muitas vezes, os tornavam irritadiços às críticas, os cegavam.

Terceira, a estrutura parlamentar, com seus muitos produtores ligados aos registros existentes, quase nunca com boa cobertura e com bom conteúdo; nesse contexto, ficava difícil a adoção da amostragem, não apenas pela escassez dos especialistas, mas porque mudaria o cotidiano dos produtores, gerando naturais (humanas) resistências. E os registros estatísticos seriam imperativos.

[473] Criada pela Resolução nº 705, de 20 de julho de 1957, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, portanto, antes do referido Seminário de Estatística. Era referida pela sigla CTRACE.

Avaliação da atividade estatística brasileira

Alberto Passos Guimarães, no texto oferecido à discussão**, Subsídios para a reformulação do sistema estatístico brasileiro**[474], faz uma forte avaliação da atividade estatística brasileira, e entende como essencial e natural haver mudanças. Logo no início, afirma, em valiosa síntese, muito lúcida:

> Nos últimos tempos, as críticas às estatísticas brasileiras se vêm tornando cada vez mais freqüentes. Incidem essas críticas, principalmente, sobre sua limitada extensão, sobre as falhas em sua continuidade e sobre a demora na divulgação de seus resultados. Embora, não raro, sejam cometidos erros de apreciação e exagero nas restrições feitas, não se poderia negar que grande parte das críticas, possam ou não ser consideradas justas de todos os pontos de vista, resultam da aspiração, bastante generalizada entre os consumidores, por colocar o sistema estatístico brasileiro no nível exigido pelas necessidades atuais do desenvolvimento econômico nacional. [...] No Brasil, nada haverá de estranho que, em face das significativas modificações surgidas no panorama nacional durante os mais recentes decênios, o sistema estatístico nacional, implantado desde cerca de trinta anos, já não esteja em condições de atender plena e satisfatoriamente à crescente e intensa procura de informações indispensáveis à fase atual do desenvolvimento de nosso país. (GUIMARÃES, 1962, p. 1, grifo nosso).

Segue fazendo uma avaliação das insuficiências e deficiências das estatísticas brasileiras, por exemplo, a previsão de safras, aliás, sobre as estatísticas agrícolas, as entende sem nenhuma validade técnica, o que sobreleva em problema dada a natureza agrícola do País. E o mesmo observa nas estatísticas da exportação; entre outras.

Defende uma atividade estatística centralizada. A seu juízo, deve-se à "dispersão e descentralização que caracterizam o nosso sistema" a razão dos males, em especial, à existência de levantamentos "duplicados, triplicados ou quadruplicados, acarretando inúteis gastos de tempo e de recursos". O IBGE, então, não estaria coordenando; mas, vale marcar, essa fora a razão de sua criação...

> Outros dos males imputados ao sistema estatístico brasileiro, encontradiço nas organizações estatísticas descentralizadas, é o total menosprezo pelos custos de execução dos inquéritos. Os órgãos de coleta da rede nacional sofrem constante pressão no sentido de efetuar levantamentos de toda a natureza, os mais estranhos e supérfluos (até estatísticas de bandas de música são realizadas: quantos pistões? quantos trombones? etc.) sem que sequer se discuta o problema dos gastos necessários para sua execução (GUIMARÃES, 1962, p. 4, grifo nosso).

Ainda hoje, 40 anos depois, dos custos pouco se sabe. Quanto ao conteúdo, a questão que se nos põe é a de prioridade, oportunidade e condições de realização; enfim, as "bandas de música" podem até ser, em alguma condição, relevantes, e pode se impor sua pesquisa; vale dizer, tudo fica na exigência da definição de um plano bem feito, com custos e benefícios sopesados. E diz mais:

> Tornou-se das mais inconvenientes, para o bom funcionamento do sistema estatístico brasileiro, a prática dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, por cujo intermédio é assegurada a arrecadação da taxa de estatística. Por melhores que fossem os resultados iniciais, o que hoje se observa é que a manutenção dos citados

[474] Para o qual se inspirou no **Manual de organização estatística**, do escritório de Estatística da ONU (cuja a primeira edição é de 1954).

> Convênios obriga as autoridades estatísticas regionais a esforços "diplomáticos" incessantes, tomando parte essencial do tempo de que dispõem; e provoca freqüentes interrupções do fluxo da receita quando dos governos municipais sustam a vigência dos acordos. Além disso, tal prática constitui um permanente elemento de pressão descentralizadora do sistema, pondo este, de fato, sob a dependência de interesses locais. Finalmente, as tarefas de cobrança da taxa de estatística sobrecarregam excessivamente a rede nacional de coleta, tomando às agências e inspetorias regionais parte substancial de seu tempo de atividade, e convertendo-as, de órgãos coletores de estatísticas, em repartições de arrecadação tributária (GUIMARÃES, 1962, p. 5).

Enfim, sob uma funda revisão da legislação pertinente, que defende a exaustão, entende que o sistema estatístico brasileiro deveria assumir as seguintes características: planificação, vista como a tarefa de se elaborar e de se revisar todo ano um Plano Nacional de Estatística; centralização, vista como a produção num órgão central das estatísticas arroladas no Plano Nacional de Estatística; concentração, como a prática de se reduzir ao mínimo o conteúdo dos inquéritos necessários ao cumprimento do Plano Nacional de Estatística; por fim, as coordenações, geral e irrestrita, da produção estatística brasileira, não apenas daquelas previstas no Plano Nacional de Estatística. Esses pontos, valerá lembrar, estão postos no manual das Nações Unidas.

Em outro texto, longo, o Tenente-Coronel *Germano Seidl Vidal* analisou as "Campanhas Estatísticas". Faz um copioso histórico das campanhas, com ênfase nos interesses das seguranças interna e externa do País. As estatísticas de interesse militar, todas de caráter sigiloso, cresceram muito ao longo do tempo, sobrecarregando as campanhas estatísticas. E coloca em debate algumas questões: os recursos minguantes, com a crescente denúncia dos acordos; a quase nenhuma utilização da amostragem nas investigações; a freqüente realização de pesquisas sem o aval do órgão central, em flagrante desrespeito ao seu papel coordenador; as apurações retardadas, pela presença de diferentes repartições interessadas; a ampliação dos conteúdos das pesquisas.

Em texto anexo, oferece uma valiosa "Relação dos assuntos atualmente pesquisados pelo sistema estatístico nacional e as condições em que se efetuam os respectivos inquéritos". Separa os assuntos segundo a supervisão, se diretamente pela Secretaria-Geral do Conselho, ou se pelos vários serviços federais de estatística; em cada caso, divide os assuntos segundo o critério de coleta, se feito pela rede de agências, ou se feito de modo direto nas fontes, em caráter contínuo ou em caráter periódico. Em outro anexo, relaciona os "Assuntos investigados pelas campanhas estatísticas", por caderno e por serviço federal de estatístico. Por fim, relaciona os "Principais órgãos oficial e paraestatal encarregados de coletar, apurar ou publicar dados estatísticos", por ministério, conseguindo revelar uma enorme babel.

Propostas de reformas de estrutura

Lauro Sodré Viveiros de Castro, em texto auxiliar, defendeu a centralização das atividades estatísticas num único órgão, bem assim, defendeu a permanência no mesmo órgão das atividades geográficas. Em matéria estatística, ao órgão central, IBGE, competiria a realização dos censos, bem assim, a realização de pesquisas primárias por amostras, e também de pesquisas nos registros e documentos administrativos; passaria

a contratar seu pessoal através das leis trabalhistas. Seguiria havendo um Conselho Nacional de Estatística, cuja Diretoria-Executiva teria a seguinte estrutura:

Direção-Geral, integrada por três Departamentos: Central de Coleta, Central de Apuração (com três divisões: Computação científica, Apuração estatística e Cadastro), Gráfico; e por duas Assessorias: Técnica (para assuntos de amostragem, planejamento e treinamento) e Jurídica. E quatro Secretarias: dos Censos (com quatro divisões: Censo de População e Habitação, Censo Agrícola, Censo Industrial, Censo Comercial e dos Serviços), de Estatísticas Contínuas (com cinco divisões: Estatísticas Agrícolas, Estatísticas Industriais, Estatísticas de Distribuição, Estatísticas Sociais e do Trabalho, Coordenação de Estatísticas Descentralizadas), de Informações (com três divisões: de Estudos e Análises, de Documentação e Informação, de Divulgação), de Administração (com três divisões: de Pessoal, Financeira, de Material e Comunicações).

Ademais, *Alberto Passos Guimarães* ofereceu a tradução de alguns trechos do **Manual de organização Estatística** do Escritório de Estatística da Organização das Nações Unidas, cuja primeira edição é de 1954; os trechos traduzidos tratavam em particular da estrutura e de coordenação da atividade estatística, bem a propósito da temática em discussão. Em seguida, usando esse Manual, e outros textos vindos do exterior, além de utilizar sua vivência brasileira, elabora o já citado **Subsídios para a reformulação do sistema estatístico brasileiro**[475]. Nesse estudo reflete a estrutura estatística brasileira: sugere a separação da atividade geográfica, e a criação do Instituto Brasileiro de Estatística, cujo órgão supremo seguiria sendo o Conselho Nacional de Estatística, com uma Diretoria-Executiva parecida com aquela vista antes, feita por *Lauro Sodré*; os Convênios Nacionais de Estatística Municipal seriam extintos, abrindo espaço à revisão dos espaços das agências; o programa estatístico seria revisto anualmente, num evidente exagero.

O Tenente-Coronel *Germano Sedl Vidal* ofereceu "delineamento do projeto de lei de reestruturação do IBGE e de reformulação das estatísticas nacionais". Competiria ao IBGE, em síntese, as tarefas seguintes: elaborar e promover a execução do Plano Nacional de Estatístico, oficializado por ato do poder executivo; coordenar as estatísticas não previstas no referido plano, pela revisão e controle dos questionários elaborados pelos órgãos oficiais, cujos resultados seriam divulgados sob a égide do IBGE. Não mais haveria um Conselho Nacional de Estatística, mas sim um Conselho Deliberativo, com as comissões técnica de estatística, técnica de geografia e cartografia, e fiscal; teria, ademais, uma Diretoria-Executiva (sendo também a vice-presidência), uma Diretoria-Geral de Estatística e Censo, uma Diretoria-Geral de Geografia e Cartografia, um Departamento de Administração e, por fim, o serviço gráfico. Todos os Convênios Nacionais de Estatística estariam denunciados.

Por fim, valerá registrar a divulgação das estruturas de 20 sistemas estatísticos nacionais (em formato de organograma), mas sem ter havido estudos comparativos. Os países foram, em ordem alfabética: Austrália, Bolívia, Canadá, Ceilão, Chile,

[475] Nesse estudo, afirma que a melhor atividade estatística nacional era a do Canadá, e o atribui à sua Lei de Estatística, que considera de grande valor. Curiosamente, 40 anos depois, com seus altos e baixos, de novo se toma o Canadá como um modelo institucional.

Colômbia, Costa Rica, Egito, El Salvador, França, Grécia, Guatemala, Itália, Nicarágua, Noruega, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Portugal e República Dominicana; não existe nenhuma explicação para essa seleção, donde pode-se crer ter sido uma seleção fortuita, ao acaso, talvez restrito ao disponível. Como seja, terá sido valiosa sua divulgação, ajudando na formação de massa-crítica; aliás, em todos os tempos, ainda hoje, seria ótimo poder saber essas estruturas nacionais, em algum mecanismo de atualização permanente; enfim, sistemas estatísticos comparados, como um segmento da Sociologia das Estatísticas, deveria constituir uma disciplina na formação dos Estaticistas, em meio a vários outros saberes essenciais.

No **Relatório final**, em linhas gerais, foram adotadas as sugestões emanadas dos subgrupos, sem maiores novidades. Contudo, em seu capítulo VII, "Reorganização Administrativa do IBGE", há algo novo, qual seja, a decisão de se passar à "órbita da Universidade do Brasil" a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o que não consta dos textos auxiliares. Além desse ponto, quatro outros merecem destaque, extraídos do capítulo VIII, "Recursos Financeiros para a Estatística Nacional": um novo fundo estatístico seria constituído, por taxa "a incidir sobre as pessoas jurídicas" (além de outras dotações); na hipótese de precisar de serviços de computação, todo órgão federal devia fazer consulta prévia ao IBGE, antes de partir para sua aquisição; todos os órgãos federais deviam enviar ao IBGE cópia das pesquisas estatísticas que viessem a realizar; o IBGE teria "acesso aos registros das informações estatísticas nos órgãos públicos ou particulares, com as ressalvas prescritas em lei" (num exagero evidente).

Críticas ao programa estatístico

Cinco temas foram objeto de estudo, temas, por certo, de grande interesse do planejamento econômico naquele quadro de vida do País: as estatísticas de transportes, as estatísticas agrícolas, as estatísticas industriais, as estatísticas demográfica e social, as estatísticas financeiras; cada qual com um relator, responsável pela elaboração de documentos preliminares, orientadores das discussões.[476]

No caso das estatísticas de transportes, o relator foi *Francisco Pedro Lócio Cavalcanti*, Coordenador Setorial de Transportes da Comissão Nacional de Planejamento.

A primeira conclusão registrada era a completa ausência de "coordenação entre os órgãos responsáveis pelas estatísticas de transportes". Ora, desde 1937 o Conselho Nacional de Estatística vinha pleiteando a formação de um Serviço de Estatísticas de Transportes, no ministério competente, sem nenhum sucesso. Isso bem mostra a distância existente entre a tomada das decisões técnicas, ponderadas nas resoluções, e as suas efetivas execuções, via decisões políticas.

Outro ponto, o de haver vários órgãos coletando e apurando estatísticas, não raro sobre uma mesma temática; além da óbvia duplicação das atividades, os resultados depois divulgados não eram nada homogêneos. Outro ponto ainda, a falta,

[476] Houve, ainda, um subgrupo dedicado às estatísticas censitárias, relatado por Maurício Rangel Reis, e que foi usado no capítulo anterior, alusivo ao Censo 1960.

em geral, de recursos, em geral, em especial de recursos humanos, com a quase absoluta ausência de estatísticos, o que é entendido como gravíssimo (de fato, faltavam não os Estatísticos, mas sim os Estaticistas, mas isso não era de fácil apreensão).

Várias sugestões de mudanças são apresentadas, umas, no âmbito das pesquisas, de curto prazo, não exigiam maiores mudanças estruturais, outras, ao contrário, de longo prazo, exigiam mudanças estruturais, vale dizer, só um novo sistema estatístico as atenderiam plenamente. As expectativas eram favoráveis, contudo.



Carro de boi, usado no transporte de produtos agrícolas, em Morro do Chapéu, BA.

No caso das estatísticas agrícolas, o relator foi *Amaro da Costa Monteiro*, chefe da Seção de Amostragem do Serviço de Recenseamento (Estatísticas Agrícolas).

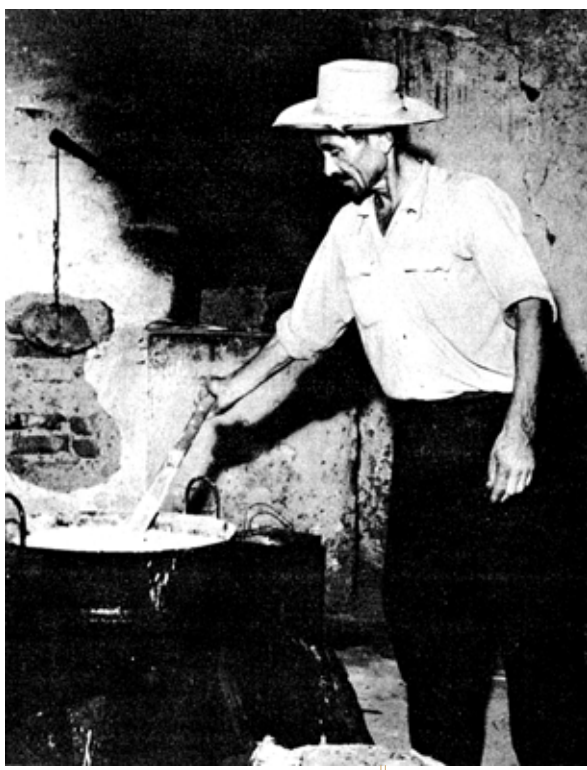
Os inquéritos contínuos recebem especial atenção[477], com foco nas ações do serviço de estatística do Ministério da Agricultura, cujas atribuições são consideradas excessivas, valendo realmente relacioná-las: 1) Extração e beneficiamento de minerais não metálicos; 2) Indústria de cerâmica e dos artefatos de barro; 3) Fabricação de cimento e cal; 4) Engarrafamento de águas minerais; 5) Mineração; 6) Indústria metalúrgica nos estabelecimentos que se dedicam à redução de minerais ou à laminação de metais; 7) Extração e beneficiamento de matérias primas vegetais; 8) Indústria de madeira, na parte relativa às serrarias; 9) Indústria de óleos e essências vegetais; 10) Indústria da pesca e produtos derivados; 11) Indústria do aço e derivados; 12) Produção agrícola *in natura*; 13) Beneficiamento dos produtos agrícolas; 14) Produção agrícola transformada; 15) Produção pecuária e efetivo dos rebanhos; 16) Indústria de carne e produtos derivados; 17) Produção avícola; 18) Produção sericícola; 19) Salários agrícolas; e 10) Preços dos produtos agrícolas[478]. Além de dever preparar o cadastro rural.

Realça que vários desses assuntos não eram da esfera natural do Ministério da Agricultura, mas sim de outros órgãos, e neles deviam ser alocados. Muito devia fazer, e muito não fazia; afora que muitas coletas ficavam sem apuração e divulgação, por exemplo, “cooperativas, estabelecimentos de fomento da produção, núcleos coloniais, produção extrativa, salários agrícolas, valor das terras de cultura e pastagens”, citando a palestra de *Artur Ferreira Silva*, Inspetor Regional na Bahia, no II Seminário de Desenvolvimento Econômico, patrocinado pela SUDENE, naquele mesmo ano. Outro ponto negativo, anotado pelo próprio diretor do serviço, *Paulo Rangel*, é ainda estar-se usando métodos definidos na década de 1940, sem se usar os avanços nacional e internacional em matéria de pesquisa estatística; máxime, o descompasso com as

[477] Os inquéritos censitários são apenas citados, dado que foram vistos no texto de Maurício Rangel Reis.

[478] Note-se que, a menos de equivoco do relator, é de fato estranha a inclusão de certos ramos industriais nas atividades daquele ministério.

estatísticas censitárias. Por demais, afirma com ênfase, a amostragem ainda era muito pouco utilizada, defendendo sua introdução enfaticamente[479].



Operário mexendo o tacho com a calda da cera de carnaúba, em Apodi, RN.

No caso das estatísticas industriais, o relator foi *Isaac Kerstenetzky*, chefe do Centro de Contas Nacionais da Fundação Getulio Vargas.

Trata dos "Números-índices da produção industrial", das "Estatísticas industriais e as contas nacionais", das "Relações interindustriais". Faz críticas e sugestões, muito na linha do que já fizera no Seminário de Estatística de 1958; defende, novamente, a concentração e a centralização da elaboração das estatísticas industriais num único órgão, e diz que "a situação atual brasileira no tocante às estatísticas industriais é a antítese daquela tecnicamente recomendável", sendo muitos os órgãos envolvidos e muitas e variadas as pesquisas realizadas. Isso teria que mudar, pois "a indústria é setor estratégico do processo de desenvolvimento econômico do País". E diz mais:

> Um dos progressos recentes mais importantes no campo da estatística econômica aplicada tem sido o desenvolvimento de um sistema inter-relacionado de contas nacionais que mede e focaliza o funcionamento do sistema econômico (KERSTENETZKY, 1962, p. 5, grifo nosso).

> O método de análise de relações interindustriais (*input-ouput*) é, como o sistema de contas nacionais, também uma expressão do novo rumo da investigação econômica moderna. Essa orientação não se limita apenas à descrição em termos absolutos, do comportamento de fenômenos singulares, mas sim procura explicar o funcionamento de um sistema econômico em seu conjunto, com base em dados relativos a fatos concretos. Enquanto o modelo de contas nacionais apresenta as atividades produtivas do país como se fossem partes integrantes de uma grande empresa, o modelo de relações interindustriais procura a maior desagregação possível, visando identificar a interdependência geral entre todas as forças que operam no âmbito de um sistema econômico nacional (KERSTENETZKY, 1962, p. 7, grifo nosso)..

No caso das estatísticas demográfica e social, o relator foi *Ovídio de Andrade Júnior*, responsável pelas estatísticas do Ministério da Educação e Cultura.

Trata do estado e do movimento da população, e do social (trabalho, custo de vida, saúde e assistência, ensino). Recupera muitas sugestões apresentadas no Seminário de Estatística de 1958. Considera precárias as estatísticas vitais, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos, clamando por mudanças urgentes no Registro Civil das Pessoas Naturais, para tanto, lembrando as sugestões feitas por *Hei-*

[479] Em favor, faz uma longa citação em francês de Louis Closon, Diretor Geral do Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, da França.

tor Bracet, responsável pelas estatísticas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Bem assim, por falta de recursos, sobremodo humanos, seriam também precárias as estatísticas atribuídas ao Ministério do Trabalho (previdência e trabalho, como custo de vida, e como emprego e desemprego, entre outras). Não seria diversa a condição das estatísticas de assistência e saúde, da atribuição do Ministério da Saúde. Já as estatísticas da educação e cultura (de sua direta atuação), estariam em melhor situação, em parte pela tradição, vinda de Teixeira de Freitas, em parte pelo nível do pessoal, mantido em qualidade (especialização e competência).

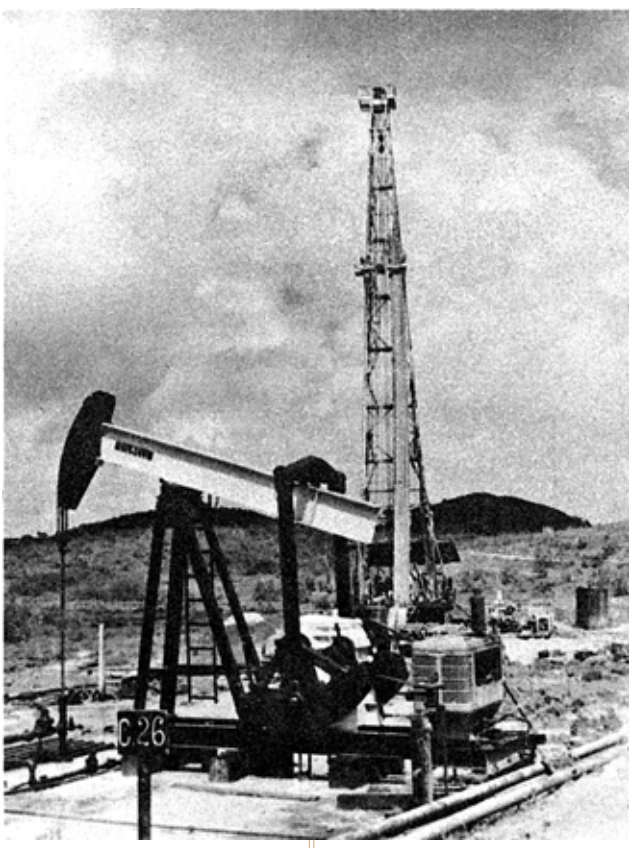
No caso das estatísticas financeiras, o relator foi *Genival de Almeida Santos*, chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Essas estatísticas vêm de vários órgãos, a maioria estando na estrutura do Ministério da Fazenda: Caixa de Amortização, Casa da Moeda, Contadoria Geral da República, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Diretoria de Rendas Aduaneiras, Diretoria de Rendas Internas, Diretoria da Despesa Pública, Divisão do Imposto de Renda, Serviço de Estatística Econômica e Financeira, Superintendência da Moeda e do Crédito, Conselho da Política Aduaneira, Conselho Superior das Caixas Econômicas, Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil. E afirma o relator:

> À exceção do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, órgão integrado ao Sistema Estatístico do IBGE [*sic*], os demais coletam, apuram ou divulgam informações estatísticas sem uma efetiva coordenação, não permitindo aproveitar o campo e os instrumentos de coleta desses órgãos em favor de maior amplitude e profundidade que as análises e estudos econômicos e financeiros exigem (SANTOS, 1962, p. 2).

Não entende existir uma situação precária, ao contrário; contudo faz muitas críticas e sugestões, lamentando, sobremodo, o atraso na divulgação das estatísticas: “malgrado as lacunas, imperfeições ou insuficiências ainda encontradiças, cumpre reconhecer que as nossas estatísticas já cobrem um vasto conjunto das atividades financeiras”. E propõe a criação, no âmbito do Conselho Estatístico Nacional, de uma Comissão de Estatísticas Financeiras com vistas à coordenação das atividades de todos os órgãos acima relacionados, seja dos problemas técnicos, seja dos problemas administrativos, sempre, tendo presente a necessidade dos consumidores.

> A característica dominante neste setor dos trabalhos estatísticos é a compartimentação rígida. Na ausência de condições institucionais de coordenação, a cooperação entre eles fica na dependência das boas re-



Bomba do tipo “cavalo de pau”, em São Francisco do Conde, BA.

> lações de amizade entre chefes ou de determinações de autoridade superior eventualmente interessada na melhor produtividade desses serviços (SANTOS, 1962, p. 2).

Desses textos, com suas avaliações, e com suas sugestões, decorreu, por natural, uma proposta de revisão do programa estatístico.



Vista parcial da praia de Areia Preta, em Natal, RN, nos anos 1960.

Novo programa estatístico

Para o Seminário de Estatística, havido em 1958, a Diretoria de Documentação e Divulgação do Conselho Nacional de Estatística traduziu um valioso texto do Conselho Econômico e Social, das Nações Unidas: "Estatísticas Básicas para o Desenvolvimento Econômico e Social" (mas não foi posto nos **Anais**, analisado no capítulo 18). Agora, em 1962, foi o mesmo reeditado, e anexado ao **Relatório final**.

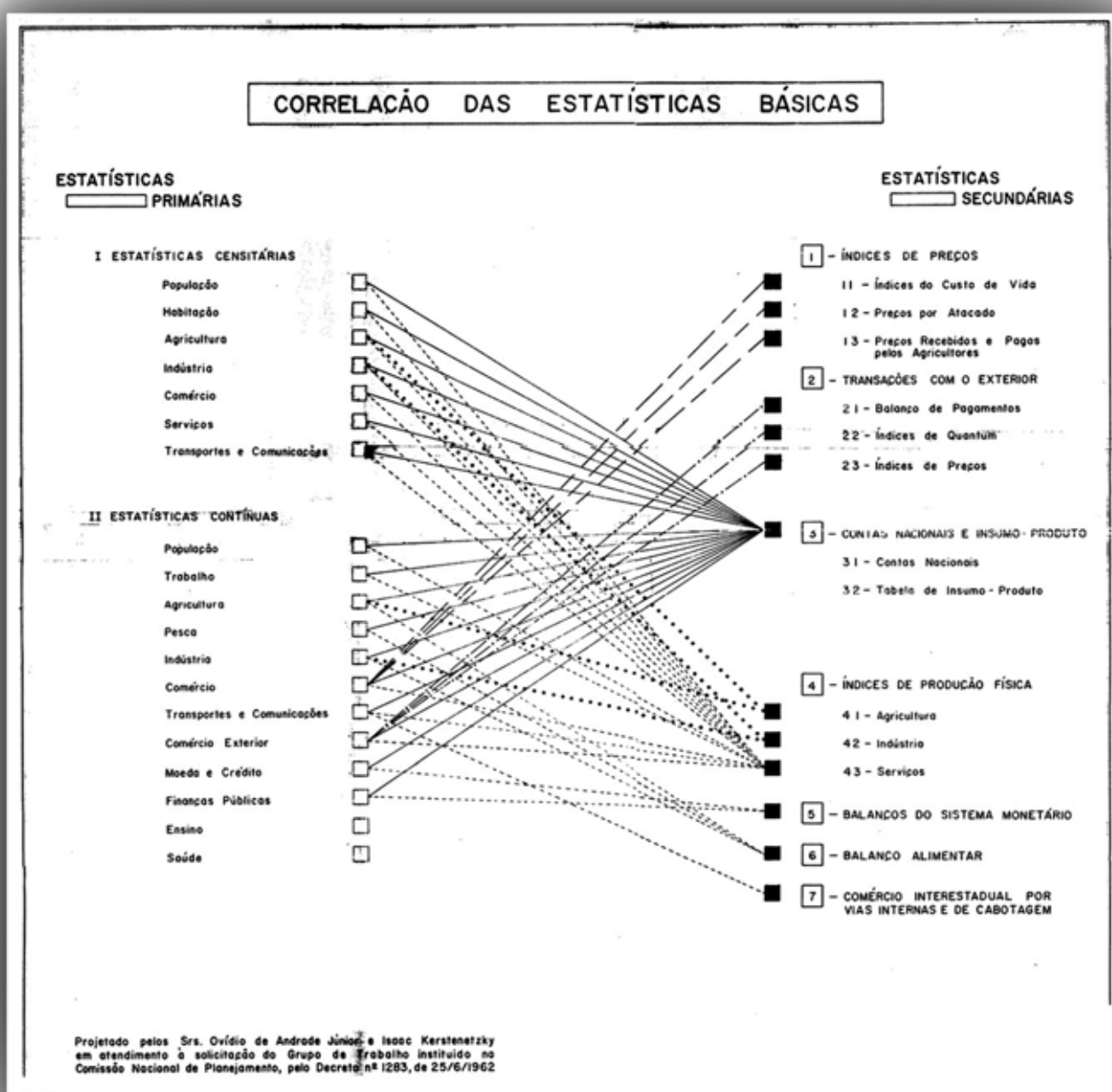
Começa com um "memorando preparado pelo Secretário-Geral", onde o espírito do texto é posto – expresso no título do mesmo –, e onde fica-se sabendo que o Brasil, leia-se IBGE, ofereceu sugestões à versão inicial. Segue um quadro em quatro colunas: "Séries ou quadros estatísticos", "Freqüência", "Área geográfica", "Notas relativas às fontes de informação, etc.". A seqüência temática é a seguinte: 1) População; 2) Trabalho; 3) Agricultura; 4) Silvicultura; 5) Pesca; 6) Indústrias de mineração, manufatureiras, da construção e da produção de gás e de eletricidade; 7) Comércio atacadista, varejista e serviços correlatos; 8) Transporte; 9) Educação; 10) Saúde; 11) Comércio Exterior; 12) Moeda e movimento bancário, finanças e preços; 13) Finanças públicas; 14) Renda e despesas privadas; e 15) Habitação. Por fim, segue vasta referência bibliográfica.

Por certo inspirado, e mesmo amparado, neste texto, *Ovídio de Andrade Júnior* e *Isaac Kerstenetzky* elaboraram o documento longamente intitulado **Seleção de estatísticas para fins de exame das possibilidades de atendimento por um esboço de estrutura de um sistema estatístico nacional**, que segue reproduzido integralmente:

As Estatísticas Primárias

I Estatísticas Censitárias

1. *Censos de população*, executados em moldes equivalentes aos realizados em 1940, 1950 e 1960, com periodicidade decenal.
2. *Censos prediais e domiciliares*, com periodicidade decenal; mais completos que o elenco de informações obtidas nos últimos censos, através de indagações limi-



Correlação das estatísticas primárias e das estatísticas secundárias.

tadas aos domicílios ocupados por ocasião dos levantamentos censitários da população.

3. Censos econômicos

Censos agrícolas, com periodicidade decenal; possivelmente suplementados qüinqüenalmente por levantamentos parciais de áreas selecionadas, para aferição de variações estruturais.

Censos industrial, comercial, de serviços e de transportes e comunicações, com periodicidade qüinqüenal.

Os censos econômicos teriam o âmbito e a profundidade dos atualmente realizados, atendidos, na medida das conveniências nacionais, os conceitos e recomendações internacionais sobre a matéria.



Aspecto do Mercado Municipal da Praça XV, no Rio de Janeiro.

II Estatísticas contínuas

1. População

a. Nascimentos, óbitos e casamentos [anual]

b. Imigração e emigração [anual]

c. Migrações internas [anual]

2. Trabalho

a. Ocupação não agrícola por atividade econômica [trimestral]

b. Salários dos empregados em ocupações não agrícolas, por atividade econômica [mensal]

c. Operário / horas em grupos selecionados da indústria [mensal]

d. População economicamente ativa (elaboração através dos dados obtidos em 2a e 3d) [anual]

3. Agricultura

a. Área semeada, área colhida, rendimento e produção das principais culturas [anual, possivelmente em dois períodos]

b. Cabeças de gado, em determinada data, e abate efetuado no ano [anual]

c. Consumo de adubos e forragens [anual]

d. Ocupação agrícola [anual]

e. Preços médios pagos aos produtores dos principais produtos agrícolas [anual]

4. Pesca

a. Equipamentos [anual]

b. Ocupação [anual]

c. Produção [anual]

d. Preços médios pagos aos produtores [trimestral]

5. Indústria: mineração, de transformação, construção civil, e serviços industriais de utilidade pública

a. Valor da produção industrial por gênero de indústria [mensal] e por grupo de indústria [anual]

b. Produção física de artigos selecionados [mensal e anual]

c. Despesas de consumo [mensal] e principais "diversas despesas" [anual]

d. Formação bruta de capital, por indústria e tipo de bens, com a distinção entre bens produzidos no País e bens importados [anual]

e. Projetos em execução e com execução programada [semestral ou anual]

6. Comércio atacadista, varejista e serviços

a. Vendas e receitas auferidas, por grupo de atividade [mensal e anual]

b. Estoques das mercadorias destinadas à venda [mensal]

c. Preços de venda nos atacadistas e varejistas, de mercadorias selecionadas [mensal]

7. Transportes: aspectos comuns aos transportes marítimo e fluvial, aéreo, ferroviário e rodoviário

a. Quantidade, potência e capacidade de carga da frota, segundo o ramo de transporte e o tipo de veículo [anual]

b. Passageiros e tonelagem transportados, segundo o ramo de transporte e a natureza da linha (navegação interior, cabotagem e longo curso; aéreo: linhas domésticas e linhas internacionais; ferroviário: ton / km e passageiros / km por sistemas ou redes; rodoviário: local e interestadual) [mensal ou trimestral]

c. Formação de capital, por tipo de bens [anual]

8. Comércio exterior

a. Quantidade e valor das mercadorias importadas e exportadas, por procedência e destino [mensal]

9. Moeda e crédito

a. Balanços das instituições de crédito, por categoria dos estabelecimentos [mensal]

b. Empréstimos e descontos, segundo a atividade econômica dos beneficiários e a categoria de estabelecimento bancário [trimestral]

c. Montante dos haveres oficiais e bancários em ouro e divisas (expressas em moeda estrangeira) [trimestral]

d. Taxas de câmbio [diária]

e. Balanços das companhias de seguro e de capitalização [anual]



Obras de abertura da Avenida Chile, no Rio de Janeiro, vendo-se ao fundo o prédio da Caixa Econômica Federal.

10. Finanças públicas

a. Classificação econômica e funcional da receita e despesa da União, Estados e Municípios [mensal e anual]

b. Meios de pagamento [mensal]

c. Dívida pública [mensal]

d. Balanço consolidado das autarquias e das sociedades de economia mista [anual]

11. Ensino

a. Estabelecimentos de ensino e organização didática, por nível e dependência administrativa (ensinos de grau elementar, médio e superior, mantidos pelos poderes públicos e por entidades privadas) [anual]

b. Movimento durante o ano letivo dos estabelecimentos de ensino, por nível e dependência administrativa [anual]

c. Custo do ensino, segundos os níveis e a origem dos fundos público e privado [anual]

12. Saúde

a. Pessoal dos serviços de saúde (médicos, dentistas, enfermeiras, parteiras) [anual]

b. Número de leitos dos hospitais, segundo destinação e entidade mantenedora [anual]

c. Movimento de pacientes, segundo características individuais e tipo de moléstia ou acidente [anual]

B Estatísticas secundárias

1. Índices de preços

a. Custo de vida

b. Preços por atacado

c. Preços recebidos e pagos pelos agricultores

2. Transações com o exterior

a. Balanço de pagamentos

b. Índices de *quantum*

c. Índices de preços

3. Contas nacionais e outros tipos de contabilidade social

a. Contas nacionais

b. Tabela de insumo-produto

4. **Índices de produção física**
   a. Agricultura
   b. Indústria
   c. Serviços
5. **Balanços do sistema monetário**
6. **Balanço alimentar**
7. **Comércio interestadual por vias internas e de cabotagem**

Este texto, em futuro próximo, terá grande influência, servindo de base ao novo programa estatístico adotado pelo IBGE, já tornado uma Fundação. *Isaac Kerstenetzky*, assumindo sua presidência o terá como base ao plano oficial do Brasil.

Ponto final

Ao contrário do verificado no Seminário de Estatística, em 1958, agora, em 1962, em nenhum instante houve menção a *Teixeira de Freitas*; seu nome não aparece. A razão estará na composição dos debatedores, sem os seus antigos seguidores; os ibgeanos presentes, poucos no conjunto, são uma nova geração, alguns talvez sem terem convivido com ele, ou dele eles terem uma memória esmaecida. Contudo, o futuro não lhe negaria méritos, e lhe teria meritórias lembranças.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Rafael Xavier, da secretaria geral à presidência

Ele foi o primeiro secretário-geral a chegar à presidência do IBGE, embora não continuamente. Rafael se enquadra entre os velhos pioneiros da criação do IBGE, junto com Teixeira de Freitas, Macedo Soares, Juarez Távora, Luís Simões Lopes entre outros. Além de sua carreira no IBGE, ele foi um dos grandes idealizadores do municipalismo no Brasil.

Rafael da Silva Xavier nasceu em Areia, município do Estado da Paraíba, em 20 de abril de 1894, filho de Francisco Xavier Júnior e de Maria da Silva Xavier. Era graduado pela Faculdade de Direito de Recife (1918), tendo posteriormente se especializado em Ciências Estatísticas e Administração. De 1926 a 1931

exerceu o cargo de diretor do Departamento Estadual de Estatística do Estado de Pernambuco. Nos preparativos para o Recenseamento Geral 1930 – que acabou não sendo realizado – recebeu em Recife o então titular da Diretoria Geral de Estatística, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, que fez lá uma de suas célebres conferências de propaganda.

Com o golpe de 1930, ele aderiu aos insurgentes, sendo um dos homens de confiança de Juarez Távora no Estado de Pernambuco. Este o convida para seguir para o Distrito Federal, nomeando-o, em 1933, diretor do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, onde permaneceria até 1937. Na viagem, ele trouxe com ele seu amigo Ruben Gueiros, como ele também forjado na chamada "Escola de Pernambuco", que daria grandes nomes para a "linha de frente" do IBGE. Gueiros inclusive morou com a família de Xavier, no Rio de Janeiro, e futuramente seria Inspetor-Geral no IBGE. O próprio Xavier participaria de todo o processo de criação do Instituto, como um dos interlocutores de Teixeira de Freitas.

Em 1938, foi designado por Luiz Simões Lopes como chefe da Divisão de Material do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, onde fica até 1942. Neste ano, assume como diretor do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, permanecendo neste cargo até 1948. Ainda em 1942, assume também a diretoria do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, onde fica até 1947. De 1947 a 1949 volta a ser diretor do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.

Com o afastamento de Teixeira de Freitas da secretaria-geral do Conselho Nacional de Estatística e do IBGE, em 1948, Rafael assumiu este cargo, conservando-se nele até 1951. No ano seguinte, ocupou a chefia de gabinete do Ministério da Agricultura, acumulando com a direção-executiva da Fundação Getulio Vargas.

Desde março de 1959 era membro do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria. Em 1960, Simões Lopes o leva para a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, mas ele só se tornaria socioefetivo daquela entidade quatro anos depois.

Foi nomeado presidente do IBGE pelo então presidente Jânio Quadros, em 9 de fevereiro de 1961, tomando posse no mesmo dia, em Brasília, no gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Oscar Pedroso Horta. A transmissão de cargo se verificou no dia seguinte, no auditório do Conselho Nacional de Estatística, em cerimônia presidida pelo vice-presidente em exercício, Delgado de Carvalho, que em seu discurso ressaltou, no tocante ao IBGE: "Não podemos mais ficar recolhidos no patriótico mas exclusivo estudo de nossa terra. Temos que levar em conta os valores comparativos, o conhecimento do Exterior, os concorrentes do Brasil, a política internacional, em suma, para podermos atuar em

conhecimento de causa" (NOVO..., 1961, p. 181-182). Rafael Xavier, falando de improviso, destacou as responsabilidades que cabiam ao IBGE na organização nacional. Disse ainda que, pelas instruções recebidas por ele do presidente Jânio Quadros, urgia realizar, no campo da estatística e da geografia, um trabalho intensivo e de longo alcance, à altura das tradições do IBGE" (NOVO..., 1961, p. 182). Ele nomeou como secretário-geral do CNE, Raul do Rêgo Lima, e como secretário-geral de Geografia, Fábio de Macedo Soares Guimarães. No Serviço Nacional de Recenseamento, assumiu Mauricio Reis.

Durante a vigência de seu mandato no IBGE, foi designado pelo então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para compor, junto com Carvalho Netto, Prado Kelly, Eurico Siqueira e Fabio Carneiro de Mendonça a comissão que realizaria estudos sobre a organização municipal do novo estado (os trabalhos da comissão durariam de 1961 a 1963). Rafael foi exonerado em 9 de novembro daquele mesmo ano, por resolução assinada pelo presidente João Goulart e por seu primeiro-ministro Tancredo Neves.

Ele foi diretor-executivo da Fundação Getulio Vargas e posteriormente seu representante junto ao Conselho-Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Na área da estatística, foi membro do Instituto Interamericano de Estatística – IASI, do Instituto Internacional de Estatística – ISI e do Comitê do Censo das Américas.

Rafael foi um dos maiores líderes do municipalismo no Brasil. Trazia como ideal que a República deveria ser dos municípios, que ele chamava de a célula *mater* do País. Na pregação das idéias municipalistas, esteve visitando inúmeras cidades de todas as regiões brasileiras. Foi um dos criadores da Associação Brasileira Municipalista, sendo, inclusive, o seu primeiro presidente. Escreveu dois livros sobre o assunto: **Pela revitalização do município brasileiro**, de 1948; e **Campanha municipalista**, de 1950.

Era membro da Confederação Panamericana de Cooperação Intermunicipal. Ao ser criada a Associação Brasileira de Municípios, em 15 de março de 1946, no Rio de Janeiro, Rafael foi escolhido como seu primeiro presidente. Nesta época, ele era também diretor técnico do Serviço Nacional de Recenseamento. Outros municipalistas contemporâneos de Xavier se destacam Teixeira de Freitas, José Lins do Rêgo, Themístocles Cavalcanti, João Café Filho, Juarez Távora entre outros.

Era casado com Noemia Ferreira Xavier e tinha quatro filhos: Lucia, Nilza, Fernanda e Ruy. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1982.

Freire Alvim, um administrador eficiente

Depois do segundo período de administração de Jurandyr Pires Ferreira e do rápido intervalo sob as ordens de Rafael Xavier, em 1961, chegava ao

IBGE, Freire Alvim, varguista histórico, ex-prefeito do Rio de Janeiro (ao tempo em que era Distrito Federal), para presidi-lo na maior parte do atribulado período de João Goulart no Palácio do Planalto.

José Joaquim de Sá Freire Alvim nasceu no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1909. Era filho de Alfredo Cesário de Faria Alvim e de Alice de Sá Freire Alvim. Seu tio, José Cesário de Faria Alvim, ao tempo do Império, foi deputado geral e presidente de província; e com a República, foi senador constituinte e prefeito do Distrito Federal (1898-1899).

Fez seus primeiros estudos em escolas públicas municipais e, em seguida, entrou para o Colégio Pedro II, onde estudou de 1921 a 1925. Posteriormente, formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1932. A esta época, já trabalhava como funcionário da representação de Minas Gerais na Capital Federal, função que exerceria até 1937.

Em 1938, em pleno Estado Novo, entrou para o Ministério do Trabalho como assistente-técnico. Logo foi nomeado oficial-de-gabinete e, em 1945, chegou a subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Quando Vargas retornou ao poder, desta vez eleito pelo voto popular, Freire Alvim voltou a ser oficial do Gabinete Civil da presidência, em 1951.

De 1956 a 1958, trabalhou como secretário-geral de administração da Prefeitura do Distrito Federal ao tempo de Francisco Negrão de Lima. Ainda no Governo Juscelino ele recebeu a nomeação para a prefeitura do Distrito Federal, substituindo Negrão de Lima (que tinha sido convidado para substituir Macedo Soares no Ministério das Relações Exteriores). Esteve neste cargo de julho de 1958 a abril de 1960.

Durante a sua administração como prefeito teve início a atuação da Superintendência de Urbanização e Saneamento – Sursan, que empreendeu grandes obras no Rio de Janeiro. Iniciou a derrubada do Morro de Santo Antônio, a construção do túnel Catumbi-Laranjeiras (depois chamado de Santa Bárbara), a Avenida Perimetral e o Aterro do Flamengo. Deixou o cargo com a transferência da capital para Brasília e a conseqüente transformação do Rio de Janeiro no Estado da Guanabara.

Com a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart, foi convidado para assumir a presidência do IBGE. Tomou posse em 11 de novembro de 1961, no gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, seguindo depois para o auditório do Conselho Nacional de Estatística, onde aconteceu a cerimônia de transmissão do cargo, diante do ministro, do seu antecessor, Rafael Xavier, e de outras pessoas gradas. Em seu discurso de posse, homenageou aqueles que chamou de “figuras tutelares da instituição”: José Carlos de Macedo Soares e Teixeira de Freitas, a quem chamou de “apóstolo da estatística no Brasil”. Para marcar o momento de turbulência por que passava o País, disse, também, em seu discurso:

"Neste momento, em que se impõe a decretação de nova estrutura legislativa de base, para evitar o pior e garantir a estabilidade social, não é possível dispensar a informação do instituto que comanda os levantamentos geográfico e estatístico do Brasil" (NA PRESIDÊNCIA..., 1961, p. 289).

Sá Freire Alvim trouxe para ser o Secretário-Geral do CNE o eminente professor Lauro Sodré Viveiros de Castro, que tomou posse em 16 de novembro daquele mesmo 1961.

Sua administração foi caracterizada pela eficiência e pelo clima pacífico na Casa. Ele conseguiu mais verba para prosseguir com o Censo 1960 e para resolver pendências financeiras passadas. Ao mesmo tempo, empreendeu uma fortíssima política de contenção de gastos para equilibrar as finanças da Casa. Reaparelhou e deu especial atenção às inspetorias regionais e agências municipais. Complementou o Centro de Processamento de Dados com a compra de novos equipamentos. Também no período em que ocupou a presidência, a casa onde nasceu Mário Augusto Teixeira de Freitas, no município baiano de São Francisco do Conde, foi adquirida pelo CNE e posteriormente restaurada. A área da Geografia do Instituto recebeu dele forte incremento, com numerosos trabalhos sendo efetuados sob a sua administração.

Depois de deixar o IBGE ocupou outros cargos públicos, sendo, inclusive, secretário de Educação do Estado da Guanabara no Governo Negrão de Lima (1965-1971). Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1981.

Bandeira Accioli, um varguista na presidência do IBGE

O IBGE foi criado durante o governo Vargas. Portanto, nada mais natural do que um varguista histórico para presidi-lo. Foi o que ocorreu por curto período no governo João Goulart.

Roberto Bandeira Accioli nasceu em 17 de janeiro de 1916. Era filho do professor catedrático do Colégio Pedro II José Cavalcanti de Barros Accioli e de Arabela Bandeira de Gouveia. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi professor suplementar e depois, como o pai, catedrático do Colégio Pedro II, tendo lá defendido sua tese "César e a realeza" para entrar como professor efetivo de História.

Bandeira Accioli era amigo pessoal de Getúlio Vargas e de seu filho Lutero, o que explica o seu passado trabalhista. Sua trajetória profissional envolve os seguintes cargos: secretário de Educação na Prefeitura do Distrito Federal, diretor de Ensino Secundário no Ministério da Educação e Cultura, diretor do externato Pedro II, membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, membro do Conselho Federal de Educação e subsecretário e depois secretário estadual de Cultura e membro do Conselho Estadual de Cultura durante o primeiro governo Leonel Brizola (1982-1986).

Em seu discurso de posse ele deu o tom forte de sua formação logo no início: “Alto teor educativo inspira a orientação deste Instituto em que sobressai o particular estudo do meio ambiente em que vivemos [...]” (NOVO..., 1963, p. 502). Por sua estrita fidelidade ao amigo, atribuiu “ao gênio criador de Getúlio Vargas” (NOVO..., 1963, p. 503) a existência do IBGE. A tantas páginas, deu o “reconhecimento devido” (NOVO..., 1963, p. 503) a Teixeira de Freitas e a Juarez Távora, citando com méritos, nominalmente, todos os presidentes que o antecederam. Foi nomeado pelo presidente João Goulart, a quem estava ligado, segundo disse em seu discurso, “por laços de real amizade” (NOVO..., 1963, p. 504).

Presidiu o IBGE por curto período: de 14 de outubro de 1963 a 31 de março de 1964. Ao estourar o golpe militar de 1º de abril, Bandeira Acciolli foi destituído. Era casado com Maria da Gloria de Paes Leme Gierkens, que lhe deu os filhos Roberto Cesar e Lucia Marina.

Foi aposentado compulsoriamente pelo General-Presidente Costa e Silva, em 28 de abril de 1969. Orgulhava-se do título de “professor emérito do Colégio Pedro II”. Faleceu nos anos 1990.

1964: Tulo Hostílio Montenegro analisa o sistema estatístico brasileiro

Capítulo 21

Com o golpe contra *João Goulart*, em 1º de abril de 1964, tem início uma sucessão de generais no poder[480]: *Castelo Branco* (1964-1967)[481], *Costa e Silva* (1967-1969)[482], *Garrastazu Médici* (1969-1974)[483], são os que atendem ao período deste volume. Dois novos planos surgem: Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), sob *Roberto Campos* e *Otávio Gouveia de Bulhões*[484]; Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), sob *Hélio Beltrão* e *João Paulo dos Reis Veloso* (depois, sob este último, virão os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II); planos voltados à orientação das políticas econômicas, sem maiores presenças nas atividades produtivas.

No IBGE, com *Castelo Branco*, assume o General *Senna Campos*[485] (abril de 1964 a abril de 1967), e com *Costa e Silva*, assume *Sebastião Aguiar Ayres*, primeiro ibgeano a empolgar a presidência[486] (abril a setembro de 1967, quando, já como Presidente da Fundação IBGE, vai até março de 1970)[487]. Em ambas essas gestões, a crise vista desde a última década continua a corroer as bases do IBGE, exigindo mudanças extremas. Nas críticas e sugestões oferecidas em 1958 e em 1962, antes vistas em capítulos específicos, tudo terá sido dito; contudo, duas outras avaliações ainda vieram, a pedido: uma tendo vindo da pena de *Tulo Hostílio Montenegro*.



Em 1º de abril de 1964, militares ocupam o Rio de Janeiro.

480 Uma excelente abordagem desse período , até o penúltimo General no poder, nos foi dada por *Élio Gaspari*, nas publicações: **A ditadura envergonhada** , de 2002, com 417 p., **A ditadura escancarada**, em 2002, com 507 p.; **A ditadura derrotada,** em 2003, com 538 p.; e **A ditadura encurralada,** em 2004, com 525 p. Esses títulos fazem parte da série *As ilusões armadas*, pela Companhia das Letras, ainda por sair um ou dois livros desta série.

481 Governa de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967. Entre a queda de João Goulart e sua posse, assume a presidência da República, em caráter interino, o Presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli, sem nenhuma autoridade, dado que havia um todo poderoso Comando Supremo da Revolução.

482 Governa de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, quando sofre um acidente vascular cerebral -AVC e fica impedido de exercer o poder. É sucedido por uma Junta Militar composta pelos ministros militares: Lyra Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Souza e Melo, da Aeronáutica, até 30 de outubro de 1969.

483 Governa de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

484 Recorde-se sua participação no Seminário de Estatística em 1958, analisado no capítulo 18.

485 Com a saída de Roberto Accioli, que não indicara substituto, assume, como interventor, por indicação do Estado-Maior do Exército, o Coronel Waldyr da Costa Godolphim; fica menos de dez dias.

486 Entrou no quadro em 1942.

487 Sena Campos terá dois Secretários-Gerais no Conselho Nacional de Geografia: Germano Seidl Vidal (março a outubro de 1964) e Sebastião Aguiar Ayres (outubro de 1964 a março de 1967). Este, até a criação da Fundação IBGE, terá como Secretário-Geral à Raul Romero de Oliveira que, então, na nova estrutura passa a ser Diretor-Superintendente.



Senna Campos, [s.d.].

O autor, a origem e o objetivo do trabalho

Ele foi, na crise Polli Coelho, 1951-1952, um dos demissionários (era, então, diretor técnico do serviço censitário). De pronto, deixou o Brasil e seguiu carreira em organismos internacionais, sempre atuando em atividades estatísticas. Dirigiu o Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, em Santiago do Chile, até 1955, quando, na III Conferência Interamericana de Estatística, realizada no Quitandinha, em Petrópolis, foi escolhido Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística, cargo que ainda ocupava quando da missão em tela. Tinha uma dupla credencial: ter atuado no sistema estatístico brasileiro, e ter experiência internacional.

No prefácio (sem autoria) do relatório elaborado, intitulado **Observações e sugestões para a reformulação do sistema estatístico brasileiro e a reorientação das suas atividades**, *Senna Campos*, que, tão logo assumira a presidência, tivera a iniciativa de encomendá-lo, é dito estar, com essa decisão, prosseguindo naqueles estudos, de 1958 e de 1962. Não são postas as razões daquela escolha, se apenas por suas credenciais históricas, e técnicas no presente, ou se também por algum vínculo de amizade; como seja, seu nome foi uma feliz lembrança.

A missão ocorreu de 7 a 29 de maio, cumprindo-se um programa de trabalho extenso, com entrevistas e mesas-redondas. O Anexo B do relatório apresenta a relação das pessoas visitadas e entrevistadas, bem assim, das mesas-redondas realizadas, com seus participantes; dezenas de pessoas, algumas, em tempos passados, com destinos cruzados com o contratado; velhos amigos, ou apenas colegas, que terão gostado de revê-lo, e abraçá-lo. O Anexo A revela o "esquema de trabalho" acordado, com os termos de referência (há prazos, mas não os preços ou custos)[488].

Na entrega do relatório, a lembrança de Teixeira de Freitas

O relatório foi entregue na solenidade comemorativa do 29 de maio de 1964, aos 28 anos do IBGE[489]; o Anexo A reproduz seu discurso. As críticas ao sistema, presentes no relatório, poderiam soar estranhas ao comportamento do demissionário de 1951-1952, quando houve a "defesa da estrutura" da atividade estatística brasileira,

[488] O contrato apontava os relatórios de 1958 e de 1962 como textos básicos a serem usados.

[489] Na introdução reconhece e valoriza a "autonomia que lhe foi proporcionada, no que concerne tanto ao cumprimento da missão, como ao registro das observações e sugestões" (MONTENEGRO, 1964).

em luta contra os desvios às "diretrizes estabelecidas por Mário Augusto Teixeira de Freitas". Por isso, oferece a seguinte explicação, ricamente construída em argumentação:



Tulo Hostílio Montenegro, [s.d.].

> Os demissionários de 1951 não só estavam de acordo com o princípio da crítica franca ao órgão a que pertenciam e às suas atividades, como se tinham acostumado a lutar contra a rotina e a cristalização do sistema. Nesse sentido, vale a pena recordar que o documento que deu origem à crise, e que nunca foi publicado, partiu de um ibgeano[490]. Os demissionários não podiam aceitar é que increpações, cuja validez a Comissão Especial nomeada pelo Presidente da República posteriormente negaria, fossem feitas de público, de forma sensacionalista, sem exame prévio no seio do próprio sistema. O caráter negativo da crítica, associado ao anúncio de uma reforma radical, criou o clima que impossibilitaria a colaboração, com o dirigente do IBGE, daqueles que até então haviam consagrado seus esforços e seu entusiasmo à tarefa de dar estatísticas ao Brasil.
>
> De outra parte, seria grave equívoco aceitar como sinal de respeito à memória de Teixeira de Freitas a continuidade do descompasso entre as exigências da realidade brasileira e a atuação do sistema estatístico do país. O maior legado do criador do IBGE é o exemplo magnífico de inconformidade que sempre deu aos que gozaram do privilégio de trabalhar sob sua direção ou que tomaram conhecimento de suas idéias, através dos escritos que deixou. Inconformidade que levou muitos a classificá-lo injustamente de visionário, quando era realista empolgado pelos ideais que defendia; a ele, que foi um catequista nato, isento de respeito humano, e que nunca hesitou, no seu esforço de apressar a solução dos problemas de base do Brasil, em chegar até ao que hoje se designaria, fazendo uso do vocabulário político, como lavagem de cérebro.
>
> O que Teixeira de Freitas não teria permitido é que o sistema estatístico brasileiro se anquilosasse. Tivesse ele permanecido na liderança deste sistema e se teria antecipado, sem dúvida alguma, como de outras vezes, a introduzir gradualmente as modificações necessárias ao seu esquema básico, a criar novos mecanismos para substituir os do período inicial da fase moderna da estatística brasileira. Só aqueles que subestimam a capacidade que teve Teixeira de Freitas de modificar suas próprias concepções admitem que ele pudesse defender a continuação de levantamentos estatísticos à base da circunscrição municipal, depois que o país começou a planificar seu desenvolvimento em termos nacionais e regionais. Somente negando sua admirável capacidade para ajustar-se às circunstâncias emergentes é possível admitir que ignorasse o surgimento, como fruto da própria obra realizada pelo IBGE, do usuário de estatística, e continuasse a defender o levantamento destas com base, apenas, na decisão dos que a produzem.
>
> SE o sistema estatístico brasileiro deseja reconquistar o seu prestígio e voltar a exercer a influência que teve no passado, o que primeiro necessita é de capacidade para libertar-se de concepções ultrapassadas, principalmente quanto aos fundamentos e objetivos de suas investigações (MONTENEGRO, 1964, p. 65-66, grifo nosso).

Sim, é fato, críticas internas existiram em abundância. Tinha-se clareza dos problemas, e se sugeriam soluções. Como abundavam as dificuldades, nem sempre se as adotava, e se ficava, vendo de fora, com a sensação de imobilismo. Basta dizer,

[490] Deve estar se referindo ao documento de Lourival Câmara visto antes nos capítulos 13 a 15.

como vimos, que as críticas às estatísticas econômicas primeiro foram feitas no IBGE, aliás pelo próprio Teixeira de Freitas, em contrário às satisfações manifestas externamente.[491] Ele era o primeiro a defender mudanças nas rotinizações esclerosadas; era o primeiro a ter compromisso com as realidades complexas e mutantes; e nesse sentido, o autor é perfeito em render-lhe homenagem. Assim, a nosso juízo, o autor acerta quando afirma que *Teixeira de Freitas* já teria feito as mudanças que eram clamadas desde 1958, passando por 1962, e chegando àquele relatório, por exemplo, dando conta do papel dos usuários (ditos, então, consumidores) na definição do programa estatístico; contudo, ainda a nosso juízo, o autor talvez falhe ao dizer que ele apoiaria a alteração da orientação municipal adotada desde os primeiros momentos institucionais, vale dizer, pensamos que *Teixeira de Freitas*, mesmo fazendo mudanças (por exemplo, fazendo a introdução da amostragem), manteria o espírito das agências, em seu âmbito municipal, como cunhas de culturas sempre renovadas. Mas isso é ocioso, historicamente.

Avaliação da atividade estatística: I síntese das idéias

O autor inicia sua reflexão relevando o "paradoxo da estatística brasileira", qual seja: "o sistema estatístico nacional conta com todos os elementos necessários à produção das estatísticas que o Brasil requer", mas, "existe descontentamento dos usuários ou consumidores no tocante à matéria-prima estatística que lhes é proporcionada". E reforça essa afirmação de contradição, dizendo:

> Alicerçado solidamente, dotado de recursos superiores àqueles de que dispõe a maior parte dos sistemas estatísticos de outras nações, munido de instrumentos que, usados de forma adequada, permitiriam a solução dos seus problemas, o sistema brasileiro, entretanto, a julgar pelo que consta de documentos oficiais e pelo testemunho dos que apreciam seu funcionamento, não está atendendo aos propósitos para que foi instituído (MONTENEGRO, 1964, p. 11).

As condições favoráveis ancoravam, antes do mais, na existência de minucioso dispositivo legislativo, vale dizer, diretivas básicas como um "mecanismo teoricamente perfeito [...] para a coordenação das atividades dos órgãos oficiais, semioficiais, e privados, participantes e interessados no desenvolvimento da estatística nos níveis nacional, regional e municipal", diretivas essas iniciadas na Convenção Nacional de Estatística, logo sendo acrescidas de uma legislação orgânica copiosa, tão rica que "anteciparam e, em alguns casos, serviram de fundamento a recomendações internacionais relacionadas com a organização e o funcionamento de sistemas estatísticos". E mais, haver os meios de se coletar e de se apurar (criticar e codificar e processar) as informações necessárias à elaboração das estatísticas, bem assim, haver as melhores condições de divulgação, na verdade, "superiores às próprias exigências atuais" (MONTENEGRO, 1964, p. 11).

Contudo, o sentimento recolhido sugeria que essa qualidade de concepção não saia do campo teórico, não dando conta da prática: o programa estatístico estaria

[491] Ver o capítulo 6 deste volume.

impróprio à realidade, apesar da variada temática abrangida (as estatísticas econômicas, por exemplo, seguiam deficientes e insuficientes); a coordenação estaria enfraquecida, sendo incapaz de enfrentar as resistências e as independências, com óbvia perda da sistematização e da harmonização; o quadro de pessoal, sem estímulos de remuneração, perdera em qualidade, e ganhara em improviso, ao ponto de se ignorar a natureza da atividade desenvolvida; enfim, a estrutura do sistema devia passar por radicais mudanças, sob pena de naufragar em definitivo. Por fim, "quanto ao âmbito internacional", é dito haver "certa insatisfação, embora não manifesta, com respeito à limitada colaboração que o Brasil está dando, principalmente no que concerne à formulação de normas estatísticas e ao desenvolvimento da metodologia a ser aplicada nos países do Continente" (MONTENEGRO, 1964, p. 12)[492].

Avaliação da atividade estatística: II detalhes das idéias

Houve fatores externos para essa deterioração, especialmente o desrespeito aos princípios da Convenção Nacional de Estatística, "carta magna" ou "pedra angular" da atividade estatística brasileira. Isso, por todas "as partes contratantes", inclusive o próprio IBGE, que "não tiveram presente a necessidade de manter os órgãos estatísticos alheios ao tráfico de influências e às injunções político-partidárias". Dessa forma, por essas atitudes, embarcaram na deterioração progressiva da administração pública no Brasil, quando as "normas sadias" foram sendo postas de lado, cedendo posição a "critérios caprichosos e personalistas, com freqüência aplicados sem nenhum respeito pela dignidade da função pública". Daí, houve espaço para freqüentes denúncias aos convênios municipais de estatística, com perda de receita, ao passo que a dotação federal, já minguada e restringida, não cresceu para compensar; sem olvidar o agravante da proliferação de municípios que aumentava a despesa do sistema, com as novas agências a serem criadas em decorrência; por demais, os governos estaduais mudaram a hierarquia dos órgãos estaduais de estatística, enfraquecendo-os administrativamente; afora lhes negarem os recursos mínimos ao funcionamento. O IBGE, pouco a pouco, ficou sujeito às decisões do DASP não raro ferindo ao espírito da Convenção, aliás, esse espírito convencional foi fortemente agredido ao se sujeitá-lo à Comissão Supervisora dos Órgãos Autônomos do Ministério da Justiça. Em suma:

> [...] o Instituto veio perdendo aquela condição jurídica inicial de autarquia "sui generis" para finalmente ser entendido como órgão integrado na administração pública federal, caracterizado como está, no momento, como autarquia mesma do Governo da União e em conseqüência sujeito à sua tutela política e administrativa (MONTENEGRO, 1964, p. 15).

Como fatores internos negativos, um era, a seu juízo, a não união efetiva dos Conselhos de Estatística e de Geografia: "Excluída a vinculação através do Presidente, funcionam como órgãos autônomos, com serviços administrativos e técnicos independentes, e programas de trabalho que têm apenas pontos ocasionais de conta-

[492] Só agora, ainda muito lentamente, essa atitude parece estar sendo modificada. Contudo, em geral, os ibgeanos que vão a eventos internacionais, ficam sendo apenas ouvintes. É raro haver uma contribuição metodológica, ou mesmo haver algum texto de caráter descritivo do cotidiano.

to"; e diz que, em tese, "não existiria, do ponto de vista da inter-relação de atividade, obstáculo substancial para que se concretizasse a separação". Outro aspecto negativo, ainda de ordem superior, decorreria dos presidentes, desde 1951, "com raros períodos de exceção", terem passado ao exercício de "funções executivas, fazendo sentir sua autoridade até em decisões que deveriam ser de iniciativa e responsabilidade dos Secretários-Gerais dos dois Conselhos"; isso, ficava mais grave com a perda de conteúdo das avaliações e decisões saídas das Assembléias Gerais, e mesmo da Junta Executiva Central, em face do despreparo dos seus representantes, mais e mais indicados em suas funções de origem, federal ou estadual, por razões políticas e não técnicas (MONTENEGRO, 1964, p. 14-15).

Quanto ao pessoal, declara-se alarmado: não havia um plano de carreira adequado, com apropriadas remunerações; não havia uma prática de entrada por concursos, nem de ascensão interna por mérito; e não havia nenhum programa de formação continuada, no âmbito nacional, muito menos no âmbito internacional. E pontifica: "Pessoal qualificado insuficiente é fator determinante de uma série de outros que surgem nas diversas fases do trabalho estatístico, em todos os níveis, e será, possivelmente, o obstáculo mais sério à remoção de algumas das atuais deficiências" (MONTENEGRO, 1964, p. 16). Modificar essa situação será uma das grandes medidas da futura Fundação IBGE, daí a pouco tempo.

No que respeita ao programa estatístico, sua fraqueza principal estaria na ausência de diálogo com os usuários. O que produzir era decisão dos produtores, o que, ainda que fosse válido ao tempo da criação do sistema estatístico, não mais o seria, com tantos analistas e estudiosos, a demandarem estatísticas, mormente as estatísticas econômicas, com vistas aos planos nacionais de desenvolvimento. Em não havendo uma manifesta vontade dos usuários, não haveria hierarquia no programa, tudo estando no mesmo nível; e o método censitário seria o dominante, sem a percepção da necessidade de utilização da amostragem. E não havia uma adequada circulação de experiências entre os participantes, com perda de vivências.

> A obrigação regulamentar de produzir determinadas estatísticas, independentemente da demanda, tem contribuído, muitas vezes, para impedir que os órgãos do sistema dediquem os minguados recursos de que dispõem a levantamentos estatísticos de maior utilidade. [...] O levantamento de estatísticas segundo a concepção dos órgãos produtores, quanto às necessidades dos usuários, é conseqüência de uma prática que se originou nos primeiros anos de funcionamento do sistema, quando os usuários ainda não eram capazes de indicar as estatísticas que lhes interessariam. [...] Nos últimos anos, porém a situação modificou-se, em parte como resultado da promoção do interesse pela estatística, e em parte porque o usuário se tornou capaz de especificar de forma cada vez mais concreta quais os dados de que realmente necessita. Seria lógico, portanto, que o processo original cedesse lugar a outro, mais realista, e que os órgãos estatísticos, mediante um trabalho metódico de qualificação e disciplinamento da demanda, passassem a atendê-la melhor, ampliando as investigações de maior interesse e eliminando gradualmente as demais (MONTENEGRO, 1964, p. 17-18, grifo nosso).

Ao final dessa citação há uma curiosa dubiedade, sempre presente entre os produtores. De um lado, a assunção de que são os usuários que devem definir a demanda, de outro, o não gostarem dessa cessão de poder, porquanto influindo na sua


ESTUDOS SÔBRE A REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

III

Observações e Sugestões para a Reformulação do Sistema Estatístico Brasileiro e a Reorientação das suas Atividades

TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO

2.ª EDIÇÃO

1964

Folha de rosto do relatório: "Observações e sugestões para a reformulação do sistema estatístico brasileiro e a reorientação das suas atividades".

"liberdade", que gostariam de manter total. Então os usuários são ouvidos a contragosto. E como eles não "percebem" as dificuldades e limitações inerentes à produção, acabam "delirando" em suas solicitações. Nesse sentido entenda-se a afirmação de dever haver, por parte dos produtores, um "trabalho metódico de qualificação e disciplinamento da demanda". Dito de outra forma, há de se ouvir os usuários, sim, mas não se pode deixá-lo à deriva, falando e querendo abertamente, vale dizer, será sempre preciso controlá-lo. Como fazê-lo em apropriada argumentação?, eis um eterno desafio!

A prática corrente das pesquisas censitárias, para todos os temas, exigia as agências municipais, por um lado, e por outro, haviam essas agências pela assunção das pesquisas municipais como imperativo. Essa prática levava " à investigação demasiado ampla em municípios de importância menor e à investigação insuficiente em municípios de algum grau de desenvolvimento". Disso decorria um "aumento de gastos com a impressão e distribuição de instrumentos de coleta, a sobrecarga do serviço postal, o desperdício do esforço da rede de coleta e o atraso na conclusão dos levantamentos e na apuração dos dados e sua divulgação". E havia alguns problemas que agravavam esse processo de trabalho, por exemplo, as deficiências dos documentos e dos registros fontes; a desatualização da legislação referente à obrigação na prestação de informações para fins estatísticos; o despreparo operacional das agências, e mesmo dos agentes; entre outros. E diz haver uma "certa tendência a negar o valor da experiência dos responsáveis pela coleta estatística", sem uma sua representação no planejamento das pesquisas[493], e mais grave ainda, da "falta de tradição brasileira quanto à experimentação de formulários destinados à coleta de dados, antes de sua aprovação definitiva", o que no presente está afastado, felizmente (MONTENEGRO, 1964, p. 19-20).

Quanto à apuração, o maior problema seria sua dispersão pelos vários órgãos do sistema estatístico, federais e estaduais, sem que os mesmos tenham condições de realizá-la, seja por falta de pessoal, seja, sobremodo, por falta de equipamentos. Não raro, o plano tabular de divulgação era feito *a posteriori* da coleta dos dados, o que atrasava o processo de trabalho: coleta pronta, mas sem o início da apuração. Daí, até para apressar a apuração e retomar os trabalhos, muito dos dados coletados eram como que desperdiçados, ficando por serem apurados *a posteriori*, o que quase nunca ocorria.

Até chegar à publicação, promovendo-se a divulgação dos resultados, passara muito tempo, e as estatísticas haviam envelhecido. E não se os fazia acompanhar

[493] Passados 40 anos, não há mais quem negue a importância da experiência acumulada no trabalho de campo, e é muito comum captá-la e assimilá-la nas pesquisas. Contudo, pese essa assimilação, ainda é comum a queixa da não presença de técnicos de campo (vinda deles, é claro) na concepção e estruturação das pesquisas. Talvez, menos que a presença, o que se devesse promover é uma melhor captação da inegável experiência, um dos mais valiosos arsenais de conhecimento tácito do IBGE.

das necessárias informações metodológicas, em tudo limitando a avaliação dos usuários, e lhes retirando as condições de retorno crítico aos órgãos do sistema estatístico. Afora serem mínimos os estudos e análises, com produções derivadas, pese o valor da contribuição do Laboratório de Estatística, cuja realização em demografia representou "um trabalho sem similar no Continente", mas sem avanços em outros setores, em especial no econômico (MONTENEGRO, 1964, p. 23).

Por fim, a questão das relações com organismos internacionais. De um lado, a presença em encontros é insuficiente em quantidade e inadequada em qualidade; quase nenhuma contribuição é transmitida. Por outro, o precário atendimento às solicitações do ponto-de-vista nacional aos assuntos em discussão, bem assim, às solicitações por informações estatísticas. No mais, a baixa utilização da cooperação internacional, seja na forma de cursos, seja na forma de estágios práticos; em tudo diverso da prática do passado, quando muitos técnicos foram enviados ao exterior (em especial, para terem qualificação em amostragem).

Mudanças imediatas (emergenciais)

O ponto de partida seria a revisão do programa estatístico, fazendo da vontade dos usuários o norte: "começando por aqueles de maior utilidade e urgência para os órgãos responsáveis pela segurança e planejamento nacionais", e seguindo, "na medida dos recursos disponíveis, com os levantamentos de interesse para as classes produtoras, instituições de pesquisa e centros de estudo, e outros usuários". Veja-se a clareza da associação do programa estatístico ao planejamento, e esse será o preciso vínculo que será dado à Fundação IBGE, a ser vista como órgão de planejamento; a presente associação à sociedade, – estar-se voltado à sociedade –, não era dito à época, o que era compatível com o controle aos usuários, evitando-se demandas delirantes.

Finda essa revisão do programa estatístico, fazendo-o afinado aos anseios dos usuários (não todos, mas apenas os eleitos), sua execução exigiria a remoção das dificuldades administrativas: primeiro, com nova estrutura organizacional; segundo, afluindo recursos orçamentários e financeiros, bem assim, tecnológicos e humanos (com adequada remuneração e reformação do quadro de pessoal); seria vital uma revisão da legislação orgânica. Ora, tudo seria lento, e demorado; então, para haver soluções imediatas, foi sugerido cumprir-se um trabalho de emergência.

De pronto, seria criada uma Comissão Especial para, em rápidas consultas, e utilizando os relatórios de 1958 e de 1962, fazer uma revisão expedita do programa estatístico, com uma clara hierarquia de importância; atribuindo-se à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística a realização completa, e direta, dos levantamentos mais emergenciais (os recursos especiais deviam ser repassados pelos demandantes). Ao mesmo tempo, seria acelerada a divulgação de estatísticas já coletadas, seja fazendo apuração centralizada na Secretaria-Geral, seja rompendo princípios sagrados, como, por exemplo, o prévio *nihil obstat* dos serviços federais autores; seria um *tour de force* de limpeza do passivo; pressupondo, para tudo isso, a liberação de recursos especiais.

Mudanças mediante avaliações

Para avaliar os pilares do sistema estatístico, sua concepção, sua estrutura, seu funcionamento, foi sugerida a formação de uma Comissão de Alto Nível, com plenos poderes de atuação, e livre para sugerir as mudanças necessárias.

O primeiro grande ponto em pauta seria uma avaliação profunda do mecanismo convencional, ficando presente a possibilidade de denúncia aos convênios existentes, seja o nacional, sejam os municipais. Outros pontos seriam a avaliação das razões da conjunção da estatística e da geografia, "cada vez mais tênue e limitada", ficando presente a sugestão de separação, bem assim, a avaliação das razões da assunção crescente pelos presidentes de "funções de caráter executivo", contra o espírito de debates e decisões inerentes aos conselhos (MONTENEGRO, 1964, P. 34-35).

Avaliação das competências e das reais realizações das Assembléias Gerais, com seus resultados mais e mais insuficientes, na medida da politização das representações; o mesmo para a atuação das Juntas Executivas Central e Regionais. Quanto aos órgãos estaduais de estatística, pedia-se rigorosa avaliação de suas capacidades de corresponder às necessidades das estatísticas nacionais, "quando estas não estão compreendidas entre as especificadas em suas atribuições, ou quando as autoridades a que estão subordinadas lhes atribuem baixa prioridade (MONTENEGRO, 1964, p. 37).

Enfim, quer-se uma avaliação minuciosa, o mais possível objetivada, da efetividade do sistema vigente. Seu edifício fora brilhante, sem dúvida. Mas nem tudo fora implantado como imaginado, e muito do implantado perdera viço, ficando esclerosado. Algo assim: tivesse havido integral implantação do estabelecido nas convenções, depois, tivesse havido manutenção do implantado, fazendo-se os devidos ajustes no tempo, e o sistema naquele momento estaria em perfeito estado de saúde. Mas, tendo sido descurado, seja na origem mesma, seja no tempo, acabou por sofrer os desgastes naturais dos sistemas, perdendo sua unidade, sua suficiência, sua totalidade.

Mudanças estruturais

Por demais, àquela mesma Comissão, caberia sopesar alguns aspectos ousados para revisão do sistema estatístico. Alguns desses aspectos acabaram compondo a Fundação, contudo, vale marcar, a idéia em si, não constou do relatório em avaliação. Eis alguns destaques, entre as muitas sugestões apresentadas:

> A fixação, como objetivos principais do sistema estatístico nacional, a serem alcançados através dos seus órgãos, de (1) o estudo permanente da demanda de estatísticas por parte dos seus usuários e da forma de atendê-la; (2) a avaliação permanente da adequação das estatísticas produzidas às necessidades dos usuários; e (3) a elaboração de Programas Nacionais de Estatística baseados na demanda de estatísticas por parte dos usuários e executados sob a responsabilidade direta do órgão central do sistema, com a colaboração dos órgãos integrantes deste último.
>
> [...]

> A celebração cada dois anos, da Conferência Nacional de Estatística[494], que substituiria a atual Assembléia-Geral do CNE, com a participação de representantes dos órgãos e serviços produtores e usuários de estatísticas, para (1) examinar a situação da estatística brasileira, mediante a avaliação do progresso realizado e dos principais problemas existentes; (2) formular recomendações e sugestões para consideração oportuna e aplicação progressiva, na medida dos recursos disponíveis, pelo Conselho Nacional de Estatística, através dos seus mecanismos; (3) eleger os representantes dos órgãos produtores e usuários de estatísticas na Junta Diretora do Conselho Nacional de Estatística e no Conselho Administrativo do Instituto Nacional de Estatística.
>
> A constituição do Conselho Nacional de Estatística que seria subordinado diretamente à Presidência da República, com: (1) uma Junta Diretora, que substituiria a atual Junta Executiva Central do CNE; (2) Comissões Técnicas Permanentes e Grupos de Trabalho instituídos para fins específicos, que substituiriam as atuais Comissões Técnicas e o Corpo de Consultores Técnicos; e (3) um órgão central, que seria o Instituto Nacional de Estatística.
>
> A constituição da Junta Diretora do CNE por um representante dos órgãos responsáveis pelo planejamento nacional, o qual seria o seu presidente; um representante dos órgãos responsáveis do sistema estatístico nacional; e dos representantes eleitos pela Conferência Nacional de Estatística, um dos órgãos produtores e outro dos órgãos usuários da estatística.
>
> A atribuição, à Junta Diretora do Conselho Nacional de Estatística, das funções de (1) assessorar a Presidência da República em matérias que afetem o sistema estatístico nacional; (2) aprovar os Programas Nacionais de Estatística e as estimativas dos recursos necessários à sua execução; (3) estabelecer diretrizes para a aplicação dos recursos destinados à execução dos referidos Programas; (4) criar as Comissões Técnicas Permanentes e os Grupos de Trabalho, definir suas atribuições, designar seus membros, fixar-lhes a remuneração, estabelecer a duração dos seus mandatos e outras providências complementares; (5) submeter aos Poderes Públicos propostas de medidas ou reformas administrativas destinadas a beneficiar as estatísticas nacionais; e (6) avaliar os resultados dos Programas Nacionais de Estatística e estabelecer diretrizes baseadas na experiência da execução dos mesmos para aplicação futura.
>
> [...]
>
> A transformação, mediante a criação de dois organismos autônomos, que passariam a designar-se Instituto Nacional de Estatística e Instituto Nacional de Geografia, do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
>
> [...]
>
> A nomeação do Presidente do Instituto Nacional de Estatística pelo Presidente da República, mediante aprovação do Senado Federal, e a atribuição ao mesmo, através da regulamentação de suas funções, da responsabilidade superior pelo cumprimento dos objetivos do órgão e a realização satisfatória das atividades a seu cargo (MONTENEGRO, 1964, p. 38-41, grifo nosso).

Os usuários tornam-se soberanos; e a demanda deveria ser objeto de estudo o tempo todo, revendo-se, sempre que necessário, o Programa Estatístico Nacional. Seriam ouvidos atentamente nas Conferências Nacionais de Estatística, e que seriam bienais; na concepção da Fundação seriam mais ou menos trienais.

[494] É a retomada da expressão, depois de Bulhões Carvalho. Mas, por certo, a idéia de continuidade, e a concepção são bastante diferentes. Ao fazer-lhe a proposta, terá sido influenciado por sua experiência em organismos internacionais, onde a idéia de Conferência é muito comum. (Esta ilação foi feita por Manoel Antônio Soares da Cunha, leitor atento desta **História das estatísticas brasileiras**).

Haveria um Conselho Nacional de Estatística subordinado à Presidência da República, que não surge na futura Fundação. O “E” e o “G” seriam tornados Institutos autônomos, como o foram no início da Fundação. Quando criados, seus presidentes jamais foram sabatinados pelo Senado Federal.

Mudanças funcionais

O pessoal do quadro teria um plano de carreira que abarcaria a “preparação universitária e a experiência”, com adequada remuneração; e sempre haveria concurso para admissão ao quadro; teriam treinamento permanente, inclusive com utilização sistemática da cooperação com organismos internacionais.

Quanto às agências, não mais seriam municipais, mas zonais, “de acordo com o grau de desenvolvimento das áreas correspondentes e o maior ou menor volume e complexidade das tarefas a seu cargo” (as Inspetorias Regionais seriam no mínimo mantidas, e talvez funções ampliadas). Sobre as agências, entre vários pontos:

> A limitação exclusiva das atividades da rede de coleta, salvo casos excepcionais, àquelas relacionadas com a obtenção de informações para fins estatísticos, sobretudo das correspondentes aos levantamentos compreendidos nos Programas Nacionais de Estatística.
>
> O estudo minucioso e sistemático, pelos órgãos de coleta em seus diferentes níveis, do grau de completabilidade, qualidade e deficiência dos registros e documentos existentes nos órgãos da administração pública, entidades autônomas e outras, e apresentação das observações resultantes à Secretaria-Geral, a fim de que esta as examine em conjunto e formule sugestões que permitam o seu aproveitamento para fins estatísticos ou o aperfeiçoamento das estatísticas que deles derivem.
>
> A adoção de medidas que permitam às atuais Inspetorias Regionais de Estatística Municipal o maior uso de pessoal contratado, mediante o pagamento por serviços prestados, na execução de tarefas relacionadas com a coleta e crítica das informações básicas.
>
> A difusão, pelos órgãos de coleta, sob a orientação do órgão central, através de reuniões de grupos de informantes, da noção dos benefícios que se podem obter mediante a utilização de estatísticas, do efeito negativo de informações deficientes sobre a qualidade das mesmas, e dos dispositivos legais que estabelecem a obrigatoriedade de prestação de informações para fins estatísticos (MONTENEGRO, 1964, p. 47).

Se, de um lado, sugeria-se a limitação da atuação das agências, retirando-lhes a competência, tão cara a *Teixeira de Freitas*, de promoverem mudanças culturais, por outro, ampliava-lhes as atribuições específicas na elaboração das estatísticas, como avaliar os registros administrativos, e conquistar os informantes (tarefa difícil), dando-lhes em reuniões uma clara noção da utilidade e da natureza das estatísticas. E se propõe um uso mais intenso de pessoas contratadas por atividades.

Sobre a crítica e a apuração, bem assim, sobre os planos tabulares de divulgação, insistia-se na necessidade de mais planejamento, de modo a ter-se tudo definido e disponível ao término da coleta. Os equipamentos deviam ser avaliados e atualizados continuamente, inclusive em planos de longo prazo.

Mais estudos e análises dos resultados, e mais e melhor divulgação, são defesas enfáticas. Devia-se reduzir a gratuidade na distribuição, bem assim, devia-se definir preços dos produtos conforme as condições do mercado. O *Anuário Estatístico* e a *Revista Brasileira de Estatística* deveriam ser dinamizados.

Por fim, queria a "reafirmação do princípio de que o sistema estatístico brasileiro fazia parte do sistema estatístico americano" (entenda-se do continente americano e não do sistema estatístico estadunidense), o que devia levar uma efetiva presença nos encontros internacionais, a um maior cumprimento das determinações dos organismos internacionais, com vistas à comparação internacional, e a uma maior aceitação de cooperação com entidades internacionais.

Ponto final

Tulo Hostílio Montenegro em seu copioso relatório entende haver crises no sistema estatístico, e sugere mudanças. Mas, lendo com atenção suas muitas sugestões, vê-se que não viria terra arrasada, caso fossem adotadas. Há indubitável admiração pela concepção construída por *Teixeira de Freitas*, e dela se vale como ponto de partida; mantém nomes, até. As principais mudanças seriam (1) nas agências, que seriam zonais, (2) na junção do "E" e do "G", que teriam maiores autonomias, e (3) na centralização e concentração das atividades de produção, dentro de um programa estatístico de interesse dos usuários. Mas mantém a concepção parlamentar, ainda que reveja os antigos colegiados, e crie novos. Ao fim e ao cabo, fica claro sua vinculação intelectual a *Teixeira de Freitas*, até porque na essência a concepção do organismo estatístico americano, o qual dirigia, era de natureza teixeirista.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Senna Campos, o presidente militar que veio com o golpe

O golpe militar de 1º de abril de 1964 teve evidentes reflexos em todas as instituições governamentais. O IBGE não foi exceção. Por ser presidido àquela época por um getulista histórico e ainda por cima amigo pessoal do presidente deposto João Goulart, e mais: por ser área estratégica para o governo, fatalmente o órgão central de estatística sofreria a intervenção militar. Nos primeiros dias após o golpe, por ordem vinda do novo ministro da Guerra, a Casa foi adminis

trada pelo então secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, o Tenente-Coronel Costa Godolphim. Posteriormente, um outro militar viria para ocupar a cadeira da presidência.

Agnaldo José Senna Campos nasceu em 20 de fevereiro de 1900, na cidade de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Nomeado pelo presidente em exercício, Ranieri Mazzilli, em 10 de abril de 1964, tomou posse como presidente do IBGE no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como era de praxe.

Na transmissão do cargo, Costa Godolphin afirmou que as atividades do IBGE careciam de reformulações nos métodos de pesquisa e na coordenação dos trabalhos técnico e administrativo. Ao tomar a palavra, Senna Campos revelou admiração pela "Casa de Teixeira de Freitas" e assegurou já conhecer o trabalho do IBGE desde o Censo 1940, quando estagiou no Instituto como oficial do Estado-Maior do Exército.

Publicou diversos trabalhos que escreveu dentro da temática militar. Era veterano da 2ª Guerra Mundial e seu currículo aponta diversos cargos que exerceu no Exército brasileiro. Senna Campos escolheu para seu Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística (e, por conseguinte, do IBGE) o Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal, militar de vasta carreira nas Forças Armadas. Em outubro daquele mesmo ano foi sucedido por Sebastião Aguiar Ayres.

Tão logo assumiu, Senna Campos ordenou a criação de diversos grupos de trabalho com o intuito de fazer uma vasta varredura na Casa e em seus métodos de trabalho. O que estudou a planificação das pesquisas estatísticas era formado por João Lira Madeira, Paulo Rangel, Jessé Montello, Maurício Reis e Ângelo de Souza. Naquele ano não foi realizada reunião da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Em sua administração, foi efetuada a compra de equipamentos de informática para a Serviço Nacional de Recenseamento, assinou-se o convênio do IBGE com o Serviço de Estatística da Educação e Cultura – SEEC, outro com o Ministério da Educação para a realização do Censo Escolar Nacional e foi feita uma bela homenagem a Bulhões Carvalho pelo centenário de seu nascimento, em 1966.

Senna Campos presidiu o IBGE até 3 de abril de 1967. Faleceu no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1987.

Na linha dos perfis biográficos, ver no
CD-ROM que acompanha este volume, o texto:
Tulo Hostílio Montenegro, um talento na estatística e na literatura, por Marco Santos.

1966: Comissão especial desenha a reforma do sistema estatístico brasileiro

Capítulo 22

O IBGE, melhor dizendo, o sistema estatístico, nascido do espírito e do coração de *Teixeira de Freitas*, fruto de sua razão e de sua paixão, perdia, pouco a pouco, seu caráter *sui generis*, como se dizia. Se já os pilares da coleta e da apuração eram, mais e mais, sacudidos, ignorados e mesmo negados, abalando a engenharia teixeirista da atividade estatística brasileira, mais ainda seria sacudido, quase um sismo, quando pela Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964, perderia a vinculação à Presidência da República, sendo posto sob as ordens imediatas do Ministério Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais (sendo Ministro o General *Cordeiro de Farias*).

Sob a equívoca expressão "regional", que não era, fora posto num balaio comum de dez órgãos: das Superintendências do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País, do Desenvolvimento do Nordeste; das Comissões do Vale do São Francisco, de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Especial de Faixa de Fronteiras; da Administração dos Territórios Federais; do Serviço Nacional de Municípios; da Fundação Brasil Central e do Parque Nacional do Xingu, ou seja, um equívoco absoluto, e indiscutível, mais tarde sendo vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação.

Presidia a República, o General *Castello Branco*, e o IBGE, desde abril de 1964 (indo até abril de 1967), o também General *Senna Campos*. Em seu tempo, o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística foi, primeiro, *Germano Seidl Vidal*, até outubro de 1964; e, segundo, *Sebastião Aguiar Ayres*, até abril de 1967, quando assumira a presidência. Este será o último presidente do "velho" IBGE e o primeiro da Fundação IBGE, tendo saído do quadro de pessoal, sendo, portanto, o primeiro técnico do quadro a ocupar o cargo (então, na Presidência da República estará o General *Costa e Silva*, até agosto de 1969, quando sofrera um acidente vascular cerebral).

A origem e o objetivo dos trabalhos

Junto ao Ministério do Planejamento, ainda chamado de Extraordinário, e ainda centrado na Coordenação Econômica, será criado, nos termos do Decreto nº 58.226, de 20 de abril de 1966, um Grupo de Trabalho para estudar a renovar o Plano Nacional de Estatística[495], tendo em mente que haver "um conjunto de estatísticas básicas constitui condição indispensável para a formulação, execução e controle da execução da política econômica e social do Governo", no que fica clara a figura do usuário.

[495] Não há menção ao "G" (geografia), nem ao "C" (cartografia).

O Grupo de Trabalho teria sete pessoas (Art. 2º). Cinco delas eram postas no próprio decreto, a saber: *Sebastião Aguiar Ayres*, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística; *Isaac Kerstenetsky*, Diretor de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas; *Eduardo da Silveira Gomes Júnior*, chefe do Departamento Econômico do Banco Central; *Horácio Auler*, Capitão-de-Mar-e-Guerra, pelo Estado-Maior das Forças Armadas; e, *Artur Ferreira da Silva*, chefe do Escritório Regional da SUDENE em Salvador. Uma sexta pessoa viria do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, mas não conseguimos identificá-la, na verdade, nem mesmo sabemos se houve de fato a referida indicação. Por fim... a coordenação dos trabalhos caberia ao chefe do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, em futuro próximo), do Ministério do Planejamento, no caso *João Paulo dos Reis Velloso*.

Os resultados deviam estar postos em 60 dias, "ouvidas as sugestões dos principais órgãos do sistema estatístico nacional e das principais entidades usuárias de estatísticas" (Art. 3º). É datado de maio/julho 1966 o relatório denominado **Diagnóstico do sistema estatístico nacional**, assinado por *Henrique Flanzer*, consultor contratado[496]. Na introdução, explica-se o método de trabalho adotado, como segue:

> Objetivou-se estabelecer um Diagnóstico do Sistema Estatístico Nacional, identificando seus problemas, suas deficiências, suas causas, sua evolução, as possíveis soluções e providências concretas para aperfeiçoamento.
>
> Para isso, procedeu-se a uma extensa pesquisa junto aos órgãos integrantes do Sistema; foram entrevistadas pessoas ligadas, no presente ou no passado, à Estatística, seja como produtoras ou como usuárias governamentais e privadas[497]; compilou-se extensa bibliografia e documentação sobre o assunto[498].
>
> Embora o autor apresente suas opiniões pessoais[499], formadas no decorrer do levantamento a que se dedicou, deve ser ressaltado que muitas das idéias e sugestões expressas no presente relatório constituem uma condensação de pensamentos de pessoas entrevistadas, ou colhidos na documentação compulsada.
>
> O curto prazo concedido para a elaboração do presente Diagnóstico, bem como sua natureza especial que não permitiu delegar a outrem, na medida desejada, as tarefas de entrevistas, análise da documentação e redação, explicam as eventuais falhas e deficiências que se constatarem (FLANZER, 1966, p. 1)[500].

---

[496] Ao ler a primeira versão deste capítulo, João Paulo dos Reis Velloso fez ao autor (em 22 de agosto de 2006) valiosas correções à respeito desta comissão, sua formação, composição e atuação.

[497] Foram feitas 64 entrevistas (a relação é posta no Anexo 2). No IBGE, além de Senna Campos, foram ouvidos no Conselho Nacional de Estatística, Sebastião Aguiar Ayres, Carlos Marcos Barbosa, Raul Romero de Oliveira, Antônio Limpo de Abreu Teixeira de Freitas (filho de Teixeira de Freitas, há muito Diretor de Administração), Francisco Cronje, Waldecir Lopes (irmão de Waldemar Lopes, há muito no quadro de pessoal), Aulete Caldas; no Conselho Nacional de Geografia, René de Mattos; no Serviço Nacional de Recenseamento, o General Licínio de Moraes, Amaro da Costa Monteiro, e Vinicius Fonseca; na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Francisco Saldanha. Três antigos dirigentes do Conselho Nacional de Estatística foram também ouvidos: Lourival Câmara, Waldemar Lopes, Lauro Sodré. Fora do IBGE, entre outros, tiveram a palavra: João Paulo dos Reis Velloso, Isaac Kerstenetzky, Mário Henrique Simonsen, Rubens Horta Porto.

[498] Na bibliografia consultada, posta no Anexo 1, estão os relatórios do Seminário de 1958, do Grupo de Trabalho de 1962, e da Missão de 1964; afora outros poucos textos (como sejam algumas análises das condições operacionais do computador). Nesse sentido, o presente relatório é o fecho de um ciclo de olhares externos, que marcaram insatisfação com os resultados do programa estatístico, mormente em face das estatísticas econômicas, por certo vitais ao planejamento do desenvolvimento.

[499] Duas partes referentes ao Processamento Eletrônico de Dados foram feitas pelo Economista Martiniano Barbosa Moreira, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Computadores Eletrônicos, e antigo diretor do Centro de Processamento de Dados do IBGE.

[500] O Anexo 3 contém uma relação de siglas usadas. O Anexo 4 contém trechos da reforma administrativa de interesse da atividade estatística, e que resultará no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no qual atribui-se ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral agir sobre o sistema estatístico e cartográfico nacionais (é dito "cartográfico" e não "geográfico"). Os Anexos 5 e 6 reproduzem dois documentos históricos, respectivamente, a Convenção Nacional de Estatística, de 11 de agosto de 1936, e o texto-padrão dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, havidos em 1942.



Henrique Flanzer, [s.d.].

Seguem-se três capítulos (e seis anexos). O capítulo “Situação atual do sistema estatístico brasileiro”, como o nome sugere, faz uma análise do estado das artes, à época. Dessa análise, estaremos dando realce a quatro pontos: primeiro, à história original do sistema estatístico; segundo, ao estado da produção, tendo em conta os usuários já atuantes; terceiro, à situação das agências, um dos aspectos difíceis do sistema; quarto, à questão da formação e capacitação dos funcionários, com foco na ENCE. Trata-se de uma análise algo narrativa, com pouco juízo de valor; este, virá apenas no capítulo “Análise dos problemas atuais”, que focamos numa seção; por fim, encerrando o relatório (a menos dos anexos), segue um capítulo com as soluções sugeridas, “Uma nova conceituação do sistema estatístico nacional, e sugestões de ordem prática para sua implantação”, que focamos também numa seção.

A glória da origem[501]

Um pequeno histórico começa o relato, marcando a correta criação do IBGE.

No período da Primeira República, “a autonomia dos Estados, decorrente do regime político federativo, cerceava a ação racionalizadora da União Federal”. Na figura de *Bulhões Carvalho*, à frente da Diretoria Geral de Estatística, acordos bilaterais foram propostos, mas sem os efeitos desejados, “porque não obedeceram a um plano orgânico, sistemático e completo, de âmbito nacional”. A tendência de centralização da atividade estatística, presente na reforma de *Vargas*, não tiveram sucesso, porquanto “impunha-se uma atuação sinérgica que evitasse a pluralidade de métodos e critérios, e que permitissem a plena utilização de registros afetos às administrações estadual e municipal”, vale dizer, “a reforma da estatística brasileira não poderia, pois, basear-se apenas numa iniciativa isolada do Governo Federal” (FLANZER, 1966, p. 4).

E é daí que, moldado no acordo, a que chama de “memorável”, que organizou as estatísticas de educação, o INE (logo IBGE), seria criado. Viria, como visto antes, pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, e sendo instalado a 29 de maio de 1936, com a posse do Embaixador *Macedo Soares*, na sua presidência, e a simultânea instalação de uma Junta Executiva Provisória. Em agosto, seguiu-se a Convenção Nacional de Estatística, que deu forma ao Conselho Nacional de Estatística, órgão máximo do sistema estatístico brasileiro, então criado; em dezembro, ocorreria sua primeira Assembléia Geral. À frente disso tudo, como é sabido, e afiançado, esteve a figura genial de *Teixeira de Freitas*, de imaginação inigualável, de disposição incansável; ele que trouxe na ponta da lança do Quixote as razões dos diversos Quetelet.

[501] O relatório faz o elogio à criação, mas não ao criador, já que em nenhum momento é mencionado o nome de Teixeira de Freitas.

> O pacto convencional então firmado abriu novos rumos à solução do problema da estatística brasileira. Até hoje, transcorridos que são 30 anos de sua assinatura, há praticamente unanimidade, entre os especialistas e estudiosos de assuntos estatísticos, em considerar altamente engenhoso, sábio e eficiente o mecanismo idealizado para propiciar a articulação e aprimoramento das estatísticas nacionais (FLANZER, 1966, p. 6, grifo nosso).

O relatório analisa o estado do sistema estatístico, que tinha como órgão máximo de decisão o Conselho Nacional de Estatística[502], e o IBGE como órgão máximo de execução, por sua Secretaria-Geral.[503] A autoridade do presidente do Conselho e do Instituto, embora elevada, não era nada clara, dizia o relato, "variando de acordo com a personalidade do ocupante do cargo" (FLANZER, 1966, p. 21), o que feria de morte a origem do sistema.[504] A seu turno, contrário ao previsto na origem, mas por exigência temporal, a Secretaria-Geral ampliara suas atividades e sua estrutura.[505]

Recupera a história da criação nos estados das seções de estatística militar, no contexto das necessidades da segurança nacional, nos idos de 1942. Daí surgiriam os convênios municipais de estatística, como origem das agências de estatística nos municípios, bem assim, da quota e da caixa e do selo de estatística. Recupera também a história dos censos gerais (1940, 1950 e 1960), com realce à legislação competente. Tudo muito rápido, mas com o essencial para enfocar o cerne da crise, qual seja, a demanda insatisfeita, mormente das estatísticas econômicas.

> Ao ser fundado o IBGE, sua estrutura foi concebida em bases sólidas, prevendo uma atividade muito superior à justificável para a ocasião. A demanda de estatística era, então, muito reduzida, imprecisa e dispersa. As primeiras equipes dirigentes do IBGE, sem dúvida dotadas de elevada formação moral e alta cultura humanística, não eram constituídas, entretanto, de técnicos em estatística[506]. Havia a idéia generalizada de que o IBGE era uma instituição destinada a desempenhar um alto papel cultural no país, fazendo, entre outras coisas, estatísticas. Essa mentalidade, aliada à ausência de uma demanda sistemática de estatísticas econômicas e financeiras, esclarece o motivo pelo qual a ênfase foi inicialmente posta em levantamentos de interesse cultural e social, em detrimento de fatores econômicos[507] (FLANZER, 1966, p.11-12, grifo nosso).

Sim, a demanda aparecia, e crescia. O crescimento econômico pedia estatísticas econômicas, e as existentes não eram satisfatórias. Os planos de governo, mais e mais, ganhavam formalidade e complexidade, isso, sobretudo, pela presença crescen-

---

[502] A seção 2.6 oferece um ementário legislativo (leis, decretos, decretos-leis, e resoluções), muito útil na seleção realizada, vale dizer, isolando as decisões técnicas.

[503] Na verdade, como visto ao longo deste volume, em seus diversos capítulos, a estrutura era bem mais complexa, e, diga-se de passagem, o relatório bem a apresenta na sua seção 2.2. Os órgãos centrais de estatística são, um a um, analisados na subseção 2.3.5.

[504] Cabia-lhe, também, o poder maior no Conselho Nacional de Geografia, no Serviço Nacional de Recenseamento, e na Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

[505] O relatório trata do serviço gráfico, elogiando sua estrutura industrial (então, com 457 funcionários), bem assim, sobre o Serviço Nacional de Recenseamento, do qual falamos no capítulo 19 deste volume.

[506] Na verdade, este técnico inexistia, aqui e alhures. E não era ele, então, um técnico essencial. Só o seria com a introdução da amostragem, e com avanços na atividade estatística. E mesmo assim, a elaboração das estatísticas jamais seria como que privativa dos estatísticos, como o texto sugere.

[507] Em capítulo anterior foi mostrado que os demandantes das estatísticas econômicas estavam satisfeitos, o mesmo não ocorrendo na intimidade do Instituto, que criava uma massa crítica nesse ponto. Outro aspecto é que para a lógica do sistema, bastaria surgir algum órgão a produzi-las e se estaria satisfeito, e é o que surgirá adiante com a Fundação Getúlio Vargas. Quanto à ênfase no social, tenha-se em mente as fontes de origem, quais sejam os registros administrativos, onde estava expresso o controle dos estados.

te dos Estatísticos e dos Economistas. E diz, em síntese curiosa: "até a alguns anos atrás, as estatísticas eram colocadas ao fim dos relatórios, como elemento ilustrativo e complementar dos textos; hoje em dia, as estatísticas são necessárias para que se possa redigir os próprios textos dos relatórios" (FLANZER, 1966, p. 13).



Agência Municipal de Itatira, CE, nos anos 1960.

O estado da produção

O relatório destaca a atuação do Laboratório de Estatística[508], "um órgão de análise das estatísticas produzidas pelo sistema; é, portanto, um consumidor de estatísticas", com suas seis seções, a saber: 1) de estatísticas demográficas, 2) de estatísticas econômicas, 3) de estatísticas sociais, 4) de estatísticas culturais, 5) de estatísticas metodológicas, 6) de estatísticas administrativas (internas ao Instituto e ao sistema, e jamais realizadas e analisadas[509]). Com seu quadro diminuto e impróprio em formação[510] focava atenção nas estatísticas demográficas[511], na bela e rica senda de *Giorgio Mortara*, bem assim, nas estatísticas econômicas, na busca de atenuar as pressões recebidas (mas sem maiores sucessos).

À margem do Laboratório de Estatística, em 1963 fora criado um Grupo Especial de Trabalho para as Estatísticas Industriais - GETEI[512], mas que apenas no terceiro trimestre de 1964 começou a trabalhar. Além do IBGE, que detinha a coordenação, nele se faziam representar os Ministérios do Planejamento e Coordenação Econômica (ainda um ministério extraordinário), da Indústria e do Comércio, bem assim, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) e da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Elaborou pesquisa por amostragem.

> De acordo com a programação estabelecida, o Grupo Especial de Trabalho para as Estatísticas Industriais (GETEI) publicou, em 28 de maio de 1965, os resultados de levantamento, por amostragem, da produção física industrial brasileira nos anos de 1963 e 1964, em que foram pesquisados 136 produtos, permitindo atualizar a série de índices da produção industrial. Em 26 de janeiro de 1966, o GETEI divulgou os resultados preliminares e parciais da pesquisa "Dados Gerais das Indústrias de Transformação", referentes aos anos de 1963 e 1964, abrangendo as despesas industriais, o valor dos produtos e serviços industriais (valor da produção), e o valor

[508] Integrante da estrutura da Secretaria-Geral.

[509] Já se disse, e vem a calhar, que a instituição estatística que mais olha e mede as pessoas, suas relações, suas atividades, etc., em geral pouco se deixa olhar e quase nunca se mede.

[510] Tinha no quadro 21 pessoas, sendo um diretor, uma secretária e dois datilógrafos, restando 17: "nenhum desses 17 funcionários tem formação universitária estatística; três são economistas, um é formado em filosofia (matemática) e está cursando o terceiro ano do Curso Superior da ENCE; alguns são advogados e a grande maioria tem apenas curso secundário" (FLANZER, 1966, p. 30).

[511] Padecendo das deficiências do Registro Civil, que tanto ocupara a antiga Diretoria Geral de Estatística, na Primeira República, e que desde há muito estava na alçada do Ministério da Justiça.

[512] Decreto nº 52.449, de 4 de setembro de 1963, e Decreto nº 52.690, de 15 de outubro de 1963.

> dos estoques de matérias-primas e material auxiliar de embalagem, bem como de produtos e subprodutos. Esses resultados foram, em abril de 1966, apresentados em sua forma definitiva, acrescidos do número de pessoas ocupados e valor dos salários e vencimentos pagos em 1963 e 1964. A pesquisa teve como objetivo principal o levantamento de elementos que permitissem o cálculo do valor adicionado na indústria de transformação. [...] O confronto dos resultados da amostragem com as apurações universais do Registro Industrial de 1962 indicou erros de estimativa inferiores a 3%, na grande maioria dos casos, para as diversas amostras. De um modo geral, a análise dos resultados da pesquisa permite concluir que as estimativas são consistentes, não se verificando nenhum discrepância apreciável (FLANZER, 1966, p. 34).

No quadro acima valerá realçar dois pontos: primeiro, a expansão das pesquisas econômicas, ponto básico das críticas pela reforma do sistema; segundo, o uso ampliado da amostragem, velha demanda dos "modernistas", vale dizer, dos críticos ao "velho" IBGE (e, como exemplo, basta voltar ao tempo da crise *Polli Coelho*). Nesse sentido, as mudanças internas ocorriam, indo pelas trilhas das críticas externas.

As pesquisas contínuas, valerá lembrar, eram feitas no contexto das chamadas campanhas estatísticas, formadas pelo conjunto das pesquisas estatísticas que, "sob a responsabilidade conjunta e solidária dos órgãos das três esferas administrativas da República, integradas no sistema do IBGE", eram feitas todos os anos. O relatório apresenta uma exaustiva relação de temas investigados por órgãos responsáveis, com os respectivos instrumentos, sejam os cadernos clássicos, sejam outros.

Ainda sobre as campanhas, o relatório recupera a existência da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas - CETRACE, criada em 1957, por certo valiosa, mas não tendo "poder decisório", ou seja, devendo submeter suas conclusões "à JEC, que as analisa e aprova" (FLANZER, 1966, p. 63).[513]

A situação das agências

Em seguida, o relato aborda a situação das Inspetorias Regionais, e, sobremodo, a das agências municipais. E o faz em cores vivas, numa dramática descrição da realidade. Para os 3 958 municípios então existentes, havia um total de 2 151 agências, mas apenas 1 950 providas; portanto, havia uma agência para cada dois municípios.

> Constata-se que na grande maioria dos casos há apenas um servidor respondendo pela Agência. Em certas Agências, de maior porte, localizadas em Municípios altamente desenvolvidos, com grande densidade demográfica e concentração de empresas, as Agências possuem 4 ou mais servidores. É comum que o mesmo Agente responda por mais de um Município, e em certos casos atenda simultaneamente a 4, 5 ou mesmo 6 Municípios, embora por vezes meros desdobramentos de um só Município antigo.
>
> As opiniões colhidas ao longo do presente trabalho, de pessoas ligadas direta ou indiretamente à rede de coleta do IBGE, e confirmadas por visitas a algumas Agências Municipais, leva à conclusão de que não se pode descrever as caracterís-

[513] Além do fórum das campanhas, havia, como espaços de pesquisas, os censos, aos quais o relatório dedica atenção, e que usamos no capítulo 19 deste volume.



Agência Municipal do IBGE em Itapicuru, BA, com o retrato de Teixeira de Freitas, em 15 de fevereiro de 1958, dois anos depois do falecimento do grande inspirador do IBGE.

ticas de funcionamento de uma AME de uma maneira padronizada, de vez que as variações de uma para outra são as mais chocantes. Alguns Agentes são jovens, dinâmicos e inteligentes e cultos, outros, praticamente analfabetos e sem condições para, ao menos, interpretar as instruções escritas emanadas da SG ou da IR; alguns, inteiramente dedicados às tarefas estatísticas, para elas trabalhando em tempo integral; outros, tendo o IBGE como "bico", a ele dispensando o mínimo tempo necessário para atender às solicitações de coleta; uns, possuindo precária situação financeira; outros, mercê de suas atividades estranhas ao IBGE, ricos proprietários, ostentando excelente situação e dando-se até ao luxo de contratar, por sua conta, empregados para auxiliá-los em suas tarefas de coleta de informações.

Algumas Agências são bem instaladas, com todo o conforto e apresentação necessários; outras, em locais acanhados, sem conforto, com problemas de goteiras, inundações, iluminação, ventilação, etc.

Alguns municípios têm dimensões reduzidas e facilidades de acesso, através de boas estradas, meios de transporte coletivo, etc.; outros são imensos, e apresentam dificuldades quase incontornáveis de acesso para um Agente que não disponha, como realmente não dispõe a grande maioria, de condução própria.

Alguns Agentes são muito solicitados para inquéritos especiais instituídos pelos Departamentos Estaduais de Estatística ou outros órgãos regionais; outros se limitam, ao longo dos anos, a coletar dados rotineiros das Campanhas Estatísticas Federais.

Alguns se preocupam em aperfeiçoar e atualizar suas próprias estimativas de produção agrícola, e de analisar ou criticar as estimativas fornecidas pelos informantes, mediante repetidas visitas, contagens e medições; outros se contentam em repetir as estimativas de anos anteriores, modificando-as apenas com base em opiniões empíricas e pessoais sobre as prováveis alterações ocorridas; outros, ainda, vão mais além e comunicam dados tais que não lhe acarretem pedidos de esclarecimentos, por parte dos órgãos encarregados de crítica e apuração.

Alguns Agentes são insistentes e firmes junto aos informantes que recusam ou protelam as informações; outros transigem, preocupados em não criar desafetos ou gerar um clima de a vontade para com sua tarefa.

Dentro da imensa extensão territorial brasileira, e da multiplicidade de municípios existentes, é natural e compreensível que ocorram tais divergências. Para elas concorre, de um lado, o reduzido apoio técnico e financeiro proporcionado pelo IBGE; de outro, a pobreza de nosso país e a ignorância e o despreparo de enorme massa de informantes.

O estudo da rede de coleta do IBGE, dada a diversidade de problemas que apresenta, e que não são os mesmos em todas as regiões do país, comportaria um exame aprofundado de uma equipe à qual não poderia faltar um sociólogo, tal a riqueza de aspectos humanos e sociais a serem considerados (FLANZER, 1966, p. 37-39, grifo nosso).

Assim visto, o quadro é triste, sendo a triste expressão da falência da concepção teixeirista de serem os agentes, antes de tudo, agentes de cultura, ou ainda, agentes de mudança. Outro ponto é a evidente falência do fundo via quota de

estatística, voltada a viabilizar a existências daquelas repartições municipais.[514] Sem olvidar, também, a falência na formação dos funcionários, através dos cursos sempre sugeridos (por diversas técnicas), mas raramente realizados. E, diante desse quadro, resultaria inevitável a sugestão da agregação das agências, surgindo as agências zonais, como logo virão no âmbito da Fundação IBGE (no ano seguinte).[515]

Formação e capacitação, o papel da ENCE

O aperfeiçoamento dos funcionários "não obedece a um plano sistemático, e se resume a providências esparsas de iniciativa de diversos escalões" (FLANZER, 1966, p. 89). Além disso, o curso livre de nível intermediário, que faria esse papel, muito em especial, não vinha "atingindo sua finalidade, principalmente pelo desinteresse demonstrado pelos funcionários do IBGE, que não vêem estímulo ou vantagem em cursá-lo" (FLANZER, 1966, p. 90). Por demais, "o curso de formação (nível superior) da ENCE não vem cumprindo sua finalidade de formar estatísticos para o sistema; dos 181 diplomados [em 10 turmas, até então] apenas uns 10 trabalham na Secretaria-Geral ou em outros órgãos integrantes do IBGE" (FLANZER, 1966, p. 89). "O Corpo Docente da ENCE se compõe de 45 professores, sendo 23 do Ensino Superior, e 22 do Ensino Secundário. Desse total, 27 são funcionários do IBGE e 16 são contratados" (FLANZER, 1966, p. 52).

O Curso de Bacharelado em Ciências Estatísticas (Curso de Nível Superior) tem quatro anos de duração, com o seguinte programa: 1ª série: Análise Matemática I, Cálculo de Diferenças Finitas, Cálculo de Probabilidade I; 2ª série: Análise Matemática II, Cálculo de Probabilidades II, Teoria das Matrizes, Probabilidades Geométricas, Estatística Documentária; 3ª série Inferência Estatística, Demografia, Processos Estocásticos, Análise Estatística, Estatística Descritiva; 4ª série: Tecnologia da Amostragem, Planejamento de Pesquisa, Controle de Qualidade, Análise das Séries Temporais, Estatística Aplicada. Aos bacharéis são oferecidos Cursos de Especialização, com a duração de um ano, por exemplo, Teoria Estatística, Bioestatística, e outros.

Era alto o nível do curso; com avaliações exigentes. Em média, para cada 100 alunos da 1ª série, apenas 66 iam para a 2ª, 28 iam para a 3ª, e apenas 20 se graduavam.

O Curso Técnico de Estatística, como o 2º Ciclo do Curso Secundário, em três anos, com o seguinte programa: 1ª série: Estatística Geral I, Geografia do Brasil, Ciências Físicas e Biológicas I, Português I, Inglês I, Matemática I, Desenho I, Educação Cívica I; 2ª série: Estatística Geral II, Ciências Físicas e Biológicas II, Português II, Elementos de Administração do Brasil, Inglês II, Matemática II, Geografia Humana do Brasil, Desenho II, Elementos de Economia I, Educação Cívica II; e 3ª série: Esta-

[514] A difícil questão da receita / despesa é tratada na seção 2.5, concluindo-se pela falência desse fundo, com a freqüente sublevação dos municípios.

[515] No contexto da estatística, o efetivo atingia a cifra de 7 250 pessoas. Desse total, 3 845 tinham posição regional, agências e inspetorias; cerca de 500 nos órgãos estaduais de estatística. Os órgãos federais associados carreavam 537 funcionários; além dos 1.062 diretamente posicionados na Secretaria-Geral; fora os 776 no censo, os 457 na gráfica, e os 73 na escola. A evolução do efetivo variou muito pouco ao longo do tempo, sendo mínima sua rotação, e baixos os salários.

tística Aplicada, Português III, História Econômica do Brasil, Matemática III, Elementos de Economia II, Ciências Sociais, Teoria e Técnica de Seguros, Direito Usual, Educação Cívica. (Até então, em oito turmas, 128 alunos haviam se formado).

O Curso Livre de Estatística (Curso de Nível Intermediário), em dez meses, voltado ao pessoal do sistema estatístico, tinha as seguintes matérias: Estatística, Português, Geografia, Matemática e Inglês. O Curso de Atualização, em três meses (uma hora e meia por dia), era de caráter informativo, cobrindo as seguintes matérias: Matemática Elementar, Noções de Estatística, Estatística Prática.[516] (Infelizmente, não há os números dos que fizeram algum desses cursos).



Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE.
Foto: Marco Santos

Problemas e deficiências

Descrita a situação presente (à época, claro), o relatório apresenta os problemas e as deficiências com que defrontava a atividade estatística brasileira. Não pretende ser uma "fotografia completa da atual situação da estatística brasileira", porquanto, para tanto, "cumpriria focalizar também os aspectos positivos, que não são poucos nem desprezíveis", o que não é feito às claras, contudo, "ficando entendido que estarão sendo implicitamente considerados na propositura de soluções tendentes a aprimorar o mecanismo de elaboração de estatísticas" (FLANZER, 1966, p. 107).

A questão da demanda insatisfeita, e o decorrente programa de trabalho, é o primeiro aspecto realçado. A ênfase, desde há muito, são as estatísticas econômicas, que não estariam atendendo às necessidades do planejamento. A criação de órgãos como o BNDE (atual BNDES), a SUDENE, e outros, ao longo do tempo recente, por fim, do Ministério do Planejamento, tornavam a demanda ampliada e diversificada, pondo em cheque o sistema estatístico em funcionamento.

> Ao ser criado, o IBGE aparelhou-se para produzir estatísticas em escala superior à procura que então se manifestava. Durante muitos anos, a oferta de dados superou a demanda, que se apresentava reduzida, imprecisa e dispersa. Com o pas-

[516] O relatório discrimina o programa das disciplinas de ambos os cursos, na seção 2.3.4.

> sar do tempo, a procura de estatísticas, sobretudo de caráter econômico, foi aumentando, gerando uma conseqüente pressão sobre o IBGE no sentido de atualizar seus métodos de trabalho (FLANZER, 1966, p. 107).

O processo de pesquisa seria frágil. Aos agentes faltavam condições de trabalho, como capacitação e treinamento (com manuais de instruções minuciosos). A divulgação seria lenta, e atrasada; e, pior, a menos da grande massa de dados coletados; sem olvidar, claro, a grave "falta de entrosamento e diálogo entre consumidores e produtores de estatísticas". Como reação, foram criados diversos "setores especializados em estatística, para obter informações de interesse específico", com óbvios desperdícios.

Seguem críticas às chamadas deficiências operacionais no processo de pesquisa, em suas várias etapas: começa por considerar o planejamento; segue pelas etapas de coleta, crítica e apuração; e encerra na divulgação (sem olvidar a análise). Vejamos, uma a uma, opiniões sobre essas etapas:

> Na prática não existe um planejamento centralizado para a elaboração das estatísticas nacionais. O Plano Nacional de Estatística é uma "colcha de retalhos" composta dos planos específicos das várias repartições centrais de estatística.
>
> O órgão encarregado desse planejamento e coordenação (a Junta Executiva Central do CNE) não cumpre essa tarefa porque (a) não dispõe de tempo suficiente, tal a quantidade de assuntos de caráter administrativo que é chamada a resolver, (b) sua composição não inclui, na medida conveniente, a participação de usuários das estatísticas a serem produzidas nem de técnicos encarregados da etapa de coleta. A CTRACE tem feito esforços no sentido de maior racionalização, porém com resultados limitados devido à sua reduzida autoridade.
>
> Ainda como causas da ausência de um planejamento harmônico das estatísticas nacionais, podem ser citadas as seguintes: (a) os órgãos centrais de estatística são obrigados, por força de dispositivos legais, a produzir determinadas estatísticas, independentemente da demanda para as mesmas, não lhes sobrando recursos ou tempo para projetar a produção de outras com maior procura; (b) a Junta Executiva Central parte do princípio igualitário de atribuir a mesma importância às estatísticas de interesse de cada Ministério, independentemente do maior ou menor interesse para o Planejamento e a Segurança nacionais; (c) vigora o princípio político de igualdade dos municípios, atribuindo-se igual importância aos levantamentos procedidos em cada um deles, quando se sabe que menos de 25% dos municípios, por exemplo, são responsáveis por mais de 95% da produção industrial (FLANZER, 1966, p. 110).
>
> A ausência de planejamento prejudica o bom resultado da coleta. Os questionários preparados, sobre terem, na maioria dos casos, um número excesso de informações em relação à posterior divulgação e análise, são muitas vezes entregues à rede de coleta com atraso ou sem explicações suficientes para sua utilização. Outra deficiência decorre da obrigatoriedade de levantamento de dados por município, o que levou o IBGE a instalar uma Agência em cada um deles. [...] O padrão intelectual do Agente é baixo, em média. Por vezes é semi-analfabeto e não cabe efetuar as quatro operações com desenvoltura. Muitos Agentes contam com mais de 20 anos de serviço, são idosos, cansados e acomodados. O IBGE não dispõe de recursos para proporcionar-lhes maior assistência técnica e social. Por vezes passam meses sem contato com a Inspetoria Regional a que estão subordinados. O deficiente balanceamento dos inquéritos, ao longo do ano, faz com que os Agentes tenham sobrecarga de serviço em certas épocas, prejudicando a qualidade, e grande ociosidade em outras épocas do ano. A legislação em vigor não faculta aos Agentes de Coleta a

> possibilidade de impor a obrigatoriedade de fornecimento de dados, e muito menos de verificação da veracidade dos dados informados (FLANZER, 1966, p. 111).

> A crítica dos dados coletados é feita, como regra geral, pelos mesmos órgãos encarregados da apuração, isto é, os Departamentos Estaduais de Estatística. Esses órgãos, integrantes do Sistema do IBGE, são subordinados tecnicamente ao Conselho Nacional de Estatística, mas administrativa e financeiramente dependem dos Governos Estaduais. A importância que os Governos Estaduais atribuem aos seus órgãos oficiais de estatística é variável. Na maior parte dos casos, entretanto, concedem-lhes verbas muito reduzidas, incompatíveis com o volume e importância das tarefas que lhe são atribuídas, por força da Convenção Nacional de Estatística. Como conseqüência, o pessoal é deficiente em qualidade e em quantidade. [...] A apuração, por sua vez, sofre sistemáticos atrasos. A capacidade dos órgãos apuradores é sensivelmente inferior ao material coletado pelas Agências Municipais. Tais atrasos conduzem a apurações paralelas nos órgãos centrais de estatística ou na própria Secretaria-Geral do IBGE, gerando duplicidade de esforços e resultados díspares. Outra deficiência, que merece ser comentadas, reside na inadequação e mau aproveitamento do equipamento mecânico ou eletrônico existente (FLANZER, 1966, p. 115).

> Os dados divulgados, além de não corresponderem aos que são mais insistentemente reclamados pelos usuários, não indicam com a necessária clareza os métodos e processos utilizados, as ressalvas, limitações, que aumentariam ao invés de reduzir, o grau de confiança nos usuários. Não há, por outro lado, pesquisas sistemáticas para determinar quais as informações, com que detalhe e periodicidade deveriam ser publicadas em edições de baixo custo e grande tiragem. (FLANZER, 1966, p. 120).

> A Secretaria-Geral do CNE dispõe de um órgão destinado a analisar as estatísticas produzidas pelo Sistema, o Laboratório de Estatística. A quantidade de trabalhos técnicos que produz, entretanto, é extremamente limitada pela falta de elementos capacitados; além do chefe, não dispõe o laboratório de nenhum funcionário com formação estatística superior. Devido às deficiências de pessoal o IBGE praticamente não produz nenhuma estatística derivada, que deveria ser o produto final de todo o processamento custoso e complexo de coleta, crítica, apuração e tabulação (FLANZER, 1966, p. 119-120, grifo nosso).

Em suma, o sistema perdera o rumo. E em pontos simples, que bem podiam e deviam ter sido mantidos atualizados. A vivacidade dos primeiros tempos, sempre em busca do novo, não pelo novo, mas pelo melhor, com cuidado e prudência, mas com determinação, mantendo viva a vida, acaba esmaecida, cristalizada na mesmice. O espírito inovador de *Teixeira de Freitas* ficaria esquecido, com perdas institucionais irreparáveis, a exigirem renovação profunda que logo viria no contexto da Fundação.

Antes de passar às sugestões de mudanças, contudo, será preciso considerar as deficiências estruturais, com ênfase na questão do quadro de pessoal, como segue:

> Cerca de 80% do pessoal do IBGE tem mais de 10 anos de serviço, e mais da metade conta com mais de 15 anos de trabalho. Esse fator, aliado à falta de estímulos, de perspectivas de acesso e melhor remuneração, reflete-se forçosamente numa baixa produtividade e desestímulo na aquisição de novos conhecimentos. A grande maioria dos estatísticos de carreira não é concursada, não tem curso superior ou mesmo estágios de informação em assuntos estatísticos. [...] Ao longo dos anos o padrão qualitativo do pessoal do IBGE vem decaindo de maneira sistemática, muito embora a quantidade total de servidores venha se mantendo praticamente estável.

> É muito deficiente o treinamento do pessoal do IBGE, o que vem agravar as dificuldades de recrutamento acima mencionadas. Praticamente não existe um programa sistemático de aperfeiçoamento de pessoal. A Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que pertence ao IBGE e [que] foi criada com o objetivo de formar técnicos para atender às necessidades do próprio Sistema, não vem cumprindo essa missão. [...] A ausência de formação e treinamento se faz sentir não só nos escalões superiores como também na base dos Sistema, isto é, na rede de coleta, que se ressente de uma orientação sistemática e uniforme (FLANZER, 1966, p. 121-122).

Outro aspecto de fraqueza estrutural apontado no relatório: a legislação orgânica do sistema. Um primeiro problema seria a gradativa presença do DASP na gestão do pessoal do IBGE, impondo restrições e interpretações inaceitáveis ao um "órgão eminentemente técnico e especializado como o IBGE". Um segundo problema seria a dualidade de comando presente em quase todas as etapas do trabalho, por exemplo, as agências e as inspetorias, embora com vínculos administrativos à Secretaria-Geral do IBGE, recebiam orientação técnica além dela, também dos órgãos estaduais de estatística; estes, a seu turno, embora com vínculos administrativos aos respectivos Governos Estaduais, recebiam orientação técnica do IBGE (com mais precisão, do Conselho Nacional de Estatística, por seus órgãos colegiados e executivos); os órgãos federais, embora com vínculos administrativos aos respectivos Ministérios, recebiam orientação técnica do IBGE (com mais precisão, do Conselho Nacional de Estatística). Um terceiro problema seria a fonte de recursos financeiros, bastante fragilizada com as freqüentes denúncias aos convênios municipais de estatística, e sem a respectiva compensação nos orçamentos públicos (federal, estadual e municipal). Um quarto problema seria a quase completa ausência dos usuários na definição do programa estatístico; afora a parca percepção da importância das estatísticas para o planejamento, por parte da massa da população, o que a leva a falsear ou mesmo sonegar as informações solicitadas (sem haver uma clara legislação de obrigatoriedade). Um quinto problema seria a crescente má qualidade das representações nos órgãos colegiados, dado que, mais e mais, as funções originais têm posição política e não técnica, ou seja, aquele membro do colegiado, por ser chefe daquele serviço federal ou estadual x ou z, chegou àquela posição por razões políticas e não técnicas, logo, no colegiado, não tem capacidade de argumentação nas questões técnicas tratadas.

Indicações de mudanças

A estrutura jurídica deveria responder aos seguintes requisitos: ampla autonomias técnica e administrativa, e flexibilidade financeira. Duas sugestões são apresentadas: primeira, ser tornado uma fundação; segunda, ser mantido como autarquia (mas com determinadas especificidades); como segue:

> a) Uma Fundação, com o único inconveniente de ser uma pessoa jurídica de direito privado, o que talvez seja conflitante com o âmbito e a responsabilidade da tarefa a executar, envolvendo não só problemas de planejamento e segurança nacionais, como compromissos com entidades internacionais.
>
> b) Uma Autarquia, tal como definida no anteprojeto de Reforma Administrativa: "Serviço autônomo, criado por Lei, com personalidade jurídica e receita própria,

> para executar serviços típicos da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada" (FLANZER, 1966, p. 127).

O órgão central do sistema deveria concentrar-se na elaboração das estatísticas demandadas pelo Planejamento e pela Segurança nacionais, compondo um chamado Plano Nacional de Estatísticas Básicas. E para garantir-se a eficiência dessa proposição, devia existir uma unidade de comando em todas as etapas do processo de pesquisa

> A experiência tem comprovado que não é suficiente a subordinação técnica à Secretaria-Geral do IBGE, se a subordinação administrativa (que envolve recrutamento, seleção, promoção, remuneração e estímulo ao pessoal) escapa à alçada do órgão de cúpula estatística.
>
> Assim sendo, entendemos que as estatísticas integrantes do Plano Nacional de Estatísticas Básicas devem ser de inteira responsabilidade do órgão central. Isso não implica na extinção automática dos Serviços de Estatística dos Ministérios e dos Departamentos Estaduais de Estatística. Continuariam eles, se de interesse dos respectivos Ministérios ou Estados, a existir para produzir as estatísticas de interesse particular não incluídas no PNEB e desde que não prejudicassem a obtenção dos dados nele considerados.
>
> Para evitar duplicidade de comando ou a superposição de esforços para obtenção de dados iguais ou semelhantes, deveria ser concedida exclusividade à União para legislar sobre matéria estatística, o que facilmente poderia ser obtido mediante aditivo à Constituição Federal.
>
> [...]
>
> Convém, por outro lado, pugnar para que o princípio preconizado de unidade de comando não represente rompimento tácito da atual cooperação interadministrativa, que vem existindo sob a égide da Convenção Nacional de Estatística e dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. É de todo o interesse dos governos federal, estaduais e municipais que essa cooperação persista (FLANZER, 1966, p. 128-129).

Caso se imponha uma estrutura descentralizada, então, diz o autor, a "solução lógica [seria] a subordinação do órgão máximo da Estatística à Presidência da República" (FLANZER, 1966, p. 129).[517] Entretanto, se vencida a proposta de centralização, como advogado no relatório, então o vínculo natural seria ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (como então era chamado).

Outro ponto básico apontado: o suporte financeiro. "A máquina estatística não pode continuar dependendo de receitas aleatórias e inconstantes", e diz ser "necessário garantir, de forma permanente, recursos para a elaboração de programas que, por sua natureza, só se justificam pela continuidade que se lhes atribuir". Pois como o vínculo ao orçamento fica sempre na "dependência da política econômica-financeira do Governo e da prioridade que as futuras administrações hajam por bem conferir às atividades estatísticas", então, "a solução mais prática parece ser a de vincular a receita

[517] O que esteve na lógica de origem do IBGE, quando, àquele tempo, impunha-se a descentralização, dado serem os registros administrativos, por natureza descentralizados, a fonte principal das informações necessárias à elaboração das estatísticas.

das atividades estatísticas a uma receita da União, que acompanhe, em termos reais, o desenvolvimento econômico do País, ou pelo menos seu crescimento demográfico" (FLANZER, 1966, p. 129-130). E lembra algumas propostas em circulação:

> Em 1959 foi apresentado pelo Deputado Lino Braun projeto criando o "Fundo Nacional de Estatística", constituído de uma taxa adicional de 10% incidente sobre os produtos compreendidos nos incisos da Tabela "D", alínea XXIV – Fumo, a qual substituiria o tributo municipal que mantém os serviços nacionais de estatística municipal. [...] Outra proposta, esta do Deputado A. Antunes de Oliveira, através do Projeto nº 3.112, de 1957, preconiza a criação do adicional de 3% sobre o Imposto sobre a Renda (pessoa físicas e jurídicas), com a mesma finalidade. Recomendamos a adoção de uma dessas medidas, ou outra que lhes seja equivalente (FLANZER, 1966, p. 130).

Para garantir o sucesso dessas medidas, a política de pessoal devia ser mudada inteiramente. Primeira proposta: do pessoal existente só os qualificados permaneceriam, havendo recrutamento para complementar as necessidades. Segunda proposta: as remunerações seriam compatíveis com as práticas de mercado, de modo a contar-se com pessoal de elevado nível, e se conseguir mantê-los em atividade. Terceira proposta: o treinamento do pessoal do quadro seria sistemático e permanente, de modo a criar-se "uma padronização e uma uniformização de idéias dentro da Instituição", e mais: "a atividade de treinamento deverá possuir, mais que um programa definido de trabalho, um órgão que se encarregue de sua execução" (FLANZER, 1966, p. 132).

Outras medidas sugeridas. Os usuários deviam ser ouvidos mais e mais vezes e sempre melhor, advogando a realização periódica de seminários de estatística, como o de 1958. Uma intensa campanha, sistemática e permanente, em favor da imagem da estatística devia ter lugar. As estatísticas censitárias e as estatísticas contínuas deviam ser mais e melhor entrosadas. As agências de estatística nos municípios deveriam ser agrupadas, perdendo a dimensão municipal; devia haver maior controle dos trabalhos. As inspetorias técnicas deviam ganhar outros papéis, de modo a serem efetivas como ligação entre as agências e a cúpula do sistema. As técnicas de amostragem deveriam ser introduzidas mais enfaticamente, em mais temas. O processamento eletrônico de dados devia ser centralizado, de modo a melhorar a utilização dos recursos.

Pontos finais

Passados 30 anos (1936-1966), findou-se um ciclo de vida.

O IBGE que saíra da pena (e da mente, é claro) de *Teixeira de Freitas*, e por ele fora conduzido, orientado, e, quando necessário, defendido, enquanto viveu, deixaria de existir. Mudaria muita coisa, logo: seu regime jurídico, sua estrutura, algumas concepções fundamentais, mas ficaria seu espírito, ficaria a mística ibgeana.

De um órgão *sui generis*, das três esferas políticas, a federal, a estadual e a municipal, e, por isso mesmo, estando vinculado à Presidência da República, passaria à influência do Ministério do Planejamento, e se tornaria uma entidade federal, regida por leis federais. Saía de cena a "federação de repartições".

O programa estatístico mudaria a fundo, surgindo o domínio dos usuários, máxime, o demandante das estatísticas econômicas. E assim ficou sendo, enquanto vigorou o contexto nacional do planejamento; por ele, houve um ordenador da demanda, sendo visível a figura do usuário. E viriam outros 30 anos (1966-1996).

De um sistema estatístico, descentralizado e desconcentrado, no qual o âmbito nacional resultava da federação, sairia um sistema estatístico centralizado e concentrado, no qual o âmbito nacional emergia da atuação direta do IBGE; antes de tudo, passou a existir um sistema ibgeano.

Nesse sistema ibgeano, os órgãos estadual e o municipal, perdem espaço, e se eram fracos e voláteis, mais ainda o tornam. Perdem as estruturas colegiadas de discussão, onde os direitos eram conquistados ou reconhecidos, e os deveres eram assumidos. Onde os esforços seriam conjugados.

A coordenação colegiada cede lugar à vontade ibgeana. A condução do programa estatístico, que expressa os desejos dos usuários, é unificada na estrutura ibgeana. Todas as etapas das pesquisas que respondam pelo programa estatístico (ou plano geral) são articuladas na intimidade ibgeana.

Por justiça histórica, há de se lembrar que inúmeras dessas modificações foram postas em debate ao longo do tempo, desde muito cedo. Algumas ganharam implantação, ao passo que outras foram adiadas à melhor ocasião. Pois, várias delas, agora chegava o momento de implantação, ganhando maturidade.

E se teria o fôlego da Fundação IBGE.

Criação da Fundação
(c.1967 - c.1972)

PARTE 4

O surgimento da Fundação IBGE, 1967.
A Presidência Sebastião Aguiar Ayres
(primeiro ibgeano na função)

Capítulo 23

Era óbvia, àquela altura, a mudança na concepção da instituição que resultara da inspiração e pregação contínua de *Teixeira de Freitas*; o IBGE mudaria, sem dúvida. E logo viria sua alteração na Fundação IBGE; um novo tempo.

Aquele caráter *sui generis*, que lhe marcava a existência, logo seria passado; aliás, em vários pontos já era mesmo passado: seu caráter de consórcio de repartições, fruto do famoso princípio interadministrativo, esmaecera, e se perdera na burocracia, pouco a pouco vinha sendo um órgão federal, um órgão comum, como outros, sem efetiva condição de coordenar, por fim, já não mais estava vinculado à Presidência da República. No seu interior, seu quadro de pessoal crescera e perdera autonomia, e, máximo problema, perdera a qualidade; já não possuía agências em inúmeros municípios; o programa estatístico não satisfazia, máxime as estatísticas econômica, vale dizer, não atendia às demandas do planejamento. Seus recursos minguavam, com o quase final do fundo (selo, cota) de estatística.

Em 1958, no contexto do Seminário de Estatística, as críticas foram feitas, e as sugestões de mudanças foram postas. Em 1962, aberta aquela trilha, viriam as críticas e as sugestões de um Grupo de Trabalho. Em 1964, sem sair desse caminho, *Tulo Hostílio Montenegro*, um dos próceres da tradição ibgeana, então no IASI, é chamado a analisar o sistema estatístico brasileiro, e oferecer sugestões de mudanças. Como ponto final desse ciclo, logo viria em 1966 o relatório de *Henrique Flanzer*, como figura de destaque no planejamento. Assim, havia uma massa crítica, faltando somente formalizar as mudanças advogadas; e não tardará o Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, que autorizou a formação da "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística", e que viria na senda aberta pelos debates da reforma administrativa.[518]

Ao apagar das fracas luzes do IBGE...

... a presidência é ocupada por técnico ibgeano. Primeiro ibgeano na função, no IBGE desde 1942, *Sebastião Aguiar Ayres* toma posse a 4 de abril de 1967, então, depois da criação da Fundação IBGE, mas ainda sem estatuto, que só viria em agosto seguinte. Então, a 6 de setembro é empossado Presidente da Fundação IBGE, ficando na função até 24 de março de 1970, quando, então, viria *Isaac Kerstenetzky* (numa longa e profícua presidência). Dessa forma, o novo ciclo, que tanto prometia, e tanto

[518] Não obstante o Decreto-Lei nº 200, que legislou a reforma administrativa só ter vindo 13 dias depois (em 25 de fevereiro) da criação da Fundação IBGE, é nele que ela se inspira. O relatório de Henrique Flanzer, analisado no capítulo anterior, utiliza o anteprojeto daquele famoso decreto-lei para propor um perfil novo para o IBGE. A razão do decreto-lei que constituiu a Fundação IBGE ter saído antes nos é desconhecida, mas pode ser algo prosaico, e não deve ter maior importância.

realizaria, trazia um ibgeano ao comando, prática, contudo, que cairia em desuso, só se repetiria 35 anos depois, com *Eduardo Pereira Nunes*, em 2003.

Mas, antes de tratar da assunção de *Sebastião Aguiar Ayres*, voltemos um pouco no tempo, e tratemos dos finais da gestão *Senna Campos*. Antes do mais, sua saída da presidência é misteriosa, e mesmo paradoxal, não havendo registros das razões. Pois, como chegou àquela função? Ele o diz assim, em 29 de maio de 1965, aos 29 anos do IBGE, ao discursar na tradicional solenidade: "Aqui vim ter de surpresa, nomeado inicialmente pelo então Presidente Mazzilli, por indicação do Sr. Ministro da Guerra, Chefe Supremo da Revolução de 31 de março e. logo depois, confirmado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Castello Branco" (29º..., 1965, p. 47). Ora, aquele Ministro da Guerra era agora o presidente da República...

Sim, a 15 de março de 1967, outro general empolgava a presidência, *Costa e Silva*[519]; por que, então, não o mantivera na presidência do IBGE? Não existem registros (ao que sabemos). *Hélio Beltrão*, que assumira o Ministério do Planejamento, não mais ministério extraordinário, talvez quisesse qualificar a presidência para as mudanças técnicas futuras, e *Senna Campos* não atenderia ao requisito técnico; e talvez tivesse poder para tanto... preterir um general. Mas, por que escolheria *Sebastião Aguiar Ayres*, já que havia outras pessoas? Talvez as razões sejam simples, por exemplo, ser ele, então, o Secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística, e ter uma história como técnico ibgeano já, à época, de 25 anos; talvez privassem de relacionamento...

Não importa realmente. De fato, saía *Senna Campos*, em abril de 1967 (no cargo desde abril de 1964). Naquela já referida solenidade, a 29 de maio de 1965, faz um relato de gestão, como é comum fazer-se. As realizações enumeradas, por terem a forma de retalhos, não têm elos, e não facilita uma avaliação cuidadosa; por isso não lhes daremos destaque. Contudo, há algumas sentenças, que dão bem a tônica de sua gestão, e expressam respeito ao IBGE, como segue:

> ... a crítica dos descontentes tem se firmado na falta de dados exatos, atuais e em volume capaz de permitir que os planejadores cumpram as suas tarefas; ou, então, na falha das apurações do Censo de 60 que, dizem, 5 anos depois de realizado, ainda não forma publicados os resultados respectivos. Ainda à margem dessas reclamações, em parte justas, encontramos a ação dos elementos insatisfeitos que foram contrariados em suas pretensões, ou sofreram penas disciplinares, por faltas enquadradas nas disposições legais.[520]
>
> Aos primeiros, os planejadores, dados a devida satisfação pois que, se nem tudo corre como se poderia desejar, muitos dados já foram apurados e publicados, e talvez a ignorância de alguns e a má-fé de outros tenham motivado exteriorizações não raro lançadas por quem ignora, completamente, o que sejam as atividades do IBGE e como o seu complexo sistema funciona em todo o País. A esses diremos

[519] Uma nova Constituição fora promulgada a 24 de janeiro de 1967.

[520] "Iniciamos dura campanha no sentido da recuperação de 150 funcionários que estavam, por vários motivos, afastados do IBGE. A despeito da relutância encontrada, alguns resultados positivos foram conseguidos, pois a Circular nº 2, do início deste ano, aprovada pelo Sr. Presidente da República, creio até que em decorrência da firme atitude de nossa parte naquele sentido, concorreu para que muitos servidores voltassem ao ninho antigo maldizendo, certamente, aqueles que os fizeram incorporar-se novamente aos menos protegidos da sorte, que aqui ficaram sem requisições, sem vantagens e sem maiores possibilidades. [...] Destituímos Inspetores Regionais que, apadrinhados por políticos, comprometiam as atividades da instituição; exoneramos subversivos e desonestos; punimos alguns faltosos e, com isso, tornamo-nos alvo de imprecações dos descontentes e prejudicados" (29º..., 1965, p. 44).



Posse de Sebastião Ayres, com Helio Beltrão, à direita.

> que medidas estão sendo postas em prática, no CNE como no SNR, para, em curto prazo, serem sanadas, dentro do razoável e do possível, as deficiências porventura existentes. Aos demais não interessam esclarecimentos honestos, pois que só se movimentam em busca de proveitos pessoais nem sempre confessáveis.
>
> Quando se diz que as nossas estatísticas são falhas e inatuais, preciso é que se levem em conta as responsabilidades de todo o sistema estatístico e não somente do IBGE, pois alguns Ministérios e a maioria dos Estados claudicam no cumprimento das tarefas que a respeito lhes cabem. [...] A luta tem sido diária e pertinaz atraindo, a cada passo, antipatias gratuitas, malquerenças e até maus olhados dos insatisfeitos. Dias atrás escapei de ser excomungado..., mas no fim, predominou a compreensão e o bom senso. Entendo que, sendo elemento estranho ao IBGE, tenho condições para assim proceder, e dessa forma pautando a minha ação, estou defendendo os interesses de uma instituição por todos os títulos merecedora de minha desvelada dedicação[521] (29º..., 1965, p. 46-47).

Bem outro aquele General, *Senna Campos*, diverso do General *Polli Coelho*, a lançar aleivosias à instituição, na crise de 1951-1952. A tônica em seu discurso, também seria a de *Mário Ritter Nunes*, em sua oração, e, por ser um técnico, com mais ênfase:

> Diante das reiteradas e, quantas vezes?, injustas críticas a esta nobre Instituição, faz-se necessário que alentemos com nossos aplausos e nossos votos os que nela emprestam a melhor de suas energias e a maior e mais valiosa parcela de sua vida. Diante das peculiaridades geográficas, demográficas, econômicas, sociais e culturais do Brasil, a obtenção de resultados estatísticos faz-se difícil, penosa, nem sempre de modo genérico e plenamente satisfatório. Conseguidos os resultados, poucos, muito poucos, mesmo entre os que se dizem conhecedores ou técnicos na matéria, conseguem perceber o trabalho e o esforço que se alinham nas colunas das tabelas ou que se apresentam nas razões das análises estatísticas.
>
> E que fundamento podem ter essas críticas, generalizadas e constantes, ao IBGE? Os que as enunciam ou veiculam nem sequer parecem conhecer o próprio

[521] "Recebi o IBGE como um todo, altamente conceituado, aqui como alhures e me baterei firmemente para mantê-lo unido, reorganizado e eficiente. Não responderemos a ataques, venham do alto ou de baixo, da direita ou da esquerda, nem alimentaremos polêmicas a cada passo. Antes, apresentaremos trabalho honesto, útil e certo" (29º..., 1965, p. 44).

IBGE, em suas múltiplas atividades. De fato, sem considerar a ala geográfica, como sistema de órgãos que se distribuem por todas as órbitas administrativas do País, quantas preciosas informações estatísticas esses órgãos vêm prestando aos governos, regional e municipal, tão úteis ao equacionamento e à solução de seus problemas específicos?! Mais ainda: quantas centenas e muitas centenas de tabelas e informes são fornecidos a interessados – pessoas, empresas, repartições governamentais, senão também aos mesmos críticos – sobre os mais diferentes assuntos e épocas, de caráter nacional, regional ou local! Quantas publicações, de natureza cultural ou estatística, foram e são distribuídas por todo o Território Nacional ?! Quantos cursos foram e são ministrados, visando à preparação e ao aperfeiçoamento de técnicos ?! Quantas obras, quantos trabalhos, quantas realizações, quantos esforços tentam denegrir e anular?! Esses cachações da injustiça e essas chicotadas da incompreensão só as recebem os que produzem.

Mas, ao IBGE, não cabe debruçar-se sobre os louros já obtidos, com ouvidos moucos a quantos o ofendem. Muito ao contrário, cumpre-lhe, e cada vez mais, suprir deficiências de épocas menos produtivas e de rotinas a serem modernizadas. Se, entre tantas outras louváveis, algumas administrações passadas comprometeram-lhe o ritmo de produção, mais do que nunca deve obrigar-se a aprimorado zelo em favor da reafirmação do crédito com que a glória o festejou.[522]

O Brasil obedece a uma cadência acelerada em seu desenvolvimento. Sob dinâmica sem precedentes na história, o País se vem preenchendo de novo conteúdo econômico, passando daquele progresso reflexo de outros povos para um crescimento muito seu, autocomandado, vertiginoso e irradiador, com tendências centrífugas para o exterior.

A estatística, isto é, o IBGE, em conseqüência irrecorrível, tem de radiografar a equação existencial da nossa época, em cada momento de transição, em cada aspecto da nova conjuntura, para facultar a terapêutica adequada a qualquer distorção do sistema econômico. [...] Novos métodos, flexíveis e rápidos, atenções novas para situações mais importantes, concentração de esforços para campos de atividades produtivas, são imposições do momento por que atravessa o País. [...]

Conforta-nos a constatação de que esforços estão sendo desenvolvidos e postas em prática medidas no sentido de corresponder às necessidades atuais de dados estatísticos. Tornando rápidas e maleáveis, segundo técnicas modernas, as suas indagações, o IBGE adaptar-se-á às exigências do País e robustecerá seu crédito junto aos técnicos, interessados e público em geral. Formulemos votos por que esse ideal, já em fase de concretização, seja muito breve alcançado, para maior tranqüilidade e ufania nossa (29º..., 1965, p. 42-43, grifo nosso).

E afirma, convicto: “Senhores, nós passaremos um dia, mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística permanecerá”, e conclui, dizendo emocionado: “Desvelemo-nos abnegadamente por ele, que, assim, intacto e majestoso no porvir, seja brilhante epitáfio a nossos esforços por intermédio do qual a posteridade nos bendirá” (29º..., 1965, p. 43). E o foi, e é; o IBGE mudou, tornou-se Fundação, mas, afora a mudança de condição jurídica, e as decorrentes mudanças técnicas, em nada

[522] “O nosso IBGE, atingida a maioridade, experimentou as refregas todas de que a vida é pródiga. As paixões, com seu cortejo lúgubre, ulceraram e criaram incompreensões na pacífica unidade de seus filhos-servidores; a voragem política trouxe-lhe fases amargas e de triste lembrança; a demagogia já entrecortou seu passado de episódios medíocres e negativos; as circunstâncias do quotidiano investiram contra suas brilhantes tradições; os ventos da vida, enfim, crestaram-lhe a existência. A tudo o nosso IBGE resistiu. E hoje, como nau que vem de procela, navega em águas mais tranqüilas, mas com velas um pouco rotas e com as escaras no costado. A tripulação, a volorosa tripulação dos que lhe seguem na sorte e dos que lhe garantem as vitórias, vela pelo seu passado e continua disposta a mais o agigantar no futuro” (29º..., 1965, p. 41).

mudou a paixão dos seus técnicos. A mística ibgeana figurada por *Teixeira de Freitas*[523] permanecia, e talvez mesmo se fortalecia.

Ao acender dos holofotes da Fundação IBGE...

... como visto, assumira o comando *Sebastião Aguiar Ayres*. Ao tomar posse, naquele primeiro momento, a 4 de abril de 1967, tendo ainda o velho título de "Presidente do IBGE", assim expressa suas intenções de trabalho:

> Sem embargo do muito que foi realizado neste último triênio, o problema maior do IBGE consiste, ainda, em alcançar produção atualizada ao nível da demanda – nos setores estatístico e censitário, nas áreas geográficas e cartográfica, no âmbito da formação de profissionais e aperfeiçoamento dos técnicos exigidos pelos trabalhos a serem realizados. [...] Há que reconhecer as falhas e deficiências, com humildade e acentuado senso de responsabilidade. Indispensável se torna reunir esforços, com tenacidade, e buscar as soluções adequadas, com perseverança. O inconformismo com a estagnação e a rotina, que caracterizou a primeira fase da vida do Instituto – quando idéias novas e fecundas introduziram, gradualmente, na estrutura da entidade, modificações reclamadas pelo seu ajustamento às realidades de então – já se vem fazendo sentir de novo no reconhecimento da necessidade de substituir idéias ultrapassadas no encaminhamento corajoso de soluções para os problemas da atualidade.
>
> Sensibiliza-me, assim, a perspectiva, prevista em Lei, de transformar-se o IBGE em uma Fundação de direito público, com estrutura mais condizente com as reais necessidades para o desempenho de suas relevantes tarefas, dotada da necessária flexibilidade administrativa, que permita à entidade competir no mercado de trabalho, recrutando os elementos especializados de que carece, e possibilite melhores oportunidades ao seu quadro de pessoal, sem as limitações de natureza meramente burocrática. A Fundação IBGE, em cuja estruturação todos nos empenharemos, em consonância com a orientação que for traçada pelo Governo Federal, há de oferecer a esse mesmo Governo, com atualidade, os levantamentos estatísticos e geográficos de que necessita para promover renovados programas de ação, reclamados pelos superiores interesses da nação. Programas esses intimamente vinculados ao processo de desenvolvimento socioeconômico do País, a ser conduzido nesta segunda fase do Governo da Revolução, e cujo planejamento e coordenação geral, por sábia inspiração de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, foram confiados à inteligência e ao descortino do Exmo. Sr. Ministro Hélio Beltrão (POSSE ..., 1967, p. 63-64, grifo nosso).

Ao final do discurso, diz que os novos caminhos seriam trilhados sem titubeios, "com aquele espírito ibgeano que teve em Teixeira de Freitas seu mais lídimo representante"; pouco antes, ao dar-lhe posse, *Hélio Beltrão* dissera de sua alegria em estar na "casa de Teixeira de Freitas" (POSSE..., 1967, p. 63-64). Curiosa essa invocação a *Teixeira de Freitas* que, por certo, não aprovaria toda aquela mudança, mesmo sendo afeito a mudanças, atualizando seu pensamento, e mantendo-o afinado ao mundo real; era um idealista, mas também um realista, sem dúvida.

Pouco depois, a 29 de maio, aos 31 anos do IBGE, semelhante referência a *Teixeira de Freitas* virá à tona no discurso de *Sebastião Aguiar Ayres*. Tenhamos presente um trecho dele, por duas razões: primeira, não deixar dúvidas à preocupação de vin-

[523] "Por proposta do sr. Rubens Porto, verificou-se um minuto de silêncio em homenagem ao idealizador e fundador do IBGE, Mário Augusto Teixeira de Freitas, e aos demais ibgeanos mortos" (29ª..., 1965, p. 41).

cular-se as mudanças ao idealismo de *Teixeira de Freitas*, ao seu espírito; segunda, por nos oferecer uma síntese do estado do órgão, então, apresentado como justificativa para as mudanças. As mudanças seriam inevitáveis, e *Teixeira de Freitas*, vivo fosse, as estaria fazendo para manter operante (viva) a instituição por ele configurada.

> Se nos reportarmos às origens do IBGE, veremos que as razões que levaram o Governo, naquela época, a dar corpo à construção idealizada por Teixeira de Freitas e seus companheiros de lutas, foram as deficiências que impossibilitavam ao País em fase de renovação, nos anos que se seguiram ao movimento revolucionário de 1930, o conhecimento de suas realidades básicas. O IBGE surgiu para corrigir essa falha fundamental de uma Nação que procurava expandir-se e que se via tolhida, a cada passo, obrigada a tatear, pela inexistência de dados estatísticos essenciais, bem como de seguros embasamentos cartográficos e estudos geográficos, indispensáveis à ação realista dos governantes. A grande tarefa confiada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi a de suprir os altos poderes da República desses elementos indispensáveis à formulação dos planos de governo, além de orientar a iniciativa privada e o público em geral sobre as verdadeiras dimensões físicas, demográficas e socioeconômicas do País.
>
> Desobrigando-se dessa tarefa, o nosso IBGE realizou esforços incomuns para atender ao que dele se esperava e mesmo se exigia. E releva notar, nesta oportunidade em que nos reunimos com júbilo nos corações para festejar o transcurso de mais um ano de sua existência, o ineditismo de sua organização, exemplo único, com efeito, no Brasil e no estrangeiro, caso especialíssimo em nossa vida administrativa, que lhe valeu a honrosa classificação de "sui generis". Consistia, basicamente, essa originalidade, num sistema de cooperação das três esferas da administração brasileira – a federal, a estadual e a muncipal – que delegavam atribuições suas ao Instituto. Convênios firmados entre o IBGE, como órgão de âmbito nacional, e as administrações regionais, acionavam o funcionamento do caprichoso mecanismo ibgeano. Somente dessa maneira foi possível obter adequação do órgão às finalidades previstas, dentro do contexto nacional de época, porque a Constituição então vigente não determinava qual dos poderes tinha competência para legislar sobre os assuntos estatísticos e geográficos.
>
> Em nenhum instante, nos primeiros anos de vida da entidade, os idealizadores do Instituto se quedaram em atitude de conformismo, de inércia contemplativa, ante a necessidade de evoluir, de colocá-lo sempre ao nível do melhor desempenho possível de seus encargos. Preocupava-os incessantemente o imperativo de renovação e aperfeiçoamento. No espírito e na vontade deles, o IBGE deveria conservar a mesma aptidão, as mesmas virtualidades imaginadas quando de sua origem, e constantemente reclamadas para a consecução dos fins almejados. Relembro aqui, e com emoção, a perene insatisfação, as inquietações de Teixeira de Freitas, sua busca ansiosa e férvida na direção do que fosse mais conveniente modificar, na Casa que idealizara e erguera, para que ela pudesse alcançar seus altos desígnios e assim cumprir o dever para com a Nação.
>
> Para ele a perfeição era inalcançável no plano das atividades humanas. Por isso, estava sempre a persegui-la; por isso, estava sempre a exigir mais. Os que o conheceram de perto, os que tiveram aventura de privar, cada dia, na intimidade desta Casa, com o grande idealista e infatigável batalhador, sabem do esforço imenso, superior talvez às suas próprias forças físicas, por ele despendido para não deixar o Instituto estagnar-se, esgotar-se das capacidades de que fora dotado, ao nasce.
>
> Assim, quando se fala na fidelidade às origens do IBGE, o que se deve ter em vista, acima de tudo, é a fidelidade aos seus objetivos, a fidelidade ao principio de evolução permanente, a fidelidade à luta contra a rotina e a estagnação. Esse, o fogo sagrado que teremos de manter aceso e vivo.

> Para sermos fiéis às origens da entidade, teremos de velar para que ela se mantenha apta a executar, da melhor forma e com a maior presteza, tudo quanto lhe compete. E antes que, de fora, venham as iniciativas de transformação, de atualização de métodos e processos, tenhamos nós mesmos isenção para, através de uma lúcida autocrítica, promover as readaptações que se tornarem imprescindíveis ao bom funcionamento do sistema, a fim de que a entidade consiga recolocar-se à altura de reclamos que já não são novos, que cresceram e se avolumaram em premências evidentes e imperiosas, nos últimos dez anos (DIA ..., 1967, p. 162-163, grifo nosso).

Da origem àquele presente, é a tônica do discurso, os fundadores e os seguidores deram atenção à continuação da atualidade institucional. A evolução lhe seria a marca de origem, evolução para jamais fazer-se imperativa uma revolução, com suas rupturas não raro deletérias. E aquele instante, ao figurar-se a Fundação IBGE, estar-se-ia evoluindo, e não revolucionando. Pois, desse ponto em diante, *Sebastião Aguiar Ayres* passa a avaliar o estado vigente, e a realçar o imperativo das mudanças. Sua síntese é oportuna, em si, e porque recupera a essência dos capítulos vistos na seção anterior.

> É indiscutível que o brilhante período inicial da vida do Instituto, caracterizado por iniciativas corajosas e realizações fecundas, que marcavam a evolução constante da instituição e de seus trabalhos, foi sucedido por outro, em que os impulsos inovadores vieram perdendo o vigor, até chegar-se à situação difícil que o sistema ibgeano passou a enfrentar a partir da época que se situa em redor de 1958. Com efeito, desde então se foi distanciando a produção do sistema estatístico-geográfico das necessidades do mercado consumidor. Enquanto decrescia o ritmo do desenvolvimento dos diversos setores do sistema produtor de estatísticas e de estudos geográfico-cartográficos, avultava a taxa de incremento das solicitações de um país em fase de intenso desenvolvimento.
>
> Nesse mesmo período, talvez desde pouco antes, a organização federativa do Conselho Nacional de Estatística foi perdendo, gradualmente, a característica intergovernamental, que está na base da organização da entidade, a qual passou a ser, de fato, órgão integrado na administração federal, com o enquadramento do seu pessoal e de suas normas de trabalho no regime do serviço público federal. À antiga liberdade de estruturar seus órgãos e mobilizar seu pessoal, que seria "todo ele admitido por contrato, em regime industrial", nos termos do Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, sucedeu o regime do funcionalismo público, inclusive quanto a carreiras, salários, enquadramento e readaptações.
>
> Na verdade, como assinala em recente relatório ilustre estatístico brasileiro, "o Instituto veio perdendo aquela condição jurídica inicial de autarquia 'sui generis' para finalmente ser entendido como órgão integrado na administração pública federal, caracterizado como está, no momento, como autarquia mesma do Governo da União".
>
> Os últimos anos assinalaram, no Brasil, notável florescimento das atividades de planejamento econômico-social e de identificação e interpretação da realidade nacional, bem como da organização de entidades destinadas a promover o desenvolvimento regional, tudo isso ligado ao processo de implantação ou fortalecimento de amplos setores da produção econômica. Nova mentalidade de planejamento passou a presidir a ação do Governo Federal, repercutindo com intensidade cada vez maior nas órbitas de ação estadual e privada. Acentuou-se, destarte, a demanda de informações estatística e geográfico-cartográficas, que passou a exigir do sistema estatístico o aperfeiçoamento dos levantamentos de rotina e a realização de importante elenco de levantamentos novos. E a entidade não estava em condições, nessa época, de atender ás solicitações dos usuários, quer da área governamental, quer no setor privado (DIA ..., 1967, 163-164).

Daí ao final, faz um balanço dos relatórios havidos em 1958, em 1962, em 1964, e em 1966, como vistos em capítulos anteriores. Por demais, realça como grande desafio a "falta de técnicos de nível superior", como peça chave para "encontrar o caminho de uma produção regular, fruto de atividade normal e correspondente às necessidades dos círculos consumidores de informações estatística e geográficas". Manifesta o tamanho daquele desafio, "porque pessoal técnico cuidadosamente preparado não se improvisa; exige treinamento, cursos especializados; requer tempo", e conclui: "teremos, portanto, de acionar desde logo o processo de aperfeiçoamento e formação de técnicos, sob pena de o iniciarmos tarde demais", fazendo uma chamada às atividades da ENCE:

> E para isso contamos com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que saberá corresponder à nova conjuntura, participando, com eficiência, do programa de aprimoramento do nível técnico dos profissionais da estatística, e preparando-se para colaborar em outros programas vinculados à área geográfico-cartográfica. Confiamos em que não estará longe o dia em que a ENCE, convenientemente aparelhada, virá a exercer a liderança, em nosso Continente, na formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico de que precisamos e de que carecem também os demais países da América Latina (DIA ..., 1967, p. 167).

Valdecir Freire Lopes trata do IBGE

Antes de passar à análise da legislação que constituiu a Fundação, valerá trazer à luz uma outra avaliação do sistema estatístico, de ótimo conteúdo, mas sobremodo importante pelo esquema de análise que oferece. Terá sido feita ao findar de 1966, ou início de 1967, quando foi finalmente publicado na *Revista Brasileira de Estatística*; veio de antigo ibgeano, *Valdecir Freire Lopes*.



Valdecir Lopes, em 1939, ao tempo em que era perfurador de cartões para o computador. Mais tarde, viria a se tornar um pensador da Estatística no IBGE.

Começa falando da crítica pela crítica, sem maior intenção de se implantar as transformações, para além de sugeri-las. O fato, inquestionável, é que os relatórios de 1958, de 1962, de 1964, e de 1966 são isso, na essência, olhares críticos, em geral severos, e só às vezes cientes das razões. As sugestões deles contidas, não raro careciam de viabilidade de implantação, até por seus autores não trazerem vivência do cotidiano da atividade estatística, o que ficava agravado sobremodo pela complexidade do sistema estatístico idealizado e realizado por *Teixeira de Freitas*.

> Muito se tem falado, nestes últimos anos, a respeito das deficiências das estatísticas nacionais. Tornou-se já lugar comum dizer que essas não atendem às necessidades do País, e em geral se vai mais longe mediante a associação direta entre as deficiências e a ineficácia do próprio sistema estatístico. [...] Aceito que existem deficiências, mas devo acentuar, antes de analisá-las, que não tem sido muita nem grande a contribuição recebida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística daquelas instituições que mais o poderiam ajudar (LOPES, 1967, p. 27).

Outro ponto que realça é o não serem problemas apenas brasileiros, mas sim o serem quase todos gerais: “as causas das deficiências de nossas estatísticas, como das de qualquer país pouco desenvolvido, são geralmente da natureza estrutural, decorrente de deficiências situadas em outras áreas, e que somente poderão ser sanadas quando aquelas também o houverem sido” (LOPES, 1967, p. 27).

Então, isso posto, enumera, como cerne do texto, duas ordens de fatores: os que afetam “a estrutura e o funcionamento dos serviços nacionais de estatística”, e os que afetam “a produção estatística nacional”; com os seguintes desdobramentos:

Fatores que afetam a estrutura e o funcionamento dos serviços nacionais de estatística:

1. Estruturais diretos:

• Legislação estatística e seus mecanismos de execução

• Coordenação entre os serviços que constituem o sistema estatístico nacional

2. Estruturais indiretos:

• Consciência da importância da estatística

• Condições gerais da administração pública

3. Operacionais:

- Organização dos programas nacionais de estatística
- Recursos financeiros e sua aplicação
- Administração de pessoal
- Recursos materiais

Fatores que afetam a produção estatística nacional:

1. Do ponto-de-vista da adequação e expansão:

- Necessidades dos consumidores de estatísticas
- Insuficiente uso de modernos métodos de pesquisa
- Deficiente tabulação da informação estatística

2. Do ponto-de-vista da qualidade e oportunidade:

- Recursos humanos
- Recursos materiais
- Avaliação da informação estatística
- Fontes de informação estatística

O texto segue fazendo anotações sobre todos os temas. Sobre dois deles há de se marcar o escrito: primeiro, sobre as necessidades dos consumidores, quando realça os conflitos de linguagem, enfim, a dificuldade de promover-se as chamadas traduções, por exemplo, no diálogo entre Economistas e Estatísticos; ou seja, quando aquele fala em “produto bruto”, em “bens e serviços disponíveis”, em “produto *per-capita*”, e outras expressões, os Estatísticos não lhes captam a essência, muito menos sabem como mensurá-las; curiosamente, estava-se no limiar de uma estreita trajetória de acomodação entre esses dois profissionais, os Economistas e os Estatísticos. Segundo, sobre as razões do atraso na adoção de novos métodos, que seriam: “temor de substituir

métodos já conhecidos, ainda que pouco eficientes; falta de pessoal capacitado; falta de recursos orçamentários para fazer experiências; falta de tradição na aplicação de experimentos no campo estatístico; no caso especial da amostragem, creio que se pode acrescentar às causas já citadas, a falta de elementos infra-estruturais, tais como cadastros, instrumentos cartográficos, etc." (LOPES, 1967, p. 29-30).

Por fim, fecha o artigo fazendo sugestões de mudanças, que, em geral, repisam sugestões passadas, e que seriam atendidas pela Fundação pouco depois criada, mas que, valerá ter clareza, permanecem muitos deles atuais, não por não terem sido postos em curso, mas por exigirem permanente inquietação intelectual, o que, infelizmente, nem sempre acontece, tão possessivo é o cotidiano da produção:

- Revisão da estrutura do sistema estatístico
- Integração do planejamento estatístico nacional
- Revisão dos atuais planos da estatística permanente ou contínua, visando à supressão de inquéritos de interesse secundário e à inclusão de outros mais necessários
- Preparo de pessoal em todos os níveis e no plano nacional
- Aplicação do método da amostragem, sempre que seja ele recomendável
- Revigoramento dos quadros de pessoal, com admissão de pessoal jovem de nível superior
- Formação de uma consciência da importância da estatística para o País
- Formação de uma consciência profissional para trabalhadores da estatística
- Maior aproximação entre produtores e consumidores de estatística, notadamente entre Estatísticos e Economistas
- Revisão dos planos de tabulação e divulgação da informação estatística
- Centralização da apuração

Viu-se, então, mas uma análise e avaliação sugestiva de mudanças. Não uma análise qualquer, mas antes uma análise escudada na experiência. Ele, *Valdecir Freire Lopes*, tivera trajetória institucional, em várias posições, não poucas com destaque. Enfim, era mais um passo no destino da Fundação, e ajudava a conformá-la.

A legislação de formação da Fundação

Em 13 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei nº 161, ao tempo do governo *Castelo Branco* (primeiro General-presidente), autorizou o executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística"[524]; baseava-se nas atribuições conferidas pelo Art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966.

[524] O mundo girara, e Juarez Távora seria signatário desse dispositivo legislativo.

> **Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE), a qual, na condição de órgão central, coordenará as atividades do sistema estatístico nacional, bem como as de natureza geográfica e cartográfica, realizando levantamentos e estudos naqueles campos, na forma da presente lei.
>
> § 1º A Fundação IBGE gozará de autonomia administrativa e financeira, e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil de Pessoas jurídicas, dos seus atos constitutivos[525].
>
> § 2º A União será representada, nos atos de instituição da entidade, pelo Ministro de Estado designado pelo Presidente da República.
>
> § 3º A Fundação IBGE reger-se-á por Estatutos aprovados por decreto.
>
> **Art. 32** Instituída a Fundação IBGE, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 1º, será considerado extinto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com os órgãos neles integrados, constantes do art. 3º, incisos 1 a 4.
>
> **Art. 26** A Fundação IBGE gozará de foro especial, processando-se perante os Juizes e Tribunais Federais, e em todas as instâncias, as causas em que for autora, ré, assistente ou opoente.
>
> Parágrafo Único A Fundação IBGE será representada em Juízo ou fora dele pelo seu Presidente, ou por quem deste receber delegação, na forma dos Estatutos.[526]

Note-se a expressão “atividades do sistema estatístico nacional”, não havendo, contudo, a expressão “atividades do sistema geográfico e cartográfico”, que lhe seria equivalente; para essa ala, há apenas a expressão “atividades de natureza geográfica e cartográfica”; e isso será mudado no estatuto. Mas, a atividade estatística tem melhor caráter sistêmico, pese não ser de fácil e imediata constituição; aliás, não é por outra razão que, já no Art. 2º, passa-se a tratar de “Plano Nacional de Estatística”, e, aí sim, expressando-se seu equivalente, o “Plano Nacional de Geografia e Cartografia”.

> **Art. 2º** Ficam instituídos o Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre, a serem formulados em conformidade com a legislação de diretrizes e bases da espécie, e definidos por ato do Poder Executivo, compreendendo o conjunto de informações e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade econômica, social, cultural e física do País.
>
> § 1º O Plano Nacional de Estatística, de caráter anual ou plurianual, será dotado de suficiente flexibilidade para incorporar levantamento destinados a atender a necessidades eventuais ou de caráter urgente.
>
> § 2º As informações necessárias à execução do Plano Nacional de Estatística serão prestadas obrigatoriamente pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, com uso exclusivo para fins estatísticos, não podendo tais informações servir de instrumento para qualquer procedimento fiscal ou legal contra os informantes, salvo quanto a esse último, para efeito de cumprimento da presente lei.

---

525 “O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sob a supervisão coordenada do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica e do Ministério da Coordenação dos Organismos Regionais, tomará as providências necessárias à execução do previsto no artigo 1º desta Lei, dentro do prazo de 150 (cento e cinqüenta) dias a contar da data de sua publicação” (Art. 31). Seus estatutos virão, por fim, em agosto daquele mesmo ano.

526 “Fica assegurado à Fundação IBGE, no tocante a tarifas postal e telegráfica, o mesmo tratamento assegurado pela legislação aos órgãos da administração federal” (Art. 27).

> **Art. 4º** Caberá, prioritariamente, à Fundação IBGE a execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, parte do Plano Nacional de Estatística compreendendo as informações estatísticas essenciais ao planejamento econômico-social do País, e à segurança nacional.

Valerá realçar que apenas o "Plano Nacional de Estatística" é detalhado, a ele sendo associada obrigação na prestação de informações, e a correspondente garantira do sigilo. Veja-se, também, que lhe caberia elaborar as estatísticas chamadas de básicas, o que não seria jamais de singela apreensão e compreensão; como seja, para realizá-las a Fundação absorveria as atividades das repartições federais de estatística (Art. 3º). Já quanto à Geografia e à Cartografia, não haveria a absorção de nenhuma repartição externa, ficando restrita ao já realizado pelo Conselho Nacional de Geografia, ou seja, não se absorvia as atividades geográfica e cartográfica realizadas, há muito tempo, por segmentos militares, em relações delicadas.

> **Art. 3º** O Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre serão coordenados pela Fundação IBGE, que passará a exercer, no âmbito da União, as atribuições das entidades integradas no atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a seguir discriminadas:
>
> 1) a Secretaria-geral do Conselho Nacional de Estatística;
>
> 2) a Secretaria-geral do Conselho Nacional de Geografia;
>
> 3) o Serviço Nacional de Recenseamento;
>
> 4) a Escala Nacional de Ciências Estatísticas;
>
> 5) as seguintes Repartições Centrais Federais de Estatística:
>
> a) o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política;
>
> b) o Serviço de Estatística Econômica e Financeira;
>
> c) o Serviço de Estatística de Educação e Cultura;
>
> d) o Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho;
>
> e) o Serviço de Estática da Produção;
>
> f) o Serviço de Estatística de Saúde;
>
> g) a Divisão de Estatística Industrial e Comercial;
>
> h) o Serviço de Estatística do Departamento Nacional da Produção Mineral;
>
> i) o Serviço de Estatística do Departamento Nacional de Águas e Energia.
>
> § 1º No concernente às Repartições Centrais Federais enumeradas no inciso 5, *caput*, as atribuições transferíveis à Fundação IBGE serão aquelas, relacionadas com o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, definido no art. 4º.
>
> § 2º A transferência de atribuições das Repartições Centrais de Estatística enumeradas no inciso 5, *caput*, poderá ser feita por etapas, a critério da Fundação IBGE.

Não obstante, pretendeu-se estar mantendo os "princípios de cooperação" (Art. 5º), mais exatamente, os "princípios de cooperação interadministrativa" das três esferas políticas: federal, estadual e municipal. Isso seria apenas figuração, e logo deixaria a legislação, já que não afinava à condição jurídica da Fundação.

> **Art. 5º** Ficam mantidos os princípios de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, consagrados pela Convenção Nacional de Estatística (Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936) e pelos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Decreto-Lei nº 5.981, de 10 de novembro de 1943), observadas as disposições desta lei e as diretrizes e bases do sistema estatístico nacional.

A situação das finanças, cuja solução a Fundação estaria trazendo em definitivo é tratado no art. 6º. Não era criado um fundo própria para a atividade estatística, como então havia (referido na alínea e), e as avaliações anteriores sugeriam seguisse existindo; era constituída uma referência à dotação que viria da União. O vínculo dessa dotação ao montante da arrecadação do "imposto sobre o transporte rodoviário de passageiros interestadual e intermunicipal" era prosaico, como o fora a base do fundo antes criado. Enfim, não seria a solução desejada (e o problema permaneceria).

> **Art. 6º** O patrimônio da Fundação IBGE será constituído de:
>
> a) acervo do atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os órgãos relacionados no art. 3º, incisos 1, 2, 3 e 4, cuja doação pelo Poder Executivo fica desde logo autorizada;
>
> b) dotação orçamentária da União, prevista, anualmente, em um montante não inferior à estimativa da arrecadação do imposto sobre transporte rodoviário de passageiros[527];
>
> c) subvenções da União, dos Estados e Municípios;
>
> d) doações e contribuições de pessoas de direito público e privado, inclusive de entidades internacionais;
>
> e) recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal (Decreto-Lei nº 4.181, de 16 de março de 1942, artigo 9º, alíneas *a* e *b*)[528];
>
> f) rendas resultantes da prestação de serviços, em qualquer dos campos de sua competência.
>
> § 1º A Fundação IBGE poderá contrair empréstimo com entidades nacionais ou internacionais, observadas as normas reguladoras da matéria.
>
> § 2º A dotação orçamentária a que refere a alínea *b* deste artigo considerar-se-á automaticamente reajustada em função dos resultados efetivos da arrecadação do imposto mencionado na mesma alínea.

Nesse ponto, abra-se um parênteses.

---

[527] "A Fundação IBGE poderá incumbir-se de tarefas auxiliares de controle e fiscalização do imposto de que trata a alínea *b* do Art. 6º, em colaboração com o Departamento de Rendas Internas do Ministério da Fazenda" (Art. 25).

[528] Art. 9º Para custear a respectiva Repartição Municipal de Estatística e a contribuição de cada municipalidade para os serviços estatísticos nacionais de caráter municipal, bem assim os registos, pesquisas e realizações necessárias à segurança nacional e relacionados com as atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal estipularão, afim de serem efetivadas nas próprias leis municipais que os ratificarem, as seguintes providências:

a) a criação de uma taxa (ou sobre-taxa se for o caso) de estatística, a incidir, em forma de selo especial fornecido pelo IBGE. sobre as entradas em casas ou lugares de diversões (cinematógrafos, teatros, cine-teatros, circos, etc.), no valor de $100 por 1$000, ou frações de 1$000, do respectivo preço;

b) a outorga da arrecadação da respectiva renda, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante acordo entre este e o Banco do Brasil, onde ficarão depositados e movimentados os recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal na conformidade do disposto no Art. 27, da Lei nº 24.609, de 6 de julho de 1934.

Pois, 15 dias depois, a 28 de fevereiro, o Decreto-lei nº 284, instituía um "imposto sobre transporte rodoviário de passageiros", referido na alínea b do artigo acima, ao mesmo tempo que revogava a referência da alínea e.

> **Art. 1º** Fica instituído um imposto de 5% (cinco por cento) sobre o transporte interestadual e intermunicipal de passageiros, efetuado pelas empresas rodoviárias.
>
> Parágrafo Único Para os efeitos deste artigo, não se considera transporte intermunicipal o que se realiza entre Municípios adjacentes que integrem um mesmo mercado de trabalho, como tal definido no regulamento.
>
> **Art. 2º** O imposto será calculado sobre o preço das passagens e será indicado destacadamente nos respectivos bilhetes que as empresas rodoviárias ficam obrigadas a emitir, obedecidas as normas fixadas no regulamento.
>
> **Art. 3º** O imposto de que trata este Decreto-lei incidirá gradualmente sobre as diversas linhas de transporte, obedecida a seguinte escala:
>
> I até 30 de junho de 1967, apenas as que, em qualquer ponto de seu trajeto, sirvam pelo menos uma cidade de mais de 200 000 (duzentos mil) habitantes;
>
> II até 31 de dezembro de 1967, toda as que sirvam pelo menos uma cidade de mais de 50 000 (cinqüenta) mil habitantes;
>
> III a partir de 1º de janeiro de 1968, todas as linhas interestaduais e intermunicipais.
>
> **Art. 4º** O Imposto relativo a cada mês será recolhido por guia até o 20º (vigésimo) dia útil do mês seguinte.
>
> **Art. 5º** São contribuintes do imposto os usuários dos transportes ficando as empresas rodoviárias que explorem as linhas de transporte a que se refere o art. 1º, responsáveis por seu recolhimento.
>
> **Art. 6** Aplicam-se a este imposto, no que couber, as penalidades e normas processuais previstas na legislação do imposto sobre produtos industrializados.
>
> **Art. 7º** Este Decreto-Lei entrará em vigor a partir de 1º de abril de 1967, ficando revogado o art. 9º do Decreto-Lei nº 4.181, de 16 de março de 1942.

Fechemos o parênteses, e voltemos ao Decreto-Lei nº 161.

Teria três órgãos autônomos: o Instituto Brasileiro de Estatística – IBE, o Instituto Brasileiro de Geografia - IBG, e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE[529] (Art. 9º)[530]. Seus titulares teriam assento no Conselho Diretor que dirigiria a Fundação, presidido pelo Presidente da Fundação, e também integrado por representantes do Estado-Maior das Forças Armadas, e do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (Art. 8º)[531]. Os órgãos autônomos o era tanto que o Presi-

[529] "A Escola Nacional de Ciências Estatísticas orientará seu programa no sentido de atender principalmente às necessidades do sistema estatístico nacional, em todos os níveis, assegurando a ativa participação do seu corpo docente e discente nas atividades do IBE" (Art. 13).

[530] A Fundação também teria um Conselho Fiscal (Art. 10), mas que não era dito um órgão autônomo.

[531] Pouco depois seria chamado de Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Havia também um representante do Ministério de Coordenação dos Organismos Regionais, mas que logo desapareceria.

dente da Fundação pareceria o Presidente do antigo IBGE, ou seja, um homem de representação (para fora), antes que um administrador.

As atividades técnicas do IBE seriam coordenadas por uma "Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas", da qual falaremos na próxima seção. *Mutatis mutandis* seria uma figuração da Assembléia Geral do velho, e agora extinto, Conselho Nacional de Estatística, e com ações da finada Junta Executiva do mesmo Conselho. Além desse órgão, e no sentido precípuo de aproximar produtores e usuários, seriam realizadas conferências periódicas

> **Art. 11** A coordenação técnica das atividades do IBE será exercida pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, constituída na forma indicada nos Estatutos da Fundação, incluindo:
>
> a) o Diretor-Superintendente e os titulares dos órgãos de mais alta hierarquia de IBE;
>
> b) representantes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e do Instituto Brasileiro de Geografia;
>
> c) representante do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e do Estado-Maior da Aeronáutica;
>
> d) representantes de entidades usuárias de estatísticas, na esfera pública e privada, nacional e regional.
>
> Parágrafo Único. Competirá prioritariamente à Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas pronunciar-se sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes de sistema estatístico nacional sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação.[532]
>
> **Art. 14** A Fundação IBGE realizará, com periodicidade máxima de três anos, as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia, com o objetivo de examinar com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatísticas e de informações geográfico-cartográficas, os programas das respectivas atividades.

O regime jurídico do pessoal seria o da legislação trabalhista, sendo abordado longamente, os Art. 15 a 23, cabendo ao Conselho Diretor definir a política de entrada, de progressão e, sobremodo, de remuneração. Os servidores presentes seriam postos num quadro em extinção, podendo ser admitidos na Fundação, segundo sua política de pessoal. Haverá, por certo, absorção de pessoal do antigo quadro, continuando a experiência acumulada, mas, sobretudo, logo haverá uma distinta contratação de profissionais, com diversas formações: economistas, sociólogos, antropólogos, demógrafos, estatísticos (aqueles voltados à amostragem, sobremodo).[533]

---

[532] A coordenação referida ao IBG estava posta no Art. 12.

[533] O autor desta obra será admitido em 18 de fevereiro de 1974, começando sua carreira no Departamento de Geografia (onde irá ficar por três anos, passando, então, à área de estatística), quando se lhe tentava associar o espírito do trabalho interdisciplinar; fora admitido como economista, recém-saído do programa de mestrado, da Escola de Pós-graduação em Economia, da Fundação Getulio Vargas.

O estatuto da Fundação

No prazo previsto, a 2 de agosto de 1967, saíram os Decretos nºs 61.126 e 61.127: o primeiro aprovava o Estatuto da Fundação, e o segundo estabelecia os dispositivos que disciplinavam sua instalação. Vêm do tempo de *Costa e Silva* (o segundo General-Presidente), tendo *Hélio Beltrão* no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (já não mais de Coordenação Econômica).

O referido Estatuto é formado por seis capítulos, a saber: capítulo I "Da Fundação e dos seus fins, regime, sede e foro"; capítulo II "Do patrimônio"; capítulo III "Da organização e da administração (seção 1, Do Conselho Diretor; seção 2, Da Presidência; seção 3, Do Conselho Fiscal; seção 4, Do Instituto Brasileiro de Estatística; seção 5, Do Instituto Brasileiro de Geografia; seção 6, Da Escola Nacional de Ciências Estatísticas)"; capítulo IV "Do regime financeiro"; capítulo V "Do pessoal"; capítulo VI "Das disposições gerais e transitórias". Em 73 artigos.

Passa-se a nomear dois Sistemas Nacionais, um de Estatística e um Geográfico-Cartográfico (Art. 1º). E se diz dever manter os "princípios consagrados" na Convenção Nacional de Estatística e nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Art. 3º § 1º), mas que logo serão letra morta. E de pronto considera a formação do pessoal (Art. 3º § 2º), cuja adequação os relatórios de avaliação do sistema estatístico, desde 1958, apontaram como premente; o preceito apontado terá altos e baixos, ao longo do tempo (a segue tendo), mas, de todo modo, terá efeitos bastante positivos na qualidade (e mesmo na variedade) das estatísticas elaboradas.

> **Art. 1º** A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE) órgão central do Sistema Estatístico Nacional e do Sistema Geográfico-Cartográfico Nacional rege-se pelo presente Estatuto, na conformidade do Decreto-lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967, e é vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.
>
> **Art. 2º** A Fundação com personalidade jurídica adquirida na forma legal e com jurisdição em todo o Território Nacional, é entidade autônoma, sujeita à supervisão do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral nos termos do § 2º do artigo 4º e dos artigos 19 e 26 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (art. 1º, § 1º do Decreto-Lei nº 161, de 3 de fevereiro de 1967).
>
> **Art. 5º** A Fundação, como órgão central do Sistema Estatístico Nacional e do Sistema Geográfico-Cartográfico Nacional, incumbirá, nos termos do art. 30, § 1º, do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, prestar orientação normativa e exercer supervisão técnica e fiscalização específica das atividades estatísticas, geográficas e cartográficas dos órgãos integrantes dos respectivos sistemas, bem como executar levantamentos, pesquisas e estudos relativos a essas atividades especialmente os necessários à formulação e à execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas e do Plano Nacional de Geografia e Cartografia, divulgando os seus resultados.
>
> § 1º À Fundação competirá, outrossim, no desempenho de suas atribuições de coordenação e orientação, zelar pela observância dos princípios consagrados na Convenção Nacional de Estatística (Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936) e nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Decreto-Lei nº 5.981, de 10 de novembro de 1943), com as modificações introduzidas pela legislação posterior (art. 5º do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967).

> § 2º A Fundação, para realização de seus objetivos, formará técnicos de nível superior nas matérias de sua competência e promoverá e estimulará o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal técnico, principalmente daquele pertencente a órgão integrante dos sistemas estatísticos e geográfico-cartográfico.

No que tange aos recursos financeiros (Art. 7º), a única mudança do previsto no Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, é a incorporação dos dispositivos do Decreto-Lei nº 284, de 28 de fevereiro do mesmo ano. No que tange á organização, o art. 9º deixa clara a estrutura: Conselho Diretor, Presidência, Órgãos autônomos (IBE, IBG, e ENCE; podendo emergir outros, § 2º), Conselho Fiscal.

Quanto ao Conselho Diretor (Art. 10 a 16), deveria conduzir a Fundação "em harmonia com a política e a programação do Governo" (Art. 10). Em sua composição seria incorporado um representante do Ministério do Interior (Art. 11), mantendo-se os demais, já previstos no decreto-lei de instituição da Fundação[534]. *Mutatis mutandis* tinha o papel do antigo Conselho Nacional de Estatística[535].

Os Arts. 17 a 19 tratam da presidência: "o Presidente será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral" (Art. 18). Cabia-lhe, entre vários pontos, convocar as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia, aprovando-lhe os programas (Art. 16, letra m).

Os Arts. 20 a 24 tratam do Conselho Fiscal, que seria "o órgão cuja finalidade é acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da Fundação, zelando pelo bom e regular emprego dos seus recursos financeiros" (Art. 20). Antes, essa função era atribuição da Assembléia Geral do antigo Conselho Nacional de Estatística.

Os Arts. 25 a 31 tratam do Instituto Brasileiro de Estatística[536], ao qual cabia a execução dos "levantamentos de estatísticas contínuas e censitárias, e estudos sobre os respectivos resultados" (Art. 25), melhor dizendo, cabia-lhe "a execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, definido pelo Governo, compreendendo as estatísticas essenciais ao planejamento econômico-social do País e à segurança nacional" (Art. 25 parágrafo Único)[537]. A coordenação técnica do IBE competia à "Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas" (Art. 28), valendo realçar o art. 29:

> **Art. 29** Competirá prioritariamente à Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas pronunciar-se sôbre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional, sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 11, parágrafo Único).

---

534 "Os Conselheiros terão mandato de três anos, e um terço do Conselho será renovado anualmente, em 10 de julho, vedada a recondução por mais de dois períodos" (Art. 11 § 2ª), o que significa que os dirigentes dos órgãos autônomos seriam renovados, no máximo, a cada seis anos.

535 Como no antigo Conselho: "As deliberações do Conselho terão a forma de "Resoluções" ou "Decisões" e serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros ou maioria dos membros presentes, segundo o que dispuser o seu Regimento" (Art. 16, § 2ª).

536 Em nenhum desses artigos é dito que seu dirigente máximo (Diretor Superintendente) teria mandato de no máximo seis anos (três mais três), como se infere do Art. 11 § 2ª.

537 Os Arts. 32 a 40 tratam do Instituto Brasileiro de Geografia.

Cabia ao IBE promover, no máximo a cada três anos, a Conferência Nacional de Estatística, promovendo o entendimento dos produtores e dos usuários. Deveria elaborar seu programa e submetê-lo à aprovação do Presidente da Fundação.

> **Art. 31**. O Instituto Brasileiro de Estatística promoverá periodicamente a Conferência Nacional de Estatística (CONFEST), com o objetivo de examinar, com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatística, técnicos e especialistas em assuntos relacionados com estatísticos contínuas e censitárias, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através de racional coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País, nesse campo de atividades (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 14).
>
> Parágrafo Único A Conferência Nacional de Estatística reunir-se-á com a periodicidade máxima de três (3) anos, por convocação do Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Diretor (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 14).

Os Arts. 41 a 43 falam da ENCE, cabendo-lhe "a formação, o aperfeiçoamento e a especialização, através do ensino e da pesquisa, de técnicos que possam servir às atividades estatísticas e, prioritariamente, às necessidades do Sistema Estatístico Nacional, em todos os níveis" (Art. 41). Por essa redação, a ENCE não estaria restrita à formação do Estatístico, e só a teria como focal (central) caso aquele profissional fosse considerado prioritário da elaboração das estatísticas.

Os Arts. 44 a 49 tratam do regime financeiro. Os Arts. 50 a 52 tratam do pessoal. Os Arts. 53 a 73 enumeram disposições transitórias. Por fim, para assegurar passagem pacífica das tarefas do IBGE à recém-criada Fundação IBGE, foi baixado o Decreto nº 61.127, no mesmo 2 de agosto, onde valerá realçar o Art. 10, como segue:

> Art. 10 A Fundação IBGE poderá pleitear recursos, em moeda nacional, junto ao Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso - CONTAP -



Sebastião Ayres da posse à Raul Romero e Miguel Alves

a fim de financiar os estudos necessários a Organização e estruturação de seus serviços e realização de pesquisas e trabalhos técnicos de sua responsabilidade, nos termos do Decreto nº 56.979, de 1º de outubro de 1965.

Pouco depois, a 6 de setembro, *Hélio Beltrão* empossou *Sebastião Aguiar Ayres* na presidência da Fundação IBGE. Ato contínuo assumiram a superintendência do IBE, do IBGE e da ENCE, respectivamente, *Raul Romero de Oliveria*, *Miguel Alves de Lima*, e *Antônio Tânios Abibe*. Falaram na cerimônia, pelo IBE, *Carlos Marcos Barbosa*, e pelo IBG, *Wilson Távora Maia*[538].

A Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas - CONPLANE

Como visto antes, o Art. 11 do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, que instituiu a Fundação, criou no IBE uma "Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas", pouco depois, melhor expressa no Decreto nº 61.126, de 2 de agosto de 1967 (Arts. 28 a 30), que deu Estatuto à Fundação. Antes de passarmos à sua instalação, valerá repetir aqueles artigos:

Decreto-Lei nº 161, 13 de fevereiro de 1967:

Art. 11 A coordenação técnica das atividades do IBE será exercida pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, constituída na forma indicada nos Estatutos da Fundação, incluindo:

a) o Diretor-Superintendente e os titulares dos órgãos de mais alta hierarquia de IBE;

b) representantes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e do Instituto Brasileiro de Geografia;

c) representante do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e do Estado-Maior da Aeronáutica;

d) representantes de entidades usuárias de estatísticas, na esfera pública e privada, nacional e regional.

Parágrafo Único Competirá prioritariamente à Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas pronunciar-se sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes de sistema estatístico nacional sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação.

Decreto nº 61.126, de 2 de agosto 1967:

Art. 28 A coordenação técnica das atividades do Instituto Brasileiro de Estatística será feita pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE), assim constituída (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 11):

[538] O autor desta obra, quando dirigiu o Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI, do IBGE, com início na gestão Eduardo Augusto Guimarães, teve Wilson Távora como Assessor; e pode, com prazer, testemunhar sua qualidade e seriedade como técnico, bem assim, sua figura humana invulgar. Dele, pela primeira vez, o autor ouviu falar do papel de Juarez Távora na criação do IBGE; agora, dirigindo este Projeto História, deu-se conta de que esse papel foi ainda mais marcante e mais essencial do que já dizia Wilson Távora. Nunca será demais exaltar a figura de Juarez Távora, seja na história das estatísticas brasileiras, seja, em especial, na história do IBGE.

a) Diretor Superintendente, que coordenará os trabalhos da Comissão;

b) titulares dos órgãos de mais alta hierarquia do Instituto Brasileiro de Estatística, designados pelo Conselho Diretor;

c) representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas designados pelos Diretores Superintendentes respectivos;

d) representantes do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e do Estado-Maior da Aeronáutica, designados pelos respectivos Ministros de Estado;

e) representantes das entidades usuárias de estatística, nas esferas pública e privada, nacional e regional, escolhido segundo critério fixado pelo Conselheiro Diretor e em número a ser estabelecido trienalmente pelo mesmo Conselho;

§ 1º A metade dos representantes relacionados na letra *c* será indicada pela Conferência Nacional de Estatística, na forma que o seu regimento prever, e a outra metade designada pelo Conselho Diretor.

§ 2º A Comissão reunir-se-á, por convocação do seu Coordenador, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias.

§ 3º Os membros da Comissão perceberão uma quota de presença, a ser fixada pelo Conselho Diretor, até o máximo de seis (6) sessões por trimestre, computados entre estas as sessões de subcomissões (art. 30).

Art. 29 Competirá prioritariamente à Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas pronunciar-se sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional, sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 11, parágrafo Único).

Art. 30 Caberá, outrossim, à Comissão elaborar seu Regimento Interno - que deverá prever a organização de subcomissões - a ser submetido à aprovação do Conselho Diretor por intermédio do Presidente da Fundação.

Quatro meses depois, a 12 de dezembro (1967), *Sebastião Aguiar Ayres* instalou a Comissão, ressaltando “a singular importância deste Colegiado”, em sua competência de coordenação técnica do IBE. De fato, além dessa atividade, ainda caberia à Comissão “pronunciar-se sobre os programas e planos de trabalho dos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional, sempre que se deseje assegurar a obrigatoriedade legal de informação” (FUNDAÇÃO..., 1967, p. 358).

A coordenação é deixada sem descrição, melhor dizendo, sem definição de competência, de abrangência. A julgar pelos produtos da Comissão, encontrados dispersos no acervo, a coordenação acabaria centrada em sua vertente técnico-científica, na forma, por exemplo, das classificações, das metodologias, dos conceitos, e coisas assim. Já sua vertente sociopolítica acabaria limitada à definição dos programas de trabalho, e à sua execução em parcerias no âmbito do sistema.

Essas atribuições colocam a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas no comando técnico do sistema estatístico brasileiro, dentro do novo modelo institucional que o Governo houve por bem dar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, transformando-o de Autarquia em Fundação.



IBGE: Produção Industrial, 1967.

> Afigura-se-me oportuno esclarecer que os motivos determinantes dessa modificação no esquema institucional do IBGE residiram na necessidade de dotá-lo de maior flexibilidade e autonomia de ação. Necessidade que se fazia sentir, de maneira imperiosa, no setor estatístico, nesta era em que a demanda de informações estatísticas se torna cada vez maior, exigindo do sistema produtor de estatísticas, ao lado do aperfeiçoamento dos levantamentos de rotina, vasto elenco de levantamentos novos.
>
> Vinha sendo notória, com efeito, desde algum tempo, a insuficiência da produção de estatísticas, a cargo do sistema centralizado pelo IBGE, para atender a essa demanda, em face das limitações que dificultavam o atendimento cabal dos reclamos nacionais, neste campo. [...] As deficiências causadas por tais limitações prendiam-se à perda gradativa da característica intergovernamental, básica na organização federativa do Conselho Nacional de Estatística, o qual passara a ser, de fato, órgão integrado na administração federal, com o enquadramento do seu pessoal e de suas normas de trabalho no regime do serviço público federal. Na verdade, como bem assinalou ilustre e experimentado estatístico brasileiro, o Instituto vinha perdendo aquela condição jurídica inicial de entidade "sui generis" para finalmente ser entendido como órgão integrado na administração pública federal, caracterizado como autarquia mesma do Governo da União (FUNDAÇÃO..., 1967, p. 358).

Dando execução aos dispositivos estatutários, Resolução do Conselho Diretor (nº 4, de 1º de novembro), definiu os membros da Comissão. Do IBE, viriam seu Diretor Superintendente, e os titulares da Diretoria de Levantamentos Estatísticos, da Diretoria de Documentação e Divulgação, do Laboratório de Estatística, do Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares, do Serviço Nacional de Recenseamento, e da Inspetoria Técnica (seis ao todo). Como previsto, haveriam os representantes da ENCE, do IBG, do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Armada, do Estado-Maior da Aeronáutica. E mais, haveriam representantes do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas; do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; do Serviço Técnico de Análise e Planejamento, da Secretaria Adjunta para o Planejamento Político, do Ministério das Relações Exteriores; da Divisão de Estatística e Documentação, da Su-

perintendência Nacional do Abastecimento. Por fim, mais quatro que seriam indicados pela Conferência Nacional de Estatística (que logo seria realizada).[539]

Suas deliberações foram divulgadas no *Boletim de Serviço*. A sessão inaugural, realizada em 12 de dezembro de 1967, e presidida por *Sebastião Aguiar Ayres*, compareceram os seguintes membros: *Raul Romero de Oliveira* (dirigente máximo do IBE), *Lauro Sodré Viveiros de Castro*[540] (ENCE), *Jessé Montello* (IPEA), *Isaac Kerstenetzky* (FGV), *Lindalvo Bezerra dos Santos* (IBG), *Alaor Gonçalves Couto* (Tem. Cel., EME), *Auro Madureira* (Com., EMA), *Luiz Carlos Campos Leal* (SUNAB), *Carlos Marcos Barbosa* (GEPD/IBE[541]), *José Bastos Távora* (LE/IBE), *Sebastião de Oliveira Reis* (SNR), *Rudolf Wuensche* (DLE/IBE), *José Ayres de Souza Filho* (IR/IBE), *Yedda Borges de Mendonça* (DDD/IBE). Houve ao longo do tempo outros nomes, ora saindo, ora entrando; e houve faltas às reuniões; contudo, *Isaac Kerstenetzky* e *Jessé Montello*, segundo e terceiro presidentes da Fundação, estariam sempre presentes.[542]

Nessa sessão foram constituídas três subcomissões. Uma, para elaborar um anteprojeto de Plano Nacional de Estatísticas Básicas, e que concluiu seus trabalhos a 4 de março de 1968; foi integrada por *Rudolf Wuensche*, *Carlos Marcos Barbosa*, *Sebastião de Oliveira Reis*, *Jessé Montello*, *Isaac Kerstenetzky*, e *Alaor Gonçalves Couto*, sob a coordenação de *Raul Romero de Oliveira*; o anteprojeto oferecido foi objeto de debates na Conferência Nacional de Estatística, que logo iria se reunir (de 29 de maio a 4 de junho), e se tornou oficial pelo Decreto nº 63, 010, de 18 de julho de 1968. Outra (cujos integrantes não localizamos), para elaborar um anteprojeto de legislação sobre obrigação e sigilo, transformado na Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968 (e ainda em vigência). Por fim, uma última (*José Bastos Távora*, *Lindalvo Bezerra dos Santos*, *Luiz Carlos Campos Leal*, *Auro Madureira*) para elaborar o regimento interno da Comissão, aprovado, finalmente, pela Resolução nº 85, de 21 de janeiro de 1969, do Conselho Diretor.

Pontos finais

O Conselho Diretor agiu no IBE.

Em 16 de novembro de 1967, seria baixada a Resolução nº 6, criando o Grupo Executivo de Pesquisa Domiciliares, que logo daria corpo à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; bem assim, a Resolução nº 7, criando o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos. Em 1968, a Resolução nº 25, de 7 de fevereiro, criaria

[539] Foram eleitos o Banco Nacional de Habitação - BNH, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul - SUDESUL.

[540] Que foi Secretário-geral do antigo Conselho Nacional de Estatística, na gestão Sá Freire Alvim.

[541] De onde saiu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

[542] Ao tempo da 2ª CONFEST, em 1972, eram seus membros: Carlos Marcos Barbosa, Nely Gomes Ribeiro, João Lyra Madeira, Jorge Lima, José da Cunha Faria, Lauro Sodré Viveiros de Castro, Lindalvo Bezerra dos Santos, Ney Riopardense Rezende, Hélio Canine, Simão José Gabriel, Wilson Rodrigues da Cruz, José Bastos Távora, Raul Fernando Ehler, Sebastião de Oliveira Reis, Ovídio de Andrade Júnior, Angelo Jorge de Souza, Fernando Balthazar da Silveira Cotta, Vandeli dos Santos Guerra, José Roberto de Andrade Pinto do R. Monteiro, Amaro Monteiro, Gilberto Pompílio de Melo, Hulda Maria Gomes.

o Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços (e sua Comissão de Coordenação); a Resolução nº 30, de 3 de março, criaria o Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias[543]; a Resolução nº 41, de 17 de julho, criaria o Departamento de Censos (e sua Comissão de Coordenação); a Resolução 58, de 18 de outubro, criava o Centro Brasileiro de Estatísticas Educacionais.

Em 17 de julho de 1968, a Resolução nº 40, constituiu a Coordenação-geral da Rede-de-Coleta (em 11 de novembro de 1971, a Resolução 281, criava a Rede Nacional de Coleta[544]); em 31 do mesmo mês e ano, a Revolução nº 43, criaria o Centro de Processamento de Dados (em 23 de março de 1971, a Resolução nº 241, o tornaria Instituto Brasileiro de Informática). Em 8 de janeiro de 1969, a Resolução nº 80 constituiu o Departamento de Divulgação Estatística, tornado pela Resolução nº 147, de 13 de agosto de 1969, no Centro de Documentação e Informações Estatísticas. (As Resoluções nºs 81 a 83, todas de 15 de janeiro de 1968, e Resolução nº 150, de 21 de agosto de 1969, extinguiram vários órgãos no IBE, ajustando sua estrutura).[545]

[543] O Decreto nº 68.678, de 25 de maio de 1971, criou a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias.

[544] As delegacias nos estados são criadas a partir de fevereiro de 1969.

[545] No âmbito da Fundação, a Procuradoria Geral seria criada pela Resolução nº 271, de 1º de outubro de 1971.

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Sebastião Ayres, primeiro presidente da Fundação IBGE

Pela primeira vez um presidente do IBGE saiu de seus quadros funcionais. O funcionário de carreira, Sebastião Ayres, lotado na Secretaria-Geral desde os tempos de Teixeira de Freitas, tornou-se o 12º presidente do IBGE e o primeiro da recém-criada Fundação IBGE. E mais: ele seria também o primeiro secretário-geral a ocupar consecutivamente a presidência do Instituto. Ao encerrar o período em que esteve a frente do IBGE, Senna Campos passou o cargo para o seu secretário-geral, em 4 de abril de 1967 (sua nomeação foi assinada em 31 de março). A cerimônia aconteceu no próprio gabinete da presidência do IBGE, na presença do ministro do Planejamento e Coordenação Geral (a quem o IBGE estava subordinado), Heitor Marcos Penna Beltrão. O novo presidente escolheu como secretário-geral do CNE e do IBGE Raul Romero de Oliveira. Mas em seu discurso de posse já anunciava novos tempos para o IBGE e para o sistema estatístico nacional. O Instituto seria transformado em Fundação, e, conseqüentemente, seriam extintos os dois conselhos que lhe eram pertinentes: o de Estatística e o de Geografia.

Sebastião Aguiar Ayres nasceu em 26 de abril de 1914, em Piracicaba, no Estado de São Paulo, mas foi registrado como se tivesse nascido em Rio das Pedras. Se pai, João Baptista de Melo Ayres, foi prefeito de Rio das Pedras. Sua mãe, Maria José de Aguiar, teve 14 partos, mas apenas nove efetivamente sobreviveram. Destes, seis ainda vivem, incluindo Sebastião, que se encontra em uma clínica de repouso em Piracicaba.

Ele fez seus estudos preliminares no Grupo Escolar, em Rio das Pedras. De lá, a família mudou-se para Piracicaba, onde Sebastião completou seus estudos secundários como preparação para o magistério. Não fez curso superior. Seu primeiro emprego foi como professor de História e Matemática em um colégio de freiras, em Piracicaba. Na década de 1930, foi convidado para ser secretário na prefeitura de sua cidade, onde ficou por duas administrações. Por ocasião do Recenseamento Geral 1940, ele teve a chance de colaborar intensivamente em Piracicaba. O seu envolvimento como funcionário da prefeitura na operação censitária foi de tal forma, que ao final da coleta ele elaborou um amplo relatório apontando falhas ocorridas no recenseamento e até dando sugestões para o próximo censo. Por conta disso, ele foi convidado a trabalhar no IBGE, primeiramente na capital paulista, seguindo posteriormente para o Distrito Federal, em 1942. No Instituto, ele foi galgando vários postos de chefia até ser escolhido por Senna Campos para ser o secretário-geral do CNE. Posteriormente iria sucedê-lo na própria presidência.

Sebastião Ayres foi nomeado presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por Decreto da Presidência da República, em 16 de agosto de 1967. A sua posse como novo (e primeiro) presidente da Fundação IBGE ocorreu em 6 de setembro de 1967, no gabinete do então Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Hélio Beltrão. Com a mudança de autarquia para fundação, o Conselho Nacional de Estatística se transformou em Instituto Brasileiro de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia em Instituto Brasileiro de Geografia. O presidente manteve nos novos cargos os antigos secretários, Raul Romero de Oliveira (CNE) e Miguel Alves de Lima (CNG).

O IBGE, desde a gestão anterior, mas de maneira aprofundada no período de Sebastião Ayres, aproximou-se mais do núcleo de decisão federal, especialmente na questão dos estudos sobre território, redes urbanas, processo de industrialização, vinculando a Estatística à Geografia, ambas voltadas para a estruturação de um novo sistema de planejamento. Entre os grandes destaques da sua administração estão a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Projeto Atlântida, e as pesquisas domiciliares por amostragem (a origem da PNAD no IBGE, em 1967)

Em agosto de 1961, na reunião de Punta del Este, balneário uruguaio, 20 países da América redigiram e assinaram a chamada “Carta de Punta del Este”, da qual emerge a “Aliança para o Progresso”, exortando a aceleração do desenvolvimento econômico e social ao longo daquela década. Para tanto, exigiam-se estatísticas que pudessem não apenas avaliar os níveis econômicos e sociais de então, se não também balizar as mudanças necessárias para uma aceleração do desenvolvimento. Seria preciso introduzir pesquisas especiais capazes de permitir a investigação de inúmeros temas, em geral fora dos censos; era chegado o momento das pesquisas domiciliares por amostragem.

Para implantá-las definitivamente, o *Bureau of the Census*, sob os auspícios da Agência Internacional para o Desenvolvimento, elaborou e apresentou copioso material para um seminário para estatísticos latino-americanos, realizado na Cidade do México, de fevereiro a abril de 1965, em colaboração com o Instituto Interamericano de Estatística – IASI. Esse material, devidamente organizado, resultou em fevereiro de 1967, versões em inglês e em espanhol, no Projeto Atlântida, em que, por um estudo de caso, a fictícia Atlântida, ensinavam-se aos estatísticos (e, claro, a outros profissionais) como preparar uma pesquisa domiciliar por amostragem.

Ao todo continha 14 apostilas, tratando da várias etapas dessas pesquisas por amostragem: Unidade 1: Objetivos da pesquisa e descrição da Atlântida; Unidade 2: Conteúdo e desenho das pesquisas domiciliares; Unidade 3: Controle das estimativas populacionais; Unidade 4: Desenho da amostra; Unidade 5, parte a: Pessoal de campo: organização, treinamento e controle; Unidade 5, parte b: Pessoal de campo: manuais de instruções; Unidade 6: Distribuição do material de campo; Unidade 7: Crítica e codificação; Unidade 8: Processos de tabulação; Unidade 9: Revisão e análise dos dados; afora cadernos de formulários, de exercícios, e outros.

Pois o IBGE beneficiou-se desse programa e desse material, dele chegando-se à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, iniciada em 1969, e existente ainda hoje; por certo uma das mais importantes pesquisas ibgeanas. Sua idéia posta já no Seminário de Estatística havido em 1958, e reiterada depois em muitas ocasiões. Com ela, em definitivo, o IBGE começou a realizar pesquisas por amostragem, e desde então as vêm realizando mais e mais, em vários campos, inclusive nos censos (desde 1960). Isso posto, valerá recordar que ao tempo da "Crise Polli Coelho", 1951-1952, a demanda por pesquisas amostrais esteve no centro da crise.

Enfim, a trajetória da introdução da amostragem nas instituições estatísticas, com suas muitas discussões, com as crises que gerou, com os livros que foram editados, com as pessoas envolvidas, chegando ao Projeto Atlântida, e dele à PNAD, bem merece uma pesquisa histórica especial, e específica, estando a espera de algum estudioso, talvez algum mestrando ou doutorando. Por certo seria valioso, seja para a História das Estatísticas, seja para a História da Estatística, no contexto brasileiro. O material existente é abundante, e, em parte, é referido neste volume; mas existem muitos outros, a cobrar algum esforço de descoberta, e avaliação.

1ª Conferência Nacional de Estatística – CONFEST (em 1968). Nasce o Plano Nacional de Estatísticas Básicas

Capítulo 24

O IBGE mudara, emergindo a Fundação IBGE, fechando-se uma seqüência de críticas vindas de fora (não sem ecos internos). Mudara, mas igualmente permanecera. Na verdade, as mudanças eram inexoráveis, já que seus alicerces estavam fragilizados pelas ações deletérias dos burocratas. A coluna do sistema padecia de ancilose, e exigia uma reparadora intervenção; no seu formato jurídico, o cerne estava a assunção dos seus vínculos ao serviço público federal, já no seu perfil técnico, o cerne estava na assunção do imperativo da centralização do processo completo de pesquisa, não apenas de uma ou outra etapa, isso, em resposta às necessidades do planejamento (a "ditadura" do produtor cedia lugar à "ditadura" dos usuários, ao menos nos discursos).

Mas, como visto antes, as mudanças traziam a sombra do velho IBGE, máxime seu espírito parlamentar, em órgãos colegiados. Não saíra forte o espírito executivo, ao contrário, saíra bastante esmaecido. Dessa forma, acabaria inevitável haver novas alterações, e elas viriam, aí sim mudando a essência do espírito do passado. Fizera-se, numa avaliação *a posteriori*, uma mudança preliminar, que seria incapaz de atender aos anseios dos usuários. A frustração viria, e veio; mas, como seja, o caminho estava feito, mais ainda com a realização da 1ª Conferência Nacional de Estatística, como sugeriram as avaliações antes analisadas, e consagrada na legislação da Fundação, a saber:

Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967:

Art. 14 A Fundação IBGE realizará, com periodicidade máxima de três anos, as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia, com o objetivo de examinar com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatísticas e de informações geográfico-cartográficas, os programas das respectivas atividades.

Decreto nº 61.126, de 2 de agosto de 1967:

Art 31. O Instituto Brasileiro de Estatística promoverá periòdicamente a Conferência Nacional de Estatística (CONFEST), com o objetivo de examinar, com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatística, técnicos e



O presidente do IBGE Sebastião Ayres abre a 1a CONFEST/CONFEGE.

especialistas em assuntos relacionados com estatísticas contínuas e censitárias, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através de racional coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País, nesse campo de atividades (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 14).

Parágrafo Único. A Conferência Nacional de Estatística reunir-se-á com a periodicidade máxima de três (3) anos, por convocação do Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Diretor (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 14).

Preparação e organização[546]

Para divulgar a conferência, realizada de 29 de maio a 4 de junho[547], foi criado um Boletim Informativo[548]. Dois números saíram antes: o primeiro em 20 de fevereiro e o segundo em 30 de abril; cinco números saíram ao longo: o terceiro em 30 de maio, o quarto em 31 de maio, o quinto em 1º de junho, o sexto em 3 de junho, e o sétimo em 4 de junho. Eis a abertura do primeiro boletim, dando partida à informação da conferência:

> Ao ensejo da próxima realização da Primeira Conferência Nacional de Estatística (CONFEST), que a Fundação IBGE promoverá com o propósito de examinar, com representantes dos Ministérios, dos Governos Estaduais e de outras entidades públicas e do setor privado, técnicos e especialistas na matéria, os respectivos programas de trabalho, visando a alcançar o melhor atendimento das necessidades do País no campo das atividades estatísticas, é-nos [sic] grato registrar a expectativa no sentido de que a importante reunião corresponderá, de maneira objetiva, ao que dela se espera (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968b, v. 2, p. 1).

Esse objetivo seria alcançado plenamente, como afiançado no relatório que divulgou os resultados da conferência. Foram feitas cinco sessões, duas sessões solenes, uma de instalação e uma de encerramento, e três sessões plenárias, antes destas, as comissões técnicas, uma para cada item do temário, se reuniam à vontade.[549]

Em 5 de janeiro, o presidente da Fundação designou a comissão de preparação da conferência, nas pessoas seguintes: *Isaac Kerstenetzky* e *Mário Ritter Nunes*, como membros da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas; *João Lyra Madeira*, do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, *Antônio Tânios Abibe*, da Escola Nacional de Estatísticas, e *Raul Romero de Oliveira*, Diretor Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, a quem coube a coordenação.

Em 14 de fevereiro foi constituída a Comissão Executiva da Conferência, com *Raul Romero de Oliveira* (presidente), *Mário Ritter Nunes* (secretário-geral), e *Armando de Oliveira Pinto* (coordenador-geral). Veio dessa comissão a sugestão do 29

---

[546] A documentação da conferência está organizada em seis volumes, disponíveis na Biblioteca Central do IBGE. O volume 1 apresenta o Relatório geral, sintetizando os resultados; o volume 2 coleciona os Boletins Informativos; os volumes 3 a 6 contem os textos postos em debates nas comissões.

[547] A conferência de Geografia e Cartografia foi realizada de 23 a 30 de setembro, e gerou a mesma riqueza de documentação, com a mesma organização da conferência de Estatística.

[548] Cuja equipe era composta das seguintes pessoas: Mário Ritter Nunes, Natalício Fragoso de Alencar, Edson Villar Cabiló, Erasmo Catauli Giacometti, e Rubens Gouvêa (todos do IBE).

[549] *Mutatis mutandis*, a programação da conferência tem grande similitude com o Seminário de Estatística realizado em 1958, ao qual dedicamos um capítulo.

de maio como data inaugural da conferência, bem assim, suas normas básicas, em 9 seções: 1. Das finalidades, data e sede[550]; 2. Da presidência; 3. Da comissão executiva; 4. Da secretaria; 5. Dos participantes; 6. Do temário; 7. Da comissão de recebimento dos trabalhos; 8 Do funcionamento da CONFEST; e 9. Das disposições especiais.



Platéia da CONFEGE. Na primeira fila, Manoel Antonio Soares Cunha (segundo da dir. para esq.).

Em 13 de março foi constituída a Comissão de Recebimento e Exame dos Trabalhos: *José Bastos Távora*, *Marcos Vinicius da Rocha*, *Cori Loureiro Accioly*, *Aloysio de Villela Azevedo*[551] e *Lauro Sodré Viveiros de Castro*[552].

Houve 94 instituições participando, num total de 371 pessoas. O IBGE esteve presente com 51 pessoas[553], o BNH com 21, a FGV 19, o Ministério da Aeronáutica com 13, e o IPEA com 9; dos Departamentos Estaduais de Estatística vieram 34 pessoas.[554]

Programação da conferência

Foram formadas cinco comissões técnicas, com a missão de abordar o temário seguinte (vindo das normas básicas): A) *Plano Nacional de Estatísticas Básicas* (análise com vistas a buscar uma mínima adequação ao planejamento econômico, com a definição simultânea das prioridades na execução); B) *Aplicação da técnica de amostragem aos levantamentos estatísticos prioritários*; C) *Os censos 1970*; D) *Estatísticas derivadas*; E) *Pessoal estatístico*.

[550] O local das reuniões foi o Hotel Serrador, na Cinelândia (no Rio de Janeiro), ainda ao lado do velho Palácio Monroe, antiga sede do Senado, e antes pavilhão do Brasil na Exposição de Saint Louis, em 1906, e depois (trazido pedra a pedra, e remontado) foi o Bureau de Informações da Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em 1922.

[551] Autor da obra **Os recenseamentos do Brasil**, de 1990, muito consultado, e elogiado, mas não publicado por não se ter conseguido autorização do autor (mágoa do IBGE, ou com pessoas específicas, na gestão Eduardo Augusto Guimarães, quando foi indicado à disponibilidade no governo Collor).

[552] Foi, antes, Secretário-geral do antigo Conselho Nacional de Estatística.

[553] Entre os ibgeanos presentes, afora os que serão a seguir citados, valerá lembrar alguns deles, pela trajetória que já tinham e/ou teriam: Francisco de Paula e Silva Saldanha, Walter Augusto do Nascimento (da ENCE), Aulete Luiz de França Caldas, Anísio Alegria, Constança Ladeira, Maria da Conceição Lomba Lima (do IBE), Elza Keller, Lindalvo Bezerra dos Santos, Marília Galvão, Miguel Alves de Lima, Orlando Valverde, Pedro Geiger, Speridião Faissol (do IBG), Edmundo Massadar, Luiz Rosso, Manoel Antônio Soares da Cunha (nosso atento leitor, e crítico atento), Mauro Gonçalves de Andrade, Carlos Campos de Carvalho (do SNR / IBGE).

[554] O **Boletim Informativo** (volume 2 da série) apresenta uma relação de nomes por ordem alfabética. O **Relatório geral** (volume 1 da série) apresenta uma relação dos participantes por entidade.



No trabalho das comissões, Jessé Montello (primeiro à esq.).

A Comissão A, que fez três reuniões[555], foi coordenada por *Isaac Kerstenetzky* (da FGV)[556], e foi relatada por *Raul Romero de Oliveira* (do IBE). Dois textos especiais foram postos em debates: "*Bases estatísticas para o planejamento geral*", por *Albert Fishlow*, e "*Bases estatísticas para o planejamento regional e local*", por *Vinícius Fonseca* (do IPEA). Teve como texto oficial: "*Aplicação da técnica de amostragem aos levantamentos de fluxos internacionais e interregionais de mercadorias*", por *Moysés Kessel* (das Indústrias Gessy Lever).[557] Ao término dos trabalhos, os debates resultaram nas Recomendações nº 8, 13 e 16.

A Comissão B, que fez cinco reuniões, foi coordenada por *Jessé Montello* (do IPEA)[558] e foi relatada por *Carlos Marcos Barbosa* e *Áureo Pinto de Figueiredo* (do IBE) Teve como textos oficiais: "*A aplicação da técnica da amostragem nos levantamentos contínuos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*", por *Carlos Marcos Barbosa* (Chefe do Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares, do IBE); "*Pesquisas demográficas*", por *João Lyra Madeira* (Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, do IBE) e *Manoel Augusto Costa* (do IPEA); "*Levantamento das estatísticas industriais*", por *David Carneiro Júnior* (do IPEA); "*Implantação da tecnologia de amostragem nas estatísticas prioritárias agropecuárias*", por *Hilton Cunha* (Diretor do Serviço de Estatística da Produção, do Min. da Agricultura).[559] Ao término dos trabalhos, os debates resultaram nas Recomendações nº 2, 3, 5, 12 e 14.

A Comissão C, que fez quatro reuniões, foi coordenada por *Maurício Rangel Reis* (do IPEA) e foi relatada por *Rudolf Wuenshe* (do IBE) e *Amaro Monteiro* (do SNR) Teve como textos oficiais: "*Plano para o censo demográfico*", "*Plano para o censo comercial*", "*Plano para o censo dos serviços*", todos, por *Sebastião de Oliveira Reis*, *Amaro Monteiro*, *Heitor Câmara Vellozo* (do SNR), "*Plano para o censo industrial*", pelos mesmos autores, e mais *Rudolf Wuensche* (do Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e de Serviços, do IBE), "*O censo agrícola de 1970*", por *Maurício Rangel Reis* (do IPEA).[560] Ao término dos trabalhos, os debates resultaram nas Recomendações nº 1, 6, 9 e 11.[561]

---

[555] E mais uma em conjunto com a Comissão D, da qual resultou a Recomendação nº 16.

[556] Futuro sucessor de Sebastião Aguiar Ayres, portanto, o segundo presidente da Fundação IBGE.

[557] Este texto, a julgar por seu título, estaria melhor colocado na Comissão B.

[558] Futuro sucessor de Isaac Kerstenetzky, portanto, o terceiro presidente da Fundação IBGE.

[559] Contou, ainda, com os textos: "*Amostragem aplicada à estatística do comércio por vias internas*", pelo Departamento Estadual de Estatística, do Estado de São Paulo; "*Uso da fotografia aérea como sistema de referência na amostragem para a previsão de safras (pesquisa piloto no município de Tietê)*", por *Salomão Schattan* (Chefe da Seção de Levantamentos Econômicos, da Divisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, do Estado de São Paulo.

[560] Contou, ainda, com os textos: "*Censo demográfico, necessidades do BNH para a formulação e acompanhamento do Plano Nacional de Habitação*", por *Geraldo Estellita Lins* e *Carlos Alberto Teixeira Leite* (do BNH), "*Notas sobre estatísticas para o planejamento local integrado*", pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

[561] Todo o material dessa comissão será usado adiante no capítulo sobre o Censo 1970.

A Comissão D, que fez três reuniões[562], foi coordenada por *David Carneiro Júnior* (do IPEA), e foi relatada por *José Bastos Távora* (do IBE) e *Arthur Pinto Ribeiro* (do IPEA) Teve como textos oficiais: "*Dados básicos para a construção do índice de produção industrial*", por *Ralph Zerkowski* (da FGV); "*Índices de preços, necessidades mínimas*", por *Janes de Souza* (da FGV); "*As projeções de população*", pelo IBE/IBGE; "*As contas nacional do Brasil, a preços constantes*", por *Angelo de Souza* (da FGV).[563] Ao término dos trabalhos, os debates resultaram nas Recomendações nº 7, 10, 15 e 16.

A Comissão E, que fez duas reuniões, foi coordenada por *Orlando de Maria* (da ENCE) e foi relatada por *Henrique Tafuri Malvar* (da ENCE). Teve como texto oficial: "*Formação e aperfeiçoamento de estatísticos, programação condicionada ao nível cultura e ao prazo*", por *Antonio Tânios Abibe* (da ENCE). Ao término dos trabalhos, os debates resultaram na Recomendação nº 4.

Discursos na instalação da conferência

A sessão solene de instalação, a 29 de maio de 1968, teve lugar no auditório do Ministério da Educação e Cultura. Falaram o Ministro *Hélio Beltrão*, do Planejamento e Coordenação Geral, o Presidente da Fundação IBGE, *Sebastião Aguiar Ayres*, e o Diretor do Instituto de Economia, da FGV, *Isaac Kerstenetzky*.[564]

Hélio Beltrão falou primeiro. Realçou as mudanças introduzidas, vale dizer, o novo regime jurídico de Fundação, como forma de dar-lhe "condições de flexibilidade e autonomia de ação que lhe permitisse atender melhor à demanda de estatísticas imprescindíveis à planificação do desenvolvimento do país", não como reinicio da história, mas sim para "assegurar a continuidade à meritória obra ibgeana de mais de três decênios, já agora, porém, com os reajustamentos exigidos pelas novas realidades". E, nesta linha, explica o vínculo da Fundação IBGE ao Ministério do Planejamento, que veio para "garantir o íntimo entrosamento entre o aparelho nacional de prospecção estatístico-geográfica e os órgãos encarregados do planejamento" (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 25).

> Sempre considerei o IBGE com especial apreço, no conjunto da administração pública brasileira, atento, sobretudo, à originalidade de sua estrutura e à importância das tarefas a seu cargo. A transformação por que passou, recentemente, buscou adaptar essa originalidade estrutural à incessante evolução do País, ora voltado para a ingente batalha do desenvolvimento. [...] Era preciso reaparelhar os órgãos de apoio ao planejamento governamental. E os serviços de estatística figuram na primeira linha desse apoio, que começa a fazer-se sentir na aplicação da nova Estratégia de Desenvolvimento, que visa à expansão global de bens e de servi-

[562] E mais uma em conjunto com a Comissão A, da qual resultou a Recomendação nº 16.

[563] Contou, ainda, com o texto: "*A taxa real de crescimento da economia brasileira*", por *José Guilherme Pinheiro Cortes* (da ERGO Consultoria Econômica e Estatística).

[564] Na ocasião foi lida uma mensagem do Governador de São Paulo, Abreu Sodré, da qual valerá destacar o seguinte trecho: "Não podemos deixar, neste momento, de prestar nossa homenagem àquele que, numa antevisão fabulosa do futuro, e das necessidades governamentais, ideou, com base na cooperação interadministrativa, o Sistema Estatístico-Geográfico Brasileiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Teixeira de Freitas. Nossa reconhecida homenagem ao mestre idealista; nosso respeito aos que o acompanham de perto, na consecução dos mesmos nobres e alevantados objetivos" (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a,v. 1, p. 18).

> ços, através do aumento substancial do mercado interno e externo, da aceleração da tecnologia, do fortalecimento da indústria nacional, da consolidação da infra-estrutura econômica e social, do aumento da eficiência do sistema produtivo, e de outras medidas estimuladoras (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 25-26, grifo nosso).

E releva a importância da informação, dizendo-a o "melhor instrumento para desmoralizar o árido pessimismo com que, paradoxalmente, tantos de nossos patrícios se comprazem, de maneira um tanto mórbida, em exprimir seu amor ao Brasil ou suas preocupações com os destinos do País". E vê as estatísticas como informação, com dupla função, nos termos seguintes:

> Duas contribuições, essas, de alcance inestimável, que os órgãos responsáveis pela elaboração dos dados numéricos podem oferecer ao processo de desenvolvimento em que nos devemos empenhar, com firmeza e decisão. Ao mesmo tempo que nos assegura suporte ao planejamento, a estatística nos pode dar, pelo esclarecimento objetivo dos problemas nacional e pela aferição sistemática das soluções, aquele clima espiritual de confiança capaz de engajar o povo brasileiro, como um todo, no esforço decisivo em prol do desenvolvimento. Daí porque acentuei, de começo, a satisfação com que venho, em nome do Governo, declarar instalada esta Primeira Conferência Nacional de Estatística. Estou certo de que, das atividades que hoje se iniciam, advirão os resultados mais fecundos, no sentido da crescente melhoria das estatísticas brasileiras, em função das exigências e necessidades que se manifestam, imperiosamente, nos diversos setores da ação governamental e da atividade privada (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 27, grifo nosso).

A seguir, discursa o presidente. Inicia vendo aquele momento como um "marco na caminhada pelo progresso e aperfeiçoamento dos serviços estatísticos em nosso País", ao juntar "produtores e usuários de estatísticas em todo o País, com o objetivo de debater problemas comuns e equacionar, a respeito, soluções consentâneas com as possibilidades e necessidades nacionais" (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 29).

E prossegue lembrando *Teixeira de Freitas*, a quem chama de "figura apostolar", ao mesmo tempo que, por assim dizer, justifica as mudanças realizadas na sua obra; mudanças positivas, sempre, de modo algum negativas, uma espécie de salvação, de retorno ao incrível idealismo do momento inaugural, jamais exaltado o suficiente, em sua inventiva criatividade, em sua firmeza executiva. Um ajuste no tempo, apenas.

> Esse engenhoso e original mecanismo [de cooperação das três esferas políticas: federal, estadual e municipal] funcionou a contento, durante largo tempo. Convém relembrar que, no curso desse período, o IBGE correspondeu plenamente ao que dele se esperava. [...] Os dirigentes do Instituto, que haviam sido seus idealizadores, dente eles se destacando a figura apostolar de Teixeira de Freitas, não se descuidaram um só instante, por essa época, do imperativo de colocar o IBGE em consonância com a evolução do País, para que a entidade estivesse sempre ao nível do melhor desempenho possível de seus encargos. A renovação e o aperfeiçoamento constituíam preocupações constantes dos primeiros dirigentes desta Casa. [...] Essa condição jurídica inicial, que fizera do Instituto uma organização "sui generis" no panorama administrativo brasileiro, foi aos poucos perdendo as características originais. Para bem funcionar, a estrutura idealizada por Teixeira de Freitas teria de cingir-se às peculiaridades que lhe emprestavam feição especial no complexo administrativo do País. Deixando de ser assim, a partir de certo período, tornou-se



Em uma das sessões plenárias, Isaac Kerstenetzky (ao lado da cadeira vazia com uma pasta).

inevitável o entendimento do IBGE como órgão integrado na administração pública federal, na categoria de autarquia mesma do Governo da União, e, portanto, despojado da autonomia e da flexibilidade de ação objetivadas pelos seus idealizadores e fundadores – autonomia e flexibilidade somente possibilitadas dentro das características inspiradoras de sua organização original (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 30-31, grifo nosso).

E nascera a Fundação, fruto das várias análises externas havidas em 1958, em 1962, em 1964, em 1966 (das quais falamos em capítulos anteriores), ou seja, "a medida, longe de resultar de decisão precipitada ou da imposição de solução improvisada, decorreu da sedimentação de idéias e convicções que forma se firmando no decênio que a antecedeu" (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 34).

Por fim, falou *Isaac Kerstenetzky*. A segunda metade do século XX, afirmou, tornava imperativa a sustentação quantitativa à formulação de políticas públicas. As estruturas econômicas, ganhando crescente complexidade, exigiam números, números variados, de qualidade indiscutível, combináveis e comparáveis. Não mais havia espaço para "objetivos de política econômica ou social" ditos apenas em "termos puramente qualitativos". Por isso, devia haver uma firme "relação entre a produção de estatísticas e a [...] formulação da política econômica". Enquanto praticou-se um "planejamento como instrumento de mobilização psicológica", a demanda por estatísticas era algo figurativa, e por isso, as críticas à produção estatística, como as havidas no Seminário de Estatística realizado em 1958, embora coerentes, propondo um programa renovador, acabaram por não frutificar em mudanças. Nos últimos tempos, contudo, o esforço de se criar um sério e fundo sistema de planejamento governamental, trouxe à tona, outra vez, o imperativo de mover-se o sistema estatístico. E dava umas tantas regras ao jogo em tela, o definir-se o programa estatístico, e o dar-lhe a ordem de importância (vale dizer, de primazia na execução cotidiana):

> Em primeiro lugar, estabelecer um critério de prioridades tentando, tanto quanto possível, eliminar as solicitações de informações pouco úteis. Como entretanto determinar esse critério de prioridades? A resposta, a meu ver, está na articulação das chamadas estatísticas primárias com as estatísticas derivadas, isto é, entre as estatísticas que resultam de "apuração de registro ou levantamento direto" e as estatísticas que decorrem "da elaboração com base, em geral, nas estatísticas primárias". Entre as estatísticas derivadas merecem especial referência os indicadores da situação demográfica, a contabilidade social, os índices de preços, o balanço alimentar e o balanço energético. Em segundo lugar, é preciso atentar para o princípio de centralização dos sistema estatístico, no sentido de evitar a duplicação desnecessária em inquéritos de diferentes agências governamentais, e assegurar a adoção de classificação uniforme nas tabulações dos dados (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 42, grifo nosso).

Isso dito, sem que soubesse, ao que parece, ele lançava o programa de sua administração (que pouco depois começaria), fazendo ajustes no novo IBGE. Sim, as

mudanças daquele momento envelheceriam rapidamente, e seriam ajustadas. E ele, em sua gestão, traria a inflexão profunda e verdadeira da Fundação, no sentido da maturidade da elaboração das estatísticas econômicas (e suas sínteses). Antes disso, contudo, é preciso continuar a desvendando a conferência, e é o que faremos.

Recomendações aprovadas

Foram aprovadas 16 recomendações, cobrindo todos os temas debatidos. Quatro delas (1, 6, 9 e 11) eram sobre o Censo 1970, e as deixaremos para o próximo capítulo. As demais são, em seqüência, reproduzidas integralmente (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 57-73); ressalte-se a importância das de nºs 7, 10, 15 e 16, referentes às estatísticas derivadas.

Sobre o Plano Nacional de Estatística:

Recomendação nº 8:

1. O estudo de medidas que assegurem atualidade às publicações sobre comércio exterior e despertem maior interesse por essas publicações;

2. Seja efetuada pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, a apuração das estatísticas de cabotagem, quando o órgão estadual de Estatística não puder realizá-la;

3. O estudo, na estatística dos transportes ferroviários, da aplicação de um esquema de amostragem correspondente ao "carload" da Comissão de Comércio Interestadual Americana, visando a aferir a conjuntura com economia e rapidez nas apurações;

4. Sejam estendidas a todas as ferrovias as estatísticas de fluxos elaboradas pela Rede Ferroviária Federal SA;

5. A adoção, nas Unidade da Federação que disponham de condições que o aconselhem, do sistema de amostragem no levantamento das estatísticas do comércio por vias internas, de acordo com as normas aprovadas pelo IBE;

6. O estudo de levantamentos especiais dos transportes rodoviários, também segundo o sistema de amostragem, visando à determinação de fluxos de cargas e de passageiros, no âmbito intra e inter-regional;

7. Que se efetuem modificações na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, adaptando-a às classificações de outros levantamentos econômicos;

8. A manutenção, em linhas gerais, do atual sistema de levantamentos de fluxos comerciais com o exterior e dos fluxos inter-regionais de cabotagem;

9. A promoção de medidas cabíveis no sentido de ser eliminada a duplicidade de levantamentos que se verifica, em alguns casos, no campo das estatísticas de fluxos de mercadoria.

Recomendação nº 13:

Encaminhar os trabalhos "O Sistema Estatístico da Educação Superior" e "Padrões Estatísticos para o Planejamento Brasileiro" ao Instituto Brasileiro de Estatística, a fim de que a CONPLANE os examine, com vistas ao seu aproveitamento por ocasião dos estudos que serão realizados para implementação do Plano Nacional de Estatísticas Básicas.

Recomendação nº 16:

1. Aprovar o "Plano Nacional de Estatísticas Básicas" na forma como foi elaborado pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, em sua Resolução nº 1, de 11 de março do ano corrente;

2. Adotar, o IBE, as medidas necessárias para a implementação do PNEB, visando a permitir a solução das principais dificuldades hoje existentes para a elaboração de um sistema de Contas Nacionais 565 que satisfaça os requisitos enunciados pela ONU e as crescentes necessidades do sistema de planejamento brasileiro;

3. Que, em face das dificuldades de implementação, a curto prazo do PNEB, se dedique especial atenção aos pontos abaixo relacionados, que representam as prioridades mais imediatas para a melhoria do atual sistema de Contas Nacionais, prioridades essas cujo atendimento constitui pré-condição para o posterior aprimoramento e refinamento desse sistema:

- Definição e execução de um sistema de informações anuais sobre o pagamento dos fatores de produção agrícola e de indicadores dos investimentos realizados nesse setor, complementado por informações regionalizadas e periódicas sobre o Consumo Intermediário do setor primário;

- Padronização, sistematização e publicação das informações do INPS e da "Lei dos 2/3" sobre emprego, salários, ordenados e outros pagamentos a fatores, como elementos indispensáveis para o cálculo do Valor Adicionado aos setores que, por sua complexidade, são dificilmente cobertos pelos levantamentos normais do sistema estatístico;

- Realização de pesquisas anuais e regionalizadas sobre indicadores do nível de atividade do setor comércio, com prioridade inicial ao setor atacadista;

- Realização de levantamentos especiais de indicadores físicos (ton/km e passageiros/km) do sistema de transportes rodoviário e marítimo, bem como de informações, desses setores, relativas a pessoal ocupado e pagamento a fatores, a nível de estabelecimentos;

- Promover a padronização, correspondente às Unidades da Federação, das estruturas orçamentárias, segundo a classificação dos orçamentos por programa, no que tange á desagregação setorial e regional dos recursos e dos dispêndios públicos, englobando autarquias, empresas estatais e mistas;

4. Solicitar ao Banco Central e ao Instituto de Resseguros do Brasil providências no sentido de fornecimento de informações anuais sobre pagamentos de fatores, pelo sistema financeiro, público e privado, em termos nacionais e estaduais;

5. Promover a realização de um seminário de nível técnico, para estudar e debater problemas metodológicos e de coordenação do sistema de informações, relativos à elaboração das Contas Nacionais, visando a sua melhor adequação às necessidades do sistema de planejamento nacional e regional.

Sobre a elaboração das estatísticas derivadas:

Recomendação nº 7:

1. A promoção, em todo o País, de campanha intensiva e continuada de esclarecimento à população, principalmente no meio rural, quanto à importância do Regis-

565 Nos considerandos dessa recomendação, é dito que "as Contas Nacionais constituem uma síntese das estatísticas econômicas mais relevantes, síntese que, por sua ambição, praticamente define um sistema estatístico e requer uma gama muito rica de dados, exigindo a utilização complementar de fontes de informações não diretamente estatísticas" (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 72).

tro Civil[566], seja no cumprimento de um dever cívico, seja no próprio interesse do registrado;

2. A inclusão, nos quesitos do Censo Demográfico, de indagação sobre população menor de um ano de idade – sobrevivente ou não – a fim de ensejar o conhecimento do número de nascimentos ocorridos nos 12 meses que antecederam ao Censo;

3. Volte a figurar, no formulário do Censo Demográfico, quesito sobre a idade segundo as duas alternativas – a idade do nascimento e a idade presumível;

4. Constem das pesquisas sobre migrações as seguintes características individuais do imigrante: sexo, idade, profissão, alfabetização, nacionalidade, estado conjugal, condições de presença e data de entrada e de saída no País ou na Região;

5. O estudo da conveniência de o IBE assumir, a curto prazo, a responsabilidade dos levantamentos das estatísticas de migrações, tendo em vista o interesse prioritário em se dispor dos registros desses movimentos;

6. A manutenção da metodologia de cálculo de estimativas oficiais de população, adotada pelo IBE, até que se disponham dos resultados do Censo Demográfico 1970, ou até que a CONPLANE a reformule;

7. A redistribuição da população registrada no último Censo, sempre que ocorrer a criação de nova unidade municipal, de acordo com as novas divisas vigentes;

8. A formulação de apelo aos governos estaduais, no sentido de serem adotadas, para os municípios que não tenham delimitação rigorosa de suas áreas, baseada em acidentes naturais ou linhas geodésicas definidas, os limites que vierem a ser observador pelo Serviço Nacional de Recenseamento para o Recenseamento Geral 1970;

9. O exame da viabilidade de pesquisas especiais, visando à determinação do efetivo demográfico não registrado, mediante amostra por área;

10. O reexame da metodologia adotada para o cálculo das estimativas oficiais de população, bem como a verificação da possibilidade de ser utilizada, para o conjunto do País, uma função eventualmente de caráter mais geral do que a função exponencial, capaz de levar em conta as tendências particulares das taxas de crescimento;

11. O estudo da possibilidade da utilização do método das componentes, nas estimativas globais, bem como a obtenção de estimativas de população em subáreas, de modo que a totalização de suas populações corresponda ao total da respectiva área;

12. O exame, para posterior aplicação, do critério de distribuição da população de uma área, em diferentes subáreas, de modo a torná-lo mais adaptável às peculiaridades de cada uma, ficando o assunto em estudo no IBE, para que se estabeleça a metodologia de cálculo, através do teste experimental de várias alternativas.

Recomendação nº 10:

1. A extensão das pesquisas do DEICOM aos setores da Indústria Extrativa do Produtos Minerais, da Construção Civil e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública;

2. Apuração da rubrica “Despesas Gerais” a nível de gênero de indústria;

3. Que se promova a revisão, unificação e padronização das várias classificações industriais existentes no País, visando à adoção de uma classificação única, elaborada mediante critérios que permitam sua direta conversibilidade à Classificação Internacional Industrial Uniforme, adotada pela ONU, examinando-se a conveniência e oportunidade de uma alternativa e posterior adoção dessa classificação;

[566] Veja-se os capítulos 5 e 9 do volume 1: **Estatísticas desejadas (1822-c.1889)** e os capítulos 2, 8 e 14 do volume 2: **Estatísticas legalizadas (c.1889-c.1936)**, desta coleção.

4. Que os órgãos produtores de estatísticas derivadas, independentemente da obrigatoriedade de disporem de metodologia na elaboração de informações, apresentem, na divulgação das séries de índices e indicadores, nota esclarecedora dos critérios de cálculo adotados, da cobertura parcial e total dos índices e do sistema de ponderação aplicado;

5. O exame periódico da amostra de informantes de inquéritos industriais, na forma e medida que a matéria exigir, de modo a tê-la sempre ajustada a esse tipo de informações;

6. Seja estudada a possibilidade de a Divisão [567] de Estatísticas Comerciais e Industriais (DEICOM), do Instituto Brasileiro de Estatística, assumir a responsabilidade do levantamento dos dados gerais da indústria extrativa mineral;

7. Que as informações existentes sobre a indústria extrativa mineral sejam estudadas e classificadas de modo a permitir sua utilização para fins estatísticos;

8. O cálculo de índices de produção industrial, segundo categorias de uso (Bens de Capital, Intermediários, Bens de Consumo Durável) e de índices de oferta industrial, por origem e usos.

Recomendação nº 15:

1. À Fundação IBGE a instituição de uma comissão com vistas ao estudo e coordenação dos problemas de coleta de preços e de elaboração de índices;

2. Que a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE) estude, em todos os seus aspectos e implicações, a relação de indicadores constantes do item 3.0 do documento oficial – "Índices de Preços – Necessidades Mínimas", como necessidades mínimas no campo de índices de preços;

3. Que o Instituto Brasileiro de Estatística estude a possibilidade de ampliar os levantamentos de preços sob sua responsabilidade, realizados através do "Inquérito Nacional de Preços", a um maior número de produtos específicos, levando em conta as recomendações das entidades consumidoras dessas informações;

4. Seja estudada, também, a possibilidade de estender ao comércio atacadista e varejista do País os "Inquéritos Econômicos", de responsabilidade do IBE.

Sobre a adoção da técnica de amostragem:

Recomendação nº 2:

1. Seja solicitado ao Governo Federal o reativamento da Comissão Brasileira de Nomenclatura, criada pelo Decreto-Lei nº 37, de 1966, no sentido de conseguir, a curto prazo, a adoção de nomenclatura única para mercadorias;

2. Seja estudada a possibilidade da apuração dos dados contidos nas guias de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

3. Seja, finalmente, estudada a viabilidade da utilização do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, para obtenção do "frame" da amostra destinada a estimar dados sobre estatísticas industriais.

Recomendação nº 3:

1. Seja ampliada a coordenação entre os órgãos oficiais responsáveis por estudos socioeconômicos e a Fundação IBGE, no sentido do aproveitamento das virtualidades da "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios", a fim de evitar duplicidade de levantamentos;

[567] Na verdade, um Departamento.

2. Que a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”, no futuro, seja realizada através de amostras relativas a regiões menores do que as atualmente adotadas.

Recomendação nº 5:

1. Que o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, do Instituto Brasileiro de Estatística, promova pesquisa sobre o incremento da população, quer em seus aspectos teóricos, quer em suas implicações no caso brasileiro, dando assim prosseguimento e desenvolvimento aos estudos realizados pelo Laboratório de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística;

2. Que o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, em colaboração com o Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares (GEPD), cogite da realização de pesquisas especiais, visando à mensuração das migrações internas, de modo a ficarem definidas as áreas de atração e repulsão e os aspectos diferenciais;

3. Seja incentivado, pelo Instituto Brasileiro de Estatística, o debate e exame de alguns modelos teóricos e sua aplicabilidade aos estudos de fecundidade e migração interna;

4. Sejam pesquisados métodos mais adequados de estimação dos parâmetros dos modelos adotados e, bem assim, processos mais eficientes de amostragem, sempre que possível enquadrando-os nos levantamentos implantados ou a serem implantados pelo Instituto Brasileiro de Estatística;

5. Que se iniciem estudos para pesquisas de fecundidade rural e urbana, de caráter piloto, com o objetivo de orientar novas pesquisas e estabelecer dados e informações sobre motivações e fatores determinantes nos diferentes níveis de fecundidade;

6. Que o Centro Brasileiro de Estudos Demográficos realize estudos comparativos com os de outros países da América Latina, apoiando o plano de operações do Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) e integrando-se no referido plano e no de outros organismos internacionais;

7. Que, nas pesquisas de fecundidade, se procure obter dados que permitam analisar a história, as gestações.

Recomendação nº 12:

1. Encaminhar ao Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias, do Instituto Brasileiro de Estatística, da Fundação IBGE, o documento “Implantação da Tecnologia de Amostragem nas Estatísticas Prioritárias Agropecuárias”, a fim de serem estudadas as sugestões nele contidas;

2. Que a Escola Nacional de Ciências Estatísticas preveja cursos de especialização em estatísticas agropecuárias [568].

Recomendação nº 14:

Que os resultados da experiência em curso no Departamento Estadual de Estatística de São Paulo sejam encaminhados ao Instituto Brasileiro de Estatística da Fundação IBGE, para aproveitamento, como subsídio, em estudos de esquemas de amostragem destinados ao levantamento da estatística do comércio interestadual por vias internas.

[568] Que nunca chegaram a acontecer, talvez nem mesmo tenham sido cogitados.

Sobre o pessoal (formação)[569]:

Recomendação nº 4:

1. O estudo do aceleramento da formação de pessoal estatístico de níveis superior e médio pela ENCE, com a adoção do regime de tempo integral para professores e alunos;

2. Seja encarecida ao Governo a necessidade premente da formação de estatísticos, com a recomendação de que os alunos aprovados para ingresso em cursos da especialização, em regime de tempo integral, percebam, desde que pertencentes ao Serviço Público, a remuneração e demais vantagens a que fazem jus, enquanto neles permanecerem;

3. Que o setor privado seja esclarecido, com o objetivo de estimular seus empregados especializados a freqüentarem cursos de Estatística;

4. Que a ENCE estruture e inicie, a curto prazo, cursos de pós-graduação[570], aperfeiçoamento e especialização, bem como cursos especiais para profissionais de outros cursos de grau superior;

5. Seja solicitada ao Ministério da Educação e Cultura a reorganização do Curso Técnico de Estatística, visando a atender aos objetivos do documento oficial apresentado pelo Diretor-Superintendente da ENCE;

6. Que a ENCE mantenha, em caráter rotineiro, cursos de três meses para o aperfeiçoamento de Auxiliares de Estatística, dando prioridade a elementos pertencentes ao Sistema Estatístico Nacional;

7. A estruturação, pela ENCE, de cursos para pessoal estatístico de nível médio, que possam ser ministrados nos Estados e Territórios Federais, em caráter prioritário nestes últimos, e adaptados à realidade local. Nesse sentido, a ENCE providenciaria a constituição de equipes de professores que se deslocariam para os Estados e Territórios indicados, onde, em épocas adequadas, implantariam os cursos que, posteriormente, passariam à responsabilidade de órgão local, segundo condições estabelecidas em convênio firmado entre esse órgão e a ENCE, no que se refere ao acompanhamento do curso e às revisões julgadas necessárias;

8. A organização de cursos de aperfeiçoamento de nível médio para o pessoal das Repartições Centrais de Estatística, sob a supervisão da ENCE, que estudaria a possibilidade de ministrá-los nas próprias Repartições;

9. Que, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, seja solicitado aos Governos Federal e Estaduais o reforço de recursos a serem aplicados na formação de Estatísticos e de Auxiliares de Estatística, caracterizando apoio mais efetivo às unidades existentes, tanto no setor público quanto no privado, e estimulando a criação de novos cursos, condicionados à fiel execução de um plano integrado de ensino sob a supervisão da Fundação IBGE, segundo o que prescreve o item 7 desta Recomendação;

10. A realização, pelas Superintendências Regionais de Desenvolvi-mento, de estudo sobre a viabilidade de convênios com centros de formação e treinamento de pessoal estatístico e com as escolas de formação existentes nas respectivas regiões, desde que esses centros se integrem em um plano de regionalização do ensino de Estatística no

[569] Note-se o quase completo irrealismo dessas sugestões; revelando um descolamento entre a ENCE e os órgãos do sistema estatístico, inclusive a Fundação IBGE, o que só muito recentemente vem sendo pouco a pouco solucionado (pese a extrema lentidão desse processo de aproximação).

[570] E que só se daria 30 anos depois, com um programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, em vias de se tornar também um programa de Doutorado.

Brasil. Esse plano seria elaborado pela Fundação IBGE, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que forneceria o apoio técnico necessário.

O formato das recomendações segue a adotada no Seminário de Estatística, de 1958, tendo conteúdos muito parecidos, não raro iguais mesmo, o que traduz uma natural dificuldade de se introduzir mudanças nos sistemas estatísticos. Essa situação não significa, em absoluto, resistência às mudanças, ou simples inércia, antes, expressa a natureza do processo de pesquisa, com um tempo técnico inexorável. Vale dizer, é sempre difícil mudar a produção estatística, seja nos processos, seja, sobretudo, na introdução e na exclusão temática; não raro, muda-se apenas para não ter que mudar...

O Plano Nacional de Estatísticas Básicas

Paralelamente, circulou uma versão do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, elaborada pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, de 11 de março. Tido como pano de fundo, foi debatido e aprovado, e, pouco depois, oficializado pelo Decreto nº 63.010, de 18 de julho de 1968.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, constante do Anexo a este Decreto.

Art. 2º O Plano Nacional de Estatísticas Básicas compreende as informações estatísticas consideradas de interesse para o planejamento e a segurança nacional.

§ 1º As informações estatísticas constantes do Plano Nacional de Estatísticas Básicas terão a periodicidade e o âmbito geográfico mínimos indicados no Anexo.

§ 2º A classificação das informações estatísticas constantes do Plano Nacional de Estatísticas Básicas obedecerá a critérios que assegurem:

a) a comparabilidade histórica;

b) a comparabilidade internacional, notadamente no que se refere às estatísticas de mão-de-obra e ocupação.

§ 3º As informações estatísticas constantes do Plano Nacional com amplitude mínima estadual serão coletadas de modo a assegurar subsídios para o planejamento regional e o local.

§ 4º As informações resultantes de levantamentos censitários serão discriminados além de por municípios, também pelos quadros rural e urbano, quando tecnicamente possível.

§ 5º As classificações utilizadas para distribuições das estatísticas constantes do Plano Nacional serão válidas para todas as informações congêneres embora proveniência de fontes diversas, cabendo à Fundação IBGE promover a coordenação necessária a essa homogeneização.

Art. 3º A execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas terá lugar sob a supervisão e o controle diretos da Fundação IBGE.

§ 1º À Fundação IBGE, incumbe promover as providências necessárias ao cumprimento do Plano, nas periodicidades e nos prazos indicados no Anexo.

§ 2º Para desincumbir-se das tarefas executivas ou de coordenação, que lhe são atribuídas neste artigo, a Fundação IBGE poderá celebrar convênio ou contratar serviços especializados, com entidades públicas e privadas.

Art. 4º Enquanto não for autorizada por Decreto, a transferência das atribuições dos Serviços Centrais Federais de Estatística, prevista no artigo 3º, § § 1º e 2º do Decreto-Lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967, esses serviços continuarão a realizar todos os trabalhos estatístico de sua competência, inclusive aqueles relacionados com o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, sem solução de continuidade.

Parágrafo Único Os Ministérios aos quais estejam vinculados os Serviços referidos neste artigo, continuarão a proporcionar-lhes o pessoal, material e recursos financeiros necessários aos cumprimentos de suas atribuições, sobretudo aqueles vinculados ao Plano Nacional e Estatísticas Básicas.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

O anexo a que se refere o art. 1º foi publicado no *Diário Oficial* de 25 de julho de 1968 e retificado no de 1º de agosto de 1968 (e reproduzido no *Boletim de Serviço*, para circulação interna ampla, o que seria essencial). Inicia com uma definição e com uma explicação do esquema adotado, a saber:

Definição:

O Plano Nacional de Estatísticas Básicas compreende aqueles levantamentos estatísticos necessários ao conhecimento da realidade nacional, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico-social do País e à segurança nacional.

Esquema adotado:

O Plano Nacional de Estatísticas Básicas é apresentado segundo esquema em que se relacionam, distintamente, as *estatísticas primárias* (apurações de registros ou de levantamentos diretos) e as *estatísticas derivadas* (resultantes de elaboração com base, geralmente nas estatísticas primárias). Para cada um dos tópicos enunciados, são indicados: a) a periodicidade com que devem ser pesquisados; e b) o âmbito geográfico da pesquisa.

Para a periodicidade ou freqüência da pesquisa apresenta o plano uma discriminação coincidente como tipo de levantamento estatístico a ser realizado para a obtenção das informações. Assim, aos levantamentos censitários é atribuída, na forma da legislação em vigor, a periodicidade decenal ou qüinqüenal, conforme o caso. Com relação às estatísticas contínuas a periodicidade será trienal, bienal, anual, semestral, trimestral ou mensal.

No que se relaciona com o âmbito da pesquisa, o esquema estabelece, sempre que possível, especificação coincidente com a divisão político-administrativa do País. Para certos tópicos, estabelece a obrigatoriedade de que sejam disponíveis dados para *áreas selecionadas* (áreas previamente determinadas para pesquisas específicas, somando no seu conjunto, a área total do País) e *áreas especiais*, assim conceituadas as que, por força de Lei ou imposição técnica, sejam representadas por municípios ou distritos

de uma ou mais Unidades da Federação, cada um deles constituindo, área distinta de pesquisa, não somando, necessariamente, a área total do País.

Os temas dos dois grandes grupos, primárias e derivadas, estão abertos em até quatro níveis, mas, a seguir, daremos apenas dois níveis; as indicações da periodicidade e da cobertura geográfica são dadas para o nível mais aberto, e não as apresentaremos. Antes de seguir, valerá realçar que as primárias são definidas em dependência às secundárias, ou seja, serão produzidas as estatísticas primárias necessárias e suficientes ao atendimento das estatísticas derivadas, e nada a mais, nem nada a menos (voltaremos a esta reflexão em próximo capítulo).

Estatísticas primárias:

1 Situação demográfica

- Estado da população
- Movimento da população

2 Situação econômica

- Silvicultura e extração de produtos vegetais
- Pesca
- Agropecuária (inclusive beneficiamento)
- Indústria
- Comércio e prestação de serviço
- Transporte e comunicação
- Moeda e crédito
- Preços

3 Situação social

- Habitação
- Trabalho
- Saúde

4 Situação cultural

- Ensino

5 Situação administrativa e política

- Finanças públicas

Estatísticas derivadas:

1 Situação demográfica

- Indicadores demográficos

2 Situação econômica

- Índices de produção real
- Balanços financeiros
- Índices globais de preços
- Balanço alimentar
- Balanço energético
- Contabilidade social.

O encerramento da conferência

A sessão de encerramento da conferência aconteceu no auditório do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, estando presente o Ministro *Hélio Beltrão*. Tiveram a palavra (em discursos registrados): *Raul Romero de Oliveira* (Diretor-superintendente do IBE), *Pergi Cafieiro* (do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em nome dos usuários), e *Waldemar Passos* (Diretor do Departamento Estadual de Estatística da Bahia, em nome dos órgãos regionais de estatística). Por fim, tiveram a palavra, em ligeiras falações, o Presidente *Sebastião Aguiar Ayres* e o Ministro *Hélio Beltrão*, focalizando a qualidade dos trabalhos, e a substância dos resultados alcançados.

Nos três discursos registrados, valerá destacar o otimismo com que foram vistos os rumos tomados pelas relações entre usuários e produtores, em especial no discurso de *Pergi Cafieiro*, que falou em nome dos usuários. Antes de fazer esses destaques, cumpre lembrar que os usuários, então chamados de consumidores, só aparecem nos discursos, por assim dizer, estatísticos, quando da realização do Seminário de Estatística havido em 1958; até então, vinha cabendo aos produtores definir os temas a serem objeto de produção estatística, e se o fazia em nome de um amplo retrato numérico para o País, sem nenhuma orientação sistêmica prévia (com riscos de faltas e de excessos).

> A Conferência que hoje se encerra significa, sem dúvida, expressivo marco na evolução da estatística brasileira, principalmente porque veio abrir novos horizontes nas relações entre produtores e usuários de dados estatísticos. Os estudos apresentados e as Recomendações aprovadas, que constituem prova irrefutável do êxito dos trabalhos, proporcionam ao IBE valiosa contribuição para o equacionamento de múltiplos problemas de sua responsabilidade. [...] Assumirá assim a estatística, cada vez mais, o verdadeiro papel que lhe cabe na elaboração dos planos dos Poderes Públicos e da iniciativa privada, fornecendo ao País informações que permitam definir, a cada momento, o seu autêntico "status" e, principalmente, propiciem visão exata da evolução e das implicações dos diversos planos e de suas interelações no contexto nacional, contribuindo assim para evitar distorções e estrangulamentos no processo evolutivo do País. [...] Não mais a insegurança, não mais a solução aproximada, nem tampouco a frustração, que pode decorrer do plano mal informado, porque a estatística poderá fornecer a todo momento os elementos essenciais para pulsar sem erro a realidade brasileira, tanto em âmbito regional como nacional. [...] É com essa perspectiva otimista que daqui sairão os consumidores de estatísticas. Todos estamos convencidos de que disporemos agora e cada vez mais dos elementos informativos de base que só a Estatística pode propiciar. Por outro lado, poderá o sistema nacional de estatística confiar na colaboração dos usuários em tudo que estiver ao seu alcance, como ficou evidenciado neste encontro, a que afluíram, com estudos, sugestões e subsídios de toda espécie, relacionados com os assuntos do temário, órgãos e entidades dedicados aos mais diversos campos de atividade, em quantidade tal que chegou a superar as mais

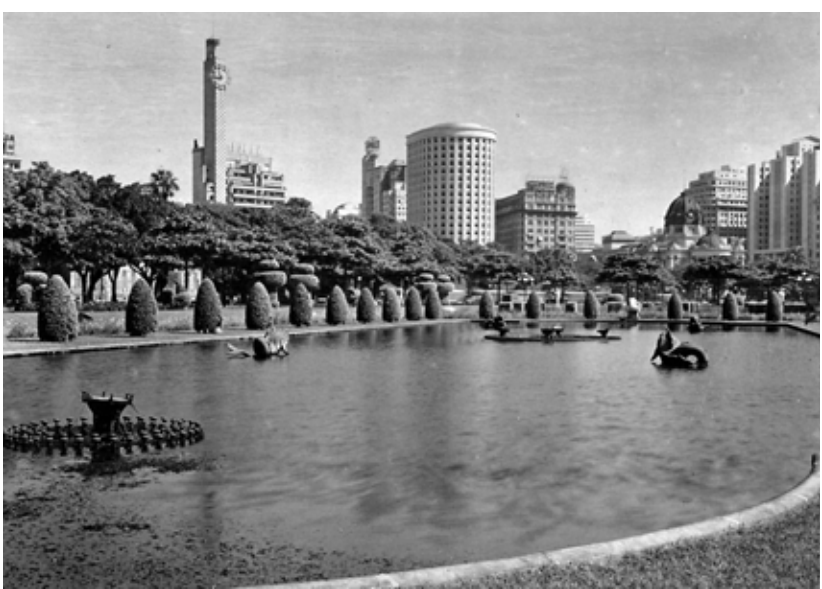


O diretor do IBE Raul Romero discursa no encerramento da 1ª CONFEST.

> lisonjeiras previsões (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1968a, v. 1, p. 51-52, grifo nosso).

Não obstante esse otimismo, o convívio idealizado entre produtores e usuários seguiu como sempre, difícil e arredio. Vencido aquele instante do cara-a-cara, cada qual retornado ao seu ambiente de trabalho, as coisas voltavam à "normalidade" do distanciamento. Os exercícios de traduções contínuas entre o desejado (na ótica dos usuários) e o possível (na ótica dos produtores, em suas relações com as ciências e com as técnicas) nunca foram simples e naturais, e, ainda hoje, não o são. Afora que naquele momento, as promessas expressas no plano novo, ainda enfrentavam a descentralização produtiva em transição para a centralização (e concentração); sem contar que boa parte das estatísticas derivadas, em especial as econômicas, continuariam descentralizadas, ficando na alçada da FGV (e só com *Isaac Kerstenetzky* na presidência, isso começaria a ser diferente, ele que, vale notar, vinha de lá, da FGV).

Obrigação e sigilo



Hotel Serrador (ao centro), onde aconteceu a recepção aos membros da I CONFEST, em 30 de maio de 1968.
Foto: Carlos.

No contexto daquele ambiente de mudanças, a obrigação e o sigilo foram vistos. Sim, as estatísticas são agregações (em ordem superior) de informações individuais, que precisam existir e serem acessáveis, ou poderem ser geradas. Existem, as que estão nos registros administrativos, ora expontâneos (como as "fichas" escolares, as médicas, entre outras), ora obrigatórias (como as "fichas" da receita federal, dos nascimentos, dos falecimentos e dos casamentos, entre outras). Quando não existem, ou não são essas suficientes, e satisfatórias, será preciso gerá-las, como querer que alguém se abra às instituições estatísticas espontaneamente? Por que fazê-lo, se não se percebe as vantagens das estatísticas? Sim, as políticas públicas que, quase sempre, atendem aos informantes, dependem das estatísticas, mas não é fácil perceber essa vinculação; afora outros pontos. Então, só resta mesmo tornar uma obrigação a prestação de informações para fins estatísticos, como algo de interesse (e necessidade) dos estados (e dos governos), ou ainda, em outros termos, de interesse (e necessidade) das sociedades. E para amenizar essa obrigação, dá-se aos informantes a garantia de sigilo, o que decorre naturalmente da natureza das estatísticas, ou, de outra forma, as estatísticas, como dito antes, são agregações, portanto superando as individualidades; assim sendo, é natural garantir reserva às informações individualizadas, que não são, nem serão, divulgadas.

Daí, então, a razão da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas ter dado atenção ao assunto, dando forma à Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. Não é a primeira legislação de obrigação e sigilo do Brasil, mas é, por certo, a mais bem elaborada, e que ainda continua em vigência. Nem um pouco simples de aplicação, supõe cada vez mais um trabalho associado de conquista aos informantes, nem sempre sistemático nas instituições estatísticas.

> **Art. 1º** Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 2º, § 2º).
>
> **Parágrafo Único** As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuado, apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei.
>
> **Art. 2º** Constitui infração à presente Lei:
>
> a) a não prestação de informações nos prazos fixados;
>
> b) a prestação de informações falsas.
>
> **§ 1º** O infrator ficará sujeito à multa de até 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País, quando primeiro; e de até o dobro desse limite quando reincidente.
>
> **§ 2º** O pagamento da multa não exonerará o infrator da obrigação de prestar as informações dentro do prazo fixado no auto de infração que for lavrado.
>
> **§ 3º** Ficará dispensado do pagamento da multa o infrator primário que prestar as informações no prazo fixado no auto de infração.
>
> **§ 4º** Se a infração for praticada por servidor público, no exercício de suas funções, as penalidades serão as fixadas no art. 4º desta Lei.
>
> **Art. 3º** Competirá, privativamente, à Fundação IBGE, na forma do regulamento a ser baixado, lavrar e processar os autos de infração, bem como aplicar as multas previstas nesta Lei.
>
> **§ 1º** Constituirão receita da União as importâncias correspondentes às multas impostas.
>
> **§ 2º** Incumbirá à Fundação IBGE, remeter, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para cobrança judicial, os processos findos relativos às multas que não forem pagas na instância administrativa.
>
> **Art. 4º** Será passível das penas pecuniárias cominadas nesta Lei, até a importância máxima correspondente a 1 (um) mês de seu vencimento ou de seu salário, o servidor público que, no exercício de suas atribuições, praticar infração nela prevista.
>
> **Parágrafo Único** A Fundação IBGE comunicará ao órgão ou entidade a que estiver vinculado o servidor o valor da multa aplicada para o fim da competente cobrança, mediante desconto em folha em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas.
>
> **Art. 5º** Das penalidades aplicadas pela Fundação IBGE na forma desta lei e do regulamento a ser baixado, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da

intimação, ao Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral, independentemente de garantia da instância.

Parágrafo Único As multas, afinal devidas, poderão ser parceladas, a requerimento do autuado, em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O art. 6º da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, ajustou a lei acima aos novos rumos que tomou a Fundação IBGE, mais exatamente, fez um ajuste de nomenclatura. Depois, já com esse ajuste, o Decreto nº 73.177, de 20 de novembro de 1973, regulamentou a aplicação da lei vista acima.

Ponto final

Naquele mesmo ano, 1968, o Decreto nº 62.497, de 1º de abril, deu regulamento à profissão do Estatístico; pouco depois, a 19 de agosto, o Decreto nº 63.111, alterou um de seus artigos. Isso atendia a um anseio antigo, para cuja realização pugnaram inúmeros ibgeanos, entre os quais *Teixeira de Freitas*, sobremodo na presidência da Sociedade Brasileira de Estatística. Por demais, coroava a criação da ENCE, em 1953.

A Fundação é refundada com Isaac Kerstenetzky na presidência. Novo olhar de Tulo Hostílio Montenegro

Capítulo 25

Em 25 de março de 1970, *Isaac Kerstenetzky* torna-se Presidente da Fundação, e logo a estará refundando ou reinventando.[571] Homem notável, e muito afável no convívio. Economista de formação, com cursos no exterior, muito mais que isso, era um notável cientista, um grande humanista. Tinha visão de mundo, era um homem de visão, era um homem do mundo. E nos deixou marcas, tendo seu nome inscrito no virtual panteão dos notáveis da estatística brasileira (homens e mulheres).

À época, *Hélio Beltrão* já deixara o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, cedendo a posição a *João Paulo dos Reis Veloso*, que faria longa trajetória no planejamento, e na análise dos problemas brasileiros. Fariam um convívio harmonioso, *Reis Veloso* e *Isaac Kerstenetzky*, e mais a direção e o quadro de pessoal do IPEA; souberam somar esforços em prol dos avanços no sistema estatístico brasileiro, tão vital ao Brasil, ontem e hoje; e sempre, sem dúvida alguma.



Isaac Kerstenetzky , [s.d.].

No governo federal, desde outubro de 1969, estava o terceiro General-presidente, *Garrastazu Médici*, que sucedera à Junta Militar que sucedera a *Costa e Silva* quando ele adoeceu e ficou incapacitado.[572] Seria o tempo do chamado "milagre econômico", bem assim, o tempo do se dever crescer primeiro para só depois fazer-se uma distribuição, o tempo em que o Brasil ia bem e o povo ia mal, nas palavras do próprio *Médici*. Um tempo de grande repressão aos dissidentes, resistentes ao regime militar.

Isaac Kerstenetzky, com *Reis Veloso* como Ministro, seguiria na direção do IBGE ainda pelo período de *Ernesto Geisel*, o quarto General-presidente (de março de 1973 a março de 1979), e entraria no governo de *João Fi-*

[571] Segundo o *Boletim de Serviço* (1970, p. 3), "anteriormente fora nomeado para esse cargo [a Presidência da Fundação IBGE] o Coronel Germano Seidl Vidal, que não veio a assumi-lo em virtude de haver sido julgado conveniente continuasse nas funções que exerce na Escola Superior de Guerra". Conta-se na oralidade institucional uma versão mais prosaica, qual seja, que sua ação teria sido visto como uma quebra de hierarquia, ou seja, teria articulado sua nomeação sem o conhecimento de seu comandante; e diz-se mais, que teria sido o Coronel Waldyr da Costa Godolphim, parte do "G", quem articularia sua "desnomeação" (por razões pessoais?), quando já haviam sido enviados convites...

[572] Costa e Silva chegou ao poder em março de 1967. Em agosto de 1969 foi afastado, depois de sofrer um Acidente Vascular Cerebral - AVC. Os ministros militares (Lyra Tavares, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha; Márcio de Souza e Melo, da Aeronáutica) impediram a posse do seu vice, Pedro Aleixo, velho político mineiro, e formaram uma Junta Militar que governou até outubro de 1969, enquanto os altos escalões militares escolhiam um sucessor, o que se deu na figura do General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, logo "chancelado" pelo Congresso Nacional, e que governaria até março de 1974.

gueiredo, o quinto e último General-presidente[573], quando *Reis Veloso* cederá a posição a *Mário Henrique Simonsen* (que fora Ministro da Fazendo no governo de *Ernesto Geisel*). Mas com a saída deste, e a entrada de *Delfim Neto* (o homem do "milagre"), deixaria a presidência.

Então, entra em março de 1970 e segue até agosto de 1979, deixando marcas de valor no IBGE. Soube ver seu tempo, e, sobremodo, soube valorizar a instituição, já que tinha clareza da sua natureza, da natureza da sua atividade, da natureza das estatísticas resultantes dessa atividade. Como poucos, ontem e hoje, tinha clareza do sentido de um sistema estatístico, de como conceber-lhe a estrutura, de como conduzi-lo. Desde os tempos de *Teixeira de Freitas*, só então novas idéias nos eram trazidas.[574]

Com Isaac Kerstenetzky na presidência, um novo tempo iniciaria

No ato de posse, a 25 de março de 1970, após a leitura de uma mensagem do Presidente da República, *Emílio Médici*, "sobre a prioridade concedida pelo Governo à realização do VIII Recenseamento Geral do Brasil", e tendo presente o Ministro *Reis Veloso*, e depois do balanço oferecido por *Sebastião Aguiar Ayres* (em que fez duas referências saudosas a *Teixeira de Freitas*), falou *Isaac Kerstenetzky*, falando do seu já longo convívio com as estatísticas, e com o IBGE.

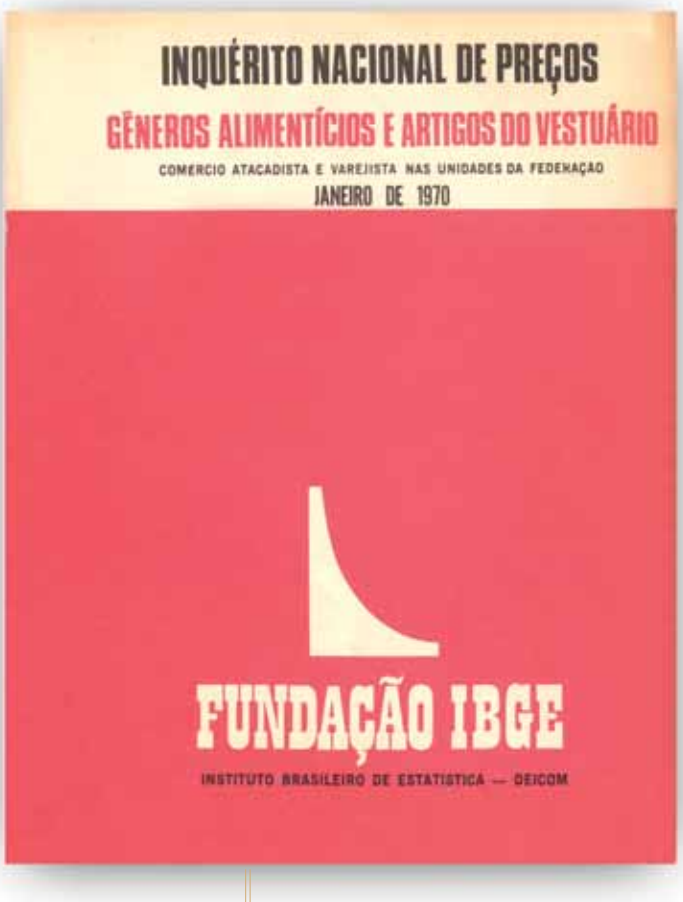
> ... assumimos este importante posto com a sensação de continuidade em nossa vida profissional. Já se vão mais de dois decênios que vimos trabalhando, quase ininterruptamente, na área das chamadas estatísticas derivadas, em mensurações da evolução da economia do país. Durante esse mesmo período mantivemos constante contato informal e formal com a Instituição. Participamos, como representante dos órgãos filiados, nos trabalhos da antiga Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística. Fomos integrantes de duas comissões constituídas pelo Governo Federal, uma em 1962 e outra em 1966, para estudo da reestruturação do IBGE[575], e vimos colaborando, como representante do Ministério do Planejamento, na Comissão Censitária Nacional[576], instalada em abril de 1969 (POSSE..., 1970, p. 60).
>
> Ao prosseguir, faz menção a grandes nomes do Pensamento Econômico, justo homens que influíram na produção das estatísticas econômicas: *Jan Tinbergen* e *Ragnar Frisch*, e poderia também ter trazido, *Wassily Leontief* e *Simon Kusnetz*, entre outros, todos, sem exceção, de sua intimidade intelectual. E ao fechar, traça um perfil do IBGE, tanto como o via, quanto como o faria em diante (e até hoje).
>
> No desenvolvimento de sistemas de formulação de política econômica e social na segunda metade do século XX, ressalta sua dimensão quantitativa – os objetivos social e econômico e os instrumentos correspondentes são quantificados.

[573] Foi presidente de março de 1979 a março de 1985, quando começa a chamada "Nova República", com a eleição de Tancredo Neves, ainda pela via indireta do Colégio Eleitoral, e que não tomaria posse por um fado triste do destino (doença e morte), dando lugar ao vice José Sarney, homem do regime militar, e que ficaria no poder até março de 1990 (quando haveria a primeira eleição direta para presidente desde 1960).

[574] O autor desta obra entrou no IBGE na gestão de Isaac Kerstenetzky, a 18 de fevereiro de 1974. Embora não integrasse seu grupo de colaboradores mais próximos, e íntimos, teve muitas ocasiões de vê-lo atuar e decidir, sempre com segurança, com determinação, mesmo quando as decisões tinham que ser "heróicas", como dizia, fazendo o gesto de bater a mão na perna. Foi um privilégio ter partilhado de sua proximidade.

[575] Talvez por não ter tido caráter oficial, ele omite sua brilhante participação no Seminário de Estatística havido em 1958, quando já anunciava suas concepções de estatísticas derivadas.

[576] Esqueceu de mencionar que também era membro da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, criada no contexto da Fundação, como representante da Fundação Getúlio Vargas.



Capa de Inquérito nacional de preços: gêneros alimentícios e artigos de vestuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

O reconhecimento da importância de estudos desenvolvidos nessa área certamente explica a concessão do primeiro prêmio Nobel em Economia ao nosso mestre Professor Jan Tinbergen e ao Professor Ragnar Frisch, pioneiros na construção de modelos de decisão.

[...]

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística comanda justamente a produção de insumos – representados pela Estatística e pela Geografia – indispensáveis à concepção, implementação e controle da política econômica e social.

[...]

Três importantes passos foram dados, após 1964, para o ajustamento do sistema estatístico às necessidades do país: 1) a introdução de dispositivo constitucional dando competência à União para legislar sobre o Sistema Estatístico Nacional; 2) a transformação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Fundação, como entidade autônoma, sujeita à supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; e, 3) a aprovação do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, que abrange não apenas as estatísticas primárias mas também o elenco das estatísticas derivadas.

[...]

A nossa tarefa será a de continuar a acelerar esse processo de modernização, o que os parece que só aparentemente será difícil, pois estamos convictos de que contaremos com o tradicional entusiasmo e a vontade de realização que possuem os dedicados servidores do IBGE (POSSE..., 1970, p. 60-61, grifo nosso).

Entre suas metas, como cerne, havia a de acelerar a execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas (que logo, no contexto da segunda CONFEST, seria tornado o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas). Almejava a articulação da Estatística e da Geografia, uma meta sempre presente nos discursos inaugurais, e nunca alcançando suficientes resultados. Outra meta, sempre também presente nos discursos inaugurais, e quase nunca realizada, seria o papel da ENCE na (re)formação e no treinamento do quadro de pessoal da Casa. Quanto ao pessoal, ainda, havia a meta de se adotar uma política realista de salários, própria ao mercado de trabalho, o que de fato realizou, e permitiu a entrada de gabaritados pesquisadores. Em termos do processo, advogava melhorias profundas no sistema de pesquisas (corrigindo sobrecargas aos informantes; consolidando a legislação da obrigação e a decorrente garantia de sigilo), bem assim, advogava melhorias nos processos de agregações e nos mecanismos de armazenamento das informações estatística e geográfica. E, prós e contras na balança, teve sucesso.

> Não nos resta nenhuma dúvida quanto ao decidido apoio que vimos recebendo e continuaremos a ter no futuro do Senhor Ministro João Paulo dos Reis Veloso. Estamos convencidos, também do interesse, do desejo e das esperanças que Sua Excelência o Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici deposita no IBGE para o cumprimento de seus altos encargos. Por tudo isso, assumimos esta honrosa função com entusiasmo e com otimismo. Nela esperamos continuar servindo ao nosso país, sem decepcionarmos aqueles que nos distinguiram com esta convocação (POSSE..., 1970, p. 62).

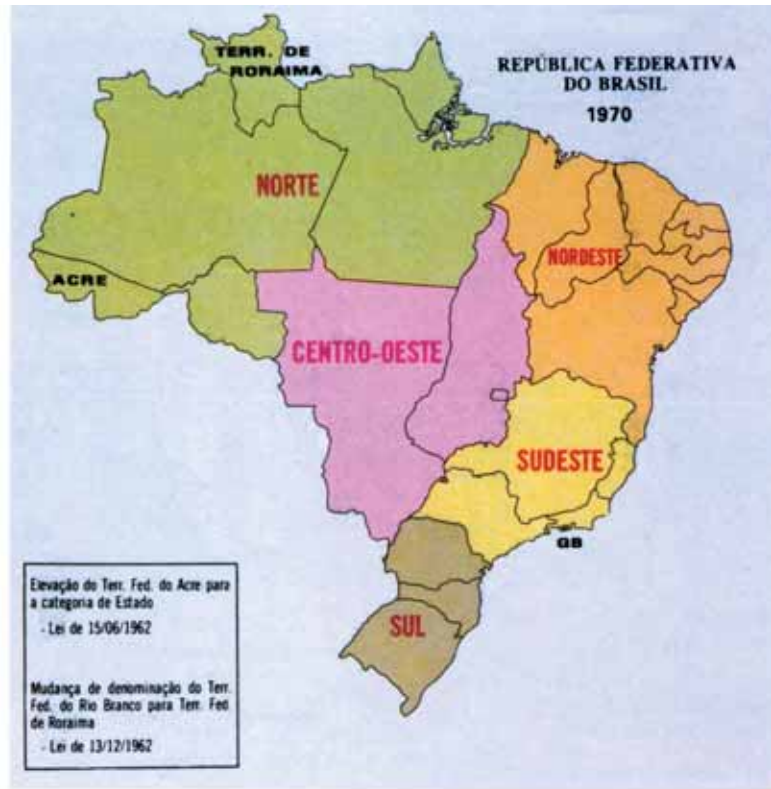
Nova ordem no programa estatístico; estatísticas primárias e derivadas

Ao se formar um sistema estatístico é sempre preciso ter um norteador, que lhe dê os limites, e lhe desenhe o conteúdo. Por muito tempo, ao longo dos Séculos XVII e XIX, esse norteador foi algo vago, não mais que o tornar disponível um retrato censitário das condições vigentes nos países. A primeira estrutura de um programa estatístico, ao que parece, veio de *Ernst Engel*, economista prussiano, apresentada no 7º Congresso Internacional de Estatística, havido em Haia, em 1869, cobrindo uma enorme gama de temas. Nessa linha, teremos no Brasil, no início do Império propostas de *José Bonifácio*, do *Marquês de Paranaguá*, do *Senador Vergueiro*, e vários outros, num misto de apanhado censitário e de Aritmética Política inglesa. Ainda no Império, quando da criação da 1ª Diretoria Geral de Estatística, e nessa mesma tradição, um programa minucioso lhe foi apensado. Esse mesmo programa, ao longo da Primeira República (ou República Velha), foi mantido e, aqui ou ali, atualizado, ora para mais, ora para menos. E é ele que dará forma ao programa estatístico adotado pelo IBGE.

Esse programa ibgeano, desde seu início foi objeto de críticas (e todo programa estatístico sempre o é e será). Suas insuficiências, contudo, eram razoavelmente compreendidas (e justificadas) pelo mundo acadêmico, mas não no interior das instituições estatísticas, que sentiam insatisfação (e o mostramos anteriormente). Com o passar do tempo, e com a intensificação do planejamento, já nos anos 1950, e mais ainda a partir dos anos 1960, houve uma grita geral pelas estatísticas econômicas. Os usuários (então chamados de consumidores) passaram a demandar as estatísticas econômicas, mas, para drama das instituições estatísticas, não se as sabia fazer, ainda faltando os próprios conceitos econômicos. Isso só virá aos poucos, a partir dos anos 1970, e mais ainda nos anos 1980; só então, ganharia forma e força as sínteses econômicas (agregados econômicos), as estatísticas derivadas; e delas, aprendeu-se a perceber e mesmo a mensurar a insuficiência das estatísticas produzidas.

Só assim, a crítica que estava posta, ganhava sentido. Agora, conseguia-se perceber se as estatísticas produzidas eram as necessárias e as suficientes; e mais, aprendia-se a ordená-las em prioridade. Até então, tudo tinha a mesma prioridade, já que era uma produção descentralizada, e em cada órgão, claro, sua estatística era prioritária, sem que o todo fosse objeto de reflexão. Em ambiente de abundância de recursos, tudo bem, mas os recursos eram escassos, em especial para atender a uma demanda crescente, provocada pelo planejamento cada vez mais técnico e científico, a querer e a cobrar expressões quantitativas. É então que vem a idéia das estatísticas

derivadas[577], muito graças às Contas Nacionais que ganham concepção científica e sobretudo ganham prática; afora as Contas, havia outras sínteses econômicas, como a Matriz Insumo-Produto, os Índices de Preços, e outros; sem olvidar as já antigas sínteses demográficas que amadureciam em associação ao econômico. Pois a idéia das estatísticas derivadas[578], associadas às expectativas de promoção e / ou aceleração do Desenvolvimento Econômico (e, logo depois, do Desenvolvimento Econômico e Social), foram postas em realce por *Isaac Kerstenetzky* ao discursar na abertura da primeira CONFEST (como visto no capítulo anterior).[579]



Mapa da República Federativa do Brasil em 1970.
Fonte: IBGE .

Em suma, as estatísticas derivadas necessárias à promoção e à aceleração do Desenvolvimento Econômico (e, logo depois, Social) poriam em ordem as estatísticas primárias, e marcariam sua necessidade e sua suficiência. E as derivadas então definidas eram, sobretudo, as econômicas; olhando-se a partir delas sabia-se quais primárias deviam ser produzidas, e quais seriam um desperdício. Claro que não eram assim tão exclusivas, pois que os setores econômicos, eles próprios exigiam algumas estatísticas específicas para serem compreendidos, e desenvolvidos, mesmo que essas estatísticas específicas não fossem pedidas nas sínteses econômicas. Era como se nos setores também houvesse uma virtual síntese, e diga-se virtual à falta de uma clara visão teórica. Assim, as primárias obedeceriam a dois orientadores: um, ao das síntese; outro, ao dos setores. E dessa forma, muito do que então se produzia, em especial as estatísticas culturais perderam prioridade, até mesmo sentido.

[577] Não é que as estatísticas derivadas não existissem; afinal os índices, e que tais, são muito antigos. Mas eram produto dos analistas, fora das instituições estatísticas (aliás, ainda frágeis). O novo é que agora elas entravam como programa das instituições estatísticas que, ao produzi-las, percebiam as primárias que deviam produzir, nem a mais, nem a menos. Esse é o avanço.

[578] Veja-se as estatísticas derivadas como sínteses analíticas, ou, dito de outra forma, como agregações analíticas das agregações estatísticas. Trata-se de alcançar uma ordem superior nas agregações (na linha de Latour). Os indicadores são um bom exemplo disso; são como que novos tempos de produção estatística, agora tomadas num sentido analítico mais aguçado. Mais aguçado, vale enfatizar, porquanto toda estatística, construção que são produzidas sob alguma concepção analítica subjacente.

[579] "A partir da teoria econômico-social – e não antes – surgiram os primeiros tipos mais sofisticados de estatística derivada. A preocupação com o sistema de contabilidade social é relativamente recente. Até o surgimento da teoria de política econômico-social, a tradição dos sistemas estatísticos era essencialmente centrada nas chamadas estatísticas primárias: censos, levantamentos universais, estatísticas contínuas de naturezas demográfica, econômica e social" (KERSTENETZKY, 1991, p. 18).

Pouco a pouco, além das sínteses econômicas, tentou-se as sínteses do social, mas apenas se alcançou os chamados indicadores sociais, sem a força de síntese. A falta de quadro teórica, presente no econômico, mas não no social, foi sendo atenuada mais e mais foi-se derivando os indicadores sociais das estatísticas econômicos (sempre as mais potentes das estatísticas produzidas, por serem os fatos econômicos, associados aos preços e valores, naturalmente mensuráveis). Depois, com o passar do tempo, a bem dizer, hoje, virão as preocupações com o Desenvolvimento Ambiental e com o Desenvolvimento Humano (por certo, noções mais amplas), e com elas, a demanda aos indicadores ambientais, e os de desenvolvimento humano, ainda de aceitação polêmica pelas instituições estatísticas. E as instituições estatísticas, agora, se vêem desafiadas a estabelecer as estatísticas derivadas próprias aos novos anseios, mesmo que ainda não apoiadas em quadros teóricos indiscutíveis, o que nunca lhes é fácil adotar (por seus vínculos com as ciências); contudo, não há muito mais tempo, pois o futuro é hoje, e as demandas crescem, e variam, querendo-se promover a fixação de direitos (contra a pobreza, a fome, a miséria, e outros temas).

Isso posto, as estatísticas primárias seriam feitas como função das estatísticas derivadas, variando apenas as estatísticas derivadas do momento. Assim, por exemplo, pelas estatísticas derivadas de valor à época não cabia estar a produzir estatísticas municipais, como o IBGE vinha fazendo, mas hoje, com os planejamentos regional e local, numa federação exigente, e ciosa de si, volta a caber suas produções. Hoje esses espaços regionais querem dispor de indicadores de decisão política, e é preciso torná-los disponíveis, ainda que sem sólidos quadros teóricos.

Pois tudo isso nos vem à mente, e nos surge como reflexão, graças às ricas idéias de *Isaac Kerstenetzky*, expostas como dito já em 1958, talvez antes, e por certo postas depois. Contudo, valerá frisar que, desde 1972, quando nos legou um novo programa estatístico, que passou a se chamar "Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas", nunca mais o IBGE mudou-lhe a oficialidade. Hoje, letra morta, não é mais executado, e o que é executado não é conhecido amplamente; há de se rever seu conteúdo (tendo em mente o ambiente e a fixação dos direitos).[580]

Sistema estatístico e planejamento; as estatísticas derivadas

Em texto no *Jornal do Brasil*, a 30 de agosto de 1970 (reproduzido depois na *Revista Brasileira de Estatística*, a jul./set. 1970), "Estatística para o planejamento", *Isaac Kerstenetzky* ofereceu suas reflexões sobre o sistema estatístico. Nele, trouxe de volta a perspectiva das estatísticas derivadas como norteadoras da estrutura do programa estatístico. Essa perspectiva é riquíssima e inovadora, fruto de seu tempo, e de sua visão desse tempo; antes, o estado das ciências, em especial da Ciência Econômica, não dava essas luzes; agora, evoluíra o pensamento, e a produção das estatísticas era beneficiada.

[580] Uma nova Conferência Nacional de Estatística (a quinta) está programada para agosto deste ano, 2006, aos 70 anos da Convenção Nacional de Estatística, e será um ótimo momento de atualização do referido programa estatístico, ajustando-o às necessidades econômica, ambiental, política, social, e outras, hoje manifestas, em especial, nas grandes cúpulas das sociedades globalizadas.



Efígie de uma cédula de cruzeiro, de 1970.

> O Plano Nacional de Estatísticas Básicas compõe-se, de modo esquemático, de dois grandes grupos de levantamentos: estatísticas primárias e estatísticas derivadas.
>
> As estatísticas primárias abrangem todos os levantamentos diretos sobre as condições e características das atividades econômica e social do país. As tabulações das estatísticas primárias devido ao caráter global e na maioria das vezes função de levantamentos de grande massa de dados não proporcionam visão analítica, de fácil entendimento das múltiplas dimensões da vida econômica e social do País. Daí a necessidade de elaborações ulteriores do tipo contemplado pelas estatísticas derivas (KERSTENETZKY, 1970, p. 275, grifo nosso).

E realça a feitura das Contas Nacionais por poderem representar "de uma forma convencional e simplificada a estrutura da economia do país onde destaca-se, como agregado central, o cálculo do Produto Interno Bruto", e segue dando realce à Matriz de Relações Intersetoriais, valiosa por conseguir mensurar as variações na demanda.

Essa idéia de sistema estatístico é melhor posta no texto "*Quo vadis* sistema estatístico?", publicado em 1990, mas que, provavelmente, terá sido feito ao tempo de sua gestão. Nele, suas idéias são claras (e ainda atuais):

> Um sistema estatístico pode ser pensado como organização da produção centralizada de dados econômicos e sociais, abrangendo sua concepção, coleta, processamento, armazenamento e disseminação. A experiência internacional desaconselha produção descentralizada como, por exemplo, a de estatísticas setoriais distribuídas segundo ministérios afins ou por delegações a nível regional.[581] Isso decorre, principalmente, da constatação de dificuldades de coordenação e operação sintonizada, bem como da instabilidade provocada por excessivas mudanças quando da sucessão de direções institucionais.
>
> [...]
>
> Os dados estatísticos constituem bem público, cuja produção deve atender não apenas ao Governo, mas, também, a demandas oriundas da Sociedade Civil. O conjunto dessas demandas deve ser organizado através de um *conselho ou comissão nacional de estatísticas*, vinculado ao Ministério ao qual o órgão central está vinculado. O sistema estatístico deve preocupar-se continuamente com a relevância, precisão e oportunidade de seus dados. Deve, por isso, planejar suas atividades e controlar a qualidade de seus produtos. A instituição deve nortear-se por *projeto institucional* [582]com horizonte de tempo de dez anos[583]. Esse projeto deve estabelecer prioridades e determinar o elenco de levantamentos regulares e especiais, levando em conta o

[581] Logo a seguir, essa posição é relativizada na seguinte expressão: "A noção de sistema estatístico pode ir além da concepção de uma organização central de estatística, pois abrange também, outras instituições associadas por diferentes formas de colaboração, mesmo quando o sistema é do tipo centralizado" (KERSTENETZKY, 1990, p. 185).

[582] Tomando essa expressão como similar a "Planejamento Estratégico", o IBGE só veio a fazê-lo em 1988-1989, na gestão de Charles Mueller (contudo, a nova gestão, de Eduardo Augusto Guimarães, não o aplicou). Depois, veio a tê-lo, de fato, na gestão de Simon Schwartzman, em 1998, sendo mantido nas gestões de Sérgio Besserman e (ainda que com menos ênfase), na atual, de Eduardo Pereira Nunes.

[583] O horizonte de dez anos tem o viés do censo. O Planejamento Estratégico do IBGE tem o horizonte de três anos, com revisão contínua a cada ano; nem por isso perde a noção da decenalidade censitária.

> painel amplo que a sociedade almeja ver elaborado.[584] A falta de projeto central que atue como referencial para os diversos programas de trabalho do sistema estatístico, pode causar considerável insegurança e falhas em seu funcionamento (KERSTENETZKY, 1990, p. 185, grifo nosso).

A seguir deixa claro a idéia de que "o sistema estatístico deve ser estruturado a partir da contabilidade social integrada", vista como a junção das "contas consolidadas (antigas contas nacionais), [das] tabelas de relações intersetoriais (*input-output*) e [do] fluxo de fundos", sem olvidar, claro, os índices de preços. Tem em mente, ainda, os "levantamentos domiciliares multi-objetivos" (por amostras), as "estatísticas básicas setoriais", o uso dos "registros administrativos", a criação do "cadastro de informantes". Trata, também, dos níveis de agregação, das bases de microdados, dos estudos e análises; e por fim, realça o que chama a "voz dos usuários" a ser ouvida sempre.

Novo olhar de Tulo Hostílio Montenegro

Pouco depois da posse de *Isaac Kerstenetzky*, com sua anuência, é claro, *Reis Veloso* solicitou ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (*Galo Plaza*), que *Tulo Hostílio Montenegro* fosse posto à disposição da Fundação IBGE, com vistas a uma nova análise de sua situação.[585] Lembre-se que, antes, em 1964, ao tempo da gestão *Senna Campos*, fizera um trabalho semelhante, a pedido do governo brasileiro; e agora, seis anos depois, voltava para igual tarefa, e que faria de 18 de maio a 15 de junho de 1970. Desse trabalho resultou um relatório, que aqui analisamos.[586]

A)Aspectos do relatório anterior (1964)

O relatório anterior foi seu ponto de partida; retoma as sugestões formuladas, vistas em capítulo precedente. Seis anos depois, observava um apreciável progresso no sentido da promoção daquelas sugestões, seja pelas mudanças no regime jurídico, criando-se a Fundação, seja pela renovação dos processos de pesquisa. Diz ele, com muito otimismo, mas não sem realismo:

> As recomendações formuladas – que a alguns pareceram radicais – tinham como objetivo fundamental restabelecer e assegurar, de forma permanente, o contato entre o Sistema Estatístico e a realidade nacional, tomando em consideração a natureza mutável desta última num processo de desenvolvimento em que os interesses nacionais e regionais se estavam sobrepondo aos das Unidades da Federação e das circunscrições municipais, inclusive em benefício destas últimas. De amplitude variável, em vista dos fins a que deviam atender, implicavam uma ação simultânea e não

[584] A percepção desse "painel amplo" é sempre muito difícil, convém não esquecer. Ainda mais nos tempos correntes, globalizados, em que as demandas se tornam voláteis, e mesmo volúveis. Tentar atendê-las, sem maiores reflexões, é perigoso, e aventureiro, pois põe em risco a credibilidade das instituições estatísticas. Contudo, não perceber as demandas em mutação, os novos tempos, e não tentar atendê-las, põe em risco a legitimidade das instituições estatísticas. Por certo, um dilema.

[585] Na verdade, dada a demora na análise desse tipo de pedido, é possível que tenha começado a acontecer ainda na gestão Sebastião Aguiar Ayres. Se o foi, nem por isso deixou de ter o aval da nova gestão.

[586] Dessa vez não há uma descrição do modo como trabalhou. Sabe-se, contudo, que conversou com Isaac Kerstenetzky, o que deu a tônico do trabalho realizado. Muito provavelmente conversou também com outras pessoas, mas não as temos mencionada. Terá lido, também, vários documentos, mas não os relaciona, afora seu próprio relatório anterior. Sua atenção, vale notar, foi em especial sobre o IBE, e só residualmente sobre o IBG e a ENCE (note-se que o IBI só viria depois).

> consecutiva, ainda que o resultado de sua aplicação se verificasse a curto, médio e longo prazos. Em outras palavras, sua aplicação requeria não só ação imediata, mas, principalmente, ação contínua, levada à prática de forma autônoma, algumas vezes dependendo apenas de decisões administrativas dos órgãos dirigentes. [...] A firme ação desenvolvida e os resultados positivos obtidos em cerca de três anos constituíram demonstração inequívoca da capacidade do IBGE para sobreviver às vicissitudes passadas e ajustar-se às novas necessidades nacionais. Submetido a um tratamento de choque, reagiu de maneira favorável, embora lhe faltasse condições para dedicar igual atenção, simultaneamente, a) à produção das estatísticas destinadas a fundamentar decisões de importância para o desenvolvimento do Brasil, e b) à estruturação da Fundação recém-instituída. Impunha-se a primeira tarefa ainda que como não passou despercebida aos órgãos superiores, atribuir-lhe preferência significava algumas vezes solucionar problemas imediatos mediante decisões fragmentárias e parciais, inevitável centralização, postergação de providências e até transigências ocasionais no tocante à autonomia administrativa e técnica da entidade. Entretanto, não fosse a coragem de optar pela tarefa mais urgente, e a Fundação – sobretudo o Instituto Brasileiro de Estatística – não se teria firmado nem teria colocado à disposição dos usuários dados urgentemente reclamados (MONTENEGRO, 1970, p. 3-4).

Entendia, nessa linha de reflexão, que o governo precisaria sustentar, e, sempre, e mais, ampliar seu concurso à Fundação, não lhe negando os recursos necessários, no montante e nos tempos certos. Que não se poderia, por mais muito tempo, seguir a tratar apenas de situações imediatas, relegando as situações mediatas a segundo plano; seria preciso dar atenção às ações de médio e longo prazos, em especial a reforma do quadro de pessoal. E diz que “os países que mais progrediram no campo estatístico alcançaram a posição atual graças a trabalho sistemático, realizado sem solução de continuidade durante longos períodos, e não improvisando ao longo da marcha ou ignorando etapas intermediárias” (MONTENEGRO, 1970, p. 4). Por fim, encerra suas “considerações preliminares”, com as seguintes palavras sábias:

> O Sistema Estatístico brasileiro conta, em junho de 1970, com uma série de elementos que podem contribuir eficazmente para sua completa recuperação. Entre eles se podem mencionar, a título de ilustração, a) um núcleo de pessoal experiente, ainda que reduzido; b) comprovada experiência em certos tipos de trabalhos especializados; c) largas possibilidades abertas pela instituição da Fundação IBGE, dadas as características que lhe foram atribuídas; c) o respeito próprio do seu pessoal, reconquistado graças à atuação proba dos seus últimos dirigentes; e d) o estímulo produzido pela execução de vários trabalhos importantes e pela verificação de que os seus resultados foram apreciados e utilizados pelos usuários.
>
> Paralelamente, ressente-se ainda hoje da desatenção com que foi tratado durante longo período e da ação nefasta de algumas administrações pouco criteriosas; assim, os elementos desfavoráveis são numerosos. Não se justificaria inventariá-los, pois a maior parte deles foi referida no relatório anterior, mas é cabível destacar, no conjunto, a) o “envelhecimento” do pessoal tanto da sede como dos órgãos localizados nas Unidades da Federação e nos Municípios; b) a despreparação para trabalhos de nível superior ao dos que se estão realizando, em virtude da falta de renovação de recursos humanos, êxodo de elementos técnicos, falta de estímulo e espírito de rotina; e c) fatores de ordem administrativa e “para-administrativa” que se fazem sentir na estrutura e sobre o funcionamento da instituição, muitos dos quais não podem ser eliminados sem pessoal competente em número suficiente para atendê-los.
>
> Ignorar essa realidade e sobrecarregar a instituição com encargos superiores à sua capacidade atual é condená-la ao malogro, prejudicando o processo de recuperação iniciado. A avaliação cuidadosa de suas possibilidades impõe-se em cada caso, porque tanto os usuários, cuja demanda tende a aumentar sob a influência dos resul-

> tados recentes, como o pessoal do Sistema, estimulado depois de anos de frustração, tendem à mesma direção, esquecendo as funestas conseqüências que podem advir da aceitação de compromissos indiscriminados (MONTENEGRO, 1970, p. 5).

O quadro de pessoal receberia especial atenção na gestão *Isaac Kerstenetzky*, seja na (re)formação do antigo quadro, seja na contratação de quadros novos[587], seja na política de remuneração. Sem essas medidas não haveria futuro, e se estaria frustrando as realizações em curso à época; não se tratava de ignorar o antigo quadro, pois que experiente, mas de dar-lhe impulso, seja com novas formações e treinamentos, seja pela adição de pessoal com diferentes formações; dessa junção, do novo ao velho, surgia o "homo ibgeanus", como dizia *Isaac Kerstenetzky*.

B) Como findar o Censo de 1960?

Um abacaxi precisava ser descascado, o Censo de 1960. Pesada herança deixada pela triste gestão de *Jurandyr Pires Ferreira*, pouco afeita às lides estatísticas, e mais interessada nas atividades geográfica e cartográfica. E oferece um balanço (nada lisonjeiro) da tradição censitária construída pós-IBGE:

> As operações censitárias realizadas no Brasil a partir de 1940, mesmo quando foram bem planejadas ou se iniciaram de maneira satisfatória, não produziram resultados correspondentes à expectativa. Cada uma delas foi afetada fortemente por problemas que se originaram da falta ou da insuficiente consideração dispensada, no momento oportuno, a aspectos operacionais de importância em levantamentos de tal porte, de previsões equivocadas que não foram corrigidas a tempo, da ausência de controle estrito do desenvolvimento dos trabalhos, da demora em adotar medidas de exceção quando estas se fizeram imperativas. Excluídos aqueles casos em que as dificuldades resultaram de ocorrências que se faziam sentir sobre o vigamento da entidade, os problemas predominantes foram de natureza diretiva, ou de planejamento de conjunto, coordenação e supervisão. Para exemplificar: o especialista que demonstrou plena capacidade para selecionar e definir os aspectos que deveriam ser investigados, resolver problemas difíceis de projeto de questionários, coleta, elaboração de planos de tabulação e outros de natureza técnica, nem sempre teve consciência da importância da divulgação oportuna dos resultados; a comissão que dedicou sessões à discussão de minúcias de um formulário foi a mesma que se absteve de verificar periodicamente o andamento dos trabalhos de campo e da apuração e divulgação dos resultados. Nos recenseamentos de 1940 e 1950, em todo o território nacional se coletou bem a informação censitária; os pontos de estrangulamento surgiram nas fases de elaboração e publicação, ainda que em razão de causas de natureza diversa. Na operação censitária de 1960 – segundo o consenso geral, a menos satisfatória das três citadas –, as dificuldades começaram no planejamento[588], fizeram-se sentir na coleta, agravaram-se durante a crítica e a apuração (MONTENEGRO, 1970, p. 6-7).

E havia um dilema, com três hipóteses, a seu juízo: 1) admitir-lhe o completo malogro?, 2) adiar seu final até haver recursos disponíveis (depois do Censo 1970)?, 3) terminar-lhe o processamento pela contratação de serviços externos? Repugnava-lhe a primeira hipótese; a segunda levaria a privar o Censo 1970 dos seus

[587] Essa contratação, na verdade, acabou não sendo tão volumosa quanto seria desejável, isso porque a passagem do pessoal do antigo quadro ao novo acabou sendo indiscriminada, quando deveria ter sido bem mais restrita, ficando sua maioria num quadro estatutário em extinção.

[588] O planejamento, embora sofrendo dificuldades, foi bem feito, como é dito no capítulo 19 deste volume.

ensinamentos, seja pelo processo realizado (e seus problemas), seja pelos resultados (para efeito de avaliações e comparações), afora que só seria feita após quase uma década; a terceira hipótese sofria um sem número de restrições, desde as legais – passar informações individuais a público externo –, às técnicas – do negociar autorizações das autoridades americana, detentoras das tecnologias disponíveis, ao estado precário do material (as fitas, os cartões, e os próprios questionários). Como seja, "para salvar o que falta da [operação] anterior", a decisão a ser tomada não deveria "comprometer a próxima operação censitária"; e sugeria retomar essa avaliação com novos pontos, a saber:

> a) De acordo com a estimativa apresentada pelo Centro de Processamento de Dados, se requerem oito meses para elaborar a informação restante do Censo Demográfico 1960; a menos que este trabalho se realize de forma independente, a Direção do Departamento de Censo e, em particular, a Divisão do Censo Demográfico, terão de trabalhar simultaneamente com material coletado em levantamentos realizados com um decênio de intervalo e enfrentar problemas diferentes, mas de similar complexidade.
>
> b) Ainda que a elaboração do Censo Demográfico de 1960 passe à responsabilidade de uma empresa privada idônea, o Centro de Processamento de Dados não poderá manter-se à margem da mesma; terá, inevitavelmente, de dar-lhe assistência, em um período em que estará sobrecarregada, em razão do início do processamento dos dados do Censo Demográfico de 1970, e da preparação para o processamento dos demais censos, cujo volume é menor, mas cuja complexidade é, indiscutivelmente, maior, sobretudo no caso do Agropecuário[589].
>
> c) A apuração do Censo Demográfico de 1960 constitui apenas parte do trabalho, pois os resultados terão de ser examinados e criticados em conjunto, em alguns casos ajustados e, em geral, sistematizados, o que só poderá ser feito pela Divisão do Censo Demográfico, única unidade da Fundação com a experiência requerida em tais tarefas.
>
> d) É reduzido o pessoal do Departamento de Censos e do Centro de Processamento de Dados que está em condições de participar dos trabalhos de elaboração e sistematização do Censo Demográfico 1960; além disso, por sua qualificação e experiência, deve desempe-nhar, em regime de tempo integral, funções essenciais e intransferíveis no Recenseamento de 1970 (MONTENEGRO, 1970, p. 9-10).

Pois nenhuma dessas hipóteses vingaram, isoladamente. De todo modo, essas avaliações e opiniões foram usadas na decisão tomada. Ao fim e ao cabo, em decisão corajosa, o Censo de 1960 foi salvo das cinzas; ficou capenga, mas não se o perdeu. Foi apurado e divulgado, em solução de compromisso, com grande esforço dos técnicos envolvidos, e com a força moral e técnica de *Isaac Kerstenetzky*, que não se furtou a "sujar as mãos"[590] ou, dito de outra forma, "a por a mão na massa". Sem seu esforço, seu empenho, e sua coragem, a decenalidade censitária, tão laboriosamente construída, teria sido posta a perder. Honra a ele, e aos muitos anônimos que participaram.[591]

---

[589] Na verdade, o Censo Agropecuário tem quase o dobro dos cartões que tem o Censo Demográfico.

[590] Essa expressão, diga-se aos incautos, é uma figura de análise sociológica.

[591] A seção alusiva ao Censo 1970, existente no relatório, será usada no próximo capítulo.

C) Pano de fundo: estrutura

O apoio do governo, fundamental ao consolidar da Fundação, dependeria, a seu juízo, da sua capacidade em "antecipar-se às necessidades nacionais", donde ser essencial antever-se um qüinqüênio, e mais ainda, empenhar-se em realizar o previsto. Por exemplo, dois anos depois do Decreto nº 63.010, de 18 de julho de 1968, que tornou oficial o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, muito pouco dos direitos e deveres cometidas à Fundação foram postas em prática, na prática, e era isso grave, os Serviços Federais de Estatística continuavam funcionando, e ditando suas prioridades. Noutro exemplo, a criação autônoma dos dois Institutos, o IBE e o IBG, em lugar de corrigir, consolidava o desencontro do "E" e do "G", e diz que "a não ser que se associem, pelo menos parcialmente", a tendência seria continuarem "como no período precedente e até agora, ligados artificialmente apenas por um dispositivo legal, e se desperdicem possibilidades concretas de trabalho conjunto" (MONTENEGRO, 1970, p. 18-21).

Outro ponto, a não percepção pela Fundação do alcance de sua autonomia, daí, sofrendo e aceitando uma ascendência flagrante e crescente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, lhe cedendo, pouco a pouco, a decisão sobre matérias de sua atribuição. Os quadros de pessoal do IPEA e do IBGE estavam desequilibrados, com superioridade flagrante daquele, o que tornava a relação dos dois órgãos muito difícil, e delicada. Por certo, sem alguém como *Isaac Kerstenetzky* na presidência da Fundação, com seu nome, e seu prestígio, uma crescente subordinação, e até mesmo uma vinculação legislada, poderia acabar em curso, o que seria péssimo. Mas com ele, e por ele, o IBGE pode-se ombrear ao IPEA e partir para um trabalho em conjunto bastante saudável, e proveitoso para o País; e o sistema estatístico não foi engolido formalmente pelo planejamento, ainda que a ele devesse servir, por ser seu maior usuário. Os estudos e análises não deveriam ocorrer apenas no IPEA, dizia, e no IBGE se os fez (muitos e bons).[592]

O Presidente da Fundação tem seu papel analisado. Lembra os conflitos havidos no passado entre o exercício da presidência e da secretaria-geral. A esta cabia a função executiva mais cotidiana, àquela competia a representação; sem esquecer o ambiente colegiado presente. Pois alguns presidentes (*Polli Coelho* e *Jurandyr Pires Ferreira*, sem dúvida), por suas personalidades atropelaram esse esquema, e com isso causaram conflitos terríveis. Donde sua sugestão de esclarecer-se, no esquema da Fundação, as competências do presidente da Fundação IBGE e dos dirigentes do IBE, do IBG e da ENCE, de modo a evitar-se conflitos previsíveis. Quanto à função de presidente, a entendia em condições específicas, como segue:

> A função de liderança cabe, naturalmente, ao Presidente, tendo-se em conta, além da hierarquia, uma variedade de circunstâncias, entre as quais a de que os Diretores-Superintendentes dos órgãos autônomos estarão absorvidos pelos encargos de direção dos mesmos e pela tarefa de restabelecer, mediante realizações

[592] Entre suas sugestões estava a idéia de se criar na ENCE um grupo de analise das estatísticas produzidas no IBGE (no IBE). Isso, em sua plenitude, como programa, só teria lugar no contexto do mestrado (em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) criado em 1998.

> bem-sucedidas, o prestígio da instituição. Impõe-se que a Presidência, além de "supervisionar, em alto nível, todas as atividades da Fundação, e assegurar o perfeito entrosamento dos serviços técnicos de seus diversos órgãos, através de coordenação administrativa e financeira", lidere, promova e coordene a ação futura. É preferível que a Fundação se veja em condições de não realizar o que deseja por falta de apoio superior ou de recursos, a que permaneça estacionária por escassez de idéias ou por não haver previsto adequadamente as necessidades de amanhã (MONTENEGRO, 1970, p. 26).

E para tanto, sugere a criação de um grupo junto à presidência, pequeno, mas de alto nível, inclusive com o concurso de consultores temporários, para fins de gerar idéias, de estar ligado ao mundo externo. Por essa via, a instituição, e sua atividade, estaria antenada às novidades, às reflexões e às sugestões em curso, e talvez também às variações da demanda, sempre um ponto frágil na vida das instituições estatísticas.

Quanto ao quadro de pessoal, parecia-lhe, em sua análise, não ter havido a percepção do significado do novo regime jurídico adotado, a legislação trabalhista: "tem-se a impressão de que grande parte dos antigos servidores do IBGE ainda não está inteiramente consciente dos efeitos da mudança sobre a própria situação funcional"; e sugeria clareza na política de recursos humanos (MONTENEGRO, 1970, p. 26-27).

D) Pano de fundo: cotidiano

A Fundação estava vindo com vagar. Em parte por vínculo ao passado, ou seja, "qualquer projeto de reestruturação que se elabore no momento terá que levar em conta a organização anterior à instituição da Fundação, o que limitará, pelo menos parcialmente, a adoção de algumas medidas mais radicais que seriam desejáveis". Mas, nem por isso, valia notar, "a futura estrutura não poderá resultar da acumulação de decisões fragmentárias como as do período recente, muitas das quais estão determinada por imposições de emergência" (MONTENEGRO, 1970, p. 28).

As atividades administrativas vinham monopolizando em demasia aos dirigentes da Fundação, tirando-lhe o necessário tempo para as ações técnicas, por certo vitais. Pois, a seguir assim, se estaria repetindo os problemas sofridos pela antiga Secretaria-Geral do antigo Conselho Nacional de Estatística, e que foi um dos seus fatores de empobrecimento e enfraquecimento. E fez valiosas avaliações, que terão ajudado na reinvenção da Fundação, pouco depois:

> Apesar de estarem entre as mais importantes as atividades de planejamento, não se estão realizando na forma desejada tarefas como as de formulação de programas de trabalho e elaboração de medidas disciplinadoras de ação futura que tenham como base um sistema de prioridades; em conseqüência, medidas adotadas sobre a pressão de necessidades impostergáveis tendem a produzir conseqüências desfavoráveis, impossíveis de antecipar ou prever. [...] Embora esteja prevista a coordenação das estatísticas de cada campo especializado, sobretudo no que concerne às matérias que devem ser objeto de pesquisa, faltam condições para melhor e mais eficiente coordenação de conjunto. [...] As demandas de estatísticas estão sendo consideradas à medida que os usuários as vão dando a conhecer ao IBE, não obstante o esforço feito para a apreciação do tema na Conferência Nacional

> de Estatística. Não existe, ainda, um processo estabelecido que permita assegurar o exame oportuno e exaustivo de cada petição dos usuários em termos de prioridades, oportunidade da investigação, métodos e procedimentos mais adequados para produzir a informação, custo e financiamento.[593] [...] A escolha dos métodos e procedimentos que podem ser empregados na investigação de determinado fenômeno ou aspecto de interesse para o usuário se está efetuando com base em critérios subjetivos, ou seguindo a tradição. [...] Só excepcioalmente as estatísticas brasileiras têm sido avaliadas quanto à sua adequação às necessidades dos usuários, métodos e processos empregados, completabilidade e consistência. Essa avaliação, efetuada de forma permanente e em consulta com os usuários e as unidades que tenham a seu cargo os campos especializados, da coleta e do processamento de dados, pode constituir um dos elementos essenciais do processo de aperfeiçoamento de dados[594] (MONTENEGRO, 1970, p. 29-30, grifo nosso).

A adoção de nomes diversos às unidades do IBE, decorrente da emergência com que se deveria atender à demanda (ora centro, ora grupo, ora coordenação, ora departamento, etc.), era vista como ruim, carecendo de uniformização. Outro ponto, ainda em nome da pressa, era o conflito de atuações, como exemplo a relação direta, autorizada a algumas unidades, com a rede-de-coleta, em detrimento da coordenação centralizada da mesma; donde, a seu juízo, impunha-se "uma revisão dos fundamentos da estrutura atual, para dar-lhes coerência" (MONTENEGRO, 1970, p. 33).[595]

Valdecir Freire Lopes aborda a questão de pessoal

Nessa linha de realce ao pessoal, e tendo ciência do relatório analisado acima, *Valdecir Lopes* publicou na *Revista Brasileira de Estatística* (abr./jun. 1970) algumas indicações sobre a formação dos técnicos do IBGE (de fato, tinha em mente o pessoal do sistema estatístico): "queremos nos referir à atividades técnicas ou científicas, em relação às quais a introdução de novos métodos e técnicas obrigaria a um constante aperfeiçoamento de pessoal", e diz ser o que "ocorre com os organismos produtores de estatísticas, principalmente nos países em desenvolvimento, onde a demanda de dados não foi acompanhada de perto pela capacidade de produzi-los" (LOPES, 1970, p. 142).

> O problema estaria hoje solucionado se para isso bastassem as boas intenções. Pode-se dizer que o tema tem sido tratado em diferentes oportunidades, desde a criação do Instituto. Sem realizar uma pesquisa exaustiva, encontramos a preocupação com o aperfeiçoamento do pessoal já no Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, que ao criar o Instituto Nacional de Estatística estabelecia, no art. 20: "O Instituto promoverá ou manterá cursos especiais de estatística, visando não só à formação ou ao aperfeiçoamento do funcionalismo de estatística nas suas várias categorias, mas ainda com os objetivos de extensão universitária ou alta cultura" (LOPES, 1970, p. 143).

E relaciona as resoluções posteriores, seja do Conselho Nacional de Estatística, seja da Junta Executiva Central, chegando à criação da ENCE, em 1953. Sobre a Escola, a reconhece "como uma das principais fontes para um programa de treina-

[593] Ainda hoje não há isso.

[594] O que se faz, hoje em dia, ainda tem o caráter de excepcionalidade, infelizmente.

[595] Vários outros temas lhe atraíram a atenção, e lhe valeram análise: rede de coleta, processamento de dados, divulgação e documentação, recursos humanos.

mento do pessoal da Fundação", pesando contra ela, contudo, não ter dado ainda, à época, "ao Sistema Estatístico Brasileiro a contribuição que dela se esperava", afora não poder atender ao espaço nacional brasileiro, como seria essencial (LOPES, 1970, p. 144). Assim sendo, a situação não era nada simples, a seu juízo, mas não podia ser adiada por mais tempo; algo devia ser feito, e com seriedade.

Recorda que em resposta ao relatório de *Henrique Flanzer*, de 1966, o Conselho Nacional de Estatística (Resolução nº 830, de 17 de junho de 1966) aprovou a criação de um Programa Nacional de Treinamento, infelizmente ignorado na prática, apesar da liberação de recursos naquele e no seguinte exercícios. Nos relatórios de *Henrique Flanzer* e no segundo de *Tulo Hostílio Montenegro*, fazia-se referência "à necessidade de vincular o programa de treinamento à concessão de benefícios diretos ou indiretos, relacionados ao sistema de acesso, ao exercício de cargos especiais ou ao ingresso nos quadros da Fundação", o que não vingou (LOPES, 1970, p. 145-146).

E, então, diante disso tudo, pesando as tentativas fracassadas, oferece seu plano, que, antes de tudo, devia ter por objetivo principal "o aumento da produtividade do trabalho e a criação de condições para a renovação dos quadros de pessoal dirigente", para tanto devendo "atender a certas condições básicas", como segue:

> 1) Ser dirigido a todo o pessoal do Sistema, isto é, a pessoal de todos os níveis; 2) Começar com ações de diferentes níveis, partindo de seminários para chefes e diretores; 3) Abranger todos os órgãos (da administração central, regionais e locais da Fundação e demais órgãos de estatística integrantes do Sistema); 4) Vincular-se a um sistema de incentivos que permita associar o aperfeiçoamento à possibilidade de benefícios de ordem prática (ingresso na Fundação; pontos para promoção; prioridade para ocupar cargos em comissão; taxas especiais sobre o salário, etc.); 5) Desenvolver-se como uma atividade de trabalho, sem exigir esforços extraordinários dos funcionários e de acordo com as potencialidades de cada um; 6) Desenvolver-se com base no levantamento sistemático e periódico das necessidades dos diversos órgãos integrantes do Sistema; 7) Atender às necessidades reais de cada função (LOPES, 1970, p. 146).

Sua gestão seria feita por uma comissão de treinamento, de alto nível, subordinada diretamente ao presidente da Fundação, e deveria dispor de recursos próprios. As fontes de treinamento seriam abrangentes, seja a ENCE, sejam as escolas públicas ou privadas superiores, sejam as ofertas no exterior. Haveria cursos, de toda ordem, aprendendo-se nos espaços das escolas; e haveria estágios, aprendendo-se nos cotidianos de trabalho. Para dar-se início ao programa seria feito um levantamento das necessidades de treinamento, e das condições de realização.

Por fim, considera que o programa sugerido deveria "abranger todo o pessoal do Sistema, de níveis alto, médio e básico, do órgão central e dos órgãos regionais e filiados", e deveria ser "iniciado com atividades para o pessoal de direção, com o objetivo de motivar os responsáveis pela administração, obtendo-se, assim, mais apoio e melhor rendimento futuro". O programa, continua dizendo, deveria ter "uma organização flexível e pouco burocrática, sendo conduzido por pessoas com a devida formação nesse campo de atividade" (LOPES, 1970, p. 147-148).

A Fundação é reinventada, sua nova legislação

Em 11 de maio de 1973, com a Lei nº 5.878, coroa-se o tempo inicial de *Isaac Kerstenetzky* na presidência. A Fundação IBGE é, então, refundada, ou, reinventada. Volta-se às idéias chaves das críticas de 1958, de 1962, de 1964, de 1966, e, agora, de 1970. O peso do passado, assombrando a Fundação, como bem diz *Tulo Hostílio Montenegro*, é enfrentado. Como cerne dos ajustes, acabam-se as autonomias do "E" e do "G", e se tenta juntá-los na perspectiva dos estudos e análises; grande momento, quando o "G" é posto, ao lado de outras formações, na análise dos resultados, na feitura dos estudos espaço-temporais ou tempo-espaciais.[596]

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE[597], instituída pelo Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, e sujeita à supervisão do Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (nos termos do Art. 3º, do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, passava a reger-se por essa lei (Art. 1º). Constituía objetivo básico do IBGE "assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional" (Art. 2º), produzindo e coordenando (§ 1º), e podendo manter "cursos de graduação e de treinamento de profissionais e especialistas" nas suas áreas de competência[598] (§ 2º). Seu Art. 3º é novo:

> **Art. 3º** Para consecução do objetivo básico enunciado, no artigo 2º, o IBGE atuará principalmente nas seguintes áreas de competência:
>
> I estatísticas primárias (contínuas e censitárias);
>
> II estatísticas derivadas (indicadores econômico e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatísticas derivadas);
>
> III pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos.
>
> IV levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas;
>
> V sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e freqüência.

[596] O Departamento de Geografia, sob a chefia de Marília Galvão, fazia parte da Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos, sob direção de Speridião Faissol (ambos geógrafos), passou a trabalhar em equipes interdisciplinares, e foi naquele contexto que o autor desta obra entrou no IBGE. Em 18 de fevereiro de 1974, e por mais ou menos três anos, atuou na Divisão de Estudos Rurais daquele Departamento, tendo tido dois chefes, os geógrafos Orlando Valverde e Nilo Bernardes (lá conheceu sua esposa, Telma Sueli, mãe de seus três filhos, Marcos André, Luis Felipe e João Paulo). Depois passou ao Departamento de Estatísticas Derivadas, sob a chefia de Maristela Afonso André Sant'Anna, também parte daquela Superintendência, na equipe criadora do Índice de Preços ao Consumidor.

[597] Note-se que, ao contrário do Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, que introduzia a expressão Fundação IBGE, nesta lei a sigla IBGE é tornada independente da expressão Fundação.

[598] Essas áreas não se resumiam à Estatística, formação natural na ENCE, o que sugeria a abertura de novos cursos; e os haverá na área do "G" (cursos técnicos). Mas só em 1998, com a criação do programa de mestrado em "Estudos populacionais e pesquisas sociais", isso será de fato ampliado.

Seus órgãos técnicos e administrativos seriam estruturados e funcionariam de forma integrada, com apoio em métodos de informática (Art. 4º). Teria um Conselho Curador e um Conselho Técnico (Art. 13), e um Conselho-Diretor em que surge a figura do Diretor-Geral (Art. 14). Saía de cena o Plano Nacional de Estatísticas Básicas no esforço de junção do "E" e do "G", reiterando-se a obrigação e o sigilo, como segue:

> **Art. 5º** É instituído o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, como instrumento de orientação e coordenação das atividades de produção das informações destinadas à consecução do objetivo constante do artigo 2º.
>
> **§ 1º** As informações constantes do Plano a que se refere este artigo serão de responsabilidade do IBGE, podendo este, para assegurar a sua exatidão e regularidade do seu fornecimento, avocar a produção de informações compreendidas na competência de órgãos sob sua coordenação técnica.
>
> **§ 2º** Será submetido, dentro de um ano, à aprovação do Chefe do Poder Executivo, o Plano Geral de informações Estatísticas e Geográficas, que incorporará o Plano Nacional de Estatísticas Básicas.
>
> **Art. 28**. O IBGE continuará a orientar suas atividades estatísticas pelo Plano Nacional de Estatísticas Básicas, previstos no artigo 4º, do Decreto-lei nº 161, de 13 fevereiro de 1967, até que seja aprovado o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas instituído pelo artigo 5º, desta Lei.
>
> **Art. 7º** O IBGE promoverá, na forma que for prevista no Estatuto, reuniões nacionais, com a participação de representantes dos Ministérios, dos Governos Estaduais, de entidades da administração pública indireta, de entidades privadas, produtos ou usuários de informações estatísticas, geográficas e cartográficas, bem como de recursos naturais, com vistas à discussão de programas de trabalho e de assuntos técnicos, nas áreas de competência da Fundação.
>
> **Art. 6º** As informações necessárias ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas serão prestadas obrigatoriamente pelas pessoas naturais e pelas pessoas jurídicas de direito público e privado e utilizadas exclusivamente para os fins que se destinam, não podendo servir de instrumento para qualquer procedimento fiscal ou legal contra os informantes, salvo para efeito do cumprimento da presente Lei.
>
> **Parágrafo único**. A Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, aplicar-se-á também às informações solicitadas pelo IBGE para execução do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Quanto aos bens (Art. 10), nada de novo havia; quanto aos recursos financeiros simplificava-se o estabelecido no Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, saindo de cena, em definitivo, o velho Fundo sobre as diversões públicas; e se tentava a criação de um outro Fundo, atinente às atividades da instituição; para os censos haveria recursos especiais, em orçamento específico. Vejamos os artigos:

> **Art. 11.** Constituirão recursos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:
>
> I dotações consignadas no orçamento da União;
>
> II a receita das operações técnicas e financeiras do IBGE;

> III a receita de contratos, convênios e acordos celebrados entre o IBGE e entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, para a realização de trabalhos, estudos, levantamentos e pesquisa;
>
> IV outros bens e recursos, de origem interna e externa, de entidades públicas ou privada, nacionais ou estrangeiras.
>
> **Art. 12**. Fica criado o Fundo Nacional de Geografia e Estatística - FNGE, de natureza contábil, destinado a reunir recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento das atividades do IBGE, ao qual caberá a administração do Fundo.
>
> **Parágrafo Único**. O Poder Executivo regulamentará a constituição do Fundo Nacional de Geografia e Estatística previsto neste artigo.[599]
>
> **Art.15.** Os recursos financeiros necessários à realização dos Recenseamentos Gerais e Censos previstos no artigo 2º itens I e II, da Lei nº 4.789, de 14 de outubro de 1965, constarão de dotações específicas consignadas ao IBGE no orçamento da União.

O pessoal do IBGE seguiria contratado pela legislação trabalhista (Art. 20). Os Arts. 21 a 25 tratavam de pessoal, em especial do quadro em extinção.

Enquanto não fosse aprovado, mediante decreto um novo estatuto, continuaria vigorando o então existente, com as devidas adaptações (Art. 29).

Por fim, não obstante as mudanças trazidas, como no Art. 5ª do Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, fixavam-se os princípios de cooperação, nos termos do passado ibgeano. Não exatamente o relacionamento interadministrativo, formal, como defendera *Teixeira de Freitas*, mas algo mais simples, menos preciso, mais genérico. De todo modo, fazia-se uma ligação ao passado, e isso era importante.

> **Art. 9º** Ficam mantidos os princípios de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, consagrados pela Convenção Nacional de Estatística (Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936) e pelos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Decreto-lei nº 5.981, de 10 de novembro de 1943), observadas as disposições desta Lei e as diretrizes e bases do sistema nacional.

Em 11 de dezembro de 1974, a Lei nº 6.183, estabeleceu importante princípios sobre os sistemas estatístico e cartográfico nacionais. Sobremodo, nesta lei dá-se definição à expressão “nacional”, o que é essencial; ter-se-á se imposto nas relações com os ditos órgãos integrantes do sistema estatístico. Dava-se ao IBGE força para tratar com tais órgãos, em especial os dos estados e dos municípios; a expressão nacional, de certa forma, os fazia como que órgãos subordinados, ou, de forma suave, associados ou vinculados, perdendo liberdades e autonomias.

> **Art. 1º** O Sistema Estatístico Nacional, previsto no artigo 8º, item XVII, alínea *u*, da Constituição Federal, compreende as atividades estatísticas exercidas nas áreas de competência definidas no artigo 3º, itens I, II e V, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, com o objetivo de, nos termos do seu artigo 2º, possibilitar o conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

[599] De fato, nunca houve essa regulamentação, e o fundo ficou sendo letra morta.

Art. 2º Integram o Sistema Estatístico Nacional todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, de âmbito federal, estadual ou municipal, e entidades de natureza privada, que exerçam atividades estatísticas com o objetivo referido no artigo 1º e para isso recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos.[600]

Art. 4º No concernente ao Sistema Estatístico Nacional, a atuação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - se exercerá mediante a produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento, em todo o território nacional, das atividades técnicas por ele compreendidas.

Parágrafo único. No desempenho dos encargos que lhe são cometidos por este artigo, o IBGE, quando não indicada a forma direta poderá firmar acordos, convênios e contratos, nos termos do disposto no artigo 8º, da referida Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973.

Art. 5º Os Órgãos e entidades que, nos termos do artigo 2º, integram o Sistema Estatístico Nacional, receberão orientação normativa do IBGE, sem prejuízo da substituição administrativa a que estejam sujeitos.

Art. 6º Ao IBGE compete zelar pelo bom funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, cabendo-lhe para isso:

I Promover reuniões nacionais, com a participação de representantes dos Ministérios, dos Governos Estaduais, de entidades da administração pública indireta, de entidades privadas, produtores ou usuários de informações estatísticas, com vistas à discussão de programas de trabalhos e assuntos técnicos;

II Apreciar o programa anual das atividades específicas de cada um dos órgãos e entidades integrantes do Sistema, de acordo com instruções a serem expedidas na forma do item VII deste artigo;

III Prestar assistência aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estatístico Nacional, a fim de que as atividades estatísticas exercidas com o objetivo referido no artigo 1º se revistam dos indispensáveis requisitos técnicos e possam servir, de forma adequada, às finalidades a que se destinam, garantindo a mais eficiente utilização dos recursos humanos e materiais do referido Sistema;

IV Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União, em relação aos projetos dos diversos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estatístico Nacional;

V Orientar os órgãos e entidades integrantes do Sistema Estatístico Nacional na atualização profissional dos seus técnicos, de acordo com as necessidades do Sistema e em consonância com os interesses próprios de cada órgão ou entidade;

VI Fazer-se representar junto às entidades públicas e privadas a que tiver sido delegada a produção de informações, na forma prevista no artigo 8º, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973;

VII Expedir instruções e normas operacionais.

[600] Art. 3ª O Sistema Cartográfico Nacional continuará a reger-se pelo Decreto-lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973.

Isaac Kerstenetzky avalia as mudanças

O 29 de maio, aos 37 anos do IBGE[601], 18 dias após a Lei nº 5.878 (11 de maio), deu a *Isaac Kerstenetzky* um excelente momento para explicar a revisão da Fundação. Assim, com extrema propriedade, salientou que a reforma havida em 1967 "fora de natureza predominantemente institucional, pois que continuaram mantidas as linhas essenciais da organização original, de mais de trinta anos", já que seguiu existindo "a compartimentação das atividades técnicas e administrativas, apenas com nomes diferentes", e se referia ao IBE *vis-a-vis* CNE e ao IBG *vis-a-vis* CNG. Dessa forma, aquela reforma, por incompleta, até mesmo imprópria, não alcançara o objetivo de adequar a instituição às "peculiaridades e exigências dos novos tempos", expressas na "crescente demanda de informações estatísticas e geográfico-cartográficas". Então, por imperativo, para de fato mudar seus rumos, viria a reforma da reforma, pela qual a Fundação seria refundada, ou reinventada; eis o que disse:

> A orientação básica da nova estrutura reside na modernização orgânica da Instituição, numa separação suficientemente nítida entre as atividades técnicas e as administrativas, e, sobretudo, no funcionamento, em perfeita integração, de todos os órgãos, tanto técnicos como administrativos, com apoio em métodos de informática (KERSTENETZKY, 1973, p. 1).

O que as críticas passadas (1958, 1962, 1964, 1966, e 1970) propunham era a autonomia do IBGE, e uma economia nas suas atividades (fins e meios), e não a autonomia ainda maior de suas partes, como veio com o IBE, o IBG e logo com o IBI. Essa via esgarçou a autonomia, e provocou desperdícios, por exemplo, na duplicação da administração. Impunha-se, portanto, promover mudanças profundas, e era o que vinha naquele momento, com as melhores intenções e expectativas:

> Além disso, a nova estrutura vem adaptar de maneira mais apropriada e, sobretudo mais racional, o IBGE ao sistema de funcionamento do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, que integra e do qual se vem constituindo instrumento da mais alta importância como órgão de apoio básico, no campo das informações sócio-econômicas indispensáveis à formulação de qualquer planos e projetos na área governamental (KERSTENETZKY, 1973, p. 2).

A real dimensão da instituição, para além de apenas produtora de informações estatísticas (e também geográficas e cartográficas), ganhava terreno fértil. E daria frutos com os estudos e análises, seja na forma das sínteses (analíticas em essência, sempre), seja nas interpretações e compreensões das complexas realidades nacionais, chegando às sugestões de políticas públicas (em limite sempre difícil). Os tempos seriam outros, com imensa projeção institucional, aos olhos dos governos e das sociedades.

> Nesse particular, vem muito a propósito acentuar que o IBGE não é, não deve ser entendido de modo algum, simplesmente com um órgão coletor, sistematizador e divulgador de dados primários. Suas atribuições vão muito adiante e têm caráter científico, com as implicações acadêmicas daí decorrentes, relacionadas a pesquisas de toda ordem, inclusive de cunho pioneiro e experimental. Para tanto,

[601] No discurso do presidente, há referência aos 35 anos do IBGE, o que seria estar contando o 1938 como a data de início, quando de fato a sigla foi usada. Mas essa não é a tradição consagrada.

> busca ligações com Universidades e outros centros de estudos especializados – tudo isso objetivando aperfeiçoar seus métodos e processos de análise e interpretação dos fenômenos sócio-econômicos, cuja investigação compete à entidade, desde a Coleta dos dados, nas fontes originárias, à composição das informações de preparo altamente complexo e de formulação exigente do máximo apuro científico (KERSTENETZKY, 1973, p. 1, grifo nosso).

Tudo isso, claro, exigindo profunda renovação do seu quadro de pessoal, e, para tanto, é que fora criada a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal: "um esforço permanente de aperfeiçoamento profissional, em todos os níveis, deve constituir condição básica de progresso individual e conseqüente elevação nos degraus hierárquicos" (KERSTENETZKY, 1973, p. 2). Isso, só em parte, foi implantado; e a renovação se deu mesmo por contratação (sem concurso, mas por seleção criteriosa) de profissionais com elevada graduação, em diferentes formações: economistas (em maior número), sociólogos, estatísticos (especialmente os especialistas em amostragem), antropólogos, demógrafos, entre outros. As remunerações se nivelaram ao mercado.

Por fim, fechando o discurso, rende homenagem aos fundadores, num gesto de grandeza, e de sentido histórico. Afinal, a instituição era renovada, e o era porque, já de longo tempo, existia, e se consolidara, a ela própria, e à atividade estatística. Dessa forma, nada mais justo do que chamar a atenção para as grandes figuras do passado; e é o que fez com maestria, e com extrema elegância:

> Desejo agora, quando o IBGE se apresta, com estrutura adequada para melhor acompanhar o surto de desenvolvimento do Brasil, referir-me às notáveis figuras humanas às quais se deve a criação da entidade, para deixar aqui o registro da homenagem dos que, hoje, têm sobre os ombros as responsabilidades de direção da Casa. Dentre essas admiráveis figuras, a de Mário Augusto Teixeira de Freitas se projeta de maneira singular, como o idealizador do organismo que, surgido com a denominação de Instituto Nacional de Estatística, veio a receber o nome atual com a incorporação, em 1938, do Conselho Nacional de Geografia. Tendo encontrado no então ministro da Agricultura, à época o major, hoje o marechal Juarez Távora, decidida ajuda junto ao chefe do Governo – o Presidente Getúlio Vargas –, Teixeira de Freitas pode levar adiante a implantação do IBGE, para isso contando, também, com o prestigioso concurso de outro homem público daquela quadra e que foi o primeiro Presidente da Instituição nascente – José Carlos de Macedo Soares (KERSTENETZKY, 1973, p. 3, grifo nosso).

Na Fundação reinventada, seu novo estatuto[602]

O novo estatuto só seria aprovado em 24 de novembro de 1975, pelo Decreto nº 76.664. E, pouco depois, a 8 de janeiro de 1976, tem seu Art. 22 (sobre o Conselho Técnico) ligeiramente modificado pelo Decreto nº 77.003.

O estatuto tem seis capítulos: I Da Fundação e dos seus fins, regime, sede e foro; II Do patrimônio e dos recursos; III Da organização, competência e atribuições (com seis seções: 1 Da estrutura organizacional; 2 Dos órgãos colegiados; e 3 Da administração superior; 4 Do assessoramento superior; 5 Das diretorias; 6 Das unidades regionais); IV Do regime financeiro; V Do pessoal; e VI Disposições gerais e transitórias.

[602] De 11 de maio de 1973, data da lei, até 24 de novembro de 1975, em que saiu o estatuto, atos da presidência foram introduzindo mudanças na estrutura

O Art. 1º traz a base legal da Fundação; o Art. 3º traz sua razão de existir, qual seja a execução do programa estatístico, já sob o nome de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (Art. 5º); o Art. 6º mostra o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG em linhas de atuação; ao executá-lo, podia avocar ou delegar o esforço de produção das atividades (Art. 4º e Art. 2º § 2º), e lhe cabia coordenar sua execução (Art. 5º); por demais, devendo discutir, em reuniões nacionais (sem indicação de periodicidade), sua atualidade, relevância, e precisão (Art. 8º); para tanto, ao fim e ao cabo, podendo manter cursos (Art. 7º).

> **Art. 1º** A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, instituída na forma do Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, e sujeita à supervisão do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, nos termos do art 8º da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974, reger-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo presente Estatuto e, subsidiariamente, pela legislação que lhe for aplicável.
>
> **Art. 3º** Constitui objetivo básico do IBGE assegurar a produção e análise de informações estatísticas, geográficas, cartográficas, geodésicas, demográficas, sócio-econômicas, de recursos naturais e de condições do meio ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e á segurança nacional.
>
> **Art. 4º** As informações a que se refere o art. 3º são de responsabilidade do IBGE, podendo este, para assegurar a sua exatidão e a regularidade do seu fornecimento, avocar a produção de informações compreendidas na competência de órgão ou entidades sob sua coordenação técnica.
>
> **Art. 5º** Cabe ao IBGE a orientação, a coordenação e o desenvolvimento em todo o território nacional, das atividades técnicas do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, mediante a expedição de instruções e normas operacionais.
>
> **§ 1º** A orientação e coordenação referidas neste artigo serão exercidas pelo IBGE através das seguintes medidas de caráter programático, a serem por ele progressivamente implementadas:
>
> a) exame do programa anual das atividades específicas dos Sistemas Estatístico e Cartográficos Nacionais, respeitado, a propósito, o disposto no Decreto-lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973;
>
> b) acompanhamento da elaboração da proposta orçamentária da União em relação aos projetos dos diversos órgãos ou entidades integrantes dos referidos Sistemas;
>
> c) presença de representantes próprios junto aos órgãos e entidades públicas ou privadas a que tiver sido delegada a produção de informações, na forma prevista no § 2º deste artigo;
>
> d) estudo conjunto das necessidades do País, no concernente às informações a que se refere o artigo 3º em reuniões periódicas com os representantes dos diversos órgãos ou entidades integrantes dos referidos Sistemas.

§ 2º A produção, propriamente dita, das informações a que se refere o artigo 3º pode, sempre que for julgado conveniente, ser delegada a outras entidades públicas ou privadas, mediante acordos, convênios e contratos, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, assegurada, pelos meios indicados, a observância das normas técnicas exigidas.

Art. 6º Para consecução do objetivo básico enunciado no artigo 3º o IBGE atuará principalmente nas seguintes áreas de competências:

I - estatísticas primárias (contínuas e censitárias);

II - estatística derivadas (indicadores econômicos e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatística-derivadas);

III - pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos. geodésicos e cartográficos;

IV - levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas;

V - sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência e sua ocorrência, distribuição e freqüência.

Parágrafo único. A atuação do IBGE nas áreas de competência a que se refere este artigo será exercida de acordo com o previsto na Lei nº 6.183, de 11 de dezembro de 1974, com a especificação constante do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974.

Art. 7º Para atendimento das próprias necessidades e das dos usuários de informações, serão mantidos pelo IBGE os cursos de graduação e de treinamento de profissionais especialistas nas atividades correspondentes as suas áreas de competência, podendo também ser promovida a realização de outros cursos de formação relacionados com essas mesma áreas, inclusive de pós-graduação.

Art. 8º Periodicamente, o IBGE promoverá reuniões nacionais para discutir programas de trabalho e assuntos das áreas de sua competência, com a participação, a seu critério, de representantes de órgãos da Administração Federal, dos Governos Estaduais, bem como de entidades privadas e de produtores ou usuários de informações levantadas pelo IBGE.

O Art. 13 apresenta a estrutura da Fundação, pondo fim ao IBE e ao IBG (e ao IBI). Na cúpula haveria um Presidente e um Diretor-Geral, amparados em unidades assessoras (Gabinete da Presidência, Assessoria de Planejamento e Projeto Especias[603], Procuradoria-Geral, Assessoria de Segurança e Informações[604], Inspetorias). Seus órgãos colegiados seriam os Conselhos Curador, que funcionou rotineiramente, e Técnico, que pouco operou. Teria como rede-de-coleta, as Delegacias, as Divisões de Levantamentos Geodésicos, e as Agências (não mais municipais).

Haveria seis diretorias (divididas em superintendências, num total de 15): 1) Técnica (Estatísticas primárias, Estudos Geográficos e Sócio-econômicos, Recur-

[603] De especial inteligência como concepção, pese pouco ter operado.

[604] Típica do tempo, como braço dos serviços de segurança (ou repressão).

sos Naturais e Meio Ambiente); 2) Geodésia e Cartografia (Geodésia, Cartografia); 3) Administração (Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Gerais, Orçamento e Finanças); 4) Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal (Ensino, Aperfeiçoamento, Biblioteca Central); 5) Informática (Sistemas, Produção); e 6) Divulgação (Centro Editorial, Centro de Serviços Gráficos).[605]

Pontos finais

Logo seriam realizadas, em simultâneo, a 2ª Conferência Nacional de Estatística e a 2ª Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, de 28 de novembro a 11 de dezembro de 1972, quando seria criado o PGIEG, oficializado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974.

No rastro da criação do PGIEG, para ampliar-lhe a implantação, em 17 de maio de 1976, é baixado o Decreto nº 77.624, que regula o uso pelo IBGE dos registros individuais existentes nos organismos da administração federal civil, direta e indireta; e era um passo valioso, mas sendo muito negado, portanto, vacilante.

> **Art. 1º** na conformidade do disposto na Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, ao IBGE será dado acesso às informações estatísticas existente nos órgãos e entidades da administração federal civil, direta e indireta, e nas fundações supervisionadas para a produção de informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento de realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.
>
> **§ 1º** Nos casos em que houver sigilo a ser resguardado tal circunstância será prévia e expressamente comunicada ao IBGE pelo órgão, entidade ou fundação fornecedor dos dados.
>
> **§ 2º** Na hipótese do parágrafo anterior, O IBGE dará tratamento especial aos dados recebidos sendo o responsável pela rigorosa observância do disposto no art. 6º da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968.
>
> **Art. 2º** caberá ao IBGE a expedição das normas que forem necessárias à uniformização de conceitos ao uso de classificação comum e à manutenção de metodologia uniforme de coleta, com vistas à compatibilização dos registros com os princípios da legislação em vigor sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.
>
> **§ 1º** Admitir-se -á, para os fins deste artigo, que a transmissão dos dado ao IBGE se processe por meio de listagens convencionais, cartões perfurados ou fitas magnéticas.
>
> **§ 2º** As normas a que se referem este artigo serão desdobradas em projetos específicos e elaboradas pelo IBGE, em articulação com os órgãos, entidade e fundações interessados.

[605] Até que fosse renovado o estatuto, outras foram as unidades, e outros foram os nomes; mas, na essência, com grande similaridade. Por exemplo, em lugar da Superintendência de Estudos Geográficos e Sócio-Econômicos havia a Superintendência de Pesquisas e Desenvolvimento; e assim em frente.

> **Art. 3º** Fica o IBGE autorizado a firmar convênios com os Estados e os Municípios com vista à aplicação dos critérios estabelecidos neste decreto em todas as Unidades da Federação.

O IBGE, como Fundação refundada, avançou e muito sob *Isaac Kerstenetzky*, que, como visto antes, manter-se-ia na presidência até agosto de 1979, quando passaria a presidência a *Jessé Montello*, Estatístico de formação (e que ficaria na função até março de 1985, saindo com o início da dita "Nova República").

Perfil biográfico

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

Isaac Kerstenetzky, o presidente da (re)fundação

Embora a transformação do IBGE de autarquia para fundação tivesse ocorrido em 1967, seus efeitos só se fariam sentir um pouco mais tarde. O presidente Sebastião Aguiar Ayres iniciou o processo que foi transformado por seu sucessor, o professor Isaac Kerstenetzky, vindo da Fundação Getulio Vargas. Em sua administração, mais especificamente a partir de 1972, chegaria ao Instituto a fase de produção técnico-científica das estatísticas.

Isaac Kerstenetzky nasceu em 18 de agosto de 1926, no Rio de Janeiro. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1945, e pós-graduou-se pela McGill University, no Canadá, no período de 1952/53. Fez também curso de especialização em Planejamento Econômico pelo Instituto de Estudos Sociais de Haia, na Holanda.

Antes de chegar à presidência do IBGE, Isaac já tivera vínculos com a Casa. Foi membro da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no final dos anos 1950, participou duas comissões para reestruturação do IBGE (uma em 1962 e outra em 1966), e tinha participado como representante do Ministério do Planejamento na Comissão Censitária Nacional, em 1969, com vistas ao Recenseamento Geral 1970. Àquele tempo era igualmente membro da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, que definia a orientação técnica do IBGE. Foi o representante do Brasil na Comissão de Estatística do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas -ONU.

Trabalhou por longo tempo na Fundação Getulio Vargas, onde chegou a chefe do Centro de Contas Nacionais e diretor de pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia. De 1965 a 1970, dirigiu a *Revista Brasileira de Economia*. Era também professor da Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro e na Escola de Pós-

Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas. Em 1976, recebeu o Prêmio de Economia do Moinho Santista, em outubro de 1976.

Tomou posse como presidente do IBGE em dia 25 de março de 1970, por nomeação feita pelo presidente da República, com data do dia anterior. A cerimônia aconteceu no Rio, no gabinete do ministro do Planejamento e Coordenação Geral João Paulo dos Reis Velloso. Em seu discurso de posse, Kerstenetzky deixou claro que pretendia para o IBGE um maior envolvimento da Estatística e da Geografia, trazendo melhor aproveitamento de informações consolidadas para a administração governamental.

Em sua administração foi realizado o Recenseamento Geral de 1970 e o Censo Econômico 1975, ambos tidos em boa conta por técnicos e especialistas. Aliás, pela primeira vez na história censitária brasileira, os Censos Econômicos foram realizados qüinqüenalmente. Com isso, foi possível contar com dados relativos ao ano fiscal das empresas. Foi feito também o Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF, onde foram averiguados dados relativos ao consumo alimentar e informações antropométricas nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, iniciado em 1973; estudos referentes à Matriz de Relações Intersetoriais a partir de 1970, aconteceu a transferência do Sistema de Índice de Preços ao Consumidor, do Ministério do Trabalho para o IBGE entre diversos outros trabalhos de grande importância. Embora a mudança de autarquia para fundação tenha sido feita na administração Sebastião Ayres Aguiar, ela definitivamente se efetivou no período em que Kerstenetzky esteve na presidência do IBGE. Em sua administração foi introduzido um dispositivo constitucional dando competência à União para legislar sobre o sistema Estatístico Nacional. Em 1974, foi instituído no IBGE o Plano Geral de Informações estatística e geográfica, envolvendo dados estatísticos, geográficos, geodésicos, demográficos, socioeconômicos, de recursos naturais e meio ambiente essenciais ao planejamento econômico-social e às ações de governo.

Em 1970, Isaac Kerstenetzky nomeou como diretor-superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, Rudolf Walter Franz Wuensche, em substituição a Raul Romero de Oliveira.

Era membro da *American Economic Association* e da *International Association for Research into Income and Wealth*. Deixou a presidência do IBGE em 29 de agosto de 1979.

Era casado com Sara Kerstenetzky, com quem teve três filhos. Faleceu em 20 de julho de 1991.

A marca do IBGE

(Por Marco Aurelio Martins Santos, assistente de pesquisa desta obra)

A marca visual do IBGE foi criada em 1972. A direção do Instituto à época resolveu instituir um concurso interno com o objetivo de escolher um logotipo para ser o seu símbolo institucional.

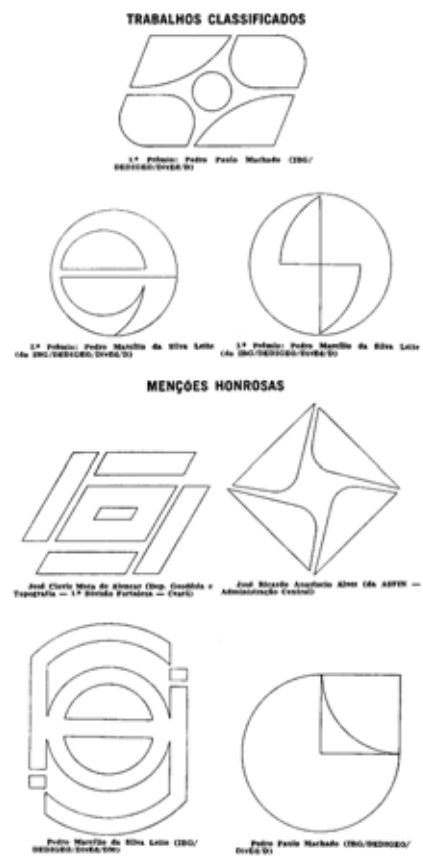
Após receber inscrições de diversos órgãos, a Comissão Julgadora, conforme previsto na Circular SG, de 25 de fevereiro de 1972, escolheu o desenho vencedor, além dos classificados em segundo e terceiro lugares e quatro outros indicados por Menção Honrosa.

Eis a relação dos trabalhos vencedores:

1º lugar – Prêmio de Cr$ 3.000,00 – Pedro Paulo Machado, à época lotado na DEDIGEO / DivEd

2º lugar – Prêmio de Cr$ 1.500,00 – Pedro Marcílio da Silva Leite, lotado na mesma área do vencedor.

3º lugar – Prêmio de Cr$ 500,00 – Pedro Marcílio da Silva Leite.



Box sobre o concurso da marca IBGE.

Os aquinhoados com Menção Honrosa, fazendo jus a um prêmio no valor de Cr$ 250,00 para cada um, foram os seguintes funcionários:

José Clovis Mota de Alencar (do Departamento de Geodésia e Topografia, 1ª Divisão, em Fortaleza, Ceará)

José Ricardo Anastácio Alves (da Assessoria Financeira, na Sede)

Pedro Marcílio da Silva Leite

Pedro Paulo Machado

Como se vê, o Pedro vencedor levou também uma Menção Honrosa com um outro trabalho e o outro Pedro, abiscoitou o segundo e terceiro lugares e mais uma Menção Honrosa.

No memorial de sua logomarca, Pedro Paulo assim explicou os fundamentos de seu trabalho:

"A construção desta marca teve como base racionalizar o espaço, criando um sinal ótico, formado por módulos alternados, tendo como centro o círculo do planeta. A aplicação de curvas gráficas como limite, criou na marca uma forma

arrojada de dinamismo contínuo. O sinal ótico é cortado por dois eixos que sugerem a intercessão de um paralelo e um meridiano, determinando dois caracteres fundamentais, o G e o E, que aparecem estilizados e em ordem inversa, tanto no sentido horizontal como no vertical".

Aos 60 anos – ele nasceu em 1945 - ainda trabalha no IBGE, estando lotado no gabinete do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI. Pedro Paulo entrou para o Instituto em 1970, sendo demitido em 1974 por ordem do Serviço Nacional de Informações –SNI, por conta de sua participação no movimento estudantil. Com a anistia, foi recontratado em 1982.

Segundo ele, a sua inspiração para compor a logomarca vencedora foi um livro de Matemática. "Tinha pensado em fazer alguma coisa estilizando a bandeira do Brasil, mas na época era proibido fazer alterações nos símbolos da República. Daí eu parti para a idéia do gráfico cartesiano, mas ainda assim a marca tem um pouco da bandeira, só que bem disfarçado", relembra Pedro Paulo, que se considera como alguém de pouca memória. "Nem consigo me lembrar de como era o trabalho que ganhou menção honrosa", admite ele.

Ele quase venceu o concurso para a escolha do logotipo da Associação dos Servidores do IBGE – ASSIBGE: tirou segundo lugar. Como artista gráfico, já expôs trabalhos no Museu de Arte Moderna, do Rio de Janeiro, no Museu Ary Parreiras, em Niterói e em diversos outros lugares. É dele a capa do Diário de Che Guevara, editado no Brasil pelo extinto jornal Correio da Manhã.

Quando perguntamos sobre o seu sentimento em ser o autor da marca com que o IBGE é conhecido, ele assegura que nem lembra mais ser o criador do logotipo: "É como se já não me pertencesse mais", garante o modesto Pedro Paulo.

O segundo colocado, Pedro Marcilio, também está na ativa, trabalhando na Diretoria de Geociências. Ele lembra que tinha 23 anos quando participou do concurso e que sua inspiração para fazer as logomarcas saiu dos próprios conceitos de Geografia e Estatística.

"O trabalho que tirou segundo lugar era um globo terrestre, onde a linha do Equador e os meridianos formavam as letras G e E de forma estilizada. O terceiro colocado e a Menção Honrosa eu fiz em cima das iniciais de Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatíistica". Segundo Marcilio, a época ufanista em que o concurso foi realizado contribuiu para a escolha da logomarca vencedora: uma bandeira brasileira estilizada.

Em 1970, oitavo Censo Geral: "Retrato fiel do País" ou "manancial de informações"

Capítulo 26

Em 1970, assustava a história dos censos. O IBGE fizera os de 1940, de 1950 e de 1960, e tivera sucesso, sem dúvida alguma, mas...

Em 1940, o estado do mundo, já em guerra na Europa, a que logo o Brasil entraria, não nos era impune; sem olvidar que não havia, ainda, a base para fins estatísticos, nem as agências municipais de estatística funcionavam satisfatoriamente; dessa forma, havia muitos improvisos metodológicos.

Em 1950, já haviam as agências, criadas em resposta à demanda dos militares por estatísticas econômicas (municipais) com vistas ao esforço de guerra, e à segurança nacional; mas a base, vital para bem fazer-se a coleta, pese os avanços positivos, seguia sendo ruim; contudo, fora do IBGE, houvera o rebuliço da campanha presidencial (em outubro daquele mesmo ano); mesmo tendo usado a data de 1º de julho como referência, o rebuliço nacional das eleições não era nada positivo para a atividade censitária.

Em 1960, haviam as agências, e a base geográfica melhorara sobremodo, mas houve inúmeros problemas, desde o momento do planejamento, o retardo na aprovação da legislação, e, sobremodo, da liberação dos recursos; afora a confusão provocada pela introdução do computador, e da amostragem, no que não se era experiente; sem olvidar, por fim, a administração personalista praticada por *Jurandyr Pires Ferreira*, aliás, muito mais voltado ao "G" do que ao "E"; e em 1970, o Censo 1960 seguia sem conclusão, e não poucos o davam por perdido.[606]



Lançamento do Censo de 1970.

A imprensa, nesse contexto, e por estímulo (talvez pressão também) do governo federal, aplicou-se em valorizar o Censo 1970. Por exemplo, o velho *O Jornal*, obra de *Assis Chateaubriand*, em sua edição de 27 de agosto, anunciava em editorial o início oficial do Censo "em cerimônia presidida pelo General Médici", no Rio de Janeiro.

[606] Em 1950, naquele mesmo ano houve eleições gerais (inclusive presidenciais), junto com censo, mas, como o censo foi feito em julho não houve absoluta coincidência. Já em 1960, como a data-base voltou a ser em setembro, houve estreita coincidências com as eleições gerais, realizadas em outubro. Este ponto nos foi advertido por nosso amigo, e leitor severo, Manoel Antônio Soares da Cunha.



"Brasil: ame-o ou deixe-o".

Num mundo em mudança, e que planejava intensamente, "a ausência de dados informativos nos vários planos da vida do País torna aleatórias as previsões e faz que, em muitos casos, a ação governamental repouse sobre fantasias". E segue falando das previsões do futurólogo *Herman Kahn*, do Instituto Hudson:

> Recentemente esteve no Brasil o famoso futurólogo norte-americano Herman Kahn, cujas profecias a respeito do nosso país não foram recebidas com agrado, pois que não chegavam nem mesmo a considerar-nos entre as nações capazes de desempenhar papel de maior relevo no século vindouro. [...] Não é que Herman Kahn e seus companheiros de estudos tenham tido má vontade contra o Brasil, como tantos pensaram, com a mania de muitos brasileiros de supor que em geral americanos e europeus não gostam de nosso país e vêem sem simpatia a nossa crescente projeção no mundo. Apenas fizeram os seus cálculos apoiando-se em algarismos que não representam efetivamente os valores reais da nossa vida e aqui a falha é nossa e não deles (CENSO..., 1970, p. 272, grifo nosso).

Com o Censo 1970, em pouco tempo teríamos um "manancial de informações fundamentais", saberíamos "muita coisa ainda ignorada, sendo indispensável que para isso haja uma colaboração vigorosa da parte de todo o povo", e diz que o censo, como fora preparado, com bastante antecedência, com especial cuidado e atenção, tinha tudo para ser um sucesso, podendo constituir "a melhor garantia de que entraremos no ano 2000 com a perspectiva da grandeza nacional almejada pelas gerações de hoje e prevista nos anseios de nosso patriotismo" (CENSO..., 1970, p. 272-273).

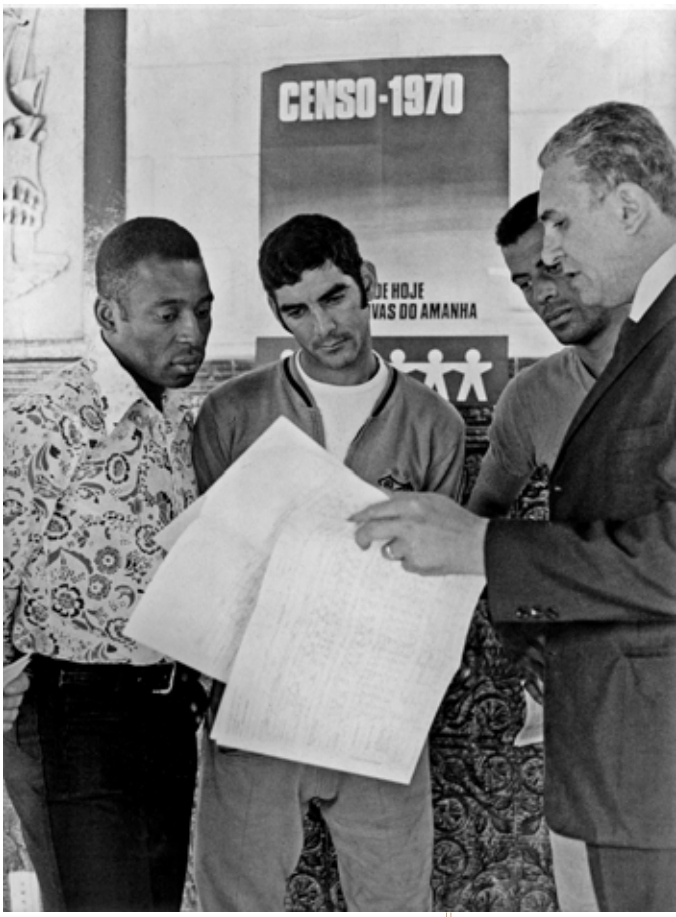
Em 2 de setembro, editorial do jornal *O Globo*, de *Roberto Marinho*, manifestava a expectativa de se alcançar um "retrato fiel" do País, a partir do censo, pois "com o IBGE salvo pela Revolução, a seriedade destes anos permitiu que se fizesse uma preparação meticulosa do Recenseamento"; e mais, dizia: "que esta será a primeira grande aventura brasileira no campo fascinante da Era Cibernética", já que o Censo 1960, afirmava, teria naufragado na "demagogia que, àquela altura, ganhava ímpeto para os baixos vôos dos três anos seguintes" (RETRATO..., 1970, p. 276, grifo nosso).

> À frente dos trabalhos encontra-se um eminente economista brasileiro, o Prof. Isaac Kerstenetzky, cuja competência unanimemente reconhecida assegura a obtenção daquele retrato nítido e fiel de que falava ontem o primeiro cidadão recenseado: o Sr. Emílio Garrastazu Médici (RETRATO..., 1970, p. 276).

O Censo na I CONFEST, estudos e análises

A 1ª Conferência Nacional de Estatística (maio-junho 1968), tomou os censos como tema, e lhe dedicou os esforços da Comissão C; sete textos foram apresentados, sendo quatro oriundos do Serviço Nacional de Recenseamento (feitos por *Sebastião de Oliveira Reis*, *Amaro Monteiro* e *Heitor Câmara Vellozo*), cada qual trazendo as variáveis (e seus conceitos) a serem pesquisadas (e que serão relacionadas ao analisarmos a legislação), e, além disso, os processos de pesquisa; três textos vieram de técnicos externos. À continuação, realcemos alguns pontos.

No texto sobre o censo demográfico, os autores sugerem a inclusão de prédios como objeto de pesquisa, ao lado dos temas de praxe: pessoas, famílias, e domicí-



Pelé, Rildo e Carlos Alberto recebem explicações sobre o questionário do Censo.

lios. A população recenseada seria classificada em “presente, ou de fato”, “residente, ou de direito”. É sugerida a pesquisa de cor, em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos (neste grupo estando os índios); mas, ao fim e ao cabo, o censo não incluiria a pesquisa sobre cor. Seria, de novo, usada a técnica de amostragem. A data-base seria 1º de julho, mas acabou ficando em 1º de setembro (que aos autores desgostava).[607]

Nos textos sobre os Censos Industrial (também da autoria de *Rudolf Wuensche*), comercial, e dos serviços, é considerada a manutenção das extensões anteriores (as variáveis, e sem maiores mudanças conceituais). Certos temas, contudo, sairiam das pesquisas ordinárias, e seriam abordados em pesquisas especiais: “Construção civil” e “Produção e distribuição de energia elétrica”, no caso do industrial; “Mercado de crédito” e “Seguros e capitalização”, no caso do comercial (mas onde haveria um levantamento complementar de “Comércio e Administração de Imóveis”); “Transportes” e “Comunicações”, no caso dos serviços. Haveria, na proposta dos autores, para cada censo, uma apuração por amostragem, para a obtenção de resultados preliminares. Esses textos revelam estudiosos amadurecidos, e mais ainda, revelam maturidade institucional, no que tange a pensar os censos.

O texto sobre o Censo Agrícola (não é utilizada a expressão agropecuário, que mais tarde seria consagrado) foi feito por *Maurício Rangel Reis*, então no IPEA, e que atuara no IBGE, com muito destaque, ao tempo do Censo 1960 (logo seria Ministro do Interior). No texto, antes de tratar do Censo Agrícola, trata dos censos em geral, e oferece uma avaliação experiente, tendo em vista seu passado.

> Em face da complexidade crescente da operação censitária (em função da própria evolução dos países) requer-se cada vez maior antecipação dos trabalhos de planejamento do Censos, no âmbito interno de cada País e nos organismos internacionais, a fim de que o Recenseamento seja executado dentro de padrões técnicos recomendáveis e se assegure um aproveitamento compatível do elevado investimento que a operação exige. A experiência brasileira não tem sido plenamente satisfatória na execução dos Recenseamentos Gerais. Se por um lado o órgão oficial estatístico do País conseguiu, ao longo doa anos, reunir uma equipe técnica de alto nível para o preparo e execução dos Censos, a descontinuidade administrativa e a interferência política em alguns casos, ao lado de outros fatores, contribuíram para dificultar

607 Valerá anotar, outra vez, as datas dos censos feitos antes: o de 1872 usou 1º de agosto, os de 1890 e de 1900 usaram 31 de dezembro, o de 1920 e o de 1940 usaram o 1º de setembro, o de 1950 usou 1º de julho, e o de 1960 usou 1º de setembro.

> sensivelmente os trabalhos e impedir que se alcançassem os objetivos básicos da operação censitária, ou seja, em última análise, a divulgação, em tempo oportuno, de dados indispensáveis ao conhecimento dos diversos aspectos demográficos e econômicos do País, facilitando o planejamento do desenvolvimento econômico e social. É inegável que as perspectivas atuais deverão proporcionar ao Recenseamento Geral de 1970, condições favoráveis para o adequado preparo técnico da operação censitária e a continuidade administrativa mínima que se requer em tarefa de tal grandeza e magnitude. [...] No passado, e até o Recenseamento de 1960, o maior interesse pelo sistema estatístico nacional (inclusive pelos censos) limitava-se a alguns setores selecionados, dedicados a estudos econômicos e sociais, sem maiores exigências por parte do Governo. É inegável que essa fase se encontra ultrapassada e se evoluiu satisfatoriamente para um sistema de planejamento, de caráter irreversível, do qual se espera contínuo aperfeiçoamento (REIS, 1968, p. 2-3).

Reflete sobre o período decenal dos censos. Se, de um lado, esse período se justifica, em face do custo da operação, e da sua complexidade operacional, de outro, não se justifica, em face da dinâmica da economia. E sugere a feitura do censo agro de cinco em cinco anos, como aliás fora sugerido pelas comissões e estudiosos que, nos anos 1960, sopesaram a atividade estatística brasileira. Uma forma de tornar isso viável, em face dos custos e dos tempos técnicos operacionais, seria um maior uso da amostragem, o que sugere seja estudado atentamente.

Prossegue analisando a história do Censo Agro, desde o primeiro realizado, em 1920, até o de 1960, passando pelos de 1940 e 1950. Em esforço histórico admirável, recupera as variáveis (e seus conceitos) investigadas a cada ano; e faz um quadro sinóptico comparativo entre 1960, 1950 e 1940; se detém no Censo 1960, à frente do qual esteve, e sobre o qual já escrevera muitíssimo, e relembra a aquisição do computador (cérebro eletrônico) na gestão de *Jurandyr Pires Ferreira*, que tomou grande parte dos recursos censitários, sem trazer grandes vantagens (ao contrário, sendo o fator de muitos atrasos havidos); valendo copiar um trecho:

> Acresce, ainda, circunstância da máxima importância relacionada com o Censo Agrícola. Os estudos elaborados, em 1961, pelo próprio corpo técnico da firma vendedora do Computador UNIVAC 1105 não aconselharam o emprego desse equipamento nos Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços, principalmente em face do tempo necessário [para] estudar e preparar a fase de programação. Em 1961 tornou-se necessário selecionar novos equipamentos para apurar esses Censos e apesar da importância do novo Computador (USS 80) para complementar o UNIVAC 1105, realizou-se concorrência para a apuração dos Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e Serviços, instalando-se um computador IBM 1401, além de diversas máquinas complementares do conjunto. Na realidade, até hoje não se alcançou o esperado rendimento dos computadores UNIVAC na apuração do Censo, devendo-se, sem dúvida, a esse fato a inexistência dos dados básicos do Censo Demográfico, oito anos após a coleta (REIS, 1968, p. 13-14).

O Censo 1970 seria próximo ao realizado nos Censos 1960 e 1950, já que ambos seguiram as orientações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, como de novo seria seguido. Relaciona as variáveis (e seus conceitos), e trata das etapas de pesquisa; em ambas as situações apresenta sugestões minuciosas. Por demais, dedica atenção à questão da data-base, e diz que 1º de setembro é inconveniente, mas reconhece ser “extremamente difícil escolher uma data que satisfaça às diferentes áreas e produtos”, assim, sendo feita a coleta em setembro, o

ideal seria o registro da produção em dois anos, embora isso pudesse sobrecarregar os recenseadores e, claro, também os informantes. Por fim, sugere um trabalho próximo entre o IBGE, o IPEA e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA.[608]

O Censo na I CONFEST, recomendações

Havidos os debates, no âmbito da Comissão C, bem assim, no das sessões plenárias, o Censo 1970 teve quatro recomendações, a saber:

Recomendação nº 1 [Censo Demográfico]

1. A aprovação do Plano para o Censo Demográfico de 1970, elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Estatística;

2. A aceitação, para apreciação do Serviço Nacional de Recenseamento das sugestões relacionadas, a seguir, segundo os órgãos que as formularam:

• *Instituto de Pesquisas Econômica e Social Aplicada* – Pesquisa de fecundidade, com indagação sobre filhos tidos no ano anterior ao do Censo; obtenção de informações sobre pessoas que procuravam emprego pela primeira vez, intensificação de esforços para melhor caracterização do subemprego e do desemprego; revisão da classificação ocupacional adotada no Censo de 1960; maior detalhamento da pesquisa de migração interna; adoção de uma amostra de 30% da população, constituída de subamostras de 10% para a pesquisa sobre fecundidade, de 10% para emprego e desemprego e de 10% para mobilidade da população; e obtenção de informações sobre a área dos domicílios;

• *Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política* – Indagação do registro de nascimento, para os menores de 1 ano;

• *Banco Nacional de Habitação* – Pesquisa do rendimento do casal; regime de emprego; classificação dos domicílios rústicos em recuperáveis e irrecuperáveis; estado de conservação dos prédios; identificação de "próprios quitados" e "em aquisição". Existência de financiamentos; anos de aquisição e de ocupação dos imóveis; localização interna ou externa das instalações sanitárias; classificação urbanística das áreas; e caracterização de condomínios verticais e horizontais;

• *Departamento Estadual de Estatística de São Paulo* – Preservação da qualidade das informações relativas à idade; adoção de critério que permita maior fidedignidade dos dados relativos à "população urbana e rural", cuja classificação decorre da definição estabelecida na legislação vigente; e alteração do limite de idade (10 anos), para investigação da população economicamente ativa nos centros urbanos;

• *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* – Maiores detalhes na investigação de mão-de-obra (emprego, desemprego e subemprego); pesquisa de emprego sazonal e conjuntural; pesquisa de subemprego em grupos qüinqüenais de idade e ano a ano, nas idades compreendidas entre 10 e 18 anos; revisão da classificação de ocupações usada no Censo de 1960; pesquisa de segundo e terceiro empregos; e amostras estratificadas para informações a nível de Estado;

608 Os dois últimos trabalhos apreciados na Comissão C, vieram de fora: um veio do BNH, de autoria de Gerardo Estellita Lins, e Carlos Alberto Teixeira Leite, **Censo Demográfico**: necessidades do BNH para a formulação e acompanhamento do Plano Nacional de Habitação; o outro veio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, **Notas sobre estatísticas para o planejamento local integrado**.

• *Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina* – Instituição de centros regionais de treinamento para os trabalhos de coleta;

• *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* – Estudo da possibilidade de execução do Censo Escolar simultaneamente com a realização do Censo Demográfico;

• *Instituto Nacional de Previdência Social* – Investigação do regime de emprego e vinculação aos órgãos de previdência social;

• *Serviço de Estatística da Educação e Cultura* – Revisão do limite de idade para as tabulações sobre nível educacional.

Recomendação nº 6 [Censo Agrícola]

1. A aceitação do documento oficial referente ao Censo Agrícola, com as observações apresentadas pelos debatedores e apreciações do relator, para exame pelo Serviço Nacional de Recenseamento;

2. A necessidade de se alcançar pleno entrosamento entre o Serviço Nacional de Recenseamento e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, tendo em vista conjugar o Censo Agrícola de 1970 e o Cadastro de Imóveis Rurais[609];

3. A regulamentação do instrumento legal que determina a realização de Censos Agrícolas qüinqüenais;

4. A ampliação do emprego de amostragem probabilística na pesquisa de certos aspectos do Censo Agrícola;

5. A utilização do Censo Agrícola de 1970, como base para melhoria das estatísticas agrícolas permanentes, com a elaboração de um plano integrado;

6. A criação de um Grupo de Consulta e Assessoria para o planejamento do Censo, de acordo com a proposta formulada no documento oficial, com as adaptações que o Instituto Brasileiro de Estatística julgar necessárias.

Recomendação nº 8 [Censos Comercial e dos Serviços]:

1. A aceitação dos documentos oficiais referentes aos Censos Comercial e dos Serviços, com as sugestões apresentadas pelos debatedores para exame do Serviço Nacional de Recenseamento;

2. O máximo empenho do Serviço Nacional de Recenseamento no sentido de evitar a evasão da coleta no Censo dos Serviços, a fim de atender às necessidades da contabilidade nacional;

3. Que o Serviço Nacional de Recenseamento procure assegurar a inclusão, no âmbito do Censo dos Serviços, de mais algumas atividades não relacionadas no documento oficial;

4. A inclusão, no projeto do Censo Experimental, de assuntos ainda merecedores de exame, sugeridos pelos debatedores, tais como o destaque das parcelas de gratificações e participação nos lucros, bem assim de acidentes de trabalho, no total dos respectivos seguros.

[609] Essa junção, além de difícil seria inadequada, já que o Cadastro tinha fins fiscais, qual seja a aplicação do Imposto Territorial Rural. Esse tipo de coisa não cabe ao censo.



Exposição de cartazes do Censo de 1970 na gare D. Pedro II.

Recomendação nº 11 [Censo Industrial]:

1. A aprovação do Plano para o Censo Industrial de 1970, elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Estatística;

2. A aceitação, para apreciação do Serviço Nacional de Recenseamento, das sugestões relacionadas, a seguir, segundo os órgãos que as formularam:

- *Fundação Getúlio Vargas* – Necessidade de discriminação do capital aplicado, segundo se destine aos setores de produção ou administração dos estabelecimentos industriais; conveniência do exame do critério de inclusão, como salários, dos pagamentos efetuados à conta de trabalhos realizados a domicílio; conveniência da apropriação das despesas diversas ao nível de subgênero de indústrias; destaque das despesas decorrentes de benefícios de natureza social; necessidade de destacar, das despesas com seguros, a parte relativa a seguros contra acidentes do trabalho; pesquisa da indústria de mineração; necessidade de formulação de definições precisas para todos os quesitos relativos aos investimentos de capital;

- *Eletrobrás* – Necessidade de efetuar-se indagações sobre a demanda máxima de energia nos estabelecimentos industriais;

- *Federação das Indústrias de São Paulo* – Necessidade de uniformização dos conceitos dos tópicos constantes das pesquisas industriais; necessidade de serem preparadas instruções precisas para o preenchimento de questionários;

- *Departamento de Estatística do Estado de São Paulo* – Necessidade de obter-se capacitação plena do pessoal de coleta encarregado de prestar esclarecimentos aos informantes.

O censo por Tulo Hostílio Montenegro

Em junho de 1970, no relatório da segunda missão no IBGE, *Tulo Hostílio Montenegro* dedicou uma seção ao Censo de 1970. Naquele momento o planejamento censitário estava pronto, e a coleta dos censos estava prestes a iniciar. Não havia, portanto, muita coisa a fazer, a não ser dar conselhos, atentando para cuidados presentes e futuros. E essa será a tônica da reflexão apresentada.

Para o autor, fazer um censo de valor, tanto importava ao planejamento, quanto importava à instituição estatística: “a influência que a boa ou deficiente realização da operação censitária terá sobre os destinos da entidade responsável”. Não obstante a experiência acumulada, e a seriedade dos homens no poder no IBGE, teria havido reticências em setores oficiais e, sobretudo, em setores privados; e o autor as atribui à imagem deletéria deixada pela operação do Censo 1960: “a impressão então formada aparentemente persistiu, mesmo depois que periódicos idôneos publicaram reportagens extensas e apreciações elogiosas sobre alguns dos trabalhos em andamento na área censitária” (MONTENEGRO, 1970, p. 11).

> Os trabalhos preliminares concluídos e em realização indicam um avanço bem maior do que se supõe. É verdade que, em algumas fases, se observa certo atraso em relação aos prazos previstos, mas ainda este, no que concerne a tarefas cuja execução depende diretamente do Departamento de Censos, poderá ser eliminado, à medida que se aceleram providências e decisões pendentes. Numerosas tarefas de vulto mereceram particular atenção. A título de exemplo, podem citar-se a preparação dos instrumentos de coleta e formulários complementares do Censo Demográfico, cuja distribuição preliminar, para fins de instrução, já se efetuou e cuja distribuição geral se iniciará em junho, com base em estimativas pormenorizadas; a primeira fase do programa de treinamento de pessoal, que obedeceu a uma orientação mais ampla que a dos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960; a localização da repartição censitária central em um edifício[610] cuja readaptação, uma vez concluída, proporcionará condições superiores àquelas com que se contou das vezes anteriores; os preparativos para intensificar as atividades de formação da opinião pública em favor do Recenseamento no próximo trimestre; e, principalmente, a base geográfica, que é, sem dúvida, mais sólida e melhor que a dos censos passados, apesar das profundas alterações ocorridas na divisão territorial e administrativa do País (MONTENEGRO, 1970, p. 11, grifo nosso).

Não obstante, seis aspectos delicados são apontados, a juízo do autor: 1) as possíveis mudanças nos planos do Censo Demográfico, para atender a pedidos de usuários de dados, enviadas em atraso ao IBGE; 2) o recurso humano na unidade censitária; 3) a situação da rede-de-coleta; 4) o curto lapso de tempo entre o final do Censo Demográfico e o início dos Censos Econômicos; 5) atrasos nas decisões relativas aos equipamentos de processamento; e 6) as possíveis mudanças nos planos dos Censos Econômicos sem as necessárias experimentações.

O primeiro aspecto, em tese, estaria descartado, uma vez que o material se encontra impresso e distribuído parcialmente. Entretanto, algumas das solicitações de alterações e inclusões vinham de pessoas que não era nada fácil ignorar, pela posição que ocupavam[611]: "a participação de usuário qualificado na definição dos aspectos que devem ser abrangidos em qualquer pesquisa de caráter estatístico merece ser estimulada ao máximo", contudo é preciso que atuem em tempo correto, e não com atrasos. E diz mais, que "a modificação de questionários já impressos seria, além de dispendiosa, praticamente impossível; estabeleceria dúvidas e confusão e prejudicaria a qualidade e uniformidade das informações que se deseja reunir" (MONTENEGRO, 1970, p. 12).

O segundo aspecto queria realçar a escassez de pessoal técnico na unidade censitária, com sobrecarga de trabalho em sua direção superior. Isso, grave em si, se agravava mais pelo inevitável aumento do volume de trabalho, a partir do início da coleta; sem olvidar que "nem mesmo a mais bem planejada operação censitária está isenta de dificuldades imprevistas e nenhum país do mundo chegou a um estádio no qual um recenseamento das dimensões do brasileiro possa ser considerado trabalho de rotina". Assim, por necessário e inevitável, mais pessoas deveriam ser somadas à unidade censitária, e, por demais, devia-se também partilhar os trabalhos com ou-

[610] O autor refere-se ao imóvel na rua Equador, nº 558, junto ao Cais do Porto, e próximo à Rodoviária Novo Rio, a surgir no governo de Carlos Lacerda, no então Estado da Guanabara.

[611] Por exemplo, a demanda de se investigar o consumo de combustível nos domicílios (lenha, carvão, querosene, etc.), para fins da Matriz Energética; como o questionário do demográfico já estava pronto, decidiu-se pela agregação de um pequeno questionário.



Propaganda do Censo em Cuiabá, MT.

tras unidades, quebrando parcialmente a centralização então praticada (MONTENEGRO, 1970, p. 12-13).

O terceiro aspecto é variado em análise. A rede de coleta estaria atuando a contento, mais que o esperado; as deficiências resultavam, antes de tudo, da ausência de orientação e de supervisão, por falhas e omissão da direção superior censitária: "quando a orientação e o controle são satisfatórios, como no caso da preparação da base geográfica, o nível dos resultados melhora imediatamente e as falhas, localizadas, podem ser corrigidas". Ainda assim, pese os bons controles, e as boas orientações, desejadas e desejáveis, "é necessário estar preparado para o pior, porque os riscos aumentam à medida que se desce na escala de comando e o controle se torna remoto", e, em havendo problemas, deve-se efetuar substituições rapidamente: "transferir, prontamente [sem limitações de caráter burocrático], a direção de uma Delegacia deficiente a pessoa mais qualificada que seu titular[612], completando posteriormente os trâmites administrativos regulares" (MONTENEGRO, 1970, p. 13).

> O problema potencial mais sério da rede-de-coleta está localizado no âmbito municipal. Em 1950, para usar um termo de referência, existiam aproximadamente dois mil municípios com agências de estatística instaladas e dotadas de pessoal e equipamentos padronizados; o número de vagas era pequeno e foi possível preenchê-las com certa antecipação. Em 1970, o número de municípios é superior ao dobro de 1950 (3.958); destes, menos de 2.100 contam com agência própria e não mais de 1.800 possuem titulares; dos servidores da rede-de-coleta uma porcentagem superior a 65% tem de 40 a 60 anos de idade e, a acreditar no que se afirma, o agente de estatística sofre de frustração permanente produzida pelo semi-abandono em que tem vivido. No que diz respeito às agências providas, a situação da rede-de-coleta se assemelha à dos Recenseamentos de 1950 e 1960; e, no que respeita aos municípios sem agência, à que prevaleceu no Recenseamento de 1940 (MONTENEGRO, 1970, p. 13-14, grifo nosso).

E adverte, com extrema propriedade: "os órgãos administrativos sempre tiveram dificuldade para compreender que o recenseamento difere das demais pesquisas estatísticas no que concerne à urgência com que as providências devem ser tomadas"; e por "órgãos administrativos" entenda-se tanto os de dentro, quanto, sobremodo, os de fora, afetos aos governos diretamente (MONTENEGRO, 1970, p. 14). E foi isso que, em boa medida, aconteceu com o Censo 1960, em que a legislação

[612] Conforme informação de Manoel Antônio Soares da Cunha, foi o caso das Delegacias em Minas Gerais, do Amazonas, e do Pará.

competente, e os recursos necessários demoraram em demasia a aparecer, deixando lacunas e falhas em quantidade, com prejuízos irremediáveis.

O quarto aspecto releva haver duas operações censitárias, e não uma apenas. Não haveria, a juízo do autor, uma indiscutível economia de escala; ao contrário, haveriam diferentes tarefas, difíceis e complexas, sendo realizadas simultaneamente, por exemplo, os dados dos Censos Demográfico e Agropecuário estariam em crítica, em tarefa de gabinete, e já se estaria em coleta dos Censos Econômicos, entre outros exemplos. O melhor, afirma, seria realizar as operações censitárias, o Demográfico e os Econômicos, em anos diversos, como fora várias vezes sugerido.

O quinto aspecto realçava problemas gravíssimos: "numerosos países latino-americanos pagaram caro, na década de 1960, por ter subestimado as dificuldades da transição dos equipamentos tradicionais para o computador eletrônico e, sem preparação adequada, ter tratado de utilizar equipamentos complexos e de alto rendimento, na apuração de seus censos"; e foi o que se deu no Brasil: "um dos frutos amargos da experiência é o saldo negativo do Censo Demográfico 1960 que continua a deteriorar-se à espera de processamento". E diz, por fim, que "a decisão sobre o equipamento de processamento de dados é de importância vital neste momento; urge esclarecer a quem cabe, de fato, a decisão final, a fim de que, no futuro, não se atribua à Fundação a responsabilidade do atraso (MONTENEGRO, 1970, p. 16-17).

O sexto e último aspecto nos remete ao primeiro, *mutatis mutandis*. Mesmo que os Censos Econômicos ainda estivessem em planejamento, não havia muito tempo a esperar. Sem olvidar, ainda, que "o usuário menos familiarizado com os problemas de obtenção de informações – sobretudo de informações de caráter econômico –, em geral, formula suas solicitações tendo em conta empresas organizadas das cidades mais desenvolvidas e superestimando as possibilidades de obter as informações, mesmo nessas cidades". Então, como seja feito, convém que hajam "comprovações experimentais", sob pena do risco de se "sacrificar informações que podem ser obtidas – e que, no passado, nunca foram analisadas suficientemente –, sem conseguir-se aquelas que se deseja (MONTENEGRO, 1970, p. 17).

A legislação censitária

O início do censo, em termos legais, deu-se com o Decreto-Lei nº 369, de 19 de dezembro de 1968 (seis dias após o Ato Institucional nº 5), na administração de *Sebastião Aguiar Ayres*. Seu Art. 1º dizia dos censos que seriam feitos, e os associava às recomendações internacionais:

> **Art. 1º** O VIII Recenseamento Geral do Brasil será realizado em 1970, abrangendo os Censos Demográfico (População e Habitação), Agropecuário Industrial, Comercial e dos Serviços, e os inquéritos e levantamentos complementares julgados necessários, observado o disposto neste Decreto-Lei, que não prejudica nem altera normas legais e regulamentares atinentes do Plano Nacional de Estatística, instituído pelo Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967.
>
> **§ 1º** O objeto, a extensão e a profundidade de cada Censo, a conceituação das unidades censitárias, a data de realização, os prazos para divulgação dos resultados

> preliminares e gerais e as demais providências necessárias à sua execução serão definidos em decreto do Presidente da República.
>
> **§ 2º** O decreto previsto no parágrafo anterior considerará, outrossim, e de acordo com a experiência brasileira, as recomendações da Comissão de Estatística do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sobre o Censo Mundial de População, de Habitação e Agropecuário de 1970, e do Instituto Interamericano de Estatística, em relação ao Censo das Américas de 1970.

O Art. 2º cometia sua execução ao IBGE; em sendo necessário fazer contratações, elas seriam feitas a título precário, sem vínculo empregatício. O Censo teria seu plano orientado e sua execução assistida por uma Comissão Censitária (Art. 3º), definida no próximo artigo, como segue:

> **Art. 4º** Constituirão a Comissão Censitária Nacional o Presidente da Fundação IBGE, que será seu Presidente, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Estatística, o Diretor do Departamento de Censos do mesmo Instituto, o Superintendente do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada, um Representante do Estado-Maior das Fôrças Armadas, o Diretor-Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia, três membros indicados pela Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas e três membros designados pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.[613]

O Art. 5º exigia a imediata prestação de informações e a colaboração dos serviços público, civil e militar, na três esferas políticas (federal, estadual e municipal). O Art. 6º dizia quem seria objeto de pesquisa: "toda pessoa natural, civilmente capaz, domiciliada, residente ou em trânsito no Território Nacional, bem como o brasileiro que se encontrar no estrangeiro e as pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado, que estejam sob a jurisdição da lei brasileira". O Art. 7º garantia o sigilo das informações prestadas para fins censitários, que não seriam objeto de certidão, e não seriam prova em nenhum processo (administrativo, judicial ou fiscal). As punições eram previstas no Art. 8º, seja pela "não prestação de informações nos prazos fixados", seja pela "prestação de informações falsas ou com emprego de termos evasivos ou irreverentes". O Art. 9º dava ao IBGE vantagens, como segue:

> **Art**. 9º Independentemente do disposto no art. 27 do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, gozará a Fundação IBGE, a partir da data da vigência deste Decreto-Lei e até 31 de dezembro de 1973, das seguintes facilidades especiais:
>
> a) franquia telefônica e radiotelefônica, nas mesmas condições em que os órgãos da Administração pública direta, federal, estadual ou municipal;
>
> b) transporte terrestre, marítimo, fluvial, lacustre ou aéreo, nas mesmas condições concedidas aos órgãos da Administração pública direta, federal, estadual ou municipal;

[613] Sebastião Aguiar Ayres, primeiro, e Isaac Kerstenetzky depois, presidiram a Comissão Censitária Nacional (instalada a 28 de abril de 1969, e fazendo sua primeira reunião no dia seguinte). Foram seus membros Rudolf Wensche (Diretor-Suprerintendente do IBGE), Miguel Alves de Lima (Diretor-Superintendente do IBG), Antônio Tânios Abibe (Diretor-Superintendente da ENCE), Sebastião de Oliveira Reis (Diretor-Geral do Departamento de Censo), Maurício Rangel Reis (representante do Superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social), Tenente-Coronel. Egêo Correa de Oliveira Freitas (representante do Estado-Maior das Forças Armadas), Plínio Reis de Catanhede Almeida, Ovídio de Andrade Júnior e Aníbal Villela (representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), José Bastos Távora, Ângelo Jorge de Souza e Oscar Egidio de Araújo (representantes da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas).

c) isenção de todos os impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre os equipamentos e materiais de qualquer natureza, sua produção, importação e circulação, e sobre os serviços necessários aos trabalhos censitários.

O regulamento previsto no § 1º do Art. 1º do Decreto-Lei anterior, foi passado pelo Decreto nº 64.520, de 15 de maio de 1969, ainda na gestão de *Sebastião Aguiar Ayres*, sendo, por natural, bastante repetitivo. O Art. 1º trata dos censos a serem feitos; o Art. 4º trata das datas-base dos vários censos: 1º de setembro para os Censos Demográfico e Agropecuário, e 31 de dezembro para os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços[614]. Os artigos seguintes (5º a 10) deram o escopo dos censos:

Art. 5º No Censo Demográfico as investigações terão por objeto as pessoas, as famílias, os domicílios e os prédios.

§ 1º Relativamente a cada pessoa será investigado no que lhe for aplicável: Prenome, Sexo, Condição de presença, Situação urbana ou rural do domicílio, Idade, Religião[615], Nacionalidade, Naturalidade, Tempo de residência na Unidade da Federação, Tempo de residência no Município, Lugar do domicílio anterior, Situação urbana ou rural do domicílio anterior, Cor[616], Alfabetização[617], Freqüência à escola, Curso completo, Nível de instrução, Estado conjugal[618], Duração da união conjugal[619], Rendimento mensal, Local de trabalho ou estudo, Ocupação, Situação de emprego, Ramo e classe de atividade, Posição na ocupação, Filhos tidos, Filhos vivos na data do Censo.

§ 2º Em relação a cada família será investigado: Número de componentes, Condição de cada membro em relação ao chefe da família, Renda familiar.

§ 3º Relativamente aos domicílios será investigado: Espécie, Material da Construção, Condição de ocupação, Aluguel mensal, Abastecimento d'água, Iluminação elétrica, Instalação sanitária, Utilidades, Total de cômodos, Cômodos servindo de dormitório, Tipo de família residente, Número de moradores residentes.

§ 4º Com referência aos prédios será pesquisado: Utilização, Número de pavimentos, Material das paredes externas, Material do piso, Material de cobertura, Material do forro, Abastecimento d'água, Instalação sanitária, Iluminação elétrica, Número de domicílios e Número de unidades não domiciliárias.

§ 5º Serão recenseados em cada domicílio, além de todos os indivíduos, seus moradores ou não, que nele passarem a noite de 31 de agosto de 1970, os residentes efetivos ausentes na referida noite.

§ 6º Serão igualmente recenseados, em cada domicílio, as crianças cujo nascimento ocorrer durante a noite de 31 de agosto.

---

614 Depois, a Comissão Censitária alterou, para o Censo Agropecuário, a data de 1º de setembro para 31 de dezembro (isso para os dados de estrutura). Já quanto à produção e aos valores das despesas, das receitas, dos investimentos (seja para o Agropecuário, seja para os Econômicos), referia-se ao ano anterior. (Essa informação nos foi passada por Manoel Antônio Soares da Cunha).

615 "Católica romana", "Evangélica" e "Espírita" e "outras", além de "sem religião" e "sem declaração".

616 Ao fim e ao cabo não será investigada.

617 "Foram consideradas como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer; as que assinassem apenas o próprio nome foram consideradas analfabetas".

618 "Solteiro", "Casado", "Separado", "Desquitado", "Divorciado", "Viúvo"

619 Que não seria investigado.

§ 7º Não serão recenseadas as pessoas (inclusive os recém-nascidos) que falecerem durante o curso da referida noite.

§ 8º As informações relativas aos brasileiros pertencentes ao corpo diplomático ou consultar e às forças armadas, quando em serviço no estrangeiro, serão coletadas por intermédio das autoridades competentes, segundo instruções estabelecidas pela Comissão Censitária Nacional, cabendo à Fundação IBGE solicitar, para esse fim, a cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 6º O Censo Agropecuário abrangerá as seguintes atividades, agricultura, pecuária, avicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, silvicultura, e extração de produtos vegetais. Serão procedidos levantamentos complementares do gado em trânsito ou localizado fora dos estabelecimentos agropecuários; da produção particular do pessoal residente obtida em terras do estabelecimento, inclusive número de seus animais, incluirá também o Censo Agropecuária as atividades de beneficiamento e as de transformação exercidas no estabelecimento agropecuário, excetuando-se as usinas de açúcar, fábrica de polpa de madeira, serrarias e outras unidades que, a critério da Comissão Censitária Nacional, devam ser investigadas por intermédio do Censo Industrial.

Parágrafo único. Relativamente aos estabelecimentos de exploração agropecuária será investigado: Propriedade das terras, Condição do responsável[620], Atividade predominante, Condição legal das terras, Utilização das terras, Irrigação, Pessoal ocupado, Adubação, Uso de energia elétrica, Emprego de força humana, mecânica e animal, Instalações existentes, Veículos, Instrumentos e máquinas agrícolas, Valor dos bens, Inversos de capital, Financiamentos obtidos, Despesas diversas, Pecuária (efetivos e produção), Produção vegetal (culturas permanentes, culturas temporárias, horticultura, floricultura, produtos extrativos, produção madeireira) e Produção da indústria rural.

Art. 7º O Censo industrial abrangerá levantamentos relativos às atividades de Extração mineral, Beneficiamento e Transformação, bem como levantamentos especiais sobre a Construção civil e a Produção e distribuição de energia elétrica.

§ 1º Não serão objeto de investigação do Censo Industrial, com exceção das usinas de açúcar, das serrarias, das fábricas de polpa de madeira, e de outras unidades fixadas pela Comissão Censitária Nacional, as atividades de beneficiamento e transformação executadas nos estabelecimentos agropecuários.

§ 2º Também não serão objeto de investigação do Centro Industrial as atividades industriais das Padarias e Confeitarias (fabrico de pão, doces e biscoitos para venda direta aos consumidores), que serão pesquisados através de questionário especial do Censo Comercial.

§ 3º Serão ainda objeto de investigação do Censo Industrial, os serviços industriais de confecção e reparação, tais como: as oficinas de manutenção e conservação de material ferroviário, de navios e outras embarcações, de máquinas e equipamentos industriais; oficinas de recuperação de motores de veículos e outras semelhantes; oficinas de galvanoplastia e operações similares; confecção e reparação de artigos de carpintaria tanoaria e de artefatos de madeira; confecções de clichês, serviços gráficos e de encadernação; confecção de placas, carimbos e material de propaganda; e confecção de artefatos de mármore.

[620] Na prática, segundo Manoel Antônio Soares da Cunha, foi utilizada a categoria de "condição do produtor", e não "condição do responsável".

§ 4º Relativamente aos estabelecimentos industriais será investigado: Constituição Jurídica, Período de funcionamento, Situação (urbana ou rural), Ano de instalação, Gênero de atividade exercida, Capital aplicado, Inversões de capital, Desinvestimentos, Pessoal ocupado, Variação de mão-de-obra, Nível salarial dos empregados, Despesas com salários, Material e embalagem e acondicionamento, Combustíveis e Lubrificantes, Energia elétrica, Despesas diversas, Custo dos serviços contratados, Valor da produção, Distribuição da produção, Estoques, Receitas não industriais, Contas a receber, Força motriz, Matérias-primas e materiais consumidos, Produção física e valor da transformação industrial.

Art. 8º O Censo Comercial se constituíra de um levantamento básico que abrangerá o Comércio de mercadorias e de levantamentos complementares referentes às atividades industriais das Padarias e Confeitarias (fabrico de pão, doces e biscoitos para venda direta aos consumidores) e ao Comércio e administração de imóveis.

§ 1º O Censo do Comércio de mercadorias compreenderá os estabelecimentos pertencentes a organizações privadas, sociedades de economia mista e empresas estatais, cujas atividades sejam exclusiva e preponderantemente a compra e venda ou a troca de mercadorias. Compreenderá também a distribuição de produtos industriais efetuada diretamente pelos produtores quando se tratar de vendas a varejo; as vendas por atacado feitas através de filiais de empresas produtoras organizadas com essa finalidade; e os estabelecimentos instalados pelos produtores agropecuários especialmente para distribuição de seus produtos.

§ 2º Não serão objeto de investigação do Censo Comercial a distribuição direta de produtos pelos estabelecimentos agropecuários; as atividades dos negociantes de feiras-livres e ambulantes; os depósitos mantidos para guarda ou expedição de mercadorias; e as dependências isoladas, destinadas exclusivamente às atividades de compra, ou de venda sem faturamento.

§ 3º O levantamento complementar referente às Padarias incluirá, além das indagações gerais sobre o estabelecimento, quesitos específicos sobre a parte da produção e sobre as seções de vendas.

§ 4º O levantamento sobre o Comércio e Administração de imóveis compreenderá os estabelecimentos que realizam corretagem de imóveis, compra e venda de imóveis em conta própria, incorporações, loteamento e administração ou locação de imóveis.

§ 5º Relativamente aos estabelecimentos do Comércio de mercadorias será investigado: Constituição Jurídica, Situação (urbana ou rural), Categoria, Tipo, Ano de instalação, Gênero de atividade exercida, Capital aplicado, Inversões de capital, Desinvestimentos, Pessoal ocupado, Variação da mão-de-obra, Nível salarial dos empregados, Despesas com salários, Despesas diversas, Compras e recebimentos de mercadorias, Transferência de mercadorias, Vendas, Contas a receber, estoque, Atividade suplementar e especificado das mercadorias comerciadas.

§ 6º Relativamente às atividades industriais das Padarias e Confeitarias (fabrico de pão, doces e biscoitos) será investigado: Constituição jurídica, Situação (urbana ou rural), Tipo, Ano de instalação, Capital aplicado, Inversões de capital, Desinvestimentos, Pessoal ocupado, Variação de mão-de-obra, Nível salarial dos empregados, Despesas com salários, Fôrno (combustível ou energia elétrica consumida), Despesas diversas, Compras e recebimento de mercadorias, Transferência de mercadorias, Vendas, Contas a receber, Estoque, Matérias-primas e materiais consumidos, Produção industrial e Valor da transformação industrial.

§ 7º Relativamente ao Comércio e administração de imóveis será investigado: Constituição jurídica, Situação (urbana ou rural), Ano de instalação, Gênero da atividade, Capital aplicado, Inversões de capital, Desinvestimentos, Pessoal ocupado, Variação da mão-de-obra, Nível salarial dos empregados, Despesas com salários, Despesas diversas, Despesas de operação, Receita, Bens imóveis destinados à venda, Bens imóveis adquiridos para revenda, Vendas e Contas a Receber.

Art. 9º O Censo dos Serviços compreenderá a prestação de serviços, com fins lucrativos, por empresas privadas, ou mesmo sem essa finalidade, por entidades públicas. Os estabelecimentos mantidos por Sociedades Civis ou Institucionais religiosas só serão considerados quando atenderem ao público em geral.

§ 1º O Censo dos Serviços não investigará os serviços industriais de confecção e reparação - tais como as oficinas de reparação de material ferroviário e de navios, e de outras embarcações, oficinas de galvanoplastia e operações similares, confecção e reparação de artigos de carpintaria, tanoaria e de artefatos de madeira, confecção de clichês, serviços gráficos e de encadernação, confecção de placas, carimbos e material de propaganda, confecção de artefatos de mármore - que constituirão objeto de investigação do Censo Industrial.

§ 2º Relativamente aos estabelecimentos de prestação de serviços será investigado: Constituição jurídica, Situação (urbana ou rural), Tipo, Ano de instalação, Gênero de atividade, Capital aplicado, Inversões de capital, Desinvestimentos, Pessoal ocupado, Variação de mão-de-obra, Nível salarial dos empregados, Despesas com salários, Despesas diversas, Compra e recebimento de materiais e mercadorias, Receita, Atividade suplementar e Estoques.

Art. 10. O Censo das Empresas compreenderá as entidades que se dedicam às atividades industriais comerciais e de prestação de serviços, abrangendo os seguintes aspectos: Constituição jurídica, Situação (urbana ou rural), Ano de instalação, Atividades exercidas, Capital realizado, Inversões de capital, Desinvestimentos, Pessoal ocupado, Despesas com salários, Despesas diversas, Receitas e Meios de transporte.

Parágrafo único. As informações discriminarão a composição do capital social, evidenciando o grau de participação estrangeira, quando houver.

O Art. 11 estabelecia a garantia de sigilo, que decorria da prestação obrigatória das informações (Art. 12), os Arts. 13 a 19 definiam as punições, e suas aplicações, seja pela "não prestação de informações nos prazos fixados", seja pela "prestação de informações falsas ou com emprego de termos evasivos ou irreverentes".

Os Art. 20 a 23 diziam dos órgãos responsáveis pela execução dos censos, inclusive das comissões censitárias, a nacional, as estaduais e as municipais. Os Arts. 24 a 27 diziam do pessoal censitário. O Art. 30 dava ao IBGE vantagens operacionais. O Art. 32 mandava reduzir ao mínimos os inquéritos contínuos, durante os censos.

Pouco depois, o Decreto nº 65.697, de 12 de novembro de 1969, quase ao final da gestão *Sebastião Aguiar Ayres*, alteraria dispositivos da legislação anterior. Em especial, definiam-se novas datas-base, e se dava novo o escopo ao demográfico (e sai a cor). Eis as novas redações dos Arts. 4º e 5º:

Art. 4º ressalvados os casos expressos em que as informações devem reportar-se ao ano de 1970 ou a um outro período de tempo, os censos terão as seguintes datas de

referencia: 1º de setembro de 1970, para o censo demográfico; e 31 de dezembro do mesmo ano, para os censo agrícola, industrial, comercial e dos serviços[621]

Art. 5º § 1º Relativamente às pessoas será investigado, no que for aplicável: pronome, sexo, condição de presença, situação urbana ou rural do domicilio, idade, religião, nacionalidade, naturalidade, tempo de residência no município, lugar do domicilio anterior, situação urbana ou rural do domicilio anterior, alfabetização, freqüência a escola, curso completo, nível de instrução, estado conjugal, rendimento mensal, local de trabalho ou estudo, ocupação, situação de emprego, ramo e classe de atividade, posição na ocupação na ocupação, filhos tidos, filhos vivos na data do censo.

Dois aspectos polêmicos: religião e cor

A Comissão Censitária Nacional, no caso do Censo Demográfico, designou uma subcomissão encarregada da avaliação do âmbito (extensão e profundidade) dos temas. Era coordenada por *Sebastião de Oliveira Reis* (Departamento de Censos, do IBE), e tinha por membros: *David Carneiro Júnior* (IPEA), *Isaac Kerstenetzky* (FGV), *Miguel Alves de Lima* (IBG), *José Bastos Távora* (CONPLANE); participaram dos debates, ainda, em vários tempos: *Heitor da Câmara Vellozo* (Dep. de Censos, do IBE), *Ovídio de Andrade Júnior* (IPEA), *Graciano Sá* (IPEA). Sua sessão inaugural aconteceu em maio de 1969, tendo feito oito sessões (a última foi em agosto de 1969).

Tema a tema, variável a variável, foram debatidos, e sendo mantido, quase *in totum*, o plano original (em boa parte saído da I CONFEST). Mas, fora uma ou outra inclusão ou alteração, mas nada de monta, já as temáticas religião e cor, foram objeto de grandes polêmicas. Quanto a religião, apenas em 1890 e em 1920 não houvera investigação; quanto a cor, em 1900 e em 1920 não houvera investigação, e nem haveria nos censos não feitos de 1910 e de 1930; em 1940 quase não entrou, por razões técnicas, com argumentos de *Teixeira de Freitas*, vencendo, contudo, as razões políticas trazidas por *Lourival Fontes* (do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP).

Quanto a religião, um argumento favorável à inclusão era o papel do clero na formação de uma atitude em favor do censo, desde tempos antigos. Contra, dizia-se que as "seitas minoritárias" não se consideravam atendidas nos grupos prévios; e houve quem sugerisse, para compensar, que a pergunta fosse aberta, o que não foi aceito. Ou entrava com opções prévias, prefixadas, ou não entrava[622]. Foram ouvidos, então, dois padres, *Fernando Bastos Ávila*[623] e *Afonso Felipe Gregori*[624], que defenderam a manutenção, no que foram acatados. Curiosamente, não se ouviu outros credos.

Quanto a cor, bem mais complexo, provocava polêmicas técnica e social, além do mais, para complicar as discussões, não integrava as recomendações interna-

[621] Com a ressalva da nota 9.

[622] David Carneiro Júnior, do IPEA, sugeriu abrir dez classes: católicos romanos, protestantes, espíritas kardecistas, espíritas umbandistas, budistas, judeus, humanistas, ateus, outras religiões, sem religião. Mas não foi aceito, ficando apenas: católica romana, evangélica, espírita, outras, sem religião, sem declaração.

[623] Hoje membro da Academia Brasileira de Letras.

[624] Hoje elevado ao bispado.

cionais. Nos censos passados, era livre o registro, dando muito trabalho na codificação; se não livre por inteiro, ao menos semi livre, ainda dando trabalho na codificação. Isso bastava para, em termos técnicos, querer-se retirar o quesito. A subcomissão não conseguia decidir, e se mostrava dividida; então, até pelo social da questão, *Isaac Kerstenetzky* sugeriu ouvir-se dois sociólogos, sendo escolhidos como pareceristas (quem os teria indicado?) *Manuel Diegues Júnior* (que deu parecer em cinco páginas) e *José Arthur Rios* (que deu parecer em oito páginas), assumindo posições diversas.

Manuel Diegues Júnior, depois de longo arrazoado histórico (e científico?) opta pela inclusão, e assim argumenta, em fecho do seu texto (de 8 de setembro):

> Branco, índio (que seria o amarelo) e negro, como também as expressões que identificam as mestiçagens resultantes (caboclo, mulato, pardo, etc.) são, em grande parte, designações de caráter popular, não rigorosamente científicas; constituem, todavia, a base, ou o ponto de partida, para a classificação dos tipos antropológicos do Brasil, o que se verifica desde os primeiros cronistas e até nossos dias. No caso do amarelo, a partir de 1940 se inclui também o elemento japonês e seus descendentes. Contudo , com observa Arthur Ramos, esta classificação é arbitrária, provocando dúvidas, especialmente pelas diferentes significações – sobretudo as de natureza regional – que são atribuídas a algumas das expressões respectivas. Trata-se, apesar dessa situação, de classificação historicamente consagrada, e conseqüentemente já utilizada, não só em censos anteriores, como igualmente em obras altamente meritórias de Antropologia no Brasil. Apesar das restrições que se lhes opõem, são expressões continuamente usadas. E, por isso mesmo, não só pela consagração geral, mas ainda pela aceitação por cientistas, devem ser conservadas até que possamos ter designações capazes de exprimir a verdadeira realidade, com o apoio dos cientistas. Dessa maneira, a nosso ver não deverá ser excluído o quesito referente a cor no censo de 1970, sob a alegação da falsidade da resposta. Mortara, reportando-se a uma análise da variação da população segundo a cor, entre 1940 e 1950, considera que esta "variação aparente" deve corresponder ao sentido da "variação real"; admite, pois, a proximidade bastante autêntica entre a declaração dos recenseados e a realidade étnica do País. Não seriam assim tão falsas as declarações feitas quanto à cor. Não nos parece, portanto, ponderável a idéia de excluir o quesito. Ao contrário: seria mister conservá-lo a fim de que se contribuísse, quando menos, para sentir a atitude de nossas populações, em especial quanto a dois aspectos: 1) como esta própria população se define no que se relaciona com a cor; 2) qual a tendência verificada em relação aos censos anteriores, quer quanto à característica de cor obtida, quer ainda quanto a uma maior ou menor predominância de uma das cores. Isto permitirá dar aos estudiosos uma idéia do comportamento da população no que se refere à sua caracterização de cor (O QUESITO..., 1970).

A seu turno, *José Arthur Rios*, também depois de longo arrazoado histórico, opta pela exclusão, e assim argumenta, no fecho de seu texto (sem data certa):

> Concluindo: se a divergência de critérios torna difícil a comparação entre os diversos recenseamentos dos dados agrupados nesse quesito; se a apuração dos dados de cada censo é, ela própria, precária pelo caráter subjetivo da classificação; se as características do comportamento racial na sociedade brasileira desconhecem barreiras; se os dados, da maneira como são escolhidos e classificados perdem significação para o estudioso, é o caso de indagar se vale a pena incluir os quesitos no questionário, tendo em vista prioridades mais altas e o curso que acarreta essa inclusão. Caso uma supressão radical possa chocar os organizadores do censo, neste caso o que se poderia fazer era deixar ao arbítrio do recenseado a resposta ao quesito. Se isto ocorrer, os resultados serão mais próximos da realidade, isto é, da maneira como o brasileiro se classificar racialmente, se vê a si próprio dentro da composição racial do seu povo.

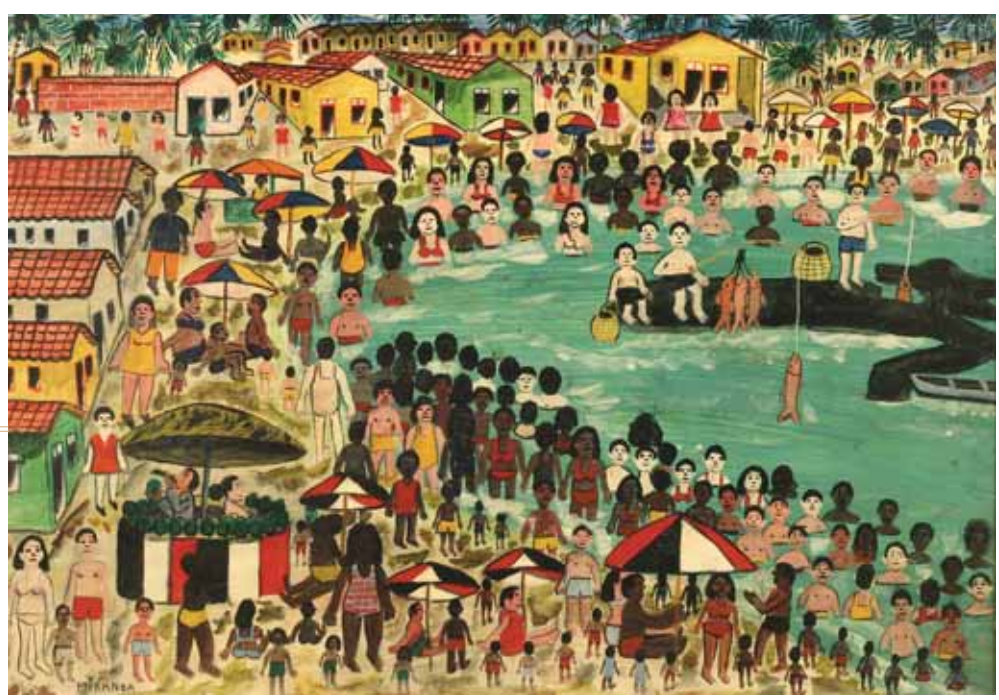
> Teremos, assim, uma auto classificação, – é claro, sem nenhum valor científico – e um retrato da mentalidade do brasileiro em relação ao problema da cor. O dado obtido não terá nenhum valor antropológico pela impossibilidade de confrontá-lo com a realidade, mas de extrema valia para o sociólogo e psicólogo social como manifestação cultural de classificação.
>
> Ainda assim, cabe indagar se tal resultado, que poderá ser atingido de forma mais precisa e controlada através de uma amostragem, justifica a inclusão do quesito no censo nacional (O QUESITO..., 1970).

Diante desses pareceres discordantes, a subcomissão precisou decidir quase que por si, sem apoios outros, e, por fim, decide pela exclusão, com os votos de *David Carneiro Júnior*, *Isaac Kerstenetzky*, *José Bastos Távora* e *Sebastião de Oliveira Reis*, e pela manutenção *Oscar Egydio de Araújo* (estando ausente, *Miguel Alves de Lima*).

A etapa da coleta

Na ocasião, já como Fundação, o Serviço Nacional de Recenseamento, até então um órgão temporário, é transformado no Departamento de Censos, permanente na organização, uma antiga reivindicação; trabalhou-se com dedicação, e grande esmero, valendo destacar-se a participação de *Sebastião de Oliveira Reis*, coordenador incansável, na boa e velha tradição dos abnegados.

Afora os textos debatidos na I CONFEST, os documentos preparados pelas subcomissões, foram vistas também as orientações internacionais. Nas várias ocasiões, inúmeros notáveis atuaram, pessoas que deram energia ao sucesso; além desses, houve os inúmeros anônimos, em especial na rede de coleta, igualmente merecedores de admiração e respeito (seus nomes fazem os *causos*, sempre deliciosos).



A praia, 1974. José Rodrigues de Miranda.

De novo, como em 1960, houve amostragem no demográfico, ao tempo da coleta, mas não no agropecuário, como chegou a ser sugerido. O esquema adotado foi o mesmo do Censo 1960, ou seja, 25% dos domicílios particulares e pessoas neles recenseadas, e 25% das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos. Foram investigados por amostragem “migração interna”, “religião”, “nível de instrução”, “curso concluído”, “características econômicas”, “fecundidade”, e todas as informações referentes aos domicílios.

Na coleta do Censo Demográfico foram utilizados os seguintes instrumentos: “Boletim da Amostra”, “Boletim da Não-amostra”, “Lista de Domicílios Coletivos”, “Caderneta do Recenseador”, “Folhas de Coleta”. Na coleta do Censo Agropecuário foram utilizados um “Questionário Geral” e um “Questionário Complementar”; na coleta do Censo Industrial foram utilizados um “Questionário Geral” e dois “Questionários Especiais”, e mais a “Folha de Movimento” (em nove modelos); no Censos Comercial e dos Serviços foram utilizados, em cada, um “Questionário Geral”; em todos eles foram usadas a “Folha de Coleta” e a “Caderneta do Recenseador”. Sem olvidar os Inquéritos Especiais, cada qual com seu instrumento.[625]

Carlos Drummond de Andrade, um cidadão assanhado

Em 1º de setembro, no “Caderno B” do Jornal do Brasil, Carlos Drummond de Andrade, publica um crônica muito gentil, e bastante precisa, sob o título “Um cidadão”(ANDRADE, 1970, p. 273-274), a qual, por sua relevância, reproduzimos:

“Nesta manhã de 1º de setembro, preparo-me para receber o recenseador, ou recenseadora, que terá comigo uma entrevista de meia hora no máximo. Milhões de pessoas, em todo o país, acham-se na mesma situação. Terei de responder a 10 perguntas muito simples, se o acaso não me reservar o “questionário para amostragem”, que compreende mais 37 indagações – mas estas só serão feitas de quatro em quatro residências, e também não são bicho-de-sete-cabeças.

Basicamente, serei interrogado sobre meu nome, idade, nacionalidade, se sei ler e escrever, etc. Por mim, não tenho o menor interesse em ficar retido em casa durante 30 minutos, para dizer coisas dessa ordem à moça ou rapaz, oficialmente bem educado, que daqui a pouco tocará a campainha. Admito que a visita seja até agradável, pois o recenseador foi treinado, não para me aborrecer, mas para me cativar a simpatia. E a moça pode ser bonita, nesse caso olhar para ela já é um prazer a domicílio. Não será, entretanto, clamorosa perda de tempo, dedicar a um estranho essa fração matinal de minha vida, para contar-lhe quem sou, eu que estou fato de saber quem sou, e ele que não tem absolutamente nada a ver com isso?

Não. Das respostas que eu fornecer decorrerão as maiores conseqüências. Por extraordinário que pareça, o Brasil está interessado em computar os dados de minha banal pessoinha, e só por meio desses dados, aparentemente insignificantes, é que poderá decidir do futuro dele próprio, Brasil, como reunião de seres humanos e não mera abstração política, alheia ao viver de todos. Custo a acreditar, mas é verdade. Se não me conhecer bem, meu país não poderá fazer nada de

[625] O processamento eletrônico dos censos foi feito pela Diretoria de Informática, derivada do Instituto Brasileiro de Informática – IBI, (criado em 1971).

bom pela comunidade que nele existe. Nenhum plano correto será estabelecido, nenhum programa válido de Governo terá execução, se eu não abrir a porta ao jovem do Recenseamento, ou lhe der notícias falsas de mim mesmo. Tudo que pode ser resumido nestas palavras – humanização da vida urbana e da vida rural – importando em bem-estar, instrução e justiça, por meio de serviços bem planejados e eficazmente distribuídos, está dependendo de mim, e de uma estatística em que eu entro como o próprio objeto a ser verificado em número e natureza.

Começo a descobrir que sou importante. Supunha-me um entre milhões de anônimos, e vejo que somos todos importantes, pois os outros são iguais a mim, que fui chamado esta manhã a colaborar no projeto nacional recebendo um visitante de papel na mão e sorriso nos lábios. Um desconhecido que não vem me cobrar imposto, nem traz intimação para comparecer à política ou ao tribunal, não quer me vender cigarros ou uísque de contrabando, ou me ler o seu repertório de poemas de vanguarda. Pelo contrário. Traz-me (sem banda de música, sem ênfase) uma oportunidade de ser nacionalmente, de agir como cidadão agente da História pelo simples fato de prestar umas poucas informações pessoais condensadas num X do boletim de recenseamento.

É honra demais para o joão-brandão que sempre fui? Pois é uma honra que, pensando bem, eu me devia a mim mesmo. Sou dono desta nação. Nem sempre essa propriedade me acode à lembrança, e deixo-a entregue não sei bem a quem, ou a ninguém. Devia tê-la presente no meu cotidiano, mas confesso que sou preguiçoso, omisso, distraído e não sei mais o quê. E como geralmente não se lembram de me lembrar, fica tudo assim mesmo, com o Sr. Acaso fazendo mal e porcamente as minhas vezes de proprietário. Ah, não posso queixar-me! Se eu tivesse mais consciência de meus poderes, de minhas responsabilidades...

Hoje, porém, desconfio que meu dia vai ser importante, como eu serei importante nele. Vou dar meu nome, idade, nacionalidade, grau de instrução, para que se tome a devida nota de tudo isto e se providencie em conseqüência. Eu e você, nós. É tão simples e tão necessário. Estão tocando a campainha. Com licença. Vou atender. É o recenseador, com seu papel."

O poeta, noutra ocasião (antes ou depois da entrevista?), também tratou do tema, com o poema "Assanhamento", publicado no mesmo Jornal do Brasil[626]:

Que venha o censo 70
e com ele venha
a recenseadora mais bacana
aquela que ao dizer, com voz de açúcar
(a doce voz é a melhor senha):
"Preencha direitinho
este questionário por favor",
tenha sempre dos homens a resposta:
"Por favor minha flor
preencho tudo, sou capaz até
de reclamar duzentos questionários,
passando a vida inteira a preenchê-los,
mesmo os mais complicados e mais vários

[626] Infelizmente não lhe temos a data, pois o tomamos do jornal interno do IBGE, que não lhe preservou a data original de publicação. Ver: CENSO. Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 6, p. 2, 14 out. 1991. Circulação interna.

tendo-a a meu lado, é claro, a me ajudar"
Ah, por que o Governo
não faz todo ano um Censo cem por cento
com uma garota assim, a censear?
Por que não reformula
a engrenagem severa da Fazenda
e bota a coleção destas meninas
cobrando a domicílio
(pois resistir quem há de ao seu veneno)
todas as taxas, todos os impostos
inclusive – terrível – o de renda?

Os resultados divulgados

A divulgação dos resultados do Censo 1970 seguiu o padrão iniciado no Censo 1950, e, pese os percalços, mantido no Censo 1960. Uma divulgação, por assim dizer, bem mais técnica, sem maiores estudos e análises, como feitos nos Censos 1920 e 1940. No corpo central eram postas as tabelas, precedidas dos conceitos, dos processos, dos planos (divulgação, classificação, etc.).

De janeiro a julho de 1971 realizou-se a publicação dos resultados preliminares do Censo Demográfico, cujo início foi a edição da **Sinopse preliminar do Estado da Paraíba** (janeiro de 1971). Esta série regional colecionou informações por municípios e distritos: "total da população", "população urbana e rural", e "número de domicílios". Essa série teve fim em julho de 1971, com o volume referido ao conjunto do País.

Por fim, ainda na série de divulgação dos resultados preliminares, em julho de 1971 saiu o volume de **Tabulações avançadas** que apresentou, com base numa amostra de cerca de 1,3% da população e dos domicílios, tabelas especiais para o País e dez regiões. Reuniu, para as pessoas residentes, informações sobre "situação do domicílio", "sexo", "idade", "estado conjugal", "alfabetização", "grau do curso freqüentado", "anos de estudo", "setor da atividade", "posição na ocupação", "rendimento médio mensal", "duração do trabalho", "naturalidade", "tempo de residência no Município", "fecundidade", "composição e número de componentes das famílias". E reuniu para os domicílios, informações sobre "situação", "pessoas residentes", "condição de ocupação", "aluguel mensal", "tempo de residência", "abastecimento d'água", "instalação sanitária" e "combustível usado no fogão".

Os resultados definitivos foram divulgados em duas séries: uma nacional, em um volume para Brasil; e uma regional, em 24 tomos (1 Rondônia, Roraima e Amapá; 2 Acre; 3 Amazonas; 4 Pará; 5 Maranhão; 6 Piauí; 7 Ceará; 8 Rio Grande do Norte; 9 Paraíba; 10 Pernambuco; 11 Alagoas; 12 Sergipe; 13 Bahia; 14 Minas Gerais; 15 Espírito Santo; 16 Rio de Janeiro; 17 Guanabara; 18 São Paulo; 19 Paraná; 20 Santa Catarina; 21 Rio Grande do Sul; 22 Mato Grosso; 23 Goiás; 24 Distrito Federal).

O Censo Agropecuário teve inicialmente divulgados resultados preliminares, em cinco volumes, um para cada Região do País, nos meses de abril e maio de

1972; ao que se seguiu o volume da Sinopse, em setembro de 1973. Os resultados definitivos das Unidades da Federação saíram em 24 tomos (na ordem acima).

O Censo Industrial, já nos resultados definitivos, teve duas séries: uma nacional, com os tomos Censo Industrial e Volume Físico da Produção, ambos para Brasil; e outra regional, em 24 tomos (na ordem acima). Os Censos Comercial e dos Serviços tiveram um volume nacional e os 24 tomos na série regional.

Foi uma divulgação bastante eficiente, e rápida. Um censo que caiu bem aos gregos e aos troianos, redimindo a tradição ibgeana em matéria censitária. Ainda mais com a conclusão da divulgação do Censo 1960, não sem algum heroísmo; como seja, pese as falhas, a série história foi preservada (isso, sob Isaac Kerstenetzky).

Ponto final

Em 1975 teve início os Censos Econômicos qüinqüenais, há muito pedidos, e já previstos na legislação. Foram feitos os Censos Agropecuário, Industrial, Comercial e dos Serviços e inquéritos especiais sobre "Comércio e Administração de Imóveis e Valores Imobiliários", "Mercado de Crédito", "Mercado de Capitais", "Seguros", "Construção Civil", "Produção e Distribuição de Energia Elétrica", "Transportes", "Comunicações", "Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e Limpeza Pública e Remoção de Lixo". Suas execuções tiveram o amparo do Art. 2º, itens I e II, da Lei nº 4.789, de 14 de outubro de 1965, bem assim, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e do Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974. A periodicidade qüinqüenal dos econômicos seria mantida em 1980 e 1985; depois, o IBGE não mais faria os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, e só obteria recursos para fazer um novo Censo Agropecuário, em 1995/96, assim mesmo, pela ocasião de fazê-lo junto da Contagem de População (uma novidade que, por falta de recursos, embora fosse desejada e desejável, não foi reprisada em 2005, como chegou a ser previsto)[627].

[627] Vale anotar que o Censo Demográfico 1990 só foi realizado em 1991.

2ª Conferência Nacional de Estatística – CONFEST (em 1972). Nasce o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas

Capítulo 27

Em março de 1970, *Isaac Kerstenetzky* assumiu a presidência da Fundação IBGE, recebendo-a de *Sebastião Aguiar Ayres*, que foi seu primeiro presidente, e o primeiro ibgeano a ocupar a função. Escolhido e empossado por *Reis Velloso*, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, trazia ao IBGE sua enorme reflexão e vivência na atividade estatística, tendo estado presente no ambiente institucional, desde 1958. Ao chegar, o IBGE recém-mudara de estatuto jurídico, virando uma Fundação, para fins de ganhar autonomia e liberdades, tidas como vitais à melhoria das resposta às demandas manifestas pelo planejamento. Contudo, passados três anos, pese a realização da 1ª Conferência Nacional de Estatística, da qual saiu o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, a situação não mudara muito, e a demanda continuava insatisfeita.



Ministro Reis Veloso e Isaac Kerstenetzky inauguram a II CONFEST/ CONFEGE.

A estrutura de institutos autônomos, Instituto Brasileiro de Estatística - IBE e Instituto Brasileiro de Geografia - IBG, e logo Instituto Brasileiro de Informática -IBI, em nada favorecia a economia de esforços e de recursos; na verdade, com novos nomes, o passado fora mantido, e não era esse o espírito da reforma. Pois, naquele momento, ao se promover a 2ª Conferência, a estrutura da instituição seguia sendo a velha, ou seja, os institutos eram na essência os antigos conselhos, com a variação dos centros temáticos, dos grupos executivos especializados, dos departamentos igualmente temáticos; afora os ajustes "informais" já introduzidos (informais, porque não oficiais em textos legais, a não ser resoluções internas de alcance reduzido). Portanto, ajustes bem maiores precisavam ser introduzidos com a máxima urgência, mas eles só viriam em 1973, depois de estudos cuidadosos; portanto, apenas depois da II CONFEST, em 1972.

E isso terá reflexos na organização, na estruturação e nos resultados do evento, mas sem prejudicar a continuidade, já que *Isaac Kerstenetzky*, estando presente, daria seu tom, o tom que dera na primeira conferência, ao falar na sessão na abertura. Na ocasião, introduziu as estatísticas derivadas como definidoras das primárias. Agora, além de enfatizar essa percepção, a ampliava, passando a considerar as informações geográfica e cartográfica. Para tantas temáticas, colocando-se as derivadas da "geografia"[628] par a par às derivadas da "estatística", impôs-se a colocação da expressão

[628] Hoje seria dito "Geociências", mas isso não era expressão daquele momento.

"informações"; mas, fora isso, que é bem claro, fica-se sem saber da razão da troca do "nacional" pelo "geral", que não parece fosse vital.

Preparação e organização

Para a preparação da conferência, ato de *Isaac Kerstenetzky* constituiu uma Comissão, presidida por *Antônio Tânio Abibe* (Diretor-Superintendente da ENCE), e integrada por *Ovídio de Andrade Júnior* (Diretor do Departamento de Divulgação Estatística, do IBE), *Mauro Gonçalves de Andrade* (Diretor Adjunto do Departamento de Censos, do IBE), *Ney Strauch* (Diretor do Departamento de Divulgação Geográfica e Cartográfica, do IBG), *Luiz Carlos Carneiro* (Diretor do Departamento de Cartografia, do IBG). Então, dois do "E" e dois do "G", com um "neutro" no comando.

O evento teria lugar no Rio de Janeiro, capital do Estado da Guanabara, de 28 de novembro a 11 de dezembro de 1972.[629] De pronto, normas básicas foram baixadas, inspiradas nas normas de 1968; tinha oito títulos e 28 artigos: 1) Das finalidades, data e sede; 2) Dos órgãos das conferências; 3) Dos participantes; 4) Do temário; 5) Dos documentos; 6) Do funcionamento das conferências; 7) Da votação; 8) Das disposições especiais. No art. 1º eram dados os objetivos das conferências, como segue:

> **Art. 1º** A Fundação IBGE promove a II Conferência Nacional de Estatística e a II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, que terão por objetivos:
>
> À II CONFEST, examinar com representantes de Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de Estatística, e órgãos de produção geográfica, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através de racional coordenação de esforços, o melhor entendimento das necessidades do País nesses campos de atividade (Decreto nº 61.126, de 2 de agosto de 1967)[630].
>
> À II CONFEGE, examinar os programas de atividades geográfico-cartográficas das entidades públicas e privadas, bem como as necessidades e prioridades dos órgãos usuários de informações geográfico-cartográficas, visando à indicação de diretrizes para uma ação conjugada de esforços de âmbito nacional nos campos da Geografia e da Cartografia, assim como suas implicações na programação de Estatística.

O Art. 14 apontava o temário do evento. Eram dois os temas exclusivos da Estatística, com quatro comissões; quatro os temas exclusivos da Geografia e da Cartografia[631], com quatro comissões; três temas mistos, com três comissões; num total, portanto, de nove temas, tratados em 11 comissões.

No caso da Estatística, o ponto de partida seria a avaliação do "Plano Nacional de Estatísticas Básicas", por três comissões: *Comissão A*: 1a) Situação demográfica; 2a) Indicadores demográficos; 3a) Situação social e cultural; *Comissão B*: 1b) Legisla-

[629] Recorde-se que a I CONFEST e a I CONFEGE foram realizadas em períodos diferentes.

[630] É o decreto que deu estatuto à Fundação, no rastro do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967.

[631] No caso da Geografia, os temas foram: "Planos e programas dos produtores e usuários de geografia", e "Diretrizes e prioridades das pesquisas geográficas", tratados pelas *Comissão E* e *F*, respectivamente. No caso da Cartografia, os temas foram: "Prioridades para o mapeamento sistemático do Território Nacional" e "Mapeamento topográfico do Território Nacional", tratados pelas *Comissões G* e *H*, respectivamente.



Isaac Kerstenetzky discursa na II CONFEST/ CONFEGE.

ção sobre os censos; 2b) Situação econômica, estatísticas primárias; *Comissão C*: 1c) Situação econômica, estatísticas derivadas. Outro tema era "Registro administrativo como fonte de informações estatísticas", que seria refletido pela *Comissão D*, quarta e última comissão: 1d) Demografia, 2d) Situação Econômica, 3d) Situação social e cultural, 4d) Organização administrativa.[632] Eram temas mistos: "Informática", "Projeto de definição de 'áreas' para fins de comparação e de planejamento", "Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal", tratados em *Comissões I*, *J* e *L*[633], todas mistas.[634]

A sessão de abertura foi realizada no auditório da Caixa Econômica Federal, tendo discursado o Ministro *Reis Velloso*, e o presidente *Kerstenetzky*.[635] Na ocasião, do evento no saguão, foi feito o solene lançamento, pelo presidente da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, Brig. *José Carlos Teixeira Rocha*, de quatro selos, entre os quais um alusivo ao Centenário dos Recenseamentos (1872-1972). Foi, também, apresentada as atividades da instituição, em exposição itinerante pelos estados; e foram entregues ao Presidente da República, *Emílio Médici*, quatro produtos: **Carta do Brasil ao milionésimo**, a publicação **A bandeira do Brasil**, e os volumes dos resultados definitivos do Censo Demográfico, para o Piauí e para Pernambuco.[636]

---

[632] Comissão A: Raul Romero de Oliveira (coordenador), Robert Robichez Cassinelli (relator), Nielsen Alves Affonso (secretário). Comissão B: Sylvio Wanick Ribeiro (coordenador), Sebastião de Oliveira Reis (relator), Aloysio Villela de Azevedo (secretário). Comissão C: Luiz Sottmann (coordenador), Maristela A. A. Sant'Anna (relatora), Reinaldo dos Santos Leal (secretário). Comissão D: Cori Loureiro Acioli (coordenador), João Guy de Oliveira Lima (substituto), Hervey Guimarães Cova (secretário).

[633] Comissão I: Ricardo Saur (coordenador), Fernando Lacorte (relator), Moacyr Fioravanti (secretário). Comissão J: Speridião Faissol (coordenador), Paulo Augusto Alencar (relator), Celsius Lodder (relator). Comissão L: Lauro Sodré Viveiros de Castro (coodenador), Lysia M. C. Bernardes (relatora), Maria Francisca Thereza Cardoso (secretária).

[634] Como nas primeiras conferências, foi editado um **Boletim informativo** para noticiar o evento. Foram redatores: Edson Villar Cabilló, Erasmo Cataulli Giacometti, Fernando Pereira Cardim, Antonio Ignácio da Silva Filho, Lenita Teixeira, Maria Thereza Guimarães Pinheiro e Natalício Fragoso de Alencar. Há na Biblioteca da Unidade Estadual do IBGE no Estado de São Paulo uma coleção de seis números (um deles especial), saídos em 29 e 30 de novembro, 1ª, 4 e 5 de dezembro.

[635] Mas o evento em si mesmo, foi realizado nas instalações da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, à rua André Cavalcanti, 106, no Rio de Janeiro.

[636] Da sessão de encerramento das conferências, sabe-se apenas que o presidente Kerstenetzky discursou, mas perdeu-se seu conteúdo, infelizmente.

Antes de seguir, tratemos dos documentos armazenados. Como nas primeiras conferências, os documentos foram encadernados em vários volumes, mas, diferente daquelas, esses volumes se perderam, restando apenas um deles (o primeiro de uma série). Não houve, contudo, uma perda total, por se ter publicado nas revistas internas alguns deles, afora a existência na Biblioteca da Unidade Estadual do IBGE no Estado de São Paulo de alguns textos, em geral os mesmos, sem encadernação, mas bem conservados. Por demais, é curioso constatar que o *Boletim de Serviço*, tão pródigo em notícias dos eventos, silenciou-se diante daquelas conferências, e sequer apresentou os discursos de abertura, o de *Reis Velloso* e o de *Isaac Kerstenetzky*, o que seria comum.

Documentos apresentados (e divulgados)

Cerca de 400 pessoas atuaram nas conferências[637], sendo vistos cerca de 50 textos, dos quais, na área da estatística, 22 se salvaram, sendo publicados em três números sucessivos da *Revista Brasileira de Estatística*, e que passamos a relacionar:

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.
Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, n. 132, p. 697-771, out./dez. 1972.

1. IRWIN, Richard e MADEIRA, João Lyra. Deducação de uma tábua de vida através de análise demográfica Brasil, 1960/70. (p. 697-714).
2. CASSINELLI, Robert Robichez, *et al.* Estatísticas de nascimentos. Sugestões sobre um novo método de coleta. (p. 715-722).
3. CASSINELLI, Robert Robichez *et al.*. Classificação da população em urbana e rural. (p. 723-725).
4. OLIVEIRA, Raul Romero *et al.* Estatísticas Sociais. Situação atual em face do PNEB. (p. 726-745).
5. OLIVEIRA, Raul Romero *et al.* Estatísticas Educacionais. Quadro atual e perspectivas futuras. (p. 746-758).
6. RIOS, José Arthur. O Censo e os indicadores sociais. (p. 759-765).
7. CENTRO LATINO-AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Considerações sobre as estatísticas demográficas. (p. 766-771).

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.
Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n. 133, p. 58-137, jan./mar. 1973.

1. REIS, Sebastião de Oliveira e AZEVEDO, Aloysio Villela. Importância dos Censos Econômicos qüinqüenais. (p. 58-64).

[637] O autor desta obra se dá o direito (e até o dever) de destacar algumas pessoas que despertam sua memória: Alfredo Baumgartem (FGV), Alousio Villela de Azevedo (IBGE), Antônio Utsch Moreira (IBGE), Aulete Luiz de França Caldas (IBGE), Bertha K. Becker (UFRJ), Carlos Marcos Barbosa (IBGE), Celsius Lodder (IPEA), Cid Antônio Fonseca (IBGE), Dora Romariz (ABG), Eden Oliveira (FGV), Elza Keller (IBGE), Francisco Gronje da Silveira (IBGE), Genserico da Encarnação Júnior (Petrobrás), Helena Lewin (PUC-RJ), Ieda Siqueira (IBGE), Jane Souto de Oliveira (IBGE), João Otávio Felício (IBGE), Jorge Lima (IBGE), Lia Hagrenauer (IBGE), Luiz Rosso (IBGE), Lysia Bernardes (IBGE), Manoel Correia de Andrade (Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB), Margareth Hanson Costa (FGV), Maria Alice Veloso (FGV), Maria do Carmo Galvão (UFRJ), Maria Conceição Lomba Lima (IBGE), Maristela Afonso André Sant'Anna (IBGE), Moacir Antonio Fioravanti (FGV), Nilo Bernardes (IBGE), Orlando de Maria (ENCE), Paulo Alencar (IBGE), Paulo Haddad (UFMG), Pedro Geiger (IBGE), Ralph Zergowski (FGV), Raul Ehlers (IBGE), Sonia Rocha (IBGE), Sulamita Hammerly (IBGE), Sylvio Wanick Ribeiro (FGV), Vandeli dos Santos Guerra (IBGE), entre vários outros.

2. HADDAD, Paulo Roberto. Contas sociais no contexto regional. (p. 65-80).
3. CONPLANE. Contabilidade Social. (p. 81-91).
4. CONPLANE. Balanço Energético. (p. 92-113).
5. CONPLANE. Balanço Alimentar. (p. 114-116).
6. CONPLANE. Índice de Preços. (p. 117-120).
7. CONPLANE. Balanços Financeiros (p. 121-127).
8. CONPLANE. Índices da produção real (p. 128-137).

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.
Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n. 134, p. 281-340, abr./jun. 1973.

1. FAISSOL, Speridião. Um modelo de análise regional para fins de planejamento econômico: integração de sistemas de regiões formais e funcionais. (p. 282-298)
2. OLINTO, A. C. O Instituto Brasileiro de Informática e um sistema integrado de planejamento. (p. 299-304).
3. AYRES DE S. FILHO, José *et al.* Registro administrativo como fonte de informações estatísticas. (p. 305-312)
4. MACIEL, Angelo Dias. Projeto de definição de "áreas" para fins de comparação e de planejamento. (p.313-314).
5. CARDOSO, Maria Francisca Thereza. Atuação do Instituto Brasileiro de Geografia no aperfeiçoamento de professores. (p. 315-324).
6. ENCE. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. (p. 325-328).
7. UFRJ. Formação e qualificação profissional do geógrafo. (p. 329-340).

Estes textos não serão relacionados na bibliografia porquanto não foram, a rigor, usados neste capítulo. Relacioná-los, como foi feito, tem apenas a função de indicar o conteúdo das discussões desenroladas.

Discursos na instalação das conferências: Isaac Kerstenetzky e Reis Velloso

A mesa de abertura foi presidida pelo Ministro *Reis Velloso*, a convite de *Isaac Kerstenetzky*. Este, ato contínuo, toma a palavra, agradecendo a presença das autoridades, e falando da importância das conferências, que, a seu juízo, eram a "melhor oportunidade de um encontro entre os que produzem dados e informações estatísticas e geográfico-cartográficas, e os usuários desses mesmos dados e informações"; e acrescenta:

> O interregno entre as duas Conferências caracterizou-se pela implementação de medidas objetivando alcançar plena compatibilidade da produção de dados e informações estatísticas, geográficas e cartográficas em relação às atividades desenvolvidas pelos setores públicos e privados.

> Nesse sentido, a Fundação IBGE procurou aparelhar-se da melhor maneira possível, aproveitando a experiência de alguns decênios para renovação dos métodos e processos de trabalho, em consonância com o ritmo de crescimento do Brasil e as peculiaridades setoriais de expansão da vida nacional.
>
> [...]
>
> A Fundação IBGE está certa de que as atuais Conferências virão trazer às investigações, pesquisas e levantamentos estatísticos, bem como aos estudos geográficos, levantamentos geodésicos e topográficos e ao mapeamento do Brasil, reajustamentos e impulsos novos, em decorrência dos contratos e trocas de idéias entre os participantes deste promissor encontro.
>
> E devo assegurar que, como no passado, a Fundação IBGE dará o melhor dos seus esforços no sentido de cumprir e realizar as Recomendações das presentes Conferências (II..., 1972, p. 682).

Em seguida, passou a palavra ao Ministro *Reis Velloso*, que proferiu alentado discurso, começando por rememorar o centenários dos censos no Brasil, para em diante, realçar os elos do sistema estatístico com o planejamento: "importa, desde logo, definir a importância da Fundação IBGE no conjunto de órgãos e entidades que integram o sistema de funcionamento do Ministério do Planejamento"; e detalha:

> A Fundação IBGE funciona como uma das grandes unidades componentes do sistema integrado do Ministério do Planejamento, ao lado de entidades cujas atribuições, necessariamente diversificadas, se complementam em trabalho sincronizado visando a um mesmo fim – como o IPEA, o BNDE, a FINEP; e unidades integrantes da Secretaria-geral do Ministério: as diversas Secretarias – de Planejamento, de Orçamento, de Modernização e Reforma Administrativa, de Articulação com os Estados e Municípios, de Cooperação Técnica e Econômica Internacional.
>
> A Fundação IBGE, por sua vez, é integrada por serviços igualmente diferenciados, como os de Estatística, Geografia, Cartografia e Informática, que abrangem inquéritos, levantamentos de variada espécie, pesquisas de toda ordem – tudo isso, no entanto, sob critérios rigorosos de interação, porque objetivando um só e único fim, isto é, o da produção de um quadro tão completo e atualizado quanto possível da realidade social e econômica do País (II..., 1972, p. 683).

E prossegue, dando realce ao enfoque sistêmico dos trabalhos ibgeanos, ao qual dá os sentidos seguintes: primeiro, o não ser um mero repetir de tarefas isoladas, por força de tradição, mas sim tendo um caráter finalista, dando uma visão do estado do Estado Nacional (primárias e derivadas, bem ajustadas); segundo, a união das etapas do processo de pesquisa, da concepção, passando pela coleta em campo, pela apuração em gabinete, com os melhores recursos de processamento, de armazenamento, e de disseminação, e chegando aos estudos e análises.

Segue fazendo um balanço positivo das realizações institucionais, com destaque para o realizado Censo 1970, o aprimoramento nas investigações domiciliares, o nascer das pesquisas econômicas, os serviços da geodésia e da topografia. E, por fim, a organização institucional da informática, com vistas ao planejamento, ou seja, como um atendimento integrado ao ministério. Concluindo por enfatizar o contato com os usuários, o que estava na essência das conferências, que, assim sendo, ofereciam "oportunidade para contatos e troca de idéias e opiniões, visando a uma racional co-

ordenação de esforços para o melhor atendimento possível das necessidades do País nesses campos de atividades" (II..., 1972, p. 684-685).

> Tão expressivos quanto a produção, em si mesmo, de dados e informações estatísticas e geográfico-cartográficas, é, igualmente, a coordenação, que também cabe à Fundação IBGE, dos esforços globais para esse fim. E aqui está um dos objetivos principais destas Conferências, cujo valor se impõe de maneira irrecusável, como uma das condições de êxito das atividades da Fundação IBGE.
>
> Formulo os melhores votos no sentido de que as Conferências de Estatística e de Geografia e Cartografia, de 1972, alcancem completo êxito. E, de sua parte, que a Fundação IBGE continue trabalhando e produzindo com a eficiência que todos reconhecemos. Sabendo, ela própria, com a experiência e o tirocínio de vários decênios, adaptar-se às condições resultantes do progresso e do desenvolvimento do País, não se deixando estratificar em esquemas estáticos de organização, mas, ao contrário, articulando-se através dos reajustamentos que se forem impondo pelo sentido eminentemente dinâmico da vida nacional, que lhe cabe observar e medir a cada passo (II CONFERÊNCIA..., 1972, p. 686).

Recomendações aprovadas (na área de estatística)

Além das sessões de instalação e de encerramento, as comissões técnicas fizeram quantas sessões técnicas julgaram necessárias, e foram 36 sessões. Seus relatórios seriam discutidos em sessões plenárias, nas quais, as decisões seriam por votos, em maioria simples. A CONFEGE realizou duas plenárias, em 4 e 7 de dezembro, sendo aprovadas quatro resoluções; a CONFEST realizou uma plenária, em 7 de dezembro, sendo aprovadas 14 resoluções[638]; houve uma sessão mista (quando?), sendo aprovadas três resoluções. Vejamos:[639]

> **Recomendação nº 1: [URBANO-RURAL]**
>
> À Fundação IBGE, promova a criação de um Grupo de Trabalho a ser constituído por especialistas e representantes de órgãos interessados no assunto, para estudar um novo critério de classificação urbano-rural para fins de levantamentos estatísticos.
>
> **Recomendação nº 2: [REGISTRO CIVIL]**
>
> À Fundação IBGE: 1) que sejam iniciados, imediatamente, estudos e tomadas providências para a implantação de novo sistema de obtenção de dados sobre nascimento; 2) que tal sistema seja implantado gradativamente a começar pelos grandes centros urbanos e estendendo-se, em seguida, às demais áreas do Território Nacional; 3) que a coleta tenha seu início nos hospitais, abrangendo, posteriormente, os profissionais autônomos de saúde; 4) que sejam propostas, conseqüentemente, as modificações necessárias na legislação vigente sobre a matéria, bem como nos dispositivos legais existentes sobre o exercício das profissões médicas e paramedicas (parteiras, etc.) de forma a que se torne obrigatória a comunicação, em formulário próprio, das ocorrências de nascimentos, fora dos hospitais, nas quais tenham tido participação profissional; 5) a utilização imediata de levantamentos periódicos através da PNAD para

[638] Nessa plenária foram eleitos os quatro membros adicionais da CONPLANE. Foram reeleitos o Banco Nacional da Habitação - BNH, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, e foram eleitos a ELETROBRÁS e a PETROBRAS; saíram SUDENE e FIESP.

[639] Graças ao feliz acaso da *Revista Brasileira de Estatística* (out./dez. 1972) ter decidido publicá-las, as 17 recomendações referentes à estatística foram salvas do limbo.

estimativas de taxas de fecundidade e natalidade e o estabelecimento de confronto dessas estimativas, com dados obtidos pelo novo sistema.

Recomendação nº 3: [ESTATÍSTICAS DA SAÚDE]

À Fundação IBGE, a criação de uma Comissão Especial sob sua coordenação, composta de representantes dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, Saúde, e Trabalho e Previdência Social, e de outras instituições usuárias e produtoras, para: 1) estudar a situação das Estatísticas da Saúde; 2) Definir as informações essenciais para a formulação da Política de Saúde e a elaboração e avaliação de planos; 3) Sugerir modificações, inclusive medidas de ordem legal, consideradas necessárias ao atual sistema de Estatística da Saúde, de modo a torná-lo apto a atingir os objetivos visados.

Recomendação nº 4: [PERIODICIDADE DOS CENSOS]

À Fundação IBGE, adota providências no sentido de assegurar a periodicidade qüinqüenal para o Censo Agropecuário[640] e demais econômicos[641] e a periodicidade decenal para o Censo Demográfico.

Recomendação nº 5: [EXPANSÃO DO SISTEMA CEPAGRO]

Sejam instalados, nas Unidades da Federação, Grupos de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, constituídos de representantes de órgãos produtores e usuários dessas estatísticas, sob a coordenação das Delegacias de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística da Fundação IBGE.[642]

Recomendação nº 6: [ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS]

1) Que as séries estatísticas da produção agrícola e da pecuária, de caráter contínuo, sejam retificadas com base nos resultados dos Censos Agropecuários, para correção das distorções observadas; 2) Que se evitem mudanças nas referências cronológicas adotadas para os Censos Agropecuários, de forma a minimizar distorções, estabelecendo que os dados de estrutura se refiram à data de 31 de dezembro e os demais, ao ano civil; 3) Que, no tocante às estatísticas agropecuárias e industriais levantadas simultaneamente pela Fundação IBGE e por outras entidades, oficiais e privadas, se procure obter maior entrosamento e cooperação entre os órgãos interessados, visando à melhoria das informações estatísticas; 4) Que, nas estatísticas industriais do IBE, de periodicidade mensal e trimestral, se destaque, na divulgação dos dados, além dos Estados já selecionados, o Estado do Rio de Janeiro; 5) Que, nas estatísticas de consumo industrial de energia elétrica, sejam adotados critérios uniformes, com base na Classificação Indústrias da Fundação IBGE; 6) Que se estude a reformulação dos levantamentos estatísticos referentes às telecomunicações, de maneira acompanhar as rápidas transformações que se operam no setor; 7) Que se promova a apuração mais detalhada dos fluxos de transporte de passageiros e carga, em termos de tráfego absoluto e tráfego quilométrico, sobretudo para o setor rodoviário; 8) Que se restabe-

640 O primeiro Censo Agropecuário qüinqüenal ocorreu em 1975, seguidos dos de 1980 e 1985. Depois disso, nem qüinqüenal, nem decenal, sendo uma reiterada demanda da comunidade pesquisadora, com o aval que a intensa luta do IBGE, mas sempre esbarrando na falta de recursos.

641 Os Censos Econômicos tornaram-se qüinqüenais de 1975 a 1985. Depois não foram mais feitos, por opção do IBGE, que o trocou por um cadastro das empresas.

642 Isso foi implantado em 1973 como um desdobramento da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO (de cunho nacional). Na ocasião foram criadas as Comissões Regionais de Estatísticas Agropecuárias – COREAS (de cunho regional) e as Comissões Municipais de Estatísticas Agropecuárias – COMEAS (de cunho municipal).

leça a divulgação de dados do movimento bancário em nível de região e praça, com especificação das principais operações; 9) Que se promova a divulgação de dados de maior detalhe no tocante aos créditos concedidos pelo sistema bancário, oficial e privado, aos diferentes setores da economia; 10) Que, nas estatísticas relativas aos financiamentos agrícolas se divulguem dados referentes à área, em hectares, das lavouras financiadas pelo sistema bancário, oficial e privado, com discriminação dos produtos financiados, por Unidade da Federação.

Recomendação nº 7: [ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA][643]

1) À Fundação IBGE, institua uma comissão com vistas ao estudo do sistema de elaboração de índices de custo de vida e coleta de preços, considerando a possibilidade de cálculo de indicadores para diferentes classes de renda; 2) Estude a possibilidade de ampliar os levantamentos de preços sob sua responsabilidade, quanto à área coberta e número de produtos específicos, levando em conta as recomendações das entidades consumidoras dessas informações.

Recomendação nº 8: [BALANÇO ALIMENTAR][644]

Que a Fundação IBGE tome iniciativa no sentido de estudar, em colaboração com o Ministério da Saúde, o aperfeiçoamento da elaboração de Balanços Alimentares Anuais, de âmbito nacional.

Recomendação nº 9: [ESTATÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO}

1) Que o programa de levantamentos da estatística da construção da Fundação IBGE, já iniciado como Inquérito sobre Edificações, seja ampliado para as obras públicas (barragens, açudes, estradas de rodagens, túneis, etc.); 2) Que sejam promovidos estudos para implantação da estatística da construção, em nível de empresas; 3) Que se promovam entendimentos com as Prefeituras Municipais, não abrangidas pelo Inquérito de Edificações do IBGE, no sentido de adotarem o formulário adotado nessa investigação como modelo de registro administrativo mínimo, para as informações das mencionadas estatísticas.

Recomendação nº 10: [BALANÇOS FINANCEIROS]

À Fundação IBGE, estudar e promover as providências necessárias a: 1) Implantação de um sistema padronizado de balanços financeiros para cada setor da economia; 2) Discriminação, nos referidos balanços, dos resultados das operações financeiras realizadas com especialização de liquidez e explicitação dos setores econômicos envolvidos na operação; 3) Adoção de uma classificação de Setores Econômicos coerente com a atualmente utilizada pelo IBGE, para fins de apresentação de Balanços Financeiros.

---

643 Na segunda metade dos anos 1970, o IBGE implantou o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (sendo uma das grandes obras da gestão Isaac Kerstenetzky), sob a coordenação de Francisco de Assis Moura de Melo. O autor desta obra trabalhou nessa implantação, desde quase seu início, tendo atuado sobremodo na estruturação dos trabalhos de campo. Na equipe inicial, merece relevo a presença de Ricardo Augusto Amorim Braule Pinto (depois, como chefe da unidade responsável).

644 O primeiro balanço alimentar, e muitas mais informações, só se daria na década de 1970, com o Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF, uma das grandes obras da gestão Isaac Kerstenetzky.

Recomendação nº 11: [CONVÍVIO NA FEDERAÇÃO]

1) Seja acelerada a implantação das "Comissões Estaduais de Coordenação" previstas pela estruturação básica do IBGE, para melhor atender também a nível local, à demanda por pesquisas regionais; 2) Que a Fundação IBGE conjugue esforços com órgãos regionais ou estaduais pertinentes, visando à elaboração de estatísticas contínuas em particular conjunturais, consideradas necessárias, de molde a integrá-las na orientação geral do PNEB, inclusive dando novas bases aos convênios com os órgãos estaduais de estatística; 3) Que a Fundação IBGE promova entendimentos com a Fundação Getulio Vargas no sentido da obtenção de estimativas da renda interna por Unidade da Federação, a preços constantes; 4) Que a Fundação IBGE, para os próximos censos industriais, estude a viabilidade do detalhamento dos itens "distribuição do valor das vendas e transferências durante o ano" segundo a Unidade da Federação a que se destinam os produtos vendidos e nos Censos Comerciais, além da última informação, o valor das vendas correspondentes a mercadorias produzidas no referido Estado e as de origem de outros estados; 5) Que os próximos Censos Industriais procurem identificar o valor das matérias-primas consumidas, produzidas na própria Unidade da Federação, e das produzidas em outras Unidades da Federação; 6) Que, na medida em que a pesquisa "Comércio por Vias Internas" passe a ser feita diretamente junto aos exportadores, conforme plano da Fundação IBGE, seja feita a identificação do fluxo de mercadorias de origem interna produzidas nessa Unidade da Federação, mercadorias de origem interna não produzidas numa Unidade da Federação e, ainda, dos fluxos de mercadorias de origem interna que se destinam ao exterior.

Recomendação nº 12: [CONTABILIDADE NACIONAL]

1) Que a Fundação IBGE promova um processo contínuo de compatibilização entre os vários componentes do sistema de contabilidade social; 2) Que a Fundação IBGE desenvolva esforços no sentido de uma melhor adequação das estatísticas primárias necessárias ao sistema; 3) Que a Fundação IBGE dê prioridade em seus programas de trabalho à obtenção de informações sobre os seguintes aspectos: a) pagamento e fatores de produção referentes ao setor agropecuário, b) consumo intermediário e investimentos do mesmo setor, segundo regiões, c) produtos hortigranjeiros, com periodicidade anual; 4) Expansão das pesquisas no Setor de Serviços Comerciais e de Comunicações[645]; 5) Promova a divulgação estatística padronizada dos orçamentos e balanços da administração centralizada federal, estadual e municipal, autarquias, empresas estatais e mistas e fundos especiais, de forma a possibilitar a desagregação dos dispêndios a nível setorial e regional[646].

Recomendação nº 13: [REGISTROS ADMINISTRATIVOS]

À Fundação IBGE, que adote as providências a seu alcance no sentido de ser criada, através de Decreto, uma Comissão Interministerial permanente com a finalidade de efetuar estudos objetivando o máximo aproveitamento, para fins estatísticos, dos registros administrativos compulsórios existentes, ou que devam ser instituídos, nos órgãos da Administração Pública, direta ou indireta.

Recomendação nº 14: [REGISTROS NOS HOTÉIS]

À Fundação IBGE, diligencie, junto às autoridades competentes, no sentido de que as fichas policiais preenchidas nos estabelecimentos de hospedagem pelos hóspedes,

[645] Essa expansão só se daria ao final do Século XX, e início de Século XXI.

[646] Essa atividade, embora iniciada nos anos 1970, só encontrou seu rumo ao final do Século XX.



Isaac Kerstenetzky e Reis Velloso na platéia da II CONFEST/ CONFEGE.

sejam padronizadas, aperfeiçoadas e extraídas em número de vias que permita a sua utilização para fins de levantamento do fluxo interregional de hospedagem.

As recomendações denominadas de conjuntas, na verdade não somam, não são agregações, apenas colocam próximos interesses isolados, e bem retratam a autonomia dos órgãos do IBGE. A primeira terá saído do IBI, em face das demandas de informações em mídias eletrônicas, sem maiores atuações do IBE e do IBG. A segunda trata em parte de algo do IBE e em parte de algo do IBG, e só com imaginação percebemos o interesse comum do IBE e do IBG. Na terceira isso é mais ainda evidente, onde três itens dizem do IBG, e nada falam da ENCE, que ao ser lembrada é associada ao IBE, apenas, por fim, noutro item, aí sim, todos no IBGE seriam beneficiários da recomendação. Enfim, traduzem um diálogo de surdos e mudos, e diziam do interior da instituição, o que seria cômico, se não fosse sério, ou seja, como dialogar com o mundo de fora, se dentro não havia um bom diálogo? E por isso mesmo, a Fundação teria que ser refundada.

Recomendação Conjunta nº 1:

1) Que a Fundação IBGE estude as possibilidades de fornecimento de informações, respeitadas as exigências de sigilo, sob a forma de fitas magnéticas ou meios semelhantes, adequadas ao tratamento eletrônico dos dados; 2) Que, a exemplo de iniciativas correlatas em outras áreas, seja estimulada a celebração de convênios de assistência técnica pelo IBI, na formação e expansão dos diversos centros de informações regionais e setoriais afins, divulgando e promovendo a tecnologia desenvolvida no setor.

Recomendação Conjunta nº 2:

1) Que seja estudada a possibilidade de se obter um nível de desagregação maior que o Estado, nas apurações do levantamento "Comércio por Vias Internas", do DEICOM, propiciando inclusive informações sobre a origem e destino dos produtos transacionados; 2) Que nas pesquisas geográficas realizadas com vistas à contribuição para o planejamento socioeconômico seja dada ênfase às análises correlacionando os dois modelos de divisão regional, em face da interdependência entre estrutura formal e funcional, utilizando seus parâmetros para modelos de simulação de desenvolvimento econômico regional e nacional; 3) Que seja criado um Grupo de Trabalho para o estudo e definição de áreas permanentes para fins de comparação de resultados censitários.

Recomendação Conjunta nº 3:

4) À Fundação IBGE, que examine a possibilidade de em sua política de pessoal estabelecer que: a) o servidor da Fundação IBGE, autorizado a fazer curso de treinamento, aperfeiçoamento ou pós-graduação, em área afim à do cargo exercido, seja beneficiado com a redução da jornada de trabalho ou licenciamento, conforme o nível e o tempo exigidos, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, desde que o curso seja realizado pela própria Fundação IBGE, ou por ela julgado de seu interesse[647]; b) sejam criadas normas que possibilitem ao serviços, melhoria salarial (acesso ou promoção) uma vez concluído o curso com aproveitamento[648]; 5) À Fundação IBGE, que através da ENCE procure oferecer ou apoiar cursos de treinamento e aperfeiçoamento destinados ao pessoal auxiliar e técnico de entidades filiadas ao Sistema Estatístico Nacional, sempre que possível em colaboração com as Universidades ou outros órgãos locais.[649]

Afora isso, houve três sugestões, todas referidas à Estatística: 1) Aos Conselhos Estaduais de Educação, que adotem uma política que intensifique a criação de cursos de técnico de estatística de nível médio; 2) Às Universidades, que adotem uma política que intensifique a criação de cursos de Estatística de nível superior, nos principais centros regionais de ensino do País; 3) Ao Conselho Federal de Educação, tendo em vista que a regulamentação da profissão de Estatístico habilitou legalmente estatísticos provisionados não portadores de diploma de nível superior, que examine a possibilidade de ser propiciada a matrícula de estatísticos provisionados em estabelecimentos de ensino superior, respeitadas as exigências da lei.

O Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas

Um ano e meio depois, em 20 de maio de 1974, os resultados da II CONFEST e da II CONFEGE ganhariam oficialidade, ao sair o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, através do Decreto nº 74.084, assinado por Ernesto Geisel (o quarto General-presidente). Com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, como seria referido no cotidiano institucional, saía de cena o Plano

[647] Isso só ganharia formalidade a partir da criação do programa de Mestrado, em 1998.

[648] Isso só seria realidade quando o IBGE entrou na Carreira de Ciência e Tecnologia.

[649] Os itens 1 a 3 são referidos exclusivamente à Geografia e à Cartografia, sem nenhuma atuação da ENCE.

Nacional de Estatísticas Básicas, resultante da I CONFEST. À essa altura, a Fundação já estava refundada (Lei nº 5.878, de 11 de março de 1973).

> **Art. 1º** Fica aprovado, na forma do disposto no § 2º, do art. 5º, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, de que trata este Decreto.

O Art. 2º oferecia a cobertura e o objetivo do Plano, "o conjunto de informações estatística, geográfica, cartográfica, geodésica, demográfica, socioeconômica, de recursos naturais e de condições do meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento das realidades física e econômica e social do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional".

O Art. 4º oferecia o esquema básico do Plano: estatísticas primárias; estatísticas derivadas; caracterização do território, recursos naturais, meio ambiente e poluição; atividades cartográficas; estudos e pesquisas geográficas. Para garantir a exatidão e a regularidade do fornecimento das informações necessárias à execução do Plano, o IBGE poderia invocar para si a produção de informações de competência dos órgão sob sua orientação (Art. 6º). Em sua ação sobre o Plano, para além da produção, ao IBGE caberia "a orientação, coordenação e desenvolvimento, em todo o Território Nacional", das pertinentes atividades técnicas, devendo, para tanto, expedir a respeito "instruções e normas operacionais", nos termos seguintes (Art. 7º):

> **§ 1º** A orientação e coordenação previstas neste artigo serão exercidas pelo IBGE através das seguintes medidas de caráter programático, a serem por ele progressivamente implementadas:
>
> a) exame do programa anual das atividades específicas dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais, respeitando, quanto a este, o disposto no Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973;
>
> b) acompanhamento da elaboração da proposta orçamentária da União, em relação aos projetos dos diversos órgãos ou entidades integrantes dos referidos sistemas;
>
> c) presença de representantes próprios juntos aos órgãos e entidades públicas ou privadas a que tiver sido delegada a produção de informações na forma prevista no § 2º deste artigo; e
>
> d) estudo conjunto das necessidades do País no concernente às informações a que se refere o art. 2º, em reuniões periódicas, com os representantes dos diversos órgãos ou entidades integrantes dos referidos sistemas.
>
> **§ 2º** A produção, propriamente dita, das informações a que se refere o art. 2º, pode, sempre que for julgado conveniente, ser delegada a outras entidades públicas e privadas, mediante acordos, convênio e contratos, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, assegurada, pelos meios indicados, a observância das normas técnicas exigidas.
>
> **§ 3º** As informações a serem produzidas de acordo com o Plano de que trata o art. 1º terão, no mínimo, a periodicidade e o âmbito territorial indicadas no Anexo a que

se refere o artigo 3º, o qual estabelecerá também a classificação básica ou a forma a ser adotada na apresentação das informações, dados e indicadores.

§ 4º A classificação básica a que se refere o parágrafo anterior obedecerá a critérios que assegurem segundo as conveniências técnicas:

a) o atendimento das necessidades emergentes do processo de desenvolvimento do País;

b) a comparabilidade histórica;

c) a comparabilidade regional; e

d) a comparabilidade internacional.

§ 5º As informações resultantes dos levantamentos constantes do Anexo a que se refere o art. 3o serão discriminadas por Estados, Distrito Federal, Territórios, áreas especiais previamente determinadas para pesquisas específicas, micro regiões homogêneas, regiões metropolitanas, município e também pelas situações rural e urbana, segundo as conveniências técnicas.

§ 6º As classificações utilizadas para apresentação dos dados constantes do Plano de que trata o art. 1º serão aplicadas a todas as informações inclusive às prestadas por entidades o órgãos sob a coordenação técnica do IBGE, cabendo a este a aprovação de casos especiais que necessitem utilizar classificações e elaborações específicas de dados.

O Art. 8º repisava a garantia de sigilo (Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968). Os Art. 9º e 10 tratavam da divulgação das informações, com detalhes interessantes, mormente no aspecto da relação com os demais órgãos:

Art. 9º As informações resultantes dos levantamentos previstos no Plano de que trata o artigo 1º, depois de devidamente processadas pelos meios indicados, e atendidas, em cada caso, as normas e exigência sobre o assunto serão divulgadas pelo IBGE e postas à disposição dos interessados, através de anuários, relatórios, sinopses, mapas, cartas topográficas, carta temáticas, publicações especializadas e demais formas de divulgação.

Parágrafo Único A divulgação de que trata este artigo abrange apenas as informações levantadas diretamente pelo IBGE, devendo a divulgação das demais produzidas por outras entidades públicas e privadas ser feita na forma do que ficar estipulado nos respectivos acordos, convênios e contratos.

Art. 10 Com base nos levantamentos realizados de acordo com o Plano de que trata o artigo 1º, o IBGE, por intermédio de seus órgãos especializados manterá atualizado um acervo de informações capaz de atender às necessidades do planejamento econômico e social do País e às exigências da segurança nacional.

O Plano, ele mesmo, nos termos do Art. 3º, foi publicado no *Diário Oficial*, de 21 de maio de 1974. Os temas, nos cinco grandes títulos, estão aberto em até quatro níveis, mas, a seguir, daremos apenas dois níveis; as indicações de periodicidade e de cobertura geográfica são dadas para o nível mais aberto, e não as apresentaremos. Mais uma vez, as estatísticas primárias são definidas em dependências às secundárias. Eis o plano:

ESTATÍSTICAS PRIMÁRIAS:

1 Situação demográfica

- Estado da população

- Movimento da população

2 Situação Econômica

- Silvicultura e extração de produtos vegetais
- Pesca
- Agropecuária (inclusive beneficiamento)
- Indústria
- Comércio e prestação de serviços
- Comunicações, transportes e armazenamento
- Moeda e crédito
- Preços

3 Situação Social

- Habitação
- Atividade da população
- Saúde

4 Situação Cultural

- Ensino

5 Situação Administrativa e Política

- Finanças públicas
- Justiça e Segurança Pública



Ministro Reis Velloso e Isaac Kerstenetzky na exposição da II CONFEST/ CONFEGE.

ESTATÍSTICAS DERIVADAS:

1 Situação demográfica

- Indicadores demográficos
- Estimativas prospectivas de população

2 Situação social

- Indicadores sociais (instrução, saúde, habitação, emprego, consumo, rendimento, poupança e ativo, alimentação, outros)

3 Situação econômica

- Indicadores setoriais (agropecuária, indústria, comércio, serviços)
- Estrutura e dinâmica econômica

4 Índices de preços

- Índice de preços por atacado no mercado interno
- Índice de preços na fonte de produção agropecuária
- Índice de preços no comércio exterior
- Índice de custo de vida

5 Balanço alimentar

6 Balanço energético

7 Matriz energética

8 Balanços financeiros

- Balanços do sistema monetário
- Balanço de pagamentos com o exterior
- Fluxo de fundos

9 Contabilidade Social

Contas Nacionais (preços correntes e preços constantes)

Agregados econômicos regionais

Relações intersetoriais da produção de bens e serviços

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, RECURSOS NATURAIS, MEIO AMBIENTE E POLUIÇÃO:

1 Caracterização do território

- Estrutura, relevo e geologia
- Meteoro / climatologia e hidrologia
- Solo e subsolo
- Revestimento florístico
- Fauna silvestre
- Paisagem e meio ambiente natural

2 Recursos naturais, meio ambiente e poluição

- Sistematização de dados relativos à ocorrência, distribuição e freqüência (recursos auto-renováveis, renováveis, recuperáveis, inesgotáveis, não-renováveis)
- Meio ambiente e ecossistemas
- Poluição

ATIVIDADES CARTOGRÁFICAS:

1 Levantamentos geodésicos

- Triangulação geodésica de precisão de 1ª ordem
- Poligonais de precisão de 1ª ordem
- Estações estabelecidas pelo rastreamento de satélites artificiais
- Triangulação ou poligonação secundária
- Redes de nivelamento de precisão de 1ª ordem
- Redes secundárias de nivelamento

2 Trabalhos cartográficos

- Mapeamento em escalas topográficas (1:50 000, 1:100 000 e 1:250 000)

- Mapas e cartas em escalas geodésicas-gerais e especiais
- Mapas do Brasil em diferentes escalas (1:5 000 000, 1:2 500 000 e outras)
- Mapas temáticos
- Mapeamento com base em sensoriamento remoto

ESTUDOS E PESQUISAS GEOGRÁFICAS

1 Pesquisas sistemáticas do espaço brasileiro

- Potencial, estrutura e utilização de recursos naturais e de meio ambiente
- Estrutura e organização do espaço rural
- Estrutura e organização do espaço urbano
- Regionalização do espaço brasileiro

2 Divisão Regional

- Regiões homogêneas
- Regiões funcionais

3 Atlas nacional

- Parte geral
- Parte regional

Ponto final

Pouco depois de realizadas as conferências, vistas acima, a Fundação foi refundada (ou reinventada), pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973. Seu novo Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975, e logo sofrendo pequeno ajuste (no Art. 22) através do Decreto nº 77.003, de 9 de janeiro de 1976. Nesse tempo ainda saiu o Decreto nº 73.177, de 20 de novembro de 1973, regulamentando a obrigação e a garantia do sigilo, previstas na Lei nº 55.34, de 14 de novembro de 1968 (ligeiramente modificada pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, que refundou a Fundação). Pouco depois, sairiam duas leis, em 11 de dezembro de 1974, a de nº 6.183, que definiu o caráter do "nacional" atribuído aos Sistemas Estatístico e Cartográfico, e a de nº 6.186, que dispôs sobre o fornecimento das informações demográficas aos municípios brasileiros. Por fim, o Decreto nº 77.624, de 17 de maio de 1976, que dispôs sobre o uso pelo IBGE de registros administrativos disponíveis na administração pública, direta e indireta. E ficava pronto o quadro legislativo estatístico brasileiro.

Síntese
linha do tempo

Revendo a moldura teórica

O Império fixaria o desejo às estatísticas. A República seguiria naquela senda, dando garantias às produções; o faria centrada numa legislação, oficial ou oficiosa, que tivera começo já na Constituição Republicana que preceituara a feitura dos censos nos anos zero. Pela variada legislação, ampliada e reiterada, queria-se resolver os dilemas da peculiar natureza da elaboração estatística, à época.

Na elaboração das estatísticas, as fontes básicas, quase única, afora os censos, eram os registros administrativos, de posse, naturalmente, dos órgãos que os criara e que deles dependiam para administrarem; e o maior deles era, certamente, o Registro Civil (dos nascimentos, dos casamentos, dos falecimentos) sonhado no Império e executado na República. Os registros afetos a uma área temática (por exemplo, a agricultura, a polícia, a justiça, e outras) podiam estar em várias de suas unidades (estações climáticas, delegacias de polícia, prisões, e outras), que estariam em diferentes localidades (numa mesma cidade, ou, o que era mais comum, em várias cidades). Era muito difícil derivar-lhes estatísticas; até porque, não raro, eram ruins, em conteúdo e em cobertura.

E era difícil acessá-los e manuseá-los para as necessárias agregações estatísticas. Ficava-se a depender da boa vontade dos seus "proprietários", por exemplo, os tabeliães nos cartórios, que, para atender à produção estatística deveriam preencher algum formulário de agregação; eram muitas as negações. Essa situação se agravava na extremada federação então praticada; imperando uma "deficiência de informações", tônica da primeira República. Como resolver esses problemas? Tentou-se a catequese, discursando-se a importância e a necessidade das estatísticas, na linha do Império; e novos passos foram ensaiados, discursando-se as características específicas e peculiares da elaboração das estatísticas; tentou-se acordos com os estados, como se apenas faltasse a declaração formalizada da importância e da necessidade das estatísticas; mas foram poucos os sucessos, quase nunca continuados e sistemáticos.

A repartição estatística federal (Diretoria Geral de Estatística - DGE) tentou se achegar aos registros, fazendo-se presente nos estados, por delegados em delega-

cias. Mas isso também não resolvia o problema, pois lhes faltava estrutura. Tentou-se reformas e reformas na DGE, mudou-se o conjunto legislativo pertinente; fazia-se muito, com parcos sucessos. Nesse grande esforço humano, tendo à frente figuras valiosas, o consumo de energia era imenso, mas era mínima a iluminação. A oferta seguia irregular, descontínua e assistemática; no dizer de Teixeira de Fretas: "Dispersos, desestimulados, tolhidos de todos os modos, com limitadíssimos meios de estudo, de trabalho e de eficiência, não tínhamos nenhum sentimento de grupo, nenhum espírito de solidariedade" (FREITAS..., 1990a, p. 106).

A saída da crise seria o IBGE, cabeça do sistema estatístico. O início estaria nos debates animados por Teixeira de Freitas nos anos 1930, fazendo surgir em 1934 o Instituto Nacional de Estatística, devidamente instalado em 1936, e já em 1938 chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O ano chave, na tradição institucional, não é nem 1934 e nem 1938, mas 1936 (29 de maio) tomado, então, como Natal do IBGE, na expressão de Teixeira de Freitas. O que então se criava era impar, fosse o Instituto, fosse o sistema estatístico; contudo, Teixeira de Freitas afirma que nada mais se fazia, então, do que retomar as tentativas de solução do passado, e agora fazê-las factíveis, graças ao Estado que, com sua vontade de governar, demandava estatísticas, e dava forças à sua produção. Um órgão central era criado, mas surgia um sistema estatístico federativo, já que as fontes seguiam sendo os registros administrativos.

Figurou-se um programa estatístico, executado nas campanhas estatísticas. A prática era a das pesquisas completas, vale dizer, censitárias. Isso decorria dos compromissos municipalistas, essenciais na concepção ibgeana; afinal, as agências de estatística, para acesso aos registros, eram municipais, e o era, também, a maior fonte dos recursos, qual seja, a quota de estatística arrecadada nos municípios. Mais tarde, no esgotar do modelo, e no contexto das demandas por estatísticas para planejamento, em especial as estatísticas econômicas, afiliadas às estatísticas derivadas, as pesquisas por amostragem serão introduzidas, e o município será abandonado como espaço básico de coleta. Pouco a pouco, de um sistema colegiado, nacional e não federal, com ênfase na dimensão organizacional (ou social), passa-se a um sistema centralizado e concentrado, ibgeano e federal, nacional apenas na dimensão informacional (ou cognitivo). Ao se tornar um centro de pesquisa, no amparo das ciências e dos métodos de pesquisa, ganha-se muito, sem dúvida; mas perde-se também, uma visão cultura é esmaecida.

Em poucas palavras

A esfera estadual cede lugar à esfera federal. O Estado federal revela-se disposto a governar, e demanda estatísticas. Quer saber muito, e melhor, da população, em si, e em sociedade, no território; este, será ordenado, estabilizado nas fronteiras internas. Nesse contexto a presença do INE (logo IBGE) será vital, dando curso à ação, fazendo estatísticas de modo continuado e sistemático; experiências fracassadas pela força da federação, são agora plenas de sucesso pela força do estado central. Ao

dar-se freios à federação, surgiam as chances de existir um órgão nacional (central) de estatística com capacidade normalizadora e sistematizadora. Mas, o sistema formado seria federativo, pela razão das fontes chaves o serem, os registros administrativos; assim, um sistema estatístico federativo (técnico) foi viabilizado pela diminuição da federação política.

A concepção originária, com a intensa demanda por estatísticas econômicas para planejamento, será posto em cheque. Já vinha sendo minado, mais e mais se integrava à esfera federal, deixando o nacional na sombra. Os mecanismos operacionais perdiam autonomia, e eram amarrados às decisões federais; a idéia de um órgão (sui generis) acima das esferas políticas (federal, estadual e municipal) e transtemático, e por isso mesmo vinculado à Presidência da República, pouco a pouco perde o vigor, e se esmaece. Assim, a mudança da Fundação, seu novo estatuto jurídico, será uma natural e inevitável reposição de ordem, uma nova ordem, é fato, diferente daquela da origem, mas, à sua falta, até pelo novo tempo, que viesse mesmo a mudança.

A dança das cadeiras

No período desse volume, c.1936-c.1972, 12 serão os presidentes. O primeiro, Macedo Soares, ficará no cargo por 15 anos, passando pelos governos de Getúlio Vargas e de Eurico Dutra. No período de governo seguinte, 1951-1956, a República viverá uma sucessão de presidentes: Getúlio Vargas, agora eleito pelo povo, e que trará ao IBGE, primeiro, Polli Coelho (General), por ano e meio, e que dará início e curso à maior crise da casa; segundo, Florêncio de Abreu, que fará a paz, e que irá criar a Escola Brasileira de Estatística, logo Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Em agosto de 1954, depois do suicídio de Getúlio Vargas, chega ao poder Café Filho, o então vice-presidente, e para o IBGE viria Elmano Cardim, muito seu amigo, e que dará curso às Reuniões Internacionais de Estatística, no Quitandinha, em Petrópolis, um grande momento institucional. Passada a aventura de Carlos Luz (presidente da Câmara dos Deputados), o Senador Nereu Ramos (vice-presidente do Senado Federal) assume a presidência da República, e para o IBGE retorna Macedo Soares (por seis meses).

No período seguinte de governo, com Juscelino Kubitschek virá para o IBGE Jurandyr Pires Ferreira, personalista, em polêmica administração. O Brasil, pelo IBGE, receberá seu primeiro computador, “cérebro eletrônico”, o famoso UNIVAC, que será bastante problemático. O Censo de 1960, em sua gestão, irá seguir por várias gestões, sempre sob suspeita de qualidade; dará início à Enciclopédia dos municípios, obra sempre referenciada e reverenciada. Sairá por seis meses, em busca de um mandato de Deputado, e não terá sucesso; mas seu filho, que dirigira o Serviço Gráfico, o terá.

Será substituído na presidência por Rafael Xavier, da tradição ibgeana, no governo Jânio Quadros; uma gestão de duração curtíssima. Ao renunciar à presidência da República, assume a presidência o vice-presidente João Goulart, primeiro, sob regime parlamentarista, quando virá para o IBGE Sá Freire Alvim; depois em retorno ao presidencialismo, virá para o IBGE Roberto Accioly.

Com o golpe militar, ao tempo de Castelo Branco, primeiro General-Presidente, virá para o IBGE Senna Campos (General); sob Costa e Silva, segundo General-Presidente, virá Sebastião Aguiar Ayres, primeiro ibgeano na função, e se dará início à Fundação. Sob Emílio Médici, o terceiro General-Presidente, virá Isaac Kerstenetzky (cuja gestão, a segunda mais longeva, irá até 1979), sendo refundada a Fundação.

Pela presidência, em exercícios temporários, passarão Heitor Bracet e Rubens Porto, ambos na chefia do Serviço Estatístico do Ministério da Justiça (leia-se, registro civil, entre outros temas), Ribeiro Espíndola (Contra-Almirante), Moacyr Malheiros e, numa rápida passagem, Waldyr Godolphim (Tenente-Coronel). Os dois primeiros serão presidentes interinos várias vezes.

Afora a função de presidente, havia a Secretaria-geral, função de extrema importância. O mais longevo, e por certo mais importante, foi Teixeira de Freitas, 1936 a 1948. Ao se retirar, uma série de pessoas lhe seguirão, alguns por poucos meses, até dias; valendo destacar: Rafael Xavier, Waldemar Lopes, Lourival Câmara, Maurício Filchtiner, Abreu Moreira, Lauro Sodré, Sebastião Aguiar Ayres, e outros.

História do Brasil		História das Estatísticas
1934-1937 **Governo Constitucional de Getúlio Vargas (após o Governo Provisório Revolucionário 1930-1934)**	**1934** **1936**	**c.1936-c.1951** **Criação do Instituto**
1937-1945 **Estado Novo, com Getúlio Vargas (ditadura)**	**1938** **1942**	
1945-1946 **José Linhares (Presidente do Supremo Tribunal Federal, no exercício da Presidência da República)**	**1948**	**Macedo Soares [Teixeira de Freitas]**
1946-1951 **Eurico Dutra**		
1951-1956 **Getúlio Vargas (suicídio em agosto de 1954)** **Café Filho (Vice-presidente empossado na Presidência da República; impedido)** **Carlos Luz (Presidente da Câmara no exercício da Presidência da República; apenas três dias)** **Nereu Ramos (Vice-presidente do Senado Federal no exercício da Presidência da República)**	**1951** **1952** **1953** **1955**	**c.1951-c.1956** **Críticas internas: sombras e luzes** **Polli Coelho, Florêncio de Abreu, Elmano Cardim, Macedo Soares**
1956-1961 **Juscelino Kubitschek**	**1956** **1958**	**c.1956-c.1967** **Críticas externas: luzes e sombras**
1961-1961 **Jânio Quadros (renunciou ao mandato)** **Ranieri Mazzili (Presidente da Câmara, no exercício da Presidência da República)**		
1961-1964 **João Goulart** **[Regime parlamentarista (1961-1963): Tancredo Neves, Hermes Lima, Brochado da Rocha]** **[Regime presidencialista (1963-1964; deposto pelos militares]** **Ranieri Mazzili (Presidente da Câmara no exercício da Presidência da República)**	**1962** **1964**	**Jurandyr Pires Ferreira, Rafael Xavier, Sá Freire Alvim, Roberto Accioly, Senna Campos**
1964-1967 **Castelo Branco (primeiro General-Presidente)**		
1967-1969 **Costa e Silva (segundo General-Presidente)** **Junta Militar (dois meses, 1969): Lyra Tavares, Augusto Rademaker, Mário de Souza e Melo**	**1967** **1968**	**c.1967-c.1972** **Criação da Fundação** **Sebastião Aguiar Ayres, Isaac Kerstenetzky**
1969-1974 **Emílio Médici (terceiro General-Presidente)**	**1972** **1974**	

ANTES c.1936, início do período estudado

1930-1934	Governo Provisório: Getúlio Vargas.
1931 (janeiro)	Teixeira de Freitas assume a direção da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Francisco Campos (o Chico Ciência)
1931 (4 de fevereiro)	Sai o Decreto nº 19.667 que cria o Departamento Nacional de Estatística, subordinado ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (sob o comando de Lindolfo Collor). É o resultado da fusão da Diretoria Geral de Estatística, afeta ao extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e da Diretoria de Estatística Comercial, afeta ao Ministério da Fazendo. O Diretor desta última, Leo de Affonseca é chamado a dirigir a nova repartição.
1931 (22 de maio)	Heitor Elói Alvim Pessoa, antigo chefe de seção na extinta Diretoria Geral de Estatística, em ofício a Teixeira de Freitas (então, seu chefe), sugere a elaboração de uma "Lei de Estatística"
1931 (31 de julho)	Teixeira de Freitas junto a Francisco Campos endossa a idéia da "Lei de Estatística". Recebe a incumbência de elabora um ante projeto.
1931 (20 de dezembro)	Por inspiração de Teixeira de Freitas é celebrado o "Convênio entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, para aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas". Tem início a experiência de cooperação interadministrativa em esfera nacional (ampliando, assim, a experiência no laboratório mineiro da década de 1920).
1932 (5 de fevereiro)	Teixeira de Freitas em atenção a ordem do Ministro Francisco Campos elabora copiosa reflexão sobre a atividade estatística brasileira e esboça os elementos de uma "Lei de Estatística". Entre vários pontos, propõe a criação de um Instituto Nacional de Estatística e Cartografia.
1932 (18 de fevereiro)	Sai o Decreto nº 21.047 que regulava o Departamento Nacional de Estatística (um ano depois de sua criação). Em nada muda a concepção da antiga Diretoria Geral de Estatística; e não consegue efetivar a fusão das duas extintas repartições.
1932 (dezembro)	Juarez Távora assume o Ministério da Agricultura, e pede ajuda a Teixeira de Freitas para criar uma repartição de Estatística no ministério. A repartição é criada em julho de 1933, sendo posta sob a chefia de Rafael Xavier (que recebera Bulhões Carvalho em Recife quando lá foi conferenciar em propaganda ao Censo de 1930, e que no governo Jânio Quadros será presidente do IBGE).
1933	Bulhões Carvalho publica o livro **Estatística**: método e aplicação, manual teórico e prático (tendo por base suas vivências).
1933 (junho)	Juarez Távora recebe de Getulio Vargas a missão de formar uma comissão para pensar a atividade estatística brasileira, e a reúne junto a seu gabinete. Leo de Affonseca a preside e Teixeira de Freitas a secretaria e a inspira.; em outubro de 1933 divulga seu relatório, onde é proposta a criação do Instituto Nacional de Estatística. Juarez Távora apadrinha a idéia, e a leva a bom porto.

1934 (6 de julho)	Sai o Decreto nº 24.600 que extingue o Departamento Nacional de Estatística, criado em 1931.
1934 (6 de julho)	Sai o Decreto nº 24.609 que cria o Instituto Nacional de Estatística, "federação de repartições" ou "consórcio federativo". Juarez Távora será o primeiro ministro a assiná-lo, logo após Getúlio Vargas, em reconhecimento ao seu empenho. Sua instalação dependia de haver um Presidente que, ato contínuo, constituísse uma Junta Executiva, que ultimaria uma Convenção Nacional de Estatística.
1934 (final) e 1935 (início)	No Palácio do Itamaraty, sob a chefia de Macedo Soares, reúne-se o Conselho Federal de Comércio Exterior, com o fito de unificar (em caráter de emergência) as estatísticas brasileiras. Estarão presentes os diretores de estatísticas dos órgãos federais, entre os quais Teixeira de Freitas, que pugna pela efetiva implantação do Instituto.
1934 (16 de julho)	Nova constituição republicana.
1934-1937	Governo Constitucional: Getúlio Vargas.
1935 (19 de junho)	Macedo Soares, contra a vontade, é nomeado Presidente do Instituto Nacional de Estatística.

Criação do Instituto: c.1936 – c.1951

[Cobre o governo Getúlio Vargas (1934-1937), o Estado-Novo varguista (1937-1945), o governo José Linhares (1945-1946) e o governo Eurico Dutra (1946-1951)]

1936 (29 de maio)	Getulio Vargas dá posse a Macedo Soares na presidência do Instituto Nacional de Estatística (ficaria no cargo até abril de 1951). Juarez Távora fora convidado à assumir aquela presidência, mas preferiu seguir sua carreira militar. Em discurso na ocasião, Teixeira de Freitas exalta a figura de Bulhões Carvalho, e valoriza a atuação de Juarez Távora.
1936 (29 de maio)	Macedo Soares empossa uma Junta Executiva provisória, com vistas à realização da Convenção Nacional de Estatística. Teixeira de Freitas é escolhido Secretário-Geral (ficará na função até 1948). Ao final da primeira reunião, naquele mesmo dia, seguem em comissão ao gabinete de Simões Lopes, em agradecimento ao seu empenho em prol do Instituto.
1936 (7 de julho)	Pelo Decreto nº 946, é convocada a Convenção Nacional de Estatística; em carta, Vargas estimula a participação dos Estados.
1936 (27 de julho a 9 de agosto)	É realizada, no Palácio do Itamaraty, a Convenção Nacional de Estatística.
1936 (11 de agosto)	Pelo Decreto nº 1.022, a Convenção Nacional de Estatística é aprovada pelo Governo Federal. Os Estados são instados a validarem-na.
1936 (17 de novembro)	Sai o Decreto nº 1.200 que formaliza o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística, em seguida à aprovação da Convenção Nacional de Estatística.

1936 (dezembro)	É realizada a 1ª Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Nela, Teixeira de Freitas afirma: "Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil que deve ser" (Depois essa frase será mudada pelo próprio Teixeira de Freitas para "Faça o Brasil a estatística que deve ter, e a estatística fará o Brasil como deve ser")
1936 (30 de dezembro)	Resolução nº 7, do CNE, revela o programa estatístico.
1937 (24 de (março)	Sai o Decreto nº 1.527 que cria o Conselho Brasileiro de Geografia, logo incorporado à estrutura do Instituto Nacional de Estatística.
1937	Acontece a 1ª Campanha Estatística.
1937 (10 de novembro)	Golpe de Estado. Data da nova Constituição estadonovista.
1938 (26 de janeiro)	Sai o Decreto-lei nº 218 que muda o nome do Conselho Brasileiro de Geografia para Conselho Nacional de Geografia e o do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
1939	Bulhões Carvalho torna-se membro vitalício do International Statistical Institut - ISI.
1939	Bulhões Carvalho é declarado pelo Conselho Nacional de Estatística, do IBGE, "Fundador da Estatística Geral Brasileira"
1939	O Conselho Nacional de Estatística, do IBGE, manda inscrever nos seus Anais a Conferência proferida em Recife por Bulhões Carvalho.
1936-1939	São ditos os "Anos Heróicos".
1940	Sai o primeiro número da *Revista Brasileira de Estatística*.
1940 (abril)	A Sociedade Brasileira de Estatística ganha estatuto.
1940	1º Censo geral feito pelo IBGE (quinto do País), sob a coordenação de Carneiro Felippe, e tendo Giorgio Mortara como consultor.
1942 (16 de março)	Pelo Decreto nº 4.181, por conta do esforço de guerra, estatísticas econômicas são demandadas (surgem as seções de estatística militar). Para produzi-las são convocadas os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, em decorrência chegando-se à criação das Agências Municipais de Estatística (é criado um Fundo Estatístico).
1942 (junho/julho)	Tem lugar o "Batismo Cultural" de Goiânia, organizado e conduzido pelo IBGE, tendo Teixeira de Freitas como chefe da delegação.
1945 (julho)	Jorge Kafuri, catedrático de Estatística e Economia, na Universidade do Brasil, em conferência no Curso de Informações do CNE, traça as relações da Estatística e da Economia. Mostra-se satisfeito com as atividades do Instituto, em matéria de estatísticas econômicas.
1945	Primeira edição de **Problemas de base do Brasil,** também chamado de "Ideário Cívico" do IBGE, lato sensu, o primeiro plano do País. A quinta e última edição será de 1958.

1946 (julho)	William Madow, Prof. da Universidade da Carolina do Norte, palestra sobre amostragem no Curso de Informações do CNE.
1946 (18 de setembro)	Com a queda de Vargas em 1945, começa novo tempo democrático. Data da nova constituição. Sob sua égide, pouco a pouco, o IBGE deixa de ser um órgão nacional e se torna um órgão federal (autarquia), pese o apoio de Simões Lopes no DASP.
1947 (6 a 18 de setembro)	Primeira sessão do Instituto Interamericano de Estatística, entre outros pontos, trata da formação dos funcionários das instituições estatísticas.
1948	Giorgio Mortara assume a direção do Laboratório de Estatística.
1948	O CNE edita, de G. Udny Yule e M. G. Kendall, **Introdução à teoria estatística.**
1949	O CNE edita, de Giorgio Mortara, **Curso elementar de estatística aplicada à administração.**
1950	Seguindo Censo geral feito pelo IBGE (sexto do País). Associação ao Censo das Américas (ou Censo Continental).
1951	O CNE edita, de William Madow, **Teoria dos levantamentos por amostragem**; e de Frederick Cecil Mills, **Métodos estatísticos.**

Críticas internas: sombras e luzes: c.1951 – c.1956

[*Cobre os governos Getúlio Vargas / Café Filho / Carlos Luz / Nereu Ramos (1951-1956)]*

1951 (abril)	Macedo Soares deixa a presidência, ao término do governo Dutra, que ocupava desde maio de 1936.
1951 (maio)	Polli Coelho (membro do CNG) assume a presidência. Teixeira de Freitas que fora convidado, não aceita o convite alegando razões pessoais, preferindo permanecer à frente da Sociedade Brasileira de Estatística (e do serviço de estatística do Ministério da Educação). Waldemar Lopes é, então, mantido na Secretaria Geral do CNE (vinha do final da gestão anterior, quando da saída de Rafael Xavier, que seguira a Teixeira de Freitas)
1951 (dezembro)	Polli Coelho, na imprensa, afirma que as estatísticas produzidas no IBGE eram atrasadas, caras e de duvidosa precisão. Os técnicos mais graduados reagem, e tem início uma crise sem tamanho. Waldemar Lopes deixa a Secretaria Geral, cedendo lugar a Lourival Câmara, o ideólogo por detrás de Polli Coelho (em novembro divulgara seu relatório “Exame crítico da estatística brasileira”).
1952 (janeiro)	Lourival Câmara faz uma “Proclamação aos estatísticos brasileiros”, em defesa das mudanças no sistema estatístico.
1952 (janeiro)	Teixeira de Freitas, em carta aberta a Vargas pede rigorosa investigação, por comissão independente, e diz que se Polli Coelho estivesse certo que ele, e apenas ele, Teixeira de Freitas, pagasse pelo crime de ilusão à sociedade na prisão.

1952 (16 de janeiro)	Pelo Decreto nº 30.399, o Governo nomeia uma comissão de investigação presidida por Themistocles Cavalcanti, e formada por Lourenço Filho, Jessé Montello, e Lyra Madeira. Em 60 dias deveria apresentar seu diagnóstico.
1952 (22 de fevereiro)	Teixeira de Freitas divulga “Em defesa das ‘estatísticas brasileiras”, onde refuta ponto-a-ponto as críticas de Polli Coelho.
1952 (fevereiro)	Os técnicos demissionários, em reação a Polli Coelho, expõem suas razões em documento tornado público.
1952 (maio)	A comissão Themistocles Cavalcanti apresenta seu relatório, e não encontra fundamentos às declarações de Polli Coelho.
1952 (12 de junho)	Vargas aprova o parecer da comissão, seguindo despacho de Negrão de Lima, então Ministro da Justiça.
1952 (24 de junho)	Polli Coelho deixa a presidência, agastado. Assume Florêncio de Abreu, tendo na Secretaria Geral do CNE Maurício Filchtner.
1952 (dezembro)	Teixeira de Freitas deixa o serviço público, ao se aposentar no Ministério da Educação. Trabalhara 44 anos.
1953 (6 de março)	Na administração Florêncio de Abreu é criada a Escola Brasileira de Estatística, tendo por inspirador e primeiro diretor, Lourival Câmara. [A 25 de fevereiro começaria a funcionar a Escola Superior de Estatística da Bahia, ainda hoje existente]
1954 (29 de maio)	A Escola Brasileira de Estatística passa a se chamar Escola Nacional de Ciências Estatísticas, nome que tem até hoje.
1954 (24 de agosto)	Getulio Vargas, que retornara ao poder pelo voto, se suicida. Ato contínuo, Florêncio de Abreu deixa a presidência, sendo substituído por Elmano Cardim (amigo pessoal de Café Filho, o vice-presidente que assumira a Presidência da República); Waldemar Lopes volta à Secretaria Geral do CNE.
1955 (junho)	Acontece no Quitandinha, em Petrópolis, as “Reuniões Internacionais de Estatística”; um evento grandioso promovido pelo Instituto.
1955 (setembro)	Já aposentado, Teixeira de Freitas, em texto deixado inédito, oferece solução ao famoso Teorema de Fermat.
1955 (novembro)	Com a doença e posterior impedimento de Café Filho, imposto pelos militares, Elmano Cardim deixa a presidência. Macedo Soares reassume, atendendo a pedido de Nereu Ramos, no exercício da Presidência da República. Ficará apenas seis meses.
1956 (maio)	Jurandyr Pires Ferreira, em gestão polêmica, assume a presidência. É nomeado por Juscelino Kubtischek, o novo Presidente da República.

Críticas externas: luzes e sombras: c.1956 – c.1967

[Cobre os governos Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros / Ranieri Mazzili / João Goulart / Ranieri Mazzili (1961-1964), Castelo Branco (1964-1967)]

1958 (dezembro)	O Instituto Roberto Simonsen promove o "Seminário de Estatística", primeira manifestação clara dos usuários das estatísticas. O IBGE sofre crítica quanto às estatísticas produzidas, em especial às estatísticas econômicas tidas como insuficientes.
1960	Sétimo censo geral do País. Aplica-se a técnica da amostragem, e utiliza-se o "cérebro eletrônico" (Univac 1105). Um censo em crise. Preside o IBGE, Jurandyr Pires Ferreira.
1961	Jânio Quadros renuncia à presidência da República; no IBGE entra um velho ibgeano, Rafael Xavier.
1962	Com a renúncia de Jânio Quadros, e a posse de João Goulart, no primeiro gabinete parlamentarista, presidido por Tancredo Neves, é nomeada uma comissão para propor mudanças no programa estatístico, e no IBGE, tudo isso com vistas ao planejamento.
1961-1964	No governo João Goulart dois serão presidentes do IBGE: Sá Freire Alvim e Roberto Accioly. Com os militares já no poder, após a derrubada do governo João Goulart (já sob regime presidencialista), Senna Campos assume a presidência.
1964	A pedido de Senna Campos, Tulo Hostílio Montenegro, um dos demissionários na crise Polli Coelho, então na OEA, conduz missão de avaliação do sistema estatístico brasileiro.
1966	Comissão presidida por Henrique Flanzer desenha a reforma do sistema estatístico brasileiro. Está completa a massa crítica da reforma; e o IBGE logo será uma Fundação.
1966 (17 de junho)	Resolução nº 830, do CNE, formaliza um Programa Nacional de Treinamento, não posto em prática (fora um dos pontos críticos

Criação da Fundação: c.1967 – c.1972

[Cobre o governo Costa e Silva (1967-1969), a Junta Militar (1969), Emílio Médici (1969-1974)]

1967 (13 de fevereiro)	O Decreto-lei nº 161, o IBGE se torna uma fundação. A nova estrutura, em lugar de apresentar novidades positivas, esgarça a estrutura anterior, e vêm as frustrações. Sebastião Aguiar Ayres, primeiro ibgeano na função, assume a presidência.
1967 (2 de agosto)	Os Decretos nº 61.126 e 61.127 ditam o estatuto da Fundação.

1967 (dezembro)	É instalada a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas, no comando técnico do sistema estatístico brasileiro.
1968 (1º de abril)	Decreto nº 62.497, regulamenta a profissão de estatístico.
1968 (29 de maio a 4 de junho)	I CONFEST – Conferência Nacional de Estatística (Isaac Kerstenetzky, futuro presidente, faz notável discurso na sessão de abertura, tratando das estatísticas derivadas)
1968 (18 de julho)	Decreto nº 63.010, aprovando o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, resultante da I CONFEST
1968 (19 de agosto)	Decreto nº 63.111 ajusta o Decreto nº 62.497 que regulamentou a profissão de estatístico
1968 (23 a 30 de setembro)	É realizada a I CONFEGE – Conferência Nacional de Geografia e Cartografia.
1968 (14 de novembro)	Lei nº 5.534 trata da obrigação na prestação de informações individuais para fins estatísticos e da garantia do sigilo.
1968 (19 de dezembro)	Decreto-lei nº 369 dá início legal ao Censo de 1970.
1969 (28 de abril)	Sebastião Aguiar Ayres instala a Comissão Censitária do Censo de 1970 (Isaac Kerstenetzky, próximo presidente, é um de seus membros)
1969 (15 de maio)	Decreto nº 64.520 regulamenta o Decreto-lei nº 369 que dera início legal ao Censo de 1970.
1970 (25 de março)	Isaac Kerstenetzky assume a presidência, e refunda a Fundação. Fora indicado por João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento (no governo Médici)
1970 (18 de maio a 15 de junho)	Tulo Hostílio Montenegro lança novo olhar sobre o IBGE, já agora uma Fundação. Retoma suas reflexões anteriores.
1970 (1º de setembro)	Ao início do Censo de 1970, Carlos Drummond de Andrade publica no Jornal do Brasil crônica alusiva sob o título “Um cidadão”.
1972 (28 de novembro a 11 de dezembro)	II CONFEST – Conferência Nacional de Estatística, e 2ª CONFEGE – Conferência Nacional de Geografia e Cartografia.

APÓS c. 1972, final do período estudado.

1973 (11 de maio)	Lei nº 5.878 reforma a Fundação (em seu Art. 6º ajusta a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968)
1973 (20 de novembro)	Decreto nº 73.177 regulamenta a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, ajustada pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973.
1974 (20 de maio)	Decreto nº 74.084 oficializa o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, resultante da II CONFEST e da 2ª CONFEGE.
1974 (11 de dezembro)	Lei nº 6.183 define o caráter de "nacional" atribuído ao Sistema Estatístico, e disciplina as relações com os órgãos oficiais de estatística nas esferas federal, estadual e municipal.
1975 (24 de novembro)	Decreto nº 76.664 baixo o novo estatuto ao IBGE, reformado pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973.
1976 (8 de janeiro)	Decreto nº 77.003 altera um artigo do estatuto do IBGE baixado pelo Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975.
1976 (17 de maio)	Decreto nº 77.624 regulamenta a utilização pelo IBGE dos registros administrativos.

Referências

Periódicos

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1937.

BOLETIM DE SERVIÇO. Rio de Janeiro: IBGE, n. 926, 6 abr. 1970.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, jan. 1952.

DIÁRIO OFFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA BRAZILEIRA. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 21 nov. 1891.

Documentos Oficiais

BAHIA (Estado). **Ofício nº 91**, de 14 de fevereiro de 1957, dirigido ao agente Miguel Geraldo Farias Pires.

BARBOZA, F. Leão A.. A população do Rio de Janeiro. In: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil, em 31 de dezembro de 1890**. Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro) capital dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895. p. IX a XLIII.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1: Introdução: aspecto físico do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos. 548 p.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920. Sessão solene realizada no salão nobre do Ministério da Agricultura...** Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1921.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Sobre a divisão territorial do Brasil**: entrevistas concedidas à imprensa pelo embaixador José Macedo Soares e Dr. Teixeira de Freitas, respectivamente presidente e secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1938.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Serviços Comerciais. **Brasil:** recursos, possibilidades, desenvolvimento: estatísticas e diagramas. Rio de Janeiro: Fluminense, 1933.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Serviços Comerciais. **Brasil**: recursos, possibilidades, desenvolvimento, estatísticas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1935. 159 p.

_____. Ministério de Educação e Saúde. Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação. **Ofício de 15 de abril de 1935.** [Rio de Janeiro: s.n., 1935a]. Trata da comissão do Conselho Federal do Comércio Exterior, encarregada da unificação das estatísticas comerciais. Sugere a estruturação confederativa dos serviços de estatística, de educação, de assistência social e de fomento econômico.

_____. Resolução nº 45, de 15 de julho de 1937. In: _____. **Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). **Relatório final**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Atas da Convenção Nacional de Estatística**. [Rio de Janeiro: IBGE, 1936]. Não paginado. Manuscrito.

_____. **Atas de Assembléias Gerais, 1937-1938-1939**. [Rio de Janeiro: IBGE, 1939?] Manuscrito.

_____. **Atas de Assembléias Gerais, 1936-1937-1938**. [Rio de Janeiro: IBGE, 1938?a] Manuscrito.

EXPOSIÇÃO apresentada pelo Dr. M. A. Teixeira de Freitas, Secretário Geral do IBGE, ao Dr. Heitor Bracet, Presidente, em exercício, da entidade. In: CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Resoluções da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.** Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Tomo VIII, sétima sessão ordinária, 1946, nº 306 a 349. Anexo à Resolução nº 325, de 29 de julho de 1946, da Assembléia Geral, do Conselho Nacional de Estatística.

GALVÃO, Mário Belfort. Relatório sobre a aquisição dos computadores UNIVAC 1105 e USS-80 apresentado em Rio de Janeiro, 15 abril de 1970. In: IBGE. **Processo AC-375/71**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Subsídios para a reformulação do Sistema Estatístico Brasileiro. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). **Relatório final**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).

IBGE. **Problemas de base do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. 70 p.

_____. **Problemas de base do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 70 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Brasil). **Convenção Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1936. 33 p.

KERSTENETZKY, Isaac. Estatísticas industriais. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). **Relatório final**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).

KERSTENETZKY, Isaac; ANDRADE JÚNIOR, Ovídio. Seleção de estatísticas para fins de exame das possibilidades de atendimento por um esboço de estrutura de um Sistema Estatístico nacional. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). **Relatório final**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).

REIS, Maurício Rangel. Estatísticas censitárias. Relatório preliminar. In: COMISSÃO NACIONAL DE RECENSEAMENTO (Brasil). **Relatório final**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).

SANTOS, Genival de Almeida. Estatísticas financeiras (governo, autoridades monetárias e intermediários financeiros). In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). **Relatório final**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).

VIANA, Francisco José de Oliveira. O povo brasileiro e sua evolução. In: BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. v. 1: Introdução: aspecto físico do Brasil: geologia, flora e fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demográficos. p. 279-400.

Literatura

ALMEIDA, Pires de. Balanço da população da capital federal. **Jornal do Commercio,** Rio de Janeiro, 11 jun. 1901

ANDRADE, Carlos Drummond de. Servidor público nº 1. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1956. Imagens do Brasil, p. 6.

_____. Um cidadão. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 123, p. 273-274, jul./set. 1970.

ANIVERSÁRIO da instalação do IBGE e dia do estatístico. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 22, p. 291-309, abr./jun. 1945.

A APOSENTADORIA do Sr. M. A. Teixeira de Freitas**. Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 53, p. 84, jan./mar. 1953.

ARKIN, Herbert; COLTON, Raymond. **Gráficos**: construção e emprego. Rio de Janeiro: IBGE, 1946. 259 p. Tradução de Paulo Mesquita Lara, com o auxílio dos estatísticos-cartografistas [sic] Francelino Araújo Gomes e Raimundo Chaves Aguiar; todos do IBGE.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 1943. 536 p.

BASE legal do Recenseamento Geral de 1950. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 46, p. 164-183, abr./jun. 1951.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre: casa-grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil.** Um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 1999. p. 215-233.

O BATISMO Cultural de Goiânia. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 10, p. 379-382, abr./jun. 1942a.

_____. **Revista Brasileira de Estatística.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 11, p. 501-537, jul./set. 1942b.

_____. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 9, p. 222-227, jan./mar. 1942c.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: 1930-1983. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: Forense-Universitária, 1984. 4 v.

BEZERRA, Andrade. O papel do município entre os elementos formativos do espírito da nacionalidade. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 243-252, abr./jun. 1940.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. As estruturas do cotidiano. In: _____. **Civilização material, economia e capitalismo:** séculos XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e políticas. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 11-35.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

O BRASIL na guerra. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 11, p. 537-540, jul./set. 1942.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história: a incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2002. 447 p.

CABAGLIA, Alberto Raja. **Parecer SG/CJ, de 15 de junho de 1956**: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e sua conceituação. 24 p.

CÂMARA, Lourival. **Exame crítico da estatística brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 1951.

_____. Proclamação aos estatísticos brasileiros (8 de janeiro de 1952). **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1952.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Os números no País de Alice:** identidade nacional, pensamento racial e campo científico na estatística brasileira (1870-1914). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)-Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998. 311 p.

CARÁTER confidencial das informações (Recenseamento Geral de 1940). **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 189-190, jan./mar. 1940.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Análise de conteúdo**: método básico. Niterói, 2003. Trabalho inédito cedido pelo autor.

CARDOSO, Luciene Carris. O embaixador Macedo Soares e as instituições na Era Vargas: a Sociedade Brasileira de Geografia, o IHGB e o IBGE. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: Mídia, 2005. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Afrânio de. **Observações sobre a organização e execução do Recenseamento Geral do Brasil em 1940**: relatório da comissão censitária nacional do Recenseamento Geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. 367 p.

CARVALHO, Daniel de. A estatística brasileira e o regime federativo. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 44, p. 553-558, out./dez. 1950.

CARVALHO, Delgado de. A cultura brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 2, p. 258-264, abr./jun. 1944.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. **O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. 196 p.

_____. No furacão da história. **Nossa História**, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Vera Cruz, ano 1, n. 2, dez . 2003. Entrevista.

_____. [Introdução]. In: VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil:** populações rurais do centro-sul. Rio de Janeiro: nova Aguiar, 2000, p.897-917. Esta obra faz parte do v.1 da coleção: Intérpretes do Brasil.

CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de. **Pontos de estatística**. 16. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Científica, 1975. 261 p. A primeira edição terá saído antes de 1943, ou será mesmo anterior a 1939.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Ofício dirigido ao presidente Getulio Vargas. In: PARECER da Comissão criada pelo Decreto nº 30.399, de 16 de janeiro de 1952, para estudar o Sistema Estatístico Brasileiro e emitir parecer a respeito. Rio de Janeiro, 1952. 5 p. Mimeografado.

O CENSO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 1ºset. 1940.

CENSO 70: precioso manancial de informações fundamentais. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 123, p. 272-273, jul./set. 1970.

CÉSAR, Roberto Marcondes. **Resenha**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Matemática e Estatística, [2006?]. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~cesar/projects/lowtech/teoremadefermat/resenha.html>. Acesso em: 13 abr. 2006.

CLARK, Hildebrando. Minas Gerais e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, p. 348-353, abr./jun. 1943.

COELHO, Djalma Polli. **A questão do Conselho Nacional de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 1952. 44 p.

COM objetivos puramente estatísticos, será realizado hoje em todo o Brasil o quinto Recenseamento Geral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 1º set. 1940.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1., 1968, Rio de Janeiro. **Relatório geral**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968a.v. 1.

_____. **Boletim informativo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968b. v. 2.

_____. **Textos da Comissão A**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968c. v. 3.

_____. **Textos da Comissão B**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968d. v. 4.

_____. **Textos da Comissão C**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968e.v. 5.

_____. **Textos das Comissões D e E**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968f.v. 6.

CONSTITUCIONALIDADE do selo de estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 46, p. 262-268, abr./jun. 1951.

CONTROVÉRSIA técnica no IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, n. 50, p. 215-218, abr./jun. 1952.

CONVÊNIOS nacionais de estatística municipal. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística/IBGE, 1944. 139 p.

CORRÊA FILHO, Virgilio. O Instituto Histórico e José Carlos de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, v. 261, p. 80-105, out./dez. 1963b.

_____. José Carlos de Macedo Soares e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro: IHGB, v. 261, p. 33-73, out./dez. 1963a.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Manual do agente municipal de estatística**: instruções práticas, sugestões e conselhos. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 408 p.

COSTALLAT, Benjamim. O Censo. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, p. 5, 1ºset. 1940.

CRAPANZANO, Vincent. Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (Org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 443-456.

A CRISE do IBGE: razões dos demissionários. Rio de Janeiro, 1952a. v. 1.

A CRISE do IBGE: refutação ao folheto "A questão do Conselho Nacional de Estatística", de autoria do Presidente do Instituto, General Djalma Polli Coelho. Rio de Janeiro, 1952. v. 2.

CRISE na administração do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, n. 49, p. 76-77, jan./mar. 1952.

CUNHA, Ciro Vieira da. Esboço de plano de propaganda para o VI Recenseamento Geral do Brasil. In: ASPECTOS da propaganda censitária. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1951. (Documentos censitários. Série B, n. 3).

A DATA do Recenseamento Geral de 1950. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, n. 49, p. 26-37, jan./mar. 1952.

DÉCIMO-QUINTO aniversário do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 46, p. 250-262, abr./jun. 1951.

DIA do estatístico e do geógrafo. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, n. 110, p. 162-168, abr./jun. 1967.

DILEMA dos municípios. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2005. Editorial.

DOCUMENTAÇÃO fac-similar. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 27-42, jan./mar. 1968.

ESCOLA Brasileira de Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 374-378, out./dez. 1953.

_____. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 53, p.87-88, jan./mar. 1953a.

ESTATÍSTICA do custo da vida. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 40, p. 634-653, out./dez. 1949.

A ESTATÍSTICA na América – Instituto Interamericano de Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 25, p. 122-160, jan./mar. 1946.

ESTUDOS do laboratório de estatística, divulgados no período de 1º de janeiro de 1954 a 30 de setembro de 1957. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 71-72, p. 104-111, jul./dez. 1957.

ESTUDOS sobre a composição da população do Brasil segundo a cor. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. 153 p.

A EXATIDÃO dos censos depende de você. Seja exato em suas informações. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 18 ago. 1940.

O FALECIMENTO do Dr. M. A. Teixeira de Freitas. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, n. 65, p. 57-71, jan./mar. 1956.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 1. reimp. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 325 p.

FEDERICI, Nora. Necrológio. Giorgio Mortara (1885-1967). In: GIORGIO Mortara: publicação comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. p. 47-51.

FELIPPE, J. Carneiro. O Recenseamento Geral de 1940 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, p. 193-195, abr./jun. 1943.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Memórias.** [S.l.: s.n., 1965?]. Texto datilografado.

FLANZER, Henrique**. Diagnóstico do Sistema Estatístico Nacional**. Rio de Janeiro: [S.n.], 1966. 188 p.

FÖLDES, Béla. A estatística social. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 38, p. 237-243, abr./jun. 1949.

FOLEY, Robert. Antropologia. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 22-27.

FONSECA, Vinícius. **Campanha publicitária do Recenseamento Geral de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. (Documentos censitários, Série C, n. 18).

_____. Relatório geral sobre amostragem. Documento Amostragem, GEN / 1, abril de 1958. In: AMOSTRAGEM aplicada ao Censo de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

FOUCAULT, Michel. La 'governamentalité'. In: _____. **Dits et écrits**: 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994a. v. 3: 1976-1979. (Bibliothèque des sciences humaines).

FREIRE, Francisco Romero Feitosa. **Pró-censo**: algumas notas sobre os recursos para o processamento de dados nos recenseamentos do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 53 p. (Série Memória Institucional).

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Carta a Vargas em 5 de janeiro de 1952**. Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1952a. Foi inserida na Ata da 91ª sessão da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, em 11 de janeiro de 1952.

_____. O Conselho Nacional de Estatística e suas atividades em 1946. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 27, p. 519-528, jul. / set., 1946.

_____. O Conselho Nacional de Estatística no batismo cultural de Goiânia. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 11, p. 451-460, jul. / set., 1942.

_____. **Em defesa das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro, fev.:[s.n.],1952. 65 p.

_____. Discurso proferido no ato de instalação do Instituto [Nacional de Estatística], em 29 de maio de 1936. In: _____. **Teixeira de Freitas:** pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 101-110.

_____. A educação rural. **Revista Nacional de Educação**, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 2, p. 54-79, 1934.

_____. A estatística e a organização nacional. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 5, p. 90-105, jan. / mar. 1941b.

_____. A estatística e a reforma social. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 44, p. 527-552, out. / dez. 1950.

_____. A estatística e o equilíbrio econômico-social**. Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 17, p. 107-116, jan. / mar. 1944.

_____. As estatísticas e a organização nacional. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 5, p. 90-105, jan. / mar. 1941.

_____. O exército e a educação nacional. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 32, p. 920-937, out. / dez. 1947.

_____. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 100-103, jan. / mar. 1940a.

_____. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os governos regionais. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 270-276, abr. / jun. 1940b.

_____. À memória de Renato Americano. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 379-384, out. / dez. 1953.

_____. O problema do município no Brasil atual. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 16, p. 699-714, out. / dez. 1943a.

_____. Problemas de organização nacional**. Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 6, p. 277-282, abr. / jun. 1941a.

_____. **O que dizem os números sobre o ensino primário**. São Paulo: Melhoramentos, 1937. 175 p.

_____. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 29, p. 109-124, jan./mar. 1947a.

_____. Os serviços de estatística do Estado de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 13, p. 107-130, jan./mar. 1943.

_____. **Teixeira de Freitas**: pensamento e ação. Rio de Janeiro: IBGE, 1990a. (Documentos para Disseminação).

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de; LARA, João de Mesquita. Estatísticas necessárias ao estudo e orientação da economia brasileira. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 21, p. 29-34, jan./mar. 1945.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. In: INTÉRPRETES do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 2, p. 203-727.

FRIAS, Roque Garcia. Os censos de 1950 e a aplicação da amostragem. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE: v. 11, n. 43, p. 379-390, jul./set. 1950.

FUNDAÇÃO IBGE: Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, n. 112, p. 358-361, out./dez. 1967.

GIORGIO Mortara, professor Honoris Causa da Universidade do Brasil**. Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 54, p. 197-200, abr./jun. 1953.

GOVERNO Getulio Vargas (1930-37). Rio de Janeiro: SINDEGTUR, [2004]. Disponível em: <http://www.sindegtur.org.br/2004/rjxx.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2005.

GRIMBERG, José. A propósito da proclamação aos estatísticos brasileiros. **Boletim de Serviço**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 180, p. 4-5, 17 maio 1952.

HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University, 1995. 264 p.

HANSEN. Morris H. Obrigações de um órgão estatístico. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, n. 50, p. 107-112, abr./jun. 1952.

HOMENAGEM à memória de M. A. Teixeira de Freitas. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, , v. 18, n. 69/70, p. 65-67, jan./jun. 1957.

HOMENAGEM ao embaixador José Carlos de Macedo Soares pela Sociedade Brasileira de Geografia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, v. 212, p. 138-155, jul./set. 1951.

HOMENAGEM a Tulo Ostílio Montenegro. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, n. 118. p. 180, abr./jun. 1969.

HORTA, Affonso Celso Parreiras. Apontamentos de metodologia estatística. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 37, p. 49-71, jan./mar. 1949.

O IBGE em face da nova constituição. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 730-731, abr./set. 1947.

O IBGE em 1965. Rio de Janeiro: IBGE, [1966?].

A IGREJA católica e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 599-600, jul./set. 1940.

INAUGURADA solenemente a 6ª inspetoria censitária. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 20 ago. 1940.

INFORMAÇÕES censitárias para o público. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 1º set. 1940.

INICIADA a distribuição dos questionários do Censo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jun. 1950. 2ª Seção, p. 1.

INSTALADA a Escola Brasileira de Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 54, p. 195-197, abr./jun. 1953.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 46, p. 243-250, abr./jun. 1951.

INSTITUTO Interamericano de Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 25, p. 122-160, jan./mar. 1946.

ITARARÉ, Barão de. As dificuldades do censo ou o senso das dificuldades. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 ago. 1940. Amanhã tem mais. 2ª sessão, p. 1.

JABINE, Thomas B. Amostragem no Censo Agrícola. Resumo das Propostas. Documento CA 3, janeiro de 1958. In: AMOSTRAGEM aplicada ao Censo de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

_____. Programa do Recenseamento Geral de 1960. Aplicação da amostragem à coleta do Censo Demográfico. Documento nº 6, maio de 1960. In: AMOSTRAGEM aplicada ao Censo de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1969a.

KAFURI, Jorge F. A cooperação da Estatística com a Economia. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 23, p. 393-410, jul./set. 1945.

KAMEL, Ali. Raças não existem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 maio 2005.

KERSTENETZKY, Isaac. Estatística para o planejamento. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 123, p. 274-275, jul./set. 1970.

_____. Estatísticas, teoria social, e planejamento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Associacao Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 6, n. 17, p. 15-27, out. 1991.

_____. A palavra do presidente. **Boletim de Serviço**, Rio de Janeiro: IBGE, ano XXI, 26 jun. 1973. Edição especial. Discurso proferido em 29.de maio de 1973, no Clube da Aeronáutica.

_____. “Quo vadis” sistema estatístico?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 7, n. 2, p. 184-190, 1990.

LARA, Paulo Mesquita. Os convênios nacionais de estatística municipal. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 521-524, abr./set. 1947.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus: Ed. da Unicamp, 1986. 220 p.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-183.

LIMA, Raul. Uma experiência de propaganda oficial. In: ASPECTOS da propaganda censitária. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1951. (Documentos censitários. Série B, n. 3).

LOPES, Valdecir Freire. Apuração mecânica. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 64, p. 351-356, out./dez. 1955.

_____. Fatores que afetam o desenvolvimento estatístico. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, n. 109, p. 27-31, jan./mar. 1967.

_____. Programa de desenvolvimento de pessoal da Fundação IBGE**. Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 122, p. 142-148, abr./jun. 1970.

LOPES, Waldemar. **O Conselho Nacional de Estatística em 1951**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. 35 p.

_____. O primeiro presidente do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 5-10, jan./mar. 1968.

LOPES, Waldemar (Org.). **Um grande brasileiro – idealismo e ação, devotamento e espírito público, pertinácia e trabalho**: M. A. Teixeira de Freitas. Recife: Livros de Amigos, 1999.

LUSTOSA, Isabel. **As trapaças da sorte**: ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004. 314 p. (Humanitas pocket, 14).

M. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 30 ago. 1940. Rádio, p. 5.

M. A. Teixeira de Freitas na Sociedade Brasileira de Geografia. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 54, p. 204-207, abr./jun. 1953.

MADEIRA, João Lira. Subsídios de demografia pura para orientação da política demográfica. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 9, jan./mar. 1942.

MADOW, William G. Por que usamos amostras. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 27, p. 489-502, jul./set. 1946.

_____. **Teoria dos levantamentos por amostragem**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística/IBGE, 1951. 256 p. Curso proferido na Universidade de São Paulo, na qualidade de professor visitante, em 1946/47. A origem do livro são as notas feitas por Vasco Pinto de Magalhães, do Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Tais notas foram revistas por Alexander de Moraes. Houve ainda ações de Jessé Montello e de Lourival Câmara na versão final.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos. **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 379 p.

MELLO, Cunha. Contratos com os súditos do Eixo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1942.

À MEMÓRIA de Renato Americano. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 56, p. 379-384, out./dez. 1953.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 327-350.

_____. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000a. p. 316-326.

MILLS, Frederick Cecil. **Métodos estatísticos**. Aplicados à economia e aos negócios. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 687 p. Tradução de H. E. Alvim Pessoa, em maio de 1951 da edição de 1938; a edição príncipe é de 1924.

MIRANDA NETTO, Antônio Garcia de. Giorgio Mortara (1885-1967). In: GIORGIO Mortara: publicação comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. p. 53-56.

MONTEIRO, Clovis. As atividades multiformes do embaixador José Carlos de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, v. 211, p. 98-104, abr./jun. 1951.

MONTENEGRO, Tulo Hostílio. **Observações e sugestões para a reformulação do Sistema Estatístico Brasileiro e a reorientação das suas atividades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 67 p.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da Fundação IBGE**. Rio de Janeiro, 1970. 41 p. Mimeografado.

MORAIS, O. Alexander de. Doutrina da organização estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 12, p. 597-602, out./dez. 1942.

_____. O Recenseamento de 1940 do ponto de vista da técnica censitária. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 17, p. 257-278, abr./jun. 1943.

MOREIRA, Earle Diniz Macarthy; BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (Org.). **O arquivo de José Carlos de Macedo Soares**: correspondência ativa e passiva selecionada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 123 p.

MORTARA, Giorgio. Os aspectos internacionais do recenseamento. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 421-431, jul./set. 1940.

_____. Autobiografia. In: GIORGIO Mortara: publicação comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. p. 9-23.

_____. A composição da população do Distrito Federal por grupos de cor, segundo o censo de 1º - VII – 1950. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, n. 49, p. 44-51, jan./mar. 1952.

_____. **Curso elementar de estatística aplicada à administração**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. 691 p. v. l.

_____. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 229-242, abr./jun. 1940a.

_____. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 3, p. 443-472, jul./set. 1940b.

_____. Lembranças de Carneiro Felippe. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 45, p. 53-60, jan./mar. 1951.

_____. Pesquisas sobre populações americanas. In: ESTUDOS brasileiros de demografia. Rio de Janeiro: FGV. 1947. v. 1.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 39-66.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: EDUC, n. 10, dez. 1993.

NOVO diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 53, p. 85, jan./mar. 1953.

NOVO presidente do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, n. 66, p. 157-160, abr./jun. 1956a.

_____. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 3, p. 372-374, jul./set. 1952.

_____. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 2, p. 279-281, abr./jun. 1956.

_____. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85-86. p. 181-182, jan./jun. 1961.

_____. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, n. 4, p. 497-504, out./dez. 1963.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas". In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-125.

NUNES, Edson de Oliveira. **A divisão do trabalho e a rotina da pesquisa**. 1976. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1977.

NUNES, Mário Ritter. As campanhas estatísticas do IBGE**. Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 493-520, abr./set. 1947.

OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de; PORCARO, Maria Rosa; ARAÚJO, Tereza Cristina. Raça e classe no pensamento social brasileiro. In: _____. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. p. 13-23.

PARA a propaganda do recenseamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 28 ago. 1940.

PARECER da Comissão criada pelo Decreto nº 30.399, de 16 de janeiro de 1952, para estudar o Sistema Estatístico Brasileiro e emitir parecer a respeito. Rio de Janeiro, 1952. 107 p. Mimeografado.

PENGLAOU, Charles. O campo de aplicação do método estatístico**. Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 37, p. 72-86, jan./mar. 1949a.

_____. Os desdenhadores da estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 10, n. 40, p. 603-612, out./dez. 1949b.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

PESSOA, H. E. Alvim. A compreensão e a profundidade dos inquéritos censitários. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 15, p. 445-458, jul./set. 1943.

_____. A cooperação disciplinada e os recentes progressos da estatística no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, p. 86-99, jan./mar. 1940.

POSIÇÃO da inteligência no Recenseamento de 1940. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1940. Seção 3, p. 17.

POSSE do novo presidente do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, n. 109, p. 62-64, jan./mar. 1967.

POSSE do novo presidente da Fundação IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 121, p. 60-74, jan./mar. 1970.

POSSE do novo secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, n. 52. p. 467, 1952.

NA PRESIDÊNCIA do IBGE o Sr. José J. de Sá Freire Alvim. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 87-88, p. 289, jul./dez. 1961.

NA PRESIDÊNCIA do IBGE, o Embaixador Macedo Soares. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 16, n. 64, p.387-392, out./dez. 1955.

PROPAGANDA do Recenseamento de 1940. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 9, 18 ago. 1940.

PROPOSTO o nome do Sr. M. A. Teixeira de Freitas para o 'livro do mérito'. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 4, p. 667-668, out./dez. 1943.

PUBLICAÇÕES do laboratório de estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, n. 57, p. 48-52, jan./mar. 1954.

QUAL É a população exata do nosso país? O recenseamento vai responder a esta pergunta. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 17 ago. 1940.

O QUESITO cor no Censo de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 25 p. Mimeografado.

No 5º aniversário do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 74-87 , jan./mar. 1968.

O RECENSEAMENTO de 1940. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 24 ago. 1940f.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 5, 30 ago. 1940d.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 5, 29 ago. 1940e.

O RECENSEAMENTO de 1950. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 26-27 jun. 1950a.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 4, 29 jun. 1950b.

_____. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 3, 30 jun. 1950c.

O RECENSEAMENTO e a verdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 30 ago. 1940b.

O RECENSEAMENTO e os benefícios que dele resultarão para o país. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 31 ago. 1940a.

O RECENSEAMENTO em marcha. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 ago. 1940c.

RECENSEAMENTO Geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. 220 p. v. 2: Censo demográfico: população e habitação.

RECENSEAMENTO Geral de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. 366 p. v. 1: Censo demográfico.

RECOMENDAÇÕES básicas sobre amostragem. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 12, n. 45, p. 85-90, jan./mar. 1951.

REGUEIRA, Aparecida Tereza Rodrigues. **As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil:** contribuição para o estudo das desigualdades raciais na educação. 2004. 239 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 279 p.

REIS, Maurício Rangel. O Censo Agrícola de 1970. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1., 1968, Rio de Janeiro. **Textos da Comissão C**. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

RELATÓRIO das atividades da Sociedade durante o ano de 1945. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geografia, n. 52-53, p. 137, 1945-1946.

RETRATO fiel. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 123, p. 276, jul./set. 1970.

REUNIÕES internacionais de estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v.16, n. 62, p. 125-143, abr./jun. 1955.

RIBEIRO, Adalberto Mário. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, n. 19, p. 387-413, jul./set. 1944.

RICE, Stuart A.. A Comissão de Estatística das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 29, p. 3-10, jan./mar. 1947.

RODRIGUES, Milton da Silva. A formação do Estatístico. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 26, p. 245-254, abr./jun. 1946.

_____. Breve notícia sobre o ensino da estatística no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 249-254, abr./set. 1947.

_____. **Vocabulário brasileiro de estatística**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística/IBGE, 1956. 304 p. Seguido de um vocabulário inglês/português.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. **Pátria de questionário**: o clamor dos tipos quando o Brasil fez 100 anos. 2004. 210 p. Dissertação (Mestrado)-Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 288 p.

SCHWARTZMAN, Simon. As estatísticas públicas e a medição da pobreza. In: _____. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2004a. p. 69-99.

_____. Raça e etnia. In: _____. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2004b. p. 101-117.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000. 405 p.

II CONFERÊNCIA Nacional de Estatística e II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, n. 132, p. 681-696, out./dez. 1972. Contém os discursos de Isaac Kerstenetzky e de Reis Velloso, bem assim, as recomendações referidas à estatística.

2ª investidura como presidente do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 44-45, jan./mar. 1968.

SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1., 1958, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico], 1959a. 876 p.

SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1., 1958, Rio de Janeiro. **Recomendações finais.** Rio de Janeiro: Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico, 1959b. 24 p.

O SENTIDO da obra do Recenseamento Geral do País. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1940. Gazetilha. p. 3.

SESSÃO de assembléia geral dos conselhos dirigentes do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 7, p. 731-750, jul./set. 1941.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. 424 p.

SEXTO Recenseamento Geral do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 725-729, abr./set. 1947.

SILVA, Benedicto. Sábio, justo e bom. In: GIORGIO Mortara: publicação comemorativa do centenário de nascimento. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. p. 57-69.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. O embaixador José Carlos de Macedo Soares: o homem e a obra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, v. 346, p. 175-190, jan./mar. 1985a.

SILVA, Emil. Coleta estatística municipal. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 30/31, p. 525-536, abr./set. 1947.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 332 p.

SOARES, José Augusto de Macedo. José Carlos de Macedo Soares. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 11-12, jan./mar. 1968.

SOARES, José Carlos de Macedo. **A borracha**. Paris: L. Chauny et L. Quinsac, 1927b. 168 p.

_____. **O Brasil e a sociedade das nações**. Paris: A. Pedone, 1927a. 348 p.

_____. Diretrizes fundamentais da estrutura e atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 195-198, abr./jun. 1940.

_____. Estatística, geografia, recenseamento. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE: v. 6, n. 23, p. 349-362, jul./set. 1945.

_____. **Fronteiras do Brasil no regime colonial**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939. 235 p.

_____. **Justiça**: a revolta militar em São Paulo. Paris: Paul Dupont, 1925. 520 p.

_____. A obra de prospecção nacional do Instituto Nacional de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 14, p. 179-192, abr./jun. 1943.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 304 p.

SOCIEDADE Brasileira de Estatística. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 4, p. 832-836, out./dez. 1940.

SOUZA, Candice Vidal e. Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para o oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). **Goiânia:** cidade pensada. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 71-102.

TORRES, Alberto. Organização nacional, estatística e educação. **Revista Brasileira de Estatística,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 8, p. 885-900, out./dez. 1941.

VALENTINO SOBRINHO, Raphael. **Prefácio**. Rio de Janeiro, [1989?]. 15 p. Mimeografado. Texto elaborado para uma segunda edição, não concretizada, da obra Fronteiras do Brasil no regime colonial, do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, sob iniciativa do IBGE.

VALVERDE, Orlando. Improvisações em torno de Teixeira de Freitas. In: ENCONTRO comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VAMOS conhecer-nos!. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, p. 4, 21 ago. 1940.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. 2 v. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto.

O VERDADEIRO sentido do censo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 31 ago. 1940.

VIANA, Francisco José de Oliveira. Populações meridionais do Brasil: populações rurais do Centro-Sul. In: INTÉRPRETES do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 1, p. 919-1188.

VIANA, João Segadas. Divisão territorial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 372-406, jul./set. 1940.

29º aniversário do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, n. 101/102, p. 41-47, jan./jun. 1965.

25º aniversário do IBGE. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85/86, p. 170-176, jan./jun. 1961.

VULTOS da estatística brasileira: embaixador José Carlos de Macedo Soares. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 113, p. 13-14, jan./mar. 1968.

YULE, G. Udny; KENDALL, M. G. **Introdução à teoria da estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. 681 p. Tradução da 13. ed. inglesa, por Evandro de Oliveira Silva, do qua-

dro técnico do Exército; revisão e prefácio de Octávio Martins, técnico de educação do Departamento Nacional de Educação.

ZUBAIDA, Sami. Racismo. In: BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 643-645.

Anexo
lista de imagens

Introdução ao volume



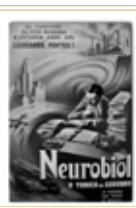
Vargas fardado com simpatizantes da revolução de 1930.
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 327.
pág. 51



Vargas discursando, anunciando pelo Rádio a Constituição de 1937, com Dutra ao fundo.
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 334.
pág. 53



Banquete de posse do governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, no Teatro Santa Isabel. Recife, em 15 de abril de 1935.
Arquivo Pedro Ernesto Batista, FGV / CPDOC.
pág. 54



Anúncio de Neurobiol, [s.d.].
Coleção Plinio Doyle, Fundação Casa de Rui Barbosa.
Revista Careta, Rio de Janeiro, 17 abr. 1937.
pág. 55



Mapa do Brasil, [s.d.].
Mapoteca do Itamaraty.
pág. 59



Waldemar Lopes e Arthur Ferreira da Silva , [s.d.]
Acervo de Waldemar Lopes.
pág. 62

Capitulo 1



Gaúchos amarrando os cavalos no obelisco, [s.d.].
In: Bueno, Eduardo. Brasil: uma história. Rio de Janeiro: Ática, 2003. p. 318.
pág. 69



Macedo Soares (em pé), entre Getulio Vargas e Franklin Delano Roosevelt, 1936.
Gvfoto035. Fundação Getúlio Vargas / CPDOC.
pág. 70



Francisco Campos , [s.d.].
pág. 71



Vargas, Oswaldo Aranha e Juarez Távora. (Charge).
Revista Careta, Rio de Janeiro, 29 nov. 1930.
pág. 73



Imagem com início e fim da carta de Teixeira a Juarez, com data de 19 de setembro de 1933.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 74



Anteprojeto do Instituto Nacional de Estatística, elaborado por Teixeira de Freitas, em 1933, quando secretariava a Comissão Interministerial, presidida por Léo de Affonseca, incumbida de estudar a reorganização do aparelhamento da estatística do Brasil.
In: GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. IBGE: Um retrato histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
pág. 75



Teixeira de Freitas, [s.d.].
pág. 77



Deputado Daniel de Carvalho, [s.d.].
Acervo da Família Carvalho.
pág. 79



Exposição de mapas municipais, Alvim Pessoa (na primeira fila), com as mãos para trás, ao lado de Cristovam Leite de Castro (de terno branco), Manoel Timóteo da Costa (atrás de Cristovam), Lauro Sodré Viveiros de Castro (o mais alto da primeira fila), em 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 81



Visita dos diretores do IBGE a Vargas, por ocasião do segundo aniversário do IBGE, em 1938, aparecendo Teixeira, Cristovam, Vargas, Artur Americano.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 82

Capítulo 2



Zeppelin sobre o Rio, com Pão de Açúcar ao fundo, 1936.
Revista da Semana, Rio de Janeiro, nov. 1930.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 93



Imagem da “certidão de nascimento” do IBGE, o Termo de Instalação.
pág. 94



Discurso de posse de Macedo Soares diante de Vargas.
Acervo da Fundação Cara de Rui Barbosa.
Revista Fon-Fon, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1936.
pág. 95



Capa da Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE.
Coleção Ibegeana.
pág. 98



Macedo Soares (entre Heitor Bracet e Leo de Affonseca) levando encadernações com trabalhos do IBGE para o presidente Getúlio Vargas.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 102



Presidente do Diretório Regional do CNG de São Paulo cumprimentando Getúlio Vargas, em 29 de maio de 1938.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 103



Capa da Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE.
Coleção Ibegeana.
pág. 104



Secretaria-Geral do IBGE, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 105



Na gráfica do IBGE, Artur Americano recebe a visita de Macedo Soares e Getúlio Vargas, [s.d.].
pág. 107

Capítulo 3



Centro do Rio de Janeiro, no final da década de 1930, antes da abertura da Avenida Presidente Vargas a partir da Igreja da Candelária (que aparece no canto esquerdo, junto ao mar).
Foto: Malta. In: EICHNER, Erich. Cidade e arredores do Rio de Janeiro, a jóia do Brasil.[Rio de Janeiro]: Kosmos, [1945?]. p. 134.
pág. 121



Palácio do Itamaraty , [s.d.].
Acervo do Itamaraty.
pág. 124



Heitor Bracet, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 125



Comandante Manuel Ribeiro Espíndola, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 125



Alberto Diniz, [s.d.].
pág. 125



Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, [s.d.].
pág. 126



Israel Pinheiro, [s.d.].
Arquivo Público do Distrito Federal.
pág. 126



Fidelis Sigmaringa Seixa, [s.d.].
Acervo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
pág. 126



Raul Pilla, [s.d.].
pág. 127



Celso Mariz, [s.d.].
Acervo da Academia Paraibana de Letras.
pág. 127



Agenor Monte, [s.d.].
pág. 127



José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, [s.d.].
Acervo Academia Nacional de Medicina.
pág. 128



Carlos Fernando Monteiro Lindenberg , [s.d.].
A Gazeta, Rio de Janeiro, [s.d.].
pág. 129



Luiz Piza Sobrinho, [s.d.].
Acervo da Sociedade Rural Brasileira .
Disponível em: <http:/ /www.srb.org.br>. Acesso em: [2007].
pág. 130



Cerimônia de encerramento da Convenção de Estatística, presidida por Getúlio Vargas, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 131



Participantes da Convenção de Estatística na escadaria do Itamaraty, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 132

Capítulo 4



Sala de Leitura do Palácio do Itamaraty, [s.d.].
Acervo do Palácio do Itamaraty.
pág. 144



Membros da I Assembléia do Conselho Nacional de Estatística, 1936.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 162



Padre Leonel Franca, [s.d.].
Acervo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
pág. 163



Edifício A Noite, na Praça Mauá, [s.d.].
In: O porto do Rio: 1608 a 2002: um passeio no tempo.
Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002.
pág. 165



Membros do CNG e CNE, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 167



Na III Assembléia do CNE: João Lyra Madeira, Benedicto Silva, Leo de Affonseca, Macedo Soares, Carneiro Felippe, Lourenço Filho e Teixeira de Freitas, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 168



Membros dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística em almoço no Jóquei Club, 1938.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 170



O eminente intelectual potiguar Luis da Câmara Cascudo, na foto, presente na Delegacia Regional do Recenseamento, em Natal – RN, em 1o de setembro de 1940, por ocasião do início dos trabalhos do Censo de 1940.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 171



Folha de rosto do Anuário Estatístico do Brasil.
O primeiro feito no IBGE.
Coleção Ibegeana.
pág. 173

Capítulo 5



Placa de uma agência municipal.
Foto: Marco Santos.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 179



Mobiliário de uma agência municipal de Estatística: mesa e armários, [s.d.].
Foto: Marco Santos.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 181



Mobiliário de uma agência municipal de estatística: cabide e pasta, [s.d.].
Foto: Marco Santos.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 182



Mapa do Brasil com regiões.
Acervo da Mapoteca do Itamaraty.
pág. 185



Selo de estatística, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 193



O tráfego, 1974.
José Rodrigues de Miranda.
Óleo sobre eucatex 4x - 49,7 x 69,7 cm.
Acervo do Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil.
pág. 197

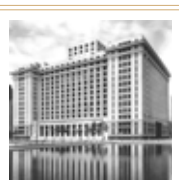
Capítulo 6



Mario Ritter Nunnes, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 210



Ministério da Educação, onde Teixeira de Freitas chefiava a Diretoria de Estatística.
Foto: Kikoler.
In: EICHNER, Erich. Cidade e arredores do Rio de Janeiro, a jóia do Brasil.[Rio de Janeiro]: Kosmos, [1945?]. p. 62.
pág. 211



Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro.
Foto: Rosenfeld.
In: EICHNER, Erich. Cidade e arredores do Rio de Janeiro, a jóia do Brasil.[Rio de Janeiro]: Kosmos, [1945?]. p. 82.
pág. 213



Um recanto do Rio de Janeiro ao tempo do Recenseamento de 1940.
Foto: P. Heymann.
In: EICHNER, Erich. Cidade e arredores do Rio de Janeiro, a jóia do Brasil.[Rio de Janeiro]: Kosmos, [1945?]. p. 144.
pág. 233



Fábrica de laticínios, em Blumenau, SC.
Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 1, p. 193, jan./mar. 1949.
Coleção Ibegeana.
pág. 224



Mulheres no corte da cana.
Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 3, p. 366, jul. 1940.
Coleção Ibegeana.
pág. 227



Seringueiro da Amazônia.
Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. .2, p. 285, abr./jun. 1942.
Coleção Ibegeana.
pág. 229

Capítulo 7



Sala onde ficava o Gabinete Técnico, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 247



Folha de rosto de Curso elementar de estatística aplicada, de Giorgio Mortara. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
Coleção Ibegeana.
pág. 249



Vocabulário brasileiro de estatística.
Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
Coleção Ibegeana.
pág. 250



Folha de rosto de ARKIN, Herbert e COLTON, Raymond R. Gráficos: construção e emprego.
Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
Coleção Ibegeana.
pág. 251

Capítulo 8



Sede do Serviço Nacional de Recenseamento, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 258



Posse da Comissão Censitária Nacional, no Ministério da Justiça.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 261



Gabinete do diretor do SNR, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 263



Caixas com material do Recenseamento Geral de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 264



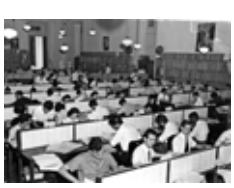
Preparação de empacotamento dos lotes de formulários do Censo de 1940 para remessa aos estados.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 265



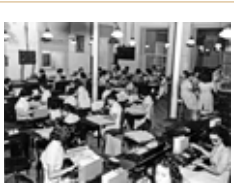
Reunião da Comissão Censitária Nacional, em 1940.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 267



Membros da Junta Executiva Central do CNG reunida com inspetores dos estados, tratando do Censo de 1950.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 276



Setor de codificação do Censo Demográfico, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 281



Setor de perfuração de cartões na apuração do Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 283



Partida do material censitário para Goiás, 31 de maio de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 285

Capítulo 9



Propaganda do Censo de 1940 fincada no Obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 295



Exposição de cartazes infantis sobre o Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 297



Carro de bombeiros liderando comitiva de automóveis que saíam pelas ruas tocando sirenes, buzinas, difundindo o Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 299



Cartaz do Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 300



Cartaz do Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 301



Cartaz do Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 302



Cartaz do Censo de 1940.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 303



Jeep da prefeitura municipal de Recife, com funcionário colocando placas nos domicílios e divulgando o Censo de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 311



Cartazes do Censo de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 313



Cartazes do Censo de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 315



Cartazes do Censo de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 317



Cartazes do Censo de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 319



Bandeira do Brasil
Foto: Marco Santos.
pág. 323



Cartaz do Censo Demográfico de 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 329



Gibi, [s.d.].
Feito para o Censo de 1970.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
Pág.
pág. 329

Capítulo 10



Brancos, negros, caboclos e índios (costumes da Bahia).
In: RUGENDAS, J. M. Viagem pitoresca através do Brasil.
São Paulo: Martins, [1940?].
pág. 333



Brancos, negros e pardos
(vista tomada em frente da Igreja de São Bento).
RUGENDAS, J. M. Viagem pitoresca através do Brasil.
São Paulo: Martins, [1940?].
pág. 335



Brancos e negros (família de fazendeiros).
RUGENDAS, J. M. Viagem pitoresca através do Brasil.
São Paulo: Martins, [1940?].
pág. 336



Negros Moçambiques, [s.d.].
pág. 337



Francisco José de Oliveira Viana , [s.d.].
Acervo da Academia Brasileira de Letras.
pág. 345



Gilberto Freyre, [s.d.].
Acervo da Fundação Gilberto Freyre.
pág. 351



Fernando Azevedo, [s.d.].
Acervo da Academia Brasileira de Letras.
pág. 355



Capoeiras, [s.d.].
In: Brasil 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro:
IBGE, 2000. p. 89.
pág. 356



Folha de rosto de AZEVEDO, Fernando de.
A cultura brasileira.
Rio de Janeiro: IBGE, 1943. 536 p.
pág. 357



O cassaco (trabalhador temporário nordestino).
Barbosa Leite.
In: Tipos e aspectos do Brasil. Revista Brasileira de Geografia.
Rio de Janeiro: IBGE.
pág. 361



Preparo da madeira, [s.d.].
In: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. p. 95.
pág. 363



Carregadores na rodoviária de Belo Horizonte, MG, 1973.
Acervo Museu Histórico Abílio Barreto – MG
pág. 364

Capítulo 11



Imagem ufanista copiada de propaganda nazista da cartilha:
“A juventude, no Estado Novo”.
Arquivo Paulo Fernanado Kasseb.
pág. 373



Gustavo Capanema ao microfone, com Carlos Drummond de Andrade ao lado, [s.d.].
Arquivo Gustavo Capanema – FGV / CPDOC.
pág. 376



Folha de rosto de Problemas de base do Brasil.
1ª edição, em 1945, e 5ª edição, em 1958.
Coleção Ibegeana.
pág. 379



Teixeira de Freitas, rezando, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 380



Novo Mapa do Brasil, conforme proposta de Teixeira de Freitas.
In: FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. O reajustamento territorial do quadro político do Brasil. Separata da Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, ano VIII, n. 29, 1948.
pág. 389



Classe Decroly na Escola Pedro II. Belo Horizonte, [s.d.].
Arquivo Lourenço Filho, FGV / CPDOC.
pág. 393



Projeção de filmes em escola pública de São Paulo, 1931.
Arquivo Lourenço Filho, FGV, CPDOC.
pág. 394



Capa do caderno Avante, 1940.
pág. 396



Escola Profissional de Menores Pobres. Cachoeira, BA, em 20 de novembro de 1936.
Arquivo Juraci Magalhães, FGV/CPDOC.
pág. 398



Instituto de Educação, Rio de Janeiro, entre 1932 e 1945.
Arquivo Lourenço Filho, FGV/CPDOC.
pág. 405

Capítulo 12



Djalma Polli Coelho, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 415



O ministro da Justiça Francisco Negrão de Lima assina o termo de posse de Polli Coelho como novo presidente do IBGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE .
pág. 415



Teixeira de Freitas, Rubens Porto, Polli Coelho e João Carlos Vidal, (na posse de Polli Coelho).
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 419



Almoço de confraternização nas dependências do Serviço Gráfico, em Parada de Lucas, RJ, comemorativo da posse de Polli Coelho. Na foto, aparece ainda Waldemar Lopes, secretário-geral (segundo, da direita para a esquerda).
Acervo da Memória Institucional do IBGE .
pág. 420



Lourival Câmara, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 424



Waldemar Lopes discursa no auditório da sede do IBGE, por conta da crise Polli Coelho, em 31 de janeiro de 1951.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 429

Capítulo 13



"Quero passar o resto da minha vida na cadeia se o IBGE não merecer crédito, disse Teixeira de Freitas."
Diário da Noite, Rio de Janeiro, p. 1, 7 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 439



"Teixeira de Freitas pulverizou Polly Coelho."
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, p. 1, 12 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 440



"Insiste o general: O IBGE tem fracassado sempre, quando é chamado a colaborar."
O Jornal, Rio de Janeiro, p. 1, 12 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 441



"Enquanto prossegue a crise no IBGE, o Gal. Polli Coelho recebe a visita do senhor Ademar de Barros [...]".
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 442



"Quem pode entender o general? Polli Coelho, ontem: - Estou convencido de que o IBGE é o órgão exponencial de nossa vida administrativa. Hoje: - O IBGE é órgão dispendioso e ineficiente para o país."
Diário da Noite, Rio de Janeiro, 15 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 443



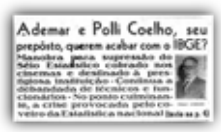
"Pretendem eles fazer dos serviços do IBGE um tabu" – Desabafo: "Movimento combinado, há muito preparado" – Eles tinham outros candidatos e ficaram contrariados com a minha nomeação."
O Jornal, Rio de Janeiro, p. 8, 4 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 445



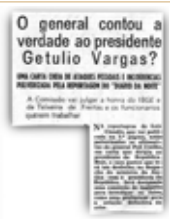
"O Novo Censo" (charge).
Augusto Rodrigues.
Última Hora, Rio de Janeiro, p. 1, 7 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 447



"Revolução branca da estatística - 60 técnicos do IBGE já pediram demissão – Teixeira de Freitas avista-se hoje com Vargas – Solidários com os demissionários os representantes de todos os ministérios – Pedida uma sindicância no Instituto."
Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, p. 1, 5 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 448



"Ademar e Polli Coelho, seu preposto, querem acabar com o IBGE? – Manobra para supressão do Selo Estatístico cobrado nos cinemas e destinado à prestigiosa instituição – Continua a debandada de técnicos e funcionários – No ponto culminante, a crise provocada pelo coveiro da Estatística Nacional."
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, p. 1, 9 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 449



"O general contou a verdade ao presidente Vargas? Uma carta cheia de ataques pessoais e incoerências pulverizada pela reportagem do 'Diário da Noite'."
Diário da Noite, Rio de Janeiro, p. 1, 14 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 451



"Poli Coelho vaiado e acusado de mentiroso."
Diário Carioca, Rio de Janeiro, p. 1, 10 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 453

Capítulo 14



"Cabeleireiro especializado" (charge), [s.d.].
Carlos Estevão.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág.



"Vargas atendeu ao apelo de Teixeira de Freitas."
Última Hora, Rio de Janeiro, p. 1, 12 jan. 1952.
Acervo Memória Institucional do IBGE.
pág. 459



"O General Poli Coelho convidado a demitir-se do IBGE."
Última Hora, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 460



Themistocles Brandão Cavalcanti, [s.d.].
Acervo do Supremo Tribunal Federal.
pág. 460



"A Saída" (charge).
Augusto Rodrigues.
Última Hora, Rio de Janeiro, p. 1, 12 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 461



"Do Vox Populi, de Carlos Estêvão" (charge).
Diário da Noite, Rio de Janeiro, p. 1, 17 jan. 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 462



Florêncio de Abreu, Macedo Soares e Mauricio Fichtiner, em 15 de setembro de 1952.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 468



Elmano Cardim discursa na sua posse, diante de Macedo Soares.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 472



Diante da entrada do Hotel Quitandinha, em Petrópolis/RJ, o presidente da República Café Filho, o presidente do IBGE Elmano Cardim, autoridades militares e membros das delegações ouvem a execução do Hino Nacional.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 473



Recepção da Família Teixeira de Freitas aos participantes das Reuniões Internacionais de Estatística. Na foto, Teixeira de Freitas, sua nora, Cyrene, Halbert L. Dunn (de costas),
Georges Darmois e esposa.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 474



Na 29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, discursa Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, tendo à sua direita Georges Darmois e à sua esquerda, Elmano Cardim, presidente do IBGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 476

Capítulo 15



Brasão de Mântua (Mantova, em italiano).
pág. 489



Cidade de Mântua, na Lombardia italiana, [s.d.].
pág. 490



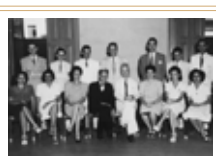
Giorgio Mortara, quando jovem, [s.d.].
Acervo da Família Mortara.
pág. 491



Reunião da Comissão Censitária, em 21 de julho de 1939.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 493



Sessão de fundação da Sociedade Brasileira de Estatística, em 5 de abril de 1940. Na foto, vê-se Teixeira de Freitas, Rafael Xavier, Giorgio Mortara, Carneiro Felippe entre outros.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 496



Giorgio Mortara e Carneiro Felippe no final do concurso Bulhões Carvalho, com funcionários do laboratório de estatística, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 499



Reunião no IBGE: (da esquerda para a direita) Tulo Montenegro, Waldemar Lopes, um palestrante não identificado, Rafael Xavier, Rubens Porto, Teixeira de Freitas e Giorgio Mortara.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 500



Giorgio Mortara no dia do seu desembarque no Rio de Janeiro, com seu filho Alberto e sua filha Marcella.
Acervo da Família Mortara.
pág. 501



Giorgio Mortara e sua esposa Laura, em Copacabana, Posto 6, nos anos 1950.
Acervo da Família Mortara.
pág. 502



Giorgio Mortara, 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 503

Capítulo 16



Teixeira de Freitas, [ca.1922].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 507



Teixeira de Freitas e irmãos, em fevereiro de 1954.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 508



Teixeira de Freitas em seu gabinete, no Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 509



Outro aspecto de Teixeira de Freitas em seu gabinete de diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 511



(Da esquerda para a direita), Hildebrando Clark (seu substituto na chefia do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais), Augusto Teixeira de Freitas, Gabriel (filho adotivo de Teixeira de Freitas), Rosalina Limpo Teixeira de Freitas (esposa de M. A. Teixeira de Freitas), Edina (esposa de Gabriel) e M. A. Teixeira de Freitas, [ca.1932]. Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 513



Lazaro Zamenhof , [s.d.].
Foto disponível em: < http: / /verdalumo.vilabol.uol.com.br / portugues / fotos.htm.>.
pág. 515



Teixeira de Freitas discursando, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 517



Teixeira de Freitas na inauguração de Goiânia.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 528



Teixeira de Freitas e grupo de educadores (Lourenço Filho, primeiro à esquerda), exibindo a bandeira de proteção aos museus.
Foto: Augusto Malta.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág.543



Teixeira de Freitas, em foto tirada meses antes de falecer.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 545



No velório de Teixeira de Freitas, a presença do presidente Juscelino Kubitschek. A viúva, Rosalina, descobre o rosto do finado esposo.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 546



O cortejo fúnebre saindo da sede do IBGE,
na Avenida Franklin Roosevelt.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 547



Inauguração do retrato de Teixeira de Freitas, em solenidade acontecida em 1o de setembro de 1940, início dos trabalhos de campo do Recenseamento, no gabinete do Delegado Regional do Rio Grande do Norte.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 548



Projeto do novo prédio do Silogeu Brasileiro.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 551



Antigo Silogeu Brasileiro, com o atual prédio do Instituto Histórico e Geográfico ao fundo, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 552



Revelações do Fundo Teixeira de Freitas.
Trecho do Ofício do Ministro da Agricultura Juarez Távora dirigido ao ministro da Fazenda Oswaldo Aranha.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 554



Óculos, relógio, caneta, carteira de identidade de Teixeira de Freitas.
Foto: Marco Santos.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 555

Capítulo 17



Macedo Soares de fardão da Academia Brasileira de Letras, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 561



Mathilde de Macedo Soares, a esposa, [s.d.].
In: AMARAL, Antonio Barreto do. José Carlos de Macedo Soares: embaixador da paz, chanceler das américas. São Paulo: Ensaio, 1983.
pág. 562



Frente da Faculdade de Direito de São Paulo, em 10 de julho de 1932.
Acervo Museu Paulo Florenzano, Taubaté, SP.
pág. 563



Mapa de São Paulo.
Acervo Museu Paulo Florenzano, Taubaté, SP.
pág. 567



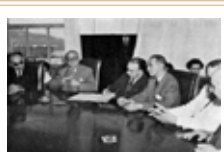
Soldados da Guerra do Chaco.
pág. 578



Folha de rosto de SOARES, José Carlos de Macedo. Fronteiras do Brasil no regime colonial. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939. 235 p.
pág. 581



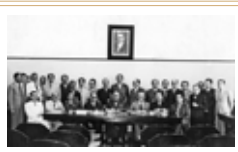
Sob o olhar atento de Pedro II, na sede do IHGB, o presidente Macedo Soares, [s.d.].
pág. 585



Macedo Soares tendo a sua direita Teixeira de Freitas e à sua esquerda Simões Lopes e Rafael Xavier em reunião no IBGE, em 1950.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 587



Macedo Soares, primeiro presidente do IBGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE .
pág. 588



Macedo Soares com membros da 3ª Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, [s.d.].
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 590



Reunião na casa do Emb. Macedo Soares. No centro da mesa, D. Matilde, a embaixatriz, à sua direita aparece o próprio Macedo e à sua esquerda (talvez Bulhões Carvalho), Carneiro Felippe (na época o coordenador do Censo de 1940), e Teixeira de Freitas, em 25 de julho de 1939.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 597



Comemoração do aniversário do CNG, em 24 de março de 1940. (Da esq. Para dir.), o Secretário-assistente do CNG, Jorge Zarur; Fábio de Macedo Soares Guimarães; o Secretário-geral do CNG, Christovam Leite de Castro; o Presidente do IBGE, José Carlos de Macedo Soares; Allyrio Hugueney de Mattos, da cartografia; e o Secretário-geral do CNE, Mário Augusto Teixeira de Freitas.
Acervo da Família Teixeira de Freitas.
pág. 601



Pedro Ludovico e Teixeira de Freitas no Batismo Cultural de Goiânia.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 603



O presidente Dutra visita o IBGE e é recepcionado por Macedo Soares e Teixeira de Freitas, em 1949.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 608

Capítulo 18



Ônibus da linha Goiânia - Brasília, em Corumbá de Goiás, em 1957.
Foto: T. Somlo.
Acervo Memória Institucional do IBGE.
pág. 619



Capa de SEMINÁRIO DE ESTATÍSTICA, 1., 1958, Rio de Janeiro. Recomendações finais. Rio de Janeiro: Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico, 1959. 24 p.
Acervo do IBGE.
pág. 621



Visita do presidente Florêncio Abreu ao Serviço Nacional de Recenseamento, em outubro de 1952. (Da esq. para a dir.): Elson Mattos, Sebastião de Oliveira Reis, Virgilio Gualberto, Arnaldo Nuno de Barros Pereira, Heitor Vellôzo, pres. Florêncio Abreu e Silva, José Romero, Ovidio de Andrade Júnior, Newton Pires de Azevedo, Florentino Vianna Hansted, Darcy de Oliveira Cabral e Wilson Távora Maia.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 622



Mauricio Rangel Reis, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 625

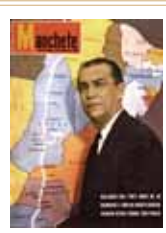


Rua da cidade de Marília, SP, em 1957.
In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. São Paulo, Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. XXIX, p. 111.
pág. 629



Vista parcial de São Caetano, SP, em 1957.
In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. XXX. São Paulo, p. 157.
pág. 632

Capítulo19



Capa da revista Manchete do ano de 1958.
Acervo da Editora Manchete.
pág. 639
.



Moacyr Malheiros, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 640



Propaganda do Censo de 1960 feita no Estádio do Maracanã, Rio de Janeiro.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 641



Enciclopédia dos municípios brasileiros.
Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
Foto: Marco Santos.
pág. 644



Rubem Porto e Mauricio Reis (da esquerda para a direita), inspecionam o UNIVAC 1105.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 645



Elson Mattos, [s.d.].
Foto: Marco Santos.
pág. 649



Jurandyr Pires Ferreira, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 657



Manoel Antonio, [s.d.].
Foto: Marco Santos.
pág. 659

Capítulo 20



Rafael Xavier, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 663



Freire Alvim, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 664



Carro de boi, usado no transporte de produtos agrícolas, em Morro do Chapéu, BA.
In: In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. XXI. Bahia. p. 49.
pág. 671



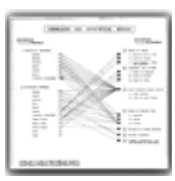
Operário mexendo o tacho com a calda da cera de carnaúba, em Apodi, RN.
In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. XVII. Rio Grande do Norte. p. 34.
pág. 672



Bomba do tipo “cavalo de pau”, em São Francisco do Conde, BA.
In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, v. XXI. Bahia. p. 328.
pág. 673



Vista parcial da praia de Areia Preta, em Natal, RN, nos anos 1960.
In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. XVII. Rio Grande do Norte. p. 105.
pág. 674



Correlação das estatísticas primárias e das estatísticas secundárias. In: COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO (Brasil). Relatório final. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Grupo de Trabalho: Decreto nº 1.283, de 25 de junho de 1962).
pág. 675



Aspecto do Mercado Municipal da Praça XV, no Rio de Janeiro.
In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, v. XXIII. Distrito Federal. p. 39.
pág. 676



Obras de abertura da Avenida Chile, no Rio de Janeiro, vendo-se ao fundo o prédio da Caixa Econômica Federal.
In: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. v. XXIII. Distrito Federal. p. 68.
pág. 677

Capítulo 21



Em 1º de abril de 1964, militares ocupam o Rio de Janeiro.
Ph fot 5609 18.
Arquivo Nacional.
pág. 687



Senna Campos, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 688



Tulo Hostílio Montenegro, [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 689



Folha de rosto do relatório: Observações e sugestões para a reformulação do sistema estatístico brasileiro e a reorientação das suas atividades.
Acervo do IBGE.
pág. 693

Capítulo 22



Henrique Flanzer, [s.d.].
Foto cedida pelo próprio.
pág. 705



Agência Municipal de Itatira, CE, nos anos 1960.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 707



Agência Municipal do IBGE em Itapicuru, BA, com o retrato de Teixeira de Freitas, em 15 de fevereiro de 1958, dois anos depois do falecimento do grande inspirador do IBGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 709



Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE.
Foto: Marco Santos.
Fotografia submetida a programa Photoshop por Sylvia Eugenia da Silva.
pág. 711

Capítulo 23



Posse de Sebastião Ayres, com Helio Beltrão, à direita.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 725



Valdecir Lopes, em 1939, ao tempo em que era perfurador de cartões para o computador. Mais tarde, viria a se tornar um pensador da Estatística no IBGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 730



Sebastião Ayres da posse à Raul Romero e Miguel Alves.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 740



IBGE: Produção Industrial, 1967.
Coleção Ibegeana.
pág. 743

Capítulo 24



O presidente do IBGE Sebastião Ayres abre a 1ª CONFEGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE .
pág. 751



Platéia da CONFEGE. Na primeira fila, Manoel Antonio Soares Cunha (segundo da direita para a esquerda).
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 753



No trabalho das comissões, Jessé Montello (primeiro à esquerda).
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 754



Em uma das sessões plenárias, Isaac Kerstenetzky (ao lado da cadeira vazia com uma pasta).
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 757



O diretor do IBE Raul Romero discursa no encerramento da 1ª CONFEST.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 767



Hotel Serrador (ao centro), onde aconteceu a recepção aos membros da I CONFEST, em 30 de maio de 1968.
Foto: Carlos. In: EICHNER, Erich. Cidade e arredores do Rio de Janeiro, a jóia do Brasil.[Rio de Janeiro]: Kosmos, [1945?]. p. 46.
pág. 768

Capítulo 25



Isaac Kerstenetzky , [s.d.].
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 773



Capa da publicação Inquérito nacional de preços: gêneros alimentícios e artigos de vestuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
Coleção Ibegeana.
pág. 775



Mapa da República Federativa do Brasil em 1970.
Fonte: IBGE .
pág. 777



Efígie de uma cédula de cruzeiro, de 1970.
pág. 779



Box sobre o concurso da marca IBGE.
In: Boletim de Serviço. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1033, 24 abr. 1972.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 799

Capítulo 26



Lançamento do Censo de 1970. Na ocasião o Ministro Velloso, tendo o Presidente Isaac junto, deu início formal (simbólico) ao Censo indo entrevistar a figura máxima da nação, o presidente da República.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 803



“Brasil: ame-o ou deixe-o”.
pág. 804



Pelé, Rildo e Carlos Alberto recebem explicações sobre o questionário do Censo.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 805



Exposição de cartazes do Censo de 1970 na gare D. Pedro II.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 809



Propaganda do Censo em Cuiabá, MT.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 811



A praia, 1974.
José Rodrigues de Miranda.
Óleo sobre eucatex - 49,5 x 69,5cm.
Acervo do Museu Internacional de Arte Naïf do Brasil.
pág. 820

Capítulo 27



Ministro Reis Veloso e Isaac Kerstenetzky inauguram a II CONFEST / CONFEGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 827



Isaac Kerstenetzky discursa na II CONFEST / CONFEGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 829



Isaac Kerstenetzky e Reis Velloso na platéia da II CONFEST / CONFEGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 837



Ministro Reis Velloso e Isaac Kerstenetzky na exposição da II CONFEST / CONFEGE.
Acervo da Memória Institucional do IBGE.
pág. 841

Índice de assuntos

A

Administração pública , 30, 56, 85, 96, 128, 133, 194, 200, 240, 260, 286, 377, 378, 381, 382, 447, 455, 459, 485, 518, 537, 563, 564, 595, 609, 691, 697, 715, 729, 731, 743, 755, 757, 789, 791, 813, 836, 843
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Agências de estatística ver Agências municipais de estatística

Agências municipais de estatística , 25, 53, 54, 55, 80, 87, 98, 105, 111, 124, 133, 135, 149, 180, 184, 185, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 206, 209, 210, 212, 384, 385, 386, 398, 418, 428, 472, 507, 528, 530, 535, 623, 624, 654, 659, 803, 852, 874
agentes itinerantes , 133, 155, 180, 200, 385, 514, 874
nacionalização , 23, 138, 185, 193, 195, 398, 400, 401, 535, 536, 626
organização da estatística mineira , 385
laboratório experimental , 71, 385
pesquisas censitárias , 693
despreparo operacional , 693
situação do ensino no país , 195
"números choram", 195
ver também Campanhas estatísticas
ver também Convenção Nacional de Estatística
ver também Forças Armadas
ver também Sistema Estatístico Nacional

Agente de estatística ver Agentes municipais de estatística

Agentes municipais de estatística , 130, 180, 194, 199, 201, 248, 644
paciência inesgotável , 201
prudência exemplar , 201
ver também Manual do agente municipal de estatística

Aglomerados organizados , 42
ver também Estatística

Amostragem , 28, 29, 45, 46, 47, 53, 55, 62, 239, 251, 252, 253, 254, 282, 329, 423, 431, 439, 442, 443, 445, 447, 452, 453, 455, 464, 465, 466, 467, 469, 470, 472, 479, 619, 621, 622, 623, 624, 633, 636, 639, 642, 647, 648, 649, 650, 656, 665, 666, 668, 669, 671, 672, 690, 692, 694, 706, 707, 708, 710, 716, 732, 737, 747, 748, 753, 754, 758, 761, 762, 793, 803, 805, 806, 808, 820, 821, 846, 853, 855

"nova era", 442
processo adequado , 647
técnicas , 35, 37, 45, 51, 53, 60, 88, 96, 103, 105, 106, 111, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 154, 170, 179, 201, 227, 237, 238, 239, 240, 268, 278, 282, 393, 397, 428, 441, 444, 449, 452, 460, 463, 468, 474, 475, 497, 540, 553, 621, 623, 624, 632, 633, 649, 656, 670, 688, 692, 696, 706, 710, 714, 716, 724, 726, 737, 752, 753, 768, 783, 785, 786, 789, 791, 792, 794, 795, 818, 833, 839, 840
ver também Atividade estatística
ver também Censo de 1960
ver também IBGE
ver também PNAD
ver também Projeto Atlântida
ver também Registros estatísticos

Anais do Instituto Nacional de Estatística , 137
ver também Conselho Nacional de Estatística

Anuário Estatístico Brasileiro ver Anuário Estatístico do Brasil

Anuário Estatístico do Brasil , 146, 147, 148, 152, 154, 173, 624
ver também IBGE
ver também Instituto Nacional de Estatística

Aritmética política , 39, 76, 233, 776
ver também Centros de cálculo
ver também Economia política
ver também Estatística

Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística , 55, 71, 79, 99, 101, 103, 106, 111, 143, 154, 157, 172, 209, 238, 241, 248, 252, 259, 261, 263, 264, 265, 282, 286, 287, 373, 379, 393, 403, 468, 469, 526, 551, 620, 666, 699, 852
comissão censitária nacional, 110, 122, 174, 193, 244, 258, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 272, 273, 276, 281, 285, 286, 287, 290, 309, 366, 493, 494, 498, 522, 526, 552, 641, 647, 774, 797, 813, 815, 818
regimentos, 146
junta executiva central, 25, 54, 58, 59, 93, 99, 100, 104, 105, 107, 113, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 146, 147, 156, 159, 160, 162, 166, 185, 192, 193, 196, 197, 198, 209, 210, 246, 258, 259, 260, 262, 276, 277, 279, 280, 282, 318, 322, 429, 468, 469, 470, 472, 552, 658, 665, 692, 696, 712, 774, 786, 797
juntas executivas regionais , 25, 54, 58, 105, 130, 131, 132, 136, 137, 146, 156, 157, 160, 166, 209
ver também Conselho Nacional de Estatística
ver também Convenção Nacional de Estatística
ver também Serviço Geográfico do Exército

Atividade estatística , 51, 52, 54, 55, 58, 59, 61, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 86, 93, 96, 99, 106, 107, 109, 110, 114, 122, 123, 124, 130, 132, 134, 135, 138, 179, 181, 184, 187, 233, 237, 238, 241, 282, 377, 378, 382, 383, 384, 385, 420, 421, 439, 442, 448, 455, 605, 619, 622, 623, 627, 628, 667, 669, 688, 690, 691, 703, 704, 705, 706, 711, 730, 733, 735, 793, 806, 827, 850, 874
centralizada , 55, 70, 96, 384, 388, 521, 527, 528, 529, 534, 654, 667, 669, 694, 715, 768, 776, 779, 786, 836
descontínua e assistemática , 69, 846
organização , 20, 21, 35, 36, 55, 56, 57, 61, 74, 75, 78, 80, 85, 90, 97, 99, 100, 101, 104, 108, 109, 110, 112, 114, 116, 122, 124, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 139, 140, 144, 149, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 170, 171, 172, 174, 175, 181, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 199, 205, 206, 207, 213, 214, 216, 218, 220, 225, 226, 228, 229, 237, 241, 242, 243, 246, 250, 251, 252, 260, 261, 264, 265, 266, 271, 275, 280, 282, 286, 292, 302, 303, 305, 314, 318, 337, 340, 360, 365, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 384, 385, 386, 388, 390, 392, 393, 394, 396, 398, 399, 400, 415, 418, 421, 422, 424, 428, 430, 433, 440, 446, 448, 450, 461, 465, 472, 473, 475,

476, 479, 481, 486, 509, 510, 512, 515, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 524, 527, 528, 529, 530, 532, 534, 537, 538, 543, 546, 547, 549, 570, 592, 595, 599, 603, 605, 608, 609, 622, 624, 627, 630, 631, 633, 640, 641, 657, 667, 669, 678, 681, 690, 728, 729, 731, 738, 739, 741, 742, 743, 748, 752, 756, 757, 763, 779, 780, 785, 787, 792, 793, 797, 806, 820, 827, 828, 829, 832, 833, 843
produção
das estatísticas econômicas , 55, 774
das estatísticas derivadas , 55, 62, 619, 753, 757, 758, 759, 761, 765, 766, 768, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 788, 795, 827, 829, 832, 839, 841, 846, 856
renovação , 28, 36, 46, 58, 60, 61, 69, 70, 79, 85, 86, 87, 187, 346, 374, 376, 382, 393, 401, 402, 403, 593, 713, 728, 756, 780, 781, 787, 793, 832
ver também Amostragem
ver também Convenção Nacional de Estatística
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Estatísticas educacionais
ver também IBGE
ver também Programa estatístico

B

Batismo cultural de Goiânia , 527, 602, 603, 604, 607, 608, 852
ver também IBGE

Biblioteca , 39, 40, 41, 60, 95, 109, 112, 113, 188, 194, 199, 208, 219, 229, 243, 248, 355, 374, 376, 397, 419, 472, 494, 502, 513, 515, 549, 553, 559, 647, 651, 752, 796, 829, 830
ver também Boletins de divulgação estatística
ver também Organizações especializadas

Bioestatística , 77, 165, 522, 710
ver também Estatísticas demógrafo-sanitárias

Biopolítica das populações ver Economia política

Boletim Informativo , 63, 297, 752, 753, 829
ver também CONFEST

Boletins de divulgação das estatísticas , 60
ver também Biblioteca

C

Cadastro predial e domiciliário , 129, 135, 264
densidade das principais aglomerações urbanas , 226, 537
ver também Convenção Nacional de Estatística
ver também Distrito Federal
ver também Estatística

Caixa nacional de estatística municipal , 187, 192, 193, 196, 485, 735
ver também Convênios nacionais de estatística municipal
ver também Quota de estatística
ver também Selo de estatística

Campanha estatística nacional ver Campanhas estatísticas
Campanhas estatísticas regionais ver Campanhas estatísticas

Campanhas municipais de estatística ver Campanhas estatísticas

Campanhas estatísticas , 105, 138, 186, 202, 203, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 426, 654, 666, 668, 708, 709, 846
interesse militar , 415, 668
nacional , 72, 82, 97, 98, 112, 129, 134, 139, 158, 173, 180, 185, 187, 206, 210, 211, 246, 247, 249, 286, 311, 378, 393, 426, 434, 499, 510, 517, 519, 521, 523, 527, 529, 546, 548, 550, 551, 612, 626, 669, 670, 731
municipais , 189, 210, 432, 464, 526, 535, 624, 625, 778
regionais , 146, 149, 210, 668
ver também Agências municipais de estatística
ver também Segurança nacional
ver também Sigilo
ver também Sistema Estatístico Nacional

Capitalismo , 36, 37, 374, 571
industrial , 36
trabalhador fabril , 36
trabalhador artesão , 36
ver também Economia política

Capitalismo monopolista , 374
ver também Desigualdades sociais

Castilhismo positivista , 61
ver também Positivismo

Censo , 29, 43, 44, 51, 56, 62, 63, 69, 72, 76, 77, 79, 87, 93, 95, 108, 129, 151, 152, 153, 154, 169, 170, 171, 179, 205, 244, 245, 252, 253, 254, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 354, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 368, 369, 375, 418, 419, 423, 426, 434, 446, 454, 455, 468, 472, 475, 483, 491, 494, 495, 498, 499, 500, 502, 503, 508, 514, 519, 525, 526, 530, 543, 550, 621, 622, 627, 631, 633, 636, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 654, 655, 656, 659, 660, 663, 668, 669, 670, 674, 675, 676, 681, 683, 699, 706, 708, 710, 724, 745, 746, 747, 748, 753, 754, 758, 760, 777, 779, 782, 83, 789, 790, 798, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 828, 829, 832, 834, 836, 845, 850, 852, 853, 855, 856
decenalidade da atividade censitária , 257
preceito constitucional , 51, 77, 257, 289
legislação monárquica , 69, 257
legislações , 46, 48, 260, 275, 658
perdas de história e memória , 282
ver também Classificação racial
ver também Documentos censitários
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)
ver também Imprensa
ver também Propaganda
ver também Questão racial
ver também Sigilo

Censo Continental , 280, 282, 525, 853
ver também Censo das Américas

Censo das Américas , 276, 280, 281, 282, 315, 681, 813, 853
ver também Censo Continental

Censo de 1872 , 503
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Governo (Império)

Censo de 1890 , 69, 338, 339
ver também Crescimento demográfico

Censo de 1900 , 257, 642
ver também Governo (República)

Censo de 1906 , 129
ver também Propaganda

Censo de 1920 , 77, 151, 152, 179, 257, 262, 282, 286, 287, 301, 303, 305, 319, 342, 343, 350, 503, 514, 530, 543
campanha de esclarecimento , 301
ver também Censo do Centenário
ver também Centenário da Independência
ver também Propaganda

Censo de 1940 , 79, 87, 153, 257, 259, 266, 276, 282, 287, 289, 296, 298, 301, 303, 312, 319, 324, 325, 354, 362, 363, 365, 368, 375, 446, 494, 499, 502, 699
Agrícola , 268, 277, 280, 288, 289, 494, 627, 642, 643, 648, 654, 669, 754, 805, 806, 808, 818
comercial , 268, 269, 278, 280, 643, 654, 669, 754, 815, 816
demográfico , 245, 280, 288, 503, 654, 821
industrial , 245, 268, 278, 280, 288, 643, 654, 669, 754, 809, 815, 817, 821, 824
inquéritos especiais , 186, 201, 288, 709, 821, 824
serviços e social , 276
transporte e comunicação , 766
ver também Conselho Nacional de Estatística
ver também Propaganda

Censo de 1950 , 258, 259, 275, 278, 282, 284, 286, 288, 311, 313, 315, 318, 319, 320, 321, 325, 326, 327, 328, 329, 362, 366, 426, 472, 642, 643, 647, 655, 823
Agrícola , 268, 277, 280, 288, 289, 494, 627, 642, 643, 648, 654, 669, 754, 805, 806, 808, 818
comercial , 268, 269, 278, 280, 643, 654, 669, 754, 815, 816
demográfico , 245, 280, 288, 503, 654, 821
Industrial , 245, 268, 278, 280, 288, 643, 654, 669, 754, 809, 815, 817, 821, 824
inquéritos e levantamentos especiais , 186, 201, 288, 709, 821, 824
serviços , 276
ver também Propaganda

Censo de 1960
agrícola , 268, 277, 280, 288, 289, 494, 627, 642, 643, 648, 654, 669, 754, 805, 806, 808, 818
confronto histórico , 643
comercial e dos serviços , 643, 654, 669
demográfico , 245, 280, 288, 503, 654, 821
extensão e profundidade , 210, 223, 276, 283, 286, 640, 642, 665, 812, 818
expressão da modernidade , 639
computador eletrônico UNIVAC , 483, 645, 650, 651, 652, 653, 806, 847, 855
industrial , 245, 268, 278, 280, 288, 643, 654, 669, 754, 809, 815, 817, 821, 824
estudos preliminares , 643, 746
orçamento , 83, 89, 90, 96, 157, 159, 161, 166, 228, 280, 303, 429, 496, 524, 570, 599, 630, 646, 714, 715, 759, 789, 790, 796, 836
legislação , 38, 58, 69, 94, 112, 113, 136, 156, 159, 186, 188, 244, 257, 265, 267, 279, 286, 287, 288, 302, 337, 342, 344, 347, 349, 362, 380, 386, 402, 449, 450,

513, 539, 631, 636, 641, 646, 656, 668, 690, 693, 694, 706, 712, 714, 730, 731, 732, 733, 734, 736, 737, 738, 744, 751, 765, 769, 775, 785, 788, 790, 794, 796, 803, 804, 807, 811, 812, 817, 824, 833, 845
ver também Amostragem
ver também Divisão de publicidade
ver também Propaganda

Censo de 1970 , 654, 754, 758, 782, 783, 803, 804, 806, 807, 809, 819, 823, 832, 856
manancial de informações fundamentais , 804
ver também Propaganda
ver também Tabulações avançadas

Censo do Centenário , 151, 153, 154, 298, 343
ver também Censo de 1920
ver também Classificação racial

Censo geral de 1920 ver Censo de 1920

Censos econômicos , 280, 287, 627, 649, 654, 675, 676, 798, 806, 810, 812, 824, 834
periodicidade qüinqüenal , 676, 824, 834
ver também IBGE

Centenário da Independência , 51, 78, 102, 257, 264, 343, 753
ver também Censo de 1920
ver também Exposição Universal

Centro de pesquisa , 53, 62, 383, 846
ver também IBGE

Centros de cálculo , 39, 40
ver também Aritmética política
ver também Instituições especializadas
ver também Organizações especializadas

Ciência econômica , 38, 39, 221, 222, 251, 485, 619, 628, 778
ver também Economia política
ver também Estado, Estados, Estado Nacional
ver também Tecnologia de governo

Ciência lúgubre , 38, 39
ver também Economia política

Classificação racial , 333, 338, 343, 349, 351, 359, 360, 363, 364, 365, 366, 368, 369, 370
Apartheid , 333
Escravidão , 335, 338, 344, 347, 348, 352, 355, 369, 588
melhoramento da raça , 368
movimento negro , 369
teoria do branqueamento , 343, 374
ver também Censo
ver também Censo do Centenário
ver também Darwinismo social
ver também Monogenismo
ver também Poligenismo
ver também Questão racial
ver também Racismo científico

Coletivos estatísticos , 43
ver também Estatística

Colonização do interior , 375, 593
ação social , 108, 401, 604
ver também Política brasileira
ver também Política de povoamento

Comissão Censitária Nacional , 110, 122, 174, 193, 244, 258, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 273, 276, 218, 285, 286, 287, 290, 309, 366, 493, 494, 498, 522, 526, 552, 641, 647, 797, 813, 815, 818, 862
censos históricos , 494
plano de apuração , 498
resultados , 26, 35, 46, 77, 79, 84, 89, 95, 96, 97, 102, 139, 144, 146, 151, 152, 153, 154, 155, 161, 180, 209, 221, 223, 225, 233, 235, 236, 242, 262, 266, 275, 276, 280, 284, 285, 286, 287, 292, 295, 298, 306, 310, 311, 312, 314, 318, 319, 324, 328, 344, 361, 362, 367, 369, 377, 386, 393, 394, 418, 419, 421, 423, 426, 427, 430, 445, 446, 447, 449, 450, 475, 476, 477, 485, 494, 495, 499, 500, 502, 503, 511, 512, 513, 514, 520, 528, 529, 530, 537, 539, 549, 607, 619, 624, 630, 634, 635, 636, 640, 642, 643, 645, 646, 647, 648, 654, 655, 666, 667, 669, 670, 693, 695, 696, 698, 704, 707, 708, 712, 713, 724, 725, 735, 738, 739, 752, 756, 760, 762, 767, 775, 781, 782, 783, 788, 805, 811, 812, 819, 823, 824, 827, 829, 834, 835, 838
comissões censitárias regionais e municipais , 272, 318
ver também Censo de 1940
ver também Divisão Estatística do Território
ver também Serviço Nacional de Recenseamento

Comissão Nacional do Ensino Primário , 401
nacionalização do ensino elementar , 401
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Segurança Nacional

Comitê Brasileiro de Geografia , 157
ver também União Internacional de Geografia

Conferências de Estatística , 56, 60, 519, 833
ver também Conferencia Nacional de Estatística

Conferência Nacional de Estatística , 128, 173, 509, 511, 696, 740, 742, 744, 749, 751, 752, 755, 756, 757, 758, 759, 768, 778, 796, 804, 825, 827, 828, 856
ver também Conferências de Estatística
ver também CONFEST
ver também Conselho Nacional de Estatística
ver também IBGE
ver também PGIEG

CONFEST , 740, 744, 749, 751, 752, 753, 775, 777, 804, 807, 818, 820, 825, 827, 828, 833, 838, 839, 856, 857
ver também Boletim Informativo
ver também Conferência Nacional de Estatística
ver também IBGE

Conselho Atuarial do Brasil , 170
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

Conselho Brasileiro de Geografia , 53, 76, 100, 101, 102, 157, 165, 166, 168, 171, 261, 263, 852
atlas corográfico brasileiro , 166, 169, 261
carta geral do Brasil , 166
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística
ver também Conselho Nacional de Geografia

Conselho Nacional de Estatística , 53, 54, 55, 57, 62, 63, 71, 72, 76, 77, 79, 86, 87, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 113, 123, 125, 128, 129,

131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 180, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 206, 209, 210, 221, 235, 236, 238, 241, 244, 245, 248, 249, 250, 252, 253, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 276, 277, 279, 280, 282, 286, 287, 316, 324, 373, 374, 379, 383, 388, 393, 403, 415, 418, 421, 424, 425, 429, 434, 436, 440, 441, 446, 452, 456, 460, 464, 466, 467, 468, 469, 471, 472, 486, 492, 495, 496, 500, 511, 512, 520, 522, 526, 528, 539, 540, 546, 551, 620, 621, 623, 624, 628, 630, 631, 633, 634, 640, 641, 647, 658, 663, 665, 666, 669, 670, 674, 680, 682, 694, 696, 697, 699, 703, 704, 705, 706, 713, 714, 724, 729, 734, 737, 739, 743, 744, 747, 753, 774, 785, 786, 787, 797, 851, 852
aproveitamento dos registros públicos , 123
gabinete técnico , 79, 245, 354, 360, 363, 365, 374, 500, 522, 540
laboratório de estatística , 60, 87, 105, 244, 245, 246, 248, 286, 419, 423, 472, 492, 498, 500, 501, 628, 636, 694, 707, 713, 743, 762, 853
normalização da divisão territorial , 123
obrigatoriedade das informações estatísticas , 123
sistema métrico decimal , 123, 133
ver também Anais do Instituto Nacional de Estatística
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística
ver também Convenção Nacional de Estatística
ver também IBGE
ver também Sistema Estatístico Nacional

Conselho Nacional de Geografia , 53, 76, 100, 101, 102, 157, 165, 166, 168, 171, 261, 263, 852
ver também Conselho Brasileiro de Geografia

Contabilidade nacional ver Contas nacionais

Contas nacionais , 525, 633, 635, 665, 672, 759, 777, 779, 780, 797, 842
ver também Estatísticas econômicas
ver também Produto Interno Bruto

Convenção Nacional de Estatística , 53, 61, 73, 76, 80, 99, 101, 103, 106, 111, 114, 117, 121, 122, 124, 127, 128, 130, 131, 143, 144, 149, 156, 157, 161, 180, 191, 206, 209, 260, 264, 423, 441, 518, 538, 690, 691, 704, 705, 713, 715, 735, 738, 778, 790, 851
"carta magna" ou "pedra angular" da estatística brasileira , 103, 121
uniformização das estatísticas comerciais , 73
imperativa necessidade para economia , 73
ver também Agências municipais de estatística
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística
ver também Atividade Estatística
ver também Cadastro predial e domiciliário
ver também Conselho Nacional de Estatística
ver também Governo (República)
ver também IBGE

Convênio Estatístico Educacional , 149
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de estatística

Convênios nacionais de estatística municipal , 181, 186, 187, 192, 197, 200, 448, 466, 667, 669, 704, 715, 735, 738, 790, 852
ver também Agências municipais de estatística.
ver também Caixa nacional de estatística municipal

Crescimento demográfico , 339, 716
ver também Censo de 1890

Crescimento econômico , 45, 53, 706
ver também Estatística
ver também Governo (República)

D

Darwinismo social , 334
ver também Classificação racial

DASP , 111, 112, 381, 382, 407, 408, 496, 497, 544, 552, 555, 556, 574, 629, 630, 680, 691, 714, 853
ver também Governo (República)

Defesa nacional ver Segurança nacional

Demografia internacional , 489, 490
"ciências de observação" , 490
fenômenos sociais , 235, 259, 313, 453, 490, 536
ver também Economia política

Departamento Administrativo do Serviço Público ver DASP

Departamento de Imprensa e Propaganda , 273, 286, 296, 355, 533, 552, 557, 818
ver também Censo
ver também Divisão de Publicidade

Desigualdades sociais , 30, 374, 565
ver também Capitalismo monopolista

Discriminação racial , 354
ver também Questão racial

Distrito Federal , 71, 126, 129, 131, 135, 139, 144, 145, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 165, 166, 167, 172, 185, 190, 191, 192, 193, 195, 264, 287, 288, 300, 301, 308, 313, 314, 315, 316, 320, 323, 327, 339, 341, 342, 367, 378, 390, 419, 436, 472, 500, 502, 503, 509, 517, 552, 554, 583, 603, 634, 655, 657, 664, 680, 682, 683, 746, 790, 823, 840, 850
ver também Cadastro predial e domiciliário

Divisão de Publicidade , 296, 297, 298, 301, 303, 305, 307, 308, 310, 318, 321
ver também Censo
ver também Departamento de Imprensa e Propaganda
ver também Imprensa

Divisão estatística do território , 273
setores censitários , 99, 273, 274, 282, 328, 644, 649
ver também Comissão Censitária Nacional
ver também IBGE

Divisão territorial , 123, 161, 209, 274, 373, 374, 384, 399, 509, 810
Normalização , 89, 123, 224, 264
ver também Redivisão territorial
ver também Território

Documentos administrativos ver Registros administrativos

Documentos censitários , 419
ver também Censo

E

Econometria , 222, 228, 240, 242, 479
ver também Estatística

Economia keynesiana , 47
ver também Instituições estatísticas

Economia nacional , 130, 226, 240, 241, 260, 533, 537, 569, 570
balança de pagamentos , 139, 226
democracia de mercado , 571
setores secundário e terciário , 570
expansão , 572, 600, 604, 606, 708, 731, 755, 832, 834, 836, 837
valorização do café , 571
política atrofiada , 571
ver também Políticas econômicas

Economia política , 36, 37, 38, 39, 233, 490, 492, 552, 612
biopolítica das populações , 37
gestão da espécie humana , 37
homem como máquina de produção , 37
pensamento econômico , 38, 39, 774
"poder sobre a vida" , 36, 37
ver também Aritmética política
ver também Capitalismo
ver também Ciência econômica
ver também Ciência lúgubre
ver também Demografia internacional
ver também Estatística
ver também Pensamento econômico
ver também Tecnologia de governo

Economistas , 38, 39, 45, 47, 222, 226, 262, 538, 626, 707, 731, 732, 737, 793
ver também Economia política

Educação nacional , 394, 429, 543
ver também Estatísticas culturais e sociais
ver também Educação rural
ver também Instituto de Educação do Rio de Janeiro
ver também I Exposição Nacional de Educação e Estatística

Educação rural , 27, 376, 557, 602, 603, 604
ver também Educação nacional

Elaboração das estatísticas , 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 69, 76, 132, 133, 205, 226, 289, 384, 625, 672, 690, 697, 712, 715, 740, 758, 845
contexto técnico-político , 45
contínua e sistemática , 52, 73, 80
ferroviárias , 155
formalidade científica , 47
noções de custo e benefício , 38
policiais e criminais , 155
rodoviárias , 85, 379, 736
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Estados liberais
ver também Estatística
ver também Registros administrativos
ver também Registros estatísticos

ENCE , 58, 470, 705, 710, 730, 736, 739, 740, 741, 743, 744, 755, 763, 770, 775, 784, 786, 787, 828, 831, 837, 838
formação e treinamento , 714, 763
ver também IBGE
ver também Laboratório de Estatística

Escola Brasileira de Estatística ver ENCE

Escola Nacional de Ciências Estatísticas ver ENCE

Escola Nova , 355, 375, 376, 397, 401, 402
ver também Política educacional

Escola Superior de Estatística da Bahia ver ESEB

ESEB , 470
primeira escola de estatística brasileira , 470
ver também Política educacional

Estado, Estados, Estados Nacionais , 22, 24, 25, 35, 38, 39, 43, 44, 47, 228, 350, 425, 527
burocracia continuada , 35
caixas de compensação , 381
retribuição ao trabalhador , 381
"conhecer para prever e prever para prover" , 80, 183, 531
demanda por estatísticas , 35, 51, 52, 54, 619, 757, 847
democracias liberais falidas , 399
utopismo pacifista , 399
estudos do panoptismo , 38
essencial à formação das instituições disciplinares , 38
forças
centrífugas (afastamento a um centro) , 35
centrípetas (aproximação a um centro) , 35
organização de natureza política , 35
natureza administrativa , 35, 44, 45, 623
hierarquia de funcionários especializados , 35
o saber para poder , 36, 39
Plano de metas , 53, 619
avanços econômicos , 619
estradas de rodagem , 619
Plano Salte , 52
Plano Trienal , 53, 664
Racismo , 334, 335, 339, 342, 343, 350, 351, 354, 357, 364, 366, 367
cristianismo , 334, 351
herança da nobreza de sangue , 351
orgulho nacional , 351
tradição , 21, 25, 29, 31, 42, 46, 70, 76, 115, 118, 224, 234, 282, 285, 286, 289, 317, 350, 351, 365, 366, 399, 455, 558, 578, 580, 581, 582, 584, 589, 592, 663, 673, 693, 723, 732, 776, 782, 786, 820, 824, 832, 846, 847
revitalização do funcionalismo , 377, 380
ver também Administração pública
ver também Comissão Nacional do Ensino Primário
ver também Estados liberais
ver também Forças Armadas
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)
ver também Igreja Católica
ver também Integração nacional
ver também Plano Nacional de Estatística
ver também Plano Nacional de Estatísticas Básicas
ver também Planos nacionais de desenvolvimento
ver também Política brasileira
ver também Política educacional
ver também Políticas assistenciais
ver também Políticas integracionalistas
ver também Segurança Nacional

ver também Técnicas de planejamento
Estado Novo , 23, 24, 25, 26, 27, 28, 52, 291, 292, 298, 311, 355, 376, 381, 382, 386, 388, 392, 397, 398, 404, 407, 555, 574, 575, 577, 584, 603, 607, 609, 657, 682, 849, 851
autonomia dos Estados , 128, 134, 574, 705
autonomia municipal , 122, 197, 388
centralismo , 382
processo eleitoral , 574
controle judiciário , 574
regime ditatorial , 575
sistema eleitoral , 388
organicidade , 117, 378, 388, 396, 517, 531, 595
ver também Governo (República)
ver também Levante comunista ("a macedada")
ver também Plano Cohen
ver também Política brasileira

Estados liberais , 39
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais,

Estatígrafos ver Estatígrafo

Estatistas ver Estatista

Estatística , 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 143, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 200, 205, 206, 209, 210, 213, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 252, 253, 254, 258, 259, 263, 264, 270, 273, 279, 280, 282, 284, 287, 289, 302, 303, 304, 311, 313, 315, 317, 318, 325, 326, 327, 334, 337, 338, 342, 344, 349, 350, 351, 360, 361, 363, 364, 365, 368, 369, 370, 377, 378, 382, 383, 384, 385, 386, 389, 392, 393, 394, 395, 398, 405, 406, 407, 416, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 452, 453, 454, 455, 456, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 472, 474, 475, 476, 477, 479, 480, 485, 491, 492, 493, 494, 495, 500, 501, 502, 504, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 532, 535, 536, 537, 538, 539, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 549, 550, 551, 554, 557, 558, 591, 592, 593, 595, 596, 597, 598, 601, 605, 607, 608, 611, 619, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 639, 652, 653, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 672, 673, 674, 681, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 699, 703, 707, 705, 706, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 725, 726, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 738, 739, 740, 743, 747, 752, 755, 756, 757, 758, 760, 761, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 782, 785, 786, 788, 789, 790, 791, 792, 794, 795, 796, 803, 806, 808, 822, 827, 828, 829, 833, 834, 835, 836, 838, 839, 840, 845, 846, 847, 850, 852
"biômetro das nações" , 516
credibilidade e legitimidade , 47
discursos de verdade , 35, 43
fragilidade das instituições , 35
pobreza dos métodos , 35
mensurações construídas das realidades , 42
relações intrínsecas e extrínsecas , 38
peculiaridades regionais , 186, 421, 725
tecnologia de governo , 36, 39, 43
tecnologias de distância , 43
"um relógio atrasado" , 425, 426

ver também Aglomerados organizados
ver também Cadastro predial e domiciliário
ver também Aritmética política
ver também Econometria
ver também Economia política
ver também Elaboração das estatísticas
ver também Estado, Estados, Estado Nacional
ver também Estatísticas da educação
ver também IBGE
ver também Indicadores sociais

Estatísticas culturais e sociais , 469, 479, 502, 623, 707, 777
ver também Educação nacional

Estatísticas da educação ver Estatísticas educacionais

Estatísticas demógrafo-sanitárias , 77
ver também Bioestatística

Estatísticas econômicas , 53, 54, 55, 62, 70, 190, 224, 245, 398, 455, 464, 466, 476, 479, 527, 619, 623, 630, 639, 664, 666, 690, 691, 692, 706, 707, 711, 717, 758, 774, 776, 803, 846, 847, 852, 855
ver também Contas nacionais
ver também Inquéritos econômicos

Estatísticas educacionais , 71, 378, 517, 518, 850
aperfeiçoamento e uniformização , 71, 378, 517, 850
situação escolar no Brasil , 544
ver também Atividade estatística
ver também Educação nacional
ver também Estatísticas culturais e sociais

Estatísticas industriais , 465, 470, 627, 669, 670, 672, 707, 761, 834
grupo especial de trabalho , 707
ver também IBGE

Estatísticas temáticas , 72, 263
ver também Registros administrativos

Estatísticos ver Estatístico

Estatístico , 17, 20, 22, 45, 55, 56, 102, 103, 170, 174, 186, 228, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 244, 245, 247, 248, 254, 339, 340, 341, 359, 364, 386, 392, 420, 421, 423, 424, 430, 431, 440, 444, 450, 453, 454, 467, 474, 476, 477, 479, 501, 507, 515, 516, 519, 520, 521, 522, 540, 546, 547, 550, 553, 554, 555, 602, 623, 626, 630, 636, 671, 707, 710, 713, 729, 731, 732, 737, 743, 747, 763, 770, 793, 797, 838, 853, 856
administrador , 118, 238, 427, 532, 534, 545, 549, 623, 737
analista , 52, 234, 236, 237, 238, 239, 245, 501, 542, 630, 631, 636, 692
"formação acadêmica" , 238, 244
elaborador , 159, 234, 236, 237, 238, 418, 542
matemático , 234, 235, 237, 238, 239, 248, 554, 636
teorista , 236, 237, 238
ver também Estatígrafo
ver também Estatista
ver também Revista Brasileira de Estatística
ver também "Semana da educação"

Exposição Universal , 257
ver também Centenário da Independência

F

Forças armadas , 22, 27, 184, 186, 277, 292, 383, 392, 394, 397, 399, 400, 401, 405, 407, 408, 417, 440, 442, 491, 492, 565, 592, 593, 699, 704, 736, 815
"combate aos preconceitos regionalistas" , 399, 400
educação e colonização , 400
enquadramento administrativo , 399
papel ideológico , 399
trabalhadores , 22, 27, 168, 237, 238, 284, 306, 328, 375, 381, 400, 406, 553, 564, 573, 603, 732
"operários militarizados" , 400,
ver também Agências municipais de estatística
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Serviço de Estatística Militar

Fundação IBGE ver IBGE

G

Governo (Império) , 305
divisões do território , 205,
administrativa , 78 384, 388, 549
eclesiástica , 99, 205, 220
judicial , 205
policial , 35, 99, 158, 205, 209
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Governo Federal ver Governo (República)

Governo provisório ver Governo (República)

Governo (República) , 51, 52, 59, 69, 71, 73, 77, 79, 80, 94, 110, 122, 164, 169, 179, 183, 188, 205, 210, 233, 257, 274, 275, 285, 289, 305, 334, 336, 348, 374, 375, 379, 381, 395, 401, 441, 510, 514, 518, 564, 572, 581, 681, 708, 728, 800, 845
demandas por estatística , 53, 664, 785, 846
forma de saber , 52
fonte de poder , 52
normalidade constitucional , 52
progresso econômico , 52
vontade de governar , 51, 52, 846
ver também DASP
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Estado Novo
ver também IBGE
ver também Partido Democrático
ver também Partido Republicano
ver também Política brasileira
ver também Relações internacionais

Governos centrais ver Estado, Estados, Estados Nacionais

H

Hibridação ver Classificação racial

I

Ideário cívico do IBGE ver Ideário cívico ibgeano

Ideário cívico ibgeano , 26, 28, 63, 85, 118, 138, 373, 378, 379, 383, 384, 394, 398, 404, 406, 416, 421, 453, 540, 555, 591, 592, 594, 595, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 609, 610, 611, 852
"dever patriótico" , 309, 327, 373, 611
reorganização nacional , 400, 422, 602, 606
ver também Problemas de base do Brasil

IBGE , 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 77, 79, 86, 87, 93, 99, 102, 103, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 130, 138, 139, 147, 148, 154, 172, 174, 175, 186, 187, 189, 191, 193, 194, 196, 199, 201, 205, 233, 235, 236, 238, 241, 246, 250, 253, 257, 285, 289, 296, 297, 300, 303, 306, 311, 314, 318, 321, 322, 328, 334, 356, 359, 369, 373, 374, 377, 378, 379, 382, 383, 384, 386, 387, 389, 392, 398, 399, 404, 406, 407, 408, 415, 416, 417, 419, 420, 421, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 446, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 459, 460, 462, 464, 466, 467, 471, 472, 475, 477, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 489, 492, 493, 494, 495, 501, 502, 507, 511, 512, 515, 522, 523, 525, 526, 527, 529, 530, 531, 532, 535, 538, 539, 540, 542, 543, 544, 545, 546, 548, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 561, 574, 583, 584, 585, 587, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 620, 621, 622, 624, 625, 626, 628, 629, 630, 634, 640, 651, 652, 653, 654, 656, 657, 658, 659, 663, 664, 665, 668, 669, 670, 674, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 694, 698, 699, 703, 705, 706, 708, 709, 710, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 723, 724, 725, 726, 728, 729, 733, 735, 737, 740, 741, 743, 746, 747, 748, 751, 753, 7755, 756, 757, 761, 763, 764, 769, 770, 773, 774, 776, 778, 781, 782, 784, 785, 786, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 803, 804, 805, 807, 809, 810, 813, 817, 824, 827
"casa do Brasil" , 109, 480
cooperação interadministrativa , 52, 85, 94, 115, 116, 121, 149, 164, 185, 386, 406, 408, 421, 464, 476, 480, 507, 509, 511, 517, 521, 527, 549, 591, 606, 610, 715, 734, 850
crise , 53, 58, 61, 62, 63, 73, 86, 110, 111, 113, 169, 224, 289, 290, 291, 418, 421, 424, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 439, 444, 448, 452, 453, 454, 455, 456, 459, 460, 462, 468, 481, 556, 619, 629, 646, 687, 688, 689, 698, 706, 708, 725, 748, 846, 847, 853, 855
"as calúnias e as mentiras" , 439
"caça às bruxas" , 444
documento dos demissionários , 448
" escassez dos recursos financeiros" , 418
"organização de interesse militar" , 415
"proclamação aos estatísticos brasileiros" , 430, 431, 853
entidade de natureza federativa , 94
instituição coordenadora , 52
"obra de relojoaria" , 25, 82
"um relógio atrasado" , 425, 426
planejamento estratégico , 596, 598
projeção internacional , 539
ver também Agências municipais de estatística
ver também Amostragem
ver também Batismo cultural de Goiânia
ver também Centro de pesquisa
ver também Estatística
ver também Instituto Nacional de Estatística
ver também Instituto Nacional de Estatística e Cartografia
ver também Quota de Estatística
ver também Revista brasileira dos Municípios

ver também Serviços estaduais de estatística
ver também Serviços federais de estatística
ver também Sistema Estatístico Nacional
ver também Sociedade Brasileira de Estatística

Igreja ver Igreja Católica

Igreja Católica , 335, 401, 402, 404, 611
meramente instrumental , 402
projeto educacional , 401
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Imprensa , 41, 86, 105, 107, 128, 135, 152, 153, 170, 188, 200, 295, 297, 298, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 311, 317, 319, 320, 321, 328, 369, 383, 389, 393, 394, 404, 421, 424, 427, 429, 432, 439, 443, 444, 448, 449, 451, 456, 460, 461, 469, 4512, 547, 548, 549, 555, 565, 577, 582, 596, 803, 853
Jornais , 104, 167, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 319, 320, 321, 386, 425, 427, 428, 432, 433, 435, 436, 440, 451, 480, 485, 556, 594
Rádio , 172, 243, 267, 299, 301, 302, 304, 305, 307, 312, 321, 328, 376, 383, 386, 397, 603, 658
"a voz do Brasil" , 322
"Hora do Brasil" , 299
ver também Censo
ver também Divisão de Publicidade
ver também Órgãos de comunicação
ver também Propaganda

Imprensa Nacional , 86, 107
ver também Serviço gráfico

Incremento populacional ver Crescimento demográfico

Indicadores sociais , 778
ver também Estatística

Informação estatística , 36, 731, 732
privilegiada tecnologia de distância , 36
ver também Aritmética política
ver também Tecnologia de governo

Inquéritos econômicos , 245, 495, 634, 761
ver também Segurança nacional
ver também Estatísticas econômicas

Instituto de Educação do Rio de Janeiro , 150
ver também Educação Nacional
ver também Iª Exposição Nacional de Educação e Estatística

Instituto Interamericano de Estatística , 234, 238, 241, 276, 280, 281, 282, 450, 476, 486, 507, 520, 522, 523, 524, 630, 681, 747, 813, 853
ver também Censo Continental
ver também Censo das Américas
ver também Instituto Internacional de Estatística

Instituto Internacional de Estatística , 56, 252, 260, 281, 450, 468, 473, 475, 476, 477, 486, 500, 507, 519, 520, 524
ver também Instituto Interamericano de Estatística
ver também Amostragem

Instituto Nacional de Estatística , 53, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 84, 88, 89, 90, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 115, 116, 121, 122, 124, 132, 135, 136, 143, 146, 148, 150, 151, 152, 164, 168, 170, 172, 180, 205, 246, 251, 261, 289, 373, 377, 386, 394, 440, 480, 481, 507, 517, 518, 519, 555, 565, 594, 595, 612, 657, 696, 786, 793, 846, 850, 851, 852
célula-máter , 453, 519, 681
ver também IBGE

Instituto Nacional de Estatística e Cartografia , 53, 72, 76, 99, 850
ver também Convenção Nacional de Estatística

Instituto de Padrões , 130
ver também Instituto Politécnico

Instituto Politécnico , 130
ver também Instituto de Padrões

Instituições de pesquisa , 44, 45, 694
amparo das ciências , 42, 44, 45, 846
ver também Centros de cálculos

Instituições especializadas , 40
ver também Centros de cálculos
ver também Organizações especializadas

Instituições estatísticas , 44, 45, 46, 47, 51, 222, 252, 282, 448, 450, 472, 748, 768, 769, 776, 778, 785, 853
caráter administrativo , 45, 712
"observatórios da vida econômica" , 222
ver também Aritmética política
ver também Centros de Cálculo
ver também Econometria
ver também Estatística

Instituições nacionais de estatística , 44
planejamento nacional , 44, 47, 696, 759
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ver IBGE

Integração nacional , 374, 380, 384, 386, 601, 603, 607
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

J

Juventude , 316, 402, 405, 548
objetivo primeiro da pedagogia , 402
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

L

Legislação monárquica , 69, 257
decenalidade da atividade censitária , 257, 282, 783
ver também Governo (Império)

Levante comunista (“a macedada”) , 576
fechamento do Congresso , 577
presos políticos , 576
ver também Estado Novo
ver também Política brasileira

M

Manual do agente municipal de estatística , 199
ver também Agentes municipais de estatística

Memória Institucional , 60, 297, 433, 459, 553, 627
ver também Biblioteca
ver também IBGE

Mestiçagem ver Classificação racial

Miscigenação ver Classificação racial

Monarquia ver Governo (Império)

Monogenismo , 334, 335
ver também Classificação racial
ver também Racismo científico

Movimento municipalista , 138, 422, 664
reivindicações , 108, 664
ver também Política brasileira

Movimento revolucionário , 69, 72, 567, 728
ver também Governo (Império)
ver também Governo (República)

O

Obrigação da prestação de informações , 72
“lei de estatística” , 72, 850
ver também Estatística
ver também Sigilo

Organizações especializadas , 39
ver também Bibliotecas
ver também Centros de cálculo

Órgãos de comunicação , 295
ver também Imprensa

Órgãos estaduais de estatística , 55, 130, 181, 184, 195, 691, 695, 714, 836
inspetorias regionais , 55, 138, 139, 192, 195, 196, 198, 199, 212, 323, 419, 431, 436, 624, 629, 644, 668, 683, 697, 708
presença ibgeana nos estados , 55
ver também Agências municipais de estatística
ver também Campanha estatística
ver também IBGE

P

I Exposição Nacional de Educação e Estatística , 150, 517
ver também Educação Nacional
ver também Instituto de Educação do Rio de Janeiro

Países do Eixo , 182, 495, 496
ver também Segurança nacional

Palácio Itamarati , 164
sede da diplomacia brasileira , 144
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

Partido Democrático , 572
ver também Política brasileira

Partido Republicano , 572
ver também Política brasileira

Pensamento econômico , 38, 39, 774
Liberalismo , 22, 27, 38, 336, 402, 570, 578
ver também Economia política

Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ver PNAD

Pesquisa por amostragem ver Amostragem

PGIEG , 794, 796, 838
ver também Conferência Nacional de Estatística

Plano Cohen , 169, 404, 576
ver também Estado Novo

Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas ver PGIEG

Plano Nacional de Estatística , 152, 182, 668, 703, 712, 715, 733, 734, 738, 739, 744, 749, 753, 758, 759, 764, 765, 769, 775, 779, 784, 789, 812, 827, 828, 856
Aperfeiçoamento , 71, 151, 155, 158, 160, 164, 167, 225, 226, 247, 263, 264, 378, 430, 472, 475, 480, 486, 501, 516, 517, 536, 621, 697, 756, 850
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também IBGE

Plano Nacional de Estatísticas Básicas , 715, 734, 738, 739, 744, 749, 753, 758, 759, 764, 765, 775, 779, 784, 789, 827, 828, 839, 856
conhecimento da realidade nacional , 537, 765
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também IBGE

Planos nacionais de desenvolvimento , 687, 692
ver também IBGE
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Políticas econômicas

PNAD , 455, 744, 747, 748, 833
ver também Amostragem
ver também Projeto Atlântida

Poligenismo , 334
ver também Classificação racial
ver também Monogeismo

Política brasileira , 403, 422, 510, 562
esvaziamento do positivismo , 565
levante militar , 562
Coluna Prestes , 567
Questão do Chaco , 562, 580, 581, 590, 613
ver também Colonização do interior
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Estado Novo
ver também Governo (República)
ver também Levante comunista ("a macedada")
ver também Movimento municipalista
ver também Partido Democrático
ver também Partido Republicano
ver também Política do café-com-leite
ver também Relações internacionais

Política de povoamento , 375
ver também Colonização

Política do café-com-leite , 564
ver também Política brasileira
ver também Governo (República)

Política dos estados , 52, 541
ver também Política dos governadores

Política dos governadores , 52
ver também Política dos estados

Política educacional , 375, 376
ver também ESEB
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Políticas assistenciais , 377
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Políticas econômicas , 242, 687
ver também Economia nacional
ver também Planos nacionais de desenvolvimento

Políticas integracionistas , 377, 573
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

População , 22, 25, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 55, 61, 77, 93, 121, 130, 153, 154, 196, 221, 224, 227, 245, 253, 254, 257, 259, 260, 264, 268, 269, 271, 272, 275, 279, 284, 286, 287, 288, 296, 298, 302, 303, 305, 307, 311, 313, 316, 317, 319, 326, 328, 329, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 348, 349, 354, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 369, 370, 374, 380, 383, 384, 387, 388, 389, 390, 391, 395, 397, 398, 401, 402, 429, 461, 473, 474, 479, 486, 490, 492, 495, 498, 500, 502, 503, 504, 535, 536, 566, 568, 570, 581, 583, 587, 595, 603, 606, 607, 620, 630, 631, 642, 644, 645, 647, 648, 654, 655, 669, 672, 674, 675, 676, 714, 755, 759, 760, 762, 766, 805, 807, 812, 813, 819, 823, 824, 840, 841, 846
"mentalidade adequada" , 398
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Estado Novo

Positivismo , 46, 69, 335, 416, 565
ver também Castilhismo positivista

Presidência da República ver Governo (República)

Problemas de base do Brasil , 85, 373, 548, 591, 689
ver também Ideário cívico ibgeano

Produto Interno Bruto , 779
cálculo , 779
ver também Contas Nacionais

Programa estatístico , 55, 62, 205, 206, 422, 424, 429, 430, 455, 623, 630, 639, 665, 669, 674, 690, 692, 694, 696, 698, 714, 717, 723, 757, 776, 778, 794, 846, 852, 855
estrutura organizacional , 694, 793
ver também Atividade estatística
ver também IBGE

Projeto Atlântida , 747, 748
ver também Amostragem
ver também PNAD

Propaganda , 62, 151, 174, 260, 262, 280, 284, 295, 296, 298, 299, 301, 303, 304, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 315, 318, 322, 324, 325, 327, 328, 329, 340, 454, 817, 850
cartazes , 295, 296, 300, 304, 308, 312, 324, 325
"ajude a fazer o censo" , 319, 325
"o Brasil conta com você" , 325
Cinema Pathé , 323
"Retratos do Brasil" , 323
ver também Censo
ver também Censo de 1906
ver também Censo de 1920
ver também Censo de 1940
ver também Censo de 1950
ver também Censo de 1960
ver também Censo de 1970
ver também Divisão de Publicidade

Q

Questão racial , 63, 333, 334, 349, 352, 354, 355, 356, 364, 368, 370
ver também Censo
ver também Classificação racial
ver também Discriminação racial

Quota de estatística , 196, 419, 709, 846
ver também Caixa de estatística municipal
ver também IBGE
ver também Selo de estatística

R

Raça ver Classificação racial

Racismo científico , 334, 335, 339, 343, 351, 354, 357, 366, 367
ver também Classificação racial
ver também Monogeismo

Redistribuição do território ver Redivisão do território

Redivisão do território , 60, 85, 133, 387, 392, 406, 557, 593, 604
conhecimento cartográfico e estatístico , 383, 389
critérios para a subdivisão dos estados , 390
equivalência de extensão geográfica , 387
"único elemento permanente" , 387
levantamento dos mapas municipais , 389
revitalização da vida municipal , 388
ver também Estado Novo
ver também Território

Registro Civil , 77, 133, 139, 157, 509, 514, 531, 623, 631, 672, 733, 845, 848
ver também Registros administrativos

Registros administrativos , 39, 43, 45, 46, 52, 54, 70, 71, 133, 235, 252, 253, 384, 539, 619, 625, 697, 768, 780, 836, 843, 845, 846, 847, 857
acesso às fontes de dados , 70
fontes primárias das estatísticas , 71
ver também Estatísticas temáticas
ver também Registro civil

Registros cartográficos , 41
ver também Território

Registros estatísticos , 43, 44, 45, 47, 235, 619, 625, 666
contexto técnico-científico , 43, 45
estaticista , 45, 670, 671
métodos refinados e rigorosos , 45
produção técnico-científica , 45, 797
técnicas de amostragem , 45, 619, 650, 621, 633, 716, 753, 754, 761, 805
ver também Amostragem
ver também Elaboração das estatísticas

Relações internacionais , 80, 101, 183, 387, 531, 579, 580, 581, 583
Fronteiras , 21, 63, 74, 84, 358, 390, 546, 547, 559, 562, 577, 581, 583, 584, 585, 586, 587, 589, 590, 597, 598, 599, 601, 609, 703, 846
conceito-chave , 581, 589
Mercosul , 580, 583
países bolivarianos , 572, 580, 601
cooperação e integração , 580
ver também Governo (República)
ver também Política brasileira

Repartições estatísticas ver Repartição de estatística

Repartição de estatística , 71, 77, 86, 129, 145, 155, 214, 236, 259, 629, 850
autônoma e independente , 71
ver também Elaboração das estatísticas

República ver Governo (República)
ver também IBGE

Revista Brasileira de Estatística , 56, 60, 78, 98, 99, 105, 153, 213, 227, 234, 245, 248, 254, 271, 472, 494, 495, 498, 502, 509, 513, 519, 523, 526, 531, 540, 542, 608, 698, 730, 778, 786, 830, 831, 833, 852
ver também Estatístico

Revista Brasileira dos Municípios , 60, 453
ver também IBGE

S

Segurança nacional , 30, 80, 99, 143, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 264, 373, 382, 383, 394, 398, 399, 400, 401, 404, 442, 495, 531, 538, 706, 734, 735, 739, 764, 765, 789, 790, 794, 796, 803, 839, 840
"binômio educar-povoar" , 396, 399
conhecimento geográfico e estatístico do país , 184, 383, 532
ver também Comissão Nacional do Ensino Primário
ver também Estado, Estados, Estado Nacional
ver também Inquéritos nacionais

Selo de estatística , 193, 195, 197, 198, 706
ver também Caixa nacional de estatística municipal
ver também Quota de estatística

"Semana da educação" , 234
ver também Estatístico

Serviço de Estatística Militar , 211
ver também Forças Armadas

Serviço de tipografia ver Serviço gráfico

Serviço Geográfico do Exército , 147, 148, 415, 435
cálculo de área territorial , 147
órgão cooperador , 148
ver também Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística

Serviço gráfico , 105, 106, 107, 108, 109, 118, 174, 212, 300, 322, 419, 435, 472, 483, 613, 620, 669, 706, 847
ver também Imprensa Nacional

Serviço Nacional de Recenseamento , 79, 245, 257, 258, 263, 265, 266, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 279, 280, 285, 295, 296, 298, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 311, 317, 318, 322, 354, 363, 365, 418, 470, 522, 540, 546, 552, 640, 641, 644, 652, 653, 659, 665, 680, 681, 699, 704, 706, 734, 743, 760, 804, 807, 808, 809, 820
ver também Comissão Censitária Nacional

Sigilo , 44, 265, 270, 271, 276, 277, 279, 280, 303, 304, 319, 324, 634, 668, 734, 744, 768, 769, 775, 789, 796, 813, 817, 837, 840, 843, 856
ver também Estatística
ver também Comissão Censitária Nacional

Sistema Estatístico ver Sistema Estatístico Nacional

Sistema Estatístico Brasileiro ver Sistema Estatístico Nacional

Sistema Estatístico Nacional , 55, 146, 175, 181, 507, 509, 620, 623, 624, 625, 630, 632, 633, 667, 668, 674, 690, 695, 696, 704, 705, 731, 733, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 746, 763, 775, 790, 791, 798, 806, 838
consórcio federativo , 54, 91, 135, 445, 851
federação de repartições , 91, 130, 135, 445, 716, 851
organização descentralizada , 528
princípio federativo , 55, 440, 527
sucesso da estatística nacional , 527
ver também Campanhas estatísticas
ver também Diretoria Geral de Estatística
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Governo (República)
ver também IBGE

Sistema integrado de estatística , 159
ver também Instituto Nacional de Estatística

Sociedade Brasileira de Estatística , 81, 96, 98, 99, 106, 113, 135, 139, 246, 247, 248, 259, 280, 373, 416, 417, 422, 509, 513, 523, 540, 551, 552, 561, 613, 624, 628, 770, 852, 853
ver também IBGE

T

Tabulações avançadas , 656, 823
ver também Censo de 1970

Técnicas de planejamento , 53
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais
ver também Governo (República)

Tecnologia de governo , 36, 39, 43
ver também Economia política
ver também Estado, Estados, Estados Nacionais

Território , 21, 22, 23, 26, 27, 35, 38, 40, 41, 55, 61, 71, 79, 81, 93, 97, 100, 101, 118, 121, 124, 125, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 144, 147, 148, 150, 156, 180, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 193, 196, 200, 205, 208, 209, 210, 214, 227, 257, 265, 271, 273, 279, 282, 284, 287, 288, 299, 300, 304, 314, 341, 374, 378, 83, 384, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 395, 398, 399, 400, 401, 406, 419, 428, 485, 509, 512, 513, 514, 517, 530, 531, 532, 533, 541, 542, 555, 557, 558, 565, 573, 580, 581, 583, 585, 586, 587, 594, 595, 596, 597, 598, 603, 604, 607, 644, 655, 703, 726, 738, 747, 763, 782, 790, 791, 794, 813, 828, 833, 839, 840, 842, 846, 850
expedições de reconhecimento , 41
informações e conhecimentos , 41
ver também Registros cartográficos
ver também Redivisão do território

Trabalho , 22, 28, 29, 31, 36, 37, 38, 40, 45, 47, 52, 57, 70, 72, 74, 75, 78, 83, 86, 87, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 105, 106, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 144, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 66, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 181, 184, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 213, 216, 218, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 247, 250, 253, 260, 261, 262, 263, 264, 268, 269, 271, 273, 274, 275, 278, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 297, 298, 302, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 320, 321, 322, 325, 328, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 349, 355, 356, 359, 360, 367, 373, 374, 375, 377, 379, 380, 382, 384, 385, 386, 389, 392, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 402, 403, 404, 406, 407, 416, 418, 419, 420, 423, 427, 429, 430, 431, 434, 435, 436, 440, 441, 444, 445, 446, 449, 450, 455, 460, 461, 463, 465, 466, 467, 468, 470, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 480, 483, 485, 486, 490, 491, 492, 494, 495, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 504, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 515, 516, 517, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 530, 535, 536, 538, 540, 541, 542, 544, 548, 550, 556, 559, 565, 574, 576, 579, 584, 586, 589, 591, 592, 593, 595, 598, 599, 600, 602, 603, 604, 606, 612, 613, 620, 622, 624, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 634, 635, 639, 640, 641, 645, 646, 647, 649, 650, 651, 653, 656, 657, 659, 660, 665, 666, 669, 672, 673, 674, 676, 681, 682, 683, 688, 691, 692, 693, 694, 696, 699, 703, 704, 707, 708, 711, 712, 713, 714, 716, 723, 725, 726, 727, 729, 734, 736, 737, 739, 741, 742, 743, 744, 752, 753, 754, 755, 758, 765, 766, 767, 768, 769, 774, 775, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 787, 789, 790, 791, 795, 797, 798, 799, 800, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 814, 818, 819, 820, 823, 832, 833, 834, 835, 836, 838, 842, 846, 850
fonte maior da riqueza , 37

ver também Capitalismo
ver também Economia política

U

União Internacional de Geografia , 157
ver também Comitê Brasileiro de Geografia

Z

Zoneamento estatístico do território ver Divisão estatística do território

Índice onomástico

Abibe, Antônio Tânios
469, 473, 741, 752, 813

Abreu, Capistrano ver Abreu, João Capistrano de, 1853-1927

Abreu, Florêncio ver Abreu, Florêncio de, 1839-1881

Abreu, Florêncio de, 1839-1881
61, 102, 259, 432, 454, 459, 462, 468, 471, 481, 484, 485, 542, 545, 621, 663, 847, 849, 854

Abreu, João Capistrano de, 1853-1927
352, 607

Accioli, José Cavalcanti de Barros
683

Accioli, Roberto Bandeira
683

Accioly, Cori Loureiro
473

Accioly, Roberto
646, 847, 849, 855

Achécar, Abelardo
476

Acioli, Luiz
145

Adriano VI, Papa, 1459-1523
356

Affonseca, Leo de, 1877-1949
70, 72, 116, 129, 144, 164, 471, 494, 850

Afonso, Augusto ver Pena, Afonso, 1847-1909

Agostinho, Santo ver Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430
556

Aguiar, Maria José de
746

Aguiar, Raimundo Chaves
250

Alegre, José da Costa Carvalho, Marquês de Monte, 1796-1860
51

Alencar, José Clóvis Mota de
799

Alexandre VI, Papa, 1431-1503
584

Allen, R. G. D. (Roy George Douglas), 1906-
473

Allen, R.G.D. ver Allen, R. G. D. (Roy George Douglas), 1906-

Almeida Júnior, 1850-1899
162

Almeida, Dario de
325

Almeida, Joaquim Licínio de Sousa
125

Almeida, José Américo de, 1887-1980
163, 576, 582

Almeida, Pires de, 1843-1913
340

Almeida, Rômulo, 1914-1988
471

Almiro, Affonso, 1917-
473

Alves, Eligio
473

Alves, Isaías, 1888-1968
470

Alves, José Ricardo Anastácio
799

Alvim, Alfredo Cesário de Faria
682

Alvim, Alice de Sá Freire
682

Alvim, Cesário, 1839-1903
682

Alvim, José Cesário de Faria ver Alvim, Cesário, 1839-1903

Alvim, José Joaquim de Sá Freire
682

Amaral, Azevedo, 1881-1942
163, 399

Americano, Renato Pacheco
86, 107, 108, 109, 118

Amorim, José Astolfo
474

Anchieta, José de, 1534-1597
41

Andrada, Martim Francisco Ribeiro de, 1775-1844
205

Andrade Júnior, Ovídio de
468, 621, 628, 633, 665, 672, 674, 744, 813, 818, 828

Andrade, Carlos Drummond de, 1902-1987
93, 376, 549, 557, 821, 856

Andrade, Mauro Gonçalves de
329, 828

Antunes, De Paranhos, 1902-1962
542

Aranha, Oswaldo, 1894-1960
306, 494, 578, 581

Araripe Júnior, 1848-1911
335

Araújo, Oscar Egídio de
223, 535

Aristóteles
404, 660

Arkin, Herbert, 1906-
250

Auler, Horácio
704

Ávila, Fernando Bastos de, 1918-
818

Ávila, Guilherme
471

Ayres, João Baptista de Melo
746

Ayres, Sebastião Aguiar
471, 474, 486, 686, 699, 703, 704, 723, 724, 727, 729, 741, 742, 744, 746, 755, 767, 774, 797, 812, 814, 817, 827, 848, 849, 855, 856

Azevedo, Aloysio de Villela ver Azevedo, Aloysio Villela

Azevedo, Aloysio Villela
753

Azevedo, Fernando de, 1894-1974
57, 60, 287, 355, 356, 357, 359, 361, 445, 473, 551, 554

Azevedo, José de Castro
126

Azevedo, Newton Pires de
620, 623, 627, 628, 634

Backheuser, Everardo, 1879-1951
163, 589

Baptista Filho, Olavo
621

Barbosa Neto, José
165

Barbosa, Carlos Marcos
741, 744, 754

Barbosa, Castro, 1909-1975
321

Barbosa, Francisco Vilela, 1769-1846
205

Barbosa, Francisco Vilela, Marquês de Paranaguá ver Barbosa, Francisco Vilela, 1769-1846

Barbosa, Mario, 1894-1941
163

Barbosa, Rui, 1849-1923
345, 486, 563, 569, 612

Barbosa, Ruy ver Barbosa, Rui, 1849-1923

Barboza, F. Leão
339

Barboza Carneiro, J. A. (Julio Augusto)
492

Barreto, Castro ver Castro Barretto,1889-

Barreto, Raimundo Nonato Paes
469

Barreto, Raimundo Paes ver Barreto, Raimundo Nonato Paes

Barreto, Tobias, 1839-1889
335

Barros, Adhemar de, 1901-1969
577

Barros, Ernani Thimóteo de
500

Barros, Ernani Timóteo de ver Barros, Ernani Thimóteo de

Barros, Luís de
322

Barroso, Ari
308

Barroso, Jorge
469

Bastos, Cassiano Machado Tavares
129, 163

Bastos, Cassiano Tavares ver Bastos, Cassiano Machado Tavares

Bastos, Elide Rugai
354

Bastos, João
165

Batista Filho, Olavo
467

Beltrão, Heitor Marcos Penna
746

Beltrão, Hélio, 1916-1997
687, 724, 727, 738, 741, 747, 755, 767, 773

Benário, Olga ver Benario-Prestes, Olga, 1908-1942

Benario-Prestes, Olga, 1908-1942
493

Benevides, Francisco Corrêa de Sá e
165

Benini, Rodolfo, 1862-1956
490

Benoiston de Châteauneuf, Louis-François, 1776-1856
228

Benthan, Jeremy, 1748-1832
38

Bernardes, Artur, 1875-1955
565

Bernardes, Sérgio, 1919-2002
553

Bernardino, Francisco
179

Beteta, Ramon, 1901-1965
281, 521

Bevilácqua, Clóvis, 1859-1944
545

Bezerra, Andrade, 1889-1946
388, 391

Bhering, Francisco, 1866-1924
78

Bittencourt, Fioravanti
155

Bjerve, P. J. ver Bjerve, Petter Jakob, 1913-

Bjerve, Petter Jakob, 1913-
479

Blackwell, C. P. (Carl Petty), 1886-1937
473

Blackwell, Carl P. ver Blackwell, C. P. (Carl Petty), 1886-1937

Boldrini, M.
479

Bonifácio, José ver Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838

Borges, Lauro
321

Borges, Pompeu Acioly
628

Borges, Thomaz Pompeu Accioly ver Borges, Pompeu Acioly

Bortkiewicz, Ladislaus von, 1868-1931
490

Bortkiewicz, Ladislaus, 1868-1931 ver Bortkiewicz, Ladislaus von, 1868-1931

Bouças, Valentim ver Bouças, Valentim F. (Valentim Fernandes), 1891-1964

Bouças, Valentim F. (Valentim Fernandes), 1891-1964
163

Bourdieu, Pierre, 1930-2002
573

Bracet, Heitor, 1886-1970
86, 104, 116, 125, 127, 144, 150, 157, 159, 160, 165, 168, 169, 257, 261, 273, 408, 415, 448, 454, 479, 663, 848

Braga, André ver Braga, André Duarte

Braga, André Duarte
174, 296

Branco, Castelo ver Branco, Humberto de Alencar Castelo, 1897-1967

Branco, Humberto de Alencar Castelo, 1897-1967
28, 687, 732, 848, 849

Branco, Visconde do Rio ver Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880

Braun, Lino
627, 716

Brecht, Bertolt, 1898-1956
299

Briggs, Luiz Nunes
165

Brignone, Carlos
476

Brito, Lemos ver Britto, Jose Gabriel de Lemos, 1886-

Britto, Jose Gabriel de Lemos, 1886-
445

Brizola, Leonel de Moura, 1922-2004
683

Bueno, José Antônio Pimenta, 1803-1878
345

Bueno, Luis Freitas
473

Bueno, Pimenta ver Bueno, José Antônio Pimenta, 1803-1878

Bullhões, Augusto de
628, 629

Bulhões, Octávio Gouveia de
621, 635, 687

Bulhões, Otávio Gouveia de ver Bulhões, Octávio Gouveia de

Burgdorfer, F.
479

Burton, Richard, 1925-1984
41

Cabral, Pedro Alvares, 1467 ou 8 - 1520 ou6
41

Cabral, Pedro Álvarez ver Cabral, Pedro Alvares

Café Filho, João, 1899-1970
471, 475, 479, 486, 619, 681, 847, 849, 853, 854

Cafieiro, Pergi
767

Calmon, Pedro, 1902-1985
304, 501, 583, 585

Câmara, Anfilóquio, 1889-
146, 165

Câmara, D. Jaime ver Câmara, Jaime de Barros, 1894-1971

Câmara, Hélder, 1909-1999
174, 445

Câmara, Jaime de Barros, 1894-1971
327

Câmara, Lourival ver Câmara, Lourival Ubaldo

Camara, Lourival Ubaldo
46, 419, 424, 425, 426, 428, 429, 431, 434, 439, 442, 445, 449, 450, 453, 459, 460, 462, 466, 467, 469, 473, 486, 848, 853, 854

Câmara, Luis Emidio Pinheiro da
474

Câmara, Paulo
473, 474

Camargo, Alexandre de Paiva Rio
63, 115

Caminha, Pero Vaz de, 1450?-1500
41

Campos, Agnaldo José Senna ver Campos, Senna, 1900-

Campos, Carlos de
566, 612

Campos, Francisco
56, 70, 71, 72, 87, 88, 99, 124, 180, 402, 404, 406, 519, 850

Campos, Roberto, 1917-2001
687

Campos, Senna, 1900-
646, 687, 688, 698, 699, 703, 724, 725, 746, 780, 848, 849, 855

Capanema, Gustavo, 1900-1985
60, 61, 88, 152, 375, 544, 554

Cardillo, Fernando
470

Cardim, Adélia Figueiredo
485

Cardim, Elmano Gomes
61, 273, 285, 454, 468, 471, 473, 475, 476, 477, 479, 481, 485, 486, 663, 847, 849, 854

Cardim, Francisco Eduardo Gomes
485

Cardoso, Fernando Henrique, 1931-
367

Carneiro Júnior, David ver Carneiro Júnior, David A. S. (David Antônio da Silva), 1926-

Carneiro, Barboza ver Barboza Carneiro, J. A. (Julio Augusto)

Carneiro, Dias
78

Carneiro, Luiz Carlos
828

Carneiro Júnior, David A. S. (David Antônio da Silva), 1926-
754, 755, 818, 820

Carreiro, Oscar Porto
424, 469, 473

Carvalho, Afrânio de, 1899-
199

Carvalho, Alceu Vicente de
500

Carvalho, Bulhões, 1866-1940
17, 24, 46, 51, 56, 70, 72, 78, 79, 90, 99, 109, 126, 127, 128, 129, 145, 153, 157, 162, 163, 172, 173, 174, 175, 179, 205, 233, 248, 257, 286, 295, 305, 343, 344, 349, 359, 361, 384, 454, 499, 502, 508, 509, 510, 514, 515, 519, 530, 542, 543, 544, 550, 551, 621, 628, 629, 635, 663, 665, 680, 687, 699, 705, 850, 851, 852

Carvalho, Daniel
79, 174

Carvalho, Delgado de, 1884-1980
26, 583, 680

Carvalho, Delly de
165

Carvalho, Euzébio
470

Carvalho, José Luiz Sayão de Bulhões ver Carvalho,Bulhões

Carvalho, José Murilo de, 1939-
48, 346, 379

Carvalho, Mario Peçanha de, 1903-
474

Carvalho Filho, Joaquim Inácio de, 1888-1948
126

Casas, Luis Thorin
474

Cascudo, Luís da Câmara, 1898-1986
172

Cascudo, Luiz da Câmara ver Cascudo, Luís da Câmara, 1898-1986

Caserio, Milton
325

Castelo, Plácido
165

Castro Barretto,1889-
473

Castro, Christovam Leite de, 1904-
523

Castro, Christovão Leite de ver Castro, Christovam Leite de, 1904-

Castro, Iraci Ferreira de
273

Castro, Lauro Sodré Viveiros de, 1914-
46, 163, 250, 424, 470, 473, 621, 665, 668, 683, 744, 753

Castro, Viveiros ver Castro, Lauro Sodré Viveiros, 1914

Cattlhy, Terencio P.
650

Cavalcante, Themistocles Brandão ver Cavalcanti, Themistocles Brandão, 1899-1980

Cavalcanti, Amaro, 1849-1922
345

Cavalcanti, Francisco Pedro Lócio
665, 670

Cavalcanti, Themistocles ver Cavalcanti, Themistocles Brandão, 1899-1980

Cavalcanti, Themistocles Brandão, 1899-1980
112, 434, 443, 449, 452, 454, 459, 460, 854

Celso, Affonso ver Celso, Afonso, 1860-1938

Celso, Afonso, 1860-1938
78

Cesar, Nirceu da Cruz ver Cesar, Nirceu da Cruz, 1918-

Cesar, Nirceu da Cruz, 1918-
628, 629

Chateaubriand, Assis, 1892-1968
163, 657, 803

Châteauneuf ver Benoiston de Châteauneuf, Louis-François, 1776-1856

Chaves, Antonio Carlos Brito
470, 471

Cheysson, Émile, 1836-1910
228

Clark, Hildebrando
146, 165

Clerôt ver Clerôt, Leon F.

Coats, R.H. ver Coats, Robert Hay, 1873-1956

Coats, Robert Hay, 1873-1956
281, 521

Cochran, W.G. ver Cochran, William Gemmell, 1909-

Cochran, William Gemmell, 1909-
479

Coelho, Djalma Polli
426, 427, 428, 432, 434, 435, 452

Coelho, Gonçalo
41

Coelho, Polli ver Coelho, Djalma Polli

Colajanni, Napoleoni, 1847-1921
490

Colbert, Jean Baptiste, 1619-1683
44

Colbert, Jean-Baptiste, 1619-1683 ver Colbert, Jean Baptiste, 1619-1683

Collor, Lindolfo, 1890-1942
146, 850

Colton, Raymond
250

Comte, Auguste, 1798-1857
417

Correa, Amaro Palha
659

Corrêa, Paulo Lopes
165

Corrêa Filho, Virgilio, 1887-1973
415, 587

Correia, Carlos Aníbal
471

Correia, Fernando Brandão
471

Correia, Manoel Francisco, 1831-1905
551

Costa, Duarte da
41

Costa, Edgard, 1887-1970
163

Costa, Joaquim Ribeiro
199

Costa, Manoel Augusto
754

Costa, Manuel Timóteo da, 1855-1934
69

Costa, Margaret
621

Costa, Sizenando
146

Costa, Timóteo da ver Costa, Manuel Timóteo da, 1855-1934

Costa e Silva, Arthur da, 1902-1969
684, 687, 703, 724, 738, 773, 848, 849

Costallat, Benjamim, 1897-1961
309

Cournot ver Cournot, A. A. (Antoine Augustin), 1801-1877

Cournot, A. A. (Antoine Augustin), 1801-1877
222

Coutinho, Gago, 1869-1959
874

Couto, Alaor Gonçalves
744

Couto Filho, Miguel, 1900-1969
475

Cruls, Gastão, 1888-1959
109

Cruz, Francisco Balduino Santa
165

Cunha, Ciro Vieira da, 1897-1976
311, 319, 322, 324

Cunha, Edmundo Gastão da
436

Cunha, Hilton
754

Cunha, Manoel Antônio Soares da
63, 154

Cunha, Sebastião Advíncula
665

D. João VI, Rei de Portugal
41, 233

D. Pedro II ver Pedro II, Rei de Portugal, 1648-1706

Damasceno, J.
325

Darmois, Georges. 1888-
477, 479

Darwin, Charles, 1809-1882
37

Day, Besse B.
479

Debret ver Debret, Jean Baptiste, 1768-1848

Debret, Jean Baptiste, 1768-1848
41

Delfim Neto ver Delfim Netto, Antonio, 1928-

Delfim Netto, Antonio, 1928-
774

Deming, Edward ver Deming, W. Edwards (William Edwards), 1900-1993

Deming, W. E. ver Deming, W. Edwards (William Edwards), 1900-1993

Deming, W. Edwards (William Edwards), 1900-1993
465, 254

Depoid, P.
479

Dias, Fernão ver Pais, Fernao Dias, 1608?-1681

Diegues Júnior, Manuel, 1912-1991
819

Dieulefait, Carlos E.
243, 281, 521

Diniz, Alberto
125, 150

Divisia, F. (François)
254, 473

Divisia, François ver Divisia, F. (François)

Dominguez, Loreto
525

Dosdsworth, Henrique de Toledo
167

Drumond, Aimoré
163

Duarte, Gabriel
307

Duarte, Urbano, 1855-1902
586

Dunn, Halbert L. ver Dunn, Halbert L. (Halbert Louis), 1896-1975

Dunn, Halbert L. (Halbert Louis), 1896-1975
281, 521, 523, 524

Durkheim, Émile, 1858-1917
37

Dutra, Eurico Gaspar, 1885-1974
20, 110, 190, 275, 280, 315

Dutra, Firmo
126, 129, 130, 145, 149, 150, 151, 159

Dyrno ver Ferreira, Dirno Pires

Einstein ver Einstein, Albert, 1879-1955

Einstein, Albert, 1879-1955
254, 478

Eisenhower ver Eisenhower, Dwight D. (Dwight David), 1890-1969

Eisenhower, Dwight D. (Dwight David), 1890-1969
579

Engel, Ernst, 1821-1896
776

Engels, Friedrich, 1820-1895
39, 228

Espíndola, Manuel Pinto Ribeiro
125, 165, 261, 273, 459, 468, 538, 848

Fagundes, Ary
300, 325

Farias, Cordeiro de, 1901-1981
703

Faure, Fernand, 1853-1929
248

Federici, Nora
501

Felippe, José Carneiro, 1886-1951
259, 284, 285, 286, 290, 291, 493, 494, 497, 498, 499, 500, 522, 852

Fermat, Pierre de, 1601-1665
478

Fermat, Pierre, 1601- ver Fermat, Pierre de, 1601-1665

Fernandes, Florestan, 1920-1995
367

Fernandes, Raul, 1877-1968
474, 475, 476, 477

Ferraz, Salvador
325

Ferraz, Sampaio
162

Ferreira, Dirno Pires
435, 483, 658

Ferreira, Dyrno Pires ver Ferreira, Dirno Pires

Ferreira, Joaquim de Lima Pires
656

Ferreira, Jurandyr Pires
62, 259, 435, 481, 620, 650, 656, 657, 658, 663, 666, 681, 782, 784, 803, 806, 847, 849, 854, 855

Ferreira, Maria de Castro Pires
656

Ferreira, Norat Pires
658

Figueiredo, Áureo Pinto de
473, 754

Figueiredo, João, 1918-1999 ver Figueiredo, João Batista de, 1918-1999

Figueiredo, João Batista de, 1918-1999
774

Filchtiner, Mauricio
460, 468, 469, 471, 545, 621, 625, 628, 630, 848

Filgueiras, Paulo
648

Filho, Café ver Café Filho, João, 1899-1970

Filho, Lourenço ver Lourenço Filho, M. B. (Manoel Bergström), 1897-

Filho, Paulo
163

Finney, D. J. (David John)
473

Finney, David J. ver Finney, D. J. (David John)

Fisher, Ronald Aylmer, Sir, 1890-1962
254, 473

Fisher, Sir Ronald A. ver Fisher, Ronald Aylmer, Sir, 1890-1962

Flanzer, Henrique
652, 654, 704, 723, 787, 855

Földes, Béla ver Földes, Bela Weisz, 1848-1945

Földes, Bela Weisz, 1848-1945
228

Fonseca, Hermes da, 1855-1923
179, 569, 612

Fonseca, Landulfo Antonio Borges da
273

Fonseca, Nelson Pereira
165, 170

Fonseca, Vinicius
318, 319, 321, 324, 325, 327, 328, 620, 630, 647, 649, 754

Fontenele, José Farani
162

Fontenelle, J. P. ver Fontenelle, J. P. (José Paranhos), 1887-

Fontenelle, J. P. (José Paranhos), 1887-
281, 473, 520

Fontes, Cardoso
545

Fontes, Lourival, 1898-1967
273, 386, 296, 360, 364, 365, 545, 557, 818

Foucault, Michel, 1926-1984
36, 37

Foucault, Paul-Michel, 1926-1984 ver Foucault, Michel, 1926-1984

Fraga, Clementino, 1880-1971
163

França Júnior, 1838-1890
585

Franca, Leonel, 1893-1948
163, 273, 286, 494

Franca, Padre Leonel ver Franca, Leonel, 1893-1948

Freire, Antônio, 1919-
175

Freire, Mário Aristides
145

Freitas, Affonso Augusto Teixeira de
507, 546

Freitas, Antonio Paulino Teixeira
546

Freitas, M. A. Teixeira de (Mário Augusto Teixeira de), 1890-1956
473, 474, 476, 479, 481, 483, 486, 493, 494, 496, 497, 507, 510, 512, 513, 515, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 528, 531, 532, 536, 538, 539, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 591 592 594, 595, 596, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 609, 610, 612, 613, 621, 627, 628, 629, 657, 663, 673, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 688, 689, 690, 697, 698, 699, 703, 705, 713, 716, 723, 727, 728, 730, 746, 756, 770, 774, 790, 793, 818, 846, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854

Freitas, Maria José Teixeira de
507

Freitas, Mário Augusto Teixeira de ver Freitas, M. A. Teixeira de (Mário Augusto Teixeira de), 1890-1956

Freitas, Rosalina Limpo de Abreu Teixeira de
546

Freitas Filho, Lincoln de, 1908-
473

Freyre, Gilberto, 1900-1987
163, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 364, 365, 375, 588, 608

Frisch, Ragnar, 1895-1973
774, 775

Frontin, André Augusto Paulo de, 1860-
78

Frontin, Paulo de ver Frontin, André Augusto Paulo de, 1860-

Furst, G.
479

Furtado, Celso, 1920-2004
664

Gabaglia, Alberto Raja
112

Galilei, Galileu, 1564-1642 ver Galileu, 1564-1642

Galileu, 1564-1642
478

Galton ver Galton, Antony

Galton, Antony
228

Galvao, B. F. Ramiz (Benjamin Franklin Ramiz), 1846-1938
551

Galvão, Ramiz ver Galvao, B. F. Ramiz (Benjamin Franklin Ramiz), 1846-1938

Gama, Lélio, 1892-1981
162

Garboggini, Afrânio Amaral
470

Garibaldi, Giuseppe, 1807-1882
579

Gasparini, Savino
304

Gato, Borba ver Gato, Manuel de Borba, ca. 1630-1718

Gato, Manuel de Borba, ca. 1630-1718
41

Geary, R. C. ver Geary, R. C. (Robert Charles), 1896-

Geary, R. C. (Robert Charles), 1896-
479

Geisel, Ernesto, 1908-1996
30, 773, 774, 838

Gide, Charles, 1847-1932
490

Gierkens, Maria da Glóra de Paes Leme
684

Gini, Corrado, 1884-1965
473,479

Gobineau, Arthur, Comte de, 1816-1882
335, 336, 344, 346, 350

Gobineau, Conde de ver Gobineau, Arthur, Comte de, 1816-1882

Godoi, Armando
163

Godolphim, Waldir da Costa, 1917-
699, 848

Godolphim, Waldyr ver Godolphim, Waldir da Costa, 1917-

Godoy Filho, Gustavo
165

Gomes, Eduardo, 1896-1981
565, 635, 657

Gomes, F. Araújo (Francelino Araújo)
250, 470

Gomes, Francelino Araujo ver Gomes, F. Araújo (Francelino Araújo)

Gomes, José Candido
76, 174, 179, 205

Gomes, Orêncio Longino de Arruda
469, 474

Gomes Júnior, Eduardo da Silveira
704

Gonçalves, Carlos Alberto
75, 145, 165, 261, 273, 473

Gonçalves, Gustavo Serrão Porto
145

Gonçalves, Milcíades
550

Goulart, João, 1918-1976
28, 640, 656, 663, 664 681, 682, 683, 684, 687, 698, 847, 849, 855

Gouveia, Arabela Bandeira de
683

Granado, Elizabeth
329

Graunt, John, 1620-1674
39

Graziani
490

Gregori, Afonso Felipe
818

Grimberg, José
431

Gualberto, Virgílio
624, 628

Gudin, Eugênio, 1886-1986
445, 501

Guedes, Antônio Pedro
165

Guedes, Antônio Peixoto
146

Gueiros, Ruben da Silva
428, 436, 443, 448, 451, 455, 680

Guerra, Osvaldo Sales
474

Guilhem, Henrique A. ver Guilhem, Henrique Aristides, 1875-1949

Guilhem, Henrique Aristides, 1875-1949
127

Guimarães, Alberto Passos
621, 628, 665, 667, 669

Guimarães, Eduardo Augusto
60

Guimarães, Fábio de Macedo Soares, 1906-1979
87, 681

Guimarães, Waldemar Quintais
474

Guy ver Guy, William, 1810-1885

Guy, William, 1810-1885
228

Guye, Robert
243

Hacking, Ian
43

Haddad, Chafi
469

Hamaker, H. C.
479

Hansen, Morris H. ver Hansen, Morris H. (Morris Howard), 1910-

Hansen, Morris H. (Morris Howard), 1910-
254, 473

Hansted, Florentino Vianna
621, 659

Heisenberg ver Heisenberg, Werner, 1901-1976

Heisenberg, Werner, 1901-1976
254

Hemetério, Hélio
659

Hermes, José Severiano da Fonseca
589

Hintz, Adolar Hegreville
145

Hitler ver Hitler, Adolf, 1889-1945

Hitler, Adolf, 1889-1945
497, 528

Homem de Melo, Francisco Inácio Marcondes, Barão, 1837-1918
78

Horta, Afonso Celso Parreiras
78, 248

Ianni, Octávio
367

Ianni, Otávio ver Ianni, Octávio

Imbassahy, Carlos, 1883-1969
360

Imperatriz Leopoldina ver Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826

Itararé, Aparicio Torelli, Barão de , 1895-1971
307

Jabine, Thomas
473

Jardim, Germano, 1902-
473, 522

Jarussi, Francisco
158, 165

João Alfredo ver Oliveira, João Alfredo Correa de, 1835-1919

Jobin, Danton
657

Jochmann, João
474

Kafuri, Jorge, 1904-
162, 221, 222, 223, 224, 470, 473, 852

Kahn, Herman, 1922-1983
804

Kamel, Ali
498

Kelly, Prado, 1904-1986
681

Kendall, M. G. ver Kendall, Maurice G. (Maurice George), 1907-

Kendall, Maurice G. (Maurice George), 1907-
251, 853

Kerstenetzky, Isaac, 1926-1991
21, 30, 328, 554, 620, 633, 635, 640, 665, 672, 674, 679, 704, 723, 744, 752, 754, 755, 757, 768, 773, 774, 777, 778, 780, 782, 783, 784, 788, 792, 797, 798, 804, 818, 820, 824, 827, 828, 830, 831, 848, 849, 856

Kerstenetzky, Sara
798

Kessel, Moisés ver Kessel, Moyses Isaac

Kessel, Moyses Isaac
647

Keynes, John Maynard, 1883-1946
538

Kingston, Jorge
281, 424, 469, 473, 474, 479, 501, 520, 522

Koster, Henry, 1793-1820
41

Kubitschek, Juscelino, 1902-1976
435, 480, 481, 482, 483, 546, 613, 619, 639, 652, 656, 657, 658, 663, 682, 847, 849, 854

Kunznets, Simon
545

Lacerda, Carlos, 1914-1977
681

Laplace ver Laplace, Pierre Simon, Marquês de, 1749-1827

Laplace, Pierre Simon, Marquês de, 1749-1827
222, 478

Lapouge ver Vacher de Lapouge, Georges, 1854-1936

Lara, João de Mesquita
448, 473, 536

Lara, Paulo Mesquita
250

Latini, Sydney
474

Latour, Bruno
40, 234, 235

Le Bom ver Le Bon, Gustave, 1841-1931

Le Bon, Gustave, 1841-1931
336, 344, 345, 346, 350

Le Play ver Le Play, Frédéric, 1806-1882

Le Play, Frédéric, 1806-1882
340

Leal, Alexandre Carvalho
126, 129

Leal, Luiz Carlos Campos
744

Leite, Augusto Cesar ver Leite, Augusto, 1886-

Leite, Augusto,1886-
127

Leite, Luiz Joaquim da Costa
125

Leite, Pedro Marcílio da Silva
799

Lenharo, Alcir, 1946-
375

Leontief, Wassily ver Leontief, Wassily W.,1906-

Leontief, Wassily W.,1906-
774

Leopoldina, Imperatriz, consorte de Pedro I, Imperador do Brasil, 1797-1826
41

Leplay, F. ver Le Play, Frédéric, 1806-1882

Levasseur, Émile, 1828-1911
249

Levi, Giovanni,1939-
561

Lewinsohn, Richard, 1891- ver Lewinsohn, Richard, 1894-

Lewinsohn, Richard, 1894-
496

Lima, A . R. de Cerqueira
273, 281, 360, 494, 520

Lima, A Castro
473

Lima, Alberto de Cerqueira
494

Lima, Alceu Amoroso,1893-1983
82, 163, 445, 557

Lima, Benjamim de Araújo
145

Lima, Francisco Negrão de,1901-1981
415, 435, 682

Lima, Hermes,1902-1978
663, 849

Lima, João de Mendonça
657

Lima, João Guy de Oliveira, 1867-1928
228

Lima, Marcos Monte
474

Lima, Miguel Alves de
741, 747, 818, 820

Lima, Pedro de Araújo, Marquês de Olinda ver Olinda, Pedro de Araújo Lima, Marquês de, 1793-1870

Lima, Raul, 1911-
85, 296, 297, 324, 468, 474, 547, 550

Lima, Raul do Rego ver Lima, Raul, 1911-

Lima, Valdomiro
574

Lima Filho, Francisco da Gama, 1911-
474

Lima Sobrinho, Barbosa, 1897-2000
163

Lindenberg, Carlos Fernando Monteiro ver Lindenberg, Carlos, 1899-

Lindenberg, Carlos, 1899-
126, 129

Lindsey, Thomas
41

Linhares, José, 1886-1957
523, 577, 849, 851

Lins, Álvaro, 1912-1970
546

Lins, Elpídio Domingues
145

Lirio, Humberto
470

Lisboa, José da Silva
233

Lisboa, Toledo
656

Lobo, Aristides, 1838-1896
69

Lodi, Euvaldo, 1896-1956
445

Lopes, Isidoro Dias
562, 565, 566, 572

Lopes, Ildefonso Simões, 1866-1944
90

Lopes, Luis Simões ver Lopes, Luiz Simões, 1903-1994

Lopes, Luiz Simões, 1903-1994
17, 60, 61, 75, 88, 111, 115, 116, 117, 118, 173, 407, 415, 445, 448, 538, 544, 545, 556, 557, 591, 679, 680, 851, 853

Lopes, Valdecir Freire
730, 732, 786

Lopes, Waldemar Freire ver Lopes, Waldemar, 1911-2006

Lopes, Waldemar, 1911-2006
17, 63

Lopez, Solano
179

Lorenzoni, Arno Jacy
473

Lott, Teixeira
619

Lourenço Filho, M. B. (Manoel Bergström), 1897-
57, 60, 163, 246, 355, 375, 443, 445, 454, 459, 473, 551, 554, 854

Lourenço Filho, Manoel Bergstöm ver Lourenço Filho, M. B. (Manoel Bergström), 1897-

Louzada, Alvacy Geraldo
468

Luccock, John
41

Ludovico, Pedro, 1891-1979
604, 606

Luis, Washington, 1869-1957
51, 509, 514, 572, 612

Lunardi, Lídio
620

Luz, Carlos, 1963-
479, 619, 847, 849

Macedo, Araripe de
78

Machado, Pedro Paulo
799

Madden ver Madden, A. F.

Madden, A. F.
228

Madeira, João Lira ver Madeira, João Lyra, 1909-

Madeira, João Lyra, 1909-
273, 699

Madow, William G. ver Madow, William G. (William Gregory), 1911-

Madow, William G. (William Gregory), 1911-
251

Madureira, Auro
251

Magalhães, Agamenon, 1893-1952
127

Magalhães, Paulo Frederico
163

Magalhães, Sérgio
245

Magalhães, Vasco Pinto de
251

Maggie, Ivonne ver Maggie, Yvonne

Maggie, Yvonne
365, 368

Maglione, Luiz
403

Mahalanobis, P. C. ver Mahalanobis, P. C. (Prasanta Chandra), 1893-1972

Mahalanobis, P. C. (Prasanta Chandra), 1893-1972
254, 473, 479

Maia, Manfredo de Campos
175

Maldonado, Edgard Brandão
174

Malheiros, Moacyr
273, 454, 469, 473, 481, 658, 848

Malthus, T. R. (Thomas Robert), 1766-1834
37

Malthus, Thomas, 1766-1834 ver Malthus, T. R. (Thomas Robert), 1766-1834

Malvar, Henrique Tafuri
755

Maria, Orlando de
469, 755

Marinho, Artur
469

Mariz, Celso, 1885-1982
126, 145

Marshall, Herbert, 1906-
475, 476, 479

Martins, Alberto, 1958-
429, 448, 451, 468, 473, 522, 621, 628, 629

Martins, Luiz Dodsworth
473

Martins, Octávio ver Martins, Octavio A. Lins

Martins, Octavio A. Lins
251

Martius, Karl Friedrich Philipp von, 1794-1868
41, 341

Marx, Karl, 1818-1883
37, 39

Matos, Durval Pacheco de
198

Mattos, Antônio
175

Mattos, Elson dos Santos
621, 648, 652

Mawe, John, 1764-1829
41

Maximiliano, Carlos, 1873-1960
112, 163, 387

Maximiliano, Imperador do México, 1832-1867
41

Mazzilli, Ranieri, 1910-1975
699

Medici, Emilio Garrastazu, 1905-1985
30, 328, 687, 773, 776, 804

Médici, Garrastazu ver Medici, Emilio Garrastazu, 1905-1985

Mello, Antonio Vieira de
165

Mello, Leopoldo Cunha
497

Melo, Barão Homem de ver Homem de Melo, Francisco Inácio Marcondes, Barão, 1837-1918

Melo, Jansen de
473, 522

Melo, Olimpio de
166, 167

Mendel, Gregor, 1822-1884
37

Mendes, Cândido, 1818-1881
78, 172

Mendes, Francisco Alexandre Ferreira
165

Mendonça, Fábio Carneiro de
681

Mendonça, Sonia Regina de, 1952-
571

Mendonça, Yedda Borges de
744

Menezes, João Meira de
165

Meurer, Dulce de Matos
473

Mill, John Stuart, 1806-1873
39

Mills, Frederick Cecil, 1892-1964
251, 853

Mira y López, Emílio, 1896-1964
496

Miranda Netto, Antonio Garcia de, 1908-1988
493, 494

Miranda, Altamiro
659

Miranda, Carmen
300, 301

Miranda, Nelson Mesquita de
473

Miranda, Oswaldo Costa
116, 144, 165, 168, 261, 273, 360

Miranda, Pontes de, 1892-1979
112, 198, 275, 610

Miranda Neto, Antônio Garcia
469, 473, 493, 494

Miró, Carmen
476

Monte, Agenor do
151, 152

Monte, Rui de Almeida
126

Monteiro, Amaro da Costa
621, 648, 659, 665, 671, 754, 804

Monteiro, Clóvis, 1898-1961
316, 610

Monteiro, Goes ver Monteiro, Góis, 1889-1956

Monteiro, Góis, 1889-1956
54

Monteiro, Honório
162

Montello, Jessé, 1919-
251, 424, 454, 459, 469, 473, 699, 744, 754, 797, 854

Montenegro, Lauro Bezerra
126, 127, 129, 165, 171

Montenegro, Tulo Hostílio, 1916-
324, 434, 443, 448, 453, 455, 475, 486, 646, 687, 723, 780, 787, 788, 809, 855, 856

Moraes, Licínio de
646

Moraes, Prudente de, 1841-1902
565

Morais, Otávio Alexander de
251, 424

Moreira, Luís de Abreu
482, 658, 848

Moreyra, Alvaro, 1888-1964
451

Mortara, Giorgio, 1885-1967
46, 62, 87, 153, 154, 174, 244, 245, 246, 249, 259, 273, 281, 284, 285, 286, 306, 359, 360, 365, 366, 367, 419, 423, 424, 445, 468, 472, 473, 483, 486, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 520, 522, 530, 540, 621, 707, 819, 852, 853

Mortara, Lodovico, 1855-1937
489

Moses, Herbert
304, 306, 321, 325

Moura, Gastão Quartin Pinto de
473

Moura, Gerson, 1939-1992
578

Muller, Pedro
78

Murce, Renato
321

Napoleão III ver Napoleão III, Imperador dos franceses, 1808-1873

Napoleão III, Imperador dos franceses, 1808-1873
44

Nascimento, Deolindo do
165

Nascimento, Walter Augusto de
469, 473

Neves, João Soares
474

Neves, Tancredo, 1910-1985
640, 663, 665, 681, 849, 855

Nitti, Francesco, 1851-1905
490

Nóbrega, Manuel da, 1517-1570
41

Nogueira, Rio
424, 469

Normano, J. F. (João Frederico), 1890-1945
538

Normano, John Federico, 1887-1945 ver Normano, J. F. (João Frederico), 1890-1945

Nunes, Edson
57

Nunes, Eduardo Pereira
61, 724

Nunes, Mário Ritter
210, 213, 725, 752

Olinda, Marquês de ver Olinda, Pedro de Araújo Lima, Marquês de, 1793-1870

Olinda, Pedro de Araújo Lima, Marquês de, 1793-1870
179, 205

Oliveira, Antunes de
627, 716

Oliveira, Eloyvaldo Chagas
470, 471

Oliveira, Eusébio de
162

Oliveira, Francisco Cronje de
621

Oliveira, Francisco de Salles, 1900-1968
163

Oliveira, Francisco Sales ver Oliveira, Francisco de Salles, 1900-1968

Oliveira, Geraldo Woolf de
474

Oliveira, João Daut de
326

Oliveira, João Alfredo Correa de, 1835-1919
205

Oliveira, José Coutinho de
165

Oliveira, Paulo de
473

Oliveira, Raul Romero
741, 744, 746, 747, 752, 754, 767, 798

Oliveira, Virgílio Gualberto de
624, 628, 630

Omegna, Nelson, 1903-
433

Orico, Oswaldo
146

Otávio Filho, Rodrigo
609

Ourém, Barão de ver Ourém, José Carlos de Almeida Arêas, Visconde de, 1825-1892

Ourém, José Carlos de Almeida Arêas, Visconde de, 1825-1892
78

Owen, Robert, 1921-
228

Pais, Fernão Dias, 1608?-1681
41

Paiva, Ataulfo ver Paiva, Ataulpho de
Paiva, Ataulpho de
586

Paixão, Moacyr
634

Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, Marquês de, 1769-1846
205, 609, 776

Paranhos, José Maria da Silva ver Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880

Parreiras, Affonso Celso
248

Pascal, Blaise, 1623-1662
222, 478

Passos, Pereira, 1836-1913.
129

Passos, Waldemar
767

Paula, Luís Nogueira de
470

Paulino, Antonio
546

Peçanha, Nilo, 1867-1924
179

Pedreira, Jose Luiz Bulhões
665

Pedro II, Rei de Portugal, 1648-1706
589

Pegurier, Gulherme Augusto
665

Peixoto, Afrânio, 1876-1947
109

Peixoto, Amaral, 1905-1989
201, 468

Peixoto, Ernane do Amaral ver Peixoto, Amaral, 1905-1989

Pelanda, Ernesto
145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 165

Pena, Afonso, 1847-1909
51, 90, 179, 546

Penglaou, Charles
254

Penha, Eli Alves
148

Penido, Pedro Paulo
620

Penna, Affonso ver Pena, Afonso, 1847-1909

Pereira, Emílio de Souza
473

Pereira, Francisco
126

Pessoa, Alvim ver Pessoa, Heitor Eloy Alvim

Pessoa, Epitácio, 1865-1942
51

Pessoa, Heitor Eloy Alvim
72, 79, 83, 251, 273, 850

Pessoa, Pantaleão ver Pessoa, Pantaleão da Silva, 1885-1980

Pessoa, Pantaleão da Silva, 1885-1980
163

Petty, Sir William, 1623-1687 ver Petty, William, Sir, 1623-1687

Petty, William, Sir. 1623-1687. Sir
39

Pila, Raul, 1892-1973
127, 130

Pilla, Raul ver Pila, Raul, 1892-1973

Pimentel, Paulo
146, 150, 151, 152, 155, 156, 174

Pinheiro, Israel, 1896-1973
126, 127, 129

Pinto, Armando de Oliveira
752

Pinto, Edgard Roquette ver Roquette-Pinto, E. (Edgar), 1884-1954

Pinto, Firmiano
566

Pinto, Francisco José
127

Pinto, Maximino dos Reis
660

Pinto, Roquete ver Roquette-Pinto, E (Edgard), 1884-1954

Pio XII, Papa, 1876-1958
403, 592

Pirandello, Luigi, 1867-1936
425

Piza, Affonso de Toledo
621

Piza Sobrinho, Luiz
127, 130

Planck, Max, 1858-1947
254

Play, Frédéric Le, 1806-1882 ver Le Play, Frederic, 1806-1882.

Porto, Rubens, 1910-
86, 87, 108, 415, 433, 448, 454, 486, 628, 663, 848

Porto, Rubens D'Almada Horta ver Porto, Rubens, 1910-

Portugal, Aureliano, 1831-1924
157, 166, 175, 339, 551

Prestes, Júlio
572

Príncipe Júnior, Custódio dos Reis
125, 145, 165

Príncipe Maximiliano ver Maximiliano, Imperador do México, 1832-1867

Quadros, Jânio, 1917-1992.
86, 652, 656, 658, 663, 680, 681, 847, 849, 850, 855

Quetelet ver Quetelet, Adolphe, 1796-1874

Quetelet, Adolphe, 1796-1874
121, 222, 228, 476, 705

Rabello, Armando ver Rabelo, Armando Duarte

Rabelo, Armando Duarte
647

Rademaker, Augusto, 1905-
849

Ramos, Álvaro Navarro
126

Ramos, Arthur, 1903-1949
375, 819

Ramos, Nereu, 1903-1958
172, 468, 479, 480, 578, 611, 613, 619, 657

Rangel, E.
165

Rangel, Paulo
624, 628, 671, 699

Rego, José Lins do, 1901-1957
681

Rego, Oziel Bordeaux, 1874-1926
78, 174, 179, 205, 233, 513

Reis, Maurício Rangel, 1927-
620, 625, 626, 628, 630, 633, 639, 640, 646, 648, 659, 665, 666, 699, 754, 805

Reis, Sebastião de Oliveira
154, 744, 754, 804, 818, 820

Renan, E. ver Renan, Ernest, 1823-1892

Renan, Ernest, 1823-1892
334

Renner, A. J.
163

Reuter, Walter
471

Ribas, Antonio Baptista
165

Ribas, Manuel, 1873-1946
127

Rice, Stuart A ver Rice, Stuart A. (Stuart Arthur),1889-

Rice, Stuart A. (Stuart Arthur), 1889-
281, 454, 473, 479, 521, 523

Richet, Charles Robert, 1850-1935
360

Riley, Donald C.
476

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880
51, 233

Rios, José Arthur
819

Rocha, Brochado da
663, 849

Rocha, José Carlos Teixeira
829

Rocha, Marcos Vinicius da
753

Rocha, Mendes da
107, 155

Rocha, Milton
474

Rodrigues, Milton da Silva, 1904-
163, 236, 238, 239, 243, 244, 250, 424

Rodrigues, Nina, 1862-1906
335

Rohan, Beaurepaire
78

Romana, José
307

Romero, Silvio, 1851-1914
335, 338, 345, 346, 352, 387

Rondon, Cândido ver Rondon, Cândido Mariano da Silva, 1865-1958

Rondon, Cândido Mariano da Silva, 1865-1958
102, 542, 545, 609

Roosevelt, Franklin D. (Franklin Delano), 1882-1945
498

Roosevelt, Franklin Delano, 1882-1945 ver Roosevelt, Franklin D.(Franklin Delano), 1882-1945

Roquette-Pinto, E. (Edgar), 1884-1954
162, 583

Rugendas, Johan Moritz, 1802-1858
41

Rümelin, Gustav, 1815-1889
229

Sá, Graciano, 1936-
818

Sá, Mem de, 1500?-1572
41

Saint-Hilaire, Auguste de, 1779-1853. (Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilairé)
41

Saint-Hilare ver Saint-Hilaire, Auguste de, 1779-1853. (Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilairé)

Saldanha, Francisco de Paula e
469

Sales, Apolônio
172

Sales, Campos, 1841-1913
565

Sales, Newton
471

Sampaio, Sebastião ver Sampaio, Sebastião de

Sampaio, Sebastião de
73

Santo, Felipe Nery do Espírito
470

Santos, Genival de Almeida
473, 628, 665, 673

Santos, Lindalvo Bezerra dos
744, 753

Santos, Marco Aurélio Martins
62, 153

Santos, Nilza Rocha dos
471

Santos, Ramakrisma dos
470

Schattan, Salomão
621, 633

Schwartzman, Simon, 1939-
369, 376

Scorzelli Junior, Achilles
473

Seixas, Fidelis Sigmaringa
126

Serra, Nascimento
548

Serrano, Augustinha
324

Silva, Antônio F. de Carvalho e
145

Silva, Artur Ferreira da
470, 550, 553, 704

Silva, Benedicto, 1905-2000
296, 298, 486

Silva, Evandro de Oliveira
251

Silva, Florêncio Carlos de Abreu e ver Abreu, Florêncio de, 1839-1881

Silva, Hildebrando Martins da
199

Silva, Joaquim Norberto de Sousa ver Silva, Joaquim Norberto de Souza e, 1820-1891

Silva, Joaquim Norberto de Souza e, 1820-1891
76

Silva, José Bonifácio de Andrada e, 1763-1838
205, 550, 776

Silva, Medeiros e
112

Silva, Moacyr Malheiros Fernandes, 1891-
58, 273, 373, 454, 469, 473, 481, 546, 550, 658, 848

Silva, Sebastião de Sant'Anna e
473

Silva, Sebastião Sant'Ana e ver Silva, Sebastião de Sant'Anna e

Silva, Tomaz Gomes da
146

Silva, Ubirajara
471

Silveira, Ari
167

Silveira, Dionysio
547

Silveira, Fernando Rodrigues da, 1893-1970
469

Simon, Pierre, 1929-
222

Simonsen, Mário Henrique, 1935-1997
774

Sinimbu, João Lins Vieira, Visconde de, 1810-1907
205

Smith, Adam, 1723-1790
37, 571

Soares, Antonio Joaquim de Macedo, 1838-1905
562

Soares, Cândida Azevedo Sodré de Macedo
612

Soares, Joaquim Mariano de Azevedo
562

Soares, José Carlos de Macedo, 1883-1968
17, 20, 63, 74, 85, 86, 87, 104, 125, 143, 164, 223, 306, 481, 523, 526, 538, 563, 567, 568, 569 572, 579, 580, 591, 592, 595, 596, 602, 609, 611, 612, 682, 793

Soares, José Eduardo de Macedo
569, 612

Soares, Matilde Melchert da Fonseca Macedo
562, 613

Soares, Sebastião Ferreira, 1820-1887
76

Soares, Wilson
165

Sócrates, Eduardo
566, 568

Soler, Carlos Alberto
476

Sousa, Celso Fausto de
127

Sousa, Pompeu de, 1914-1991
657

Souza, Ângelo de
699

Souza, Janes de
755

Souza, Joaquim de Assis
474

Souza, Martim Afonso de, 1500-1571
41

Souza, Tomé de, 1502?-1573?
41

Souza, Vidal e
607

Souza Filho, José Ayres de
744

Spíndola, Austragésilo Gomes
665

Spix, Johann Baptist von, 1781-1826
41

Strauch, Ney
828

Stuart-Mill, John, 1806-1873 ver Mill, John Stuart, 1806-1873

Tai, David Wu,1949
48

Taine, H., 1828-1893 ver Taine, Hippolyte, 1828-1893

Taine, Hippolyte, 1828-1893
334

Tavares, Raposo
41

Távora, José Bastos
474, 744, 753, 755, 818, 820

Távora, Juarez, 1898-1975
56, 60, 61, 70, 72, 73, 75, 87, 88, 93, 94, 113, 115, 118, 124, 164, 173, 289, 290, 291, 445, 454, 480, 519, 538, 554, 565, 591, 657, 663, 664, 679, 680, 681, 684, 793, 850, 851

Távora, Wilson
483, 548, 741

Teixeira, Anísio, 1900-1971
60, 355, 375, 395, 445, 473, 554

Teixeira, Leopoldo Pena
126

Tinberg, Jan
774, 775

Tippett, L. H. C. ver Tippett, L. H. C. (Leonard Henry Caleb), 1902-

Tippett, L. H. C. (Leonard Henry Caleb), 1902-
479

Tomás, de Aquino, Santo, 1225?-1274
556

Tomás, de Aquino, São ver Tomás, de Aquino, Santo, 1225?-1274

Torres Filho, Artur
163

Torres, Alberto, 1865-1917
345, 376, 387, 392, 394, 395, 396, 407, 408, 552, 555, 557, 602, 604

Tupinambá, Antônio Cesar
108

Uchôa, Waldemar
548

Vaccaro, Juan
175

Vacher de Lapouge, Georges, 1854-1936
345, 346

Valente Sobrinho
598

Valverde, Orlando, 1917-2006
147

Vargas, Getúlio, 1882-1954
23, 28, 51, 52, 53, 55, 61, 69, 70, 73, 74, 81, 83, 87, 88, 94, 104, 105, 109, 115, 116, 118, 123, 124, 127, 129, 130, 145, 183, 194, 263, 302, 303, 415, 429, 430, 440, 4444, 459, 471, 480, 484, 485, 525, 545, 572, 581, 593, 594, 603, 607, 612, 619, 620, 621, 626, 633, 635, 642, 657, 663, 665, 672, 680, 681, 683, 684, 704, 707, 743, 793, 797, 798, 847, 849, 850, 851, 853

Varnhagen, Francisco Adolfo de, 1816-1878
76

Vasconcelos, Bernardo Pereira ver Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 1795-1850

Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 1795-1850
233

Vasconcelos, Luiz Leite de
631

Veiga, Pimenta da, 1947-
387

Velloso, João Paulo dos Reis, 1931-
798, 856

Veloso, Heitor Câmara
659, 754, 804

Veloso, João Paulo dos Reis ver Velloso, João Paulo dos Reis, 1931-

Vera, Francisco
473

Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos, 1778-1859
205, 776

Vergueiro, Senador ver Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos, 1778-1859

Veríssimo, José, 1857-1916
335

Vespucci, Amerigo, 1454-1512
41

Vespúcio, Américo ver Vespucci, Amerigo, 1454-1512

Viana, Francisco José de Oliveira
163, 343, 345, 346, 349, 352, 359

Viana, Oliveira ver Viana, Francisco José de Oliveira, 1883-1951

Viana, Vitor, 1881-1937
163

Viana, Waltércio
471

Vianna, Segadas, 1906-
60

Vidal, Germano Seidl, 1922-
665, 668, 699, 703

Vidal, Paulo
125

Vieira, Benjamim da Luz
126

Vieira, Oldegar Franco
470

Vilaça, Silvio Bastos
474

Vilermé, Louis René, 1782-1863
228

Villela, Aníbal ver Villela, Annibal V.

Villela, Annibal V.
621

Virgili, Filipo
78

Vital, João Carlos
60, 172, 173, 445, 538

Vivanti, Clelia
489

Von, Martius ver Martius, Karl Friedrich Philipp von, 1794-1868

Von, Spix ver Spix, Johann Baptist von, 1781-1826.

Wappäus ver Wappaus, J. E. (Johann Eduard), 1812-1879

Wappäus, J. E. (Johann Eduard), 1812-1879
228

Weinbergger, Gláucia
474

Wensche, Rudolph Walter Franz Whitaker
621

Whelpton, P.
479

Willcox, Walter F. ver Willcox, Walter Francis, 1861-1964

Willcox, Walter Francis, 1861-1964
473

Winkle, W.
479

Xavier, Maria da Silva
679

Xavier, Noemia Ferreira
681

Xavier, Rafael da Silva ver Xavier, Rafael, 1894-

Xavier, Rafael, 1894-
125, 679, 681

Xavier Júnior, Francisco
679

Yates, F.
254

Yule, G. Udny ver Yule, G. Udny (George Udny), 1871-1951

Yule, G. Udny (George Udny), 1871-1951
251, 853

Zamenhoff, Ludwik Lazar, 1859-1917
515

Zerkowski, Ralph
755

Zweig, Stefan, 1881-1942
253, 497

Zweig, Stephan ver Zweig, Stefan, 1881-1942

Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Planejamento e coordenação técnica geral da obra

Nelson de Castro Senra

Assistente de pesquisa

Marco Aurelio Martins Santos

Colaboradores

Sonia Regina Alevatto

Aquisição de imagens

Agláia Pereira Tavares de Almeida

Pesquisa bibliográfica

Marília Carla Maciel de Brito[1]

Pesquisa iconográfica e roteiro de imagens

Marco Aurelio Martins Santos

Projeto Editorial

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Carmen Heloisa Pessôa Costa

Katia Vaz Cavalcanti

Programação visual e diagramação

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Consolidação de arquivos

Evilmerodac Domingos Silva

[1] Bibliotecária da Procuradoria Federal no IBGE.

Tratamento das imagens
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Copidesque e revisão
Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
José Luís Nicola
Kátia Domingos Vieira
Sueli Alves de Amorim

Produção de multimídia
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Digitalização e tratamento de imagens
Alexandre Carlos da Silva
Antonio Carlos Rocha Ferreira
Josianne de Miranda Pangaio
Luiz Carlos Meirelles Carril
Paulo Roberto dos Santos Lindesay
Sérgio Assis Barbosa
Vanderlei Martins Sabino

Pesquisa e elaboração do índice de assuntos
Edna Maria de Sá Moraes
Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Pesquisa e elaboração do índice onomástico
Edna Maria de Sá Moraes
Eliza Tavares de Miranda
Regina Maria Fucci
Rosanea da Silva Trindade
Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Pesquisa e levantamento bibliográfico
Regina Maria Fucci

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica
Ana Raquel Gomes da Silva
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira
Bruno Klein
Elizabete Siqueira Soares
Solange de Oliveira Santos